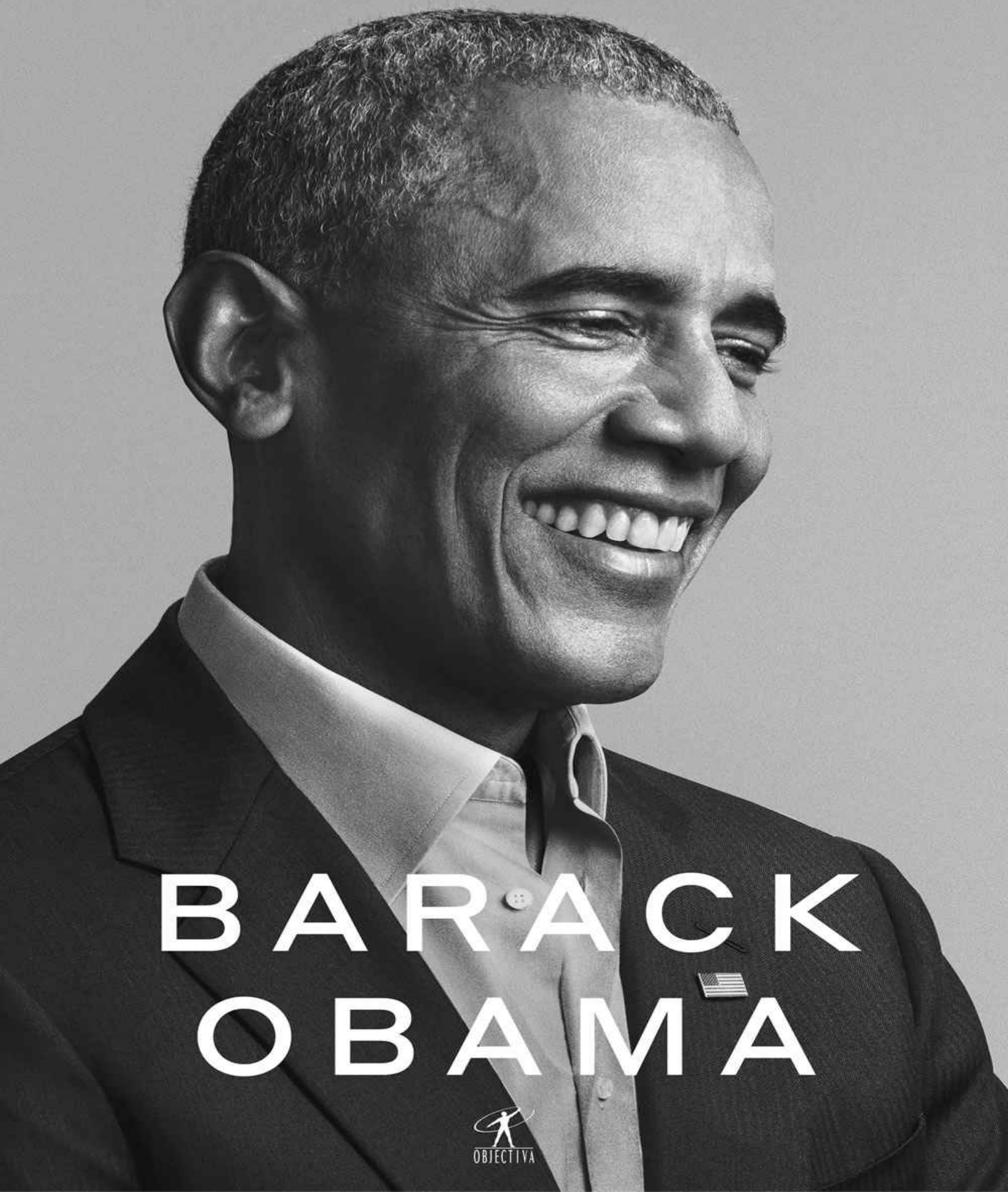
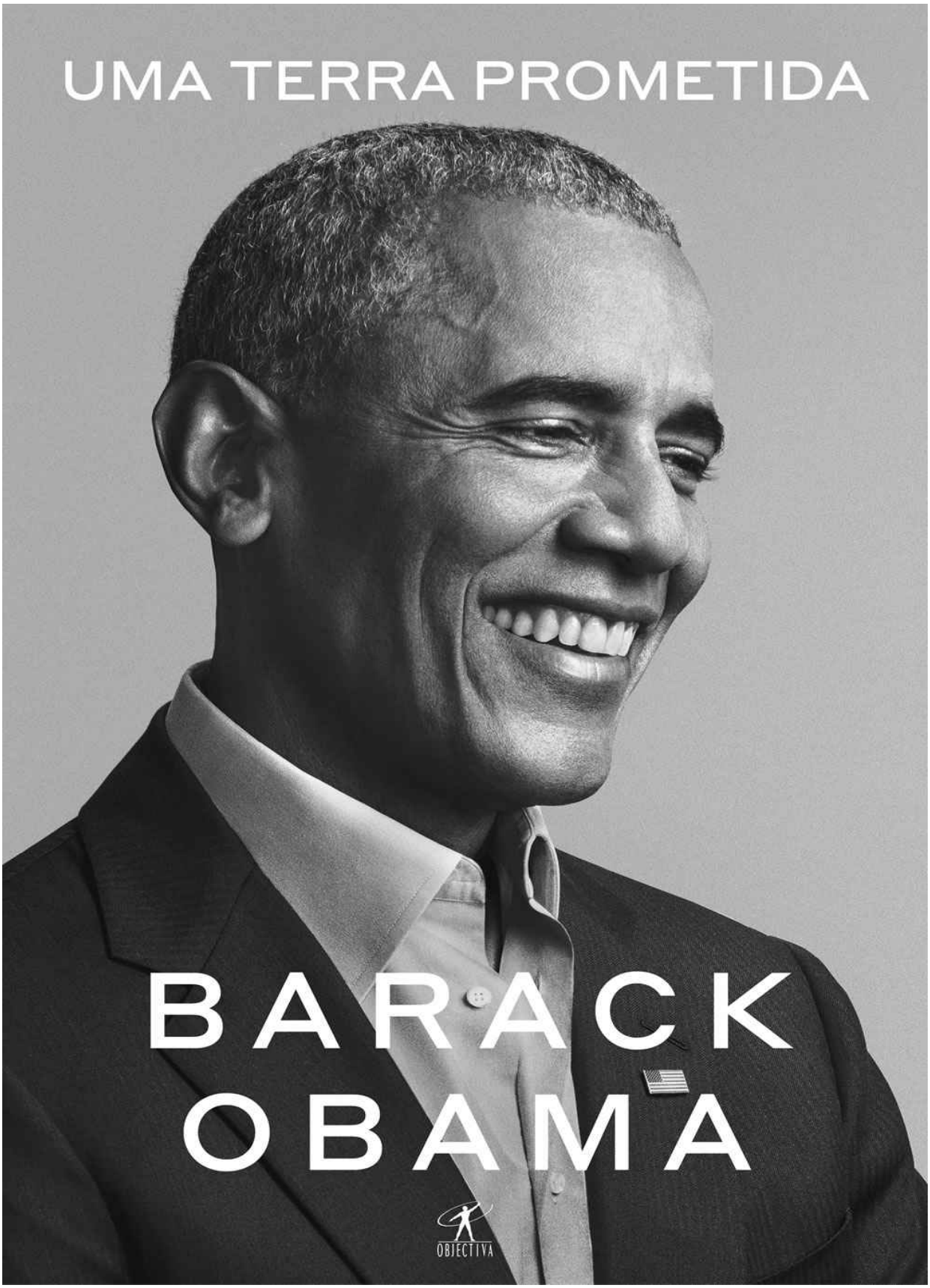
UMA TERRA PROMETIDA



BARACK OBAMA

OBJECTIVA

UMA TERRA PROMETIDA



BARACK OBAMA

OBJECTIVA

BARACK OBAMA

UMA TERRA PROMETIDA

Tradução de
MANUEL MARQUES e JOSÉ REMELHE



A Michelle, minha amada e companheira de vida,
e
a Malia e Sasha, cujas luzes deslumbrantes
tornam tudo mais luminoso

Oh, voa e nunca te canses,
Voa e nunca te canses,
Voa e nunca te canses,
Há um belo encontro nos campos da Terra Prometida.

DE UM ESPIRITUAL AFRO-AMERICANO

Não menosprezem os nossos poderes:
Tentámos seduzir
O infinito.

ROBERT FROST, «KITTY HAWK»

PREFÁCIO

COMECEI A ESCREVER ESTE LIVRO pouco depois de terminar a minha presidência, tendo Michelle e eu entrado no *Air Force One* pela última vez e viajado para Oeste, para umas férias havia muito adiadas. O estado de espírito na aeronave era agridoce. Ambos nos sentíamos física e emocionalmente esgotados, não só pelas labutas dos últimos oito anos mas também pelos resultados inesperados de uma eleição em que alguém diametralmente oposto a tudo o que defendíamos fora escolhido para meu sucessor. Mesmo assim, tendo cumprido integralmente a nossa etapa da corrida, sentíamos a satisfação de termos dado o nosso melhor; e, por muito que eu não houvesse estado à altura enquanto presidente, fossem quais fossem os projectos que eu esperara, mas não conseguira levar a cabo, o país estava agora em melhores condições do que quando eu iniciara o mandato. Durante um mês, Michelle e eu dormimos até tarde, saboreámos jantares ociosos, demos longos passeios a pé, nadámos no oceano, fizemos o balanço do ponto em que estávamos, consolidámos a nossa amizade, redescobrimos o nosso amor e planeámos um segundo acto menos agitado, mas, esperávamos, não menos gratificante. E quando me senti pronto para regressar ao trabalho, e me sentei com uma caneta e um caderno amarelo (ainda gosto de escrever à mão, parecendo-me que o computador confere até aos meus rascunhos mais grosseiros uma aparência demasiado acabada

e empresta a pensamentos mal amadurecidos uma máscara de ordem), tinha na mente um esboço claro do livro.

Em primeiro lugar, desejava transmitir uma descrição honesta do tempo em que ocupei o cargo: não somente um registo histórico de acontecimentos-chave que ocorreram no meu mandato e de figuras importantes com quem interagi mas também um relato de algumas das correntes e contracorrentes políticas, económicas e culturais que contribuíram para determinar os desafios com que se confrontou a minha administração e as opções que a minha equipa e eu fizemos, em resposta. Onde possível, desejava proporcionar aos leitores a ideia de como é *ser* presidente dos Estados Unidos; queria afastar um pouco a cortina e recordar às pessoas que, apesar de todo o poder e pompa, a presidência continua a ser apenas um emprego, que o nosso Governo federal é um empreendimento humano como qualquer outro e que os homens e mulheres que trabalham na Casa Branca sentem a mescla diária de satisfação, desapontamento, atritos nas funções, complicações e pequenos triunfos que sentem todos os seus concidadãos. Queria, por fim, contar uma história mais pessoal que pudesse inspirar os jovens a ponderarem uma vida de serviço público: como a minha carreira na política principiou verdadeiramente com a procura de um lugar onde me pudesse encaixar, uma maneira de explicar as diferentes linhas da minha herança mista, e como foi só ao atrelar o meu carro a algo maior do que eu próprio que encontrei uma comunidade e um propósito para a minha vida.

Calculava que pudesse fazer tudo isso talvez em quinhentas páginas. Esperava concluí-las num ano.

Devo dizer que o processo de escrita não correu exactamente como eu planeara. Apesar das minhas melhores intenções, o livro continuava a aumentar em extensão e abrangência, razão pela qual vim a decidir dividi-lo

em dois volumes. Tenho a consciência penosa de que um escritor mais dotado teria encontrado maneira de contar a mesma história com maior brevidade (afinal, o meu gabinete residencial na Casa Branca ficava mesmo ao lado do Quarto Lincoln, onde se conserva, num expositor de vidro, uma cópia assinada do Discurso de Gettysburg, com as suas 272 palavras). Contudo, de cada vez que me sentava para escrever — fosse para relatar as fases iniciais da minha campanha ou o modo como a minha administração lidou com a crise financeira, as negociações com os Russos sobre controlo do armamento nuclear ou as forças que conduziram à Primavera Árabe —, dava com a minha mente a resistir a uma narrativa linear simples. Senti-me muitas vezes obrigado a oferecer um contexto para as decisões que eu e outros havíamos tomado, e não queria relegar esse pano de fundo para notas de pé de página ou finais (detesto notas de pé de página e finais). Descobri que nem sempre podia explicar as minhas motivações somente através de referências a resmas de dados económicos ou relembrando uma exaustiva sessão informativa na Sala Oval, porque haviam sido influenciadas por uma conversa que eu tivera com um estranho encontrado em campanha, uma visita a um hospital militar ou uma lição de infância que recebera da minha mãe muitos anos antes. As minhas reminiscências depariam repetidas vezes com pormenores aparentemente fortuitos (tentar encontrar um local discreto para fumar um cigarro nocturno; os meus colaboradores e eu a rirmo-nos enquanto jogávamos às cartas a bordo do *Air Force One*) que captavam, de uma maneira que nunca estaria ao alcance do registo público, a minha experiência vivida nos oito anos que passei na Casa Branca.

Para lá da porfia para lançar palavras numa página, o que não previ totalmente foi a maneira como os acontecimentos se desenrolariam ao longo dos três anos e meio que se seguiram àquele último voo no *Air Force One*. Enquanto estou aqui sentado, o país continua nas garras de uma

pandemia global e da concomitante crise económica, com mais de 178 mil norte-americanos mortos, actividades económicas encerradas e milhões de pessoas sem trabalho. Por toda a nação, gente de todas as proveniências acorreu às ruas para protestar pelas mortes de negras e negros desarmados, às mãos da polícia. O mais inquietante de tudo é, talvez, que a nossa democracia parece estar a oscilar à beira da crise, uma crise enraizada numa disputa fundamental entre duas visões antagónicas do que a América é e do que devia ser; uma crise que deixou o corpo político dividido, agastado e desconfiado, e consentiu numa violação contínua de normas institucionais, de procedimentos de salvaguarda e de adesão a factos básicos que tanto republicanos como democratas deram outrora por garantidos.

Claro que esta disputa não é nova. Em muitos aspectos, definiu a experiência americana. Está impregnada em documentos fundadores que podiam proclamar simultaneamente todos os homens como iguais e, todavia, contar um escravo como três quintos de homem. Encontra expressão nos nossos mais antigos pareceres jurídicos, como quando o juiz presidente do Supremo Tribunal explica rudemente a nativos americanos que os direitos de a sua tribo legar a propriedade não são aplicáveis, porque o tribunal do conquistador não tem capacidade para reconhecer as justas pretensões dos conquistados. É uma disputa que tem sido travada nos campos de Gettysburg e Appomattox, mas também nas câmaras do Congresso, numa ponte em Selma, pelos vinhedos da Califórnia e nas ruas de Nova Iorque — uma disputa travada por soldados, mas nas mais vezes por organizadores sindicais, sufragistas, bagageiros, líderes estudantis, vagas de imigrantes e activistas LGBTQ, armados com não mais do que cartazes, panfletos ou um par de sapatilhas de marcha. No âmago desta batalha a longo prazo reside uma simples pergunta: interessar-nos-á comparar a realidade da América com os seus ideais? Se assim for,

acreditaremos realmente que as nossas noções de autodeterminação e liberdade individual, igualdade de oportunidades e igualdade perante a lei se aplicam a toda a gente? Ou estaremos antes empenhados, na prática se não por estatuto, a reservar essas coisas para alguns privilegiados?

Reconheço que há os que acreditam que é tempo de abandonar o mito: que um exame do passado da América e até um relance superficial pelas manchetes de hoje mostram que os ideais desta nação sempre foram secundários relativamente à conquista e à subjugação, a um sistema racial de castas e ao capitalismo de rapina, e que fingir que não é assim é ser cúmplice num jogo que esteve viciado desde o início. E confesso que houve alturas durante a escrita deste livro, enquanto reflectia sobre a minha presidência e tudo o que aconteceu desde então, em que tive de perguntar a mim mesmo se estava a ser demasiado moderado ao exprimir a verdade como a vi, demasiado cauteloso na palavra ou no gesto, convicto como estava de que, ao apelar para o que Lincoln chamou «anjos bons da nossa natureza», teria mais probabilidades de nos conduzir na direcção da América que nos foi prometida.

Não sei. O que posso afirmar com certeza é que ainda não estou pronto para abandonar a possibilidade da América, não só para bem de gerações futuras de americanos, mas de toda a Humanidade. Porque estou convencido de que a pandemia que actualmente atravessamos é simultaneamente uma manifestação e uma mera interrupção da marcha inexorável para um mundo interligado, um mundo em que povos e culturas não podem deixar de colidir. Nesse mundo — de cadeias globais de abastecimento, transferências instantâneas de capital, redes sociais, redes transnacionais de terrorismo, alterações climáticas, migração de massas e uma complexidade sempre crescente — aprenderemos a viver juntos, a cooperar uns com os outros e a reconhecer a dignidade dos outros, ou então

pereceremos. E o mundo observa a América — a única grande potência da História constituída por gente de todos os cantos do planeta, incluindo cada raça, fé e prática cultural —, para ver se a nossa experiência democrática pode funcionar. Para ver se conseguimos fazer o que nenhuma nação alguma vez fez. Para ver se podemos de facto viver segundo o nosso credo.

O júri ainda está reunido. Quando este primeiro volume estiver publicado, terá decorrido uma eleição nos Estados Unidos e, embora eu pense que a parada não podia ser mais elevada, também sei que nenhuma eleição particular resolverá o problema. Se continuo a ter esperança, é porque aprendi a colocar a minha fé nos meus concidadãos, sobretudo nos da próxima geração, cuja convicção na igualdade de toda a gente parece ser uma segunda natureza, e que insiste em tornar reais aqueles princípios que os seus pais e professores disseram ser verdadeiros, mas nos quais eles próprios talvez nunca tenham acreditado plenamente. Mais do que para quaisquer outros, este livro é para esses jovens, um convite a refazer mais uma vez o mundo e a fazer surgir, mediante trabalho árduo, determinação e uma grande dose de imaginação, uma América que corresponda finalmente a tudo o que há de melhor em nós.

Agosto de 2020

PRIMEIRA PARTE

A APOSTA

CAPÍTULO 1

DE TODAS AS SALAS, corredores e locais emblemáticos que compõem a Casa Branca e a sua envolvente, o espaço que eu mais apreciava era a Colunata Ocidental.

Durante oito anos, esta passagem coberta enquadrou o meu trajecto diário de um minuto, ao ar livre, de ida e volta da casa para o gabinete. Era ali que eu sentia a cada manhã a primeira bofetada do vento invernal ou o latejar do calor do Verão; era o lugar onde ordenava os meus pensamentos, a antever as próximas reuniões, a preparar argumentos para membros cépticos do Congresso ou constituintes inquietos, a consolidar-me para uma decisão ou uma crise que assomava.

Nos primeiros tempos da Casa Branca, os gabinetes executivos e a residência da Primeira Família acolhiam-se sob um mesmo tecto e a Colunata Ocidental era pouco mais do que uma pequena passagem para os estábulos. Porém, quando Teddy Roosevelt iniciou o mandato, decidiu que um único edifício não podia acomodar uma equipa moderna de colaboradores, seis crianças turbulentas e a saúde mental dele. Deu ordens para que fosse construída a que veio a ser a Ala Ocidental e a Sala Oval, e, com o passar de décadas e sucessivas presidências, ganhou forma a actual configuração da colunata: uma bordadura dos lados setentrional e ocidental do Roseiral, com a parede grossa a norte, silenciosa e despojada, exibindo apenas as altas janelas em meia-lua; e as imponentes colunas brancas a poente, como uma guarda de honra a garantir passagem segura.

Regra geral, sou lento a caminhar — um caminhar havaiano, costuma

dizer Michelle, por vezes com um timbre de impaciência. Contudo, na colunata eu caminhava de modo diferente, consciente da história que ali fora feita e daqueles que me haviam precedido. O meu passo alongava-se, a minha cadência tornava-se um pouco mais brusca e a batida do meu pé na pedra encontrava eco no destacamento de segurança que me seguia a poucos metros. Quando chegava à rampa do extremo ocidental da colunata (um legado de Franklin Roosevelt e da sua cadeira de rodas: imagino-o a sorrir, de queixo espetado, boquilha do cigarro bem apertada entre os dentes ao esforçar-se para vencer o declive), acenava ao guarda de uniforme do outro lado da porta envidraçada. Por vezes, o guarda retinha um grupo surpreendido de visitantes. Se não estivesse com pressa, eu cumprimentava-os com um aperto de mão e perguntava-lhes de onde vinham. O mais habitual, porém, era que virasse à esquerda, seguindo a parede exterior da Sala do Executivo, e me esgueirasse pela porta lateral junto à Sala Oval, onde saudava os meus colaboradores pessoais, agarrava na minha agenda e numa chávena de chá quente, e dava início à ordem do dia.

Várias vezes por semana, saía da colunata para ir ter com os jardineiros que trabalhavam no Roseiral, todos eles funcionários do Serviço Nacional de Parques. Eram na sua maioria homens idosos, trajados com uniformes em caqui verde, por vezes com chapéus de pano a condizer para os proteger do sol ou um casacão contra o frio. Se eu não estivesse atrasado, talvez parasse para os felicitar pelos novos plantios ou os questionasse sobre os danos feitos pela tempestade da noite anterior, e eles explicar-me-iam o seu trabalho com um orgulho contido. Eram homens de poucas palavras; comunicavam com um gesto ou um aceno de cabeça até mesmo entre eles, sempre focados na sua tarefa individual, mas deslocando-se todos com uma graciosidade sincronizada. Um dos mais velhos, um homem negro alto e hirsuto de faces encovadas, chamava-se Ed Thomas e trabalhava na Casa

Branca havia já quarenta anos. A primeira vez que me encontrei com ele, levou a mão ao bolso traseiro das calças para tirar um trapo com que limpou a terra da mão antes de me cumprimentar. A mão dele, sulcada por veias e nódulos como a raiz de uma árvore, engoliu a minha. Perguntei-lhe quanto tempo tencionava continuar na Casa Branca antes de se reformar.

— Não sei, Senhor Presidente — respondeu. — Gosto de trabalhar. Estou a ficar um pouco entrevado, mas penso que conseguirei ficar enquanto o Senhor cá estiver. Para ter a certeza de que o jardim está bonito.

E como o jardim estava bonito! Magnólias bem altas e frondosas em cada canto, sebes espessas e de um verde luminoso, macieiras bravas podadas com esmero. E as flores, criadas em estufas que ficavam a alguns quilómetros, ofereciam uma explosão constante de cor: vermelhos e amarelos, rosas e púrpuras. Na Primavera, as túlipas congregavam-se em molhos, com as corolas inclinadas para o sol; no Verão, alfazema heliotrópica, gerânios e lírios; no Outono, crisântemos, margaridas e outras variedades silvestres. E sempre algumas rosas, principalmente vermelhas, mas por vezes amarelas ou brancas, cada uma delas corada na sua eflorescência.

Cada vez que eu percorria a colunata ou espreitava pela janela da Sala Oval, via o resultado do trabalho manual dos homens e mulheres que se afadigavam lá fora. Recordavam-me o pequeno quadro de Norman Rockwell que tinha na parede, ao lado do retrato de George Washington e por cima do busto de Martin Luther King: cinco figurinhas com diferentes tons de pele, trabalhadores em fato-macaco ou trajes de ganga, seguros por cordas, contra o fundo do céu de um azul brilhante, puxam o lustro à tocha da Estátua da Liberdade. Os homens no quadro, os jardineiros no jardim: ocorreu-me que eram os guardiões, sacerdotes silenciosos de uma ordem

virtuosa e solene. Dizia então para mim mesmo que tinha de trabalhar com tanto afinco e ser tão meticuloso na minha função como eles o eram.

Com o tempo, as minhas caminhadas pela colunata acumulariam memórias. Claro que houve os grandes eventos públicos: proclamações proferidas diante de uma falange de câmaras, conferências de imprensa com líderes estrangeiros. Porém, houve também os momentos a que poucos assistiram: Malia e Sasha a correrem ao despique para me saudar numa visita de surpresa pela tarde; os nossos cães, *Bo* e *Sunny*, a pularem pela neve, com as patas a afundarem-se de tal maneira que ficavam com as barbichas brancas; o arremesso de bolas de futebol num dia claro de Outono; o consolo de um colaborador confrontado com uma adversidade pessoal.

Tais imagens cruzar-me-iam o espírito com frequência, interrompendo quaisquer ponderações que me ocupassem. Recordavam-me a passagem do tempo, enchendo-me por vezes de anseio, um desejo de fazer recuar o relógio e recomeçar. Isto não era possível no meu percurso matinal. Nessa altura, a seta do tempo só se deslocava para diante: o trabalho do dia chamava por mim e só contava o que aí vinha.

A noite era diferente. No regresso à residência, ao fim do dia, com a pasta atulhada de papéis, eu tentava abrandar o passo, por vezes até parava. Inalava um ar impregnado do aroma de terra, erva e pólen, e escutava o vento ou o percutir surdo da chuva. Por vezes, contemplava a luz que incidia nas colunas e no vulto sumptuoso da Casa Branca, com a bandeira hasteada no telhado, muito luminosa, ou dirigia o olhar para o Monumento a Washington que recortava o céu negro distante, vislumbrando ocasionalmente a Lua e as estrelas por cima dele, ou as luzes cintilantes de um avião que passava no alto.

Em momentos assim, olhava e assombrava-me com o estranho trajecto e

com a ideia que me levara àquele lugar.

NÃO VENHO DE UMA família dedicada à política. Os meus avós maternos eram do Midwest, de ascendência maioritariamente escocesa. Podiam ser considerados liberais, sobretudo pelos padrões das cidades do Kansas na era da Depressão em que nasceram, e faziam questão de estar sempre ao corrente das notícias. «Faz parte de ser um cidadão bem informado», dizia-me a minha avó, a quem todos chamávamos «Toot» (um diminutivo de «Tutu», «avó», no Havai), olhando-me por cima do *Honolulu Advertiser*, o matutino que lia. Ela e o meu avô não tinham tendências ideológicas ou partidárias firmes dignas de menção, para além do que consideravam bom senso. Pensavam no trabalho — a minha avó era vice-presidente da secção de garantias num dos bancos locais; o meu avô, vendedor de seguros de vida —, em pagar as contas e nas pequenas diversões que a vida podia proporcionar.

E, de qualquer modo, viviam em Oahu, onde nada parecia muito urgente. Ao cabo de anos passados em lugares tão díspares como Oklahoma, no Texas, e no Estado de Washington, mudaram-se por fim para o Havai, em 1960, um ano depois de este ter ascendido ao estatuto de Estado. Um vasto oceano separava-os agora dos motins, das marchas de protesto e coisas afins. A única conversa política entre os meus avós de que me recordo, da minha infância, teve que ver com um bar junto à praia: o presidente da câmara de Honolulu demolira o bar favorito do avô para renovar a frente marítima no extremo de Waikiki. O meu avô nunca lhe perdoou isso.

A minha mãe, Ann Dunham, era diferente, fortemente opinativa. Filha única dos meus avós, insurgiu-se contra as convenções na escola secundária, leu os poetas *beatniks* e existencialistas franceses, e seguiu com um amigo em viagem de diversão até São Francisco, durante vários dias,

sem dizer nada a ninguém. Em miúdo, eu ouvia-a falar de marchas em defesa dos direitos civis e das razões por que a Guerra do Vietname era um desastre disparatado; do movimento das mulheres (sim aos salários iguais, não tão receptiva a não depilar as pernas) e da guerra à pobreza. Quando eu tinha seis anos e nos mudámos para a Indonésia, para ir viver com o meu padrasto, ela tratou de explicar os pecados de corrupção do Governo («É só roubar, Barry»), mesmo que toda a gente parecesse estar a fazê-lo. Mais tarde, no Verão em que completei doze anos, quando fizemos umas férias em família a viajar durante um mês pelos Estados Unidos, ela insistiu que assistíssemos todas as noites às audiências do caso Watergate, oferecendo-nos o seu comentário contínuo («Que se poderia esperar de um macarthista?»).

Também não se focava apenas nas manchetes. Certa vez, quando descobriu que eu fizera parte de um grupo que andava a gozar com um miúdo na escola, fez-me sentar à frente dela, de lábios franzidos de decepção.

— Sabes, Barry — disse ela (era a alcunha que ela e os meus pais me davam na minha infância, muitas vezes abreviada para «Bar», pronunciada como *bear*, urso) —, há pessoas no mundo que só pensam em si mesmas. Não se ralam com o que acontece às outras pessoas, desde que elas consigam o que querem. Rebaixam as outras pessoas para se sentirem importantes. Mas há também pessoas que fazem o contrário, que conseguem imaginar como devem os outros sentir-se e que têm o cuidado de não fazer nada que os magoe. Ora — concluiu ela, a encarar-me fixamente —, que espécie de pessoa queres tu ser?

Senti-me muito mal. Como fora intenção dela, a pergunta não me largou durante muito tempo.

Para a minha mãe, o mundo estava repleto de oportunidades para a

instrução moral. Contudo, nunca tive conhecimento de que ela se envolvesse numa campanha política. Como os meus avós, desconfiava de plataformas, doutrinas e absolutos, preferindo exprimir os seus valores numa tela mais pequena. «O mundo é complicado, Bar. É por isso que é interessante.» Consternada com a guerra no Sudeste Asiático, acabou por passar lá a maior parte da sua vida, a absorver a língua e a cultura, a criar programas de microcrédito para pessoas que estavam na pobreza, muito antes de o microcrédito ter entrado em voga no desenvolvimento internacional. Aterrada com o racismo, casaria fora da sua raça, não só uma, mas duas vezes, e tratou de esbanjar o que parecia um amor inesgotável com os seus dois filhos escurecidos. Irritada com as restrições sociais impostas às mulheres, divorciou-se de ambos os homens quando se revelaram dominadores ou decepcionantes, lançando-se numa carreira escolhida por si mesma, criando os filhos pelos seus próprios padrões de decência e fazendo em grande medida o que lhe dava na real gana. No mundo da minha mãe, o pessoal era verdadeiramente político — embora ela não viesse a ter grande aplicação para esse lema.

Nada disto quer dizer que lhe faltasse ambição para o filho. Não obstante o esforço financeiro, ela e os meus avós enviaram-me para Punahou, o melhor colégio do Havai. A ideia de eu não ir para a faculdade nunca lhes passou pela cabeça. No entanto, nunca ninguém na minha família teria insinuado que eu poderia um dia ocupar um cargo público. Se se tivesse perguntado à minha mãe, ela poderia ter imaginado que eu acabasse a dirigir uma instituição filantrópica, como a Fundação Ford. Os meus avós teriam adorado ver-me chegar a juiz ou a advogado vedeta de tribunal, como o Perry Mason.

«Bem que podia tirar partido daquela boca espertalhona», diria o avô.

Como não conheci o meu pai, ele não teve grande influência. Eu sabia

vagamente que ele trabalhara para o Governo queniano durante algum tempo e, quando eu tinha dez anos, viajou do Quénia para passar um mês connosco em Honolulu. Essa foi a primeira e a última vez que o vi; depois disso, só tive notícias dele por meio de uma carta ocasional, escrita no papel azul fino do correio aéreo que tinha já impressas marcas para dobrar e remeter sem envelope. «Diz-me a tua mãe que pensas que talvez queiras estudar arquitectura», lia-se numa carta. «Acho que é uma profissão muito prática e pode ser exercida em qualquer parte do mundo.»

Não era muito de encorajar.

Quanto ao mundo à margem da minha família… Bem, o que ele veria durante a maior parte da minha adolescência não era um líder a desabrochar, mas antes um estudante indolente, um jogador ardente de basquetebol de talento limitado e um frequentador incessante e dedicado de festas. Não houve para mim direcção de associação estudantil, distinção suprema nos escuteiros ou estágio no gabinete do congressista local. Nos anos de ensino secundário, os meus amigos e eu não discutíamos muito mais além de desporto, miúdas, música e planos para enriquecer.

Três desses rapazes — Bobby Titcomb, Greg Orme e Mike Ramos — continuam a estar entre os meus maiores amigos. Ainda hoje somos capazes de passar horas a rir com as histórias da nossa juventude desperdiçada. Em anos posteriores, eles participaram nas minhas campanhas com uma lealdade pela qual nunca deixarei de estar grato, tornando-se tão hábeis a defender a minha folha de serviço como qualquer membro da MSNBC.

Porém, houve também momentos durante a minha presidência — por exemplo, depois de me terem visto a dirigir-me a uma grande multidão ou a ser saudado com toda a firmeza por jovens fuzileiros durante uma visita à base — em que detectei nas caras deles sinais de embaraço, ao tentarem

reconciliar o homem de fato e gravata, e a ficar grisalho, com o vago homem-criança que tinham conhecido outrora.

«Aquele tipo?», deviam estar a dizer para os seus botões. «Como diabo é que isto aconteceu?»

Se os meus amigos me tivessem alguma vez perguntado isto directamente, não tenho a certeza de lhes poder ter dado uma boa resposta.

SEI QUE EM determinado momento da escola secundária comecei a fazer perguntas sobre a ausência do meu pai e as opções da minha mãe e sobre como eu acabara a viver num sítio onde poucas pessoas se pareciam comigo. Muitas das perguntas centravam-se na raça: por que razão jogavam os negros basquetebol profissional, mas nunca eram treinadores? O que queria dizer aquela rapariga da escola, quando afirmou que não pensava em mim como negro? Por que razão eram todas as personagens negras dos filmes do Dirty Harry lunáticas com navalhas de ponta e mola, excepto o único negro decente — o parceiro da polícia, obviamente —, que parecia acabar sempre por ser morto?

No entanto, eu não estava preocupado apenas com a raça. Tendo crescido na Indonésia, via o fosso entre as circunstâncias das elites abastadas e as das massas destituídas, e tinha uma percepção nascente das tensões tribais no país do meu pai. Testemunhei diariamente as vidas aparentemente limitadas dos meus avós, não obstante viverem num dito paraíso. A minha mãe pagou a sua liberdade intelectual com dificuldades financeiras crónicas e ocasionais caos pessoais. Tornei-me atento às hierarquias não muito subtis entre os meus colegas do colégio. E apresentava-se então o facto perturbador de, apesar do que a minha mãe pudesse dizer, os rufiões, os intrujões e os presunçosos parecerem estar a dar-se muito bem, ao passo

que os que eram considerados gente boa e decente pareciam lixar-se bastante.

Tudo isto me atraía para diferentes direcções. Era como se, devido à própria estranheza da minha herança e aos mundos que abarcava, eu fosse simultaneamente de toda a parte e de parte nenhuma, uma combinação de partes desajustadas, como um ornitorrinco ou algum animal imaginário, confinado a um *habitat* frágil e incerto do lugar a que pertencia. E sentia que, sem compreender completamente porquê ou como, a menos que conseguisse alinhavar a minha vida e situar-me relativamente a algum eixo firme, corria o risco de acabar, de certa maneira básica, a viver sozinho a minha vida.

Não falei com ninguém acerca disto, e muito menos falaria com os meus amigos e família. Não queria magoar-lhes os sentimentos ou destacar-me ainda mais do que já acontecia. No entanto, encontrei refúgio nos livros. O hábito de leitura era obra da minha mãe, inculcado desde cedo na infância, a táctica dela sempre que eu me queixava de tédio ou quando não foi possível custear a minha ida para a escola internacional na Indonésia, ou quando eu tinha de ir com ela para o escritório porque não havia dinheiro para *babysitter*.

— Vai ler um livro — dizia-me. — Depois volta cá e fala-me de qualquer coisa que tenhas aprendido.

Durante alguns anos, vivi com os meus avós no Havai enquanto a minha mãe prosseguia o seu trabalho na Indonésia e criava a minha irmã mais nova, Maya. Sem ela por perto para me controlar, não aprendi tanto, como as minhas notas depressa revelaram. Mas depois, por volta do décimo ano, isso mudou. Ainda me recordo de ir com os meus avós a um bazar de caridade na Igreja Central da União, do outro lado da nossa rua, e ver-me diante de uma caixa de velhos livros encadernados. Por alguma razão, fui

pegando em exemplares que me chamavam a atenção ou soavam vagamente familiares, livros de Ralph Ellison e Langston Hughes, Robert Penn Warren e Dostoiévski, D. H. Lawrence e Ralph Waldo Emerson. O avô, que estava a namorar um conjunto de tacos de golfe em segunda mão, olhou-me confuso quando me abeirei dele com a minha caixa de livros.

— Planeias abrir uma biblioteca?

A minha avó fê-lo calar-se, achando admirável o meu súbito interesse por literatura. Sempre prática, sugeriu que talvez eu quisesse concentrar-me nos meus trabalhos escolares, antes de atacar o *Crime e Castigo*.

Acabei por ler todos aqueles livros, por vezes a horas tardias, depois de chegar a casa do treino de basquetebol e de beber umas cervejas com os meus amigos, outras vezes depois de fazer *bodysurf* num sábado à tarde, sentado sozinho no velho e desconjuntado *Ford Granada* do avô, com uma toalha à volta da cintura para evitar molhar os estofos. Quando terminei o primeiro conjunto de livros, fui a outras vendas de usados em busca de mais. Muito do que li só compreendi vagamente; fui traçando círculos em torno das palavras que não conhecia para as procurar no dicionário, embora fosse menos escrupuloso no que tocava a dominar-lhes a pronúncia: com vinte e muitos anos, conhecia o significado de palavras que não sabia pronunciar. Não havia nisto qualquer plano, lógica ou padrão. Eu era como um jovem curioso na garagem dos pais, a reunir velhos tubos de raios catódicos, parafusos e bocados de fio eléctrico, sem ter a certeza do que faria com aquilo, mas convicto de que seriam úteis assim que percebesse a natureza da minha vocação.

O MEU INTERESSE pelos livros explica provavelmente por que razão não só sobrevivi à escola secundária, como cheguei ao Occidental College, em 1979, com um conhecimento esparso, mas aceitável, de questões políticas e

um conjunto de opiniões meio assimiladas que eu arremessava em tertúlias tardias no dormitório.

Retrospectivamente, é embaraçoso reconhecer o grau em que a minha curiosidade intelectual nesses primeiros dois anos de universidade reflectia os interesses de diversas mulheres que eu estava interessado em conhecer. Marx e Marcuse para poder ter alguma coisa a dizer à socialista de longas pernas que vivia no meu dormitório; Fanon e Gwendolyn Brooks para a estudante de Sociologia de pele sedosa que nem olhou uma segunda vez para mim; Foucault e Woolf para a bissexual etérea que se vestia quase sempre de preto. Como estratégia para engatar raparigas, o meu pseudo-intelectualismo revelou-se infrutífero: dei comigo numa sucessão de amizades afectuosas, mas castas.

Ainda assim, estas tentativas desastradas serviram um propósito: algo que se parecia com uma mundividência adquiriu forma na minha mente. Fui ajudado nesse processo por uns quantos professores que toleraram os meus hábitos incertos de estudo e as minhas pretensões juvenis. Fui ajudado ainda mais por outros estudantes, na sua maioria mais velhos: miúdos negros da baixa da cidade, miúdos brancos que se tinham esfolado para chegar à universidade vindos de cidadezinhas, latino-americanos de primeira geração, estudantes do Paquistão, da Índia ou de países de África que vacilavam à beira do caos. Eles sabiam o que era importante para si e, quando falavam nas aulas, percebia-se que as suas opiniões estavam ancoradas em comunidades reais e lutas reais: «Vejam o que significam esses cortes orçamentais no meu bairro»; «Deixem-me falar-vos da minha escola, antes de se queixarem da discriminação positiva»; «A Primeira Emenda é óptima, mas por que razão o Governo dos EUA não diz nada a respeito dos prisioneiros políticos no meu país?»

Os dois anos que passei no Occidental representaram o início do meu

despertar político. Isso, porém, não significava que eu acreditasse na política. Com poucas excepções, tudo o que eu observava relativamente aos políticos me parecia dúbio: os penteados modelados a secador, os esgares cruéis, as banalidades e o venderem-se na televisão ao mesmo tempo que, nos bastidores, procuravam cair nas boas graças das grandes empresas e de outros interesses financeiros. Eram participantes num jogo viciado e eu decidi que não queria fazer parte disso.

O que conquistou a minha atenção foi algo menos convencional e de maior alcance: não as campanhas políticas, mas os movimentos sociais, onde as pessoas comuns se juntavam para promover a mudança. Tornei-me estudioso das sufragistas e dos primeiros organizadores sindicais; de Gandhi, de Lech Wałesa e do Congresso Nacional Africano. Acima de tudo, sentia-me inspirado pelos jovens líderes do movimento dos direitos civis — não apenas Martin Luther King mas também John Lewis e Bob Moses, Fannie Lou Hamer e Diane Nash. Nos esforços heróicos deles — as cruzadas porta a porta para registar eleitores, a ocupação de lugares aos balcões para almoçar e as marchas ao som dos cânticos de liberdade —, vi a possibilidade de praticar os valores que a minha mãe me ensinara. Como poderia adquirir-se poder sem reprimir os outros, mas elevando-os. Esta era a verdadeira democracia em acção: democracia não como uma concessão vinda de cima, ou uma partilha de espólio entre grupos de interesse, mas antes democracia adquirida, como obra do colectivo. O resultado não era apenas uma mudança nas condições materiais, mas uma consciência de dignidade nas pessoas e nas comunidades, um vínculo entre aqueles que antes tinham parecido muito distanciados.

Decidi que isto era um ideal a que valia a pena dedicar-me. Tinha somente de me concentrar. Depois do meu segundo ano, transferi-me para a Universidade de Columbia, imaginando que isso seria um recomeço. Ao

longo de três anos em Nova Iorque, metido numa sucessão de apartamentos deteriorados, em grande medida desprovido de velhos amigos e de maus hábitos, vivi como um monge, a ler, a escrever, a encher diários, raramente me preocupando em ir a convívios académicos ou até em comer refeições quentes. Perdi-me no meu espírito, preocupado com interrogações que pareciam acumular-se continuamente. O que levava alguns movimentos a terem êxito onde outros fracassavam? Seria sinal de sucesso, quando partes de uma causa eram absorvidas pela política convencional, ou seria sinal de que a causa fora sequestrada? Quando seria o compromisso aceitável e quando seria uma traição, e como se distinguia uma coisa da outra?

Oh, como eu era sério nessa altura, tão feroz e desprovido de sentido de humor! Quando revisito as minhas entradas dos diários dessa época, sinto uma enorme afeição pelo jovem que eu era, ansioso por deixar uma marca no mundo, querendo fazer parte de algo grandioso e idealista, que, segundo as evidências, parecia não existir. Afinal, estava-se na América do princípio dos anos 80. Os movimentos sociais da década anterior tinham perdido a vitalidade. Ganhava força um novo conservadorismo. Ronald Reagan acabara de ser eleito presidente, a economia estava a deslizar para a recessão e a Guerra Fria seguia em pleno.

Se eu viajasse no tempo, talvez exortasse o jovem que fui a pôr os livros de lado por um minuto e a abrir a janela para deixar entrar algum ar puro (o meu hábito de fumar estava nessa altura no ponto culminante). Dir-lhe-ia que se descontraísse, que fosse conhecer pessoas e desfrutasse dos prazeres que a vida reserva aos que têm vinte anos. Os poucos amigos que tinha em Nova Iorque tentaram dar-me conselhos parecidos: «Tens de te descontrair, Barack»; «Tens de te meter na cama com alguém»; «És tão idealista! Isso é óptimo, mas não sei se o que andas a dizer é mesmo possível.»

Resisti a essas vozes. Resisti precisamente porque receei que tivessem

razão. Fosse o que fosse que eu estivesse a incubar nessas horas que passei sozinho, fosse qual fosse a visão de um mundo melhor que eu deixasse florir na estufa da minha mente juvenil, dificilmente conseguiria sequer resistir a uma simples prova oral. À luz cinzenta de um Inverno em Manhattan e tendo como fundo o cinismo dominante dos tempos, as minhas ideias, pronunciadas em voz alta numa sala de aula ou num café com os amigos, mostravam-se fantasistas e rebuscadas. E eu sabia-o. Na verdade, essa é uma das coisas que me poderá ter salvado de me tornar um perfeito excêntrico antes de chegar aos vinte e dois anos. A um certo nível básico, eu percebia o absurdo da minha visão, como era amplo o fosso entre as minhas ambições exaltadas e qualquer coisa que estivesse de facto a fazer na minha vida. Eu era como um jovem Walter Mitty, um Dom Quixote sem Sancho Pança.

Também isto pode ser encontrado nas entradas do meu diário dessa época, uma crónica bastante rigorosa de todas as minhas insuficiências. A minha preferência por ficar a contemplar o umbigo em vez de agir. Uma certa reserva, até mesmo timidez, que talvez decorresse da minha criação havaiana e indonésia, mas também resultante de uma profunda consciência de mim mesmo. Uma sensibilidade excessiva à possibilidade da rejeição ou de parecer estúpido. Talvez até uma indolência fundamental.

Propus-me erradicar essa debilidade com um regime de auto-aperfeiçoamento que nunca abandonei completamente. (Michelle e as raparigas observam que, ainda hoje, não consigo entrar numa piscina ou no oceano sem me sentir de imediato obrigado a cumprir um mínimo de braçadas. «Porque é que não te limitas a chapinhar?», dizem com um riso escarninho. «É divertido. Olha… é assim.») Fiz listas. Comecei a exercitar-me, fazendo corridas em torno do reservatório de Central Park, ou na margem do rio East, e a comer atum de conserva e ovos cozidos como

carburante. Desfiz-me do excesso de pertences — quem é que precisa de mais do que cinco camisas?

Mas para que grande prova estava eu a preparar-me? Fosse ela qual fosse, sabia que não estava pronto. Essa incerteza e essa insegurança impediam-me de me decidir depressa demais por respostas fáceis. Adquiri o hábito de questionar as minhas próprias suposições e penso que isso acabou por ser útil, não só porque me impediu de me tornar insuportável, mas porque me imunizou contra as fórmulas revolucionárias adoptadas por muita gente à esquerda, na alvorada da era de Reagan.

Isto era certamente verdade no que tocava a questões de raça. Experimentei o meu quinhão de desrespeito racial e pude testemunhar claramente o legado persistente da escravatura e da era Jim Crow sempre que passava por Harlem ou por zonas de Bronx. Contudo, graças à minha história de vida, aprendi a não me fazer demasiado prontamente de vítima e resisti à noção, defendida por alguns dos negros que conhecia, de que os brancos eram incorrigivelmente racistas. A convicção de que o racismo não era inevitável poderá explicar também o meu voluntarismo na defesa da ideia americana: aquilo que o país era e aquilo em que poderia tornar-se.

A minha mãe e os meus avós nunca haviam sido ruidosos no seu patriotismo. Recitar o Juramento de Lealdade na escola e acenar com bandeirinhas no 4 de Julho eram considerados rituais agradáveis, não deveres sagrados (as atitudes deles para com a Páscoa e o Natal eram muito idênticas). Até mesmo a participação do avô na Segunda Guerra Mundial era subestimada: ele falou-me mais das rações de combate — «Terríveis!» — do que alguma vez me falou da glória de marchar no exército de Patton.

E, todavia, o orgulho de ser americano, a ideia de que os Estados Unidos eram o maior país do mundo… isso era sempre um dado adquirido. Quando era novo, irritavam-me os livros que rejeitavam a ideia do excepcionalismo

americano; envolvia-me em discussões prolongadas com amigos que insistiam que a hegemonia americana era a raiz da opressão em todo o mundo. Eu tinha vivido no além-mar, sabia demasiado. Que os Estados Unidos estavam eternamente aquém dos seus ideais era algo que eu admitia prontamente. A versão da História norte-americana ensinada nas escolas, aludindo levemente à escravatura e quase omitindo o massacre dos nativos americanos, era algo que eu não engolia. O exercício irreflectido do poder militar, a rapacidade das multinacionais… sim, sim, eu percebia tudo isso.

Porém, a *ideia* de América, a *promessa* da América: a isso eu agarrava-me com uma obstinação que até a mim me surpreendia. «Consideramos estas verdades como evidentes em si mesmas, que todos os homens são criados iguais»: *esta* era a minha América. A América acerca da qual escreveu Tocqueville, o campo de Whitman e Thoreau, ninguém ser inferior ou superior a ninguém; a América dos pioneiros a caminho do oeste em busca de uma vida melhor ou dos imigrantes a desembarcar em Ellis Island, impulsionados pelo desejo de liberdade.

Era a América de Thomas Edison e dos irmãos Wright, fazendo descolar os sonhos, e de Jackie Robinson a brilhar no basebol. Era Chuck Berry e Bob Dylan, Billie Holiday no Village Vanguard e Johnny Cash na penitenciária de Folsom — todos esses inadaptados que pegaram nos fragmentos que outros ignoraram ou rejeitaram e criaram beleza nunca vista.

Era a América de Lincoln em Gettysburg e Jane Addams a labutar numa casa-abrigo em Chicago, soldados extenuados na Normandia e o Dr. King na Alameda Nacional, a chamar a coragem a si e aos outros.

Era a Constituição e a Declaração dos Direitos, concebidas por pensadores brilhantes, ainda que com os seus defeitos, que chegaram pela razão a um sistema simultaneamente robusto e passível de ser mudado.

Uma América que podia explicar-me.

— Continua a sonhar, Barack — era como terminavam habitualmente essas discussões com os meus amigos da universidade, enquanto algum idiota presunçoso punha um jornal à minha frente, com as manchetes a proclamar a invasão norte-americana de Granada, os cortes no programa de alimentação escolar ou qualquer outra notícia desencorajante. — Lamento, mas *essa* é a tua América.

ERA ASSIM QUE me encontrava quando me formei, em 1983: grandes ideias e nenhum destino. Não havia movimentos a que aderir, nenhum líder abnegado a quem seguir. O mais próximo que encontrei do que tinha em mente foi qualquer coisa chamada «organização de comunidade»: trabalho de base que juntava pessoas comuns em torno de problemas de interesse local. Depois de saltar de um lado para o outro nuns quantos empregos inadequados em Nova Iorque, soube de um lugar em Chicago, a trabalhar com um grupo de igrejas que estava a tentar estabilizar comunidades afectadas pelo encerramento de fundições de aço. Nada de grandioso, mas um bom lugar para principiar.

Dei conta noutro lugar dos meus anos como mobilizador comunitário em Chicago. As vitórias foram pequenas e transitórias nos bairros onde passei o meu tempo, predominantemente da classe trabalhadora negra. A minha organização era um agente menor nas suas tentativas de resolver as mudanças que se abatiam não só sobre Chicago, mas também sobre cidades por todo o país: o declínio da actividade industrial, o êxodo dos brancos, a ascensão de uma subclasse discreta e desvinculada, precisamente quando uma nova classe intelectual começava a alimentar a gentrificação no centro urbano. Porém, se o meu impacto pessoal em Chicago foi pequeno, a cidade mudou o rumo da minha vida.

Para começar, fez-me sair da minha própria cabeça. Tive de ouvir o que era importante para as pessoas, e não só teorizar sobre isso. Tive de pedir a estranhos para se juntarem a mim e uns com os outros em projectos da vida real: recuperar um parque, remover amianto de um conjunto habitacional ou abrir um ATL. Tive experiência do fracasso e aprendi a aguentar-me para poder reagrupar aqueles que haviam depositado em mim a sua confiança. Sofri rejeições e insultos vezes suficientes para deixar de os temer. Por outras palavras, cresci… e voltei a recuperar o meu sentido de humor.

Acabei por adorar os homens e as mulheres com quem trabalhei: a mãe solteira a viver num quarteirão arruinado que, de alguma maneira, conseguiu que todos os quatro filhos chegassem ao ensino superior; o padre irlandês que abria as portas da igreja todos os fins de dia, para que os miúdos tivessem uma alternativa aos gangues; o metalúrgico sem trabalho que regressou à escola para se tornar assistente social. As histórias deles, as tribulações por que passaram e as suas modestas vitórias confirmaram-me repetidamente a decência básica das pessoas. Através deles, vi a transformação que se verificou quando os cidadãos pediram contas aos seus líderes e instituições, até relativamente a algo tão insignificante como colocar um sinal STOP numa esquina com muito tráfego ou estarem disponíveis mais patrulhas da polícia. Reparei como andavam de costas mais direitas e se viam a si mesmos de maneira diferente quando percebiam que as suas vozes contavam. Através deles, resolvi as questões que subsistiam sobre a minha identidade racial. Porque, afinal, não havia uma maneira única de ser negro; tentar apenas ser um homem bom bastava. Através deles, descobri uma comunidade de fé: a de que era aceitável duvidar, questionar e continuar a tentar chegar a algo que estava para lá do aqui e agora. E porque vi em caves de igrejas e alpendres de bangalós os mesmos valores — honestidade, trabalho esforçado e empatia — que me

haviam sido incutidos pela minha mãe e pelos meus avós, vim a confiar no fio de ligação comum que existia entre as pessoas.

Por vezes, não posso deixar de me interrogar sobre o que teria acontecido se eu tivesse continuado como organizador ou, pelo menos, alguma versão disso. Como muitos heróis locais que conheci ao longo dos anos, poderia ter conseguido erguer uma instituição capaz de reformatar todo um bairro ou uma parte da cidade. Profundamente ancorado numa comunidade, poderia ter conduzido dinheiro e imaginação para mudar não o mundo, mas apenas *aquele* lugar ou um grupo de miúdos, levando a cabo acções que tivessem efeito nas vidas de residentes e amigos de maneira palpável e útil. Só que não fiquei lá. Parti para a Faculdade de Direito de Harvard. E é aqui que a história se torna mais indistinta no meu espírito, com os meus motivos expostos a interpretação.

NAQUELA ALTURA, disse a mim mesmo — e gosto ainda de mo dizer — que deixei a organização comunitária porque vi o trabalho que estava a fazer como demasiado vagaroso, demasiado limitado, incapaz de corresponder às necessidades das pessoas que eu tinha esperança de servir. Um centro de formação profissional local não podia compensar milhares de empregos perdidos devido ao encerramento de uma empresa metalúrgica. Um ATL não podia compensar as escolas subfinanciadas de forma crónica, ou crianças criadas pelos avós porque ambos os progenitores faziam horas extraordinárias. Parecia que, em cada problema, esbarrávamos continuamente em alguém — um político, um burocrata, algum director-executivo distante — que tinha o poder de melhorar as coisas, mas não o fazia. E, quando conseguíamos concessões dessas pessoas, a maior parte das vezes eram demasiado modestas e demasiado tardias. O poder de

influenciar orçamentos e orientar políticas era aquilo de que precisávamos, e esse poder residia noutro lugar.

Além disso, apercebi-me de que, apenas dois anos antes de eu chegar, *tinha* existido um movimento de mudança em Chicago, um movimento que era tanto social como político: uma corrente profunda e rápida que eu não apreciara plenamente porque não se harmonizava com as minhas teorias. Fora o movimento para eleger Harold Washington como primeiro presidente da câmara negro daquela cidade.

Parecia ter surgido do nada, uma campanha política tão fundada nas bases quanto fora alguma vez dado ver na política moderna. Um pequeno grupo de activistas e líderes empresariais negros, cansados do preconceito crónico e das iniquidades da grande cidade com maior segregação dos Estados Unidos, decidiu registar um número sem precedentes de eleitores, e depois recrutou um congressista rotundo, com um talento prodigioso, mas de ambição limitada, para se candidatar a um cargo que parecia estar bem para lá do seu alcance.

Ninguém achou que teria quaisquer hipóteses; até Harold estava céptico. A campanha desenrolou-se de forma precária, apoiada sobretudo em voluntários sem experiência. Só que depois aconteceu aquilo, uma espécie de combustão espontânea. Pessoas que nunca tinham reflectido sobre política, pessoas que nunca sequer tinham votado, foram arrastadas pela causa. Idosos e miúdos da escola começaram a usar os crachás azuis da campanha. Uma repugnância colectiva por continuar a suportar a acumulação perseverante de injustiça e desrespeito — todas as falsas operações de controlo de tráfego e manuais em segunda mão; todas as vezes que negros passaram por um pavilhão desportivo no parque a norte da cidade e repararam como era muito mais bonito e agradável do que o do seu bairro; todas as vezes que foram ultrapassados em promoções ou que lhes

foi negado crédito bancário — concentrou-se como um ciclone e derrubou a câmara municipal.

Quando cheguei a Chicago, Harold estava a meio do seu primeiro mandato. O conselho municipal, que outrora assinava de cruz tudo o que vinha do «Velho Daley», cindira-se em facções raciais, com uma maioria de conselheiros brancos a bloquear todas as reformas propostas por Harold. Este tentou seduzi-los e fazer acordos, mas eles nem vacilavam. Dava transmissões televisivas fascinantes, tribais e cruas, mas limitava o que Harold podia cumprir em prol dos que o haviam elegido. Foi preciso que um tribunal federal redefinisse o mapa racialmente desvirtuado da composição do conselho para que Harold pudesse finalmente obter a maioria e quebrar o garrote. E antes de ter podido realizar muitas das mudanças que prometera, morreu de ataque cardíaco. Um descendente da antiga ordem, Rich Daley, acabou por reconquistar o trono.

Longe do centro da acção, assisti ao desenrolar desse drama e tentei assimilar as suas lições. Vi como a energia tremenda do movimento não podia manter-se sem estrutura, organização e aptidões para a governação. Vi como uma campanha política baseada no desagravo racial, por mais razoável que fosse, gerava medo e reacções adversas, o que acabava por limitar a sua progressão. E, no rápido desmembramento da coligação de Harold após a sua morte, vi o perigo de depender de um único líder carismático para implementar a mudança.

Todavia, que força extraordinária ele foi, durante esses cinco anos! Não obstante o obstrucionismo, Chicago mudou, no mandato dele. Os serviços municipais, da poda do arvoredo à remoção da neve e à manutenção das estradas, passaram a distribuir-se de forma mais equitativa pelas divisões administrativas. Foram construídas novas escolas nos bairros pobres. Os empregos camarários já não estavam exclusivamente sujeitos a cunhas e a

comunidade empresarial começou, finalmente, a prestar atenção à falta de diversidade existente no seu pessoal.

Acima de tudo, Harold trouxe esperança às pessoas. A maneira como os habitantes negros de Chicago falavam dele nesses anos fazia lembrar a maneira como uma certa geração de progressistas brancos falara de Bobby Kennedy: não era tanto o que ele fazia, mas o modo como nos fazia sentir. Como se tudo fosse possível. Como se estivesse nas nossas mãos refazer o mundo.

No meu caso, foi algo que deixou uma semente. Fez-me pensar pela primeira vez que eu queria candidatar-me um dia a um cargo político. (Não fui o único a ser inspirado por ele: foi pouco depois da eleição de Harold que Jesse Jackson anunciou que se candidataria à presidência.) Não fora para aí que migrara a energia do movimento dos direitos civis, para a política eleitoral? John Lewis, Andrew Young, Julian Bond — não se tinham eles candidatado, decidindo que era essa a arena onde podiam fazer maior diferença? Eu sabia que havia armadilhas: os compromissos, a busca constante de dinheiro, o transviar dos ideais e a perseguição inflexível da vitória.

Porém, talvez houvesse outra maneira. Talvez se pudesse gerar a mesma energia, o mesmo sentido de propósito, não só no seio da comunidade negra, mas sobrepondo-se às linhas raciais. Talvez, com preparação, saber político e aptidões de administração suficientes, se pudessem evitar alguns dos erros de Harold. Talvez os princípios da organização comunitária pudessem ser orientados não somente para realizar uma campanha, mas para governar, para encorajar a participação e a cidadania activa, franquiando o processo àqueles que haviam sido deixados de fora. Ensinar as pessoas a não se limitarem a confiar nos seus líderes eleitos, mas a confiarem umas nas outras e em si próprias.

Foi isso que eu disse a mim mesmo. Contudo, essa não era a história completa. Eu debatia-me também com as questões mais circunscritas das minhas próprias ambições. Por mais que tivesse aprendido com a mobilização comunitária, não tinha muito para mostrar em termos de realizações concretas. Até a minha mãe, a mulher que seguira sempre uma batuta diferente, se preocupava comigo.

— Não sei, Bar — disse-me ela, certo Natal. — Podes passar a vida inteira a trabalhar fora das instituições, mas podes conseguir fazer mais se tentares mudar essas instituições a partir de dentro. — E acrescentou, com uma risada pesarosa: — Além disso, olha para mim: andar sem cheta é uma coisa demasiado valorizada.

E foi assim que, no Outono de 1988, levei as minhas ambições para um lugar onde a ambição dificilmente se distingue. Oradores de fim de curso, presidentes de associações de estudantes, eruditos da cultura clássica, campeões de debates: as pessoas que encontrei na Faculdade de Direito de Harvard eram em geral jovens homens e mulheres que impressionavam e, ao contrário de mim, tinham crescido com a convicção justificável de que estavam destinados a levar vidas que causariam impacto. Que eu me tenha vindo a sair bem por lá é algo que atribuo sobretudo ao facto de ser alguns anos mais velho do que os meus colegas de curso. Enquanto muitos se sentiam sobrecarregados com o trabalho, os dias despendidos na biblioteca — ou, melhor ainda, no sofá do meu apartamento fora do *campus*, com um jogo de futebol a passar na televisão silenciada — eram para mim um luxo total, depois de três anos a organizar reuniões comunitárias e a bater a portas no tempo frio.

Havia também isto: o estudo do Direito, afinal, não era assim tão diferente do que eu fizera durante os meus anos de cogitações solitárias sobre questões cívicas. Que princípios devem governar a relação entre o

indivíduo e a sociedade, e até onde iam as nossas obrigações para com os outros? Em que medida deve o Governo regular o mercado? Como se dá a mudança social e como podem as regras garantir que toda a gente tem voz?

Eu não me saciava desta matéria. Adorava as trocas de razões, principalmente com os estudantes mais conservadores que, não obstante o nosso desacordo, pareciam apreciar o facto de eu levar a sério a sua argumentação. Nas discussões em sala de aula, a minha mão levantava-se continuamente, valendo-me uns merecidos olhares exasperados. Não conseguia evitar: era como se, ao cabo de anos a isolar-me com uma estranha obsessão — como, digamos, o malabarismo ou a prática de engolir espadas — eu me visse agora na escola de circo.

Digo às minhas filhas que o entusiasmo compensa uma multiplicidade de lacunas… Pelo menos, isso aplicou-se a mim, em Harvard. No meu segundo ano, fui eleito o primeiro director negro da *Law Review*, o que suscitou alguma cobertura noticiosa nacional. Assinei um contrato para escrever um livro. Chegaram ofertas de emprego de várias partes do país e pensou-se que o meu percurso estava a partir de então traçado, tal como estivera o dos meus antecessores na *Law Review*: seria assessor de um Juiz do Supremo, trabalharia para um dos mais importantes escritórios de advogados ou para o gabinete do procurador-geral e, quando chegasse a altura certa, arriscaria na política. Era uma conjectura atordoante. A única pessoa que punha em dúvida este percurso tranquilo de ascensão parecia ser eu. Chegara demasiado depressa. Os salários chorudos com que me acenavam, a atenção… parecia uma armadilha.

Felizmente, dispunha de tempo para ponderar o meu próximo passo. De qualquer modo, a decisão mais importante que tinha pela frente acabaria por nada ter a ver com o Direito.

CAPÍTULO 2

MICHELLE LAVAUGHN ROBINSON já exercia advocacia quando nos conhecemos. Tinha vinte e cinco anos e era associada da Sidley & Austin, a firma sediada em Chicago onde trabalhei no Verão que se seguiu ao meu primeiro ano na faculdade de Direito. Era alta, bonita, engraçada, extrovertida, generosa e maliciosamente inteligente — fiquei apaixonado quase desde o primeiro instante em que a vi. Fora encarregada pela firma de se ocupar de mim, para se certificar de que eu sabia onde ficava a fotocopiadora do escritório e, genericamente, de que me sentia bem acolhido. Isso também implicava almoçarmos algumas vezes juntos, o que nos permitiu ficar sentados a conversar, primeiro sobre as nossas actividades profissionais, e depois acerca de tudo o resto.

No decurso dos dois anos seguintes, durante as pausas lectivas e quando Michelle foi a Harvard integrada na equipa de recrutamento da Sidley, jantámos juntos e demos longos passeios pela margem do rio Charles, a conversar sobre cinema, família e lugares no mundo que queríamos visitar. Quando o pai dela morreu inesperadamente de complicações decorrentes de esclerose múltipla, apanhei um avião para estar com ela, e ela reconfortou-me quando eu soube que o meu avô tinha cancro da próstata em estado avançado.

Por outras palavras, tornámo-nos amigos, além de amantes; e quando estava próxima a minha formatura em Direito, abordámos cautelosamente a possibilidade de uma vida conjunta. Certa vez, levei-a a um seminário de mobilização popular conduzido por mim, em obséquio a um amigo que

dirigia um centro comunitário na zona sul. Os participantes eram na sua maioria mães solteiras, algumas a receber assistência social, poucas com competências adequadas ao mercado de trabalho. Pedi-lhes que descrevessem o seu mundo como ele era e como gostariam que fosse. Era um exercício simples que eu fizera muitas vezes, uma maneira de as pessoas lançarem uma ponte entre a realidade das suas comunidades e das suas vidas, e as coisas que seria concebível mudarem. Depois disso, quando caminhávamos para o carro, Michelle deu-me o braço e disse-me que ficara sensibilizada com a minha empatia fácil com as mulheres.

— Deste-lhes esperança.

— Elas precisam de mais do que esperança — respondi.

Procurei explicar-lhe o conflito que sentia: entre trabalhar para a mudança no seio do sistema e fazer pressão contra ele; querer dirigir, mas querer dar força às pessoas para operarem a mudança por si mesmas; querer estar na política, mas não lhe pertencer.

Michelle olhou-me.

— O mundo como é e o mundo como devia ser — disse ela com suavidade.

— É mais ou menos isso.

Michelle era original; eu não conhecia ninguém que fosse exactamente como ela. E embora isso ainda não tivesse acontecido, começava a pensar que talvez a pedisse em casamento. Para Michelle, o casamento era um dado estabelecido, o passo orgânico seguinte numa relação séria como a nossa. Para mim, alguém que crescera com uma mãe cujos casamentos não haviam sido duradouros, a necessidade de formalizar uma relação fora sempre sentida como menos premente. Não só isso, mas nesses primeiros anos do nosso namoro podíamos ter discussões ferozes. Por mais convencido que eu pudesse ser, ela nunca cedia terreno. O irmão dela,

Craig, estrela de basquetebol em Princeton que trabalhou na banca de investimento antes de se dedicar a ser treinador, costumava dizer, a gracejar, que a família pensava que a Michelle («Miche», como lhe chamavam) nunca se casaria, por ser demasiado dura: nenhum homem conseguiria acompanhá-la. O mais estranho era que eu gostava disso nela, o modo como me desafiava constantemente e me obrigava a ser franco.

E o que pensava Michelle? Imagino-a imediatamente antes de nos conhecermos, a típica profissional muito jovem, muito cuidada e resoluta, concentrada na carreira e a fazer as coisas como deviam ser feitas, sem tempo para disparates. E depois aparece na vida dela este tipo estranho do Havai, com um guarda-roupa desmazelado e sonhos loucos. Isso fazia parte do meu encanto, dir-me-ia ela, era o que me distinguia dos indivíduos com quem ela crescera e dos homens com quem saíra. Diferente até do próprio pai dela, que adorava: um homem que nunca terminara o instituto de formação complementar, que fora atingido pela esclerose múltipla com trinta e poucos anos, mas que nunca se queixara e fora trabalhar todos os dias, comparecera em todos os recitais de dança de Michelle e nos jogos de basquetebol do Craig, e estava sempre presente para a família, o seu orgulho e a sua alegria.

A vida comigo prometia uma outra coisa a Michelle, aquilo que ela percebera ter perdido na infância: aventura, viagens, desafiar os limites. Tal como as raízes dela em Chicago — a grande família alargada, o seu bom senso, o seu desejo de ser uma boa mãe acima de tudo — prometiam uma âncora que eu almejara grande parte da minha juventude. Não nos limitávamos a amarmo-nos, a fazermos-nos rir mutuamente e a partilharmos os mesmos valores básicos; havia ali simetria, a maneira como nos complementávamos um ao outro. Podíamos tomar conta um do outro, vigiar os respectivos ângulos mortos. Podíamos ser uma equipa.

Claro que essa era outra maneira de dizer que éramos muito diferentes, na experiência e no temperamento. Para Michelle, o caminho para a vida boa era estreito e repleto de imprevistos. A família era o grande apoio, não se corriam grandes riscos de ânimo leve, e o êxito visível do exterior — um bom emprego, uma bela casa — não devia fazer-nos sentir ambivalentes, porque à nossa volta havia demasiado fracasso e carência, à distância de um despedimento ou de um tiroteio. Michelle nunca receava estar a vender-se, porque crescer no Lado Sul de Chicago implicara sempre sentir que, de alguma forma, estava à margem. No espírito dela, os obstáculos eram bastante claros, não era preciso ir à procura deles. As dúvidas decorriam de ter de se provar, por melhor que nos saíssemos, que tínhamos lugar naquela sala — e prová-lo não só aos que duvidavam de nós, mas também a nós próprios.

COM O CURSO DE DIREITO a concluir-se, falei do meu plano a Michelle. Não iria assessorar um Juiz. Em vez disso, mudar-me-ia de novo para Chicago, tentaria manter-me ligado ao trabalho comunitário ao mesmo tempo que exercia advocacia num pequeno escritório especializado em direitos civis. Se surgisse uma boa oportunidade, acrescentei, poderia até candidatar-me a um cargo político.

Nada disto a surpreendeu. Disse que confiava em mim para fazer o que considerasse ser correcto.

— Mas devo dizer-te, Barack, que penso que o que queres fazer é bastante difícil. — E acrescentou: — Isto é, quem me dera ter o teu optimismo. Por vezes tenho. Só que as pessoas conseguem ser tão egoístas e simplesmente ignorantes! Julgo que muita gente não quer ser incomodada. E parece-me que abunda na política gente que está disposta a tudo pelo

poder e só pensa em si mesma, sobretudo em Chicago. Não tenho a certeza de que alguma vez venhas a mudar isso.

— Posso tentar, não posso? — ripostei com um sorriso. — De que adianta ter um belo grau académico em Direito, se não se puder correr alguns riscos? Se não resultar, não resulta. Eu vou ficar bem. Vamos ficar bem.

Ela envolveu-me o rosto com as mãos.

— Já reparaste que se houver um caminho difícil e um caminho fácil, tu escolhes sempre o caminho difícil? A que achas que isso se deve?

Rimo-nos ambos. Porém, percebi que Michelle pensava ter captado alguma coisa. Era uma intuição que traria implicações para ambos.

APÓS VÁRIOS ANOS de namoro, casámo-nos na Trinity United Church of Christ a 3 de Outubro de 1992, com mais de trezentos dos nossos amigos, colegas e parentes alegremente comprimidos nos bancos da igreja. A cerimónia foi conduzida pelo pastor da igreja, o reverendo Jeremiah A. Wright, Jr., que eu conhecera e viera a admirar durante os meus tempos de organizador comunitário. Estávamos rejubilantes: começava oficialmente o nosso futuro conjunto.

Eu passara no exame para o exercício de advocacia, mas adiara a entrada na profissão por um ano para dirigir o Projecto VOTE!, em antecipação às eleições presidenciais de 1992 — uma das maiores operações de registo de eleitores na História do Ilinóis. Depois de voltarmos da nossa lua-de-mel na costa da Califórnia, fui dar aulas na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago, terminei o meu livro, entrei oficialmente para a Davis, Miner, Barnhill & Galland, um pequeno escritório de advocacia de direitos civis, especializado em casos de discriminação laboral, e dei apoio na área do imobiliário a grupos ligados ao alojamento acessível. Entretanto, Michelle

decidira que já lhe chegava de direito societário e foi trabalhar para o Departamento Municipal de Planeamento e Desenvolvimento de Chicago, ficando lá um ano e meio até aceitar dirigir um programa sem fins lucrativos de liderança para juventude denominado Aliados Públicos.

Gostávamos ambos do que fazíamos e das pessoas com quem trabalhávamos, e, com o tempo, envolvemo-nos em diversos esforços cívicos e filantrópicos. Fomos a jogos de bola e a concertos, partilhámos jantares com um círculo crescente de amigos. Conseguimos comprar um apartamento modesto, mas acolhedor, num condomínio em Hyde Park, mesmo em frente ao lago Michigan e a Promontory Point, a pouca distância de onde morava o irmão de Michelle, Craig, e a sua jovem família. A mãe de Michelle, Marian, ainda vivia na casa de família na Margem Sul, a menos de quinze minutos, e íamos visitá-la com frequência, banqueteando-nos com galinha frita e verduras, bolo *red velvet* e churrasco preparado pelo Pete, tio de Michelle. Depois de empanturrados, sentávamo-nos na cozinha e ouvíamos o tio contar histórias de juventude, o riso cada vez mais estridente à medida que a tarde avançava, enquanto primos, sobrinhos e sobrinhas pulavam nas almofadas do sofá até serem mandados para o pátio.

No regresso a casa, de carro, ao crepúsculo, Michelle e eu falávamos por vezes de ter filhos nossos — como poderiam ser, ou quantos, e que tal um cão? — e imaginávamos todas as coisas que faríamos juntos, como família.

Uma vida normal. Uma vida produtiva e feliz. Devia ter bastado.

FOI ENTÃO QUE, no Verão de 1995, apareceu subitamente uma oportunidade política, na sequência de uma estranha cadeia de acontecimentos. O congressista em exercício do Segundo Distrito de Ilinóis, Mel Reynolds, fora alvo de várias acusações, incluindo o alegado envolvimento sexual com uma voluntária de campanha que tinha dezasseis anos. Se fosse

condenado, seria realizada de imediato uma eleição especial para o substituir.

Eu não vivia no distrito e faltava-me a notoriedade e a base de apoio para lançar uma candidatura ao Congresso. No entanto, a senadora estadual da nossa área, Alice Palmer, era elegível para concorrer ao lugar e, não muito antes de o congressista ser condenado, em Agosto, ela manifestou interesse na corrida. Alice, afro-americana e antiga professora com raízes profundas na comunidade, tinha uma folha de serviço sólida, apesar de discreta, e era apreciada pelos progressistas e por alguns dos activistas negros da velha guarda que tinham ajudado a eleger Harold; e embora eu não a conhecesse, tínhamos amigos comuns. Por causa do trabalho que eu fizera para o Projecto VOTE!, foi-me pedido que auxiliasse a campanha dela em formação e, com as semanas a passar, várias pessoas encorajaram-me a pensar em candidatar-me ao lugar de Alice no Senado, que em breve ficaria vago.

Antes de falar com Michelle, fiz uma lista dos prós e dos contras. Senador estadual não era um cargo fascinante — a maioria das pessoas não fazia ideia de quem eram os seus legisladores estaduais — e Springfield, a capital do Estado, era famosa por gastos locais para fins de campanha, trocas de favores, subornos e outras irregularidades políticas à velha maneira. Por outro lado, eu tinha de começar a partir pedra por algum lado. Além disso, a assembleia legislativa estadual do Ilinóis só realizava sessões durante algumas semanas por ano, o que significava que poderia continuar a ensinar e a trabalhar no escritório de advocacia.

Melhor do que tudo foi Alice Palmer aceitar apoiar-me. Com o julgamento do Reynolds ainda pendente, era difícil saber como funcionaria a calendarização. Tecnicamente, seria possível Alice candidatar-se ao Congresso reservando a opção de conservar o seu assento na assembleia

estadual se perdesse a eleição, mas ela insistiu comigo e com outros que estava farta do Senado e pronta a partir para outra. Juntando-se a isso a oferta de apoio do nosso conselheiro municipal, Toni Preckwinkle, que se gabava da melhor organização na área, as minhas hipóteses pareciam mais do que boas.

Falei com Michelle e lancei o barro à parede.

— Pensa nisto como uma experiência.

— Bah!

— Molhar os pés para ver como está a água.

— Pois.

— Então, que te parece?

Ela deu-me um beijo rápido na face.

— Acho que isto é algo que queres fazer, por isso deves fazê-lo. Promete-me só que nunca terei de viver em Springfield.

Havia uma última pessoa que eu tinha de consultar antes de dar o tiro de partida. Nos começos do ano, a minha mãe adoecera e fora-lhe diagnosticado cancro do útero. O prognóstico não era bom. Pelo menos uma vez por dia, a ideia de a perder apertava-me o coração. Tinha ido ao Havai mal ela recebera a notícia e ficara aliviado ao encontrá-la com a aparência habitual e bem-disposta. Confessou-me que estava assustada, mas queria ser tão agressiva quanto possível no tratamento.

— Não vou a lado nenhum até me dares netos — disse-me.

Recebeu a notícia da minha possível candidatura senatorial com o entusiasmo do costume, insistindo para que eu lhe contasse todos os pormenores. Reconheceu que seria muito trabalho, mas a minha mãe nunca fora de ver no trabalho duro senão uma coisa boa.

— Certifica-te de que a Michelle aceita bem isso — aconselhou-me. — Não que eu seja perita matrimonial… E não te atrevas a usar-me como

desculpa para não ires em frente. Já tenho bastante com que lidar sem ter de sentir que toda a gente está a deixar as suas vidas em suspenso. É mórbido, percebes?

— Percebo.

Sete meses volvidos sobre o diagnóstico, a situação agravar-se-ia. Em Setembro, fui com Michelle a Nova Iorque, para acompanhar Maya e a minha mãe a uma consulta de um especialista do Memorial Sloan Kettering. Então a meio da quimioterapia, tinha-se transformado fisicamente. O comprido cabelo escuro tinha desaparecido; os olhos pareciam encovados. Pior ainda, a avaliação do especialista foi que o cancro estava no estádio quatro e as opções de tratamento eram limitadas. Ao ver a minha mãe chupar cubos de gelo porque as glândulas salivares não funcionavam, tive de dar o meu melhor para exibir uma expressão corajosa. Contei-lhe histórias engraçadas do meu trabalho e descrevi-lhe o enredo de um filme que tinha visto recentemente. Rimo-nos quando Maya — nove anos mais nova do que eu e na altura a estudar na Universidade de Nova Iorque — me recordou como o mano mais velho costumava ser mandão. Segurei a mão da minha mãe, certificando-me de que estava confortável antes de repousar algum tempo. Depois regressei ao quarto do hotel e chorei.

Foi nessa viagem a Nova Iorque que propus que a minha mãe viesse viver connosco em Chicago; a minha avó era demasiado velha para cuidar dela a tempo inteiro. Porém, a minha mãe, arquitecta eterna do seu próprio destino, recusou.

— Prefiro estar num lugar familiar e quente — disse, pegando num pedaço de gelo e olhando pela janela. Fiquei ali sentado a sentir-me impotente, a pensar no longo caminho que ela percorrera na sua vida, como cada passo desse caminho devia ter sido inesperado, tão juncado de

acidentes felizes. Nem uma só vez a ouvi insistir nas desilusões. Em vez disso, parecia encontrar pequenos prazeres em toda a parte.

Até chegar isto.

— A vida é estranha, não é? — disse ela baixinho.

Era.

SEGUINDO O CONSELHO da minha mãe, lancei-me na minha primeira campanha política. Dá-me vontade de rir pensar como aquela foi uma operação totalmente despojada, não muito mais sofisticada do que a campanha para uma associação de estudantes. Não houve peritos em sondagens, investigadores, tempos de antena na televisão ou na rádio. O meu anúncio, a 19 de Setembro de 1995, foi feito no Ramada Inn, em Hyde Park, com *pretzels* e batatas fritas, e umas duas centenas de apoiantes — dos quais provavelmente um quarto estava ligado a Michelle. A nossa literatura de campanha consistia numa ficha de vinte por doze centímetros e meio, com o que parecia ser uma fotografia minha tipo passe, algumas linhas biográficas e uma listagem de cinco pontos programáticos que eu produzira no meu computador. Fora impressa na Kinko's.

Fiz questão de contratar dois veteranos políticos que conhecera no âmbito do Projecto VOTE! Carol Anne Harwell, a minha directora de campanha, era alta e vigorosa, com quarenta e poucos anos e cedida por um escritório do Lado Ocidental. Embora parecesse irrefreavelmente divertida, conhecia bem os duros meandros da política de Chicago. Ron Davis, um homem com compleição de urso-pardo, era nosso director de campo e especialista em petições. Tinha tez africana com sardas acinzentadas, pêlo facial esparso e óculos de aros grossos, ficando a corpulência dissimulada pela camisa preta com a fralda de fora que parecia usar todos os dias.

Ron revelou-se indispensável: o Ilinóis tinha regras de acesso eleitoral

muito estritas, concebidas para dificultar a vida a pretendentes que não dispusessem de apoio partidário. Para chegar ao boletim de voto, um candidato precisava de mais do que setecentos eleitores registados que vivessem no distrito e assinassem uma petição que era posta a circular e certificada por alguém que também ali vivesse. Uma «boa» assinatura tinha de ser legível, estar inequivocamente ligada a um endereço local e ser de um eleitor registado. Ainda me recordo da primeira vez em que um grupo dos nossos se reuniu em torno da mesa da nossa sala de jantar, Ron a resmungar e a suspirar a passar as pranchetas com as petições presas, juntamente com ficheiros de eleitores e uma folha de instruções. Propus que, antes de falarmos das petições, organizássemos alguns fóruns para contacto com o candidato e redigíssemos alguns documentos programáticos. Carol e Ron entreolharam-se e riram.

— Chefe, deixa que te diga uma coisa — disse Carol. — Podes poupar essa treta toda da Liga das Mulheres Eleitoras para depois da eleição. Para já, a única coisa que interessa está nestas petições. Os tipos contra quem estás a concorrer vão passar estas coisas a pente fino para ver se as tuas assinaturas são válidas. Se não forem, não poderás jogar. E garanto-te que, por mais cuidado que tenhamos, cerca de metade das assinaturas acabará por não servir, razão pela qual temos de obter pelo menos o dobro das que nos pedem.

— O quádruplo das que nos pedem — corrigiu Ron, entregando-me uma prancheta.

Devidamente acautelado, segui de carro para um dos bairros que Ron escolhera para recolha de assinaturas. Senti-me como nos meus primeiros dias de organização comunitária, a andar de residência em residência, não estando algumas pessoa em casa ou não querendo abrir a porta; mulheres com rolos no cabelo e crianças em correrias à volta delas, homens a

trabalhar nos quintais; ocasionalmente, homens jovens em *T-shirt* e lenços amarrados na cabeça, hálito espesso de álcool e a perscrutar as redondezas. Havia aqueles que me queriam falar de problemas na escola local ou da violência armada que recrudescia no que fora um bairro estável de classe trabalhadora. Na sua maioria, porém, as pessoas pegavam na prancheta, assinavam e tentavam regressar o mais rapidamente possível ao que estavam a fazer.

Se bater às portas era para mim prática bastante habitual, tratava-se de uma nova experiência para Michelle, que dedicou corajosamente parte de cada fim-de-semana a ajudar. E, embora ela recolhesse muitas vezes mais assinaturas do que eu — com aquele sorriso potente e histórias de ter crescido a alguns quarteirões dali —, não havia sorrisos duas horas depois, quando voltávamos para o carro para regressar a casa.

— Tudo o que sei — disse ela a dada altura — é que tenho mesmo de te amar, para passar a minha manhã de sábado a fazer isto.

No decurso de vários meses, conseguimos recolher quatro vezes o número exigido de assinaturas. Quando não estava no escritório ou a leccionar, eu visitava clubes de bairro, instituições sociais de igrejas e lares de idosos, defendendo a minha candidatura junto dos eleitores. Não era um candidato notável. O meu discurso-modelo era hirto, repleto de factóides e linguajar político, com pouca inspiração e humor. Também considerava embaraçoso falar de mim. Como organizador, fora treinado para ficar sempre em segundo plano.

No entanto, melhorei, fiquei mais descontraído e, lentamente, aumentaram as fileiras dos meus apoiantes. Angariei patrocínios de funcionários locais, sacerdotes e umas quantas organizações progressistas; consegui até declarações de posição passadas a escrito. E gostaria de dizer que foi assim que terminou a minha primeira campanha: o jovem e

impetuoso candidato e a sua esposa perfeita, bela e indulgente, começando com alguns amigos na sua sala de jantar, congregando as pessoas em torno de uma nova variedade de política.

Só que não foi isso que aconteceu. Em Agosto de 1995, o nosso congressista caído em desgraça foi finalmente condenado e sentenciado a pena de prisão; a eleição extraordinária foi marcada para o fim de Novembro. Com o lugar vago e o calendário oficialmente fixado, outros além de Alice Palmer saltaram para a corrida ao Congresso, entre eles Jesse Jackson Jr., que atraíra a atenção a nível nacional pela apresentação inspiradora que o pai fizera dele na Convenção Democrata Nacional em 1988. Michelle e eu conhecíamos Jesse Jr. e gostávamos dele. A irmã, Santita, fora uma das melhores amigas de Michelle na escola secundária e dama de honor no nosso casamento. Era suficientemente popular para que o seu anúncio alterasse de imediato a dinâmica da corrida, deixando Alice em grande desvantagem. E como a eleição especial para o Congresso ia agora realizar-se algumas semanas antes do prazo para serem entregues as petições para o lugar de Alice no Senado, a minha equipa começou a preocupar-se.

— É melhor certificares-te outra vez de que a Alice não vai implicar contigo, se perder para o Jesse Jr. — disse Ron.

Abanei a cabeça.

— Ela prometeu-me que não se ia candidatar. Deu-me a palavra de honra e disse-o publicamente, até aos jornais.

— Está certo, Barack. Mas podes verificar mais uma vez, por favor?

Fi-lo, telefonando a Alice e obtendo novamente a garantia dela de que, não obstante o que acontecesse com a sua candidatura ao Congresso, era ainda sua intenção abandonar a política estadual.

Contudo, quando Jesse Jr. ganhou a eleição especial, ficando Alice num

distante terceiro lugar, algo se alterou. Começaram a aparecer histórias na imprensa local acerca de uma campanha chamada «Mobilizar Alice Palmer». Alguns dos apoiantes de sempre dela solicitaram uma reunião e, quando compareci, aconselharam-me a abandonar a corrida. A comunidade não se podia dar ao luxo de prescindir da senioridade de Alice, explicaram. Eu devia ser paciente, que a minha vez chegaria. Defendi a minha posição — afinal, tinha voluntários e financiadores que já haviam investido muito na campanha; tinha continuado a apoiar Alice mesmo depois de Jesse Jr. se candidatar —, mas os meus interlocutores não se deixaram demover. Quando falei com Alice, tornou-se claro para onde se encaminhavam as coisas. Na semana seguinte, ela convocou uma conferência de imprensa em Springfield, anunciando que ia entregar as suas próprias petições no derradeiro minuto, para participar no sufrágio e manter o seu assento.

— Eu disse-te — atirou-me Carol, puxando a fundo o fumo do cigarro e soprando-o em pluma fina para o tecto.

Senti-me desalentado e traído, mas achei que nem tudo estava perdido. Tínhamos montado uma boa organização nos últimos meses e quase todos os responsáveis eleitos que me tinham apoiado declararam que continuariam connosco. Ron e Carol estavam menos confiantes.

— Detesto dizer-to, chefe, mas a maioria das pessoas ainda não tem ideia de quem tu és — disse-me Carol. — Claro que também não sabem quem ela é, mas… e isto sem ofensa… «Alice Palmer» é um nome muito melhor para um boletim de voto do que «Barack Obama».

Percebi o que ela queria dizer, mas informei a equipa de que íamos levar as coisas até ao fim, ainda que houvesse alguns figurões de Chicago a exortar-me repentinamente a desistir da candidatura. E então, certa tarde, Ron e Carol chegaram a minha casa ofegantes e com ar de terem ganhado a lotaria.

— As petições da Alice — explicou Ron — são péssimas. As piores que alguma vez vi. Todos aqueles negros que estavam a tentar intimidar-te para abandonares a corrida nem se incomodaram em fazer realmente o trabalho. Isto pode ter como resultado que ela não chegue às eleições.

Examinei as contagens informais que Ron e os nossos voluntários de campanha tinham efectuado. Era verdade: as petições que Alice submetera pareciam estar repletas de assinaturas inválidas — pessoas cujos domicílios ficavam fora do distrito, múltiplas assinaturas com nomes diferentes, mas a mesma caligrafia. Cocei a cabeça.

— Não sei, malta…

— Não sabes o quê? — perguntou Carol.

— Não sei se quero ganhar desta maneira. Bem, claro que estou lixado com o que aconteceu. Mas essas regras eleitorais não têm muito sentido. Preferia vencê-la, simplesmente.

Carol recuou, com o maxilar a contrair-se.

— Esta mulher *prometeu*, Barack! Andámos todos lá fora a dar o litro, com base nessa promessa. E agora, quando ela está a tentar lixar-te, e nem sequer consegue fazê-lo como deve ser, vais deixá-la safar-se? Não achas que eles te punham fora da corrida num piscar de olhos, se pudessem? — Abanou a cabeça. — *Ná*, Barack. Tu és um bom tipo… foi por isso que acreditámos em ti. Mas, se deixares passar isto em branco, bem podes voltar a ser professor e outra coisa qualquer, porque a política não é para ti. Vais ser engolido vivo e não farás bem nenhum por ninguém.

Olhei para Ron, que disse baixinho:

— A Carol tem razão.

Recostei-me na cadeira e acendi um cigarro. Senti-me suspenso no tempo, esforçando-me por decifrar o que sentia nas entranhas. A que ponto

desejava ganhar? Obriguei-me a recordar aquilo que acreditava poder fazer naquele cargo, o quanto estava disposto a trabalhar, se tivesse oportunidade.

— Muito bem — disse, por fim.

— Muito bem! — retrucou Carol, de novo a sorrir.

Ron recolheu os papéis e meteu-os na mala.

Seria preciso um par de meses para o processo chegar ao fim, mas, com a minha decisão nesse dia, a corrida estava na prática concluída. Entregámos a nossa contestação na Comissão de Eleições de Chicago e, quando se tornou claro que o conselho ia decidir a nosso favor, Alice desistiu. Sem opositor democrata e apenas uma oposição republicana simbólica, eu estava a caminho do senado estadual.

Qualquer que fosse a visão de um tipo mais nobre de política, teria de esperar.

Suponho que há lições úteis a retirar dessa primeira campanha. Aprendi a respeitar as minudências da política, a atenção que o detalhe exigia, o trabalho monótono diário que podia vir a fazer a diferença entre ganhar ou perder. Confirmou também o que eu já sabia a respeito de mim mesmo: apesar da minha preferência pelo jogo limpo, não gostava de perder.

Porém, a lição que calou mais fundo em mim nada teve que ver com a mecânica de campanha ou a política de taco e bola. Teve que ver com o telefonema que recebi de Maya, do Havai, num dia do começo de Novembro, bem antes de saber qual seria o desfecho da minha candidatura.

— Ela sofreu uma recaída grave, Bar — disse-me.

— Grave a que ponto?

— Penso que é melhor vires cá agora.

Eu já sabia que o estado da minha mãe se vinha a deteriorar: falara com ela apenas alguns dias antes. Ao escutar-lhe um novo nível de dor e resignação na voz, reservara um voo para o Havai para a semana seguinte.

— Ela consegue falar? — perguntei então a Maya.

— Não me parece. Vai desfalecendo e reanimando-se.

Desliguei o telefone e liguei para a companhia aérea, a alterar o meu voo logo para o início da manhã seguinte. Telefonei a Carol para cancelar alguns eventos da campanha e passei em revista o que tinha de ser feito na minha ausência. Algumas horas depois, Maya voltou a ligar.

— Lamento, querido. A Mamã foi-se.

Não chegara a recuperar a consciência, disse-me a minha irmã. Maya ficara à cabeceira dela no hospital, a ler-lhe um livro de lendas populares enquanto ela esmorecia.

Realizámos a cerimónia fúnebre nessa semana, no jardim japonês das traseiras do Centro Leste-Oeste da Universidade do Havai. Recordo-me de brincar ali em criança, ficando a minha mãe sentada ao sol, a vigiar-me, enquanto eu rebolava na relva, saltava de pedra em pedra nos caminhos e apanhava girinos no ribeiro que corria num dos lados. Depois da cerimónia, Maya e eu seguimos de carro para o miradouro junto do promontório de Koko e lançámos as cinzas dela ao mar, com as ondas a rebentarem nos rochedos. E pensei na minha mãe e na minha irmã, sozinhas naquele quarto de hospital sem que eu lá estivesse, tão embrenhado nos meus projectos. Soube que nunca poderia recuperar aquele momento. À minha dor somou-se uma imensa vergonha.

A MENOS QUE SE VIVA no extremo sul de Chicago, o itinerário mais rápido para Springfield é pela I-55. Durante a hora de ponta, o trânsito que sai da baixa e atravessa os subúrbios ocidentais arrasta-se; porém, logo que se passa para lá de Joliet, as coisas melhoram e surge uma extensão recta e lisa de asfalto que corta para sudoeste através de Bloomington (sede dos seguros State Farm e da Beer Nuts) e de Lincoln (que recebeu o nome do

presidente quando ele era somente advogado) e nos faz seguir ao longo de quilómetros e quilómetros de milheirais.

Percorri essa estrada durante quase oito anos, geralmente sozinho e em cerca de três horas e meia, viajando ida e volta para Springfield durante algumas semanas no Outono e durante grande parte do Inverno e começo da Primavera, quando a assembleia legislativa do Ilinóis fazia a maior parte do seu trabalho. Seguia para lá na terça-feira à noite depois do jantar e regressava a casa na quinta ao fim do dia ou na sexta de manhã. A rede de telemóvel extinguia-se cerca de uma hora depois de deixar Chicago e os únicos sinais que surgiam no quadrante depois disso eram de rádio falada e estações musicais cristãs. Para me manter acordado, escutava livros áudio, quanto mais extensos, melhor. Eram sobretudo romances (John Le Carré e Toni Morrison eram os meus preferidos), mas também livros de História, da Guerra Civil, da época vitoriana ou da queda do Império Romano.

Quando questionado, dizia a amigos cépticos o quanto andava a aprender em Springfield e, pelo menos durante os primeiros anos, isso era verdade. De todos os cinquenta Estados, o Ilinóis é o que melhor representa a demografia da nação, acolhendo uma metrópole sobrepovoada, subúrbios muito vastos, campos agrícolas, cidades fabris e uma região meridional considerada mais sulista do que nortista. Em certos dias, sob a cúpula alta do capitólio, poderia ver-se uma secção transversal dos Estados Unidos em perfeita exposição, um poema de Carl Sandburg insuflado de vida. Havia miúdos da baixa a empurrarem-se uns aos outros numa visita de estudo, banqueiros bem penteados a manusear os seus telemóveis articulados, agricultores de boné a tentar conseguir o alargamento das comportas que possibilitariam a passagem das suas barcaças industriais com as colheitas para o mercado. Viam-se mães latinas à procura de financiamento para um novo infantário e motociclistas na meia-idade, totalmente equipados, com

grandes suíças e blusões de cabedal, a tentar impedir mais uma proposta legislativa para os obrigar a usar capacete.

Conservei a cabeça baixa nesses primeiros meses. Alguns dos meus colegas sentiam desconfiança pelo meu nome singular e pela minha estirpe de Harvard, mas fiz o trabalho de casa e ajudei a angariar dinheiro para as campanhas de outros senadores. Vim a conhecer os meus colegas legisladores e os colaboradores deles, não só na câmara do Senado, mas também no campo de basquetebol, em saídas para jogar golfe e durante os jogos de póquer bipartidários semanais que organizávamos — dois dólares com um limite de subida para o triplo, numa sala com o ar saturado de fumo, conversa de baixo nível e o silvo vagaroso de mais uma lata de cerveja a ser aberta.

Ajudava o facto de eu já conhecer o líder da minoria no Senado, um homem negro robusto, de pele bem escura, a rondar os sessenta anos, chamado Emil Jones. Ele chegara ali através das fileiras de uma das organizações tradicionais de bairro tuteladas por Daley e representava o distrito onde outrora eu me dedicara à organização. Conhecemo-nos da seguinte maneira: eu levara um grupo de pais ao gabinete dele, solicitando uma reunião com vista a conseguir financiamento para um programa de preparação para a faculdade, destinado à juventude da área. Em vez de fazer braço-de-ferro connosco, convidou-nos a entrar.

— Podem não saber, mas estava à espera que aparecessem — disse. Explicou como nunca tivera oportunidade de se formar no ensino superior; queria ter a certeza de que era dirigido mais dinheiro público para bairros negligenciados de negros. — Vou deixar que seja você a determinar aquilo de que precisamos — disse-me com uma palmada nas costas, quando o meu grupo deixou o gabinete. — Deixe a política comigo.

O certo é que Emil obteve o financiamento para o programa e a nossa

amizade prosseguiu no Senado. Ele tinha um estranho orgulho em mim e tornou-se quase protector das minhas tendências reformistas. Até quando precisava muito de um voto para um acordo que andava a engendrar (conseguir licenças de jogo para barcos fluviais em Chicago era uma obsessão particular), nunca insistia comigo se eu lhe dissesse que não podia — embora não conseguisse evitar proferir algumas imprecações da sua preferência ao afastar-se para tentar a sorte com outro.

— O Barack é diferente — disse ele certa vez a um colaborador. — Vai longe.

Não obstante toda a minha diligência e a boa vontade de Emil, nenhum de nós podia alterar um facto inflexível: pertencíamos ao partido minoritário. No Senado do Ilinóis, os republicanos tinham adoptado a mesma abordagem intransigente que Newt Gingrich estava na altura a usar para neutralizar os democratas no Congresso. O Partido Republicano exercia controlo absoluto sobre as leis que eram aprovadas nas comissões e quais as emendas que se impunham. Springfield tinha uma designação especial para os membros mais novos da minoria, como eu: «cogumelos», porque «são nutridos com esterco e conservados às escuras».

De vez em quando, via-me capaz de dar forma a legislação significativa. Ajudei a criar a versão do Ilinóis de lei nacional de reforma da assistência social assinada por Bill Clinton e fiz o melhor que pude para garantir que dava apoio suficiente àqueles que estivessem a entrar no mercado laboral. Na sequência de um dos eternos escândalos de Springfield, o Emil encarregou-me de representar o grupo do partido numa comissão para actualizar as regras éticas. Mais ninguém quis a incumbência, presumindo que se tratava de uma causa perdida, mas, graças a uma boa relação com o meu congénere republicano Kirk Dillard, fizemos aprovar uma lei que refreava algumas das práticas mais embaraçosas — impossibilitando, por

exemplo, que fossem usados fundos de campanha em aquisições pessoais, como anexos à casa de família ou um casaco de peles. (Houve senadores que não nos falaram durante semanas, depois disso.)

Mais típica foi a ocasião, perto do final da primeira sessão, em que me levantei do meu lugar para contestar um bónus fiscal flagrante dado a uma indústria protegida, ao mesmo tempo que o Estado procedia a cortes nos serviços dirigidos aos pobres. Eu compilara os meus factos e preparara-me com a eficácia de um advogado da barra; fiz notar a razão por que as isenções fiscais tão injustificadas violavam os princípios conservadores do mercado em que os republicanos afirmavam acreditar. Quando voltei a sentar-me, o presidente do Senado, Pate Philip — um ex-fuzileiro musculado e de cabelo branco conhecido por insultar minorias e mulheres com uma notável e imprevidente frequência —, abeirou-se da minha mesa.

— Foi um discurso dos diabos — disse ele, a mascar um cigarro apagado. — Teve pontos muito pertinentes.

— Obrigado.

— Pode até ter mudado muitas convicções — acrescentou. — Mas não mudou votos nenhuns.

Com isso, fez sinal para o responsável que presidia e viu com satisfação as luzes verdes que significavam «sim» acenderem-se no quadro.

Era assim a política em Springfield: uma sucessão de transacções, na sua maioria ocultas; legisladores a ponderarem as pressões concorrentes de diversos interesses com a indiferença de comerciantes de bazar, ao mesmo tempo que vigiavam cuidadosamente o punhado de botões ideologicamente ao rubro — armas de fogo, aborto, impostos — que podiam gerar exaltação nas suas bases.

Não era que as pessoas não percebessem a diferença entre uma boa e uma má política. Simplesmente, não importava. O que toda a gente em

Springfield compreendia era que, 90 por cento das vezes, os eleitores nas suas casas não estavam atentos. Um compromisso complicado, mas valioso, a contrariar a ortodoxia do partido para apoiar uma ideia inovadora, era algo que nos podia custar um apoio crucial, um financiador de peso, um cargo de liderança ou até uma eleição.

Seria possível fazer com que os eleitores prestassem atenção? Tentei. No distrito, aceitei praticamente qualquer convite que se me apresentasse. Comecei a escrever uma coluna regular para o *Hyde Park Herald*, um semanário local com menos de cinco mil leitores. Organizei reuniões municipais, providenciando refrescos e pilhas de actualizações legislativas, ficando depois normalmente ali sentado com o meu colaborador solitário, a olhar para o relógio e à espera de uma multidão que nunca aparecia.

Não podia censurar as pessoas por não comparecerem. Estavam ocupadas, tinham família e decerto que a maioria dos debates em Springfield lhes devia parecer distante. Entretanto, nalgumas das questões mais importantes que interessavam aos meus constituintes, era provável que já estivessem de acordo comigo, visto que o meu distrito — como quase todos os distritos congressionais do Ilinóis — fora traçado com precisão quase cirúrgica para garantir o predomínio de um só partido. Se eu quisesse mais financiamento para escolas nos bairros pobres, se eu quisesse mais acesso aos cuidados primários de saúde ou formação profissional para trabalhadores dispensados, não precisava de persuadir os meus constituintes. As pessoas que eu tinha de atrair e persuadir viviam noutro lugar.

No final da minha segunda sessão, sentia já a atmosfera do capitólio — a futilidade de pertencer à minoria, o cinismo que tantos dos meus colegas ostentavam como uma medalha de honra — pesar sobre mim. E notava-se, sem dúvida. Certo dia, estando de pé na câmara circular depois de uma

proposta de lei apresentada por mim se ter esfumado, um lobista bem-intencionado veio ter comigo e passou-me o braço pelas costas.

— Tem de deixar de bater com a cabeça nas paredes, Barack — disse-me. — A chave para sobreviver a este lugar é compreender que se trata de um negócio. Como vender carros. Ou a limpeza a seco ao fundo da rua. Se começar a acreditar que é mais do que isso, vai dar em doido.

ALGUNS CIENTISTAS POLÍTICOS sustentam que tudo o que eu disse a respeito de Springfield descreve precisamente a maneira como se espera que funcione o pluralismo; que a negociação dura entre grupos de interesses pode não ser inspiradora, mas permite que a democracia vá prosseguindo de alguma maneira. E talvez na altura eu aceitasse mais facilmente esse argumento, não fosse a vida que estava a perder em casa.

Os primeiros dois anos da legislatura correram bem: Michelle estava ocupada com o seu próprio trabalho e, não obstante ela ter cumprido a promessa de não visitar a capital do Estado a não ser para o meu juramento inicial, continuávamos a conversar sem pressas pelo telefone nas noites em que eu estava fora. Então, certo dia do Outono de 1997, ela telefonou-me para o escritório com a voz a tremer.

— Aconteceu.

— O que é que aconteceu?

— Vais ser pai.

Eu ia ser pai. Como foram repletos de alegria os meses que se seguiram! Passei por todos os lugares-comuns do futuro pai: frequentar aulas do método Lamaze, tentar perceber como se montava um berço, ler o livro *O Que Esperar Quando Está à Espera de Bebé* de caneta na mão para sublinhar as passagens mais relevantes. Por volta das seis da manhã do dia 4 de Julho, Michelle sacudiu-me e disse que chegara a altura de ir para o

hospital. Procurei desajeitadamente em volta, agarrei no saco que tinha pronto à porta e, apenas sete horas depois, fui apresentado a Malia Ann Obama, quatro quilos e cinquenta gramas de perfeição.

Entre os seus muitos talentos, a nossa nova filha tinha um bom sentido de oportunidade: sem sessões plenárias, sem aulas e sem grandes casos pendentes em que trabalhar, pude tirar folga o resto do Verão. Coruja por natureza, ocupei-me do turno nocturno para que Michelle pudesse dormir, com Malia deitada sobre as minhas coxas enquanto eu lhe lia e ela me olhava com grandes olhos inquiridores, ou a dormitar com ela sobre o meu peito, depois de um arroto e de um bom cocó, tão quente e serena. Pensei nas gerações de homens que tinham perdido momentos como aqueles, pensei no meu próprio pai, cuja ausência tivera mais influência em mim do que o breve período que eu passara com ele, e apercebi-me de que não havia lugar na Terra onde eu mais quisesse estar.

Todavia, as tensões da parentalidade jovem acabaram por se fazer sentir. Após alguns meses abençoados, Michelle regressou ao trabalho e eu voltei a fazer malabarismo com três empregos. Tivemos a sorte de encontrar uma ama fantástica que cuidava de Malia durante o dia, mas acrescentar uma empregada a tempo inteiro ao nosso empreendimento familiar pesou bastante no nosso orçamento.

Michelle suportou o embate de tudo isto, correndo entre a maternidade e a profissão, duvidosa de que estivesse a desempenhar bem qualquer dos papéis. No final de cada serão, depois da hora da papa, do banho e da história, de limpar o apartamento, de tentar recordar se tinha ido buscar os fatos à lavandaria e tomar mentalmente nota para marcar consulta no pediatra, caía muitas vezes numa cama vazia, sabendo que todo o ciclo se reiniciaria dentro de poucas horas, enquanto o marido estava fora a fazer «coisas importantes».

Começámos a discutir mais, geralmente a horas tardias, quando estávamos os dois completamente esgotados.

— Não foi isto que pedi, Barack — disse Michelle a determinada altura. — Sinto que estou a fazer tudo sozinha.

Aquilo magoou-me. Se eu não estava a trabalhar, estava em casa — e se estava em casa e me esquecia de limpar a cozinha depois do jantar, era porque tinha de ficar a pé até tarde, a classificar exames ou a apurar um relatório. Porém, mesmo ao pensar na minha defesa, sabia que não estava a corresponder às expectativas. Na revolta de Michelle residia uma verdade mais difícil: eu estava a tentar realizar uma multiplicidade de coisas para uma multiplicidade de pessoas diferentes, estava a seguir o caminho difícil, precisamente como ela antevira quando os nossos fardos eram mais leves e as nossas responsabilidades pessoais não estavam tão comprometidas. Reflecti na promessa que fizera a mim mesmo depois de Malia nascer: que os meus filhos me *conheceriam*, que cresceriam cientes do meu amor por eles, sentindo que eu os pusera sempre em primeiro lugar.

Sentada à luz suave da nossa sala de estar, Michelle já não parecia zangada, apenas triste.

— Está a valer a pena? — perguntou.

Não me recordo do que respondi. Sabia que não podia confessar-lhe que já não tinha a certeza.

EM RETROSPECTIVA, é difícil compreender porque se fez uma coisa estúpida. Não me refiro às pequenas coisas: arruinar a gravata favorita porque se tentou comer sopa no carro ou dar cabo das costas por nos deixarmos convencer a jogar râguebi no Dia de Acção de Graças. Estou a falar de opções estúpidas na sequência de ponderação considerável: aquelas vezes

em que identificamos um problema real na nossa vida, o analisamos e depois, com perfeita confiança, chegamos justamente à solução errada.

Foi assim a minha candidatura ao Congresso. Depois de muitas conversas, tive de concordar que Michelle estava certa ao questionar se a diferença que eu estava a fazer em Springfield justificava o sacrifício. Não obstante, em vez de aligeirar a minha carga, segui no sentido contrário e decidi que precisava de carregar no acelerador para alcançar um cargo mais influente. Por volta dessa mesma altura, o congressista veterano Bobby Rush, antigo membro dos Panteras Negras, candidatou-se contra o presidente da câmara Daley na eleição de 1999 e foi trucidado, tendo maus resultados até no seu próprio distrito.

Pensei que a campanha de Rush fora desinspirada, sem outra fundamentação que não a promessa vaga de prosseguir o legado de Harold Washington. Se era assim que ele actuava no Congresso, concluí que podia fazer melhor. Depois de debater o assunto com alguns conselheiros de confiança, pus os meus colaboradores a improvisar uma sondagem interna para ver se seria viável disputar o lugar a Rush. A nossa amostra informal indicou-nos uma oportunidade. Fazendo uso dos resultados, consegui persuadir vários dos meus amigos mais próximos a financiar a candidatura. E então, apesar das advertências de políticos mais experientes de que Rush era mais forte do que parecia, e apesar da incredulidade de Michelle de que eu pensava de algum modo que ela se sentiria melhor se eu estivesse em Washington em vez de Springfield, anunciei a minha candidatura a congressista do Primeiro Distrito Congressional.

A disputa foi um desastre quase desde o início. Volvidas algumas semanas, principiaram os rumores do campo de Rush: «O Obama é um intruso; é apoiado por brancos; é um elitista de Harvard. E aquele nome… será que ele é mesmo negro?»

Tendo angariado dinheiro suficiente para encomendar uma sondagem feita em condições, descobri que Bobby tinha 90 por cento de reconhecimento do nome no distrito e 70 por cento de taxa de aprovação, ao passo que somente 11 por cento dos eleitores sabiam quem eu era. Pouco tempo depois, o filho adulto de Bobby foi trágica e fatalmente baleado, o que desencadeou uma efusão de solidariedade. Suspendi a minha campanha por um mês e assisti à cobertura televisiva do funeral a decorrer na minha própria igreja, com o reverendo Wright a presidir. Já a pisar gelo fino em casa, levei a família ao Havai para uma breve pausa de Natal, mas o governador convocou uma sessão especial para votar uma medida de controlo das armas de fogo que eu apoiava. Contudo, com Malia — aos dezoito meses — doente e impossibilitada de voar, perdi a votação e fui severamente vergastado pela imprensa de Chicago.

Perdi por trinta pontos.

Quando falo com jovens acerca de política, refiro-me por vezes a esta história como exemplo prático do que não fazer. Acrescento normalmente um pós-escrito, a descrever como, alguns meses depois da minha derrota, um amigo, receoso de que eu tivesse entrado em pânico, insistiu para que fosse com ele à Convenção Democrata Nacional 2000, em Los Angeles («Tens de saltar outra vez para a sela», disse-me). No entanto, quando aterrei em LA e tentei alugar um automóvel, recusaram-mo porque o meu cartão American Express ultrapassara o limite de crédito. Consegui chegar ao Staples Center, mas fiquei aí a saber que a credencial que o meu amigo me reservara não permitia a entrada na sala da convenção, o que me deixou a circular, infeliz, pelo perímetro, a assistir às festividades nos ecrãs de televisão instalados no exterior. Por fim, após um episódio embaraçoso mais para a noite, em que o meu amigo não conseguiu fazer-me entrar numa festa em que ia estar presente, apanhei um táxi de regresso ao hotel, dormi

no sofá da suíte dele e voei de volta para Chicago precisamente quando Al Gore estava a aceitar a nomeação.

É uma história engraçada, sobretudo à luz daquilo que vim a ser. Digo à minha audiência que essa história fala da natureza imprevisível da política e da necessidade de resiliência.

O que eu não menciono é a minha má disposição nesse voo de regresso. Tinha quase quarenta anos, estava falido, saíra de uma derrota humilhante e estava com o casamento sob tensão. Talvez pela primeira vez na vida, senti que tinha seguido na direcção errada; que, fossem quais fossem as reservas de energia e optimismo que julgava ter e qualquer que fosse o potencial com que sempre contara, se haviam esgotado num esforço inútil. Pior ainda, reconheci que, ao candidatar-me ao Congresso, me deixara impelir não por algum sonho altruísta de mudar o mundo, mas antes pela necessidade de justificar as escolhas que já fizera, ou para satisfazer o meu ego, ou para mitigar a minha inveja daqueles que haviam alcançado o que eu não alcançara.

Por outras palavras, tornara-me precisamente naquilo que fora objecto das advertências que fizera a mim mesmo, quando mais jovem. Tornara-me político… e, na verdade, um político que não era grande coisa.

CAPÍTULO 3

DEPOIS DE TER SIDO BATIDO por Bobby Rush, concedi-me alguns meses para me sentir triste e lamber as feridas antes de decidir que devia reenquadrar as minhas prioridades e avançar com as coisas. Disse a Michelle que tinha de fazer mais, por ela. Havia outro bebé a caminho e, embora eu continuasse a passar mais tempo fora do que ela teria preferido, pelo menos ela apercebeu-se do esforço que eu estava a fazer. Marquei as minhas reuniões em Springfield de modo a poder estar mais vezes em casa ao jantar. Tentei ser mais pontual e mais presente. E, a 10 de Junho de 2001, não tendo passado três anos do nascimento de Malia, sentimos a mesma explosão de alegria e o mesmo assombro absoluto quando Sasha chegou, tão rechonchuda e adorável quanto havia sido a irmã, com caracóis negros e densos a que era impossível resistir.

Durante os dois anos que se seguiram, levei uma vida mais tranquila, repleta de pequenas satisfações, feliz com o equilíbrio que parecia ter alcançado. Adorei pôr à Malia os seus primeiros *collants* de *ballet* e dar-lhe a mão quando passeávamos no parque; ver a bebé Sasha rir sem parar quando lhe mordiscava os pés; ouvir a respiração de Michelle abrandar, a cabeça dela apoiada no meu ombro, quando se deixava adormecer a meio de um filme antigo. Voltei a dedicar-me ao trabalho no Senado estadual e saboreei o tempo passado com os meus alunos na faculdade de Direito. Olhei seriamente para as nossas finanças e elaborei um plano para pagar as dívidas. Nos ritmos mais lentos do meu trabalho e dos prazeres da paternidade, comecei a reflectir em opções para uma vida depois da

política: talvez ensinar e escrever a tempo inteiro, ou regressar ao exercício da advocacia, ou candidatar-me a um emprego numa fundação de beneficência local, como outrora a minha mãe imaginara que eu faria.

Por outras palavras, após a minha candidatura malograda ao Congresso, experimentei um certo abandono, se não do meu desejo de fazer a diferença no mundo, pelo menos da insistência em que isso teria de ser feito num grande palco. O que poderia ter principiado por ser um sentimento de resignação para com quaisquer limites que o destino impusera à minha vida, veio a ser sentido mais como gratidão pela dádiva que já me fizera.

Todavia, duas coisas me impediam de romper decisivamente com a política. A primeira era que os democratas de Ilinóis tinham conquistado o direito de superintender a reformulação dos mapas distritais do Estado para reflectir os novos dados do censo de 2000, graças a uma subtileza na Constituição estadual que requeria que uma disputa entre a Câmara controlada pelos democratas e o Senado republicano fosse resolvida pela retirada de um nome de um dos velhos chapéus altos de Abraham Lincoln. Com esse poder, os democratas podiam reverter a distorção republicana da década anterior e melhorar consideravelmente as probabilidades de os democratas do Senado ficarem em maioria depois das eleições de 2002. Eu sabia que com mais uma legislatura obteria finalmente a possibilidade de aprovar algumas leis, realizar algo com significado em prol das pessoas que representava e, talvez, terminar a minha carreira política num tom mais positivo do que aquele que então a caracterizava.

A segunda coisa foi mais um instinto do que um acontecimento. Desde que fora eleito, tentara passar sempre alguns dias de cada Verão a visitar diversos colegas nos seus distritos de origem, pelo Ilinóis. Ia habitualmente com o meu principal adjunto no Senado, Dan Shomon, antigo jornalista da United Press International de óculos grossos, energia sem limites e voz de

buzina de nevoeiro. Atirávamos os nossos tacos de golfe, um mapa e algumas mudas de roupa para o porta-bagagens do meu *jeep* e seguíamos rumo a Sul ou a Oeste, serpenteando até Rock Island ou Pinckneyville, Alton ou Carbondale.

Dan era o meu principal conselheiro político, um bom amigo e a companhia ideal para viagem em estrada: de conversa fácil, perfeitamente à vontade com o silêncio, além de partilhar o meu hábito de fumar no carro. Tinha também um conhecimento enciclopédico de política estadual. Na primeira vez que fizemos a viagem, percebi que ele estava um pouco nervoso a respeito de como reagiriam os indivíduos do sul do Estado a um advogado negro de Chicago com nome de sonoridade árabe.

— Nada de camisas berrantes — instruiu-me ele antes de partirmos.

— Não tenho camisas berrantes — informei.

— Óptimo. Só pólos e caquis.

— Entendido.

Não obstante as preocupações de Dan de que eu parecesse deslocado, o que mais me surpreendeu durante as nossas viagens foi o modo como tudo parecia familiar, quer estivéssemos numa feira de condado, no salão de um sindicato ou no alpendre da quinta de alguém. Na maneira como as pessoas descreviam as suas famílias ou as suas ocupações. Na sua modéstia e hospitalidade. No seu entusiasmo pelo basquetebol liceal. Na comida que serviam, na galinha frita, no feijão cozido ou nas gelatinas. Nelas, eu ouvia ecos dos meus avós, da minha mãe, da mãe e do pai de Michelle. Os mesmos valores. As mesmas esperanças e sonhos.

Essas excursões tornaram-se mais esporádicas a partir do momento em que nasceram as minhas filhas. No entanto, o conhecimento simples e recorrente que proporcionaram permaneceu comigo. Compreendi que, enquanto os residentes do meu distrito de Chicago e dos distritos mais a sul

continuassem a ser estranhos entre si, a nossa política nunca mudaria verdadeiramente. Seria sempre demasiado fácil para os políticos alimentarem estereótipos que punham negros contra brancos, imigrantes contra nascidos no país, interesses rurais contra interesses urbanos.

Se, por outro lado, uma campanha pudesse de algum modo desafiar as concepções políticas reinantes na América acerca de quão divididos estávamos, então talvez fosse possível construir uma nova aliança entre os cidadãos. Os bem colocados já não poderiam manipular um grupo contra outro. Os legisladores poderiam ser libertados de definir os interesses dos seus constituintes — e os seus próprios interesses — de forma tão restrita. Os meios de comunicação poderiam detectar e examinar os problemas não da perspectiva de qual o lado que ganhava ou perdia, mas da de saber se os nossos objectivos comuns eram alcançados.

Em última análise, não seria isto que eu almejava? Uma política que fizesse a ponte entre as fracturas raciais, étnicas e religiosas, bem como entre os muitos fios soltos da minha própria vida? Talvez eu estivesse a ser irrealista; talvez tais divisões estivessem demasiado entrincheiradas. Porém, por mais que tentasse convencer-me do contrário, não conseguia eliminar a sensação de que era demasiado cedo para renunciar às minhas convicções mais profundas. Por mais que tentasse convencer-me de que a vida política chegara ao fim para mim, ou quase, sabia no fundo do coração que não estava pronto para a largar.

Ao pensar cada vez mais no futuro, uma coisa se tornou clara: o tipo de política de construção de pontes que eu imaginara não era adequado a uma corrida ao Congresso. O problema era estrutural, uma questão de como estavam traçadas as linhas distritais: num distrito esmagadoramente negro como aquele em que eu vivia, numa comunidade fustigada pela discriminação e a negligência havia já muito, o teste aplicado aos políticos

era na maioria das vezes definido em termos raciais, tal como o era em muitos distritos brancos rurais que se sentiam deixados para trás. «Com que eficácia fará frente àqueles que não são como nós», perguntavam os eleitores, «àqueles que se aproveitaram de nós, que nos olham com arrogância?»

Podia fazer-se a diferença a partir de uma base política tão estreita; com alguma senioridade, poderia assegurar-se melhores serviços aos constituintes, levar um ou dois grandes projectos para o seu distrito eleitor e, em articulação com aliados, tentar influenciar o debate nacional. Mas isso não seria suficiente para suprimir os constrangimentos políticos que tornavam tão difícil fazer chegar os cuidados de saúde àqueles que mais precisavam, ou melhores escolas para crianças pobres, ou empregos onde não havia nenhuns, os mesmos constrangimentos sob os quais actuava quotidianamente Bobby Rush.

Apercebi-me de que, para dar um verdadeiro abanão às coisas, tinha de falar para a mais vasta audiência possível e em prol dela. E a melhor maneira de o fazer era candidatar-me a um cargo a nível de Estado, como, por exemplo, o Senado dos Estados Unidos.

QUANDO PENSO AGORA na impertinência — o enorme atrevimento — de querer lançar uma candidatura ao Senado dos Estados Unidos tendo acabado de sair de uma derrota retumbante, não me é difícil admitir a possibilidade de eu estar simplesmente desesperado por mais uma oportunidade, como o alcoólico a racionalizar uma derradeira bebida. Só que não era isso que eu sentia. Pelo contrário, ao considerar a ideia na minha mente, senti uma enorme clareza — não tanto de que *ganharia*, mas de que *poderia ganhar* e que, se ganhasse, poderia causar um grande impacto. Conseguia vê-lo, conseguia senti-lo, como um avançado em

corrida que detecta uma brecha na linha da defesa e sabe que, se conseguir chegar com rapidez suficiente a essa abertura e romper, não haverá senão campo aberto entre ele e o ponto adicional. A par desta clareza surgiu uma percepção paralela: se eu não levasse o projecto a bom porto, seria altura de abandonar a política. Desde que tivesse dado o meu melhor, poderia fazê-lo sem pesar.

Discretamente, no decurso de 2002, comecei a pôr o plano à prova. Observando o panorama político do Ilinóis, vi que a noção de um legislador estadual negro pouco conhecido ir para o Senado dos Estados Unidos não era totalmente inverosímil. Vários afro-americanos já tinham conquistado ali cargos a nível estadual, incluindo a antiga senadora norte-americana Carol Moseley Braun, política talentosa, mas errática, cuja vitória galvanizara o país até ela se denunciar, com uma sucessão de golpes auto-infligidos que envolviam ética financeira. Entretanto, o republicano que levara a melhor sobre ela, Peter Fitzgerald, era um banqueiro abastado cujas ideias vincadamente conservadoras o haviam tornado algo impopular no nosso Estado cada vez mais pró-democrata.

Comecei por falar a um trio dos meus companheiros de póquer no Senado — os democratas Terry Link, Denny Jacobs e Larry Walsh — para saber se lhes parecia que eu podia competir nos enclaves da classe trabalhadora branca e rural que representavam. Pelo que haviam visto durante as minhas visitas, pensavam que eu seria capaz e todos aceitaram apoiar-me, se me candidatasse. O mesmo fizeram alguns altos funcionários progressistas brancos eleitos ao longo do lago Michigan, bem como uns quantos legisladores latinos independentes. Perguntei a Jesse Jr. se tinha algum interesse em candidatar-se e ele respondeu negativamente, acrescentando que estava preparado para me conceder o seu apoio. Danny Davis, o terceiro e genial congressista negro na delegação do Ilinóis,

também aderiu. (Não posso responsabilizar Bobby Rush por ser menos entusiasta.)

Mais importante era Emil Jones, posicionado para ser presidente do Senado estadual e, portanto, um dos três políticos mais poderosos no Ilinóis. Numa reunião no gabinete dele, fiz notar que nem um só dos actuais senadores dos Estados Unidos era afro-americano e que as políticas pelas quais tínhamos lutado juntos em Springfield precisavam verdadeiramente de um paladino em Washington. Acrescentei que, se ele viesse a ajudar um dos seus a ser eleito para o Senado dos Estados Unidos, isso decerto exasperaria alguns dos republicanos brancos da velha guarda em Springfield que ele sempre sentira que o subestimavam, um argumento que, julgo, lhe agradou particularmente.

Com David Axelrod, usei uma táctica diferente. Consultor de comunicação que fora antes jornalista e cujos clientes incluíam Harold Washington, o antigo senador Paul Simon e o presidente de câmara Richard Daley, Axe ganhara reputação a nível nacional por ser inteligente, duro e publicitário hábil. Eu admirava o trabalho dele e sabia que tê-lo comigo conferiria credibilidade à minha campanha em formação, não só no Estado, mas junto de financiadores e analistas nacionais.

Sabia também que ele seria uma aquisição difícil.

— É exequível — disse-me no dia em que nos encontrámos para almoçar num bar de River North.

Axelrod fora um dos muitos que me tinham advertido contra disputar a candidatura com Bobby Rush. Entre dentadas vigorosas na sanduíche, declarou que eu não me podia dar ao luxo de sofrer uma segunda derrota. E duvidou de que um candidato cujo nome rimava com «Osama» pudesse obter votos na zona sul. Além disso, ele já fora abordado por pelo menos dois outros prováveis candidato ao Senado — o fiscal de contas públicas do

Estado Dan Hynes e o gestor multimilionário de fundos de cobertura Blair Hull —, parecendo ambos em posições muito mais fortes para vencer, por isso aceitar-me como cliente teria provavelmente um custo pesado para a firma dele.

— Espere até que Rich Daley se retire e se candidate a presidente da câmara — rematou, a limpar mostarda do bigode. — É a melhor aposta.

Claro que ele tinha razão. Só que eu não estava a orientar-me pelas probabilidades convencionais. E pressenti em Axelrod — por baixo de todos os dados das sondagens, memorandos de estratégia e tópicos de discurso que constituíam as ferramentas dele — alguém que se via como mais do que apenas um mercenário, alguém que podia ser uma alma gémea. Em vez de argumentar com mecânica de campanha, tentei apelar-lhe ao coração.

— Alguma vez pensou como JFK ou Bobby Kennedy pareciam ir buscar o que há de melhor nas pessoas? — perguntei. — Ou se interrogou qual a experiência de ajudar Lyndon Johnson a aprovar a Lei do Direito de Voto, ou Franklin Roosevelt a instituir a Segurança Social, sabendo que estava a melhorar as vidas de milhões de pessoas? A política não tem de ser o que as pessoas pensam que é. Pode ser algo mais.

As imponentes sobrancelhas de Axe ergueram-se enquanto me esquadrinhava o rosto. Deve ter ficado claro que eu não estava apenas a tentar persuadi-lo; estava a persuadir-me a mim mesmo. Algumas semanas depois, telefonou para dizer que, depois de conversar sobre o assunto com os sócios e a esposa, Susan, decidira aceitar-me como cliente. Antes que eu pudesse agradecer-lhe, acrescentou uma condição.

— O seu idealismo é estimulante, Barack… mas, a menos que consiga angariar cinco milhões de dólares para o pôr na televisão, onde as pessoas poderão ouvi-lo, não tem hipóteses.

Com isto, senti-me finalmente pronto para sondar Michelle. Nessa altura, ela estava a trabalhar como directora-executiva dos assuntos da comunidade no sistema hospitalar da Universidade de Chicago, um emprego que proporcionava mais flexibilidade, mas ainda requeria algum malabarismo entre responsabilidades profissionais de alto nível, a coordenação das datas de actividades das miúdas e as recolhas na escola. Fiquei por isso um pouco surpreendido quando, em vez de me responder com um «Nem pensar, Barack!», ela propôs que conversássemos sobre o assunto com alguns dos nossos amigos mais chegados, incluindo Marty Nesbitt, homem de negócios próspero cuja esposa, a Dr.ª Anita Blanchard, fizera o parto das nossas duas filhas, e Valerie Jarrett, advogada brilhante e bem relacionada que fora chefe de Michelle no departamento de planeamento municipal e se tornara para nós uma espécie de irmã mais velha. O que eu não sabia na altura era que Michelle já falara com Marty e Valerie, e os encarregara de me dissuadirem da minha loucura.

Encontrámo-nos no apartamento de Valerie em Hyde Park e, no decurso de um pequeno-almoço longo e tardio, expliquei o processo que pensara, traçando os cenários que nos levariam à nomeação democrata e respondendo a perguntas sobre como esta candidatura se distinguiria da última. Não tentei ludibriar Michelle a respeito da quantidade de tempo que estaria fora. Porém, prometi que seria a prova crucial: ou subia ou saía. Se perdesse esta eleição, estávamos de vez fora da política.

Quando terminei, Valerie e Marty tinham sido convencidos, decerto que para mortificação de Michelle. Para ela, não se tratava de estratégia, tirando o facto de a ideia de mais uma campanha a atrair tanto como uma cárie dentária. Ela estava mais preocupada com o efeito nas nossas finanças familiares, que ainda não tinham recuperado plenamente da última candidatura. Recordou-me os empréstimos escolares, a hipoteca e a dívida

do cartão de crédito. Ainda não tínhamos começado a poupar para a universidade das nossas filhas e, para evitar conflitos de interesses, eu teria de deixar de exercer advocacia para me candidatar ao Senado, o que reduziria ainda mais os nossos rendimentos.

— Se perderes, ainda ficamos mais enterrados — disse. — E que acontece, se ganhares? Como é que vamos sustentar duas casas, em Washington e em Chicago, quando mal conseguimos aguentar só uma?

Eu antecipara a objecção.

— Se eu ganhar, querida, isso vai atrair a atenção nacional. Serei o único afro-americano no Senado. Com um perfil mais destacado, poderei escrever outro livro, que venderá muitos exemplares, e isso cobrirá as despesas adicionais.

Michelle soltou uma gargalhada aguda. Eu ganhara algum dinheiro com o meu primeiro livro, mas nada próximo do que seria necessário para pagar as despesas em que me propunha agora incorrer. Do ponto de vista da minha mulher — e imagino que da maioria das pessoas —, um livro ainda não escrito dificilmente constituía um plano financeiro.

— Por outras palavras, tens feijões mágicos no bolso — disse ela. — É isso que me estás a dizer. Tens feijões mágicos, vais plantá-los e, de um dia para o outro, vai crescer um enorme feijoeiro até entrar no céu, vais trepar por esse feijoeiro, matar o gigante que vive nas nuvens e depois trazes para casa um ganso que põe ovos de ouro. É assim?

— É mais ou menos isso — respondi.

Michelle abanou a cabeça e espreitou pela janela. Ambos sabíamos o que eu estava a pedir. Mais um transtorno. Mais uma aposta. Mais um passo na direcção de algo que eu queria e que ela realmente não queria.

— Pronto, Barack — disse Michelle. — Uma última vez. Mas não

esperes que eu participe em qualquer campanha. A verdade é que nem devias contar com o meu voto.

EM MIÚDO, eu vira por vezes o meu avô agente de seguros tentar vender apólices de vida pelo telefone, com uma expressão infeliz ao fazer chamadas ao acaso ao fim do dia, do nosso apartamento no décimo andar de um arranha-céus em Honolulu. Nos primeiros meses de 2003, dei muitas vezes comigo a pensar nele, sentado à minha secretária despojada, na sede da minha campanha recém-lançada para o Senado, por baixo de um cartaz de Muhammad Ali a posar em triunfo sobre um Sonny Liston derrotado, e a tentar estimular-me a mim mesmo a fazer mais um telefonema de angariação de fundos.

Além de Dan Shomon e de um indivíduo sarcástico, originário do Kentucky, chamado Jim Cauley, que tínhamos recrutado como director de campanha, a nossa equipa era sobretudo constituída por jovens com vinte e poucos anos, dos quais apenas metade era remunerada e dois eram ainda estudantes com o curso por concluir. Senti particularmente pena do meu único angariador de fundos a tempo inteiro, que tinha de me aguilhoar para agarrar no telefone e pedir donativos.

Estaria eu a melhorar no papel de político? Não sabia dizê-lo. No primeiro fórum de candidatos realizado em Fevereiro de 2003, mostrei-me rígido e ineficaz, não conseguindo que o meu cérebro produzisse as frases arrumadas que tais formatos requerem. Porém, a minha derrota frente a Bobby Rush fora um guia claro para melhorar o meu jogo: tinha de interagir de modo mais eficaz com os meios de comunicação, aprender a fazer passar as minhas ideias em frases sintéticas e vigorosas. Precisava de montar uma campanha que tivesse menos a ver com papelada política e mais com ligação pessoal com os eleitores. E precisava de angariar dinheiro, muito

dinheiro. Tínhamos levado a cabo diversas sondagens que pareciam confirmar que eu podia vencer, mas só se conseguisse melhorar a minha visibilidade com publicidade televisiva dispendiosa.

Todavia, por amaldiçoada que tivesse sido a minha candidatura congressional, esta parecia enfeitiçada. Em Abril, Peter Fitzgerald decidiu não tentar a reeleição. Carol Moseley Braun, que provavelmente teria retido a nomeação democrata para o seu anterior lugar, optara inexplicavelmente por candidatar-se antes à presidência, deixando a disputa completamente em aberto. Numas primárias contra seis outros democratas, eu continuava a acumular apoios de sindicatos e membros populares da nossa delegação no Congresso, o que ajudava a reforçar as minhas bases no sul do Estado e entre liberais. Auxiliado por Emil e por uma maioria democrata no Senado estadual, encabecei a aprovação de uma grande quantidade de projectos, desde uma lei que exigia a gravação em vídeo de interrogatórios em casos de delito capital até um alargamento do Crédito Fiscal de Rendimento Auferido, a reforçar as minhas credenciais como legislador eficiente.

A paisagem política nacional pendia também a meu favor. Em Outubro de 2002, antes até de anunciar a minha candidatura, tinha sido convidado para falar contra a iminente invasão do Iraque pelos Estados Unidos, dirigindo-me aos manifestantes contra a guerra reunidos na baixa de Chicago. Para quem em breve seria candidato ao Senado, a política a defender não era clara. Tanto Axe como Dan pensavam que tomar uma posição clara e inequívoca contra a guerra seria bom para as primárias democratas; outros advertiam que, tendo em conta o estado de espírito do país no pós-11 de Setembro (na altura, as sondagens nacionais mostravam que até 67 por cento dos norte-americanos eram a favor de uma acção militar contra o Iraque), a probabilidade de um êxito militar, pelo menos a

curto prazo, e o meu nome e ascendência já complicados, a oposição à guerra poderia estropiar a minha candidatura quando chegassem as eleições.

— A América gosta de dar uns bons pontapés — avisou-me um amigo.

Remoí a questão durante cerca de um dia e decidi que aquele era o meu primeiro teste. Faria eu o tipo de campanha que prometera a mim mesmo? Dactilografei um discurso breve, uns cinco ou seis minutos, e — satisfeito ao ver que reflectia as minhas convicções honestas — fui para a cama sem o enviar à equipa para que o revissem. No dia do comício, mais de um milhar de pessoas tinham acorrido à Daley Plaza, sendo Jesse Jackson o principal orador. Estava frio e uma ventania danada. Houve alguns aplausos, abafados por luvas, quando o meu nome foi chamado e avancei para o microfone.

— Permitam-me que comece por dizer que, embora isto tenha sido concebido como um comício contra a guerra, estou diante de vós como alguém que não se opõe à guerra em todas as circunstâncias.

A multidão silenciou-se, incerta quanto aonde eu queria chegar. Descrevi o sangue derramado para preservar a União e dar lugar a um novo nascimento da liberdade; o orgulho que tinha por o meu avô se ter voluntariado para combater no rescaldo de Pearl Harbor; o meu apoio às nossas acções militares no Afeganistão e a minha própria prontidão para pegar em armas a fim de evitar outro 11 de Setembro.

— Não me oponho a todas as guerras — declarei. — Aquilo a que me oponho é a uma guerra estúpida.

Prossegui, argumentando que Saddam Hussein não constituía uma ameaça iminente aos Estados Unidos ou aos seus vizinhos, e que «até uma guerra bem-sucedida contra o Iraque exigirá uma ocupação pelos Estados Unidos por tempo indeterminado, com um custo indeterminado e consequências indeterminadas». Terminei com a sugestão de que, se o

presidente Bush procurava uma luta, devia terminar o trabalho contra a al-Qaeda, deixar de apoiar regimes repressivos e desabituar os Estados Unidos do petróleo do Médio Oriente.

Voltei para o meu lugar. A multidão ovacionou-me. Ao deixar a praça, supus que os meus comentários pouco mais seriam do que uma nota de pé de página. Os relatos noticiosos quase não mencionaram a minha presença no comício.

APENAS ALGUNS MESES depois de uma coligação chefiada pelos Estados Unidos ter iniciado os bombardeamentos em Bagdade, os democratas começaram a virar-se contra a Guerra do Iraque. Com as baixas e o caos a aumentar, a imprensa levantou questões que deviam ter sido colocadas desde o princípio. Uma vaga de activismo de base levou um governador pouco conhecido de Vermont, Howard Dean, a questionar os candidatos presidenciais nas eleições de 2004, como John Kerry, que haviam votado a favor da guerra. O curto discurso que eu pronunciara no comício contra a guerra parecia subitamente presciente e começou a circular na Internet. A minha jovem equipa teve de explicar-me o que raio tinham «blogues» e «MySpace» a ver com a afluência de novos voluntários e donativos de base que apareceram de repente.

Como candidato, estava a divertir-me. Em Chicago, passava os sábados a mergulhar nos bairros étnicos — mexicanos, italianos, indianos, polacos, gregos —, a comer e a dançar, a marchar em paradas, a beijar bebés e a abraçar avós. Aos domingos encontravam-me em igrejas de negros, algumas delas lojinhas modestas entaladas entre salões de tratamento de unhas e espeluncas de *fast-food*; outras, igrejas enormes e em expansão, com parques de estacionamento do tamanho de campos de futebol. Saltitei pelos subúrbios, da frondosa Margem Norte, repleta de mansões, até às

pequenas cidades imediatamente a sul e a oeste da capital, onde a pobreza e os edifícios abandonados tornavam algumas indiscerníveis dos bairros mais duros de Chicago. A cada duas semanas, seguia para a região mais a sul, por vezes levando eu próprio o carro, mas sendo mais frequente ir com Jeremiah Posedel ou Anita Decker, os dois talentosos colaboradores que dirigiam ali as minhas operações.

Quando conversava com eleitores nos primeiros dias de campanha, tendia a abordar as questões que impulsionavam a minha candidatura: acabar com as isenções fiscais para empresas que deslocavam postos de trabalho para fora do país, promover as energias renováveis ou facilitar aos jovens arcar com as despesas da entrada na universidade. Explicava porque me tinha oposto à guerra no Iraque, reconhecendo o serviço notável dos nossos soldados, mas pondo em causa a razão de termos iniciado uma nova guerra sem termos terminado a do Afeganistão, quando Osama bin Laden ainda andava a monte.

No entanto, com o tempo concentrei-me mais em ouvir. E quanto mais ouvia, mais as pessoas se abriam. Contavam-me como se sentiam ao serem dispensadas depois de uma vida de trabalho, ou como era serem expropriadas da sua casa ou terem de vender a quinta da família. Falavam-me do que era não conseguirem pagar um seguro de saúde e como por vezes partiam ao meio os comprimidos receitados pelo médico, na tentativa de fazer o medicamento durar mais tempo. Falavam de jovens que iam para longe porque não havia bons empregos na sua cidade, ou de outros a terem de desistir da faculdade quando estavam mesmo a terminar o curso, porque não tinham dinheiro para as propinas.

O meu discurso de pódio tornou-se menos um conjunto de posições e mais uma crónica dessas vozes díspares, um coro de americanos de cada canto do Estado.

Dizia então:

— O problema é este: a maioria das pessoas, sejam elas de onde forem e seja qual for a sua aparência, anda à procura da mesma coisa. Não está a tentar tornar-se obscenamente rica. Não espera que outros façam aquilo que elas próprias podem fazer.

«Mas *espera* que, estando disposta a trabalhar, lhe seja possível encontrar um emprego que sustente uma família. Espera não ficar falida só porque adoeceu. Espera que os seus filhos possam ter uma boa educação, uma educação que os prepare para esta nova economia, e ser capaz de pagar a universidade, se tiver feito esse esforço. Quer estar segura, a salvo de criminosos ou terroristas. E acha que, ao fim de uma vida de trabalho, deve poder aposentar-se com dignidade e respeito.

«É quase só isto. E não é muito. E embora elas não esperem que o Governo lhes resolva todos os problemas, sabem, no seu íntimo, que, com uma alteração, ainda que muito ligeira, nas suas prioridades, o Governo podia ajudar.

A sala ficava em silêncio e eu respondia a algumas perguntas. Quando a reunião terminava, as pessoas faziam fila para me apertar a mão, recolher alguma literatura da campanha ou falar com Jeremiah, Anita ou algum voluntário local sobre como poderiam participar. E então eu seguia de carro para a cidade seguinte, sabendo que a história que estava a contar era verdadeira; convencido de que aquela campanha já não era sobre mim e que eu me tornara um mero canal através do qual as pessoas poderiam reconhecer o valor das suas próprias histórias, a sua própria importância, e partilhá-las entre si.

SEJA NO DESPORTO ou na política, é difícil compreender a natureza precisa do ímpeto. Porém, no início de 2004, nós tínhamo-lo. Axe fez-nos gravar dois

tempos de antena para televisão: no primeiro, eu surgia a falar directamente para a câmara, terminando com o mote «Sim, nós podemos». (Pareceu-me que isto era piroso, mas Axe apelou de imediato para uma autoridade mais elevada, mostrando-o a Michelle, que não o considerou «absolutamente nada piroso».) O segundo contava com Sheila Simon, filha do antigo e amado senador do Estado Paul Simon, que falecera, na sequência de uma cirurgia cardíaca, dias antes da data em que tencionava apoiar-me publicamente.

Quatro semanas antes das primárias, a minha base de apoio quase duplicara. Quando os cinco maiores jornais do Estado tomaram o meu partido, Axe reformulou os anúncios televisivos para o sublinhar, explicando que os candidatos negros tendiam a beneficiar mais do que os brancos da confirmação. Por volta dessa altura, a campanha do meu rival mais próximo perdeu chão depois de fontes noticiosas terem publicado detalhes de documentos judiciais confidenciais em que a ex-esposa dele alegava violência doméstica. A 16 de Março de 2004, dia das primárias do Partido Democrata, acabámos por conquistar quase 53 por cento dos votos distribuídos pela lista de sete candidatos — não só mais do que todos os outros candidatos democratas juntos, mas mais do que todos os votos republicanos registados em todo o Estado nas primárias deles.

Só me recordo de dois momentos dessa noite: os guinchos de satisfação das nossas filhas (talvez com algum medo à mistura, no caso de Sasha, com dois anos) quando foram disparados os confetes na festa da vitória; e um Axelrod exaltado a dizer-me que eu vencera em todos menos num dos bairros de maioria branca de Chicago, que outrora fora epicentro da resistência racial a Harold Washington. («Esta noite, o Harold está a sorrir para nós lá de cima», disse.)

Recordo-me também da manhã seguinte, quando, depois de quase não

dormir, segui para a Estação Central, para apertar a mão aos que partiam para o trabalho. Começara a cair uma neve suave, flocos com a espessura de pétalas, e quando as pessoas me reconheciam e me apertavam a mão, pareciam todas exibir o mesmo sorriso — como se houvéssemos feito juntos algo surpreendente.

«SER DISPARADO POR UM CANHÃO» foi como Axe descreveria os meses que se seguiram — e de facto foi precisamente isso que sentimos. A nossa campanha tornou-se notícia nacional de um dia para o outro, com estações radiotelevisivas a pedir entrevistas e dirigentes eleitos de todo o país a telefonar para nos felicitarem. Não era apenas o facto de termos vencido ou sequer a ampla margem inesperada da nossa vitória; o que interessou os observadores foi a maneira como tínhamos ganhado, com votos de todos os sectores da população, incluindo dos condados brancos sulistas e rurais. Os analistas especularam sobre o que a minha campanha dissera a respeito do estado das relações raciais norte-americanas e, devido à minha anterior oposição à Guerra do Iraque, o que ela poderia indicar a respeito da orientação do Partido Democrata.

A minha campanha não dispôs do luxo da celebração; limitámo-nos a fazer o esforço para continuar. Mobilizámos colaboradores adicionais e mais experientes, incluindo o director de comunicações Robert Gibbs, um natural do Alabama resistente e perspicaz que trabalhara na campanha de Kerry. Embora as sondagens me mostrassem com quase vinte pontos de vantagem sobre o meu opositor republicano, Jack Ryan, o currículo dele deixava-me em guarda quanto a dar algo por garantido: fora banqueiro na Goldman Sachs, tendo renunciado para ensinar crianças desfavorecidas numa escola religiosa privada, e a aparência de ídolo de matiné boleava as arestas da sua plataforma republicana deveras convencional.

Afortunadamente para nós, nada disso encontrou expressão na campanha. Ryan foi fustigado pela imprensa quando, na tentativa de me rotular como liberal despesista e promotor do aumento de impostos, usou um conjunto de gráficos com números que afinal estavam grosseira e obviamente errados. Foi depois exposto à chacota pública por ter enviado um jovem colaborador que me assediou insistentemente com uma câmara de vídeo portátil, seguindo-me até aos lavabos e pairando à minha volta até quando eu tentava falar com Michelle e as nossas filhas, na esperança de me apanhar a cometer algum deslize. O golpe final foi desferido quando a imprensa se apoderou de registos confidenciais do divórcio de Ryan, em que a ex-esposa alegava que ele a pressionara para visitar clubes de sexo e tentara coagi-la a ter relações diante de estranhos. Volvida uma semana, Ryan afastou-se da corrida.

Faltando apenas cinco meses para as eleições, de súbito eu ficava sem adversário.

Gibbs anunciou:

— O que sei é que, depois de tudo isto terminado, vamos para Las Vegas.

Não querendo dar nada como garantido, mantive uma agenda extenuante, terminando muitas vezes as actividades do dia em Springfield e seguindo depois de carro para cidades próximas, a fim de participar em acções de campanha. No regresso de uma acção dessas, recebi um telefonema de um colaborador de John Kerry, a convidar-me para fazer o discurso de abertura da Convenção Nacional dos Democratas a ter lugar em Boston no final de Julho. O facto de não me ter sentido zonzo nem nervoso diz algo a respeito da improbabilidade total do ano que acabava de ter. Sentia-me pronto para fazê-lo. Sabia que tinha algo a dizer. Axelrod ofereceu-se para reunir a equipa e iniciar o processo de redacção do discurso, mas dissuadi-o.

— Deixa-me fazer uma tentativa. Sei o que quero dizer.

Ao longo dos vários dias que se seguiram, escrevi o meu discurso, sobretudo à noite, esparramado na minha cama no Renaissance Hotel, em Springfield, com um jogo de bola a zunir em fundo enquanto enchia um bloco amarelo de grande formato com as minhas reflexões. As palavras ocorriam-me céleres, uma súmula da política de que eu andara à procura desde aqueles primeiros anos de preparação para a universidade e dos debates íntimos que tinham instigado a viagem até onde me encontrava agora. Parecia-me ter a cabeça cheia de vozes: da minha mãe, dos meus avós, do meu pai; das pessoas com quem trabalhara em organização e dos colegas de campanha. Pensei em todos aqueles que encontrara e que tinham toda a razão para se sentirem amargurados e cínicos, mas tinham recusado seguir esse caminho, tinham continuado a tentar alcançar qualquer coisa mais elevada e estendiam a mão uns aos outros. Em dado momento, recordei-me de uma expressão que certa vez ouvira num sermão do meu pastor, Jeremiah Wright, uma expressão que traduzia este espírito.

A audácia da esperança.

Axe e Gibbs trocariam mais tarde histórias acerca das reviravoltas e inflexões que conduziram à noite em que eu intervim na convenção: como tivemos de negociar o tempo que me seria concedido (a princípio oito minutos, regateados para dezassete); os cortes dolorosos ao meu rascunho inicial por Axe e pelo seu competente colega John Kupper, que o tornaram melhor; um voo adiado, para Boston, com a minha sessão legislativa em Springfield a arrastar-se pela noite; ensaiar pela primeira vez com um teleponto, com o meu *coach*, Michael Sheehan, a explicar que os microfones funcionavam bem, por isso «não tens de gritar»; a minha irritação quando um jovem colaborador de Kerry nos informou que eu teria de cortar uma das minhas deixas favoritas porque o nomeado tencionava aproveitá-la para o seu próprio discurso («Tu és um senador estadual»,

lembrou-me prestavelmente Axe, «e eles deram-te um palco nacional… não me parece que seja pedir muito»); Michelle nos bastidores, lindíssima, vestida de branco, a apertar-me a mão, a olhar-me carinhosamente nos olhos e a dizer-me: «Vá lá, não te espalhes, querido!»; nós os dois a rir de nervos, a dizer parvoíces, que era sempre quando o nosso amor era melhor; e depois a apresentação pelo senador sénior do Ilinóis, Dick Durbin: «Deixem-me falar-vos deste Barack Obama…»

Só visionei a gravação do meu discurso na Convenção de 2004 uma vez até ao fim. Fi-lo a sós, bem depois de a eleição ter terminado, a tentar compreender o que acontecera no salão naquela noite. Com maquilhagem de palco eu parecia impossivelmente jovem, e eram visíveis os nervos no princípio, pontos em que falei demasiado depressa ou demasiado devagar, com os gestos um pouco desajeitados, a trair a minha falta de experiência.

Chega, porém, um momento do discurso em que encontro a minha cadência. O público fica em silêncio, em vez de clamar. É o tipo de momento que acabei por reconhecer em anos subsequentes, em certas noites mágicas. Há uma sensação física, uma corrente de emoção que vai e vem entre nós e as pessoas presentes, como se as nossas vidas e as delas ficassem subitamente unidas, como uma fita cinematográfica, a ser projectada para trás e para a frente, e a nossa voz insinua-se até à beira de estalar, porque, por um instante, conseguimos senti-las profundamente, conseguimos vê-las na sua totalidade. Acedemos a um certo espírito colectivo, algo que todos conhecemos e desejamos — um sentimento de ligação que se sobrepõe às nossas diferenças e as substitui por um enorme crescendo de possibilidade, e, como em todas as coisas mais importantes, sabemos que o momento é fugaz e o encanto se quebrará.

ANTES DESSA NOITE, eu julgava compreender o poder dos meios de

comunicação. Vira como os tempos de antena de Axelrod me haviam catapultado para um primeiro plano nas primárias; como estranhos me buzinavam e acenavam subitamente dos seus carros ou as crianças corriam para mim na rua e declaravam, com grande seriedade: «Vi-o na televisão.»

Esta era, contudo, uma exposição de diferente ordem de grandeza: uma difusão sem filtros e ao vivo para milhões de pessoas, com trechos de vídeo retransmitidos para mais milhões através dos canais noticiosos por cabo e pela Internet. Ao deixar o palco, soube que o discurso correra bem e não fiquei de todo surpreendido com a afluência de pessoas a saudar-nos em diversos eventos da convenção, no dia seguinte. Todavia, por mais satisfatória que fosse a atenção que atraí em Boston, pressupus que era circunstancial. Calculei que se tratasse de gente viciada em política, que seguia estas coisas minuto a minuto.

Contudo, logo a seguir à convenção, Michelle, eu e as meninas pegámos na bagagem e partimos em autocaravana, para uma viagem de uma semana, pela região sul do Ilinóis, querendo mostrar aos eleitores que eu continuava centrado no Estado e não me tornara demasiado pretensioso. Estávamos a poucos minutos da nossa primeira paragem, a rolar pela auto-estrada, quando Jeremiah, o meu director para a zona, recebeu uma chamada da equipa no terreno.

— Está bem, está bem… eu falo com o condutor.

— O que se passa? — perguntei, já um pouco desgastado pela privação de sono e pela minha agenda febril.

— Estávamos à espera de ter no parque cerca de uma centena de pessoas, mas neste momento estão a contar pelo menos quinhentas — explicou Jeremiah. — Pediram-nos que abrandássemos para terem tempo de lidar com a afluência excessiva.

Vinte minutos mais tarde, estacionámos e deparámos com o que parecia

ser a cidade inteira comprimida no parque. Havia pais com filhos às cavalitas, idosos sentados em cadeiras portáteis a brandir bandeirinhas, homens em camisolas de alças e bonés de pala, muitos deles decerto apenas curiosos que tinham ido só ver o motivo de tanta agitação, mas outros pacientemente à espera, numa antecipação serena. Malia espreitou pela janela, ignorando as tentativas de Sasha de a afastar da sua frente.

— O que estão aquelas pessoas todas a fazer no parque? — perguntou Malia.

— Vieram ver o Papá — disse Michelle.

— Porquê?

Virei-me para Gibbs, que encolheu os ombros e se limitou a dizer:

— Vais precisar de um barco maior.

Em cada paragem depois disso, éramos recebidos por multidões quatro ou cinco vezes mais numerosas do que as anteriores. E por mais que disséssemos a nós mesmos que o interesse se dissiparia e o balão se esvaziaria, por mais que tentássemos resguardar-nos da autocomplacência, as próprias eleições se tornaram quase um objectivo que só surgiu *a posteriori*. Em Agosto, os republicanos — incapazes de encontrar um candidato local disposto a entrar na corrida (embora Mike Ditka, antigo treinador dos Chicago Bears, namorasse publicamente a ideia) — mobilizaram desconcertantemente o agitador conservador Alan Keyes. («Estão a ver», disse Gibbs com um sorriso irónico, «eles têm o seu próprio negro.») Além de ser residente em Maryland, os sermões agrestes de Keyes a respeito do aborto e da homossexualidade não caíram nas graças dos habitantes do Ilinóis.

— Jesus Cristo não votaria em Barack Obama! — chegou a proclamar Keyes, pronunciando deliberadamente o meu nome de forma incorrecta, sempre que o dizia.

Venci-o por mais de quarenta pontos percentuais, a maior margem numa eleição para o Senado na história do Estado.

O nosso ânimo na noite eleitoral era contido, não só porque a disputa estava decidida de antemão, mas devido aos resultados nacionais. Kerry perdera para Bush; os republicanos conservavam o controlo sobre a Câmara e o Senado; até mesmo o líder da minoria democrata no Senado, Tom Daschle, do Dakota do Sul, sofrera um revés. Karl Rove, o cérebro político de George Bush, andava a alardear o seu sonho de instalar uma maioria republicana permanente.

Entretanto, eu e Michelle estávamos exaustos. A minha equipa calculou que, nos últimos dezoito meses, eu tirara exactamente sete dias de folga. Usámos as seis semanas antes da minha tomada de posse como senador dos Estados Unidos para nos ocuparmos de pormenores domésticos mundanos que tinham ficado em grande medida negligenciados. Apanhei um avião para Washington, para conhecer os meus novos colegas, entrevistar potenciais colaboradores e procurar o apartamento mais barato que encontrasse. Michelle decidira que ela e as meninas iam ficar em Chicago, onde ela contava com a rede de apoio de família e amigos, para não falar do emprego que realmente adorava. Embora a ideia de vivermos separados três dias por semana durante grande parte do ano me deixasse desgostoso, não pude rebater a lógica dela.

Tirando isso, não remoemos muito sobre o que acontecera. Passámos o Natal no Havai, com Maya e a avó Toot. Entoámos cânticos da quadra, erguemos castelos de areia e vimos as meninas desembrulhar os presentes. Lancei uma coroa de flores ao oceano, no local onde a minha irmã e eu tínhamos espalhado as cinzas da nossa mãe, e deixei outra no Cemitério Memorial Nacional do Pacífico, onde estava sepultado o meu avô. Depois do Dia de Ano Novo, a família toda apanhou o avião para Washington. Na

noite anterior à minha tomada de posse, Michelle estava no quarto da nossa suíte no hotel, a preparar-se para um jantar de recepção a novos membros do Senado, quando recebi um telefonema da minha editora. O discurso na Convenção puxara o meu livro reeditado, que estivera esgotado durante anos, para o topo da lista dos mais vendidos. A editora telefonava para me felicitar por esse êxito e por termos acordo para um novo livro, desta vez com um avanço sobre direitos de autor de ficar com os olhos arregalados.

Agradeci-lhe e desliguei precisamente quando Michelle saía do quarto num vestido formal cintilante.

— Estás tão bonita, Mamã — disse Sasha.

Michelle rodopiou diante das pequenas.

— Muito bem, portem-se como deve ser — exortei, beijando-as antes de me despedir da mãe de Michelle, que ficava a tomar conta das meninas nessa noite. Seguíamos pelo corredor, direitos ao elevador, quando Michelle parou de repente.

— Esqueceste-te de alguma coisa? — perguntei.

Ela olhou-me e abanou a cabeça, incrédula.

— Mal posso acreditar que conseguiste mesmo isto tudo. A campanha, o livro… tudo.

Acenei com a cabeça e beijei-lhe a fronte.

— Feijões mágicos, querida. Feijões mágicos.

HABITUALMENTE, O MAIOR DESAFIO que se coloca a um senador caloiro em Washington é conseguir que as pessoas prestem atenção a qualquer coisa que faça, mas eu acabei por ter o problema oposto. Relativamente ao meu estatuto actual como senador recém-chegado, o falatório que me rodeava tornara-se cómico. Os jornalistas questionavam-me amiúde sobre os meus planos, perguntando-me muitas vezes se tencionava candidatar-me à

presidência. Quando, no dia em que tomei posse, um jornalista me perguntou: «Qual considera ser o seu lugar na História?», ri-me, explicando que acabara de chegar a Washington, era o nonagésimo nono em antiguidade, ainda não votara absolutamente nada e não sabia onde ficavam as casas de banho do Capitólio.

Não estava a ser modesto. Candidatar-me ao Senado parecera-me o mais longe que poderia ir. Sentia-me satisfeito por lá estar e desejoso de meter mãos à obra. Para neutralizar quaisquer expectativas empoladas, a minha equipa e eu pusemos os olhos no exemplo dado por Hillary Clinton, que entrara para o Senado quatro anos antes com muita fanfarra e desenvolvera reputação de dedicação, substância e atenção aos seus constituintes. Ser um cavalo de trabalho, não um cavalo de circo, era o meu objectivo.

Ninguém era por temperamento mais adequado para implementar essa estratégia do que o meu novo chefe de gabinete, Pete Rouse. Com quase sessenta anos, a encanecer e com a compleição de um panda, Pete trabalhava em Capitol Hill havia quase trinta anos. A experiência dele, ultimamente como chefe de gabinete de Tom Daschle, e os seus contactos de largo espectro na cidade levavam as pessoas a referir-se-lhe afectuosamente como centésimo primeiro senador. Em contraste com o estereótipo dos operacionais políticos de Washington, Pete era alérgico às luzes da ribalta e — por baixo de um exterior divertido e abrupto — era quase tímido, o que permitia explicar o seu celibato a longo prazo e a extrema afeição pelos seus gatos.

Fora preciso um esforço considerável para convencer Pete a aceitar o cargo de instalar o meu gabinete de principiante. Segundo disse, estava menos preocupado com a grande despromoção no estatuto do que com a possibilidade de a ocupação não lhe deixar tempo livre suficiente para

encontrar lugares para todos os elementos mais jovens do pessoal que, na sequência da derrota de Daschle, estavam sem emprego.

Foi esta decência e rectidão infatigáveis, tanto como o seu conhecimento, que fizeram de Pete uma dádiva do céu. E foi com base na sua reputação que eu pude recrutar pessoal de alto nível para preencher os lugares do meu gabinete. Juntamente com Robert Gibbs como director de comunicação, angariámos o funcionário veterano do Capitólio Chris Lu como director legislativo; Mark Lippert, jovem e apurado reservista da Marinha, como responsável de política externa; e Alyssa Mastromonaco, uma lugar-tenente de topo na campanha presidencial de Kerry cujo rosto de bebé não denunciava um talento ímpar para resolver problemas e organizar eventos, como directora de agenda. Por fim, acrescentámos um jovem de vinte e três anos, ponderado e bem-parecido, chamado Jon Favreau. Favs, como veio a ser conhecido, também trabalhara na campanha de Kerry e foi a primeira escolha tanto de Gibbs como de Pete para nosso redactor de discursos.

— Eu não o conhecia já? — perguntei a Gibbs depois da entrevista.

— É verdade… Foi o rapaz que apareceu e lhe disse que o Kerry ia roubar uma das suas deixas na Convenção.

Contratei-o, ainda assim.

Sob supervisão de Pete, a equipa instalou sedes em Washington, Chicago e vários locais na região sul do Estado. Para enfatizar a nossa prioridade aos eleitores da nossa circunscrição, Alyssa organizou uma agenda ambiciosa de reuniões na câmara municipal de Ilinóis — trinta e nove no primeiro ano. Instituímos a política estrita de evitar a imprensa a nível nacional e os programas televisivos das manhãs de domingo, dedicando-nos antes aos jornais e filiais televisivas no Ilinóis. Mais importante ainda, Pete concebeu um sistema elaborado para gerir o correio e os requerimentos dos constituintes, despendendo horas com os funcionários e estagiários que

trabalhavam com a correspondência, editando obsessivamente as respostas deles e certificando-se de que estavam familiarizados com as agências federais que lidavam com cheques extraviados da Segurança Social, benefícios descontinuados para veteranos ou empréstimos da Administração de Pequenos Negócios.

— As pessoas podem não gostar dos teus votos, mas nunca te acusarão de não responderes às cartas.

Com o gabinete em boas mãos, eu podia dedicar a maior parte do meu tempo a estudar os problemas e a tornar-me conhecido dos meus colegas senadores. A minha tarefa foi facilitada pela generosidade do senador mais antigo do Ilinóis, Dick Durbin, amigo e discípulo de Paul Simon, e um dos oradores mais dotados no Senado. Numa cultura de egos inflacionados, em que os senadores não levavam geralmente a bem que um colega mais novo conseguisse ter melhor imprensa do que eles, Dick foi de uma utilidade a toda a prova. Apresentou-me às câmaras do Senado, insistiu para que os seus colaboradores partilhassem connosco o crédito de diversos projectos no Ilinóis, e conservou a sua paciência e bom humor quando — nos pequenos-almoços com constituintes de que éramos anfitriões conjuntos à terça-feira de manhã — os visitantes passavam demasiado tempo a pedir-me para tirar fotografias e autógrafos.

O mesmo poderia dizer-se de Harry Reid, o novo líder dos democratas. O caminho de Harry para o Senado fora pelo menos tão improvável como o meu. De origens paupérrimas na pequena cidade de Searchlight, no Nevada, filho de um mineiro e de uma lavadeira, passou os primeiros anos numa cabana sem água canalizada nem telefone. De alguma maneira, dera tudo de si para chegar ao colégio universitário e depois à Faculdade de Direito de Universidade George Washington, trabalhando como agente da Polícia do Capitólio dos Estados Unidos entre as aulas para ajudar a pagar o curso, e

era o primeiro a dizer-nos que nunca perdera um certo ressentimento por causa disso.

— Sabe, Barack, fiz pugilismo quando era miúdo — contou na sua voz sussurrada quando nos conhecemos. — E Deus sabe que eu não era grande atleta. Não era grande nem forte. Mas tinha duas coisas a meu favor: aguentava bem um murro e nunca desisti.

Essa sensação de vencer contra as probabilidades explicava talvez porque, não obstante as nossas diferenças de idade e experiência, Harry e eu nos demos bem desde o princípio. Ele não era homem de manifestar grande emoção e, na verdade, tinha o hábito desconcertante de prescindir das delicadezas em qualquer conversa, sobretudo ao telefone. Podia estar a meio de uma frase e descobrir que ele já desligara. Porém, por muito que Emil Jones tivesse feito na legislatura estadual, procurava-me propositadamente quando havia trabalhos em comissão e mantinha-me informado dos assuntos do Senado, apesar da minha posição inferior na hierarquia.

Na verdade, essa cooperação parecia ser a norma. Os veteranos do Senado — Ted Kennedy e Orrin Hatch, John Warner e Robert Byrd, Dan Inouye e Ted Stevens — mantinham todos amizades que transpunham o campo político, actuando com uma intimidade fácil que vi ser típica da Geração Grandiosa. Os senadores jovens socializavam menos e traziam com eles a dura rispidez ideológica que veio a caracterizar a Câmara dos Representantes depois da era de Gingrich. Contudo, até mesmo com os membros mais conservadores encontrei muitas vezes bases de entendimento: Tom Coburn de Oklahoma, por exemplo, cristão devoto e descrente inflexível no investimento público, tornar-se-ia um amigo sincero e atencioso, trabalhando os nossos gabinetes conjuntamente em medidas

para aumentar a transparência e reduzir o desperdício na contratação pública.

Em muitos aspectos, o meu primeiro ano no Senado pareceu-me um pouco uma repetição dos meus primeiros anos na legislatura do Ilinóis, apesar de o que estava em jogo ser mais importante, o holofote mais intenso e os lobistas mais hábeis a embrulharem os interesses dos seus clientes na aparência de princípios relevantes. Ao contrário da legislatura estadual, onde muitos membros se satisfaziam com conservar a cabeça baixa, não sabendo muitas vezes o que raio estava em jogo, os meus novos colegas eram todos bem informados e não se acanhavam nas suas opiniões, o que fazia com que as reuniões das comissões se arrastassem interminavelmente e me deixassem muito mais solidário para com aqueles que haviam sofrido com a minha própria verbosidade na faculdade de Direito e em Springfield.

Em minoria, os meus colegas democratas e eu tínhamos pouca influência sobre quais os projectos de lei que saíam das comissões e eram votados no plenário. Víamos os republicanos avançar com orçamentos que subfinanciavam a educação ou debilitavam as salvaguardas ambientais, sentindo-nos impotentes para lá dos discursos que proferíamos diante de uma câmara em grande parte vazia e do olho imperturbável da rede televisiva do Governo federal. Agonizávamos reiteradamente em torno de votações que não tinham como finalidade a aprovação de uma medida política, mas antes debilitar os democratas e fornecer forragem para campanhas vindouras. Tal como fizera em Ilinóis, tentei o que pude para influenciar a política nas margens, propondo medidas modestas e não partidárias: financiamento para defesa contra um surto epidémico, por exemplo, ou o restabelecimento de benefícios para uma classe de veteranos do Ilinóis.

Por frustrantes que pudessem ser certos aspectos do Senado, a sua

cadência mais lenta não me importava verdadeiramente. Como um dos seus mais jovens membros e com 70 por cento de aprovação no Ilinóis, eu sabia que me podia dar ao luxo de ser paciente. A certo momento, ocorreu-me ponderar uma candidatura a governador ou — é verdade — até a presidente, guiado pela convicção de que uma posição executiva me daria mais oportunidade de definir um programa. Por agora, porém, com quarenta e três anos e apenas a estrear-me no panorama nacional, imaginei que dispunha de todo o tempo do mundo.

O meu ânimo foi ainda mais estimulado por melhorias na frente doméstica. Excepto em caso de mau tempo, a deslocação de Washington para Chicago não demorava mais do que a viagem para Springfield. E a partir do momento em que estava em casa, não permanecia ocupado ou alheado como estivera durante a campanha ou quando acumulava três cargos, o que me deixava mais tempo para levar Sasha à aula de dança aos sábados ou para ler o capítulo de um *Harry Potter* a Malia antes de a aconchegar na cama.

As nossas finanças mais folgadas também aliviaram bastante a tensão. Comprámos uma casa nova, uma grande e bonita moradia georgiana à frente de uma sinagoga, em Kenwood. Por um preço modesto, um jovem amigo de família e aspirante a *chef* de cozinha chamado Sam Kass aceitou ocupar-se das compras de víveres e preparar refeições saudáveis que podiam durar toda a semana. Mike Signator — um gestor aposentado da Commonwealth Edison que interviera como voluntário durante a campanha — optou por continuar como meu motorista em *part-time*, tornando-se praticamente parte da família.

Mais importante foi que, com a protecção financeira que podíamos agora oferecer, a minha sogra, Marian, aceitou reduzir o seu horário de trabalho para ajudar a cuidar das meninas. Sensata, divertida, ainda suficientemente

jovem para andar atrás de crianças de quatro e sete anos, facilitou a vida de todos. Por acaso, também gostava muito do genro e intervinha em minha defesa sempre que eu me atrasava, era desarrumado ou ficava de alguma maneira aquém das expectativas.

A ajuda adicional proporcionou-nos, a Michelle e a mim, esse bocadinho de tempo juntos que nos andava a faltar havia muito. Ríamo-nos mais, voltando a recordar-nos que éramos o melhor amigo um do outro. Todavia, para além disso, o que nos surpreendeu a ambos foi o pouco que sentimos ter mudado com as nossas novas circunstâncias. Continuámos a ser caseiros, esquivando-nos a festas opulentas e às que visavam fazer progredir carreiras, porque não queríamos prescindir dos finais de dia com as nossas filhas, porque nos sentíamos idiotas a aperaltarmo-nos com demasiada frequência, e porque Michelle, eterna madrugadora, ficava sonolenta depois das dez da noite. Em vez disso, passávamos fins-de-semana como sempre tínhamos feito, eu a jogar basquetebol ou a levar as meninas a uma piscina próxima, Michelle a ir às compras à Target e a organizar actividades para juntar miúdos. Tínhamos jantares ou churrascos pela tardinha com a família e o nosso círculo íntimo de amigos, sobretudo Valerie, Marty, Anita, e Eric e Cheryl Whitaker (um casal de médicos cujos filhos tinham a idade das nossas), e Kaye e Wellington Wilson, afectuosamente conhecidos como «Mamã Kaye» e «Papá Wellington», um casal mais velho (ele era administrador aposentado de um colégio comunitário; ela, directora de projectos numa fundação local e magnífica cozinheira) que eu conhecera dos meus dias de organizador e que se consideravam meus pais adoptivos em Chicago.

Não é que Michelle e eu não tivéssemos de fazer algumas adaptações. Agora, as pessoas reconheciam-nos na rua e, embora fossem geralmente carinhosas, a perda súbita de anonimato parecia-nos desconcertante. Uma

noite, pouco depois da eleição, Michelle e eu fomos ver o filme biográfico *Ray*, com Jamie Foxx, e ficámos surpreendidos quando os outros espectadores irromperam em aplausos ao entrarmos no cinema. Por vezes, quando íamos jantar fora, reparávamos que as pessoas nas mesas adjacentes ou queriam entabular longas conversas ou ficavam muito silenciosas, num esforço não muito subtil para escutar o que estávamos a dizer.

As nossas filhas também repararam. Num dia do meu primeiro Verão como senador, decidi levar Malia e Sasha ao jardim zoológico de Lincoln Park. Mike Signator advertiu-me que as multidões numa bela tarde de domingo podiam ser um pouco opressivas, mas eu insisti para que déssemos o passeio, confiante de que óculos de sol e um boné de basebol me escudariam de qualquer atenção. E, de facto, durante mais ou menos a primeira meia hora, tudo correu conforme planeado. Visitámos os leões a rondar por trás do vidro na casa dos grandes felinos e fizemos caretas a todos os grandes macacos, sem que nada nos perturbasse. Em seguida, quando parámos para consultar o mapa a fim de encontrarmos os leões-marinhos, ouvimos um homem gritar.

— Obama! Olhem… é o Obama! Ei, Obama, posso tirar uma fotografia consigo?

Quando dei por mim, estávamos rodeados de famílias, pessoas de braço estendido para um aperto de mão ou um autógrafo, pais a colocarem os miúdos ao meu lado para uma fotografia. Fiz sinal a Mike para levar as meninas a ver os leões-marinhos sem mim. Durante os quinze minutos que se seguiram, entreguei-me aos meus constituintes, com apreço pelas suas palavras encorajadoras, a lembrar a mim mesmo que aquilo fazia parte do que eu procurara, mas sentindo também um pequeno aperto no coração ao pensar nas minhas filhas a interrogarem-se acerca do que acontecera ao papá.

Reuni-me finalmente a elas e Mike propôs que saíssemos do zoológico e encontrássemos um lugar sossegado para comer um gelado.

Enquanto seguíamos no carro, Mike permaneceu misericordiosamente calado, mas as raparigas nem tanto.

— Acho que precisas de um pseudónimo — declarou Malia, do banco traseiro.

— O que é um pseudónimo? — perguntou Sasha.

— É um nome falso que se usa quando não se quer que as pessoas saibam quem nós somos — explicou Malia. — Como «Johnny McJohn John».

Sasha soltou uma risada.

— Pois é, Papá… Devias ser Johnny McJohn John.

— E tens de disfarçar a voz — acrescentou Malia. — As pessoas reconhecem-na. Tens de falar com uma voz mais aguda. E mais depressa.

— O Papá fala *tão* devagar — disse a Sasha.

— Vá lá, Papá — disse a Malia. — Experimenta.

Ela passou à voz mais esganiçada e acelerada que conseguiu, dizendo:

— Olá! O meu nome é Johnny McJohn John!

Incapaz de se conter, Mike desatou a rir. Mais tarde, quando chegámos a casa, Malia explicou orgulhosamente o seu plano a Michelle, que lhe deu uma palmadinha na cabeça.

— É uma excelente ideia, querida, mas a única maneira de o Papá se disfarçar é fazer uma operação para lhe recolher as orelhas.

UMA CARACTERÍSTICA DO SENADO que me empolgou foi a capacidade que me deu para influenciar a política externa, algo que não estava ao alcance da legislatura estadual. Desde a faculdade que eu estava particularmente interessado nas questões do armamento nuclear, daí que antes da tomada de

posse tenha escrito a Dick Lugar, presidente da Comissão de Relações Externas, cujo assunto distintivo era a não-proliferação nuclear, para lhe dar a saber que tinha esperança de trabalhar com ele.

A resposta de Dick foi entusiástica. Republicano do Indiana e veterano com vinte e oito anos de Senado, era fiavelmente conservador em assuntos internos, como impostos e aborto, mas na política externa reflectia os impulsos prudentes e internacionalistas que orientavam desde havia muito os republicanos de linha dominante, como George H. W. Bush. Em 1991, pouco depois do desmembramento da União Soviética, Dick associara-se ao democrata Sam Nunn para redigir e fazer aprovar legislação que permitia aos Estados Unidos auxiliar a Rússia e antigos Estados soviéticos na protecção e desactivação de armas de destruição maciça. A Nunn-Lugar, como veio a ser conhecida, revelou-se um feito ousado e duradouro — mais de 7500 ogivas nucleares seriam desactivadas ao longo das duas décadas seguintes — e a sua implementação ajudou a facilitar as relações entre os Estados Unidos e as autoridades russas de segurança nacional que eram cruciais na gestão de uma transição perigosa.

Agora, em 2005, os relatórios dos serviços de informações indicavam que grupos extremistas como a al-Qaeda andavam a varrer postos avançados mal guardados por todo o antigo Bloco Soviético, em busca de materiais nucleares, químicos e biológicos que por lá restassem. Dick e eu começámos a discutir como desenvolver o quadro existente da Nunn-Lugar para maior protecção contra ameaças desse tipo. Foi assim que, em Agosto desse ano, eu me vi metido com Dick num jacto militar, com destino à Rússia, à Ucrânia e ao Azerbaijão para uma visita de uma semana. Embora a necessidade de verificar o progresso da Nunn-Lugar houvesse feito dessas visitas uma rotina para Dick, aquela era a minha primeira viagem oficial ao estrangeiro e, com o passar dos anos, eu ouvira histórias acerca de

excursões do Congresso: os programas não propriamente estrénuos, os jantares pródigos e a embriaguez das compras. Porém, se as coisas eram para ser assim, Dick não recebera o memorando. Não obstante ter passado dos setenta anos, mantinha um ritmo implacável. Depois de um dia inteiro de reuniões com autoridades russas em Moscovo, voámos duas horas na direcção sudeste, para Saratov, e depois seguimos mais uma hora de carro para visitar um depósito secreto de material nuclear, onde o financiamento americano contribuíra para melhorar a segurança em torno dos mísseis russos. (Foi-nos também oferecida uma refeição de *borscht* e uma espécie de gelatina de peixe, que Dick comeu heroicamente enquanto eu espalhava a minha dose pelo prato como um miúdo de seis anos.)

Ao visitar a cidade de Perm, perto dos Urais, vagueámos por um cemitério de cápsulas de mísseis *SS-24* e *SS-25*, remanescentes de ogivas nucleares tácticas que haviam estado apontadas à Europa. Em Donetsk, na parte oriental da Ucrânia, percorremos uma instalação onde havia depósitos de armas convencionais — munições, explosivos de elevada potência, mísseis terra-ar e até pequenas bombas dissimuladas em brinquedos — que haviam sido recolhidas por todo o país e agora aguardavam destruição. Em Kiev, fomos levados pelos nossos anfitriões a um complexo de três pisos em mau estado, não vigiado, no centro da cidade, onde a Nunn-Lugar estava a financiar a instalação de novos sistemas de armazenamento de amostras da investigação biológica da era da Guerra Fria, incluindo antraz e peste bubónica. Tudo aquilo era muito grave, prova da capacidade humana para pôr o engenho ao serviço da loucura. Contudo, para mim, após tantos anos concentrado em assuntos internos, a viagem era também revigorante, um lembrete de como o mundo era grande e das profundas consequências humanas de decisões tomadas em Washington.

Ver Dick actuar deixar-me-ia uma impressão duradoura. Exibindo

continuamente um sorriso plácido no rosto de gnomo, respondia incansavelmente às minhas perguntas. Impressionou-me a atenção, o rigor e o domínio dos factos que ele demonstrava de cada vez que falava em reuniões com responsáveis estrangeiros. Observei a prontidão dele para suportar não só os atrasos nas viagens, mas também histórias intermináveis e cálices de vodca ao meio-dia, sabendo que a cortesia comum comunicava entre culturas e podia acabar por fazer a diferença na promoção dos interesses norte-americanos. Para mim, foi uma útil lição de diplomacia, um exemplo do verdadeiro impacto que um senador podia ter.

Depois abateu-se uma tempestade e tudo mudou.

NO DECURSO DA SEMANA que passei a viajar com Dick, um ciclone tropical que se formara sobre as Baamas atravessou a Florida e instalou-se no golfo do México, ganhando intensidade sobre as águas mais quentes e dirigindo-se ameaçadoramente para a costa meridional dos Estados Unidos. Quando a nossa delegação senatorial aterrou em Londres para se encontrar com o primeiro-ministro Tony Blair, estava a caminho uma catástrofe feroz em toda a sua plenitude. Abatendo-se sobre terra com ventos de 200 quilómetros por hora, o furacão *Katrina* arrasara comunidades inteiras ao longo da costa do golfo, deixando grande parte de Nova Orleães debaixo de água.

Fiquei acordado metade da noite a assistir à cobertura noticiosa, atordoado com o pesadelo lúgubre e primordial que atravessava o ecrã de televisão. Havia cadáveres a flutuar, pacientes idosos encurralados em hospitais, tiroteios e pilhagens, desalojados encolhidos e a perder a esperança. Ver tal sofrimento já era bastante mau; ver a resposta vagarosa do Governo, perante a vulnerabilidade de tanta gente pobre e da classe trabalhadora, deixou-me envergonhado.

Alguns dias depois, juntei-me a George H. W. e Barbara Bush, e também a Bill e Hillary Clinton, numa visita a Houston, onde milhares de pessoas desalojadas pelo furacão tinham sido levadas para abrigos de emergência instalados no interior do Astrodome, o amplo complexo de congressos. Em conjunto com a Cruz Vermelha e a FEMA (Agência Federal de Gestão de Emergências), a cidade estava a trabalhar em contra-relógio para satisfazer as necessidades básicas, mas tornou-se visível para mim, à medida que avançava pelas camas de campanha, que muitas das pessoas que ali estavam, na sua maioria negras, tinham sido abandonadas muito antes do furacão, esforçando-se diariamente por subsistir na periferia, sem poupanças ou rede de segurança. Escutei as suas histórias de casas perdidas e entes queridos desaparecidos na enxurrada, e da incapacidade para abandonarem os locais atingidos porque não tinham carro ou não podiam deslocar um parente enfermo, pessoas que não eram diferentes daquelas com que trabalhara em Chicago, nem de alguns dos tios e primos de Michelle. Foi-me recordado que, independentemente de como tivessem mudado as minhas circunstâncias, as deles não tinham. A política do país não mudara. Permaneciam em todo o lado pessoas esquecidas, vozes esquecidas, negligenciadas por um Governo que parecia muitas vezes cego ou indiferente às necessidades delas.

Senti o sofrimento dessas pessoas como uma censura e, sendo o único afro-americano no Senado, decidi que era tempo de pôr fim à minha moratória para fazer aparições nos meios de comunicação nacionais. Compareci nos programas noticiosos a argumentar que, embora eu não acreditasse ser o racismo a razão para a péssima resposta ao desastre do *Katrina*, aquilo mostrava como o partido governante, e a América no seu todo, tinham investido pouco no combate ao isolamento, à pobreza

intergeracional e à falta de oportunidades que persistiam em vastos sectores do país.

Em Washington, trabalhei com os meus colegas na elaboração de planos para ajudar a reconstruir a região do golfo como parte da Comissão de Segurança Nacional e Assuntos Governamentais. Porém, a vida no Senado era diferente. Quantos anos seriam precisos no Senado para conseguir ter realmente impacto nas vidas daquelas pessoas que vira em Houston? Quantas audições em comissão, emendas fracassadas e provisões orçamentais negociadas com um presidente recalcitrante seriam necessárias para compensar as acções mal orientadas de um único director da FEMA, de um funcionário da Agência de Protecção do Ambiente ou um nomeado do Departamento do Trabalho?

Este sentimento de impaciência agravou-se quando, alguns meses depois, integrei uma pequena delegação do Congresso em visita ao Iraque. Quase três anos decorridos sobre a invasão encabeçada pelos Estados Unidos, a administração já não podia negar o desastre em que a guerra se tornara. Ao desmobilizarem os militares iraquianos e consentirem que a maioria xiita afastasse agressivamente grande número de muçulmanos sunitas de posições governamentais, as autoridades norte-americanas tinham criado uma situação que era caótica e cada vez mais perigosa. O Iraque caíra num conflito sectário sangrento, marcado por ataques suicidas crescentes, explosões à beira da estrada e bombas instaladas em carros a detonarem nas artérias apinhadas dos mercados.

O nosso grupo visitou as bases militares norte-americanas em Bagdade, Fallujah e Kirkuk, e, visto dos helicópteros *Black Hawk* que nos transportavam, todo o país parecia exaurido, as cidades sulcadas por fogo de morteiro, as estradas sinistramente silenciosas e a paisagem coberta de pó. Em cada paragem, encontrámo-nos com comandantes e soldados que

eram inteligentes e corajosos, impelidos pela convicção de que, com a quantidade adequada de apoio militar, formação técnica e esforço físico, o Iraque poderia um dia dobrar o cabo das tormentas. Contudo, as minhas conversas com jornalistas e com alguns altos funcionários iraquianos revelavam uma história diferente. Tinham sido libertados espíritos malignos, disseram eles, com as matanças e retaliações entre sunitas e xiitas a repelirem a perspectiva de reconciliação, tornando-a talvez inatingível. A única coisa que impedia o país de se desagregar parecia ser os milhares de jovens soldados e fuzileiros que para lá mandáramos, muitos deles acabados de sair da escola secundária. Destes, mais de dois mil haviam já sido mortos e muitos mais milhares feridos. Parecia claro que quanto mais tempo a guerra se arrastasse, mais as nossas tropas se tornariam alvos de um inimigo que muitas vezes não conseguiam ver e não compreendiam.

No voo de regresso aos Estados Unidos, não consegui expulsar da minha mente a ideia de aqueles miúdos pagarem o preço da arrogância de homens como Dick Cheney e Donald Rumsfeld, que nos tinham precipitado para a guerra com base em informações falsas e continuavam a recusar ponderar em pleno as consequências. O facto de mais de metade dos meus colegas democratas terem aprovado este fiasco encheu-me de uma espécie de preocupação completamente diferente. Interroguei-me sobre o que me poderia acontecer à medida que a minha permanência em Washington se prolongasse e eu fosse ficando mais integrado e acomodado. Via agora como aquilo podia acontecer: como o reformismo moderado e a conveniência, o posicionar-se continuamente para a eleição seguinte e a conformidade de pensamento nos painéis dos canais noticiosos de televisão, tudo isso conspirava para dilapidar os nossos melhores instintos e desgastar a nossa independência, até que aquilo em que antes acreditáramos, fosse o que fosse, se perdesse completamente.

Se eu estivera à beira de me sentir satisfeito, pensando que estava no lugar certo, a fazer o que era apropriado e a um ritmo aceitável, o *Katrina* e a minha visita ao Iraque interromperam tudo isso. A mudança tinha de acontecer mais depressa… e eu ia ter de decidir que papel desempenharia para a desencadear.

CAPÍTULO 4

RARAMENTE PASSA UMA SEMANA em que eu não me depare com alguém — um amigo, um apoiante, um conhecido ou um perfeito estranho — que afirma ter percebido que eu iria ser presidente assim que me viu ou me ouviu falar na televisão. Dizem-mo com afeição, convicção e um certo orgulho na sua perspicácia política, capacidade de detectar talento ou de prognóstico. Por vezes, envolvem a revelação em termos religiosos. Deus tinha um plano para si, dizem-me. Eu sorrio e digo que só é pena que não mo tivessem dito quando eu pensava candidatar-me, pois ter-me-iam poupado muito nervosismo e insegurança.

A verdade é que nunca fui um grande crente no destino. Aflige-me que isso justifique a resignação para os destituídos e a complacência entre os poderosos. Suspeito que o plano de Deus, qualquer que ele seja, obra a uma escala demasiado vasta para admitir as nossas tribulações mortais; que no tempo de uma única vida, acidentes e casualidades são mais determinantes do que aceitamos admitir; e que o melhor que podemos fazer é tentar viver em harmonia com o que sentimos estar certo e extrair algum sentido da nossa confusão, e com boa vontade e fibra jogar a cada momento a mão que nos calhou.

Sei que, na Primavera de 2006, a ideia de me candidatar à presidência na eleição seguinte, embora ainda fosse improvável, já não parecia estar para lá do reino das possibilidades. A cada dia, o nosso gabinete no Senado era inundado com pedidos dos órgãos noticiosos. Recebíamos o dobro do correio dos outros senadores. Cada partido e candidato estadual às eleições

intercalares de Novembro queria que eu fosse cabeça de cartaz nos eventos que organizavam. E os nossos habituais desmentidos de que eu estivesse a planear candidatar-me só pareciam alimentar a especulação.

Certa tarde, Pete entrou no meu gabinete e fechou a porta atrás de si.

— Quero perguntar-te uma coisa.

Ergui os olhos das cartas destinadas aos constituintes que estivera a assinar.

— Chuta.

— Os teus planos para 2008 mudaram?

— Não sei. Deviam ter mudado?

Pete encolheu os ombros.

— Penso que o plano inicial de ficar fora da ribalta e dirigir a atenção para o Ilinóis fazia sentido. Mas o teu perfil não se deixa afundar. Se houver sequer uma hipótese remota de o teres em consideração, eu gostaria de escrever um memorando a delinear do que é que precisamos para manter as tuas opções em aberto. Sentes-te confortável com isso?

Reclinei-me na cadeira e fiquei a olhar para o tecto, tendo consciência das implicações da minha resposta.

— Faz sentido — respondi por fim.

— Está bem, então? — perguntou Pete.

— Está bem — confirmei com um aceno de cabeça, voltando a debruçar-me sobre a minha papelada.

«Mestre dos Memorandos» era como alguns dos elementos da equipa se referiam a Pete. Nas mãos dele, o humilde memorando aproximava-se de uma forma de arte, adquirindo eficiência e tornando-se estranhamente inspirador. Alguns dias mais tarde, distribuiu um programa revisto para o resto do ano, a ser apreciado pelos elementos mais experientes da minha equipa. Propunha um calendário mais alargado de deslocações para apoiar

mais candidatos democratas nas eleições intercalares, reuniões com responsáveis influentes dos partidos e financiadores, e um modelo reforçado de discurso.

Ao longo dos meses que se seguiram, cumpri esse plano, apresentando-me e às minhas ideias diante de novas assistências, emprestando o meu apoio aos democratas em Estados de resultado indeciso e viajando para partes do país onde nunca estivera. Do Jantar Jefferson-Jackson da Virgínia Ocidental ao Jantar Morrison Exon do Nebraska, fomos a todos, enchendo casas e reanimando as tropas. Todavia, sempre que alguém me perguntava se eu ia candidatar-me à presidência, continuava a hesitar. «Neste momento, estou só concentrado em fazer o Ben Nelson regressar ao Senado, onde precisamos dele», diria.

Estaria a ludibriá-los? Estaria a enganar-me a mim mesmo? É difícil dizer. Suponho que estava a pôr à prova, a sondar, a tentar conciliar o que via e sentia ao viajar pelo país com o absurdo de lançar uma campanha nacional. No entanto, eu sabia que uma candidatura presidencial viável não era algo a que simplesmente se fosse parar. A ser bem feita, seria uma empreitada profundamente estratégica, construída ao longo do tempo com vagar e serenidade, exigindo não só confiança e convicção, mas também muito dinheiro e doses generosas de empenho e boa vontade alheia, que nos permitissem aguentar a travessia dos cinquenta Estados e dois anos ininterruptos de primárias e convenções partidárias.

Já alguns dos meus colegas senadores democratas — Joe Biden, Chris Dodd, Evan Bayh e, claro, Hillary Clinton — tinham feito o trabalho preparatório para uma possível candidatura. Parte deles já se havia candidatado; todos andavam a preparar-se havia anos e tinham um quadro experimentado de pessoal, financiadores e funcionários locais prontos a colaborar. A maioria podia exibir um registo de feitos legislativos com

significado. E eu gostava deles. Tinham-me tratado bem, partilhavam amplamente os meus pontos de vista sobre os problemas e eram mais do que capazes de dirigir uma campanha eficaz e, para lá dela, uma Casa Branca eficaz. Se eu começava a convencer-me de que podia apelar aos eleitores de maneiras que eles não dominavam — se eu suspeitava que só uma coligação mais abrangente do que eles eram capazes de formar, e uma linguagem diferente da que usavam, seriam capazes de abanar Washington e dar esperança aos necessitados —, compreendia também que o meu estatuto favorecido era em parte uma ilusão, resultado de cobertura mediática favorável e de um apetite excessivo por tudo o que fosse novo. Eu sabia que a obsessão podia inverter-se num instante, com a estrela em ascensão transformada no jovem imberbe, presunçoso quanto baste para pensar que estaria capaz de administrar o país a menos de metade do seu primeiro mandato.

«É melhor conter-me», disse para mim mesmo. «Pagar as dívidas, cobrar favores, esperar a minha vez.»

Numa bela tarde de Primavera, Harry Reid pediu-me que passasse pelo seu gabinete. Subi penosamente os largos degraus de mármore da câmara do Senado até ao segundo andar, vendo os retratos sisudos e de olhos escuros de homens mortos havia muito a observarem-me de cima a cada passo. Harry saudou-me na área de recepção e conduziu-me ao gabinete, um aposento espaçoso de tecto alto e com os mesmos ornamentos e ladrilhos intrincados, e vistas espectaculares, de que desfrutavam outros senadores, mas parco nas recordações ou fotografias de apertos de mão com os famosos que adornavam outros gabinetes.

— Deixa-me ir directo ao assunto — disse Harry, como se fosse conhecido por se entregar a conversa fiada. — Temos muita gente na nossa convenção a planear candidatar-se à presidência. Mal consigo contá-los

todos. E são boas pessoas, Barack, por isso não posso tomar partido publicamente.

— Ouve, Harry, só para que saibas, eu não sou…

— Mas — disse ele, interrompendo-me — penso que tens de considerar candidatar-te a este ciclo. Eu sei que disseste que não o farias. E de certeza que muita gente vai dizer que precisas de mais experiência. Mas deixa que te diga uma coisa, está bem? Mais dez anos no Senado não vão fazer de ti um presidente melhor. Tu motivas as pessoas, sobretudo as mais jovens, as minorias e até os brancos moderados. Isso é diferente, percebes? As pessoas andam à procura de qualquer coisa diferente. É verdade que vai ser difícil, mas penso que podes ganhar. O Schumer também está convencido disso.

Depois levantou-se e encaminhou-se para a porta, tornando claro que a reunião estava a terminar.

— Bem, era tudo o que queria dizer-te. Portanto, pensa nisso, está bem?

Saí atordoado do gabinete dele. Por melhor que fosse o relacionamento que estabelecera com Harry, eu sabia que ele era o mais prático dos políticos. Ao descer as escadas, interroguei-me se haveria algum ponto de vista particular no que ele dissera, algum jogo sofisticado que ele estivesse a fazer e que eu fosse demasiado obtuso para reconhecer. Porém, quando falei posteriormente com Chuck Schumer e, depois, com Dick Durbin, eles transmitiram-me a mesma mensagem: o país estava desesperado por uma nova voz. Eu nunca estaria em melhor posição para me candidatar do que nessa altura e, com a minha ligação a eleitores jovens, minorias e independentes, talvez alargasse o mapa de uma maneira que podia ajudar outros democratas nas eleições.

Não divulguei estas conversas para além dos meus principais colaboradores e amigos mais próximos, sentindo-me como se estivesse a pisar um campo minado e devendo abster-me de movimentos súbitos.

Quando ponderava tudo aquilo com Pete, ele propôs que eu tivesse mais uma conversa antes de decidir examinar mais a fundo o que implicaria uma candidatura.

— Tens de falar com o Kennedy — disse-me. — Ele conhece todos os intervenientes e ele próprio se candidatou. Dar-te-á alguma perspectiva. E, no mínimo, dir-te-á se tenciona apoiar outra pessoa.

Herdeiro do nome mais famoso da política americana, Ted Kennedy era nessa altura o que havia em Washington de mais próximo de uma lenda viva. Ao longo de mais de quatro décadas no Senado, ele estivera na vanguarda de cada causa progressista importante, dos direitos civis ao salário mínimo e aos cuidados de saúde. Com a sua compleição robusta, enorme cabeça e uma juba de cabelo branco, enchia todas as salas por onde passava, e era o senador raro que atraía a atenção sempre que se levantava cauteloso do seu lugar na câmara, procurando os óculos ou as suas notas no bolso do fato e iniciando cada discurso naquele característico tom de barítono de Boston com «Obrigado, Senhora Presidente». O raciocínio desenrolar-se-ia, com a voz a aumentar de volume, o rosto a enrubescer, num crescendo semelhante ao de um pregador emotivo, por mais mundano que fosse o assunto em discussão. Uma vez findo o discurso, descia a cortina e ele voltava a ser o velho Teddy, amável, a percorrer a coxia para consultar a lista de presenças, ou sentado junto de um colega, com a mão pousada no ombro ou no braço dele, a sussurrar-lhe ao ouvido ou irrompendo em fortes gargalhadas, daquelas que faziam com que não nos importássemos com o facto de ele estar provavelmente a manipular-nos para alguma votação em que pudesse precisar de nós.

O gabinete de Teddy, no terceiro andar do edifício de escritórios do Senado Russell, era um reflexo do homem: encantador e repleto de história, com as paredes atravancadas de fotografias de Camelot, modelos de

veleiros e quadros de Cape Cod. Um quadro em particular reteve a minha atenção, mostrando rochedos negros e irregulares a traçar uma curva sobre um mar encrespado, de cristas brancas.

— Precisei de muito tempo para conseguir que aquele me saísse bem — disse Teddy, abeirando-se de mim. — Três ou quatro tentativas.

— Valeu a pena — retorqui.

Sentámo-nos no espaço reservado dele, com as cortinas puxadas e uma luz suave, e ele começou a contar histórias sobre vela, os seus filhos e diversos combates que travara no Senado. Histórias brejeiras, histórias divertidas. De vez em quando, extraviava-se por alguma corrente alheia antes de retomar o rumo original, por vezes exprimindo apenas um fragmento de uma lembrança, sabendo ambos que aquilo era uma encenação… que estávamos apenas a circundar o verdadeiro motivo da minha visita.

— Portanto… — disse por fim —, ouvi dizer que se fala de você se candidatar à presidência.

Disse-lhe que era improvável, mas que ainda assim queria o conselho dele.

— Ah, sim. Bem, quem foi que disse que há uma centena de senadores que olham para o espelho e vêem um presidente? — Teddy riu-se consigo mesmo. — Perguntam: «Terei o que é preciso?» O Jack, o Bobby, eu também, há muito tempo. Não correu como planeado, mas parece-me que as coisas acabaram por resultar, à sua própria maneira…

Silenciou-se, perdido nos pensamentos. Ao observá-lo, interroguei-me como avaliaria a sua própria vida, e as vidas dos seus irmãos, o preço terrível que cada um deles pagara, no encalço de um sonho. Depois, de forma igualmente repentina, estava de novo presente, com os olhos de um azul profundo fixados nos meus, atento ao momento.

— Eu não me vou envolver muito cedo — disse Teddy. — São demasiados amigos. Mas posso dizer-lhe isto, Barack. O poder de inspirar é raro. Momentos como este são raros. Pode pensar que talvez não esteja pronto, que o fará numa altura mais conveniente. Só que não é você quem escolhe o momento. O momento escolhe-o a si. Ou agarra a que poderá ser a única oportunidade que tem, ou decide que está disposto a viver sabendo que a oportunidade lhe passou ao lado.

DIFICILMENTE MICHELLE vivia alheada do que estava a acontecer. A princípio, limitou-se a ignorar a agitação. Deixou de ver programas noticiosos políticos e repelia todas as perguntas demasiado ansiosas de amigos e colegas de trabalho sobre se eu planeava candidatar-me. Quando, certa noite em casa, referi a conversa que tivera com Harry, ela só encolheu os ombros e eu não insisti no tema.

Todavia, com a passagem do Verão, a conversa começou a infiltrar-se pelas fendas e rachas da nossa vida doméstica. As nossas noites e fins-de-semana pareciam normais enquanto Malia e Sasha andassem por ali, mas eu sentia a tensão sempre que estava sozinho com Michelle. Finalmente, certa noite depois de as miúdas estarem a dormir, fui para a salinha onde ela estava a ver televisão e desliguei o som.

— Sabes que não planeei nada disto — disse eu, sentando-me ao lado dela no sofá.

Michelle ficou a olhar fixamente para o ecrã silencioso.

— Eu sei — disse ela.

— Percebo que mal tivemos tempo para recuperar o fôlego. E que, até há poucos meses, a ideia de eu me candidatar pareceria absurda.

— Pois.

— Mas, tendo em conta tudo o que aconteceu, sinto que temos de

considerar seriamente a ideia. Pedi à equipa para preparar uma apresentação. Como seria a agenda da campanha. Se podíamos ganhar. Como isso afectaria a família. Ou seja, se alguma vez nós avançarmos para isto…

Michelle interrompeu-me, a voz embargada de emoção.

— Disseste *nós*? — perguntou. — Queres dizer *tu*, Barack. *Nós*, não. Isto é uma coisa *tua*. Apoiei-te sempre porque acredito em ti, apesar de *detestar* política. E detesto a maneira como expõe a nossa família. Tu *sabes* isso. E agora temos finalmente alguma estabilidade… apesar de ainda não ser normal, não ser a forma de vivermos que eu escolheria… e agora dizes-me que te vais candidatar a *presidente*?

Peguei-lhe na mão.

— Não disse que me vou candidatar, querida. Eu só disse que não podemos rejeitar a possibilidade. Mas só posso pensar nela se tu aderires.

Calei-me por um momento, vendo que a ira dela não estava a amainar.

— Se achas que não devemos, então não o faremos, é tão simples quanto isso. Cabe-te a palavra final.

Michelle ergueu as sobrancelhas, como se para sugerir que não acreditava em mim.

— Se isso for realmente verdade, então a resposta é não — declarou. — Não quero que te candidates a presidente, pelo menos não agora.

Lançou-me um olhar duro e levantou-se do sofá.

—Meu Deus, Barack! Quando é que vais sentir que já chega?

Antes que eu pudesse responder, ela foi para o nosso quarto e fechou a porta.

Como poderia eu censurá-la por se sentir daquela maneira? Ao aventar sequer a possibilidade de uma candidatura, ao envolver os meus colaboradores antes de lhe pedir a bênção, eu pusera-a numa posição

impossível. Havia já anos que eu pedia a Michelle fortaleza de espírito e indulgência, no que tocava às minhas iniciativas políticas, e ela cedera… com relutância, mas com amor. E depois eu voltava sempre de novo, a pedir mais.

Por que razão a faria eu passar por isto? Seria somente vaidade, ou talvez algo mais sombrio: uma fome primária, uma ambição cega, dissimuladas pelas palavras vagas do serviço público?

Ou estaria eu ainda a tentar provar o meu valor a um pai que me abandonara, mostrar-me à altura das expectativas visionárias da minha mãe para com o seu próprio filho e resolver qualquer insegurança que restasse de ter nascido miscigenado? «É como se tivesses um buraco para encher», dissera-me Michelle nos primeiros tempos do nosso casamento, depois de um período em que me vira trabalhar quase até ao esgotamento. «É por isso que não consegues abrandar.»

Na verdade, eu pensava ter resolvido esses problemas havia muito, encontrando confirmação no meu trabalho, segurança e amor na minha família. Porém, questionava-me agora se conseguiria alguma vez escapar ao que quer que fosse que havia em mim que precisava de ser curado, aquilo que me fazia tentar sempre chegar mais longe.

Talvez seja impossível deslindar as próprias motivações. Recordei-me de um sermão de Martin Luther King, Jr., intitulado «O Principal Instinto do Tambor». Nesse sermão, ele fala de como todos nós, bem lá no fundo, queremos ser os primeiros, ser celebrados pela nossa grandeza; todos queremos «encabeçar o desfile». Prossegue fazendo notar que tais impulsos egoístas podem ser reconciliados fazendo coincidir essa demanda de grandeza com objectivos mais abnegados. Podemos esforçar-nos para sermos os primeiros no serviço, primeiros no amor. A mim, parecia-me uma maneira satisfatória de encontrar a quadratura do círculo no que tocava aos

instintos mais básicos e mais elevados de cada um. Só que agora eu confrontava-me também com o facto óbvio de que os sacrifícios nunca eram só meus. A família fora arrastada para a viagem, para a linha de fogo. A causa do Dr. King e os seus dons poderiam ter justificado um tal sacrifício. Mas poderiam os meus?

Não sabia. Fosse qual fosse a natureza da minha fé, não podia refugiar-me na noção de um chamamento de Deus para que eu me candidatasse a presidente. Não podia fingir estar apenas a responder a alguma atracção invisível do Universo. Não podia afirmar que era indispensável à causa da liberdade e da justiça, ou negar responsabilidade no fardo que estaria a impor à minha família.

As circunstâncias podem ter aberto a porta a uma corrida presidencial, mas nada durante esses meses me impedira de a fechar. Eu podia ainda fechar facilmente a porta. E o facto de não o ter feito, de, em vez disso, ter consentido que a porta se escancarasse, era tudo o que Michelle precisava de saber. Se um dos requisitos para a candidatura ao cargo mais poderoso do mundo era a megalomania, parecia que eu estava a passar no teste.

TAIS PENSAMENTOS TINGIAM o meu estado de espírito quando parti, em Agosto, para um circuito de dezassete dias por África. Na África do Sul, apanhei um barco para Robben Island e estive na cela minúscula onde Nelson Mandela passara a maior parte dos seus vinte e sete anos na prisão, conservando a sua fé de que a mudança aconteceria. Encontrei-me com membros do Supremo Tribunal sul-africano, falei com médicos numa clínica de VIH/sida e passei tempo com o bispo Desmond Tutu, cujo espírito jubiloso eu ficara a conhecer durante as suas visitas a Washington.

— É então verdade, Barack — disse ele com um sorriso endiabrado —,

que vai ser o nosso primeiro presidente africano dos Estados Unidos? Ah, isso deixar-nos-ia a todos muito orgulhosos!

Da África do Sul, voei para Nairobi, onde Michelle e as meninas — acompanhadas pela nossa amiga Anita Blanchard e pelos filhos dela — foram ter comigo. Com auxílio de uma cobertura intensiva da imprensa local, a reacção queniana à nossa presença foi insuperável. Uma visita a Quibera, uma das maiores favelas de África, atraiu milhares de pessoas que se comprimiram nos caminhos sinuosos de lama vermelha, a entoar o meu nome. Quando viajámos para a província de Nyanza, a terra ancestral do meu pai na região ocidental do país, havia pessoas a ladear a estrada ao longo de quilómetros e, quando Michelle e eu parámos numa clínica móvel para fazer em público um teste de VIH, como meio de demonstrar que era seguro, compareceu uma multidão de milhares, submergindo o nosso veículo e pregando um verdadeiro susto à equipa de segurança diplomática. Só quando fomos fazer um safari, estacionados entre leões e gnus, escapámos ao tumulto.

— Juro que esta gente pensa que tu já és presidente, Barack — gracejou Anita uma noite. — Não te esqueças de me reservar um lugar no *Air Force One*, está bem?

Nem Michelle nem eu rimos.

A família seguiu de regresso a Chicago e eu prossegui, viajando até à fronteira com a Somália para ser informado sobre a cooperação entre os Estados Unidos e o Quénia contra o grupo terrorista al-Shabaab; apanhei depois um helicóptero do Jibuti para a Etiópia, onde militares norte-americanos prestavam apoio à assistência alimentar; e, por fim, voei para o Chade, para visitar refugiados de Darfur. Em cada paragem, via homens e mulheres envolvidos num trabalho heróico, em circunstâncias impossíveis.

Em cada paragem, era-me dito o quanto mais a América podia estar a fazer para ajudar a mitigar o sofrimento.

E, em cada paragem, era-me perguntado se me candidataria à presidência.

Passados apenas alguns dias do meu regresso aos Estados Unidos, voei para o Iowa, para proferir um discurso de abertura no Churrasco do senador Tom Harkin, um ritual anual que tinha uma importância acrescida no período de lançamento das eleições presidenciais, visto que o Iowa era sempre o primeiro Estado a votar no processo das primárias. Eu aceitara o convite meses antes — Tom pedira-me que falasse precisamente para evitar ter de escolher entre todos os aspirantes presidenciais que cobiçavam a oportunidade —, mas agora a minha comparência só alimentava a especulação. Quando estávamos a abandonar as instalações, depois do meu discurso, fui chamado à parte por Steve Hildebrand, ex-director político da Comissão de Campanha Senatorial Democrata e antiga autoridade no Iowa, que fora recrutado por Pete para me servir de guia.

— Foi a recepção mais calorosa que alguma vez aqui vi — disse-me ele. — Você pode ganhar o Iowa, Barack. Sinto-o. E, se ganhar o Iowa, pode conseguir a nomeação.

Por vezes, parecia que fora apanhado numa maré, arrastado pela corrente das expectativas de outras pessoas antes de ter definido claramente as minhas. A temperatura elevou-se ainda mais quando, um mês depois, somente algumas semanas antes das eleições intercalares, foi publicado o meu segundo livro. Trabalhara nele o ano todo, nos serões no meu apartamento em Washington e aos fins-de-semana, depois de Michelle e as nossas filhas terem ido dormir; até mesmo no Jibuti, onde me debatera várias horas a tentar enviar por *fax* provas corrigidas para o meu editor. Eu nunca tencionara que o livro servisse de manifesto de campanha; queria

apenas apresentar as minhas ideias a respeito do estado corrente da política americana de uma maneira interessante e vender exemplares suficientes para justificar o avanço avultado que recebera a título de direitos de autor.

Contudo, não foi assim que foi recebido, tanto pela imprensa política como pelo público. Promovê-lo implicava que eu estivesse quase continuamente na televisão e na rádio, e isso, a par das minhas muito visíveis digressões em campanha pelos candidatos ao Congresso, fazia com que eu próprio parecesse cada vez mais um candidato.

Numa viagem de carro de Filadélfia para Washington, onde tinha agendado participar no programa *Meet the Press* na manhã seguinte, Gibbs e Axe, juntamente com o sócio de Axe, David Plouffe, perguntaram-me o que tencionava eu dizer quando, inevitavelmente, Tim Russert apertasse comigo a respeito dos meus planos.

— Ele vai voltar a passar a velha cassete, aquela em que afirmas inequivocamente que não te candidatarás a presidente em 2008 — explicou Axe.

Escutei durante alguns minutos enquanto os três discutiam diversas maneiras de fugir à questão, até que os interrompi.

— Porque é que não digo simplesmente a verdade? Não posso dizer só que não tinha intenção de me candidatar há dois anos, mas as circunstâncias mudaram, tal como o meu pensamento, e que tenciono reflectir seriamente sobre o assunto depois de terminadas as intercalares?

Agradou-lhes a ideia, admitindo que se via algo da estranheza da política no facto de uma resposta tão directa ser considerada original. Gibbs também me aconselhou a que alertasse Michelle, prevendo que uma indicação directa de que eu poderia candidatar-me faria com que o frenesim dos meios de comunicação se intensificasse imediatamente.

Foi exactamente o que aconteceu. O meu reconhecimento no *Meet the*

Press fez manchetes e as notícias da noite. Na Internet, foi criada uma petição «Mobilizem Obama», que angariou milhares de assinaturas. Colunistas de audiência nacional, incluindo vários conservadores, escreveram textos de opinião a exortar-me a candidatar-me, e a *Time* publicou uma história que fez capa intitulada «Porque Podia Barack Obama ser o Próximo Presidente».

Contudo, nem toda a gente parecia rendida às minhas perspectivas. Gibbs relatou que, quando parara num quiosque na Michigan Avenue para comprar um exemplar da *Time*, o vendedor indo-americano olhou para a minha fotografia e teve uma reacção em três palavras: «*Foooda-se* para isto.»

Rimo-nos um bom bocado com o caso. E à medida que aumentava a especulação sobre a minha candidatura, Gibbs e eu repetíamos a frase como se fosse um feitiço que ajudasse a conservar a nossa ligação à realidade e rechaçasse a sensação crescente de que os acontecimentos se processavam à revelia do nosso controlo. A multidão na minha apresentação final antes das eleições intercalares, um comício de fim de dia em Iowa City a apoiar o candidato democrata a governador, estava particularmente rouca. De pé no palco e a olhar para os milhares de pessoas ali reunidas, a exalação delas a ascender como nevoeiro entre a luz dos projectores, com os rostos virados para cima de expectativa, as ovações a abafar a minha voz alterada, senti como se estivesse a assistir a uma cena num filme, não sendo eu a figura no palco.

Nessa noite voltei tarde. A casa estava às escuras e Michelle já dormia. Depois de tomar um duche e passar em revista uma pilha de correio, meti-me debaixo das cobertas e comecei a dormitar. Nesse espaço limiar entre a vigília e o sono, imaginei-me a avançar para um portal qualquer, um lugar luminoso e frio, desabitado e separado do mundo. E, por trás de mim, ouvi

uma voz aguda e nítida vinda do escuro, como se alguém estivesse mesmo junto a mim a repetir a mesma palavra múltiplas vezes:

Não. Não. Não.

Saí da cama de um salto, com o coração aos pulos, e desci as escadas para me servir de uma bebida. Fiquei sentado sozinho, às escuras, a bebericar vodca, com os nervos em dissonância e o cérebro em súbita sobrecarga. O meu maior medo, afinal, não era já da irrelevância, ou de ficar encalhado no Senado, ou até de perder a disputa presidencial.

O medo vinha da tomada de consciência de que podia ganhar.

A CAVALGAR UMA ONDA de antipatia para com a administração Bush e a guerra no Iraque, os democratas venceram quase todos os sufrágios importantes em Novembro, adquirindo o controlo tanto da Câmara dos Representantes como do Senado. Apesar de termos trabalhado duramente para ajudar a alcançar esses resultados, a minha equipa e eu não tínhamos tempo para celebrar. Em vez disso, a partir do dia seguinte à eleição, começámos a cartografar um percurso possível para a Casa Branca.

O nosso perito em sondagens, Paul Harstad, analisou os números e apurou que eu já estava na primeira linha de candidatos. Discutimos os calendários das primárias e da convenção, tendo presente que, para uma campanha de raiz como a minha, tudo dependeria de ganhar os primeiros Estados, sobretudo o Iowa. Estudámos o que poderia ser um orçamento realista e como iríamos angariar as centenas de milhões de dólares que seriam necessários só para conquistar a nomeação democrata. Pete e Alyssa apresentaram planos para harmonizar os meus deveres no Senado com as deslocações de campanha. Axelrod redigiu um memorando a arrolar os temas de uma campanha potencial e como — tendo em conta o total

desprezo dos eleitores por Washington — a minha mensagem de mudança podia compensar a minha notória falta de experiência.

Não obstante o pouco tempo de que dispuseram, todos tinham cumprido as suas incumbências com perfeição e dedicação. Fiquei particularmente impressionado com David Plouffe. Quase com quarenta anos, aspecto franzino e intenso, com traços fisionómicos vincados e uma maneira de ser seca, mas informal, abandonara a faculdade para trabalhar numa sucessão de campanhas democratas e também dirigira a Comissão de Campanha Congressional Democrata antes de entrar para a firma de consultadoria de Axelrod. Sentei-me a escutar, um dia, enquanto ele delineava como poderíamos impulsionar um esforço de organização de raiz Estado a Estado, recorrendo tanto à nossa base de voluntários como à Internet, e posteriormente eu disse a Pete que, se íamos fazer aquilo, Plouffe parecia-me a opção clara para director de campanha.

— Ele é excelente — confirmou Pete. — No entanto, pode ser necessária alguma persuasão. Tem uma família jovem.

Esta foi uma das coisas mais surpreendentes nas nossas discussões desse mês: toda a equipa manifestava uma ambivalência ao nível da minha. Não era só por a minha candidatura continuar a ser um tiro no escuro; tanto Plouffe como Axelrod disseram com franqueza que, para eu vencer Hillary Clinton, uma «marca nacional», teríamos de fazer um jogo quase perfeito. Não, o que os tornava mais circunspectos era o facto de, ao contrário de mim, eles terem visto campanhas presidenciais de perto. Conheciam demasiado bem a natureza desgastante do empreendimento. Percebiam o custo elevado que teria não só para mim e para a minha família, mas também para eles e para as suas famílias.

Estaríamos constantemente na estrada. A imprensa seria impiedosa no seu escrutínio — «uma colonoscopia permanente», creio que foi o que

Gibbs lhe chamou. Eu estaria muito pouco com Michelle e com as miúdas durante pelo menos um ano; dois, se tivéssemos a sorte de ganhar as primárias.

— Vou ser sincero, Barack — disse-me Axe depois de uma reunião. — O processo pode ser estimulante, mas na sua maior parte é um tormento. É como uma prova de *stress*, um electrocardiograma da alma. E apesar de todo o teu talento, não sei como vais reagir. E tu também não sabes. Tudo aquilo é tão alienado, tão pouco digno e brutal, que terás de ser um pouco doentio para fazeres o que é necessário para vencer. E eu não sei, simplesmente, se tens essa fome em ti. Não me parece que vás ser infeliz, se nunca te tornares presidente.

— É verdade — respondi.

— Eu sei que é — continuou Axe. — E como pessoa, essa é uma força. Para um candidato, é uma fraqueza. Talvez sejas um pouco demasiado normal, demasiado bem adaptado, para te candidatares a presidente. E embora o consultor político que há em mim pense que seria entusiasmante ver-te a fazer isto, a parte de mim que é tua amiga tem uma certa esperança de que o não faças.

Entretanto, Michelle também estava a examinar os seus sentimentos. Escutou silenciosamente durante os encontros, fazendo de vez em quando perguntas sobre o calendário de campanha, sobre o que se esperaria dela e o que implicaria para as filhas. Gradualmente, a resistência dela à ideia de eu me candidatar fora abrandando. Talvez tivesse ajudado ouvir a verdade nua e crua do que a campanha traria, com os piores medos dela clarificados e mostrados em concreto, tornando-se assim mais geríveis. Talvez fosse as conversas que ela andara a ter com Valerie e Marty, dois dos nossos amigos mais leais, pessoas em cuja opinião ela confiava implicitamente. Ou o incentivo que recebeu do irmão, Craig, alguém que fora atrás dos seus

próprios sonhos improváveis, primeiro o de jogar basquetebol profissional e depois o de se tornar treinador, apesar de isso implicar a renúncia a uma carreira lucrativa na banca.

— Ela está só assustada — dissera-me ele enquanto bebíamos uma cerveja, certa tarde.

Descreveu depois como Michelle e a mãe costumavam assistir aos jogos de basquetebol dele na escola secundária, mas se o marcador estivesse praticamente num impasse, saíam e iam esperar para o túnel, ambas demasiado tensas para ficarem nos lugares.

— Não queriam ver-me perder — disse Craig. — Não queriam ver-me magoado ou desapontado. Tive de explicar que faz parte da competição.

Ele era a favor de eu aproveitar a minha oportunidade para a presidência e disse que tencionava conversar sobre isso com a irmã.

— Quero que ela veja o quadro completo — disse. — A oportunidade de competir a este nível não é algo que se possa descartar.

Um dia em Dezembro, imediatamente antes da nossa viagem de férias ao Havai, a nossa equipa realizou aquela que seria a reunião final antes de eu decidir se devia avançar ou não. Michelle, antes de introduzir uma questão essencial, suportou pacientemente uma hora de discussão sobre recrutamento e a logística de um potencial anúncio.

— Disseste que há muitos outros democratas capazes de ganhar uma eleição e chegar a presidente. Disseste-me que a única razão para te candidatares era a possibilidade de ofereceres algo que os outros não podem. Não sendo assim, não vale a pena. Certo?

Confirmei com um aceno de cabeça.

— A minha pergunta é, então: porquê tu, Barack? Porque é que *tens* de ser presidente?

Entreolhámo-nos por cima da mesa. Por um momento, foi como se

estivéssemos a sós na sala. A minha mente recuou dezassete anos, até ao momento em que nos conhecêramos, eu a chegar tarde ao escritório dela, um pouco molhado da chuva, Michelle a levantar-se da secretária, tão encantadora e bem arranjada na sua saia e blusa de advogada, e à conversa fácil que se seguiu. Eu vira naqueles seus olhos redondos e escuros uma vulnerabilidade que percebi que raramente deixava transparecer. Soube nesse momento que ela era especial, que eu tinha de a conhecer e que aquela era uma mulher que eu podia amar. Pensei como tivera sorte.

— Barack?

Soltei-me à força do devaneio.

— Muito bem. Porquê eu?

Mencionei várias das razões acerca das quais já antes tínhamos conversado. Que eu poderia ser capaz de lançar a centelha de um novo tipo de política ou fazer com que uma nova geração participasse ou transpor as divisões existentes no país melhor do que outros candidatos.

— Mas quem sabe? — disse, olhando em volta da mesa. — Não há garantia de que consigamos levares isto até ao fim. Porém, há uma coisa de que tenho a certeza: sei que, no dia em que erguer a minha mão direita e jurar ser presidente dos Estados Unidos, o mundo começará a olhar para a América de modo diferente. Sei que jovens por todo este país — miúdos negros, miúdos hispânicos, miúdos que não se integram — também se verão a si mesmos de modo diferente, com horizontes mais vastos e possibilidades alargadas. E só isso… só por isso, teria valido a pena.

A sala estava silenciosa. Marty sorriu. Valerie lacrimejava. Vi diferentes elementos da equipa evocarem-no nas suas mentes, o juramento do primeiro presidente afro-americano dos Estados Unidos.

Michelle olhou-me fixamente durante o que senti ser uma eternidade.

— Bem, querido — disse, finalmente —, essa foi uma bela resposta.

Todos riram e a reunião evoluiu para outros assuntos. Nos anos que se seguiram, aqueles que haviam estado na sala fizeram por vezes referência a essa reunião, compreendendo que a minha resposta à pergunta de Michelle fora uma formulação improvisada de uma fé partilhada, aquilo que nos havia lançado a todos no que seria uma viagem longa, dura e improvável. Ter-se-iam recordado daquilo quando viram um rapazinho tocar no meu cabelo na Sala Oval ou quando uma professora informou que os miúdos da sua turma dos bairros pobres tinham passado a estudar com mais afinco depois de eu ser eleito.

E é verdade: ao responder à pergunta de Michelle, eu estava a antecipar a forma como esperava que até uma campanha credível pudesse fazer tombar alguns vestígios do passado racial da América. Em privado, porém, eu sabia que chegar lá também significava algo mais pessoal.

Se ganhássemos, pensei, isso significaria que a minha campanha para o Senado dos Estados Unidos não fora apenas sorte fortuita.

Se ganhássemos, isso significaria que o que me levara a entrar na política não era apenas uma quimera, que a América em que eu acreditava era possível, que a democracia em que eu acreditava podia ser alcançada.

Se ganhássemos, isso significaria que eu não estava sozinho ao acreditar que o mundo não tinha de ser um lugar frio e implacável, onde os fortes depredavam os fracos e recaíamos inevitavelmente em clãs e tribos, atacando o desconhecido e encolhendo-nos perante as trevas.

Se estas crenças se tornassem manifestas, então a minha própria vida faria sentido e eu poderia legar essa promessa, essa versão do mundo, às minhas filhas.

Fizera uma aposta há muito tempo e chegara o momento de acertar contas. Estava prestes a pisar alguma linha invisível, uma linha que mudaria inexoravelmente a minha vida de maneiras que eu ainda não podia imaginar

e de que poderia não gostar. Contudo, parar agora, recuar agora, perder a coragem agora… isso era inaceitável.

Tinha de ver como tudo aquilo se desenrolava.

SEGUNDA PARTE

SIM, NÓS CONSEGUIMOS

CAPÍTULO 5

NUMA BELA MANHÃ DE FEVEREIRO DE 2007, num palco frente ao Old State Capitol em Springfield — o mesmo lugar onde Abe Lincoln proferira o seu discurso «A Câmara Dividida», quando era membro da assembleia legislativa do Ilinóis —, anunciei a minha candidatura a presidente. Com temperaturas negativas, afligira-nos a possibilidade de o frio afugentar o público, mas, na altura em que avancei para o microfone, havia mais de quinze mil pessoas concentradas na praça e ruas adjacentes, com disposição festiva, agasalhadas com parcas, cachecóis, gorros de esqui e protectores de ouvidos, muitas delas a brandir letreiros, fornecidos pela campanha ou de confecção caseira, em que se lia OBAMA, e a sua exalação visível no ar gelado, como pequenos farrapos de nuvens.

O meu discurso, transmitido em directo por todos os serviços televisivos por cabo, cobriu os grandes temas da nossa campanha: a necessidade de mudanças fundamentais; a necessidade de enfrentar problemas a longo prazo, como o dos cuidados de saúde e das alterações climáticas; a necessidade de ultrapassar a estafada divisão partidária em Washington; a necessidade de uma cidadania empenhada e activa. Quando terminei, Michelle e as miúdas juntaram-se a mim no palco para acenar à multidão em clamor, com as enormes bandeiras americanas suspensas a toda a largura dos edifícios próximos proporcionando um pano de fundo espectacular.

Dali, fui de avião com a minha equipa para o Iowa, onde, dentro de onze meses, teriam lugar as primeiras disputas nacionais pela nomeação e onde

contávamos com uma vitória inicial que nos catapultasse para a dianteira face a adversários mais experientes. Numa sucessão de encontros em salões municipais, fomos mais uma vez saudados por milhares de apoiantes e outros que lá iam pela curiosidade. Nos bastidores de um evento em Cedar Rapids, ouvi por acaso um operacional político veterano do Iowa explicar a um dos cerca de cinquenta jornalistas nacionais que nos seguiam que «isto não é normal».

Ao rever as imagens captadas nesse dia, é difícil não ser arrastado pela nostalgia que ainda sentem os meus antigos colaboradores e apoiantes: a sensação de que estávamos a iniciar uma viagem mágica; de que, no decurso de dois anos, conseguiríamos o que parecera impossível e tocaríamos em algo essencial e verdadeiro a respeito da América. Porém, embora as multidões, a excitação e a atenção dos meios de comunicação desse dia augurassem, todos, a viabilidade da minha candidatura, tenho de recordar a mim mesmo que não parecia fácil ou predestinado na altura, que, repetidas vezes, parecia que a nossa campanha descarrilaria completamente e que, logo à partida, parecia não só a mim, mas a muitos que estavam atentos, que eu não era particularmente bom candidato.

Em muitos aspectos, os meus problemas eram uma excrescência directa do burburinho que tínhamos gerado e das expectativas que o acompanhavam. Como explicou Axe, a maior parte das campanhas presidenciais começa por ser pequena por necessidade — «Off Broadway», chamava-lhes ele: assistências reduzidas, pequenos espaços, cobertura por estações radiotelevisivas locais e jornais secundários, onde o candidato e a sua equipa podiam pôr à prova linhas de orientação, aplanar irregularidades, cometer deslizes ou treinar a experiência de pânico em palco sem atrair muita atenção. Nós não tivemos esse luxo. Desde o primeiro dia, pareceu

que estávamos sempre no meio da Times Square, e, à luz dos holofotes, a minha inexperiência ficou visível.

O maior medo da minha equipa era que eu cometesse uma «gafe», a expressão usada pela imprensa para descrever qualquer frase inábil do candidato, qualquer frase que revele ignorância, falta de cuidado, pensamento confuso, insensibilidade, perversidade, rusticidade, embuste ou hipocrisia — ou que seja apenas considerada afastada quanto baste do senso comum para tornar o referido candidato vulnerável a ataque. Segundo esta definição, a maioria dos humanos cometerá cinco a dez gafes por dia, contando cada um de nós com a indulgência e a boa vontade da nossa família, colegas e amigos para preencher as lacunas, recuperar-nos das nossas derivas e, em geral, pressupor o melhor em vez do pior a nosso respeito.

Em consequência, o meu instinto inicial foi ignorar algumas das advertências da minha equipa. A caminho da nossa paragem final no Iowa no dia do anúncio, por exemplo, Axe olhou-me de relance do seu caderno de estratégia.

— Tem atenção, que a cidade para onde vamos pronuncia-se «Waterloo».

— Certo — respondi. — Waterloo.

Axe abanou a cabeça.

— Não, é Water-*loo*. Não é *Water*-loo.

— Diz lá isso outra vez.

— Water-*loo* — disse Axe, comprimindo os lábios.

— Outra vez.

Axe franziu o sobrolho.

— *Okay*, Barack… isto é sério.

Porém, não foi preciso muito tempo para perceber que, no instante em que se anuncia uma candidatura à presidência, as regras normais do

discurso deixam de se aplicar: havia microfones em toda a parte e cada palavra que saía da nossa boca era gravada, amplificada, escrutinada e dissecada. No salão municipal de Ames, no Iowa, nessa primeira digressão após o anúncio, estava eu a explicar a minha oposição à guerra no Iraque quando fui descuidado e disse que a decisão mal pensada da administração Bush resultara no «desperdício» das vidas de mais de três mil dos nossos jovens soldados. No segundo em que pronunciei a palavra, lamentei-a. Eu tivera sempre o cuidado de distinguir entre as minhas opiniões sobre a guerra e o meu apreço pelos sacrifícios das nossas tropas e das suas famílias. Só alguns órgãos noticiosos captaram o meu erro, e uma rápida retractação abafou qualquer controvérsia. Porém, era um lembrete de que as palavras tinham um peso diferente de antes e, ao imaginar que o meu descuido podia ter efeito numa família ainda em luto pela perda de um ente querido, doeu-me o coração.

Por natureza, sou um orador ponderado, o que, pelos padrões dos candidatos presidenciais, contribuiu para manter a minha quota de gafes relativamente baixa. No entanto, o meu cuidado com as palavras levantou outra questão na campanha: eu era simplesmente prolixo, e esse era um problema. Quando faziam uma pergunta, tendia a oferecer respostas tortuosas e entediantes, com a minha mente a decompor instintivamente cada questão numa pilha de componentes e subcomponentes. Cada discussão tem dois lados e, geralmente, eu apresentava quatro. Se houvesse uma excepção a alguma declaração que tivesse acabado de fazer, não me limitava a apontá-la: elaborava notas de rodapé.

— Estás a abafar a ideia-chave! — quase gritava Axe, depois de me ouvir falar de forma contínua e monótona.

Durante um dia ou dois, eu concentrava-me obedientemente na brevidade, para, de súbito, dar comigo incapaz de resistir a uma explicação

de dez minutos sobre os cambiantes da política comercial ou a velocidade do degelo no Árctico.

— O que é que achaste? — perguntava eu, satisfeito com a minha perfeição, ao sair do palco.

— Tiveste nota máxima no questionário — respondia prontamente Axe. — Mas não ganhaste nenhum voto.

Estes eram problemas que pude resolver com o tempo. Mais preocupante, à medida que a Primavera avançava, era o facto de eu andar irritável. Vejo agora que uma razão para isso foi o esforço de uma campanha de dois anos para o Senado, um ano de salões municipais enquanto senador e meses de deslocações em prol de outros candidatos. A partir do momento em que se dissipou a adrenalina do anúncio, a dimensão plena do desgaste que tinha agora pela frente atingiu-me com toda a força.

E foi mesmo desgastante. Quando não estava em Washington para assuntos do Senado, depressa me via no Iowa ou num dos outros Estados prioritários, a fazer dias de dezasseis horas, seis dias e meio por semana, a dormir num Hampton Inn, num Holiday Inn, num AmeriInn ou num Super 8. Acordava ao fim de cinco ou seis horas e tentava arranjar tempo para fazer algum exercício em quaisquer instalações que encontrássemos (a velha passadeira de corrida nas traseiras de um solário tornou-se inolvidável), antes de meter as roupas na mala e engolir um pequeno-almoço ao acaso; antes de saltar para uma carrinha e fazer telefonemas para angariação de fundos a caminho do primeiro comício do dia num pavilhão municipal; antes de entrevistas com a imprensa e as estações noticiosas locais, vários encontros e saudações com líderes locais do partido, uma paragem para ir à casa de banho e talvez uma visita a um restaurante local para uns apertos de mão; antes de voltar a saltar para a carrinha e fazer chamadas de angariação de fundos. Repetia isto três ou quatro vezes, com

uma sanduíche fria ou uma salada engolidas algures pelo meio, até entrar a cambalear em mais um motel por volta das nove da noite, a tentar falar com Michelle e as meninas pelo telefone antes de elas se deitarem, antes de ler os memorandos para o dia seguinte, com o dossiê a escorregar-me a pouco e pouco das mãos à medida que a exaustão me vencia.

E isto sem contar com os voos para Nova Iorque ou Los Angeles, Chicago ou Dallas para participar em eventos de angariação de fundos. Não era uma vida de esplendor, mas de monotonia, e a perspectiva de dezoito meses seguidos daquilo depressa me quebrou o ânimo. Eu afirmara a minha pretensão na corrida presidencial, envolvera uma vasta equipa de gente, mendigara dinheiro a estranhos e disseminara uma visão em que acreditava. Porém, sentia falta da minha esposa. Sentia falta das minhas filhas. Tinha saudades da minha cama, de um duche tranquilo, de me sentar a uma mesa como devia ser para comer uma refeição como devia ser. Tinha saudades de não ter de dizer exactamente a mesma coisa, exactamente da mesma maneira, cinco, seis ou sete vezes por dia.

Felizmente, além de Gibbs (que possuía a índole, a experiência e a teimosia geral para me manter concentrado quando em digressão), eu contava com dois outros companheiros para me ajudar a atravessar o meu pavor inicial.

O primeiro era Marvin Nicholson, um meio canadiano de encanto fácil e modos imperturbáveis. Com trinta e poucos anos e a altura gigantesca de dois metros e três, Marvin tivera vários empregos, de carregador de tacos de golfe a empregado de bar num clube de *striptease*, até arranjar trabalho como homem de mão de John Kerry quatro anos antes. É uma função estranha, esse tipo de homem de mão: assistente pessoal e pau para toda a obra, responsável por garantir que o candidato tem tudo o que precisa para funcionar, seja um lanche favorito ou duas pastilhas *Advil*, um guarda-

chuva quando está mau tempo ou um cachecol quando faz frio, ou o nome do presidente do condado que se aproxima rapidamente de nós para um aperto de mão. Marvin actuava com tal perícia e subtileza, que se tornara uma espécie de figura de culto nos círculos políticos, o que nos levara a contratá-lo como nosso director de itinerância, a trabalhar conjuntamente com Alyssa e a equipa da frente para coordenar as deslocações, certificar-se de que eu tinha os materiais apropriados e fazer-me cumprir, sem grandes falhas, o programa e os horários.

Havia depois Reggie Love, criado na Carolina do Norte, filho de pais negros da classe média. Com um metro e noventa e de compleição robusta, Reggie fora estrela tanto no basquetebol como no futebol na Universidade de Duke, antes de Pete o ter recrutado como assistente para o meu gabinete do Senado. (Um aparte: as pessoas exprimem muitas vezes surpresa perante a minha estatura, um pouco mais de um metro e oitenta e cinco, algo que, em parte, atribuo a dois anos em que as fotografias me fizeram parecer mais pequeno ao lado de Reggie e Marvin.) Sob a tutela de Marvin, Reggie, com vinte e cinco anos, ocupou o lugar de assistente pessoal e, embora aquilo lhe tenha sido um pouco difícil a princípio — conseguindo, de alguma maneira, esquecer-se da minha pasta em Miami e do casaco do meu fato em New Hampshire na mesma semana —, a sua ética de trabalho séria e o seu bom humor apatetado depressa fizeram dele um dos preferidos de toda a gente na campanha.

Na melhor parte de dois anos, Gibbs, Marvin e Reggie seriam os meus zeladores, as minhas âncoras na normalidade e uma fonte constante de consolo cómico. Jogávamos às cartas e *snooker*. Discutíamos desporto e trocávamos músicas. (Reggie ajudou-me a actualizar um arquivo de *hip-hop* que parara nos Public Enemy.) Marvin e Reggie contavam-me as suas vidas sociais na estrada (complicadas) e as suas aventuras em diversas paragens

locais, depois de concluído o nosso trabalho (metiam, por vezes, salões de tatuagens e banheiras de água quente). Troçávamos de Reggie por causa da sua ignorância juvenil (certa vez, quando referi Paul Newman, Reggie disse: «Esse é o tipo do molho para salada, certo?») e Gibbs pelos seus apetites (na Feira Estadual do Iowa, Gibbs teve dificuldade em escolher entre pãezinhos *Twinkie* fritos e a barra de *Snickers* frita, até que a mulher ao balcão disse prestavelmente: «Amor, porque é que tem de optar?»)

Sempre que podíamos, jogávamos basquetebol. Até a mais pequena das cidades tinha um ginásio num liceu e, se não houvesse tempo para um jogo pelas regras, o Reggie e eu arregaçávamos na mesma as mangas e disputávamos uma partida de H-O-R-S-E enquanto fazíamos tempo até eu subir ao palco. Como qualquer verdadeiro atleta, ele continuava a ser ferozmente competitivo. Por vezes, eu acordava no dia a seguir a um jogo de um contra um quase incapaz de andar, embora fosse demasiado orgulhoso para deixar que o meu desconforto transparecesse. Certa vez, jogámos num grupo de bombeiros de New Hampshire, dos quais eu estava a tentar conseguir apoio. Eram os típicos guerreiros de fim-de-semana, um pouco mais novos do que eu, mas em pior forma. Depois das três primeiras vezes em que Reggie se apoderou da bola no chão e avançou para mergulhos atordoantes no cesto, pedi um intervalo.

— O que é que estás a fazer? — perguntei.

— O quê?

— Percebes que estou a tentar conseguir o apoio deles, não percebes?

Reggie olhou-me, incrédulo.

— Quer que nos deixemos vencer por estes paralíticos?

Reflecti por um segundo.

— *Ná*! — respondi. — Não iria tão longe. Mantém só a diferença suficientemente pequena para eles não ficarem lixados.

Passar tempo com Reggie, Marvin e Gibbs aliviava-me das pressões da campanha, uma pequena esfera em que eu não era candidato, símbolo, voz de uma geração ou sequer chefe, mas apenas um deles. O que, enquanto mourejava ao longo desses primeiros meses, era muito mais valioso do que qualquer discurso de estímulo. Em dado momento, Gibbs tentou seguir o caminho da conversa estimulante comigo, quando entrávamos em mais um avião, no final de mais um dia interminável, depois de uma apresentação particularmente desinteressante. Disse-me que eu tinha de sorrir mais, ter presente que esta era uma grande aventura e que os eleitores adoravam um guerreiro alegre.

— Pelo menos estás a divertir-te? — perguntou.

— Não — respondi.

— Há alguma coisa que possamos fazer para tornar isto mais divertido?

— Não.

Sentado no lugar à nossa frente, Reggie escutou a conversa e virou-se para me olhar com um sorriso muito aberto.

— Se serve de algum consolo, este está a ser o melhor tempo da minha vida — disse.

Serviu… embora eu não lhe tenha dito isso na altura.

ENTRETANTO, EU ESTAVA A APRENDER muito e depressa. Passei horas diligentemente debruçado sobre os grossos cadernos informativos que eram preparados pela minha equipa, a assimilar os estudos mais recentes sobre o valor da educação na primeira infância, novos desenvolvimentos na tecnologia das baterias que tornariam a energia limpa mais acessível e a manipulação pela China da sua moeda para alavancar as suas exportações.

Em retrospectiva, vejo que estava a fazer o que quase toda a gente tende a fazer quando se sente insegura ou confusa: lançar mão do que parece

familiar, aquilo em que pensa ser boa. Eu conhecia a política; sabia como absorver e processar informação. Levei algum tempo a perceber que o meu problema não era a falta de um plano em dez pontos; era antes a minha incapacidade genérica para reduzir as questões à sua essência, para contar uma história que ajudasse a explicar um mundo cada vez mais incerto ao povo americano e o fizesse sentir que eu, como presidente, podia ajudá-lo a orientar-se nele.

Os adversários mais experientes já o haviam compreendido. Fiz má figura na presença deles, num fórum sobre cuidados de saúde patrocinado pela União Internacional dos Profissionais de Saúde, realizado em Las Vegas numa tarde de sábado do final de Março de 2007. Plouffe resistira a que eu participasse. Na opinião dele, tais «audições», em que os candidatos compareciam diante deste ou daquele grupo democrático de interesses, jogavam a favor das forças dos que estavam por dentro do jogo e eliminavam tempo de contacto directo com os eleitores. Discordei. Os cuidados de saúde eram um tema que me preocupava fortemente, não só porque ouvira muitas histórias pessoais devastadoras durante a campanha mas também porque eu nunca esquecera a minha mãe nos seus dias de declínio, afligida tanto com as suas possibilidades de sobrevivência como por não saber se o seu seguro a manteria solvente durante o tratamento.

Afinal, eu devia ter dado ouvidos a Plouffe. A minha cabeça estava atulhada com demasiados factos e muito poucas respostas. Perante uma vasta audiência de trabalhadores do sector da saúde, tropecei, balbuciei, circundei e tergiversei no palco. Sob interrogatório incisivo, tive de confessar que ainda não tinha um plano definitivo para proporcionar cuidados de saúde acessíveis. Poder-se-ia ouvir uma mosca no auditório. A Associated Press divulgou um artigo a criticar a minha prestação no fórum

que seria rapidamente recuperado por órgãos noticiosos em todo o país, sob a manchete dolorosa: SERÁ OBAMA SÓ ESTILO E POUCA SUBSTÂNCIA?

O meu desempenho surgia em contraste acentuado com os de John Edwards e Hillary Clinton, os dois principais candidatos. Edwards, o anterior elegante e cortês candidato a vice-presidente, deixara o Senado em 2004 para ser parceiro de corrida de John Kerry, alardeando depois o facto de ter fundado um centro para pobres, mas nunca deixando verdadeiramente de fazer campanha a tempo inteiro para a presidência. Embora eu não o conhecesse bem, nunca fiquei particularmente impressionado com Edwards: não obstante o facto de ter raízes na classe trabalhadora, o seu populismo de cunho recente soava-me artificial e resultante de testes nas sondagens, sendo ele o equivalente político de uma dessas *boys bands* sonhadas pelo departamento de *marketing* de um estúdio. Todavia, em Las Vegas, senti-me castigado ao vê-lo expor uma proposta clara para cobertura universal, exibindo todos os dotes que o haviam tornado advogado de barra bem-sucedido na Carolina do Norte.

Hillary foi ainda melhor. Como muita gente, eu passara os anos 90 a observar os Clinton à distância. Admirava o talento prodigioso e o fulgor intelectual de Bill. Se nem sempre me sentia confortável com os aspectos particulares das suas chamadas triangulações — assinar legislação de reforma da assistência social com protecções inadequadas para aqueles que não conseguiam encontrar trabalho, a retórica de dureza com o crime que contribuiria para uma explosão da população no sistema prisional federal —, apreciava a habilidade com que conduzira a criação de políticas progressistas e o Partido Democrata de regresso à elegibilidade.

Quanto à antiga primeira-dama, considerava-a igualmente notável e mais solidária. Talvez fosse porque eu via na história de Hillary vestígios daquilo por que a minha mãe e a minha avó haviam passado: todas elas mulheres

inteligentes e ambiciosas que se tinham desgastado sob os constrangimentos dos seus tempos, tendo de orientar-se através do campo minado dos egos masculinos e das expectativas sociais. Se Hillary se tornara circunspecta, talvez excessivamente premeditada… quem poderia censurá-la, tendo em conta os ataques de que fora alvo? No Senado, a opinião favorável que eu tinha dela foi, em grande medida, confirmada. Em todas as nossas interacções, ela mostrou-se diligente, amável e sempre impecavelmente preparada. Tinha também um riso autêntico e caloroso que tendia a amenizar o estado de espírito de todos os que a rodeavam.

O facto de eu ter decidido candidatar-me apesar da presença de Hillary na corrida tinha menos a ver com qualquer avaliação das suas insuficiências pessoais e mais com o meu sentimento de que ela não podia simplesmente escapar ao rancor, aos ressentimentos e aos pressupostos arraigados decorrentes dos anos Clinton na Casa Branca. Justamente ou não, eu não via como ela podia preencher o fosso político da América ou mudar a maneira como Washington actuava ou proporcionar ao país o recomeço de que ele carecia.

Contudo, ao vê-la nessa noite no palco, no fórum da UIESS, a falar apaixonadamente e com discernimento de cuidados de saúde, e ao ouvir a multidão ovacioná-la de forma entusiástica quando terminou, questionei-me se estaria enganado.

Esse fórum não seria a última vez que Hillary — ou, na verdade, metade dos candidatos às primárias — teria melhor desempenho do que eu. Em breve parecia que nos encontrávamos em debates a cada duas ou três semanas. Eu próprio nunca fora particularmente bom nesses formatos: as minhas conclusões prolongadas e a minha preferência por respostas complexas actuavam contra mim, sobretudo em palco, com sete profissionais perspicazes e um único minuto cronometrado para responder a

uma pergunta. Durante o nosso primeiro debate em Abril, o moderador deu por esgotado o tempo pelo menos duas vezes antes de eu terminar a minha intervenção. Interrogado sobre como lidaria com múltiplos ataques terroristas, discuti a necessidade de coordenar a ajuda federal, mas esqueci-me de referir o imperativo óbvio de perseguir os perpetradores. Ao longo dos muitos minutos que se seguiram, Hillary e os outros revezaram-se a fazer notar a minha negligência. As entoações deles eram soturnas, mas o brilho que tinham nos olhos dizia: *Toma lá, novato*.

Depois disso, Axe foi brando na sua crítica do pós-jogo.

— O teu problema — disse ele — é continuares a tentar responder à pergunta.

— Não é esse o objectivo? — repliquei.

— Não, Barack, o objectivo não é esse. O objectivo é fazeres passar a tua mensagem. Quais são os teus valores? Quais são as tuas prioridades? É com isso que as pessoas se preocupam. Olha, em metade do tempo, o moderador só está a usar a pergunta para tentar fazer-te tropeçar. A tua tarefa é evitar a armadilha que te montam. Pega em qualquer pergunta que te façam, dá-lhes uma deixa rápida para parecer que respondeste… e depois fala daquilo de que queres falar.

— Mas isso é treta — disse eu.

— Precisamente — respondeu.

Senti-me frustrado com Axe e ainda mais frustrado comigo mesmo. Porém, depois de rever a gravação do debate, tive consciência de que o discernimento dele era difícil de negar. Parecia que as respostas mais eficazes nesse debate visavam não esclarecer, mas evocar uma emoção ou identificar o inimigo ou fazer saber a um eleitorado que nós, mais do que qualquer outra pessoa naquele palco, estava e estaria sempre do seu lado. Era fácil rejeitar o exercício como superficial. Por outro lado, um presidente

não era um advogado, um contabilista ou um piloto, contratado para levar a cabo determinada tarefa circunscrita e especializada. Mobilizar a opinião pública, dar forma a coligações que funcionassem — era essa a função. Quer eu gostasse ou não, as pessoas eram afectadas pela emoção, não por factos. Puxar pela melhor e não pela pior dessas emoções; reforçar os melhores anjos da nossa natureza com a razão e políticas sensatas; actuar ao mesmo tempo que se continuava a falar verdade — era essa a fasquia que eu tinha de ultrapassar.

ENQUANTO ME ESFORÇAVA para limitar os estragos, Plouffe dirigia uma operação consistente a partir da nossa sede em Chicago. Eu não o via com frequência, mas começava a aperceber-me de que tínhamos muito em comum. Éramos ambos analíticos e calmos, genericamente cépticos em relação a convenções e fingimentos. Porém, enquanto eu podia ficar absorto, indiferente aos detalhes, incapaz de manter um sistema de arquivo ordenado, extraviar constantemente memorandos, canetas e telemóveis que tinham acabado de me ser confiados, Plouffe era um autêntico génio administrativo.

Ele concentrou-se desde o início, sem pruridos e de forma inabalável, em ganhar o Iowa. Enquanto comentadores dos canais por cabo e alguns dos nossos apoiantes nos chamavam idiotas por sermos tão obsessivos, ele não deixava que ninguém vacilasse no rumo traçado, convicto de que era o nosso único caminho para a vitória. Plouffe impôs disciplina militar, atribuindo um certo grau de autonomia a toda gente na nossa equipa, de Axe ao nosso organizador mais subalterno, ao mesmo tempo que também exigia responsabilização e a adesão estrita ao processo. Limitou os salários como maneira de eliminar dissensões desnecessárias entre o pessoal. Encaminhou implacavelmente recursos de contratos inflacionados de

consultadoria e orçamentos publicitários para proporcionar aos nossos organizadores de campo aquilo de que necessitavam no terreno. Obcecado com dados, recrutou uma equipa de peritos da Internet que conceberam um programa digital muito mais avançado, não só das outras campanhas mas também de muitas empresas privadas.

Adicione-se tudo isso e, em seis meses, partindo do zero, Plouffe pôs de pé uma operação de campanha com força suficiente para fazer frente à máquina Clinton. Era um facto em que ele se comprazia discretamente. Esta era outra coisa que vim a perceber a respeito de Plouffe: por baixo da personalidade contida e das convicções profundas, ele gostava simplesmente do combate. A política era o seu desporto e, na actividade por ele escolhida, era tão competitivo quanto Reggie no basquetebol. Mais tarde, perguntei a Axe se ele vaticinara a que ponto o seu então associado mais novo viria a ser bom arquitecto de campanha. Axe abanou a cabeça.

— Uma revelação dos diabos — declarou.

Na política presidencial, a melhor estratégia significa pouco se não se dispuser dos recursos para a executar, e esta era a segunda coisa que tínhamos a nosso favor: dinheiro. Tendo em conta que os Clinton andaram a criar uma base nacional de financiadores durante quase três décadas, o nosso pressuposto fora o de que Hillary teria uma vantagem tremenda sobre nós em angariação de fundos. Contudo, a fome de mudança na América estava a revelar-se mais forte até do que tínhamos antecipado.

Desde o início, a nossa angariação de fundos seguiu um padrão tradicional: grandes financiadores de grandes cidades assinaram e levantaram cheques grandes. Penny Pritzker, mulher de negócios e amiga de longa data de Chicago, encarregou-se de ser presidente de finanças nacionais da nossa campanha, contribuindo para o esforço tanto com saber organizacional como com uma vasta rede de relações. Julianna Smoot, a

nossa experiente directora de finanças, de discurso firme, formou uma equipa especializada e tinha um dom para me dirigir alternadamente palavras doces, vexatórias e, por vezes, assustadoras que me mobilizavam para a interminável azáfama atrás dos dólares. Tinha um belo sorriso, mas olhos de assassina.

Habituei-me ao exercício, em parte por necessidade, mas também porque, à medida que o tempo foi passando, os nossos financiadores acabaram por compreender e até apreciar as minhas condições. Isto tinha a ver com a construção de um país melhor, dizia-lhes eu, não com egos ou prestígio. Ouvia a visão deles sobre um assunto, sobretudo se tivessem algum conhecimento técnico, mas não matizava as minhas posições para os satisfazer. Se dispusesse de um minuto livre, as notas de agradecimento que escrevia e os telefonemas de aniversário que fazia não seriam dirigidos a eles, mas aos nossos voluntários e pessoal mais jovem que estava no terreno.

E, se eu ganhasse, podiam contar que lhes aumentasse os impostos.

Esta atitude fez-nos perder alguns financiadores, mas ajudou a desenvolver, entre os apoiantes, uma cultura que não tinha a ver com benefícios ou estatuto. E, de toda a maneira, a cada mês que passava a composição da nossa base de financiadores ia-se alterando. Começaram a jorrar pequenos donativos — em incrementos de dez, vinte ou cem dólares —, vindos, na sua maioria, através da Internet, com origem em estudantes universitários que empenharam o seu orçamento para o Starbucks durante a campanha ou avós que tinham feito um peditório no seu clube de costura. Tudo contado, durante o período das primárias, viríamos a angariar milhões entre pequenos financiadores, o que nos permitiu competir em cada Estado por cada voto. Mais do que o próprio dinheiro, o espírito por trás do donativo, o sentimento de propriedade veiculado pelas cartas e pelas

mensagens de correio electrónico que o acompanhavam infundiram uma energia popular na campanha. *Isto não é só convosco,* diziam-nos esses donativos. *Estamos aqui, no terreno, milhões de nós dispersos pelo país, e acreditamos. Estamos todos nisto*.

Mais do que uma forte estratégia de operações e uma eficaz angariação de fundos populares, um terceiro elemento manteve tanto a campanha como os nossos espíritos à tona nesse primeiro ano: o trabalho da nossa equipa no Iowa e do seu líder infatigável, Paul Tewes.

PAUL CRESCEU EM MOUNTAIN LAKE, uma cidade rural aninhada no canto sudoeste do Minnesota, um lugar onde todos se conheciam e cuidavam uns dos outros, onde as crianças andavam de bicicleta por todo o lado e ninguém trancava as portas e onde cada estudante praticava todos os desportos, porque para formar uma equipa nenhum dos treinadores se podia dar ao luxo de dispensar ninguém.

Mountain Lake era também um lugar conservador, o que fez com que a família Tewes se destacasse um pouco. A mãe de Paul incutiu nele, desde cedo, uma lealdade para com o Partido Democrata que vinha logo a seguir à lealdade da família para com a fé luterana. Quando tinha seis anos, ele explicou pacientemente a um colega da escola que não devia apoiar os republicanos «porque a tua família não é rica». Quatro anos mais tarde, chorou amargamente quando Jimmy Carter perdeu para Ronald Reagan. O pai de Paul tinha orgulho que bastasse na paixão do filho pela política para contar o episódio a um amigo, o professor de Educação Cívica do liceu da cidade, que, por sua vez — talvez na esperança de que o interesse de um miúdo de dez anos pelos assuntos públicos pudesse inspirar adolescentes renitentes —, o transmitiu às suas turmas. Ao longo de muitos dias que se

seguiram, os miúdos mais velhos troçaram impiedosamente de Paul, fazendo caretas de bebés chorões quando o encontravam nos corredores.

Paul não se deixou desencorajar. Na escola secundária, organizou um baile para recolher fundos para os candidatos democratas. Na faculdade, estagiou com o representante estadual local e — proeza que o orgulhou particularmente — conseguiu, de algum modo, entregar uma das duas circunscrições de Mountain Lake ao candidato da sua preferência, Jesse Jackson, nas primárias presidenciais de 1988.

Quando o conheci, em 2007, Paul trabalhara já em quase todos os tipos imagináveis de campanha: de eleições municipais a corridas ao Congresso. Fora director de eleição de delegados do Estado do Iowa na campanha de Al Gore e director de operações no terreno em todo o país para a Comissão de Campanha Senatorial Democrata. Tinha trinta e oito anos nessa altura, mas parecia mais velho, entroncado e a ficar calvo, com um bigode loiro-claro e pele descorada a condizer. Não havia nada de invulgar em Paul Tewes. O comportamento dele podia ser rude e o vestuário nunca parecia combinar, principalmente no Inverno, quando, à maneira de um verdadeiro habitante do Estado, envergava todo o tipo de camisas de flanela, parcas e gorros de esqui. Era o género de indivíduo que se sentia mais confortável a falar com agricultores num campo de milho ou a beber numa taberna de esquina do que a conviver com consultores políticos bem pagos. Porém, se estivéssemos um bocado com ele, depressa percebíamos que conhecia aquilo de que se ocupava. Mais do que isso: por baixo dos conhecimentos tácticos, das histórias pormenorizadas dos sufrágios distritais e das anedotas políticas, podia ouvir-se — se se escutasse com atenção suficiente — o coração de um rapaz de dez anos que se preocupava quanto bastasse, que acreditava quanto bastasse para chorar por causa de uma eleição.

Quem alguma vez se tenha candidatado à presidência dir-lhe-á

provavelmente que nada há de simples em vencer no Iowa. É um de alguns Estados norte-americanos que realizam uma convenção *(caucus)* para determinar que candidatos os seus delegados apoiarão. Em contraste com o sufrágio tradicional das primárias, no qual os cidadãos votam anonimamente e, em grande medida, como quiserem, o *caucus* é mais um regresso à democracia de estilo autárquico, quando os eleitores compareciam a uma hora marcada, normalmente no ginásio da escola ou numa biblioteca da sua jurisdição, e debatiam os méritos de cada candidato de maneira amigável durante o tempo necessário para que daí resultasse um vencedor. Uma tal democracia participativa tinha muito de recomendável, mas consumia demasiado tempo — um *caucus* podia durar três horas ou mais — e exigia que os participantes estivessem bem informados, dispostos a votar publicamente e suficientemente empenhados para fazer serão com aquilo. Não admira que os *caucus* tendessem a atrair uma secção reduzida e estática do eleitorado do Iowa, composta por votantes mais idosos, funcionários do partido, membros de longa data — aqueles que, geralmente, optavam pelo testado e comprovado. Isto significava que os participantes no *caucus* democrata eram mais propensos a apoiar um valor conhecido, como Hillary Clinton, do que alguém como eu.

Desde o início, Tewes insistiu com Plouffe, e, por sua vez, Plouffe insistiu comigo que, se quiséssemos ganhar no Iowa, tínhamos de conduzir uma espécie diferente de campanha. Teríamos de nos esforçar mais e durante mais tempo, frente a frente, para conquistar os frequentadores tradicionais do *caucus*. Mais importante, teríamos de convencer todo um conjunto de prováveis apoiantes de Obama — jovens, minorias, independentes — a ultrapassar os diversos obstáculos e hesitações e a participar no *caucus* pela primeiríssima vez. Para esse fim, Tewes insistiu que fossem abertas de imediato sedes a cobrir todos os noventa e nove

condados do Iowa; e que para cada sede contratássemos um funcionário jovem que, com um pequeno salário e supervisão diária, seria responsável por engendrar o seu próprio movimento político local.

Era um enorme investimento e uma aposta muito antecipada, mas demos luz verde a Tewes. Ele meteu mãos ao trabalho, com uma equipa notável de auxiliares que o ajudaram a desenvolver o seu plano: Mitch Stewart, Marygrace Galston, Anne Filipic e Emily Parcell, todos terrivelmente espertos, com experiência de múltiplas campanhas… e com menos de trinta e dois anos.

Eu passava a maior parte do tempo com Emily, que era natural do Iowa e trabalhara para o antigo governador Tom Vilsack. Tewes pensou que ela seria particularmente útil para me orientar na política local. Tinha vinte e seis anos, sendo uma das mais jovens do grupo, cabelo escuro e vestuário prático, e era suficientemente pequena para passar por finalista da escola secundária. Depressa vim a descobrir que ela conhecia praticamente todos os democratas do Estado e não tinha escrúpulos em dar-me instruções muito concretas em cada paragem, incluindo com quem eu devia falar e que questões mais preocupavam a comunidade local. Esta informação era prestada num tom monocórdico e seco, juntamente com um olhar que dava a entender pouca tolerância para patetices — uma qualidade que Emily poderá ter herdado da mãe, que trabalhara na fábrica da Motorola durante três décadas e ainda conseguiu frequentar a faculdade.

Durante as longas horas que passámos a viajar entre eventos numa carrinha de campanha alugada, tomei por missão suscitar um sorriso em Emily, através de anedotas, gracejos, trocadilhos e comentários desgarrados a respeito do tamanho da cabeça de Reggie. Contudo, o meu encanto e talento esbarravam invariavelmente no rochedo do seu olhar firme e aceitei tentar fazer exactamente o que me dizia para fazer.

Mitch, Marygrace e Anne descreveriam mais tarde os aspectos particulares do seu trabalho, que incluía passar colectivamente a crivo todas as ideias não ortodoxas que Tewes lançava quase sempre nas reuniões.

— Ele tem umas dez por dia — explicava Mitch. — Nove são ridículas, uma é de génio.

Mitch era um homem alto e magro do Dakota do Sul que já trabalhara em política no Iowa, mas nunca encontrara ninguém tão apaixonadamente ecléctico como Tewes.

— Se ele me trouxesse a mesma ideia três vezes, eu percebia que devia haver ali alguma coisa — recorda.

Recrutar Norma Lyon — a «Senhora da Vaca de Manteiga» do Iowa que, todos os anos, na feira do Estado, esculpia em manteiga uma vaca em tamanho real — para fazer uma declaração gravada previamente a anunciar o seu apoio, que depois faríamos soar por todo o Estado, foi de génio. (Posteriormente, criou um «busto em manteiga» da minha cabeça, com dez quilogramas, que também foi provavelmente ideia de Tewes.)

Insistir que puséssemos painéis publicitários ao longo da estrada, com frases sonantes numa sequência semelhante à dos velhos anúncios da espuma de barbear *Burma-Shave* (HORA DE MUDAR DE VELOCIDADE… VAMOS METER A MUDANÇA… VOTE NO CANDIDATO… DAS ORELHAS GRANDES… OBAMA 08)… não foi tão de génio.

Prometer rapar as sobrancelhas se a equipa alcançasse o objectivo inalcançável de recolher cem mil cartões de apoio — não de génio, até um momento muito tardio da campanha, quando a equipa atingiu de facto esse número, altura em que veio a ser de génio («O Mitch também rapou as dele», explicaria Marygrace. «Temos fotografias. Foi horrível.»)

Tewes daria o tom da nossa operação no Iowa: apoio das bases, nada de hierarquias, irreverente e ligeiramente frenética. Ninguém — incluindo os

colaboradores mais importantes, os financiadores ou os dignitários — estava isento de também ter de bater às portas. Nas primeiras semanas, pendurou letreiros em todas as paredes de cada sede com o lema de sua autoria: RESPEITA, CAPACITA, INCLUI. Se fôssemos sérios a respeito de um novo tipo de política, explicou ele, então principiaria ali mesmo no terreno, com cada organizador empenhado em escutar as pessoas, a respeitar o que tinham a dizer e a tratar todos — incluindo os nossos adversários e os seus apoiantes — da maneira como queríamos ser tratados. Por fim, ele enfatizou a importância de encorajar os eleitores a envolverem-se, em lugar de apenas lhes vender um candidato como se fosse um pacote de detergente.

Quem infringisse estes valores era repreendido e por vezes retirado de campo. Quando, na conferência telefónica semanal da equipa, um novo organizador fez uma piada sobre a razão por que aderira à campanha, dizendo algo quanto a «detestar mulheres de casaco e calça», Tewes admoestou-o com um sermão prolongado para que todos os outros organizadores ouvissem.

— Não é isto que nós representamos, nem mesmo em privado — afirmou.

A equipa levou estas palavras à letra, sobretudo porque Tewes praticava o que pregava. E, não obstante o ocasional acesso de ira descomedida, ele nunca deixava de mostrar às pessoas como elas eram importantes. Quando morreu o tio de Marygrace, Paul declarou o Dia Nacional Marygrace e fez com que toda a gente no escritório usasse cor-de-rosa. Fez-me também gravar uma mensagem a anunciar que, só nesse dia, ele teria de fazer tudo o que Marygrace dissesse. (Claro que Marygrace teve de aguentar trezentos dias de Tewes e Mitch a mascar tabaco no escritório, pelo que as contas nunca ficaram saldadas.)

Este tipo de camaradagem impregnou a operação no Iowa. Não só nas

sedes, mas, mais importante, entre os quase duzentos organizadores de campo que espalhámos pelo Estado. Tudo contado, durante esse ano eu passaria oitenta e sete dias no Iowa. Provaria a especialidade culinária de cada cidade, faria uns cestos de básquete com miúdos da escola em qualquer campo que encontrássemos e teria experiência de todos os fenómenos meteorológicos possíveis, de nuvens em funil a granizo lateral. No meio de tudo isso, aqueles homens e mulheres jovens, a cumprir horários intermináveis por salários de subsistência, eram os meus competentes guias. A maioria mal terminara os anos preparatórios da universidade. Muitos estavam na sua primeira campanha e bem longe de casa. Alguns tinham crescido no Iowa ou no Centro-Oeste rurais, sendo-lhes familiares as atitudes e o modo de vida de cidades de média dimensão, como Sioux City ou Altoona. Porém, isso não era o mais típico. Se se reunisse os nossos organizadores numa sala, encontrar-se-iam italianos de Filadélfia, judeus de Chicago, negros de Nova Iorque e asiáticos da Califórnia; filhos de imigrantes pobres e filhos dos subúrbios abastados; estudantes de Engenharia, antigos voluntários da Força de Paz, veteranos do Exército e desistentes da escola secundária. À superfície, pelo menos, não parecia haver maneira de ligar as experiências extremamente variadas deles às das gentes terra-a-terra de cujos votos precisávamos tão desesperadamente.

Todavia, ligaram-se. Chegando à cidade com um saco de desporto ou uma pequena mala de viagem, a viver no quarto extra ou na cave de algum dos primeiros apoiantes locais, passariam meses a familiarizar-se com um lugar, a visitar o barbeiro local, a armar mesas de registo de eleitores em frente ao minimercado, a discursar no Clube dos Rotários. Ajudaram a treinar a Pequena Liga, auxiliaram instituições locais de beneficência e telefonaram às suas mães a pedir a receita do pudim de banana, de modo a

não aparecerem nos piqueniques de mãos vazias. Aprenderam a escutar os seus voluntários locais — de que a maioria era muito mais velha, com os seus próprios empregos, famílias e interesses — e também se aperfeiçoaram a recrutar novos. Trabalharam em cada dia até à exaustão e rechaçaram os acessos de solidão e medo. Mês após mês, conquistaram a confiança das pessoas. Já não eram estranhos.

Um verdadeiro tónico, esses miúdos no Iowa. Encheram-me de optimismo e gratidão, e de uma sensação de ciclo cumprido. Neles, vi-me a mim mesmo aos vinte e cinco anos, a chegar a Chicago, confuso e idealista. Recordei os laços preciosos que estabelecera com famílias da Zona Sul, os erros e as pequenas vitórias, a comunidade que encontrei, semelhante à que os nossos organizadores de campo estavam agora a forjar para si mesmos. As experiências deles devolviam-me a razão por que eu me interessara inicialmente pelo Governo, a ideia radical de que talvez a política pudesse ter menos a ver com poder e posição, e mais com comunidade e ligação.

Os nossos voluntários por todo o Iowa talvez acreditassem em mim, pensei. Mas estavam a trabalhar com semelhante afinco sobretudo por causa desses jovens organizadores. Tal como aqueles miúdos podiam ter-se alistado para trabalhar na campanha por causa de algo que eu dissera ou fizera, mas pertenciam agora aos voluntários. O que os impulsionava, o que os alimentava, independentemente do seu candidato ou de qualquer questão particular, eram as amizades e relacionamentos, a lealdade mútua e o progresso decorrente do esforço conjunto. Isso e o seu intratável chefe em Des Moines, aquele que prometia rapar as sobrancelhas se tivessem êxito.

EM JUNHO, A NOSSA CAMPANHA ultrapassara mais uma dificuldade. Graças à explosão de donativos através da Internet, o nosso desempenho financeiro continuou a superar, de longe, as nossas projecções, permitindo-nos

aparecer desde cedo na televisão do Iowa. Com as férias escolares de Verão, Michelle e as nossas filhas puderam estar comigo mais vezes na estrada. Trepidar pelo Iowa numa autocaravana, ao som da tagarelice delas em fundo enquanto eu fazia telefonemas; ver Reggie e Marvin enfrentar Malia e Sasha em maratonas de jogos de *UNO*; sentir o peso suave de uma ou outra das filhas a dormir encostada a mim numa deslocação durante a tarde; e sempre as paragens obrigatórias para um sorvete — tudo isso me enchia de uma alegria que se propagava às minhas apresentações públicas.

A natureza dessas apresentações também mudou. Com o desgaste da novidade inicial da minha candidatura, vi-me a falar para multidões mais controláveis, algumas centenas em vez de milhares, o que me deu a oportunidade de me encontrar individualmente com as pessoas e ouvir as suas histórias. Esposas de militares descreviam a luta diária de governar uma casa e repelir o terror da possibilidade de receberem más notícias da frente. Agricultores explicaram as pressões que os haviam levado a entregar a sua independência aos grandes interesses agro-industriais. Trabalhadores dispensados expuseram-me a miríade de maneiras como os programas de formação profissional existentes os haviam deixado desamparados. Pequenos empreendedores pormenorizaram os sacrifícios que tinham de fazer para pagar o seguro de saúde dos seus empregados, até que apenas um desses empregados adoeceu e as apólices de todos se tornaram exorbitantes, incluindo as suas próprias.

Inspirados por estas histórias, os meus discursos dos comícios tornaram-se menos abstractos, menos matéria da cabeça e mais matéria do coração. As pessoas ouviam as suas próprias vidas reflectidas nestas histórias, ficando a saber que não estavam sozinhas nas suas tribulações e, com esse conhecimento, eram cada vez mais as que se inscreviam como voluntárias na minha campanha. Intervir a esta escala mais individualizada e humana

também proporcionava a oportunidade de encontros casuais que insuflavam vida à campanha.

Foi o que aconteceu quando visitei Greenwood, na Carolina do Sul, num dia de Junho. Embora a maior parte do meu tempo fosse passada em Iowa, eu fazia também visitas regulares a outros Estados, como New Hampshire, Nevada e Carolina do Sul, cujas primárias e convenções para escolha de candidatos se seguiriam numa sucessão rápida. A viagem a Greenwood resultou de uma promessa imprudente que fizera a uma legisladora influente que se oferecera para me apoiar, mas só se eu visitasse a sua cidade natal. Veio a verificar-se que a minha visita fora mal agendada, caindo numa semana particularmente dura, entre sondagens desfavoráveis, artigos adversos nos jornais, indisposições e sono inadequado. Não ajudou que Greenwood ficasse a mais de uma hora de distância do aeroporto importante mais próximo, que tivéssemos de seguir de carro debaixo de chuva torrencial e que, quando cheguei finalmente ao edifício municipal onde deveria ter lugar o evento, só tivessem comparecido cerca de vinte pessoas, todas ensopadas como eu por causa da tempestade.

Um dia desperdiçado, pensei para mim mesmo, passando mentalmente em revista todo o outro trabalho que podia ter estado a fazer. Eu ia debitando as propostas, apertando mãos, perguntando às pessoas o que faziam na vida, tentando calcular silenciosamente quando poderia sair dali, quando de súbito ouvi uma voz penetrante bradar.

— Animados!

A minha equipa e eu sobressaltámo-nos, pensando que talvez se tratasse de um opositor, mas, sem perder tempo, o resto da sala respondeu em uníssono.

— Prontos para começar!

Mais uma vez, a mesma voz gritou «Animados!» E novamente o grupo

respondeu «Prontos para começar!».

Incerto quanto ao que estava a acontecer, virei-me para trás e os meus olhos pousaram na origem da agitação: uma mulher negra de meia-idade, vestida como se tivesse acabado de sair da igreja, com um vestido garrido, um grande chapéu e um sorriso de orelha a orelha que incluía um dente dourado cintilante.

O nome dela era Edith Childs. Além de ser funcionária da administração do condado de Greenwood e na sede local da NAACP (Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor), sendo em simultâneo detective particular profissional, soube depois que era conhecida por esta chamada e resposta em particular. Começara com aquilo nos jogos de futebol de Greenwood, nas paradas do 4 de Julho, nos encontros da comunidade ou sempre que o espírito do evento a estimulasse.

Nos poucos minutos que se seguiram, Edith conduziu a sala a gritar, repetidamente, uma e outra frase: «Animados! Prontos para começar!». A princípio fiquei confuso, mas calculei que seria falta de cortesia da minha parte não aderir. E em breve comecei a sentir-me como que *animado*! Comecei a sentir-me *pronto para começar*! Reparei também que toda a gente no encontro estava subitamente a sorrir e, terminados os gritos de ânimo, sossegámos e conversámos durante uma hora sobre a comunidade, sobre o país e sobre aquilo que podíamos fazer para os melhorar. Mesmo depois de ter deixado Greenwood, durante o resto do dia, apontava para alguém da minha equipa e perguntava: «Estás animado?» Acabou por se tornar um grito de mobilização da campanha. E suponho que aquele era o lado da política que sempre me deu mais prazer: a parte que não podia ser representada por um diagrama, que desafiava o planeamento ou as análises. A forma como, quando funciona, uma campanha — ou, por extensão, uma democracia — demonstra ser um coro e não um número a solo.

OUTRA LIÇÃO que aprendi com os eleitores: não estavam interessados em ouvir-me papaguear sabedoria convencional. Nos primeiros meses a fazer campanha, eu preocupara-me, pelo menos de modo subconsciente, com o que pensavam os comentadores em Washington. No interesse de ser considerado suficientemente «sério» ou «presidencial», tornei-me rígido e constrangido, debilitando a própria fundamentação que, à partida, me levara a candidatar-me. No Verão, todavia, regressámos aos primeiros princípios e procurámos activamente oportunidades para desafiar as regras de Washington e enunciar verdades duras. Perante uma assembleia sindical de professores, eu defenderia não só o aumento de salários e mais flexibilidade na sala de aula mas também maior responsabilização, suscitando esta última ideia um silêncio ensurdecedor e depois algumas vaias no salão. No Clube Económico de Detroit, disse a executivos da indústria automóvel que, como presidente, faria pressão no sentido da implementação de padrões mais exigentes na economia dos combustíveis, uma posição a que se opunham com ardor os Três Grandes fabricantes. Quando um grupo denominado Habitantes do Iowa por Prioridades Sensatas, patrocinado por Ben e Jerry, famosos pelos seus gelados, reuniu dez mil assinaturas de pessoas a apelar à escolha de um candidato que prometesse reduzir o orçamento de defesa do Pentágono, tive de telefonar a Ben ou a Jerry — não me recordo qual — para explicar que, embora concordasse com o objectivo e desejasse muito o apoio deles, não podia, enquanto presidente, e quando se tratasse da segurança nacional, ficar limitado por qualquer compromisso que assumira. (O grupo acabou por apoiar John Edwards.)

Eu começava a distinguir-me dos meus rivais democratas em mais aspectos do que o óbvio. No decurso de um debate em finais de Julho, foram-me mostradas imagens de Fidel Castro, do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, do líder da Coreia do Norte Kim Jong Il e de mais

dois déspotas, e foi-me perguntado se estaria disponível para me encontrar com qualquer deles durante o meu primeiro ano de mandato. Respondi afirmativamente sem hesitação: encontrar-me-ia com qualquer líder mundial se achasse que isso favoreceria os interesses norte-americanos.

Pois bem, pensar-se-ia que eu dissera que a terra era plana. Quando o debate terminou, Clinton, Edwards e vários outros candidatos atacaram, acusando-me de ser ingénuo, insistindo que um encontro com o presidente americano era um privilégio a ser merecido. Os meios de comunicação social pareciam, em grande medida, concordar. Talvez apenas alguns meses antes eu tivesse vacilado, reavaliando a minha escolha de palavras e difundindo em seguida uma declaração clarificadora.

Porém, agora tinha os pés bem assentes na terra e estava também convicto da minha razão, sobretudo sobre o princípio mais geral de que a América não devia recear fazer frente aos seus adversários ou promover soluções diplomáticas para conflitos. No que me dizia respeito, era este menosprezo pela diplomacia que levara Hillary e os restantes — para não referir a corrente dominante entre a imprensa — a seguir Bush para a guerra.

Outro argumento de política externa surgiu volvidos apenas alguns dias, quando, durante um discurso, referi que se tivesse Osama bin Laden sob a minha mira em território paquistanês, e o Governo do Paquistão não estivesse disposto a capturá-lo ou abatê-lo, eu premiria o gatilho. Isto não devia surpreender especialmente ninguém; em 2003, eu justificara em parte a minha oposição à guerra no Iraque com base na convicção de que nos distrairia do objectivo de destruição da al-Qaeda.

Contudo, esta forma incisiva de falar ia contra a posição pública da administração Bush. O Governo dos Estados Unidos nutria a dupla ficção de que o Paquistão era um parceiro fiável na guerra contra o terrorismo e de

que nunca invadimos território paquistanês no encalço de terroristas. A minha declaração lançou Washington num frenesim bipartidário, com Joe Biden, presidente da Comissão do Senado para as Relações Externas, e o candidato presidencial republicano John McCain a expressarem ambos a opinião de que eu não estava pronto para ser presidente.

No meu espírito, estes episódios mostravam em que medida os responsáveis pela política externa em Washington viam as coisas ao contrário: iniciar acção militar sem pôr primeiro à prova as opções diplomáticas, respeitar subtilezas diplomáticas no interesse de manter o estado de coisas precisamente quando se exigia acção. Mostrava também em que medida os decisores em Washington haviam optado de forma consistente por não ser honestos com o povo americano. Eu nunca convenceria plenamente os comentadores nacionais de que a razão estava do meu lado nessas discussões, mas começou a revelar-se uma tendência curiosa nas sondagens subsequentes a cada uma dessas disputas: os eleitores democratas das primárias concordavam comigo.

Dispor de argumentos tão substantivos parecia libertador, um lembrete da razão por que eu estava na corrida. Ajudaram-me a recuperar a minha voz como candidato. Essa confiança revelou-se alguns debates depois, num evento matinal na Universidade Drake do Iowa. O moderador, George Stephanopoulos da ABC, deu rapidamente a Joe Biden a oportunidade de explicar a razão precisa por que eu não estava preparado para ser presidente. Quando tive oportunidade de intervir, cinco minutos depois, tivera de ouvir praticamente todos os outros candidatos em palco a tentar derrubar-me.

— Bem, sabe que, para me preparar para este debate, andei nos carrinhos de choque na feira estadual — disse eu, recorrendo a uma deixa inventada por Axe, em alusão à minha muito publicitada excursão com Malia e Sasha

à feira no princípio da semana. O público riu-se e, na hora que se seguiu, pelejei alegremente com os meus oponentes, sugerindo que qualquer eleitor democrata que estivesse a tentar perceber quem representava uma verdadeira mudança relativamente às políticas fracassadas de George Bush não precisava de ir mais longe do que as respectivas posições dos que estavam no palco. Pela primeira vez desde que principiaram os debates, diverti-me, e nessa manhã o consenso entre os comentadores foi que eu vencera.

Foi um resultado gratificante, quanto mais não fosse por não ter de suportar olhares macambúzios da equipa.

— Foste brilhante — disse Axe, dando-me uma palmada nas costas.

— Penso que vamos insistir para que todos os debates sejam às oito da manhã — gracejou Plouffe.

— Não acho graça — retruquei (eu não era, e não sou, uma pessoa madrugadora).

Comprimimo-nos no carro e iniciámos a viagem para o nosso ponto de paragem. Ao longo da estrada, ouvia-se os nossos apoiantes, aglomerados em múltiplas filas, gritar muito depois de terem desaparecido de vista.

— Animados!

— Prontos para começar!

PARTE DA RAZÃO por que recebera tanta atenção dos moderadores durante o debate na Universidade Drake foi a divulgação de uma sondagem da ABC que me mostrava pela primeira vez à cabeça no Estado do Iowa, embora estivesse apenas 1 por cento acima de Clinton e Edwards. A corrida estava claramente renhida (sondagens posteriores devolver-me-iam ao terceiro lugar), mas não se podia negar que a nossa organização no Iowa estava a ter impacto, sobretudo entre os eleitores jovens. Podíamos senti-lo nas

multidões: na dimensão, na energia e, mais importante, no número de cartões de apoiantes e alistamentos voluntários que recolhíamos em cada paragem. Faltando menos de seis meses para o *caucus*, a nossa força consolidava-se.

Infelizmente, o nosso progresso não se manifestava nas sondagens nacionais. O nosso enfoque no Iowa e, em menor grau, no New Hampshire significava que tínhamos feito aquisições mínimas na televisão e aparições noutros lugares, e em Setembro permanecíamos cerca de vinte pontos atrás de Hillary. Plouffe fez o melhor que pôde para instruir a imprensa acerca da razão por que as sondagens nacionais não eram significativas nessa fase inicial, mas em vão. Via-me cada vez mais a receber telefonemas ansiosos de apoiantes de todo o país, muitos a oferecerem aconselhamento político, a publicitarem sugestões, queixas de que tínhamos negligenciado este ou aquele grupo de interesse e perguntas genéricas sobre a nossa competência.

Duas coisas inverteram finalmente a narrativa, não sendo a primeira da nossa lavra. Num debate de finais de Outubro em Filadélfia, Hillary — cujas intervenções até então tinham sido praticamente irrepreensíveis — enredou-se, renitente em dar uma resposta directa sobre a questão de os trabalhadores indocumentados poderem ou não obter carta de condução. Era óbvio que ela fora instruída para não se comprometer com a resposta, uma vez que se tratava de uma questão que dividia a base de apoio democrata. Com justiça ou não, os seus esforços para abarcar os dois lados só alimentavam a impressão predominante de que se tratava de uma política comum de Washington, o que acentuava o contraste que tivéramos esperança de exibir.

E houve depois o que aconteceu no Jantar Jefferson-Jackson de Iowa, a 10 de Novembro, e que *foi* obra nossa. Tradicionalmente, o Jantar JJ assinalava a etapa final para o dia do *caucus* e proporcionava uma espécie

de leitura barométrica do ponto em que estava a corrida, com cada candidato a proferir um discurso de dez minutos sem notas perante uma plateia de oito mil participantes potenciais no *caucus*, além dos meios de comunicação social a nível nacional. Nesse sentido, era um teste crucial tanto ao apelo da nossa mensagem como aos nossos feitos organizativos das últimas semanas.

Apostámos tudo numa exibição bem-sucedida, enchendo autocarros para trazer apoiantes de todos os noventa e nove condados do Estado e menorizar a representação das outras campanhas. John Legend deu um breve concerto para mais de mil pessoas antes do jantar em nossa honra e, quando terminou, Michelle e eu conduzimos todo o cortejo pela rua até ao local onde se realizava o jantar, com um grupo de percussionistas da escola secundária local chamado Isiserettes a actuar ao nosso lado, com o seu ritmo alegre a emprestar-nos a aparência de um exército conquistador.

O próprio discurso valeu-nos o dia. Até esse ponto da minha carreira política, eu insistira sempre em escrever o grosso de qualquer discurso importante, mas com a campanha ininterrupta que andava a fazer era impossível ter tempo para escrever sozinho as notas para o Jantar JJ. Tive de confiar a Favs, sob orientação de Axe e Plouffe, a produção de um rascunho que sintetizasse de forma eficaz a minha causa para a nomeação.

E Favs correspondeu. Nesse momento crítico da nossa campanha, somente com poucas indicações minhas, aquele indivíduo que deixara a faculdade havia poucos anos produziu um excelente discurso, um discurso que fez mais do que mostrar a distinção entre mim e os meus rivais, entre democratas e republicanos. Delineou os desafios que enfrentávamos como nação, da guerra às alterações climáticas e à acessibilidade dos cuidados de saúde, e a necessidade de uma liderança nova e clara, fazendo notar que o partido fora historicamente mais forte com líderes que dirigiam «não por

sondagens, mas por princípios… não por calculismo, mas por convicção». Foi fiel ao momento, fiel às aspirações que me haviam levado à política e fiel, esperava eu, às aspirações do país.

Memorizei o discurso ao longo de várias sessões nocturnas tardias, depois de terminarmos a campanha do dia. E, quando acabei de o enunciar — o sorteio determinou que fosse o último candidato a falar —, tive tanta certeza do seu efeito como tivera depois da minha elocução à Convenção Democrata Nacional, três anos e meio antes.

Em retrospectiva, a noite do Jantar JJ foi quando me convenci de que triunfaríamos no Iowa — e, por extensão, ganharíamos a nomeação. Não necessariamente por eu ser o candidato mais brilhante, mas porque tínhamos a mensagem certa para a altura e tínhamos atraído para a causa gente jovem com um talento prodigioso. Tewes partilhou a minha avaliação, dizendo a Mitch: «Penso que conquistámos o Iowa esta noite.» (Mitch, que organizara toda a sessão e era normalmente uma pilha de nervos — sofreu de insónia, herpes e perda de cabelo durante a maior parte da campanha — correu para os lavabos para vomitar pela segunda vez nesse dia, pelo menos.) Emily estava igualmente optimista, embora não deixasse transparecer. Depois de eu terminar, uma Valerie em êxtase correu para Emily e perguntou-lhe o que pensava.

— Foi excelente — disse Emily.

— Não pareces muito empolgada.

— Esta é a minha cara empolgada.

A CAMPANHA CLINTON pareceu ter sentido a mudança de maré. Até esse ponto, Hillary e a sua equipa tinham evitado, em grande medida, enfrentar directamente a nossa campanha, satisfazendo-se em permanecer acima da refrega e proteger a sua vantagem considerável nas sondagens nacionais.

Porém, durante as várias semanas que se seguiram, decidiram mudar de orientação, perseguindo-nos com dureza. Tratou-se sobretudo do habitual, referindo a minha falta de experiência e questionando a minha capacidade de enfrentar os republicanos em Washington. Desafortunadamente para eles, no entanto, as duas linhas de ataque que atraíram mais atenção foram tiros que saíram pela culatra.

A primeira derivou de uma posição constante no meu discurso-modelo: a declaração de que estava a candidatar-me a presidente não porque isso me fosse devido ou porque eu tivesse querido ser presidente toda a minha vida, mas porque os tempos exigiam algo novo. Ora, o campo Clinton divulgou uma nota a citar um recorte de imprensa em que uma das minhas professoras na Indonésia afirmava que eu tinha escrito um ensaio no jardim-de-infância sobre querer ser presidente — ao que parecia, prova de que o meu professado idealismo era simplesmente um disfarce para uma ambição implacável.

Quando soube disto, ri-me. Como disse a Michelle, a ideia de que alguém fora da minha família se recordasse de algo que eu dissera ou fizera havia quase quarenta anos era um bocado rebuscada. Para não referir a dificuldade de coadunar o meu plano notoriamente juvenil para a dominação mundial com classificações medianas, consumo de drogas, uma acção obscura como organizador comunitário e associações a todo o tipo de personagens politicamente inconvenientes.

Claro que, ao longo da década que se seguiu, viríamos a descobrir que o absurdo, a incoerência ou ausência de suporte factual não obstaram a que variadas teorias excêntricas a meu respeito — apregoadas por opositores políticos, fontes noticiosas conservadoras, biógrafos críticos e afins — adquirissem uma verdadeira adesão. Todavia, em Dezembro de 2007, a investigação pela equipa de Clinton daquilo que eu chamei «os meus

arquivos do jardim-de-infância» foi, no mínimo, vista como sinal de pânico e amplamente desacreditada.

Menos divertida foi uma entrevista de Billy Shaheen, co-presidente da campanha de Clinton no New Hampshire, na qual ele alvitrou a um jornalista que o meu confessado antecedente de uso de drogas se revelaria fatal num frente-a-frente com o nomeado republicano. Não considerei a questão geral das minhas indiscrições juvenis como ultrapassando os limites, mas Shaheen foi um pouco mais longe, dando a entender que talvez eu também tivesse traficado droga. A entrevista suscitou opróbrio e Shaheen depressa se demitiu do seu cargo.

Tudo isto aconteceu imediatamente antes do nosso debate final no Iowa. Nessa manhã, tanto Hillary como eu estávamos em Washington para uma votação no Senado. Quando a minha equipa e eu chegámos ao aeroporto para o voo com destino a Des Moines, o avião fretado de Hillary estava estacionado mesmo ao lado do nosso. Antes da descolagem, Huma Abedin, assistente de Hillary, encontrou Reggie e fez-lhe saber que a senadora contava poder falar-me. Encontrei-me com Hillary na pista, ficando Reggie e Huma a poucos passos de distância.

Hillary pediu desculpa por Shaheen. Agradeci-lhe e depois propus que ambos fôssemos mais eficientes a refrear os nossos delegados. Com isto, Hillary ficou agitada, com a voz a evoluir para um timbre mais agudo ao afirmar que a minha equipa se dedicava correntemente a ataques injustos, distorções e tácticas desleais. A minha tentativa de apaziguar o seu ardor não teve êxito e a conversa terminou abruptamente, com ela ainda visivelmente zangada quando entrou no avião.

No voo para Des Moines, tentei avaliar as frustrações que Hillary devia andar a sentir. Mulher de enorme inteligência, Hillary labutara, sacrificara-se, sofrera ataques e humilhações públicas, tudo ao serviço da carreira do

marido — ao mesmo tempo que também criava uma filha maravilhosa. Fora da Casa Branca, forjara uma nova identidade política, posicionando-se com proficiência e tenacidade para se tornar a favorita incontestável à presidência. Como candidata, estava a ter um desempenho quase irrepreensível, cumprindo todos os requisitos, vencendo a maioria dos debates e angariando montes de dinheiro. E, agora, ver-se subitamente em disputa renhida com um homem catorze anos mais novo que não tivera de passar pelas mesmas provações, que não exibia as mesmas cicatrizes de batalha e que parecia estar a ser alvo de todas as tolerâncias e cada benefício da dúvida? Sinceramente, quem não ficaria exasperado?

Além disso, Hillary não estava totalmente errada a respeito da prontidão da minha equipa para retaliar na mesma medida. Em comparação com outras campanhas presidenciais modernas, nós éramos realmente diferentes, realçando de forma consistente uma mensagem positiva e sublinhando aquilo de que eu era a favor, em vez do que era contra. Eu vigiava o nosso tom de alto a baixo. Mais de uma vez, chumbei anúncios para a televisão que senti serem injustos ou demasiado agrestes. Por vezes, ficávamos aquém da nossa retórica de padrões morais elevados. Na verdade, o mais zangado que fiquei durante a campanha foi por causa de um memorando que veio a público, redigido pela nossa equipa de investigação no mês de Junho, a criticar o apoio tácito de Hillary a terciarizar empregos para a Índia, com o título maldoso «Hillary Clinton (D-Punjab)». A minha equipa insistiu que o memorando nunca se destinara a divulgação pública, mas eu não quis saber disso: o argumento ordinário e o tom nativista deixaram-me danado durante dias.

Contas feitas, não me parece que tenha sido alguma acção em particular da nossa parte a causar a desavença com Hillary na pista. Foi antes a circunstância geral do meu desafio, a intensificação do calor da nossa

rivalidade. Havia seis outros candidatos ainda na corrida, mas as sondagens começavam a clarificar o resultado para que nos encaminhávamos, com Hillary e eu a combatermo-nos até ao fim. Era uma dinâmica com que teríamos de viver, dia e noite, fins-de-semana e feriados, durante ainda muitos meses, com as nossas equipas a flanquear-nos como exércitos em miniatura, cada um dos seus elementos totalmente doutrinado para a luta. Eu estava a descobrir que isso fazia parte da natureza brutal da política moderna: a dificuldade de competir num jogo em que não havia regras claramente definidas, um jogo em que os nossos adversários não estão apenas a tentar fazer passar uma bola por um cesto ou levá-la para lá da linha de golo, mas antes a tentar persuadir o público mais vasto — pelo menos implicitamente, o mais das vezes explicitamente — de que, em questões de discernimento, inteligência, valores e carácter, valem mais do que nós.

Podemos dizer a nós mesmos que não é pessoal, mas não é isso que se sente. Não o sentimos nós e não o sente decerto a nossa família, os nossos colaboradores ou os nossos apoiantes, que registam cada desrespeito e cada insulto, real ou interpretado como tal. Quanto mais se prolonga uma campanha, mais acirrada a disputa, mais alta a parada, mais fácil se torna justificar o jogo duro. A ponto de essas reacções humanas básicas que habitualmente governam as nossas vidas quotidianas — honestidade, empatia, cortesia, paciência, boa vontade — parecerem fraquezas quando aplicadas ao lado adversário.

Não posso dizer que tivesse consciência de tudo isto na altura em que entrei no debate da noite, após o incidente na pista. Li a irritação de Hillary principalmente como sinal de que estávamos a passar à frente, de que a força estava verdadeiramente connosco. Durante o debate, o moderador perguntou-me por que razão, insistindo eu tanto na necessidade de mudar a

abordagem que a América fazia da política externa, tinha tantos antigos responsáveis da administração Clinton a aconselhar-me.

— Vou querer ouvir isso — disse Hillary para o microfone.

Fiz uma pausa, deixando os risos abafados esmorecerem.

— Bem, Hillary, estou desejoso de que venha a aconselhar-me também.

Foi uma noite boa para a equipa.

FALTANDO UM MÊS para os *caucus*, uma sondagem do *Des Moines Register* mostrava-me agora com três pontos de avanço sobre Hillary. A corrida final estava em pleno, com candidatos de ambos os partidos a precipitarem-se pelo Estado nas derradeiras semanas, tentando conquistar qualquer eleitor ainda não cativado, encontrar e motivar bolsas ocultas de gente que, se não fosse assim, poderia não comparecer na noite marcada. A campanha de Clinton principiara com a distribuição de pás para neve gratuitas a apoiantes, para o caso de o tempo se agravar, e, numa jogada que viria a ser criticada como grotescamente dispendiosa, Hillary lançou-se numa digressão-relâmpago, visitando dezasseis condados do Iowa num helicóptero fretado (que a campanha baptizou como «Hill-O-Copter»). Entretanto, John Edwards tentava cobrir terreno equivalente num autocarro.

Tivemos alguns momentos próprios de grande visibilidade, incluindo uma sucessão de comícios com Oprah Winfrey, que se tornara amiga e apoiante, e era tão divertida e graciosa na campanha como pessoalmente, atraindo quase trinta mil pessoas entre dois comícios no Iowa, mais oito mil e quinhentas no New Hampshire e quase trinta mil na Carolina do Sul. Esses encontros foram electrizantes, mobilizando o novo tipo de eleitores de que mais necessitávamos. (Deve dizer-se que muitos na minha equipa estavam fascinados com Oprah, com a excepção previsível de Emily; a

única pessoa famosa que ela alguma vez mostrou interesse em conhecer foi Tim Russert.)

Contudo, no final, não foram as sondagens, a dimensão dos comícios ou as celebridades que chegavam de avião o que mais recordo. Em vez disso, foi como, nesses últimos dias, toda a campanha adquiriu a sensação de família. A abertura e franqueza de Michelle tinham-se revelado um trunfo; ela estava à vontade na tribuna. A equipa do Iowa acabou por chamar-lhe «a Rematadora», devido à quantidade de pessoas que se inscreviam depois de a terem ouvido falar. Os nossos irmãos e amigos mais próximos foram todos ao Iowa, Craig de Chicago, Maya do Havai e a minha meia-irmã Auma do Quénia; os Nesbitt, os Whitetaker, Valerie e os filhos de todos, para não falar no grande número de tias, tios e primos de Michelle. Vieram amigos meus de infância do Havai, companheiros dos meus tempos de organizador, colegas da faculdade de Direito, antigos colegas do Senado estadual e muitos dos nossos financiadores, chegando em grupos como em grandes reencontros organizados, muitas vezes sem que eu sequer soubesse que eles lá estavam. Ninguém pediu atenção especial; em vez disso, limitaram-se a apresentar-se nas sedes locais, onde o miúdo encarregado lhes entregava um mapa e uma lista de apoiantes a contactar, para que depois pudessem celebrar a semana entre o Natal e o Ano Novo com uma prancheta na mão, a bater às portas no frio atordoante.

Eram mais do que apenas parentes ou gente que conhecíamos havia muitos anos. As pessoas do Iowa com quem eu passara tanto tempo também eram sentidas como se fossem família. Estavam lá líderes partidários locais, como o procurador-geral Tom Miller e o tesoureiro Mike Fitzgerald, que tinham apostado em mim quando poucos correriam esse risco. Estavam lá voluntários como Gary Lamb, um agricultor progressista de Tama County que nos ajudara a alcançar o meio rural; Leo Peck, que aos oitenta e dois

anos batera a mais portas do que quase qualquer outro; Marie Ortiz, uma enfermeira afro-americana casada com um hispânico numa cidade maioritariamente branca, que ia à sede fazer telefonemas três ou quatro vezes por semana, preparando ocasionalmente o jantar à nossa organizadora local porque achava que ela era demasiado magrinha.

Família.

E depois, claro, ainda havia os organizadores no terreno. Atarefados como andavam, decidimos que deviam convidar os pais para o Jantar JJ e, no dia seguinte, realizámos um evento só para eles, para que Michelle e eu pudéssemos agradecer a cada um e aos pais por terem criado filhos e filhas tão extraordinários.

Até hoje, nada há que eu não fizesse por aqueles miúdos.

Na grande noite, Plouffe e Valerie decidiram acompanhar-me, juntamente com Reggie e Marvin, numa visita de surpresa a uma escola secundária em Ankeny, um subúrbio perto de Des Moines, onde várias circunscrições levariam a cabo os seus *caucus*. Estava-se a 3 de Janeiro, logo depois das seis da tarde, a menos de uma hora do início marcado para os *caucus*, e, no entanto, o lugar já estava à cunha. Havia um caudal de gente vinda de todas as direcções a encaminhar-se para o edifício principal, um festival ruidoso de humanidade. Nenhuma idade, raça, classe ou tipo de compleição parecia ter ficado por representar. Havia até uma figura de aparência idosa trajada de Gandalf, d' *O Senhor dos Anéis*, não lhe faltando uma longa e alva capa, uma farta barba branca e um robusto cajado sobre o qual conseguira, de alguma maneira, montar um pequeno monitor de vídeo, onde passava em *repeat* um excerto do meu discurso do Jantar JJ.

Nessa altura, não tínhamos imprensa connosco e eu ocupei o tempo a circular entre a multidão, a apertar mãos e a agradecer àqueles que tencionavam apoiar-me, pedindo aos que lá estavam por outro candidato

que, pelo menos, fizessem o obséquio de me considerar sua segunda escolha. Alguns tinham perguntas de última hora sobre a minha posição relativamente ao etanol ou o que tencionava fazer quanto ao tráfico humano. Por várias vezes, houve quem se apressasse a dizer-me que nunca participara num *caucus* — alguns nem nunca se tinham dado ao trabalho de votar — e que a nossa campanha os inspirara a envolverem-se pela primeira vez.

— Antes, não sabia que eu podia ter importância — disse uma mulher.

Na viagem de regresso a Des Moines, fomos quase sempre calados, a processar o milagre do que acabáramos de testemunhar. Olhei pela janela, para os pequenos centros comerciais, casas e candeeiros de rua que iam ficando para trás, tudo esbatido por trás do vidro gelado, e senti uma espécie de paz. Estávamos ainda a horas de saber o que aconteceria. Os resultados, quando chegaram, mostraram-nos a vencer decisivamente no Iowa, conquistando quase todos os grupos demográficos e sendo a nossa vitória impulsionada por uma afluência sem precedentes, incluindo dezenas de milhares de pessoas que tinham participado pela primeira vez. Eu ainda não sabia disto, mas, deixando Ankeny cerca de quinze minutos antes de se iniciarem os *caucus*, sabia que tínhamos consumado, nem que fosse só por um momento, algo real e nobre.

Ali mesmo, naquela escola secundária no meio do país, numa noite fria de Inverno, eu testemunhara a comunidade que procurara durante tanto tempo, a América que eu imaginara, a manifestar-se. Nessa altura, pensei na minha mãe e em como ela teria ficado feliz se visse aquilo, e como teria ficado orgulhosa, e senti terrivelmente a falta dela, e Plouffe e Valerie fingiram não reparar enquanto eu secava as lágrimas.

CAPÍTULO 6

A NOSSA MARGEM DE VITÓRIA por oito pontos no Iowa foi notícia em todo o país. Os meios de comunicação social usaram palavras como «espantosa» e «sísmica» para a descrever, fazendo notar que os resultados foram particularmente devastadores para Hillary, que ficou em terceiro lugar. Tanto Chris Dodd como Joe Biden desistiram de imediato da corrida. Responsáveis eleitos que tinham permanecido cautelosamente à margem telefonavam agora, prontos para oferecer o seu apoio. Os comentadores declararam-me o novo líder das candidaturas democratas, dizendo que o elevado nível de envolvimento dos eleitores no Iowa sinalizava um maior apetite pela mudança na América.

Tendo passado o ano anterior como David, fui subitamente considerado Golias — e, por mais feliz que estivesse com a nossa vitória, o novo papel não era confortável. Durante um ano, a minha equipa e eu tínhamos evitado ficar demasiado excitados ou deprimidos, ignorando tanto o falatório inicial em torno da minha candidatura como os relatos subsequentes do seu desaire iminente. Com apenas cinco dias entre as primárias no Iowa e em New Hampshire, foram precisos todos os nossos esforços para refrear as expectativas. Axe considerou as histórias e as imagens de mim perante multidões adoradoras que jorravam das televisões («Obama, o ícone», queixou-se ele) particularmente imprestáveis num Estado como New Hampshire, onde o eleitorado — em grande parte composto por independentes que gostavam de decidir no último minuto entre votar nas

primárias democratas ou republicanas — tinha reputação de ser oposicionista.

Todavia, era difícil não nos sentirmos no lugar do condutor. Os nossos organizadores em New Hampshire eram igualmente tenazes e os nossos voluntários tão fervorosos como os do Iowa; os nossos comícios atraíam multidões entusiásticas, com filas que serpenteavam em parques de estacionamento e davam a volta a quarteirões. Então, no intervalo de quarenta e oito horas, a disputa sofreu duas viragens inesperadas.

A primeira ocorreu durante o debate isolado antes da primária, quando, a meio, o moderador perguntou a Hillary como se sentia quando as pessoas diziam que ela não era «alguém de quem se gostasse».

Ora, este era o tipo de pergunta que me deixava louco a vários níveis. Era trivial. Não tinha resposta — que se espera que se diga, perante uma coisa destas? E era indicativa de uma dualidade de critérios que Hillary, em particular, e as mulheres na política, em geral, tinham de enfrentar, pela qual se esperava delas que fossem «simpáticas», coisa que nunca se considerava relevante nos seus congéneres masculinos.

Não obstante o facto de Hillary estar a lidar lindamente com a pergunta («Bem, isso fere os meus sentimentos», disse, a rir, «mas vou tentar continuar»), decidi intrometer-me.

— É simpática quanto baste, Hillary — declarei, de rosto inexpressivo.

Supus que a audiência compreenderia as minhas intenções: mostrar uma abertura para com a minha opositora ao mesmo tempo que manifestava desprezo pela pergunta. Porém, fosse por deficiência de elocução, fraseamento desastrado ou aproveitamento pela equipa de comunicação de Clinton, surgiu uma versão da história segundo a qual eu teria sido condescendente com Hillary, até mesmo desdenhoso, mais um macho grosseiro a deitar abaixo a sua rival feminina.

Por outras palavras, o contrário do que eu pretendera.

Ninguém na nossa equipa ficou demasiado interessado na minha observação, percebendo que qualquer tentativa de a clarificar só lançaria achas para a fogueira. Porém, mal a história começou a esmorecer, os meios de comunicação social reacenderam-na, desta vez por causa da maneira como Hillary estava a ser vista na sequência de um encontro que tivera com um grupo de eleitores indecisos do New Hampshire, na sua maioria mulheres. Ao responder a uma pergunta solidária acerca de como estava a gerir as tensões da corrida, a voz de Hillary embargara-se, por momentos, ao descrever como estava empenhada pessoal e apaixonadamente: como não queria ver o país regredir e como dedicara a sua vida ao serviço público «contra probabilidades deveras desfavoráveis».

Foi uma exibição rara e genuína de emoção da parte de Hillary, algo que contradizia a sua imagem acerada e controlada — quanto bastou para fazer manchetes e catapultar os comentadores dos canais por cabo. Alguns interpretaram o momento como irresistível e autêntico, um novo ponto de ligação humana entre Hillary e o público. Outros consideraram-no um episódio de emoção forjada ou um sinal de fraqueza que ameaçava prejudicar a candidatura dela. Claro que, subjacente a tudo aquilo, havia o facto de Hillary poder tornar-se a primeira presidente feminina da nação — tal como eu seria pioneiro, no que tocava à raça —, trazendo a sua candidatura à superfície todos os estereótipos relativos ao género e a como esperávamos que os nossos líderes se apresentassem e comportassem.

O frenesim em torno da questão de Hillary estar em ascensão ou declínio prolongou-se até ao dia da primária no New Hampshire. A minha equipa consolava-se por dispormos de uma grande margem de manobra: as sondagens mostravam-nos com uma vantagem de dez pontos. Portanto, quando a concentração a meio do dia que tínhamos marcado num colégio

local atraiu uma escassa multidão e o meu discurso foi interrompido por um estudante que desmaiou (e pelo que pareceu uma espera interminável por assistência médica), não vi isso como um mau presságio.

Foi só ao final do dia, depois de as urnas terem encerrado, que soube que tínhamos um problema. Michelle e eu estávamos no nosso quarto de hotel, a aprontar-nos para o que esperávamos que viesse a ser uma celebração da vitória, quando ouvi bater à porta. Ao abri-la, dei com Plouffe, Axe e Gibbs de expressão abatida, no corredor, com o ar de adolescentes que tivessem acabado de atirar o carro do pai contra uma árvore.

— Vamos perder — disse Plouffe.

Começaram a avançar teorias diversas sobre o que correra mal. Era possível que os independentes que nos apoiavam contra Hillary tivessem decidido votar em massa na primária republicana para ajudar John McCain, supondo que a nossa corrida estivesse no papo. Havia mulheres indecisas que podiam ter pendido repentinamente para o lado de Hillary, durante os dias finais da campanha. Ou talvez, quando a equipa de Clinton nos atacou na televisão e em *mails* de campanha, não tivéssemos feito o suficiente para enfatizar a táctica negativa dela, deixando que os socos nos atingissem.

Todas as teorias pareciam plausíveis. Naquele momento, porém, os porquês não eram relevantes.

— Parece que ganhar isto vai levar algum tempo — disse eu, com um sorriso pesaroso. — Agora temos de arranjar maneira de cauterizar a ferida.

Nada de expressões envergonhadas, disse-lhes; a nossa expressão corporal tinha de transmitir a toda a gente — imprensa, financiadores e, sobretudo, apoiantes — que estávamos preparados para enfrentar contrariedades. Contactei a nossa equipa transtornada de New Hampshire, comunicando que estava orgulhoso do seu esforço. Havia depois a questão do que dizer às cerca de setecentas pessoas reunidas num ginásio escolar

em Nashua, em antecipação à vitória. Felizmente, eu já trabalhara com Favs, nessa semana, na atenuação de quaisquer tonalidades triunfalistas no discurso, pedindo-lhe que enfatizasse antes o trabalho duro que se avizinhava. Telefonei-lhe então para o instruir no sentido de — além de um cumprimento a Hillary — não alterarmos praticamente o texto.

O discurso que dirigi aos nossos apoiantes nessa noite acabaria por ser um dos mais importantes da nossa campanha, não só pelo grito de mobilização aos desalentados, mas como lembrete útil daquilo em que acreditávamos. «Sabemos que a batalha que temos pela frente vai ser longa, mas lembrem-se sempre de que, quaisquer que sejam os escolhos que se apresentem no nosso caminho, nada pode obstar ao poder de milhões de vozes a apelarem à mudança», disse-lhes. Afirmei que vivíamos num país cuja história fora construída quase inteiramente sobre esperança, por pessoas — pioneiros, abolicionistas, sufragistas, imigrantes, activistas dos direitos civis — que não se tinham deixado amedrontar por probabilidades aparentemente nulas.

«Quando nos foi dito que não estávamos prontos», continuei, «ou que não devíamos tentar, ou que não podíamos, houve gerações de americanos a responder com um simples credo que sintetiza o espírito do nosso povo: *Sim, podemos*.» A multidão começou a entoar a frase como se fosse o rufar de um tambor e, talvez pela primeira vez desde que Axe a propusera como divisa para a minha campanha para o Senado, acreditei plenamente no poder daquelas palavras.

A COBERTURA NOTICIOSA que se seguiu à nossa derrota em New Hampshire foi previsivelmente violenta: a mensagem geral era que a ordem fora restabelecida e Hillary estava de novo no topo. Porém, aconteceu uma coisa engraçada no seio da nossa campanha. Devastados como estavam pelo

desaire, os nossos colaboradores tornaram-se mais coesos e também mais determinados. Em vez de uma diminuição de voluntários, as nossas sedes registaram um pico de adesões em todo o país. As contribuições, particularmente de novos financiadores de pequenas quantias, tiveram um grande incremento. John Kerry, que antes não exprimira preferência, declarou apoiar-me entusiasticamente. Isto foi seguido por anúncios de apoio da governadora Janet Napolitano do Arizona, da senadora Claire McCaskill do Missouri e da governadora Kathleen Sebelius do Kansas, apoios estes provenientes de Estados que pendiam para os republicanos e contribuíram para enviar a mensagem de que, não obstante o contratempo, éramos fortes e seguíamos em frente, com as nossas esperanças intactas.

Tudo isto era gratificante e confirmava o meu instinto de que perder New Hampshire não era o desastre que os comentadores aventaram ser. Se o Iowa mostrara que eu era um verdadeiro adversário, e não apenas uma novidade passageira, a pressa de me ungir fora artificial e prematura. Nesse sentido, a boa gente do New Hampshire fizera-me um favor ao abrandar o processo. Espera-se que uma candidatura à presidência seja difícil, disse eu a um grupo de apoiantes no dia seguinte, porque ser presidente é difícil. Produzir a mudança é difícil. Iríamos ter de merecer aquilo, e isso significava regressar ao trabalho.

E foi o que fizemos. A votação para a eleição de delegados do Nevada teve lugar a 19 de Janeiro, somente uma semana e meia depois de New Hampshire, e não ficámos surpreendidos quando perdemos em número total de votos para Hillary: as sondagens tinham mostrado ao longo do ano que estávamos ali bastante atrás dela. No entanto, nas primárias presidenciais, o que importa não é tanto o número de votos individuais que se obtêm, mas antes quantos delegados se conquistam, sendo o número de delegados definido com base num conjunto de regras obscuras que são exclusivas de

cada Estado. Graças à força da nossa organização no Nevada rural, onde tínhamos feito intensivamente campanha (Elko, uma cidade que parecia um cenário dum filme de *cowboys*, incluindo bolas de erva seca a rolar ao vento e um *saloon*, foi uma das paragens que mais adorei), a nossa distribuição mais uniforme de votos pelo Estado teve como resultado conseguir treze delegados, contra os doze de Hillary. Apesar da improbabilidade inicial, saímos do Nevada com um empate e entrámos na fase seguinte da campanha — a primária da Carolina do Sul e a monstruosa Super-Terça-Feira de vinte e dois Estados — pelo menos com a possibilidade de a disputar.

A minha equipa mais próxima diria mais tarde que fora o meu optimismo a aguentá-la durante o desaire de New Hampshire. Não sei se foi realmente isso, pois tanto eles como os meus apoiantes actuaram com uma resiliência e uma consistência admiráveis ao longo da campanha, independentemente de algo que eu fizesse. No máximo, limitara-me a devolver o favor, tendo em conta tudo o que eles tinham feito para me arrastar até à meta, no Iowa. O que é provavelmente verdade é que New Hampshire mostrou à minha equipa e aos apoiantes uma qualidade em mim que eu próprio descobrira, algo que se revelou útil não só durante o decurso da campanha, mas durante os oito anos que se seguiram: senti-me muitas vezes mais firme quando estava tudo a descarrilar. O Iowa poderá ter convencido a minha equipa e a mim de que eu poderia vir a ser presidente. Todavia, foi a derrota em New Hampshire a dar-nos a confiança de que eu estaria à altura do cargo.

Fui muitas vezes questionado a respeito deste traço de personalidade, a minha capacidade de compostura no meio de uma crise. Digo por vezes que é somente uma questão de temperamento, ou uma consequência de ter sido criado no Havai, uma vez que é difícil ficar sob tensão quando estão 27 graus Celsius, há sol e se está a cinco minutos da praia. Se estou a falar para

um grupo de jovens, descrevo como, com o tempo, me treinei para ver a longo prazo, e digo-lhes como é importante permanecer concentrado nos objectivos, em vez de se ficar retido nos altos e baixos do quotidiano.

Há verdade em tudo isto. Porém, há outro factor em jogo: nos momentos mais penosos, tendo a inspirar-me na minha avó.

Tinha então oitenta e cinco anos, sendo a última sobrevivente do trio que me criou. A saúde dela debilitava-se; o cancro espalhara-se por um corpo já devastado por osteoporose e toda uma vida de maus hábitos. Contudo, a mente era ainda perspicaz e, como já não podia viajar de avião e eu perdera a nossa viagem anual de Natal ao Havai devido às exigências da campanha, costumava telefonar-lhe de poucas em poucas semanas para saber como estava.

Fiz uma dessas chamadas a seguir a New Hampshire. Como habitualmente, a conversa não durou muito tempo; a avó Toot considerava as chamadas a longa distância uma extravagância. Deu-me novidades das ilhas e eu falei-lhe das bisnetas e das suas mais recentes travessuras. A minha irmã, Maya, que vivia no Havai, contou-me que a avó Toot assistia a cada volta e reviravolta da campanha na televisão por cabo, mas ela nunca abordou o assunto comigo. No rescaldo da minha derrota, deu-me apenas um conselho:

— Tens de comer, Barack. Pareces muito magrinho.

Isto era característico de Madelyn Payne Dunham, nascida no Peru, Kansas, em 1922. Foi uma criança da Grande Depressão, filha de uma professora e de um contabilista menor numa pequena refinaria de petróleo, eles próprios filhos de agricultores e arrendatários. Eram pessoas sensatas que trabalhavam arduamente, frequentavam a igreja, pagavam as suas contas e desconfiavam de exibições bombásticas e públicas de emoção ou tolices de qualquer espécie.

Na sua juventude, a minha avó contrariara estes constrangimentos de povoação de província, sobretudo ao casar com o meu avô, Stanley Armour Dunham, que era propenso a todas as qualidades questionáveis acima referidas. Em conjunto, tiveram o seu quinhão de aventuras durante e depois da guerra, mas na altura em que eu nasci a única coisa que restava da veia rebelde da avó Toot eram os hábitos de fumar, beber e um fraco por romances policiais sinistros, baseados em casos reais. No banco do Havai, a minha avó conseguira progredir de uma posição de escriturária de nível inferior até uma das suas primeiras vice-presidentes femininas, e, segundo todos os relatos, tinha feito um excelente trabalho. Durante vinte e cinco anos não se ouviriam atritos, erros ou queixas, nem mesmo quando viu homens mais jovens, que formara, serem promovidos em detrimento dela.

Depois de a avó Toot se aposentar, eu encontrava por vezes pessoas no Havai que contavam histórias de como ela os ajudara: um homem que insistia que teria perdido a sua empresa se não fosse a sua intervenção, ou uma mulher que recordava como ela dispensara um procedimento obscuro do banco, que exigia a assinatura de um marido que se afastara, para concessão de um crédito destinado ao lançamento de uma agência imobiliária que ela projectara. Porém, se se interrogar a avó Toot a respeito de qualquer destas coisas, ela afirmará sempre que começou a trabalhar no banco não por causa de qualquer paixão especial pela finança ou pelo desejo de ajudar outros, mas porque a nossa família precisava do dinheiro e aquilo era o que havia disponível para ela.

— Por vezes, faz-se apenas aquilo que é preciso fazer — disse-me.

Foi só quando cheguei à adolescência que compreendi quanto a vida da minha avó se extraviara do caminho que em tempos ela imaginara; quanto sacrificara de si, primeiro pelo marido, depois pela filha e, finalmente, pelos

netos. Senti como discretamente trágico quanto o mundo dela parecia limitado.

E, no entanto, nem nessa altura me passou despercebido que foi por causa da prontidão da avó Toot para não se esquivar aos fardos — acordar todos os dias antes de o Sol nascer para se enfiar num fato profissional, calçar saltos altos e apanhar o autocarro para o escritório na baixa, trabalhar o dia todo em garantias bancárias, até voltar para casa demasiado fatigada para fazer muito mais — que ela e o avô puderam reformar-se confortavelmente, viajar e conservar a sua independência. A estabilidade que proporcionou permitiu que a minha mãe seguisse uma carreira de que gostava, mal-grado o pagamento esporádico e as colocações no estrangeiro, e foi a razão por que Maya e eu pudemos frequentar um colégio privado e faculdades de luxo.

Toot ensinou-me a controlar o saldo da conta bancária e a resistir a comprar coisas de que não precisava. Ela foi a razão por que, até mesmo nos meus momentos mais revolucionários enquanto jovem, era capaz de admirar um negócio bem gerido e ler as páginas financeiras, e também porque me sentia impelido a menosprezar pretensões declaradas de que era preciso romper com tudo e refazer completamente a sociedade. Ensinou-me o valor de trabalhar com afinco e dar o nosso melhor mesmo quando a tarefa não era agradável, e de cumprir as nossas responsabilidades até quando fazê-lo era inconveniente. Ensinou-me a casar a paixão com a razão, a não me excitar demasiado quando a vida corria bem e a não ficar demasiado deprimido quando corria mal.

Tudo isto foi incutido em mim por uma senhora branca, idosa e sincera do Kansas. Era a perspectiva dela que me acorria com frequência ao espírito quando estava em campanha, e a sua mundividência que eu percepcionava em muitos dos eleitores que encontrava, fosse no Iowa rural ou num bairro

negro em Chicago, esse mesmo orgulho silencioso nos sacrifícios feitos pelos filhos e pelos netos, a mesma falta de pretensiosismo, a mesma modéstia nas expectativas.

E como a avó Toot possuía tanto as forças extraordinárias como as limitações obstinadas do modo como fora criada — porque me amava ferozmente, faria literalmente qualquer coisa para me ajudar e, todavia, nunca largou por completo o conservadorismo prudente que a fizera agonizar de modo discreto da primeira vez que a minha mãe levou o meu pai, um homem negro, a casa para jantar —, também me ensinou a verdade intrincada e multifacetada das relações raciais no nosso país.

— NÃO HÁ UMA AMÉRICA NEGRA, uma América branca, uma América latina e uma América asiática. Há os *Estados Unidos da América*.

Foi provavelmente a frase mais recordada do meu discurso na convenção de 2004. Eu pretendera que fosse mais uma declaração de aspiração do que uma descrição da realidade, mas era uma aspiração em que eu acreditava e uma realidade por que lutava. A ideia de que a nossa humanidade comum importava mais do que as nossas diferenças estava embutida no meu ADN. Também descrevia o que eu sentia como uma visão prática da política: numa democracia, era necessário uma maioria para se proceder a uma grande mudança, e na América isso significava construir coligações que transpusessem linhas raciais e étnicas.

Isto fora certamente o que me acontecera no Iowa, onde os afro-americanos constituíam menos de 3 por cento da população. No dia-a-dia, a nossa campanha não o considerava um obstáculo, só um facto da vida. Os nossos organizadores encontraram bolsas de animosidade racial, por vezes abertamente verbalizada até por potenciais apoiantes («Sim, estou a pensar votar no preto», ouviu-se mais de uma vez). Não obstante, de vez em

quando, a hostilidade ia além de um comentário rude ou de uma porta fechada na cara. Por exemplo, uma das nossas apoiantes mais apreciadas encontrara, ao acordar na véspera de Natal, o quintal juncado de letreiros «OBAMA» destruídos e a casa vandalizada e pintada a *spray* com epítetos racistas. A estupidez, ao invés da mesquinhez, era o mais comum, com os nossos voluntários a ser alvo do tipo de observações que são familiares a qualquer pessoa negra que passe tempo em zonas de residentes predominantemente brancos, uma variação do tema de: «Na verdade, nem penso nele como negro. É que é tão inteligente…»

Na maior parte das vezes, contudo, pareceu-me que os eleitores brancos do Iowa se assemelhavam muito àqueles que eu procurara seduzir apenas alguns anos antes no Sul do Ilinóis: amáveis, atenciosos e abertos à minha candidatura, menos preocupados com a cor da minha pele ou sequer com o meu nome de ressonâncias muçulmanas do que com a minha juventude e falta de experiência, com os meus planos para criar empregos ou pôr fim à guerra no Iraque.

No que aos meus conselheiros políticos dizia respeito, o nosso trabalho era manter as coisas assim. Não era que nos esquivássemos a questões raciais: o nosso *website* deixava clara a minha posição em tópicos fracturantes como a reforma da imigração e os direitos civis. Se me questionassem num pavilhão municipal, eu não hesitaria em explicar a uma assistência rural exclusivamente branca as realidades da caracterização racial ou da discriminação no emprego. No seio da campanha, Plouffe e Axe tinham em conta as preocupações dos elementos negros da equipa, quer quando se fazia um anúncio para a televisão («Podemos incluir pelo menos um rosto negro, além do de Barack?», perguntou gentilmente Valerie, a dado momento) quer quando nos recordavam que era preciso trabalhar com mais empenho no recrutamento de mais pessoal de cor com

mais idade. (A este respeito, pelo menos, o mundo dos agentes políticos experientes e de alto nível não diferia muito do das outras profissões — os jovens de cor tinham consistentemente menos acesso a mentores e redes de contactos e não podiam dar-se ao luxo de aceitar fazer os estágios não remunerados que os poderiam posicionar favoravelmente para conduzir campanhas a nível nacional. Esta era uma das coisas que eu estava determinado a ajudar a mudar.) Porém, Plouffe, Axe e Gibbs não tinham problemas em retirar ênfase a qualquer tópico que pudesse ser rotulado como agravo racial, cindir o eleitorado de acordo com divisões raciais ou fazer o que quer que fosse que pudesse circunscrever-me a «o candidato negro». Para eles, a fórmula imediata para o progresso racial era simples: tínhamos de ganhar. E isto implicava conquistar o apoio tanto dos miúdos brancos liberais das faculdades como dos eleitores para quem a minha imagem na Casa Branca equivalia a um grande salto psicológico.

— Acredita em mim — gracejaria perspicazmente Gibbs —, além do que quer que saibam mais a teu respeito, as pessoas já repararam que não te pareces com os primeiros quarenta e dois presidentes.

Entretanto, desde a minha eleição para o Senado, eu não sentira falta de afecto por parte de afro-americanos. As secções locais da NAACP entraram em contacto, querendo atribuir-me distinções. A minha fotografia aparecia regularmente nas páginas da *Ebony* e da *Jet*. Todas as mulheres negras de uma certa idade me diziam que lhes fazia lembrar os filhos. E o amor por Michelle manifestava-se a todo um outro nível. Com as suas credenciais profissionais, comportamento de amiga que é como irmã e uma devoção sólida à maternidade, ela parecia destilar aquilo para que tantas famílias negras trabalhavam e que esperavam para os filhos.

Não obstante tudo isto, as atitudes dos negros para com a minha candidatura eram complicadas, impulsionadas em não pequena medida pelo

medo. Nada na experiência dos negros lhes dizia que talvez fosse possível um deles obter a nomeação de um dos principais partidos, quanto mais a presidência dos Estados Unidos. No ver de muitos, aquilo que Michelle e eu tínhamos conseguido era já uma espécie de milagre. Aspirar a ainda mais do que isso parecia loucura, um voo com aproximação excessiva ao Sol.

— É o que te digo, pá: a minha mãe preocupa-se contigo da mesma forma que se preocupava comigo — disse-me Marty Nesbitt pouco depois de eu anunciar a minha candidatura. Empreendedor bem-sucedido, antiga estrela de futebol da escola secundária com a boa aparência de um jovem Jackie Robinson, casado com uma médica brilhante e com cinco filhos maravilhosos, Marty podia ser a personificação do Sonho Americano. Fora criado por uma mãe solteira que trabalhava como enfermeira em Columbus, no Ohio. Só graças a um programa especial, concebido para levar mais minorias às escolas preparatórias e, daí para a frente, até às faculdades, Marty conseguira ascender para sair do seu bairro, um lugar onde a maioria dos homens negros pouco mais podia esperar do que uma vida passada na linha de montagem. Todavia, quando, a seguir à faculdade, decidiu abandonar um lugar estável na General Motors para se dedicar a um empreendimento mais arriscado no sector dos investimentos imobiliários, a mãe afligira-se, receando que o filho perdesse tudo ao tentar chegar demasiado longe.

— Ela achou que eu era doido por prescindir desse tipo de segurança — disse-me Marty. — Portanto, imagina como a minha mãe e as amigas se estão a sentir neste momento a teu respeito. Não só por te *candidatares* a presidente, mas por acreditares realmente que podes *ser* presidente!

Esta mentalidade não se circunscrevia à classe trabalhadora. A mãe de Valerie — cuja família simbolizava a elite profissional negra dos anos 40 e 50 — era casada com um médico e constituía um dos faróis no movimento

em prol da educação das crianças a partir de tenra idade, mas exprimiu o mesmo cepticismo inicial relativamente à minha campanha.

— Ela quer proteger-te — disse Valerie.

— De quê? — perguntei.

— Da desilusão — respondeu, calando o medo mais específico da mãe, o medo de eu poder ser assassinado.

Ouvimo-lo repetidamente, sobretudo durante os primeiros meses da campanha: um pessimismo protector, um sentimento entre a comunidade negra de que Hillary era uma escolha mais segura. Com figuras nacionais como Jesse Jackson, Jr. (e o mais rabugento Jesse Sr.) a apoiar-nos, pudemos reunir uma boa quantidade de apoios iniciais de líderes afro-americanos, sobretudo dos mais jovens. Contudo, muitos mais optaram por esperar e ver como eu me saía, enquanto outros políticos, homens de negócios e sacerdotes negros — fosse por genuína lealdade para com os Clinton ou por um desejo de apoiar a favorita incontestável — se apresentaram em apoio a Hillary antes de eu ter sequer oportunidade de defender a minha causa.

— O país ainda não está pronto e os Clinton têm uma memória de grande alcance — disse-me um congressista.

Entretanto, havia activistas e intelectuais que me apoiavam, mas viam a minha campanha em termos puramente simbólicos, semelhante a candidaturas anteriores organizadas por Shirley Chisholm, Jesse Jackson e Al Sharpton — uma plataforma útil, ainda que transitória, a partir da qual fazer soar uma voz profética contra a injustiça racial. Não convictos de que a vitória fosse possível, esperavam que eu assumisse posições mais intransigentes em todos os assuntos, da discriminação positiva às reparações, e permaneciam continuamente atentos a quaisquer indícios de

que eu pudesse estar a desperdiçar demasiado tempo e energia a cortejar gente branca moderada e menos progressista.

— Não seja um desses auto-intitulados líderes que dão o voto dos negros por garantido — disse-me um apoiante.

Fui sensível às críticas, pois não eram totalmente descabidas. Muitos dos políticos democratas consideravam os eleitores negros como garantidos, pelo menos desde 1968, quando Richard Nixon determinara que uma política de ressentimento racial branco era o caminho mais certo para a vitória republicana e, desse modo, deixara os eleitores negros sem mais nada para onde se virarem. Não eram só os democratas brancos a fazer estas conjecturas. Não havia nenhum responsável negro eleito, que dependesse de votos de brancos para permanecer no cargo, que não estivesse ciente daquilo de que Axe, Plouffe e Gibbs me advertiram, pelo menos implicitamente: que um enfoque excessivo nos direitos civis, no comportamento impróprio da polícia e outras questões consideradas específicas dos negros acarretava o risco de suscitar a desconfiança, senão mesmo o repúdio, do eleitorado mais vasto. Ainda assim, podia optar-se por falar dessas coisas, por uma questão de consciência, mas compreendia-se que isso teria um custo: que os negros poderiam praticar a típica política dos interesses próprios de agricultores, entusiastas das armas e de outros grupos étnicos apenas por sua conta e risco.

Claro que isso fazia parte da razão por que me candidatava, não era verdade? Contribuir para que nos libertássemos desses constrangimentos? Repensar o que era possível? Eu não queria ser nem um suplicante, sempre na periferia do poder e a tentar obter o favor de benfeitores liberais, nem alguém em protesto permanente, dominado por uma cólera justa enquanto esperava que a América branca expiasse a sua culpa. Ambos esses

caminhos estavam já muito batidos; a um certo nível fundamental, ambos nasceram do desespero.

Não, o que era preciso era ganhar. Eu queria provar a negros, brancos — aos americanos de todas as cores — que podíamos transcender a velha lógica; que podíamos congregar uma maioria funcional em torno de um programa progressista; que podíamos puxar problemas como a desigualdade e a falta de oportunidades de educação para o centro do debate nacional e depois promover realmente as soluções.

Sabia que, para o conseguir, tinha de adoptar uma linguagem que falasse a todos os Americanos e propor políticas que afectassem todos: educação de alto nível para *todas* as crianças, cuidados de saúde com qualidade para *todos* os Americanos. Tinha de ver os brancos como aliados, e não como obstáculos à mudança, e enquadrar a luta afro-americana numa outra mais vasta por uma sociedade decente, justa e generosa.

Tinha consciência dos riscos. Ouvia as críticas que me chegavam em surdina, não só de rivais, mas de amigos: como a ênfase em programas universais significava muitas vezes que os benefícios eram canalizados de forma menos directa para aqueles que mais necessitavam; como apelar a interesses comuns menorizava os efeitos continuados da discriminação e possibilitava aos brancos evitar terem de se confrontar com o alcance pleno do legado da escravatura, do Jim Crow e de outras atitudes racistas; como isto deixava os negros com um fardo psíquico, havendo a expectativa de que engolissem sempre a legítima cólera e a frustração em nome de algum ideal remoto.

Era pedir muito aos negros, exigindo-lhes um misto de optimismo e paciência estratégica. Enquanto eu tentava guiar os eleitores e a minha própria campanha através deste território desconhecido, era-me constantemente recordado que este não constituía um exercício abstracto.

Eu estava vinculado a comunidades particulares de carne e sangue, repletas de homens e mulheres que tinham os seus próprios imperativos e as suas próprias histórias pessoais, incluindo um pastor que parecia incorporar todos os impulsos contraditórios que eu tentava juntar num redil.

CONHECI O REVERENDO Jeremiah A. Wright, Jr. nos meus tempos de organizador. A sua Igreja, a Trinity United Church of Christ, era uma das mais representativas em Chicago. Filho de um ministro baptista e de uma administradora escolar de Filadélfia, ele crescera impregnado da tradição eclesiástica negra, ao mesmo tempo que também frequentava as mais prestigiadas escolas da cidade, em que os alunos eram, na sua maioria, brancos. Em vez de passar directamente ao ministério, quando deixou a faculdade alistou-se nos fuzileiros e depois entrou para a Marinha dos Estados Unidos, formando-se como técnico cardiopulmonar e servindo como membro da equipa médica que cuidou de Lyndon Johnson, depois da cirurgia a que foi submetido em 1966. Em 1967, matriculou-se na Universidade Howard e, como muitos negros nesses anos turbulentos, absorveu a retórica violenta do Black Power, adquiriu interesse por tudo o que era africano e pelas críticas esquerdistas à ordem social norte-americana. Quando concluiu a formação no seminário, também absorveu a teologia negra da libertação de James Cone: uma visão do cristianismo que afirmava a centralidade da experiência negra, não devido a qualquer superioridade racial inerente, mas porque — afirmava Cone — Deus vê o mundo pelos olhos dos mais oprimidos.

Que o reverendo Wright tenha vindo a ser pastor de uma comunidade esmagadoramente branca dá alguma indicação do seu lado prático; a United Church of Christ não só valorizava a verdadeira erudição — algo que ele enfatizava a cada domingo — como tinha o dinheiro e a infra-estrutura para

o ajudar a construir a sua congregação. O que antes era uma Igreja sóbria, com menos de uma centena de membros, cresceu para seis mil durante o ministério dele, um lugar vivo e buliçoso que acolhia as multidões que compõem a Chicago negra: banqueiros e antigos membros de gangues, vestes *kente* e fatos da Brooks Brothers, um coro que, num mesmo serviço, podia lançar-se no *gospel* clássico e entoar o *Aleluia*. Os sermões dele abundavam em referências populares, gíria, humor e verdadeiro discernimento religioso que não só suscitavam as ovações e os brados dos membros da congregação, mas abrilhantaram a sua reputação como um dos melhores pregadores do país.

Houve alturas em que os sermões do reverendo Wright me pareceram um pouco excessivos. No meio de uma explicação erudita sobre o Evangelho de Mateus ou de Lucas, ele podia inserir uma crítica fulminante da guerra à droga nos EUA, do militarismo americano, da cobiça capitalista e da intratabilidade do racismo americano, tiradas que estavam habitualmente fundamentadas em factos, mas despojadas de contexto. Muitas vezes pareciam datadas, como se estivesse a reproduzir a palestra de um protesto universitário de 1968, em vez de falar perante uma congregação próspera que incluía comandantes da polícia, celebridades, gente abastada do mundo dos negócios e o superintendente das escolas de Chicago. E, de vez em quando, o que dizia estava simplesmente errado, aproximando-se das teorias da conspiração que se ouviam nos programas de rádio nocturnos ou na barbearia da esquina. Era como se aquele homem negro de pele clara, erudito e de meia-idade, se esforçasse por construir um credo de rua, tentando mantê-lo no domínio da realidade. Ou talvez reconhecesse apenas — tanto no seio da sua congregação como no seu próprio âmago — a necessidade periódica de se soltar, de libertar uma ira reprimida por uma vida de luta face a um racismo crónico, em detrimento da razão e da lógica.

Eu sabia tudo isto. Todavia, para mim, sobretudo quando era um jovem ainda a tentar determinar as minhas convicções e o meu lugar na comunidade negra de Chicago, o que havia de bom no reverendo Wright mais do que compensava os seus defeitos, tal como a minha admiração pela congregação e pelas suas missões mais do que compensavam o meu grande cepticismo para com a religião organizada. Michelle e eu acabámos por nos tornar membros da Trinity, embora demonstrássemos ser frequentadores irregulares da igreja. Como eu, Michelle não fora criada num lar particularmente religioso. Assim, o que principiara por ser uma ida uma vez por mês tornou-se menos frequente com o tempo. No entanto, quando íamos, dizia-nos algo; e quando a minha carreira política descolou fiz questão de convidar o reverendo Wright para proferir uma invocação ou uma bênção em eventos importantes.

Fora esse o plano para o dia em que anunciei a minha candidatura. O reverendo Wright deveria conduzir a multidão reunida numa oração antes de eu subir ao estrado. Só que, quando ia a caminho de Springfield, na véspera desse acontecimento, recebi um telefonema urgente de Axe, a perguntar se eu vira um artigo que a *Rolling Stone* acabara de publicar sobre a minha candidatura. Era evidente que o jornalista estivera presente numa missa recente na Trinity, a assimilar um sermão feroz do reverendo Wright e a citá-lo no seu artigo.

— Cita-o a dizer… Espera, deixa-me ler-te isto: «Acreditamos na supremacia branca e na inferioridade negra, e acreditamos mais nisso do que acreditamos em Deus.»

— A sério?

— Acho que podemos apostar que, se ele fizer amanhã a invocação, vai ser a notícia principal… pelo menos na Fox News.

Em si mesmo, o artigo transmitia uma imagem genericamente justa de

Jeremiah Wright e do ministério da Trinity, e não me surpreendeu que o meu pastor chamasse a atenção para a discrepância entre os ideais cristãos professados pelos Estados Unidos e a sua brutal história racial. Ainda assim, a linguagem que usara era mais incendiária do que eu alguma vez ouvira e, embora parte de mim se sentisse frustrada com a necessidade constante de suavizar o discurso a bem dos brancos das verdades cruas acerca das questões raciais no país, no tocante à política prática eu sabia que Axe tinha razão.

Nessa tarde, telefonei ao reverendo Wright e perguntei-lhe se estaria disposto a cancelar a invocação pública e, em troca, proporcionar a Michelle e a mim uma oração em privado antes do meu discurso. Percebi que ele ficou magoado, mas — para grande alívio da minha equipa — concordou com o novo plano.

Para mim, o episódio dissipou todas as dúvidas que ainda pudesse ter relativamente a candidatar-me ao mais alto cargo do mundo. Era uma coisa que integrara a minha própria vida: aprender ao longo do tempo como movimentar-se sem sobressaltos entre os círculos negros e brancos, servir de intérprete e ponte entre família, amigos, conhecidos e colegas, estabelecendo ligações através de uma órbita em constante expansão, até sentir que me seria finalmente possível conhecer o mundo dos meus avós e o mundo de um reverendo Wright como um todo unificado. Porém, como explicar essas ligações a milhões de estranhos? Como imaginar que uma campanha presidencial, com todo o seu ruído, distorções e simplificações, podia de alguma maneira romper o sofrimento, o medo e a suspeição que tinham estado quatrocentos anos a fermentar? A realidade das relações raciais norte-americanas era demasiado complexa para poder ser reduzida a uma frase feita. Que diabo, eu próprio era demasiado complexo, os

contornos da minha vida demasiado caóticos e estranhos ao americano médio, para poder esperar honestamente conseguir resolver esse problema.

TALVEZ SE O ARTIGO da *Rolling Stone* tivesse saído mais cedo, prenunciando problemas vindouros, eu tivesse decidido não me candidatar. É difícil dizer. Sei que — com alguma ironia ou, talvez, providência — foi outro pastor e amigo próximo do reverendo Wright, o Dr. Otis Moss, Jr., quem me ajudou a resolver as dúvidas.

Otis Moss era um veterano do movimento dos direitos civis, grande amigo e sócio de Martin Luther King, pastor de uma das maiores igrejas de Cleveland, Ohio, e antigo conselheiro do presidente Jimmy Carter. Eu não o conhecia bem, mas, depois de publicado o artigo, certa noite ele telefonou-me para me oferecer apoio. Contou que soubera das dificuldades com Jeremiah e ouvira as vozes no seio da comunidade negra a afirmar que eu não estava pronto, ou que era demasiado radical ou demasiado comprometido com o sistema vigente ou não suficientemente negro. Ele tinha a expectativa de que o caminho se tornasse cada vez mais difícil, mas exortou-me a não me deixar desencorajar.

— Cada geração está limitada por aquilo que sabe — disse-me o reverendo Moss. — Aqueles que participaram no movimento, gigantes como Martin, tenentes e soldados de infantaria como eu… nós somos a geração Moisés. Marchámos, fizemos protestos sentando-nos em locais proibidos, fomos para a prisão, por vezes rebelando-nos contra os nossos anciãos, mas estávamos, na verdade, a construir algo sobre o que eles tinham feito. Pode dizer-se que saímos do Egipto pelas nossas próprias pernas. Porém, não podemos ir muito mais longe. Você, Barack, faz parte da geração Josué. Você e outros como você são responsáveis pela próxima etapa da viagem. Gente como eu pode oferecer o saber da nossa

experiência. Talvez vocês possam aprender com alguns dos nossos erros. Mas caber-vos-á, com a ajuda de Deus, desenvolver aquilo que fizemos e conduzir o nosso povo e este país para fora da selva.

É difícil exagerar quanto estas palavras me fortaleceram, surgindo quase um ano antes da nossa vitória no Iowa; o que significou alguém tão intimamente ligado à fonte da minha anterior inspiração dizer que o que eu estava a tentar fazer valia a pena, que não se tratava de um mero exercício de vaidade ou ambição, mas fazia antes parte de uma cadeia ininterrupta de progresso. Em termos mais práticos, foi graças à boa vontade do Dr. Moss e de outros antigos colegas do Dr. King — como o reverendo C. T. Vivian, de Atlanta, e o reverendo Joseph Lowery, da Southern Christian Leadership Conference — para me ungirem com a proverbial imposição de mãos, avalizando-me como extensão da sua obra histórica, que mais líderes negros não saltaram desde o início para o campo de Hillary.

Em momento algum isto foi mais evidente do que em Março de 2007, quando participei na marcha que atravessou a ponte Edmund Pettus, em Selma, no Alabama, organizada a cada ano pelo congressista John Lewis. Havia já muito que eu desejava fazer a peregrinação ao local do Domingo Sangrento, que em 1965 se tornou cadinho do combate pelos direitos civis, quando os Americanos perceberam plenamente o que estava em jogo. Contudo, a minha visita prometia ser complicada. Foi-me dito que os Clinton estariam lá; e, antes de os participantes se reunirem para a travessia da ponte, estava programado que Hillary e eu falássemos em simultâneo em serviços religiosos concorrentes.

Não só isso, mas o nosso anfitrião, John Lewis, indicara que se sentia inclinado a apoiar Hillary. John tornara-se um bom amigo — orgulhara-se muito com a minha eleição para o Senado, vendo-a justamente como parte do seu legado — e eu sabia que ele se sentia atormentado com a decisão.

Enquanto o ouvia explicar o seu raciocínio ao telefone, desde quando conhecia os Clinton, como a administração de Bill apoiara muitas das suas prioridades legislativas, optei por não o pressionar muito. Imaginava a tensão que aquele homem bondoso e gentil sentia e também reconhecia que, numa altura em que eu pedia a eleitores brancos que me avaliassem pelos meus méritos, um apelo cru à solidariedade racial pareceria hipócrita.

A comemoração em Selma podia ter-se transformado num espectáculo político desconfortável, mas quando lá cheguei senti-me logo à vontade. Talvez fosse por estar num lugar que desempenhara um papel tão importante na minha imaginação e na trajectória da minha vida. Talvez fosse a reacção das pessoas comuns que se reuniram para assinalar a ocasião, a apertarem-me a mão ou a darem-me um abraço, alguns com crachás de Hillary, mas a dizer que estavam satisfeitos por me verem ali. Porém, foi sobretudo o facto de um grupo de anciãos respeitados me apoiar. Quando entrei na histórica igreja Brown Chapel AME para a cerimónia, informaram-me de que o reverendo Lowery pedira para dizer algumas palavras antes de eu ser apresentado. Ele ia já bem entrado nos oitenta, nessa altura, mas não perdera pinga da sua sagacidade e do seu carisma.

Principiou:

— Deixem que vos diga que há coisas malucas a acontecer por aí. As pessoas dizem que determinadas coisas não estão a acontecer, mas quem sabe? Quem sabe?

— Uma prédica, reverendo — gritou alguém na audiência.

— Ouçam: há pouco tempo fui ao médico e ele disse que o meu colesterol estava um bocadinho alto. Mas depois explicou-me que há dois tipos de colesterol. Há o colesterol mau, mas há também o colesterol bom. Ter colesterol bom… não é problema. E isso pôs-me a pensar que há muitas coisas que também são assim. Ou seja, quando criámos o movimento, muita

gente pensou que *nós* éramos malucos. Não é verdade, C. T.? — O reverendo Lowery fez um aceno de cabeça na direcção do reverendo Vivian, que estava sentado no estrado. — Está ali outro *negro maluco*... ele dir-vos-á que toda a gente no movimento era um bocadinho maluca…

A multidão riu com gosto. Ele prosseguiu.

— Só que, como com o colesterol, há o maluco *bom* e o maluco *mau*, percebem? A Harriet Tubman, com a Underground Railroad, era maluca como não há igual. E quando Paulo pregou a Agripa, esta disse: «Paulo, tu és maluco»… mas era um maluco *bom*.

A multidão começou a aplaudir e a clamar quando o reverendo Lowery chegou onde queria chegar.

— Hoje digo-vos que precisamos neste país de mais indivíduos que sejam malucos bons… Não se pode adivinhar o que acontecerá quando se tem bons malucos… a ir às urnas votar!

Os fiéis levantaram-se e os pastores sentados ao meu lado no estrado riram-se discretamente e deram-me palmadinhas nas costas; e, quando me cheguei à frente para falar, aproveitando as palavras que o reverendo Moss me oferecera como ponto de partida — sobre o legado da geração Moisés e como este tornara possível a minha vida, sobre a responsabilidade da geração Josué de dar os passos seguintes que se requeriam para que houvesse justiça no país e em todo o mundo, não só para os negros, mas para todos os destituídos —, reinava na igreja um espírito total de revivalismo.

Lá fora, depois de terminada a cerimónia, vi outro colega do Dr. King, o reverendo Fred Shuttlesworth, um lendário combatente destemido pela liberdade, que sobrevivera ao bombardeamento da sua casa pelo KKK e ao espancamento por parte de uma multidão branca que o atacou, a ele e à mulher, com bastões de basebol e correntes por tentarem matricular os

filhos numa escola de Birmingham que antes era destinada exclusivamente a brancos. Fora-lhe recentemente tratado um tumor cerebral, que o deixava frágil, mas fez sinal para que me aproximasse da sua cadeira de rodas para falarmos e, quando os que iam participar no desfile se juntaram, ofereci-me para o empurrar ao longo da ponte.

— Gostaria muito — disse o reverendo Shuttlesworth.

E assim fizemos, nessa manhã de um glorioso céu azul, a travessia da ponte sobre um rio castanho lamacento, com vozes a erguerem-se esporadicamente em cânticos e orações. A cada passo, eu imaginava como aqueles homens e mulheres, agora idosos, se teriam sentido cerca de quarenta anos antes, com os seus jovens corações a bater furiosamente ao enfrentarem uma falange de homens armados e montados. Aquilo recordou-me quanto os meus fardos eram mais leves, em comparação. O facto de ainda estarem envolvidos na luta e, não obstante as adversidades e o sofrimento, não terem sucumbido à amargura mostrou-me que eu não tinha motivo para me sentir fatigado. Senti-me renovado na minha convicção de que estava onde devia estar e a fazer o que tinha de ser feito; que o reverendo Lowery podia ter razão ao dizer que havia uma espécie de maluqueira boa no ar.

DEZ MESES DEPOIS, com a campanha a mudar-se para a Carolina do Sul durante a segunda e terceira semanas de Janeiro, soube que a nossa fé voltaria a ser posta à prova. Precisávamos muito de uma vitória. No papel, parecia ser um bom Estado para nós: os afro-americanos constituíam uma vasta percentagem dos eleitores democratas nas primárias e nós contávamos com uma excelente combinação de políticos veteranos e jovens activistas, tanto brancos como negros, no nosso campo. Contudo, as sondagens mostravam que o apoio entre os eleitores brancos estava a ficar para trás e

não sabíamos se os eleitores afro-americanos compareceriam no número que precisávamos. A nossa esperança era avançar para a Super-Terça-Feira com uma vitória que não representasse estritamente uma fractura de natureza racial. Contudo, se o esforço no Iowa exibira as possibilidades de um tipo mais idealista de política, a campanha na Carolina do Sul acabou por ser decididamente diferente. Transformou-se numa rixa, um exercício de política à maneira antiga, a decorrer numa paisagem carregada de memórias de uma história racial amarga e sangrenta.

Parte disto resultou de corrida renhida, de ansiedades em crescendo e do que parecia ser o sentimento no campo Clinton de que uma campanha negativa funcionava em sua vantagem. Os ataques deles, nos meios de comunicação social e através de intermediários, tinham adquirido um timbre mais acutilante. Com eleitores de todo o país a prestarem cada vez mais atenção, todos nós tínhamos consciência do que estava em jogo. O nosso único debate nessa semana transformou-se numa sessão total de pancadaria entre mim e Hillary, com John Edwards (cuja campanha estava nas últimas e viria em breve a retirar-se da corrida) como espectador enquanto Hillary e eu nos acossávamos como gladiadores na arena.

Depois daquilo, Hillary deixou o Estado para ir fazer campanha noutro lugar, mas a intensidade quase não amainou, ficando as operações do lado deles a cargo de William Jefferson Clinton, que se mostrou agressivo, enérgico e omnipresente.

Senti-me compreensivo para com a posição em que Bill se encontrava: não só a esposa estava sob escrutínio e ataque constantes, como a minha promessa de mudar Washington e vencer o impasse partidário fora provavelmente vista por ele como um desafio ao seu próprio legado. Decerto que reforcei essa percepção quando, numa entrevista no Nevada, declarei que, embora admirasse Clinton, não me parecia que ele tivesse

transformado a política como havia feito Ronald Reagan nos anos 80, quando este conseguiu reformular a relação do povo americano com o Governo em nome de princípios conservadores. Depois de todo o obstrucionismo e puro veneno com que Bill Clinton tivera de lutar ao longo da sua presidência, dificilmente eu poderia censurá-lo por querer fazer baixar a crista a um jovem recém-chegado pretensioso.

Clinton adorou claramente estar de novo na ribalta. Figura muito carismática, viajou pelo Estado a distribuir comentários astutos e a irradiar charme popular. Os ataques que me fazia estavam, na sua maioria, bem dentro dos limites, apontando as mesmas coisas em que eu teria pegado se estivesse no lugar dele: que eu tinha falta de experiência e que, se conseguisse chegar à presidência, os republicanos do Congresso me comeriam ao almoço.

Contudo, para lá disso havia a política da raça, algo em que Clinton navegara com destreza no passado, mas que se revelou mais difícil perante um candidato negro credível. Quando ele alvitrou, antes da primária em New Hampshire, que algumas das minhas posições sobre a guerra do Iraque eram «contos de fadas», alguns negros interpretaram-no como querendo dizer que a noção de eu ser presidente era um conto de fadas, o que levou o congressista Jim Clyburn, responsável pelas presenças na bancada da maioria — e também o mais poderoso funcionário negro da Carolina do Sul e alguém que conservara até aí uma neutralidade meticulosa —, a censurá-lo publicamente. Quando Clinton disse a audiências brancas que Hillary «vos compreende» de uma forma que os adversários dela não compreendiam, Gibbs — ele próprio originário do Sul — ouviu ecos do estrategista republicano Lee Atwater e das suas insinuações encapotadas, e não se coibiu de levar alguns dos nossos apoiantes a declará-lo.

Em retrospectiva, não sei se algumas destas críticas foram justas; não há

dúvida de que Bill Clinton pensava que não. No entanto, na Carolina do Sul era difícil distinguir o que era verdade do que se sentia. Por todo o Estado, fui acolhido de forma muito calorosa e hospitaleira tanto por negros como por brancos. Em cidades como Charleston, vivi a experiência do muito elogiado «novo sul»: cosmopolita, diversificado e a fervilhar de comércio. Além disso, como alguém que fizera de Chicago a sua casa, eu não precisava mesmo que me recordassem que a divisão racial não era exclusiva do Sul.

Ainda assim, durante a viagem que fiz pela Carolina do Sul a defender o meu programa para a presidência, as atitudes raciais pareceram-me menos dissimuladas, mais bruscas e, por vezes, claramente expressas. Como deveria eu interpretar a mulher branca bem vestida, num restaurante que visitei, terrivelmente relutante em apertar-me a mão? Como deveria eu interpretar os motivos daqueles que brandiam estandartes no exterior dos nossos eventos de campanha, a exibir a bandeira da Confederação e lemas da NRA, a gritar acerca dos direitos dos Estados e a mandar-me para casa?

Não eram somente palavras gritadas ou estátuas da Confederação que evocavam o legado da escravatura e da segregação. Por sugestão do congressista Clyburn, eu tinha visitado a Escola Secundária J. V. Martin Junior, uma escola pública de alunos maioritariamente negros na cidade rural de Dillon, na região Nordeste do Estado. Parte do edifício fora construída em 1896, somente trinta anos volvidos sobre a Guerra Civil, e, se haviam sido feitas reparações ao longo das décadas, não eram visíveis: vi paredes a esboroarem-se, canalizações rotas, janelas partidas, corredores húmidos e sombrios, e uma caldeira a carvão, na cave, que ainda era usada para aquecer o edifício. Ao deixar a escola, oscilei entre sentir-me abatido ou revigorado na minha motivação: que mensagem tinham gerações de rapazes e raparigas recebido ao entrar diariamente naquela escola, a não ser

a certeza de que, para os que ocupavam o poder, eles não eram importantes; que o que quer que significasse o Sonho Americano, não se destinava a eles?

Momentos como aqueles ajudaram-me a ver os efeitos desgastantes da negação de direitos a longo prazo, o filtro fatigado através do qual muitos negros da Carolina do Sul absorveram a nossa campanha. Comecei a compreender a verdadeira natureza do meu adversário. Eu não estava a candidatar-me contra Hillary Clinton ou John Edwards, ou mesmo os republicanos. Candidatava-me contra o peso implacável do passado; a inércia, o fatalismo e o medo que produzia.

Sacerdotes negros e mediadores do poder que estavam habituados a obter pagamentos para angariar eleitores queixaram-se da nossa ênfase em recrutar antes voluntários de raiz. Para eles, a política tinha menos que ver com princípios e mais com simples propostas de negócios, a maneira como as coisas sempre tinham sido feitas. Enquanto participava na campanha, Michelle — cujo bisavô nascera em escravidão numa plantação de arroz da Carolina do Sul — ouviria mulheres negras bem-intencionadas a sugerir que perder uma eleição poderia ser melhor do que perder um marido, querendo com isso dar por certo que, se eu fosse eleito, seria certamente morto a tiro.

As pessoas pareciam estar a dizer-nos que a esperança e a mudança eram um luxo, importações exóticas que feneceriam quando expostas ao calor.

A 25 DE JANEIRO, véspera da primária, a NBC divulgou uma sondagem a mostrar que o meu apoio entre os eleitores da Carolina do Sul tinha caído para uns insignificantes 10 por cento. As notícias deixaram a imprensa nacional confusa. Era de esperar, entoaram os comentadores; nem mesmo uma elevada afluência afro-americana podia compensar a resistência branca

bem enraizada a qualquer candidato negro, sobretudo se se chamasse Barack Hussein Obama.

Axelrod, sempre em modo de catástrofe, fez-me chegar a informação enquanto consultava o seu *BlackBerry*. Desnecessariamente, acrescentou que, se perdêssemos a Carolina do Sul, a nossa campanha talvez estivesse acabada. Ainda mais desnecessariamente, prosseguiu dizendo que, mesmo que conseguíssemos uma vitória à justa, a escassez de apoio branco levaria tanto a imprensa como os Clinton a desconsiderar a vitória e a questionar razoavelmente a minha viabilidade numas eleições nacionais.

Toda a nossa equipa estava com os nervos em franja no dia da primária, consciente de tudo o que nela se jogava. Porém, quando chegou finalmente a noite e os resultados começaram a ser anunciados, os números excederam as nossas projecções mais optimistas. Vencemos Hillary por uma margem de dois para um, com quase 80 por cento de afluência negra e 24 por cento de votos dos brancos. Ganhámos até por dez pontos entre os eleitores brancos com menos de quarenta anos. Tendo em conta as críticas severas que havíamos sofrido e os golpes que nos tinham sido infligidos desde o Iowa, estávamos exultantes.

Ao entrar no palco num auditório em Columbia para proferir o discurso de vitória, senti a cadência de pés a bater e mãos a aplaudir. Vários milhares de pessoas tinham-se comprimido naquele espaço, embora, sob o clarão dos projectores das televisões, eu só conseguisse ver as primeiras filas: principalmente estudantes universitários, brancos e negros em igual medida, alguns de braço dado ou às cavalitas uns dos outros, com as faces a irradiar alegria e força de vontade.

— A raça não importa! — entoavam as pessoas. — A raça não importa! A raça não importa!

Vi alguns dos nossos jovens organizadores e voluntários misturados na

multidão. Mais uma vez, eles tinham cumprido, mal-grado os contraditores. Pensei para comigo que mereciam um desfile de triunfo, um momento de puro júbilo. Razão por que, mesmo enquanto tentava acalmar a multidão e mergulhar no meu discurso, não tive coragem para corrigir aquele coro bem-intencionado: recordar-lhes que no ano 2008, com a bandeira da Confederação e tudo o que ela representava ainda hasteada diante do capitólio estadual, a apenas alguns quarteirões dali, a raça ainda importava muito, por mais que eles quisessem acreditar que não era assim.

CAPÍTULO 7

PASSADO O MOMENTO da Carolina do Sul, as coisas pareciam mais uma vez começar a ficar de feição para nós. Numa coluna de opinião no *New York Times*, a 27 de Janeiro, Caroline Kennedy anunciou que me dava o seu apoio, declarando generosamente que a nossa campanha a fizera compreender, pela primeira vez, a inspiração que jovens americanos tinham outrora encontrado no seu pai. O tio, Ted Kennedy, seguiu-lhe as pisadas no dia seguinte, juntando-se a mim para uma apresentação pública perante vários milhares de estudantes universitários. Teddy foi absolutamente eléctrico, convocando toda a velha magia de Camelot, derrubando o argumento da inexperiência em tempos usado contra o irmão dele e agora esgrimido contra mim. Axe chamar-lhe-ia uma passagem simbólica da tocha, e percebi o que isso significava para ele. Era como se, na nossa campanha, Teddy reconhecesse um acorde familiar e evocasse um tempo anterior aos assassínios dos seus irmãos, ao Vietname, à reacção branca, aos motins, ao Watergate, ao encerramento de fábricas, a Altamont e à sida, um tempo em que o liberalismo transbordava de optimismo e espírito positivo — o mesmo espírito que moldara as sensibilidades da minha mãe em jovem e que ela canalizara para mim.

O endosso de Kennedy trouxe poesia à nossa campanha e ajudou a preparar-nos para a Super-Terça-Feira, a 5 de Fevereiro, quando mais de metade dos delegados da nação seriam escolhidos num único dia. Soubéramos sempre que a Super-Terça-Feira constituiria um desafio tremendo; mesmo com as nossas vitórias no Iowa e na Carolina do Sul,

Hillary continuou a ser muito mais conhecida, e a campanha a retalho, cara a cara, que tínhamos levado a cabo nos primeiros Estados não era de todo possível em lugares maiores e mais densamente povoados como a Califórnia e Nova Iorque.

O que tínhamos, no entanto, era uma infantaria de implantação popular a aumentar de dia para dia. Com a ajuda do nosso hábil delegado veterano Jeff Berman e do nosso obstinado director de campo Jon Carson, Plouffe desenvolveu uma estratégia que executaríamos com o mesmo enfoque determinado que tínhamos aplicado no Iowa. Em vez de tentar conquistar os grandes Estados onde havia eleições primárias, investimos substancialmente em televisão nesses lugares, apenas para mitigar aí as nossas perdas, e concentrámos antes o meu tempo e os nossos esforços de campo nos Estados onde o método era a realização de encontros para eleição de delegados — muitos deles Estados pequenos, rurais e esmagadoramente brancos — e onde o entusiasmo dos nossos apoiantes podia produzir afluência relativamente numerosa às urnas e vitórias desequilibradas, que se traduziriam em importantes aquisições de delegados.

Idaho foi um bom exemplo. Não tivera sentido para nós enviar pessoal pago para tão diminuto Estado, solidamente republicano, mas organizara-se espontaneamente um bando de voluntários determinados, denominados «Idahoanos por Obama». Tinham passado o ano anterior a usar redes sociais como o MySpace e o Meetup para criar uma comunidade, tratando de conhecer as minhas posições sobre os temas, criando páginas pessoais de angariação de fundos, planeando eventos e caçando estrategicamente votos no Estado. Quando, alguns dias antes da Super-Terça-Feira, Plouffe me disse que estava programado que eu fizesse campanha em Boise em vez de fazer mais um dia na Califórnia — onde ganhávamos rapidamente terreno

—, confesso que tive as minhas dúvidas. Porém, a moldura do estádio de Boise à cunha, com catorze mil idahoanos em ovação, depressa me curou de qualquer cepticismo. Acabámos por vencer no Idaho por uma margem tão ampla, que conquistámos mais delegados lá do que Hillary conseguira ao vencer em Nova Jérsia, um Estado com o quíntuplo da população.

Este veio a ser o padrão. Treze das vinte e duas disputas da Super-Terça-Feira resultaram a nosso favor e, embora Hillary vencesse em Nova Iorque e na Califórnia por escassos pontos percentuais, no conjunto, contámos com mais treze delegados do que ela.

A extraordinária juventude da minha equipa permitira-nos adoptar e refinar as redes digitais que a campanha de Howard Dean estabelecera quatro anos antes. O nosso estatuto de iniciantes obrigou-nos a confiar repetidamente na energia e na criatividade dos nossos voluntários conhecedores dos meios digitais. Milhões de pequenos financiadores ajudavam a alimentar a nossa campanha, as cadeias de *e-mails* ajudavam a disseminar a nossa mensagem de formas que os grandes meios de comunicação social não conseguiam, e formavam-se novas comunidades entre pessoas que antes estavam isoladas umas das outras. No final da Super-Terça-Feira, sentia-me inspirado, imaginando que tinha vislumbrado o futuro, um ressurgimento da participação de baixo para cima que podia fazer a nossa democracia funcionar de novo.

O que, na altura, eu ainda não podia apreciar devidamente era o grau de maleabilidade que aquela tecnologia demonstraria; a rapidez com que seria absorvida por interesses comerciais e utilizada pelos poderes estabelecidos; a facilidade com que podia ser usada não para unificar as pessoas, mas para as distrair ou dividir; e como, um dia, muitas dessas ferramentas que me puseram na Casa Branca seriam empregadas em oposição a tudo aquilo que eu defendia.

Tais percepções viriam mais tarde. Depois da Super-Terça-Feira, seguimos na crista absoluta da onda, vencendo onze primárias e eleições sucessivas de delegados, no decurso de duas semanas, com uma margem média de 36 por cento. Foi uma etapa emocionante, quase surreal, embora a equipa e eu tenhamos dado o nosso melhor para não nos empolgarmos demasiado — «Recordem-se de New Hampshire!», ouvia-se frequentemente —, sabendo que a batalha continuaria em curso, cientes de que havia ainda muita gente que queria ver-nos fracassar.

EM *THE SOULS OF BLACK FOLK (As Almas da Gente Negra),* o sociólogo W. E. B. du Bois descreve a «dupla consciência» dos americanos negros no dealbar do século XX. Não obstante terem nascido e sido criados em solo americano, modelados pelas instituições desta nação e impregnados pelo seu credo, não obstante o facto de as suas mãos laboriosas e os seus corações pulsantes tanto terem contribuído para a economia e a cultura do país, não obstante tudo isto, escreve Du Bois, os negros americanos continuam a ser o «Outro» perpétuo, sempre do lado de fora a olhar para o interior, definidos não pelo que são, mas pelo que nunca podem ser.

Em jovem, eu aprendera muito com a escrita de Du Bois. Porém, fosse por causa da minha ascendência e educação singulares ou devido à época em que amadureci, esta noção de «dupla consciência» não era algo que sentisse pessoalmente. Tinha-me debatido com o significado do meu estatuto de raça miscigenada e com a discriminação racial. Contudo, em momento algum questionei — ou levei outros a questionar — a minha «americanidade» fundamental.

Claro que, antes, eu não me candidatara a presidente.

Ainda antes do meu anúncio formal, Gibbs e a nossa equipa de comunicação tinham rechaçado vários rumores que fermentavam nas rádios

conservadoras ou em *websites* temporários até migrarem para o *Drudge Report* e a Fox News. Vieram a lume relatos de que eu frequentara a escola numa madraça indonésia e que obtiveram adesão suficiente para um jornalista da CNN viajar até à minha antiga escola primária em Jacarta, onde encontrou um grupo de miúdos com uniforme de estilo ocidental a ouvir os New Kids on the Block nos seus *iPods*. Houve alegações de que eu não era cidadão americano (proveitosamente ilustradas por uma fotografia minha a envergar um trajo africano no casamento do meu meio-irmão queniano). Com o evoluir da campanha, foram postas a circular mais falsidades terríveis. Estas nada tinham que ver com a minha nacionalidade, mas tudo que ver com uma «exterioridade» de tipo mais familiar, doméstica e sombria: que eu traficara drogas, que eu trabalhara como prostituto *gay*, que eu tinha ligações marxistas e que tinha vários filhos fora do matrimónio.

Era difícil levar alguma destas coisas a sério e, pelo menos inicialmente, não muitas pessoas o fizeram: em 2008, a Internet era ainda demasiado lenta, demasiado irregular e demasiado arredada das operações noticiosas dominantes para penetrar directamente nas mentes dos eleitores. Contudo, havia maneiras mais indirectas e distintas de pôr em causa a minhas afinidades.

A seguir aos ataques terroristas do 11 de Setembro, por exemplo, eu começara a usar na lapela um crachá com a bandeira americana, sentindo que era uma maneira modesta de exprimir solidariedade nacional perante uma tragédia enorme. Depois, com o debate sobre a guerra de Bush ao terrorismo e a invasão do Iraque a esmorecer — enquanto via John Kerry a ser caluniado e ouvia aqueles que se opunham à guerra no Iraque terem o seu patriotismo posto em causa por gente como Karl Rove, enquanto via os meus colegas no Senado, também de crachá com a bandeira, a votar com

jovialidade a favor de cortes orçamentais ao financiamento de programas para os veteranos —, pus discretamente o meu próprio crachá de lado. Foi menos um gesto de protesto e mais um lembrete para mim mesmo de que a substância do patriotismo era muito mais importante do que o símbolo. Ninguém pareceu reparar, sobretudo porque a maioria dos meus colegas senadores — incluindo o antigo prisioneiro de guerra da Marinha John McCain — exibiam regularmente lapelas sem crachá.

Portanto, quando, em Outubro, um jornalista local no Iowa me perguntou porque não usava eu um crachá com bandeira, respondi com a verdade, dizendo que não me parecia que a presença ou ausência de um símbolo que se podia comprar numa loja de quinquilharia traduzisse a medida do amor de cada um pelo país. Rapidamente, comentadores conservadores martelaram o pretenso significado da minha lapela despojada: «Obama odeia a bandeira», «Obama despreza os nossos militares». Meses depois, ainda faziam disso um problema, o que começou a aborrecer-me. Apetecia-me questioná-los sobre a verdadeira razão de só os meus hábitos em matéria de crachá, e não os de quaisquer anteriores candidatos presidenciais, terem atraído tanta atenção. Como seria de esperar, Gibbs desencorajou-me de qualquer desabafo público.

— Para quê dar-lhes essa satisfação? — aconselhou-me. — Estás a ganhar.

De acordo. No entanto, não fui tão facilmente persuadido quando vi o mesmo tipo de insinuação dirigido à minha esposa.

Desde o Iowa, Michelle continuara a animar a campanha. Com as meninas na escola, limitámos as aparições dela a disputas mais renhidas e as viagens, sobretudo aos fins-de-semana, mas, onde quer que ela fosse, era divertida e cativante, perceptiva e acutilante. Falava de criar os filhos e tentar equilibrar as exigências do trabalho e da família. Descrevia os valores

com que fora criada: o pai a nunca faltar a um dia de trabalho, não obstante a esclerose múltipla; a profunda atenção da mãe pela sua educação; a família que nunca tinha muito dinheiro, mas tinha sempre bastante amor. Fazia lembrar as ilustrações de Norman Rockwell ou a série televisiva *Leave It to Beaver*. Os meus sogros incarnavam plenamente as preferências e as aspirações que tendemos a considerar exclusivamente americanas. E eu não conhecia ninguém que seguisse mais as tendências dominantes do que Michelle, cuja comida favorita era hambúrguer e batatas fritas, que gostava de assistir ao *Andy Griffith Show* e adorava cada oportunidade de passar um sábado à tarde a fazer compras no centro comercial.

Todavia, pelo menos segundo alguns comentadores, Michelle era… diferente, não era adequada para Primeira-Dama. Diziam que parecia «zangada». Uma rubrica na Fox News descreveu-a como «mãe solteira dos filhos do Obama». E não eram só os meios de comunicação conservadores: Maureen Dowd, colunista do *New York Times*, escreveu um texto a sugerir que quando Michelle traçava um retrato trocista meu nos seus discursos, como papá desafortunado que deixava o pão ganhar bolor na cozinha e roupa suja espalhada por todo o lado (o que garantia uma gargalhada compreensiva da audiência), não estava a humanizar-me, mas antes a retirar-me masculinidade, prejudicando as minhas hipóteses de ser eleito.

Este tipo de comentários não era frequente e alguns elementos da nossa equipa consideraram-nos ao nível da habitual sordidez das campanhas. Só que não era assim que Michelle sentia aquilo. Ela compreendia que, a par da camisa-de-forças que se esperava que as esposas políticas envergassem (a adorável e complacente companheira, encantadora mas não demasiado opinante; a mesma camisa-de-forças que Hillary rejeitara outrora, opção pela qual continuava a pagar caro), havia um grupo adicional de estereótipos aplicados às mulheres negras, alegorias familiares que as

raparigas negras passavam a absorver constantemente como toxinas desde o dia em que viam pela primeira vez uma *Barbie* loura ou punham melaço *Aunt Jemima* nas suas panquecas: que não satisfaziam os padrões estabelecidos de feminilidade; que tinham rabos demasiado grandes e cabelos demasiado crespos; que eram demasiado ruidosas, ferrabrases ou mordazes para com os seus homens; que não se limitavam a retirar a masculinidade, mas eram mesmo masculinas.

Michelle conseguira gerir este fardo emocional ao longo de toda a vida, em grande medida graças a ser meticulosa com a sua aparência, conservando o autodomínio e o controlo da sua envolvência e preparando-se zelosamente para tudo, mesmo quando recusava ser intimidada a tornar-se alguém que não era. Era notável que tivesse saído disso íntegra, com tanta graça e dignidade, tal como o haviam conseguido tantas mulheres negras em confronto com tantas mensagens negativas.

Claro que era da natureza das campanhas presidenciais que o controlo escapasse ocasionalmente. No caso de Michelle, isso aconteceu imediatamente antes da primária do Wisconsin, quando, ao proferir um discurso em que descrevia ter ficado intimidada com a quantidade de pessoas que se sentiam estimuladas com a nossa campanha, disse: «Pela primeira vez na minha vida de adulta, sinto-me realmente orgulhosa do meu país […] porque penso que as pessoas estão ávidas de mudança.»

Foi um lapso clássico — algumas palavras improvisadas que puderam então ser recortadas, circunscritas e usadas como arma pelos meios de comunicação conservadores —, uma versão distorcida do que ela dissera muitas vezes nos seus discursos sobre ter orgulho na direcção que o nosso país estava a tomar, o aumento súbito e promissor na participação política. A minha equipa e eu éramos, em grande medida, culpados: tínhamos lançado Michelle na estrada sem discursos escritos, sessões de preparação e

o apoio informativo com que eu sempre contara, a infra-estrutura que me mantinha organizado e rigoroso. Era como enviar um civil para o meio de um tiroteio sem colete à prova de bala.

Não importava. Os jornalistas atacaram, especulando sobre em que medida os comentários de Michelle podiam prejudicar a campanha e quanto revelavam acerca dos verdadeiros sentimentos de Obama. Compreendi que aquilo fazia parte de uma estratégia mais vasta e ominosa, um retrato nosso deliberadamente negativo e que se consolidava lentamente, construído a partir de estereótipos, atiçado pelo medo e visando promover um nervosismo generalizado quanto à ideia de uma pessoa negra tomar as decisões mais importantes do país, com a sua família negra na Casa Branca. No entanto, senti-me menos preocupado com o que tudo isto significava para a campanha do que condoído com quanto magoava Michelle, como levava a minha forte, inteligente e bela esposa a sentir dúvidas sobre si mesma. Na sequência do deslize em Wisconsin, ela recordou-me que nunca desejara estar na frente do palco e declarou que, se a sua presença na campanha me prejudicava mais do que me ajudava, preferia ficar em casa. Garanti-lhe que a campanha lhe daria mais apoio, insistindo que ela era uma figura muito mais irresistível para os eleitores do que eu alguma vez seria. Contudo, nada do que eu disse pareceu fazê-la sentir-se melhor.

NO MEIO DE TODOS esses altos e baixos emocionais, a nossa campanha continuou a florescer. Quando chegámos à Super-Terça-Feira, a escala da nossa organização crescera como cogumelos, de um modesto empreendimento de raiz para uma operação mais sólida e com melhor financiamento. Os quartos de hotel em que ficávamos eram mais espaçosos e as nossas viagens mais confortáveis. Tendo principiado nos voos comerciais, expusemo-nos posteriormente às desventuras dos voos fretados

económicos. Um piloto fez-nos aterrar na cidade errada, não uma, mas duas vezes. Outro tentou fazer a bateria do avião arrancar com uma extensão eléctrica ligada a uma tomada de terra no átrio do aeroporto. (Senti-me grato quando a experiência falhou, apesar de isso ter implicado ficarmos duas horas à espera que trouxessem outra bateria num camião de reboque de uma cidade vizinha.) Agora, finalmente, podíamos alugar o nosso próprio avião, incluindo comissário de bordo, refeições e assentos que até reclinavam.

Contudo, este crescimento trazia consigo regras, protocolos, processo e hierarquia. O nosso corpo de colaboradores aumentara para mais de mil pessoas em todo o país e, embora os elementos da nossa equipa sénior dessem o seu melhor para manter a cultura heterogénea e informal da campanha, tinham ficado no passado os dias em que eu podia garantir que conhecia a maior parte das pessoas que trabalhavam para mim. Na ausência de uma tal familiaridade, cada vez menos pessoas com quem me cruzava ao longo do dia me tratavam por «Barack». Agora eu era «senhor» ou «senador». Quando entrava na sala, o pessoal levantava-se muitas vezes das cadeiras para ir para outro lugar, presumindo que eu não queria ser incomodado. Se eu insistisse para que se deixassem ficar, sorriam timidamente e só falavam em surdina.

Aquilo fazia-me sentir velho e cada vez mais solitário.

Estranhamente, o mesmo acontecia com as multidões nos nossos comícios. Tinham aumentado para quinze, vinte ou até mesmo trinta mil pessoas numa paragem, pessoas que exibiam o logótipo vermelho, branco e azul da campanha em camisolas, chapéus e macacões e que ficavam horas à espera para poderem entrar em qualquer recinto que tivéssemos arranjado. A nossa equipa criou uma espécie de ritual para antes do jogo. Reggie, Marvin, Gibbs e eu saltávamos do carro junto à porta de serviço ou cais de

descargas, depois seguíamos a nossa equipa da frente através de corredores e passagens traseiras. Normalmente, encontrava-me com organizadores locais, tirava fotografias com cerca de uma centena de voluntários mais destacados e apoiantes, com muitos abraços, beijos e pequenos pedidos, autografava livros, revistas, bolas de basebol, anúncios de nascimento, comissões militares e praticamente tudo o mais. Haveria depois uma entrevista com um ou dois jornalistas, um almoço rápido numa sala de espera previamente abastecida com garrafas de chá gelado, aperitivos, barras proteicas e qualquer outro alimento que alguma vez eu tivesse referido apetecer-me, por mais casual que tivesse sido, em quantidades adequadas para o abrigo antiaéreo de alguém obcecado pela sobrevivência, seguido por uma pausa para ir à casa de banho, com Marvin ou Reggie a entregarem-me um gel para pôr na testa e no nariz, de modo a que a minha pele não brilhasse na televisão, não obstante um dos nossos técnicos de vídeo insistir que era cancerígeno.

Eu ouvia o burburinho da televisão recrudescer enquanto o nosso pequeno grupo caminhava por baixo das bancadas até à zona do palco. Haveria um sinal para que o engenheiro de som introduzisse o anúncio (soube que lhe chamavam «Voz de Deus»), eu escutava silencioso nos bastidores enquanto alguém da terra me apresentava e viriam então as palavras «o próximo presidente dos Estados Unidos», um brado colectivo ensurdecedor, o tema *City of Blinding Lights* dos U2 e, após um rápido toque de punhos ou um «vá-se a eles, chefe», alguns passos para atravessar a cortina e entrar no palco.

Fazia isto duas ou três vezes por dia, viajando de cidade para cidade, de Estado para Estado. E, embora a novidade se desgastasse rapidamente, a pura energia desses comícios nunca deixava de me encher de assombro. «Parece um concerto de *rock*», era como os jornalistas o descreviam e, pelo

menos em termos de barulho, era uma descrição rigorosa. Porém, não era isso que sentia enquanto estava no palco. Eu não estava tanto a oferecer à multidão uma actuação a solo como a tentar ser um reflector, recordando aos Americanos — através das histórias que me haviam contado — aquilo que verdadeiramente acarinhavam e o poder notável que, unidos, detinham.

Assim que o meu discurso terminava e eu saía do palco para apertar mãos ao longo da linha delimitada por uma corda, encontrava muitas vezes gente a gritar, a empurrar e a agarrar. Alguns gritavam ou tocavam-me no rosto e, apesar dos meus esforços para o desencorajar, jovens pais passavam bebés em pranto através de filas de desconhecidos para que eu lhes pegasse. A excitação era divertida e, por vezes, profundamente comovente, mas era também um bocadinho enervante. Apercebi-me de que, num determinado nível básico, já não era a *mim* que as pessoas viam, com todas as minhas peculiaridades e falhas. Em vez disso, tinham-se apropriado da minha aparência e feito dela veículo para um milhão de sonhos diferentes. Eu soube que chegaria uma altura em que as desapontaria, não estando à altura da imagem que a minha campanha e eu ajudáramos a construir.

Percebi também que, se os apoiantes podiam pegar em fragmentos de mim e com eles dar forma a um símbolo desmesurado de esperança, então os receios vagos dos detractores podiam, com a mesma facilidade, consolidar-se em ódio. E fora em reacção a esta verdade perturbadora que eu mais vira a minha vida mudar.

Fora-me atribuída protecção dos Serviços Secretos em Maio de 2007, apenas alguns meses depois de ter iniciado a minha campanha, com o nome de código «Renegado» e um plano de segurança a tempo inteiro. Não era esta a norma. A menos que se fosse um vice-presidente em exercício (ou, no caso de Hillary, uma antiga Primeira-Dama), o normal era os candidatos não disporem de vigilância até terem garantida a nomeação. A razão para

que o meu caso fosse tratado de maneira diferente, a razão por que Harry Reid e Bennie Thompson, director da Comissão de Segurança Interna da Câmara dos Representantes, tinham insistido publicamente para que os Serviços avançassem antecipadamente, era clara: o número de ameaças que me eram dirigidas excedia tudo o que os Serviços Secretos alguma vez haviam visto.

O chefe do meu séquito especial, Jeff Gilbert, era um indivíduo impressionante. Afro-americano, com óculos, comportamento aberto e amistoso, podia ter passado por executivo de nível intermédio numa empresa da *Fortune 100*. No nosso primeiro encontro, enfatizou o seu desejo de tornar a transição tão suave quanto possível, compreendendo que, enquanto candidato, eu tinha de interagir livremente com o público.

Jeff foi fiel à sua palavra: em momento algum os Serviços nos impediram de concretizar um evento, e os agentes fizeram o que puderam para atenuar a sua presença (usando fardos de feno em vez de baias metálicas, por exemplo, para criar uma barreira em frente de palcos ao ar livre). Os líderes de turno, na sua maioria com quarenta e poucos anos, eram experientes e corteses, com um sentido de humor seco. No avião ou numa viagem de autocarro, sentávamo-nos muitas vezes nos lugares traseiros e espicaçávamo-nos mutuamente a respeito dos nossos clubes desportivos ou falávamos dos nossos filhos. O filho de Jeff era um famoso avançado ofensivo na Florida, e todos passámos a estar atentos às possibilidades dele nas contratações da Liga Nacional de Futebol. Entretanto, Reggie e Marvin davam-se com os agentes mais novos, seguindo para os mesmos bares depois de terminados os trabalhos da campanha.

Mesmo assim, ter de repente mulheres e homens armados a pairar à minha volta para onde quer que fosse e colocados à porta de cada quarto que eu ocupasse foi um choque para mim. A minha visão do mundo

exterior começou a mudar, obscurecida pelo véu da segurança. Eu já não entrava pela porta da frente de um edifício quando havia uma escadaria nas traseiras. Se fazia exercício num ginásio de hotel, os agentes cobriam primeiro as janelas com tecido para impedir que um potencial atirador dispusesse de uma linha de mira. Eram colocadas barreiras à prova de bala no interior de qualquer quarto em que eu dormisse, incluindo o nosso quarto na nossa casa em Chicago. E eu já não tinha a opção de conduzir um veículo para lado nenhum, nem mesmo para uma volta ao quarteirão.

À medida que nos aproximávamos da nomeação, o meu mundo encolheu ainda mais. Foram mobilizados mais agentes. Os meus movimentos tornaram-se mais limitados. A espontaneidade desapareceu completamente da minha vida. Já não era possível ou, pelo menos, fácil, andar num supermercado ou ter uma conversa descontraída com um estranho na rua.

— É como uma gaiola de circo e eu sou o urso que dança — queixei-me um dia a Marvin.

Houve alturas em que fiquei irritável, tão farto do regime extremamente programado de pavilhões municipais, entrevistas, ocasiões para fotografias e angariação de fundos, que me levantava e ia embora, subitamente desesperado para encontrar um *taco* saboroso ou seguir os sons de algum concerto ao ar livre nas proximidades, deixando os agentes a debaterem-se para me acompanhar, enquanto sussurravam «renegado em movimento» para os seus microfones de pulso.

— O urso está à solta! — bradavam Reggie e Marvin com alguma alegria durante esses episódios.

No Inverno de 2008, essas saídas improvisadas ocorriam cada vez menos. Eu sabia que a imprevisibilidade dificultava a tarefa do meu destacamento e aumentava o risco para os agentes. E, quando estava rodeado por um círculo de gente ansiosa, os *tacos*, afinal, não sabiam tão

bem quanto eu imaginara. Quando dispunha de tempo livre, via-me a passá-lo cada vez mais no meu quarto, a ler, a jogar às cartas, a assistir sossegado a um jogo de futebol na televisão.

Para alívio dos seus guardiões, o urso acostumou-se ao cativeiro.

NO FINAL DE FEVEREIRO, tínhamos acumulado, em delegados comprometidos, o que parecia uma vantagem inultrapassável sobre Hillary. Foi por volta dessa altura que Plouffe, sempre cauteloso nas suas avaliações, telefonou de Chicago para me dizer o que, em certa medida, eu já sabia.

— Penso que é seguro afirmar que, se jogarmos bem as nossas cartas nas próximas semanas, serás o nomeado democrata para presidente dos Estados Unidos.

Depois de desligarmos, fiquei sentado sozinho, a tentar avaliar as minhas emoções. Suponho que havia orgulho e também aquele sobressalto de satisfação que um alpinista deve sentir ao olhar para trás, para o terreno acidentado que transpôs para chegar onde se encontra. Acima de tudo, porém, senti uma certa quietude, sem júbilo ou alívio, acalmado pelo pensamento de que as responsabilidades da governação já não eram uma possibilidade distante. Axe, Plouffe e eu dávamos por nós a discutir cada vez mais a respeito da nossa plataforma de campanha, comigo a insistir que todas as nossas propostas resistissem a escrutínio — menos pela necessidade de as defender durante a temporada eleitoral (a experiência curara-me da noção de que mais alguém examinasse atentamente os meus planos de reforma fiscal ou regulamentação ambiental) do que pelo facto de eu poder vir a ter mesmo de implementá-las.

Tais projecções para o futuro poderiam ter ocupado mais do meu tempo, não fosse o facto de, não obstante a matemática mostrar que eu ia ser o nomeado, Hillary não querer simplesmente desistir.

Qualquer outra pessoa tê-lo-ia feito. Ela estava a ficar sem dinheiro. A sua campanha estava em tumulto, com recriminações mútuas da equipa a chegarem à imprensa. A única hipótese que restava a Hillary para ganhar a nomeação dependia de persuadir superdelegados — as várias centenas de funcionários democratas eleitos e gente de relevo no partido que tinham direito de voto na convenção e podiam dirigi-lo para quem quisessem — a escolhê-la, quando o partido se reunisse em Agosto. Era uma frágil esperança a que se agarrar: embora Hillary tivesse começado com uma grande vantagem entre os superdelegados (que tendiam a anunciar o seu sentido de voto muito antes da convenção), estes tinham-se comprometido cada vez mais connosco, à medida que evoluía o período das primárias.

Todavia, ela prosseguiu a marcha, assumindo o seu estatuto de vítima injustiçada. A sua voz adquiriu um timbre de maior premência, sobretudo quando se discutia as preocupações da classe trabalhadora, oferecendo a sua predisposição para fazer campanha até ao derradeiro momento, como prova de que lutaria com o mesmo afinco pelas famílias americanas. Com a aproximação das primárias no Texas e no Ohio (Estados povoados por eleitores brancos e hispânicos mais velhos, que tendiam a pender para ela), seguindo-se, sete semanas depois, a Pensilvânia (Estado em que também gozava de uma vantagem vigorosa), Hillary garantiu a todos os que quisessem ouvi-la que planeava levar a nossa disputa até ao espaço da convenção.

— É como o raio de um vampiro — resmungou Plouffe. — Não se consegue matá-la.

A tenacidade dela era admirável, mas a minha empatia não ia mais longe do que isso. O senador John McCain conquistaria em breve a nomeação republicana, e mais dois ou três meses de amargas disputas de primárias democratas proporcionar-lhe-iam uma vantagem de dois ou três meses na

definição do trabalho de base para as eleições nacionais de Novembro. Aquilo implicava também que, ao cabo de quase dezoito meses ininterruptos de campanha, ninguém na minha equipa disporia de uma pausa significativa, o que era um infortúnio, porque todos nós estávamos esgotados.

Foi provavelmente essa a razão por que acabámos por cometer o único grande erro táctico da nossa campanha.

Em vez de estabelecer expectativas realistas e prescindir efectivamente do Ohio para nos podermos concentrar no Texas, decidimos arriscar o golpe decisivo e tentar ganhar em ambos. Gastámos prodigamente nos dois Estados. Durante uma semana, andei para trás e para a frente, de Dallas para Cleveland, daí para Houston e depois para Toledo, com a voz rouca, os olhos raiados de sangue, dificilmente parecendo um mensageiro de esperança.

Os nossos esforços tiveram um efeito modesto nas sondagens, mas conferiram crédito à pretensão da campanha de Clinton de que uma vitória dela no Texas e no Ohio podiam fundamentalmente repor a equidade na corrida. Entretanto, a imprensa política, vendo estas primárias como sendo talvez o meu teste final antes de garantir a nomeação, e ansiosa por alimentar um drama que revelara ser um filão para as taxas de audiência dos canais por cabo, fez uma cobertura mais destacada dos ataques que Hillary me dirigia, incluindo um anúncio que ela publicou a afirmar que eu não estava preparado para lidar com o «telefonema às três da manhã» decorrente de uma crise. Tudo dito e feito, perdemos Ohio (decisivamente) e o Texas (à justa).

As vitórias de Hillary não alteraram a contagem de delegados de modo significativo, mas enfunaram quanto bastou as velas da sua campanha para garantir pelo menos mais dois meses de cáusticas primárias. Os resultados

deram novas munições ao campo dela para um argumento que parecia estar a suscitar adesão entre os jornalistas: que eu não era capaz de me relacionar com os eleitores da classe trabalhadora branca, que, na melhor das hipóteses, os latinos não tinham grande entusiasmo por mim e que, numa eleição desta importância, estas debilidades podiam fazer de mim um nomeado democrata de grande risco.

Volvida apenas uma semana, eu interrogava-me se teria razão.

PASSARA MAIS DE UM ANO desde que o meu pastor, o reverendo Jeremiah Wright, ocupara os meus pensamentos. Porém, a 13 de Março, ao acordar, descobrimos que a ABC News compilara um conjunto de breves trechos de vídeo escolhidos entre vários anos dos seus sermões, habilmente montados num segmento de dois minutos difundido pelo programa *Good Morning America*. Lá estava o reverendo Wright a chamar à América os «EUA do KKK». Lá estava o reverendo Wright a dizer «Deus não *abençoe* a América. Deus *amaldiçoe* a América». Lá estava o reverendo Wright, ao vivo e a cores, a explicar como a tragédia do 11 de Setembro podia ser em parte explicada pelo nosso cadastro de intervenções militares e violência gratuita noutros países, um caso de «feitiço virado contra o feiticeiro». O vídeo não trazia contexto nem história; na verdade, não poderia ter retratado o radicalismo negro de forma mais vívida nem fornecer um instrumento mais cirúrgico para ofender o coração da América. Era como um sonho febril de Roger Ailes.

Passadas algumas horas da sua emissão inicial, o vídeo encontrava-se reproduzido por toda a parte. No seio da minha campanha, foi sentido como um torpedo que nos tivesse trespassado o casco. Emiti uma declaração a repudiar veementemente os sentimentos expressos no vídeo, ao mesmo tempo que enfatizava todo o bom trabalho que o reverendo Wright e a

Trinity haviam feito em Chicago. No dia seguinte, compareci num encontro já programado com as direcções editoriais de dois jornais e depois dei uma sucessão de entrevistas a cadeias de televisão, condenando em cada uma delas as opiniões expressas nos excertos de vídeo. Porém, nenhuma simples declaração podia compensar o mal. A imagem do reverendo Wright continuou a passar nos ecrãs de televisão, a tagarelice prosseguiu imparável nos canais por cabo e até Plouffe admitiu que podíamos não sobreviver àquilo.

Mais tarde, Axe e Plouffe assumiriam a culpa de não porem os nossos investigadores a obter aqueles vídeos um ano antes, depois do impacto do artigo na *Rolling Stone*, o que nos teria proporcionado mais tempo para proceder ao controlo de danos. Contudo, eu sabia que a culpa assentava plenamente nos meus ombros. Podia não ter estado na igreja em nenhum dos sermões em questão, nem ouvido o reverendo Wright usar uma linguagem tão explosiva. Não obstante, eu conhecia demasiado bem os ocasionais espasmos de cólera no seio da comunidade negra — da minha comunidade — que o reverendo Wright estava a canalizar. Eu *sabia* como as pessoas negras e brancas ainda viam de maneira diferente as questões da raça na América, não obstante tudo o que tivessem em comum. Ter acreditado que poderia ser a ponte entre esses mundos fora pura arrogância, a mesma arrogância que me levara a presumir que podia mergulhar e voltar a sair de uma instituição complexa como a Trinity, dirigida por um homem complexo como o reverendo Wright, e escolher, como se por ementa, apenas as coisas de que gostava nela. Talvez pudesse fazer isso na qualidade de cidadão privado, mas não enquanto figura pública candidata à presidência.

De qualquer modo, agora era demasiado tarde. E, embora haja momentos na política, como na vida, em que o evitamento, se não mesmo a retirada, é

a maior prova de coragem, há outras alturas em que a única opção é endurecer e seguir em frente a todo o custo.

— Tenho de fazer um discurso… sobre raça — disse a Plouffe. — A única maneira de lidar com isto é apresentar-me em força e colocar o reverendo Wright numa espécie de contexto. E tenho de fazê-lo nos próximos dias.

A equipa mostrou-se céptica. Tínhamos uma agenda muito preenchida para os três dias seguintes, sem qualquer tempo significativo para o que podia acabar por ser o discurso mais consequente da campanha. Contudo, não tínhamos alternativa. Numa noite de sábado, depois de um dia em comícios no Indiana, voltei para casa em Chicago e passei uma hora ao telefone com Favs, a ditar o argumento que formulara mentalmente. Queria descrever como o reverendo Wright e a Trinity representavam o legado racial da América, como instituições e indivíduos que encarnavam os valores da fé e do trabalho, da família e da comunidade, da educação e da ascensão social podiam ainda albergar azedume para com um país que amavam e sentir-se traídos por ele.

Porém, eu tinha de fazer mais do que isso. Tinha de explicar o outro lado, por que razão os americanos brancos podiam resistir a alegações de injustiça dos negros — ou até ressentirem-se delas —, descontentes com qualquer presunção de que todos os brancos eram racistas ou que os seus próprios medos e lutas quotidianas eram menos válidos.

A menos que conseguíssemos reconhecer a realidade uns dos outros, afirmaria eu, nunca resolveríamos os problemas com que os Estados Unidos se confrontavam. E, para sugerir o que poderia significar tal reconhecimento, incluiria uma história que contara no meu primeiro livro, mas que nunca abordara em discurso político — a dor e confusão que eu sentira em adolescente, quando a minha avó expressara o seu medo de um

mendigo numa paragem de autocarro, não só porque ele fora agressivo, mas porque era negro. Isso não me fizera amá-la menos, porque a minha avó era parte de mim, tal como, de uma forma mais indirecta, o reverendo Wright era parte de mim.

Tal como ambos eram parte da família americana.

Ao concluir a chamada para Favs, recordei-me da única vez que a avó e o reverendo Wright se tinham encontrado. Fora no meu casamento, onde o reverendo Wright abraçou a minha mãe e a minha avó e lhes disse que tinham feito um belo trabalho ao criar-me e como deviam estar orgulhosas. A avó sorrira de uma maneira que eu raramente via nela, sussurrando à minha mãe como o pastor parecia bastante simpático — embora ficasse um pouco desconfortável posteriormente, quando, no decurso da cerimónia, o reverendo Wright descreveu as obrigações conjugais dos recém-casados em termos muito mais vívidos do que a avó alguma vez ouvira na Igreja metodista da sua infância.

Favs redigiu o primeiro rascunho e, nas duas noites que se seguiram, fiquei a pé até tarde, a corrigir e a reescrever, terminando por fim às três da manhã do dia em que devia proferir o discurso. Na sala de espera do Centro Nacional da Constituição em Filadélfia, Marty, Valerie e Eric Whitaker, bem como Axe, Plouffe e Gibbs, juntaram-se a mim e a Michelle para me desejarem sorte.

— Como te sentes? — perguntou Marty.

— Bem — respondi, o que era verdade. — Suponho que, se resultar, nos safamos disto. Se não, é provável que venhamos a perder. De qualquer maneira, estarei a dizer aquilo em que acredito.

Resultou. As cadeias televisivas transmitiram o discurso em directo e, ao cabo de vinte e quatro horas, mais de um milhão de pessoas tinham-no ouvido através da Internet, o que foi um recorde, na altura. As críticas de

comentadores e redactores de editoriais em todo o país foram fortes e o efeito naqueles que estavam na sala — incluindo Marty, que foi fotografado com um bojuda lágrima a correr-lhe pela face — indicavam que eu tocara numa corda sensível.

Contudo, a crítica mais importante chegou nessa tarde, quando telefonei para a minha avó, no Havai.

— Foi um discurso muito bonito, Bar — disse-me. — Sei que não foi fácil.

— Obrigado, Toot.

— Sabes que me orgulho de ti, não sabes?

— Sei — respondi. E foi só depois de desligar que me consenti chorar.

O DISCURSO ESTANCOU a hemorragia, mas a situação com o reverendo Wright deixara marca, particularmente na Pensilvânia, onde eleitores democratas tendiam a ser mais velhos e mais conservadores. O que nos salvou de uma queda livre imediata foi o trabalho árduo dos nossos voluntários, um influxo de dinheiro de pequenos financiadores que nos permitiu publicar anúncios durante quatro semanas, e a disposição dos responsáveis de alguns Estados-chave para tomar o meu partido com a sua base de classe trabalhadora branca. Destacava-se entre eles Bob Casey, o afável irlandês católico, filho de um antigo governador estadual e meu colega no Senado. Ele não tinha grande vantagem — Hillary gozava de amplo apoio e era provável que ganhasse o Estado — e ainda não anunciara a sua escolha quando o vídeo do reverendo Wright apareceu nas notícias. Todavia, quando eu telefonei a Bob antes do meu discurso e me ofereci para o isentar do seu compromisso em me apoiar, à luz da alteração das circunstâncias, ele insistiu em seguir em frente.

— Aquilo do Wright não é muito bom — disse em tom trocista, num

excelente eufemismo. — Mas ainda sinto que você é o tipo certo.

Bob reforçou então o apoio com decência e coragem, fazendo campanha ao meu lado durante mais de uma semana, de Norte a Sul da Pensilvânia. Lentamente, a nossa posição nas sondagens retomou a ascensão. Embora soubéssemos que não havia uma vitória escrita nas estrelas, calculámos que estaria ao nosso alcance uma derrota por três ou quatro pontos.

Então, no momento preciso, cometi o meu maior erro da campanha.

Tínhamos voado para São Francisco para uma angariação de fundos avultada, o tipo de evento do qual eu geralmente tinha pavor, que se realizaria numa casa pomposa e que implicava uma longa sessão de fotografias, aperitivos com cogumelos *shiitake* e financiadores abastados, na sua maioria formidáveis e generosos na relação pessoal, mas enquadrando-se colectivamente no estereótipo do liberal bebedor de *cappuccinos* e condutor de *Prius* da Costa Oeste. A noite começava já a prolongar-se quando, no decurso da sessão obrigatória de perguntas e respostas, alguém me pediu que explicasse por que razão pensava eu que tantos eleitores da classe trabalhadora da Pensilvânia continuavam a votar contra os seus interesses e elegiam republicanos.

Esta pergunta já me fora feita mil vezes, sob diversas formas. Normalmente, eu não tinha problema em descrever a amálgama de ansiedade económica, frustração com um Governo federal aparentemente insensível e divergências legítimas sobre questões sociais como o aborto, que empurravam eleitores para as fileiras republicanas. Porém, fosse porque estava mental e fisicamente desgastado ou apenas porque me sentia impaciente, a minha resposta não foi interpretada assim.

As minhas palavras foram: «Vamos a algumas dessas pequenas cidades na Pensilvânia e, como em muitas pequenas cidades do Midwest, os empregos já desapareceram vai para vinte e cinco anos e nada veio

substituí-los. Isso aconteceu ao longo da administração Clinton e da administração Bush, e cada administração sucessiva tem dito que, de alguma maneira, essas comunidades regenerar-se-ão, mas tal não tem acontecido.»

Até aqui, tudo bem. Só que, então, eu acrescentei: «Portanto, não é de surpreender que tenham azedado, que se agarrem às armas, à religião ou à antipatia para com as pessoas que não são como eles, ou ao sentimento anti-imigrantes, ou ao sentimento contra o comércio internacional, como maneira de explicarem as suas frustrações.»

Posso transcrever aqui a citação exacta porque, nessa noite, estava na assistência uma escritora *freelance* a gravar-me. Na opinião dela, a minha resposta acarretava o risco de reforçar estereótipos negativos que alguns californianos já tinham a respeito dos eleitores brancos da classe trabalhadora e, portanto, merecia ser objecto de uma entrada de blogue no *Huffington Post*. (É uma decisão que eu respeito, já agora, mesmo que discorde da avaliação dela. É isto que distingue até o mais liberal dos escritores dos seus congéneres conservadores: a disposição para vergastar os políticos do seu próprio lado.)

Ainda hoje, apetecia-me retirar essa afirmação e fazer algumas correcções simples. «Não é portanto de surpreender que se sintam frustrados», diria eu na minha versão revista, «e que olhem para as tradições e maneiras de viver que têm sido constantes nas suas vidas, seja a sua fé, a caça, um trabalho operário ou noções mais tradicionais de família e comunidade. E quando os republicanos lhes dizem que nós, os democratas, desprezamos essas coisas — ou quando damos a essas pessoas razões para crer que as desprezamos —, então as melhores políticas do mundo não têm relevância para eles.»

Era aquilo em que eu acreditava. Foi a causa de ter obtido votos de

eleitores rurais brancos na zona sul do Ilinóis e no Iowa: porque, ainda que não estivéssemos de acordo sobre questões como o aborto ou a imigração, sentiram que, no essencial, eu os respeitava e me preocupava com eles. Em muitos aspectos, eram-me mais familiares do que as pessoas com quem falei naquela noite, em São Francisco.

Portanto, eu continuava a remoer naquela sequência de palavras mal escolhidas. Não porque nos sujeitou a toda uma nova sucessão de cacetada às mãos da imprensa e da campanha de Clinton — embora também isso não fosse agradável —, mas porque as palavras acabaram por perdurar muito para além da ocasião. As expressões «azedado» e «agarrar-se às armas ou à religião» eram facilmente recordadas, como a melodia de uma canção *pop* que fica no ouvido, e seriam citadas ainda durante a minha presidência como prova de que eu não conseguira compreender ou chegar às pessoas brancas da classe trabalhadora, mesmo quando as posições que assumi e as políticas que defendi indicavam de forma consistente o contrário.

Talvez eu esteja a exagerar as consequências dessa noite. Talvez as coisas estivessem destinadas a acontecer da maneira que aconteceram, e o que me perturbe seja o simples facto de eu ter feito asneira e não gostar de ser mal interpretado. E talvez eu me sinta incomodado com a cautela e a sensibilidade com que é preciso declarar o óbvio: que é possível compreender e sentir empatia pelas frustrações dos eleitores brancos sem negar a facilidade com que, ao longo da História norte-americana, os políticos orientaram a frustração branca para as pessoas negras e mestiças.

Uma coisa é certa: as consequências do meu lapso nessa noite proporcionaram ao autor da pergunta em São Francisco uma resposta melhor do que qualquer formulação verbal que eu pudesse ter encontrado.

FIZEMOS O RESTO da campanha na Pensilvânia a coxear. Houve o debate final

em Filadélfia, uma coisa brutal que consistiu quase só em perguntas sobre crachás com bandeiras, Wright e «azedado». Ao fazer campanha pelo Estado, uma Hillary revigorada dedicou-se ao seu gosto reencontrado pelo direito de possuir armas de fogo — chamei-lhe Annie Oakley. Perdemos por nove pontos.

Como acontecera nas primárias do Ohio e do Texas, os resultados tiveram pouco impacto na nossa vantagem em delegados. Contudo, não se podia negar que sofrêramos um revés perigoso. Fontes políticas internas especularam que, se os resultados das duas próximas disputas (Indiana, onde Hillary tinha uma sólida vantagem, e a Carolina do Norte, onde éramos claramente favoritos) revelassem erosão ainda maior no nosso apoio, os superdelegados poderiam começar a assustar-se, dando a Hillary uma oportunidade realista de arrebatar a nomeação.

Esta conversa tornou-se visivelmente mais ruidosa vários dias mais tarde, quando o reverendo Wright decidiu encetar um circuito de aparições públicas.

Eu só falara com ele uma vez depois da divulgação do vídeo, para lhe fazer saber como me opunha fortemente ao que dissera, mas também para dizer que queria escudá-lo e à Igreja de qualquer onda de choque adicional. Não me recordo dos pormenores, só que o telefonema foi doloroso e breve, mostrando-se as suas perguntas carregadas de mágoa. Ter-se-ia algum daqueles chamados jornalistas dado ao trabalho de escutar os sermões na sua integralidade?, perguntou-me. Como podiam eles cortar selectivamente uma vida inteira de trabalho para apenas dois minutos? Ao ouvir aquele homem orgulhoso defender-se, pude imaginar o seu atordoamento. Ele fora um orador procurado pelas principais universidades e seminários da América, um pilar da sua comunidade, uma luminária não só entre as

Igrejas negras mas também em muitas das brancas. E depois, naquilo que pareceu um instante, tornara-se objecto de receio e escárnio.

Senti remorsos genuínos, sabendo que tudo aquilo se devia à sua associação comigo. Ele fora um dano colateral numa luta em que não tivera direito de escolha. Todavia, eu não dispunha de nenhum meio significativo para lhe aliviar as feridas e, quando dei a sugestão prática — ainda que transparentemente interessada — de que se mantivesse discreto por algum tempo e deixasse as coisas caírem, percebi que o sentiu apenas como mais uma afronta.

Quando foi anunciado que o reverendo Wright daria uma entrevista no programa de Bill Moyers, depois proferiria uma palestra num jantar da NAACP em Detroit e, em seguida, compareceria no Clube Nacional de Imprensa em Washington, tudo imediatamente antes das primárias do Indiana e da Carolina do Norte, nos começos de Maio, esperei mesmo o pior. Afinal, as duas primeiras intervenções foram notáveis, sobretudo pela sua contenção, com o reverendo Wright a mostrar-se mais teólogo e pregador do que provocador.

Depois, no Clube Nacional de Imprensa, rompeu-se o dique. Bombardeado com perguntas da imprensa política e irritado com a má vontade dos jornalistas para aceitarem as respostas que dava, o reverendo Wright deu largas a uma invectiva digna dos anais, gesticulando como se estivesse numa tenda de renascimento cristão, olhos a faiscar com uma fúria justiceira. Declarou a América como sendo racista no seu âmago. Alvitrou que o Governo dos EUA estava por trás da epidemia de sida. Elogiou o líder da Nação do Islão, Louis Farrakhan. Os ataques que lhe eram dirigidos eram todos racialmente motivados e o meu repúdio das suas anteriores declarações fora somente «o que fazem os políticos» para conseguirem ser eleitos.

Ou, como diria Marty mais tarde, «atirou-lhes com o gueto todo à cara».

Não apanhei a transmissão em directo, mas, ao assistir à reprodução, soube o que tinha a fazer. Na tarde seguinte, encontrava-me sentado num banco do vestiário de uma escola secundária em Winston-Salem, na Carolina do Norte, com Gibbs, a olhar para paredes pintadas de verde industrial, com o cheiro cediço de equipamentos de futebol suspenso no ar, à espera de apresentar uma declaração à imprensa em que cortaria de forma permanente relações com alguém que desempenhara um papel pequeno, mas significativo, na construção do homem que eu era; alguém cujas palavras tinham outrora servido de máximas para o discurso que me levara ao palco da nação; alguém que, apesar de todos os seus actuais e indesculpáveis preconceitos, nunca mostrara para comigo senão benevolência e apoio.

— Estás bem? — perguntou-me Gibbs.

— Hum, hum.

— Sei que isto não pode ser fácil.

Confirmei com um aceno de cabeça, sensibilizado com a preocupação de Gibbs. A norma não era reconhecermos a pressão que se exercia sobre nós; Gibbs era, em primeiro lugar, um guerreiro, e, em segundo, um brincalhão, e na estrada costumávamos optar por gracejos fáceis e humor pródigo em irreverência. No entanto, talvez por ele ter crescido no Alabama, compreendia melhor do que muitos as complicações que eram a raça, a religião e a família, e como o bem e o mal, o amor e o ódio podiam estar irremissivelmente imbricados no mesmo coração.

— Sabes, não tenho a certeza de que a Hillary esteja errada — disse-lhe eu.

— Em quê?

— Sobre eu ser mercadoria contaminada. Por vezes, penso como isto não

deve ter que ver com a minha própria ambição. Deve ter que ver com melhorar o país. Se o povo americano não consegue ultrapassar esta história do Wright e eu chegar a vacilar na nomeação, acabando por perder as eleições gerais, que bem terei feito?

Gibbs pousou-me a mão no ombro.

— Não vais perder — disse ele. — As pessoas procuram algo que seja real, e viram-no em ti. Vamos só atirar esta porcaria para trás das costas de uma vez por todas, de modo a podermos voltar a recordar-lhes que deves ser presidente.

A minha breve declaração, em que repudiei inequivocamente e me distanciei do reverendo Wright, serviu o seu propósito. Se não acalmou por completo as preocupações dos eleitores, convenceu pelo menos os jornalistas de que eu nada mais tinha a dizer sobre o assunto. De novo em campanha, recentrámos a nossa atenção nos cuidados de saúde, emprego e guerra no Iraque, incertos de como correriam exactamente as coisas.

Obtivemos então alguma ajuda vinda de um quadrante inesperado.

Ao longo da Primavera de 2008, os preços do combustível tinham disparado, sobretudo em consequência de diversas perturbações na oferta. Nada deixava os eleitores mais indispostos do que gasolina cara, e, ansioso por ser o primeiro a tomar posição sobre o problema, John McCain propusera uma suspensão temporária do imposto federal sobre os combustíveis. Hillary subscreveu de imediato a ideia e a equipa perguntou-me o que queria fazer.

Disse-lhes que era contra. Embora parecesse atraente à primeira vista, eu sabia que exauriria um fundo federal rodoviário já depauperado, conduzindo a menos projectos e empregos nas infra-estruturas. Com base na minha experiência como senador estadual do Ilinóis, onde em tempos votara a favor de uma proposta semelhante, tive a certeza de que os

consumidores não seriam muito beneficiados. Na verdade, era tão provável que os proprietários das bombas de gasolina conservassem os preços elevados e engordassem os seus próprios lucros como passassem a poupança de três cêntimos por galão para os motoristas.

Para alguma surpresa minha, Plouffe e Axe concordaram. Na verdade, Axe sugeriu que enfatizássemos a minha oposição como mais uma prova de que eu estava disposto a ser sincero com os eleitores. No dia seguinte, apresentei-me junto de uma estação de serviço e defendi a minha posição diante de um grupo ruidoso de jornalistas, vincando a diferença entre o que considerava uma política séria, e a longo prazo, da energia e a típica solução de Washington que tanto McCain como Hillary estavam a propor. Afirmei que se tratava de uma certa desonestidade política, concebida para dar a impressão de que se agia sem resolver realmente o problema. Em seguida, quando tanto Hillary como McCain tentaram retratar-me como alheado e despreocupado com o que algumas centenas de dólares poderiam significar para as famílias trabalhadoras da América, dobrámos a aposta, gravando um anúncio televisivo sobre a questão e fazendo-o passar continuamente no Indiana e na Carolina do Norte.

Foi um dos nossos momentos de maior orgulho, a tomada de uma posição firme sem o benefício das sondagens e em confronto com comentadores que nos consideravam loucos. Começámos a ver nos dados das sondagens indícios de que os eleitores estavam a aceitar o nosso argumento, não obstante nenhum de nós — nem mesmo Plouffe —, nessa altura, ainda acreditar nos dados. Como um paciente que aguarda os resultados de uma biópsia, a campanha viveu com a possibilidade de um mau desfecho.

Na noite anterior às primárias, realizámos um comício de final de dia em Indianápolis, com a actuação de Stevie Wonder. Depois do meu discurso,

Valerie, Marty, Eric e eu instalámo-nos numa pequena sala, a desfrutar a música, alguma cerveja e um jantar de galinha fria.

O nosso estado de espírito era melancólico, a recordar as alegrias do Iowa, o desgosto do New Hampshire, voluntários que tínhamos conhecido e novos amigos que havíamos feito. Por fim, alguém referiu a intervenção do reverendo Wright no Clube Nacional de Imprensa, e Marty e Eric alternaram a reconstituir algumas das frases mais excruciantes. Fosse um sinal de exaustão ou de antecipação ansiosa do sufrágio do dia seguinte, ou talvez apenas o reconhecimento do absurdo das nossas circunstâncias — quatro amigos de longa data, afro-americanos do Lado Sul de Chicago, a comer galinha e a ouvir Stevie Wonder enquanto esperavam para ver se um de nós seria nomeado democrata para presidente dos Estados Unidos —, desatámos todos a rir e não conseguíamos parar, o tipo de riso profundo, até às lágrimas, que faz cair da cadeira e é primo afastado do desespero.

Entrou então Axe, com a sua expressão mais infeliz.

— O que se passa? — perguntei, ainda a rir e a tentar recuperar o fôlego.

Axe abanou a cabeça.

— Acabei de receber os números de ontem… fazem-nos perder por doze pontos no Indiana. Não me parece que vamos conseguir.

Por um momento, ficámos todos silenciosos. Depois eu disse:

— Axe, adoro-te, mas és um pessimista. Ou pegas num copo e te sentas connosco, ou podes desaparecer daqui.

Axe encolheu os ombros e abandonou a sala, levando as suas preocupações consigo. Olhei em volta para os meus amigos e ergui a cerveja num brinde.

— À audácia da esperança.

Fazendo chocar as nossas garrafas, começámos a rir com a mesma intensidade de antes.

VINTE E QUATRO HORAS DEPOIS, num quarto de hotel em Raleigh, Gibbs leu-me os resultados da eleição. Tínhamos ganhado na Carolina do Norte por catorze pontos. E, o que era mais surpreendente, conseguíramos uma implantação efectiva no Indiana, perdendo por apenas alguns milhares de votos. Haveria mais seis disputas antes do fim oficial da temporada democrata de primárias, e passariam algumas semanas antes que Hillary fizesse o seu discurso tardio, embora elegante, de concessão e apoio, mas, nessa noite, os resultados mostraram-nos que a corrida estava basicamente concluída.

Eu seria o nomeado democrata para presidente dos Estados Unidos.

No meu discurso dessa noite, introduzi o eixo das eleições gerais, sabendo que não havia um minuto a perder e fazendo saber à nossa audiência que estava confiante de que os democratas se uniriam para impedir que John McCain desse continuidade ao legado de George W. Bush. Passei algum tempo a falar com Axe sobre potenciais companheiros de corrida e depois telefonei à minha avó para lhe dar a novidade. («É realmente uma coisa extraordinária, Bar», disse ela.) Bem para lá da meia-noite, telefonei a Plouffe, que estava na nossa sede em Chicago, e passámos em revista aquilo de que precisávamos para nos prepararmos para a convenção, para a qual faltavam menos de três meses.

Mais tarde, deitado na cama mas incapaz de dormir, lancei-me num inventário silencioso. Pensei em Michelle, que tinha suportado as minhas ausências, aguentara a frente doméstica e domara as suas reservas a respeito da política para se tornar eficaz e destemida no palanque. Pensei nas minhas filhas, animadas, amorosas e encantadoras como sempre, até mesmo quando não as via durante uma semana. Pensei na perícia e na concentração de Axe e Plouffe e do resto da minha equipa sénior, em como nunca davam qualquer sinal de estarem a fazer aquilo por dinheiro ou poder e como,

perante uma pressão incessante, se tinham revelado leais não apenas a mim e uns para com os outros, mas à ideia de tornar a América melhor. Pensei em amigos como Valerie, Marty e Eric, que tinham partilhado as minhas alegrias e aliviado os meus fardos a cada passo, nada pedindo em troca. E pensei nos jovens organizadores e voluntários que tinham enfrentado meteorologia inclemente, eleitores cépticos e os passos em falso do seu candidato sem vacilarem.

Eu pedira algo difícil ao povo americano: que colocasse a sua fé num recém-chegado jovem e ainda não posto à prova; não somente um homem negro, mas alguém de que até o nome evocava uma história de vida que parecia estranha. Dera repetidamente motivos para não me apoiarem. Tinha havido desempenhos irregulares nos debates, posições não convencionais, lapsos desastrados e um pastor que amaldiçoara os Estados Unidos da América. E defrontara uma adversária que dera provas tanto da sua prontidão como da sua impetuosidade.

Não obstante tudo isso, os Americanos tinham-me dado uma oportunidade. No meio do barulho e da tagarelice do circo político, tinham ouvido o meu apelo a algo diferente. Mesmo que nem sempre eu tivesse estado no meu melhor, tinham adivinhado o que era melhor em mim: a voz que insistia que, apesar de todas as nossas diferenças, continuávamos vinculados como um só povo e que, juntos, os homens e as mulheres de boa vontade podiam encontrar um caminho para um futuro melhor.

Prometi a mim mesmo que não os decepcionaria.

CAPÍTULO 8

AO ENTRAR NO VERÃO DE 2008, a prioridade da nossa campanha era unificar o Partido Democrata. As primárias, prolongadas e trituradoras, tinham deixado mal-estar entre a equipa de Hillary e a minha, e alguns dos apoiantes mais fervorosos dela ameaçaram sonegar o seu apoio, a menos que eu a pusesse na lista de candidatos.

Contudo, apesar da especulação na imprensa sobre uma possível ruptura irreparável, a nossa primeira reunião após as primárias, realizada em Washington no começo de Junho, na casa da nossa colega senadora Dianne Feinstein, decorreu de forma cortês e pragmática, ainda que não isenta de tensão. No início, ela sentiu-se constrangida a desabafar a respeito de algumas coisas, tendo sobretudo a ver com o que considerou ataques injustos da parte da minha campanha. Na qualidade de vencedor, senti-me forçado a calar as minhas próprias queixas. Contudo, não foi preciso muito tempo para que a atmosfera clareasse. O ponto principal, disse Hillary, era que ela queria ser parte da equipa, argumentando que era para bem do Partido Democrata e para bem do país.

Poderá ter ajudado o facto de ter sentido a minha sincera admiração. Embora eu acabasse por decidir que tê-la por companheira de candidatura traria demasiadas complicações (incluindo o embaraço de um antigo presidente a deambular pela Ala Ocidental sem uma pasta clara), estava já a ponderar um papel diferente para ela numa administração Obama. Não saberia dizer quais os sentimentos de Hillary a meu respeito. No entanto, se ela nutria algumas dúvidas quanto à minha preparação para o cargo que se

avizinhava, guardava-as para si; desde a nossa primeira aparição pública em conjunto, algumas semanas depois, numa pequena cidade de New Hampshire chamada Unity (piroso, mas eficaz), até ao minuto final da campanha, tanto ela como Bill fizeram, com energia e um sorriso, tudo o que lhes pedimos.

Com Hillary a bordo, a equipa e eu metemos mãos à obra para traçar a nossa estratégia eleitoral mais ampla.

Como as primárias e os *caucus*, uma eleição geral presidencial assemelha-se a um grande quebra-cabeças matemático. Que combinação de Estados é necessária para conquistar os 270 votos eleitorais requeridos? Durante pelo menos vinte anos, nomeados de ambos os partidos tinham chegado à mesma resposta, presumindo que a maioria dos Estados era inalteravelmente republicana ou democrata e, em consequência, concentrando o seu tempo e dinheiro nuns quantos grandes Estados a disputar, como o Ohio, a Florida, a Pensilvânia e o Michigan.

Plouffe teve uma ideia diferente. Um subproduto feliz das nossas primárias intermináveis foi termos feito campanha em cada canto e recanto do país. Dispúnhamos de voluntários testados em combate nalguns Estados que os democratas tinham historicamente ignorado. Porque não usar essa vantagem para competir em território de propensão tradicionalmente republicana? Com base nos dados, Plouffe mostrou-se convencido de que podíamos conquistar Estados a oeste, como o Colorado e o Nevada, e, com um enorme aumento de afluência às urnas entre eleitores da minoria e mais jovens, ele acreditava que tínhamos até hipóteses na Carolina do Norte, um Estado que não era democrata numa eleição presidencial desde Jimmy Carter em 1976, e na Virgínia, que não era democrata desde Lyndon Johnson em 1964. Alargar o mapa eleitoral proporcionar-nos-ia múltiplos caminhos para a vitória, argumentou Plouffe, e também ajudaria candidatos

democratas em lugares inferiores nas listas. No mínimo, isso obrigaria John McCain e o Partido Republicano a despenderem recursos para defender os seus flancos vulneráveis.

Entre os vários republicanos que tinham competido pela nomeação presidencial, eu sempre considerara McCain o mais digno do galardão. Admirara-o de longe, antes de ir para Washington — não só pelo seu desempenho como piloto da Marinha e pela coragem inimaginável que demonstrara nos excruciantes cinco anos e meio como prisioneiro de guerra mas também por causa da sensatez opositora e da prontidão para se esquivar à ortodoxia do Partido Republicano em questões como a imigração e as alterações climáticas que mostrara na campanha presidencial de 2000. Embora nunca tenhamos sido próximos no Senado, considerava-o muitas vezes perspicaz e autodepreciativo, rápido a rebater a pretensão e a hipocrisia de ambas as alas.

Ele apreciava ser uma espécie de predilecto da imprensa («o meu eleitorado», chamou-lhe certa vez), nunca desperdiçando uma oportunidade de aparecer nos programas noticiosos das manhãs de domingo, e tendo entre os colegas reputação de volatilidade, por ser rápido a explodir por pequenas discordâncias, com o rosto pálido a ruborizar, a voz esganiçada a aumentar de volume ao primeiro sinal de algo entendido como desconsideração. Mas não era um ideólogo. Respeitava não só os costumes do Senado mas também as instituições do nosso Governo e da nossa democracia. Eu nunca o veria exibir o nativismo com traços de racismo que infectava regularmente outros políticos republicanos e, em mais de uma ocasião, vira-o exibir verdadeira coragem política.

Certa vez, quando estávamos os dois na escadaria do Senado à espera de uma votação, John confidenciara-me que não conseguia suportar muitos dos «dementes» do seu próprio partido. Eu sabia que aquilo era uma manobra:

mostrar-se, em privado, próximo das sensibilidades dos democratas, enquanto votava com a sua bancada cerca de 90 por cento das vezes. Todavia, o desdém que exprimia pela ala de extrema-direita do seu partido não era uma impostura. E, num clima cada vez mais polarizado, o equivalente político de uma guerra santa, as heresias modestas de McCain e a sua relutância em professar a verdadeira fé acarretavam um custo real. Os «dementes» no seu partido desconfiavam dele, consideravam-no um RINO — *Republican in Name Only*, republicano só de nome — e era frequentemente atacado pelos adeptos de Rush Limbaugh.

Infelizmente para McCain, eram precisamente essas vozes da direita dura — não os defensores dos negócios e da política de defesa, o republicanismo social moderado a que McCain apelava, com que se sentia mais confortável — que encontravam eco na base republicana mais propensa a votar nas primárias presidenciais. E, à medida que as primárias republicanas foram avançando e John procurava captar as boas graças precisamente das pessoas que professava desprezar — enquanto abandonava qualquer pretensão de justiça fiscal em favor de cortes fiscais ainda maiores do que os cortes de Bush, contra os quais votara em tempos, e atenuava a sua posição sobre as alterações climáticas para acomodar os interesses dos combustíveis fósseis —, detectei que se operava nele uma mudança. Parecia atormentado, incerto: o guerreiro antes alegre e irreverente transformado num irritadiço manobrador de Washington, amarrado a um presidente incumbente com uma taxa de aprovação de cerca de 30 por cento e a uma guerra extremamente impopular.

Eu não tinha a certeza de conseguir vencer a versão de John McCain do ano 2000. Porém, sentia-me cada vez mais confiante de que poderia bater o McCain de 2008.

Não quer isto dizer que me parecesse que a corrida seria fácil. Numa

disputa com um herói americano, a eleição não seria decidida apenas por temas em discussão. Na verdade, suspeitávamos de que a questão central seria se uma maioria de eleitores conseguiria sentir-se confortável com a ideia de um jovem senador afro-americano inexperiente, que nem sequer prestara serviço militar ou exercera algum cargo executivo, ocupar o cargo de comandante supremo das forças armadas.

Eu sabia que, se quisesse ganhar a confiança dos americanos nessa frente, teria de falar da posição mais informada possível, sobretudo a respeito do papel da nação no Iraque e no Afeganistão. Razão pela qual, apenas algumas semanas depois de ter assegurado a nomeação, decidimos que eu empreenderia uma viagem de nove dias pelo estrangeiro. O programa proposto era brutal: além de uma breve paragem no Koweit e três dias no terreno no Afeganistão e no Iraque, encontrar-me-ia com chefes de Estado e de Governo em Israel e na Jordânia, bem como no Reino Unido e em França, e faria um importante discurso sobre política externa em Berlim. Se tivéssemos êxito na viagem, não só dissiparíamos os receios que os eleitores pudessem ter a respeito da minha capacidade para actuar com eficácia no cenário mundial, mas também sublinharíamos — numa altura em que os eleitores estavam profundamente perturbados com as alianças constrangidas dos anos de Bush — como se pretendia que fosse uma nova era de liderança americana.

Por outro lado, com a certeza de que a imprensa política escrutinava o mais ínfimo dos meus movimentos, havia fortes probabilidades de algo correr mal. Um só erro estúpido poderia reforçar a noção de que eu não estava preparado para assumir o primeiro plano e deitar a nossa campanha por terra. A minha equipa concluiu que valia a pena correr o risco.

— Andar na corda sem rede — disse Plouffe. — É quando nós nos saímos melhor.

Fiz notar que era eu, e não «nós», quem ia andar perigosamente lá em cima. De qualquer modo, deixei Washington de boa disposição, ansioso pela viagem intercontinental depois de ano e meio a trabalhar sem descanso na campanha.

Dois dos meus colegas favoritos juntaram-se a mim nas etapas afegã e iraquiana da viagem. Ambos eram experientes em política externa: Chuck Hagel era um elemento importante da Comissão das Relações Externas do Senado; Jack Reed ocupava um lugar na Comissão das Forças Armadas. Os dois não podiam ser mais diferentes. Jack, democrata liberal de Rhode Island, era magro, diligente e contido. Graduado brioso de West Point, Jack fora um dos poucos senadores a votar contra a autorização para a Guerra do Iraque. Chuck, republicano conservador do Nebraska, tinha ombros largos, era expansivo e muito bem-humorado. Veterano do Vietname condecorado duas vezes com o Coração Púrpura, votara a favor da Guerra do Iraque. O que os dois partilhavam era uma veneração permanente pelos militares norte-americanos e a defesa do uso prudente do poderio americano, e, volvidos quase seis anos, as suas opiniões sobre o Iraque tinham convergido e eles eram agora dois dos mais incisivos e credíveis críticos da guerra. A sua presença bipartidária na viagem contribuiu para desviar qualquer acusação de que se tratava de uma manobra de campanha; e a boa vontade de Chuck não só para viajar comigo, mas também para elogiar publicamente aspectos da minha política externa, faltando somente quatro meses para a eleição, foi um gesto ousado e generoso que não esqueceria tão cedo.

Num sábado de meados de Julho, aterrámos na base aérea de Bagram, uma instalação com 15 quilómetros quadrados a norte de Cabul, tendo por fundo os cumes irregulares do Indocuche. Bagram era usada como principal base militar dos EUA no Afeganistão. As notícias que chegavam do

Afeganistão não eram boas: a queda do Iraque na violência sectária e a decisão da administração Bush de reforçar a nossa presença com um aumento contínuo de tropas tinham drenado as capacidades militares e do serviço de informações do Afeganistão. Em 2008, tínhamos no Iraque o quíntuplo dos soldados colocados no Afeganistão. A mudança de foco permitiu que os talibãs — os rebeldes islâmicos sunitas que combatíamos desde 2001 — passassem à ofensiva, e, nesse Verão, as baixas mensais norte-americanas no Afeganistão excederiam as do Iraque.

Como habitualmente, os nossos homens no terreno estavam a dar o seu melhor para resolver aquela situação difícil. O recém-nomeado comandante das forças de coligação, general Dave McKiernan, organizou com a sua equipa uma sessão de informação sobre as medidas que estavam a tomar para forçar a retirada dos bastiões talibãs. No dia seguinte, ao jantar na messe do quartel da coligação norte-americana em Cabul, ouvimos um grupo de soldados falar da sua missão com entusiasmo e orgulho. Ao ouvir esses homens e mulheres jovens e enérgicos, na sua maioria saídos havia apenas alguns anos da escola secundária, falar de construir estradas, treinar soldados afegãos e instalar escolas, acabando por ver o seu trabalho periodicamente interrompido ou desfeito porque não tinham efectivos suficientes ou lhes faltavam recursos, comprometi-me a que, se me fosse dada oportunidade, lhes arranjaria mais ajuda.

Nessa noite dormimos na embaixada dos EUA, maciçamente guardada, e depois viajámos para o palácio onde vivia o presidente Hamid Karzai. Na década de 1970, Cabul não fora muito diferente das capitais de outros países em desenvolvimento, dissonante nas periferias, mas pacífica e em crescimento, repleta de hotéis elegantes, música *rock* e estudantes universitários determinados a modernizar o seu país. Karzai e os seus ministros eram produtos dessa era, mas muitos tinham fugido para a Europa

ou para os Estados Unidos, fosse durante a invasão soviética que principiou em 1979 ou em meados dos anos 90, quando os talibãs tomaram o poder. Depois do seu assalto a Cabul, os Estados Unidos tinham-nos trazido de volta e instalaram-nos no poder — expatriados funcionais que tínhamos a esperança de que servissem de rosto afegão a uma nova ordem pacífica. Com o seu inglês impecável e trajos sofisticados, adequavam-se ao papel e, enquanto a nossa delegação participava num banquete de cozinha tradicional afegã, deram o seu melhor para nos persuadir de que era possível construir um Afeganistão moderno, tolerante e auto-suficiente, desde que as tropas e o dinheiro americanos continuassem a fluir.

Eu poderia ter acreditado nas palavras de Karzai, não fossem os relatos de corrupção desenfreada e má administração no seio do seu Governo. Grande parte da zona rural afegã estava fora do controlo de Cabul, e Karzai raramente se aventurava a deixar a cidade, confiante não só nas forças norte-americanas, mas numa miscelânea de alianças com senhores da guerra locais, para conservar o poder que possuía. Nesse dia, mais tarde, reflecti sobre o aparente isolamento dele quando um par de helicópteros *Black Hawk* nos transportou sobre terreno montanhoso com destino à base americana avançada de operações (FOB), perto de Helmand, no planalto meridional do Afeganistão. As pequenas aldeias de argila e madeira que vimos do ar confundiam-se com as formações rochosas de tons pardos, quase não se vendo uma estrada pavimentada ou cabos de rede eléctrica. Tentei imaginar o que as pessoas lá em baixo pensariam dos americanos que viam na sua terra, ou do seu próprio presidente no seu palácio sumptuoso, ou até da ideia de um Estado-nação chamado Afeganistão. Suspeitei que não pensariam muito. Estariam simplesmente a tentar sobreviver, fustigadas por forças tão constantes e imprevisíveis como os ventos. E interroguei-me sobre o que seria preciso — para lá da coragem e das capacidades dos

nossos militares, não obstante os planos mais bem gizados de analistas em Washington — para reconciliar as ideias americanas do que deveria ser o Afeganistão com uma paisagem que, durante centenas de anos, se revelara impenetrável à mudança.

Tais pensamentos acompanharam-me ao deixar o Afeganistão e seguir para o Iraque, passando, pelo caminho, uma noite no Koweit. As tendências tinham melhorado desde a minha última visita ao Iraque: um aumento de tropas dos EUA, a eleição certificada internacionalmente do primeiro-ministro xiita Nouri Kamal al-Maliki e um acordo intermediado com líderes tribais sunitas na província ocidental de Anbar tinham posto termo a parte da carnificina sectária desencadeada pela invasão norte-americana inicial e aos estragos subsequentes levados a cabo por homens como Donald Rumsfeld e Paul Bremer. John McCain interpretou os êxitos recentes como significando que estávamos a vencer o combate e assim continuaríamos desde que conservássemos o rumo e — no que se tornou uma panaceia comum entre os republicanos — «ouvíssemos os nossos comandantes no terreno».

Eu tirei uma conclusão diferente. Após cinco anos de envolvimento intensivo dos EUA, com Saddam Hussein desaparecido, nenhuma evidência de armas de destruição maciça e um Governo democraticamente eleito instalado, senti que chegara a altura de planear uma retirada faseada. Tendo em conta o estado frágil do Iraque, antevi uma retirada que se prolongasse o tempo necessário para pôr de pé as forças de segurança iraquianas e extirpasse os derradeiros vestígios da al-Qaeda no país; garantisse apoio militar, de informações e financeiro continuado; e começasse a trazer os nossos soldados para casa, de modo a podermos devolver o Iraque ao seu povo.

Como no Afeganistão, tivemos oportunidade de interagir com as tropas e

visitar uma base avançada de operações em Anbar, antes de nos encontrarmos com o primeiro-ministro Maliki. Este era uma figura severa, vagamente nixoniana, com o seu rosto comprido, um denso sombreado de barba feita e olhar fixo indirecto. Tinha razão para estar sob tensão, pois o seu novo cargo era, em simultâneo, difícil e perigoso. Tentava equilibrar as exigências dos blocos de poder xiita internos que o tinham elegido e a população sunita que dominara o país sob o regime de Saddam; tinha também de gerir pressões adversas dos seus benfeitores norte-americanos e vizinhos iranianos. Com efeito, os laços de Maliki ao Irão, onde vivera no exílio durante muitos anos, bem como as suas alianças inquietantes com determinadas milícias xiitas, faziam dele anátema para a Arábia Saudita e para outros aliados dos EUA na região do Golfo Persa, sublinhando quanto a invasão norte-americana reforçara a posição estratégica ali detida pelo Irão.

Era incerto se alguém na Casa Branca de Bush discutira uma consequência tão previsível antes de mandar as tropas norte-americanas entrar no Iraque, mas era certo que a administração não estava muito feliz com isso quando da minha viagem. As minhas conversas com vários generais e diplomatas em posições de topo deixaram claro que o interesse da Casa Branca em conservar uma presença militar considerável no Iraque tinha a ver com mais do que um simples desejo de garantir a estabilidade e reduzir a violência — tinha também a ver com impedir o Irão de tirar partido da desordem que criáramos.

Dado que a questão dominava o debate sobre política externa tanto no Congresso como na campanha, perguntei a Maliki, com recurso a um intérprete, se pensava que o Iraque estava preparado para uma retirada das tropas norte-americanas. Ficámos todos surpreendidos com a sua resposta inequívoca. Embora expressasse apreciação profunda pelos esforços das

forças norte-americanas e britânicas e tivesse esperança de que continuássemos a ajudar a financiar o treino e manutenção das forças iraquianas, concordou comigo que era altura de iniciar uma retirada, por etapas, das tropas dos EUA.

Os motivos da decisão de Maliki de procurar acelerar a retirada dos EUA eram ambíguos. Simples nacionalismo? Simpatias pró-iranianas? Uma manobra para consolidar o seu poder? Porém, no que dizia respeito ao debate político nos Estados Unidos, a posição de Maliki tinha enormes implicações. Uma coisa era a Casa Branca ou John McCain rejeitarem os meus apelos a uma retirada programada como sendo fracos e irresponsáveis, uma versão de «fugir a sete pés». Completamente diferente era rejeitar a mesma ideia vinda de um líder iraquiano recém-eleito.

Claro que, na altura, não era Maliki quem realmente mandava no Iraque. Era o comandante das forças da coligação no Iraque, o general David Petraeus — e foi a minha conversa com ele que prenunciou alguns dos debates centrais de política externa que tive durante grande parte da minha presidência.

Elegante e em boa condição física, com um doutoramento em Relações Internacionais e Economia feito em Princeton e um espírito analítico e metódico, Petraeus era considerado o cérebro por trás da nossa posição melhorada no Iraque e o indivíduo a quem a Casa Branca entregara a sua estratégia como empreitada. Entrámos juntos a bordo de um helicóptero no aeroporto de Bagdade para a muito fortificada Zona Verde e conversámos o caminho todo. Embora a matéria da nossa conversa não aparecesse em nenhum relato de imprensa, no que dizia respeito à minha equipa de campanha, isso era óptimo. Era com as fotografias que se preocupavam, imagens comigo sentado junto de um general de quatro estrelas a bordo de um helicóptero *Black Hawk*, com auscultadores postos e óculos de aviador,

que mostrava um contraste de juventude e vigor com um infeliz retrato do meu adversário republicano, que, por acaso, veio a público no mesmo dia: McCain a passear lado a lado num carrinho de golfe com o antigo presidente George H. W. Bush, parecendo um par de avozinhos com camisolas em tons pastel a caminho do piquenique do clube de campo.

Entretanto, no seu amplo gabinete no quartel da coligação, Petraeus discutiu tudo comigo, da necessidade de mais especialistas em língua árabe nos corpos militares até ao papel crucial que os projectos de desenvolvimento desempenhariam na deslegitimação de milícias e organizações terroristas e no reforço do novo Governo. Ocorreu-me que Bush merecia crédito por ter escolhido aquele general em particular para corrigir a rota de um navio que, de outro modo, afundaria. Se dispuséssemos de tempo e recursos ilimitados — se os interesses norte-americanos de segurança nacional a longo prazo dependessem em absoluto de criar uma aproximação a um Estado funcional e democrático aliado dos Estados Unidos no Iraque —, então a abordagem de Petraeus tinha tantas probabilidades como qualquer outra de atingir o objectivo.

Só que nós não tínhamos recursos nem tempo ilimitados. Era essa, basicamente, a causa da discussão relativa à retirada. Quanto continuávamos a dar e quando seria suficiente? Na minha opinião, estávamos a aproximar-nos dessa linha: a nossa segurança nacional exigia um Iraque estável, mas não um mostruário da capacidade norte-americana de construir nações. Petraeus, por outro lado, acreditava que, sem um investimento norte-americano mais sustentado, quaisquer ganhos que tivéssemos até então obtido poderiam ainda ser facilmente revertidos.

Perguntei-lhe quanto tempo seria necessário para que parecessem permanentes. Dois anos? Cinco? Dez?

Não sabia dizer. Porém, acreditava que anunciar um calendário fixo para

a retirada apenas daria ao inimigo a oportunidade de esperar que tivéssemos saído.

Contudo, não seria isso verdade, fosse como fosse?

Aceitou que era assim.

E quanto às análises que mostravam que uma ampla maioria de iraquianos, tanto xiitas como sunitas, se tinha fartado da ocupação e queria que partíssemos o mais cedo possível?

Esse era um problema que teríamos de gerir, respondeu.

A conversa foi cordial e eu não podia censurar Petraeus por querer concluir a missão. Se estivesse no seu lugar, disse-lhe, quereria a mesma coisa. Todavia, a função de presidente requeria que se olhasse para o quadro mais vasto, defendi, tal como ele próprio tinha de considerar compromissos e constrangimentos que não preocupavam os oficiais sob o seu comando. Enquanto nação, como poderíamos ponderar mais dois ou três anos no Iraque a um custo de quase dez mil milhões de dólares por mês, face à necessidade de neutralizar bin Laden e as operações centrais da al-Qaeda no Noroeste do Paquistão? Ou face às escolas e estradas que estavam por construir em casa? Ou à erosão da prontidão, para o caso de se apresentar outra crise? Ou ao custo humano reclamado aos nossos soldados e às suas famílias?

O general Petraeus acenou educadamente com a cabeça e disse que esperava encontrar-se comigo depois das eleições. Como a nossa delegação estava de partida nesse dia, duvido que o tenha persuadido da sensatez da minha posição mais do que ele me persuadira a mim.

ESTARIA EU PREPARADO para ser um líder mundial? Teria as aptidões diplomáticas, o conhecimento e a fibra, a autoridade para comandar? O balanço da viagem foi concebido para responder a perguntas como essas,

uma audição complexa no cenário internacional. Houve encontros bilaterais com o rei Abdullah na Jordânia, Gordon Brown em Inglaterra, Nicolas Sarkozy em França. Encontrei-me com Angela Merkel na Alemanha, onde também falei para uma assistência de duzentas mil pessoas reunidas diante da histórica Coluna Triunfal em Berlim, declarando que, tal como uma geração anterior derrubara o muro que antes dividira a Europa, era agora nossa tarefa derrubar outros muros menos visíveis: entre ricos e pobres, entre raças e tribos, entre nacionais e imigrantes, entre cristãos, muçulmanos e judeus. Numa maratona de dois dias em Israel e na Cisjordânia, encontrei-me separadamente com o primeiro-ministro israelita Ehud Olmert e o presidente palestiniano Mahmoud Abbas, e fiz o melhor que pude para compreender não só a lógica mas também as emoções por trás de um conflito antigo e aparentemente intratável. Na cidade de Sderot, ouvi pais descreverem o terror de morteiros lançados de Gaza, nas proximidades, a aterrar a apenas alguns metros dos quartos dos filhos. Em Ramallah, ouvi palestinianos falarem das humilhações diárias sofridas nos postos israelitas de controlo de segurança.

Segundo Gibbs, a imprensa norte-americana pensava que eu passara o teste de «aparência presidencial» com distinção. Para mim, porém, a viagem foi além dos meros efeitos de óptica. Ainda mais do que em casa, senti a imensidade dos desafios que me aguardavam se vencesse, a graça de que necessitaria para cumprir a função.

Estes pensamentos ocupavam o meu espírito na manhã de 24 de Julho, quando cheguei ao Muro das Lamentações, em Jerusalém, erguido há dois mil anos para proteger o Monte do Templo sagrado e visto como ponto de acesso à divindade, um lugar onde Deus reside e aceita as orações de todos os que visitam o local. Durante séculos, peregrinos de todo o mundo passaram as suas orações a papel e introduziram-nas nas fendas do muro.

Eu escrevera a minha própria oração antes de lá ir nessa manhã, compondo algumas linhas numa folha de papel timbrado do hotel.

À luz cinzenta do dia que despontava, rodeado pelos meus anfitriões, ajudantes e agentes dos Serviços Secretos israelitas, e pelos disparos das máquinas fotográficas dos órgãos noticiosos, baixei a cabeça diante do muro enquanto um rabino de barba lia um salmo que apelava à paz na cidade santa de Jerusalém. Conforme ao costume, pousei uma mão no calcário macio, imobilizando-me em contemplação silenciosa, e depois dobrei bem a minha folha de papel e empurrei-a para o fundo de uma fenda na muralha. Tinha escrito: «Senhor, protegei-me e à minha família. Perdoai-me os meus pecados e ajudai-me a guardar-me da soberba e do desespero. Dai-me a sabedoria para fazer o que é bom e justo. E fazei de mim um instrumento da Vossa vontade.»

Presumi que estas palavras eram entre mim e Deus. Todavia, no dia seguinte apareceram num jornal israelita, antes de alcançarem a vida eterna na Internet. Ao que parece, um transeunte extraíra o meu pedaço de papel do muro depois de partirmos — um lembrete do preço que custou pisar o palco mundial. A linha entre a minha vida privada e a minha vida pública estava a dissolver-se; cada pensamento e cada gesto eram agora matéria de interesse global.

Habitua-te, disse para mim mesmo. Faz parte do acordo.

AO REGRESSAR DA MINHA VIAGEM intercontinental, senti-me como um astronauta ou um explorador que regressa de uma expedição penosa, carregado de adrenalina e vagamente desorientado pela vida comum. Faltando somente um mês para a Convenção Nacional Democrata, decidi tentar normalizar um pouco as coisas, levando a minha família ao Havai durante uma semana. Disse a Plouffe que não era ponto aberto a discussão.

Depois de fazer campanha durante sete meses, precisava de recarregar baterias, tal como Michelle. Além disso, a saúde da avó Toot estava a deteriorar-se rapidamente e, embora não pudéssemos saber com certeza quanto tempo ela ainda teria, eu tencionava não repetir o erro que cometera com a minha mãe.

Acima de tudo, queria passar algum tempo com as minhas filhas. Tanto quanto me era possível dizer, a campanha não afectara os nossos laços. Malia continuava tão tagarela e inquisitiva comigo como sempre e Sasha igualmente alegre e afectuosa. Quando andava na estrada, telefonava-lhes todas as noites para falar da escola, dos amigos delas ou do último episódio de *SpongeBob*; quando estava em casa, lia-lhes capítulos do *Harry Potter*, desafiava-as para jogos de tabuleiro e fazíamos fugidas ocasionais à rua para comer gelados.

Ainda assim, via de semana para semana como estavam a crescer depressa, como os membros delas pareciam sempre uma ou duas polegadas mais compridos do que me lembrava, e como as suas conversas ao jantar se tornavam mais sofisticadas. Estas mudanças serviam como indicador de tudo o que eu perdera, o facto de não ter estado lá para cuidar delas quando estavam doentes, abraçá-las quando estavam assustadas ou rir das piadas que diziam. Por muito que eu acreditasse na importância do que estava a fazer, sabia que nunca recuperaria esse tempo. Dei muitas vezes comigo a questionar a sensatez daquilo.

Tinha razão em me sentir culpado. É difícil exagerar o fardo que impus à minha família ao longo desses dois anos de corrida à presidência — quanto contei com a fortaleza de espírito e a aptidão parental de Michelle, e quanto dependi da boa disposição e maturidade sobrenaturais das minhas filhas. Nos começos desse Verão, Michelle concordara em levar as miúdas para se juntarem a mim nas acções de campanha do 4 de Julho em Butte, no

Montana, data que era também a do décimo aniversário de Malia. A minha irmã Maya e a família dela decidiram ir também. Tivemos a nossa quota de diversão nesse dia, visitámos um museu da indústria mineira e esguichámo-nos mutuamente com bisnagas, mas a maior parte do meu tempo continuou a ser dedicada à angariação de votos. Malia e Sasha caminharam esforçadamente ao meu lado enquanto eu apertava mãos ao longo do itinerário do desfile da cidade. Aguentaram ao calor, a ver-me discursar num comício à tarde. À noite, depois do fogo-de-artifício que eu prometera que ia ser cancelado devido a trovoadas, realizámos uma festa de aniversário improvisada numa sala de reuniões sem janelas, no piso térreo do Holiday Inn local. A nossa equipa no terreno dera o seu melhor para animar aquele espaço com alguns balões. Houve *pizza*, salada e um bolo do supermercado local. Mesmo assim, enquanto olhava para Malia a soprar as velas e a formular o seu desejo para o ano seguinte, interroguei-me se estaria desapontada, se mais tarde poderia recordar aquele dia como prova das prioridades erradas do pai.

Precisamente nessa altura, Kristen Jarvis, uma das jovens ajudantes de Michelle, fez aparecer um *iPod* e ligou-o a uma coluna de som portátil. Malia e Sasha agarraram-me a mão para me arrancarem da cadeira. Em breve toda a gente dançava ao som de Beyoncé e dos Jonas Brothers, Sasha a rodopiar, Malia a abanar os seus caracóis curtos, Michelle e Maya a soltarem-se enquanto eu exibia os meus melhores passos de papá. Decorrida cerca de meia hora, com todos nós felizes e sem fôlego, Malia abeirou-se e sentou-se ao meu colo.

— Papá, esta é a melhor festa de anos de sempre — disse ela.

Beijei-lhe a cabeça e abracei-a com força, não a deixando ver as lágrimas que me vieram aos olhos.

Aquelas eram as minhas filhas. Fora àquilo que eu renunciara, por estar

tanto tempo fora. Foi por aquilo que os dias desse Agosto em que nos escapámos para o Havai valeram a pena, ainda que tenhamos perdido algum terreno para McCain nas sondagens. Chapinhar no oceano com as meninas, deixá-las enterrarem-me na areia sem ter de lhes dizer que tinha de ir para uma conferência telefónica ou sair para o aeroporto… valeu a pena. Ver o Sol a pôr-se no Pacífico enquanto envolvia Michelle num abraço, escutando apenas o vento e o rumorejar das palmeiras… valeu a pena.

E ver a avó curvada no sofá da sua sala de estar, quase incapaz de levantar a cabeça, mas ainda a sorrir com uma satisfação tranquila, enquanto as bisnetas riam e brincavam no chão, e depois sentir a sua mão sulcada por veias azuis a apertar a minha talvez pela última vez.

Um sacramento precioso.

EU NÃO PODIA DEIXAR A CAMPANHA completamente para trás enquanto estava no Havai. Havia novidades da equipa, telefonemas de agradecimento a apoiantes, um esboço preliminar do meu discurso para a convenção que rascunhei e enviei a Favs. E havia a decisão particular mais importante que tinha de tomar, agora que era o nomeado: quem seria o meu parceiro de candidatura?

Eu reduzira a escolha ao governador Tim Kaine, da Virgínia, e ao colega do Senado Joe Biden, de Delaware. Na altura, era muito mais chegado a Tim, que tinha sido o primeiro eleito de destaque de fora do Ilinóis a apoiar-me para presidente e trabalhara dedicadamente como um dos nossos principais delegados de campanha. A nossa amizade estabeleceu-se com facilidade: tínhamos aproximadamente a mesma idade, raízes semelhantes no Centro-Oeste, temperamentos parecidos e até currículos quase idênticos. (Tim trabalhara numa missão às Honduras quando era estudante na

Faculdade de Direito de Harvard e praticara advocacia dos direitos civis antes de entrar para a política.)

Quanto a Joe, não podíamos ser mais diferentes, pelo menos no papel. Ele era dezanove anos mais velho do que eu. Eu candidatava-me como alguém de fora de Washington; Joe passara trinta e cinco anos no Senado, incluindo alguns períodos como presidente da Comissão Judiciária e da Comissão das Relações Externas. Em contraste com o meu percurso de vida ambulante, Joe tinha raízes profundas em Scranton, na Pensilvânia, e orgulhava-se da sua herança irlandesa de classe trabalhadora. (Foi só mais tarde, depois de termos sido eleitos, que descobrimos que os nossos respectivos antepassados irlandeses, ambos fabricantes de botas, tinham partido da Irlanda para a América com apenas cinco semanas de intervalo.) E se eu era visto como temperamentalmente sereno e comedido, ponderado no uso das palavras, Joe era todo ele ardor, um homem sem inibições que adorava partilhar o que lhe viesse à cabeça. Era um traço de personalidade cativante, porque ele desfrutava verdadeiramente das pessoas. Era visível quando estava a trabalhar numa sala, o seu rosto sempre configurado num sorriso ofuscante (e a escassos centímetros de quem quer que fosse o seu interlocutor), perguntando à pessoa de onde era, contando-lhe uma história acerca de quanto adorava a terra natal dela («O melhor *calzone* que já provei») ou aludindo a Fulano-de-Tal, que ela devia conhecer («Um tipo absolutamente extraordinário, puro ouro»), lisonjeando-lhe os filhos («Já alguém te disse que és muito linda?») ou a mãe («Não pode já ter passado dos quarenta!») e passando depois à pessoa seguinte, e à seguinte, até ter tocado todos os presentes na divisão num remoinho de apertos de mão, abraços, beijos, palmadinhas nas costas, cumprimentos e ditos espirituosos.

O entusiasmo de Joe tinha o seu inconveniente. Numa cidade cheia de gente que gostava de se ouvir a si mesma quando falava, não havia par para

ele. Se um discurso estivesse programado para quinze minutos, Joe alargava-se pelo menos por meia hora. Se estivesse programado para meia hora, era impossível adivinhar quanto tempo falaria. Os seus solilóquios nas audições da comissão eram lendários. O facto de não ter filtros deixava-o periodicamente em apuros, como quando, no decurso das primárias, me declarara «articulado e inteligente, e um tipo muito bem-parecido», uma expressão que decerto pretendia ser um cumprimento, mas foi interpretada por alguns como insinuando que tais características num homem negro eram notáveis.

Porém, quando o conheci melhor, achei que os seus lapsos ocasionais eram triviais em comparação com os seus pontos fortes. Em questões internas, era hábil, prático e fazia o trabalho de casa. A experiência que tinha da política externa era vasta e profunda. No decurso da sua relativamente breve participação nas primárias, impressionara-me com as suas aptidões e disciplina como orador e o seu à-vontade no cenário nacional.

Acima de tudo, Joe tinha coração. Vencera uma gaguez indesejável em criança (o que, provavelmente, explicava a sua ligação vigorosa às palavras) e dois aneurismas cerebrais na meia-idade. Na política, conhecera sucessos iniciais e sofrera derrotas embaraçosas. E passara por uma tragédia inimaginável: em 1972, algumas semanas apenas depois de ter sido eleito para o Senado, a esposa e a filha bebé tinham morrido — e os dois filhos pequenos, Beau e Hunter, ficado feridos — num acidente de automóvel. Na sequência dessa perda, os colegas e os irmãos tiveram de persuadi-lo a não abandonar o Senado, mas ele organizara o seu horário para fazer uma viagem diária de hora e meia de comboio, entre Delaware e Washington, para cuidar dos seus rapazes, uma prática que manteve nas três décadas que se seguiram.

Que Joe tenha sobrevivido a tamanho desgosto deveu-se à sua segunda esposa, Jill, uma professora adorável e discreta que ele conheceu três anos depois do acidente e que criara os filhos de Joe como se fossem seus. Quando se viam os Biden juntos, tornava-se imediatamente óbvio a que ponto a sua família segurou Joe: a alegria e o orgulho que ele sentia por Beau, na altura procurador-geral de Delaware e estrela em ascensão na política estadual; por Hunter, advogado em DC; por Ashley, assistente social em Wilmington; e pelos seus belos netos.

A família apoiara Joe, mas também o apoiara o seu ânimo de carácter. A tragédia e as adversidades podem tê-lo marcado, mas não o tornaram amargo ou cínico.

Foi com base nessas impressões que pedi a Joe para se submeter ao processo inicial de avaliação e para se encontrar comigo enquanto eu estivesse em campanha no Minnesota. A princípio, resistiu: como a maioria dos senadores, Joe tinha um ego robusto e não lhe agradava a ideia de ficar com o papel de segundo violino. O nosso encontro principiou com ele a explicar todas as razões por que o trabalho de vice-presidente poderia ser uma despromoção para si (a par de uma explicação do que faria dele a melhor escolha). Garanti-lhe que não estava à procura de um suplente cerimonial, mas de um parceiro.

Joe disse-me:

— Se me escolheres, quero poder dar-te o melhor do meu saber e os meus conselhos mais sinceros. Serás o presidente e eu defenderei o que decidires. Mas quero ser o último na sala a pronunciar-me sobre cada decisão importante.

Respondi-lhe que esse era um compromisso que eu podia aceitar.

Tanto Axe como Plouffe tinham a melhor das opiniões sobre Tim Kaine e, como eu, sabiam que ele se ajustaria perfeitamente numa administração

liderada por mim. Porém, tal como eu, questionavam-se se juntar dois advogados de direitos civis jovens, inexperientes e liberais numa mesma aposta eleitoral poderia ser esperança e mudança em excesso para o que os eleitores conseguiam aguentar.

Joe acarretava os seus próprios riscos. Calculávamos que a sua falta de disciplina diante de um microfone poderia ter como consequência controvérsias desnecessárias. O estilo dele era da velha escola, gostava de ser o centro das atenções e nem sempre tinha consciência da imagem que dava. Pressenti que poderia tornar-se irritadiço se achasse que não estava a ser alvo da devida consideração, uma qualidade que podia fazer faísca na sua relação com um chefe bastante mais novo.

Todavia, parecia-me que o contraste entre nós era estimulante. Agradava-me o facto de Joe estar mais do que pronto para servir como presidente se alguma coisa me acontecesse e que isso podia tranquilizar os que estavam preocupados por eu ser demasiado jovem. A sua experiência na política externa seria valiosa numa altura em que estávamos envolvidos em duas guerras, assim como o seriam as suas relações no Congresso e o seu potencial para apelar aos eleitores ainda perturbados com a ideia de eleger um presidente afro-americano. Contudo, o mais relevante era o que me dizia o instinto: que Joe era decente, honesto e leal. Acreditava que ele se preocupava com as pessoas comuns e que quando as coisas se tornassem difíceis eu poderia confiar nele.

Não ficaria desapontado.

O MODO COMO FOI ORGANIZADA a Convenção Nacional Democrata em Denver constitui, em grande medida, um mistério para mim. Fui consultado sobre a ordem do programa ao longo das quatro noites em que se realizaria, sobre os temas a desenvolver e sobre os oradores agendados. Foram-me

mostrados vídeos para aprovação e pedida uma lista de amigos e parentes que precisassem de alojamento. Plouffe consultou-me para saber se eu seria adepto de realizar a derradeira noite da convenção não num tradicional recinto fechado, mas no estádio Mile High, sede dos Denver Broncos. Com capacidade para quase oitenta mil pessoas, podia receber as dezenas de milhares de voluntários de todo o país que haviam sido o alicerce da nossa campanha. Também não era coberto, o que implicava que ficaríamos expostos aos fenómenos climatéricos.

— E se chover? — perguntei.

— Passámos em revista os registos meteorológicos de Denver dos dias 28 de Agosto às oito da noite dos últimos cem anos — explicou Plouffe. — Só choveu uma vez.

— E se este ano for a segunda vez? Temos um plano B?

— A partir do momento em que estivermos no estádio, não há recuo possível. — Dirigiu-me um sorriso algo maníaco e acrescentou: — Mas lembra-te de que nos saímos sempre melhor a trabalhar sem rede. Para quê parar agora?

De facto, para quê?

Michelle e as miúdas viajaram para Denver dois dias antes de mim, enquanto eu continuava a fazer campanha nalguns Estados, por isso, quando lá cheguei, as festividades já decorriam em pleno. Veículos dotados de comunicação por satélite e tendas de imprensa rodeavam o recinto como um exército a montar cerco; vendedores ambulantes apregoavam *T-shirts*, bonés, sacos de pano e bijuteria, tudo adornado com o nosso logótipo de sol-nascente ou o meu rosto com orelhas de abano. Turistas e *paparazzi* fotografavam os políticos e a celebridade ocasional que circulasse pelo recinto.

Em contraste com a convenção de 2000, em que eu fora o miúdo de cara

colada à montra da loja de doces, ou da convenção de 2004, quando me sentira no centro da acção com o meu discurso de abertura, via-me agora como sendo simultaneamente a vedeta principal e à margem, encurralado numa suíte de hotel ou a espreitar pela janela do veículo dos Serviços Secretos, chegando a Denver somente na penúltima noite da convenção. Foi-me dito que era uma questão de segurança, bem como um acto cénico deliberado: se eu permanecesse fora de vista, a expectativa acumular-se-ia. Contudo, aquilo fez-me sentir inquieto, como se fosse apenas um adereço dispendioso que só em condições especiais deveria ser retirado da caixa.

Determinados momentos dessa semana destacam-se no meu espírito. Recordo-me de Malia e Sasha e três das netas de Joe a rebolarem por ali numa pilha de colchões pneumáticos da nossa suíte de hotel, a soltarem risadas abafadas, perdidas nas suas brincadeiras secretas e totalmente indiferentes à comoção que decorria lá em baixo. Recordo-me de Hillary a abeirar-se do microfone em representação dos delegados de Nova Iorque e apresentar formalmente a moção para que eu fosse votado como nomeado democrata, um gesto poderoso de unidade. E recordo-me de estar sentado na sala de uma família deveras simpática de apoiantes no Missouri, em conversa ligeira e a mordiscar aperitivos antes de Michelle surgir no ecrã do televisor, luminosa no seu vestido verde-azulado, para proferir o discurso de abertura da convenção nessa noite.

Eu evitara deliberadamente ler o discurso de Michelle de antemão, não querendo interferir no processo ou contribuir para a pressão. Tendo-a visto em campanha, não duvidei de que se sairia bem. Porém, ouvir Michelle contar a sua história nessa noite — vê-la falar da mãe e do pai, dos sacrifícios que tinham feito e dos valores que tinham transmitido; ao ouvi-la reconstituir o seu percurso improvável e descrever a esperança que tinha para as nossas filhas; ter aquela mulher que aguentara tanto a assegurar que

eu sempre fora leal para com a minha família e as minhas convicções; ver a assistência no salão da convenção, os apresentadores das cadeias televisivas e as pessoas sentadas ao meu lado pregados ao chão —, bem, não podia ter-me sentido mais orgulhoso.

Ao contrário do que disseram na altura alguns comentadores, a minha esposa não «encontrou» a sua voz nessa noite. O que se passou foi que um público nacional teve finalmente a oportunidade de ouvir essa voz sem filtros.

QUARENTA E OITO HORAS MAIS TARDE, vi-me enfiado num quarto de hotel com Favs e Axe, a afinar o discurso de aceitação que proferiria na noite seguinte. Fora duro de escrever. Sentíamos que o momento pedia mais prosa do que poesia, com uma crítica contundente às políticas republicanas e uma exposição dos passos concretos que eu pretendia dar enquanto presidente, tudo isso sem ser demasiado extenso, seco ou faccioso. Exigira inúmeras revisões, e eu dispunha de pouco tempo para praticar. Comigo em pé, atrás de um pódio simulado, a debitar as minhas deixas, a atmosfera era mais de trabalho do que de inspiração.

Apenas uma vez tive consciência plena da minha nomeação. Por coincidência, a última noite da convenção seria no quadragésimo quinto aniversário da Marcha sobre Washington e do histórico discurso de Martin Luther King, «Eu tenho um sonho». Tínhamos decidido não chamar demasiadamente a atenção para isso, imaginando que enquadrar a minha candidatura como exercício de direitos civis não nos ajudaria junto dos eleitores instáveis e que era má ideia suscitar comparações com um dos melhores discursos da História norte-americana. Não obstante, prestei homenagem ao milagre daquele jovem pregador da Geórgia nas linhas finais do meu discurso, citando algo que ele dissera às pessoas que se

haviam reunido no parque National Mall nesse dia de 1963: «Não podemos caminhar sozinhos. E, ao caminharmos, temos de nos comprometer a que marcharemos sempre em frente. Não podemos voltar para trás.»

«Não podemos caminhar sozinhos.» Eu não memorizara estas palavras em particular do discurso do Dr. King. Porém, enquanto as lia em voz alta durante o treino, despertavam alguma coisa em mim. Pensei em todos os voluntários negros mais velhos que conhecera nas nossas sedes de campanha por todo o país, a maneira como me apertavam as mãos e me diziam nunca terem pensado chegar a ver o dia em que um homem negro teria possibilidades reais de se tornar presidente.

Pensei nos idosos que me escreviam para contar como tinham acordado cedo e sido os primeiros na fila para votar nas primárias, mesmo que estivessem doentes ou incapacitados.

Pensei nos porteiros, encarregados de manutenção, secretários, recepcionistas, lavadores de loiça e motoristas que encontrei sempre que passava por hotéis, centros de conferências ou edifícios de escritórios: como me acenavam, faziam sinal com um polegar erguido ou aceitavam timidamente um aperto de mão, homens e mulheres negros de uma certa idade que, como os pais de Michelle, tinham feito sobriamente o que era necessário para alimentar as suas famílias e mandar os filhos para a escola, reconhecendo agora em mim alguns dos frutos do seu labor.

Pensei em todas as pessoas que tinham estado na prisão ou participado na Marcha sobre Washington há quarenta ou cinquenta anos e perguntei-me como se sentiriam elas quando eu subisse àquele palco em Denver — quanto tinham visto o seu país transformar-se e quão longe estavam ainda as coisas daquilo por que tinham esperado.

— Sabem que mais… dêem-me um momento — disse eu, com a voz a embargar-se-me e os olhos a começarem a transbordar. Fui à casa de banho

para refrescar o rosto. Quando regressei, alguns minutos depois, Favs, Axe e o operador do teleponto estavam todos em silêncio, incertos quanto ao que deviam fazer.

— Desculpem — disse-lhes. — Vamos tentar outra vez desde o início.

Não tive problemas em pronunciar o discurso completo da segunda vez; a única interrupção deu-se mais ou menos a meio da minha alocução, quando ouvimos bater à porta e encontrámos um empregado do hotel com uma salada no corredor («Que posso dizer?», justificou-se Axe com um sorriso acanhado. «Estava a morrer de fome.») E na noite seguinte, quando avancei para o amplo palco atapetado a azul, sob um céu aberto e límpido, para me dirigir a um estádio repleto de gente e muitos mais milhões por todo o país, tudo o que sentia era calma.

A noite estava cálida, o clamor da multidão era contagioso, os clarões dos *flashes* de milhares de máquinas fotográficas imitavam as estrelas lá em cima. Quando acabei a minha intervenção, Michelle e as meninas, e depois Joe e Jill Biden, juntaram-se-me para acenar através de uma chuva de *confetti*, e vimos em todo o estádio pessoas a rir e a abraçar-se, a brandir bandeirinhas ao ritmo de uma canção dos artistas *country* Brooks & Dunn que se tornara uma atracção na campanha: *Only in America*.

HISTORICAMENTE, UM CANDIDATO PRESIDENCIAL desfruta de um «pulo» vigoroso nas sondagens depois de uma convenção bem-sucedida. Segundo todas as opiniões, a nossa fora praticamente perfeita. Os nossos peritos explicaram que, depois de Denver, a minha vantagem sobre John McCain se ampliara de facto para pelo menos cinco pontos.

Durou cerca de uma semana.

A campanha de John McCain andara desorientada. Apesar de ele ter obtido a nomeação republicana três meses antes de a minha estar garantida,

não conseguira ganhar grande ímpeto. Os eleitores irresolutos não estavam persuadidos da sua proposta para mais cortes de impostos para além daqueles que Bush já aprovara. No novo clima mais polarizado, o próprio McCain parecia hesitante em referir sequer questões como a reforma da imigração e as alterações climáticas, que lhe tinham anteriormente manchado a reputação como dissidente no seio do seu partido. Para ser justo, tinha recebido uma péssima mão de jogo. A Guerra do Iraque continuava a ser tão impopular como sempre. A economia, já em recessão, estava a agravar-se rapidamente, e o mesmo acontecia com os números de Bush nas sondagens. Numa eleição tendente a girar à volta da promessa de mudança, McCain não parecia nem soava a mudança.

McCain e a sua equipa devem ter percebido que tinham de fazer algo drástico. E tenho de lhes dar crédito — sem dúvida que o fizeram. No dia seguinte a ter terminado a nossa convenção, Michelle e eu, juntamente com Jill e Joe Biden, estávamos no avião de campanha à espera de descolar para alguns dias de acções na Pensilvânia, quando Axe apareceu de repente a informar-nos de que transpirara informação sobre o parceiro de candidatura de McCain. Joe olhou para o nome no *BlackBerry* de Axe e depois virou-se para mim.

— Quem diabo é Sarah Palin? — perguntou.

Nas duas semanas que se seguiram, os órgãos de comunicação nacional andariam obcecados com essa pergunta, injectando na campanha de McCain a muito necessária adrenalina e empurrando de facto a nossa para fora dos tempos de antena. Depois de juntar Palin à candidatura, McCain angariou milhões de dólares de novos donativos num só fim-de-semana. Os números dele subiram nas sondagens, deixando-nos essencialmente empatados.

Sarah Palin — a governadora com 44 anos do Alasca e desconhecida no

panorama da política nacional — era, acima de tudo, uma perturbadora poderosa. Não só era jovem e mulher, potencial pioneira de direito próprio, mas tinha também uma história que não se podia inventar: fora jogadora de basquetebol e vencedora de um concurso de beleza de uma cidade pequena e saltara entre cinco faculdades até obter um diploma em Jornalismo. Trabalhara durante algum tempo como apresentadora de programas desportivos antes de ser eleita presidente de Câmara de Wasilla, no Alasca, fazendo frente ao poder republicano entrincheirado no Estado e derrotando o governador incumbente em 2006. Casara com o namorado do liceu, tinha cinco filhos (incluindo um adolescente prestes a ser enviado para o Iraque e um bebé com síndrome de Down), professava uma confissão cristã conservadora e, nos tempos livres, adorava caçar alces e veados.

A biografia dela era feita à medida para eleitores brancos da classe trabalhadora que odiavam Washington e nutriam uma suspeita não totalmente injustificada de que as elites das grandes cidades — fosse nos negócios, na política ou nos meios de comunicação — olhavam com sobranceria para o seu modo de vida. Se o conselho editorial do *New York Times* ou os ouvintes da rádio pública nacional punham em causa as suas qualificações, Palin não se importava. Apontava as críticas deles como prova da sua autenticidade, percebendo (muito antes da maioria dos seus críticos) que os velhos guardiões estavam a perder relevância, que as muralhas do que era considerado aceitável num candidato a cargos nacionais haviam sido penetradas e que a Fox News, os canais radiofónicos de debate e o poder emergente das redes sociais lhe podiam proporcionar todas as plataformas de que necessitava para chegar ao público visado.

Também ajudava que Palin fosse uma actriz nata. O discurso de quarenta e cinco minutos que fez na Convenção Nacional Republicana, no começo de Setembro, foi uma obra-prima de populismo folclórico e observações

mordazes bem apontadas. «Nas cidades pequenas, não sabemos exactamente o que pensar de um candidato que faz chover elogios sobre as pessoas trabalhadoras quando estas estão a ouvir e depois, pelas costas, fala de como elas se agarram amargamente à sua religião e às suas armas de fogo.» (Esta doeu.) Os delegados estavam extasiados. Em digressão com Palin depois da convenção, McCain falou para multidões três ou quatro vezes mais numerosas do que tinha normalmente só por si. E, embora os republicanos fiéis aplaudissem de forma cortês os discursos de John, tornou-se claro que era a parceira dele, a «mãe do hóquei», quem realmente iam lá para ver. Ela era uma novidade, diferente, uma deles.

Uma «verdadeira americana»… e fantasticamente orgulhosa disso.

Numa altura diferente e num lugar diferente — por exemplo, numa eleição para o Senado ou para governador de um Estado indeciso —, a pura energia que Palin gerou na base republicana poderia ter-me deixado preocupado. Porém, desde o dia em que McCain a escolheu e durante o auge da Palin-mania, tive a certeza de que essa decisão não seria boa para ele. Não obstante todos os dotes dramáticos de Palin, a qualificação mais importante de um vice-presidente reside na capacidade de, se necessário, assumir a presidência. Tendo em conta a idade de John e o seu historial de melanomas, não se tratava de uma preocupação fútil. E o que se tornou cristalinamente claro logo que Sarah Palin pisou a ribalta foi que, em quase todos os assuntos relevantes para a governação do país, ela não fazia a mínima ideia de que diabo estava a falar. O sistema financeiro, o Supremo Tribunal, a invasão russa da Geórgia — não importava qual fosse o tópico ou que forma assumisse a questão, a governadora do Alasca parecia perdida, a alinhavar palavras como um miúdo que tentasse simular respostas num exame para o qual não estudara.

A nomeação de Palin era perturbadora a um nível mais profundo. Reparei

desde o início que a incoerência dela não era relevante para a vasta maioria de republicanos; na verdade, de cada vez que ela se ia abaixo sob interrogatório de um jornalista, eles pareciam ver nisso uma prova de conspiração liberal. Fiquei ainda mais surpreendido ao ver destacados conservadores — incluindo os que tinham passado um ano a rotular-me depreciativamente como inexperiente e décadas a desvalorizar a discriminação positiva, a erosão dos padrões intelectuais e o aviltamento da cultura ocidental às mãos dos multiculturalistas — a apostar subitamente em Palin, contorcendo-se de formas impensáveis para tentarem persuadir o público de que, num candidato vice-presidencial, a necessidade de conhecimento básico de política externa ou das funções do Governo federal andava a ser deveras exagerada. Sarah Palin, à semelhança de Reagan, tinha «bons instintos», diziam eles, e, uma vez instalada, iria amadurecer para o cargo.

Claro que se tratava de um sinal do que estava por vir, uma realidade mais vasta e mais sombria em que a filiação partidária e a conveniência política ameaçariam tudo obscurecer: as posições anteriores, os princípios declarados e até o que os próprios sentidos, os olhos e os ouvidos, nos diziam ser verdade.

CAPÍTULO 9

EM 1993, MICHELLE e eu comprámos a nossa primeira casa, num complexo de condomínios em Hyde Park chamado East View Park. Era um lugar muito aprazível, em frente a Promontory Point e ao lago Michigan, com um cornizo no pátio amplo que florescia num cor-de-rosa luminoso a cada Primavera. O apartamento de três quartos, dispostos, como num vagão, da frente para as traseiras, não era espaçoso, mas tinha soalho de madeira de qualidade e luz natural decente, além de uma boa sala de jantar com armários de nogueira. Em comparação com o segundo andar da casa da minha sogra, onde tínhamos vivido para poupar dinheiro, parecia absolutamente sumptuoso e mobilámo-lo à medida do nosso orçamento, com uma combinação de sofás Crate & Barrel, candeeiros da Ace Hardware e mesas adquiridas em vendas de garagem.

Junto da cozinha, havia um pequeno gabinete onde eu trabalhava à noite. Michelle chamava-lhe «o Buraco» por causa da maneira como estava sempre atulhado de pilhas de livros, revistas, jornais, relatórios jurídicos que eu andava a escrever e exames por classificar. Mais ou menos uma vez por mês, impelido pela minha incapacidade para encontrar algo de que precisava, eu limpava o Buraco num frenesim que se prolongava por uma hora e ficava a sentir-me muito orgulhoso de mim mesmo durante os cerca de três dias que demorava até que livros, papelada e outra tralha voltassem a crescer como ervas daninhas. O Buraco era também a única divisão do apartamento onde eu fumava, embora a partir do momento em que nasceram as meninas eu tenha levado o meu mau hábito lá para fora, para o

raquítico alpendre traseiro, onde por vezes perturbava famílias de guaxinins que procuram alimento nos nossos caixotes de lixo.

As filhas remodelaram a nossa casa de toda a espécie de maneiras. Apareceram amortecedores de espuma à prova de crianças nas esquinas das mesas. A sala de jantar tornou-se a pouco e pouco menos um espaço de refeição e mais um depósito de berços, colchões e brinquedos de cores vivas em que eu tropeçava pelo menos uma vez por dia. Todavia, em vez de nos sentirmos mais acanhados, a dimensão modesta do apartamento só amplificava a alegria e o barulho da nossa jovem família: horas de banho com muitos salpicos pelo ar, festas de aniversário com guinchos constantes, o som da Motown ou de *salsa* a sair de uma aparelhagem portátil sobre a lareira enquanto eu fazia rodar as meninas nos meus braços. E, embora reparássemos que amigos da nossa idade compravam casas maiores em bairros mais abastados, o único momento em que nos passou pela cabeça mudarmo-nos foi no Verão em que um rato ou dois (não tivemos a certeza) correu repetidamente pelo longo corredor. Eu resolveria o problema com reparações no soalho da cozinha, mas só depois de ter questionado — com uma tolice notável e um sorriso espertalhão — a ideia de dois ratos serem suficientes para se considerar uma «infestação», e Michelle, em resposta, ter ameaçado ir embora dali com as meninas.

Pagámos 277 500 dólares pelo apartamento, com uma entrada de 40 por cento (graças a alguma ajuda da avó Toot) e um empréstimo por trinta anos com prestações fixas. No papel, o nosso rendimento devia ter comportado confortavelmente as prestações mensais. Porém, com Malia e Sasha a ficarem mais crescidas, os custos do jardim-de-infância, das propinas escolares e dos campos de Verão foram aumentando, enquanto o montante em dívida dos nossos empréstimos de estudantes nunca parecia diminuir. O dinheiro era sempre escasso; os saldos dos nossos cartões de crédito

agravaram-se; tínhamos poucas poupanças para o fundo universitário das crianças e para a nossa própria reforma. Assim, quando Marty propôs que pensássemos renegociar a nosso crédito hipotecário para tirar partido das taxas de juro mais baixas, telefonei no dia seguinte para um agente de hipotecas local.

O agente, um homem novo e enérgico com corte militar de cabelo, confirmou que podia poupar-nos cerca de cem dólares mensais com uma renegociação. Contudo, com os preços das casas a disparar, perguntou-nos se tínhamos pensado também usar uma parte do nosso valor patrimonial para angariar algum dinheiro com a transacção. Era um procedimento de rotina, explicou, questão apenas de trabalhar com o seu avaliador. A princípio, fiquei céptico, como se escutasse a voz judiciosa da avó Toot a retinir-me nos ouvidos, mas, quando examinei os números e ponderei o que pouparíamos se pagássemos a dívida do nosso cartão de crédito, a lógica do agente tornou-se difícil de contradizer. Sem que nem avaliador nem agente se dessem ao trabalho de inspeccionar a nossa casa, fornecendo eu somente recibos de três meses de salários e uns quantos extractos bancários, assinei alguns papéis e saí do escritório do agente com um cheque de 40 mil dólares e a vaga sensação de que escapara impune de uma marosca.

ASSIM ERAM AS COISAS nos começos do século XXI: uma corrida ao ouro imobiliário. Em Chicago, novas construções pareciam irromper de um dia para o outro. Com os preços das casas a aumentar a um ritmo sem precedentes, com as taxas de juro baixas e alguns financiadores a pedirem somente 10 ou 5 por cento — ou mesmo nada — como entrada para a aquisição, para quê dispensar um quarto adicional, as bancadas em granito e uma cave habitável e com bons acabamentos que as revistas e os programas de televisão insistiam ser padrões correntes de uma vida de classe média?

Era um excelente investimento, uma coisa segura; e, uma vez comprada, essa mesma casa podia servir como caixa multibanco pessoal, cobrindo os tratamentos adequados para as janelas, aquelas férias havia muito desejadas em Cancún ou o facto de não se ter sido aumentado no ano anterior. Ansiosos por participar nesse frenesim, amigos, taxistas e professores disseram-me que tinham começado a investir no imobiliário, parecendo de súbito que toda a gente ficara fluente na linguagem dos pagamentos-balão, do crédito hipotecário de taxa ajustável e do Índice Case-Shiller. Se eu lhes recomendava, gentilmente, cautela — o imobiliário pode ser imprevisível, talvez seja melhor não ficar muito dependente dele —, garantiam-me que tinham falado com o primo ou com o tio que fizera uma pipa de massa, no tom divertido que implicava que eu não percebia nada daquilo.

Depois de eu ter sido eleito para o Senado dos EUA, vendemos a nossa casa em East View Park por um preço suficientemente alto para cobrir a hipoteca e o empréstimo sobre o valor patrimonial, e termos um pequeno lucro. Contudo, certa noite, ao conduzir para casa, reparei que a montra do meu agente de hipotecas estava agora nua, com um grande letreiro onde se lia VENDE OU ARRENDA. Todos aqueles novos condomínios ao longo de River North e de South Loop pareciam devolutos, ainda que os construtores oferecessem aos compradores descontos cada vez mais generosos. Uma antiga colaboradora que deixara o Governo para obter a licença de agente imobiliária perguntou-me se sabia de algumas oportunidades de trabalho — a actividade imobiliária não estava a ter o sucesso que ela esperara.

Não fiquei surpreendido nem alarmado com nada daquilo, supondo que se tratava somente do fluxo e refluxo cíclicos do mercado. Contudo, na capital, referi por acaso a um amigo, George Haywood, o abrandar do mercado imobiliário em Chicago, enquanto comíamos sanduíches no parque próximo do Capitólio. George desistira de Direito em Harvard para

jogar cartas a nível profissional, tirava partido da sua aptidão com os números e a sua tolerância ao risco numa actividade como corretor de títulos em Wall Street e ganhara recentemente muito dinheiro com investimentos pessoais. Antecipar-se à curva era o negócio dele.

— Isto é só o começo — disse-me.

— Que queres dizer?

— Todo o mercado da habitação. Todo o sistema financeiro. É tudo um castelo de cartas à espera de se desmoronar.

Sentados ao sol da tarde, ele ministrou-me uma lição breve sobre o mercado hipotecário dos *subprime* que estava a desenvolver-se. Tendo os bancos, no passado, retido tipicamente os empréstimos hipotecários por si feitos nas suas próprias carteiras de investimento, uma elevada percentagem de hipotecas era agora reunida em pacotes e vendida como obrigações em Wall Street. Como os bancos podiam assim libertar-se do risco de qualquer cliente particular falhar o reembolso do empréstimo, esta «titularização» das hipotecas levara-os a afrouxar paulatinamente os seus critérios de atribuição de crédito. As agências de *rating* do crédito, pagas pelos emissores, tinham classificado essas obrigações como «AAA», ou as menos arriscadas, sem analisarem adequadamente o risco de incumprimento do crédito hipotecário subjacente. Investidores globais, com excesso de dinheiro e desejosos de proventos avultados, precipitaram-se a comprar esses produtos, bombeando cada vez mais dinheiro para o financiamento imobiliário. Entretanto, a Fannie Mae e a Freddie Mac, as duas companhias gigantes que o Congresso autorizara a comprar créditos hipotecários qualificados para encorajar a aquisição de casa própria — e que, em virtude do seu estatuto quase governamental, podiam obter crédito a uma taxa muito mais baixa do que as outras companhias —, estavam atoladas no

mercado dos *subprime*, com os seus accionistas a ganhar rios de dinheiro à medida que o mercado imobiliário intumescia.

Tudo isto contribuíra para uma bolha clássica, explicou George. Enquanto os preços das casas continuassem a subir, toda a gente estava feliz: a família que, de repente, podia comprar a casa dos seus sonhos sem dinheiro de entrada; os promotores imobiliários que não conseguiam construir com rapidez suficiente para satisfazer todos esses novos clientes; os bancos que vendiam instrumentos financeiros cada vez mais complexos em troca de lucros generosos; os fundos de cobertura e os bancos de investimento que faziam apostas com paradas cada vez mais altas nesses instrumentos financeiros com dinheiro emprestado; para não falar nos retalhistas de mobiliário, nos fabricantes de tapetes, nos sindicatos e nos departamentos publicitários dos jornais, todos com plenos incentivos para não querer que a festa acabasse.

Porém, com tantos compradores não qualificados a suportar o mercado, George estava convicto de que a festa acabaria por chegar ao fim. O que eu estava a detectar em Chicago era apenas um estremecimento, disse-me ele. Quando se desse o terramoto, o impacto seria muito pior em lugares como a Florida, o Arizona e o Nevada, onde o crédito *subprime* fora mais activo. Logo que um grande número de proprietários de casas começasse a entrar em incumprimento, os investidores perceberiam que muitos dos títulos hipotecários não eram afinal tão AAA. Tentariam provavelmente pôr-se a salvo, livrando-se dos títulos o mais depressa que pudessem. Os bancos detentores dessas obrigações ficariam vulneráveis a corridas à liquidez e retrairiam provavelmente o crédito para cobrir perdas ou manter os requisitos de capital, tornando difícil, até a famílias qualificadas, obter um empréstimo hipotecário, o que por sua vez debilitaria ainda mais o mercado imobiliário.

Seria um círculo vicioso, susceptível de desencadear pânico no mercado, e, devido ao montante total de dinheiro envolvido, o resultado poderia ser uma crise económica de dimensões nunca testemunhadas no nosso tempo.

Escutei tudo aquilo com uma incredulidade crescente. O George não era dado a exageros, sobretudo quando se tratava de dinheiro. Disse-me que ele próprio se lançara em força na venda a descoberto *(short)*, apostando no essencial que o preço dos títulos hipotecários cairia muito no futuro. Perguntei-lhe por que razão, se o risco de uma crise profunda era tão alto, ninguém — nem mesmo a Reserva Federal, os reguladores bancários ou a imprensa financeira — parecia estar a falar disso.

George encolheu os ombros.

— Diz-me tu.

Quando voltei para o meu gabinete no Senado, pedi a alguns dos meus colaboradores que consultassem os seus pares na Comissão Bancária para saber se alguém via perigo no pico do mercado hipotecário *subprime*. As respostas foram negativas. O presidente da Reserva Federal fizera notar que o mercado imobiliário estava um pouco sobreaquecido e precisava de alguma correcção, mas, tendo em conta as tendências históricas, não via qualquer ameaça de vulto para o sistema financeiro ou para a economia em geral. Com todos os outros problemas debaixo do meu nariz, incluindo o início das campanhas para as eleições intercalares, a advertência de George acabou por perder a minha atenção. Na verdade, quando voltei a encontrar-me com ele poucos meses depois, nos começos de 2007, os mercados, tanto financeiro como imobiliário, tinham continuado a abrandar, mas não parecia ser nada de grave. George disse-me que fora obrigado a abandonar a sua posição na venda a descoberto depois de sofrer grandes perdas.

— Não tenho simplesmente dinheiro que chegue para manter a aposta —

explicou com bastante calma, acrescentando: — Ao que parece, subestimei a vontade das pessoas em manter a charada.

Não perguntei a George quanto dinheiro perdera e mudámos de assunto. Separámo-nos nesse dia sem sabermos que a charada não duraria muito mais — ou que a sua terrível onda de choque viria, daí a um ano e meio, a desempenhar um papel crucial na minha eleição para presidente.

«SENADOR OBAMA, daqui fala Hank Paulson.»

Foi uma semana e meia depois da Convenção Nacional Republicana, onze dias antes do primeiro debate que tinha marcado com John McCain. Era óbvia a razão por que o secretário do Tesouro dos EUA fizera o telefonema.

O sistema financeiro estava em derrocada e a arrastar a economia americana com ele.

Apesar de o Iraque vir a ser a mais importante questão no arranque da nossa campanha, eu fizera sempre da necessidade de políticas económicas mais progressistas um ponto central da minha defesa da mudança. A meu ver, a combinação da globalização com novas tecnologias revolucionárias vinha a alterar a economia americana no seu âmago desde havia pelo menos duas décadas. Os industriais norte-americanos tinham deslocado a produção para o estrangeiro, tirando partido do baixo custo do trabalho e expedindo de volta artigos baratos para serem vendidos por grandes cadeias de retalho, com as quais os pequenos comércios não tinham esperança de competir. Mais recentemente, a Internet eliminara categorias inteiras de trabalho de escritório e, nalguns casos, indústrias inteiras.

Nesta nova economia em que o vencedor fica com tudo, os que controlavam o capital ou possuíam aptidões especializadas e muito procuradas — fossem empreendedores tecnológicos, gestores de fundos de

cobertura, LeBron James ou Jerry Seinfeld — podiam alavancar os seus activos, comercializar globalmente e acumular mais riqueza do que qualquer outro grupo na História humana. Porém, para os eleitores comuns, a mobilidade do capital e a automação implicavam uma posição negocial a enfraquecer continuamente. As cidades operárias perderam a sua força vital. A inflação baixa e os televisores de ecrã plano baratos não podiam compensar dispensas laborais, menos horas de trabalho e actividade precária, salários estagnados e benefícios reduzidos, sobretudo quando os custos, tanto dos cuidados de saúde como da educação (dois sectores menos vulneráveis à poupança decorrente da automação), continuavam a subir.

A desigualdade tinha também propensão para se agravar. Até mesmo americanos de classe média se viram cada vez mais excluídos, pela subida de preços, dos bairros com as melhores escolas ou das escolas com as melhores perspectivas de emprego. Não lhes era possível pagar os extras — cursos de preparação para admissão à universidade, acampamentos tecnológicos de Verão, estágios valiosos, mas não remunerados — que os pais mais abastados costumavam proporcionar aos seus filhos. Em 2007, a economia norte-americana estava não só a produzir uma desigualdade mais acentuada do que qualquer outra nação próspera mas também a reduzir as possibilidades de mobilidade social ascendente.

Eu acreditava que estas consequências não eram inevitáveis, mas resultavam antes de opções políticas que remontavam a Ronald Reagan. Sob o estandarte da liberdade económica — uma «sociedade de propriedade» era a expressão usada pelo presidente Bush —, os norte-americanos tinham sido alimentados com uma dieta permanente de cortes fiscais para os ricos, visto as leis da negociação colectiva serem desrespeitadas. Tinham existido tentativas de privatizar ou eliminar a rede de protecção social, e os orçamentos federais iam investindo cada vez

menos em tudo, da educação da primeira infância às infra-estruturas. Tudo isto acelerou ainda mais a desigualdade, deixando as famílias impreparadas para atravessar até a mais ligeira turbulência económica.

Eu andava em campanha para empurrar o país na direcção contrária. Não me parecia que a América pudesse reverter a automação ou interromper a cadeia global de abastecimento (embora pensasse que podíamos negociar cláusulas laborais e ambientais mais exigentes nos nossos acordos comerciais). Estava, no entanto, convicto de que podíamos adaptar as nossas leis e instituições, tal como fizéramos no passado, para garantir que as pessoas dispostas a trabalhar podiam ter uma oportunidade. Em cada paragem que fiz, em cada cidade e vila, a minha mensagem era a mesma: prometia aumentar os impostos aos americanos com altos rendimentos para pagar investimentos essenciais na educação, na investigação e em infra-estruturas. Prometia reforçar os sindicatos e aumentar o salário mínimo, além de implementar os cuidados de saúde universais e tornar o ensino universitário economicamente mais acessível.

Eu queria que as pessoas compreendessem que havia um precedente de acção governamental ousada. Franklin Roosevelt salvara o capitalismo de si mesmo, lançando as fundações para a expansão do pós-Segunda Guerra Mundial. Eu falava muitas vezes de como leis laborais fortes tinham ajudado a criar uma classe média próspera e um mercado interno florescente, e como — pela exclusão de produtos nocivos e esquemas fraudulentos — as leis de protecção do consumidor tinham, na prática, ajudado as actividades económicas legítimas a prosperar e a crescer.

Expliquei como escolas públicas fortes, universidades estatais e uma lei de apoio aos veteranos de guerra tinham promovido o potencial de gerações de americanos e a ascensão social. Programas como a Segurança Social e o Medicare tinham proporcionado a esses mesmos americanos um certo grau

de estabilidade nos seus anos de velhice, e investimentos governamentais como o do Tennessee Valley Authority e o sistema viário interestadual tinham catalisado a produtividade e disponibilizado uma plataforma para inúmeros empreendedores.

Eu acreditava que podíamos adaptar essas estratégias aos tempos presentes. Para lá de qualquer política específica, queria restabelecer no espírito do povo norte-americano o papel crucial que o Governo sempre desempenhara em alargar as oportunidades, estimular a competição e a lealdade negocial, certificando-se de que o mercado funcionava para todos.

Não contara com o que veio a ser uma tremenda crise financeira.

NÃO OBSTANTE A ADVERTÊNCIA antecipada do meu amigo George, foi só na Primavera de 2007 que comecei a reparar em manchetes perturbadoras na imprensa financeira. O segundo maior credor de *subprime* da nação, a New Century Financial, declarou falência depois de uma vaga de incumprimentos hipotecários no mercado imobiliário *subprime*. O maior concessor de crédito, a Countrywide, evitou o mesmo destino graças à intervenção da Reserva Federal para aprovar um casamento à pressa com o Bank of America.

Alarmado, eu tinha falado com a minha equipa de economia e proferido um discurso na NASDAQ em Setembro de 2007, a criticar as falhas na regulação do mercado do crédito *subprime* e a propor uma supervisão mais apertada. Isto poderá ter-me deixado com alguma vantagem em comparação com outros candidatos presidenciais, mas ainda assim eu estava longe de acompanhar a cadência com que as coisas em Wall Street se iam tornando incontroláveis.

Nos meses que se seguiram, os mercados financeiros assistiram a uma fuga em busca de salvação, com emprestadores e investidores a transferir o

seu dinheiro para obrigações do Tesouro garantidas pelo Governo, a restringir acentuadamente o crédito e a arrancar capital de qualquer empresa que pudesse padecer de risco significativo no que tocava a títulos hipotecários. Quase todas as grandes instituições financeiras do mundo estavam perigosamente expostas, tendo investido directamente em títulos hipotecários (endividando-se muitas vezes para financiar essas apostas) ou emprestado dinheiro a entidades que o fizeram. Em Outubro de 2007, a Merrill Lynch anunciou perdas de 7,9 mil milhões de dólares relacionadas com hipotecas. O Citigroup avisou que o número deles poderia estar mais próximo de 11 mil milhões. Em Março de 2008, o preço das acções da firma de investimento Bear Stearns caiu de 57 dólares para 30 num único dia, obrigando a Reserva Federal a engendrar uma compra em liquidação pela JPMorgan Chase. Ninguém sabia dizer se ou quando as três grandes sociedades de investimento restantes em Wall Street — Goldman Sachs, Morgan Stanley e, em particular, Lehman Brothers, todas a perder capital a uma velocidade alarmante — se confrontariam com idênticas consequências.

Para o público, era tentador ver em tudo isto uma retribuição merecida para gananciosos banqueiros e gestores de fundos e ficar a assistir enquanto as empresas faliam e os executivos que tinham extraído bónus de 20 milhões de dólares eram obrigados a vender os seus iates, aviões privados e casas em Hamptons. Eu encontrara-me pessoalmente com executivos de Wall Street suficientes para saber que muitos (embora não todos) viviam em consonância com esse estereótipo: presunçosos e convictos do seu superior direito, ostensivos no consumo e indiferentes ao impacto que as suas decisões podiam ter em todos os demais.

O problema era que, no meio do pânico financeiro, numa economia capitalista moderna, era impossível isolar os negócios decentes dos maus,

ou fazer abater-se a dor somente sobre os estouvados e os isentos de escrúpulos. Quer se gostasse ou não, toda a gente e tudo estava ligado.

Na Primavera, os Estados Unidos tinham entrado em plena recessão. A bolha imobiliária e o dinheiro fácil tinham disfarçado toda uma panóplia de fraquezas estruturais na economia norte-americana ao longo de uma década. Porém, com os incumprimentos agora a multiplicar-se, a restrição do crédito e os preços das casas em queda livre, grandes e pequenas empresas decidiram retrair-se: despediram trabalhadores e cancelaram encomendas, protelaram investimentos em novas fábricas e tecnologia da informação. E, à medida que as pessoas que trabalhavam para essas empresas perderam os empregos, ou viram o valor do seu património imobiliário ou dos seus fundos de pensões definhar, ou se atrasaram com os pagamentos do cartão de crédito e foram obrigadas a gastar as suas poupanças, também elas se retraíram: suspenderam novas compras de carros, deixaram de comer fora e adiaram férias. Com as vendas em declínio, as empresas cortaram ainda mais nas folhas de pagamento e nos custos. Era um ciclo clássico de contracção da procura, a agravar-se a cada mês que passava. Os dados de Março mostravam que uma em cada doze hipotecas tinha pagamentos em atraso ou estava em vias de ser executada, e as vendas de automóveis tinham afundado. Em Maio, o desemprego aumentou meio ponto, a maior subida num só mês em vinte anos.

Tornara-se um problema para o presidente Bush gerir. Exortado pelos seus conselheiros económicos, ele conseguira a concordância bipartidária no Congresso para um pacote de resgate económico no valor de 168 mil milhões de dólares, oferecendo cortes e benefícios fiscais que visavam estimular o consumo e reanimar a economia. Contudo, qualquer efeito que possa ter tido foi abafado pelos preços elevados dos combustíveis nesse Verão, e a crise só se agravou. Em Julho, estações televisivas de todo o país

difundiram imagens de clientes desesperados em filas para levantar o seu dinheiro do IndyMac, um banco da Califórnia que se afundou de imediato. O Wachovia, muito maior, só sobreviveu depois de o secretário Paulson ter podido invocar uma «excepção de risco sistémico» para impedir a sua falência.

Entretanto, o Congresso autorizou 200 mil milhões para impedir a Fannie Mae e a Freddie Mac — as duas gigantes privadas que, em conjunto, garantiam quase 90 por cento das hipotecas dos EUA — de se afundarem. Ambas ficaram sob curadoria do Governo, através da recém-formada Agência Federal de Financiamento da Habitação. Contudo, mesmo com uma intervenção dessa grandeza, parecia ainda que os mercados estavam a baloiçar à beira da derrocada, como se as autoridades estivessem a atirar pazadas de cascalho para uma brecha na terra que não parava de alargar. E agora o Governo acabara de ficar sem cascalho.

Era por essa razão que Hank Paulson, o secretário do Tesouro dos EUA, me estava a telefonar. Eu encontrara-me pela primeira vez com Paulson quando ele era CEO da Goldman Sachs. Alto, calvo e com óculos, com modos desajeitados, mas despretensiosos, passara a maior parte do tempo a falar da sua paixão pela protecção ambiental. Contudo, a voz dele, tipicamente rouca, soava agora extremamente frágil, a de um homem que lutava contra a exaustão e o medo.

Nessa manhã de segunda-feira, 15 de Novembro, a Lehman Brothers, uma empresa avaliada em 639 mil milhões de dólares, anunciara que ia declarar falência. O facto de o Departamento do Tesouro não ter intervindo para impedir a que seria a maior falência da História indiciava que estávamos a entrar numa nova fase da crise.

— Podemos esperar uma reacção muito má do mercado — disse-me. — E esperamos que a situação piore antes de melhorar.

Explicou-me por que razão tanto o Tesouro como a Reserva Federal tinham determinado que a Lehman estava demasiado fraca para ser apoiada e nenhuma outra instituição financeira estava disposta a ficar-lhe com o passivo. O presidente Bush autorizara Paulson a transmitir essa informação a mim e a John McCain, porque seriam necessárias mais acções de emergência com sancionamento político bipartidário. Paulson esperava que ambas as campanhas respeitassem e respondessem de forma apropriada à gravidade da situação.

Não era preciso ser-se perito em opinião pública para saber que Paulson tinha razão para se preocupar com a política. Estávamos a sete semanas de uma eleição a nível nacional. À medida que o público foi sabendo mais acerca da enormidade da crise, a ideia de gastar milhares de milhões de dólares dos contribuintes a resgatar bancos irresponsáveis decerto encontraria um grau de popularidade situado algures entre uma crise de herpes e Osama bin Laden. No dia seguinte, o Tesouro de Paulson evitaria catástrofes na Goldman Sachs e na Morgan Stanley, redefinindo ambas as instituições de uma maneira que lhes permitia criar bancos comerciais abrangidos por protecção federal. Mesmo assim, até as companhias mais prósperas, com cotações sólidas, ficaram subitamente incapazes de angariar o crédito necessário para as operações quotidianas, e os fundos do mercado monetário, antes considerados tão seguros e líquidos como o próprio dinheiro em numerário, começavam a vergar.

Para o Partido Democrata, seria fácil atribuir a culpa do fiasco à Administração, mas a verdade era que muitos democratas no Congresso haviam aplaudido o crescimento dos níveis de aquisição de habitação própria com a explosão dos *subprime*. Para os republicanos que visavam a reeleição e já carregavam um presidente impopular e uma economia a

afundar, a ideia de votar mais «resgates» a Wall Street parecia um convite a cavarem as suas próprias sepulturas.

— Se precisar de tomar mais medidas — comentei eu com Paulson —, suponho que o maior problema virá do seu lado, não do meu.

Havia já muitos republicanos a queixarem-se de que as intervenções da administração Bush no sector bancário violavam os princípios conservadores nucleares do Governo limitado. Acusavam a Reserva Federal de se exceder no seu mandato e alguns tiveram descaramento para criticar os reguladores do Governo por não conseguirem detectar mais cedo os problemas no mercado dos *subprime*, como se eles próprios não tivessem passado os últimos oito anos a trabalhar para enfraquecer cada regulação financeira com que se deparassem.

Os comentários públicos de John McCain até esse momento tinham sido feitos em surdina, e exortei Paulson a manter-se em estreito contacto com o meu concorrente enquanto os acontecimentos se sucedessem. Como nomeado republicano, ele não dispunha do luxo de se distanciar de Bush. O seu compromisso de dar continuidade à maioria das políticas económicas de Bush tinha, na verdade, sido sempre uma das suas grandes vulnerabilidades. Durante as primárias, ele confessara que não sabia muito de política económica. Mais recentemente, reforçara a impressão de que estava desfasado ao admitir a um jornalista que não tinha a certeza de quantas casas possuía. (A resposta era oito.) Com base no que Paulson me dizia, os problemas políticos de McCain estavam prestes a agravar-se. Eu não duvidava de que os assessores políticos dele o incitariam a melhorar a sua posição junto dos eleitores distanciando-se de quaisquer esforços de resgate financeiro que a administração tentasse empreender.

Se McCain optasse por não ser a favor, eu sabia que ia ficar sob uma pressão feroz dos democratas — e talvez da minha própria equipa — para o

acompanhar nisso. Todavia, ao retomar a conversa com Paulson, percebi que não importava o que McCain fizesse. Com assuntos desta importância em jogo, eu faria o que fosse necessário, a despeito da política, para ajudar a administração a estabilizar a situação.

Disse para mim mesmo que, se queria ser presidente, tinha de agir como tal.

COMO SERIA DE ESPERAR, John McCain teve dificuldade em encontrar uma resposta coerente para o rápido desenrolar dos acontecimentos. No dia do anúncio relativo à Lehman, numa tentativa inoportuna de tranquilizar o público, ele apareceu num comício televisionado e declarou que «as fundações da economia estão sólidas». A minha campanha arrasou-o completamente por isso. («Senador, de que economia está a falar?», perguntei, ao intervir, mais para o fim do mesmo dia, num comício meu.)

Nos dias que se seguiram, as notícias da falência da Lehman deixaram os mercados financeiros em pânico total. As acções caíram a pique. A Merrill Lynch negociou uma venda desesperada ao Bank of America. Entretanto, o programa de empréstimos de 200 mil milhões da Reserva Federal aos bancos revelara-se insuficiente. Juntamente com todo o dinheiro para salvaguardar a Fannie e a Freddie, outros 85 mil milhões estavam agora a ser usados por uma nacionalização urgente da AIG, a imensa companhia de seguros cujas apólices garantiam o mercado de títulos *subprime*. A AIG era o exemplo acabado de «demasiado grande para falir» — a tal ponto interligada com as redes financeiras globais, que o seu colapso provocaria uma cascata de falências bancárias — e, mesmo depois da intervenção governamental, continuou a sangrar. Quatro dias depois da derrocada da Lehman, o presidente Bush e o secretário Paulson apareceram na televisão ao lado de Ben Bernanke e de Chris Cox, presidentes, respectivamente, da

Reserva Federal e da Comissão de Valores Mobiliários, e anunciaram a necessidade de o Congresso aprovar uma lei que viria a ser conhecida como Programa de Auxílio aos Activos Problemáticos, ou TARP, criando um novo fundo de emergência de 700 mil milhões. Estimavam ser esse o preço para evitar o Armagedão.

Talvez para compensar o seu disparate anterior, McCain anunciou que se opunha ao resgate da AIG pelo Governo. Um dia depois, desdisse-se. A posição dele quanto ao TARP permaneceu dúbia, opondo-se em teoria aos resgates, mas, na prática, apoiando talvez este caso particular. Com todos os ziguezagues, a nossa campanha não teve problema em associar a crise a uma agenda económica «Bush-McCain» que dava prioridade aos ricos e aos poderosos sobre a classe média, argumentando que McCain não estava preparado para conduzir o país em tempos economicamente difíceis.

De qualquer modo, fiz o melhor que pude para me manter fiel ao compromisso que estabelecera com Paulson, instruindo a minha equipa para se refrear de fazer comentários em público que pudessem prejudicar as possibilidades de a administração Bush conseguir a aprovação do pacote de resgate no Congresso. Além dos nossos consultores económicos internos, Austan Goolsbee e Jason Furman, eu começara a apoiar-me num grupo *ad hoc* de aconselhamento que incluía o antigo presidente da Reserva Federal Paul Volcker, o antigo secretário do Tesouro da administração Clinton, Larry Summers, e o lendário investidor Warren Buffett. Todos tinham já vivido crises financeiras graves e cada um deles confirmou que esta era de uma ordem de grandeza diferente. Disseram-me que, sem acção célere, enfrentávamos uma possibilidade muito real de colapso económico a nível mundial: mais milhões de norte-americanos a perderem as suas casas e as suas poupanças de toda a vida, bem como números de desemprego dos tempos da Depressão.

Os relatórios deles foram inestimáveis para me ajudar a compreender as minudências da crise e a avaliar as diversas respostas que estavam a ser propostas. Também me pregaram um tremendo susto. Quando viajei para Tampa, onde me prepararia para o meu primeiro debate com McCain, senti-me confiante por, pelo menos em matéria de economia, eu saber do que estava a falar… e temia cada vez mais o que uma crise prolongada poderia significar para as famílias, por toda a América.

Mesmo sem a distracção de uma crise à espreita, é provável que eu não ansiasse por me enterrar num hotel durante três dias de preparação para o debate. Porém, dada a minha inconsistência durante os debates das primárias, sabia que precisava de trabalhar. Felizmente, a nossa equipa recrutara dois advogados e veteranos políticos: Ron Klain e Tom Donilon, que tinham desempenhado papéis idênticos a preparar candidatos como Al Gore, Bill Clinton e John Kerry. Quando cheguei, fizeram-me uma exposição pormenorizada sobre o formato do debate e um resumo de todas as perguntas concebíveis que me poderiam ser dirigidas. Juntamente com Axe, Plouffe, a consultora de comunicação Anita Dunn e a restante equipa instruíram-me ao longo de horas sobre as respostas exactas que queriam ouvir, até à mais ínfima palavra ou construção frásica. No velho Hotel Biltmore onde nos tínhamos instalado, Ron e Tom insistiram em construir uma réplica perfeita do cenário do confronto e, nessa primeira noite, submeteram-me aos noventa minutos totais de um debate simulado, analisando cada ângulo do meu desempenho, da cadência à postura e ao tom. Foi esgotante, mas inegavelmente útil. Quando, por fim, pude repousar a cabeça na almofada, tive a certeza de que sonharia com tópicos de discussão.

No entanto, apesar dos seus melhores esforços, continuaram a chegar notícias de fora da bolha Klain-Donilon que distraíam a minha atenção.

Entre as sessões, recebia actualizações sobre o que ia acontecendo no mercado e sobre as perspectivas da legislação TARP da administração. Chamar-lhe «legislação» era um pouco forçado: o projecto de lei que Paulson levara ao Congresso era composto por três páginas de linguagem-padrão a autorizar o Tesouro a usar 700 mil milhões de dólares para comprar activos problemáticos ou, de forma mais geral, a adoptar medidas que considerasse necessárias para conter a crise. Com a imprensa e o público escandalizados com o custo e representantes de ambos os lados do espectro político a contestarem a ausência de pormenores, Pete Rouse contou-me que a administração não estava sequer perto de ter os votos de que precisava para a aprovação.

Harry Reid e Nancy Pelosi, a presidente da Câmara dos Representantes, afirmaram-no quando lhes falei ao telefone. Eram ambos políticos intransigentes, não adversos a fustigar os republicanos para consolidarem as suas maiorias quando surgisse a oportunidade. Porém, como eu viria a testemunhar repetidamente nos anos que se seguiram, tanto Harry como Nancy estavam dispostos (por vezes ao cabo de muita resistência) a deixar a política de lado quando estava em jogo uma questão de importância vital. Sobre o TARP, procuraram-me para obter orientações. Partilhei com eles a minha avaliação sincera: sendo associadas algumas condições para garantir que não se tratava apenas de uma prenda a Wall Street, os democratas tinham de ajudar a aprová-lo. Em favor deles, os dois líderes declararam que conseguiriam arrastar as respectivas direcções partidárias para angariar os votos de aprovação, desde que Bush e os líderes do Partido Republicano apresentassem também um número suficiente de votos republicanos.

Eu sabia que era uma condição deveras periclitante. Legislação impopular, uma eleição que se aproximava a passos largos e nenhum dos

lados a querer fornecer munições ao outro — parecia uma receita infalível para um impasse.

Para quebrá-lo, comecei a ponderar seriamente a ideia quixotesca proposta pelo meu amigo Tom Coburn, senador republicano de Oklahoma: que McCain e eu fizéssemos uma declaração conjunta a defender que o Congresso aprovasse uma versão do TARP. Se ambos pousássemos as mãos na faca ensanguentada, raciocinou Coburn, podíamos arredar a política do voto e possibilitar que um Congresso nervoso tomasse uma decisão razoável sem ficar obcecado com o impacto no dia da ida às urnas.

Não fazia ideia de como McCain reagiria a isto. Podia parecer algum tipo de artifício, mas sabendo que, a menos que fosse aprovado um pacote de resgate, estaríamos perante o que se poderia transformar numa depressão desmedida, achei que valia a pena tentar.

McCain e eu falámos por telefone enquanto eu viajava de regresso ao hotel, depois de um breve evento de campanha. A voz dele era suave, cortês, mas cautelosa. Disse que estava aberto a uma possível declaração conjunta, mas andara a matutar numa ideia diferente: que tal se ambos suspendêssemos as nossas campanhas? E se adiássemos o debate, regressássemos a Washington e esperássemos até que o pacote de resgate fosse aprovado?

Embora eu não pudesse imaginar como levar o circo da campanha presidencial para Washington teria alguma utilidade, senti-me encorajado pelo aparente interesse de McCain em elevar-se acima da peleja quotidiana e conseguir que fosse aprovada legislação. Com o cuidado de não parecer desdenhoso, propus — e John aceitou — que os nossos gestores de campanha produzissem um conjunto de opções deixadas à nossa consideração e que voltássemos a trocar impressões dentro de uma ou duas horas.

Já é um progresso, pensei ao desligar. Marquei depois o número de Plouffe e disse-lhe que contactasse Rick Davis, o gestor de campanha de McCain, para dar sequência àquilo. Minutos depois, cheguei ao hotel e encontrei Plouffe carrancudo, tendo acabado de falar com Davis.

— O McCain está prestes a dar uma conferência de imprensa — disse-me. — Vai anunciar o seu plano de suspender a campanha e regressar a Washington.

— O quê? Falei com ele há dez minutos.

— Pois, bem, não foi lá muito honesto. Davis diz que McCain nem sequer compareceria no debate a menos que fosse aprovado um pacote de resgate nas setenta e duas horas seguintes. Diz que McCain vai fazer-te publicamente um apelo para que te juntes a ele na suspensão da campanha, uma vez que… ouve-me isto… «O senador McCain pensa que, no momento presente, a política deve ficar em segundo plano.»

Plouffe cuspiu as palavras, parecendo com vontade de bater em alguém.

Alguns minutos depois, vimos McCain fazer o seu anúncio, com a voz a escorrer preocupação. Era difícil não sentir um misto de cólera e desapontamento. A visão caridosa era que John reagira por desconfiança: receoso de que a minha sugestão de uma declaração conjunta fosse uma tentativa de lhe passar a perna, decidira passar-me a perna primeiro. A visão menos caridosa, partilhada de forma unânime pela minha equipa, era que uma campanha em desespero estava a lançar-se em mais uma acrobacia política irreflectida.

Acrobacia ou não, um grande número de observadores políticos em Washington considerou a jogada de McCain um golpe de mestre. Logo que terminou o tempo de antena, fomos bombardeados com mensagens ansiosas de consultores democratas e apoiantes do Governo federal, a dizer que tínhamos de suspender a campanha ou arriscar ceder a vantagem num

momento de emergência nacional. Todavia, tanto por temperamento como por experiência, não nos sentíamos inclinados a seguir a sabedoria convencional. Eu pensava não só que nós dois a fazer pose em Washington diminuiria as probabilidades de ter o TARP aprovado, e não o contrário, como sentia que a crise financeira tornava muito mais importante que o debate se realizasse, de modo a que os eleitores pudessem ouvir directamente os dois homens que rivalizavam para os conduzir por águas desconhecidas. Ainda assim, rejeitar o apelo de McCain parecia ser um risco de vulto. Com a equipa reunida à minha volta, perguntei se alguém discordava da minha avaliação. Sem hesitação, disseram todos que não.

Sorri.

— Então está decidido.

Hora e meia depois, realizei a minha própria conferência de imprensa para dizer que não suspenderia a minha campanha. Fiz notar que estava já em contacto regular com Paulson e com os líderes do Congresso e que me seria possível voar para Washington a qualquer momento, se fosse necessário. Depois improvisei uma deixa que viria a dominar a cobertura noticiosa: «Os presidentes vão sempre ter de lidar com várias coisas em simultâneo.»

Não fazíamos ideia de como reagiriam os eleitores, mas estávamos todos satisfeitos com a minha decisão. Contudo, logo que nos sentámos para começar a estudar os passos seguintes, Plouffe recebeu um *e-mail* de Josh Bolten, o chefe de gabinete de Bush, a pedir que lhe telefonasse. Saiu rapidamente do quarto e, quando regressou alguns minutos depois, vinha de expressão ainda mais carregada.

— Aparentemente, o McCain pediu ao Bush para convocar uma reunião para amanhã na Casa Branca, contigo, com ele e com líderes do Congresso, para tentar acertar um acordo para o TARP. O Bush deve estar a ligar a

qualquer momento para te convidar para as festividades. — Abanou a cabeça e acrescentou: — Isto é tudo uma grande treta.

EMBORA NÃO SEJA AMPLA, a Sala do Executivo na Casa Branca é majestosa, com uma bela carpete vermelha adornada com estrelas douradas e paredes em tom creme com apliques em forma de águia. Do lado norte da sala, bustos em mármore de Washington e Franklin, esculpidos no estilo clássico, olham-nos dos recessos de ambos os lados de uma lareira. No centro da sala estende-se uma mesa oval de mogno reluzente, rodeada por vinte cadeiras pesadas e estofadas a couro, tendo todas uma pequena placa de latão nas costas a indicar onde devem sentar-se o presidente, o vice-presidente e cada um dos membros do Governo. É um lugar para deliberações sóbrias, construído para receber o peso da História.

Na maioria dos dias, a luz flui para a sala através de amplas portas de sacada viradas para o Roseiral. No dia 25 de Setembro, porém, quando ocupei o meu lugar na reunião convocada por Bush a pedido de McCain, o céu estava enevoado. Em torno da mesa encontravam-se sentados o presidente, o vice-presidente Cheney, McCain e eu, bem como Hank Paulson, Nancy Pelosi, Harry Reid, os líderes republicanos John Boehner e Mitch McConnell, além de presidentes e vice-presidentes das comissões relevantes. Uma horda de colaboradores da Casa Branca e do Congresso alinhavam-se ao longo das paredes, a tomar notas e a folhear livros grossos de consulta.

Ninguém tinha cara de querer estar ali.

O presidente não parecera nada entusiástico quando falámos ao telefone, na véspera. Eu discordava de praticamente todas as grandes decisões políticas de George W. Bush, mas acabara por gostar do homem,

considerando-o sincero, desarmante e autodepreciativo no seu sentido de humor.

— Não sei dizer-lhe por que razão o McCain acha que isto é boa ideia — dissera ele, parecendo quase pedir desculpa. Confirmou saber que Hank Paulson e eu já comunicávamos duas vezes por dia e mostrou-se satisfeito com a minha ajuda de bastidores junto dos democratas no Congresso. — Que diabo, se eu estivesse no seu lugar, Washington era o último lugar para onde queria vir — disse Bush. — Só que o McCain pediu e não posso dizer-lhe que não. Espero que possamos despachar o assunto com brevidade.

Só posteriormente vim a saber que Paulson e a restante equipa de Bush se tinham mostrado adversos à reunião, e por uma boa razão. Ao longo dos últimos dias, líderes no Congresso tinham começado a atenuar as suas divergências sobre a legislação do TARP. Nessa mesma manhã, falara-se de uma tentativa de acordo (embora, volvidas poucas horas, os republicanos a tenham rejeitado). Com as negociações numa fase tão delicada, os conselheiros de Bush sentiram justamente que incluir-me a mim e a McCain no processo seria provavelmente mais prejudicial do que benéfico.

No entanto, Bush decidira contra a sua equipa e eu não podia censurá-lo. Tendo em conta a resistência crescente ao TARP mesmo no seio do seu próprio partido, ele não se podia permitir ter o nomeado republicano a azedar com ele. Todavia, todo o processo dava ares de charada rebuscada. Ao observar os rostos rígidos na sala, percebi que não estávamos reunidos para uma negociação concreta, mas antes para participar no esforço presidencial para apaziguar um homem.

O presidente começou a reunião com um breve apelo à unidade antes de passar a palavra a Paulson, que fez o ponto da situação quanto às condições do mercado e explicou como os fundos do TARP seriam usados para comprar hipotecas em incumprimento (o nome que lhes davam era «activos

tóxicos») aos bancos, equilibrando assim os seus balanços e restaurando a confiança do mercado.

— Se o Hank e o Ben pensam que este plano vai resultar, terá o meu apoio — disse Bush depois da intervenção deles.

Seguindo o protocolo, o presidente deu de seguida a palavra à presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi. Porém, em vez de fazer a sua intervenção, Nancy informou educadamente o presidente de que os democratas preferiam que eu falasse primeiro, em nome deles.

Fora ideia de Nancy e de Harry que eu lhes servisse de elemento de referência, e fiquei grato por tal. Não só isso garantia que não era ultrapassado por McCain durante as deliberações, mas assinalava que os meus colegas democratas viam os seus destinos políticos como estando amarrados ao meu. A jogada pareceu apanhar os republicanos de surpresa, e não pude deixar de reparar que o presidente dirigia a Nancy um dos sorrisos afectados que eram a sua imagem de marca — como político astuto, ele reconhecia uma manobra hábil quando a via —, antes de acenar com a cabeça na minha direcção.

Nos minutos que se seguiram, pronunciei-me sobre a natureza da crise, os pormenores da legislação que ia surgindo e os restantes pontos que estavam a ser negligenciados, a remuneração dos executivos e o auxílio aos proprietários de casas, que o Partido Democrata considerava precisarem ainda de ser enfrentados. Fazendo notar que tanto o senador McCain como eu nos tínhamos comprometido a não fazer aproveitamento político dos esforços de resgate financeiro, disse ao presidente que os democratas contribuiriam com o seu quinhão de votos necessários para a aprovação. Contudo, adverti que, caso houvesse alguma verdade nos rumores de que alguns líderes republicanos se estavam a retrair e a insistir em recomeçar do

zero um plano diferente, isso atolaria completamente as negociações e «as consequências seriam graves».

Bush virou-se para McCain e disse:

— John, como o Barack teve oportunidade de falar, pensou que é justo que intervenha em seguida.

Todos olharam para McCain, cujo maxilar se cerrou. Parecia estar prestes a dizer qualquer coisa, pensou melhor e agitou-se por um instante na cadeira.

— Acho que vou esperar pela minha vez — declarou por fim.

Há momentos na disputa de uma eleição, como na vida, em que todos os caminhos possíveis, com uma única excepção, se fecham subitamente; quando aquilo que parecia uma ampla diversidade de desfechos prováveis se reduz ao inevitável. Este foi um desses momentos. Bush olhou para McCain com um sobrolho erguido, encolheu os ombros e deu a palavra a John Boehner. Boehner disse que não estava a falar de recomeçar do zero, queria somente algumas modificações, incluindo um plano que teve dificuldade em descrever e que implicava que o Governo federal protegesse as perdas dos bancos, em vez de lhes comprar os activos.

Perguntei a Paulson se examinara esta proposta garantista republicana e se apurara como resultaria. Paulson declarou firmemente que o fizera e que não resultaria.

Richard Shelby, vice-presidente da Comissão Bancária do Senado, interrompeu para dizer que lhe fora dito por alguns economistas que o TARP não resultaria. Propôs que a Casa Branca desse ao Congresso mais tempo para ponderar todas as suas opções. Bush cortou-lhe a palavra e disse que o país não dispunha de mais tempo.

Com a discussão a prosseguir, tornou-se cada vez mais claro que nenhum dos líderes republicanos tinha um bom conhecimento do verdadeiro

conteúdo da versão mais recente da legislação TARP — ou até da natureza das alterações por eles próprios propostas. Estavam simplesmente a tentar arranjar maneira de se esquivarem a votar uma coisa que não lhes convinha. Depois de ouvir durante vários minutos o vaivém de argumentos, voltei a intervir.

— Senhor Presidente, eu ainda queria ouvir o que tem a dizer o senador McCain.

Mais uma vez, todos se viraram para McCain. Desta feita, ele estudou uma pequena ficha com notas que tinha na mão, murmurou qualquer coisa que não consegui decifrar e depois entregou-se a uns dois ou três minutos de lugares-comuns: sobre como as conversações pareciam estar a fazer progressos e sobre como era importante dar espaço a Boehner para convencer o seu grupo de representantes a votar a favor.

E foi só isso. Não tinha plano. Não tinha estratégia. Nem sequer o vislumbre de uma sugestão relativa a como as diferentes posições poderiam convergir. A sala silenciou-se quando McCain pousou o seu pedaço de cartolina, de olhos baixos, como um batedor de basebol que sabe que acabou de falhar a bola arremessada. Quase senti pena dele: que a sua equipa tenha encorajado uma jogada tão arriscada e depois o enviasse para a reunião sem estar preparado era negligência política. Quando os jornalistas soubessem do desempenho dele nesse dia, a cobertura noticiosa não seria simpática.

O efeito mais imediato da bizarria de John, porém, foi ter desencadeado uma discussão desenfreada na Sala do Executivo. Nancy e Spencer Bachus, o vice-presidente republicano da Comissão de Serviços Financeiros da Câmara, começaram a disputar quem merecia crédito pelas protecções mais robustas ao dinheiro dos contribuintes na versão mais recente da legislação. Barney Frank, o democrata duro e perspicaz de Massachusetts que sabia do

que falava e trabalhara talvez mais do que ninguém para ajudar Paulson a levar o TARP a bom porto, começou a provocar os republicanos, gritando repetidamente: «Qual é o vosso plano? Qual é o vosso plano?» Os rostos ruborizaram-se, as vozes elevaram-se e as pessoas começaram a falar directamente entre si. Enquanto isso, McCain permanecia silencioso, a cozer em lume brando no seu lugar. Aquilo ficou tão feio, que o presidente Bush se pôs de pé.

— É óbvio que perdi o controlo desta reunião — declarou. — Acabámos.

Com isso, rodou sobre os calcanhares e saiu apressadamente pela porta do lado sul.

Toda aquela cena me deixou aturdido.

Enquanto McCain e a liderança republicana abandonavam rapidamente a sala, puxei Nancy, Harry e os restantes democratas para um canto da Sala Roosevelt, logo ao lado. Exibiam diferentes estados de agitação e, como já tínhamos decidido que eu não faria quaisquer comentários para os jornalistas depois da reunião, queria certificar-me de que nenhum deles dizia algo que pudesse agravar as coisas. Discutíamos maneiras de poderem sintetizar a reunião de forma construtiva quando Paulson entrou, parecendo absolutamente em estado de choque. Vários dos meus colegas começaram a enxotá-lo, como se fosse um miúdo impopular no recreio da escola. Alguns até escarneceram dele.

— Nancy — disse Paulson, parecendo um gigante ao lado da presidente. — Por favor…

E então, num misto inspirado e algo triste de sentido de humor e desespero, ele fez descer a sua corpulência de um metro e noventa e cinco e sessenta e dois anos até ficar apoiado num joelho.

— Suplico-lhe: não dê cabo disto.

A presidente da Câmara dos Representantes consentiu-se um sorriso

fugaz.

— Hank, não sabia que é católico — respondeu. O sorriso dela extinguiu-se quase com a mesma rapidez e acrescentou bruscamente: — Poderá não ter reparado, mas não somos nós quem está a tentar dar cabo das coisas.

Tive de dar crédito a Paulson. Voltando a pôr-se de pé, ficou ali vários minutos a deixar os democratas desabafarem. Quando saíram para enfrentar a imprensa, já toda a gente se acalmara e concordara dar a melhor imagem que pudesse da reunião. Hank e eu planeámos voltar a falar mais para a noite. Depois de deixar a Casa Branca, liguei para Plouffe.

— Como correu? — perguntou.

Reflecti por um segundo.

— Correu bem para nós — respondi. — Mas, face ao que acabei de ver, é melhor ganharmos isto, senão o país está lixado.

POR NATUREZA, não sou uma pessoa supersticiosa. Em miúdo, não tinha um número da sorte nem andava com uma pata de coelho. Não acreditava em fantasmas nem em duendes e, embora pudesse formular um desejo quando soprava as velas do bolo de aniversário ou atirava uma moeda para uma fonte, a minha mãe fora sempre rápida a lembrar-me de que há uma ligação directa entre fazer o que temos a fazer e conseguir que os nossos desejos se realizem.

Todavia, no decurso da campanha dei comigo a fazer algumas concessões ao mundo dos espíritos. Certo dia no Iowa, por exemplo, depois de um evento, um tipo corpulento vestido de motoqueiro e coberto de tatuagens abeirou-se de mim em passos largos e meteu-me qualquer coisa na mão. Era a ficha de póquer de metal que lhe dava sorte, explicou; nunca o deixara ficar mal em Las Vegas. Queria que eu ficasse com ela. Uma semana

depois, uma jovem cega em New Hampshire estendeu o braço para me dar um pequeno coração de vidro cor-de-rosa. No Ohio, foi uma cruz de prata de uma freira de sorriso irresistível e um rosto tão sulcado como o caroço de um pêssego.

O meu arsenal de talismãs cresceu de forma contínua: um Buda em miniatura, uma castanha do Ohio, um trevo de quatro folhas prensado, uma miniatura de bronze de Hanuman, o deus-macaco, todo o tipo de anjos, rosários de contas, cristais e pedras. Habituei-me a escolher cinco ou seis deles em cada manhã e a metê-los no bolso, registando de forma semiconsciente quais tinha comigo num dia particularmente bom.

Se a minha reserva de pequenos tesouros não garantia que o Universo penderia a meu favor, achei que não faria mal. Sentia-me confortado sempre que os revirava na mão ou sentia o seu leve balouçar quando me deslocava de um evento para outro. Cada talismã era uma reminiscência táctil de toda a gente com que me cruzara, uma transmissão débil, mas constante, das suas esperanças e expectativas.

Também me tornei peculiar no que dizia respeito aos meus rituais para dias de debate. A manhã era sempre dedicada a estudar a estratégia e os pontos-chave, o começo da tarde a algumas acções ligeiras de campanha. No entanto, às quatro horas, queria a agenda livre. Para eliminar o excesso de adrenalina, praticava exercício físico rápido. Depois, noventa minutos antes de seguir para o local do debate, fazia a barba e tomava um duche quente demorado, antes de vestir a camisa nova (branca) e a gravata (azul ou vermelha) que Reggie pendurara no guarda-roupa do hotel, junto ao meu fato azul acabado de passar a ferro. Para o jantar, comida reconfortante: bife entre médio e bem passado, batatas assadas ou em puré e brócolos cozidos em vapor. E na cerca de meia hora que precedia o debate, enquanto passava os olhos pelas minhas notas, ouvia música através de auscultadores ou de

uma pequena coluna de som portátil. Acabei por me tornar um bocadinho compulsivo na escolha de determinados temas. Primeiro vinham uns quantos clássicos: *Freddie Freeloader* de Miles Davis, *My Favorite Things* por John Coltrane, *Luck Be a Lady* de Frank Sinatra. (Antes de um debate nas primárias, devo ter tocado essa última canção duas ou três vezes seguidas, a indiciar claramente falta de confiança na minha preparação.)

Por fim, era o *rap* a deixar-me a cabeça na configuração apropriada, em particular duas canções: *My 1st Song*, de Jay-Z, e *Lose Yourself*, de Eminem. Ambas tinham a ver com desafiar as probabilidades, abordar as coisas sem tergiversar («Escuta: se tivesses uma única tentativa ou oportunidade de agarrar tudo o que sempre quiseste num só momento, deitar-lhe-ias mão? Ou ias deixá-lo escapar?»); com a sensação de fazer surgir algo do nada; sobreviver à conta da inteligência, dos empurrões e do medo disfarçado de bravata. As letras pareciam feitas à medida do meu anterior estatuto de vencido. E, sentado sozinho na traseira da carrinha dos Serviços Secretos, a caminho de um local de debate, no meu uniforme imaculado e gravata bem apertada, abanava a cabeça ao ritmo dessas canções, sentindo uma corrente de rebelião privada, uma ligação a algo mais enérgico e mais real do que todo o alvoroço e deferência que agora me rodeavam. Era a minha maneira de romper com o artifício e recordar-me de quem era.

Antes do meu primeiro debate com John McCain, em finais de Setembro, segui o ritual à risca. Comi o meu bife, ouvi a minha música, senti o peso dos talismãs no bolso ao caminhar para o palco. Porém, para dizer a verdade, não precisava de muita sorte. Quando cheguei às instalações da Universidade do Mississípi — lugar onde, havia menos de cinquenta anos, um homem negro chamado James Meredith fora obrigado a obter uma

ordem do Supremo Tribunal e a protecção de quinhentos agentes federais só para conseguir frequentar as aulas —, eu já não era o malquerido.

Estava agora nas minhas mãos perder ou não a corrida.

Como se esperava, a cobertura noticiosa do fiasco na Casa Branca fora impiedosa para McCain. Os problemas dele agravaram-se quando a sua campanha anunciou, apenas algumas horas antes do debate, que — devido ao «progresso» que resultara da sua intervenção em negociações no Congresso em torno do TARP — ele poria fim à suspensão auto-imposta da campanha e, afinal, participaria. (Tínhamos planeado comparecer na mesma, ainda que isso implicasse uma agradável conversa a dois, televisionada, com o moderador Jim Lehrer.) Os jornalistas viram esta última jogada de McCain como aquilo que era: um recuo apressado depois de uma acrobacia política que dera para o torto.

Em si mesmo, o debate não trouxe muitas surpresas. McCain parecia relaxado no palco, a alinhavar deixas dos seus discursos de campanha e ortodoxia republicana de referência, proferidas com doses generosas de humor e charme. Ainda assim, o conhecimento deficiente que ele tinha dos pormenores da crise financeira e a sua falta de respostas para o que planeava fazer a respeito dela tornaram-se cada vez mais evidentes, à medida que continuávamos a travar razões. Entretanto, eu estava à vontade. Não havia dúvida de que o meu regime de treino às mãos dos sargentos instrutores Klain e Donilon tinha compensado; por mais que eu sentisse uma relutância instintiva por respostas pré-formatadas às perguntas, não se podia negar que tanto as audiências televisivas como os comentadores consideravam mais convincentes as minhas respostas mais exercitadas, e a preparação evitou que me prolongasse excessivamente.

Mais do que isso, porém, o meu estado de espírito para o debate com McCain foi perceptivelmente diferente. Ao contrário dos meus debates com

Hillary e o restante sector democrata, que pareciam tantas vezes um jogo trabalhado, a retalhar minudências e a marcar pontos de estilo, as diferenças entre mim e John McCain eram reais e profundas; os riscos de escolher um de nós em detrimento do outro repercutir-se-iam por décadas, com consequências para milhões de pessoas. Confiante no meu domínio dos factos, certo da razão por que as minhas ideias tinham mais possibilidades do que as de John de ir ao encontro dos desafios com que o país se confrontava, senti-me estimulado pela nossa troca de argumentos e vi-me (quase) a apreciar os nossos noventa minutos no palco.

As sondagens instantâneas após o debate, realizadas entre eleitores ainda indecisos, mostraram-me a vencer por uma ampla margem. A minha equipa estava inebriada, em constantes gestos de congratulação mútua e provavelmente alguns suspiros de alívio em privado.

Michelle estava contente, mas mais contida. Detestava ir a debates. Na descrição dela, ter de ficar ali sentada de semblante sereno, independentemente do que fosse dito a meu respeito ou da gravidade das asneiras que eu fizesse, com o estômago revolto, era como brocar um dente sem anestesia. Na verdade, fosse por medo de poder trazer má sorte ao desfecho ou devido à sua própria ambivalência face à perspectiva da minha vitória, normalmente ela evitava falar-me dos aspectos mais duros da competição da campanha. Razão pela qual fiquei surpreendido quando, nessa noite, já deitados, ela se virou para mim e disse:

— Vais ganhar, não vais?

— Muito ainda pode acontecer… mas, sim. Há muito boas hipóteses de ganhar.

Olhei para a minha esposa. O rosto era meditabundo, como se estivesse a tentar resolver mentalmente um quebra-cabeças. Por fim, dirigiu a si mesma um gesto de assentimento com a cabeça e devolveu-me o olhar fixo.

— Vais ganhar — disse ela baixinho.

Beijou-me na face, desligou o candeeiro da mesinha-de-cabeceira e tapou-se com os cobertores.

A 29 DE SETEMBRO, três dias depois do debate na Universidade do Mississípi, a legislação TARP de Bush careceu de treze votos para ser aprovada na Câmara dos Representantes, com dois terços dos democratas a votar a favor e dois terços dos republicanos a votar contra. O Índice Dow Jones sofreu de imediato uma queda aterrorizadora de 778 pontos e, após uma sova na imprensa e, indubitavelmente, um dilúvio de telefonemas de constituintes que viam as suas poupanças para a reforma a evaporar-se, membros suficientes de ambos os partidos mudaram o sentido de voto para aprovar uma versão corrigida do pacote de resgate.

Extremamente aliviado, telefonei a Hank Paulson para o congratular pelos seus esforços. Contudo, embora a aprovação do TARP mostrasse ser crucial para salvar o sistema financeiro, todo o episódio nada fez para reverter a impressão crescente do público de que o Partido Republicano — e, por extensão, o seu nomeado para presidente — não era merecedor de confiança para lidar responsavelmente com a crise.

Entretanto, as decisões de campanha que Plouffe impusera meses antes estavam a compensar. O nosso exército de organizadores e voluntários disseminara-se pelo país, registando centenas de milhares de novos eleitores e lançando operações sem precedentes em Estados que permitiam votação antecipada. Os nossos donativos através da Internet continuaram a afluir, permitindo-nos aparecer em quaisquer meios de comunicação que escolhêssemos. Quando, um mês antes da eleição, a campanha de McCain anunciou que estava a repensar os seus esforços no Michigan,

historicamente um Estado-chave de combate, para concentrar os recursos noutro lugar, Plouffe quase ficou ofendido.

— Sem o Michigan não podem ganhar! — declarou, a abanar a cabeça. — Bem podem içar uma bandeira branca.

Em vez de concentrar energia no Michigan, a campanha de McCain virou a sua atenção para um homem que se tornaria uma figura de culto improvável: Joe Wurzelbacher.

Eu conhecera Wurzelbacher algumas semanas antes, quando andava a bater às portas à maneira antiga em Toledo, no Ohio. Era o tipo de actividade de campanha de que eu mais gostava, surpreender as pessoas quando elas varriam folhas ou faziam a manutenção dos automóveis no acesso da casa, ver os miúdos abeirarem-se a grande velocidade nas bicicletas, para verem a que se devia o burburinho.

Nesse dia, eu estava numa esquina a assinar autógrafos e a falar com um grupo de pessoas quando um homem de cabeça rapada que parecia ter trinta e muitos anos se apresentou como Joe e me questionou sobre o meu plano fiscal. Disse que era canalizador e preocupava-o que liberais como eu pudessem dificultar que proprietários de pequenos negócios como ele fossem bem-sucedidos. Com as câmaras dos correspondentes locais a gravar, expliquei que o meu plano só aumentaria os impostos para os americanos que estivessem entre os 2 por cento mais ricos do país; e que, ao investir esses rendimentos em coisas como educação e infra-estruturas, a economia e o negócio dele teriam mais probabilidades de prosperar. Disse-lhe que acreditava que este tipo de redistribuição do rendimento — «quando se espalha a riqueza», foram as minhas palavras — fora sempre importante para criar oportunidades para mais pessoas.

Joe tornou-se afável, mas não estava convencido e concordámos em discordar, apertando as mãos antes de eu me ir embora. Na carrinha, de

regresso ao hotel, Gibbs — que, como qualquer bom director de comunicação de uma campanha, tinha um faro infalível para como algumas palavras aparentemente inócuas podiam desencadear parvoíces políticas — disse-me que o meu comentário sobre espalhar a riqueza era problemático.

— O que é que estás a dizer?

— Não cai bem. As pessoas associam isso ao comunismo e cenas dessas.

Ri-me à gargalhada, dizendo que a intenção de reverter os cortes fiscais de Bush era redistribuir a riqueza de pessoas como eu por pessoas como Joe. Gibbs olhou-me como um pai olha um filho que continua a repetir o erro.

Claro que, logo que o vídeo comigo e com Wurzelbacher, instantaneamente alcunhado de «Joe, *o Canalizador*», apareceu, McCain começou a martelar nele nos nossos debates. A sua campanha agarrou-se totalmente àquilo, dizendo que aquele fulano terra-a-terra do Ohio desmascarara o meu segredo, um programa de redistribuição socialista de rendimento, e tratando-o como se fosse um oráculo do interior da América. De repente, havia apresentadores de noticiários a entrevistar Joe. Houve *spots* televisivos com Joe, *o Canalizador*, e McCain levou-o consigo para alguns comícios da campanha. O próprio Joe parecia alternadamente divertido, desnorteado e, em certas ocasiões, aborrecido com a sua fama recém-adquirida. Porém, depois de tudo dito e feito, a maioria dos eleitores parecia ver Joe como não muito mais do que uma distracção do assunto sério que era eleger o próximo presidente.

A maioria dos eleitores, mas não todos. Para aqueles que ouviam as notícias apresentadas por Sean Hannity e Rush Limbaugh, Joe, *o Canalizador*, enquadrava-se lindamente numa narrativa mais vasta que envolvia o reverendo Wright, a minha alegada fidelidade para com o organizador comunitário radical Saul Alinsky e a minha obscura herança

muçulmana. Para esses eleitores, eu já não era apenas um democrata do centro-esquerda que planeava alargar a rede de protecção social e pôr fim à guerra no Iraque. Eu era algo mais insidioso, alguém a ser temido, alguém a ser detido. Para levar esta mensagem urgente e patriótica ao povo americano, os meus adversários viraram-se cada vez mais para a sua mais destemida paladina, Sarah Palin.

Desde Agosto, Palin dera cabo de algumas entrevistas em meios de comunicação de vulto, tornando-se anedota corrente do *Saturday Night Live* e de outros programas nocturnos de comédia. No entanto, o seu poder residia noutro aspecto. Passara a primeira semana de Outubro a atrair grandes multidões e a exaltá-las com propaganda nativista. Do alto do palco, acusou-me de «andar de braço dado com terroristas que atacariam o seu próprio país». Alvitrou que eu não era «um homem que vê a América da mesma maneira que vocês e eu a vemos». As pessoas apareciam nos comícios com *T-shirts* em que se liam divisas como *PITBULLS* DE PALIN e NÃO AOS COMUNISTAS. Os meios de comunicação relataram gritos de «Terrorista!», «Matem-no!» e «Arranquem-lhe a cabeça!» ouvidos no público. Através de Palin, parecia que os espíritos negativos que se ocultavam havia muito nas franjas do moderno Partido Republicano — xenofobia, anti-intelectualismo, teorias paranóicas da conspiração e antipatia para com gente negra e mestiça — estavam a abrir caminho para a ribalta.

Constituiu prova do carácter de John McCain, da sua decência fundamental, que, sempre que algum apoiante o abordava a vomitar retórica do estilo Palin, ele repelia-o educadamente. Quando um homem, num comício no Minnesota, anunciou ao microfone que o assustava ter-me como presidente, McCain não o aceitou.

— Devo dizer-lhe que ele é uma pessoa decente e alguém que não deve

temer para o cargo de presidente dos Estados Unidos — declarou, levando a audiência a vaiar energicamente. Em resposta a outra pergunta, disse:

— Queremos lutar, e eu lutarei. Mas seremos respeitadores. Admiro o senador Obama e aquilo que realizou. Respeitá-lo-ei. Quero que toda a gente seja respeitadora e vamos garantir que o somos, porque é dessa maneira que deve ser conduzida a política na América.

Pergunto-me por vezes se, dispondo de poder retrospectivo, McCain teria escolhido Sarah Palin: se soubesse como a ascensão espectacular dela e a sua validação como candidata teria servido de modelo a futuros políticos, deslocando o centro do seu partido e a política em geral do país numa direcção que ele abominava. Claro que nunca lhe coloquei directamente a questão. No decurso da década seguinte, o nosso relacionamento evoluiria para um respeito relutante, mas genuíno, ficando compreensivelmente a eleição de 2008 como assunto melindroso.

Agrada-me pensar que, tendo a oportunidade de fazer tudo de novo, ele teria optado de forma diferente. Acredito que pôs realmente o país em primeiro lugar.

O ESTRIBILHO QUE PRINCIPIARA com Edith Childs e o seu grande chapéu numa pequena sala em Greenwood, na Carolina do Sul, mais de um ano antes, soou espontaneamente, propagando-se por multidões de quarenta ou cinquenta mil, com gente a encher estádios de futebol e parques urbanos, não se deixando intimidar pelo clima extemporaneamente quente de Outubro. *Animados, prontos para começar! Animados, prontos para começar*! Tínhamos construído qualquer coisa juntos; sentia-se a energia como força física. Faltando apenas algumas semanas para a eleição, as nossas sedes locais de candidatura debatiam-se para encontrar espaço suficiente para acomodar todas as pessoas que se apresentavam como

voluntárias; o cartaz artístico de Shepard Fairey intitulado ESPERANÇA, com uma versão estilizada do meu rosto a vermelho, branco e azul, de olhos postos no horizonte, parecia de repente estar em toda a parte. Era como se a campanha tivesse transcendido a política, passando para o reino da cultura popular. «És a nova moda», troçava Valerie.

Aquilo preocupou-me. A inspiração que a nossa campanha proporcionava, a visão de tanta gente jovem agora empenhada na sua capacidade para produzir a mudança, a união de norte-americanos que ultrapassava divisões raciais e socioeconómicas — era a realização de tudo o que eu sonhara ser possível em política e algo que me deixava orgulhoso. Porém, a contínua elevação da minha pessoa a símbolo ia na direcção contrária dos meus instintos de organizador, esse sentido de que a mudança implica «nós» e não «eu». Também era pessoalmente desorientador, exigindo-me que fizesse constantemente o balanço para ter a certeza de que não estava a deixar-me arrastar pela excitação e para me recordar da distância entre a imagem retocada e a pessoa imperfeita e muitas vezes incerta que eu era.

Também me debatia com a probabilidade de, se fosse eleito presidente, se tornar impossível ir ao encontro das expectativas desmesuradas que agora me estavam associadas. Desde que vencera a nomeação democrata, começara a fazer uma leitura diferente dos jornais, de uma maneira que me sobressaltava. Cada manchete, cada artigo, cada revelação era mais um problema para eu resolver. E os problemas estavam a acumular-se rapidamente. Não obstante a aprovação do TARP, o sistema financeiro continuava paralisado. O mercado imobiliário caía a pique. A economia perdia empregos a um ritmo acelerado e especulava-se que os três maiores fabricantes de automóveis em breve ficariam em perigo.

A responsabilidade de fazer frente a esses problemas não me assustava.

Na verdade, deleitava-me com a oportunidade. Porém, em vista do que eu ia sabendo, era provável que as coisas ficassem significativamente piores antes de melhorarem. Resolver a crise económica — para não falar em extinguir duas guerras, desenvolver os cuidados de saúde e tentar salvar o planeta de alterações climáticas catastróficas — ia ser um trabalho prolongado e árduo. Seria necessário, não um salvador solitário, mas um Congresso cooperante, aliados com vontade e um colectivo de cidadãos informado e mobilizado que conseguisse manter a pressão sobre o sistema.

O que aconteceria então, quando a mudança não se desse com rapidez suficiente? Como reagiriam estas multidões jubilosas às inevitáveis contrariedades e aos compromissos? Foi algo que se tornou uma anedota recorrente, entre mim e a equipa:

— Temos a certeza de que queremos ganhar esta coisa? Não é tarde de mais para desistir.

Marty exprimiu uma versão mais étnica do mesmo sentimento:

— Passaram-se duzentos e trinta e dois anos, e logo agora que o país está um caco é que o vão entregar aqui ao *brother*!

MAIS DO QUE QUALQUER COISA relacionada com a campanha, foram as notícias vindas do Havai a marcar o meu estado de espírito nos dias minguantes de Outubro. Maya telefonou a dizer que os médicos não pensavam que a avó Toot vivesse muito mais tempo, talvez não mais de uma semana. Estava confinada a uma cama articulada alugada, na sala de estar do seu apartamento, acompanhada por uma enfermeira de cuidados terminais que lhe administrava medicamentos paliativos. Embora ela tivesse surpreendido a minha irmã com um rasgo súbito de lucidez na noite anterior, a pedir notícias da campanha, um copo de vinho e um cigarro, oscilava agora entre estados conscientes e de inconsciência.

E assim, doze dias antes das eleições, fiz uma viagem de trinta e seis horas até Honolulu, para me despedir. Maya estava à minha espera quando cheguei ao apartamento da avó; vi que ela tinha estado sentada no sofá, com duas caixas de sapatos cheias de velhas fotografias e cartas.

— Pensei que poderias querer levar algumas contigo — disse-me.

Peguei nalgumas fotografias que estavam na mesinha. Os meus avós e a minha mãe com oito anos, a rirem num prado, em Yosemite. Eu aos quatro ou cinco anos, sentado nos ombros do avô enquanto as ondas se desfaziam à nossa volta. Nós os quatro com Maya, ainda bebé, a sorrir, em frente a uma árvore de Natal.

Sentei-me na cadeira junto à cama e segurei a mão da minha avó. O corpo consumira-se e a respiração dela era esforçada. De vez em quando, sacudia-a uma tosse violenta e metálica que soava como um rangido de engrenagens. Ouvi-a algumas vezes murmurar suavemente, embora me tenham escapado as palavras, se algumas foram pronunciadas.

Que sonhos poderia ela estar a ter? Interroguei-me se teria conseguido olhar para trás e fazer o balanço, ou se consideraria isso uma indulgência excessiva. Eu queria pensar que ela tinha olhado para trás; que se deliciara na recordação de um amante num passado remoto, ou de um dia perfeito e cheio de sol na sua juventude, quando tivera alguma boa sorte e o mundo se mostrara grandioso e pleno de promessas.

Lembrei-me de uma conversa que tivera com ela quando andava na escola secundária, por volta da altura em que os problemas crónicos de costas de que padecia começaram a tornar-lhe difícil percorrer distâncias maiores.

— O problema de envelhecer, Bar, é que por dentro se é a mesma pessoa — dissera-me. Recordo-me dos olhos dela a estudar-me através das grossas lentes bifocais, como se verificasse se eu estava a prestar atenção. — Fica-

se encurralado nesta maldita geringonça que começa a desconjuntar-se. Mas ainda somos nós. Percebes?

Agora percebia…

Na hora que se seguiu, fiquei sentado a conversar com Maya acerca do trabalho e da família dela, ao mesmo tempo que ia dando palmadinhas na mão seca e ossuda da avó Toot. Porém, o quarto acabou por ficar demasiado carregado de recordações — a colidirem, a fundirem-se, a refractarem-se como imagens num caleidoscópio — e eu disse a Maya que queria dar um passeio rápido lá fora. Depois de trocar impressões com Gibbs e com o meu destacamento dos Serviços Secretos, ficou acordado que os repórteres locais que estavam lá em baixo não seriam informados. Usei o elevador para a cave e saí pela garagem, virando à esquerda na rua estreita que havia nas traseiras do edifício.

A rua quase não mudara em trinta e cinco anos. Passei por trás de um pequeno templo e centro comunitário xintoísta, depois por fileiras de casas de madeira intervaladas pelo ocasional prédio de apartamentos com três andares, de betão. Eu tinha batido a minha primeira bola de básquete — um presente do meu pai quando fiz dez anos — por aquela rua abaixo, a driblar ao longo da borda irregular do passeio a caminho, e, no regresso, dos campos da escola primária próxima. A avó Toot costumava dizer que sabia sempre quando eu estava prestes a chegar a casa para jantar, porque da altura de dez andares ouvia a maldita bola ressaltar. Eu correra por aquela rua para ir ao supermercado comprar-lhe cigarros, motivado pela promessa dela de que podia comprar um chocolate com o troco, se conseguisse voltar em dez minutos. Mais tarde, quando eu tinha quinze anos, percorrera aquela mesma rua no regresso de um turno no meu primeiro emprego, a servir gelados na Baskin-Robbins ao virar da esquina, com a avó a rir-se com gosto quando resmunguei por causa do meu reles salário.

Outro tempo, outra vida. Modesta e sem consequências para o resto do mundo. Porém, uma vida que me tinha dado amor. Uma vez desaparecida a avó Toot, não restaria ninguém que recordasse essa vida, ou me recordasse nela.

Ouvi um estrépito de passos atrás de mim; os correspondentes de imprensa tinham sabido, de alguma maneira, da minha excursão não agendada e estavam a concentrar-se no passeio fronteiro: operadores de câmara aos encontrões para conseguirem o seu enquadramento, repórteres com microfones a olhar-me acanhadamente, em visível conflito com a necessidade de gritarem uma pergunta. Nisso foram decentes, estavam somente a fazer o seu trabalho e, de qualquer modo, eu mal me distanciara quatro quarteirões. Fiz um aceno rápido aos jornalistas e virei-me para voltar para a garagem. Percebi que não valia a pena ir mais longe — aquilo que procurava já não estava ali.

Deixei o Havai e voltei ao trabalho. Oito dias depois, na véspera da eleição, Maya telefonou para dizer que a avó morrera. Era o meu último dia de campanha. Tínhamos programado estar nessa noite na Carolina do Norte, antes de seguirmos para a Virgínia, para o nosso evento final. Antes de me dirigir ao local do comício, Axe perguntou com tacto se eu precisava de ajuda para escrever uma abertura às minhas observações habituais de campanha, uma breve confirmação da morte da minha avó. Agradeci-lhe, mas disse-lhe que não. Sabia o que queria dizer.

Estava uma noite bonita, fresca e com uma chuva fraca. De pé no palco ao ar livre, depois de silenciarem a música, as ovações e as palavras de ordem, dediquei alguns minutos a falar à multidão da avó Toot: como ela crescera durante a Depressão e trabalhara numa linha de montagem quando o avô fora para a guerra, o que significara para a nossa família e o que podia significar para eles.

— Ela era um daqueles heróis discretos que existem em toda a América — declarei. — Não são famosos. Os nomes deles não vêm nos jornais. Porém, trabalham arduamente todos os dias, um após outro. Cuidam das suas famílias, sacrificam-se pelos filhos e pelos netos, não procuram as luzes da ribalta. A única coisa que querem é fazer o que está certo.

»E nesta multidão há muitos heróis discretos assim… mães, pais, avós que trabalharam arduamente e se sacrificaram durante toda a sua vida. E a satisfação que alcançam é ver que os seus filhos, e talvez os seus netos ou bisnetos, levam uma vida melhor do que eles levaram.

»É isso que caracteriza a América. É por isso que lutamos.

Era o melhor argumento de fecho da campanha que eu sentia ser capaz de apresentar.

QUANDO SE É O CANDIDATO, o dia do sufrágio reveste-se de uma quietude surpreendente. Não há mais comícios nem salões municipais. Os anúncios na televisão e na rádio já não importam; os noticiários não têm nada de relevante para relatar. As sedes de campanha ficam vazias, com o pessoal e os voluntários a calcorrearem as ruas para ajudar os eleitores que comparecem. Por todo o país, milhões de estranhos ocultam-se atrás de uma cortina preta para registar as suas preferências políticas e os seus instintos privados, com alguma alquimia colectiva misteriosa a determinar o destino do país — e o nosso. Aquilo de que se toma consciência é óbvio, mas também profundo: agora já não está nas nossas mãos. Na prática, a única coisa que se pode fazer é esperar.

Plouffe e Axe ficaram loucos com a incapacidade de fazer fosse o que fosse, passando horas nos seus *BlackBerrys* à procura de relatos do terreno, rumores, notícias de mau tempo… qualquer coisa que pudesse servir como base de informação. Eu adoptei a abordagem oposta, entregando-me à

incerteza, como alguém que se deixasse ficar de costas a flutuar sobre uma onda. Principiei a manhã a sintonizar alguns programas de rádio para ouvir no carro, sobretudo em estações afro-americanas, que lembravam às pessoas que saíssem e votassem. Por volta das sete e meia, Michelle e eu votámos na escola primária Beulah Shoesmith, a apenas alguns quarteirões de nossa casa em Hyde Park, levando Malia e Sasha connosco e enviando-as para a escola depois disso.

Desloquei-me então rapidamente a Indianápolis para visitar a sede local e apertar mãos a eleitores. Mais tarde, joguei basquetebol (uma superstição que Reggie e eu tínhamos adquirido depois de jogarmos na manhã do *caucus* do Iowa, embora não tivéssemos jogado no dia da primária de New Hampshire) com Craig, alguns velhos amigos e alguns dos filhos dos meus amigos que eram suficientemente rápidos e fortes para nos manterem todos em duro esforço. Foi um jogo competitivo, repleto de piadas e conversa bem-disposta, embora eu notasse a ausência de golpes baixos. Fiquei a saber mais tarde que tinham sido ordens de Craig, porque sabia que a irmã o responsabilizaria se eu voltasse para casa com um olho negro.

Entretanto, Gibbs andava atrás de notícias dos Estados onde se travavam as batalhas decisivas, e informou que a afluência às urnas parecia estar a quebrar recordes em todo o país, criando problemas nalguns locais de sufrágio, pois os eleitores tinham de esperar quatro ou cinco horas para entregar o seu boletim. Transmissões dos locais, informou Gibbs, mostravam pessoas mais jubilosas do que frustradas, com idosos em cadeiras de jardim e voluntários a distribuir refrescos como se estivessem todos numa festa de bairro.

Passei o resto da tarde em casa, a vaguear inutilmente enquanto Michelle e as miúdas foram arranjar o cabelo. Sozinho no meu gabinete, empenhei-me em corrigir rascunhos dos meus discursos tanto de vitória como de

admissão de derrota. Por volta das oito da noite, Axe telefonou para dizer que as cadeias televisivas tinham dado a Pensilvânia como estando a nosso favor, e Marvin disse que devíamos pôr-nos a caminho do hotel na Baixa, onde assistiríamos à saída dos resultados antes de seguirmos para a concentração pública em Grant Park.

Do lado de fora do portão da nossa casa, o número de agentes e veículos dos Serviços Secretos parecia ter duplicado nas últimas horas. O chefe do destacamento que me tinha a seu cargo, Jeff Gilbert, apertou-me a mão e puxou-me para um breve abraço. Fazia um calor impróprio para Chicago naquela altura do ano, quase a rondar os 20 graus, e, ao seguirmos de carro por Lake Shore Drive, Michelle e eu íamos em silêncio, a espreitar pela janela para o Lago Michigan e a ouvir as miúdas em brincadeira agitada no banco de trás. De súbito, Malia virou-se para mim e perguntou:

— Papá, ganhaste?

— Penso que sim, querida.

— E vamos à grande festa para celebrar?

— Isso mesmo. Porque é que perguntas?

— Bem, não parece que haja muita gente a ir à festa, porque não se vêem carros na rua.

Ri-me, percebendo que a minha filha tinha razão: tirando o nosso cortejo, as seis vias de ambas as direcções estavam completamente desertas.

Também a segurança mudara no hotel, com equipas SWAT armadas colocadas nas escadas. A nossa família e amigos mais chegados já estavam na suíte, toda a gente a sorrir, miúdos a correr pelo quarto, e todavia a atmosfera continuava estranhamente em surdina, como se a realidade do que estava prestes a acontecer ainda não tivesse assentado nos espíritos. A minha sogra, em particular, não fingia estar descontraída; através do ruído, vi-a sentada no sofá, olhos fixos na televisão, com uma expressão de

incredulidade. Tentei imaginar o que ela devia estar a pensar, tendo crescido a apenas alguns quilómetros dali, numa época em que havia ainda muitos bairros em Chicago em que os negros nem sequer podiam entrar em segurança; uma época em que o trabalho de escritório estava fora do alcance da maioria dos negros, e o pai dela, incapaz de obter a carteira profissional de sindicatos controlados por brancos, fora obrigado a desenvencilhar-se como caixeiro-viajante; uma época em que a ideia de um presidente negro dos EUA teria parecido algo tão absurdo como um porco a voar.

Sentei-me ao lado dela no sofá.

— Está tudo bem consigo? — perguntei.

Marian encolheu os ombros e continuou de olhos fixos na televisão.

— Isto é um bocado demais.

— Eu sei.

Peguei-lhe na mão e apertei-lha, ficando os dois sentados num silêncio cúmplice durante alguns minutos. Então, repentinamente, surgiu um plano do meu rosto no ecrã e a ABC News anunciou que eu seria o quadragésimo quarto presidente dos Estados Unidos.

O quarto entrou em erupção. Ouviram-se brados por todo o corredor. Michelle e eu beijámo-nos e ela recuou suavemente para me examinar de alto a baixo enquanto sorria e abanava a cabeça. Reggie e Marvin entraram precipitadamente para dar a toda a gente os seus abraços. Em breve entraram Plouffe, Axe e Gibbs e dei-lhes atenção durante vários minutos enquanto eles matraqueavam os resultados Estado a Estado, até que eu lhes disse o que sabia ser verdade: que, tanto quanto eu tivesse feito, fora a competência, o trabalho afincado, o discernimento, a tenacidade, a lealdade e o coração deles, a par do empenho de toda a equipa, a tornar aquele momento possível.

O resto da noite surge-me agora sobretudo como uma névoa. Recordo-me do telefonema de John McCain, que foi tão amável como o seu discurso de vencido. Enfatizou quanto a América devia estar orgulhosa do momento histórico e comprometeu-se a ajudar-me a ser bem-sucedido. Houve telefonemas de felicitações do presidente Bush e de vários líderes estrangeiros, e uma conversa com Harry Reid e Nancy Pelosi, cujas convenções tinham tido resultados excelentes. Recordo-me de conhecer a mãe de Joe Biden, com 91 anos, que fez questão de me dizer como repreendera Joe por ter pensado em não integrar a candidatura.

Mais de duzentas mil pessoas tinham-se concentrado em Grant Park nessa noite, estando o palco virado para a linha cintilante do horizonte de Chicago. Vejo ainda agora no meu espírito alguns dos rostos que olhavam lá de baixo quando subi ao estrado: homens, mulheres e crianças de todas as raças, alguns abastados, alguns pobres, alguns famosos e outros não, alguns a sorrir em êxtase e outros visivelmente a chorar. Reli passagens do meu discurso dessa noite e ouvi relatos de colaboradores e amigos sobre como fora a experiência de estar ali.

Contudo, aflige-me que as minhas memórias dessa noite, como tantas outras coisas que aconteceram nestes últimos doze anos, estejam matizadas pelas imagens que tenho visto, o vídeo da nossa família a atravessar o palco, as fotografias das multidões, as luzes e os cenários magníficos. Por belas que sejam, nem sempre correspondem à experiência vivida. Na verdade, a minha fotografia favorita dessa noite nem sequer foi tirada em Grant Park. Trata-se de uma fotografia que só recebi, como presente, muitos anos depois: uma imagem do Monumento a Lincoln, tirada enquanto eu proferia o meu discurso em Chicago. Mostra uma pequena concentração de pessoas nas escadas, os rostos obscurecidos pela noite, e por trás delas a figura gigante a brilhar fortemente, com o rosto de mármore bem vincado e

os olhos semicerrados. Dizem-me que estavam a ouvir a rádio, a contemplar serenamente quem somos como povo — e o curso desta coisa a que chamamos democracia.

TERCEIRA PARTE

RENEGADO

CAPÍTULO 10

APESAR DE EU TER VISITADO várias vezes a Casa Branca na qualidade de senador dos EUA, nunca estivera na Sala Oval antes de ser eleito presidente. A sala é mais pequena do que seria de esperar — não chega a onze metros no eixo maior e tem menos dois no outro —, mas o tecto é alto e imponente, e as características correspondem às das fotografias e vídeos noticiosos. Há o retrato de Washington por cima da lareira adornada com hera e os dois cadeirões de costas altas, flanqueados por sofás, onde o presidente se senta com o vice-presidente ou dignitários estrangeiros de visita. Há duas portas que se integram de forma harmoniosa nas paredes ligeiramente encurvadas: uma conduz ao corredor, a outra à «Oval Exterior», onde estão instalados os assistentes pessoais do presidente; e uma terceira que dá para o gabinete interior e mais pequeno do presidente, e para a sala de jantar privativa. Estão lá os bustos de líderes há muito falecidos e o famoso *cowboy* em bronze de autoria de Remington; o antigo relógio de pêndulo e as estantes embutidas; o espesso tapete oval com uma águia austera bordada no centro; e a secretária *Resolute*, presente da rainha Vitória em 1880, com ornamentos talhados no casco de um navio britânico que uma tripulação baleeira norte-americana ajudou a recuperar depois de uma catástrofe, repleta de gavetas e recantos ocultos, e com um painel central que se abre e delicia qualquer criança que tenha oportunidade de gatinhar lá para dentro.

Uma coisa que as câmaras não captam da Sala Oval é a luz. A divisão é banhada por luz. Nos dias límpidos, jorra pelas enormes janelas dos lados

nascente e sul, pintando cada objecto com um resplendor dourado que se torna uma poalha e depois um mosqueado, com o declinar do Sol ao fim da tarde. Com mau tempo, quando o relvado virado a sul está coberto por chuva, neve ou a rara neblina matinal, a sala adquire um matiz ligeiramente mais azulado, mas continua luminosa, a luz natural mais esbatida é reforçada por lâmpadas interiores, ocultas por trás de uma cornija que acompanha a sanca, e reflectida pelo tecto e pelas paredes. As luzes nunca são apagadas, pelo que até a meio da noite a Sala Oval se conserva luminescente, fulgurando entre a escuridão como a lanterna circular de um farol.

Passei a maior parte de oito anos nessa sala, a ouvir penosamente relatórios dos Serviços Secretos, a receber chefes de Estado, a adular membros do Congresso, em disputas com aliados e adversários, e a posar para fotografias com milhares de visitantes. Com os meus colaboradores ria-me, praguejava e, mais do que uma vez, retinha as lágrimas. Fiquei suficientemente à vontade para apoiar os pés em cima da secretária, rebolar no chão com uma criança ou dormitar um bocado no sofá. Fantasiava por vezes sair pela porta do lado nascente, descer o caminho de acesso dos veículos, passar a casa da guarda e os portões de ferro forjado, perder-me na azáfama das ruas e regressar à vida que antes conhecera.

Contudo, nunca me libertaria totalmente do sentimento de veneração que sentia sempre que entrava na Sala Oval, da sensação de que não tinha entrado num gabinete, mas num santuário da democracia. A cada dia que passava, a sua luz confortava-me e revigorava-me, recordando-me o privilégio das minhas obrigações e deveres.

A MINHA PRIMEIRA VISITA à Sala Oval deu-se poucos dias após a eleição, quando, seguindo uma longa tradição, os Bush me convidaram e a Michelle

para uma visita guiada por aquela que em breve seria a nossa casa. Conduzidos num veículo dos Serviços Secretos, atravessámos ambos o arco coleante do relvado virado a sul até à entrada da Casa Branca, tentando processar o facto de que em menos de três meses nos mudaríamos para ali. O dia nascera ensolarado e quente, as árvores ainda estavam vestidas de folhas e o Roseiral transbordava de flores. O Outono prolongado de Washington oferecia uma pausa bem-vinda, porque em Chicago o clima tornara-se rapidamente frio e sombrio, com um vento árctico a despir as árvores, como se o tempo invulgarmente cálido de que desfrutáramos na noite da eleição tivesse sido apenas parte de um cenário elaborado, a ser desmontado logo que a celebração terminasse.

O presidente e a primeira-dama Laura Bush receberam-nos no Pórtico Sul e, depois dos acenos obrigatórios aos representantes da comunicação social, o presidente Bush e eu seguimos para a Sala Oval, enquanto Michelle se juntava à Sr.ª Bush para tomar chá na residência. Depois de tirarmos mais algumas fotografias e de um jovem camareiro nos trazer bebidas para nos refrescarmos, o presidente convidou-me a sentar.

— Então, qual é a sensação? — perguntou-me.

— É avassalador — respondi, a sorrir. — Tenho a certeza de que se recorda.

— Sim, lembro-me bem. Parece que foi ontem — disse, com um vigoroso aceno de cabeça. — Mas digo-lhe uma coisa: está prestes a passar por uma experiência dos diabos. Não há nada igual. Não se pode é esquecer de apreciá-la a cada dia.

Fosse pelo respeito que sentia pela instituição, por lições do pai, más recordações da sua própria transição (houve rumores de que alguns dos colaboradores de Clinton tinham arrancado a tecla *W* dos computadores da Casa Branca, quando estavam de saída), ou apenas por pura decência

básica, o presidente Bush acabaria por fazer tudo ao seu alcance para que as onze semanas entre a minha eleição e a sua partida decorressem sem sobressaltos. Cada gabinete da Casa Branca forneceu à minha equipa manuais de operação pormenorizados. Os colaboradores dele disponibilizaram-se para se reunir com os seus sucessores, responder a perguntas e até serem observados pela minha equipa enquanto desempenhavam as suas funções. As filhas da família Bush, Barbara e Jenna, na altura já jovens adultas, reorganizaram as suas agendas para proporcionar a Malia e Sasha a sua própria excursão pelas partes «divertidas» da Casa Branca. Prometi a mim mesmo que, quando chegasse a altura, trataria o meu sucessor da mesma maneira.

O presidente e eu passámos um vasto leque de assuntos em revista durante essa primeira visita — a economia e o Iraque, a imprensa e o Congresso —, sem que ele nunca se afastasse da sua personalidade chocarreira e ligeiramente nervosa. Transmitiu-me uma avaliação sem papas na língua de alguns líderes estrangeiros, advertiu-me de que gente do meu próprio partido acabaria por me dar algumas das minhas maiores dores de cabeça e aceitou gentilmente ser anfitrião de um almoço com todos os presidentes ainda vivos, numa data anterior à tomada de posse.

Eu estava ciente de que havia limites necessários para a sinceridade de um presidente ao falar com o seu sucessor, sobretudo se este se tivesse candidatado em grande medida contra a sua prestação. Tinha também consciência de que, apesar de todo o aparente bom humor do presidente Bush, a minha presença no preciso gabinete que ele teria de deixar vago em breve devia provocar emoções difíceis. Segui o exemplo dele, não aprofundando demasiado os temas políticos. Limitei-me sobretudo a ouvir.

Ele disse uma única coisa que me surpreendeu. Estávamos a conversar sobre a crise financeira e os esforços do secretário Paulson para estruturar o

programa de resgate dos bancos, agora que o TARP fora aprovado no Congresso.

— A boa notícia, Barack, é que na altura em que iniciar o mandato já teremos tratado do mais difícil. Vai poder começar com tábua rasa — disse-me.

Durante um momento, faltaram-me as palavras. Eu falava regularmente com Paulson e sabia que as falências em cascata de bancos e uma depressão mundial eram ainda possibilidades muito claras. Ao olhar para o presidente, imaginei todas as esperanças e convicções que deveria nutrir da primeira vez que entrara na Sala Oval como presidente eleito, não menos deslumbrado pela sua luminosidade, não menos ansioso do que eu estava agora para mudar o mundo para melhor, não menos certo de que a História julgaria a presidência dele um êxito.

— Foi necessária muita coragem da sua parte para fazer aprovar o TARP — disse eu, por fim. — Ir contra a opinião pública e muita gente do seu próprio partido, para bem do país.

Pelo menos isso era verdade. Não me pareceu que valesse a pena dizer mais.

EM CHICAGO, as nossas vidas tinham-se alterado radicalmente. Dentro da nossa casa, as coisas não pareciam tão diferentes, com manhãs passadas a tomar o pequeno-almoço e a preparar as meninas para a escola, a responder a telefonemas e a falar com colaboradores. Porém, a partir do momento em que um de nós punha os pés fora de portas, era um mundo novo. Havia equipas de videorreportagem estacionadas na esquina, por trás de barreiras de betão erguidas recentemente. Equipas de contra-atiradores dos Serviços Secretos, vestidos de preto, montavam guarda nos telhados. Uma visita à casa de Marty e Anita, a apenas alguns quarteirões de distância, tornou-se

um empreendimento de vulto; uma ida ao meu antigo ginásio estava agora fora de questão. Ao ir de carro à baixa, ao nosso escritório temporário de transição, apercebi-me de que as estradas vazias em que Malia reparara na noite da eleição eram a nova norma. Todas as minhas entradas e saídas em edifícios se davam por cais de carga e elevadores de serviço, evacuados de toda a gente excepto alguns seguranças. Era como se agora eu vivesse na minha própria cidade-fantasma perpétua e portátil.

Passei as minhas tardes a constituir um Governo. Uma nova administração implica menos rotação de pessoal do que se imagina. Dos mais de três milhões de pessoas, civis e militares, ao serviço do Governo federal, apenas alguns milhares são de nomeação política, em consonância com as opções do presidente. Dessas, o presidente tem um contacto regular e significativo com menos de uma centena de altos funcionários e assistentes pessoais. Enquanto presidente, eu poderia articular uma visão e definir uma direcção para o país e promover uma cultura organizacional sã, estabelecendo linhas claras de obrigação e critérios de responsabilidade. Seria eu quem tomaria as decisões finais em questões que chegassem à minha atenção e quem explicaria essas decisões ao país em geral. Contudo, para fazer tudo isso, estaria dependente do punhado de pessoas que me serviam de olhos, ouvidos, mãos e pés — aquelas que seriam os meus gestores, executores, facilitadores, analistas, organizadores, líderes de equipa, amplificadores, conciliadores, solucionadores de problemas, pára-raios, mediadores honestos, caixas-de-ressonância, críticos construtivos e soldados leais.

Era, portanto, crucial acertar nessas nomeações, começando pela pessoa que serviria como meu chefe de gabinete. Infelizmente, a resposta inicial da minha primeira opção para o lugar foi menos do que entusiástica: «Nem pensar.»

Era Rahm Emanuel, antigo angariador de fundos de Richard M. Daley e *enfant terrible* da administração Clinton, agora congressista do Lado Norte de Chicago e estrategista da vaga democrata de 2006 que reconquistara a Câmara dos Representantes. Baixo, elegante, sinistramente bem-parecido, extremamente ambicioso e com uma energia frenética, Rahm era mais inteligente do que a maioria dos seus colegas no Congresso e famoso por não fazer segredo disso. Era também divertido, sensível, inquieto, leal e notoriamente irreverente: numa churrascada de beneficência em sua homenagem, alguns anos antes, eu explicara como a perda do dedo médio num passador de carne, que ele sofrera quando era adolescente, o tornara praticamente mudo.

— Oiça, sinto-me honrado por me convidar — disse-me Rahm quando o contactei um mês antes da eleição. — Farei tudo o que puder para ajudar, mas sinto-me bem onde estou. A minha mulher e os meus filhos estão satisfeitos. E sei demasiado para acreditar nessa treta de uma Casa Branca amiga da família. Seja como for, tenho a certeza de que vai encontrar candidatos melhores do que eu.

Eu não podia discutir com Rahm a respeito das tribulações que implicaria aceitar a minha oferta. Na moderna Casa Branca, o chefe do gabinete era o defesa central do dia-a-dia, a extremidade do funil pelo qual tinha de passar cada questão antes de chegar ao presidente. Poucos no Governo (incluindo o presidente) trabalhavam mais horas ou estavam sob uma pressão tão impiedosa.

Contudo, Rahm estava errado quanto a eu dispor de melhores escolhas. Após dois anos extenuantes na campanha, Plouffe já me dissera que não entraria inicialmente para a administração, em parte porque a esposa, Olivia, tivera mais um bebé três dias depois da eleição. Tanto o meu chefe de gabinete no Senado, Pete Rouse, como o antigo chefe de gabinete de

Clinton, John Podesta, que tinham aceitado ajudar a gerir a nossa equipa de transição, tinham-se auto-excluído da corrida. Embora Axe, Gibbs e Valerie estivessem os três disponíveis para posições de topo na Casa Branca, nenhum deles tinha a combinação de aptidões e experiência de que eu precisaria para o cargo de chefe de gabinete.

Rahm, por outro lado, conhecia as políticas, sabia de política, conhecia o Congresso, a Casa Branca e os mercados financeiros de um período em que trabalhara em Wall Street. A impetuosidade e a impaciência dele irritavam algumas pessoas; como eu viria a saber, a ansiedade dele para «marcar pontos» levava-o por vezes a preocupar-se menos com a substância de uma negociação do que com a sua conclusão. Porém, com uma crise económica para enfrentar e aquilo que eu suspeitava poder ser uma janela limitada de oportunidade para fazer passar o meu programa por um Congresso controlado pelos democratas, estava convicto de que o estilo bate-estacas dele era exactamente o que eu precisava.

Nos derradeiros dias antes da eleição, eu desgastara Rahm, apelando-lhe ao ego, mas também à decência e ao patriotismo genuíno ocultos por trás da sua personalidade de espertalhão. («A maior crise que o país enfrenta no nosso tempo», gritei-lhe, « e você vai sentar-se no banco dos suplentes?») Axe e Plouffe, que conheciam bem Rahm e o tinham visto em acção, ficaram entusiasmados quando ele aceitou o lugar. No entanto, nem todos os meus apoiantes foram tão entusiastas. Não tinha Rahm apoiado Hillary?, resmungaram alguns. Não representava ele a mesma velha triangulação, a versão do Partido Democrata contra a qual nos havíamos candidatado, participante em Davos, dada a acarinhar Wall Street, concentrada em Washington e obsessivamente centrista? Como se podia confiar nele?

Tudo isto eram variações de uma pergunta que seria recorrente nos meses vindouros: que espécie de presidente pretendia eu ser? Eu conseguira um

bom desempenho durante a campanha, atraindo apoio de independentes e até de alguns republicanos moderados ao prometer bipartidarismo e o fim da política de queimada, ao mesmo tempo que conservava o entusiasmo da esquerda. Não o fizera dizendo a diferentes pessoas o que queriam ouvir, mas afirmando o que eu sentia ser a verdade: que, para fazer avançar políticas progressistas como os cuidados de saúde universais ou a reforma da imigração, era não só possível, mas necessário, evitar o pensamento doutrinário; incentivar o que funcionava e escutar respeitosamente aquilo que o outro lado tinha a dizer.

Os eleitores tinham acolhido a minha mensagem porque soava diferente e estavam famintos do diferente; porque a nossa campanha não dependera do aval da habitual variedade de grupos de interesse e mediadores de poder que, não fosse assim, poderiam ter-me obrigado a uma ortodoxia partidária estrita; porque eu era novo e inesperado, uma tela em branco sobre a qual apoiantes de todo o espectro ideológico podiam projectar a sua visão pessoal de mudança.

Contudo, a partir do momento em que comecei a fazer nomeações, as diferentes expectativas no seio da minha coligação começaram a revelar-se. Afinal, cada pessoa que escolhi para um cargo na administração trazia a sua própria história, rasto documentado e um conjunto de apoiantes e detractores. Pelo menos para quem fazia parte do meio — os políticos, os intervenientes e os jornalistas cujo trabalho era interpretar as folhas de chá —, cada nomeação traduzia as minhas próprias intenções políticas, a minha disposição para romper com o passado ou fornecer mais do mesmo. As escolhas de pessoas reflectiam as escolhas de políticas e, com cada escolha, aumentavam as hipóteses de desilusão.

QUANDO CHEGOU A ALTURA de constituir a minha equipa económica, decidi

favorecer a experiência sobre novos talentos. Sentia que as circunstâncias o exigiam. O relatório de emprego de Outubro, publicado três dias depois da eleição, era sombrio: 240 mil empregos perdidos (revisões revelariam posteriormente que o verdadeiro número era 481 mil). Não obstante a aprovação do TARP e as medidas contínuas de emergência do Tesouro e da Reserva Federal, os mercados financeiros continuaram paralisados, os bancos estavam ainda à beira da derrocada e as execuções de hipotecas não davam sinais de abrandar. Eu gostava dos diversos e prometedores recém-chegados que me aconselharam ao longo da campanha e sentia afinidade com economistas e activistas de pendor esquerdista que viam a crise em curso como resultado de um sistema financeiro empolado e fora de controlo, em extrema necessidade de reforma. Porém, com a economia mundial em queda livre, a minha tarefa prioritária não era reformular a ordem económica, mas evitar mais desastres. Para isso, precisava de pessoas que já tivessem gerido crises, gente que pudesse acalmar mercados tomados de pânico: gente que, por definição, podia estar tingida pelos pecados do passado.

Para secretário do Tesouro, a escolha resumir-se-ia a dois candidatos: Larry Summers, que ocupara o cargo na administração Clinton, e Tim Geithner, antigo ajudante de Larry e depois presidente do Banco da Reserva Federal de Nova Iorque. Larry era a escolha mais do que óbvia: formado em Economia e campeão de debates no MIT, um dos professores mais jovens a ficar efectivo em Harvard e, mais recentemente, presidente da universidade, desempenhara já as funções de economista principal do Banco Mundial, de subsecretário dos Negócios Estrangeiros e vice-secretário do Tesouro antes de herdar o comando do seu antecessor e mentor Bob Rubin. Em meados dos anos 90, Larry ajudara a conceber a resposta internacional a uma sucessão de graves crises financeiras que

envolveram o México, a Ásia e a Rússia — as mais parecidas com a crise que eu herdava agora — e até os seus mais ferozes detractores lhe reconheceram o brilhantismo. Na descrição adequada de Tim, Larry sabia escutar os nossos argumentos, reformulá-los melhor do que nós e depois mostrar porque estávamos enganados.

Tinha também reputação, só em parte merecida, de ser arrogante e politicamente incorrecto. Como presidente de Harvard, teve uma disputa pública com o conhecido professor de Estudos Afro-Americanos Cornel West e, mais tarde, fora obrigado a demitir-se depois de, entre outras coisas, postular que as diferenças intrínsecas nas aptidões de topo podiam ser uma razão por que as mulheres estavam sub-representadas nos departamentos de Matemática, Ciência e Engenharia das principais universidades.

Quando o conheci melhor, passei a acreditar que a maioria das dificuldades de Larry em entender-se bem com todos tinha menos a ver com maldade e mais com alheamento. Para Larry, qualidades como tacto e comedimento só serviam para atravancar a mente. Ele próprio parecia insensível a sentimentos magoados ou às habituais inseguranças, e mostrar-se-ia agradecido (além de vagamente surpreendido) quando alguém o confrontava de facto ou pensava em algo que lhe escapara. A falta de interesse dele pelas típicas cortesias humanas estendia-se à sua aparência, que costumava ser desgrenhada, com a barriga rotunda ocasionalmente exposta pela falta de um botão na camisa, e a abordagem fortuita que fazia do barbear resultava muitas vezes numa mancha de pêlo eriçado debaixo do nariz que nos distraía.

Tim era diferente. A primeira vez que me encontrei com ele, num hotel de Nova Iorque, algumas semanas antes da eleição, a palavra que me veio à cabeça foi «arrapazado». Tinha a minha idade, mas a constituição delicada, o porte modesto e o rosto de gnomo faziam-no parecer consideravelmente

mais jovem. No decurso da nossa conversa, que se prolongou por uma hora, ele exibiu uma tranquilidade de discurso suave e bem-humorado. Estabelecemos de imediato uma relação, em parte baseado em paralelos de infância: em consequência do trabalho do pai como especialista em desenvolvimento, passara grande parte da juventude no estrangeiro, o que instilara nele uma reserva que eu reconhecia em mim mesmo.

Depois de concluir um mestrado em Estudos Leste-Asiáticos e Economia Internacional, Tim trabalhara como especialista na Ásia para a empresa de consultadoria de Henry Kissinger, integrando em seguida o Tesouro e tornando-se adido comercial subalterno no Japão. Foi Larry Summers quem arrancou Tim à obscuridade para ser seu assistente especial e, à medida que Larry ascendeu na hierarquia, o mesmo aconteceu com Tim. Tim tornou-se um agente central, ainda que não proclamado, na abordagem das diversas crises financeiras dos anos de 1990, e foi graças à força da recomendação de Larry que ele veio a encabeçar a Reserva Federal de Nova Iorque. O relacionamento entre eles não mostrava só a generosidade de Larry, mas também a confiança serena e o rigor intelectual de Tim, qualidades que tinham sido amplamente postas à prova no ano anterior, quando Tim trabalhara sem parar com Hank Paulson e Ben Bernanke na tentativa de conter o colapso de Wall Street.

Fosse por lealdade para com Larry, esgotamento total ou culpa justificável (como Rahm — e como eu —, Tim ainda tinha filhos em casa e uma esposa que ansiava por uma vida mais calma), Tim passou grande parte do nosso primeiro encontro a tentar desencorajar-me de o recrutar como secretário do Tesouro. Vim-me embora convencido do contrário. Pensei que igualar Tim na compreensão em tempo real da crise financeira, e da sua relação com a safra corrente de agentes financeiros globais, levaria meses para qualquer pessoa, até mesmo para Larry, e esse era tempo de que

não dispúnhamos. Mais relevante, o instinto dizia-me que Tim possuía uma integridade de base, uma constância de temperamento e uma capacidade para a resolução de problemas que não era manchada pelo ego ou por considerações políticas, o que o tornava inestimável na tarefa que tínhamos pela frente.

No final, decidi chamar ambos: Larry para ajudar a determinar que raio fazer (e não fazer), Tim para organizar e conduzir a nossa resposta. Para que aquilo funcionasse, tive de negociar com Larry para ser não secretário do Tesouro, mas antes director do Conselho Económico Nacional (NEC), que, não obstante ser o mais elevado cargo económico na Casa Branca, era considerado menos prestigiante. A função tradicional do director consistia em coordenar o processo de deliberação política e agir como mediador diplomático entre diversas agências, o que não estava propriamente no âmbito das melhores aptidões de Larry. No entanto, eu disse a Larry que nada disso importava. Eu precisava dele, o país precisava dele e, do meu ponto de vista, ele estaria em pé de igualdade com Tim na formulação do nosso plano económico. A minha sinceridade poderá ter tido alguma influência na sua reflexão, embora a promessa (por sugestão de Rahm) de fazer de Larry próximo presidente da Reserva Federal tivesse contribuído sem dúvida também para o levar a dizer sim.

Havia ainda outros lugares cruciais a preencher. Para dirigir o Conselho dos Conselheiros Económicos — responsável por fornecer ao presidente os melhores dados e análises possíveis em todas as matérias económicas —, escolhi Christina Romer, uma professora de Berkeley com faces rosadas que produzira trabalho fulcral sobre a Grande Depressão. Peter Orszag, chefe do Gabinete do Orçamento do Congresso, não partidário, aceitou o cargo como director do Gabinete de Gestão e Orçamento, e Melody Barnes, reflectida advogada afro-americana e antiga conselheira principal do

senador Ted Kennedy, ficou encarregada do Conselho de Política Interna. Jared Bernstein, um economista do trabalho de esquerda, juntou-se a nós na equipa de Joe Biden, bem como Gene Sperling, o perito em políticas, de óculos e hiperarticulado, que fora durante quatro anos director da NEC no mandato de Bill Clinton, e que aceitava agora, juntamente com os economistas de campanha Austan Goolsbee e Jason Furman, actuar como interveniente de serviço, sem pasta definida.

Nos meses vindouros, eu passaria horas incontáveis com este consórcio de cérebros e respectivos assistentes a fazer perguntas, a passar revista a recomendações, a assistir a apresentações de diapositivos e a examinar relatórios informativos, a formular políticas e depois a submeter o que tivéssemos apurado a um escrutínio implacável. As discussões eram acaloradas, a discordância era encorajada e nenhuma ideia era rejeitada por vir de um colaborador mais jovem ou por não se enquadrar numa predisposição ideológica em particular.

Ainda assim, Tim e Larry eram as vozes dominantes na nossa equipa de economia. Ambos tinham raízes na filosofia económica centrista, amiga do mercado, da administração Clinton e, tendo em conta o notável período de prosperidade económica durante a década de 90, uma tal linhagem fora considerada durante muito tempo motivo de orgulho. Contudo, com a crise financeira a agravar-se, esse cadastro ficaria cada vez mais exposto à crítica. Bob Rubin via já a sua reputação manchada em consequência do seu papel como conselheiro sénior no Citigroup, uma das instituições financeiras cuja tremenda exposição ao mercado de títulos *subprime* alimentava agora o contágio. Logo que anunciei a minha equipa de economia, artigos na imprensa apontaram que Larry fora defensor de uma desregulação significativa dos mercados financeiros durante o tempo em que estivera no Tesouro; comentadores interrogaram-se se, durante o seu

mandato na Reserva Federal de Nova Iorque, Tim — juntamente com Paulson e Bernanke — fora demasiado lento a fazer soar o alarme face aos riscos que o mercado de *subprime* constituíra para o sistema financeiro.

Algumas destas críticas eram válidas, outras de uma injustiça grosseira. O que era certo era que, ao escolher Tim e Larry, eu me atrelara à história deles — e se não conseguíssemos recuperar rapidamente o rumo do navio económico, o preço político de os escolher seria elevado.

POR VOLTA DA MESMA ALTURA em que eu concluía as decisões sobre a minha equipa de economia, pedi a colaboradores e ao meu destacamento dos Serviços Secretos que organizassem um encontro clandestino no quartel dos bombeiros do Aeroporto Nacional Reagan. As instalações estavam desertas quando cheguei, tendo os camiões dos bombeiros sido retirados para dar lugar ao nosso cortejo de automóveis. Entrei numa sala de estar previamente abastecida com algumas bebidas e aperitivos, e saudei o homem maciço de cabelo grisalho e fato cinzento que já lá estava sentado.

— Senhor Secretário, obrigado por arranjar tempo para mim — disse-lhe enquanto lhe apertava a mão.

— Parabéns, Senhor Presidente Eleito — respondeu Robert Gates, com olhos de aço e sorriso contido, antes de nos sentarmos e avançarmos para o assunto.

É justo dizer que o secretário da Defesa do presidente Bush e eu não frequentávamos os mesmos círculos. Na verdade, para além das nossas raízes comuns no Kansas (Gates nascera e fora criado em Wichita), era difícil imaginar dois indivíduos que tivessem percorrido caminhos tão diferentes para chegar ao mesmo ponto. Gates era Escuteiro Águia, antigo oficial de informações da Força Aérea, especialista nos assuntos da Rússia e recruta da CIA. No auge da Guerra Fria, tinha integrado o Conselho

Nacional de Segurança (NSC, na sigla em inglês) nos mandatos de Nixon, Ford e Carter, e a CIA com Reagan, antes de se tornar director da agência com George H. W. Bush. (Tinha sido nomeado antes por Reagan, mas dúvidas a respeito do conhecimento do caso Irão-Contras levaram-no a retirar-se.) Com a eleição de Bill Clinton, Gates deixou Washington e entrou para quadros empresariais, tornando-se mais tarde presidente da Universidade A&M do Texas — uma posição que deteria até 2006, quando George W. Bush lhe pediu que substituísse Donald Rumsfeld no Pentágono e recuperasse uma estratégia para a Guerra do Iraque que estava então completamente em desnorte.

Era republicano, falcão da Guerra Fria, membro formal da cúpula da segurança nacional, anterior paladino de intervenções no estrangeiro contra as quais eu provavelmente protestei quando estava na universidade, e agora secretário da Defesa de um presidente cujas políticas de guerra eu execrava. Apesar disso, eu estava no quartel dos bombeiros nesse dia para pedir a Bob Gates que aceitasse ser meu secretário da Defesa.

À semelhança do que fizera com as minhas nomeações para o sector da economia, as minhas razões eram de ordem prática. Com 180 mil soldados norte-americanos colocados no Iraque e no Afeganistão, qualquer mudança a fundo no Departamento da Defesa parecia carregado de riscos. De resto, fossem quais fossem as divergências que Gates e eu possamos ter tido no que respeitava à decisão inicial de invadir o Iraque, as circunstâncias levaram-nos a partilhar pontos de vista análogos quanto ao caminho a prosseguir. Quando o presidente Bush, no começo de 2007 e por recomendação de Gates, dera ordem para uma «vaga» de mais tropas norte-americanas no Iraque, eu sentira-me céptico, não porque duvidasse da capacidade de mais militares dos EUA para reduzir lá a violência, mas porque a decisão foi apresentada como compromisso sem termo previsto.

Sob a direcção de Gates, porém, a vaga comandada por Petraeus (e uma aliança estabelecida com tribos sunitas da província de Anbar) não só reduziu significativamente a violência, mas também proporcionou aos Iraquianos tempo e espaço para a política. Com a ajuda da diplomacia diligente da secretária de Estado Condoleezza Rice e, em particular, do embaixador norte-americano no Iraque, Ryan Crocker, o Iraque estava a caminho de constituir um Governo legítimo, com eleições marcadas para o fim de Janeiro. A meio da minha transição, a administração Bush tinha até anunciado um Acordo do Estatuto das Forças com o Governo de Maliki que retiraria militares norte-americanos do Iraque até ao fim de 2011, um calendário que reflectia de facto o que eu propusera durante a campanha. Entretanto, Gates enfatizou publicamente a necessidade de os Estados Unidos voltarem a concentrar a sua atenção no Afeganistão, um dos princípios centrais da minha plataforma de política externa. Mantiveram-se as questões tácticas relativamente ao andamento, aos recursos e ao pessoal. Contudo, a estratégia fundamental de reduzir paulatinamente as operações de combate no Iraque e consolidar os nossos esforços no Afeganistão estava agora firmemente estabelecida; e, pelo menos de momento, ninguém estava em melhor posição para implementar essa estratégia do que o secretário da Defesa incumbente.

Tinha também razões políticas de peso para conservar Gates. Prometera acabar com o constante rancor partidário e a presença de Gates no meu Governo mostraria que era minha séria intenção cumprir essa promessa. Mantê-lo também ajudaria a criar confiança junto dos militares e das diversas agências que compunham a comunidade dos Serviços Secretos (conhecida por IC, de *Intelligence Community*). Sendo responsáveis por um orçamento militar mais avultado do que os dos trinta e sete países seguintes somados, os líderes do Departamento de Defesa e da IC tinham opiniões

fortes, eram hábeis nas disputas burocráticas internas e tinham propensão para fazer as coisas da maneira como sempre haviam sido feitas. Não era algo que me intimidasse: sabia em traços largos o que pretendia fazer e já esperara que os hábitos nascidos da cadeia de comando — bater continência e executar as ordens do comandante supremo, até mesmo aquelas de que se discordava por completo — estivessem profundamente arraigados.

Ainda assim, eu compreendia que manobrar o aparelho de segurança nacional norte-americano noutra direcção não era fácil para nenhum presidente. Se o presidente Eisenhower — antigo Comandante Supremo dos Aliados e um dos arquitectos do Dia D — se sentira ocasionalmente frustrado pelo que chamara «complexo militar-industrial», havia uma probabilidade elevada de que implementar a reforma pudesse ser mais difícil para um presidente afro-americano recém-eleito que nunca cumprira serviço militar, que se opusera a uma missão a que muitos tinham dedicado as suas vidas, que queria refrear o orçamento militar e que perdera certamente muitos votos do Pentágono. Para que as coisas fossem feitas agora, em vez de só daí um ou dois anos, eu precisava de alguém como Gates, que sabia como funcionava o edifício e onde estavam as armadilhas; alguém que já usufruísse do respeito que eu — não obstante o meu título — teria ainda, de certo modo, de conquistar.

Havia uma última razão que me levava a querer Gates na minha equipa, que era a de contrariar as minhas próprias inclinações. A imagem de mim que resultara da campanha — o idealista de olhos brilhantes que se opunha instintivamente à acção militar e acreditava que cada problema no plano internacional podia ser resolvido mediante diálogo bem-intencionado — nunca fora inteiramente correcta. Sim, eu acreditava na diplomacia e achava que a guerra devia ser um último recurso. Acreditava na cooperação multilateral para enfrentar problemas como as alterações climáticas e estava

convicto de que a promoção firme da democracia, do desenvolvimento económico e dos direitos humanos em todo o mundo servia os nossos interesses nacionais de segurança a longo prazo. Aqueles que votaram em mim, ou tinham trabalhado na minha campanha, tendiam a partilhar essas crenças e tinham mais probabilidade de ocupar os lugares na minha administração.

No entanto, as minhas ideias em política externa — e, na verdade, a minha anterior oposição à invasão do Iraque — deviam não menos à escola «realista», uma abordagem que valorizava a coibição, reconhecia a informação imperfeita e as consequências indesejadas, e temperava uma crença num excepcionalismo americano com humildade relativamente à nossa aptidão para refazer o mundo à nossa imagem. Eu surpreendia muitas vezes as pessoas ao citar George H. W. Bush como presidente recente cuja política externa admirava. Bush, juntamente com James Baker, Colin Powell e Brent Scowcroft, tinha gerido com destreza o fim da Guerra Fria e empreendido com êxito a Guerra do Golfo.

Gates alcançara a maturidade a trabalhar com homens desses e vi, no modo como lidou com a campanha no Iraque, coincidências suficientes entre as nossas maneiras de ver para me sentir confiante de que poderíamos trabalhar juntos. Contar com a voz dele à mesa, a par das de pessoas como Jim Jones — o general de quatro estrelas aposentado e antigo chefe do Comando Europeu, que eu propusera como meu primeiro conselheiro de segurança nacional —, garantia que eu ouviria uma vasta diversidade de perspectivas antes de tomar decisões importantes, e que teria de pôr continuamente à prova até as minhas suposições mais profundas junto de pessoas que possuíam a estatura e a confiança necessárias para me dizerem quando eu estava errado.

Claro que tudo isto dependia de um nível básico de confiança entre mim

e Gates. Quando eu pedira a um colega para entrar em contacto com ele relativamente à sua possível disposição para ficar, Gates respondera com uma lista de perguntas. Quanto tempo esperava eu que ele ocupasse o cargo? Estaria eu disposto a usar de flexibilidade na retirada de forças do Iraque? Qual era o meu plano para a dotação de pessoal e o orçamento do Departamento de Defesa?

No quartel dos bombeiros, Gates reconheceu que não era comum que um potencial nomeado para o Governo interrogasse dessa maneira o seu futuro patrão ou patroa. Esperava que eu não o considerasse presunçoso. Garanti-lhe que não me importava e que a sinceridade e o pensamento claro dele eram precisamente o que eu procurava. Examinámos a lista das perguntas. Eu também tinha algumas a fazer. Ao cabo de quarenta e cinco minutos, apertámos as mãos e fomos levados rapidamente dali pelas nossas duas comitivas.

— Então? — perguntou Axelrod quando cheguei.

— Ele fica — respondi. — Gosto dele.

Depois acrescentei:

— Veremos se ele também gosta de mim.

SEM GRANDE ESPALHAFATO, as restantes peças da minha equipa de segurança nacional ocuparam as suas posições: a amiga de havia muito e antiga diplomata Susan Rice como embaixadora dos EUA na Organização das Nações Unidas; Leon Panetta, antigo congressista da Califórnia e chefe de gabinete de Clinton com uma reputação bem merecida de bipartidarismo, como director da CIA; e o almirante aposentado Dennis Blair como director dos Serviços Secretos. Muitos dos meus conselheiros de campanha mais próximos assumiram postos-chave, incluindo o meu treinador de debates Tom Donilon como vice-conselheiro de segurança nacional, os jovens

portentosos Denis McDonough, Mark Lippert e Ben Rhodes como secretários adjuntos no NSC, e Samantha Power numa posição do NSC que se focava agora na prevenção de atrocidades e na promoção dos direitos humanos.

Só um outro potencial nomeado provocou alguma agitação. Eu queria que Hillary Clinton fosse minha secretária de Estado.

Observadores avançaram diversas teorias sobre o meu raciocínio para escolher Hillary: que eu precisava de unificar um Partido Democrata ainda dividido, que eu estava preocupado que ela me criticasse do seu lugar no Senado, que eu fora influenciado pelo livro de Doris Kearns Goodwin, *Equipa de Rivais*, e estava, constrangido, a imitar Lincoln, colocando um antigo opositor político no meu Governo.

Contudo, era bem mais simples do que isso. Eu pensava que Hillary era a melhor pessoa para o cargo. Ao longo de toda a campanha, testemunhara a inteligência, a preparação e a ética de trabalho dela. Independentemente do que ela pensava de mim, eu confiava no seu patriotismo e empenho para com o dever. Acima de tudo, acreditava que, numa altura em que as relações diplomáticas em todo o mundo estavam sob tensão ou sofriam de negligência crónica, ter uma secretária de Estado com o poder da fama, as relações e o à-vontade no plano mundial de Hillary nos facultaria uma amplitude de acção que não alcançaríamos com mais ninguém.

Com as cicatrizes da campanha ainda vivas nos espíritos, nem toda a gente do meu lado do campo ficou persuadida. («Tens a certeza de que queres uma secretária de Estado que pôs anúncios na TV a dizer que não estavas preparado para seres comandante supremo?», perguntou um amigo. Tive de recordar-lhe que o meu vice-presidente escolhido dissera a mesma coisa.) Hillary também ficou desconfiada e quando, cerca de dez dias depois da eleição, lhe propus pela primeira vez o cargo, numa reunião no

nosso escritório de transição em Chicago, recebi uma recusa cortês. Disse que estava cansada e ansiosa por se concentrar na agenda mais previsível do Senado. Tinha ainda dívidas de campanha de que precisava de se livrar. E depois havia que pensar em Bill. O trabalho dele em desenvolvimento e saúde pública mundial, na Fundação Clinton, tivera um efeito real no mundo e tanto Hillary como eu sabíamos que a necessidade de evitar até uma aparência de conflitos — sobretudo no que tocava a angariação de fundos — colocá-lo-ia provavelmente, e à fundação, sob novos constrangimentos.

As preocupações que verbalizou eram válidas, mas considerei-as resolúveis. Pedi-lhe que reconsiderasse. Na semana que se seguiu, mobilizei Podesta, Rahm, Joe Biden, vários dos nossos colegas no Senado e quem mais me veio à ideia para falarem com Hillary e ajudarem a convencê-la. Não obstante essa placagem total, quando voltámos a falar, num telefonema a horas tardias, ela disse-me que continuava inclinada a recusar. Insisti novamente, certo de que as dúvidas que lhe podiam restar teriam menos a ver com o cargo e mais com o nosso potencial relacionamento. Invoquei as opiniões dela sobre o Iraque, a Coreia do Norte, a proliferação nuclear e os direitos humanos. Perguntei-lhe como poderia revitalizar o Departamento de Estado. Garanti-lhe que teria acesso constante e directo a mim, e que poderia escolher a sua própria equipa.

— Você é demasiado importante para mim para que eu aceite um não como resposta — disse-lhe no final da comunicação.

Na manhã seguinte, Hillary decidira aceitar a minha proposta e integrar a administração. Uma semana e meia depois, apresentei-a e a toda a minha equipa de segurança nacional — bem como as minhas escolhas para procurador-geral, Eric Holder, e a minha nomeada para o Departamento de Segurança Interna, a governadora Janet Napolitano — numa conferência de

imprensa em Chicago. Ao olhar para os homens e mulheres reunidos no palco, não pude deixar de reparar que quase todos eram bastante mais velhos do que eu, possuíam décadas de experiência nos níveis mais elevados do Governo e alguns deles, pelo menos, tinham apoiado outro candidato para a presidência, não se tendo deixado demover por conversa de esperança e mudança. Afinal, uma equipa de rivais, pensei. Viria a saber, muito em breve, se isto indicava uma confiança bem fundamentada na minha capacidade para liderar… ou uma fé ingénua de noviço prestes a ser trucidado.

QUANDO GEORGE WASHINGTON foi eleito presidente, em 1789, Washington, DC, ainda não existia. O presidente eleito teve de fazer uma viagem de sete dias numa barcaça e num carro puxado a cavalo da sua casa em Mount Vernon, na Virgínia, para o Federal Hall em Nova Iorque, sede temporária do novo Governo nacional, para o seu juramento de tomada de posse. Ao chegar, foi saudado por uma multidão de dez mil pessoas. Prestou o juramento de posse, seguindo-se o brado de «Vida longa a George Washington» e uma salva disparada por treze canhões.

Washington proferiu o discurso de tomada de posse de quinze minutos em surdina, não dirigido à multidão, mas aos membros do Congresso, na sua câmara improvisada e mal iluminada. Em seguida, compareceu numa missa realizada numa igreja próxima.

Com isso, o Pai do Nosso País ficou livre para tratar de garantir que a América perdurava para além do seu mandato.

Com o tempo, as tomadas de posse presidenciais tornaram-se mais elaboradas. Em 1809, Dolley Madison acolheu o primeiro baile inaugural na nova capital, com quatrocentas pessoas a pagarem quatro dólares cada pelo privilégio de participarem no que, até essa altura, foi o maior evento

social alguma vez realizado em Washington, DC. Como era próprio da sua reputação populista, Andrew Jackson abriu as portas da Casa Branca a vários milhares dos seus apoiantes para a tomada de posse, em 1829; a multidão embriagada tornou-se tão turbulenta que se diz que Jackson teve de escapar por uma janela.

Para a sua segunda tomada de posse, Teddy Roosevelt não se satisfez com paradas militares e fanfarras: incluiu um grupo de *cowboys* e o chefe apache Gerónimo. E quando chegou a vez de John F. Kennedy, em 1961, a tomada de posse tornara-se um espectáculo televisionado ao longo de vários dias, incluindo actuações de artistas musicais famosos, uma leitura do poeta laureado Robert Frost e vários bailes de máscaras, onde grandes celebridades de Hollywood podiam lançar sobre os financiadores e os angariadores de votos do novo presidente o seu pó de estrelas. (Aparentemente, Frank Sinatra fez tudo o que podia para tornar as festas dignas de Camelot, não obstante ter sido obrigado a travar o que deve ter sido uma conversa embaraçosa com o seu amigo e cúmplice Sammy Davis, Jr., quando Joe Kennedy fez saber que a presença de Davis e da sua alvíssima esposa sueca no baile da tomada de posse poderia não cair muito bem junto dos apoiantes sulistas de JFK e convinha, portanto, ser desencorajada.)

Tendo em conta a excitação gerada pela nossa campanha, as expectativas para a minha tomada de posse — marcada para 20 de Janeiro de 2009 — eram elevadas. Tal como com a convenção democrata, eu não tive muito a ver com os pormenores de organização, confiante de que a comissão que tínhamos constituído e o génio organizativo da minha campanha, Alyssa Mastromonaco (então prestes a ser minha directora de Assuntos Correntes), tinham tudo na mão. Assim, enquanto eram montados palcos e instaladas bancadas ao longo da via de parada de DC, Michelle, as raparigas e eu

fomos passar o Natal ao Havai, onde — entre definir as derradeiras nomeações para o meu Governo, consultas diárias com a minha equipa de economia e trabalhar no meu discurso de tomada de posse — tentei recuperar o fôlego.

Maya e eu passámos uma tarde a escolher os bens pessoais da avó Toot e depois caminhámos até ao mesmo afloramento rochoso perto de Hanauma Bay, onde nos tínhamos despedido da nossa mãe e dispersado as suas cinzas no oceano lá em baixo. Consegui fazer um jogo de basquetebol com alguns dos meus antigos colegas de equipa do liceu. As nossas famílias cantaram toadas de Natal, fizeram biscoitos e estrearam o que viria a tornar-se um espectáculo anual de talentos (os pais foram justamente considerados os menos talentosos). Tive até oportunidade de fazer *bodysurf* em Sandy Beach, um dos meus escapes favoritos em jovem. Lançado sobre uma onda que se abatia suavemente, o ligeiro enrolar com o varrimento da água e o céu sulcado por um rasto de aves em voo, foi-me por um momento possível fingir que não estava rodeado por vários operacionais SEAL da Marinha em fato de mergulho, que a lancha da Guarda Costeira, ao longe, nada tinha a ver comigo, que as fotografias de mim em tronco nu não apareceriam nas primeiras páginas de jornais por todo o mundo com manchetes como APTO PARA O CARGO. Quando fiz finalmente sinal de que estava pronto para ir embora, o chefe da minha equipa de segurança nesse dia — um agente sarcástico chamado Dave Beach que estivera comigo desde o início e me conhecia como a um amigo — inclinou a cabeça, sacudiu a água dos ouvidos e disse descontraidamente:

— Espero que tenha gostado, porque foi a última vez que pôde fazê-lo durante muito, muito tempo.

Ri-me, sabendo que ele estava a brincar… ou não estaria? A campanha e o que se seguiu de imediato não deixara tempo para reflexão, por isso foi só

durante esse breve interlúdio tropical que todos nós — amigos, família, colaboradores, Serviços Secretos — tivemos oportunidade de perspectivar o que acontecera e antever o que estava por vir. Todos pareciam felizes, mas ligeiramente hesitantes, inseguros sobre se podiam reconhecer a estranheza das coisas, tentando perceber o que mudara e o que não mudara. E embora ela não o mostrasse, ninguém sentia esta incerteza de forma mais intensa do que a que seria, em breve, primeira-dama dos Estados Unidos.

Durante a campanha, eu vira Michelle adaptar-se às nossas novas circunstâncias com uma graciosidade segura: a encantar eleitores, a manter-se firme nas entrevistas, a aperfeiçoar um estilo que a mostrava simultaneamente sofisticada e acessível. Fora menos uma transformação do que uma amplificação, com a «michellenidade» essencial dela a ser polida até atingir um lustro fulgurante. Contudo, apesar do à-vontade crescente perante o olhar público, nos bastidores, Michelle estava desesperada por criar uma zona de normalidade para a nossa família, um lugar para lá do alcance perversor da política e da fama.

Nas semanas que se seguiram à eleição, isto implicou que ela se atirasse às tarefas a que qualquer casal teria de se entregar ao ter de se mudar para ocupar um novo emprego. Com a eficiência típica, escolheu, embalou, fechou contas, certificou-se de que o nosso correio era redireccionado e ajudou o Centro Médico da Universidade de Chicago a planear a sua substituição.

Porém, a sua atenção prioritária foi para com as nossas filhas. No dia seguinte à eleição, já planeara uma volta pelas escolas de Washington, DC (tanto Malia como Sasha eliminaram as escolas exclusivamente femininas da lista, optando antes pela Sidwell Friends, uma escola privada fundada por Quakers que também Chelsea Clinton frequentara) e falou com os professores sobre a gestão da transferência para turmas a meio do ano.

Procurou aconselhar-se com Hillary Clinton e Laura Bush sobre como isolá-las da imprensa e atormentou os Serviços Secretos a respeito das maneiras de evitar que os destacamentos de segurança das raparigas perturbassem o convívio com outras crianças e as actividades desportivas. Familiarizou-se com as operações da residência na Casa Branca e certificou-se de que a mobília nos quartos das meninas não ia parecer uma coisa saída de Monticello.

Não era que eu não partilhasse a ansiedade de Michelle. Malia e, sobretudo, Sasha eram tão novas em 2008, com rabos-de-cavalo, tranças, dentes em falta e bochechas roliças! Como iria a Casa Branca influenciar as suas infâncias? Isolá-las-ia? Torná-las-ia caprichosas ou sobranceiras? À noite, eu escutava atentamente enquanto Michelle me transmitia a informação mais recente que recolhera, e dizia-lhe o que pensava de uma ou outra questão que a afligia, tentando dar-lhe garantias de que uma observação brusca ou uma pequena malfeitoria de qualquer das raparigas não constituía já um efeito do seu mundo subitamente virado do avesso.

Porém, como acontecera durante boa parte dos últimos dez anos, o fardo quotidiano da parentalidade recaía em grande medida sobre Michelle. E assistindo ela a como — antes até de eu ter tomado posse — o turbilhão de trabalho me sugava, ao ver a sua própria carreira posta de lado, o seu círculo coeso de amigos que em breve estaria a centenas de quilómetros de distância enquanto ela se integrava numa cidade onde as motivações de tanta gente eram necessariamente suspeitas, havia uma perspectiva de solidão que pairava sobre ela como uma nuvem.

Tudo isto ajuda a explicar por que razão Michelle pediu à mãe para ir viver connosco na Casa Branca. Que Marian Robinson ponderasse sequer o pedido foi para mim uma surpresa, porque, por natureza, a minha sogra era circunspecta, encontrando plena satisfação no trabalho regular, rotinas

familiares, e um pequeno círculo de família e amigos a que se habituara havia anos. Vivia na mesma casa desde os anos 60 e raramente se aventurara a sair de Chicago; a sua única extravagância era uma viagem anual de três dias a Las Vegas com a cunhada Yvonne e a Mamã Kaye para jogar nos casinos. E embora ela adorasse as netas e tivesse aceitado aposentar-se mais cedo para ajudar Michelle a cuidar das meninas quando a campanha aquecesse, fizera sempre questão de não estar constantemente presente na nossa casa de Chicago nem de ficar para jantar depois de concluído o seu trabalho.

— *Não* vou ser uma dessas velhinhas que não deixam os filhos em paz só porque não têm nada melhor para fazer — declarara com um ar ofendido.

Ainda assim, quando Michelle lhe pediu que se mudasse connosco para Washington, Marian não ofereceu grande resistência. Sabia que a filha não lho pediria se não fosse verdadeiramente importante.

Claro que havia os aspectos práticos. Nos primeiros anos em que estivemos na Casa Branca, seria Marian a acompanhar Malia e Sasha à escola todas as manhãs e a fazer-lhes companhia depois das aulas, se Michelle estivesse a trabalhar. No entanto, era mais do que isso. O que realmente importava — o que nunca deixaria de importar muito depois de as raparigas terem deixado de precisar que alguém tomasse conta delas — era a mera presença de Marian para que a nossa família conservasse os pés assentes na terra.

A minha sogra não agia como se fosse melhor do que qualquer outra pessoa, por isso as nossas filhas nunca consideraram sequer que essa fosse uma opção. Ela vivia segundo a doutrina de não fazer espalhafato nem dramas e não se deixava impressionar por qualquer tipo de opulência ou propaganda exagerada. Quando Michelle regressava de uma sessão fotográfica ou de um jantar com traje de gala, em que cada um dos seus

movimentos fora vigiado e o penteado escrutinado pela imprensa, podia tirar o seu vestido de estilista, enfiar umas calças de ganga e uma *T-shirt*, e saber que a mãe estava lá em cima, no seu apartamento do piso superior da Casa Branca, sempre ansiosa por se sentar a ver televisão com ela e falar das raparigas ou da família lá na terra… ou de nada em particular.

A minha sogra nunca se queixou de nada. Sempre que eu interagia com ela, recordava-me que, fosse qual fosse o tipo de trapalhada com que eu andava a lidar, ninguém me obrigara a ser presidente e tinha mais era de aguentar e fazer o meu trabalho.

A minha sogra era uma dádiva. Para nós, tornou-se uma evocação viva e presente de quem éramos e de onde vínhamos, uma guardiã de valores que outrora julgáramos vulgares, mas que aprendêramos serem mais raros do que alguma vez imagináramos.

O SEMESTRE DE INVERNO no colégio Sidwell Friends principiou duas semanas antes do dia da tomada de posse, por isso, depois do Ano Novo, voámos de volta para Chicago, recolhemos os objectos pessoais que ainda não tinham sido expedidos e entrámos num avião oficial com destino a Washington. Blair House, a casa de hóspedes oficial do presidente, não podia acomodar-nos tão cedo, por isso instalámo-nos no hotel Hay-Adams, a primeira de três mudanças que tivemos de fazer no período de três semanas.

Malia e Sasha não pareciam importar-se por estar num hotel. Não pareceram importar-se, sobretudo, com a atitude invulgarmente indulgente da mãe quanto a ficarem a ver televisão, saltarem na cama e provarem cada sobremesa que figurava na ementa do serviço de quartos. Michelle acompanhou-as no primeiro dia de escola num veículo dos Serviços Secretos. Mais tarde, contar-me-ia como o coração lhe doera ao ver as suas preciosas meninas — a parecerem exploradoras em miniatura, com os seus

casacos e mochilas de cores luminosas — entrarem nas suas novas vidas rodeadas por homens musculados e armados.

Nessa noite no hotel, porém, as raparigas exibiram os seus habituais comportamentos tagarelas e irreprimíveis, contando-nos como o seu dia tinha sido excelente e como o almoço fora melhor do que os da antiga escola, e como já tinham feito um monte de novos amigos. Enquanto falavam, vi a tensão começar a dissipar-se do rosto de Michelle. Quando ela informou Malia e Sasha de que, agora que a escola recomeçara, não haveria mais sobremesas nem programas de televisão nas noites da semana e que era altura de lavarem os dentes e ir para a cama, percebi que tudo correria bem.

Entretanto, a nossa transição seguia a todo o vapor. As reuniões iniciais com as minhas equipas de segurança nacional e de economia foram produtivas, com os respectivos elementos a respeitarem o programa e as intervenções para impressionar restringidas ao mínimo. Comprimidos em gabinetes do Governo sem características notáveis, criámos grupos de trabalho para cada agência e para cada tema imaginável — formação profissional, segurança aérea, dívida dos empréstimos estudantis, investigação sobre o cancro, intervenção do Pentágono — e passei os meus dias a espevitar os cérebros de miúdos zelosos e geniais, académicos desgrenhados, líderes empresariais, grupos de advocacia e veteranos encanecidos de anteriores administrações. Alguns estavam a prestar provas para um cargo na Administração, outros queriam que adoptássemos propostas que não tinham dado em nada nos últimos oito anos. No entanto, todos pareciam ansiosos por ajudar, entusiasmados com a ideia de uma Casa Branca disposta a pôr novas ideias à prova.

Claro que houve ressaltos pelo caminho. Algumas das minhas escolhas preferenciais para cargos no Governo recusaram ou não passaram no

exame. Em diversos momentos do dia, Rahm podia passar por lá para me perguntar como queria tratar alguma disputa política ou organizacional que se manifestasse, e nos bastidores não faltavam intrigas iniciais — à volta de títulos, área de influência, credenciais de acesso, lugares de estacionamento — que caracterizam qualquer nova administração. No conjunto, porém, a atmosfera era de entusiasmo focado, estando todos nós convictos de que, com trabalho inteligente e perseverante, poderíamos transformar o país como tínhamos prometido.

E porque não? As sondagens mostravam que a minha taxa de popularidade estava próxima dos 70 por cento. Cada dia trazia mais uma rodada de cobertura noticiosa favorável. Colaboradores mais jovens, como Reggie e Favs, tornaram-se subitamente temas quentes das colunas de mexericos em Washington, DC. Não obstante as previsões de temperaturas glaciais no dia da tomada de posse, as autoridades vaticinavam que a afluência seria sem precedentes, estando já reservados hotéis num raio de muitos quilómetros. A avalancha de pedidos para os eventos com entrada por bilhete — de funcionários eleitos, financiadores, primos afastados, conhecidos do liceu e diversas personagens importantes que mal conhecíamos ou com quem nunca nos tínhamos cruzado — nunca abrandou. Michelle e eu fizemos o melhor que pudemos para os seleccionar sem ferir demasiadas susceptibilidades.

— É como o nosso casamento, mas com uma lista maior de convidados — resmunguei.

Quatro dias antes da tomada de posse, Michelle, as meninas e eu voámos para Filadélfia, onde, em homenagem à viagem de comboio de Lincoln de Springfield para Washington, para a sua cerimónia de tomada de posse em 1861, tomámos um vagão ferroviário de época e repetimos a última etapa da viagem dele, com um desvio: uma paragem em Wilmington, onde

recolhemos Joe e Jill Biden. Vendo a multidão de admiradores que se juntara para se despedir deles, ouvindo Joe gracejar com todos os condutores da Amtrak que conhecia pelo nome, ao fim de anos a fazer aquela viagem para lá e para cá, só pude imaginar o que lhe ia na mente, enquanto rolava por carris pelos quais viajara da primeira vez não com alegria, mas angustiado, não havia assim tanto tempo.

Passei muito tempo desse dia em conversa com as várias dezenas de pessoas que tínhamos convidado para a viagem, na sua maioria eleitores comuns que conhecêramos aqui e ali durante a campanha. Juntaram-se a Malia, a Sasha e a mim a cantar os «Parabéns» quando Michelle soprou as velas do bolo (fazia quarenta e cinco anos), dando àquilo o sabor de reunião de família coesa, do género que Michelle tanto valorizava. Eu saía ocasionalmente para a plataforma traseira do comboio, sentindo o vento fustigar-me o rosto, o ritmo sincopado das rodas contra os carris, a abrandar de algum modo o tempo, e acenava aos grupos de pessoas que se tinham aglomerado ao longo do itinerário. Eram aos milhares, quilómetro a quilómetro, vendo-se-lhes os sorrisos à distância, algumas de pé em camiões de caixa aberta, outras comprimidas contra vedações, muitas com letreiros desenhados em casa como mensagens como AVÓS POR OBAMA ou ACREDITAMOS ou SIM, FOMOS CAPAZES, ou a içarem os filhos e a exortá-los a acenar.

Tais momentos repetiram-se nos dois dias seguintes. Durante uma visita ao Hospital Militar Walter Reed, conheci um jovem fuzileiro amputado que me bateu continência da cama e me disse que votara em mim, apesar de ser republicano, e que sentiria orgulho em me chamar seu comandante-chefe. Numa instituição de acolhimento de gente sem-abrigo, no sudeste de Washington, um adolescente de semblante duro envolveu-me num abraço apertado sem dizer nada. A madrasta do meu pai, a Mamã Sarah, fizera toda

a viagem da sua pequena aldeia rural, no noroeste do Quénia, para a tomada de posse. Sorri quando vi aquela mulher idosa sem qualquer educação formal, uma mulher cuja casa com telhado de chapa de metal não tinha água corrente nem canalização, ser servida ao jantar em Blair House numa porcelana usada por primeiros-ministros e reis.

Como podia o meu coração não ficar emocionado? Como podia eu resistir a acreditar que havia algo real em tudo aquilo, algo que poderia durar?

Meses depois, quando se teve noção plena da dimensão da derrocada económica e a disposição do público se tornara sombria, a minha equipa e eu interrogar-nos-íamos se — enquanto assunto de política e governação — deveríamos ter feito mais para atenuar esta euforia colectiva pós-eleição e preparar o país para as dificuldades vindouras. Não que não tivéssemos tentado. Quando volto atrás e leio entrevistas que dei imediatamente antes de assumir o cargo, espanta-me o quanto eu estava sóbrio, ao insistir que a economia iria piorar antes de melhorar, recordando às pessoas que reformar os cuidados de saúde era algo que não podia ser feito de um dia para o outro e que não havia soluções simples para lugares como o Afeganistão. O mesmo se aplica ao meu discurso de tomada de posse. Tentei traçar um retrato honesto das nossas circunstâncias, despojando-o de alguma da retórica mais empolada em prol de apelos à responsabilidade e ao esforço comum perante desafios assustadores.

Está tudo lá, preto no branco: uma avaliação bastante rigorosa de como decorreriam os próximos anos. E, no entanto, talvez tenha sido bom as pessoas não conseguirem ouvir essas notas de advertência. Afinal, não era difícil encontrar razões para se sentir medo e revolta nos começos de 2009, para se desconfiar de políticos ou das instituições que tinham deixado tanta gente ficar mal. Talvez aquilo de que precisávamos fosse uma irrupção de

energia, ainda que fugaz: uma história de aparência feliz acerca de quem éramos como americanos e quem poderíamos ser, o tipo de êxtase que poderia oferecer o ímpeto mínimo necessário para nos fazer ultrapassar a parte mais traiçoeira da viagem.

Parece ter sido isso que aconteceu. Fora tomada a decisão colectiva e não verbalizada de que, pelo menos durante algumas semanas, o país faria um muito necessário interregno no cinismo.

CHEGOU O DIA DA TOMADA DE POSSE, luminoso, com vento e temperatura gélida. Como eu sabia que os eventos tinham sido coreografados com precisão militar, e porque tendo a levar a minha vida sempre com uns quinze minutos de atraso relativamente à agenda, regulei dois despertadores para ter a certeza de que chegava a tempo. Uma corrida na passadeira, pequeno-almoço, tomar um duche e fazer a barba, algumas tentativas até o nó da gravata ficar apresentável e, às oito e quarenta e cinco, Michelle e eu estávamos no carro para a deslocação de dois minutos de Blair House à Igreja Episcopal de São João, onde tínhamos convidado um amigo nosso, o pastor de Dallas T. D. Jakes, a conduzir uma cerimónia privada.

Para o sermão dessa manhã, o reverendo Jakes usou o Livro de Daniel, no Antigo Testamento, descrevendo como Sidrac, Misac e Abdénago, fiéis a Deus apesar de servirem na corte real, recusaram ajoelhar-se diante do ídolo de ouro do rei Nabucodonosor; como, em consequência, os três homens foram atirados para uma fornalha ardente; e, todavia, como, por causa da sua fidelidade, Deus os protegeu, ajudando-os a saírem ilesos da fornalha.

Ao assumir a presidência em tempos tão turbulentos, também eu estava a ser lançado às chamas, explicou o reverendo Jakes. As chamas da guerra.

As chamas da derrocada económica. Porém, desde que permanecesse leal a Deus e fizesse o que era correcto, também eu nada tinha a recear.

O pastor falava num timbre majestoso de barítono, o rosto amplo e escuro a sorrir-me lá de cima do púlpito.

— Deus está consigo na fornalha — disse.

Alguns dos presentes na igreja começaram a aplaudir e eu sorri em agradecimento pelas palavras. O meu espírito, contudo, vagueava pela noite anterior, quando, depois de jantar, me desculpara junto da família, subira as escadas para um dos muitos quartos de Blair House e recebera um informe do director do Gabinete Militar da Casa Branca sobre a *«bola de futebol»* — a pequena mala revestida a cabedal que acompanha sempre o presidente e contém os códigos necessários para lançar um ataque nuclear. Um dos assessores militares responsável por carregar a *bola de futebol* explicou os protocolos com a mesma calma e espírito metódico de alguém que pudesse estar a descrever como se programa um gravador de vídeo. O subtexto era óbvio.

Em breve eu seria investido da autoridade para rebentar com o mundo.

Na noite anterior, Michael Chertoff, secretário da Segurança Interna do presidente Bush, telefonara para nos dar parte de informações credíveis a indicar que se suspeitava de que quatro somalis estariam a planear um ataque terrorista na cerimónia da tomada de posse. Como resultado, a força de segurança, já massiva, em torno da Alameda Nacional seria engrossada. Os suspeitos — homens jovens que se julgava terem vindo pela fronteira com o Canadá — ainda andavam a monte. Estava fora de questão não realizarmos os eventos do dia seguinte, mas, pelo seguro, examinámos possíveis imprevistos com Chertoff e a sua equipa e depois incumbimos Axe de redigir instruções de evacuação que eu transmitiria à multidão se ocorresse um ataque comigo na tribuna.

O reverendo Jakes terminou o sermão. O tema final do coro encheu o santuário. Exceptuando um grupo de colaboradores, ninguém sabia da ameaça terrorista. Eu nem sequer dissera a Michelle, não querendo agravar o nervosismo do dia. Ninguém estava a pensar em guerra nuclear ou terrorismo. Ninguém, a não ser eu. Enquanto observava as pessoas que assistiam — amigos, parentes, colegas, alguns dos quais me viram a olhar para eles e sorriram ou acenaram, excitados — percebi que isto fazia agora parte das minhas obrigações: manter uma aparência exterior de normalidade, corroborando junto de toda a gente que vivemos num mundo seguro e ordeiro, mesmo quando eu contemplava o buraco negro do risco e me preparava o melhor que podia para a possibilidade de a qualquer momento, ou em qualquer dia, irromper o caos.

Às nove e cinquenta e cinco chegámos ao Pórtico Norte da Casa Branca, onde o presidente e a Sr.ª Bush nos saudaram e conduziram até ao interior, onde os Biden, o vice-presidente Cheney e a sua família, bem como líderes do Congresso e os seus cônjuges, se tinham reunido para uma breve recepção. Quinze minutos antes da hora prevista, os nossos colaboradores propuseram que saíssemos para o Capitólio, a fim de evitarmos o que descreveram como multidões avassaladoras. Entrámos aos pares nos automóveis que nos aguardavam: primeiro os líderes da Câmara dos Representantes e do Senado, depois Jill Biden e a Sr.ª Cheney, Michelle e a Sr.ª Bush, Joe Biden e o vice-presidente Cheney, com o presidente Bush e eu a fechar o cortejo. Era como entrar na Arca de Noé.

Foi a minha primeira vez no *Beast*, a limusina preta de tamanho desmesurado que é usada para transportar o presidente. Reforçado para resistir à explosão de uma bomba, pesa várias toneladas, tem assentos em cabedal preto macio e o selo presidencial bordada num painel de couro por cima do telefone e do repouso para o braço. Uma vez fechadas, as portas do

Beast isolam todo o som e, enquanto a nossa escolta avançava lentamente pela Pennsylvania Avenue, comigo e o presidente Bush em conversa ligeira, espreitei pelas janelas em vidro à prova de bala e vi os magotes de gente que ainda ia a caminho da Alameda ou já se instalara em bancos ao longo do itinerário da parada. A maioria parecia estar num estado de espírito de celebração, a aclamar e a acenar enquanto passava o desfile de automóveis. Porém, ao virar a esquina para a etapa final do trajecto, deparámos com um grupo de manifestantes que cantava para megafones e brandia letreiros em que se lia PROCESSEM BUSH e CRIMINOSO DE GUERRA.

Não sei dizer se o presidente os viu — estava mergulhado numa descrição entusiasta de como era limpar mato no seu rancho em Crawford, no Texas, para onde seguiria directamente depois da cerimónia. No entanto, senti-me silenciosamente irado por conta dele. Manifestar-se contra um homem na hora final da sua presidência parecia-me deselegante e desnecessário. Mais genericamente, perturbou-me o que aqueles manifestantes mostravam a respeito das divisões que grassavam no país e o enfraquecimento de quaisquer fronteiras de decoro que em tempos haviam regulado a política.

Suponho que havia laivos de interesse em causa própria naqueles sentimentos. Dentro de poucas horas, seria só eu a viajar no banco traseiro do *Beast*. Calculei que não demoraria muito até que as buzinas e os letreiros me fossem dirigidos. Também isto faria parte do cargo: encontrar uma maneira de não considerar este tipo de ataques como se fossem pessoais, ao mesmo tempo que evitava a tentação de me isolar — como talvez o meu antecessor fizera vezes de mais — daqueles que gritavam do lado de lá do vidro.

Tinha sido sensato sair mais cedo; as ruas estavam obstruídas por gente e chegámos ao Capitólio com vários minutos de atraso relativamente ao

programa. Juntamente com os Bush, abrimos caminho até ao gabinete da presidente da Câmara dos Representantes para mais apertos de mão, fotografias e instruções, antes que participantes e convidados — incluindo as meninas e as nossas restantes famílias — começassem a formar fila para a procissão. Mostraram a Michelle e a mim a Bíblia que viera emprestada da Biblioteca do Congresso para que eu prestasse o meu juramento, um pequeno volume compacto, forrado a veludo cor de vinho e com orlas douradas, a mesma Bíblia que Lincoln usara no seu juramento.

— Tenho alguma coisa presa nos dentes? — perguntei, fazendo um sorriso exagerado.

— Está óptimo — respondeu Marvin.

— Está frio lá fora — observei. — Até parece Springfield.

— Mas há um bocadinho mais de gente — disse Reggie.

Um assessor militar espreitou pela porta e disse que estava na hora. Troquei pancadas encorajadoras de punho com Reggie e Marvin e segui o comité do Congresso pelos longos corredores, atravessando a Rotunda do Capitólio e o Salão Nacional de Estatuária, passando pelas fileiras de pessoas alinhadas ao longo das paredes que estavam ali para me desejar sorte, por um corredor formado por guardas de honra que batiam continência a cada passo, até que cheguei finalmente às portas de vidro que davam para a plataforma da cerimónia, no exterior. A cena era mais do que estonteante: a multidão atapetava a Alameda num plano contínuo, estendendo-se bem para lá do Monumento a Washington e até ao Memorial a Lincoln, a brandir o que deviam ser centenas de milhares de bandeirinhas a tremeluzir ao sol do meio-dia como a superfície de uma corrente oceânica. Por um breve momento, antes que soassem trombetas e eu fosse anunciado, fechei os olhos e evoquei a oração que me levara ali, a que continuaria a repetir a cada noite em que fui presidente.

Uma oração de graças por tudo o que me fora concedido. Uma oração para que os meus pecados fossem perdoados. Uma oração para que a minha família e o povo americano fossem protegidos do mal.

Uma oração suplicando orientação.

TED SORENSEN, AMIGO, confidente e principal redactor de discursos de JFK, fora meu apoiante desde o início. Quando nos conhecemos, ele tinha quase oitenta anos, mas continuava perspicaz, com uma acutilância estimulante. Chegou até a viajar em minha representação, sendo um substituto de campanha persuasivo, ainda que também exigisse um pouco mais de cuidados. (Certa vez, quando o nosso cortejo de automóveis seguia a alta velocidade, debaixo de chuva torrencial, por uma estrada do Iowa, ele inclinou-se para a frente e gritou para o agente que conduzia: «Filho, sou meio cego, mas até eu vejo que estás demasiado colado ao carro da frente!») Ted também veio a ser muito apreciado pela minha jovem equipa de redactores de discursos, oferecendo conselhos e comentando por vezes os rascunhos por eles produzidos. Como ele fora co-autor do discurso de tomada de posse de Kennedy («Não perguntem o que o vosso país pode fazer por vós…»), perguntaram-lhe certa vez qual fora o segredo para escrever um dos quatro ou cinco grandes discursos da História da América. Simples, respondeu: sempre que ele e Kennedy se sentavam para escrever, diziam para si mesmos: «Vamos fazer isto suficientemente bom para figurar um dia num livro de grandes discursos.» Não sei se Ted estava a tentar inspirá-los ou só a brincar com eles.

Sei que o meu próprio discurso não esteve à altura dos padrões sublimes de JFK. Nos dias que se seguiram, atraiu muito menos atenção do que as estimativas da magnitude da multidão, a causticidade do frio, o chapéu de Aretha Franklin e a pequena falha que se verificou entre mim e o juiz do

Supremo John Roberts durante a prestação do juramento, levando a que nos reuníssemos na Sala dos Mapas da Casa Branca, no dia seguinte, para uma repetição oficial. Alguns comentadores acharam que o discurso tinha sido desnecessariamente sombrio. Outros detectaram uma crítica inapropriada à administração anterior.

Todavia, quando o terminei, senti a satisfação de ter falado honestamente e com convicção. Fiquei também aliviado por a nota a ser usada em caso de incidente terrorista não ter saído do meu bolso.

Deixado o evento principal para trás, descontraí e absorvi o espectáculo. Fiquei sensibilizado com a visão dos Bush a subirem os degraus para o seu helicóptero e a virarem-se para acenar uma última vez. Senti orgulho ao segurar a mão de Michelle, ao fazermos a pé parte do trajecto da parada. Senti-me empolgado com os participantes na parada: fuzileiros, bandas de *mariachis*, astronautas, aviadores afro-americanos e, em particular, as bandas liceais de cada Estado da União (incluindo a minha *alma mater*, a fanfarra de Punahou — *Go Buff 'n Blue*!)

Houve uma única nota triste nesse dia. Durante o tradicional almoço inaugural no Capitólio, entre os vários brindes e apresentações pelos nossos anfitriões congressistas, Teddy Kennedy desmaiou num ataque súbito e violento. A sala silenciou-se com a entrada precipitada dos assistentes médicos de urgência. A esposa de Teddy, Vicki — com o temor vincado no rosto —, seguiu-o quando o levaram sobre rodas, deixando-nos ansiosamente inquisitivos a respeito do destino dele, não imaginando nenhum de nós as consequências que viriam a decorrer desse momento.

Michelle e eu comparecemos a um total de dez bailes de tomada de posse, nessa noite. Michelle era uma visão de chocolate no seu vestido branco esvoaçante e, na nossa primeira paragem, acolhi-a nos braços, fi-la rodar e sussurrei-lhe tolices ao ouvido enquanto dançávamos ao som de

uma interpretação sublime de *At Last*, cantada por Beyoncé. No Baile do Comandante-Chefe, separámo-nos para dançar com dois jovens membros das nossas forças armadas, encantadores e compreensivelmente nervosos.

Ser-me-ia muito difícil recordar os outros oito bailes.

Quando regressámos à Casa Branca, passava bem da meia-noite. Ainda decorria em força uma festa para a nossa família e amigos mais chegados na Sala Oriental, com o Quinteto Wynton Marsalis, que não dava sinais de esmorecer. Doze horas em cima de saltos altos tinham castigado os pés de Michelle e, como tinha de se levantar uma hora mais cedo do que eu para arranjar o cabelo para mais uma cerimónia na igreja na manhã seguinte, ofereci-me para ficar a acompanhar os nossos convidados enquanto ela se ia deitar.

Restavam poucas luzes acesas quando subi as escadas. Michelle e as meninas estavam a dormir, e mal se ouvia o som que vinha lá de baixo, do turno nocturno a lavar pratos e a desmontar mesas e cadeiras. Apercebi-me de que não tinha estado sozinho o dia todo. Deixei-me só ficar ali um momento, a olhar para um lado e para o outro do enorme salão, ainda incerto quanto aonde conduzia cada uma das muitas portas, a assimilar os lustres de cristal e um piano de cauda compacto, a reparar no Monet numa das paredes, um Cézanne noutra, a retirar alguns livros da estante, a examinar pequenos bustos, artefactos e retratos de pessoas que não reconheci.

O meu pensamento recuou à primeira vez que vira a Casa Branca, havia cerca de trinta anos, quando, no papel de jovem organizador comunitário, eu levara um grupo de estudantes a Washington para fazer pressão sobre o seu congressista com vista a uma lei que aumentasse o apoio aos estudos. Tínhamos ficado junto ao portão, na Pennsylvania Avenue, com alguns de nós a fazer caretas e a tirar fotografias com câmaras descartáveis. Recordo-

me de fixar o olhar nas janelas do segundo andar, a perguntar-me se nesse preciso momento alguém poderia estar a ver-nos lá de cima. Tentara imaginar o que poderiam estar a pensar. Terão sentido a falta dos ritmos da vida comum? Estariam solitários? Sentiriam por vezes um sobressalto no coração e interrogar-se-iam como teriam ido ali parar?

Em breve teria a minha resposta. Fui desapertando a gravata, enquanto avançava lentamente pelo corredor e apagava as luzes que tinham ficado acesas.

CAPÍTULO 11

INDEPENDENTEMENTE do que possamos dizer a nós mesmos, independentemente do número de *briefings* que recebemos ou de quantos veteranos de anteriores administrações tenhamos recrutado, nada nos prepara verdadeiramente para as primeiras semanas na Casa Branca. Tudo é novo, desconhecido, carregado de significado. São precisas semanas, ou por vezes até meses, para que a grande maioria dos nossos nomeados de topo, incluindo os secretários do Governo, seja confirmada. Por todo o edifício da Casa Branca, vê-se pessoal a levantar os cartões de identificação necessários, a perguntar onde pode estacionar, a aprender a usar os telefones, a tentar perceber onde são as casas de banho e a carregar caixas de mudanças para a apertada colmeia de gabinetes na Ala Ocidental ou para as salas mais espaçosas do Edifício Eisenhower do Gabinete Executivo (EEOB), nas proximidades, ao mesmo tempo que tenta não parecer completamente confuso. É como o dia da instalação num *campus* universitário, tirando que uma grande percentagem das pessoas envolvidas é de meia-idade, veste fato e, juntamente comigo, está encarregada de governar a nação mais poderosa da Terra.

Não tive de me preocupar em fazer a minha própria mudança, mas os meus dias eram um turbilhão. Tendo testemunhado como o mau início de Bill Clinton tinha embaraçado os seus dois primeiros anos de mandato, Rahm estava determinado a tirar partido do nosso período de graça pós-eleitoral para que algumas coisas fossem feitas.

— Confie em mim — disse-me. — A presidência é como um carro novo.

Começa a desvalorizar-se a partir do instante em que se sai com ele do concessionário.

A fim de adquirir ímpeto inicial, ele instruíra a nossa equipa de transição para identificar promessas de campanha que eu pudesse cumprir com um golpe de caneta. Assinei uma ordem executiva a proibir a tortura e a dar início ao que pensava ser processo para um ano, com vista a encerrar o centro militar de detenção dos EUA na baía de Guantánamo, em Cuba. Instituímos algumas das regras éticas mais duras na história da Casa Branca, incluindo restrições apertadas sobre lobistas. Decorrido um par de semanas, concluímos um acordo com líderes do Congresso para cobrir mais quatro milhões de crianças com o Programa de Seguros de Saúde Infantil e, pouco depois disso, revogámos a moratória do presidente Bush sobre a investigação de células estaminais embriónicas com financiamento federal.

Assinei o meu primeiro projecto de lei, tornando-o formalmente lei, no nono dia de mandato: a Lei do Pagamento Justo Lilly Ledbetter. Esta legislação recebeu o nome de uma mulher simples do Alabama que, com uma carreira já prolongada no fabricante de pneus Goodyear, descobrira que o seu salário fora continuamente inferior ao dos congéneres masculinos. Em matéria de casos de discriminação, não havia margem para grandes dúvidas, mas em 2007, contra todo o bom senso, o Supremo Tribunal rejeitara o processo. Segundo o juiz Samuel Alito, o Título VII da Lei dos Direitos Civis exigia que Ledbetter tivesse apresentado a sua queixa no prazo de 180 dias contados desde a primeira ocorrência da discriminação; por outras palavras, seis meses depois de ter recebido o seu primeiro salário e muitos anos antes de ter de facto descoberto a disparidade remuneratória. Durante mais de um ano, os republicanos tinham bloqueado no Senado a acção correctiva (com o presidente Bush a prometer vetá-la, se fosse aprovada). Agora, graças a trabalho legislativo célere das nossas animadas maiorias

democratas, a lei ocupou lugar numa pequena secretária cerimonial na Sala Oriental.

Lilly e eu tornáramo-nos amigos durante a campanha. Conheci a sua família e as suas lutas. Ela esteve ao meu lado naquele dia, enquanto eu assinava a lei, usando uma caneta diferente para cada letra do meu nome. (As canetas serviriam como recordações para Lilly e para os patrocinadores da lei, uma bela tradição, não obstante terem feito a minha assinatura parecer que foi grafada por um miúdo de dez anos.) Não pensei apenas em Lilly, mas também na minha mãe, na avó Toot e em todas as mulheres trabalhadoras por todo o país que alguma vez foram ultrapassadas nas promoções ou remuneradas abaixo do seu valor. A legislação que eu agora assinava não reverteria séculos de discriminação. No entanto, já era algo, um passo em frente.

Foi para isto que me candidatei, disse a mim mesmo. É isto que o cargo político pode realizar.

Lançaríamos outras iniciativas comparáveis nesses primeiros meses, algumas atraindo atenção moderada da imprensa, outras percebidas apenas pelos directamente afectados. Em tempos normais, isso teria bastado, uma sucessão de pequenas vitórias enquanto as nossas propostas legislativas de maior vulto — sobre os cuidados de saúde, a reforma da imigração e as alterações climáticas — começavam a abrir caminho no Congresso.

Só que aqueles não eram tempos normais. Para as pessoas e para a imprensa, para mim e para a minha equipa, só uma questão era verdadeiramente importante: que iríamos nós fazer para conter a derrocada da economia?

POR MUITO TERRÍVEL que a situação parecesse antes da eleição, foi só numa reunião em Chicago com a minha nova equipa de economia, a meio de

Dezembro, precisamente um mês antes de eu prestar o juramento de posse, que comecei a ter a noção do alcance daquilo com que estávamos a lidar. Christy Romer, cuja atitude alegre e estilo sensato fazia lembrar uma mamã de série televisiva dos anos 50, introduziu a sua apresentação com uma deixa que ouvira a Axelrod numa reunião anterior.

— Senhor Presidente Eleito, este é o seu momento «c'um diabo!».

Os risinhos rapidamente cessaram quando Christy nos mostrou um conjunto de gráficos. Com mais de metade das vinte e cinco maiores instituições financeiras dos Estados Unidos falidas, fundidas ou restruturadas para evitar a bancarrota no ano anterior, o que principiara como crise em Wall Street infectava agora completamente toda a economia. O mercado de acções perdera 40 por cento do seu valor. Tinham dado entrada processos de execução de hipotecas de 2,3 milhões de casas. O rendimento doméstico caíra 16 por cento, o que, como Tim apontaria posteriormente, era mais do que cinco vezes a perda percentual verificada no rescaldo do colapso do mercado em 1929. Tudo isto em cima de uma economia que já vinha a sofrer com a persistência de níveis elevados de pobreza, o declínio na proporção de homens em idade activa que estavam de facto a trabalhar, a queda no crescimento da produtividade e salários médios a perder poder de compra.

E ainda não tínhamos batido no fundo. Sentindo-se mais pobres, as pessoas tinham parado de gastar, precisamente quando os prejuízos crescentes haviam levado a que os bancos deixassem de emprestar, deixando mais empresas e mais empregos em perigo. Alguns dos grandes retalhistas haviam já falido. A GM e a Chrysler levavam o mesmo caminho. Os canais noticiosos veiculavam agora relatos diários de dispensas em massa de trabalhadores em companhias de prestígio como a Boeing e a Pfizer. Segundo Christy, todas as setas apontavam na direcção da mais

profunda recessão desde a década de 1930, com probabilidade de as perdas de emprego — estimadas em 533 000 só em Novembro — se agravarem.

— Agravarem a que ponto? — perguntei.

— Não temos a certeza, mas provavelmente para a ordem dos milhões — disse Larry, metendo-se na conversa.

Explicou que o desemprego era tipicamente um «indicador diferido», ou seja, que a escala total das perdas no emprego durante as recessões não se manifestava de imediato e perdurava habitualmente bem depois de a economia recomeçar a crescer. Além disso, as economias costumavam recuperar muito mais lentamente das recessões desencadeadas por crises financeiras do que pelas devidas a flutuações no ciclo económico. Larry calculava que, na ausência de uma intervenção célere e agressiva por parte do Governo federal, as probabilidades de uma segunda Grande Depressão eram de «cerca de uma em três».

— Jesus — resmoneou Joe Biden.

Olhei lá para fora pela janela da sala de reuniões na baixa. Uma neve pesada redemoinhava através de um céu cinzento. Materializaram-se na minha cabeça imagens de cidades de tendas e pessoas em fila nas sopas dos pobres.

— Muito bem, então — comecei, virando-me de novo para a equipa. — Como é demasiado tarde para pedir uma recontagem, o que podemos fazer para reduzir essa probabilidade?

Passámos as três horas seguintes a delinear uma estratégia. A primeira tarefa consistia em inverter o ciclo de contracção na procura. Numa recessão vulgar, a política monetária seria uma opção: ao descer as taxas de juro, a Reserva Federal podia ajudar a tornar a aquisição de tudo, de casas a automóveis e electrodomésticos, significativamente mais barata. O problema, explicou Tim, era que, enquanto o presidente Ben Bernanke

estava empenhado em experimentar uma variedade de estratégias não ortodoxas para extinguir o pânico financeiro, a Reserva Federal gastara quase todas as suas munições no decurso do ano anterior: com as taxas de juro já próximas de zero, nem empresas nem consumidores, já terrivelmente sobre-alavancados, se mostravam propensos a contrair mais dívida.

Assim, a nossa conversa incidiu sobretudo em estímulos fiscais — ou, em linguagem de leigos, em fazer o Governo gastar mais dinheiro. Embora eu não tivesse Economia como disciplina nuclear de estudos, estava suficientemente familiarizado com John Maynard Keynes, um dos gigantes da economia moderna e teórico das causas da Grande Depressão. A percepção básica de Keynes fora simples: da perspectiva da família ou empresa individual, era prudente apertar o cinto durante uma recessão grave. O problema era que a parcimónia podia ser sufocante; quando toda a gente apertava o cinto ao mesmo tempo, as condições económicas não podiam melhorar.

A solução de Keynes para o dilema era igualmente simples: o Governo tinha de intervir como «consumidor de último recurso». A ideia era bombear dinheiro para a economia até que as engrenagens retomassem o seu movimento, até que as famílias ganhassem confiança suficiente para trocar os carros velhos por novos e empresas inovadoras encontrassem procura suficiente para voltar a criar novos produtos. A partir do momento em que se desse o novo arranque da economia, o Governo podia então fechar a torneira e recuperar o seu dinheiro por meio do acréscimo fiscal resultante. Fora este, em grande medida, o princípio subjacente ao *New Deal* de Franklin D. Roosevelt, que ganhou forma quando ele assumiu o cargo em 1933, no auge da Grande Depressão. Fossem homens jovens nos Corpos Civis de Conservação postos a criar trilhos nos parques nacionais americanos, agricultores a receber pagamentos do Governo por excedentes

de leite ou trupes teatrais a actuar integradas na Administração para o Progresso das Obras Públicas, os programas do *New Deal* ajudaram americanos desempregados a obter salários de que precisavam desesperadamente e empresas a sustentarem-se com encomendas do Governo de aço ou madeira, tendo tudo isso contribuído para apoiar a iniciativa privada e estabilizar a economia vacilante.

Ambiciosa como foi na altura, na verdade a despesa do *New Deal* revelou-se demasiado modesta para contrariar totalmente a Grande Depressão, sobretudo depois de FDR ter sucumbido às pressões do ano eleitoral de 1936 e ter posto termo cedo demais ao que era visto por muitos influenciadores de opinião de elite como desregramento do Governo. Seria necessário o derradeiro estímulo da Segunda Guerra Mundial, quando toda a nação se mobilizou para erguer um Arsenal de Democracia, para que finalmente se acabasse de uma vez por todas com a Depressão. Todavia, o *New Deal* impedira que as coisas piorassem e a teoria keynesiana viera a ser amplamente aceite entre economistas, incluindo alguns politicamente conservadores (embora os economistas de inclinação republicana preferissem caracteristicamente estímulos sob a forma de cortes fiscais, em vez de programas públicos).

Portanto, precisávamos de um pacote de estímulos. Que dimensão deveria ter, para proporcionar o impacto necessário? Antes da eleição, tínhamos proposto o que foi então considerado um programa ambicioso de 175 mil milhões de dólares. Logo a seguir à eleição, ao examinar o agravamento dos dados, tínhamos aumentado o número para 500 mil milhões. A equipa recomendava agora algo ainda mais avultado. Christy referiu um bilião de dólares, levando Rahm a falar atabalhoadamente, como se fosse um personagem de desenhos animados a cuspir uma refeição estragada.

— Isso nem pensar — disse ele.

Tendo em conta a irritação do público por causa das centenas de milhares de milhões de dólares já despendidos no resgate dos bancos, explicou, qualquer número que começasse «por um *b*» não teria hipóteses junto de muitos democratas, quanto mais republicanos. Virei-me para Joe, que fez um aceno de assentimento.

— Quanto é que *podemos* conseguir aprovar? — perguntei.

— Setecentos, talvez oitocentos mil milhões, no máximo — disse Rahm. — E já é esticar muito.

Colocava-se também a questão de como seriam usados os dólares de estímulo. Segundo Keynes, não importava muito aquilo em que o Governo gastava o dinheiro, desde que gerasse actividade económica. Porém, como provavelmente os níveis de despesa de que estávamos a falar impossibilitariam que outras prioridades fossem financiadas num futuro próximo, insisti para que a equipa reflectisse sobre projectos de vulto e de elevado rendimento: versões modernas do sistema viário interestadual ou da Tennessee Valley Authority, que não só dessem um empurrão imediato na economia, mas pudessem transformar a paisagem económica dos Estados Unidos a mais longo prazo. E que tal uma rede eléctrica inteligente nacional que tornasse o abastecimento mais seguro e eficiente? Ou um novo sistema de controlo de tráfego aéreo, extremamente integrado, que melhorasse a segurança e reduzisse os custos de combustível e as emissões de carbono?

Os participantes em redor da mesa não se mostraram entusiasmados.

— Já começámos a pedir às agências federais que identifiquem projectos de grande impacto — disse Larry. — Mas tenho de ser sincero, Senhor Presidente Eleito: esse tipo de projectos é extremamente complicado. Levam tempo a desenvolver… e, infelizmente, o tempo não está do nosso lado.

O mais importante era fazer chegar o dinheiro aos bolsos das pessoas tão depressa quanto possível e esse objectivo seria mais facilmente alcançado com distribuição de vales-refeição e subsídios de desemprego alargados, bem como reduções fiscais para a classe média e ajuda aos Estados para que não fossem obrigados a despedir professores, bombeiros e polícias. Os estudos tinham mostrado que os gastos em infra-estruturas ofereciam o melhor retorno, mas, sugeriu Larry, mesmo aí devíamos concentrar-nos em empreendimentos mais prosaicos, como manutenção de estradas e reparação de sistemas de esgotos envelhecidos, projectos que a administração local podia usar para pôr as pessoas a trabalhar de imediato.

— Vai ser difícil entusiasmar o público com vales-refeição e repavimento de estradas — disse Axe. — Não é assim muito *sexy*.

— Uma depressão também não — retorquiu Tim, causticamente.

Tim era o único entre nós que já passara um ano angustiante nas linhas da frente da crise. Eu não podia censurá-lo por recusar ser arrastado para quaisquer planos visionários. A maior preocupação dele era o desemprego maciço e as falências estarem a debilitar ainda mais o sistema financeiro, criando o que ele descreveu como «um circuito adverso de realimentação». Enquanto Larry se encarregava do pacote de estímulos, Tim e a sua equipa tentariam conceber um plano para desbloquear os mercados de crédito e estabilizar o sistema financeiro de uma vez por todas. Tim reconheceu que não tinha ainda a certeza do que funcionaria, ou se os 350 mil milhões de dólares de dinheiro do TARP que restavam bastariam para cobrir as necessidades.

E não terminava ali a lista dos nossos afazeres. Uma equipa talentosa — incluindo Shaun Donovan, antigo director do Departamento de Preservação e Desenvolvimento da Habitação de Nova Iorque, nomeado por mim para secretário de desenvolvimento habitacional e urbano, bem como Austan

Goolsbee, meu conselheiro económico de havia muito e professor na Universidade de Chicago, que eu nomearia para o Conselho de Assessores Económicos — começara já a trabalhar em planos para escorar o mercado imobiliário e reduzir a vaga de despejos. Recrutámos o distinto mago das finanças Steve Rattner e Ron Bloom, antigo banqueiro de investimento que representava sindicatos em restruturações empresariais, para gerar estratégias de salvação da indústria automóvel. E Peter Orszag, que em breve seria meu director de orçamento, recebeu a incumbência nada invejável de apresentar um plano para pagar os estímulos a curto prazo, ao mesmo tempo que punha o orçamento federal numa trajectória mais sustentável a longo prazo — isto numa altura em que os altos níveis de despesa de emergência e as receitas fiscais mais reduzidas já tinham empurrado o défice federal para mais de um bilião de dólares, pela primeira vez na História.

Para compensar os incómodos de Peter, concluímos a reunião fazendo aparecer um bolo para celebrar o quadragésimo aniversário dele. Quando todos se juntaram à volta da mesa para vê-lo soprar as velas, Goolsbee — cujo nome de velho conservador parecia sempre incongruente com a sua aparência à Jimmy Olsen, o seu sentido de humor exuberante e timbre de Waco, Texas — apareceu ao meu lado.

— Foi sem dúvida o pior *briefing* que qualquer futuro presidente teve desde o FDR, em 1932! — declarou.

Parecia um rapazinho impressionado com a visão de um ferimento particularmente terrível.

Eu ripostei:

— Goolsbee, este *briefing* nem sequer foi o pior *desta semana*.

ESTAVA SÓ MEIO A BRINCAR; além dos *briefings* de economia, grande parte do

meu tempo de transição era passado em salas sem janelas, a inteirar-me da informação confidencial sobre o Iraque, o Afeganistão e múltiplas ameaças terroristas. Ainda assim, recordo-me de ter deixado a reunião sobre a economia mais estimulado do que abatido. Suponho que parte da minha confiança decorria de adrenalina pós-eleitoral, a crença não comprovada e talvez ilusória de que eu estava à altura da tarefa que se apresentava. Também me sentia bem com a equipa que reunira: se havia alguém capaz de encontrar as respostas de que precisávamos, eu considerava que era aquele grupo.

Acima de tudo, porém, a minha atitude era um reconhecimento necessário de como as sinas da vida se equilibram. Tendo em conta tudo o que viera em meu favor durante a campanha, não podia agora queixar-me das cartas más que me tinham vindo parar à mão. Como recordei mais do que uma vez à minha equipa no decurso dos anos que se seguiram, o povo americano não teria provavelmente corrido o risco de me eleger se as coisas não andassem a ficar fora de controlo. A nossa tarefa agora era acertar nas políticas e fazer o que era melhor para o país, por mais duro que isso pudesse ser politicamente.

De toda a maneira, foi isso que lhes disse. Em privado, eu sabia que politicamente não ia apenas ser duro.

Ia ser brutal.

Nos dias anteriores à tomada de posse, eu lera vários livros sobre o primeiro mandato de FDR e a implementação do *New Deal*. O contraste era instrutivo, embora não de maneira favorável para nós. Quando Roosevelt foi eleito, em 1932, a Grande Depressão semeava a destruição havia mais de três anos. Um quarto do país estava desempregado, milhões viviam na pobreza e os bairros de lata que pontuavam a paisagem americana eram habitualmente designados como *«Hoovervilles»* — um reflexo justo do que

o povo pensava do presidente republicano Herbert Hoover, o homem que FDR estava prestes a substituir.

As privações eram tão generalizadas e tão desacreditadas as políticas republicanas, que, quando houve um novo episódio de corrida aos bancos durante os, então, quatro meses de transição entre presidências, FDR fez questão de recusar as tentativas de Hoover de recrutar a sua ajuda. Queria ter a certeza de que, no espírito do público, a presidência dele assinalava uma perfeita ruptura, não manchada pelos erros crassos do passado. E quando, num golpe de sorte, a economia deu sinais de vida precisamente um mês depois de ele ocupar o cargo (antes que as suas políticas tivessem sequer sido implementadas), FDR fez questão de não partilhar os louros com a administração anterior.

Nós, por outro lado, não íamos ter o benefício de tal clareza. Afinal, eu já tomara a decisão de ajudar o presidente Bush na sua resposta necessária, ainda que extremamente impopular, para a crise bancária, pondo a minha mão na proverbial faca ensanguentada. Eu sabia que, para prosseguir com a estabilização do sistema financeiro, teria provavelmente de fazer mais do mesmo. (Estava já a ter de torcer os braços a alguns dos democratas no Senado só para que eles votassem a favor de libertar a segunda prestação de fundos do TARP, no valor de 350 mil milhões de dólares.) À medida que os eleitores vissem a situação piorar, algo que Larry e Christy diziam ser mais do que garantido, a minha popularidade — juntamente com a dos democratas que agora controlavam o Congresso — decerto cairia a pique.

E, não obstante o tumulto dos últimos meses, não obstante as manchetes terríveis do começo de 2009, ninguém — nem o público, nem o Congresso, nem a imprensa e (como eu descobriria em breve) nem mesmo os peritos — tinha verdadeira noção de quão pior as coisas estavam prestes a ficar. Os dados do Governo na altura mostravam uma recessão grave, mas não

cataclísmica. Analistas da primeira linha previam que a taxa de desemprego atingiria um máximo de 8 ou 9 por cento, nem sequer imaginando a marca de 10 por cento que viria a verificar-se. Quando, várias semanas depois da eleição, 387 economistas, na sua maioria liberais, endereçaram uma carta ao Congresso a pedir estímulos keynesianos robustos, estimaram o valor entre 300 e 400 mil milhões de dólares — cerca de metade do que estávamos em vias de propor e um bom indicador do valor que até os peritos mais alarmistas indexavam à economia. Nas palavras de Axelrod, estávamos prestes a pedir ao público norte-americano que gastasse perto de um bilião de dólares em sacos de areia para um furacão que só ocorria uma vez em cada geração e que só nós sabíamos que aí vinha. E a partir do momento em que o dinheiro estivesse gasto, por mais eficazes que os sacos de areia se revelassem, muita gente teria, de qualquer maneira, ficado submersa pela cheia.

Ao sairmos da reunião de Dezembro, Axe, a caminhar ao meu lado, disse:

— Quando as coisas estão más, ninguém quer saber que «as coisas podiam ser piores».

— Tens razão — concordei.

— Temos de nivelar as expectativas das pessoas — continuou. — Porém, se as assustarmos demasiado, ou aos mercados, isso só aumentará o pânico e produzirá mais danos económicos.

— Tens outra vez razão — respondi.

Axe abanou a cabeça lugubremente.

— Vão ser umas eleições do diabo, a meio do mandato.

Desta vez não repliquei, a admirar a capacidade ocasional, quase cativante, de declarar o óbvio. Naquelas circunstâncias, eu não dispunha do

luxo de pensar com tanta antecipação. Tinha de me concentrar num segundo problema político, mais imediato.

Tínhamos de fazer aprovar rapidamente o projecto de lei dos estímulos no Congresso… e o Congresso não funcionava muito bem.

HAVIA UMA NOSTALGIA difusa em Washington, tanto antes de eu ser eleito como durante a minha presidência, por uma era desaparecida de cooperação bipartidária no Capitólio. E a verdade é que, durante grande parte do pós-Segunda Guerra Mundial, as linhas que separavam os partidos políticos norte-americanos tinham, de facto, sido mais fluidas.

Na década de 50, a maioria dos republicanos adaptara-se às regulamentações de saúde e segurança da era do *New Deal*, e o Nordeste e o Centro-Oeste deram origem a muitos republicanos que se posicionaram no extremo liberal do espectro no que tocava a questões como conservação do meio ambiente e direitos civis. Ao mesmo tempo, os sulistas constituíam um dos blocos mais poderosos do Partido Democrata, a combinar conservadorismo cultural profundamente enraizado com uma recusa intransigente de reconhecer os direitos dos afro-americanos, que compunham um quinhão muito significativo do seu eleitorado. Com o domínio económico global da América indisputado, a sua política externa definida pela ameaça unificadora do comunismo e a sua política social marcada por uma confiança bipartidária em que as mulheres e as pessoas de cor conheciam o seu lugar, tanto democratas como republicanos se sentiam livres para atravessar fronteiras partidárias sempre que necessário para fazer aprovar um projecto de lei. Respeitavam as cortesias habituais quando chegava a altura de propor emendas ou levar nomeações a votação e mantinham os ataques partidários e as tácticas duras dentro de limites toleráveis.

A história de como este consenso do pós-guerra se rompeu — a começar na assinatura por Lyndon Johnson da Lei dos Direitos Civis de 1964 e a sua previsão de que conduziria ao abandono total do Partido Democrata pelo Sul — já foi muitas vezes contada. O realinhamento conjecturado por Johnson acabou por demorar mais tempo do que ele previa. Porém, com perseverança, ano a ano — passando pelo Vietname, tumultos, feminismo e a estratégia sulista de Nixon; pela promoção da integração racial com troca de alunos entre bairros, a sentença *Roe* v. *Wade*, o crime urbano e o êxodo branco; pela discriminação positiva, a Maioria Moral, o boicote aos sindicatos e Robert Bork; pelas interdições de armas de assalto e a ascensão de Newt Gingrich, os direitos dos homossexuais e o *impeachment* de Clinton —, os eleitores americanos e os seus representantes tornaram-se cada vez mais polarizados.

O desvirtuamento político fortaleceu essas tendências, pois ambos os partidos, com a ajuda de perfis de eleitores e tecnologia informática, traçaram círculos eleitorais para o sufrágio do Congresso com o objectivo explícito de entrincheirar os incumbentes e minimizar o número de distritos competitivos em qualquer eleição específica. Entretanto, a fragmentação dos meios de comunicação social e o aparecimento de canais noticiosos conservadores fizeram os eleitores já não dependerem de Walter Cronkite para lhes dizer o que era verdade; em vez disso, podiam agarrar-se a fontes que reforçavam, em vez de porem em causa, as suas preferências políticas.

Quando iniciei o mandato, esta «grande separação» entre vermelho e azul estava quase concluída. Havia ainda redutos no Senado — cerca de uma dúzia de republicanos moderados-a-liberais e democratas conservadores que se mostravam abertos a colaboração —, mas a maioria estava agarrada aos lugares a qualquer custo. Na Câmara dos Representantes, sufrágios com pendor mais vincado em 2006 e 2008 tinham resultado na eleição de cerca

de uma dúzia de democratas conservadores de distritos que eram tradicionalmente do Partido Republicano. Todavia, no conjunto, os democratas da Câmara pendiam mais para liberais, sobretudo em questões sociais, com os democratas brancos do Sul a tornarem-se uma espécie em vias de extinção. O desvio entre os republicanos na Câmara era ainda mais acentuado. Expurgados de quase todos os moderados que restavam, as facções deles penderam ainda mais para a direita do que quaisquer outros na História moderna, com os conservadores da velha escola a competirem por influência junto da nova estirpe robustecida de discípulos de Gingrich, dos provocadores de Rush Limbaugh, dos pretendentes à fama de Sarah Palin e dos acólitos de Ayn Rand — tudo gente que não entrava em compromissos, que questionava qualquer acção do Governo que não implicasse a defesa, a segurança das fronteiras, a imposição da lei ou a interdição do aborto, e parecia sinceramente convicta de que os liberais estavam determinados a destruir a América.

Pelo menos no papel, nada disto nos impediria necessariamente de conseguir aprovar um projecto de estímulos. Afinal, os democratas beneficiavam de uma superioridade de setenta e sete lugares na Câmara e de dezassete lugares no Senado. Contudo, mesmo na melhor das circunstâncias, tentar fazer aprovar a maior autorização para despesa de emergência da história pelo Congresso em tempo recorde seria como conseguir que uma pitão engolisse uma vaca. Tive também de me bater com alguma velhacaria procedimental institucionalizada — a obstrução no Senado — que veio a revelar-se a dor de cabeça política crónica da minha presidência.

A obstrução não é referida em parte alguma da Constituição. Em vez disso, surgiu por acaso: em 1805, o vice-presidente Aaron Burr exortou o Senado a eliminar a «moção para avançar», uma provisão parlamentar

comum que autoriza uma maioria simples em qualquer legislatura a concluir a discussão em curso sobre uma matéria e propor a votação. (Diz-se de Burr, que parece nunca ter desenvolvido o hábito de pensar as coisas a fundo, que considerava a regra um desperdício de tempo.)

Não demorou muito até que os senadores percebessem que, sem uma maneira formal de pôr termo ao debate, qualquer um podia deixar a actividade do Senado em suspenso, limitando-se a intervir interminavelmente e recusando ceder o uso da palavra, podendo, com esse expediente, arrancar todo o tipo de concessões a colegas frustrados. Em 1917, o Senado refreou essa prática ao adoptar o «encerramento», que permite que o voto de dois terços dos senadores presentes ponha fim à obstrução. Nos cinquenta anos que se seguiram, a obstrução apenas foi usada de forma muito parca, sendo os casos mais notórios os de democratas sulistas a tentarem bloquear projectos de lei contra o linchamento, pela justiça laboral ou outra legislação que ameaçasse a permanência da segregação Jim Crow. Contudo, gradualmente, a obstrução tornou-se mais rotineira e fácil de alimentar, o que fez dela uma arma mais potente, um meio de o partido minoritário conseguir o que queria. A mera ameaça de obstrução bastou muitas vezes para fazer descarrilar uma peça legislativa. Na década de 1990, com as linhas de batalha entre republicanos e democratas a endurecerem, o partido que estivesse em minoria podia bloquear — e fá-lo-ia — qualquer projecto de lei que não fosse do seu agrado, desde que se mantivesse unido e contasse pelo menos com os 41 votos necessários para impedir que fosse ultrapassada uma obstrução.

Sem qualquer base constitucional, debate público ou até conhecimento da maioria dos norte-americanos, aprovar legislação no Congresso chegara ao ponto de exigir, na prática, 60 votos no Senado, ou o que foi muitas vezes referido como «supermaioria». Quando fui eleito presidente, a obstrução

impregnara-se de tal modo na prática do Senado — sendo vista como uma tradição essencial e consagrada pelo tempo — que ninguém se dava muito ao trabalho de discutir a possibilidade de reformá-la ou dispensá-la completamente.

E foi por isso que — tendo acabado de vencer um sufrágio por margem eleitoral esmagadora e com o apoio da mais ampla maioria do Congresso desde havia muitos anos — eu continuava a não poder mudar o nome a um posto dos correios, quanto mais fazer aprovar o nosso pacote de estímulos, sem conquistar alguns votos republicanos.

A que ponto seria isso difícil?

UMA INICIATIVA DE VULTO da Casa Branca pode levar meses a preparar. Há inúmeras reuniões que envolvem uma multiplicidade de agências e talvez centenas de colaboradores. Há consultas alargadas com partes interessadas. A equipa de comunicação da Casa Branca fica encarregada de coreografar uma campanha gerida de forma muito estrita para vender a ideia ao público e a maquinaria de todo o órgão executivo é mobilizada para angariar a adesão dos dirigentes das comissões-chave. Tudo isto decorre muito antes de a própria legislação ser passada a escrito e apresentada.

Não tivemos tempo para nada disso. Pelo contrário, antes mesmo de eu tomar posse, a minha equipa de economia, ainda não oficial e em grande parte não remunerada, trabalhou ininterruptamente durante a quadra festiva para dar forma aos elementos cruciais do que viria a ser a Lei de Recuperação e Reinvestimento Americanos (ao que parece, «pacote de estímulo» não teria bom acolhimento junto do público).

Propusemos que perto de 800 mil milhões de dólares fossem divididos por três partes de dimensão mais ou menos idêntica. A primeira para pagamentos de emergência, como suplementos ao subsídio de desemprego e

ajuda directa aos Estados para abrandar mais despedimentos em massa de professores, polícias e outros funcionários públicos. A segunda para cortes fiscais dirigidos à classe média, bem como diversas isenções tributárias que conferissem às empresas um bom incentivo para investir de imediato em novas instalações ou equipamento, em vez de deixar isso para mais tarde. Tanto os pagamentos de emergência como os cortes fiscais tinham a vantagem de serem fáceis de administrar: podíamos fazer sair rapidamente o dinheiro para os bolsos de consumidores e empresas. Os cortes fiscais tinham também o benefício acrescido do seu potencial para atrair apoio republicano.

A terceira parte, por outro lado, destinava-se a iniciativas que eram mais difíceis de elaborar e levariam mais tempo a implementar, mas que poderiam ter um maior impacto a longo prazo: não só despesas em infra-estruturas tradicionais, como construção de estradas e reparações em sistemas de saneamento, mas também ferrovia de alta velocidade, instalações de energia solar e eólica, ligação de banda larga para zonas rurais ainda não servidas e incentivos para que os Estados reformassem os seus sistemas de ensino, tudo tendo em vista não só pôr as pessoas a trabalhar, mas também tornar a América mais competitiva.

Tendo em conta a quantidade de necessidades por satisfazer que havia em comunidades por todo o país, surpreendeu-me todo o trabalho requerido para que a nossa equipa encontrasse projectos dignos com escala suficiente para serem financiados pela Lei da Recuperação. Rejeitámos algumas ideias promissoras porque levariam demasiado tempo a implementar ou exigiam uma nova e gigantesca burocracia para serem geridas. Outras não foram seleccionadas porque não estimulariam suficientemente a procura. Atento a acusações de que eu tencionava usar o pretexto da crise económica para uma orgia de extravagâncias liberais ruinosas (e porque eu queria, de facto,

impedir o Congresso de se envolver em extravagâncias ruinosas, liberais ou não), implementámos um conjunto de salvaguardas de boa governação: um processo competitivo de candidatura para Estados e administrações locais que procurassem financiamento; auditorias rigorosas e exigências de informação; e, numa jogada que sabíamos ir arrancar uivos ao Capitólio, uma política firme de exclusão de «marcas-d'água», para usar o nome inócuo para uma prática já antiga em que membros do Congresso incluíam diversos projectos de estimação (muitos de natureza dúbia) em legislação de aprovação crucial.

Tínhamos de pilotar um navio bem calafetado e com padrões elevados de navegação, expliquei à minha tripulação. Com alguma sorte, a Lei da Recuperação não ajudaria somente a evitar uma depressão — podia também servir para restabelecer a fé do público num Governo honesto e responsável.

Chegado o dia de Ano Novo, a maior parte do nosso trabalho inicial estava feita. Armados com a nossa proposta e sabendo que não podíamos trabalhar dentro de um calendário convencional, Joe Biden e eu fomos ao Capitólio a 5 de Janeiro — duas semanas antes da minha tomada de posse — para nos encontrarmos com o líder da maioria no Senado Harry Reid, com o líder republicano Mitch McConnell, com a presidente da Câmara dos Representantes Nancy Pelosi, o líder republicano da Câmara John Boehner e os outros líderes-chave do recém-instalado 111.º Congresso, de cujo apoio precisaríamos para fazer aprovar uma lei.

Dos quatro líderes principais, Harry era quem eu conhecia melhor, mas tivera o meu quinhão de interacções com McConnell durante os meus escassos anos no Senado. Baixo, rosto austero e uma entoação suave do Kentucky, McConnell parecia improvável como líder republicano. Não mostrava aptidão para tagarelice e não era dado a grandes manifestações de

amizade nem tinha uma oratória inflamada. Tanto quanto se podia perceber, não possuía amigos chegados nem na sua própria bancada; e também não parecia ter quaisquer convicções fortes para além de uma oposição quase religiosa a qualquer versão de reforma do financiamento das campanhas. Joe contou-me uma disputa que tivera no plenário do Senado depois de um líder republicano ter bloqueado um projecto de lei que ele patrocinava; quando Joe tentou expor os méritos da proposta, McConnell ergueu a mão como um polícia de trânsito e disse: «Deve ter ficado com a ideia errada de que eu me importo com isso.» Porém, o que faltava a McConnell em carisma ou interesse pela política, compensava mais do que largamente em disciplina, astúcia e falta de vergonha: tudo coisas que empregava na busca obcecada e fria do poder.

Harry não o suportava.

Boehner era um animal diferente, filho de um empregado de bar das redondezas de Cincinnati, afável e de voz rouca. A fumar cigarros uns atrás dos outros e com um bronzeado permanente, o amor pelo golfe e por um bom *Merlot*, parecia-me familiar, talhado no mesmo material que muitos dos republicanos que eu ficara a conhecer enquanto legislador estadual em Springfield: indivíduos normais que não se desviavam da linha do partido nem dos lobistas que os mantinham no poder, mas que também não consideravam a política um desporto sanguinário e podiam até trabalhar connosco se isso não tivesse grande custo político para eles. Infelizmente, essas mesmas qualidades humanas conferiam um domínio débil sobre a sua bancada; e, tendo tido a experiência da humilhação de ser despojado de um lugar de liderança em consequência de fidelidade insuficiente para com Newt Gingrich em finais da década de 1990, ele raramente se desviava dos tópicos que os seus colaboradores lhe tivessem preparado, fossem quais fossem — pelo menos em público. Porém, ao contrário da relação entre

Harry e McConnell, não havia uma verdadeira inimizade entre a presidente Nancy Pelosi e Boehner, apenas frustração mútua — da parte de Nancy, por causa da falta de fiabilidade de Boehner como parceiro de negociação e pela sua frequente incapacidade para mobilizar os votos; da parte de Boehner, porque Nancy costumava ludibriá-lo.

Boehner não foi o primeiro a ser manobrado pela presidente da Câmara dos Representantes. À superfície, Nancy, nos seus fatos de estilista, sapatos a condizer e cabelo penteado na perfeição, passava a imagem perfeita de liberal abastada de São Francisco que era. Apesar de ser capaz de falar a grande velocidade, nessa altura não era particularmente eficaz na televisão, tendo tendência para apresentar panaceias democratas com uma sinceridade ensaiada que fazia lembrar o discurso de depois de jantar numa gala de beneficência.

Não obstante, os políticos (geralmente homens) subestimavam Nancy a seu próprio risco, porque a ascensão dela ao poder não fora fruto do acaso. Cresceu no leste, filha italo-americana do prefeito de Baltimore, orientada desde tenra idade nos costumes dos chefes étnicos da circunscrição e dos estivadores, sem medo de jogar política dura para conseguir que as coisas fossem feitas. Depois de se mudar para a Costa Oeste com o marido, Paul, e de ficar em casa a criar os cinco filhos enquanto ele montava um negócio bem-sucedido, Nancy acabou por dar uso à sua educação política prévia, ascendendo com constância nas fileiras do Partido Democrata da Califórnia e do Congresso até se tornar primeira presidente da Câmara dos Representantes na história da América. Não a afligia que os republicanos fizessem dela o seu alvo favorito de humilhação; nem se deixava perturbar pela resmunguice ocasional dos seus colegas democratas. O facto era que ninguém conseguia ser estrategista legislativo mais rijo ou mais apto e ela manteve a sua bancada em linha com uma combinação de amabilidade,

mestria na angariação de fundos e prontidão para arrasar qualquer um que não cumprisse os compromissos que assumira.

Harry, Mitch, Nancy e John. Os *Four Tops*, como por vezes lhes chamávamos. Durante grande parte dos oito anos seguintes, a dinâmica entre esses indivíduos desempenharia um papel crucial na configuração da minha presidência. Acabei por me habituar à qualidade ritualista das nossas reuniões conjuntas, a maneira como entravam na sala um de cada vez, oferecendo cada um o seu aperto de mão e um cumprimento em surdina («Senhor Presidente… Senhor Vice-Presidente…»); como, logo que estávamos todos sentados, Joe e eu, e por vezes Nancy, tentaríamos alguma conversa ligeira, sabendo que seria uma sorte se conseguíssemos um sorriso morno dos outros três, enquanto o meu pessoal fazia entrar o corpo de imprensa para os registos fotográficos obrigatórios; como, a partir do momento em que a imprensa fora reconduzida para o exterior e passávamos ao que nos levara ali, eles os quatro tinham o cuidado de não mostrar as suas cartadas nem de se comprometer demasiado, tecendo comentários muitas vezes salpicados de vaga recriminação dissimulada e apontada aos seus congéneres, todos eles com o único desejo comum de estar nalgum outro lugar.

Talvez porque foi o nosso primeiro encontro desde a eleição, talvez porque se juntaram a nós os respectivos responsáveis de bancada e respectivos vices, e talvez devido à gravidade do que tínhamos pela frente, todos os *Four Tops* exibiram o seu melhor comportamento quando nos reunimos nesse dia do começo de Janeiro, na opulenta Sala LBJ, adjacente à câmara do Senado, juntamente com outros líderes do Congresso. Escutaram com uma atenção estudada enquanto eu procedia à defesa da Lei da Recuperação. Referi que a minha equipa já entrara em contacto com os colaboradores deles para dar informação sobre o conteúdo preciso da

legislação e que acolheríamos de bom grado quaisquer sugestões para tornar o pacote de estímulos mais eficaz. Fiz notar que também tinha a expectativa de me encontrar com cada uma das bancadas deles imediatamente após a tomada de posse, para responder a mais perguntas. Porém, expliquei, tendo em conta o agravamento rápido da situação, era essencial sermos céleres: precisávamos de uma lei na minha secretária não dentro de cem dias, mas em trinta. Concluí dizendo aos que ali estavam reunidos que a História nos julgaria a todos pelo que fazíamos naquele momento e que esperava podermos mobilizar o tipo de cooperação bipartidária que restabeleceria a confiança de um público ansioso e vulnerável.

Considerando o que eu estava a pedir aos líderes do Congresso que fizessem — comprimir num único mês um processo que normalmente se prolongaria por um ano —, a reacção na sala foi relativamente branda. Dick Durbin, meu amigo de longa data e responsável de bancada no Senado, fez uma pergunta acerca da parcela crescente do estímulo dedicada a infra-estrutura. Jim Clyburn, responsável pela disciplina da maioria na Câmara, deu-nos uma lição expositiva de História sobre todas as maneiras como o *New Deal* tinha contornado as comunidades negras, perguntando como íamos evitar que o mesmo acontecesse em lugares como o seu Estado natal da Carolina do Sul. Eric Cantor, da Virgínia, número dois republicano na Câmara e um dos conservadores ávidos de mudança, conhecido por andar à caça do lugar de Boehner, elogiou alguns dos cortes fiscais propostos que tínhamos incluído no pacote, mas perguntou se uma descida maior e permanente de impostos não funcionaria melhor do que gastar naquilo que ele considerava serem programas liberais fracassados, como os vales-refeição.

Foram, contudo, os comentários de Harry, Mitch, Nancy e John,

enunciados com uma civilidade de dentes cerrados e a exigir alguma decifração, que proporcionaram a mim e a Joe uma melhor percepção do ponto em que se situava realmente o jogo.

— Bem, Senhor Presidente Eleito, penso que o povo americano tem a ideia clara de que herdou um sarilho tremendo — disse Nancy. — Simplesmente terrível. E é óbvio que o nosso *caucus* está preparado para fazer o que for mais responsável para deslindar este sarilho que herdou. Espero, porém, que os nossos amigos da outra ala se recordem de como foram os democratas, incluindo o Senhor Presidente Eleito, quem aceitou o ónus… apesar de todos nós sabermos que era uma má política… foram os democratas a disporem-se a ajudar o presidente Bush com o TARP. Espero que os nossos amigos republicanos adoptem a mesma abordagem responsável neste que, como disse, é um momento muito crítico.

Tradução: não pense por um minuto que não iremos recordar ao povo americano, em cada oportunidade que tivermos, que foram os republicanos a causar a crise financeira.

— O nosso *caucus* não vai gostar — disse Harry —, mas não temos grande escolha, por isso teremos de o fazer, certo?

Tradução: não espere que Mitch McConnell levante um dedo para ajudar.

— Bem, estamos atentos à proposta, mas, com o devido respeito, não me parece que o povo americano queira mais despesas e resgates avultados — disse Boehner. — As pessoas andam a apertar o cinto e esperam que nós façamos o mesmo.

Tradução: o meu *caucus* crucifica-me, se eu disser alguma coisa que pareça cooperante.

— Não posso dizer-lhe que haja grande apetência para o que está a propor, Senhor Presidente Eleito — disse McConnell —, mas é bem-vindo no nosso almoço semanal para apresentar a sua causa.

Tradução: deve ter a impressão equivocada de que me importo com isto.

Quando descíamos a escadaria, depois de terminada a reunião, virei-me para Joe.

— Bem, podia ter corrido pior — disse-lhe.

— É verdade — respondeu Joe. — Não houve pancadaria.

Ri-me.

— Estás a ver? Já é um progresso.

TENDO EM CONTA quão frenético tudo foi nas primeiras semanas que se seguiram à minha tomada de posse, quase não tive tempo para tomar consciência da estranheza generalizada e rotineira das minhas novas circunstâncias. Contudo, não há equívoco possível: eram estranhas. Havia o facto de que agora toda a gente se levantava sempre que eu entrava numa sala. «Sentem-se», rosnava eu, dizendo à minha equipa que esse tipo de formalidades não se coadunava com o meu estilo. Eles sorriam e acenavam com a cabeça… e voltavam a fazer precisamente o mesmo quando nos reencontrávamos.

Havia a maneira como o primeiro nome desapareceu completamente, não sendo usado por ninguém a não ser por Michelle e uns poucos amigos mais chegados, como Marty. Tirando eles, era «Sim, Senhor Presidente» e «Não, Senhor Presidente», embora, com o tempo, a minha equipa pelo menos adoptasse o mais coloquial «POTUS» *(president of the United States)* quando falava comigo ou acerca de mim no interior da Casa Branca.

Havia a maneira como a minha agenda diária se tornara subitamente uma contenda de bastidores entre diversos colaboradores, agências e círculos eleitorais, querendo cada uma dessas partes que as suas causas ficassem em destaque ou os seus problemas fossem tratados, sendo o desfecho cuspido por uma maquinaria oculta que nunca compreendi completamente.

Entretanto, descobri que sempre que os agentes dos Serviços Secretos sussurravam para os seus microfones de pulso, estavam a transmitir os meus movimentos por um canal de rádio monitorizado pelo pessoal: «Renegado a caminho da residência» ou «Renegado para a Sala de Crise» ou «Renegado para Apoio Secundário», que era a maneira discreta de dizerem que eu ia à casa de banho.

E havia o grupo ambulante e omnipresente de correspondentes de imprensa: um rebanho de repórteres e fotógrafos que tinham de ser avisados sempre que eu saía do complexo da Casa Branca e me seguiam numa carrinha fornecida pelo Governo. Era uma disposição que tinha sentido quando viajávamos em actividade oficial, mas depressa percebi que se aplicava em todas as circunstâncias, quer Michelle e eu fôssemos a um restaurante ou eu seguisse para um ginásio para jogar basquetebol ou planeasse assistir a um dos jogos de futebol das raparigas num campo das proximidades. Como explicou Gibbs, agora meu secretário de imprensa, a razão era os movimentos de um presidente serem por inerência dignos de notícia e a imprensa precisar de estar presente no local, para o caso de acontecer alguma coisa de relevo. Todavia, não me recordo de alguma vez a carrinha de imprensa registar qualquer imagem mais interessante do que eu a sair de um automóvel com calças de fato de treino. Conseguiu, isso sim, eliminar quaisquer resquícios de privacidade que eu ainda pudesse ter quando me aventurava para lá dos portões da Casa Branca. Sentindo-me vagamente mal-humorado com a situação, perguntei a Gibbs nessa primeira semana se podíamos deixar a imprensa para trás em saídas do foro pessoal.

— É má ideia — disse ele.

— Porquê? Os jornalistas enlatados naquela carrinha devem saber que é uma perda de tempo.

— Sim, mas os chefes deles não sabem — disse Gibbs. — E lembre-se

de que prometeu exercer a presidência mais aberta da História. Se fizer isso, a imprensa tem um ataque.

— Não estou a falar de assuntos públicos — protestei. — Estou a falar de levar a minha mulher a sair. De apanhar ar fresco.

Lera o suficiente a respeito dos anteriores presidentes para saber que Teddy Roosevelt passara certa vez duas semanas acampado em Yellowstone, deslocando-se a cavalo. Sabia que, durante a Grande Depressão, FDR passara semanas seguidas a subir a Costa Leste em veleiro, até uma ilha perto da Nova Escócia. Recordei a Gibbs que Harry Truman se entregara a longos passeios matinais pelas ruas de Washington, durante a presidência.

— Os tempos mudaram, Sr. Presidente — disse Gibbs com paciência. — A decisão é sua. Mas digo-lhe que livrar-se dos correspondentes de imprensa vai criar uma borrasca de que não precisamos neste momento. Também vai tornar-me mais difícil conseguir a cooperação deles, quando se tratar das meninas…

Ia começar a argumentar, mas depois calei-me. Michelle e eu já tínhamos dito a Gibbs que a nossa prioridade máxima era garantir que a imprensa deixava as nossas filhas em paz quando andavam na sua vida. Gibbs sabia que eu não ia fazer nada que pusesse isso em risco. Tendo repelido com êxito a minha sublevação, teve o bom senso suficiente de não se regozijar; em vez disso, deu-me só uma palmadinha nas costas e seguiu para o seu gabinete, deixando-me a resmonear baixinho. (A seu favor, diga-se que os jornalistas deixaram sempre Malia e Sasha fora do seu raio de acção durante a minha presidência, um gesto de decência básica que apreciei profundamente.)

A minha equipa atirou-me de facto um osso, no que tocava a liberdade: pude conservar o meu *BlackBerry* — ou antes, foi-me dado um aparelho

novo, especialmente modificado e aprovado só ao cabo de várias semanas de negociação com diversos elementos da cibersegurança. Com ele, eu podia enviar e receber correio electrónico, embora apenas de e para uma lista verificada de vinte e poucos contactos, e o microfone interno e a tomada para auscultadores haviam sido removidos, pelo que a função de telefone não funcionava. Michelle disse que o meu *BlackBerry* era como um telefone de brincar que se dá às crianças, permitindo-lhes pressionar botões para que produza sons e haja coisas a iluminar-se, mas sem que nada aconteça verdadeiramente.

Tendo em contas estas limitações, a maior parte do meu contacto com o mundo lá fora dependia de três jovens ajudantes que estavam sentados na Oval Exterior. Reggie, que aceitara continuar como meu assistente pessoal; Brian Mosteller, um natural do Ohio exigente que organizava todos os eventos entediantes em que eu tinha de participar dentro do edifício; e Katie Johnson, a despachada assistente de campanha de Plouffe que agora desempenhava as mesmas funções para mim. Em conjunto, serviam como meus guardas não oficiais de portões e sistema pessoal de suporte de vida, encaminhando os meus telefonemas, marcando-me os cortes de cabelo, fornecendo materiais informativos, fazendo-me cumprir a agenda, alertando-me para a aproximação de aniversários de colaboradores e comprando os cartões de parabéns para eu assinar, dizendo-me quando tinha salpicado sopa na gravata, suportando os meus ralhetes e as minhas piadas secas, e mantendo-me genericamente a funcionar ao longo de dias de doze a dezasseis horas.

O habitante solitário da Oval Exterior que já tinha passado a casa dos trinta, o nosso fotógrafo da Casa Branca. De compleição entroncada e tez morena que reflectia as suas raízes portuguesas, Pete estava na sua segunda passagem pela Casa Branca, tendo servido como fotógrafo oficial da

administração de Reagan. Após vários períodos a ensinar e a trabalhar como *freelancer*, Pete fora parar ao *Chicago Tribune*, onde cobriu as primeiras fases da guerra no Afeganistão, bem como o meu começo no Senado dos EUA.

Eu gostara logo dele: além de ter um dom de fotojornalista para condensar histórias complexas numa única imagem, Pete era inteligente, despretensioso, um bocadinho irritável, mas nunca cínico. Depois de termos ganhado, ele aceitou entrar para a equipa na condição de eu lhe permitir livre acesso. O facto de eu ter concordado foi sinal da minha confiança nele. Assim, nos oito anos que se seguiram, Pete tornou-se uma presença constante, a bordejar cada reunião, a testemunhar cada vitória e derrota, a baixar-se ocasionalmente sobre um joelho menos ágil para conseguir o ângulo que queria, sem nunca emitir outro som que não o zunido constante do obturador da máquina fotográfica.

Também se tornou um bom amigo.

Neste meu novo e curiosamente selado *habitat*, o afecto e a confiança que eu sentia para com aqueles com quem trabalhava, e a gentileza e o apoio que eles mostravam para comigo e a minha família, foram uma dádiva salvífica. Isto aplicava-se a Ray Rogers e a Quincy Jackson, os dois jovens impedidos da Marinha destacados para a Sala Oval, que serviam alimentos leves e bebidas a visitantes e me preparavam um almoço substancial todos os dias na pequena cozinha entalada junto à área de refeições. Ou os membros da Agência de Comunicações da Casa Branca, entre eles dois irmãos chamados Nate e Luke Emory, que montavam leitoris, telepontos e sistemas para registo de vídeo quase sem aviso prévio. Ou Barbara Swann, que trazia todos os dias o correio e parecia incapaz de faltar com um sorriso e uma palavra carinhosa a quem quer que fosse.

E aplicava-se ao pessoal da residência. O novo alojamento da minha

família parecia menos uma casa do que um conjunto alargado de suítes de um hotel de luxo, incluindo ginásio, piscina, *court* de ténis, sala de cinema, salão, espaço de *bowling* e gabinete médico. O pessoal estava organizado sob a direcção de Steve Rochon, antigo contra-almirante da Guarda Costeira que fora contratado pelos Bush em 2007, tornando-se o primeiro afro-americano a deter esse cargo. Passava todos os dias um grupo de limpeza que conservava aquele lugar imaculado; uma equipa rotativa de *chefs* preparava refeições para a nossa família ou, como por vezes acontecia, para algumas centenas de convidados; havia mordomos disponíveis para servir essas refeições ou qualquer outra coisa que se quisesse; operadores de central telefónica estavam permanentemente a postos para encaminhar chamadas e garantir que despertávamos de manhã; ascensoristas esperavam ao começo do dia no pequeno elevador para me fazerem descer para o trabalho e lá estavam para me saudar outra vez quando regressava no fim da jornada; engenheiros civis residentes para reparar o que se estragava; e floristas da casa para ter cada divisão decorada com magníficas flores recém-colhidas e sempre diversificadas.

(Vale a pena fazer notar aqui — e porque as pessoas ficavam muitas vezes surpreendidas ao sabê-lo — que uma primeira família paga do seu bolso qualquer móvel novo, tal como faz com qualquer outra coisa que consuma, das mercearias ao papel higiénico e aos empregados adicionais para um jantar festivo particular do presidente. O orçamento da Casa Branca reserva fundos para que um novo presidente remodele a Sala Oval, mas, apesar de alguns estofos de cadeiras e sofás estarem puídos, decidi que uma recessão histórica não era a melhor altura para me pôr a examinar amostras de tecido.)

E para o presidente, pelo menos, havia um trio de impedidos da Marinha, destacando-se entre estes um homem corpulento de fala suave chamado

Sam Sutton. No nosso primeiro dia completo na Casa Branca, passei pelo *closet* que fazia a ligação entre o nosso quarto e a minha casa de banho e encontrei lá cada uma das minhas camisas, fatos e pares de calças perfeitamente passados a ferro e pendurados em filas ordenadas, os meus sapatos perfeitamente engraxados, cada par de meias e cuecas dobrado e arrumado como se estivesse num expositor de loja de retalho. Quando, à noite, regressei da Sala Oval e pendurei o meu fato (apenas ligeiramente amarrotado!) no roupeiro (um grande progresso relativamente à minha prática habitual de o deixar enganchado na maçaneta de porta mais próxima, uma das abominações de estimação de Michelle), Sam aproximou-se e, com cortesia, mas também firmeza, explicou que seria melhor que a partir daí eu deixasse as minhas roupas ao cuidado dele — uma mudança que não só melhorou a minha aparência em geral, mas ajudou sem dúvida o meu casamento.

Claro que nada disto era uma tribulação. Ainda assim, era um pouco desconcertante. Durante a campanha, Michelle e eu habituáramo-nos a ter sempre pessoas à nossa volta, mas não tinham ocupado a nossa casa e não nos tínhamos de todo habituado a mordomos e camareiras. Nesta nova atmosfera rarefeita, preocupava-nos que as raparigas ficassem demasiado mimadas e resvalassem para maus hábitos, e instituímos a regra (aplicada somente com um êxito moderado) de que elas tinham de limpar os seus quartos e fazer as suas camas todas as manhãs antes de irem para a escola. A minha sogra, avessa a ter alguém a servi-la, pediu ao pessoal uma lição sobre como usar as máquinas de lavar e de secar, para que pudesse tratar da própria roupa. Sentindo-me eu próprio um pouco embaraçado, tentei manter a Sala do Tratado, que me servia de escritório privado na residência, livre das pilhas de livros, papéis e tralha diversa que haviam caracterizado todos os meus anteriores «Buracos».

Gradualmente, graças à generosidade constante e ao profissionalismo do pessoal da residência, sentimo-nos instalados. Tornámo-nos particularmente chegados ao nosso grupo regular de *chefs* e mordomos, com quem tínhamos contacto diário. Tal como os meus impedidos, todos eles eram negros, latinos ou ásio-americanos, e todos, com uma excepção, eram homens (Cris Comerford, uma filipino-americana, fora recentemente nomeada chefe de cozinha executiva da Casa Branca, a primeira mulher a ocupar o cargo). E embora estivessem igualmente satisfeitos por terem empregos bem pagos e seguros, com bons benefícios, era difícil não detectar na constituição racial deles os vestígios de um tempo anterior, quando a posição social tinha demarcações claras e os que ocupavam o cargo de presidente se sentiam mais confortáveis na sua privacidade quando eram servidos por aqueles que assumiam não ser seus iguais e que, por isso, não podiam julgá-los.

Os mordomos mais antigos eram dois homens negros corpulentos, com barrigas protuberantes, sentido de humor malicioso e a sabedoria que decorre de se ocupar um lugar na primeira fila para assistir à História. Buddy Carter andava por ali desde a fase final da presidência de Nixon, ocupando-se primeiro dos dignitários de visita na Blair House e passando depois para a função na residência. Von Everett estava lá desde Reagan. Falavam de Primeiras Famílias anteriores com discrição apropriada e afeição genuína. Porém, sem muito dizerem, não escondiam o que sentiam por nos terem ao seu cuidado. Via-se na prontidão com que Von Everett aceitava os abraços de Sasha ou o prazer que Buddy tinha em dar furtivamente a Malia uma bola adicional de sorvete depois do jantar, na comunicação fácil que estabeleciam com Marian e no orgulho que se lhes via nos olhos quando Michelle usava um vestido particularmente bonito. Quase não se distinguiam dos irmãos de Marian e dos tios de Michelle, e nessa familiaridade tornavam-se mais, não menos, solícitos, protestando se

levássemos os nossos próprios pratos para a cozinha, atentos até a ligeiros indícios do que consideravam serviço abaixo do padrão exigível da parte de alguém entre o pessoal da casa. Seriam precisos meses de persuasão até que os mordomos se dispusessem a trocar as suas roupas formais por calças de caqui e pólos, quando nos serviam refeições.

— Só queríamos garantir que eram tratados como todos os outros presidentes — explicou Von Everett.

— Exactamente — disse Buddy. — É que o Senhor Presidente e a Primeira-Dama não sabem realmente o que isto significa para nós, Senhor Presidente. Ter-vos aqui… — Abanou a cabeça. — Simplesmente, não sabem.

COM O APOIO DA PRESIDENTE PELOSI e do presidente democrata Dave Obey, da Comissão de Apropriações da Câmara dos Representantes, bem como com os esforços heróicos da nossa equipa de colaboradores ainda em constituição, conseguimos ter o articulado da Lei da Recuperação redigido, apresentado na Câmara, aprovado em comissão e agendado para votação em plenário da Câmara até ao fim da minha primeira semana de mandato.

Considerámo-lo um pequeno milagre.

Foi útil que os democratas no Congresso estivessem entusiasmados com elementos centrais do pacote, embora isso não os impedisse de implicarem com todo o tipo de pormenores. Os liberais queixaram-se de que os cortes fiscais às empresas eram brindes para os ricos. Os democratas mais centristas exprimiram ansiedade a respeito do efeito que o enorme montante envolvido teria junto dos seus eleitorados mais conservadores. Membros de todo o espectro político queixaram-se de como os auxílios directos aos Estados só ajudariam os governadores republicanos a equilibrar os seus orçamentos e a mostrarem-se fiscalmente responsáveis, mesmo quando

esses mesmos governadores acusavam os elementos do Congresso de gastarem como marinheiros bêbados.

Este tipo de resmunguice de grau inferior era de esperar em qualquer grande iniciativa legislativa, independentemente de quem estivesse na Casa Branca. Era particularmente comum entre os democratas que, por uma variedade de razões (uma composição mais diversificada, uma maior aversão à autoridade), pareciam ter um orgulho quase perverso na sua falta de disciplina na mensagem. Quando algumas destas queixas chegaram à imprensa, com jornalistas a publicitar um punhado de comentários desgarrados como possível sinal de dissensão nas fileiras, Rahm ou eu tratávamos de fazer uma chamada aos piores transgressores, de modo a podermos explicar — em termos directos e, por vezes, impróprios para impressão — a razão precisa por que manchetes como DEMOCRATAS DE PESO REBENTAM COM O PLANO DE INCENTIVOS DE OBAMA OU DEMOCRATAS ESCLARECEM QUE DEFENDERÃO A SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA não ajudavam propriamente a causa.

A nossa mensagem foi recebida. Nas margens, fizemos algumas concessões na redacção da legislação, reforçando o financiamento para prioridades do Congresso, cortando dólares a algumas das nossas. Porém, depois de a poeira assentar, a legislação continha perto de 90 por cento da proposta original da nossa equipa de economia e tínhamos conseguido manter o projecto de lei livre de interesses particulares e desperdícios rematados de dinheiro que poderiam desacreditá-lo aos olhos do público.

Faltava apenas uma coisa: apoio republicano.

Nenhum de nós estivera, desde o início, particularmente optimista a respeito de conquistar um quinhão avultado de votos republicanos, sobretudo no rescaldo dos milhares de milhões já gastos nos resgates financeiros. A maioria dos republicanos na Câmara tinha votado contra o

TARP, não obstante a pressão significativa de um presidente do seu próprio partido. Aqueles que *tinham* votado a favor continuavam a enfrentar críticas fulminantes da direita e havia a convicção crescente nos círculos republicanos de que uma das razões por que se tinham saído tão mal em sucessivas eleições fora o facto de terem consentido que o presidente Bush os levasse a desviarem-se dos princípios conservadores de Governo limitado.

Todavia, ao sair da nossa reunião de começos de Janeiro com os líderes do Congresso, eu dissera à minha equipa para reforçar a nossa abordagem aos republicanos. Disse-lhes que fizessem um verdadeiro esforço e não se ficassem pelas aparências.

A decisão exasperou alguns democratas, sobretudo na Câmara. Tendo estado em minoria durante mais de uma década, os democratas na Câmara tinham sido deixados completamente à margem do processo legislativo. Agora que tinham o comando, não estavam dispostos a ver-me fazer concessões aos seus anteriores algozes. Acharam que eu estava a desperdiçar tempo e a ser ingénuo.

— Esses republicanos não estão interessados em cooperar consigo, Senhor Presidente — disse-me rudemente um dos membros. — Querem fazê-lo ceder.

Pensei que podiam ter razão. Porém, por uma variedade de razões, senti que, no mínimo, era importante testar a afirmação. Eu sabia que obter os dois votos republicanos de que precisávamos para uma maioria à prova de obstrução no Senado seria muito mais fácil se assegurássemos primeiro um número decente de votos republicanos na Câmara dos Representantes — sendo a segurança nos números um lema pelo qual viviam quase todos os políticos em Washington. Os votos republicanos também proporcionariam uma útil cobertura política para os democratas que representavam zonas do

país de propensão conservadora e que já estavam a antecipar duras disputas para a reeleição. E, na verdade, só o gesto de negociar com os republicanos servia de pretexto conveniente para deflectir algumas das ideias menos ortodoxas que afloravam de vez em quando nas nossas bancadas («Lamento, Congressista, mas legalizar a marijuana não é o tipo de estímulo de que estamos aqui a falar…»).

Para mim, porém, chegar aos membros republicanos não era somente táctica. Desde o meu discurso na convenção em Boston e ao longo dos últimos dias da minha campanha, eu argumentara que as pessoas por todo o país não estavam tão divididas como a nossa política parecia dar a entender e que para fazer coisas importantes tínhamos de ultrapassar as questiúnculas partidárias. E que melhor maneira havia de fazer um esforço honesto para cativar a outra ala do que estar numa posição de força, numa altura em que eu não carecia necessariamente de apoio dos republicanos da Câmara para fazer aprovar o meu programa? Pensei que talvez, com mente aberta e alguma humildade, eu conseguisse apanhar os líderes do Partido Republicano de surpresa e acalmar-lhes as suspeitas, ajudando a construir relações de trabalho que pudessem estender-se a outras matérias. E se, como era mais provável, o gambito não resultasse e os republicanos rejeitassem as minhas aberturas, pelo menos os eleitores saberiam então quem responsabilizar pela disfunção de Washington.

Para dirigir o nosso Gabinete de Assuntos Legislativos, tínhamos recrutado um antigo e perspicaz colaborador dos democratas na Câmara chamado Phil Schiliro. Era alto, estava a ficar calvo e tinha um riso agudo que mascarava uma intensidade serena. Desde o primeiro dia em sessão do Congresso, Phil tratou de procurar parceiros de negociação, chamando Rahm, Joe Biden ou a mim para ajudar a aliciar membros individuais quando necessário. Quando alguns republicanos mostraram interesse em

mais infra-estruturas, pedimos-lhes que nos dessem uma lista das suas prioridades. Quando outros disseram que não podiam votar a favor de um projecto de lei que incluísse financiamento da contracepção disfarçado de estímulos, exortámos os democratas a eliminar a provisão. Quando Eric Cantor propôs uma correcção razoável a uma das nossas provisões fiscais, não obstante estar fora de questão que ele votasse a favor do diploma, eu pedi à minha equipa para proceder à alteração, querendo enviar um sinal de que era séria a nossa intenção de dar aos republicanos um lugar à mesa.

No entanto, a cada dia que passava, a perspectiva da cooperação republicana parecia cada vez mais uma miragem distante. Aqueles que tinham revelado inicialmente interesse em trabalhar connosco deixaram de nos responder aos telefonemas. Os membros do Partido Republicano na Comissão de Apropriações da Câmara dos Representantes boicotaram as audições sobre a Lei da Recuperação, afirmando que não estavam a ser consultados com seriedade. Os ataques republicanos ao projecto de lei na imprensa tornaram-se menos contidos. Joe contou que Mitch McConnell andara a exercer a disciplina, impedindo os membros da sua bancada de sequer falarem com a Casa Branca a respeito do pacote de estímulos, e os membros democratas da Câmara disseram que tinham ouvido a mesma coisa dos seus congéneres do Partido Republicano.

«Não podemos jogar», foi como, aparentemente, um dos republicanos verbalizou a situação.

Por frágeis que as coisas parecessem, pensei que talvez ainda tivesse uma possibilidade de influenciar alguns membros durante as minhas visitas às bancadas republicanas da Câmara e do Senado, ambas marcadas para 27 de Janeiro, na véspera da votação na Câmara. Dediquei mais tempo a preparar a minha apresentação, certificando-me de que tinha presentes todos os factos e números. Na manhã antes das reuniões, Rahm e Phil foram ter

comigo à Sala Oval para passar em revista os argumentos que julgávamos que os republicanos considerariam mais persuasivos. Estávamos prestes a pôr-nos a caminho de Capitol Hill quando Gibbs e Axe entraram na Sala Oval e me mostraram um artigo que acabara de chegar da Associated Press, logo a seguir à reunião de Boehner com a sua bancada. REPUBLICANOS DA CÂMARA INCITADOS A OPOR-SE AO PROJECTO DE LEI DOS INCENTIVOS.

— Quando foi que isto aconteceu? — perguntei, a passar os olhos pelo artigo.

— Há cerca de cinco minutos — disse Gibbs.

— O Boehner telefonou para nos avisar? — perguntei.

— Não — disse Rahm.

— Estarei então certo ao presumir que nada disto é honesto? — perguntei, quando começávamos a sair para nos dirigirmos ao *Beast*.

— Correcto, Senhor Presidente — disse Rahm.

Em si mesmas, as reuniões com as bancadas não foram abertamente hostis. Boehner, Cantor e o presidente da Conferência Republicana da Câmara, Mike Pence, já estavam na tribuna quando cheguei (evitando habilmente uma conversa privada acerca do truque que tinham acabado de tirar da manga), e, depois da breve introdução de Boehner e de alguns aplausos corteses, levantei-me para falar. Era a minha primeira vez num encontro de republicanos da Câmara e era difícil não ficar surpreendido com a uniformidade da sala: sucessivas filas de homens brancos, predominantemente de meia-idade, com cerca de uma dúzia de mulheres e talvez dois ou três hispânicos e asiáticos. A maioria permaneceu sentada de rosto inexpressivo enquanto eu expunha brevemente a proposta dos estímulos, citando os dados mais recentes sobre o colapso da economia, a necessidade de rápida intervenção, o facto de o nosso pacote conter cortes fiscais que os republicanos tinham andado a promover durante muito tempo

e o nosso compromisso com a redução do défice a longo prazo, logo que tivesse passado a crise. A audiência tornou-se mais interessada quando dei lugar a um conjunto de perguntas (ou, mais rigorosamente, pontos de discussão que fingiam ser perguntas), tendo eu respondido animadamente a todas como se as minhas respostas importassem.

— Senhor Presidente, por que razão este projecto de lei não faz nada a respeito das leis patrocinadas pelos democratas que obrigaram os bancos a aceitar hipotecas de devedores não qualificados e que foram a verdadeira causa desta crise financeira? (Aplausos.)

— Senhor Presidente, tenho aqui um livro para si que mostra que o *New Deal* não acabou com a Depressão, mas até agravou as coisas. Concorda que o chamado estímulo dos democratas é simplesmente a repetição desses erros e deixará um mar de números no vermelho para as gerações futuras limparem? (Aplausos.)

— Senhor Presidente, consegue que Nancy Pelosi deixe de lado o seu projecto de lei sectário e recomece o processo verdadeiramente aberto que o povo americano exige? (Ovações, aplausos, alguns assobios.)

No Senado, o ambiente foi menos pomposo. Joe e eu fomos convidados a sentar-nos a uma mesa com uns quarenta senadores presentes, muitos deles nossos antigos colegas. Porém, a substância da reunião não foi muito diferente, com cada republicano que se deu ao incómodo de falar a usar o mesmo livro de cânticos, descrevendo o pacote de estímulos como um «resgate de interesses particulares», com muita gordura e a rebentar com o orçamento, que os democratas tinham de deitar fora, se queriam ter alguma esperança de cooperação.

Na viagem de regresso à Casa Branca, Rahm estava apopléctico e Phil desanimado. Disse-lhes que não havia problema, que eu até gostava do dar-e-receber.

— Quantos republicanos achas que ainda possam estar no jogo? — perguntei.

Rahm encolheu os ombros.

— Se tivermos sorte, talvez uma dúzia.

Aquilo veio a mostrar-se optimista. No dia seguinte, a Lei da Recuperação passou na Câmara com 244 para 188, sendo precisamente zero os votos republicanos. Era a salva de abertura num plano de batalha que McConnell, Boehner, Cantor e os restantes seguiriam com uma disciplina impressionante nos oito anos que se seguiram: uma recusa em trabalhar comigo ou com membros da minha administração, independentemente das circunstâncias, do problema ou das consequências para o país.

PODERIA PENSAR-SE QUE, para um partido político que acabara de sofrer dois ciclos de derrota retumbante, a estratégia do Partido Republicano de obstrução belicosa e total acarretaria grandes riscos. E, numa altura de crise genuína, decerto que não foi responsável.

Porém, se, como acontecia com McConnell e Boehner, a preocupação prioritária fosse mostrar as garras para regressar ao poder, a História recente dava a entender que tal estratégia tinha sentido. Não obstante a sua conversa de querer que os políticos se dessem bem, os eleitores norte-americanos raramente premeiam a oposição por cooperar com o partido no poder. Nos anos 80, os democratas conservaram o predomínio na Câmara dos Representantes (embora não no Senado) muito depois da eleição de Reagan e da inflexão do país para a direita, em parte devido à prontidão de líderes republicanos «responsáveis» para ajudar o Congresso a funcionar; a Câmara inverteu-se só depois de um Partido Republicano encabeçado por Gingrich ter transformado o Congresso numa rixa aberta. Do mesmo modo, os democratas não ganharam terreno contra um Congresso controlado pelos

republicanos ajudando à aprovação dos cortes fiscais do presidente Bush ou do seu plano para as receitas de medicamentos; reconquistaram a Câmara e o Senado quando começaram a desafiar o presidente e os líderes republicanos em tudo, da privatização da Segurança Social à condução da guerra no Iraque.

Tais lições não se perderam em McConnell e Boehner. Eles compreenderam que qualquer ajuda que oferecessem à minha administração para organizar uma reacção eficaz e persistente à crise resultaria apenas em meu benefício político… e reconheceria tacitamente a falência da sua própria retórica antigoverno e anti-regulação. Se, por outro lado, combatessem uma acção de retaguarda, se gerassem controvérsia e pusessem pedra na engrenagem, teriam pelo menos uma possibilidade de estimular a sua base e atrasar-me e aos democratas, numa altura em que o país estava certamente impaciente.

Ao executar a sua estratégia, os líderes republicanos tinham um par de coisas a seu favor, a começar pela natureza da moderna cobertura noticiosa. Do meu tempo no Senado e em campanha, eu ficara a conhecer a maioria dos jornalistas políticos nacionais e, no conjunto, considerava-os inteligentes, trabalhadores, dotados de ética e empenhados em apurar correctamente os factos. Ao mesmo tempo, os conservadores não estavam errados ao pensar que, nas suas atitudes pessoais, a maioria dos jornalistas noticiosos se enquadrava provavelmente na extremidade mais liberal do espectro político.

Isto faria esses jornalistas parecerem cúmplices improváveis dos planos de McConnell e Boehner. Porém, fosse por medo de parecerem tendenciosos ou porque o conflito vende, ou porque os editores deles o exigiam, ou porque era a maneira mais fácil de cumprir os prazos de um ciclo de notícias de vinte e quatro horas ditado pela Internet, a abordagem

colectiva que faziam da informação sobre Washington seguia um guião deprimentemente previsível: relatar o que diz um lado (breve frase propagandística incluída); relatar o que diz o outro lado (declaração propagandística oposta, quanto mais insultuosa, melhor); deixar uma sondagem de opinião determinar quem tem razão.

Com o tempo, a minha equipa e eu conformámo-nos a tal ponto com este estilo de cobertura «ele disse / ele disse» que conseguíamos brincar com o assunto. («Num duelo de conferências de imprensa realizadas hoje, o debate quanto à forma do planeta Terra ficou ao rubro, com o presidente Obama — que afirma ser esférica — a sofrer um ataque fulminante dos republicanos que insistem que a Casa Branca encobriu documentos que provam que a Terra é plana.») Contudo, nessas primeiras semanas, com a nossa equipa de comunicação da Casa Branca ainda incompletamente instalada, continuávamos a surpreender-nos. Não só pela prontidão do Partido Republicano em espalhar meias-verdades ou perfeitas mentiras acerca do conteúdo da Lei da Recuperação (a afirmação de que planeávamos gastar milhões num Museu da Máfia em Las Vegas, por exemplo, ou que Nancy Pelosi incluíra 30 milhões de dólares para salvar um rato em vias de extinção), mas pela prontidão da imprensa em transmitir ou publicar esses embustes como verdadeiras notícias.

Com bastante insistência nossa, um canal noticioso podia acabar por fazer uma peça de verificação da veracidade das afirmações republicanas. Todavia, era raro que a verdade se apresentasse com o mesmo destaque das manchetes iniciais. A maioria dos norte-americanos — já treinada para acreditar que o Governo desperdiçava dinheiro — não tinha tempo ou propensão para acompanhar os pormenores do processo legislativo ou de quem estava ou não estava a ser razoável nas negociações. Tudo o que ouvia era o que os correspondentes de imprensa em Washington lhes

diziam: que democratas e republicanos estavam mais uma vez em contenda, que os políticos andavam a fazer espalhafato e que o fulano novo na Casa Branca nada fazia para alterar isso.

Claro que as tentativas de desacreditar a Lei da Recuperação ainda dependiam da capacidade dos líderes do Partido Republicano para manterem as suas hostes disciplinadas. No mínimo, tinham de se certificar de que o pacote de estímulos não angariava apoio suficiente de republicanos transviados para ser considerado «bipartidário», visto que (como explicaria mais tarde McConnell) «quando se coloca o rótulo de bipartidário em qualquer coisa, a percepção é a de que as diferenças foram resolvidas». A tarefa deles estava facilitada, agora que a maioria dos eleitos do Partido Republicano era proveniente de distritos ou Estados solidamente republicanos. A base de eleitores deles, alimentada com uma dieta regular de Fox News, canais radiofónicos de debate e discursos de Sarah Palin, não estava aberta a compromissos; na verdade, a maior das ameaças às perspectivas de reeleição desses representantes vinha de concorrentes às primárias que podiam acusá-los de serem liberais disfarçados. Rush Limbaugh já havia castigado republicanos como McCain por dizerem que, terminada a eleição, tinham agora esperança de que eu fosse bem-sucedido. «Espero que Obama falhe», dissera com voz retumbante o locutor da rádio. Nos começos de 2009, a maioria dos eleitos republicanos não considerava sensato ser tão incisivo em público (a história era diferente em privado, como viríamos mais tarde a saber). Porém, mesmo aqueles políticos que não partilhavam dos sentimentos de Limbaugh sabiam que, com essa única declaração, ele estava na prática a canalizar — e a modelar — as opiniões de uma fracção considerável dos seus eleitores.

Os grandes financiadores conservadores também tiveram influência. Em pânico por causa do colapso da economia e do impacto que isso já estava a

ter nos rendimentos dos seus sócios, as organizações tradicionais de empresários, como a Câmara de Comércio, acabaram por se apresentar em favor da Lei da Recuperação. Todavia, a influência delas no Partido Republicano fora já suplantada por ideólogos multimilionários como David e Charles Koch, que tinham despendido décadas e centenas de milhões de dólares a construir sistematicamente uma rede de grupos de reflexão, escritórios de advocacia, operações nos meios de comunicação social e operacionais políticos, tudo com o objectivo expresso de desmontar cada vestígio derradeiro do moderno Estado social. Para eles, todos os impostos eram confiscatórios, a abrir caminho para o socialismo; todas as regulações eram uma traição aos princípios do mercado livre e ao modo de vida americano. Viam a minha vitória como uma ameaça mortal, razão pela qual, pouco depois da minha tomada de posse, reuniram um conselho de alguns dos conservadores mais ricos dos Estados Unidos num local cuidado com muita elegância em Indian Wells, na Califórnia, para traçar uma estratégia de retaliação. Não pretendiam compromissos e consensos. Queriam guerra. E fizeram saber que políticos republicanos sem estômago para resistir às minhas políticas em cada ocasião não só veriam os seus donativos secarem, como teriam de defrontar um candidato bem financiado nas primárias.

Quanto àqueles republicanos que ainda se sentiam tentados a cooperar comigo apesar da influência de constituintes, financiadores e canais noticiosos conservadores, a pressão de grupo à boa e velha maneira costumava resultar. Durante a transição, encontrara-me como Judd Gregg, um senador do Partido Republicano competente e decente de New Hampshire, e oferecera-me para fazer dele secretário do Comércio, como parte do meu esforço para cumprir a minha promessa de governação bipartidária. Ele aceitou, prontamente e, no começo de Fevereiro, anunciámos a nomeação. Contudo, com a oposição republicana à Lei da

Recuperação a tornar-se mais ruidosa a cada dia, enquanto McConnell e a restante liderança o pressionavam em reuniões da bancada e nas sessões do Senado, e a antiga primeira-dama Barbara Bush alegadamente intervinha para o dissuadir de entrar para a minha administração, Judd Gregg perdeu o sangue-frio. Uma semana depois de termos anunciado a nomeação, telefonou a desistir.

Nem todos os republicanos adoptaram a rápida mudança de estado de espírito no seu próprio partido. No dia em que o Senado devia votar a Lei da Recuperação, encontrava-me em Fort Myers, na Florida, numa reunião de estilo municipal que visava mobilizar o apoio público para o projecto de lei e que me permitiu responder a perguntas sobre a economia. Comigo estava o governador da Florida, Charlie Crist, um republicano moderado de atitude amigável e elegante e o tipo de boa aparência — bronzeado, cabelo prateado, dentes de um branco-cintilante — que parecia saído directamente de uma agência de figurantes. Crist era extremamente popular na altura, tendo cultivado a imagem de alguém que podia transpor linhas partidárias, evitando questões sociais fracturantes e concentrando-se antes na promoção dos negócios e do turismo. Sabia também que o Estado que governava enfrentava grandes problemas: sendo um dos pontos escaldantes do crédito *subprime* e da bolha imobiliária, a Florida tinha uma economia e o orçamento estadual em queda livre, necessitando desesperadamente de ajuda federal.

Foi, assim, tanto por temperamento como por necessidade que Crist aceitou apresentar-me no salão municipal e apoiar publicamente o projecto de lei dos estímulos. Apesar de os valores das casas em Fort Myers terem caído cerca de 67 por cento (com um total de 12 por cento dos imóveis com hipoteca executada), a multidão estava ruidosa e animada nesse dia, constituída principalmente por democratas e ainda impregnada daquilo a

que Sarah Palin chamaria mais tarde «devaneios de esperança e mudança». Depois de Crist ter apresentado uma explicação razoável e algo cautelosa da razão por que apoiava a Lei da Recuperação, apontando os seus benefícios para a Florida e a necessidade de os responsáveis eleitos porem o povo à frente da política partidária, cumprimentei o governador de forma nada protocolar: um aperto de mão, um braço a passar pelas costas para uma palmadinha, uma expressão de gratidão nos olhos e um agradecimento ao ouvido.

Pobre Charlie. Como poderia eu saber que o meu gesto de dois segundos viria a ser para ele um beijo de morte política? Volvidos poucos dias do encontro, começou a aparecer um vídeo d' «o abraço» nos canais noticiosos da direita, acompanhado por pedidos de demissão de Crist. Numa questão de meses, Crist foi de vedeta republicana a pária. Chamaram-lhe mascote do apaziguamento, uma espécie de RINO («*republican in name only*», republicano só no nome) indeciso e oportunista, do qual era necessário fazer exemplo. Levaria tempo até que tudo chegasse ao fim. Nas eleições para o Senado dos EUA de 2010, Crist viu-se obrigado a candidatar-se como independente e foi esmagado pelo conservador recém-aparecido Marco Rubio. Crist veio depois a ter um regresso político apenas porque trocou de partido e conquistou, como democrata, um dos lugares da Florida no Congresso. Todavia, a lição imediata não caiu em saco roto, entre os republicanos no Congresso.

Cooperem com a administração Obama por vossa conta e risco.

E, se tiverem de apertar-lhe a mão, certifiquem-se de que parecem contrariados.

RETROSPECTIVAMENTE, é-me difícil não me fixar na dinâmica política que se manifestou nessas primeiras semanas da minha presidência: a rapidez com

que a resistência republicana endureceu, independentemente de qualquer coisa que disséssemos ou fizéssemos, e como essa resistência tingiu completamente o modo como a imprensa e, em última análise, o público viam a substância das nossas acções. Afinal, essa dinâmica determinou o rumo de muito do que aconteceu nos meses e anos que se seguiram, uma clivagem das sensibilidades políticas da América com que ainda estamos a lidar, uma década depois.

Contudo, em Fevereiro de 2009, eu estava obcecado com a economia, não com a política. Vale por isso a pena chamar a atenção para uma informação que omiti na história de Charlie Crist: alguns minutos antes de eu ir ao palco para lhe dar aquele abraço, recebi um telefonema de Rahm a fazer-me saber que a Lei da Recuperação acabara de dar saída do Senado, garantindo a aprovação final da legislação no Congresso.

O modo como o havíamos conseguido não se pode considerar um modelo do novo tipo de política que eu prometera na campanha. Foi à maneira antiga. Logo que o voto da Câmara deixou claro que não estava nas cartas uma lei amplamente bipartidária, o nosso foco circunscreveu-se a garantir 61 votos no Senado — 61 porque nenhum senador republicano se podia dar ao luxo de ficar rotulado como sendo o único voto que fez passar o projecto de lei de Obama. Na atmosfera radioactiva que McConnell orquestrara, os únicos republicanos ainda dispostos a eventualmente apoiarem-nos foram três que se consideravam a si mesmos moderados, de Estados em que eu vencera confortavelmente: Susan Collins e Olympia Snowe do Maine, e Arlen Specter da Pensilvânia. Esses três, juntamente com o senador Ben Nelson do Nebraska — porta-voz não oficial da meia dúzia de democratas de Estados conservadores cuja prioridade em cada tema controverso era posicionarem-se num qualquer lugar à direita de Harry Reid e de Nancy Pelosi, adquirindo assim o apreciado rótulo de «centristas» atribuído por

comentadores de Washington — tornaram-se os guardas do portão pelos quais a Lei da Recuperação tinha de passar. E nenhum desses quatro senadores se acanhou de cobrar uma portagem pesada.

Specter, que já enfrentara o cancro duas vezes, insistiu que dez mil milhões de dólares da Lei da Recuperação fossem para os Institutos Nacionais de Saúde. Collins exigiu que o projecto de lei fosse extirpado de dinheiro para construção de escolas e incluísse um «remendo AMT» (*Alternative Minimum Tax*, imposto mínimo alternativo) — uma provisão fiscal que evitaria que os americanos de classe média-alta pagassem uma contribuição mais elevada. Nelson queria mais dinheiro da Medicaid para Estados rurais. Não obstante as suas prioridades acrescentarem milhares de milhões, o grupo insistia que a lei no seu todo devia ter um custo inferior a 800 mil milhões de dólares, porque qualquer número mais elevado do que esse pareceria simplesmente «demasiado».

Tanto quanto me era possível discernir, não havia lógica económica em nada disto, apenas posicionamento político e jogo clássico de aperto da parte de políticos que sabiam dispor de força. No entanto, esta verdade passou em grande medida despercebida; no que aos correspondentes de imprensa em Washington dizia respeito, o simples facto de os quatro senadores estarem a actuar de forma «bipartidária» implicava sabedoria salomónica e razão. Entretanto, os democratas liberais, sobretudo na Câmara dos Representantes, estavam furiosos comigo por deixar um «Bando dos Quatro» determinar efectivamente o conteúdo final do diploma. Alguns chegaram ao ponto de propor que eu fizesse campanha local contra Snowe, Collins, Specter e Nelson, nos seus próprios Estados, até que eles desistissem das suas exigências de «resgate». Disse-lhes que isso não ia acontecer, tendo calculado (com a concordância de Joe, Rahm, Phil, Harry e Nancy) que tácticas bélicas provavelmente virariam o feitiço contra o

feiticeiro — e também fechariam a porta à possibilidade de conseguir a cooperação do quarteto em qualquer outro projecto de lei que eu pudesse tentar aprovar no futuro.

De qualquer modo, o relógio não parava; ou, nas palavras posteriores de Axe, a casa estava a arder e aqueles quatro senadores tinham a única mangueira. Após uma semana de negociações (e muita adulação, assédio e orientação dos senadores por mim, Rahm e, principalmente, Joe), foi alcançado um acordo. O Bando dos Quatro obteve a maior parte do que queria. Em troca, tivemos os votos deles, ao mesmo tempo que retínhamos quase 90 por cento das medidas de estímulo que tínhamos proposto à partida. À parte os votos de Collins, Snowe e Specter, o projecto de lei modificado, com 1073 páginas, foi aprovado na Câmara e no Senado estritamente dentro das linhas partidárias. E menos de um mês depois de eu iniciar o mandato, a Lei de Recuperação e Reinvestimento Americanos estava pronta para ser promulgada.

A CERIMÓNIA DE ASSINATURA decorreu na presença de uma pequena multidão, no Museu da Natureza e da Ciência de Denver. Tínhamos pedido ao director-executivo de uma empresa cooperativa de energia solar que me apresentasse. E enquanto eu o ouvia descrever o que a Lei da Recuperação significaria para o seu negócio — evitar as dispensas laborais, os novos trabalhadores que contrataria, a economia verde que esperava promover —, fiz o melhor que pude para saborear o momento.

Por qualquer padrão convencional, eu estava prestes a assinar legislação histórica: um esforço de recuperação comparável, em dimensão, ao *New Deal* de FDR. O pacote de estímulo não faria somente aumentar a procura agregada — ajudaria milhões a temperar a tempestade económica, alargando o subsídio de desemprego para os sem-trabalho, a ajuda alimentar

para os famintos e os cuidados médicos para aqueles cujas vidas haviam ficado do avesso; ofereceria o mais amplo corte fiscal, de uma só vez, para a classe média e as famílias trabalhadoras pobres desde Reagan; e providenciaria a maior infusão de nova despesa nas infra-estruturas e sistemas de transporte da nação desde a administração de Eisenhower.

Não era tudo. Sem descurar o nosso foco no estímulo a curto prazo e na criação de emprego, a Lei da Recuperação também avançava com pagamentos de entrada avultados para compromissos que eu assumira na campanha com vista a modernizar a economia. Prometia transformar o sector da energia, com um investimento sem precedentes no desenvolvimento de energia limpa e programas de eficiência. Financiaria uma das mais vastas e mais ambiciosas agendas de reforma na educação de toda uma geração. Catalisaria a transição para os registos médicos electrónicos, que tinham potencial para revolucionar o sistema de saúde dos Estados Unidos; e estenderia o acesso à banda larga a salas de aula e zonas rurais que antes tinham ficado excluídas da auto-estrada da informação.

Qualquer destas rubricas, se aprovada como lei autónoma, qualificar-se-ia como importante realização de uma administração presidencial. Em conjunto, poderiam representar a obra bem-sucedida de todo um primeiro mandato.

Ainda assim, depois de ter visitado os painéis no telhado do museu, subido ao pódio e agradecido ao vice-presidente e à minha equipa por terem feito tudo aquilo acontecer sob extrema tensão; depois de ter expressado a minha apreciação por aqueles que no Congresso tinham ajudado o projecto de lei a transpor a meta; depois de ter usado as minhas várias canetas para promulgar a Lei da Recuperação, ter apertado a mão a toda a gente e dado algumas entrevistas — depois de tudo isso, quando me vi finalmente

sozinho no banco de trás do *Beast*, a principal emoção que senti não foi de triunfo, mas de profundo alívio.

Ou, mais precisamente, alívio com uma forte dose de mau pressentimento.

Se era verdade que tínhamos conseguido fazer num mês trabalho que daria para dois anos, também tínhamos gastado o equivalente a um par de anos de capital político com idêntica rapidez. Era difícil negar, por exemplo, que McConnell e Boehner nos tinham derrotado na frente da comunicação. Os ataques inexoráveis deles continuaram a informar a cobertura noticiosa da Lei da Recuperação, com a imprensa a trombetear cada acusação espúria de desperdício e corrupção. Alguns comentadores adoptaram as narrativas induzidas pelo Partido Republicano de que eu não fora capaz de me aproximar quanto bastasse dos republicanos na configuração do projecto de lei, quebrando assim a minha promessa de governar em modo bipartidário. Outros insinuaram que o nosso acordo com Collins, Nelson, Snowe e Specter correspondia às negociatas cínicas de Washington e não à «mudança em que podemos acreditar».

O apoio público à Lei da Recuperação aumentara nas semanas que haviam sido necessárias para a fazer aprovar. Em breve, porém, o ruído deixaria a sua marca, invertendo essa tendência. Entretanto, uma fracção significativa da minha própria base democrata — ainda excitada com a euforia da noite das eleições e agitada pela relutância republicana em rebolar-se e fingir-se de morta — parecia menos satisfeita com tudo o que tínhamos conseguido incluir na Lei da Recuperação do que irada com o número muito mais diminuto de coisas a que tivemos de renunciar. Alguns comentadores liberais insistiram que, se eu tivesse mostrado mais coluna vertebral na resistência às exigências do Bando dos Quatro, os estímulos teriam sido maiores. (Isto apesar de estarmos a falar do dobro do montante

que muitos desses comentadores tinham andado a pedir apenas nas poucas semanas anteriores.) Havia grupos de mulheres desagradadas com a retirada das provisões sobre contracepção. Os grupos dos transportes também se queixaram, dizendo que o aumento de dólares investidos nos meios colectivos não era só o que procuravam. E os ambientalistas pareciam estar a perder mais tempo a protestar contra a fracção diminuta de financiamento que ia para projectos de carvão limpo do que a celebrar o investimento maciço da Lei da Recuperação em energia renovável.

Entre ataques republicanos e queixas democratas, recordei-me do poema de Yeats, «A Segunda Vinda»: os meus apoiantes careciam de toda a convicção, ao passo que os meus opositores transbordavam de uma intensidade apaixonada.

Nada disto me teria preocupado se ter a Lei da Recuperação aprovada fosse tudo aquilo de que precisávamos para pôr a economia a funcionar outra vez. Eu estava confiante de que podíamos de facto implementar a legislação e provar que os nossos críticos estavam errados. Sabia que os eleitores democratas não me abandonariam no longo trajecto e as sondagens da minha própria popularidade entre o público em geral continuavam favoráveis.

O problema era que ainda tínhamos, pelo menos, mais três ou quatro grandes jogadas a fazer para pôr fim à crise, sendo cada uma delas igualmente urgente, igualmente controversa e igualmente difícil de pôr em marcha. Era como se, tendo subido a encosta de uma grande montanha, eu me visse agora a olhar para uma sucessão de cumes cada vez mais perigosos, ao mesmo tempo que tomava consciência de que torcera um tornozelo, de que se aproximava uma tempestade e de que já consumira metade dos meus víveres.

Não partilhei estas impressões com ninguém da minha equipa; já estavam

exaustos o suficiente. Aguenta, disse para mim mesmo. Aperta os atacadores. Corta as rações.

Continua a andar.

CAPÍTULO 12

Excelentíssimo Senhor Presidente Obama,

Hoje fui informada de que a partir de 30 de Junho de 2009 serei mais um no número de desempregados deste país, o qual apresenta um rápido crescimento [...].

Quando, hoje à noite, estava a deitar os meus filhos, a lutar com o pânico que ameaça consumir-me, compreendi que, enquanto mãe, não terei a oportunidade que os meus pais tiveram. Não posso olhar para os meus filhos e dizer-lhes com sinceridade que, se trabalharmos com afinco e espírito de sacrifício, tudo é possível. Hoje, aprendi que podemos fazer todas as escolhas certas, fazer tudo o que é correcto, e, ainda assim, isso não ser suficiente, porque o Governo defraudou as nossas expectativas.

Apesar de o Governo estar sempre a falar de protecção da classe média, aquilo que constato é o contrário. Vejo um Governo que tem protegido lobistas e grupos de interesses especiais. Vejo milhares de milhões de dólares a serem gastos em resgates de instituições financeiras [...].

Obrigada por me deixar exprimir alguns dos meus pensamentos, nesta noite plena de emoção.

Atentamente,
Nicole Brandon
Virgínia

PARECIA-ME QUE LIA duas ou três cartas como esta todas as noites. Depois, voltava a guardá-las na pasta em que me tinham sido entregues e juntava-as ao monte de documentos em cima da secretária. Naquela noite em particular, o mostrador do relógio de pêndulo na Sala do Tratado indicava a uma da manhã. Esfreguei os olhos, decidi que precisava de uma luz de leitura melhor e olhei de relance para o enorme quadro a óleo pendurado por cima do pesado sofá de couro. A pintura retratava o presidente

McKinley, austero e de porte majestoso, a fazer lembrar um reitor de sobrancelhas farfalhudas, enquanto um grupo de homens de bigode assinava o tratado que punha termo à guerra hispano-americana em 1898, todos reunidos àquela mesa onde eu estava agora sentado. Tratava-se de uma bela peça para um museu, mas desadequada naquele que era agora o meu escritório doméstico; tomei nota mental para a substituir por uma obra mais contemporânea.

À excepção dos cinco minutos que demorara a cruzar o corredor para aconchegar as miúdas na cama e dar as boas-noites a Michelle, estava sentado na minha cadeira desde a hora do jantar, tal como acontecia quase todas as noites da semana. Para mim, aquelas eram muitas vezes as horas mais tranquilas e produtivas, um período em que podia pôr o trabalho em dia e preparar-me para o que me esperava, examinando as pilhas de documentos que o meu secretário pessoal enviava para a residência para eu analisar. Os últimos indicadores económicos, memorandos de entendimento, memorandos de informação, *briefings* dos serviços de informações, propostas de lei, rascunhos de discursos, temas a abordar em conferências de imprensa.

Compreendia a importância do meu trabalho com maior pungência quando lia as cartas dos eleitores. Todas as noites, recebia um lote de dez — algumas redigidas à mão, outras em *e-mails* impressos —, muito bem organizadas numa pasta roxa. Amiúde, eram a última coisa que via antes de me deitar.

As cartas tinham sido ideia minha, que me ocorrera no segundo dia no cargo. Pareceu-me que receber uma dose contínua de correio dos eleitores seria uma maneira eficiente de sair da bolha presidencial e dar ouvidos, de uma forma directa, àqueles que representava. As cartas eram como uma dose intravenosa de mundo real e um lembrete diário da promessa que

fizera ao povo americano, da responsabilidade que me fora confiada e do impacto humano de todas as decisões por mim tomadas. Insistira em ter acesso a um acervo representativo («Não quero receber apenas um monte de elogios dos apoiantes», dissera a Pete Rouse, que era agora consultor principal e uma espécie de Yoda residente na Ala Ocidental). De resto, deixámos a cargo do nosso Gabinete de Correspondência a tarefa de decidir quais, de entre as cerca de dez mil cartas e *e-mails* que chegavam todos os dias à Casa Branca, iriam parar à pasta roxa.

Na primeira semana, li sobretudo mensagens positivas: missivas de felicitações, pessoas a dizer que se sentiram muito inspiradas no dia da tomada de posse e sugestões de legislação feitas por crianças («O senhor devia fazer uma lei para haver menos trabalhos de casa»).

Porém, consoante as semanas passaram, as cartas tornaram-se mais pessimistas. Um homem, que tivera o mesmo emprego durante vinte anos, descrevia a vergonha que sentiu quando teve de dizer à mulher e aos filhos que tinha sido despedido. Recebi uma carta de uma mulher depois de o banco executar a hipoteca da sua casa: temia acabar a viver na rua, caso não recebesse ajuda imediata. Um estudante desistira dos estudos universitários: a sua ajuda financeira esgotara-se e teria de voltar a viver com os pais. Algumas cartas propunham recomendações detalhadas de políticas a implementar. Outras eram redigidas com raiva («Porque é que o Ministério da Justiça não mandou para a cadeia nenhum daqueles bandidos de Wall Street?») ou serena resignação («Duvido que venha a ler estas palavras, mas achei que deveria saber que, no mundo real, estamos a sofrer»).

Na maioria das vezes, eram pedidos urgentes de ajuda, aos quais eu respondia num cartão com o selo presidencial em relevo, explicando que estávamos a adoptar medidas para pôr a economia a funcionar outra vez e transmitindo a coragem possível. De seguida, assinalava a carta original

com instruções para a minha equipa. Escrevia coisas como: «Ver se o Ministério das Finanças consegue combinar com o banco uma opção de renegociação.» Ou: «A Administração dos Veteranos tem algum programa de empréstimos para veteranos nesta situação?» Ou simplesmente: «Podemos ajudar?»

De um modo geral, isto era o suficiente para chamar a atenção do organismo competente. Os autores das cartas eram contactados. Dias ou semanas mais tarde, eu recebia um memorando de seguimento a explicar as diligências envidadas a favor daquelas pessoas. Por vezes, obtinham o apoio que almejavam — a garantia da sua habitação durante algum tempo, um lugar num programa de estágios.

Não obstante, não conseguia retirar qualquer satisfação de casos individuais. Estava ciente de que cada carta representava o desespero de milhões de pessoas em todo o país, pessoas que contavam comigo para salvar os seus empregos ou as suas casas, para recuperar o sentimento de segurança de outrora. Por muito que eu e a minha equipa trabalhássemos, por muitas iniciativas que implementássemos ou por muitos discursos que eu fizesse, não havia como contornar os malditos e incontestáveis factos.

Três meses depois de assumir o cargo, havia mais pessoas em maus lençóis do que quando o ocupara e ninguém — incluindo eu próprio — podia ter a certeza de que o alívio estava para breve.

A 18 DE FEVEREIRO, um dia depois de promulgar a Lei de Recuperação, meti-me no avião para Mesa, no Arizona, para anunciar o plano que traçáramos para enfrentar o colapso do mercado da habitação. À excepção da perda do emprego, nenhum outro aspecto da crise económica tinha um impacto mais directo sobre as pessoas comuns. Em 2008, encontravam-se mais de três milhões de casas em alguma fase de execução hipotecária; agora, estavam

em risco outros oito milhões de habitações. Ao longo do último trimestre, os preços das casas tinham sofrido uma queda de quase vinte por cento, o que queria dizer que até mesmo as famílias que conseguiam pagar as prestações se viram de súbito abaixo da linha de água, com as casas a valer menos do que a própria dívida e o principal investimento e pé-de-meia transformado num fardo para a economia doméstica.

O problema assumia contornos mais graves em Estados como o Nevada e o Arizona, dois dos epicentros da bolha imobiliária potenciada pela crise dos *subprime*. Nesses Estados, era possível percorrer bairros inteiros que mais pareciam cidades-fantasma, com quarteirões e quarteirões de casas pré-fabricadas todas iguais, muitas delas de construção recente, mas desertas, empreendimentos concluídos, mas nunca vendidos, ou vendidos e logo de seguida sujeitos a execução hipotecária. Fosse como fosse, as casas estavam vazias, algumas com janelas entaipadas. As poucas ainda habitadas destacavam-se como pequenos oásis, os relvados rectangulares verdes e bem tratados, carros estacionados nas rampas de acesso, solitários postos avançados num cenário de devastação inerte. Lembro-me de conversar com o proprietário de uma dessas casas durante uma visita de campanha ao Nevada. Era um homem vigoroso na casa dos quarenta, de *T-shirt* branca, que desligara o corta-relva para me cumprimentar enquanto um rapazinho muito louro andava à volta dele num triciclo vermelho. Disse-me que era mais afortunado do que muitos dos seus vizinhos, pois trabalhava há tempo suficiente numa fábrica para escapar à primeira vaga de despedimentos e a sua esposa, que era enfermeira, parecia beneficiar de relativa segurança. Não obstante, a casa pela qual haviam desembolsado 400 000 dólares no pico da bolha valia agora metade desse montante. Tinham contemplado a possibilidade de deixar de pagar a hipoteca e desistir do projecto. Quando estávamos a terminar a conversa, o homem olhou para o filho.

— Recordo-me de o meu pai falar do «sonho americano», quando eu era pequeno — disse ele. — Disse-me que o mais importante era trabalhar com afinco, comprar uma casa, constituir família, fazer aquilo que está certo. O que é feito dessa premissa? Quando foi que isso se transformou num monte de…? — Não concluiu o raciocínio e fez uma expressão angustiada. Depois, limpou o suor da cara e voltou a ligar o corta-relva.

A questão era o que a minha administração poderia fazer para ajudar homens como aquele. Ele não perdera a casa, mas perdera a fé no desígnio comum da nossa nação, no seu ideal mais vasto.

Os defensores da habitação a preços acessíveis e alguns progressistas do Congresso estavam a fazer pressão para se instituir um programa governamental em grande escala, visando não apenas a redução das prestações mensais para pessoas em risco de perder a casa, mas também a remissão de uma percentagem da dívida. À primeira vista, a ideia era obviamente atractiva: «Um resgate da Main Street[1], e não de Wall Street» fora a sugestão dos proponentes. Todavia, a dimensão absoluta do capital envolvido nas habitações perdidas a nível global no país tornava esse programa de redução da dívida proibitivo em termos de custos: a nossa equipa calculou que até mesmo uma coisa da dimensão de um segundo programa TARP — impossível em termos políticos — teria um efeito limitado quando distribuído pelo mercado imobiliário dos EUA, que ascendia a 20 biliões de dólares.

Ficámo-nos pelo lançamento de dois programas mais modestos, que eu expliquei nesse dia em Mesa: o Home Affordable Modification Program[2] (HAMP), que visava reduzir as prestações mensais de proprietários elegíveis até não mais do que trinta e um por cento dos seus rendimentos, e o Home Affordable Refinance Program[3] (HARP), que ajudaria os devedores a renegociar as suas hipotecas para taxas mais baixas mesmo que

as suas casas tivessem um valor inferior ao da dívida contraída. Em princípio, nem todas as pessoas seriam abrangidas. Estes programas não prestariam auxílio a indivíduos que, mediante empréstimos de alto risco, tinham comprado casas muito mais caras do que os seus rendimentos conseguiriam suportar. Também não estariam disponíveis para pessoas que haviam adquirido imóveis como um investimento financiado por dívida, pensando que conseguiriam lucrar com o imóvel. Pelo contrário, o objectivo era chegar a vários milhões de famílias que se encontravam à beira do abismo, famílias que viviam nas suas casas e tinham feito o que na altura lhes parecera uma compra responsável, mas agora precisavam de apoio para subsistir.

A implementação até mesmo destes programas limitados levantou todos os tipos de obstáculos logísticos. Por exemplo, embora fosse do interesse das instituições financeiras manter as famílias nas suas casas (num mercado já em depressão, os imóveis com hipoteca executada vendiam-se a preço de saldo, resultando em prejuízos avultados para as instituições credoras), as hipotecas já não estavam nas mãos de um conjunto limitado de bancos, que fosse possível pressionar no sentido da sua participação. Em vez disso, tinham sido titularizadas, vendidas a retalho a vários investidores de todo o mundo. O proprietário não lidava directamente com estas entidades financiadoras anónimas — enviava os pagamentos das hipotecas para uma empresa de gestão de créditos que operava na qualidade de pouco mais do que um venerável cobrador de dívidas. Sem autoridade legal para obrigar essas empresas de gestão de créditos a tomar qualquer atitude, o melhor que podíamos fazer era oferecer incentivos para que dessem uma oportunidade aos proprietários. Também tínhamos de convencer as empresas de gestão de créditos a processarem milhões de candidaturas para determinarem quem

era e quem não era elegível para uma modificação ou uma renegociação da hipoteca, operação para a qual não estavam devidamente preparadas.

E quem é que, afinal, merecia apoio estatal? Esta pergunta insinuar-se-ia em praticamente todos os debates políticos que tivemos ao longo da crise económica. Afinal de contas, por muito má que fosse a situação em 2009, a grande maioria dos proprietários americanos continuava desesperadamente à procura de uma maneira de cumprir as suas obrigações hipotecárias. Para tal, muitos tiveram de começar a comer fora menos vezes, a cancelar a subscrição da televisão por cabo ou a utilizar poupanças destinadas à reforma ou aos estudos universitários dos filhos.

Seria justo aplicar o dinheiro dos impostos, obtido com tanto custo desses americanos, na redução dos pagamentos das hipotecas de um vizinho que atravessava dificuldades? E se esse vizinho tivesse comprado uma casa maior do que aquela que poderia pagar? E se tivesse optado por um tipo de hipoteca mais barato, mas de maior risco? Faria alguma diferença que o vizinho tivesse sido ludibriado por um agente de crédito a pensar que estava a tomar a decisão certa? E se o vizinho tivesse levado os filhos à Disneylândia no ano anterior, em vez de fazer um pé-de-meia? Isso faria com que fosse menos merecedor de ajuda? E se tivesse as prestações em atraso não porque tinha construído uma piscina nova ou feito umas férias, mas porque tinha perdido o emprego, ou porque um elemento do agregado familiar adoecera e a entidade patronal não oferecia seguro de saúde, ou porque, tão-só, residia no Estado errado — como é que isso influenciaria o cálculo moral?

Para os decisores políticos que tentam travar uma crise, nenhuma destas questões tem importância — pelo menos a curto prazo. Se a casa do nosso vizinho está em chamas, não queremos que o telefonista dos bombeiros pergunte se o incêndio foi provocado por um relâmpago ou por alguém a

fumar na cama antes de aceder a enviar um camião-cisterna; só queremos o incêndio extinto antes que atinja a nossa própria casa. As execuções hipotecárias em massa eram o equivalente a um incêndio de grandes dimensões que estava a destruir o valor das casas de toda a gente e a arrastar a economia para o fundo. E, pelo menos na nossa perspectiva, nós éramos os bombeiros.

Não obstante, as questões relacionadas com a equidade preocupavam as pessoas em geral. Não fiquei espantado quando os especialistas reagiram de forma crítica aos nossos programas para a habitação, sugerindo que os 75 mil milhões de dólares eram insuficientes para dar resposta à dimensão do problema, nem quando os defensores da habitação nos atacaram na imprensa por não incluirmos um meio para reduzir a dívida inicial global. Aquilo que eu e a minha equipa não previmos foi a crítica que acabou por chamar mais as atenções naquele dia em Mesa, talvez por nos chegar de uma fonte tão improvável. No dia após o comício, Gibbs disse que um comentador económico da CNBC chamado Rick Santelli fizera um longo discurso retórico sobre o nosso plano para a habitação. Gibbs, que tinha sempre o radar ligado para estas coisas, pareceu-me preocupado.

— Está a ter imenso tempo de antena — disse. — E a imprensa está a questionar-me sobre o caso. Talvez queira aprofundar o assunto.

Nessa noite, assisti ao excerto do vídeo no meu portátil. Já conhecia o estilo de Santelli; não parecia diferente da maioria dos apresentadores que pululam nos programas sobre economia da televisão por cabo, debitando uma mescla de rumores acerca do mercado e notícias requentadas com a convicção superficial de um daqueles anúncios informativos que são transmitidos a altas horas da noite. Desta vez, estava em directo da Bolsa de Chicago, com um discurso inflamado e teatral, rodeado pelos corretores que, sentados às suas secretárias, ovacionavam de peito cheio, enquanto ele

regurgitava um chorrilho de argumentos típicos dos republicanos, incluindo a alegação (incorrecta) de que estávamos a pagar as hipotecas de perdulários irresponsáveis e parasitas — «fracassados», como Santelli lhes chamou — que tinham conseguido um apoio imerecido.

— O Governo está a promover o mau comportamento! — bradou. — Quantos espectadores querem pagar a hipoteca da casa do vizinho, que a comprou com mais uma assoalhada do que a sua e agora não consegue pagar a dívida?

Santelli prosseguiu, declarando que «neste país, estamos a fazer os nossos Pais Fundadores, homens como Benjamin Franklin e Jefferson, darem voltas nas sepulturas». A certa altura, em pleno solilóquio, sugeriu um «Tea Party em Chicago, em Julho», para pôr cobro ao esbanjamento do Governo.

Não consegui deixar de ver aquele discurso como aquilo que era: uma artimanha moderadamente divertida, destinada não a informar, mas a ocupar tempo de antena, vender publicidade e fazer os espectadores do *Squawk Box* sentir que estavam por dentro de tudo — e que não eram um dos «fracassados». Afinal de contas, quem é que levaria a sério aquele populismo mal alinhavado? Quantos americanos consideravam os corretores da Bolsa de Chicago representativos da nação — homens que ainda tinham emprego precisamente porque o Governo interviera para impedir a derrocada do sistema financeiro?

Por outras palavras, era uma treta. Santelli estava ciente disso. Os apresentadores da CNBC que com ele gracejavam estavam cientes disso. Contudo, era evidente que pelo menos os corretores concordavam na íntegra com as suas alegações. Não pareciam constrangidos pelo facto de o jogo em que participavam ter sido viciado, se não por eles, pelos seus patrões, os manda-chuvas das salas de reuniões revestidas de madeira. Não

pareciam incomodados com o facto de, por cada «fracassado» que comprara uma casa mais cara do que podia pagar, haver vinte pessoas que tinham vivido dentro das suas possibilidades e estavam agora a sofrer as consequências das más apostas de Wall Street.

Não, aqueles corretores sentiam-se deveras lesados, convencidos de que estavam na iminência de serem atraiçoados pelo Governo. Estavam convictos de que *eles* eram as vítimas. Um deles chegou mesmo a acercar-se do microfone de Santelli e afirmar que o nosso programa para a habitação era um «risco moral» — aplicando uma expressão da área da economia que entrara no léxico corrente, utilizada para explicar como as políticas que protegiam os bancos dos seus prejuízos galopantes poderiam acabar por incentivar mais imprudência no futuro. A diferença era que agora a mesma expressão estava a ser brandida para refutar a ajuda a famílias que, sem terem qualquer culpa, corriam o risco de perder as suas casas.

Agastado, interrompi o vídeo. Era um estratagema que eu já conhecia, pensei com os meus botões, aquele tipo de exercício de retórica que se tornara o pilar dos analistas conservadores em todo o lado, fosse qual fosse o tema: adoptar expressões até então utilizadas pelos desfavorecidos para denunciar um mal da sociedade e usá-las em seu proveito. Segundo este raciocínio, o problema deixava de ser a discriminação das minorias: era «racismo invertido», com as minorias a «jogar o trunfo da raça» para obterem uma vantagem injusta. O problema deixava de ser o assédio sexual no local de trabalho: eram «feminazis» sem sentido de humor a flagelar os homens com a sua rectidão política. O problema não era os banqueiros utilizarem o mercado como se fosse o seu casino privado, nem as empresas reduzirem os salários, atacarem os sindicatos e deslocalizarem postos de trabalho: eram os preguiçosos e os desprovidos de ambição, escudados

pelos seus aliados liberais de Washington, que queriam viver às custas das pessoas verdadeiramente «dinâmicas e trabalhadoras».

Tais argumentos não tinham qualquer relação com os factos. Eram impermeáveis à análise. Iam a um lugar mais profundo, ao reino da mitologia, redefinindo aquilo que era justo, mudando as vítimas, outorgando a pessoas como os corretores de Chicago a mais inestimável das oferendas: a convicção de inocência, bem como a justa indignação que lhe está associada.

LEMBRAVA-ME MUITAS VEZES daquele vídeo de Santelli, que pressagiou muitas das batalhas políticas que me esperavam ao longo da minha presidência, pois havia pelo menos uma verdade enviesada nas suas palavras: as nossas exigências ao Governo *haviam* mudado ao longo dos dois últimos séculos, desde que os Pais Fundadores assinaram a Constituição. À excepção dos princípios básicos de expulsar os inimigos e conquistar território, impor a lei da propriedade e questões relacionadas com o policiamento que os homens brancos consideravam necessário para manutenção da ordem nas propriedades que possuíam, a nossa democracia original tinha deixado cada um à mercê do seu próprio destino. Depois travou-se uma guerra sangrenta para decidir se os direitos de propriedade se estendiam ao tratamento dos negros como bens móveis. Em seguida surgiram movimentos, criados por trabalhadores, agricultores e mulheres que sentiram na própria pele como a liberdade de um único homem envolvia demasiadas vezes a sujeição de todos eles. Sobreveio a Depressão e as pessoas aprenderam que ser deixadas à mercê do seu próprio destino pode acarretar miséria e vergonha.

E foi assim que os EUA e outras democracias avançadas acabaram por criar o contrato social moderno. À medida que a nossa sociedade

aumentava em complexidade, a função do Governo passou a ser cada vez mais garantir a segurança social, contribuindo cada um de nós, através de mecanismos fiscais, para a protecção colectiva — apoio em situações de catástrofe, como no caso de a nossa casa ser destruída por um furacão; fundo de desemprego, no caso de perdermos o emprego; segurança social e cuidados médicos para pessoas com mais de 65 anos, de modo a minorar as privações na velhice; serviços de electricidade e telefone fiáveis para aqueles que viviam em zonas rurais onde as empresas de serviços não teriam lucro; escolas e universidades públicas para tornar a educação mais igualitária.

Resultou, mais ou menos. No período de uma geração e para a grande maioria de americanos, a vida ficou mais segura, mais próspera e mais justa. Uma vasta classe média floresceu. Os ricos continuaram ricos, ainda que talvez não tão ricos como gostariam, e os pobres passaram a ser menos pobres, e seguramente não tão pobres como de outro modo teriam sido. E se, por vezes, debatemos se os impostos eram demasiado elevados ou se certas leis estavam a desincentivar a inovação, se o Estado superprotector acabava por enfraquecer a iniciativa individual ou se este ou aquele programa era perdulário, de uma maneira geral compreendemos as vantagens de uma sociedade que, pelo menos, tentava proporcionar a todos uma oportunidade justa e criar alicerces em que todos se pudessem sustentar.

Porém, para se manter este pacto social foi preciso confiança. Foi preciso que nos sentíssemos unidos, senão como uma família, pelo menos como uma comunidade, onde cada elemento é digno de cuidado e tem poder de reivindicação junto do colectivo. Foi preciso acreditar que, fossem quais fossem as acções que o Governo levasse a cabo para ajudar os que precisavam, estas estavam também ao nosso dispor e de pessoas como nós;

que ninguém estava a manipular o sistema e que qualquer um de nós poderia ser vítima dos azares, dos passos em falso ou das circunstâncias que afligiam os outros.

Ao longo dos anos, essa confiança revelou-se difícil de manter. Em particular, a linha divisória da raça submeteu-a a uma forte pressão. Aceitar que os afro-americanos e outras minorias podem precisar de ajuda adicional do Governo — que as suas privações específicas remontam a uma história brutal de discriminação e não a características imutáveis ou escolhas individuais — exigiu empatia e sentimento de companheirismo num grau que muitos eleitores caucasianos dificilmente têm. Historicamente, os programas desenvolvidos para ajudar as minorias — desde o «40 acres e uma mula» até à discriminação positiva — foram recebidos com notória hostilidade. Até mesmo programas universais que beneficiavam de amplo apoio — como o ensino público ou o emprego no sector público — se tornaram estranhamente controversos assim que foram incluídos neles como beneficiários indivíduos de pele negra ou castanha.

Além disso, os períodos de maiores dificuldades económicas deixavam a confiança cívica sob tensão. Quando, na década de 1970, a taxa de crescimento dos EUA começou a abrandar — seguindo-se uma estagnação dos rendimentos e uma diminuição de bons empregos para indivíduos sem formação universitária que fez os pais começarem a temer que os seus filhos não se saíssem pelo menos tão bem como eles —, ocorreu um estreitamento do âmbito das preocupações dos cidadãos. Tornámo-nos mais sensíveis à possibilidade de outra pessoa conseguir uma coisa que nós não conseguiríamos e mais receptivos à noção de que não podíamos confiar na equidade do Governo.

O incitamento a essa narrativa — a narrativa que fomentava não a confiança, mas o despeito — passou a definir o Partido Republicano

moderno. Com vários graus de subtileza e vários graus de sucesso, os candidatos do Partido Republicano adoptaram-na como tema fulcral, quer se tratasse da presidência do país ou da direcção da escola local. Tornou-se o padrão da Fox News e da rádio conservadora, o discurso fundamental de todos os grupos de reflexão e comités de acção política financiados pelos irmãos Koch: o Governo estava a retirar fundos, empregos, lugares no ensino superior e estatuto a pessoas trabalhadoras e merecedoras como *nós* e a dá-los de mão beijada a pessoas como *eles* — aqueles que não partilhavam os nossos valores, que não trabalhavam tão arduamente como nós, o tipo de pessoas cujos problemas resultavam dos seus próprios actos.

A intensidade de tais convicções deixou os democratas na defensiva, tornando os líderes menos arrojados na proposta de novas iniciativas, limitando as fronteiras do debate político. Gerou um cinismo profundo e asfixiante. De facto, tornou-se manifesto no seio dos consultores políticos dos dois partidos que recuperar a confiança no Governo ou em qualquer das nossas instituições mais importantes era uma causa perdida e que a batalha entre democratas e republicanos em cada ciclo eleitoral se resumia agora a perceber se a dilapidada classe média tinha mais probabilidades de acreditar que os abastados e poderosos ou os pobres e as minorias eram os culpados de ela não estar numa situação melhor.

Eu não queria acreditar que isto era tudo o que a nossa política tinha para oferecer. Não me candidatara para atiçar a ira e atribuir culpas. Candidatara-me para recuperar a confiança do povo americano — não apenas no Governo, mas também a confiança mútua. Se confiássemos, a democracia funcionaria. Se confiássemos uns nos outros, o pacto social perduraria e, juntos, conseguiríamos resolver graves problemas, como o congelamento dos salários e a diminuição da segurança na reforma. Mas, com tanto por fazer, por onde podíamos começar?

A crise económica inclinara as recentes eleições a favor dos democratas. Porém, longe de restabelecer qualquer sentimento de desígnio comum ou confiança na capacidade do Governo para agir de forma correcta, a crise deixara as pessoas mais zangadas, mais temerosas, mais convencidas de que o jogo estava viciado. O que Santelli compreendera e o que McConnell e Boehner compreenderam foi como era fácil canalizar essa raiva, como o medo podia ser útil para a sua causa.

As forças que eles representavam podiam até ter perdido a recente batalha nas urnas, mas a guerra mais vasta, esse choque de visões do mundo, de valores e de narrativas, essa guerra, continuariam a tentar vencê-la.

SE TUDO ISTO me parece agora evidente, na época não pareceu. Eu e a minha equipa estávamos demasiado atarefados. A promulgação da Lei de Recuperação e a implementação do nosso plano de habitação eram medidas necessárias para acabar com a crise, mas não eram suficientes, nem de longe. Em particular, o sistema financeiro global continuava de rastos e o homem com quem eu estava a contar para o recuperar não fazia antever um começo promissor.

Os problemas de Tim Geithner tinham começado semanas antes, durante o processo da sua nomeação para secretário do Tesouro. Em termos históricos, a confirmação do Senado das nomeações para os gabinetes era um assunto relativamente linear: os senadores de ambos os partidos partiam do pressuposto de que os presidentes tinham o direito de escolher as próprias equipas — mesmo que considerassem os homens e mulheres escolhidos pelo presidente biltres e tolos. Mas, nos últimos anos, o mandato constitucional do Senado para «aconselhar e autorizar» tornara-se outra arma no interminável ciclo da guerra de trincheiras partidárias. Agora, os

funcionários do Senado do partido adversário esmiuçavam os registos dos nomeados, à procura de qualquer indiscrição na juventude ou alguma citação prejudicial que pudesse então ser anunciada numa audiência ou utilizada para fabricar notícias. As vidas pessoais dos nomeados tornaram-se alvo de intermináveis e intrusivas averiguações públicas. A finalidade do exercício não era necessariamente boicotar a nomeação — no final, a maioria dos nomeados foram confirmados —, mas antes provocar uma distracção e embaraçar a administração em termos políticos. As características indistintas do processo tiveram outra consequência: cada vez mais, candidatos altamente qualificados para ocuparem cargos federais de topo apontavam a provação que era a confirmação — que consequências poderia ter para a sua reputação, como poderia afectar as suas famílias… — como motivo para recusarem um cargo de alta responsabilidade.

O problema de Tim, em particular, estava relacionado com impostos: durante os três anos em que trabalhara no Fundo Monetário Internacional, nem ele nem os seus contabilistas repararam que aquele organismo não fazia a retenção dos impostos referentes aos salários dos seus colaboradores dos EUA. Foi um erro inocente e aparentemente comum e quando, em 2006, uma auditoria identificou o problema, dois anos antes de ele ser sequer considerado para o cargo à frente do Tesouro, Tim corrigiu as suas declarações e pagou o que a auditoria apurou ser a sua dívida. Porém, devido ao clima político — e ao facto de, na qualidade de secretário do Tesouro, Tim ter de supervisionar o fisco —, a reacção ao seu erro foi implacável. Os republicanos sugeriram que ele cometera fraude fiscal intencionalmente. Os comediantes dos programas nocturnos fizeram piadas às suas custas. Tim ficou cada vez mais desanimado e disse a Axe e Rahm que talvez fosse melhor eu nomear outra pessoa, o que me levou a convocá-

lo a altas horas da noite para o encorajar e insistir que ele era o «homem certo».

Apesar de a sua nomeação ser confirmada alguns dias mais tarde, Tim estava ciente de que conseguira a confirmação com uma margem inferior à de qualquer outro nomeado para o Tesouro na História dos Estados Unidos e de que a sua credibilidade no país e no estrangeiro estava manchada. Eu não me preocupava com nada disso: ninguém se lembrava dos votos da confirmação e tinha a certeza de que a credibilidade não tardaria a ser reposta. Todavia, o drama da confirmação relembrou-me que Tim continuava a ser um civil, tecnocrata toda a sua vida, que sempre operara nos bastidores. Precisaria de algum tempo — tal como eu precisara — para se habituar à intensidade dos holofotes.

No dia após a confirmação de Tim, ele e Larry foram à Sala Oval para me porem ao corrente do deprimente estado do sistema financeiro. O crédito continuava congelado. Os mercados estavam numa situação precária. Cinco instituições de peso — «cinco grandes bombas», como Tim lhes chamou — corriam um perigo especial: a Fannie Mae e a Freddie Mac, que se haviam tornado praticamente as únicas fontes de financiamento à habitação e estavam a desbaratar os 200 mil milhões de dólares de dinheiro dos contribuintes que, no ano anterior, o Tesouro injectara; a AIG, gigante dos seguros, que estava em risco por segurar derivativos baseados em hipotecas e necessitara de 150 mil milhões do TARP ao longo dos quatro meses anteriores só para se manter à tona; e dois bancos, o Citigroup e o Bank of America, que, juntos, detinham cerca de 14 por cento dos depósitos bancários dos EUA e tinham assistido a uma queda das acções de 82 por cento nos últimos quatro meses.

Um novo auxílio a qualquer uma destas cinco instituições financeiras poderia redundar na bancarrota, a qual, por seu turno, era passível de

instigar um terramoto financeiro ainda maior do que aquele a que acabáramos de resistir. E, apesar das centenas de milhares de milhões de dólares que o Governo já destinara ao seu resgate, não havia maneira de os restantes 300 mil milhões de dólares que restavam no TARP conseguirem cobrir o actual ritmo de perdas. Uma análise realizada à Reserva Federal previu que, a menos que se verificasse uma rápida estabilização de todo o sistema, os bancos poderiam necessitar de mais 300 a 700 mil milhões de dólares de injecção por parte do Governo — e estes valores não incluíam a AIG, que mais tarde anunciaria uma perda trimestral de 62 mil milhões de dólares.

Ao invés de despejar mais dinheiro dos contribuintes num balde furado, tínhamos de arranjar maneira de tapar os furos. Acima de tudo, era necessário restaurar alguma aparência de confiança no mercado, de maneira a que os investidores que se tinham posto ao fresco, em segurança, retirando do sector financeiro biliões de dólares de capital privado, deixassem de se manter à margem e voltassem a investir. Em relação à Fannie e à Freddie, Tim explicou que tínhamos autoridade para lhes injectar mais fundos sem aprovação do Congresso, em parte porque já tinham sido colocadas sob tutela governamental. Concordámos de imediato com um novo compromisso de 200 mil milhões de dólares. Não foi uma escolha fácil, mas a alternativa era permitir a evaporação de todo o mercado hipotecário dos EUA.

Quanto ao resto do sistema financeiro, as opções eram mais arriscadas. Uns dias mais tarde, noutra reunião na Sala Oval, Tim e Larry delinearam três opções basilares. A primeira, defendida com unhas e dentes por Sheila Bair, presidente da FDIC (agência pública de garantia de depósitos bancários) e sobrevivente da era Bush, envolvia uma repetição da ideia original de Hank Paulson para o TARP, que implicaria a criação pelo

Governo de um único «banco mau» para comprar todos os activos tóxicos privados, fazendo assim uma limpeza a todo o sector bancário. Isto permitiria aos investidores sentir alguma confiança e aos bancos começar a emprestar outra vez.

Sem surpresa, os mercados apreciaram esta abordagem, pois, com efeito, largava futuras perdas no colo dos contribuintes. Porém, o problema da ideia do «banco mau», conforme salientaram Tim e Larry, era que ninguém sabia como atribuir um valor justo a todos os activos tóxicos que actualmente constavam dos activos dos bancos. Se o Governo pagasse demasiado, tudo não passaria de outro resgate gigantesco suportado pelos contribuintes. Se, pelo contrário, o Governo pagasse pouco — e com uma estimativa de um bilião de activos tóxicos, o Governo não poderia pagar senão preços de saldo —, os bancos sofreriam enormes prejuízos imediatos, acabando por ir à falência de qualquer maneira. Na realidade, tinha sido por causa destas complicações que Hank Paulson abandonara a ideia, no início da crise.

Havia uma segunda possibilidade que, à primeira vista, parecia mais limpa: nacionalizar temporariamente essas instituições financeiras de peso que — com base no preço de mercado actual dos respectivos activos e responsabilidades — estavam insolventes e depois forçá-las a uma reestruturação semelhante a um processo de falência, incluindo obrigar os accionistas e os obrigacionistas a fazer cortes nos seus valores mobiliários e, eventualmente, substituir a direcção e os conselhos de administração. Esta opção ia ao encontro do meu desejo de «arrancar o penso» e consertar o sistema de uma vez por todas, ao invés de permitir que os bancos continuassem a deambular como mortos-vivos — tecnicamente ainda existentes, mas sem capital ou credibilidade para operar. Também tinha a vantagem de ir ao encontro daquilo que Tim apelidava de «justiça do

Antigo Testamento» — o compreensível desejo das pessoas de castigar e humilhar aqueles que prevaricaram.

Porém, como é costume, o que parecia ser a solução mais simples não era assim tão simples. Assim que o Governo nacionalizasse um banco, os accionistas de todos os outros bancos quase de certeza se desfariam dos seus valores mobiliários o mais depressa possível, com receio de que a sua instituição fosse a seguinte. O mais certo era que essas corridas desencadeassem a necessidade de nacionalizar um a um os bancos mais frágeis, naquilo que se tornaria uma tomada governamental do sector financeiro americano com efeito de dominó.

Para além de os custos serem avultados, exigiria ao Governo dos EUA a gestão dessas instituições durante o tempo que fosse necessário para as alienar. E enquanto estivéssemos ocupados com milhares de inevitáveis processos judiciais (interpostos não apenas por tipos de Wall Street, mas também por fundos de pensões e pequenos investidores abespinhados com os cortes forçados), o problema seria quem colocar no comando desses bancos, sobretudo considerando que quase toda a gente com a experiência necessária estaria provavelmente manchada por algum envolvimento em empréstimos de alto risco. Quem definiria os seus salários e bónus? O que é que as pessoas comuns pensariam, se os bancos nacionalizados continuassem numa ininterrupta hemorragia monetária? E a quem é que, em última instância, o Governo venderia esses bancos, a não ser a outros bancos que, à partida, teriam sido de igual forma cúmplices na criação daquela trapalhada?

Em parte porque não havia respostas convincentes a estas perguntas, Tim congeminara uma terceira opção. Eis a sua teoria: apesar de ninguém duvidar de que os bancos estavam em mau estado e tinham um elevado volume de maus activos nos seus registos, o pânico no mercado deprimira

de tal modo *todos* os preços de activos, que a situação poderia parecer pior do que efectivamente era. Afinal de contas, a grande maioria das hipotecas não acabaria em incumprimento. Nem todos os títulos baseados em hipotecas estavam desvalorizados e nem todos os bancos estavam enterrados em más decisões. Porém, enquanto o mercado tivesse dificuldade em distinguir a insolvência real da falta de liquidez temporária, a maioria dos investidores simplesmente evitaria tudo o que se relacionasse com o sector financeiro.

A solução proposta por Tim viria a ficar conhecida por «teste de *stress*». A Reserva Federal estabeleceria um valor de referência de quanto cada um dos dezanove bancos significativos precisaria para sobreviver ao pior dos cenários. Então, a Reserva mandaria reguladores esmiuçar os registos dos bancos, avaliando com rigor se estes tinham ou não uma almofada financeira suficiente para enfrentar uma depressão; se não tivessem, os bancos teriam um prazo de seis meses para angariar esse capital junto de entidades privadas. Se não atingissem as metas, o Governo interviria, disponibilizando o capital necessário para perfazer o valor de referência, e a nacionalização apenas passaria a estar em cima da mesa se a injecção do Governo ultrapassasse os 50 por cento. De qualquer das maneiras, os mercados ficariam finalmente com uma noção clara do estado do banco. Os accionistas veriam as suas acções num banco fragilizado, mas apenas numa proporção do montante de capital necessário para o banco ficar numa situação sustentável. Além disso, os contribuintes só seriam lesados em último recurso.

Tim apresentou esta terceira opção mais como uma teoria do que propriamente como um plano pormenorizado e Larry mostrou alguma desconfiança, acreditando que os bancos eram irresgatáveis, que os mercados nunca acreditariam no rigor de uma auditoria gerida pelo

Governo e que o exercício serviria de pouco mais do que adiar o inevitável. Tim reconheceu esses riscos, acrescentando que qualquer teste de *stress* necessitaria de cerca de três meses para ser concluído, período durante o qual a pressão pública para adoptarmos medidas mais decisivas só aumentaria; entretanto, qualquer evento poderia lançar os mercados num pânico ainda mais profundo.

Larry e Tim calaram-se e ficaram à espera da minha reacção. Eu recostei-me na cadeira.

— Mais alguma coisa no cardápio? — indaguei.

— De momento, não, senhor Presidente.

— Nada disso parece muito saboroso.

— Pois não, senhor Presidente.

Assenti com a cabeça, ponderei as probabilidades e, depois de fazer mais algumas perguntas, decidi que a abordagem do teste de *stress* de Tim era a nossa melhor opção. Não por ser excelente, nem sequer por ser boa, mas porque as outras abordagens eram piores. Larry comparou a nossa situação à de um médico que tem de tentar um tratamento menos invasivo antes de optar por uma cirurgia radical. Se o teste de *stress* funcionasse, poderíamos corrigir o sistema mais depressa e com menos dinheiro dos contribuintes. Se não, provavelmente não estaríamos numa situação pior e, pelo menos, teríamos uma ideia mais concreta do que essa cirurgia radical implicava.

Partindo do princípio, é claro, de que, entretanto, o doente não morria.

DUAS SEMANAS MAIS TARDE, no dia 10 de Fevereiro, Tim apresentou-se publicamente pela primeira vez como secretário do Tesouro, discursando num grande salão do edifício do Tesouro chamado Sala do Dinheiro, o qual, durante mais de um século após a Guerra Civil, funcionara como banco, dispensando numerário directamente a partir dos cofres públicos. A ideia

era Tim revelar o plano do teste de *stress* e apresentar outras medidas que iríamos implementar, visando a estabilização dos bancos em dificuldade, o que enviaria um sinal de que, apesar da incerteza dos tempos, estávamos calmos e tínhamos um plano credível.

É evidente que é difícil transmitir confiança se não a sentirmos em pleno. Ainda abalado pelas audiências de confirmação, depois de passar as primeiras semanas no cargo a trabalhar com uma equipa diminuta, e ainda a definir os pormenores do teste de *stress*, naquele dia, Tim enfrentou uma plateia de câmaras de televisão e jornalistas económicos e espalhou-se ao comprido.

De acordo com todas as opiniões, incluindo a do próprio, o discurso foi desastroso. Ele parecia nervoso, utilizou pela primeira vez (e pouco à vontade) um teleponto, e aludiu muito superficialmente ao plano global. A equipa de comunicação da Casa Branca pressionara-o para dar ênfase à nossa intenção de sermos intransigentes com os bancos, ao mesmo tempo que a nossa equipa de economia reforçava a necessidade de tranquilizar os mercados financeiros, asseverando-lhes que não havia motivo para pânico. Entretanto, a sopa de letras de agências independentes responsáveis pela regulação do sistema financeiro não aderira à proposta de Tim, e vários directores de agências, como foi o caso de Sheila Bair, continuaram a querer impor as suas ideias predilectas. O resultado foi um clássico discurso confuso, em que Tim tentou não se comprometer e transmitiu uma mescla de mensagens, que espelharam todas as pressões contraditórias. Além disso, na pressa de o acabar, Tim — que, nesta fase, estava no seu limite — quase não dedicara tempo a treinar o discurso.

Enquanto discursava, a Bolsa de Valores caiu mais de três pontos percentuais. No final do dia, caíra quase cinco por cento, com os valores mobiliários a descer 11 por cento. O discurso de Tim foi notícia em todos os

noticiários, sendo esmiuçado de todas as maneiras. Conforme Larry previra, muitos analistas consideraram que o teste de *stress* não passava de um encobrimento elaborado, uma nova cadeia de resgates. Os comentadores de todo o espectro político estavam agora a questionar-se abertamente se o cargo de Geithner, a minha presidência e todo o sistema financeiro estariam por um fio.

Por muito que Tim se culpabilizasse durante o rescaldo na manhã seguinte, eu entendi o acontecimento como uma falha do sistema e uma falha da minha parte em colocar os meus subordinados numa posição que lhes permitisse ter sucesso. Um dia antes, quando dava uma conferência de imprensa, irreflectidamente e de forma injusta, aludira com demasiado entusiasmo ao discurso de Tim, dizendo aos repórteres que ele iria anunciar «planos inequívocos e específicos» e estava preparado para ter «o seu momento de glória».

As lições que aprendemos foram duras, mas úteis. Nos meses que se seguiram, eu conduziria a nossa equipa visando a execução de um processo mais exigente, com melhor comunicação entre as partes relevantes da administração, de forma a prevenir problemas e resolver controvérsias antes de apresentarmos os planos ao público. Assim, dávamos às nossas ideias tempo e espaço suficientes para germinarem independentemente das pressões externas; conseguíamos prestar a devida atenção aos intervenientes dos grandes projectos e dedicar-nos aos pormenores não só da essência, mas também da encenação.

E outra coisa: certifiquei-me de que não voltaria a dar com a língua nos dentes de maneira a criar expectativas que, dadas as circunstâncias, poderiam não ser concretizadas.

Mas o mal já estava feito. A primeira impressão do mundo em relação à minha abnegada equipa de economia de estrelas era de um grupo que não se

entendia. Os republicanos cantaram de galo. Rahm recebeu telefonemas de democratas agitados. A única coisa positiva que consegui retirar do fiasco foi a reacção de Tim. Ele poderia ter ficado desanimado, mas não. Pelo contrário, assumiu o ar resignado de alguém que aceitaria o seu castigo pelo fraco desempenho no discurso, mas, em simultâneo, mostrou-se convicto de que, nas coisas mais importantes, tinha razão. Apreciei isso nele. Continuava a ser o homem certo. Agora, a melhor coisa a fazer era prepararmo-nos, pôr as ideias em prática e esperar que o nosso maldito plano surtisse efeito.

«EX.MA SR.A PRESIDENTE… o Presidente dos Estados Unidos!»

Por motivos que continuo sem compreender bem, o primeiro discurso de um presidente recém-eleito perante uma sessão conjunta do Congresso não é, em termos técnicos, considerado um discurso sobre o estado da União. Porém, para todos os efeitos, é precisamente isso, o primeiro daqueles rituais anuais em que um presidente tem a oportunidade de se dirigir directamente a dezenas de milhões de concidadãos americanos.

O meu primeiro discurso estava agendado para 24 de Fevereiro, o que queria dizer que, mesmo enquanto estávamos a debater-nos para traçar o nosso plano de resgate económico, tive de aproveitar todos os minutos para analisar os rascunhos que Favs redigia. Não foi tarefa fácil para nenhum de nós. Os outros discursos poderiam incluir tópicos genéricos ou focar-se estritamente num único tema; no SOTU[4], como os colaboradores da Ala Ocidental gostavam de lhe chamar, esperava-se que o presidente delineasse as prioridades das políticas interna e externa para o ano seguinte. Ora, por muito que embelezássemos os nossos planos e propostas com piadas e frases apelativas, as explicações pormenorizadas sobre a expansão do Medicare ou o reembolso de créditos fiscais raramente tocavam corações.

Como fui senador, conhecia bem as astúcias das aclamações durante o SOTU: o espectáculo ritualizado em que os membros do partido do presidente se levantavam de um pulo e ovacionavam o timoneiro praticamente a cada parágrafo, enquanto o partido da oposição se recusava a aplaudir até mesmo a história mais enternecedora, com receio de que as câmaras os apanhassem a associar-se ao inimigo (a única excepção a esta regra eram as alusões às nossas tropas no estrangeiro). Devido a esta absurda encenação, além de realçarem as divisões do país quando o que era preciso era união, as constantes interrupções faziam com que um discurso já de si longo demorasse mais quinze minutos. Eu pensara começar o discurso com um pedido para que todos os presentes não aplaudissem, mas, como seria de esperar, Gibbs e a equipa de comunicação vetaram a ideia, insistindo que uma Câmara em silêncio não ficaria bem nos ecrãs de televisão.

Mas se o processo que antecedeu o SOTU nos deixara devastados e desinspirados — se, em muitas ocasiões, eu dissera a Favs que, após um discurso da noite da eleição, um discurso de tomada de posse e quase dois anos de intervenções ininterruptas, eu não tinha rigorosamente nada de novo para dizer e faria um favor ao país ao imitar Thomas Jefferson e me limitar a deixar ficar as minhas observações escritas no Congresso para as pessoas lerem quando lhes aprouvesse —, tudo isso se esfumou assim que, na soleira da ornamentada Câmara dos Representantes, ouvi o moderador anunciar a minha entrada.

«Ex.ma Sr.ª Presidente…» Talvez mais do que quaisquer outras, aquelas palavras e a cena que se seguiu fizeram-me tomar consciência da importância do cargo que ocupava. Ouviu-se um tonitruante aplauso quando entrei na Câmara; o percurso lento pelo corredor central por entre mãos estendidas; os membros do meu Governo perfilados na primeira e na

segunda filas; os chefes de Estado-Maior com os seus uniformes imaculados e os magistrados do Supremo Tribunal nas suas togas negras, como membros de uma guilda ancestral; as saudações da presidente Pelosi e do vice-presidente Biden, ao meu lado; e a minha mulher, radiante na galeria superior com o seu vestido de manga cava (foi nessa ocasião que começou o culto dos braços de Michelle), a acenar e a soprar um beijo enquanto a presidente batia o martelo e os trabalhos começavam.

Apesar de ter aludido aos meus planos para acabar com a guerra no Iraque, aumentar os esforços dos EUA no Afeganistão e levar a cabo a luta contra as organizações terroristas, o grosso do meu discurso versou sobre a crise económica. Descrevi a Lei de Recuperação, o nosso plano para a habitação, a fundamentação para o teste de *stress*. Contudo, havia também um aspecto fundamental que queria salientar: urgia continuar a ambicionar mais. Eu não queria apenas resolver as emergências que estavam na ordem do dia; achava que tínhamos de almejar uma mudança duradoura. Assim que recuperássemos o crescimento económico, não podíamos ficar satisfeitos em simplesmente voltar ao normal. Nessa noite, deixei claro que tencionava avançar com reformas estruturais — na educação, na energia e nas políticas climáticas, na saúde e na regulamentação financeira — que estabeleceriam as fundações para uma prosperidade ampla e duradoura na América.

Longe iam os tempos em que eu ficava nervoso perante uma grande assistência e, considerando o caminho que ainda nos faltava percorrer, o discurso correu tão bem como seria de esperar. Segundo Axe e Gibbs, as críticas foram positivas e os comentadores consideraram-me «presidenciável». Porém, ao que parecia, tinham ficado surpreendidos com o arrojo da minha agenda, com a minha vontade de avançar com reformas além das orientadas para enfrentar o problema fulcral de salvar a economia.

Era como se ninguém tivesse prestado atenção às promessas eleitorais que fizera — ou como se partissem do princípio de que eu não falara a sério. A reacção ao meu discurso deu-me uma antevisão temporã daquela que viria a ser uma crítica comum durante os meus primeiros dois anos no cargo: estava a tentar fazer demasiado, e aspirar a algo mais do que regressar ao *status quo* pré-crise, tratar a mudança como mais do que um *slogan*, era, na melhor das hipóteses, ingénuo e irresponsável e, na pior, uma ameaça para a América.

POR MUITO DESGASTANTE que fosse a crise económica, a minha administração inexperiente não se podia dar ao luxo de pôr tudo o resto em lista de espera, pois o aparelho de Estado do Governo federal atravessava todo o globo, numa agitação contínua, indiferente às caixas de correio electrónico atulhadas e aos ciclos do sono humano. Muitas das suas funções (emitir cheques da Segurança Social, manter os satélites meteorológicos no ar, processar empréstimos para a agricultura, emitir passaportes) não necessitavam de instruções específicas da Casa Branca, operando muito à semelhança da forma como o corpo humano respira ou transpira, fora do controlo consciente do cérebro. Porém, mesmo assim, havia inúmeros organismos e instituições cheios de gente que precisavam da nossa atenção diária, pessoas que procuravam orientações políticas ou ajuda com recursos humanos, que buscavam aconselhamento porque uma avaria interna ou um evento exterior haviam deixado o sistema em circuito fechado. Depois da nossa primeira reunião semanal na Sala Oval, perguntei a Bob Gates, que servira os sete presidentes anteriores, se teria algum conselho para a gestão do executivo. Ele brindou-me com um dos seus sorrisos sardónicos e enrugados.

— Só há certeza de uma coisa, senhor Presidente — disse. — Em

qualquer momento, de qualquer dia, alguém, algures, está a meter água.

Dedicámo-nos a tentar minimizar a água que as pessoas metiam.

Além das minhas reuniões regulares com os secretários do Tesouro, de Estado e da Defesa, e dos *briefings* diários das equipas de segurança nacional e economia, fiz questão de me sentar com todos os membros do executivo para rever planos estratégicos para os respectivos departamentos, pressionando-os para identificarem obstáculos e estabelecerem prioridades. Visitei as suas agências, muitas vezes aproveitando a ocasião para anunciar uma nova política ou prática governamental, e dirigi-me a grandes audiências de colaboradores efectivos do Governo, agradecendo-lhes os serviços prestados e relembrando-lhes a importância das suas missões.

Seguiu-se uma interminável sucessão de reuniões com vários grupos de círculos eleitorais — a Business Roundtable, a AFL-CIO, a U.S. Conference of Mayors, organismos de serviços para veteranos — para dar resposta às suas preocupações e solicitar o seu apoio. Havia operações de grande dimensão que ocupavam muito tempo (como a apresentação da nossa primeira proposta de orçamento federal) e eventos públicos inovadores concebidos para aumentar a transparência do Governo (como a nossa primeira assembleia municipal com transmissão em directo). Todas as semanas, fazia um comunicado em vídeo. Concedia entrevistas a repórteres da imprensa escrita e apresentadores de televisão, nacionais e regionais. Fiz comentários no evento National Prayer Breakfast e organizei uma festa da Super Bowl para membros do Congresso. Na primeira semana de Março, também tinha organizado duas cimeiras com líderes estrangeiros — uma em Washington com o primeiro-ministro britânico Gordon Brown e outra em Otava com o primeiro-ministro do Canadá Stephen Harper —, cada uma delas envolvendo os seus próprios objectivos de políticas e protocolos diplomáticos.

Em cada evento, reunião e apresentação de políticas, uma centena ou mais de pessoas trabalhavam freneticamente nos bastidores. Todos os documentos publicados eram sujeitos a verificação dos factos, todas as pessoas que compareciam numa reunião eram investigadas, todos os eventos eram planeados ao mais ínfimo pormenor e todas as políticas anunciadas eram cuidadosamente analisadas de maneira a garantir a sua exequibilidade, a sua rentabilidade e a minimização do risco potencial de consequências imprevistas.

Este tipo de diligência focada alargou-se à Ala Oriental, onde a primeira-dama tinha uma pequena fileira de gabinetes e a sua própria agenda agitada. Desde que chegámos à Casa Branca, Michelle lançou-se de cabeça no seu novo cargo, cuidando em simultâneo da nossa família. Graças a ela, Malia e Sasha pareciam estar a encarar com normalidade a mudança para a nossa estranha vida nova. Jogavam à bola no longo corredor que cruzava a residência de uma ponta à outra e faziam bolachas com os chefes de cozinha da Casa Branca. Os seus fins-de-semana eram preenchidos com encontros para brincadeiras e festas de aniversário dos novos amigos, basquetebol recreativo, ligas de futebol, aulas de ténis para Malia, lições de dança e *taekwondo* para Sasha (tal como com a mãe, era bom que ninguém se metesse com Sasha). Em público, Michelle resplandecia de elegância, com as suas escolhas de moda a atrair comentários favoráveis. Quando ficou incumbida de organizar o Baile de Governadores anual, Michelle abalou a tradição ao contratar os Earth, Wind & Fire para animar as hostes, com o seu chinfrim ao estilo *funk R&B* a produzir passos na pista de dança que nunca pensei ver em titulares de cargos públicos de meia-idade de facções opostas.

«Arranjar-se. Cuidar da família. Ser elegante. Apoiar o marido.» Durante a maior parte da História da América, o papel da primeira-dama pautara-se

por estes princípios e Michelle cumpria-os a todos. Porém, aquilo que escondeu do mundo exterior foi a maneira como, de início, o seu novo papel a desgastou, como a incerteza a angustiava.

Nem todas as frustrações eram novidade. Desde que estávamos juntos, já vira a minha mulher debater-se como tantas outras mulheres, tentando conciliar a sua identidade como profissional independente e ambiciosa com o desejo de ser mãe das nossas filhas e conceder-lhes o mesmo nível de desvelo e atenção que Marian lhe dedicara. Eu sempre tentara incentivar Michelle na sua carreira, nunca partindo do pressuposto de que as tarefas domésticas eram um exclusivo seu; e tivéramos a sorte de os nossos rendimentos conjuntos e uma sólida rede de familiares próximos e amigos nos terem dado vantagens que muitas famílias não tinham. Não obstante, isso não era o suficiente para isolar Michelle das descontroladamente irrealistas e muitas vezes contraditórias pressões sociais que as mulheres com filhos absorviam dos meios de comunicação social, das outras mulheres, das entidades patronais e, claro está, do homem das suas vidas.

A minha carreira política, com prolongadas ausências, tinha tornado a tarefa ainda mais difícil. Mais do que uma vez, Michelle decidira não se dedicar a uma oportunidade que a entusiasmara, mas que lhe exigiria demasiado tempo longe das meninas. Mesmo no seu último emprego, no Centro Médico da Universidade de Chicago, com um patrão que a apoiava e a possibilidade de ter o seu próprio horário, nunca conseguiu deixar de ter a sensação de que estava a prejudicar as filhas, o emprego, ou as duas coisas. Em Chicago, pelo menos conseguira evitar o escrutínio público e gerir as adversidades do quotidiano ao seu ritmo. Agora, tudo isso mudara. Com a minha eleição, ela fora obrigada a desistir de um emprego que teria um verdadeiro impacto para ocupar um cargo que — pelo menos na sua concepção original — era demasiado modesto para as suas capacidades.

Entretanto, cuidar das nossas filhas acarretava um novo acervo de complicações. Por exemplo, ter de explicar aos pais de um colega porque é que os agentes dos Serviços Secretos teriam de vigiar a sua casa antes de Sasha ir para lá brincar ou colaborar com a equipa no sentido de pressionar um tablóide a não publicar uma fotografia de Malia a confraternizar com os amigos no centro comercial.

Além de tudo isto, de súbito, Michelle deu por si recrutada como símbolo da guerra de géneros que se travava na América. Cada escolha que fazia, cada palavra que dizia era febrilmente interpretada e julgada. Quando, descontraidamente, se referiu a si mesma como «mãe no comando», alguns comentadores mostraram-se desiludidos por ela não estar a utilizar a sua posição vantajosa para derrubar estereótipos relacionados com o lugar adequado da mulher. Ao mesmo tempo, os esforços que envidava para ultrapassar os limites daquilo que uma primeira-dama deveria ou não fazer acarretavam os seus próprios perigos: Michelle ainda sofria com a maldade de alguns ataques de que fora alvo durante a campanha, e bastava olhar para a experiência de Hillary Clinton para se perceber a rapidez com que as pessoas se podiam virar contra uma primeira-dama que se dedicasse a algo minimamente político.

Foi por isso que, nesses primeiros meses, Michelle não se apressou a decidir como iria utilizar o seu novo cargo, tentando perceber onde e como poderia exercer influência enquanto definia com cuidado e de forma estratégica o tom do seu trabalho de primeira-dama. Consultou Hillary Clinton e Laura Bush. Recrutou uma equipa sólida, constituída por profissionais experientes em cujo bom senso confiava. Por fim, decidiu dedicar-se a duas causas que, para ela, tinham significado em termos pessoais: o alarmante aumento dos índices de obesidade infantil na América e a vergonhosa falta de apoio às famílias de militares americanos.

Não me passou despercebido o facto de ambas as questões estarem relacionadas com frustrações e ansiedades que a própria Michelle por vezes sentia. Tomara conhecimento da epidemia de obesidade alguns anos antes, quando o nosso pediatra, ao reparar que o índice de massa corporal de Malia aumentara um tanto, identificara como causa o excesso de alimentos processados «para crianças». As notícias tinham confirmado as preocupações de Michelle, de que as nossas vidas atormentadas e sobrecarregadas poderiam estar a ter um impacto negativo nas meninas. Do mesmo modo, o seu interesse nas famílias de militares havia sido desencadeado por emotivas mesas-redondas em que participara durante a campanha com as esposas de militares mobilizados. Consoante descreviam uma sensação de solidão e orgulho, conforme admitiam um ressentimento ocasional por terem sido passadas para segundo plano no cenário mais vasto da defesa da nação, quando expressavam relutância em pedir ajuda por receio de parecerem egoístas, Michelle identificara-se com as queixas.

Precisamente por causa destas ligações pessoais, tive a certeza de que ela teria um impacto substancial nos dois tópicos. Michelle era alguém que se entregava às causas com o coração e não com o cérebro, com a experiência e não com abstracções. Eu também sabia o seguinte: a minha mulher não gostava de falhar. Qualquer que fosse a ambivalência que sentisse em relação ao seu novo cargo, estaria determinada a levá-lo a bom porto.

Enquanto família, a nossa adaptação era feita semana a semana, cada um de nós a encontrar maneiras de se ajustar, lidar com as novas circunstâncias e desfrutar delas. Sempre que sentia ansiedade, Michelle procurava os conselhos da sua fleumática mãe, aconchegando-se as duas no sofá do solário do terceiro piso da Casa Branca. Malia dedicou-se às tarefas do quinto ano e pressionou-nos para cumprirmos a promessa de termos um cão. Sasha, então com apenas sete anos, continuava a adormecer agarrada

ao cobertor de veludo puído que tinha desde bebé, e crescia agora tão depressa, que quase se percebia a diferença de um dia para o outro.

A nossa nova solução de habitação trouxe uma surpresa bastante agradável: agora que, por assim dizer, morava por cima da loja, estava quase sempre em casa. Na maioria dos dias, o trabalho é que vinha ter comigo, e não o contrário. A menos que andasse em viagem, fazia questão de estar à mesa de jantar pelas 18h30 todas as noites, ainda que isso significasse que teria de voltar a descer as escadas até à Sala Oval.

Que felicidade era ouvir Malia e Sasha falar sobre os seus dias, narrando um mundo de dramas de amizades, professores excêntricos, rapazes parvos, anedotas patetas, revelações precoces e perguntas sem fim! Quando terminávamos a refeição e elas iam fazer os trabalhos de casa e preparar-se para a cama, eu e Michelle ficávamos sentados algum tempo a pôr a conversa em dia, menos sobre política e mais sobre velhos amigos, filmes que queríamos ver e, mais do que tudo, o maravilhoso processo de vermos as nossas filhas a crescer. Depois, líamos histórias para elas adormecerem, abraçávamo-las com força e aconchegávamo-las — Malia e Sasha com os seus pijamas de algodão a cheirar a calor e vida. Durante aquela hora e meia todas as noites, sentia-me completo — a mente limpa e o coração refeito dos danos causados por um dia a pensar no mundo e nos seus delicados problemas.

As filhas e a minha sogra foram os nossos pilares nesses meses iniciais, mas contámos ainda com Sam Kass, o jovem que contratáramos em Chicago a tempo parcial para cozinhar, quando a campanha ficou mais atarefada e as nossas preocupações com os hábitos alimentares das crianças atingiram o pico, e que nos acompanhou, juntando-se à equipa da Casa Branca, não apenas na qualidade de chefe, mas também como contacto privilegiado de Michelle para assuntos relacionados com a obesidade

infantil. Filho de um professor de Matemática da escola anterior das meninas e ex-jogador de basquetebol universitário, Sam tinha um charme descontraído e boa aparência, realçada pela cabeça rapada. Era também um verdadeiro especialista em política alimentar, versado em tudo, dos efeitos da monocultura sobre as mudanças climáticas à relação entre os hábitos alimentares e as doenças crónicas. O trabalho de Sam com Michelle revelar-se-ia precioso. Por exemplo, foi depois de uma troca de reflexões com ele que Michelle teve a ideia de fazer uma horta no relvado virado a sul. Mas o que resultou desse relacionamento foi uma espécie de tio divertido e carinhoso para as meninas, um irmão mais novo predilecto para mim e para Michelle e — juntamente com Reggie Love — alguém com quem eu podia fazer uns lançamentos de basquete ou jogar bilhar sempre que precisava de desanuviar um pouco.

Beneficiámos de um apoio semelhante do nosso treinador de há muito, Cornell McClellan, antigo assistente social e especialista em artes marciais que tinha um ginásio em Chicago. Apesar da sua corpulência, Cornell era bondoso e bem-humorado quando não estava a torturar-nos com agachamentos, levantamentos de pesos, *burpees* e *lunge walks*, e decidira ser sua obrigação repartir o tempo entre Washington e Chicago para se certificar da boa forma física da família presidencial.

Todas as manhãs, de segunda a quinta-feira, eu e Michelle começávamos os dias com Cornell e Sam, os quatro no pequeno ginásio no terceiro piso da residência, a televisão instalada na parede sintonizada no *Sports Center* da ESPN. Não havia como refutar que Michelle era a aluna dilecta de Cornell, executando os seus exercícios com uma concentração segura, enquanto eu e Sam éramos decididamente mais lentos e com tendência para fazer pausas mais demoradas entre exercícios, distraindo Cornell com acesos debates — Jordan contra Kobe, Hanks contra Denzel — sempre que

o regime se tornava demasiado intenso para o nosso gosto. Para mim e para Michelle, aquela hora diária no ginásio tornou-se mais um ambiente de normalidade, partilhado com amigos que continuavam a tratar-nos pelos nomes próprios e nos amavam como se fôssemos família, e que nos recordavam o mundo que conhecêramos — e a versão de nós mesmos que, esperávamos, nunca desaparecesse por completo.

HAVIA UM OUTRO alívio para *stress* sobre o qual não gostava de falar e que foi uma fonte de tensão crónica ao longo do nosso casamento: eu continuava a fumar cinco (ou seis, ou sete) cigarros por dia.

Era o único vício que me acompanhara dos tempos de rebeldia da juventude. Por insistência de Michelle, deixara o hábito por diversas ocasiões ao longo dos anos e nunca tinha fumado dentro de casa ou junto das meninas. Quando fui eleito para o Senado dos EUA, deixei de fumar em público. Porém, uma parte obstinada de mim resistia à tirania da razão e a tensão da vida em campanha — as intermináveis viagens de automóvel, a solidão dos quartos de motel — conspirava para eu continuar a deitar a mão ao maço que guardava numa mala ou numa gaveta. Depois das eleições, dissera a mim mesmo que era uma oportunidade tão boa como qualquer outra para deixar de fumar — por definição, eu estava em público sempre que me encontrava fora da residência na Casa Branca. Só que as coisas tornaram-se tão agitadas nessa altura que dei por mim a adiar o meu dia do Juízo Final, a vaguear até à piscina por detrás da Sala Oval depois do almoço ou até ao terraço do terceiro piso depois de Michelle e as meninas se irem deitar, puxando uma forte baforada e ficando a ver o fumo a subir em espirais até às estrelas, dizendo para os meus botões que deixaria de fumar de vez assim que as coisas acalmassem.

Só que as coisas não acalmaram. Tanto que, em Março, o meu consumo

diário de cigarros aumentara para oito (ou nove, ou dez).

Nesse mês, previa-se que mais 663 000 americanos perdessem o emprego, com a taxa de desemprego a disparar para 8,5 por cento. As execuções hipotecárias não davam sinais de diminuir e o crédito continuava congelado. A Bolsa de Valores atingiu aquele que seria o ponto mais baixo da recessão, 57 por cento abaixo do pico, com as acções do Citigroup e do Bank of America a aproximar-se do estado *penny stock*. Entretanto, a AIG era como um poço sem fundo: a sua única função aparente consistia em absorver o máximo possível de fundos do TARP.

Tudo isto teria sido mais do que suficiente para aumentar a minha tensão arterial. O que piorou as coisas foi a atitude ignorante dos executivos de Wall Street, os mesmos que estávamos a tentar salvar. Por exemplo, precisamente antes de eu assumir o cargo, os líderes da maior parte dos principais bancos tinham autorizado mais de mil milhões de dólares em bónus anuais para si próprios e para os seus adjuntos, apesar de já terem recebido fundos do programa TARP para sustentarem os preços das acções. Pouco tempo depois, os executivos do Citigroup, vá-se lá saber como, decidiram que era boa ideia encomendar outro jacto para a empresa (como o facto chegou ao nosso conhecimento, um elemento da equipa de Tim conseguiu telefonar ao CEO da empresa e forçá-lo a cancelar a encomenda).

Entrementes, os executivos dos bancos indignavam-se — alguns em privado, mas muitas vezes na imprensa — com qualquer sugestão de que teriam, de algum modo, metido água, ou que deveriam ser sujeitos a qualquer entrave no que dizia respeito à gestão dos seus negócios. Este descaramento sentia-se mais nos dois operadores mais proficientes de Wall Street — Lloyd Blankfein da Goldman Sachs e Jamie Dimon da JPMorgan Chase —, insistindo ambos que as suas instituições tinham evitado as más

decisões de gestão que haviam desgraçado os bancos e que nenhum deles precisava ou desejava apoio governamental. Tais alegações eram verdade apenas se ignorássemos o facto de a solvência das duas organizações depender totalmente da capacidade do Tesouro e da Reserva Federal para manter o resto do sistema financeiro à tona, bem como o facto de, em particular, a Goldman ter sido um dos maiores traficantes de derivativos *subprime* — tendo-os despejado em clientes menos sofisticados precisamente antes do colapso.

Aquela falta de noção deixou-me fora de mim. Não se tratava apenas de a atitude de Wall Street relativamente à crise confirmar todos os estereótipos de bilionários desfasados da vida das pessoas comuns: cada alegação desafinada ou acção egoísta também dificultava bastante a nossa tarefa de salvar a economia.

Algum eleitorado democrata começava já a perguntar porque não éramos mais rigorosos com os bancos, porque é que o Governo não assumia simplesmente o comando e alienava os seus activos, por exemplo, ou porque é que nenhum dos indivíduos que tinham provocado tamanhos prejuízos estava preso. No Congresso, os republicanos, sem qualquer sentido de responsabilidade pela barafunda que tinham ajudado a criar, juntavam-se de bom grado ao interrogatório. Prestando o seu testemunho perante várias comissões do Congresso, Tim (que era agora comummente apelidado «ex-banqueiro da Goldman Sachs», apesar de nunca ter trabalhado na Goldman e ter passado quase toda a sua carreira na função pública) explicava a necessidade de aguardar os resultados do teste de *stress*. Mais tarde, Eric Holder, meu procurador-geral, salientaria que, por muito flagrante que tivesse sido o comportamento dos bancos que conduzira à crise, não havia indicações de os seus executivos terem cometido delitos passíveis de acção judicial ao abrigo dos estatutos em

vigor — e a nossa tarefa não era acusar pessoas de crimes só para granjear manchetes positivas.

Porém, para o público irado, tais respostas — por muito racionais que fossem — não eram satisfatórias. Receosos de estarmos a perder preponderância política, Axe e Gibbs incitaram-nos a sermos mais contundentes na recriminação de Wall Street. Por seu turno, Tim alertou para o facto de essas atitudes populistas serem contraproducentes, atemorizando os investidores de que necessitávamos para recapitalizar os bancos. Tentando encontrar o equilíbrio entre o desejo de justiça popular e a necessidade de confiança dos mercados financeiros, acabámos por não satisfazer nenhum deles.

— É como se estivéssemos a lidar com uma situação de reféns — disse-me Gibbs, certa manhã. — Sabemos que os bancos têm explosivos amarrados ao peito, mas, aos olhos do público, dá a sensação de que estamos a deixá-los escapar impunes depois de um assalto.

Com a tensão a aumentar na Casa Branca e eu a querer garantir que toda gente estava sintonizada, num domingo de meados de Março reuni a minha equipa de economia para uma maratona na Sala Roosevelt. Nesse dia, durante várias horas, pressionámos Tim e os seus adjuntos para nos transmitirem a sua avaliação do teste de *stress* em curso — se resultaria e, caso não resultasse, se Tim tinha um plano B. Larry e Christy alegaram que, olhando aos prejuízos crescentes do Citigroup e do Bank of America, chegara a hora de pensarmos numa nacionalização antecipada — o tipo de estratégia que a Suécia seguira em última instância quando atravessara a sua própria crise financeira nos anos de 1990. Segundo eles, esta estratégia contrastava com a estratégia «indulgente», que deixara o Japão a braços com uma década perdida de estagnação económica. Em resposta, Tim salientou que a Suécia — com um sector financeiro muito menor e numa

fase em que havia estabilidade no resto do mundo — nacionalizara apenas dois dos seus maiores bancos como último recurso, dando em simultâneo garantias efectivas aos restantes quatro. Segundo ele, se enveredássemos por uma estratégia semelhante, poderíamos fazer com que o já frágil sistema financeiro global se desemaranhasse, além de incorrermos num custo mínimo de 200 a 400 mil milhões de dólares («As probabilidades de conseguirmos mais um cêntimo que seja de fundos do TARP neste Congresso situam-se entre zero e zero!», gritara Rahm, praticamente levantando-se de um pulo). Alguns elementos da equipa sugeriram que, no mínimo, adoptássemos uma postura mais agressiva em relação ao Citigroup e ao Bank of America — expulsando os respectivos CEO e conselhos de administração actuais, por exemplo, antes de lhes concedermos mais fundos do TARP. Porém, Tim disse que tais medidas seriam apenas simbólicas e, além disso, deixar-nos-iam a braços com a responsabilidade de encontrar substitutos imediatos com capacidade de navegar pelos meandros de instituições que não conheciam, em plena crise.

Foi um exercício extenuante e, quando a sessão começou a prolongar-se noite dentro, anunciei à equipa que iria à residência jantar e cortar o cabelo e que, quando regressasse, esperava que tivessem chegado a um consenso. Em abono da verdade, eu já conseguira o que pretendia da reunião: a confirmação de que, não obstante as dúvidas legítimas que Larry e os outros tinham levantado sobre o teste de *stress*, continuava a ser a nossa melhor saída, dadas as circunstâncias (ou, nas palavras de Tim: «Um plano é melhor do que nenhum plano»).

Igualmente importante, fiquei com a certeza de que agíramos de forma apropriada: que a nossa equipa contemplara o problema de todos os ângulos possíveis; que nenhuma solução potencial fora descartada precipitadamente; e que todos os implicados — dos colaboradores mais graduados aos mais

inexperientes presentes na sala — tiveram a oportunidade de dar o seu contributo (por estas mesmas razões, mais tarde convidaria dois grupos de economistas externos — um simpatizante da esquerda, e o outro conservador — que haviam questionado publicamente a maneira como estávamos a enfrentar a crise para se encontrarem comigo na Sala Oval, só para ver se tinham alguma ideia que ainda não tivéssemos contemplado. Não tinham).

A minha ênfase no processo resultou da necessidade. Em relação à presidência, estava a aprender rapidamente que não havia uma solução perfeita e 100 por cento correcta para qualquer problema que me vinha parar à secretária, fosse ele interno ou externo. Se houvesse, outra pessoa mais abaixo na cadeia de comando já o teria resolvido. Pelo contrário, eu estava a lidar constantemente com probabilidades: decidir não agir tinha uma probabilidade de 70 por cento de acabar em catástrofe; optar por uma abordagem em detrimento de outra tinha 55 por cento de probabilidade de *poder* resolver o problema (com uma probabilidade de zero por cento de resultar exactamente conforme o previsto); a probabilidade de qualquer que fosse a nossa opção não resultar de todo era de 30 por cento e a probabilidade de agravar o problema era de 15 por cento.

Nestas circunstâncias, correr atrás da solução perfeita redundaria em paralisia. Por outro lado, «seguir o instinto» significava muitas vezes permitir que noções preconcebidas ou o caminho da menor resistência política orientassem uma decisão — utilizando factos escolhidos a dedo para a justificar. Mas compreendi que com um processo consistente — um processo que me permitisse esvaziar o ego e efectivamente ouvir, seguindo os factos e a lógica da melhor maneira possível e considerá-los de acordo com as minhas metas e os meus princípios — poderia tomar decisões difíceis e, ainda assim, não perder o sono, ciente de que, pelo menos,

nenhuma outra pessoa na minha posição, com acesso à mesma informação, teria tomado uma decisão melhor. Um processo consistente também significava que conseguiria permitir a cada elemento da equipa sentir-se integrado na decisão — o que levaria a uma melhor execução e a menos contenciosos relacionados com decisões da Casa Branca mediante fugas para *The New York Times* ou o *Washington Post*.

Nessa noite, quando regressei do corte de cabelo e do jantar, fiquei com a sensação de que as coisas se haviam processado tal como esperara. Larry e Christy concordaram que tinha sentido esperar para ver como corria o teste de *stress* antes de adoptarmos medidas mais drásticas. Tim aceitou algumas sugestões úteis sobre como se preparar da melhor maneira para possíveis maus resultados. Axe e Gibbs contribuíram com ideias para a melhoria da nossa estratégia de comunicação. Na globalidade, sentia-me bastante satisfeito com os trabalhos do dia.

Até que alguém referiu os bónus da AIG.

Aparentemente, a AIG — que já absorvera mais de 170 mil milhões de dólares de fundos do TARP e ainda precisava de mais — estava a pagar aos seus colaboradores os 165 milhões de dólares em bónus a que se encontrava contratualmente obrigada. Pior ainda, uma grande parcela desses bónus iria para a divisão com responsabilidade directa por deixar o gigante dos seguros selvaticamente sobreexposto na questão dos *subprime*. Edward Liddy, CEO da AIG (que não tinha culpas no cartório e só há pouco tempo concordara em assumir as rédeas da empresa como serviço público e estabelecera um salário para si mesmo de apenas um dólar por ano), reconheceu que os bónus eram indecentes. Mas, de acordo com Tim, Liddy fora informado pelos seus advogados de que qualquer tentativa de reter os pagamentos acabaria provavelmente em acções judiciais por parte dos colaboradores da AIG e em indemnizações que poderiam ascender a três

vezes o montante original. Para piorar as coisas, pelos vistos não tínhamos autoridade para impedir os pagamentos dos bónus — em parte porque a administração Bush criara um lóbi no Congresso contra a inclusão de disposições de «restituição» na legislação original do TARP, receando que desencorajassem a participação de instituições financeiras.

Passei os olhos pelos presentes.

— Isto é alguma piada? Devem estar a brincar comigo.

Ninguém se riu. Axe começou a defender que tínhamos de tentar travar os pagamentos, mesmo que os nossos esforços fossem infrutíferos. Tim e Larry começaram a refutar, reconhecendo que a situação era terrível, mas afirmando que se o Governo forçasse uma violação dos contratos entre partes privadas estaria a prejudicar irremediavelmente o nosso sistema baseado no mercado. Gibbs interveio para sugerir que a moral e o senso comum superavam a lei contratual. Ao fim de alguns minutos, interrompi o esgrimir de argumentos. Dei ordens para Tim continuar a tentar encontrar maneiras de podermos impedir a AIG de distribuir os bónus (sabendo muito bem que o mais certo era ele me aparecer de mãos a abanar). Depois, disse a Axe para preparar uma declaração a reprovar os bónus para eu ler no dia seguinte (sabendo muito bem que não havia nada que pudesse dizer para minorar os estragos).

Em seguida, disse com os meus botões que ainda era fim-de-semana e precisava de um *martini*. Essa foi outra lição que aprendi com a presidência: por vezes, não importava a qualidade do nosso processamento. Por vezes, estávamos mesmo feitos ao bife e o melhor a fazer era beber um copo — e acender um cigarro.

A NOTÍCIA DOS BÓNUS da AIG desencadeou reacções de fúria mal contida durante vários meses, numa agitação descontrolada. Os editoriais dos

jornais foram mordazes. A Câmara apressou-se a aprovar uma lei a tributar bónus de Wall Street em 90 por cento no caso de indivíduos com salários superiores a 250 000 dólares, mas esta morreu no Senado. Na sala de imprensa da Casa Branca, parecia que não havia outro assunto para questionar Gibbs. O Code Pink, um excêntrico grupo pacifista cujos elementos (na sua maioria mulheres) envergavam *T-shirts* cor-de-rosa, bonés cor-de-rosa e, de vez em quando, umas plumas cor-de-rosa, realizou protestos à porta de vários edifícios governamentais e apareceu em audiências onde Tim participava, a brandir cartazes com *slogans* como «Devolvam-nos o nosso dinheiro», evidentemente pouco convencido da inviolabilidade dos contratos.

Na semana seguinte, decidi convocar uma reunião na Casa Branca com os CEO dos principais bancos e instituições financeiras, na esperança de evitar mais surpresas. Compareceram quinze, todos homens, de aparência elegante e polida, e todos me escutaram com expressões tranquilas enquanto expliquei que o público esgotara a paciência e que, considerando os problemas que a crise financeira estava a causar em todo o país — já para não falar das medidas extraordinárias que o Governo adoptara para apoiar as suas instituições —, o mínimo que podiam fazer era demonstrar algum comedimento, quiçá até sacrifício.

Quando chegou a vez de os executivos responderem, cada um contribuiu com uma variação dos seguintes: a) os problemas do sistema financeiro não eram responsabilidade sua; b) eles *tinham* feito importantes sacrifícios, incluindo reduzir os recursos humanos e diminuir os próprios pacotes de gratificações: e c) esperavam que eu parasse de atiçar as brasas da fúria populista que, segundo eles, estava a prejudicar os preços das suas acções e a desmotivar a indústria. Para comprovarem este último argumento, vários aludiram a uma recente entrevista na qual eu dissera que a minha

administração estava a apoiar o sistema financeiro apenas para impedir uma depressão, não para ajudar um «monte de banqueiros endinheirados». Quando falaram, pareceram magoados.

— O que o povo americano precisa nestes tempos de crise — afirmou um banqueiro — é que o senhor lhe lembre que estamos todos no mesmo barco.

Fiquei atónito.

— Acham que foi a minha *retórica* que deixou as pessoas zangadas? — Respirei fundo, perscrutei os semblantes dos homens sentados à volta da mesa e percebi que estavam a ser sinceros. À semelhança dos corretores do vídeo de Santelli, aqueles executivos de Wall Street achavam mesmo que estavam a ser vítimas. Não era apenas um estratagema. Então, tentei pôr-me no lugar deles, fazendo um esforço para não esquecer que não havia dúvidas de que aquelas pessoas tinham trabalhado muito para chegarem onde chegaram, que tinham participado no jogo mediante as mesmas regras dos seus pares e estavam habituadas há muito a adulação e deferência por terem chegado ao topo. Ofereciam avultados donativos a várias instituições de beneficência. Amavam as suas famílias. Não compreendiam porque é que (como um me diria mais tarde) os seus filhos estavam agora a perguntar-lhes se eles eram «um monte de banqueiros endinheirados», ou porque é que ninguém dava valor ao facto de terem reduzido as suas gratificações anuais de 50 ou 60 milhões para dois milhões, ou porque é que o presidente dos Estados Unidos não os estava a tratar como parceiros e a aceitar, só para dar um exemplo, a oferta de Jamie Dimon de enviar alguns dos principais colaboradores da JPMorgan para ajudar a administração a desenvolver as reformas de regulamentação propostas.

Tentei perceber a perspectiva deles, mas não consegui. Pelo contrário, dei por mim a pensar na minha avó, e como na minha mente o seu carácter da pradaria do Kansas representava aquilo que um banqueiro deveria ser:

honesto, prudente, rigoroso, avesso ao risco. Alguém que se recusava a enveredar por atalhos, que detestava o desperdício e a extravagância, que se regia por um código de gratificação retardada e se mostrava perfeitamente conformado em ser um pouco sensaborão na maneira como fazia negócios. Perguntei-me o que a minha avó Toot pensaria dos banqueiros que estavam ali sentados comigo na sala, o mesmo tipo de homens que, tantas vezes, tinham sido promovidos em detrimento dela — que, num mês, ganhavam mais do que ela ganhara em toda a sua carreira, pelo menos em parte porque não sentiam pejo em fazer apostas de milhares de milhões de dólares com o capital de outras pessoas naquilo que sabiam, ou deveriam saber, ser crédito malparado.

Por fim, deixei escapar uma coisa parecida com uma gargalhada e um resmungo.

— Deixem-me explicar-lhes uma coisa, cavalheiros — disse eu, com um esforço para não levantar a voz. — As pessoas não precisam da minha incitação para estarem zangadas. Conseguem fazê-lo sozinhas. A verdade é que nós somos a única coisa que vos separa da ira do povo.

NÃO SE PODE DIZER que as minhas palavras naquele dia tivessem tido muito impacto, para além de reforçar a noção em Wall Street de que eu não era favorável aos negócios. Ironicamente, mais tarde, essa mesma reunião seria citada por críticos de esquerda como um exemplo de como, com a minha tibieza e alegada camaradagem com Wall Street, não conseguira responsabilizar os bancos durante a crise. As duas versões estavam erradas, mas uma coisa é verdade: ao comprometer-me com o teste de *stress* e com a espera de cerca de dois meses pelos resultados preliminares, pusera em cheque qualquer vantagem que tinha sobre os bancos. O que também era verdade era o facto de me sentir inibido de adoptar medidas precipitadas

enquanto ainda tinha tantas frentes da crise económica para deslindar — incluindo a necessidade de impedir que a indústria automóvel dos EUA caísse num abismo.

Assim como a implosão de Wall Street foi o culminar de antigos problemas estruturais no sistema financeiro global, aquilo que afligia os três grandes fabricantes de automóveis — má gestão, maus automóveis, concorrência externa, pensões subfinanciadas, custos de saúde elevadíssimos, uma dependência excessiva da venda de veículos SUV com elevados consumos de combustível e altas margens de lucro — demorara décadas a criar. A crise financeira e a crescente recessão apenas precipitaram as consequências. No Outono de 2008, as vendas de automóveis haviam caído 30 por cento, atingindo o nível mais baixo em mais de uma década, e a GM e a Chrysler estavam a ficar sem liquidez. Enquanto a Ford se encontrava numa condição um pouco mais favorável (sobretudo graças a uma reestruturação da dívida feita por acaso mesmo antes de a crise se fazer sentir), os analistas questionaram se sobreviveria ao colapso das outras duas marcas, considerando a dependência que os três fabricantes tinham de um grupo de fornecedores de componentes em toda a América do Norte. Mesmo antes do Natal, Hank Paulson fizera uma leitura criativa da autorização do TARP para fornecer à GM e à Chrysler mais de 17 mil milhões de dólares em empréstimos de curto prazo. Mas sem o capital político para instigar uma solução mais permanente, a administração Bush apenas conseguira protelar a situação até eu assumir o cargo. Agora que os fundos estavam quase esgotados, cabia-me a responsabilidade de decidir se deveria investir milhares de milhões de dólares nos fabricantes de automóveis para que não se afundassem.

Mesmo durante a transição, ficara evidente para todos os elementos da minha equipa que a GM e a Chrysler teriam de ser submetidas a algum tipo

de processo de insolvência estruturado por um tribunal. Sem isso, simplesmente não havia maneira de conseguirem cobrir o capital que estavam a malbaratar todos os meses, por muito optimistas que fossem as projecções de vendas. Além disso, apenas a insolvência não seria suficiente. Para justificar a concessão de mais apoio governamental, os fabricantes de automóveis também teriam de ser submetidos a uma completa e dolorosa reestruturação empresarial e arranjar uma maneira de fabricarem automóveis que as pessoas quisessem comprar («Não percebo porque é que Detroit não consegue produzir um maldito *Corolla*», resmunguei mais do que uma vez para a minha equipa).

As duas tarefas eram mais fáceis de enunciar do que de concretizar. Para começar, a gestão de topo da GM e da Chrysler fazia a malta de Wall Street parecer deveras utópica. Numa conversa inicial com a nossa equipa de economia de transição, a apresentação do CEO da GM, Rick Wagoner, foi tão feita às três pancadas e imbuída de um discurso positivo — incluindo projecções de um crescimento anual de dois por cento, apesar de se assistir a uma queda das vendas durante grande parte da década que antecedeu a crise — que até Larry ficou sem saber o que dizer. No que diz respeito à insolvência, o processo para a GM e para a Chrysler assemelhar-se-ia provavelmente a uma intervenção cirúrgica ao coração: complicada, sangrenta, delicada e arriscada. Praticamente todos os intervenientes (direcção, trabalhadores, fornecedores, pensionistas, distribuidores, credores e as comunidades onde as unidades fabris se localizavam) se arriscavam a perder alguma coisa a curto prazo, o que seria motivo de negociações prolongadas e inexoráveis quando se tornou pouco claro se as duas empresas seriam capazes de sobreviver mais um mês.

Porém, havia algumas coisas a nosso favor. Ao contrário da situação dos bancos, forçar uma reorganização da GM e da Chrysler não deveria

desencadear um pânico generalizado, o que nos deu mais margem para exigir concessões em troca de um apoio contínuo do Governo. Também ajudou o facto de eu ter um sólido relacionamento pessoal com o sindicato United Auto Workers, cujos líderes reconheceram a necessidade de importantes mudanças para que os trabalhadores mantivessem os empregos.

Mais importante, o grupo de intervenção da Casa Branca para o sector automóvel — liderado por Steve Rattner e Ron Bloom, que incluía ainda um brilhante especialista em políticas de 31 anos chamado Brian Deese — estava a dar provas de grande qualidade, conjugando rigor analítico com respeito pela dimensão humana de mais de um milhão de postos de trabalho que estavam em jogo. Tinha iniciado negociações com os fabricantes muito antes de eu assumir o cargo, dando à GM e à Chrysler sessenta dias para apresentar planos de reorganização que demonstrassem a sua viabilidade. Para garantir que as empresas não colapsavam durante esse período, tinha desenvolvido uma série de intervenções pequenas, mas críticas — tais como garantir discretamente às duas empresas fundos para os fornecedores, de maneira a não haver carência de componentes.

Em meados de Março, o grupo de intervenção foi à Sala Oval pôr-me ao corrente da sua avaliação. Disse-me que nenhum dos planos submetidos pela GM e pela Chrysler tinham resistido à análise; as duas empresas continuavam a viver num mundo de fantasia de projecções de vendas irrealistas e estratégias vagas visando o controlo dos custos. Porém, a equipa achava que, com uma agressiva insolvência estruturada, a GM conseguiria voltar ao bom caminho, e recomendou que déssemos sessenta dias à empresa para rever o seu plano de reorganização — desde que concordasse em substituir Rick Wagoner e o conselho de administração em funções.

Porém, no caso da Chrysler, a nossa equipa estava dividida. Sendo a mais

pequenas das três grandes, a Chrysler também era a que estava em piores lençóis financeiros e — exceptuando a marca *Jeep* — tinha aquilo que parecia ser uma linha de produtos irrecuperável. Considerando os nossos recursos limitados e o estado perigoso das vendas de automóveis em termos mais genéricos, alguns elementos da equipa alegaram que teríamos melhores hipóteses de salvar a GM se deixássemos a Chrysler cair. Outros insistiram que não deveríamos subestimar o potencial choque económico de permitir o colapso de uma empresa americana icónica. De qualquer das maneiras, o grupo de intervenção considerava que a situação da Chrysler estava a deteriorar-se tão depressa que exigia uma decisão imediata.

Nesse instante, a minha assistente Katie espreitou para dentro da Sala Oval e disse-me que eu tinha de ir à Sala de Crise para uma reunião com a minha equipa de segurança nacional. Presumindo que, provavelmente, necessitaria de mais de meia hora para decidir o destino da indústria automóvel americana, pedi a Rahm para reunir o grupo de intervenção com os meus três conselheiros veteranos — Valerie, Pete e Axe — na Sala Roosevelt, mais tarde, para eu ouvir ambas as partes (mais processo!). Nesse encontro, ouvi Christy Romer e Austan Goolsbee explicar que um apoio continuado à Chrysler seria um desperdício de fundos. Rahm e Axe, sempre sensíveis ao aspecto político da situação, salientaram que o país se opunha — com uma espantosa margem de dois para um — a mais resgates no sector automóvel. Mesmo no Michigan, o apoio quase não conseguia a maioria.

Rattner salientou o facto de a Fiat ter revelado recentemente interesse em adquirir uma participação significativa na Chrysler e que o seu CEO, Sergio Marchionne, assumira as rédeas dessa empresa titubeante em 2004, e, de uma maneira impressionante, tornara-a rentável num período de um ano e meio. Porém, as negociações com a Fiat ainda eram tímidas e não havia

garantias de que qualquer intervenção fosse suficiente para pôr a Chrysler no bom caminho. Uma decisão «51-49», como Rattner lhe chamou, com uma forte probabilidade de as hipóteses de sucesso parecerem pouco animadoras assim que a empresa entrasse em insolvência e tivéssemos oportunidade de espreitar com mais atenção para debaixo do capô.

Estava a folhear os gráficos, a analisar os números, olhando ocasionalmente de relance para os retratos de Teddy e Franklin pendurados na parede, quando foi a vez de Gibbs falar. Ele trabalhara na campanha da senadora dos EUA Debbie Stabenow, no Michigan, e apontou para um mapa num diapositivo que ilustrava todas as unidades fabris da Chrysler no Centro-Oeste.

— Senhor Presidente — disse ele —, não sou economista e não sei como gerir uma empresa de automóveis, mas sei que passámos os últimos três meses a tentar impedir uma segunda Grande Depressão. E a questão é que a depressão já chegou a muitas destas cidades. Se acabarmos agora com a Chrysler, estaremos a assinar a sentença de morte de todos estes pontos que vemos no mapa. Cada um deles tem milhares de trabalhadores que contam connosco. Aquele tipo de pessoas que conheceu durante a campanha… Vão perder o acesso a cuidados de saúde, as pensões, estão demasiado velhos para começar de novo. Não sei como lhes pode virar as costas. Acho que não foi para isso que se candidatou.

Olhei fixamente para os pontos no mapa, mais de vinte no total, espalhados pelo Michigan, Indiana e Ohio, relembrando os tempos em que fora organizador comunitário em Chicago, quando me reunira com metalúrgicos, que iriam ser alvo de despedimentos, em recintos de sindicatos frios ou salões paroquiais para debater as suas preocupações em termos de comunidade. Conseguia lembrar-me dos seus corpos pesados debaixo de casacos de Inverno, as mãos gretadas e calejadas, os seus rostos

— brancos, negros, castanhos — a deixar adivinhar o desespero implícito de quem tinha perdido o sentido de finalidade. Eu não conseguira ajudá-los muito naquela época; quando lá chegara, as fábricas onde trabalhavam já tinham fechado e pessoas como eu não tinham influência sobre os executivos distantes que haviam tomado essas decisões. Eu entrara para a política com a noção de que, um dia, poderia oferecer alguma coisa mais palpável àqueles trabalhadores e às suas famílias.

E agora aqui estava eu. Virei-me para Rattner e Bloom e pedi-lhes que me pusessem em contacto telefónico com a Chrysler. Se, com a nossa ajuda, a empresa chegasse a acordo com a Fiat, disse eu, e apresentasse um plano de negócios realista e pragmático para escapar a uma insolvência estruturada num intervalo temporal razoável, devíamos dar-lhe essa oportunidade, em prol dos trabalhadores e das suas comunidades.

Era quase hora do jantar e eu ainda tinha de fazer uma série de telefonemas na Sala Oval. Estava prestes a dar a reunião por terminada quando reparei em Brian Deese, hesitante, a levantar a mão. Era o elemento mais jovem do grupo de intervenção e praticamente não abrira a boca durante o debate, mas, facto que eu desconhecia, fora ele quem preparara o mapa e pusera Gibbs ao corrente dos custos humanos, se permitíssemos a falência da Chrysler (anos mais tarde, dir-me-ia que pensara que os argumentos seriam válidos se apresentados por um elemento mais veterano). Porém, ao perceber que a sua perspectiva prevalecera e sentindo-se arrebatado pelo momento, Deese começou a salientar todas as potenciais vantagens da decisão que eu acabara de tomar — incluindo a de uma colaboração entre a Chrysler e a Fiat poder vir a ser a primeira operação nos EUA a produzir automóveis que consumissem menos de 6 litros aos cem quilómetros. Só que, no meio do seu nervosismo, ele disse: «Os primeiros automóveis produzidos nos EUA capazes de atingir os cem quilómetros *por*

hora.» Seguiu-se um silêncio sepulcral e depois todos desataram a rir. Ao compreender o erro, o semblante de Deese, querubínico por detrás da barba e do bigode, enrubesceu. Eu sorri e levantei-me.

— Sabe que o meu primeiro carro foi um *Fiat* de 1976 — disse eu, reunindo os documentos que tinha à minha frente. — Comprei-o em segunda mão no primeiro ano da faculdade. Era vermelho e tinha transmissão manual de cinco velocidades. Se bem me lembro, dava mais de cem quilómetros por hora… quando não estava na oficina. O carro mais fraco que jamais tive. — Contornei a mesa, dei uma palmadinha no braço de Deese e, quando já estava a caminhar para a porta, virei-me para trás. — As pessoas da Chrysler agradecem-lhe — disse eu — por não ter feito *esse* comentário em particular *antes* de eu ter tomado a decisão.

É COMUM DIZER-SE que o presidente recolhe demasiado mérito quando a economia está saudável e é demasiado recriminado quando está em crise. Em tempos normais, isso é verdade. Há imensos tipos de factores — desde uma decisão da Reserva Federal (sobre a qual, por lei, o presidente não exerce qualquer autoridade) de subir ou descer as taxas de juro, às vicissitudes do ciclo comercial, más condições climatéricas que provocam atrasos em projectos de construção ou um súbito pico dos preços das matérias-primas desencadeado por algum conflito do outro lado do mundo — que terão provavelmente um maior impacto na economia quotidiana do que qualquer acção do presidente. Até mesmo iniciativas importantes da Casa Branca, como um enorme corte fiscal ou uma revisão regulamentar, não costumam ter qualquer tipo de influência mensurável no crescimento do PIB ou nos índices de desemprego durante meses ou mesmo anos.

Em resultado, a maioria dos presidentes trabalha sem conhecer o impacto económico das suas acções. O eleitorado também não é capaz de fazer tal

cálculo. Suponho que haja uma injustiça inerente associada a isto: dependendo de acidentes de sentido de oportunidade, um presidente pode ser castigado ou beneficiado nas urnas por coisas que estão completamente fora do seu controlo. Ao mesmo tempo, isto também confere a uma administração uma certa margem de erro, permitindo aos líderes definir políticas em segurança, sabendo que nem tudo depende de eles tomarem as decisões certas.

Contudo, em 2009, a situação era diferente. Nos primeiros cem dias da minha administração, não havia margem para erro. Todas as nossas acções contavam. Todos os americanos estavam atentos. Reiniciáramos o sistema financeiro? Acabáramos com a recessão? Recuperáramos o emprego? Protegêramos a habitação? O nosso registo de resultados era publicado todos os dias para escrutínio geral, onde cada novo conjunto de dados económicos, cada notícia ou cada incidente era uma oportunidade de crítica. Eu e a minha equipa estávamos cientes disso desde que acordávamos até que íamos para a cama.

Por vezes, parece-me que foi apenas o frenesi desses meses que nos impediu de sucumbir à tensão generalizada. Depois das decisões relacionadas com a GM e a Chrysler, os principais pilares da nossa estratégia estavam praticamente definidos, o que queria dizer que podíamos voltar as nossas atenções para a implementação. O grupo de intervenção para o sector automóvel negociou uma mudança na direcção da GM, mediou a participação da Fiat na Chrysler e ajudou a delinear um plano plausível para as insolvências estruturadas e para a reorganização das duas empresas. Entretanto, a equipa para a habitação estabeleceu o quadro para os programas HAMP e HARP. Os cortes fiscais da Lei de Recuperação e as subvenções para os Estados começaram a fluir, com Joe Biden, juntamente com o seu capaz chefe de pessoal Ron Klain, encarregado da supervisão dos

milhares de milhões de dólares destinados a programas de infra-estruturas que visavam a minimização do desperdício e da fraude. E Tim, com a sua equipa ainda ínfima no Tesouro, em conjunto com a Reserva Federal, continuou a apagar fogos em todo o sistema financeiro.

O ritmo era implacável. Quando me reuni com a minha equipa de economia para o nosso *briefing* matinal da praxe, os rostos das pessoas sentadas em cadeiras e sofás a formar um U na Sala Oval deixavam adivinhar a exaustão. Mais tarde, chegar-me-iam aos ouvidos relatos de como, por vezes, gritaram umas com as outras em reuniões de pessoal, resultado de legítimas disputas relacionadas com políticas, batalhas burocráticas, fugas anónimas para a imprensa, fins-de-semana não gozados ou demasiadas refeições feitas a altas horas da noite, com pizas ou chili, preparadas na Messe da Marinha, no piso térreo da Ala Ocidental. Nenhuma desta tensão deu origem a um verdadeiro rancor ou impediu a realização do trabalho. Quer por profissionalismo, respeito pela presidência, noção do que o fracasso representaria para o país ou solidariedade resultante de serem um alvo colectivo dos ataques cada vez mais violentos provenientes de todos os quadrantes, todos se mantiveram mais ou menos sob controlo enquanto esperávamos algum sinal, um sinal qualquer, de que os nossos planos para acabar com a crise estavam de facto a resultar.

Por fim, em finais de Abril, esse sinal chegou. Certo dia, Tim passou pela Sala Oval para me dizer que a Reserva Federal, que permanecera de boca fechada durante a análise aos bancos, fornecera finalmente ao Tesouro uma análise preliminar dos resultados do teste de *stress*.

— E então? — disse eu, tentando adivinhar a resposta na expressão de Tim. — Qual é o veredicto?

— Bem, os números ainda estão sujeitos a algumas revisões…

Levantei as mãos a fingir exasperação.

— Melhor do que era esperado, senhor Presidente — disse Tim.

— O que quer isso dizer?

— Quer dizer que é possível que tenhamos ultrapassado o ponto crítico e começado a melhorar.

Das dezanove instituições sistematicamente importantes submetidas ao teste de *stress*, a Reserva Federal dera a nove uma apreciação de saúde financeira, determinando que não necessitariam de angariar mais capital. Outros cinco bancos necessitariam de mais capital para atingir o ponto de referência da Reserva Federal, mas, não obstante, pareciam suficientemente sólidos para o conseguirem obter junto de fontes privadas. Restavam cinco instituições (incluindo o Bank of America, o Citigroup e a GMAC, o braço financeiro da General Motors) que provavelmente necessitariam de apoio governamental adicional. De acordo com a Reserva Federal, o défice colectivo parecia não ultrapassar os 75 mil milhões de dólares, montante que os fundos que restavam no programa TARP cobririam sem problemas, em caso de necessidade.

— Nunca duvidei — disse eu, impassível, quando Tim terminou a sua exposição.

Foi o primeiro sorriso que o vi esboçar em semanas.

Se, com os resultados do teste de *stress*, Tim sentiu que a razão estivera do seu lado, não o demonstrou (mas, vários anos mais tarde, admitiu que ouvir Larry Summers proferir as palavras «Tinhas razão» fora bastante gratificante). Na situação de então, mantivemos a informação preliminar no nosso pequeno círculo; a última coisa de que precisávamos era de foguetes antes de tempo. Mas quando a Reserva Federal publicou o seu relatório, duas semanas mais tarde, as conclusões não tinham mudado e, não obstante alguma desconfiança incessante por parte de comentadores políticos, a audiência que importava — os mercados financeiros — considerou a

auditoria rigorosa e credível, desencadeando um novo frémito de confiança. Os investidores começaram a injectar capital nas instituições financeiras quase tão depressa como tinham deixado de o fazer. As empresas chegaram à conclusão de que podiam voltar a contrair empréstimos para financiarem as suas operações diárias. Tal como o medo agravara as perdas reais que os bancos tinham sofrido com o excesso de empréstimos de alto risco, o teste de *stress* — juntamente com fortes garantias por parte do Governo dos EUA — instigara os mercados a regressar a territórios racionais. Em Junho, as dez instituições financeiras em dificuldade tinham angariado 66 mil milhões de dólares de capital privado, deixando um défice de apenas nove mil milhões. O fundo de emergência da Reserva Federal conseguiu reduzir o seu investimento no sistema financeiro em mais de dois terços. Além disso, os nove maiores bancos do país tinham saldado a dívida ao Tesouro, devolvendo 67 mil milhões de euros de fundos do TARP que haviam recebido — com juros.

Quase nove meses depois do colapso da Lehmann Brothers, o pânico parecia ter acabado.

JÁ PASSOU MAIS de uma década desde esses dias perigosos dos primórdios da minha presidência e, apesar de os pormenores serem pouco claros para a maioria dos americanos, a forma como a minha administração enfrentou a crise financeira continua a gerar acérrimos debates. Numa análise atenta, é difícil refutar os resultados das nossas acções. Além de conseguirmos a estabilização do sector bancário dos EUA muito mais depressa do que qualquer dos homólogos europeus, o sistema financeiro e a economia global retomaram índices de crescimento mais depressa do que em qualquer outro país na História, após um choque tão grave. Se, no dia em que subi ao poder, tivesse pressagiado que, no prazo de um ano, o sistema financeiro

dos EUA se teria estabilizado, quase todos os fundos do TARP teriam sido reembolsados na íntegra (tendo na realidade *gerado lucro*, ao invés de gastar o dinheiro dos contribuintes), e que a economia teria iniciado aquilo que viria a ser o mais longo trecho de crescimento contínuo e de criação de emprego da História dos EUA, a maioria dos analistas e especialistas teria posto em causa a minha sanidade mental — ou pensado que eu andava a fumar coisas mais fortes do que cigarros.

Porém, para muitos críticos ponderados, o problema era precisamente o facto de eu ter engendrado um regresso à normalidade que antecedera a crise — uma oportunidade perdida, se não uma absoluta traição. Segundo essa perspectiva, a crise financeira proporcionou-me uma oportunidade única de redefinir os padrões da normalidade, reformulando não apenas o sistema financeiro, mas também a economia americana na sua globalidade. Se ao menos eu tivesse dissolvido os grandes bancos e mandado os criminosos de colarinho branco para a prisão; se ao menos eu tivesse acabado com os extravagantes pacotes salariais e com a cultura de lançar a moeda ao ar de Wall Street, então talvez tivéssemos hoje um sistema mais equitativo que serviria os interesses das famílias trabalhadoras, e não os de um punhado de bilionários.

Compreendo essas frustrações. De muitas maneiras, partilho-as. Ainda hoje, vejo relatórios que dão conta da crescente desigualdade na América, do seu reduzido crescimento e do congelamento dos salários, com toda a consequente raiva e distorções que tais tendências potenciam na nossa democracia, e questiono-me se deveria ter sido mais arrojado nesses primeiros meses, disposto a provocar mais dor económica a curto prazo em busca de uma nova e mais justa ordem económica.

Essa ideia incomoda-me. Porém, mesmo que fosse possível recuar no tempo e refazer as coisas, não posso dizer que fizesse escolhas diferentes.

Em termos abstractos, todas as várias alternativas e oportunidades perdidas que os críticos propõem parecem plausíveis, simples eventos do enredo de uma história com moral. Mas quando vemos os pormenores, todas as opções propostas — seja a nacionalização dos bancos ou forçar a interpretação da lei criminal de maneira a mover acções judiciais contra os executivos dos bancos, ou simplesmente deixar uma percentagem do sistema bancário colapsar de maneira a evitar o risco moral — exigiriam uma violência sobre a ordem social e uma tortura às normas políticas e económicas que quase de certeza teriam piorado as coisas. Não para os abastados e poderosos, que arranjam sempre maneira de cair de pé, mas precisamente para as pessoas que me proporia estar a salvar. No cenário mais favorável, a economia teria demorado mais tempo a recuperar, com mais desemprego, mais execuções hipotecárias e mais encerramentos de empresas. No cenário mais negro, poderíamos cair numa depressão à escala global.

Alguém com um espírito mais revolucionário poderia responder que tudo isso valeria a pena, que não se fazem omeletas sem ovos. Mas, por muito disposto que estivesse, como sempre estive, a perturbar a minha própria vida em detrimento de uma ideia, não estava disposto a correr os mesmos riscos com o bem-estar de milhões de pessoas. Nesse sentido, os meus primeiros cem dias em funções revelaram um elemento básico do meu carácter político. Eu era um reformista, conservador em termos de temperamento, se não de visão. Se estava a evidenciar sabedoria ou fraqueza, caberia aos outros decidir.

De qualquer maneira, estas meditações ocorreram mais tarde. No Verão de 2009, a corrida acabara de começar. Assim que a economia estabilizou, soube que tinha mais tempo para forçar as mudanças estruturais — nas áreas da tributação, da educação, da energia, da saúde, do trabalho e da

imigração — que tinham feito parte da campanha, mudanças que tornariam o sistema fundamentalmente mais justo e alargariam o leque de oportunidades aos americanos comuns. Tim e a sua equipa já estavam a preparar opções para um pacote de reformas abrangentes em Wall Street que eu apresentaria mais tarde ao Congresso.

Entretanto, fiz um esforço para me recordar de que salváramos a nação da catástrofe e de que o nosso trabalho já estava a proporcionar algum alívio. Os fundos de desemprego abrangentes estavam a permitir a subsistência de famílias em todo o país. As reduções fiscais para pequenas empresas estavam a permitir que mais alguns trabalhadores mantivessem os seus empregos. Os professores estavam nas salas de aulas e os polícias a fazer o giro. Uma fábrica de automóveis que correra o risco de encerrar continuava a laborar, enquanto a renegociação do crédito hipotecário estava a impedir que alguém perdesse a sua casa.

A ausência da catástrofe, a conservação da normalidade, não chamaria as atenções. A maioria das pessoas afectadas nem sequer saberia como as nossas políticas tinham influenciado as suas vidas. Porém, amiúde, quando estava a ler na Sala do Tratado a altas horas da noite, deparava-me com uma carta na minha pasta roxa que começava mais ou menos desta maneira:

> *Excelentíssimo Senhor Presidente Obama*,
>
> *Tenho a certeza de que nunca lerá estas palavras, mas pensei que poderia querer saber que um programa da sua responsabilidade me salvou a vida…*

Depois de ler a carta, pousava-a na secretária e pegava num cartão para redigir uma breve resposta ao remetente. Imaginava-o a receber o envelope oficial da Casa Branca e a abri-lo com uma expressão de espanto e depois a sorrir. Mostrá-lo-ia à família, talvez até o levasse para o emprego. Por fim, a

missiva acabaria numa gaveta algures, esquecida debaixo da pilha de novas alegrias e tristezas que fazem parte da vida. Não havia problema. Não podia esperar que as pessoas compreendessem o quanto as suas opiniões significavam para mim — como me tinham dado ânimo e afastado dúvidas insidiosas, naquelas noites solitárias.

CAPÍTULO 13

ANTES DA MINHA INVESTIDURA, Denis McDonough, o meu alto responsável de campanha para a política externa que viria a ser o chefe de gabinete de comunicação estratégica do Conselho de Segurança Nacional, insistiu que eu arranjasse meia hora para aquilo que ele considerava uma prioridade.

— Temos de garantir que sabe bater continência.

O próprio Denis nunca fora militar, embora houvesse um propósito nos seus movimentos, uma intencionalidade e foco, que levavam as pessoas a presumir o contrário. Alto e magro, com o queixo saliente, os olhos encovados e um cabelo a começar a ficar grisalho que lhe dava um ar mais velho do que os seus 39 anos, crescera na pequena cidade de Stillwater, no Minnesota, um dos onze filhos de uma família católica irlandesa da classe operária. Depois de concluir os estudos universitários, viajara pela América Latina e fora professor do ensino secundário no Belize, regressara para fazer o mestrado em Relações Internacionais e trabalhara para Tom Daschle, então líder democrata no Senado. Em 2007, recrutáramos Denis como responsável para a política externa do meu gabinete no Senado e, durante a campanha, ele foi assumindo cada vez mais responsabilidades — ajudando-me a preparar-me para debates, elaborando manuais de *briefing*, organizando todos os aspectos da minha viagem ao estrangeiro antes da Convenção e pelejando incessantemente com a imprensa que nos acompanhava.

Mesmo numa equipa apinhada de personalidades assertivas, Denis destacava-se. Era minucioso, oferecia-se para tratar das tarefas mais difíceis

e menos gratificantes e, para ele, o trabalho nunca era demais: durante a campanha no Iowa, passou o pouco tempo livre que tinha a fazer campanha porta a porta, altura em que ficou famoso por ter limpado a neve da porta de uns eleitores após uma tempestade especialmente rigorosa, na esperança de assim conseguir o seu voto. O mesmo desprezo pelo seu próprio bem-estar que o ajudara a entrar para a equipa de futebol universitário na posição de defesa, robusto, mas demasiado pequeno, podia causar problemas. Certa vez, na Casa Branca, tive de lhe ordenar que fosse para casa depois de ficar a saber que ele trabalhara doze horas seguidas com uma forte gripe. Cheguei a suspeitar de que poderia haver uma orientação religiosa por detrás da sua intensidade, pois, apesar de um laivo iconoclasta (bem como de uma adoração pela sua mulher, Kari) o levar a manter-se longe do colarinho clerical, abordava o trabalho com um misto de celebração e abnegação.

Agora, no âmbito das suas boas acções na Terra, Denis assumira a empreitada de me preparar para o meu primeiro dia no mais alto cargo do Estado. Na véspera da minha tomada de posse, convocou dois militares — incluindo Matt Flavin, um jovem veterano da Marinha que viria a ser o meu responsável pelos assuntos de veteranos da Casa Branca — ao gabinete de transição para me porem à prova. Começaram por me mostrar uma série de fotografias de continências presidenciais que não foram aprovadas — punhos vacilantes, dedos enroscados, George W. Bush a tentar fazer continência com o cão debaixo do braço. De seguida, avaliaram a minha postura que, pelos vistos, não era excepcional.

— O cotovelo um pouco mais para fora, senhor Presidente— observou um.

— Os dedos mais juntos — recomendou o outro. — As pontas devem ficar encostadas à sobrancelha.

Porém, ao fim de cerca de vinte minutos, os meus instrutores pareceram satisfeitos. Quando foram embora, virei-me para Denis.

— Há mais alguma coisa a preocupá-lo? — gracejei.

Denis abanou a cabeça de forma pouco convincente.

— Não estou preocupado, senhor Presidente. Só quero que estejamos preparados.

— Para o quê?

— Para tudo — respondeu Denis com um sorriso.

A REALIDADE DE A TAREFA mais importante de um presidente ser a manutenção da segurança do povo americano é um truísmo. Dependendo das nossas tendências políticas e do mandato eleitoral, podemos ter um desejo ardente de resolver os problemas das escolas dos bairros degradados, de aumentar o salário mínimo ou de reduzir o poder dos sindicatos do sector público. Mas, quer sejamos republicanos ou democratas, aquilo com que qualquer presidente deve ser obcecado, a origem da tensão crónica e implacável que se entranha no nosso âmago desde que somos eleitos, é ter a noção de que todas as pessoas dependem de nós para as protegermos.

O modo como abordamos a tarefa depende de como definimos as ameaças à segurança do país. O que é que mais receamos? É a possibilidade de um ataque nuclear russo, de um erro de cálculo burocrático ou de um problema técnico no *software* lançar uma das nossas ogivas nucleares por engano? É um fanático que se faz explodir no metro ou o Governo, sob o pretexto de nos proteger de fanáticos, vigiar a nossa conta de correio electrónico? É uma escassez de gás provocada por crises no fornecimento de petróleo estrangeiro ou a subida dos níveis da água do mar e o aumento da temperatura do planeta? É uma família de imigrantes que, furtiva, atravessa o rio em busca de uma vida melhor ou uma pandemia, incubada

pela pobreza e pela falta de serviços públicos num país estrangeiro pobre, que se esgueira, invisível, até aos nossos lares?

Durante a maior parte do século XX, para a maioria dos americanos, a noção daquilo que era preciso defender e porquê era bastante clara. Vivíamos com a possibilidade de sermos atacados por outra grande potência, de sermos arrastados para um conflito entre grandes potências ou de algum interveniente estrangeiro ameaçar os interesses fundamentais da América — conforme definidos pelos sábios de Washington. Depois da Primeira Guerra Mundial, havia os Soviéticos, e os Chineses comunistas e os seus mandatários (reais ou imaginários), ostensivamente com o desígnio de dominar o mundo e ameaçar o nosso modo de vida. Depois foram os ataques terroristas com origem no Médio Oriente, de início numa zona periférica da nossa visão, assustadores, mas controláveis, até que, meses depois de começar um novo século, o cenário da derrocada das Torres Gémeas deu forma aos nossos piores receios.

Cresci com muitos destes receios cravados na mente. No Havai, conheci famílias que tinham perdido pessoas queridas em Pearl Harbor. O meu avô, o seu irmão e o irmão da minha avó tinham combatido na Segunda Guerra Mundial. Cresci a acreditar que a guerra nuclear era uma possibilidade muito real. Quando andava no ensino básico, vi notícias de atletas olímpicos a serem chacinados por homens de máscara em Munique; na faculdade, ouvi Ted Koppel contar o número de dias que alguns americanos eram mantidos reféns no Irão. Demasiado jovem para conhecer os horrores do Vietname na primeira pessoa, testemunhara apenas a distinção e o comedimento dos nossos militares durante a Guerra do Golfo e, tal como a maioria dos americanos, considerei necessárias e justas as nossas operações militares no Afeganistão depois do 11 de Setembro.

Porém, houve outra série de histórias que me marcou — histórias

diferentes, ainda que não contraditórias — quanto ao que a América significava para aqueles que viviam no mundo externo, o poder simbólico de um país alicerçado nos ideais da liberdade. Lembro-me de ter sete ou oito anos e estar sentado nos ladrilhos frios da nossa casa nos arredores de Jacarta, todo orgulhoso, a mostrar aos meus amigos um álbum de fotografias de Honolulu com os seus arranha-céus, luzes e amplas ruas alcatroadas. Nunca esquecerei o pasmo nos semblantes enquanto respondia às perguntas deles sobre a vida na América, explicando como toda a gente podia ir a uma escola com muitos livros, e que não havia pedintes, porque quase toda a gente tinha emprego e alimento suficiente. Mais tarde, quando era um jovem, testemunhei o impacto da minha mãe como colaboradora em organizações como a USAID, a ajudar mulheres em aldeias remotas da Ásia a obter acesso a crédito, e a persistente gratidão que essas mulheres sentiam por os americanos, separados por um oceano, se preocuparem tanto com os seus apuros. Quando visitei o Quénia pela primeira vez, sentei-me com familiares que acabara de conhecer e que me disseram o quanto admiravam a democracia americana e o Estado de direito que, segundo eles, contrastava com o tribalismo e a corrupção que assolava o seu país.

Esses momentos ensinaram-me a ver o meu país pela perspectiva dos outros. Percebi a sorte que tinha em ser americano, para não tomar essas graças como um dado adquirido. Vi na primeira pessoa o poder que o nosso exemplo exercia sobre o coração e a mente de pessoas de todo o mundo. Porém, com isso, aprendi uma lição que é um corolário: a consciência dos riscos que corríamos quando as nossas acções ficavam aquém da nossa imagem e ideais, da fúria e do despeito que daí poderiam resultar, do mal que era feito. Quando ouvi os indonésios falar das centenas de milhares de pessoas chacinadas no golpe apoiado pela CIA e que pusera no poder uma ditadura militar em 1967, ou ouvi ambientalistas da América Latina

descrever como empresas americanas estavam a poluir as suas áreas rurais, ou me compadeci de amigos americanos de origem indiana ou paquistanesa enquanto descreviam as inúmeras vezes que, desde o 11 de Setembro, tinham sido chamados para revistas «aleatórias» nos aeroportos, senti as defesas da América a enfraquecer, vi fendas na armadura que, tinha a certeza, com o tempo, deixariam o nosso país menos seguro.

Tanto quanto a cor da minha pele, essa visão dualista distinguia-me dos presidentes que me antecederam. Para os meus apoiantes, era uma vantagem determinante na política externa, que me permitiria ampliar a influência da América em todo o mundo e prever problemas que poderiam sobrevir de políticas precipitadas. Para os meus detractores, era prova de fraqueza, conjurando a possibilidade de eu poder hesitar em defender os interesses americanos por falta de convicção, ou até mesmo divisão de lealdade. Para alguns dos meus concidadãos, era muito mais grave do que isso. Ter o filho de um africano negro com nome muçulmano e ideais socialistas abrigado na Casa Branca, com todo o poder do Governo americano sob o seu comando, era precisamente aquilo de que queriam ser defendidos.

QUANTO AOS VETERANOS da minha equipa para a segurança nacional, consideravam-se dedicados internacionalistas: acreditavam que a liderança americana era necessária para o mundo avançar num melhor rumo e que a nossa influência assumia diversas formas. Até os elementos mais liberais da minha equipa, como Denis, não tinham escrúpulos em relação ao uso de «força bruta» para combater o terrorismo e desdenhavam os críticos de esquerda que passavam a vida a culpar os EUA por todos os problemas do planeta. Entretanto, os elementos mais radicais da minha equipa compreendiam a importância da diplomacia pública e consideravam o

exercício do denominado poder suave, como a ajuda a outros países e os programas de intercâmbio de estudantes, um ingrediente essencial para uma política externa eficaz.

O caso era uma questão de ênfase. Em que medida nos preocupávamos com as pessoas além-fronteiras e quanto deveríamos simplesmente preocupar-nos com os nossos concidadãos? Em que medida é que o nosso destino estava realmente ligado ao destino das pessoas de outros países? Em que medida é que a América deveria unir-se a instituições multilaterais como as Nações Unidas e em que medida deveria enveredar por um caminho solitário em busca dos seus próprios interesses? Deveríamos alinhar com os Governos autoritários para ajudar a impedir um possível caos, ou seria o procedimento mais inteligente a longo prazo potenciar as forças da reforma democrática?

O posicionamento dos elementos da minha administração em relação a estas questões nem sempre era previsível. Mas, nos nossos debates internos, eu conseguia identificar uma certa divisão geracional. À excepção de Susan Rice, a minha jovem embaixadora na ONU, todos os meus principais elementos da segurança nacional — os secretários Gates e Clinton, o director da CIA Leon Panetta, os chefes dos Estados-Maiores, bem como o meu conselheiro de segurança nacional (NSA), Jim Jones, e o director dos serviços de informações nacionais (DNI), Denny Blair — tinham atingido a maioridade no apogeu da Guerra Fria e haviam passado décadas integrados na estrutura da segurança nacional de Washington: uma rede densa e estreitamente ligada de decisores políticos, colaboradores do Congresso, académicos, directores de grupos de reflexão, oficiais de alta patente do Pentágono, colunistas de jornais, prestadores de serviços militares e lobistas. Para eles, uma política externa responsável era sinónimo de continuidade, previsibilidade e relutância em desviar-nos muito da

sabedoria convencional. Foi este impulso que levara a maioria deles a apoiar a invasão do Iraque pelos EUA; e se a catástrofe resultante os obrigara a reconsiderar essa decisão em particular, continuavam a não estar inclinados a questionar-se se a investida bipartidarista contra o Iraque revelava a necessidade de uma revisão fundamental da estrutura da segurança nacional da América.

Os elementos mais jovens da minha equipa de segurança nacional, incluindo a maioria do pessoal do NSC, tinham ideias diferentes. Não sendo menos patriotas do que os seus superiores, endurecidos pelos horrores do 11 de Setembro e pelas imagens de prisioneiros iraquianos a ser maltratados por militares americanos em Abu Ghraib, muitos deles tinham integrado as fileiras da minha campanha precisamente porque eu estava disposto a mudar os pressupostos daquilo que muitas vezes apelidávamos «manual estratégico de Washington», quer se tratasse de políticas para o Médio Oriente, da nossa postura relativamente a Cuba, da nossa vontade de envolver os adversários pela via diplomática, da importância de restaurar protecções legais na luta contra o terrorismo, ou a passagem dos direitos humanos, do desenvolvimento internacional e da mudança climática de actos altruístas a aspectos centrais da nossa segurança nacional. Nenhum destes colaboradores mais jovens era agitador e todos respeitavam o conhecimento institucional dos elementos que tinham uma profunda experiência em política externa, mas não escondiam o facto de se quererem libertar de algumas restrições do passado, almejando algo melhor.

Por vezes, os atritos entre os jovens e a velha guarda da minha equipa de política externa vinham ao de cima. Quando isso acontecia, a imprensa costumava atribuir o facto a uma impertinência juvenil no seio da minha equipa e a uma falta de conhecimentos básicos sobre o modo de funcionamento das instituições de Washington. A realidade não era essa. Na

verdade, era precisamente porque colaboradores como Denis *sabiam* como Washington funcionava — porque tinham testemunhado como a burocracia da política externa podia ser lenta, equivocar-se, fechar os olhos à realidade, executar de forma errada ou de outro modo oferecer resistência a novas instruções de um presidente — que, muitas vezes, acabavam por entrar em conflito com o Pentágono, o Departamento de Estado e a CIA.

Neste sentido, as tensões que vieram à tona na nossa equipa de política externa resultaram das minhas próprias acções, uma maneira de resolver os problemas na minha própria cabeça. Imaginei-me na ponte de um porta-aviões, convicto de que a América precisava de seguir um novo rumo, mas totalmente dependente de uma tripulação mais experiente e, por vezes, céptica para implementar essa mudança, ciente de que havia limites para as capacidades da embarcação e de que uma mudança de rumo demasiado abrupta poderia terminar em calamidade. A parada não podia ser mais elevada. Compreendi muito depressa que a liderança era mais do que executar políticas bem fundamentadas. Era importante estar ciente dos costumes e dos rituais. Os símbolos e o protocolo eram importantes. A própria expressão corporal era importante.

Dediquei-me a melhorar a minha continência.

NO INÍCIO DE CADA DIA, tinha à minha espera na mesa do pequeno-almoço uma pasta de cabedal. Michelle chamava-lhe «O Manual da Morte, Destruição e Coisas Horríveis», mas oficialmente era o Dossiê Diário para o Presidente, ou PDB — *President's Daily Brief*. Ultrassecreto, geralmente com cerca de dez a quinze páginas e preparado durante a noite pela CIA em concertação com as outras agências de informação, o PDB destinava-se a proporcionar ao presidente um resumo dos eventos mundiais e uma análise de informações, em especial tudo o que pudesse afectar a segurança

nacional da América. Em determinado dia, poderia conter dados sobre células terroristas na Somália, sobre agitações no Iraque ou sobre o facto de os Chineses ou os Russos terem feito algo que representava algum novo tipo de ameaça ao nosso poderio militar. Quase sempre, havia menções a potenciais conspirações terroristas, por muito vagas, por confirmar ou longe do nosso escopo de acção que fossem — uma forma de diligência activa por parte da comunidade dos serviços de informação, destinada a evitar aquele tipo de críticas ouvidas depois dos acontecimentos de 11 de Setembro. Na maioria das vezes, aquilo que constava do PDB não exigia uma resposta imediata. O objectivo era dar a sensação de se estar constantemente a par de tudo o que incomodava o mundo, as grandes, pequenas e por vezes quase imperceptíveis mudanças que ameaçavam perturbar o equilíbrio que tentávamos manter.

Depois de ler o PDB, dirigia-me à Sala Oval para uma versão em directo do dossiê com membros do NSC e pessoal dos serviços de informação nacional, onde abordávamos temas considerados urgentes. Os homens responsáveis por esses dossiês — Jim Jones e Denny Blair — eram antigos oficiais condecorados que eu conhecera quando estivera no Senado (Jones era Comandante Supremo Aliado para a Europa, enquanto Blair se aposentara recentemente do cargo de almirante da Marinha responsável pelo Comando do Pacífico). Tinham uma aparência apropriada para o cargo — altos e em boa forma física, os cabelos grisalhos cortados à escovinha e as costas muito direitas — e, apesar de eu já os ter consultado relativamente a assuntos militares, ambos se orgulhavam de ter uma visão ampla daquilo que eram prioridades para a segurança nacional. Por exemplo, Jones tinha fortes preocupações com a África e o Médio Oriente, e, após a sua reforma do serviço militar, estivera envolvido em esforços de segurança na Cisjordânia e em Gaza. Blair escrevera imenso sobre o papel da diplomacia

económica e cultural para a gestão da ascensão da China. Em resultado disso, de vez em quando, os dois faziam-se acompanhar de analistas e especialistas nas sessões matinais de PDB, deixando-me ao corrente dos tópicos do panorama geral de longo prazo: por exemplo, as implicações do crescimento económico na sustentação da democratização na África Subsaariana ou os possíveis efeitos que a mudança climática teria sobre os futuros conflitos regionais.

Contudo, na maioria das vezes, as nossas conversas matinais focavam-se na desordem em curso ou potencial: golpes de Estado, armamento nuclear, protestos violentos, conflitos em fronteiras e, acima de tudo, guerras.

A guerra no Afeganistão, que em breve se tornaria a mais longa da História da América.

A guerra no Iraque, onde ainda estavam estacionados quase 150 000 soldados americanos.

A guerra contra a Al-Qaeda, que estava activamente a recrutar novos membros, criando uma rede de seguidores, e a conspirar ataques inspirados pela ideologia de Osama bin Laden.

Os custos cumulativos daquilo que a administração Bush e a imprensa descreviam como uma singular e abrangente «guerra contra o terrorismo» eram assombrosos: quase um bilião de dólares despendidos, mais de três mil soldados americanos mortos, dez vezes mais feridos. O número de vítimas civis iraquianas e afegãs era ainda mais elevado. Em particular, a campanha no Iraque dividira o país e prejudicara alianças. Enquanto isso, o recurso a extradições extraordinárias, as prisões secretas, os afogamentos simulados, as detenções por tempo indeterminado sem julgamento em Guantánamo e a vigilância interna alargada na luta mais extensa contra o terrorismo tinham levado pessoas dentro e fora dos EUA a questionar o compromisso da nossa nação para com o Estado de direito.

Durante a campanha, eu manifestara aquilo que considerava serem posições inequívocas em relação a todas estas questões. Mas isso fora quando não estava directamente envolvido, antes de ter centenas de milhares de soldados e uma infra-estrutura tentacular de segurança nacional sob o meu comando. Agora, qualquer ataque terrorista aconteceria durante o meu mandato. Quaisquer vidas de americanos perdidas ou comprometidas, no país ou no estrangeiro, pesariam apenas na minha consciência. Agora, aquelas guerras eram minhas.

O meu objectivo imediato era rever cada aspecto da nossa estratégia militar de maneira a podermos fazer uma abordagem ponderada aos futuros eventos. Graças ao Acordo de Estatuto das Forças (SOFA — *Status of Forces Agreement*) celebrado pelo presidente Bush e o primeiro-ministro Nuri Kamal al-Maliki cerca de um mês antes da minha tomada de posse, tinham sido estabelecidas as condições genéricas da retirada dos EUA do Iraque. As forças de combate americanas tinham de abandonar as cidades e vilas iraquianas até finais de Junho de 2009 e todas as forças dos EUA teriam de deixar o país até finais de 2011. A única questão que restava determinar era se poderíamos ou deveríamos antecipar essas datas. Durante a campanha, comprometera-me a retirar as forças bélicas dos EUA do Iraque no prazo de dezasseis meses desde a tomada de posse, mas depois das eleições dissera a Bob Gates que estaria disposto a ser flexível quanto ao ritmo da retirada desde que cumpríssemos os parâmetros do SOFA — reconhecendo que terminar uma guerra é um assunto pleno de imprecisão, que os generais envolvidos no combate mereciam algum respeito no que concernia a decisões de cariz táctico e que os novos presidentes não podiam simplesmente rasgar acordos celebrados pelos seus antecessores.

Em Fevereiro, Gates e o nosso novo general destacado para o Iraque, Ray Odierno, apresentaram-me um plano para retirar as forças bélicas

americanas do país em dezanove meses — mais três meses do que eu propusera durante a campanha, mas menos quatro meses do que os generais estavam a pedir. O plano também previa a manutenção de uma força residual de 50 a 55 mil homens não destinados a combate, para treinar e prestar auxílio aos militares iraquianos, os quais permaneceriam no país até finais de 2011. Alguns elementos da Casa Branca questionaram a necessidade dos três meses adicionais e a numerosa força residual, relembrando-me que tanto os democratas do Congresso como o povo americano eram bastante favoráveis a uma saída rápida, não a um adiamento.

De qualquer maneira, aprovei o plano de Odierno e desloquei-me a Camp Lejeune, na Carolina do Norte, para anunciar a decisão perante uma assistência de vários milhares de fuzileiros, que a ovacionaram. Por muito firme que fosse a minha oposição à decisão original de invasão, acreditava que, agora, a América tinha um interesse estratégico e humanitário na estabilidade do Iraque. Com a previsão de abandono dos centros populacionais por parte das tropas de combate em apenas cinco meses, em conformidade com o SOFA, a exposição dos nossos militares a ataques violentos, atiradores furtivos e dispositivos explosivos improvisados diminuiria bastante, consoante levássemos a cabo o resto da retirada. E, dada a fragilidade do novo Governo iraquiano, o estado dilapidado das respectivas forças de segurança, a presença ainda activa da al-Qaeda no Iraque e os elevados níveis de hostilidade sectária que fervilhavam no seio do país, tinha sentido utilizar a presença das forças residuais como uma espécie de apólice de seguro contra um regresso ao caos.

— Depois de sairmos — disse eu a Rahm, explicando a minha decisão —, a última coisa que quero é ter de regressar.

SE TRAÇAR UM PLANO para o Iraque foi relativamente fácil, encontrar uma saída para o Afeganistão foi completamente o oposto.

Ao contrário do Iraque, eu sempre considerara a campanha afegã uma guerra que urgia travar. Apesar de as ambições dos talibãs se confinarem ao Afeganistão, a sua liderança continuava vagamente ligada à al-Qaeda e o seu regresso ao poder poderia levar a que, uma vez mais, o país se transformasse numa rampa de lançamento para ataques terroristas aos Estados Unidos e aos seus aliados. Além disso, o Paquistão não evidenciara capacidade nem vontade de expulsar a chefia da al-Qaeda do seu refúgio, situado numa região remota, montanhosa e praticamente sem governação ao longo da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão. Queria isto dizer que a nossa capacidade para localizar e destruir a rede terrorista dependia da vontade do Governo afegão de deixar as equipas militares e de informações dos EUA operar no seu território.

Infelizmente, a longa distracção de seis anos das atenções e recursos dos EUA para o Iraque deixara a situação no Afeganistão mais perigosa. Não obstante o facto de dispormos de mais de trinta mil militares americanos no terreno e haver um número quase idêntico de tropas da coligação internacional, os talibãs controlavam grandes porções do país, especialmente nas regiões ao longo da fronteira com o Paquistão. Nos locais onde as forças dos EUA ou da coligação não estavam presentes, os combatentes talibãs subjugavam o Exército afegão, bastante mais numeroso mas mal treinado. Entretanto, a má gestão e a crescente corrupção no seio da força policial, nas administrações distritais e nos ministérios-chave corroeram a legitimidade do Governo de Karzai e travaram a ajuda financeira tão necessária para melhorar as condições de vida de uma das populações mais pobres do mundo.

A ausência de uma estratégia coerente dos EUA não ajudou. Dependendo

de com quem falássemos, a nossa missão no Afeganistão era focada (erradicar a al-Qaeda) ou dilatada (transformar o país num Estado moderno, democrático e próspero, alinhado com o Ocidente). Os nossos fuzileiros e soldados repeliram repetidas vezes os talibãs da região, mas os seus esforços eram malbaratados por força de uma incapacidade de governação local. Quer tenha sido por um excesso de ambição, corrupção ou falta de comprometimento afegão, muitas vezes os programas de desenvolvimento promovidos pelos EUA não surtiam os efeitos desejados, enquanto a celebração de contratos avultados entre os EUA e alguns dos operadores comerciais mais duvidosos de Cabul corroía precisamente os esforços anticorrupção desenvolvidos no intuito de conquistar o respeito do povo afegão.

Mediante todas estas evidências, eu disse a Gates que a minha principal prioridade era assegurar que as nossas agências, civis e militares, estavam alinhadas com uma missão e uma estratégia coordenada inequivocamente definidas. Ele não se opôs. Como fora director-adjunto da CIA na década de oitenta, Gates ajudara a supervisionar o armamento dos *mujahedin* na sua luta contra a ocupação soviética do Afeganistão. A experiência de ver essa revolta mal organizada a forçar a retirada do poderoso Exército Vermelho — para, mais tarde, elementos dessa mesma revolta darem origem à al-Qaeda — deixara Gates ciente das consequências não intencionais que poderiam resultar de acções precipitadas. A menos que estabelecêssemos objectivos limitados e realistas, disse-me ele, «estaremos votados ao fracasso».

O presidente dos chefes dos Estados-Maiores, o almirante Mike Mullen, também viu a necessidade de uma estratégia renovada para o Afeganistão, mas havia um senão: primeiro, ele e as nossas chefias militares queriam que

eu autorizasse o destacamento imediato de mais 30 mil soldados americanos.

Para ser justo com Mullen, tal pedido, que fora feito pelo comandante da Força Internacional de Apoio à Segurança no Afeganistão (ISAF), o general Dave McKiernan, já aguardava autorização havia alguns meses. Durante a transição, o presidente Bush mandara o barro à parede para perceber se queríamos que ele ordenasse o destacamento antes da minha investidura, mas nós dissséramos que preferíamos esperar até a nova equipa avaliar totalmente a situação. Segundo Mullen, o pedido de McKiernan não podia esperar mais.

Na nossa primeira reunião completa do NSC, realizada na Sala de Crise da Casa Branca escassos dois dias após a minha tomada de posse, Mullen explicara que os talibãs arrancariam provavelmente com uma ofensiva estival e era aconselhável haver brigadas adicionais no terreno para os tentar travar. Deu conta de que McKiernan também desejava proporcionar uma segurança adequada durante as eleições presidenciais, marcadas inicialmente para Maio, mas adiadas para Agosto.

— Senhor Presidente, se queremos ter lá tropas para concretizar essas missões — disse Mullen —, temos de pôr já mãos à obra.

Por causa dos filmes, eu sempre imaginara a Sala de Crise como um espaço cavernoso e futurista, ladeado de ecrãs que chegavam até ao tecto com imagens de satélite e radar de alta resolução, a fervilhar de pessoal com fardas elegantes a controlar fileiras de geringonças e engenhocas da mais recente tecnologia. A realidade era menos exuberante: não passava de uma sala de reuniões vulgar, incluída num labirinto de outras pequenas salas enfiadas num canto do primeiro piso da Ala Ocidental. As janelas estavam veladas por venezianas de madeira simples; as paredes, despidas, apenas com relógios digitais a indicar a hora em várias capitais do mundo e

alguns ecrãs planos não muito maiores do que aqueles que há nos bares de bairro para assistir a eventos desportivos. O espaço era exíguo. Os principais membros do Conselho sentavam-se à volta de uma comprida mesa de reuniões, com vários delegados e outros colaboradores apinhados em cadeiras a toda a volta da sala.

— Só para ter a certeza de que percebi bem — disse a Mullen, tentando não parecer demasiado céptico —, ao fim de quase cinco anos em que nos desenvencilhámos com vinte mil ou menos soldados americanos, e depois de lhes juntarmos mais dez mil ao longo dos últimos cerca de vinte meses, o Pentágono acredita que não podemos esperar mais dois meses para decidir se devemos *duplicar* o nosso destacamento militar? — Salientei que não me opunha a enviar mais tropas. Durante a campanha, comprometera-me a enviar mais duas brigadas para o Afeganistão assim que a retirada do Iraque estivesse em curso. Mas, como todos os presentes tinham concordado em trazer um reputado antigo analista da CIA e especialista no Médio Oriente, de seu nome Bruce Riedel, para liderar uma análise de sessenta dias com vista a moldar a nossa estratégia futura para o Afeganistão, enviar mais trinta mil soldados americanos para o Afeganistão antes da conclusão dessa análise parecia-me pôr o carro à frente dos bois. Perguntei a Mullen se um destacamento menor seria um compromisso aceitável.

Respondeu que a decisão final era minha, acrescentando, no entanto, que qualquer redução do número ou mais um adiamento acarretaria riscos substanciais.

Recostei-me na cadeira e deixei os outros darem o seu contributo. David Petraeus, que estava a deixar a sua missão de sucesso no Iraque e fora promovido a chefe do Comando Central (que supervisionava as missões militares no Médio Oriente, incluindo o Iraque e o Afeganistão), instigou-me a aprovar o pedido de McKiernan. O mesmo fizeram Hillary e Panetta,

o que não me surpreendeu. Por muito eficazes que se revelassem na gestão das agências sob a sua alçada, os seus instintos belicosos e passados políticos deixavam-nos sempre cautelosos em relação a opor-se a qualquer recomendação do Pentágono. Em privado, Gates revelara-me que se sentia dividido em relação a um aumento tão vincado da nossa intervenção no Afeganistão. Mas, olhando ao seu cargo institucional, eu não esperava que ele se opusesse oficialmente a uma recomendação dos chefes.

Entre os superiores da hierarquia, apenas Joe Biden verbalizou as suas dúvidas. Em Janeiro, ele fora a Cabul em minha representação e aquilo que vira e ouvira na viagem — em especial durante um encontro conflituoso com Karzai — convencera-o de que precisávamos de repensar toda a nossa abordagem ao Afeganistão. Eu sabia que ele também ainda se sentia incomodado por ter apoiado a invasão do Iraque, anos antes. Fossem quais fossem os motivos, Joe via o Afeganistão como um perigoso atoleiro e incitou-me a adiar o destacamento, sugerindo que seria mais fácil implantar as tropas depois de termos uma boa estratégia do que tentar tirá-las de lá depois de termos feito asneira com uma má estratégia.

Ao invés de decidir no imediato, incumbi Tom Donilon de convocar uma reunião com os delegados do NSC durante a semana seguinte, para determinarmos com mais rigor a forma de colocar tropas adicionais e sabermos se em termos logísticos era possível destacá-las até ao Verão. Afirmei que, assim que tivéssemos as respostas, voltaríamos a falar do assunto. Quando a reunião terminou, abandonei a sala. Ia a subir as escadas para a Sala Oval quando Joe se aproximou e me agarrou pelo braço.

— Ouça o que lhe digo, chefe — disse ele. — Se calhar já ando nisto há tempo demais, mas sei uma coisa: sei quando os generais estão a tentar encurralar um novo presidente. — Acercou o rosto do meu e murmurou: — Não se deixe encurralar.

EM RELATOS POSTERIORES das nossas resoluções para o Afeganistão, Gates e outros acusaram Biden de ser um dos cabecilhas que envenenavam as relações entre a Casa Branca e o Pentágono. A verdade era que eu achava que Joe estava a prestar-me um bom serviço ao fazer perguntas delicadas relacionadas com os planos militares. Ter na sala pelo menos um antagonista fazia-nos pensar com mais atenção sobre os assuntos e percebi que todos sentiam um pouco mais de liberdade nas suas opiniões quando o antagonista não era eu.

Nunca questionei os motivos de Mullen, nem os dos chefes e comandantes do topo da hierarquia militar. Considerava que Mullen — natural de Los Angeles, cujos pais tinham trabalhado no ramo do entretenimento — era afável de um modo consistente, bem preparado, receptivo e profissional. O seu vice-presidente, um general dos fuzileiros condecorado chamado James «Hoss» Cartwright, era discreto e introspectivo, características que ninguém associaria a um ex-piloto de caças, mas, quando falava, contribuía com conhecimentos profundos e soluções criativas num vasto leque de problemas de segurança nacional. Apesar das diferenças de temperamento, Mullen e Cartwright partilhavam atributos que me pareciam comuns entre os militares de topo: homens brancos (quando subi ao poder, as forças armadas só tinham uma mulher e um negro generais de quatro estrelas) de cinquenta e muitos ou sessenta e poucos anos, que tinham passado décadas a ascender na hierarquia, acumulando folhas de serviço imaculadas e, em muitos casos, graus académicos avançados. As suas opiniões sobre o mundo eram informadas e sofisticadas e, ao contrário dos estereótipos, compreendiam demasiado bem os limites da acção militar, devido ao facto de terem comandado tropas em cenário de guerra (e não apesar desse facto). Na realidade, durante os oito

anos da minha presidência, foram muitas vezes os generais, e não os civis, que recomendaram contenção no que dizia respeito ao uso da força.

Não obstante, homens como Mullen eram criaturas de um sistema ao qual haviam dedicado toda a sua vida adulta — militares dos EUA que se orgulhavam de concluir uma missão depois de iniciada, sem olhar a custos, duração ou se, para começar, essa missão era pertinente. No Iraque, isso significara uma necessidade crescente de tudo e mais alguma coisa: mais tropas, mais bases, mais fornecedores privados, mais aeronaves, mais informações, vigilância e reconhecimento (IVR/ISR). Esta abundância não redundou em vitória, mas pelo menos evitou uma derrota humilhante e salvou o país do colapso total. Agora que o Afeganistão parecia também estar a cair num sumidouro, talvez fosse natural que as chefias militares quisessem, também, mais para aquele país. E como até recentemente tinham trabalhado com um presidente que raras vezes questionara os seus planos ou lhes recusara os pedidos, talvez fosse inevitável que o debate sobre «quão mais» se tornasse uma reiterada causa de conflito entre o Pentágono e a Casa Branca.

Em meados de Fevereiro, Donilon reportou que os delegados tinham esmiuçado o pedido do general McKiernan e chegado à conclusão de que não era possível proceder à mobilização de mais de 17 mil soldados, juntamente com quatro mil formadores militares, a tempo de se conseguir ter um impacto significativo na época de combate de Verão ou na segurança das eleições afegãs. Apesar de ainda nos faltar um mês para a conclusão da análise formal, todas as altas patentes, à excepção de Biden, recomendaram o destacamento imediato desse número de militares. Eu dei a ordem a 17 de Fevereiro, no mesmo dia em que assinei a Lei de Recuperação, tendo determinado que até mesmo a estratégia mais conservadora que conseguíssemos lobrigar necessitaria dos recursos humanos adicionais, e

sabendo que ainda tínhamos dez mil homens na reserva, caso as circunstâncias exigissem também a sua mobilização.

Um mês mais tarde, Riedel e a sua equipa terminaram o relatório. A avaliação não trouxe surpresas, mas ajudou a articular o nosso objectivo principal: «perturbar, desmantelar e derrotar a al-Qaeda no Paquistão e no Afeganistão, bem como impedir o seu regresso futuro a qualquer desses países».

A ênfase que o relatório dava ao Paquistão foi fundamental: além de os militares paquistaneses (e, em particular, o seu braço de informações, o ISI) tolerarem a presença do quartel-general e das chefias talibãs em Quetta, perto da fronteira paquistanesa, o Paquistão também estava a apoiá-los em segredo, no intuito de manter a fragilidade do Governo afegão e de se proteger do potencial alinhamento de Cabul com o arqui-rival do Paquistão, a Índia. O facto de o Governo dos EUA tolerar há muito tal comportamento por parte de um suposto aliado — apoiando-o com milhares de milhões de dólares em ajuda militar e económica, apesar da sua cumplicidade com extremistas violentos e do seu historial como importante e irresponsável disseminador de tecnologia necessária ao fabrico de armas nucleares pelo mundo — queria dizer alguma coisa sobre a lógica distorcida da política externa dos EUA. A curto prazo, no entanto, um corte absoluto na ajuda militar ao Paquistão não era uma opção, pois, além de dependermos das rotas terrestres desse país para abastecimento das nossas operações no Afeganistão, o Governo paquistanês também permitia ataques com *drones* a campos da al-Qaeda no seu território. Porém, o relatório de Riedel deixara outra coisa clara: a menos que o Paquistão cessasse de dar abrigo aos talibãs, os nossos esforços para uma estabilidade a longo prazo no Afeganistão estariam votados ao fracasso.

As restantes recomendações do relatório centravam-se na capacitação.

Precisávamos de melhorar drasticamente a capacidade do Governo de Karzai de governar e disponibilizar serviços básicos. Precisávamos de treinar o Exército e a força policial afegãos de maneira a terem competências e uma dimensão suficiente para manterem a segurança nas fronteiras do país sem a ajuda das forças dos EUA. Exactamente como iríamos fazer tudo isso continuava a ser uma incógnita. Porém, o que era evidente era que o compromisso dos EUA que o relatório de Riedel recomendava ia muito além de uma estratégia básica contra o terrorismo, aproximando-se de uma forma de consolidação da identidade nacional que, provavelmente, teria sentido se tivéssemos começado sete anos antes, no momento em que expulsámos os talibãs de Cabul.

Como é óbvio, não fora isso que fizéramos. Pelo contrário, tínhamos invadido o Iraque, destruído *esse* país, ajudado a gerar um braço ainda mais violento da al-Qaeda e sido forçados a improvisar ali uma dispendiosa campanha de contra-insurgência. No que diz respeito ao Afeganistão, esses anos estavam perdidos. Tendo em conta os esforços ininterruptos e muitas vezes corajosos das nossas tropas, dos diplomatas e dos ajudantes no terreno, seria exagero dizer que tivemos de começar do zero, no Afeganistão. Não obstante, percebi que, mesmo no melhor dos cenários — mesmo que Karzai colaborasse, o Paquistão se portasse bem e os nossos objectivos se limitassem àquilo a que Gates gostava de chamar «suficientemente bom para o Afeganistão» —, ainda teríamos pela frente entre três a cinco anos de intensos esforços, que custariam milhares de milhões de dólares e a vida a mais americanos.

Mesmo então, não gostei do cenário, mas, no que já se estava a tornar um padrão, as alternativas eram piores. O que estava em jogo — os riscos de um possível colapso do Governo afegão ou os talibãs conseguirem bastiões em cidades importantes — era simplesmente demasiado importante para

não agirmos. A 27 de Março, apenas quatro semanas depois de anunciarmos o plano de retirada do Iraque, apareci na televisão à frente da minha equipa de segurança nacional e apresentei a nossa estratégia «Af-Pak», baseada em grande medida nas recomendações de Riedel. Eu sabia qual iria ser a reacção a tal anúncio. Vários comentadores não tardariam a agarrar a ironia do facto de eu, tendo-me candidatado à presidência defendendo uma posição contrária à guerra, já ter enviado mais tropas para combate do que as que mandara regressar a casa.

Associada ao aumento das tropas, verificou-se outra mudança na nossa postura em relação ao Afeganistão que Gates me pediu e que, com franqueza, me apanhou desprevenido: em Abril, durante uma das nossas reuniões na Sala Oval, ele recomendou a substituição do nosso actual comandante no Afeganistão, o general McKiernan, pelo tenente-general Stanley McChrystal, anterior comandante do Comando de Operações Especiais Conjuntas (JSOC) e actual director dos chefes dos Estados-Maiores.

— O Dave é um óptimo soldado — disse Gates, reconhecendo que McKiernan nada fizera de errado e que a substituição de um general em comando em plena guerra era uma manobra muito invulgar. — Mas é um gestor. Num ambiente tão exigente, precisamos de alguém com competências diferentes. Senhor Presidente, eu não conseguiria dormir descansado se não me certificasse de que as nossas tropas têm o melhor comandante possível a liderá-las, e estou convencido de que Stan McChrystal é essa pessoa.

Foi fácil perceber porque é que Gates tinha McChrystal em tão alta consideração. Nas forças armadas americanas, os elementos das Operações Especiais eram considerados uma raça à parte, uma classe de guerreiros de elite que realizavam as missões mais difíceis nas circunstâncias mais

perigosas — aqueles fulanos que se vê nos filmes a descer de um helicóptero por uma corda para território inimigo ou a fazer aterragens em anfíbios na escuridão da noite. E, nesse venerável círculo, ninguém era mais admirado ou suscitava mais lealdade do que McChrystal. Licenciado de West Point, tivera um desempenho de excelência de modo consistente ao longo de uma carreira de trinta e três anos. Comandante do JSOC, ajudara a transformar as Operações Especiais num elemento central da estratégia de defesa da América, supervisionando pessoalmente dezenas de operações contraterroristas que haviam desmantelado grande parte da al-Qaeda no Iraque e matado o seu fundador, Abu Musab al-Zarqawi. Corriam rumores de que, aos 54 anos, ainda treinava com Rangers com metade da sua idade e, a julgar pela sua aparência quando passou pela Sala Oval com Gates para uma visita de cortesia, eu acreditei — o homem era só músculo, fibra e osso, com um rosto oblongo e anguloso e um olhar penetrante de ave de rapina. De facto, em geral, os modos de McChrystal eram os de alguém que erradicara da sua vida a frivolidade e as distracções. Pelo menos comigo, isso incluiu a conversa de circunstância. Durante a nossa troca de palavras, disse sobretudo: «Sim, senhor», «Não, senhor» e «Tenho a certeza de que o conseguiremos fazer».

Fiquei convencido. Quando foi anunciada, a substituição foi bem recebida e os comentadores estabeleceram comparações entre McChrystal e David Petraeus — inovadores no campo de batalha, capazes de mudar o rumo de uma guerra. A aprovação do Senado foi célere e, em meados de Junho, quando McChrystal (agora general de quatro estrelas) se preparava para assumir o comando das forças de coligação no Afeganistão, Gates pediu-lhe que nos fizesse uma nova avaliação global das condições no prazo de sessenta dias, bem como recomendações para eventuais mudanças de estratégia, de organização ou de recursos para os esforços da coligação.

Mal eu sabia no que este pedido, que parecia de rotina, resultaria.

CERTA TARDE, dois meses depois do anúncio do «Af-Pak», atravessei sozinho o relvado do lado sul — seguido por um ajudante de campo com a mala que continha os códigos para os lançamentos nucleares e o meu responsável pelos assuntos de veteranos — para subir a bordo do helicóptero *Marine One* e realizar o breve voo até Maryland, para a primeira daquelas que passariam a ser visitas regulares ao Bethesda Naval Hospital e ao Walter Reed Army Medical Center. Quando lá cheguei, fui recebido pelos comandantes das instalações, que me fizeram uma rápida súmula sobre o número e o estado dos soldados feridos no terreno, antes de me conduzirem por um labirinto de escadarias, elevadores e corredores até à enfermaria principal.

Durante a hora seguinte, andei de quarto em quarto, desinfectando as mãos e vestindo fardas de enfermeiro e luvas cirúrgicas quando necessário, parando no corredor para obter algumas informações sobre o militar em convalescença antes de bater com delicadeza à porta.

Apesar de os pacientes dos hospitais serem oriundos de todos os ramos das forças armadas, muitos dos que ali foram parar durante os meus primeiros anos na presidência eram elementos do Exército e do Corpo de Fuzileiros dos EUA que patrulhavam as regiões dominadas pelos rebeldes do Iraque e do Afeganistão e tinham sido alvejados ou feridos por dispositivos explosivos improvisados. Eram quase todos da classe operária, homens brancos de pequenas cidades rurais ou cidades industrializadas em decadência, negros e hispânicos de cidades como Houston ou Trenton, americanos da Califórnia descendentes de asiáticos e das ilhas do Pacífico. De uma forma geral, estavam acompanhados de familiares — principalmente pais, avós e irmãos; mas, se os militares fossem mais

velhos, também lá estariam as esposas e os filhos: crianças pequenas irrequietas ao colo das mães, miúdos de cinco anos com carrinhos de brincar, adolescentes entretidos com consolas de jogos. Assim que eu entrava no quarto, toda a gente ficava inquieta, com sorrisos tímidos, sem saber muito bem o que fazer. Para mim, essa era uma das vicissitudes do cargo, o facto de a minha presença provocar rebuliço e um surto de nervosismo nas pessoas com quem ia encontrar-me. Tentei sempre aligeirar o ambiente e deixar as pessoas descontraídas.

A menos que estivessem totalmente incapacitados, os militares costumavam levantar a cabeceira da cama, por vezes sentando-se depois de se agarrarem ao sólido apoio de metal lateral. Vários insistiam em saltar da cama, equilibrando-se na perna boa para bater continência e apertar-me a mão. Eu fazia-lhes perguntas sobre a sua terra natal e o tempo durante o qual tinham prestado serviço. Perguntava-lhes como tinham sido feridos e quando começariam a fazer fisioterapia ou a preparar-se para receber uma prótese. Muitas vezes, falávamos sobre desporto e alguns pediram-me para assinar uma bandeira da União pendurada na parede. Entreguei a todos eles uma medalha comemorativa. Depois, posicionávamo-nos todos à volta da cama enquanto Pete Souza tirava fotografias com a sua máquina e com os telemóveis deles, e Matt distribuía cartões-de-visita para lhe poderem ligar directamente para a Casa Branca, se precisassem de alguma coisa, fosse o que fosse.

Como esses homens me inspiraram! A sua coragem e determinação, a sua insistência em regressar ao activo em breve e a sua despreocupação fizeram aquilo que presumimos ser patriotismo — os rituais de mau gosto nos jogos de futebol, a bandeira desalinhada a adejar nos desfiles militares, os disparates dos políticos — parecer fútil e banal. Os pacientes que conheci só tinham elogios a tecer às equipas dos hospitais responsáveis pelo

seu tratamento: os médicos, enfermeiros e assistentes, na sua maioria também eles militares, mas igualmente civis, num número surpreendente nascidos no estrangeiro, oriundos de lugares como a Nigéria, El Salvador ou Filipinas. Realmente, foi enternecedor constatar como aqueles guerreiros feridos eram bem tratados, a começar pela ininterrupta e rápida cadeia de acontecimentos que permitia que, numa questão de dias, um fuzileiro ferido numa poeirenta aldeia afegã fosse transportado até à base mais próxima, estabilizado, depois levado para a Alemanha e daí para o Bethesda ou o Walter Reed para ser submetido a uma cirurgia com recurso a tecnologia de ponta.

Graças a este sistema — uma fusão de tecnologia avançada, rigor logístico e técnicos com formação avançada e dedicados —, muitos soldados que teriam perdido a vida devido a ferimentos semelhantes durante a era do Vietname, eram agora capazes de se sentar na beira da cama, a falar sobre a qualidade dos Bears em comparação com a dos Packers. Não obstante, nenhum nível de rigor logístico ou de cuidados poderia apagar a natureza brutal e transformadora dos ferimentos que estes homens tinham sofrido. Aqueles que só tinham perdido uma perna, sobretudo se a amputação fosse abaixo do joelho, muitas vezes, consideravam-se afortunados. Os amputados que tinham perdido dois ou até três membros não eram invulgares, tal como as vítimas de graves lesões cerebrais, lesões na coluna vertebral, ferimentos que os deixavam desfigurados, ou de perda de visão, audição e diversas funções básicas do corpo. Os militares que eu conheci eram intransigentes ao afirmar que não se arrependiam de sacrificar tanto pelo seu país e, compreensivelmente, sentiam-se ofendidos quando alguém olhava para eles com o mínimo de compaixão. Pegando na deixa dos filhos feridos, os pais com quem falei

tinham o cuidado de expressar apenas a certeza da recuperação dos descendentes, associada a um enorme orgulho.

Porém, sempre que entrava num quarto, sempre que apertava uma mão, não podia deixar de reparar como aqueles militares eram tão jovens, muitos deles acabados de sair do secundário. Não consegui deixar de notar os círculos de angústia à volta dos olhos dos pais que, muitas vezes, eram mais novos do que eu. Nunca esquecerei a ira mal contida na voz de um pai que conheci, enquanto me explicava que o seu filho bem-parecido, que jazia diante de nós provavelmente paralisado para sempre, celebrava naquele dia o seu vigésimo primeiro aniversário, nem o rosto inexpressivo de uma jovem mãe que, sentada com um bebé a palrar alegremente ao colo, pensava numa vida com um marido que iria provavelmente sobreviver, mas não mais seria capaz de um raciocínio coerente.

Mais tarde, próximo do fim da minha presidência, *The New York Times* publicaria um artigo sobre as minhas visitas aos hospitais militares. Nesse artigo, um oficial de segurança nacional de uma administração anterior opinava que essa prática, por muito bem-intencionada que fosse, não devia ser adoptada por um presidente — que, inevitavelmente, as visitas aos feridos toldavam a capacidade do presidente de tomar decisões estratégicas e esclarecidas. Senti-me tentado a convocar esse homem e a explicar-lhe que nunca me senti mais esclarecido do que nos voos de regresso do Walter Reed e do Bethesda. Esclarecido em relação aos reais custos da guerra e quem os pagava. Esclarecido sobre a loucura da guerra, sobre as histórias de amargura que nós, humanos, guardamos colectivamente na mente e transmitimos de geração em geração — abstracções que atiçam o ódio, justificam a crueldade e forçam até o mais probo de nós a participar numa carnificina. Esclarecido de que, por força do cargo que ocupava, não podia fugir à responsabilidade pelas vidas perdidas ou destruídas, mesmo que, de

algum modo, justificasse as minhas decisões com aquilo que julgava ser o bem maior.

Enquanto olhava pela janela do helicóptero para a paisagem verdejante e organizada lá em baixo, pensei em Lincoln que, durante a Guerra Civil, tinha o hábito de vaguear pelas enfermarias improvisadas não muito longe do local de onde partíramos, conversando em voz baixa com soldados deitados em frágeis enxergas, privados de antissépticos para travar as infecções ou de fármacos para aliviar a dor, o cheiro fétido das gangrenas no ar, o estrépito e o silvo da morte iminente. Questionei-me como conseguira ele, que preces teria feito depois. Ele deveria saber que era um castigo necessário. Um castigo a que, também eu, tinha de ser submetido.

POR MUITO IMPLACÁVEL que a guerra e a ameaça do terrorismo se revelassem, havia outras questões de política externa a exigir a minha atenção — incluindo a necessidade de gerir as repercussões internacionais da crise financeira. Foi esse o principal objectivo da grande viagem que fiz a Londres, para a Cimeira do G20, e depois ao continente europeu, à Turquia e ao Iraque, durante oito dias.

Antes de 2008, a cimeira do G20 não passava de uma reunião de ministros das Finanças e governadores de bancos centrais para limar pormenores de rotina relacionados com a globalização. Os presidentes dos EUA reservavam-se para o mais exclusivo G8, um encontro anual dos líderes das sete maiores economias do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), mais a Rússia (que, por motivos geopolíticos, Bill Clinton e o primeiro-ministro britânico Tony Blair tinham feito pressão para incluir, em 1997). Tudo mudou quando, depois do colapso da Lehmann, o presidente Bush e Hank Paulson, num acto de sensatez, convidaram os líderes de todos os países do G20 para uma

reunião de emergência em Washington — reconhecendo que, no actual mundo interligado, uma grave crise financeira exigia a coordenação mais ampla possível.

À excepção de um compromisso vago em «envidar as posteriores acções que sejam necessárias» e a concordância em voltar a reunir em 2009, a cimeira do G20 de Washington pouco produzira em termos de acções concretas. Mas, com praticamente todos os países agora preparados para uma recessão e uma previsão de contracção do comércio global de nove por cento, a minha missão para a cimeira de Londres era unir o diversificado grupo do G20 em torno de uma resposta conjunta rápida e agressiva. A fundamentação lógica económica era simples: durante anos, os gastos dos consumidores dos EUA — impelidos por dívidas em cartões de crédito e empréstimos garantidos por hipotecas — tinham sido o principal motor do crescimento económico global. Os americanos compravam automóveis à Alemanha, artigos electrónicos à Coreia do Sul e praticamente tudo o resto à China; estes países, por seu turno, compravam matérias-primas a países mais abaixo na cadeia de abastecimento global. Agora, a festa acabara. Por muito bem que pudessem resultar a Lei de Recuperação e os testes de *stress*, os consumidores e as empesas americanas estariam enterrados até aos cabelos em dívidas durante algum tempo. Se os outros países queriam evitar uma espiral recessiva contínua, teriam de agir — implementando pacotes de estímulo da sua própria lavra: contribuindo para um fundo de emergência do FMI no valor de 500 mil milhões de dólares que pudesse ser aplicado consoante necessário por economias em maus lençóis e comprometendo-se a evitar a repetição das políticas proteccionistas e com intuitos de enfraquecimento económico dos outros países que haviam prolongado a Grande Depressão.

Tudo tinha sentido, pelo menos no papel. Antes da cimeira, contudo, Tim

Geithner advertira que convencer os meus homólogos estrangeiros a concordar com tais medidas exigiria um certo grau de subtileza.

— A má notícia é que estão todos zangados connosco por destruirmos a economia global — disse ele. — A boa notícia é que têm medo do que poderá acontecer se não fizermos nada.

Michelle decidira acompanhar-me na primeira metade da viagem, o que me agradou. Ela estava menos preocupada com a minha prestação na cimeira — «Vai correr bem», dissera — do que com o que levar vestido para o nosso encontro marcado com Sua Majestade, a rainha de Inglaterra.

— Devias levar um daqueles chapéus — aventei. — E uma pequena bolsa.

Ela olhou-me de sobrolho carregado.

— Isso não ajuda nada.

Nessa época, eu já viajara no *Air Force One* quase uma dúzia de vezes, mas só depois desse primeiro voo transatlântico compreendi a medida em que era um símbolo do poderio americano. As aeronaves propriamente ditas (dois *Boeing 747* personalizados) tinham vinte anos e isso já se notava. Os interiores — cadeiras de couro pesadas, mesas e painéis de nogueira, uma alcatifa da cor da ferrugem com um padrão de estrelas douradas — fazia lembrar as salas dos conselhos de administração ou os salões dos *country clubs* dos anos oitenta. O sistema de comunicações era fraco; só no meu segundo mandato tivemos *Wi-Fi* a bordo e, mesmo então, era muitas vezes mais lenta do que na maioria dos jactos privados.

Não obstante, tudo no *Air Force One* transpirava solidez, competência e uma pincelada de pompa — desde as comodidades (um quarto, gabinete privado e chuveiro para o presidente na parte da frente; lugares espaçosos, sala de reuniões e uma enfiada de terminais informáticos para a minha equipa) ao serviço exemplar da equipa de bordo (cerca de trinta pessoas,

dispostas a satisfazer os pedidos mais variegados), ao seu elevado nível de medidas de segurança (os melhores pilotos do mundo, vidros blindados, vários motores de reserva, capacidade de reabastecimento em pleno voo e uma unidade médica a bordo que incluía uma mesa de operações retráctil), e ao seu interior de 370 metros quadrados espalhados por três andares, com capacidade para transportar catorze jornalistas e doze agentes dos Serviços Secretos.

Ao contrário de todos os outros líderes mundiais, o presidente americano viaja totalmente equipado de maneira a não ter de depender dos serviços ou forças de segurança dos outros Governos. Isto queria dizer que uma armada de *Beasts*, veículos de segurança, ambulâncias, equipas tácticas e, quando necessário, helicópteros *Marine One* eram expedidos de antemão em aviões de transporte *C-17* da Força Aérea e posicionados na pista a aguardar a minha chegada. A excessiva pegada ecológica — e a maneira como contrastava com os planos mais modestos exigidos pelos outros chefes de Estado — ocasionava amiúde a consternação dos representantes dos países anfitriões. Porém, o Exército e os Serviços Secretos dos EUA não deixavam margem para negociação, e o país anfitrião acabava por ceder, em parte porque o seu próprio público e a imprensa *esperavam* que a chegada de um presidente americano ao seu país fosse uma coisa em grande.

E era. Onde quer que aterrássemos, eu via pessoas com a cara encostada às janelas dos terminais de aeroportos ou a aglomerar-se do outro lado da vedação do perímetro. Até mesmo o pessoal de terra parava o que estava a fazer para ver o *Air Force One* a estacionar lentamente ao fundo da pista, com o seu elegante trem de aterragem azul, as palavras ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA nítidas e discretas na fuselagem, a bandeira americana bem centrada na cauda. Ao descer do avião, fazia o aceno da praxe desde o cimo das escadas, entre o rápido zunido dos obturadores das máquinas

fotográficas e os sorrisos entusiastas da delegação alinhada ao fundo das escadas para nos receber, às vezes presenteando-me com um ramo de flores entregue por uma mulher ou uma criança com os trajes tradicionais, outras vezes com a guarda de honra completa ou banda militar disposta de ambos os lados do tapete vermelho que me levava até ao meu carro. No meio de tudo isto, sentia o ténue, mas indelével, resquício de antigos rituais — rituais de diplomacia, mas também rituais de tributo a um império.

NA MAIOR PARTE das últimas dez décadas, a América ocupara uma posição dominante no palco mundial. No rescaldo da Primeira Guerra Mundial, com o resto do mundo empobrecido ou reduzido a destroços, fôramos líderes no estabelecimento de um sistema encadeado de iniciativas, tratados e novas instituições que reformaram efectivamente a ordem internacional e criaram estabilidade para o caminho em frente: o Plano Marshall para reconstrução da Europa Ocidental; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e as alianças do Pacífico para servir de baluarte contra a União Soviética e sujeitar antigos inimigos a um alinhamento com o Ocidente; Bretton Woods; o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), para regulamentar as finanças e o comércio global; as Nações Unidas e agências multilaterais relacionadas, para promover uma resolução pacífica de conflitos e cooperação em todos os aspectos, desde a erradicação de doenças à protecção dos oceanos.

As nossas motivações para a construção destes modelos foram tudo menos altruístas. Além de ajudarem a garantir a nossa segurança, abriram mercados para escoarmos os nossos produtos, mantiveram as rotas marítimas disponíveis para as nossas embarcações, sustentaram o fluxo contínuo de petróleo para as nossas fábricas e automóveis, garantiram que os nossos bancos eram reembolsados em dólares e as fábricas das nossas

multinacionais não eram tomadas, que os nossos turistas podiam trocar os seus cheques de viagem por numerário e que os nossos telefonemas internacionais chegavam ao destino. Por vezes, contornámos as instituições globais para servir imperativos da Guerra Fria ou ignorámo-las de todo; metemos o nariz nos assuntos de outros países, ocasionalmente com resultados desastrosos; as nossas acções contrariaram muitas vezes os ideais da democracia, da autodeterminação e dos direitos humanos que professávamos.

No entanto, a um nível historicamente inigualável por qualquer outra superpotência, a América optou por se reger por um conjunto de leis, regras e normas internacionais. Na maioria das vezes, praticámos determinado nível de contenção nas nossas negociações com nações mais pequenas e mais fracas, recorrendo menos a ameaças e à coerção no intuito de mantermos o pacto global. Com o passar do tempo, essa vontade de agir em prol do bem comum — ainda que de maneira imperfeita — reforçou mais do que diminuiu a nossa influência, contribuindo para a durabilidade global do sistema. Se a América não foi sempre amada universalmente, pelo menos foi respeitada e não apenas temida.

Qualquer resistência que tenha havido em relação à visão global da América pareceu colapsar com a dissolução da União Soviética, em 1991. No breve trecho de pouco mais de uma década, a Alemanha e depois a Europa unificaram-se; os antigos países do Bloco de Leste afluíram para se juntarem à OTAN e à União Europeia; o capitalismo desenvolveu-se na China; países da Ásia, África e América Latina fizeram a transição da governação autoritária para a democracia; e o *apartheid* acabou na África do Sul. Os comentadores proclamaram o supremo triunfo da democracia liberal, pluralista e capitalista de estilo ocidental, insistindo que os resquícios de tirania, ignorância e ineficiência em breve seriam erradicados

pelo fim da História, a nivelação do mundo. Mesmo nessa época, era fácil troçar de tal exuberância. Porém, uma coisa era certa: no despontar do século XXI, os Estados Unidos podiam afirmar com legitimidade que a ordem internacional que haviam forjado e os princípios que tinham promovido — uma *Pax Americana* — ajudaram a criar um mundo em que milhares de milhões de pessoas tinham mais liberdade, mais segurança e eram mais prósperas do que antes.

Essa ordem internacional continuava a existir em 2009, quando aterrei em Londres. Todavia, a fé na liderança americana fora abalada — não pelos ataques de 11 de Setembro, mas pelo Iraque, por imagens de cadáveres a flutuar nas ruas de Nova Orleães depois do furacão *Katrina* e, mais do que tudo, pelo colapso de Wall Street. Uma série de crises financeiras de menor dimensão na década de 1990 evidenciara uma fraqueza estrutural do sistema global: a maneira como biliões de dólares de capital privado, a deslocar-se à velocidade da luz e não controlados por regulamentações ou supervisão internacional, podiam assumir a forma de uma perturbação económica num país e produzir rapidamente um *tsunami* nos mercados de todo o mundo. Visto que muitas dessas comoções tinham começado no que era considerada a periferia do capitalismo — locais como a Tailândia, o México e uma ainda débil Rússia — e com os Estados Unidos e outras economias avançadas em fase de crescimento sustentado, fora fácil pensar que estes problemas eram casos isolados, atribuíveis a más decisões de Governos inexperientes. Em quase todos os casos, os EUA haviam intervindo para salvar a situação, mas, em troca de financiamento de emergência e acesso contínuo a mercados de capitais globais, pessoas como Bob Rubin e Alan Greenspan (já para não falar dos ajudantes de Rubin de então, Larry Summers e Tim Geithner) tinham forçado os países em dificuldades a adoptar medidas penosas, incluindo desvalorizações da

moeda, profundos cortes na despesa pública e diversas outras medidas de austeridade que sustentaram os respectivos índices de crédito internacional, mas representaram um enorme esforço para os cidadãos.

Imagine-se, então, a consternação desses mesmos países, quando perceberam que, no próprio momento em que lhes dávamos lições de regulamentação de precaução e administração fiscal responsável, os nossos sumo-sacerdotes das finanças dormiam na forma, tolerando bolhas de activos e furores especulativos em Wall Street tão imprudentes como o que se passava na América Latina ou na Ásia. A única diferença residia nos montantes envolvidos e nos potenciais danos. Afinal de contas, tendo partido do princípio de que os reguladores dos EUA sabiam o que estavam a fazer, investidores de Xangai ao Dubai tinham canalizado avultadas somas para derivativos *subprime* e outros activos dos EUA. Exportadores tão importantes como a China e secundários como o Lesoto haviam baseado o seu próprio crescimento numa economia dos EUA estável e em expansão. Por outras palavras, aliciáramos o mundo a seguir-nos até uma terra paradisíaca de mercados livres, cadeias de abastecimento globais, ligações de Internet, crédito fácil e governação democrática. E, pelo menos durante um momento, pareceu-lhes que se tinham lançado a um poço, no nosso encalço.

QUARTA PARTE

UMA DURA BATALHA

CAPÍTULO 14

PARECE EXISTIR UM procedimento-padrão em todas as cimeiras internacionais. Um a um, os líderes chegam nas suas limusinas à entrada de um grande centro de convenções e depois passam defronte de uma falange de fotógrafos — um pouco à semelhança do tapete vermelho de Hollywood, mas sem os vestidos elegantes e as pessoas bonitas. Um delegado de protocolo recebe-os à porta e condu-los até um vestíbulo, onde o anfitrião os aguarda: um sorriso e um aperto de mão, conversa de circunstância sussurrada. Depois, ala para o salão dos líderes, para mais apertos de mão e conversa de circunstância, até que todos os presidentes, primeiros-ministros, chanceleres e reis abalam para uma sala de reuniões de dimensões impressionantes, com uma gigantesca mesa circular. No nosso lugar, encontramos uma pequena placa com o nosso nome, a bandeira do nosso país, um microfone com instruções de utilização, um bloco de notas alusivo ao evento e uma caneta de qualidade variável, um auscultador para a tradução simultânea, um copo e garrafas de água ou sumo e, quiçá, uma salva com aperitivos ou uma taça com rebuçados de mentol. A nossa delegação senta-se atrás de nós para tirar apontamentos e transmitir longas mensagens. O anfitrião dá início aos trabalhos, faz a exposição de abertura, e depois, durante o dia e meio que se segue — com pausas agendadas para reuniões bilaterais com outros líderes, uma «fotografia de família» (todos os líderes alinhados e com sorrisos pouco à vontade, a fazer lembrar as fotografias da terceira classe), e tempo suficiente no final de tarde para regressarmos à nossa suíte e mudarmos de roupa antes do jantar e, por

vezes, uma sessão nocturna, onde ficamos sentados, a tentar combater os efeitos da diferença horária e a dar o nosso melhor para parecermos interessados, enquanto todos os presentes, incluindo nós mesmos, se revezam a ler observações, redigidas com cuidado, anódinas e invariavelmente muito mais demoradas do que o tempo que nos é reservado, sobre o tópico que esteja na agenda.

Mais tarde, depois de já ter participado em algumas cimeiras, viria a adoptar a táctica de sobrevivência dos participantes mais experientes, certificando-me de que levava sempre trabalhos para fazer ou alguma coisa para ler, ou então, sem dar nas vistas, chamando de parte alguns líderes para tratar de assuntos, enquanto os outros dominavam o microfone. Mas, nessa primeira cimeira do G20 em Londres, fiquei no meu lugar e ouvi com atenção todos os oradores. Tal como o miúdo novo na escola, estava ciente de que os outros me avaliavam e achei que um pouco de humildade de novato poderia ter bastante influência a angariar apoio para as medidas económicas que iria propor.

Foi útil o facto de já conhecer alguns dos líderes presentes, começando pelo anfitrião, o primeiro-ministro britânico Gordon Brown, que estivera em Washington algumas semanas antes para se reunir comigo. Anterior ministro das Finanças no governo trabalhista de Tony Blair, Brown carecia dos luminosos dotes políticos do seu antecessor (parecia que todas as referências da imprensa a Brown incluíam a palavra «taciturno») e tivera a infelicidade de chegar finalmente a primeiro-ministro quando a economia da Grã-Bretanha começara a colapsar e os eleitores estavam saturados da desgastante governação de uma década do Partido Trabalhista. Porém, era atencioso, responsável e compreendia as finanças globais. Apesar de o seu tempo no cargo vir a ser curto, tive a sorte de o ter como aliado durante esses primeiros meses de crise.

Juntamente com Brown, os europeus mais importantes — não apenas na Cimeira de Londres, mas ao longo do meu primeiro mandato — eram a chanceler alemã Angela Merkel e o presidente francês Nicolas Sarkozy. A rivalidade entre os dois países mais poderosos do continente resultara numa guerra sangrenta intermitente de quase dois séculos. A sua reconciliação após a Segunda Guerra Mundial tornou-se a pedra basilar da União Europeia (UE) e de um período de paz e prosperidade sem precedentes. Por consequência, a capacidade da Europa de se mover como um bloco — e de servir de braço direito da América no palco mundial — dependia em grande medida da vontade de Merkel e Sarkozy trabalharem juntos.

Na maior parte do tempo, trabalharam, não obstante o facto de, em termos de temperamento, os dois líderes não poderem ser mais diferentes. Merkel, filha de um pastor luterano, crescera na Alemanha de Leste comunista, tentando não dar nas vistas e levando a cabo um doutoramento em Química Quântica. Só depois de a Cortina de Ferro cair é que entrou para a política, subindo metodicamente na hierarquia do partido de direita União Democrata-Cristã com uma conjugação de competências organizacionais, perspicácia estratégica e paciência inquebrantável. Os olhos de Merkel eram grandes e azul-claros e podiam revelar frustração, divertimento ou mágoa. De contrário, a sua aparência fleumática reflectia uma sensibilidade analítica, prática e séria. Era do conhecimento geral que suspeitava de explosões emocionais e de retórica empolada e, mais tarde, a sua equipa confessaria que, no início, desconfiara de mim precisamente pelas minhas capacidades oratórias. Não fiquei ofendido, presumindo que, num líder germânico, a aversão a uma possível demagogia talvez fosse uma coisa saudável.

Sarkozy, por seu turno, era, *todo ele*, explosões emocionais e retórica empolada. Com as suas feições escuras, expressivas e vagamente

mediterrânicas (era metade húngaro e um quarto judeu grego), parecia uma personagem saída de um quadro de Toulouse-Lautrec. Apesar de ser oriundo de uma família abastada, não tardara a admitir que as suas ambições eram estimuladas em parte por um sentimento de uma vida inteira a sentir-se forasteiro. Tal como Merkel, Sarkozy granjeara nome como líder do centro-direita, ganhando as presidenciais numa plataforma de economia *laissez-faire*, regulamentos laborais mais folgados, impostos mais baixos e um Estado-providência menos universal. Porém, ao contrário de Merkel, tinha um vasto leque de competências e interesses, sendo muitas vezes impelido pelas manchetes ou por oportunismo político. Quando chegámos a Londres para a reunião do G20, ele já estava a denunciar energicamente os excessos do capitalismo global. O que faltava a Sarkozy em consistência ideológica, era compensado em arrojo, charme e energia frenética. De facto, as conversas com Sarkozy eram, alternadamente, divertidas e exasperantes, as mãos sempre a mexer, o peito inflado como um galo, o seu tradutor pessoal (ao contrário de Merkel, o seu inglês era insuficiente) sempre ao lado para espelhar freneticamente todos os seus gestos e entoações, consoante a conversa passava da adulação para a jactância e para um discernimento genuíno, nunca se desviando muito do seu interesse original, vagamente dissimulado, que era estar no centro da acção e recolher os louros de tudo o que valesse a pena.

Por muito que eu apreciasse o facto de Sarkozy se ter convertido à minha campanha desde cedo (apoiando-me publicamente numa efusiva conferência de imprensa, durante a minha visita pré-eleitoral a Paris), não foi difícil perceber qual dos dois líderes europeus se revelaria o parceiro mais fiável. Porém, acabei por encarar Merkel e Sarkozy como úteis complementos: Sarkozy respeitador da prudência inata de Merkel, mas instigando-a muitas vezes a agir, e Merkel disposta a ignorar as

idiossincrasias de Sarkozy, mas hábil e refrear as suas propostas mais impulsivas. Também reforçaram os respectivos instintos pró-América — instintos esses que, em 2009, nem sempre eram do agrado do seu eleitorado.

NADA DISTO QUERIA DIZER que eles e os outros europeus eram fáceis de convencer. Protegendo os interesses dos seus países, Merkel e Sarkozy defenderam de forma acérrima a declaração contra o proteccionismo que estávamos a propor em Londres — a economia da Alemanha dependia largamente das exportações — e reconheceram a utilidade de um fundo de emergência internacional. Porém, tal como Geithner previra, nenhum manifestou qualquer entusiasmo pelo estímulo fiscal: Merkel tinha preocupações com o défice orçamental; Sarkozy preferia uma tributação universal sobre as transacções da Bolsa de Valores e queria combater os paraísos fiscais. Eu e Geithner precisámos de quase toda a cimeira para os convencer a juntarem-se a nós na promoção de medidas mais imediatas de combate à crise, solicitando a todos os elementos do G20 a implementação de políticas que aumentassem a procura agregada. Disseram-me que o fariam apenas se eu conseguisse convencer os outros líderes do G20 — em especial um grupo de países influentes não ocidentais que ficariam conhecidos colectivamente por BRICS — a deixar de bloquear propostas que eram importantes para eles.

Em termos económicos, os cinco países que formavam os BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — tinham pouco em comum e apenas mais tarde formalizariam o grupo (a África do Sul seria a última a aderir, em 2010). Mas, já no encontro do G20 em Londres, o espírito impulsionador por detrás da associação foi inequívoco. Estamos a falar de grandes e orgulhosas nações que, de uma maneira ou de outra, haviam emergido de períodos de inacção. Já não queriam continuar a ser relegadas

para as margens da História ou ver o seu estatuto reduzido ao de potências regionais. Estavam irritadas com o papel desmesurado do Ocidente na gestão da economia global. E, com a crise que se vivia, espreitaram a oportunidade de começar a mudar o rumo das coisas.

Em teoria, pelo menos, eu nutria alguma simpatia pelo seu ponto de vista. Juntos, os BRICS representavam um pouco mais de 40 por cento da população mundial, mas cerca de um quarto do PIB mundial e apenas uma fracção da sua riqueza. As decisões tomadas nos conselhos de administração das empresas de Nova Iorque, Londres ou Paris tinham muitas vezes mais impacto nas suas economias do que as escolhas políticas dos seus próprios Governos. A sua influência no Banco Mundial e no FMI continuava limitada, não obstante as extraordinárias transformações económicas que tinham ocorrido na China, na Índia e no Brasil. Se os Estados Unidos queriam preservar o sistema global que há muito os servia, tinha sentido dar a estas potências emergentes uma voz mais activa no modo como operavam — insistindo também para que assumissem mais responsabilidade pelos custos da sua manutenção.

Contudo, ao olhar em redor da mesa no segundo dia da cimeira, não consegui deixar de me interrogar sobre qual seria o resultado de um papel mais activo dos BRICS na governação global. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, visitara a Sala Oval em Março e impressionou-me. Antigo líder sindical de cabelos grisalhos e sedutor, que fora preso por protestar contra o anterior Governo militar e depois eleito em 2002, dera início a uma série de reformas pragmáticas que fizeram disparar a taxa de crescimento do Brasil, deram mais expressão à classe média e proporcionaram habitação e educação a milhões dos seus cidadãos mais pobres. Alegadamente, também tinha os escrúpulos de um líder do

Tammany Hall e corriam rumores sobre favorecimentos do Governo, acordos injustos e subornos que ascendiam aos milhares de milhões.

Por seu turno, o presidente Dmitri Medvedev parecia ser um estereótipo da nova Rússia: jovem, aprumado e envergando fatos europeus de bom corte. Só que ele não era o verdadeiro poder na Rússia. Esse lugar era ocupado pelo seu mecenas, Vladimir Putin: antigo agente do KGB, primeiro-ministro de então do país e líder do que parecia ser tanto uma organização criminosa como um Governo tradicional — uma organização que tinha os seus tentáculos à volta de todos os aspectos da economia do país.

À época, a África do Sul atravessava um período de transição, com o presidente interino Kgalema Motlanthe a ser pouco depois substituído por Jacob Zuma, líder do partido de Nelson Mandela, o Congresso Nacional Africano, que controlava o Parlamento do país. Em reuniões posteriores, Zuma pareceu-me bastante afável. Falou eloquentemente sobre a necessidade de comércio justo, desenvolvimento humano, infra-estruturas e distribuição da riqueza e oportunidades mais equitativas no continente africano. Todavia, segundo todas as informações, grande parte da boa vontade acumulada através da luta heróica de Mandela estava a ser malbaratada pela corrupção e a incompetência sob a liderança do ANC, deixando grandes porções da população negra do país ainda atolada em pobreza e desespero.

Por seu lado, Manmohan Singh, primeiro-ministro da Índia, preconizara a modernização da economia do país. Economista afável e de bom trato na casa dos 70 anos, com uma barba grisalha e um turbante que eram sinais distintivos da sua fé sique, mas aos olhos dos ocidentais lhe conferiam a aparência de um sacerdote, fora o ministro das Finanças da Índia na década de 1990, conseguindo tirar milhões de pessoas da pobreza. Durante o seu

mandato de primeiro-ministro, eu consideraria Singh sensato, ponderado e escrupulosamente honesto. Porém, apesar dos verdadeiros progressos em termos económicos, a Índia continuava a ser um lugar caótico e pobre: com grandes divisões em termos de religião e de casta, prisioneira dos caprichos de funcionários públicos locais corruptos e de influenciadores, incapacitada pela burocracia bairrista que mostrava resistência à mudança.

E depois havia a China. Desde finais dos anos de 1970, quando Deng Xiaoping abandonou efectivamente a visão marxista-leninista de Mao Zedong a favor de uma forma de capitalismo controlado pelo Estado, nenhuma nação apresentara historicamente um desenvolvimento mais rápido ou retirara mais pessoas da pobreza abjecta. Outrora pouco mais do que uma fonte de mão-de-obra não especializada a servir empresas estrangeiras que pretendiam tirar partido de um manancial inesgotável de trabalhadores mal pagos, a China ostentava agora engenheiros de primeira água e empresas de nível internacional a laborar com tecnologias de ponta. O seu descomunal excedente comercial fazia dela um dos principais investidores em todos os continentes; cidades resplandecentes como Xangai e Guangzhou tinham-se tornado sofisticados centros financeiros, albergando uma classe de consumidores em expansão. Olhando para sua taxa de crescimento e dimensão, era uma certeza que, a determinado momento, o PIB da China ultrapassaria o da América. Juntando este aspecto ao poderio militar do país, mão-de-obra cada vez mais qualificada, Governo sagaz e pragmático e uma cultura de coesão com cinco mil anos de existência, a conclusão parecia óbvia: se havia um país capaz de desafiar a proeminência dos EUA, era a China.

Porém, ao ver a delegação chinesa a operar no G20, fiquei convencido de que ainda faltariam décadas para esse desafio — e de que, se e quando acontecesse, o mais provável seria que tal acontecesse na sequência de erros

estratégicos da América. Segundo todas as informações, o presidente chinês Hu Jintao — um indivíduo inclassificável na casa dos 60 anos com cabelo da cor do azeviche (pelo que me era dado a entender, poucos líderes chineses ficavam grisalhos ao envelhecerem) — não era encarado como um líder especialmente forte, partilhando a autoridade, como era o caso, com outros membros do Comité Central do Partido Comunista Chinês. Efectivamente, na nossa reunião à margem da cimeira, Hu parecia contentar-se com páginas de tópicos de conversa preparados de antemão, sem uma agenda aparente para além de incentivar uma consulta permanente e aquilo que definia como uma colaboração em «que todos saem a ganhar». Na minha opinião, mais admirável foi o principal responsável político para a economia da China, o primeiro-ministro Wen Jiabao, um homem pequeno, de óculos, que falava sem recorrer a apontamentos e ostentava uma visão sofisticada em relação à crise actual; o seu compromisso com um pacote de estímulo chinês comparável à Lei de Recuperação foi, provavelmente, a melhor notícia que eu ouviria durante a minha passagem pela cimeira do G20. Mas, mesmo assim, os Chineses não tinham pressa alguma em tomar as rédeas da ordem mundial internacional, encarando a tarefa como uma dor de cabeça de que não precisavam. Wen não tinha muito a dizer sobre como gerir a crise financeira de futuro. Da perspectiva do seu país, o ónus recaía sobre nós.

Foi precisamente isso que me impressionou, não só durante a cimeira de Londres, mas também em todos os fóruns mundiais a que fui na qualidade de presidente: mesmo aqueles que se queixavam do papel da América no mundo confiavam em nós para não deixar o barco afundar. Em várias medidas, outros países estavam dispostos a contribuir — por exemplo, com tropas para os esforços de manutenção da paz da ONU, ou com apoio financeiro e logístico para diminuir a fome. Alguns, como os países

escandinavos, queriam dar um passo maior do que a perna. De contrário, poucos países se sentiam na obrigação de fazer mais do que agir em proveito próprio; e aqueles que partilhavam o compromisso básico da América com os princípios dos quais dependia um sistema liberal baseado no mercado — liberdade individual, Estado de direito, sólida aplicação dos direitos de propriedade e julgamento neutro de litígios, mais níveis basilares de responsabilização e competência política — careciam de grandeza económica e política, já para não falar do exército de diplomatas e especialistas políticos, para promover esses princípios à escala global.

A China, a Rússia e até mesmo democracias genuínas como o Brasil, a Índia e a África do Sul ainda operavam sob princípios diferentes. Para os BRICS, uma política externa responsável significava zelar pelos seus próprios interesses. Submetiam-se às leis estabelecidas apenas na medida em que os seus interesses fossem beneficiados, mais por necessidade do que por convicção, e pareciam dispostos a violá-las quando achavam que conseguiriam escapar sem sofrer as consequências. Se ajudassem outro país, preferiam fazê-lo sob pressupostos liberais, esperando alguma vantagem em troca. Estes países não sentiam seguramente nenhuma obrigação de entender o sistema como um todo. Na opinião deles, isso era um luxo a que apenas um Ocidente abastado e feliz se podia dar.

DE TODOS OS LÍDERES dos BRICS que participaram na cimeira do G20, aquele com o qual eu estava mais interessado em conversar era Medvedev. As relações entre os EUA e a Rússia estavam especialmente frias. No Verão anterior — alguns meses depois de Medvedev assumir o cargo —, a Rússia invadira o país vizinho da Geórgia, antiga república soviética, e ocupara de forma ilícita duas das suas províncias, desencadeando a violência entre os dois países e tensões com outras nações fronteiriças.

Para nós, era um sinal da crescente intrepidez e beligerância geral de Putin, uma relutância inquietante em respeitar a soberania de outra nação e uma zombaria mais lata do direito internacional. E, de muitas maneiras, parecia que escapara sem sofrer as consequências: além de suspender os contactos diplomáticos, a administração Bush praticamente nada fizera para punir a agressão russa, e o resto do mundo encolhera os ombros e seguira em frente, votando ao insucesso quaisquer esforços tardios para deixar a Rússia isolada. A esperança da minha administração era iniciar aquilo a que chamávamos um «novo começo» com a Rússia, encetando um diálogo no intuito de protegermos os nossos interesses, apoiarmos os nossos parceiros democráticos da região e atrairmos a colaboração para os nossos objectivos de não-proliferação e desarmamento nuclear. Para este fim, agendáramos um encontro privado com Medvedev um dia antes do início da cimeira.

Confiei em dois especialistas em assuntos da Rússia para me prepararem para a reunião: Bill Burns, subsecretário do Departamento de Estado para assuntos políticos, e Michael McFaul, o nosso director principal do NSC para assuntos da Rússia e da Eurásia. Burns, diplomata de carreira que fora embaixador na Rússia durante a administração Bush, era alto, musculoso e um pouco curvado para a frente, com uma voz agradável e o ar estudioso de um professor universitário de Oxford. McFaul, por seu turno, era muito enérgico e cheio de entusiasmo, com um largo sorriso e os cabelos louros e fartos. Natural do Montana, fora conselheiro na minha campanha enquanto continuara a dar aulas em Stanford e parecia terminar todas as frases com um ponto de exclamação.

Dos dois, McFaul era mais optimista em relação à nossa capacidade para influenciar a Rússia, em parte porque vivera em Moscovo no início dos anos noventa, durante os dias arrebatados da transformação política, primeiro como académico e mais tarde como director nacional de uma

organização pró-democracia parcialmente financiada pelo Governo dos EUA. Porém, no que dizia respeito a Medvedev, McFaul concordava com Burns quanto a não devermos ter grandes expectativas.

— Medvedev estará interessado em manter uma boa relação consigo para provar que está integrado no palco mundial — disse. — Mas não pode esquecer que quem manda continua a ser Putin.

Ao ler a sua biografia, entendi porque toda a gente partia do princípio de que Dmitri Medvedev tinha a rédea curta. Com quarenta e poucos anos, criado em relativas condições de privilégio como filho único de dois professores, estudara Direito em finais da década de 1980, fora professor na Universidade Estatal de Leninegrado e conhecera Vladimir Putin quando trabalhavam na autarquia de Sampetersburgo, em início dos anos noventa, após a dissolução da União Soviética. Enquanto Putin não largara a política, tornando-se primeiro-ministro do mandato do presidente Boris Ieltsin, Medvedev aproveitou as suas ligações políticas para conseguir um cargo executivo e comparticipação na maior empresa madeireira da Rússia, num período em que a privatização caótica de activos detidos pelo Estado proporcionara aos accionistas com boas ligações uma garantia de fortuna. Sem dar nas vistas, tornou-se um homem abastado, convocado para trabalhar em diversos projectos cívicos sem ter de enfrentar o incómodo das luzes da ribalta. Só em finais de 1999 voltara ao Governo, recrutado por Putin para um cargo de topo em Moscovo. Apenas um mês mais tarde, Ieltsin renunciou ao cargo de forma abrupta, elevando Putin de primeiro-ministro a presidente e arrastando Medvedev neste movimento de ascenção.

Por outras palavras, Medvedev era um tecnocrata e operador de bastidores, sem um perfil público ou uma base política próprios. E foi exactamente assim que me pareceu quando chegou à nossa reunião na Winfield House, a elegante residência do embaixador dos EUA nos

arrabaldes de Londres. Era um homem baixo, de cabelo escuro, afável, com uns modos ligeiramente formais, quase autodepreciativos, mais consultor de gestão internacional do que político ou *apparatchik* do partido. Pelos vistos, percebia inglês, mas preferia falar com um tradutor.

Iniciei a conversa com o tópico da ocupação militar russa da Geórgia. Como seria de esperar, Medvedev não se desviou dos argumentos oficiais. Culpou o Governo da Geórgia por precipitar a crise e insistiu que a Rússia agira apenas em defesa dos cidadãos russos, contra a violência. Refutou o meu argumento de que a invasão e a ocupação continuada constituíam uma violação da soberania da Geórgia e do direito internacional, e sugeriu, de maneira contundente, que, ao contrário das forças americanas no Iraque, as forças russas tinham sido recebidas como libertadoras. Ao ouvir essas palavras, lembrei-me do que Alexandre Soljenítsin, um escritor dissidente, dissera certa vez sobre a política durante a era soviética, que «a mentira se tornou não apenas uma categoria moral, mas também um pilar do Estado».

Mas se a refutação de Medvedev em relação à Geórgia me lembrou que ele não era anjinho nenhum, reparei num certo distanciamento irónico na sua tirada, como se quisesse que eu soubesse que na verdade não acreditava em tudo o que estava a dizer. Consoante o rumo da conversa se desviou para outros assuntos, também a sua disposição mudou. No que dizia respeito às medidas necessárias para gerir a crise financeira, mostrou-se bem preparado e construtivo. Demonstrou entusiasmo pela nossa proposta de um «novo começo» nas relações entre os EUA e a Rússia, sobretudo no tocante a expandir a colaboração em tópicos não militares, como a educação, a ciência, a tecnologia e o comércio. Surpreendeu-nos ao fazer a oferta espontânea (e inaudita) de permitir que as forças militares americanas usassem o espaço aéreo russo para transportar tropas e equipamento para o Afeganistão — uma alternativa que reduziria a nossa dependência exclusiva

das rotas de abastecimento paquistanesas, que eram dispendiosas e nem sempre fiáveis.

E, no que dizia respeito ao meu tema prioritário — a colaboração entre os EUA e a Rússia para refrear a proliferação nuclear, incluindo a possível investigação em armas nucleares do Irão —, Medvedev evidenciou prontidão para se envolver com franqueza e flexibilidade. Aceitou a minha proposta de pôr imediatamente os nossos respectivos especialistas a iniciar negociações sobre cortes nas reservas nucleares de cada país, no âmbito do seguimento do existente Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START), o qual expiraria em finais de 2009. Apesar de não estar disposto a comprometer-se com um esforço internacional para coagir o Irão, não descartou liminarmente essa possibilidade, chegando mesmo a reconhecer que os programas nucleares e de mísseis do Irão haviam evoluído muito mais depressa do que Moscovo previra — um reconhecimento que nem McFaul nem Burns se lembravam de ver um representante russo fazer, mesmo em privado.

Não obstante, Medvedev esteve longe de ser complacente. Durante a nossa conversa sobre a não-proliferação, deixou claro que a Rússia tinha uma prioridade própria, que era o desejo de reconsiderarmos a decisão da administração Bush de criar um sistema de defesa com mísseis na Polónia e na República Checa. Estaria a falar, presumi, em nome de Putin, que compreendera correctamente que o principal motivo por que os polacos e os checos estavam ansiosos por receber o nosso sistema era isso garantir maiores capacidades militares dos EUA no seu território, proporcionando uma vantagem adicional contra a intimidação russa.

A verdade é que, sem o conhecimento dos russos, nós já estávamos a reconsiderar a ideia de uma defesa terrestre com mísseis na Europa. Antes de eu partir para Londres, Robert Gates informara-me de que os planos

desenvolvidos durante a administração Bush tinham sido considerados potencialmente menos eficazes contra as ameaças mais prementes (sobretudo o Irão) do que se pensara no início. Gates sugerira que eu ordenasse uma análise de outras configurações possíveis, antes de tomar qualquer decisão.

Eu não estava disposto a aceder ao pedido de Medvedev de renunciar às considerações de defesa com mísseis até às iminentes negociações do START. Porém, pensei que seria do nosso interesse aplacar as apreensões dos Russos e a oportunidade fortuita permitiu-me garantir que Medvedev não saía de Londres de mãos a abanar, pelo que lhe indiquei a minha intenção de rever os nossos planos na Europa como uma demonstração de disponibilidade para debater o tema de boa-fé. Acrescentei que os progressos para travar o programa nuclear do Irão quase de certeza teriam influência sobre qualquer decisão que pudesse tomar — uma mensagem não muito subtil, à qual Medvedev respondeu mesmo antes da tradução.

— Compreendo — disse, em inglês, esboçando um sorriso.

Antes de ir embora, Medvedev também me convidou a visitar Moscovo durante o Verão, convite que me senti inclinado a aceitar. Depois de ver o seu cortejo de automóveis arrancar, virei-me para Burns e perguntei o que achava.

— Vou ser franco, senhor Presidente — disse McFaul. — Acho que não poderia ter corrido melhor. Ele pareceu muito mais receptivo a chegar a acordo do que eu esperava.

— O Mike tem razão — interveio Burns —, embora me questione sobre quanto do que o Medvedev disse foi aprovado de antemão pelo Putin.

Assenti com a cabeça.

— Saberemos em breve.

QUANDO A CIMEIRA de Londres terminou, o G20 tinha chegado a acordo em resposta à crise financeira global. O comunicado final, que seria feito em conjunto pelos líderes presentes, incluía prioridades dos EUA, tais como compromissos adicionais para incentivos e uma rejeição do proteccionismo, bem como medidas para eliminar os paraísos fiscais e melhorar a fiscalização financeira, que eram importantes para os europeus, enquanto as nações BRICS podiam contar com um compromisso dos EUA e da União Europeia em examinar possíveis mudanças no Banco Mundial e na representação do FMI. Quando íamos a sair do evento, num afluxo de entusiasmo, Sarkozy agarrou-me e a Geithner.

— Este acordo é histórico, Barack! — exclamou. — Aconteceu graças a si… Não, não, é verdade! E aqui ao senhor Geithner… Ele é fantástico! — Então, Sarkozy desatou a entoar o apelido do meu secretário do Tesouro como se fosse um adepto numa partida de futebol, tão alto que algumas cabeças se viraram na nossa direcção. Eu tive de rir, não só pelo evidente desconforto de Tim, mas também pela expressão chocada de Angela Merkel, que acabara de rever o enunciado do comunicado e olhava para Sarkozy como uma mãe olha para um filho traquinas.

A imprensa internacional considerou a cimeira um sucesso. Além de o acordo ser mais substancial do que o esperado, também o nosso papel central nas negociações ajudara a, pelo menos em parte, inverter a opinião de que a crise financeira manchara a liderança dos EUA de forma permanente. No fim da conferência de imprensa, tive o cuidado de realçar o mérito de todos os intervenientes, elogiando em particular Gordon Brown pela sua liderança e afirmando que, neste mundo interligado, nenhuma nação poderia singrar isolada. Resolver problemas importantes, disse eu, exigia o tipo de cooperação internacional que ocorrera em Londres.

Dois dias mais tarde, um repórter fez o acompanhamento da situação,

perguntando-me o que achava do excepcionalismo americano.

— Acredito no excepcionalismo americano — respondi. — Tal como suspeito que os britânicos acreditam no excepcionalismo britânico e os gregos acreditam no excepcionalismo grego.

Apenas mais tarde fiquei a saber que os republicanos e a imprensa conservadora aproveitaram esta afirmação banal, feita num esforço de manifestar modéstia e cortesia, como evidência de fraqueza e patriotismo insuficiente da minha parte. Os analistas começaram a caracterizar as minhas interacções com os líderes e cidadãos de outras nações como a «Digressão de Pedido de Desculpas de Obama», embora não pudessem dar conta de qualquer pedido de desculpas. Como é evidente, o facto de não ter pregado um sermão à assistência estrangeira sobre a superioridade americana, já para não falar da minha vontade de reconhecer as nossas imperfeições e levar em conta as opiniões de outros países, estava de algum modo a enfraquecer-me. Era outro sinal de como o panorama da nossa imprensa se deteriorara — e como um sectarismo cada vez mais pernicioso deixara de estar confinado ao interior das fronteiras. Neste novo mundo, uma vitória de política externa, por todos os padrões tradicionais, podia ser transformada numa derrota, pelo menos na mente de metade do país; mensagens que eram vantajosas para os nossos interesses e reforçavam a boa vontade no estrangeiro podiam conduzir a um manancial de dores de cabeça em termos políticos ao nível interno.

Numa nota mais positiva, Michelle foi um sucesso na sua estreia internacional, granjeando comentários especialmente elogiosos por uma visita que fizera a uma escola secundária só para raparigas no centro de Londres. Tal como sucederia durante todo o tempo que passámos na Casa Branca, Michelle deleitava-se nessas interacções e era capaz de se relacionar com crianças de todas as idades e origens — e, ao que parecia,

essa magia caiu nas bocas do mundo. Na escola, ela falou sobre a sua própria infância e as barreiras que tivera de derrubar, como a educação sempre lhe proporcionara a possibilidade de singrar. As raparigas — da classe operária, muitas delas de ascendência da Índia Ocidental e do Sul da Ásia — escutaram extasiadas enquanto aquela mulher deslumbrante insistia que já fora como elas. Nos anos que se seguiriam, ela visitaria alunas dessa escola várias vezes, chegando mesmo a receber um grupo na Casa Branca. Mais tarde, um economista analisaria os dados e concluiria que o envolvimento de Michelle na escola redundara num notável pico nas notas dos testes padronizados das alunas, o que sugeria que a sua mensagem de ambição e empatia fizera uma diferença efectiva e mensurável. Este «Efeito Michelle» era algo com que eu estava familiarizado — ela exercia o mesmo efeito sobre mim. Coisas como esta ajudavam-nos a não esquecer que o nosso trabalho como Primeira Família não era só política e políticas.

Porém, Michelle não deixou de ser controversa. Na recepção dos líderes do G20 e das suas esposas pela rainha Isabel, no Palácio de Buckingham, foi fotografada com a mão pousada sobre o ombro de Sua Majestade — uma aparente violação do protocolo entre a realeza e a plebe, apesar de a rainha não parecer importar-se, tendo inclusive passado também o braço à volta de Michelle. Além disso, Michelle usara um casaco de malha por cima do vestido durante o nosso encontro privado com a rainha, deixando a imprensa da Fleet Street numa agitação escandalizada.

— Devias ter seguido o meu conselho e usado um daqueles chapéus pequenos — disse-lhe eu na manhã seguinte. — E uma bolsa a condizer!

Ela sorriu e beijou-me na cara.

— E eu espero que gostes de dormir no sofá quando chegares a casa — disse ela, animada. — A Casa Branca tem muitos à escolha.

OS CINCO DIAS SEGUINTES foram repletos de visitas-relâmpago: uma cimeira da OTAN em Baden-Baden, na Alemanha, e em Estrasburgo, em França; reuniões e discursos na República Checa e na Turquia; e uma visita-surpresa ao Iraque, onde — para além de agradecer a uma unidade estridente de tropas dos EUA a sua coragem e o seu sacrifício — consultei o primeiro-ministro Maliki sobre os nossos planos de retirada e a transição ininterrupta do Iraque para um Governo parlamentar.

No final da viagem, eu tinha todos os motivos para estar bastante satisfeito. No estrangeiro, havíamos conseguido bons avanços para a agenda dos EUA. Não tinha cometido *gaffes* graves. Todos os elementos da minha equipa de política externa, desde os membros do executivo como Geithner e Gates até aos elementos mais subalternos da equipa que tratara dos preparativos, tinham feito um trabalho extraordinário. Além disso, longe de se furtarem a uma associação com os Estados Unidos, os países que visitáramos pareciam ávidos da nossa liderança.

Não obstante, a viagem dera-me evidências realistas de quanto do meu primeiro mandato seria passado não com novas iniciativas, mas a apagar fogos que antecediam a minha tomada de posse. Na cimeira da OTAN, por exemplo, conseguimos garantir o apoio da aliança à nossa estratégia «Af-Pak», mas não sem antes ouvirmos os líderes europeus reforçar o quanto o seu eleitorado se tornara avesso a uma cooperação militar com os Estados Unidos, depois da invasão do Iraque, e como teriam dificuldade em reunir consenso político para conseguirem tropas adicionais. Os membros da Europa Central e de Leste da OTAN também tinham ficado desalentados com a reacção frouxa da administração Bush à invasão russa da Geórgia e questionaram se seria possível contar com a aliança para os defender de agressões semelhantes por parte da Rússia. Fazia sentido: antes da cimeira, eu ficara espantado ao saber que a OTAN não tinha planos específicos nem

capacidade de resposta rápida para sair em defesa de todos os aliados. Foi apenas mais um exemplo de um segredo obscuro que eu estava a descobrir enquanto presidente, a mesma coisa que eu aprendera durante a nossa análise ao Afeganistão e que o mundo aprendera depois da invasão do Iraque: apesar das palavras duras, os políticos intransigentes da administração Bush, como Cheney e Rumsfeld, tinham sido surpreendentemente incapazes de alicerçar a sua retórica em estratégias coerentes e efectivas. Ou, nas palavras mais pitorescas de Denis: «Basta abrir uma gaveta na Casa Branca para se encontrar mais uma cagada do passado.»

Eu fiz o que pude para atenuar o problema da Europa Central, propondo que a OTAN desenvolvesse planos de defesa individualizados para cada um dos seus membros e declarando que, no que dizia respeito às nossas obrigações de defesa mútuas, não deveríamos distinguir entre membros mais recentes e mais antigos da aliança. Isto significaria mais trabalho para a nossa equipa de pessoal e militares, já sobrecarregada, mas fiz um esforço para não permitir que isso me fizesse subir demais a tensão arterial. Fiz um esforço para recordar a mim mesmo que todos os presidentes se sentiam embaraçados pelas escolhas e os erros da administração anterior, que 90 por cento do cargo consistia em lidar com problemas herdados e crises imprevistas. Só se fizéssemos isso bem feito, com disciplina e propósito, teríamos uma verdadeira oportunidade de moldar o futuro.

O que me deixou preocupado no fim da viagem não foi tanto um problema em especial, mas antes uma impressão global: a sensação de que, por vários motivos — alguns criados por nós, outros fora do nosso controlo —, a prometedora vaga de democratização, liberalização e integração que varrera o globo depois do fim da Guerra Fria começava a recuar. E que forças mais antigas e mais sombrias estavam a ganhar força e as tensões

impelidas por uma queda económica prolongada iriam provavelmente piorar as coisas.

Por exemplo, antes da crise financeira, a Turquia parecera ser uma nação em ascensão, um caso de estudo sobre os efeitos positivos da globalização nas economias emergentes. Apesar de uma história de instabilidade política e golpes militares, o país de maioria muçulmana estivera em grande medida alinhado com o Ocidente desde a década de 1950, mantendo-se como membro da OTAN, realizando eleições regulares, com um sistema de mercado e uma Constituição secular que salvaguardava princípios modernos como a igualdade de direitos para as mulheres. Quando o seu primeiro-ministro, Recep Tayyip Erdogan, e o seu Partido da Justiça e do Desenvolvimento, chegaram ao poder, em 2002-2003, propagandeando apelos populistas e, amiúde, manifestamente islâmicos, perturbaram a elite política turca, secular e dominada pelo Exército. Em particular, a notória simpatia de Erdogan pela Irmandade Muçulmana e pelo Hamas, na sua luta por um Estado palestiniano independente, também causara apreensão em Washington e Tel Aviv. Porém, até ao momento, o Governo de Erdogan cumprira a Constituição turca, satisfizera as suas obrigações para com a OTAN e gerira a economia com eficácia, tendo mesmo iniciado uma série de reformas modestas na esperança de ser aceite na União Europeia. Alguns observadores sugeriram que Erdogan poderia oferecer um modelo de islão político moderado, moderno e pluralista e uma alternativa às autocracias, teocracias e movimentos extremistas característicos da região.

Num discurso perante o Parlamento turco e numa assembleia municipal com alunos universitários de Istambul, tentei dar voz a esse optimismo. Mas, por força das minhas conversas com Erdogan, tinha as minhas dúvidas. Durante a cimeira da OTAN, Erdogan dera instruções à sua equipa para travar a nomeação de Anders Rasmussen, o primeiro-ministro

dinamarquês, bastante respeitado, para novo secretário-geral da organização — não por achar que Rasmussen não era qualificado, mas porque o Governo deste recusara, em 2005, aceder à exigência da Turquia de censurar a publicação num jornal dinamarquês de *cartoons* que retratavam o profeta Maomé. Os apelos europeus sobre a liberdade de imprensa não haviam demovido Erdogan e este anuíra apenas depois de eu lhe prometer que Rasmussen teria um delegado turco e o convencer de que a minha próxima visita — bem como a opinião pública dos EUA em relação à Turquia — seria afectada de forma adversa se a nomeação de Rasmussen não fosse avante.

Isto definiu o padrão para os oito anos seguintes. Os interesses pessoais mútuos ditaram que eu e Erdogan desenvolvêssemos uma relação profissional. A Turquia contava com os EUA para a apoiar na entrada para a UE, bem como com ajuda militar e de informações no combate aos separatistas curdos que tinham sido encorajados pela derrota de Saddam Hussein. Por seu turno, os EUA precisavam da cooperação turca no combate ao terrorismo e na estabilização do Iraque. Pessoalmente, eu considerava o primeiro-ministro cordial e, de uma maneira geral, receptivo aos meus pedidos. Mas, sempre que o ouvia falar, o seu corpo alto ligeiramente curvado, a sua voz um poderoso *stacatto* que subia uma oitava em resposta a vários ressentimentos ou àquilo que entendia serem insultos, ficava com a forte impressão de que o seu compromisso com a democracia e o Estado de direito só perduraria enquanto preservasse o seu próprio poder.

As minhas dúvidas relativas à durabilidade dos valores democráticos não se restringiam à Turquia. Durante a minha passagem por Praga, representantes da UE haviam demonstrado preocupações relacionadas com a ascensão dos partidos de extrema-direita por toda a Europa e com o modo

como a crise económica estava a causar um pequeno crescimento do nacionalismo, do sentimento anti-imigração e do cepticismo relacionado com a integração. Václav Klaus, o presidente checo de então a quem fiz uma breve visita de cortesia, encarnava algumas destas tendências. Notório eurocéptico no poder desde 2003, era acérrimo defensor do mercado livre e admirador de Vladimir Putin. E, pese embora o facto de tentarmos manter a cordialidade, aquilo que eu sabia sobre o seu historial público — apoiara esforços de censura à televisão checa, não apoiava os direitos dos homossexuais e era um manifesto negacionista das mudanças climáticas — não me deixou particularmente esperançado em relação às tendências políticas na Europa Central.

Era difícil dizer quanto tempo essas tendências perdurariam. Disse com os meus botões que essa era a natureza das democracias — incluindo a da América: alternar entre períodos de mudança progressista e contenção conservadora. De facto, o que me impressionou foi a facilidade com que Klaus se integraria na facção republicana do Senado na nossa terra, tal como eu conseguia imaginar Erdogan como influenciador na assembleia municipal de Chicago. Não conseguia perceber se isso era motivo para me sentir tranquilizado ou preocupado.

PORÉM, NÃO FORA a Praga para tecer avaliações sobre o estado da democracia. Pelo contrário, tínhamos agendado o meu grande discurso público da viagem para expor uma iniciativa de política externa de topo: a redução e definitiva erradicação de armas nucleares. Já me dedicava ao tema desde que fora eleito para o Senado, quatro anos antes, e, embora houvesse riscos associados à promoção do que muitos consideravam uma demanda utópica, disse à minha equipa que, de certa forma, o objectivo era justamente esse; até mesmo os progressos mais modestos relativos ao tema

exigiam uma visão arrojada e abrangente. Se queria deixar algum legado a Malia e Sasha, era a erradicação da possibilidade de um apocalipse fruto de acção humana.

Havia um segundo motivo, de cariz mais prático, para me concentrar na questão nuclear de uma maneira que faria as manchetes por toda a Europa: tínhamos de arranjar maneira de impedir que o Irão e a Coreia do Norte avançassem com os seus programas nucleares (na realidade, no dia que antecedeu o discurso, a Coreia do Norte lançara um míssil de longo alcance para o Pacífico, só para chamar a nossa atenção). Chegara a hora de exercer pressão internacional sobre os dois países, incluindo sanções económicas executáveis; e eu sabia que isto seria muito mais fácil de concretizar se fosse capaz de demonstrar que os Estados Unidos estavam interessados não só na reactivação do ímpeto global para o desarmamento, mas também em reduzir as suas próprias armas nucleares.

Na manhã do discurso, acreditava que havíamos enquadrado a questão nuclear com suficientes propostas concretas e exequíveis para eu não parecer desesperadamente quixotesco. Estava um dia limpo e a vista era espectacular: uma praça com o antigo castelo de Praga — em tempos, residência de reis da Boémia e imperadores romanos — a erguer-se como pano de fundo. Enquanto o *Beast* abria caminho pelas artérias estreitas e irregulares da cidade, passámos por alguns dos milhares de pessoas que se reuniam para ouvir o discurso. Havia gente de todas as idades, mas vi sobretudo juventude checa, com as suas calças de ganga, camisolas e cachecóis, aglomerada para se proteger do fresco vento primaveril, as caras afogueadas e expectantes. Eram multidões como aquela, pensei, que tinham sido dispersadas por tanques soviéticos no fim da Primavera de Praga, em 1968; e fora naquelas mesmas ruas, apenas vinte e um anos mais tarde, que,

em 1989, turbas ainda mais numerosas de manifestantes pacíficos tinham, contra todas as probabilidades, posto fim ao regime comunista.

Em 1989, eu andava na faculdade de Direito. Lembro-me de estar sentado sozinho no meu apartamento, numa cave a alguns quilómetros de Harvard Square, colado ao meu televisor comprado em segunda mão, a assistir ao desenrolar daquela que ficaria conhecida como Revolução de Veludo. Recordo-me de ficar fascinado e extremamente inspirado por aquelas manifestações. Fora a mesma sensação que já tivera nesse ano, ao ver aquela pessoa solitária a enfrentar os tanques na Praça de Tiananmen, a mesma inspiração que sentia sempre que via imagens cheias de grão dos Viajantes da Liberdade ou de John Lewis e dos seus soldados dos direitos civis a marchar pela ponte Edmund Pettus, em Selma. Ver pessoas comuns desprezar o medo e o hábito, defendendo as suas convicções, ver jovens a arriscar tudo só para terem uma palavra a dizer nas suas próprias vidas, tentando libertar o mundo de antigas crueldades, hierarquias, divisões, falsidades e injustiças que restringem o espírito humano — era nisso, percebi então, que acreditava, e era disso que ansiava fazer parte.

Nessa noite, não consegui dormir. Em vez de ler os meus livros de Direito para as aulas do dia seguinte, escrevi no meu diário até altas horas da noite, o cérebro a rebentar de pensamentos urgentes e não totalmente formados, sem saber bem qual poderia ser o meu papel naquela grandiosa luta global, mas ciente, já então, de que o Direito seria para mim apenas um ponto de passagem, que o meu coração me conduziria a outro porto.

Pareceu-me tudo tão longínquo. Porém, ao olhar para o exterior, no assento traseiro da limusina, preparando-me para fazer um discurso que seria transmitido em todo o mundo, percebi que havia uma linha directa, ainda que de todo improvável, entre aquele momento e este. Eu era o fruto dos sonhos daquele jovem e, enquanto estacionávamos na área de espera

improvisada nas traseiras de um amplo palco, parte de mim imaginou-se não como o político em que me tornara, mas como um daqueles jovens da multidão, não corrompidos pelo poder, não onerados pela necessidade de acolher homens como Erdogan e Klaus, com a única obrigação de colaborar com aqueles que ambicionavam um mundo novo e melhor.

Depois do discurso, tive a oportunidade de visitar Václav Havel, o dramaturgo e antigo dissidente que ocupara a presidência da República Checa durante dois mandatos, terminados em 2003. Participante na Primavera de Praga, passara para a lista negra após a ocupação soviética, as suas obras tinham sido banidas e fora detido várias vezes pelas suas actividades políticas. Havel, mais do que qualquer outra pessoa, dera uma voz moral aos movimentos pela democracia dos militantes de base que tinham acabado com a era soviética. Juntamente com Mandela e um punhado de outros estadistas ainda vivos, também ele fora um modelo distante, para mim. Quando estava na faculdade de Direito, lera os seus ensaios. Vê-lo a manter o discernimento mesmo depois da vitória da sua facção e de subir ao poder ajudara a convencer-me de que era possível entrar para a política e sair de lá com a alma incólume.

O nosso encontro foi breve, vítima da minha agenda. Havel tinha setenta e poucos anos, mas parecia mais jovem, com um comportamento despretensioso, um rosto sincero e áspero, o cabelo louro da cor da ferrugem e o bigode aparado. Depois de posarmos para as fotografias e de nos dirigirmos à imprensa ali reunida, sentámo-nos numa sala de reuniões onde, com a ajuda do seu tradutor pessoal, conversámos durante cerca de quarenta e cinco minutos sobre a crise financeira, a Rússia e o futuro da Europa. Ele temia que, de algum modo, os Estados Unidos pensassem que os problemas da Europa estavam resolvidos, quando, na realidade, em todos os países-satélite da antiga União Soviética o compromisso com a

democracia continuava frágil. Consoante as memórias da velha ordem se esfumavam e líderes como ele, que tinham forjado íntimas relações com a América, saíam de cena, eram reais os perigos de um iliberalismo emergente.

— De certa forma, os Soviéticos facilitavam a identificação do inimigo — disse Havel. — Hoje em dia, os autocratas são mais sofisticados. Candidatam-se enquanto sabotam lentamente as instituições que tornam a democracia possível. Defendem mercados livres enquanto se envolvem na mesma corrupção, favorecimentos e exploração que existiam no passado. — Confirmou que a crise económica estava a fortalecer as forças do nacionalismo e do extremismo populista em todo o continente e, embora concordássemos com a minha estratégia de voltar a envolver a Rússia, alertou para o facto de a anexação do território da Geórgia ser o exemplo mais manifesto dos esforços de Putin para intimidar e interferir na região.

— Sem as atenções dos EUA — disse —, a liberdade aqui e em toda a Europa definhará.

O nosso tempo esgotara-se. Agradeci a Havel os seus conselhos e asseverei-lhe que a América não vacilaria na promoção dos valores democráticos. Ele sorriu e disse-me que esperava não me ter dado mais motivos de preocupação.

— Foi amaldiçoado com as altas expectativas das pessoas — disse, apertando-me a mão. — Porque isso significa que também ficam desiludidas com facilidade. É uma coisa com a qual estou familiarizado. Receio que possa ser uma cilada.

SETE DIAS DEPOIS de partir de Washington, a minha equipa subiu novamente para o *Air Force One*, desgastada e pronta a regressar a casa. Eu ia na cabina dianteira do avião e preparava-me para pôr o sono em dia, quando

Jim Jones e Tom Donilon entraram para me porem ao corrente de uma situação em curso que envolvia um tema que nunca me fora apresentado durante a campanha.

— Piratas?

— Piratas, senhor Presidente — confirmou Jones. — Ao largo da costa da Somália. Abordaram um cargueiro capitaneado por um americano e, ao que parece, fizeram a tripulação refém.

Este problema não era novo. Há décadas que a Somália era um Estado fracassado, um país no Corno de África trinchado e partilhado constrangidamente por senhores da guerra, clãs e, mais recentemente, uma violenta organização terrorista denominada al-Shabaab. Sem a vantagem de uma economia em funcionamento, gangues de jovens desempregados com botes a motor, espingardas automáticas *AK-47* e escadas improvisadas passaram a dedicar-se a abordar embarcações comerciais que cruzavam a movimentada rota que liga a Ásia ao Ocidente através do canal de Suez, fazendo reféns para conseguirem resgates. Esta era a primeira vez que o alvo era uma embarcação com pavilhão americano. Não tínhamos qualquer indicação de que os quatro somalis tivessem ferido quaisquer membros da tripulação de vinte e duas pessoas, mas o secretário Gates dera ordens para o contratorpedeiro da Marinha *USS Bainbridge* e a fragata *USS Halyburton* se deslocarem para o local, e estes esperavam avistar a embarcação sequestrada quando aterrássemos em Washington.

— Se houver desenvolvimentos, acordá-lo-emos, senhor Presidente — disse Jones.

— Está bem — concordei, sentindo a fadiga que conseguira afastar ao longo dos últimos dias começar a assentar-me nos ossos. — Acordem-me também se houver uma praga de gafanhotos — disse eu. — Ou uma peste.

— Como assim? — indagou Jones, fazendo um compasso de espera.

— Era uma piada, Jim. Boa noite.

CAPÍTULO 15

A NOSSA EQUIPA DE SEGURANÇA NACIONAL passou os quatro dias seguintes ocupada com o drama que se desenrolava ao largo da costa da Somália. A tripulação do cargueiro *Maersk Alabama* fora rápida a pensar: conseguira desactivar o motor da embarcação antes de os piratas subirem a bordo e a maioria dos elementos tinha-se escondido numa sala segura. Entretanto, o capitão americano, um corajoso e ponderado cidadão de Vermont chamado Richard Phillips, permanecera na ponte de comando. Com a embarcação de 155 metros inoperável e o seu pequeno bote sem condições de navegabilidade, os somalis decidiram fugir num salva-vidas coberto, levando Phillips como refém e exigindo um resgate de dois milhões de dólares. Mesmo depois de um sequestrador se entregar, as negociações para a libertação do capitão americano não surtiram efeito. O drama aumentou quando Phillips tentou fugir, lançando-se ao mar, mas foi recapturado.

Com a situação a ficar mais tensa a cada hora que passava, decretei uma ordem permanente para disparar sobre os piratas somalis se, em algum momento, Phillips parecesse estar em perigo iminente. Por fim, ao quinto dia, recebemos a informação: a meio da noite, quando dois somalis saíram para o exterior e era possível ver o outro através de uma pequena janela a apontar uma arma ao capitão americano, franco-atiradores dos SEAL da Marinha fizeram três disparos. Os piratas morreram e Phillips foi resgatado incólume.

A notícia desencadeou uma onda de festejos na Casa Branca. A manchete de *The Washington Post* anunciou «UMA VITÓRIA MILITAR PRECOCE PARA

OBAMA», mas, por muito aliviado que tivesse ficado por ver o capitão Phillips de novo com a família e orgulhoso da nossa Marinha pela maneira como lidara com a situação, não fazia tenções de me vangloriar do feito. Em parte, era um simples reconhecimento de que a diferença entre o sucesso e o descalabro total era ínfima — três balas que acertam no alvo no meio da penumbra, em vez de atingirem um ponto um pouco mais ao lado devido a uma onda repentina. Mas também percebi que, por todo o mundo, em lugares como o Iémen e o Afeganistão, o Paquistão e o Iraque, as vidas de milhões de jovens como aqueles três somalis (alguns deles ainda crianças, pois pensava-se que o pirata mais velho teria dezanove anos) haviam sido desencaminhadas e destruídas pelo desespero, pela ignorância, por sonhos de glória religiosa, pela violência à sua volta ou pelos planos de homens mais velhos. Estes jovens eram perigosos, muitas vezes de forma deliberada, e, eventualmente, cruéis. No seu todo, pelo menos, eu queria salvá-los de algum modo — mandá-los para a escola, proporcionar-lhes um ofício, libertá-los do ódio que os consumia. Porém, na maioria das vezes, o mundo do qual faziam parte e a máquina que eu comandava obrigavam-me, em vez disso, a matá-los.

ESSA PARTE DO MEU TRABALHO, que implicava dar ordens para matar pessoas, não era surpresa, embora raramente fosse enquadrada dessa forma. O combate ao terrorismo — «na linha defensiva deles, não na nossa», como Gates gostava de dizer — delineara toda a fundamentação lógica para as guerras no Afeganistão e no Iraque. Mas, à medida que a al-Qaeda se dispersava e passava à clandestinidade, metastizando-se numa teia complexa de seguidores, operacionais, células adormecidas e simpatizantes ligados pela Internet e telefones pré-pagos, as nossas agências de segurança nacional depararam-se com o desafio de criar novas formas de combate

mais focadas e não tradicionais. A Agência de Segurança Nacional, ou NSA, que já era a organização de recolha de informações electrónicas mais sofisticada do mundo, utilizava supercomputadores e tecnologia de desencriptação no valor de milhares de milhões de dólares para passar o ciberespaço a pente fino, à procura de comunicações terroristas e potenciais ameaças. O Comando de Operações Especiais Conjuntas do Pentágono, apoiado por equipas de SEAL da Marinha e forças especiais do Exército, realizava incursões nocturnas e perseguia suspeitos de terrorismo sobretudo dentro — mas às vezes fora — de zonas de guerra do Afeganistão e do Iraque. E a CIA desenvolveu novas formas de análise e recolha de informações.

Também a Casa Branca se reorganizara para gerir a ameaça terrorista. Todos os meses, eu presidia a uma reunião na Sala de Crise, juntando todas as agências de informações para analisar os desenvolvimentos recentes e assegurar a coordenação. A administração Bush desenvolvera uma classificação para os alvos terroristas, uma espécie de lista «Top 20» que incluía fotografias, informações de pseudónimos e estatísticas vitais que faziam lembrar aqueles cromos antigos de basebol; de uma forma geral, sempre que algum nome da lista era abatido, era incluído outro alvo, o que levara Rahm a dizer que «o departamento de RH da al-Qaeda deve ter dificuldade em ocupar o gabinete número 21». De facto, o meu hiperactivo chefe de pessoal — que passara tempo suficiente em Washington para saber que o seu novo presidente liberal não se podia dar ao luxo de parecer brando com o terrorismo — estava obcecado com a lista, pressionando os responsáveis pelas nossas operações de identificação de alvos para saber porque estavam a demorar tanto tempo a localizar o número 10 ou o número 14.

Eu não me congratulava com nada disto. Não me fazia sentir poderoso.

Fora para a política para ajudar as crianças a ter uma educação melhor, ajudar as famílias a receber cuidados de saúde, ajudar os países pobres a produzir mais alimento — era esse tipo de poder que me dava alento.

Mas o trabalho tinha de ser feito e era minha responsabilidade garantir que as nossas operações eram o mais eficazes possível. Além disso, ao contrário de alguns simpatizantes de esquerda, eu nunca recriminara a abordagem de combate ao terrorismo da administração Bush de forma indiscriminada. Tinha informação suficiente para saber que a al-Qaeda e os seus correligionários não paravam de congeminar crimes horrendos contra pessoas inocentes. Os seus elementos não eram receptivos a negociações nem obedeciam às habituais directivas militares; frustrar os seus planos e fazê-los sair dos seus covis era uma empreitada de extrema complexidade. No rescaldo imediato do 11 de Setembro, o presidente Bush fizera algumas coisas acertadas, incluindo atenuar de forma rápida e consistente o sentimento anti-islâmico nos Estados Unidos — o que não era tarefa fácil, sobretudo olhando à história do nosso país, com o macarthismo e os campos de concentração para japoneses — e mobilizando o apoio internacional para a campanha inicial no Afeganistão. Até programas controversos da administração Bush, como a lei antiterrorista «Patriot Act», que eu próprio criticara, pareciam-me potenciais ferramentas de abuso, mais do que violações indiscriminadas das liberdades civis americanas.

O modo como a administração Bush manipulara as informações por forma a granjear apoio público para a invasão ao Iraque (já para não falar de utilizar o terrorismo como arma de arremesso político nas eleições de 2004) era mais condenável. E, é claro, eu considerava a invasão propriamente dita um erro estratégico tão grave como a entrada no Vietname, décadas antes. Mas, na realidade, as guerras no Afeganistão e no Iraque não tinham envolvido os bombardeamentos indiscriminados e

ataques deliberados a civis que haviam sido rotina até mesmo em guerras «boas» como a Segunda Guerra Mundial; e, com excepções flagrantes como Abu Ghraib, as nossas tropas no terreno revelaram um extraordinário nível de disciplina e profissionalismo.

Como tal, na minha perspectiva, a minha tarefa seria corrigir esses aspectos do esforço contraterrorista que tinham de ser corrigidos, ao invés de os arrancar pela raiz e começar do zero. Uma dessas correcções era o encerramento da Gitmo, a prisão militar na baía de Guantánamo, travando dessa maneira o fluxo ininterrupto de combatentes inimigos que para ali eram mandados. Outra era a minha ordem executiva que exigia o fim da tortura; apesar de, nos *briefings* de transição, me terem asseverado que as extradições extraordinárias e os «interrogatórios com técnicas melhoradas» tinham acabado durante o segundo mandato do presidente Bush, as maneiras dissimuladas, arrogantes e por vezes absurdas como alguns titulares de altos cargos da administração anterior me descreviam essas práticas («Esteve sempre presente um médico para garantir que o suspeito não sofria lesões permanentes ou morte») tinham-me convencido da necessidade de critérios sem ambiguidade de interpretação. Além disso, a minha principal prioridade era criar sólidos sistemas de transparência, responsabilização e supervisão — sistemas que incluíssem o Congresso e o poder judiciário e proporcionassem um quadro legal credível àquilo que, infelizmente, suspeitava que seria uma luta demorada. Para tal, precisava das perspectivas incontaminadas e da mentalidade crítica dos advogados mais liberais que trabalhavam sob a minha alçada na Casa Branca, no Pentágono, na CIA e nos gabinetes dos conselhos do Departamento de Estado. Mas também precisava de alguém que operara no seio dos esforços contraterroristas dos EUA, alguém que me pudesse ajudar a deslindar os vários compromissos de políticas que, com toda a certeza, se avizinhavam,

e depois meter as mãos nas entranhas do sistema, de maneira a certificar-se de que as mudanças necessárias eram mesmo implementadas.

John Brennan era essa pessoa. Com pouco mais de 50 anos, o cabelo grisalho a enfraquecer, um problema na anca (resultado dos afundanços quando jogara basquetebol na secundária) e a cara a fazer lembrar um pugilista irlandês, interessara-se pela língua árabe na universidade, estudara na American University do Cairo e entrara para a CIA na década de 1980, depois de responder a um anúncio no *The New York Times*. Viria a passar os vinte e cinco anos seguintes na agência, ocupando o cargo de técnico de informações diárias, chefe de delegação da CIA na Arábia Saudita e, por fim, vice-director executivo da CIA, sob a alçada do presidente Bush, sendo depois encarregado da criação da unidade contraterrorista integrada da agência após os acontecimentos do 11 de Setembro.

Não obstante o currículo e a aparência de durão, o que mais me impressionou em Brennan foi a sua ponderação e ausência de jactância (juntamente com a voz afável, que não batia certo com a sua aparência). Apesar de resoluto no seu compromisso para com a destruição da al-Qaeda e quejandos, era senhor de conhecimentos suficientes sobre a cultura islâmica e as complexidades do Médio Oriente para saber que só as armas e as bombas não levariam a tarefa a bom porto. Quando me disse que se opusera pessoalmente aos afogamentos simulados e a outras formas de «interrogatórios com técnicas melhoradas» aprovadas pelo seu superior, acreditei nele; e fiquei convencido de que a sua credibilidade junto da comunidade de informações seria valiosa para mim. Não obstante, Brennan estivera na CIA quando a prática dos afogamentos simulados ocorrera e essa associação tornava-o desadequado para o cargo de director da agência. Em vez disso, ofereci-lhe o cargo de conselheiro para a segurança nacional e o contraterrorismo.

— O seu trabalho — disse-lhe — será ajudar-me a proteger este país de uma forma consistente com os nossos valores e garantir que todos fazem o mesmo. Será capaz disso?

Ele respondeu que sim. E, durante os quatro anos que se seguiram, John Brennan cumpriria essa promessa, ajudando a gerir os nossos esforços e a servir de elo de ligação com uma burocracia da CIA que, por vezes, se revelava céptica e renitente. Além disso, partilhava o meu fardo de saber que qualquer erro que cometêssemos poderia custar vidas humanas, motivo pelo qual podia ser encontrado a trabalhar estoicamente num gabinete sem janelas na Ala Ocidental, por baixo da Sala Oval, aos fins-de-semana e feriados, acordado enquanto os outros dormiam, a esmiuçar todas as informações com uma intensidade implacável e obstinada que levava o pessoal da Casa Branca a chamar-lhe «a Sentinela».

NÃO TARDOU A TORNAR-SE evidente que esquecer as consequências das práticas contraterroristas do passado e instituir novas regras quando necessário seria uma tarefa lenta e penosa. O encerramento da Gitmo significava que teríamos de encontrar meios alternativos para albergar e processar legalmente prisioneiros existentes e quaisquer terroristas capturados no futuro. Instigado por um conjunto de pedidos ao abrigo da Lei de Liberdade de Informação que haviam passado pelo crivo dos tribunais, tive de decidir se os documentos relacionados com os programas de afogamentos simulados e de extradição da CIA na era de Bush deveriam ser tornados públicos (sim, no caso de memorandos legais justificativos de tais práticas, visto que os memorandos e os programas propriamente ditos já eram amplamente conhecidos; não, para fotografias das práticas propriamente ditas, que o Pentágono e o Departamento de Estado temiam poder desencadear a fúria internacional e deixar as nossas tropas e

diplomatas expostos a maior perigo). As nossas equipas jurídicas e os técnicos de segurança nacional debateram-se diariamente para perceber como estabelecer uma fiscalização judicial e do Congresso mais sólida para os nossos esforços contraterroristas e como cumprir as nossas obrigações em termos de transparência, sem dar pistas aos terroristas que liam *The New York Times*.

Ao invés de continuar com aquilo que, aos olhos do mundo, parecia um rol de decisões de política externa *ad hoc*, decidimos que eu faria dois discursos relacionados com os nossos esforços antiterroristas. O primeiro, destinado sobretudo a consumo interno, insistiria que a segurança nacional da América a longo prazo dependia da fidelidade à nossa Constituição e ao Estado de direito, reconhecendo que, no rescaldo imediato do 11 de Setembro, registáramos uma carência desses padrões e explicando como, doravante, a minha administração abordaria o combate ao terrorismo. O segundo, agendado para ser apresentado no Cairo, dirigir-se-ia a um público global — em particular, aos muçulmanos de todo o mundo. Durante a campanha, ficara a promessa de um discurso com estas características e, apesar de alguns elementos da minha equipa sugerirem o cancelamento por causa de tudo o que estava a acontecer, disse a Rahm que recuar não era uma opção.

— Não é possível mudar a atitude destes países do dia para a noite — disse eu —, mas, se não enfrentarmos com firmeza os focos de tensão entre o Ocidente e o mundo muçulmano, e descrevermos como seria uma coexistência pacífica, teremos de travar batalhas na região durante os próximos trinta anos.

Para ajudar a redigir os dois discursos, recrutei o talentoso Ben Rhodes, o meu redactor de discursos de 31 anos do NSC e que em breve viria ser conselheiro delegado de segurança nacional para comunicações

estratégicas. Se Brennan era alguém que podia agir como elo de ligação entre mim e o aparelho de segurança nacional que eu herdara, Ben era a ligação entre mim e o meu «eu» mais jovem e idealista. Criado em Manhattan por uma mãe judia liberal e um pai advogado do Texas, tendo ambos ocupado cargos no Governo de Lyndon Johnson, estava a fazer um mestrado em Escrita de Ficção na NYU quando o 11 de Setembro aconteceu. Impelido por uma fúria patriótica, Ben fora para Washington à procura de uma maneira de ser útil, acabando por trabalhar com Lee Hamilton, antigo congressista do Indiana, e ajudando a redigir o influente relatório do Grupo de Estudo para o Iraque de 2006.

De baixa estatura e a ficar prematuramente calvo, com umas sobrancelhas escuras que pareciam constantemente franzidas, Ben fora incumbido das tarefas mais complicadas quando a nossa campanha, com falta de efectivos, lhe solicitou a produção de declarações de posição, comunicados de imprensa e discursos importantes. Ocorreram algumas «dores de crescimento». Por exemplo, em Berlim, ele e Favs tinham encontrado uma bonita expressão germânica — «uma comunidade de destino» — para fazer a ligação dos temas do meu maior discurso pré-eleitoral em terras estrangeiras, percebendo depois, duas horas antes de subir ao palco, que a expressão fora utilizada numa das primeiras vezes que Hitler se dirigira ao Reichstag («Provavelmente não é o efeito que procura», disse Reggie Love, inexpressivo, enquanto eu desatava à gargalhada e Ben ficava vermelho como um pimento). Apesar da sua juventude, Ben não se coibia de dar o seu contributo para as políticas nem de contrariar os conselheiros mais experientes, com uma inteligência arguta e um fervor obstinado que era levedado por um humor autodepreciativo e um saudável sentido de ironia. Possuía uma sensibilidade de escritor, que eu partilhava, e isso constituiu a base de um relacionamento em tudo semelhante ao que eu

desenvolvera com Favs: podia passar uma hora com Ben a ditar os meus argumentos sobre um tema e ter a certeza de que receberia, poucos dias depois, um rascunho que, além de captar o essencial do que eu dissera, veicularia algo mais essencial: a minha visão fundamental do mundo e, por vezes, até os meus sentimentos.

Juntos, despachámos bastante depressa o discurso sobre contraterrorismo, embora Ben me dissesse que, sempre que enviava um rascunho para o Pentágono ou a CIA comentarem, este era devolvido com alterações, riscos vermelhos sobre cada palavra, proposta ou caracterização considerada, mesmo que remotamente controversa ou que criticasse práticas como a tortura — actos de resistência não muito subtis de políticos de carreira, muitos dos quais tinham chegado a Washington com a administração Bush. Eu disse a Ben para ignorar a maioria dessas sugestões. A 21 de Maio, proferi o discurso no edifício do Arquivo Nacional, de pé, ao lado dos originais da Declaração da Independência, da Constituição e da Declaração Universal dos Direitos do Homem — só para o caso de alguém do Governo ou fora dele não perceber a indirecta.

O «Discurso Muçulmano», como passámos a designar o segundo grande discurso, era mais complicado. Além das imagens negativas de terroristas e xeques do petróleo que aparecem nas notícias ou nos filmes, a maioria dos americanos pouco sabia sobre o islão. Entretanto, havia estudos a concluir que os muçulmanos do mundo inteiro acreditavam que os Estados Unidos eram hostis em relação à sua religião e que a nossa política para o Médio Oriente se baseava não num interesse em melhorar a vida das pessoas, mas em manter o abastecimento de petróleo, matar terroristas e proteger Israel. Considerando este fosso, eu disse a Ben que o nosso discurso teria de centrar-se menos em delinear novas políticas e mais em ajudar as duas facções a entenderem-se mutuamente. Isso significava reconhecer os

extraordinários contributos das civilizações islâmicas no desenvolvimento da matemática, da ciência e da arte e reconhecer o papel que o colonialismo tivera em algumas das lutas que ainda se travavam no Médio Oriente. Significava admitir a indiferença dos EUA no passado relativamente à corrupção e à repressão na região e a nossa cumplicidade no derrube do Governo democraticamente eleito do Irão durante a Guerra Fria, bem como reconhecer as cáusticas humilhações sofridas pelos palestinianos a viver em território ocupado. Pensei que ouvir estes relatos históricos básicos da boca de um presidente dos EUA apanharia muitas pessoas desprevenidas e talvez as deixasse receptivas a outras duras verdades: que o fundamentalismo islâmico que acabara por dominar boa parte do mundo muçulmano era incompatível com a abertura e a tolerância que estimulavam a modernidade e o progresso; que demasiados líderes muçulmanos tinham acumulado muitos ressentimentos contra o Ocidente como uma forma de desviarem as atenções dos seus próprios fracassos; que um Estado palestiniano apenas se materializaria mediante negociação e compromisso, e não através de incitamentos à violência e anti-semitismo; e que nenhuma sociedade conheceria um verdadeiro sucesso enquanto reprimisse as suas mulheres de forma sistemática.

AINDA TRABALHÁVAMOS no discurso quando aterrámos em Riade, na Arábia Saudita, onde estava previsto encontrar-me com o rei Abdullah bin Abdulaziz Al Saud, Guardião das Duas Mesquitas Sagradas (Meca e Medina) e líder mais poderoso do mundo árabe. Eu nunca visitara o reino e, na sumptuosa recepção de boas-vindas no aeroporto, a primeira coisa em que reparei foi na completa ausência de mulheres e crianças na pista e nos terminais — apenas filas de homens de bigode preto envergando uniformes militares ou os tradicionais *thawb* e *ghutra*. É claro que já estava a contar

com isso; as coisas eram assim no Golfo. Porém, quando entrei para o *Beast*, ainda me sentia afectado pela opressão e tristeza que aquele lugar segregado transmitia, como se tivesse de súbito entrado num mundo onde todas as cores tinham deixado de existir.

O rei tratara dos preparativos para eu e a minha equipa ficarmos hospedados no seu rancho, nos arredores de Riade e, consoante o nosso cortejo automóvel e escolta policial seguiam a toda a brida por uma auto-estrada ampla e imaculada debaixo de um sol empalidecido, os maciços e não ornamentados edifícios de escritórios, mesquitas, lojas de retalho e *stands* de automóveis de luxo depressa a dar lugar ao deserto de vegetação esparsa, pensei o quão pouco o islão da Arábia Saudita se parecia com a versão de fé que eu testemunhara em criança quando vivera na Indonésia. Em Jacarta, nas décadas de sessenta e setenta, o islão ocupara cerca do mesmo espaço na cultura da nação que o cristianismo na cidade ou vila média americana — relevante, mas não dominante. A chamada do muezim para a oração pontuava os dias, os casamentos e os funerais seguiam os rituais indispensáveis da fé, as actividades abrandavam nos meses do jejum e poderia ser difícil encontrar carne de porco nos cardápios dos restaurantes. De contrário, as pessoas viviam as suas vidas, com as mulheres a ir para o trabalho nos escritórios de *Vespa*, minissaia e saltos altos, meninos e meninas a soltar papagaios e jovens de cabelo comprido a dançar ao som dos Beatles e dos Jackson 5 na discoteca local. Era difícil distinguir os muçulmanos dos cristãos, hindus ou ateus com formação universitária, como o meu padrasto, quando se apinhavam nos autocarros de Jacarta, enchiam salas de espectáculos para ver o último filme de *Kung Fu*, fumavam à porta de tabernas ao longo da estrada ou vagueavam pelas ruas ruidosas. Naquele tempo, eram poucos os excessivamente devotos, e, se não

vítimas de escárnio, eram pelo menos postos de parte, como as testemunhas de Jeová que distribuem panfletos num bairro de Chicago.

A Arábia Saudita sempre fora diferente. Abdulaziz Ibn Saud, primeiro monarca da nação e pai do rei Abdullah, começara o seu reinado em 1932 e fora extremosamente dedicado aos ensinamentos do clérigo do século XVIII Muhammad bin Abd al-Wahhab. Os seguidores de Abd al-Wahhab afirmavam praticar uma versão não corrompida do islão, considerando o islão xiita e sufista herege e seguindo dogmas religiosos que eram considerados conservadores mesmo segundo os padrões da cultura árabe tradicional: segregação pública dos sexos, evitar o contacto com não-muçulmanos e rejeição da arte secular, música e outras formas de entretenimento que poderiam distrair da fé. Após o colapso do Império Otomano, depois da Primeira Guerra Mundial, Abdulaziz consolidou o controlo sobre tribos árabes rivais e fundou a Arábia Saudita moderna em consonância com estes princípios wahhabistas. A sua conquista de Meca — local de nascimento do profeta Maomé e destino de todos os peregrinos muçulmanos em busca de cumprir os cinco pilares do islão —, bem como da cidade sagrada de Medina, proporcionou-lhe uma plataforma a partir da qual exercer uma influência desmedida sobre a doutrina islâmica em todo o mundo.

A descoberta de jazidas de petróleo na Arábia Saudita e a incalculável riqueza que daí adveio ampliou ainda mais essa influência. Porém, também pôs a descoberto as contradições de tentar manter tais práticas ultraconservadoras num mundo em franca modernização. Abdulaziz precisava de tecnologia, conhecimentos e canais de distribuição americanos para explorar na sua plenitude o recém-descoberto tesouro e formou uma aliança com os Estados Unidos para obter armas modernas e proteger dos países rivais as jazidas de petróleo sauditas. Membros da família real

alargada conservaram empresas ocidentais para investir os seus vastos valores mobiliários e mandaram os filhos para Cambridge e Harvard aprender práticas empresariais modernas. Os jovens príncipes descobriram os atractivos das luxuosas casas de campo francesas, dos clubes nocturnos londrinos e dos salões de jogos de Vegas.

Por vezes, questionei-me se houvera um momento em que a monarquia saudita poderia ter reavaliado os seus compromissos religiosos, reconhecendo que o fundamentalismo wahhabista — como todas as formas de absolutismo religioso — era incompatível com a modernidade, e usado a sua riqueza e autoridade para conduzir o islão rumo a um destino mais dócil e tolerante. Provavelmente, não. Os modos tradicionais estavam demasiado entranhados e, à medida que as tensões com os fundamentalistas subiam de tom, na década de 1970, é possível que a realeza tenha concluído que a reforma religiosa conduziria inevitavelmente também a uma incómoda reforma política e económica.

Em vez disso, de modo a evitar o tipo de revolução que estabelecera uma república islâmica no vizinho Irão, a monarquia saudita chegou a acordo com os seus clérigos de linha dura. Em troca da legitimação do controlo absoluto da Casa de Saud sobre a economia e o governo da nação (e por estarem dispostos a fechar os olhos quando os membros da família real sucumbiam a certas indiscrições), foi concedido aos clérigos e à polícia religiosa o controlo das interacções sociais diárias, a determinação dos planos curriculares das escolas e a administração de castigos àqueles que violavam os decretos religiosos — desde flagelações públicas à decepação de mãos e até mesmo crucificações. Talvez mais importante, a família real canalizou milhares de milhões de dólares para esses mesmos clérigos, visando a construção de mesquitas e madraças por todo o mundo sunita. Em consequência, do Paquistão ao Egipto e do Mali à Indonésia, o

fundamentalismo ganhou preponderância, a tolerância a diferentes práticas islâmicas diminuiu, as campanhas para impor a governação islâmica ganharam ímpeto e os apelos para expulsar as influências ocidentais do território islâmico — através da violência, se necessário — tornaram-se mais frequentes. A monarquia saudita podia congratular-se por conseguir evitar uma revolução como a que ocorrera no Irão, tanto dentro de fronteiras como entre os seus parceiros do Golfo (ainda que a manutenção dessa ordem continuasse a exigir um serviço de segurança interna repressivo e ampla censura aos meios de comunicação social). Mas conseguira-o às custas de acelerar um movimento fundamentalista transnacional que desprezava as influências ocidentais, mantinha a desconfiança em relação aos namoricos sauditas com os Estados Unidos e servia de tubo de ensaio para a radicalização de muitos jovens muçulmanos. Homens como Osama bin Laden, filho de um proeminente homem de negócios saudita próximo da família real, e os quinze sauditas que, juntamente com outros quatro, planearam e executaram os ataques do 11 de Setembro.

A PALAVRA «RANCHO» revelou-se uma designação imprópria. Com uma área incalculável e diversas mansões equipadas com canalizações banhadas a ouro, candelabros de cristal e mobiliário faustoso, o complexo do rei Abdullah mais parecia um hotel Four Seasons atirado para o meio do deserto. Foi o próprio rei — um octogenário de bigode e barba pretos como o azeviche (a vaidade masculina parecia ser uma constante entre os líderes mundiais) — que me recebeu calorosamente à entrada do que parecia ser a residência principal. Com ele estava o embaixador saudita dos Estados Unidos, Adel al-Jubeir, um diplomata que estudara nos EUA, sem barba, cujo inglês perfeito, modos insinuantes, proficiência em RP e profundas

ligações a Washington faziam dele a pessoa ideal para os esforços do reino no controlo dos danos após o 11 de Setembro.

Naquele dia, o rei estava comunicativo e, com al-Jubeir a fazer de tradutor, recordou ternamente o encontro de 1945 entre o seu pai e Franklin Roosevelt a bordo do *USS Quincy*, destacou o enorme apreço que tinha pela aliança entre os EUA e a Arábia Saudita e descreveu a satisfação que sentira quando eu fora eleito presidente. Aprovou a ideia para o meu próximo discurso no Cairo, insistindo que o islão era uma religião de paz e salientando o trabalho que ele fizera pessoalmente para reforçar o diálogo entre diferentes credos. Asseverou-me também que o reino trabalharia em coordenação com os meus conselheiros económicos para garantir que os preços do petróleo não impediam a recuperação pós-crise.

Porém, no que dizia respeito a dois dos meus pedidos específicos — que o reino e outros membros da Liga Árabe considerassem ter um gesto para com Israel que pudesse ajudar a desencadear conversações de paz com os palestinianos e que as nossas equipas debatessem a possível transferência de alguns prisioneiros da Gitmo para centros de reabilitação sauditas —, o rei deu respostas evasivas, sem dúvida por temer uma potencial controvérsia.

A conversa aligeirou-se durante o banquete do meio-dia que o rei organizou para a nossa delegação. Foi um evento sumptuoso, como que saído de um conto de fadas, a mesa de quinze metros carregada de cordeiros assados inteiros e pequenos montes de arroz de açafrão e todos os tipos de iguarias tradicionais e ocidentais. Dos cerca de sessenta comensais, a minha directora de agenda, Alyssa, e a conselheira sénior Valerie eram duas das três mulheres presentes. Alyssa parecia bastante animada, na cavaqueira com representantes sauditas do outro lado da mesa, embora parecesse estar com alguma dificuldade em manter a *écharpe* sem que esta lhe caísse no

prato da sopa. O rei perguntou-me pela família e eu descrevi como Michelle e as meninas se estavam a adaptar à vida na Casa Branca. Ele explicou-me que tinha doze mulheres — há notícias que dão conta de um número próximo de trinta —, quarenta filhos e mais netos e bisnetos.

— Espero que não leve a mal a pergunta, Majestade — disse eu —, mas como consegue lidar com doze mulheres?

— Com dificuldade — respondeu, abanando a cabeça, fatigado. — Têm sempre ciúmes umas das outras. É mais complicado do que a política no Médio Oriente.

Mais tarde, Ben e Denis passaram pela mansão onde eu estava hospedado para falarmos sobre as alterações finais ao discurso do Cairo. Antes de deitarmos mãos à obra, reparámos num grande estojo de viagem em cima da lareira. Desapertei os fechos e abri-o. De um dos lados, havia uma grande cena no deserto sobre uma base de mármore com pequenas figuras douradas, bem como um relógio de vidro activado por mudanças da temperatura. Do outro lado, dentro de uma caixa de veludo, um colar com metade do tamanho de uma corrente de bicicleta, incrustado com o que pareciam ser rubis e diamantes no valor de centenas de milhares de dólares, juntamente com um anel e brincos a condizer. Olhei para Ben e para Denis.

— Uma lembrança para a patroa — aventou Denis. Explicou que os outros elementos da delegação tinham encontrado caixas com relógios caros à espera deles nos seus quartos. — Pelos vistos, ninguém explicou aos sauditas que estamos proibidos de receber presentes.

Levantando as pesadas jóias, interroguei-me quantas vezes presentes daqueles tinham sido deixados discretamente a outros líderes, durante visitas oficiais ao reino — líderes cujos países não tinham leis contra o recebimento de presentes, ou, pelo menos, leis que fossem cumpridas. Voltei a pensar nos piratas somalis que eu dera ordens para abater, todos

eles muçulmanos, e nos muitos jovens como eles do outro lado das fronteiras próximas do Iémen e do Iraque, e no Egipto, na Jordânia, no Afeganistão e no Paquistão, cujo salário de uma vida inteira provavelmente não chegaria perto do valor do colar que eu tinha nas mãos. Bastava radicalizar apenas um por cento desses jovens para ter um exército de meio milhão de homens, prontos a morrer pela glória eterna — ou apenas por algo melhor.

Pousei o colar e fechei o estojo.

— Muito bem — disse. — Vamos trabalhar.

A GRANDE ÁREA METROPOLITANA DO CAIRO albergava mais de dezasseis milhões de pessoas. Não vimos nenhuma delas na viagem do dia seguinte desde o aeroporto. As famosas ruas caóticas mostraram-se desertas durante quilómetros, à excepção de agentes da polícia destacados por toda a parte, o que revelava o extraordinário domínio que o presidente egípcio Hosni Mubarak exercia sobre o seu país — e o facto de um presidente americano ser um alvo tentador para grupos extremistas locais.

Se a monarquia tradicionalista da Arábia Saudita representava um rumo da governação árabe moderna, o regime autocrático do Egipto representava o outro. Em inícios dos anos de 1950, um carismático e civilizado coronel do Exército chamado Gamal Abdel Nasser orquestrara uma destituição militar da monarquia egípcia e instituíra um Estado secular monopartidário. Pouco depois, nacionalizara o canal de Suez, triunfando sobre tentativas de intervenções militares pelos britânicos e os franceses, o que o tornou uma figura global da luta contra o colonialismo e, de longe, o líder mais popular do mundo árabe.

Nasser continuou a nacionalizar outras indústrias fulcrais, iniciou a reforma das terras nacionais e lançou colossais projectos de obras públicas,

tudo com o objectivo de eliminar vestígios do domínio britânico e do passado feudal do Egipto. No estrangeiro, promoveu de forma activa um nacionalismo pan-árabe vagamente socialista, travou uma guerra perdida com os israelitas, ajudou a formar a Organização de Libertação da Palestina (OLP) e a Liga Árabe, e tornou-se membro fundador do Movimento dos Países Não-Alinhados, que recusou ostensivamente tomar partido na Guerra Fria, mas levantou suspeitas e ira em Washington, em parte porque Nasser aceitava apoio económico e militar dos soviéticos. Além disso, reprimiu de forma implacável dissidentes e a formação de partidos adversários no Egipto, atacando especialmente a Irmandade Muçulmana, um grupo que pretendia estabelecer um Governo islâmico através de mobilização política com militantes de base e obras de beneficência, mas também incluía elementos que, ocasionalmente, recorriam à violência.

O estilo de governação autoritária de Nasser era tão dominante que, até depois da sua morte, em 1970, houve líderes do Médio Oriente que procuraram imitá-lo. Porém, não possuindo a sofisticação nem a capacidade de Nasser para estabelecerem uma ligação com as massas, homens como Hafez al-Assad na Síria, Saddam Hussein no Iraque e Muammar Kadafi na Líbia manteriam o seu poder em grande medida através da corrupção, do nepotismo, da repressão brutal e de uma constante, ainda que ineficaz, campanha contra Israel.

Depois do assassinato do sucessor de Nasser, Anwar el-Sadat, em 1981, Hosni Mubarak subiu ao poder utilizando mais ou menos a mesma fórmula, com uma notável diferença: el-Sadat assinara um acordo de paz com Israel que tornou o Egipto aliado dos EUA, levando sucessivas administrações americanas a fechar os olhos à crescente corrupção do regime, ao desprezível registo em termos de direitos humanos e ao ocasional anti-semitismo. Com uma abundância de ajuda não apenas dos EUA, mas

também dos sauditas e de outros Estados ricos do Golfo, Mubarak nunca se preocupou em implementar reformas na economia estagnada do seu país, que deixava agora uma geração de jovens egípcios descontentes, sem conseguirem arranjar emprego.

O nosso cortejo automóvel chegou ao Palácio Qubba — uma elaborada estrutura de meados do século XIX e um dos três palácios presidenciais no Cairo — e, depois de uma cerimónia de recepção, Mubarak convidou-me para o seu gabinete para uma conversa de uma hora. Tinha 81 anos, mas ainda era espadaúdo e vigoroso, com um nariz romano, cabelo escuro penteado para trás e pesadas pálpebras que lhe conferiam o ar de um homem habituado, e um pouco fatigado, ao seu próprio comando. Depois de falar com ele sobre a economia egípcia e solicitar sugestões para reanimar o processo de paz israelo-árabe, abordei a questão dos direitos humanos, sugerindo passos que ele poderia dar para libertar prisioneiros políticos e atenuar as restrições à imprensa.

Num inglês com sotaque, mas perceptível, Mubarak afastou educadamente as minhas preocupações, insistindo que os seus serviços de segurança apenas se focavam em extremistas islâmicos e que o povo egípcio apoiava a sua abordagem firme. Eu fiquei com a impressão que se tornaria bastante familiar sempre que lidava com autocratas envelhecidos: fechados nos seus palácios, todas as suas interacções mediadas pelos obsequiosos funcionários de rosto austero que os rodeavam, eram incapazes de distinguir entre os seus interesses pessoais e os das suas nações, as suas acções orientadas pela simples manutenção da teia emaranhada do nepotismo e dos interesses comerciais que os mantinham no poder.

Por isso, como foi grande o contraste ao entrar no Salão Nobre da Universidade do Cairo e deparar-me com uma multidão que crepitava de energia! Pressionáramos o Governo para abrir o meu discurso a uma

amostra de vários quadrantes da sociedade egípcia, e era evidente que a simples presença de alunos universitários, jornalistas, académicos, líderes de organizações feministas, activistas comunitários e até mesmo alguns clérigos proeminentes e figuras da Irmandade Muçulmana entre as três mil pessoas ajudaria a tornar este evento único, um evento que chegaria a uma vasta audiência global através da televisão. Assim que subi ao palco e proferi a saudação islâmica «*Salaam aleikum*», a multidão bramiu em aprovação. Tive o cuidado de deixar claro que nenhum discurso iria resolver problemas enraizados. Todavia, conforme as aclamações e os aplausos continuaram ao longo da minha prelecção sobre democracia, direitos humanos e direitos das mulheres, tolerância religiosa e a necessidade de uma paz real e duradoura entre uma Israel segura e um Estado palestiniano autónomo, consegui imaginar o germinar de um novo Médio Oriente. Nesse instante, não foi difícil idealizar uma realidade alternativa, na qual os jovens daquele auditório criariam novas empresas e escolas, liderariam Governos responsivos e funcionais, e começariam a reinventar a sua fé de uma maneira que seria em simultâneo fiel à tradição e aberta a outras fontes de sabedoria. Talvez os altos representantes do Governo que estavam, carrancudos, sentados na terceira fila também o conseguissem imaginar.

Depois de descer do estrado, o público aplaudiu de pé durante muito tempo. Fiz questão de procurar Ben, que, regra geral, ficava demasiado nervoso para assistir a qualquer discurso que tivesse ajudado a escrever e se enfiava numa sala das traseiras, entretido com o seu *BlackBerry*. Dei com ele com um sorriso de orelha a orelha.

— Acho que resultou — disse eu.

— Vai ficar para a história — atalhou, sem qualquer laivo de ironia.

ANOS MAIS TARDE, críticos e até mesmo alguns dos meus apoiantes teriam a oportunidade de contrastar o tom exaltante e esperançado do discurso no Cairo com as implacáveis realidades que se desenrolariam no Médio Oriente durante os meus dois mandatos. Para alguns, evidenciou o pecado da ingenuidade, o qual debilitou aliados dos EUA como Mubarak e, desse modo, empolou as forças do caos. Para outros, o problema não fora a visão que o discurso propalara, antes aquilo que consideraram ser a minha incapacidade de seguir essa visão com acções efectivas e significativas. Senti-me tentado a responder, é claro — para salientar que eu fora o primeiro a afirmar que nenhum discurso resolveria os desafios de há muito na região; que tínhamos envidado esforços para implementar todas as iniciativas a que eu aludira naquele dia, quer fossem descomunais (um acordo entre israelitas e palestinianos) ou diminutas (a criação de programas de formação para futuros empreendedores); que continuava a defender os argumentos que apresentara no Cairo.

Mas, no fim, os factos do que aconteceu são os factos, e sobejam as mesmas questões com as quais me deparei quando era um jovem organizador social. De que serve descrever o mundo como ele deveria ser, se os esforços para conseguir esse mundo não são suficientes? Será que Václav Havel tinha razão, quando sugerira que, ao elevar as expectativas, estas ficaram condenadas ao fracasso? Será que os princípios abstractos e ideais nobres eram e seriam sempre apenas uma maneira pretensa e paliativa de combater o desespero, não conseguindo fazer frente às necessidades mais fundamentais que efectivamente nos movem, num ciclo interminável de medo e fome, domínio e fraqueza?

Mesmo então, as dúvidas acometeram-me de uma forma natural, a adrenalina do discurso a ser rapidamente substituída por pensamentos de todo o trabalho que me esperava em casa e as muitas forças alinhadas

contra aquilo que eu esperava fazer. A excursão que fizemos logo após o discurso aumentou o meu estado meditabundo: uma viagem de helicóptero de quinze minutos, sobrevoando a cidade esparramada, até que, de súbito, a amálgama de estruturas de cores creme e aspecto cubista desapareceu e deu lugar ao deserto, ao sol e às prodigiosas linhas geométricas das Pirâmides a recortar o horizonte. Quando aterrámos, fomos recebidos pelo principal egiptólogo do Cairo, um cavalheiro alegre e excêntrico com um chapéu folgado de abas largas que parecia saído de um filme do Indiana Jones e, durante as várias horas que se seguiram, eu e a minha equipa ficámos com aquele lugar só para nós. Escalámos os grandes blocos de pedra antiga da face de cada pirâmide. Abrigámo-nos à sombra da Esfinge, contemplando o seu olhar mudo e indiferente. Subimos um estreito plano inclinado para entrarmos numa das sombrias câmaras interiores do faraó, cujo mistério foi pontuado pelas palavras inoportunas do Axe durante a nossa cuidadosa descida pela escada:

— Que raios, Rahm, vem mais devagar… tens o rabo colado à minha cara!

A certa altura, enquanto observava Gibbs e alguns dos outros colaboradores a tentar montar os camelos para as habituais fotografias turísticas, Reggie e Marvin fizeram sinal para me juntar a eles no corredor de um dos templos menores das Pirâmides.

— Veja isto, chefe — disse Reggie, apontando para a parede. Ali, gravado na pedra macia e porosa, via-se a imagem escura do rosto de um homem. Não o típico perfil dos hieróglifos, mas uma imagem de uma cara vista de frente. Um rosto comprido e oval. As orelhas proeminentes como abanos. Uma caricatura de mim, vá-se lá saber como, forjada na Antiguidade.

— Deve ser algum familiar — disse Marvin.

Desatámos todos a rir e depois foram os dois para junto dos camelos. O nosso guia não soube dizer exactamente quem é que aquela imagem retratava, nem sequer se remontava ao tempo das Pirâmides. Mas eu fiquei junto da parede mais algum tempo, tentando imaginar a vida por detrás daquela ilustração. Teria sido um membro do tribunal real? Um escravo? Um capataz? Talvez apenas um vândalo entediado, ali acampado séculos depois da construção do muro, inspirado pelas estrelas e pela sua própria solidão a desenhar a sua imagem. Tentei imaginar as preocupações e dificuldades que o poderiam ter consumido e a natureza do mundo em que vivera, provavelmente repleto das suas próprias lutas e intrigas palacianas, conquistas e catástrofes, eventos que, o mais certo, naquela época não lhe pareceram menos prementes do que aqueles que teria de enfrentar assim que regressasse a Washington. Agora, tudo isso caíra no esquecimento e nada importava, o faraó, o escravo e o vândalo todos há muito transformados em pó.

Tal como todos os discursos que eu fazia, todas as leis que eu promulgava e todas as decisões que eu tomava em breve seriam esquecidos.

Tal como eu e todos aqueles que eu amava um dia se transformariam em pó.

ANTES DE REGRESSAR A CASA, lembrei-me de uma história mais recente. O presidente Sarkozy organizara as celebrações do sexagésimo quinto aniversário da chegada dos Aliados à Normandia e pedira-me para dizer umas palavras. Em vez de ir directamente para França, passámos por Dresden, na Alemanha, onde os bombardeamentos dos Aliados no final da Segunda Guerra Mundial tinham provocado uma tempestade de fogo que engolira a cidade, ceifando a vida a um número estimado de 25 mil pessoas. A minha visita era um gesto premeditado de respeito por um aliado agora

dedicado. Eu e Angela Merkel visitámos uma famosa igreja do século XVIII que fora destruída pelos ataques aéreos, tendo sido reconstruída cinquenta anos depois com uma cruz e um globo em ouro produzidos por um ourives britânico cujo pai fora um dos pilotos que realizaram o bombardeamento. A obra do ourives servia para lembrar que até aqueles que estão do lado certo da guerra não devem menosprezar o sofrimento do inimigo nem excluir a possibilidade de reconciliação.

Mais tarde, juntou-se a nós o escritor laureado com o Prémio Nobel de Literatura Elie Wiesel, para uma visita ao antigo campo de concentração de Buchenwald. Também este evento se revestiu de significado político: originalmente, havíamos considerado uma viagem a Tel Aviv para um seguimento do meu discurso no Cairo, mas, por consideração aos desejos do Governo de Israel de que eu não fizesse da questão palestiniana o principal tópico do meu discurso — nem desse a entender que o conflito israelo-árabe era a principal causa da agitação no Médio Oriente —, decidíramo-nos por uma visita a um dos epicentros do Holocausto como maneira de assinalar o meu compromisso com a segurança de Israel e do povo judeu.

Também havia um motivo pessoal para aquela peregrinação. Quando era um jovem universitário, tivera a oportunidade de ouvir Wiesel falar e ficara bastante comovido com o modo como narrara as suas experiências enquanto sobrevivente de Buchenwald. Ao ler os seus livros, dera conta de um núcleo moral inexpugnável que me revigorava e desafiava a ser melhor. Foi um dos grandes prazeres do tempo que passara no Senado, tornar-me amigo de Elie. Quando lhe disse que um dos meus tios-avôs, o irmão de Toot, chamado Charles Payne, fora um elemento da divisão de infantaria dos EUA que chegara a um dos subcampos de Buchenwald, em Abril de

1945, e começara a libertação, Elie insistira para que um dia lá fôssemos juntos. Agora, podia cumprir essa promessa.

— Se estas árvores falassem… — disse Elie baixinho, indicando uma fileira de imponentes carvalhos enquanto nós e Angela Merkel caminhávamos devagar pelo caminho de gravilha que levava à entrada principal do campo de Buchenwald. O céu estava carregado e a imprensa seguia a uma distância respeitosa. Parámos junto do memorial às vítimas do campo, os seus nomes, incluindo o do pai de Elie, gravados numa placa de aço que era mantida aquecida a 37 graus Celsius, a temperatura do corpo humano, uma chamada de atenção — num lugar cuja premissa fora o ódio e a intolerância — para a humanidade que partilhamos.

Durante a hora seguinte, vagueámos pelo recinto, passando pelas torres de vigia e os muros revestidos de arame farpado, fitando os negros fornos do crematório e contornando os alicerces das casernas dos prisioneiros. Havia fotografias do campo como ele fora, na sua maioria tiradas por unidades do Exército americano no momento da libertação. Numa via-se Elie, então com dezasseis anos, a olhar do cimo de uma das tarimbas, o mesmo rosto atraente e olhos chorosos, mas marcados pela fome, pela doença e por tudo aquilo que presenciara. Elie descreveu-nos as astúcias quotidianas de que ele e os outros prisioneiros se valiam para sobreviver: como os mais fortes ou afortunados levavam comida às escondidas aos fracos e moribundos; como se realizavam reuniões da resistência em latrinas tão imundas que os guardas nunca lá entravam; como os adultos organizavam aulas secretas para ensinar Matemática, Poesia e História às crianças — não apenas para transmitir ensinamentos, mas para que as crianças mantivessem a esperança de um dia serem livres e terem uma vida normal.

Mais tarde, ao falar com a imprensa, Angela Merkel exprimiu-se de

forma clara e humilde sobre a necessidade de os alemães não esquecerem o passado, pensarem na angustiante questão de como a sua pátria podia ter praticado tais horrores e reconhecerem a responsabilidade especial que agora carregavam sobre os ombros, de maneira a combater a intolerância de todo o tipo. Depois foi a vez de Elie falar, descrevendo como, em 1945 — paradoxalmente — saíra do campo com um sentimento de esperança no futuro. Esperança, disse ele, porque presumira que o mundo teria certamente aprendido de uma vez por todas que o ódio de nada valia e o racismo era uma estupidez e «a vontade de conquistar as mentes, territórios ou aspirações de outras pessoas… não tinha sentido». Segundo ele, agora, já não tinha tanta certeza daquele optimismo, não depois dos campos de extermínio no Camboja, no Ruanda, no Darfur e na Bósnia.

Mas suplicou-nos, suplicou-me, que saíssemos de Buchenwald com determinação, que tentássemos fazer vingar a paz, utilizando a memória do que acontecera no solo que pisávamos para ver além da ira e das divisões e encontrar força na solidariedade.

Levei as suas palavras comigo até à Normandia, a minha penúltima paragem da viagem. Num dia soalheiro, quase sem nuvens, milhares de pessoas tinham-se reunido no Cemitério Americano, situado numa escarpa, vigiando as águas azuis com espuma branca do canal da Mancha. Ao chegar de helicóptero, fitei as praias de seixos lá em baixo, onde, sessenta e cinco anos antes, mais de 150 mil soldados aliados, metade deles americanos, tinham enfrentado um mar encapelado para defrontar o fogo inimigo. Tinham tomado os penhascos serrilhados de Pointe du Hoc, acabando por conseguir a cabeça-de-praia que se revelaria decisiva para a vitória. Os milhares de lápides de mármore, fileiras alvas como ossadas sobre a relva verdejante, eram testemunho do preço que fora pago.

Fui recebido por um grupo de jovens Rangers do Exército que, nessa

manhã, haviam recriado os saltos de pára-quedas que se tinham realizado, em conjunto com as acostagens dos anfíbios no dia D. Agora, estavam de uniforme de desfile, bem-parecidos e em boa forma física, sorridentes e com uma pose afectada bem merecida. Apertei as mãos de todos eles, perguntando-lhes de onde eram e onde estavam actualmente destacados. Um primeiro-sargento chamado Cory Remsburg explicou que, na sua maioria, tinham acabado de chegar do Iraque. Disse-me que ele iria partir para o Afeganistão nas próximas semanas, para a sua décima mobilização.

— Não é nada, comparado com o que os homens aqui fizeram há sessenta e cinco anos, senhor — apressou-se a acrescentar. — Eles permitiram que fosse possível termos o nosso modo de vida.

Nesse dia, ao observar a multidão, percebi que muito poucos veteranos do dia D ou da Segunda Guerra Mundial ainda estavam vivos e em condições de fazer a viagem. Muitos dos que tinham comparecido precisavam de cadeiras-de-rodas ou de andarilhos para se conseguirem locomover. Bob Dole, a mordaz figura do Kansas que sofrera graves ferimentos durante a Segunda Guerra Mundial e se tornara um dos senadores mais notáveis e respeitados de Washington, estava presente. Também lá estava o meu tio Charlie, que viera com a mulher, Melanie, como meu convidado. Bibliotecário aposentado, era um dos homens mais afáveis e simples que conheci. Segundo Toot, ficara de tal modo abalado com as suas experiências na tropa que praticamente não falara durante seis meses, quando regressara a casa.

Independentemente dos ferimentos, estes homens irradiavam um orgulho sereno ao juntarem-se com as suas boinas de veteranos e casacos imaculados com medalhas de serviço bem polidas. Contaram histórias, aceitaram apertos de mão e palavras de agradecimento de mim e de desconhecidos, e viram-se rodeados de filhos e netos que os conheciam

menos pelo seu heroísmo de guerra do que pelas vidas que tinham levado depois — como professores, engenheiros, operários fabris ou lojistas, homens que tinham casado com as suas amadas, trabalhado arduamente para comprar uma casa, lutado contra a depressão e as desilusões, treinado as camadas jovens, feito voluntariado nas suas igrejas e sinagogas, e assistido ao casamento e à vida dos seus filhos e filhas.

Quando me vi no palco, assim que a cerimónia começou, percebi que as vidas daqueles veteranos com mais de 80 anos davam uma resposta cabal às dúvidas que me assaltavam. Talvez o meu discurso no Cairo caísse em saco roto. Talvez a disfunção no Médio Oriente se resolvesse por si só, independentemente do que eu fizesse. Talvez o melhor que poderíamos esperar fosse apaziguar homens como Mubarak e matar aqueles que atentassem contra a nossa vida. Talvez, como as Pirâmides me tinham segredado, nada disto interessasse a longo prazo. Mas, na única escala que qualquer de nós pode realmente compreender, um intervalo de séculos, as acções de um presidente americano realizadas sessenta e cinco anos antes haviam orientado o mundo para um caminho melhor. Os sacrifícios feitos por estes homens, quando tinham mais ou menos a idade dos Rangers do Exército que acabara de conhecer, fizeram toda a diferença. Tal como o testemunho de Elie Wiesel, que beneficiara desses sacrifícios, fizera a diferença; tal como a solicitude de Angela Merkel para absorver as trágicas lições do passado da sua própria pátria fez a diferença.

Chegara a minha vez de falar. Contei as histórias de alguns dos homens que viéramos homenagear.

— A nossa história sempre foi a soma das escolhas feitas e das acções realizadas por cada homem e cada mulher individualmente — concluí. — Sempre dependeu de nós.

Ao virar-me para trás, para olhar para os anciãos que estavam sentados

atrás de mim no palco, acreditei na verdade destas palavras.

CAPÍTULO 16

A NOSSA PRIMEIRA PRIMAVERA na Casa Branca não tardou a chegar. Em meados de Março o ar estava mais ameno e os dias maiores. Consoante o tempo aqueceu, o relvado virado a sul tornou-se quase como um parque privado a explorar. Havia vastas extensões de terreno de relva viçosa ladeada por majestosos carvalhos e olmeiros que davam sombra, e um pequeno lago escondido atrás das sebes, com as palmas das mãos dos filhos e netos dos presidentes gravados no caminho pavimentado que ia lá dar. Havia recantos e esconderijos para brincar à apanhada e às escondidas, e até havia um pouco de vida selvagem — não apenas esquilos e coelhos, mas também um falcão de cauda vermelha que um grupo de crianças da quarta classe ali tinha ido numa visita havia baptizado de *Lincoln*, e uma raposa esguia e de patas compridas que às vezes avistávamos ao longe, nos finais de tarde, e que de vez em quando se atrevia a vaguear pela colunata.

Como estivéramos enjaulados durante o Inverno, tirámos o máximo partido do novo jardim. Mandámos instalar um baloiço para Sasha e Malia, perto da piscina, mesmo em frente à Sala Oval. Quando levantava a cabeça depois de uma reunião de final de tarde sobre esta ou aquela crise, conseguia vislumbrar as meninas a brincar lá fora, as caras a transparecer felicidade enquanto subiam bem alto nos baloiços. Também montámos tabelas de basquetebol em cada extremo dos *courts* de ténis, para onde me esgueirava com Reggie para encestar umas bolas e onde os funcionários podiam fazer uns jogos intergabinetes de cinco contra cinco.

Além disso, com a ajuda de Sam Kass, bem como do horticultor da Casa

Branca e de uma trupe de entusiastas alunos do quinto ano de uma escola local, a Michelle plantara a sua horta. Aquilo que esperáramos vir a ser um importante mas modesto projecto de incentivo a uma alimentação saudável acabou por se transformar num verdadeiro fenómeno, servindo de inspiração a hortas escolares e comunitárias por todo o país, atraindo a atenção mundial e gerando tantos produtos no fim desse Verão — couves-galegas, cenouras, pimentos, funcho, cebolas, alfaces, brócolos, morangos, mirtilos, um pouco de tudo —, que a cozinha da Casa Branca começou a doar caixotes de legumes que sobravam a bancos alimentares locais. Como bónus inesperado, soubemos que um elemento da equipa de manutenção era apicultor amador e demos-lhe autorização para criar uma pequena colmeia: além de acabar por produzir mais de 45 quilos de mel por ano, um pequeno e empreendedor produtor de cerveja da Messe da Marinha sugeriu que poderíamos usar o mel numa receita de cerveja, o que resultou na aquisição de um *kit* de produção doméstica e me transformou no primeiro produtor de cerveja presidencial (constou-me que George Washington produzia o seu próprio uísque).

Mas de todos os prazeres que esse primeiro ano na Casa Branca traria, nenhum se comparou à chegada, em meados de Abril, do *Bo*, uma bola de pêlo preto de quatro patas que só apetecia abraçar, o peito e as patas da frente brancos como a neve. Malia e Sasha, que faziam pressão para terem um cachorrinho desde antes da campanha, gritaram entusiasmadas ao vê-lo pela primeira vez, e deixaram-no lamber-lhes as orelhas e a cara enquanto os três rebolavam pelo chão da residência. Mas não foram só as raparigas que se apaixonaram. Michelle passou tanto tempo com o *Bo* — ensinando-lhe truques, embalando-o ao colo, dando-lhe *bacon* sem ninguém ver —, que Marian confessou sentir ser uma má mãe por nunca ter cedido ao desejo de infância de Michelle de ter um cão.

Quanto a mim, tive aquilo que alguém certa vez descreveu como o único amigo de confiança que um político pode ter em Washington. O *Bo* também me proporcionou mais uma desculpa para deixar de lado a papelada de final de tarde e fazer companhia à minha família nas caminhadas sem destino pelo relvado virado a sul, depois do jantar. Foi durante esses momentos — com a noite a cair em tons roxos e dourados, Michelle a sorrir e a apertar-me a mão enquanto o cão se esgueirava pelo meio dos arbustos com as meninas atrás dele, Malia a acabar por se juntar a nós e fazer perguntas sobre coisas como ninhos de aves ou formações de nuvens enquanto Sasha se agarrava a uma das minhas pernas para ver até que distância eu a conseguia carregar — que me senti tão normal, completo e afortunado como qualquer homem tem o direito de esperar ser.

O *Bo* fora-nos oferecido por Ted e Vicki Kennedy e pertencia a uma ninhada de cães-d'água portugueses que Teddy tanto adorava. Foi um gesto incrivelmente atencioso, não só porque a raça era hipoalergénica (uma exigência devido às alergias de Malia), mas também porque os Kennedy se tinham certificado de que o *Bo* aprendera a fazer as necessidades no sítio certo antes de nos ser entregue. Porém, quando lhes telefonei a agradecer, só consegui falar com Vicki. Há quase um ano, fora diagnosticado um tumor cerebral maligno a Teddy e, apesar de ainda estar a ser tratado em Boston, era evidente para todos — incluindo o próprio Teddy — que o prognóstico não era bom.

Eu vira-o em Março, quando ele aparecera de surpresa numa conferência na Casa Branca que organizámos para dar início às hostilidades relacionadas com a legislação sobre os cuidados de saúde universais. Vicki mostrara-se preocupada com a viagem e eu compreendera porquê. Naquele dia, o andar de Teddy fora vacilante, o fato pendia-lhe, frouxo, depois de tanto peso perdido e, apesar do comportamento animado, os seus olhos

encovados e baços revelavam o esforço que fazia só para se manter de pé. Todavia, insistira em comparecer porque, trinta e cinco anos antes, a causa de disponibilizar a todos cuidados de saúde decentes e de preço acessível tornara-se, para ele, pessoal. Fora diagnosticado um cancro ósseo ao seu filho Teddy Jr., o qual obrigara à amputação de uma perna aos doze anos. Durante o internamento hospitalar, Teddy conhecera outros pais cujos filhos estavam igualmente doentes, mas não faziam ideia de como iriam pagar as facturas médicas cada vez maiores. Fora então que jurara fazer algo para mudar as coisas.

Durante sete presidências, Teddy travara uma dura batalha. Durante a administração Clinton, ajudara a garantir a promulgação do Programa de Seguro de Saúde para crianças. Perante as objecções de alguns elementos do próprio partido, colaborara com o presidente Bush no sentido de conseguir a comparticipação de medicamentos para a terceira idade. Mas, apesar de todo o seu poder e competências legislativas, o sonho de criar cuidados de saúde universais — um sistema capaz de disponibilizar cuidados médicos de qualidade a todas as pessoas, independentemente da sua capacidade para pagar — continuou a esquivar-se-lhe.

Fora por isso que Ted Kennedy se obrigara a sair da cama e a ir à nossa conferência, sabendo que, embora já não pudesse liderar a luta, a sua efémera mas simbólica presença talvez surtisse algum efeito. Como não poderia deixar de ser, quando entrou na Sala Oriental, as cento e cinquenta pessoas que lá se encontravam imediata e demoradamente o aclamaram e aplaudiram. Depois de abrir as hostilidades, convoquei-o para ser o primeiro a usar da palavra e apercebi-me de que alguns dos seus antigos colaboradores tinham uma lágrima no canto do olho ao verem o seu antigo chefe levantar-se para falar. O discurso foi breve; a sua voz de barítono não retumbou com tanta intensidade como quando ressoava no Senado. Disse

que esperava ser um «soldado raso» no esforço que se avizinhava. Quando chegou a vez do terceiro ou quarto orador, Vicki acompanhou-o discretamente para fora da sala.

Só voltei a vê-lo uma vez em pessoa, duas semanas mais tarde, na cerimónia de assinatura de um projecto de lei para a expansão dos programas de serviço militar nacional, que republicanos e democratas tinham concordado nomear em sua honra. Porém, eu pensava em Teddy às vezes, quando o *Bo* entrava na Sala do Tratado, a cabeça baixa, o rabo a abanar, até se enroscar aos meus pés. E lembrava-me do que Teddy me dissera nesse dia, momentos antes de entrarmos juntos na Sala Oriental.

— Chegou o momento, senhor Presidente — dissera ele. — Não deixe escapar a oportunidade.

A LUTA PARA CONSEGUIR alguma forma de cuidados de saúde universais nos EUA remonta a 1912, quando Theodore Roosevelt, que servira durante quase oito anos como presidente republicano, decidiu recandidatar-se — dessa feita com uma lista de candidatos progressistas e uma plataforma que defendia a criação de um serviço de saúde nacional centralizado. À época, poucas pessoas tinham ou sentiam necessidade de um seguro de saúde privado. A maioria dos americanos pagava cada consulta aos médicos, mas o sector da medicina estava cada vez mais sofisticado e, consoante ficam disponíveis mais testes de diagnóstico e cirurgias, os custos associados começaram a aumentar, criando uma ligação mais forte entre a saúde e a riqueza. O Reino Unido e a Alemanha tinham lidado com problemas semelhantes através da criação de sistemas de seguro de saúde nacionais e outros países europeus não tardariam a seguir-lhes o exemplo. Embora Roosevelt tivesse perdido as eleições de 1920, os ideais progressistas do seu partido abriram caminho a que os cuidados médicos para todos e com

preços acessíveis pudessem ser encarados como um direito e não como um privilégio. Porém, não demorou muito até os médicos e os políticos do Sul se oporem energicamente a qualquer tipo de envolvimento governamental nos cuidados de saúde, estigmatizando a ideia como uma forma de bolchevismo.

Depois de Franklin Roosevelt impor um congelamento salarial a nível nacional com o fito de travar a inflação durante a Segunda Guerra Mundial, muitas empresas começaram a disponibilizar seguros de saúde privados e pensões como uma forma de aliciar o número limitado de trabalhadores que não tinham sido destacados para o estrangeiro. Quando a guerra acabou, este sistema baseado na entidade patronal continuou, em grande medida porque os sindicatos apreciavam o plano, pois permitia-lhes usar os pacotes de benefícios mais generosos negociados em acordos colectivos como argumento para angariar novos membros. O aspecto negativo era que deixava esses sindicatos sem motivações para pressionarem a criação de programas de saúde promovidos pelo Governo capazes de ajudar todas as outras pessoas. Harry Truman propôs por duas vezes a criação de um sistema de cuidados de saúde nacional, uma vez em 1945 e outra no âmbito do seu pacote *Fair Deal* — «Acordo Justo» — em 1949, mas o seu apelo ao apoio público não conseguiu fazer frente aos bem financiados esforços de RP da American Medical Association e de outros lóbis da indústria. Os seus adversários não se limitaram a defraudar o esforço de Truman: convenceram uma grande franja do público de que a «medicina socializada» conduziria ao racionamento, à perda do médico de família e das liberdades que os americanos tanto amam.

Ao invés de confrontarem directamente os seguros privados, os progressistas canalizaram a sua energia para ajudar as populações que o mercado deixara para trás. Estes esforços surtiram efeito durante a

campanha *Great Society* —«Grande Sociedade» — de Lyndon B. Johnson, quando foi introduzido um programa de pagador único universal, em parte financiado por receitas do imposto sobre o rendimento, para os mais velhos (Medicare), e foi criado um programa não tão abrangente, baseado numa conjugação de financiamento federal e estadual, para os pobres (Medicaid). Durante a década de 1970 e inícios dos anos oitenta, esta manta de retalhos funcionou relativamente bem: cerca de 80 por cento dos americanos tinham cobertura através dos respectivos empregos ou de um destes dois programas. Os defensores salientavam as muitas inovações trazidas para o mercado pela indústria médica com fins lucrativos, desde as ressonâncias magnéticas a fármacos capazes de salvar vidas.

Porém, por muito úteis que fossem, estas inovações também fizeram disparar os custos dos cuidados de saúde. E com as seguradoras a suportar as facturas médicas da nação, os doentes tinham poucos motivos para questionar se as farmacêuticas estavam a cobrar preços demasiado altos ou se os médicos e os hospitais estavam a prescrever exames redundantes e tratamentos desnecessários, no intuito de aumentarem os seus lucros. Entretanto, quase um quinto do país vivia a apenas uma doença ou um acidente de distância de uma potencial ruína financeira. Abstendo-se de realizar exames gerais regulares e de procurar cuidados de prevenção por não os poderem suportar financeiramente, os cidadãos sem seguro esperavam muitas vezes até estarem muito doentes para procurarem cuidados nas urgências hospitalares, onde doenças em fases mais avançadas significavam tratamentos mais dispendiosos. Os hospitais compensaram estes cuidados não pagos aumentando os preços dos clientes com seguros, o que, por sua vez, fez disparar os prémios.

Tudo isto explicava porque os Estados Unidos gastavam muito mais dinheiro por pessoa em cuidados de saúde do que qualquer outra economia

avançada (mais 112 por cento do que o Canadá, mais 109 por cento do que a França, mais 117 por cento do que o Japão) e com resultados semelhantes ou piores. A diferença ascendia a centenas de milhares de milhões de dólares por ano — dinheiro que poderia ter sido utilizado na prestação de cuidados infantis de qualidade para as famílias americanas, na redução das propinas dos estudantes universitários, ou na eliminação de uma grande parcela do défice federal. A escalada dos custos de saúde também representou um fardo para as empresas americanas: os fabricantes de automóveis nipónicos e germânicos não tinham de se preocupar com os 1500 dólares adicionais em custos de cuidados de saúde dos trabalhadores e aposentados que Detroit tinha de somar ao preço de cada veículo que saía da linha de montagem.

De facto, foi em resposta à concorrência externa que, em finais da década de oitenta e nos anos noventa, as empresas americanas começaram a transpor os crescentes custos com seguros para os funcionários, substituindo os planos tradicionais que tinham poucos, ou nenhuns, custos por planos mais baratos que incluíam franquias mais elevadas, comparticipações, limites vitalícios e outras surpresas desagradáveis escondidas nas letras miudinhas. Muitas vezes, os sindicatos só conseguiam preservar os seus planos de benefícios tradicionais se concordassem em renunciar a aumentos salariais. As pequenas empresas tinham dificuldade em proporcionar quaisquer benefícios de saúde aos seus colaboradores. Entretanto, as seguradoras que operavam no mercado individual aperfeiçoaram a arte de rejeitar clientes que, de acordo com os respectivos dados actuariais, tinham mais probabilidades de recorrer ao sistema de cuidados de saúde, sobretudo indivíduos com uma «condição preexistente» — que muitas vezes definiam de maneira a incluir qualquer coisa, desde um cancro a asma e alergias crónicas.

Por isso, não é de admirar que, quando subi ao poder, houvesse muito poucas pessoas dispostas a defender o estado actual das coisas. Mais de 43 milhões de americanos estavam agora sem seguro, os prémios para cobertura familiar tinham subido 97 por cento desde 2000 e os custos não paravam de aumentar. Mesmo assim, a ideia de tentar fazer aprovar um importante projecto de lei para os cuidados de saúde pelo Congresso no pico de uma recessão histórica causava ansiedade na minha equipa. Até Axe — que tivera a experiência das dificuldades associadas a obter cuidados especializados para uma filha com epilepsia grave e deixara o jornalismo para se tornar consultor político em parte para pagar o tratamento — tinha as suas dúvidas.

— Os dados são inequívocos — disse Axe quando debatemos o tema. — As pessoas podem odiar a forma como as coisas funcionam no geral, mas a maioria tem seguro. Só pensam nas falhas do sistema quando algum familiar adoece. Gostam do médico que têm. Não confiam em Washington para melhorar seja o que for. E mesmo que pensem que o presidente está a ser sincero, receiam que quaisquer mudanças implementadas as vão onerar mais para ajudar outras pessoas. Além disso, quando lhes perguntamos que mudanças gostariam de ver no sistema de saúde, basicamente querem todos os tratamentos possíveis, independentemente dos custos ou da sua eficácia, junto de qualquer prestador que escolham, sempre que quiserem, gratuitamente, algo que, como é óbvio, não podemos proporcionar. E isso antes de as seguradoras, as farmacêuticas e os médicos começarem a fazer anúncios…

— O que o Axe está a tentar dizer, senhor Presidente — interveio Rahm de cenho franzido —, é que a bomba pode rebentar-nos nas mãos.

Prosseguiu relembrando-nos de que estivera na linha da frente durante a última tentativa de implementar cuidados de saúde universais, quando a

proposta legislativa de Hillary Clinton teve uma derrota estrondosa, redundando em repercussões que contribuíram para os democratas perderem o controlo da Câmara nas intercalares de 1994.

— Os republicanos dirão que os cuidados de saúde são uma despesa liberal esbanjadora e que nos distraem da resolução da crise económica.

— A não ser que me esteja a escapar alguma coisa — disse eu —, estamos a fazer tudo o que é possível em termos da economia.

— *Eu* sei, senhor Presidente, mas o povo americano não sabe.

— Então o que é que estamos a dizer? — perguntei. — Que apesar de termos a mais vasta maioria democrata em décadas, apesar das promessas que fizemos durante a campanha, não devemos tentar implementar as medidas para a saúde?

Rahm olhou para Axe, à procura de ajuda.

— Todos achamos que devemos tentar — disse Axe. — Só que precisas de saber que, se falharmos, a tua presidência ficará bastante enfraquecida. E ninguém percebe isso melhor do que o McConnell e o Boehner.

Pus-me de pé, dando a reunião por terminada.

— Nesse caso, é bom que não falhemos — atalhei.

QUANDO ME LEMBRO dessas conversas preliminares, é difícil negar o meu excesso de confiança. Estava convencido de que a lógica da reforma dos cuidados de saúde era tão óbvia que, mesmo perante uma oposição bem organizada, eu conseguiria mobilizar o apoio do povo americano. Outras importantes iniciativas — como a reforma da imigração e a legislação para a mudança climática — seriam provavelmente ainda mais difíceis de fazer aprovar pelo Congresso; pareceu-me que conseguir uma vitória no assunto que mais afectava o quotidiano das pessoas seria a nossa melhor possibilidade de ganhar ímpeto para o que faltava da minha agenda

legislativa. Quanto aos perigos políticos que estavam na origem das preocupações de Axe e de Rahm, a recessão praticamente garantiu que os meus resultados nas sondagens sofreriam de qualquer maneira. Agir com acanhamento não mudaria essa realidade. Mesmo que mudasse, perder a oportunidade de ajudar milhões de pessoas só porque poderia prejudicar as minhas perspectivas de reeleição… bem, esse era precisamente o tipo de comportamento de vistas curtas e defensivo que jurara repudiar.

O meu interesse nos cuidados de saúde ia além das políticas ou da política; era algo pessoal, tal como era para Teddy. Sempre que encontrava um pai com dificuldade em arranjar dinheiro para pagar o tratamento de um filho doente lembrava-me da noite em que eu e Michelle tivemos de levar Sasha, então com três meses, às urgências para tratar o que acabou por ser uma meningite viral — o terror e o desamparo que sentimos quando os enfermeiros a levaram para retirar uma amostra de líquido cefalorraquidiano, e perceber que poderíamos não ter detectado a infecção a tempo se as meninas não tivessem um pediatra habitual a quem podíamos telefonar a meio da noite. Quando, durante a campanha eleitoral, encontrei trabalhadores agrícolas ou operadores de caixas de supermercado a sofrer com uma dor no joelho ou nas costas porque não tinham dinheiro para ir ao médico, pensei no meu amigo Bobby, pescador comercial no Havai que recorria a ajuda médica profissional apenas em caso de lesões que representassem uma ameaça para a vida (como daquela vez em que tivera um acidente de mergulho e espetara um arpão num pulmão) porque o custo mensal do seguro equivalia ao que ganhava numa semana inteira de trabalho.

Acima de tudo, pensei na minha mãe. Em meados de Junho, fui a Green Bay, no Wisconsin, para a primeira de uma série de assembleias municipais para debater os cuidados de saúde que realizaríamos por todo o país,

esperando solicitar as opiniões dos cidadãos e informar as pessoas sobre as possibilidades de reforma. Naquele dia, quem me apresentou foi Laura Klitzka, que tinha 35 anos e a quem fora diagnosticado um agressivo cancro da mama que se metastizara até aos ossos. Apesar de ser beneficiária do seguro de saúde do marido, várias cirurgias, sessões de rádio e quimioterapia tinham atingido o limite vitalício da sua apólice, deixando-os com uma dívida de 12 mil dólares em cuidados médicos. Contra as objecções do marido Peter, estava agora a ponderar se valia a pena fazer mais tratamentos. Sentados na sala de estar dela antes de arrancarmos para o evento, ela sorriu com ar triste enquanto víamos Peter a dar o seu melhor para supervisionar os dois pequenitos que estavam a brincar no chão.

— Quero o máximo de tempo possível com eles — disse-me Laura —, mas não os quero deixar com um monte de dívidas. Isso parece-me egoísmo. — Começou a ficar com os olhos húmidos e eu segurei-lhe a mão, recordando a minha mãe a definhar naqueles últimos meses: as vezes que ela não fora fazer exames gerais que poderiam ter identificado a doença porque estava num período entre contratos e não tinha cobertura; a tensão que levara consigo para a cama de hospital quando a seguradora se recusara a pagar o pedido de incapacidade, alegando que ela não divulgara uma condição preexistente, apesar de o diagnóstico ainda não ter sido feito aquando da subscrição da apólice. As mágoas não pronunciadas.

Promulgar uma lei para os cuidados de saúde não traria a minha mãe de volta. Não apagaria a culpa que continuo a sentir por não ter estado ao lado dela quando deu o último suspiro. Provavelmente, não chegaria a tempo de ajudar Laura Klitzka e a sua família.

Mas salvaria a mãe de *alguém*, algures no fim da linha. E valia a pena lutar por isso.

A QUESTÃO ERA SABER se seria possível de concretizar. Por muito difícil que tivesse sido promulgar a Lei de Recuperação, o conceito subjacente à legislação de estímulo era bastante simples: permitir ao Governo injectar dinheiro o mais depressa possível de modo a manter a economia à tona e preservar os postos de trabalho. A lei não desviava fundos destinados a ninguém nem obrigava a mudanças na operação das empresas, tão-pouco interrompia programas antigos para financiar novos. No imediato, ninguém saía a perder.

Em contraste, qualquer importante lei para o sector da saúde significava recalibrar um sexto da economia americana. Era certo que uma legislação deste âmbito envolveria centenas de páginas cheias de minuciosas emendas e regulamentações, algumas das quais novas, outras reformulações de leis anteriores, todas com muitas coisas em jogo. Uma única disposição incluída na lei poderia traduzir-se em milhares de milhões de dólares de lucros ou perdas para algum sector da indústria da saúde. Uma alteração num algarismo, um zero aqui ou uma casa decimal ali, poderia ser sinónimo de cobertura para mais um milhão de famílias — ou não. Por todo o país, seguradoras como a Aetna e a UnitedHealthcare eram importantes empregadoras, e os hospitais locais serviam de âncora económica em muitas cidades pequenas e condados. As pessoas tinham bons motivos — motivos de vida e de morte — para se preocuparem com o modo como qualquer mudança as afectaria.

Havia também a questão de como financiar a lei. Eu defendera que, para abranger mais pessoas, a América não tinha de gastar mais dinheiro em cuidados de saúde; só era necessário aplicar os fundos de maneira mais sensata. Na teoria, isso era verdade. Porém, o desperdício e a ineficiência de uma pessoa era o lucro ou a conveniência de outra, os gastos em cobertura surgiriam nos registos federais muito mais depressa do que as poupanças da

reforma e, ao contrário das seguradoras ou das grandes farmacêuticas, cujos accionistas esperavam que se precavessem contra qualquer alteração que lhes pudesse custar um cêntimo, a maioria dos potenciais beneficiários da reforma — as empregadas de mesa, os pequenos agricultores, os trabalhadores independentes ou os sobreviventes a cancros — não tinham bandos de lobistas experientes, pagos a peso de ouro, a vaguear pelos corredores do Congresso para defender os seus interesses.

Por outras palavras, tanto as políticas como a substância dos cuidados de saúde eram espantosamente complicadas. Eu teria de explicar ao povo americano, incluindo aos que tinham seguros de saúde de qualidade, por que razão e de que maneira a reforma poderia resultar. Por esse motivo, pensei que deveríamos usar o processo mais acessível e transparente possível quando chegasse o momento de desenvolver a legislação necessária.

— Toda a gente poderá participar — dissera eu aos eleitores durante a campanha. — Não haverá negociações à porta fechada, mas reuniremos todos os partidos e transmitiremos essas negociações pelo Canal Televisivo do Governo, de modo a que o povo americano possa saber quais são as opções. — Quando apresentei mais tarde esta ideia a Rahm, ele fez um ar de quem preferia que eu não fosse presidente, para poder explicar mais intensamente a estupidez do meu plano. Disse-me que, se queríamos promulgar uma lei, o processo envolveria dezenas de negociações e compromissos — e não seria conduzido como um seminário de educação cívica.

— Fazer salsichas não é bonito de se ver, senhor Presidente — disse ele. — E o que está a pedir é uma enorme salsicha.

NUMA COISA eu e Rahm estávamos de acordo: teríamos meses de trabalho

pela frente, a analisar o custo e o efeito de cada legislação possível, coordenando todos os esforços entre diferentes agências federais e as duas Câmaras do Congresso, procurando constantemente a influência de importantes intervenientes no sector da saúde, desde prestadores de serviços clínicos e administradores hospitalares a seguradoras e farmacêuticas. Para fazer tudo isso, eu precisava de uma equipa de topo na área da saúde.

Por sorte, conseguimos recrutar um extraordinário trio de mulheres para ajudar a conduzir as negociações. Kathleen Sebelius, governadora democrata por dois mandatos no Kansas, com tendências republicanas, ocupara o cargo de secretária do Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS). Antiga comissária de seguros do Estado, conhecia os aspectos políticos e económicos dos cuidados de saúde e era uma política competente — inteligente, divertida, comunicativa, um osso duro de roer e entendida em meios de comunicação social — para ser a cara pública da reforma da saúde, uma pessoa que podíamos pôr na televisão ou enviar às assembleias municipais de todo o país para explicar o que estávamos a fazer. Jeanne Lambrew, docente da Universidade do Texas e especialista no Medicare e no Medicaid, assumiu o cargo de directora do Gabinete do HHS para a Reforma da Saúde, basicamente a nossa conselheira-chefe de políticas. Alta, fervorosa e muitas vezes abstraída dos constrangimentos políticos, tinha na ponta da língua todos os factos e *nuances* de todas as propostas de cuidados de saúde — e podíamos contar com ela para manter a honestidade, se a negociação chegasse ao ponto do oportunismo político.

Mas seria em Nancy-Ann DeParle que eu viria a confiar mais, à medida que a nossa campanha foi ganhando forma. Advogada do Tennessee que dirigira os programas de saúde desse Estado antes de ocupar o cargo de administradora do Medicare na administração Clinton, Nancy-Ann comportava-se com o profissionalismo frontal de alguém habituado a ver o

trabalho árduo traduzir-se em sucesso. Eu não sabia quanto daquele dinamismo tinha origem na sua experiência de crescer no seio de uma família sino-americana, numa pequena cidade do Tennessee. Nancy-Ann não falava muito sobre si — pelo menos comigo. Sei que a mãe morrera de cancro do pulmão quando ela tinha dezassete anos, o que pode estar relacionado com a sua predisposição para abdicar de um cargo bem remunerado numa sociedade privada de capitais de investimento para ocupar um cargo que exigia ainda mais tempo longe do marido dedicado e dos dois filhos pequenos.

Parecia que eu não era o único para quem a promulgação da legislação para a saúde era uma questão pessoal.

Em conjunto com Rahm, Phil Schiliro e o vice-chefe de gabinete Jim Messina, que servira de braço direito a Plouffe na campanha e era um dos nossos operacionais políticos mais sagazes, a nossa equipa para os cuidados de saúde começou a traçar aquela que poderia ser uma estratégia legislativa. Baseados nas nossas experiências com a Lei da Recuperação, não duvidávamos de que Mitch McConnell tudo faria para torpedear os nossos esforços e que as probabilidades de conseguir votos republicanos no Senado para algo tão importante e controverso como um projecto de lei de cuidados de saúde eram escassas. Dava-nos algum ânimo o facto de, em vez dos cinquenta e oito senadores que constituíam a bancada dos democratas quando aprovámos o projecto de lei do estímulo, contarmos possivelmente com sessenta, quando chegasse a altura de o diploma sobre os cuidados de saúde ir a votos: Al Franken ocupara finalmente o seu lugar, depois de uma recontagem litigiosa dos votos no Minnesota, e Arlen Specter decidira trocar de partido, na sequência da sua expulsão do Partido Republicano — tal como acontecera a Charlie Crist — por apoiar a Lei da Recuperação.

Ainda assim, a nossa contagem de cabeças à prova de obstrução era

muito frágil, pois incluía um Ted Kennedy com uma doença terminal e o débil e enfermo Robert Byrd, da Virgínia Ocidental, para não falar em democratas conservadores, como Ben Nelson do Nebraska (antigo executivo de uma companhia de seguros), que podiam passar-nos uma rasteira a qualquer instante. Para além de querer alguma margem de segurança, eu sabia também que aprovar algo tão monumental como uma reforma dos cuidados de saúde com votos de filiação estritamente partidária deixaria a lei politicamente mais vulnerável no futuro. Concluímos então que tinha sentido configurar a nossa proposta legislativa de maneira que tivesse hipóteses de conquistar uns quantos republicanos.

Felizmente, tínhamos um modelo sobre o qual trabalhar. Um modelo que, ironicamente, resultara de uma parceria entre Ted Kennedy e o antigo governador do Massachusetts Mitt Romney, um dos adversários de John McCain nas primárias republicanas para a presidência. Deparando-se com insuficiências orçamentais e a possibilidade de perder financiamento para o Medicaid alguns anos antes, Romney ficara obcecado em proporcionar uma cobertura de seguro apropriada a mais residentes do Massachusetts, o que diminuiria os gastos do Estado em cuidados de emergência com indivíduos sem seguro e, idealmente, redundaria numa população mais saudável no geral.

Ele e a sua equipa desenvolveram uma abordagem multifacetada em que todos os cidadãos teriam de adquirir um seguro (um «encargo individual»), tal como todos os proprietários de automóveis tinham de ter seguro automóvel. Os indivíduos de rendimentos médios que não tivessem acesso a seguro através do emprego, que não se qualificassem para o Medicare ou o Medicaid, e não tivessem possibilidade de pagar um seguro sozinhos, receberiam um subsídio do Governo para adquirir cobertura. Os subsídios seriam determinados segundo uma escala móvel, de acordo com os

rendimentos de cada pessoa, e seria criado um mercado central *online* — uma espécie de «bolsa de valores» — para que os consumidores pudessem comprar o seguro mais vantajoso. Por seu turno, as seguradoras não poderiam negar cobertura aos subscritores com base em condições preexistentes.

Estas duas ideias — o encargo individual e a protecção de pessoas com condições preexistentes — eram inseparáveis. Com um enorme novo bolo de clientes subsidiados pelo Governo, as seguradoras deixavam de ter a desculpa de proteger os próprios lucros, tentando escolher a dedo apenas os jovens e os saudáveis, a quem dar cobertura. Entretanto, o encargo garantia que as pessoas não podiam enganar o sistema, subscrevendo o seguro apenas quando adoeciam. Ao apresentar o plano aos jornalistas, Romney chamou ao encargo individual «a derradeira ideia conservadora» porque promovia a responsabilidade individual.

Como não era de estranhar, no início, a legislatura controlada pelos democratas no Massachusetts torceu o nariz ao plano de Romney, e não só porque fora proposta por um republicano; entre muitos progressistas, a necessidade de substituir os seguros privados e os cuidados de saúde baseados no lucro por um sistema de pagador único como o do Canadá era um dogma. Se tivéssemos começado de raiz, eu teria concordado com eles; os dados dos outros países indicavam que a existência de um único sistema nacional — basicamente, Medicare para todos — era uma maneira rentável de prestar cuidados de saúde de qualidade. Mas nem o Massachusetts nem os Estados Unidos estavam a começar do zero. Teddy, que apesar da sua reputação de liberal ingénuo era uma pessoa bastante prática, compreendeu que tentar desmantelar o sistema existente e substituí-lo por um totalmente novo seria não apenas um fracasso político, mas também extremamente nocivo em termos económicos. Pelo contrário, acolhera a proposta de

Romney com entusiasmo e ajudara o governador a alinhar os votos dos democratas na legislatura nacional necessários para a promulgação da lei.

O «Romneycare», como acabou por ficar conhecido, tinha agora dois anos e fora um sucesso inequívoco, diminuindo o índice de pessoas sem seguro no Massachusetts para apenas quatro por cento, o mais baixo do país. Teddy usara-o como a base da legislação que começara a preparar muitos meses antes das eleições, enquanto presidente do Comité de Saúde e Educação do Senado. E, apesar de Plouffe e Axe me terem convencido a adiar a aprovação da abordagem de Massachusetts para depois da campanha — a ideia de exigir que as pessoas comprassem seguros era muito pouco apreciada pelos eleitores e eu deveria focar-me antes no meu plano para diminuir os custos —, eu estava agora convencido, tal como a maioria dos defensores dos cuidados de saúde, de que o modelo de Romney era a nossa melhor hipótese de atingirmos o objectivo de cobertura universal a que nos propuséramos.

As pessoas continuavam a divergir relativamente aos pormenores de como deveria ser uma versão nacional do plano do Massachusetts, e enquanto eu e a minha equipa traçávamos a nossa estratégia, diversos defensores instigaram-nos a resolver estes problemas numa fase precoce, mediante a apresentação de uma proposta específica da Casa Branca para o Congresso seguir. Nós decidimos não o fazer. Uma das ilações retiradas do esforço fracassado de Clinton foi a necessidade de envolver democratas fundamentais no processo, para que eles ficassem com uma sensação de pertença. Sabíamos que uma coordenação insuficiente poderia resultar no fracasso legislativo, por força de muitas minudências.

Pelo lado da Casa Branca, isto implicava colaborar com liberais da velha guarda como Henry Waxman, o astuto e pugnaz congressista da Califórnia. No Senado, o cenário era diferente: com Teddy em convalescença, o

principal interveniente era Max Baucus, um democrata conservador do Montana que presidia ao poderoso Comité de Finanças. No que dizia respeito às questões fiscais que ocupavam a maioria do tempo do comité, Baucus guiava-se muitas vezes pela mesma bitola dos lóbis empresariais, que eu considerava preocupantes, e, em três décadas como senador, ainda não liderara a promulgação de qualquer legislação importante. Não obstante, parecia genuinamente dedicado ao assunto, tendo organizado uma cimeira sobre os cuidados de saúde no anterior mês de Junho e passado meses a colaborar com Kennedy e a sua equipa nas versões preliminares da lei de reforma. Baucus era também amigo íntimo do senador do Iowa, Chuck Grassley, republicano respeitado do Comité de Finanças, e estava optimista em relação a um hipotético apoio de Grassley a uma lei.

Rahm e Phil Schiliro duvidavam que Grassley alinhasse — afinal de contas, já passáramos pelas mesmas dificuldades durante o debate da Lei de Recuperação. Mas decidimos que seria melhor deixar o processo de Baucus seguir o seu rumo. Ele já delineara algumas das suas ideias na imprensa e não tardaria a reunir um grupo de trabalho para a reforma da saúde que incluía Grassley e dois outros republicanos. Contudo, durante uma reunião na Casa Branca, fiz questão de o avisar para não permitir que Grassley protelasse.

— Confie em mim, senhor Presidente — disse Baucus. — Eu e o Chuck já falámos sobre isso. Estará tudo tratado em Julho.

TODOS OS TRABALHOS estão sujeitos a imponderáveis: um equipamento essencial avaria; um acidente rodoviário obriga a uma mudança das rotas de entrega; um cliente telefona a informar que ficámos com o contrato, mas que precisa da encomenda tratada três meses antes do previsto. Se for o tipo de coisas que já aconteceram antes, o nosso local de trabalho pode dispor de

sistemas e procedimentos para lidar com a situação. Mas nem as melhores organizações conseguem prever todas as eventualidades, caso em que aprendemos a improvisar de maneira a atingirmos os nossos objectivos — ou, pelo menos, a minimizar os prejuízos.

A presidência não era diferente. Só que os imponderáveis eram diários e muitas vezes chegavam em vagas. Ao longo da Primavera e do Verão desse primeiro ano, enquanto nos debatíamos com a crise financeira, duas guerras e a pressão para a reforma da saúde, juntaram-se diversos problemas à nossa agenda já sobrecarregada.

O primeiro acarretava a possibilidade de uma verdadeira catástrofe. Em Abril, chegaram-nos relatos de um preocupante surto de gripe no México. Geralmente, o vírus da gripe atinge com mais força populações vulneráveis, como os mais velhos, os bebés e os asmáticos, mas esta estirpe parecia atingir indivíduos jovens e saudáveis, com um índice de mortalidade mais elevado do que o habitual. Numa questão de semanas, havia pessoas dos EUA a adoecer com o vírus: uma no Ohio, duas no Kansas, oito numa única escola secundária em Nova Iorque. No fim do mês, os nossos dois Centros de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) tinham confirmado que estavam a lidar com uma variante do vírus H1N1. Em Junho, a OMS declarou oficialmente a primeira pandemia global em quarenta anos.

Eu tinha mais do que conhecimentos superficiais sobre o H1N1, pois trabalhara na prevenção de pandemias nos EUA quando estivera no Senado. Aquilo que sabia assustava-me de morte. Em 1918, uma estirpe de H1N1 que ficaria conhecida como «gripe espanhola» infectara cerca de 500 milhões de pessoas e matara entre 50 e 100 milhões — cerca de quatro por cento da população mundial. Só na Filadélfia, morreram mais de 12 mil pessoas em poucas semanas. Os efeitos da pandemia não se cingiram à

assustadora taxa de mortalidade e ao encerramento da actividade económica; investigações posteriores revelariam que as pessoas concebidas durante o período da pandemia tinham auferido menores rendimentos, obtido piores resultados escolares e registado maiores taxas de deficiências físicas.

Era demasiado cedo para dizer até que ponto este novo vírus seria mortífero, mas eu não estava interessado em correr riscos. No mesmo dia da confirmação de Kathleen Sebelius como secretária do HHS, enviámos um avião para a levar do Kansas ao Capitólio para prestar juramento numa cerimónia improvisada, e pedimos-lhe logo de seguida para presidir a uma videoconferência de duas horas com representantes da OMS e os ministros da Saúde do México e do Canadá. Uns dias mais tarde, criámos uma equipa interagências para avaliar em que medida os EUA estavam preparados para o pior dos cenários.

A resposta foi que não estávamos preparados de todo. Chegou-se à conclusão de que a vacina anual da gripe não proporcionava protecção contra o H1N1 e, como as vacinas geralmente não eram uma mina de ouro para as farmacêuticas, os poucos produtores de vacinas dos EUA que existiam tinham uma capacidade limitada para fomentar a produção de uma nova. Depois deparámo-nos com questões sobre o modo de distribuição de medicamentos antivirais, que linhas de orientação os hospitais utilizavam no tratamento de casos de gripe, e até como lidaríamos com a possibilidade de encerrar as escolas e impor quarentenas, se as coisas piorassem bastante. Vários veteranos da equipa de resposta à gripe suína de 1976 da administração de Ford alertaram-nos para as dificuldades subjacentes a enfrentar um surto sem ter uma reacção exagerada ou desencadear o pânico: ao que parece, o presidente Ford, com o ímpeto de reagir de maneira decisiva em plena campanha para uma reeleição, acelerara a implementação

de vacinação obrigatória antes de terem determinado a gravidade da pandemia, o que levou a que mais americanos desenvolvessem uma perturbação neurológica associada à vacina do que aqueles que morreram por causa da gripe.

— Senhor Presidente, tem de se envolver — avisou um dos colaboradores de Ford —, mas tem de deixar que sejam os especialistas a gerir o processo.

Passei o braço sobre os ombros de Sebelius.

— Está a ver isto? — disse eu, indicando-a com um aceno da cabeça. — *Isto*… é o rosto do vírus. Parabéns, Kathleen.

— É um prazer servir, senhor Presidente — disse ela, alegremente. — É um prazer servir.

As minhas instruções para Kathleen e para a equipa de saúde pública foram simples: as decisões seriam tomadas com base nos melhores dados científicos disponíveis e iríamos explicar às pessoas cada passo da nossa resposta, incluindo discriminar o que sabíamos e o que não sabíamos. Ao longo dos seis meses seguintes, foi precisamente isso que fizemos. Uma diminuição estival dos casos de H1N1 deu tempo à equipa de colaborar com as farmacêuticas e incentivar novos processos para uma produção de vacinas mais rápida. Em conjunto, distribuíram material médico nas regiões e concederam maior flexibilidade aos hospitais para gerirem uma eventual vaga de casos de gripe. Avaliaram — e acabaram por rejeitar — a ideia de encerrar as escolas durante o resto do ano, mas colaboraram com os agrupamentos escolares, empresas e representantes estaduais e locais de maneira a garantir que todos dispunham dos recursos necessários para uma resposta, em caso de surto.

Apesar de os Estados Unidos não terem escapado incólumes — morreram mais de 12 mil americanos —, tivemos a sorte de aquela estirpe

do H1N1 em particular ser menos mortífera do que os especialistas temiam, e a notícia da atenuação da pandemia, em meados de 2010, não chegou às manchetes dos jornais. Não obstante, orgulhei-me muito do desempenho dos elementos da nossa equipa. Sem pompa nem circunstância, para além de terem contribuído para a contenção do vírus, também reforçaram a nossa prontidão para qualquer emergência de saúde pública futura — que faria toda a diferença vários anos mais tarde, quando o surto de Ébola na África Ocidental desencadearia um pânico generalizado.

Começava a compreender que esta era a natureza da minha presidência: por vezes, o nosso trabalho mais importante envolvia as coisas em que ninguém reparava.

A SEGUNDA REVIRAVOLTA dos acontecimentos foi uma oportunidade, e não uma crise. Em finais de Abril, David Souter, juiz do Supremo Tribunal, telefonou-me para me comunicar que se iria aposentar, proporcionando-me assim a primeira oportunidade de preencher um cargo no tribunal mais importante do país.

Confirmar alguém para o Supremo Tribunal nunca foi tarefa fácil, em parte porque o papel do Tribunal no Governo americano sempre foi controverso. Afinal de contas, a ideia de atribuir a nove advogados não eleitos com cargo vitalício o poder de vetar leis aprovadas por uma maioria dos representantes do povo não parece muito democrática. Mas, desde o caso *Marbury vs. Madison* — o caso do Supremo Tribunal de 1803 que conferiu ao Tribunal a última palavra a dizer sobre o significado da Constituição dos EUA e estabeleceu o princípio da revisão judicial sobre as acções do Congresso e do presidente — é assim que tem funcionado o nosso sistema de freios e contrapesos. Em teoria, os juízes do Supremo Tribunal não «legislam» quando exercem estes poderes; pelo contrário,

espera-se apenas que «interpretem» a Constituição, ajudando a perceber como as suas disposições foram compreendidas pelos autores e como se aplicam ao mundo em que vivemos.

Na maioria dos casos constitucionais que são apresentados ao Tribunal, a teoria parece aplicar-se na prática. Quase todos os juízes se sentem obrigados pelo texto da Constituição e pelos precedentes definidos pelos tribunais anteriores, mesmo quando isso resulta num desfecho com o qual não concordam em termos pessoais. Porém, ao longo da História americana, os casos mais importantes envolveram decifrar o significado de expressões como «devido processo legal», «privilégios e imunidades», «igualdade de protecção» ou «determinação religiosa» — expressões tão vagas, que dificilmente dois dos nossos Fundadores chegariam a acordo quanto ao seu significado exacto. Esta ambiguidade confere aos juízes individuais todo o tipo de legitimidade para «interpretar» de maneiras que reflectem as suas apreciações morais, preferências políticas, preconceitos e medos. Foi por isso que, na década de 1930, um Tribunal quase inteiramente conservador pôde decretar que as políticas do *New Deal* de Franklin Roosevelt violavam a Constituição, ao passo que, quarenta anos mais tarde, um Tribunal maioritariamente liberal pôde decidir que a Constituição concede ao Congresso um poder quase ilimitado para regular a economia. Foi assim que um conjunto de juízes, no caso *Plessy vs. Ferguson*, pôde inferir da Cláusula de Igualdade de Protecção a legitimidade de «separado, mas igual», e outro conjunto de juízes, no caso *Brown vs. Conselho Educativo*, conseguiu basear-se precisamente na mesma redacção e chegar, por unanimidade, à conclusão oposta.

Afinal de contas, os juízes do Supremo Tribunal estavam constantemente a legislar.

Ao longo dos anos, a imprensa e o público começaram a prestar mais

atenção às decisões do Tribunal e, por extensão, ao processo de confirmação dos juízes. Em 1955, os democratas do Sul — num ataque de fúria por causa da decisão do caso *Brown* — instituíram a prática de obrigar os nomeados para o Supremo Tribunal a comparecerem perante o Comité Judicial do Senado, para serem questionados sobre as respectivas opiniões jurídicas. A decisão do caso *Roe vs. Wade* de 1973 chamou mais as atenções para as nomeações para o Tribunal, sendo que, desde então, cada nomeação passou a desencadear uma acérrima batalha entre as forças pró-escolha e antiaborto. A notória rejeição da nomeação de Robert Bork, em finais da década de oitenta, e as audiências Clarence Thomas/Anita Hill, em início dos anos de 1990 — em que o nomeado foi acusado de assédio sexual —, revelaram-se um irresistível drama televisivo. Tudo isto significou que, quando chegou a hora de eu substituir o juiz Souter, identificar um candidato bem qualificado foi a parte fácil. A parte difícil seria conseguir a confirmação dessa pessoa, evitando em simultâneo um circo político que poderia prejudicar os nossos outros assuntos.

Já dispúnhamos de uma equipa de advogados para gerir o processo de preencher imensas vagas em instâncias inferiores e começámos de imediato a compilar uma lista exaustiva de possíveis candidatos para o Supremo Tribunal. Em menos de uma semana, tínhamos limitado a lista a uns poucos finalistas, que teriam de se submeter a uma verificação de antecedentes criminais realizada pelo FBI e ir a uma entrevista na Casa Branca. Essa pequena lista incluía a antiga reitora da Faculdade de Direito de Harvard e actual solicitadora-geral Elena Kagan e a juíza do Tribunal de Apelação do Sétimo Circuito Diane Wood, ambas académicas juristas de primeira craveira que eu conhecia dos tempos em que leccionara Direito Constitucional na Universidade de Chicago. Porém, enquanto lia os volumosos processos que a minha equipa preparara sobre cada candidata,

foi uma pessoa que eu não conhecia, a juíza do Tribunal de Apelação do Segundo Circuito Sonia Sotomayor, quem mais me despertou o interesse. Porto-riquenha do Bronx, fora criada sobretudo pela mãe, uma telefonista que acabara por conseguir a licença de enfermagem depois de o pai — comerciante com formação ao nível do ensino primário — morrer quando Sonia tinha apenas nove anos. Apesar de falar maioritariamente espanhol em casa, Sonia tivera excelentes notas na escola e conseguira uma bolsa para Princeton. Ali, as suas experiências ecoaram aquilo que Michelle encontraria em Princeton uma década mais tarde: uma sensação inicial de insegurança e de estar deslocada por ser apenas uma das pouquíssimas mulheres pertencentes a minorias no *campus*; a necessidade de, às vezes, esforçar-se mais para compensar as lacunas de conhecimentos que os miúdos mais privilegiados tomavam como um dado adquirido; o consolo de encontrar uma comunidade entre outros alunos de minorias e professores solidários; e perceber, com o passar do tempo, que era tão inteligente como qualquer dos seus pares.

Sonia Sotomayor licenciou-se na Faculdade de Direito de Yale e realizou um trabalho que a destacou como promotora de justiça da procuradoria do distrito de Manhattan e a ajudou a dar o salto para o tribunal federal. Durante quase dezassete anos como juíza, desenvolvera a reputação de ser meticulosa, justa e comedida, acabando por conseguir a melhor classificação da American Bar Association. Não obstante, quando se soube que Sonia Sotomayor figurava na minha lista de finalistas, alguns membros da fraternidade jurídica sugeriram que as credenciais dela eram inferiores às de Kagan e Wood, e diversos grupos de interesses com tendências de esquerda questionaram se ela teria a elevação intelectual necessária para argumentar ao nível de ideólogos conservadores como o juiz Antonin Scalia.

Talvez por causa das minhas próprias origens nos círculos jurídicos e académicos — onde conhecera a minha quota-parte de imbecis credenciados com QI elevado e testemunhara em primeira mão a tendência para mudar as regras do jogo no que concernia a promoção de mulheres e minorias — não tardei a rejeitar tais preocupações. Além de as suas credenciais académicas serem irrepreensíveis, eu sabia bem que tipo de inteligência, determinação e adaptabilidade era preciso uma pessoa como a juíza Sotomayor ter para chegar onde chegara. Uma vastidão de experiência, familiaridade com os caprichos da vida, a conjugação entre massa encefálica e compaixão — isso, pensei, estava na origem da sabedoria. Quando, durante a campanha, me perguntaram que qualidades eu procuraria num nomeado para o Supremo Tribunal, eu falara não só nas qualificações jurídicas, mas também em empatia. Os comentadores conservadores troçaram da minha resposta, indicando-a como uma evidência de que eu planeava encher o Tribunal de liberais inaptos, adeptos da engenharia social, que nada se importavam com a aplicação «objectiva» da lei. Mas, na minha opinião, estavam a ver a coisa pelo prisma errado: era precisamente a capacidade de um juiz compreender o contexto das suas decisões — de saber como era a vida de uma adolescente grávida bem como de um sacerdote católico, de um magnata que subiu a pulso assim como de um operário de uma linha de produção, da minoria bem como da maioria — que estava na origem da objectividade.

Houve outras considerações que faziam de Sonia Sotomayor uma opção irresistível. Ela seria a primeira hispânica — e apenas a terceira mulher — no Supremo Tribunal. E já fora confirmada duas vezes pelo Senado, uma delas por unanimidade, o que dificultaria a argumentação dos republicanos de que seria uma escolha inaceitável.

Considerando o grande respeito que nutria por Elena Kagan e Diane

Wood, ainda estava indeciso quando Sonia Sotomayor foi à Sala Oval para nos conhecermos. Ela tinha um rosto largo e simpático e um sorriso fácil. Os seus modos eram formais e escolhia as palavras com cuidado, mas os anos passados nas escolas da Ivy League e no tribunal federal não tinham apagado o sotaque do Bronx. A minha equipa tinha-me alertado para não questionar os candidatos sobre as suas opiniões relacionadas com temas controversos específicos, como o aborto (de certeza que os republicanos do comité indagariam sobre qualquer conversa entre mim e um nomeado, para verificar se eu aplicara um «teste decisivo» ao fazer a minha escolha). Em vez disso, a juíza e eu falámos sobre a família dela, o seu trabalho como promotora de justiça e a sua ampla filosofia judicial. No fim da entrevista, eu estava convencido de que Sonia Sotomayor possuía aquilo que eu procurava, embora não lho tenha dito de imediato. Disse-lhe, contudo, que o seu currículo tinha um aspecto que me preocupava.

— O que é, senhor Presidente? — quis saber.

— É adepta dos Yankees — disse eu. — Mas como foi criada no Bronx e lhe fizeram uma lavagem ao cérebro em tenra idade, estou disposto a ignorar esse facto.

Uns dias mais tarde, anunciei a minha escolha de Sonia Sotomayor como nomeada para o Supremo Tribunal. A notícia foi recebida favoravelmente e, no período que antecedeu a sua comparência perante o Comité Judicial do Senado, fiquei feliz ao constatar que os republicanos estavam com dificuldade em encontrar qualquer coisa nas opiniões escritas ou na conduta da juíza no tribunal que pudesse impedir a sua confirmação. Pelo contrário, agarraram-se a duas questões relacionadas com a raça para justificarem a sua oposição. A primeira envolvia um caso de 2008 em New Haven, no Connecticut, em que Sotomayor se juntara à maioria para decidir contra um grupo de bombeiros maioritariamente brancos que haviam apresentado uma

reivindicação de «discriminação inversa». A segunda questão dizia respeito a um discurso que Sotomayor fizera em 2001 na Universidade da Califórnia, em Berkeley, no qual alegara que os magistrados do sexo feminino e pertencentes a minorias acrescentavam uma perspectiva muito necessária aos tribunais federais, espoletando acusações dos conservadores de que ela era incapaz de imparcialidade na magistratura.

Apesar da controvérsia temporária, as audiências de confirmação revelaram-se anticlimácticas. A juíza Sotomayor foi confirmada com 68 votos a favor e 31 contra no Senado, com nove republicanos a juntar-se a todos os democratas, à excepção de Teddy Kennedy, que estava a receber tratamento para o cancro — todo o apoio que um nomeado poderia ter, considerando o ambiente polarizado que se vivia.

Em Agosto, depois da cerimónia de juramento, eu e Michelle organizámos uma recepção para ela e a sua família, na Casa Branca. A mãe da nova juíza compareceu e fiquei comovido ao pensar no que deveria estar a passar pela mente daquela anciã que fora criada numa ilha distante, que mal falava inglês quando se alistara no Women's Army Corps durante a Segunda Guerra Mundial e que, apesar de ter todas probabilidades contra ela, insistira que, de algum modo, os seus filhos seriam alguém na vida. Fez-me lembrar a minha própria mãe, e Toots e o meu avô, e senti um lampejo de mágoa por nenhum deles ter tido um dia assim, por terem morrido sem verem que os seus sonhos em relação a mim se tinham tornado realidade.

Controlando as emoções enquanto a juíza se dirigia à audiência, olhei para dois jovens americanos de origem coreana bem-parecidos — os sobrinhos adoptados de Sotomayor — contorcendo-se nas suas roupas formais. Para eles seria já um dado adquirido a tia pertencer ao Supremo

Tribunal dos EUA, moldando a vida de uma nação — tal como aconteceria a outros rapazes de todo o país.

E não havia mal algum nisso. O progresso é isso mesmo.

A LENTA CAMINHADA para a reforma da saúde ocupou grande parte do Verão. Enquanto a legislação se arrastava pesadamente no Congresso, aproveitávamos todas as oportunidades para manter o processo em andamento. Desde a cimeira de Março na Casa Branca, os membros das minhas equipas de cuidados de saúde e legislativa tinham participado em inúmeras reuniões sobre o tema em Capitol Hill, arrastando-se até à Sala Oval ao fim do dia como exaustos comandantes de campo a chegar da frente de batalha, a disponibilizar-me relatórios sobre o fluxo e o refluxo do conflito. A boa notícia era que os principais presidentes democratas — especialmente Baucus e Waxman — estavam a trabalhar com afinco na elaboração de projectos de lei que pudessem ser promulgados pelos respectivos comités antes da tradicional pausa de Agosto. A má notícia era que quanto mais toda a gente se dedicava aos pormenores da reforma, mais diferenças de substância e estratégia vinham ao de cima — não apenas entre democratas e republicanos, mas entre democratas da Câmara e do Senado, entre nós e democratas do Congresso, e até mesmo entre membros da nossa própria equipa.

A maioria das discussões girava em torno da questão de como gerar um misto de poupanças e novas receitas para pagar a cobertura de milhões de americanos sem seguro. Por força das suas próprias inclinações e pelo seu interesse em produzir uma lei bipartidária, Baucus esperava evitar qualquer coisa que pudesse ser caracterizada como um aumento de impostos. Pelo contrário, ele e a sua equipa tinham calculado o lucro que uma nova vaga de clientes com seguros daria aos hospitais, farmacêuticas e seguradoras, e

utilizou essa cifra como base de negociação para milhares de milhões de dólares em contribuições adiantadas através de taxas ou reduções do pagamento do Medicare por parte de cada indústria. Para tornar o negócio mais apelativo, Baucus também estava disposto a fazer certas concessões de políticas. Por exemplo, prometeu aos lobistas das farmacêuticas que a sua lei não incluiria disposições a permitir a reimportação de fármacos do Canadá — uma popular proposta democrata que realçava o modo como os sistemas de saúde geridos pelo governo no Canadá e na Europa utilizavam o seu portentoso poder de negociação para conseguir preços mais baixos do que as grandes farmacêuticas cobravam nos EUA.

Em termos políticos e emocionais, eu teria achado muito mais gratificante simplesmente contactar as farmacêuticas e as seguradoras e tentar convencê-las. Elas gozavam de pouca popularidade entre os eleitores — e por um bom motivo. Porém, em termos práticos, era difícil refutar a abordagem mais conciliadora de Baucus. Não tínhamos maneira de conseguir sessenta votos no Senado para uma importante lei de cuidados de saúde sem pelo menos o acordo tácito dos principais intervenientes da indústria. A reimportação de medicamentos era um importante tema político, mas, no final de contas, não tínhamos os votos para tal, em parte porque muitos democratas tinham grandes farmacêuticas sediadas ou a operar nos seus Estados.

Com estas realidades em mente, aceitei deixar Rahm, Nancy-Ann e Jim Messina — o chefe-adjunto de pessoal e antigo colaborador de Baucus, que fora adjunto de Plouffe durante a campanha e um dos nossos operadores políticos mais astutos — sentarem-se à mesa de negociações com Baucus e os representantes da indústria da saúde. Em finais de Junho, tinham chegado a acordo, assegurando centenas de milhares de milhões de dólares em reembolsos e maiores descontos em medicamentos para os utentes

idosos do Medicare. Igualmente importante, tinham conseguido o compromisso dos hospitais, seguradoras e farmacêuticas em apoiarem o projecto de lei que estava para ser promulgado, ou pelo menos não se oporem a ele.

Foi uma barreira difícil de ultrapassar, um caso de política como a arte do possível. Porém, para alguns dos democratas mais liberais da Câmara, onde ninguém tinha de se preocupar com obstrucionistas, e entre os grupos de apoiantes progressistas que ainda esperavam erguer os alicerces para um sistema de cuidados de saúde baseado num pagador único, os nossos compromissos soavam a cedência, um pacto com o diabo. Não ajudou o facto de, conforme Rahm previra, nenhuma das negociações com a indústria ter sido transmitida no canal televisivo do Governo. A imprensa começou a noticiar pormenores daquilo que chamava «negócios de bastidores». Não foram poucos os eleitores que escreveram a perguntar se eu me passara para o lado das trevas. E o presidente Waxman fez questão de dizer que não considerava o seu trabalho condicionado por quaisquer concessões que Baucus ou a Casa Branca tivessem feito aos lobistas da indústria.

Sempre prontos a mostrar-se mais correctos do que os outros, os democratas revelaram-se dispostos a proteger o *statu quo* quando este ameaçava as suas prerrogativas ou beneficiava eleitorado influente em termos políticos. Por exemplo, mais ou menos todos os economistas dos serviços de saúde concordaram que não bastava simplesmente retirar dinheiro dos lucros das seguradoras e farmacêuticas e utilizá-lo para dar cobertura a mais pessoas — para que a reforma surtisse efeito, também tínhamos de fazer alguma coisa em relação aos custos a subir em flecha que eram cobrados pelos médicos e os hospitais. Caso contrário, com o passar do tempo, todos os novos fundos aplicados no sistema proporcionariam

cada vez menos cuidados a cada vez menos pessoas. Uma das melhores maneiras de «inverter a curva dos custos» era criar um conselho independente, protegido dos políticos e lóbis de interesses especiais, que definiria as taxas de reembolso para o Medicare com base na eficácia comparativa de tratamentos específicos.

Os democratas detestaram a ideia. Além de isso significar que teriam de abdicar do poder de determinar aquilo que o Medicare cobria e não cobria (juntamente com as potenciais oportunidades de angariação de fundos para campanhas que estavam associadas a esse poder), também temiam ser recriminados por superiores hierárquicos rabugentos que dessem por si incapazes de publicitar na televisão o mais recente medicamento ou teste de diagnóstico, mesmo que um especialista pudesse provar que não passava de um desperdício de dinheiro.

Do mesmo modo, mostraram-se cépticos em relação à outra proposta importante de controlar os custos: um limite máximo de dedução fiscal para os chamados «planos de seguro *Cadillac*» — apólices de custo elevado disponibilizadas pelas entidades patronais que cobriam todos os tipos de serviços *premium*, mas não melhoravam os resultados em termos de saúde. Além de gestores de empresas e profissionais com salários elevados, o principal grupo coberto por tais planos eram delegados sindicais, e os sindicatos opunham-se de forma intransigente ao que viria a ser chamado «imposto *Cadillac*». Não interessava aos líderes sindicais se os trabalhadores sindicalizados estariam dispostos a trocar uma suíte de luxo num hospital ou uma segunda e desnecessária RMN pela possibilidade de um salário mais elevado. Não acreditavam que quaisquer poupanças da reforma fossem vantajosas para os trabalhadores e tinham a certeza absoluta de que seriam alvo de críticas por quaisquer alterações aos seus planos de

saúde existentes. Infelizmente, enquanto os sindicatos se opusessem ao imposto *Cadillac*, a maioria dos democratas da Câmara também se oporia.

As questiúnculas não tardaram a chegar à imprensa, fazendo com que todo o processo parecesse confuso e rebuscado. Em finais de Julho, as sondagens indicavam que havia mais americanos a reprovar do que a aprovar o modo como eu estava a lidar com a reforma da saúde, o que me levou a queixar-me a Axe sobre a nossa estratégia de comunicação.

— Estamos do lado certo desta coisa — insisti. — Apenas temos de o explicar melhor ao eleitorado.

Axe ficou agastado pelo facto de, aparentemente, o seu pelouro estar a ser inculpado pelo preciso problema para o qual me alertara desde o início.

— Podes explicar até perder o fôlego — disse ele. — Mas as pessoas que já têm cuidados de saúde duvidam que a reforma as beneficie e uma série de factos e números não mudarão isso.

Pouco convencido, decidi que precisava de ser mais transparente na divulgação das nossas intenções. Foi assim que dei por mim a realizar uma conferência de imprensa em horário nobre sobre os cuidados de saúde, numa Sala Oriental apinhada de jornalistas da Casa Branca, muitos dos quais preparavam já o obituário da minha principal iniciativa legislativa.

GERALMENTE, apreciava a natureza de improviso das conferências de imprensa em directo e, ao contrário do primeiro fórum sobre a saúde durante a campanha, no qual metera os pés pelas mãos enquanto Hillary e John Edwards brilharam, agora conhecia bem o tema. Se calhar até bem *demais*. Durante a conferência de imprensa, cedi à tentação de um velho padrão, dando explicações exaustivas sobre cada faceta do tema em debate. Foi como se, não tendo conseguido levar ao canal televisivo do Governo as várias negociações que envolviam a lei, estivesse a compensar o facto

dando às pessoas um curso intensivo altamente pormenorizado de uma hora sobre a política para a saúde dos EUA.

A imprensa não gostou muito da minúcia. Um artigo fez questão de salientar que, por vezes, adoptei um tom «professoral». Talvez fosse por isso que, quando chegou o momento da última pergunta, Lynn Sweet, jornalista veterana do *Chicago Sun-Times* que eu conhecia há anos, tenha decidido perguntar-me uma coisa nada relacionada com o tópico.

— Recentemente — disse Lynn —, o professor Henry Louis Gates, Jr. foi detido na sua residência em Cambridge. O que tem a dizer sobre esse incidente e o que é que isso diz sobre as relações raciais na América?

Por onde começar? Henry Louis Gates, Jr. era um professor de Inglês e Estudos Afro-americanos de Harvard e um dos académicos negros mais proeminentes do país. Também era um amigo casual, alguém com quem me cruzava de vez em quando em encontros de cariz social. Nessa semana, Gates regressara a casa em Cambridge depois de uma viagem à China e deparara-se com a porta de casa encravada. Um vizinho — ao ver Gates a tentar forçar a entrada — chamou a polícia para dar conta de um possível arrombamento. Quando o agente que acorreu ao local, o sargento James Crowley, lá chegou, pediu a identificação a Gates. No início, Gates recusou-se a fornecê-la e — de acordo com Crowley — chamou-lhe racista. Gates acabou por apresentar a sua identificação, mas diz-se que depois, do seu alpendre, continuou a repreender o agente que estava a ir embora. Quando, após um aviso, Gates não se acalmou, Crowley e dois outros agentes que este chamara como reforços algemaram-no, levaram-no até à esquadra e prenderam-no por desacato (as acusações foram prontamente retiradas).

Como seria de esperar, o incidente tornara-se uma história nacional. Para uma grande falange da América branca, a detenção de Gates foi absolutamente justa, um simples caso de alguém que não demonstrou o

devido respeito por um procedimento de aplicação da lei. Para os negros, foi apenas mais um exemplo das humilhações e desigualdades, grandes e pequenas, passadas às mãos da polícia em específico e das autoridades brancas em geral.

Para mim, o acontecimento revestia-se de um cariz mais particular, mais humano, do que a mera narrativa moral de negros contra brancos que estava a ser veiculada. Como residi em Cambridge, sabia que a sua esquadra não tinha reputação de albergar uma turba de tipos ao estilo de Bull Connor. Por seu turno, Skip — como Gates era conhecido pelos amigos — era brilhante e espalhafatoso — parte W. E. B. du Bois e parte Mars Blackmon, suficientemente pretensioso para eu o conseguir imaginar facilmente a insultar um polícia ao ponto de até um polícia relativamente contido poder sentir a testosterona disparar.

Não obstante, apesar de ninguém ficar ferido, achei o episódio deplorável — um exemplo fulgurante de que nem mesmo o mais alto desempenho de um negro e o mais tolerante dos contextos brancos conseguiam escapar à bruma da nossa história racial. Quando tive conhecimento do que acontecera a Gates, dera por mim a fazer quase involuntariamente um rápido inventário das minhas próprias experiências: as diversas ocasiões em que me tinham pedido o cartão de estudante quando me dirigia para a biblioteca no *campus* da Columbia, algo que nunca parecia acontecer aos colegas de pele branca; as injustificadas operações *stop* quando visitava bairros «chiques» de Chicago; ser seguido pelos seguranças de grandes superfícies enquanto fazia as compras de Natal; o barulho das portas dos carros a trancar enquanto caminhava pela rua, de fato e gravata, em pleno dia.

Momentos assim eram o pão nosso de cada dia dos meus amigos, meros conhecidos e tipos da barbearia. Quando somos pobres, ou da classe

operária, ou vivemos num bairro violento, ou não denotamos adequadamente ser um *preto* respeitável, as histórias são geralmente piores. Para cada homem negro do país, e para cada mulher que amou um homem negro, e para cada pai de um rapaz negro, não era uma questão de paranóia, de «jogar o trunfo da raça» ou de desrespeitar as forças da lei concluir que, por tudo o mais que tenha acontecido naquele dia em Cambridge, uma coisa era quase certa: um professor de Harvard abastado, famoso, com um metro e sessenta e sete, sessenta e três quilos, 58 anos e *branco* que caminhava com uma bengala devido a uma lesão sofrida em criança *não* teria sido algemado e levado para a esquadra só por ser insolente com um polícia que o obrigara a mostrar a identificação quando se encontrava nos limites da sua propriedade.

É claro que eu não disse isto tudo. Talvez devesse ter dito. Pelo contrário, fiz o que achei serem algumas observações bastante banais, começando por reconhecer que a polícia respondera de forma apropriada a um alerta dado pelo 911 e também que o Gates era um amigo, o que queria dizer que eu poderia ser tendencioso.

— Como não estive presente, não conheço todos os factos, não sei que papel a questão racial desempenhou nos acontecimentos — respondi. — Mas penso que é justo dizer, em primeiro lugar, que qualquer um de nós ficaria bastante zangado, em segundo lugar, que a polícia de Cambridge cometeu uma estupidez ao deter alguém quando já tinha provas de que esse alguém estava na sua própria casa, e, em terceiro lugar, o que eu acho que sabemos à parte deste incidente é que existe neste país uma longa história de afro-americanos e latinos a serem abordados pelas autoridades de uma forma desproporcionada.

Foi isto. Deixei a conferência de imprensa convencido de que os quatro

minutos dedicados ao caso Gates seriam um breve desvio em relação à hora que passara a falar sobre a saúde.

Meu Deus, como me enganei. Na manhã seguinte, a minha sugestão de que a polícia cometera uma «estupidez» abriu todos os noticiários. Delegados sindicais da polícia sugeriram que eu caluniara o agente Crowley e as autoridades policiais no geral e exigiam um pedido de desculpas. Fontes anónimas alegaram que estavam a ser puxados cordelinhos para retirar as queixas contra Gates sem este ter de comparecer perante um juiz. Meios de comunicação social conservadores mal conseguiram esconder o regozijo, retratando os meus comentários como um caso de um presidente elitista (professoral, presunçoso) negro a tomar o partido do seu amigo de Harvard bem relacionado (grandiloquente, a jogar o trunfo da raça) em detrimento de um polícia da classe operária que só estava a fazer o seu trabalho. No *briefing* de imprensa diário na Casa Branca, Gibbs levantou questões sobre pouco mais do que este tema. Depois, perguntou se eu não consideraria a possibilidade de fazer um esclarecimento.

— O que irei esclarecer? — indaguei. — Acho que fui bastante claro da primeira vez.

— Da maneira como estão a expor o caso, as pessoas pensam que chamaste estúpida à polícia.

— Eu não disse que é estúpida. Disse que cometeu uma estupidez. É diferente.

— Eu percebo, mas…

— Não vou fazer um esclarecimento — afirmei. — Isto cairá no esquecimento.

Porém, no dia seguinte, não caíra no esquecimento. Pelo contrário, a história sobrepusera-se a tudo o mais, incluindo à nossa mensagem sobre os serviços de saúde. A receber telefonemas ansiosos de democratas de Capitol

Hill, Rahm parecia prestes a saltar de uma ponte. Mais parecia que eu vestira um *dashiki* e ofendera a polícia na conferência de imprensa.

Lá acabei por concordar com um plano de controlo de danos. Comecei por telefonar ao agente Crowley para lhe dizer que lamentava ter utilizado a palavra «estupidez». O agente foi amável e bem-humorado e, a determinada altura, sugeri que ele e Gates fizessem uma visita à Casa Branca. Disse que podíamos beber uma cerveja juntos e mostrar ao país que as pessoas de bem podiam esquecer mal-entendidos. Crowley e Gates, a quem eu telefonei logo de seguida, mostraram-se entusiasmados com a ideia. Mais tarde, num *briefing* de imprensa, disse aos jornalistas que continuava a achar que a polícia exagerara ao proceder à detenção de Gates, tal como o professor exagerara na reacção ao vê-la chegar a sua casa. Reconheci que poderia ter utilizado outras palavras na minha primeira intervenção. Muito mais tarde, ficaria a saber por intermédio de David Simas, o nosso guru de sondagens interno e adjunto de Axe, que o caso Gates redundara numa queda abrupta do meu apoio entre os eleitores brancos, uma queda maior do que qualquer outra acção minha durante os oito anos da minha presidência. Pior, tratava-se de um apoio que nunca mais recuperaria.

Seis dias mais tarde, eu e Joe Biden sentámo-nos com o sargento Crowley e Skip na Casa Branca para realizarmos o evento que ficaria conhecido por «Cimeira da Cerveja». Foi um encontro discreto, amistoso e um pouco artificial. Como eu esperara depois da nossa conversa telefónica, Crowley revelou-se um homem ponderado e decente, enquanto Skip se portou como mandam as regras. Durante cerca de uma hora, conversámos os quatro sobre as nossas origens, o nosso trabalho e maneiras de melhorar a confiança e a comunicação entre os agentes da autoridade e a comunidade afro-americana. Quando o encontro chegou ao fim, tanto Crowley como Gates agradeceram a visita guiada que a minha equipa fizera às respectivas

famílias, e eu gracejei dizendo que, da próxima vez, talvez tivessem de arranjar uma maneira mais fácil de conseguir um convite.

Depois de irem embora, sentei-me sozinho na Sala Oval, reflectindo sobre todos os acontecimentos. Michelle, amigos como Valerie e Marty, altos dirigentes como o procurador-geral Eric Holder e o representante do comércio externo dos EUA Ron Kirk, estávamos todos habituados a ultrapassar as barreiras que era preciso para sermos eficazes no seio de instituições predominantemente brancas. Tínhamos criado competências para suprimir as nossas reacções a pequenas depreciações, sempre dispostos a dar aos colegas brancos o benefício da dúvida, mantendo-nos cientes de que todos os debates sobre raça, à excepção dos mais cuidadosos, corriam o risco de desencadear neles um pânico moderado. Não obstante, a reacção aos meus comentários relacionados com Gates deixou-nos a todos espantados. Foi a minha primeira indicação de como a questão dos negros e da polícia era mais polarizante do que qualquer outro tópico da vida americana. Parecia mexer com algumas das tendências ocultas e mais profundas da psique da nação, tocando os pontos mais nevrálgicos, talvez porque relembrava a todos, brancos e negros, que a ordem social do país nunca se baseara apenas no consentimento, que também se baseara na violência exercida pelos brancos sobre os indivíduos de pele negra e castanha, e que quem controlava a violência autorizada legalmente, como esta era exercida e contra quem, continuava a ter importância nos lugares recônditos das nossas mentes tribais, muito mais do que queríamos admitir.

Os meus pensamentos foram interrompidos por Valerie, que veio ver como eu estava. Disse-me que a cobertura da «Cimeira da Cerveja» fora de um modo geral positiva, embora admitisse ter recebido uma série de telefonemas de apoiantes negros que não estavam satisfeitos.

— Não compreendem porque nos esforçámos tanto para o Crowley se

sentir bem-vindo — disse ela.

— O que foi que lhes respondeu? — perguntei.

— Respondi que toda a situação se tornou uma distracção e que agora está concentrado na governação e na promulgação da lei da saúde.

Assenti com a cabeça.

— E os negros da nossa equipa… como estão eles?

Valerie encolheu os ombros.

— Os mais jovens estão um pouco desanimados, mas aquilo passa-lhes. Com tudo o que tem para resolver, simplesmente não gostam de o ver a ser colocado nesta posição.

— Que posição? — perguntei. — Ser negro ou ser presidente?

Demos os dois uma gargalhada.

CAPÍTULO 17

EM FINAIS DE JULHO DE 2009, foi aprovada uma versão da proposta de lei da saúde em todos os comités relevantes da Câmara. O Comité de Saúde e Educação do Senado também completara o seu trabalho. Só faltava fazer aprovar a lei pelo Comité de Finanças do Senado, de Max Baucus. Quando isso acontecesse, poderíamos consolidar as diferentes versões numa lei da Câmara e do Senado, de preferência antes da pausa de Agosto, com o objectivo de ter uma versão final na minha secretária para assinatura antes do fim do ano.

Contudo, por muita pressão que exercêssemos, não conseguíamos fazer com que Baucus completasse o seu trabalho. Eu compreendia os motivos do atraso dele: ao contrário de outros presidentes de comités democratas, que promulgavam as suas leis com base na agenda do partido sem respeito pelos republicanos, Baucus continuava a ter a esperança de conseguir uma lei bipartidária. Porém, à medida que o Verão avançava, esse optimismo começou a parecer uma quimera. McConnell e Boehner já tinham anunciado a sua vigorosa oposição aos nossos esforços legislativos, defendendo que representava uma tentativa de «golpe governamental» ao sistema de saúde. Frank Luntz, conhecido estrategista republicano, fizera circular um memorando no qual se podia ler que depois de testar no mercado não menos de quarenta mensagens anti-reforma, concluíra que invocar um «golpe governamental» era a melhor maneira de desacreditar a legislação do serviço de saúde. A partir daqui, os conservadores seguiram o guião, repetindo a expressão como se fosse um feitiço.

O senador Jim DeMint, um agitador conservador da Carolina do Sul, foi mais transparente em relação às intenções do seu partido.

— Se conseguirmos travar as intenções do Obama — anunciou numa videoconferência a nível nacional com activitas conservadores —, este será o seu Waterloo. Será o seu fim.

Considerando a atmosfera que se vivia, não me surpreendeu que o grupo de três senadores republicanos que tinha sido convidado a participar em debates bipartidários com Baucus estivesse agora reduzido a dois: Chuck Grassley e Olympia Snowe, uma republicana moderada do Maine. Eu e a minha equipa fizemos todos os possíveis para ajudar Baucus a conseguir o apoio. Chamei Grassley e Snowe várias vezes à Casa Branca e telefonei-lhes de vez em quando para lhes tomar o pulso. Aprovámos imensas alterações que eles queriam incluir na versão preliminar de Baucus. Nancy-Ann mudou-se de malas e bagagens para os gabinetes deles e levou Snowe a jantar fora tantas vezes que chegámos a brincar com a situação, dizendo que o marido dela começava a ficar com ciúmes.

— Diga à Olympia que ela pode redigir toda a maldita lei! — disse eu a Nancy-Ann quando ela ia a sair para uma dessas reuniões. — Chamar-lhe-emos o plano Snowe. Diga-lhe que se ela votar a favor da lei, pode ficar com a Casa Branca. Eu e a Michelle mudamo-nos para um apartamento!

Mesmo assim, não estávamos a chegar a bom porto. Snowe orgulhava-se da sua reputação centrista e prezava bastante o sistema de saúde (ficara órfã aos nove anos, perdendo os pais num curto espaço de tempo, devido a cancro e doença cardíaca). Mas a vincada inclinação para a direita do Partido Republicano deixara-a cada vez mais isolada dentro da sua própria facção política, tornando-a ainda mais prudente do que o normal, disposta a dar a entender que a sua indecisão se devia a minudências políticas.

Grassley era outra história. Vinha com falinhas mansas de querer ajudar

os pequenos agricultores do Iowa que tinham dificuldade em arranjar um seguro fiável, mas, quando Hillary Clinton quisera implementar uma reforma no sistema de saúde na década de 1990, ele co-patrocinara uma alternativa que tinha muitos pontos de convergência com o plano ao estilo do modelo do Massachusetts que estávamos a propor, completo com um encargo individual. Mas, ao contrário de Snowe, Grassley raramente contrariava a liderança do seu partido em questões fulcrais. Com o seu rosto oblongo e contrito, a fala arrastada e rouca do Centro-Oeste, demorava-se num ou noutro problema que tinha em relação à lei sem nunca nos dizer exactamente o que seria preciso para o convencer a dar o seu aval. A conclusão de Phil foi a de que Grassley estava apenas a ludibriar Baucus por ordem de McConnell, tentando protelar o processo e impedir-nos de avançar para os outros pontos da nossa agenda. Até mesmo eu, o optimista residente da Casa Branca, acabei por me fartar e convoquei Baucus.

— Esgotou-se o tempo, Max — disse-lhe na Sala Oval durante essa reunião em finais de Julho. — Deu o seu melhor. O Grassley não está connosco. Só não lhe deu ainda a notícia.

Baucus abanou a cabeça.

— Com o devido respeito, permita-me discordar, senhor Presidente — atalhou. — Eu conheço o Chuck. Acho que estamos a *isto* de convencê-lo. — Mostrou-me o indicador e o polegar, afastados dois centímetros, sorridente como quem descobriu a cura para o cancro e é obrigado a enfrentar os descrentes. — Vamos dar mais algum tempo ao Chuck e votar quando regressarmos das férias.

Uma parte de mim quis levantar-se, agarrar Baucus pelos ombros e abaná-lo até ele cair em si, mas achei que isso não resultaria. Outra parte de mim considerou a possibilidade de retirar-lhe o meu apoio político da próxima vez que ele se recandidatasse, mas, como as sondagens lhe davam

mais votos do que a mim no seu Estado natal do Montana, calculei que também não fosse boa ideia. Em vez disso, argumentei e lisonjeei-o durante mais meia hora, acabando por concordar com o seu plano de adiar uma votação imediata dentro do partido e, em vez disso, levar o projecto de lei a votos nas duas primeiras semanas depois de o Congresso voltar a reunir, em Setembro.

COM A CASA BRANCA E O SENADO suspensos e os dois votos ainda em suspenso, decidimos que eu passaria as primeiras semanas de Agosto na estrada, a realizar debates sobre o serviço de saúde em assembleias municipais de locais como o Montana, o Colorado e o Arizona, onde o apoio do público à reforma era mais incerto. Como recompensa pelo meu esforço, a minha equipa sugeriu que Michelle e as meninas me acompanhassem e que, pelo caminho, visitássemos alguns parques nacionais.

Fiquei encantado com a ideia. Não era que Malia e Sasha estivessem privadas da atenção paterna ou a precisar de mais diversão de Verão — elas tinham quanto bastasse das duas coisas, com encontros com amigas para brincar, idas ao cinema no centro comercial e muita mandriice. Muitas vezes, quando chegava a casa ao final do dia e subia ao terceiro andar, encontrava o solário apinhado de raparigas de oito ou onze anos de pijama a preparar-se para passar lá a noite, a saltar em cima de colchões insufláveis, a espalhar pipocas e brinquedos por toda a parte, aos risinhos enquanto assistiam ao que quer que estivesse a dar no Nickelodeon.

Mas, por muito que eu e Michelle (com a ajuda dos agentes dos Serviços Secretos, senhores de uma paciência infinita) tentássemos proporcionar uma vida minimamente normal às nossas filhas, era-me difícil, se não impossível, levá-las a sítios a que um pai normal as levaria. Não podíamos

ir juntos a um parque de diversões, fazendo uma paragem não prevista pelo caminho para comer um hambúrguer. Não as podia levar, como fizera noutros tempos, a dar demorados passeios de bicicleta nas tardes de domingo. Um passeio para ir comer um gelado ou ir a uma livraria obrigava agora a uma logística extrema, levando ao corte de estradas, à intervenção de equipas tácticas e à presença contínua da imprensa.

Se as meninas tinham algum sentimento de perda em relação a isto, não o demonstravam, mas eu sentia-o intensamente. Custava-me em especial o facto de provavelmente nunca ter a possibilidade de levar Malia e Sasha naquele tipo de longa viagem de Verão pela estrada que eu fizera quando tinha onze anos, depois de a minha mãe e Toot decidirem que chegara a hora de eu e Maya conhecermos o território dos EUA. A viagem prolongara-se por um mês e deixara em mim uma marca indelével — e não só por termos ido à Disneylândia (apesar de isso ter sido, é claro, maravilhoso). Apanhámos amêijoas na maré baixa de Puget Sound; andámos a cavalo por um riacho no sopé do desfiladeiro de Chelly, no Arizona; vimos a pradaria infinita do Kansas estender-se pela janela de um comboio; avistámos uma manada de búfalos numa planície sombria em Yellowstone; e acabámos cada dia com os prazeres simples de uma máquina de gelo de um motel, a ocasional piscina ou apenas ar-condicionado e lençóis lavados. Essa viagem deu-me um vislumbre da estonteante liberdade da estrada desimpedida, da vastidão da América e das suas maravilhas.

Eu não poderia replicar essa experiência com as minhas filhas — não quando viajávamos no *Air Force One*, andávamos nos cortejos de automóveis e nunca dormíamos num motel da rede Howard Johnson. Ir do ponto A ao ponto B acontecia demasiado depressa e com demasiado conforto e os dias eram demasiado cheios de actividades pré-programadas e

controladas pelos colaboradores — sem aquela amálgama familiar de surpresas, contratempos e aborrecimentos — para serem consideradas viagens estrada fora. Mas, durante uma semana de Agosto, eu, a Michelle e as meninas divertimo-nos na mesma. Vimos o géiser Old Faithful em acção e contemplámos a vastidão ocre do Grand Canyon. As meninas praticaram actividades recreativas na água. À noite, fizemos jogos de tabuleiro e tentámos adivinhar os nomes das constelações. Quando ia deitar as meninas, esperava que, apesar de toda a azáfama que nos rodeava, os seus cérebros estivessem a guardar uma visão das possibilidades da vida e da beleza da paisagem da América, tal como acontecera comigo; e que um dia se recordassem das nossas viagens juntos e se lembrassem de que elas eram tão dignas de amor, tão fascinantes e fervilhantes de vida, que não havia nada que os seus pais preferissem a partilhar aquelas paisagens com elas.

É CLARO QUE UMA DAS COISAS que Malia e Sasha tiveram de aturar na viagem pelo Oeste foi o pai esgueirar-se, dia sim, dia não, para comparecer diante de vastas multidões e câmaras de televisão e falar sobre cuidados de saúde. As assembleias municipais propriamente ditas não foram diferentes das que realizaram na Primavera. As pessoas partilhavam histórias sobre como o sistema de saúde existente tinha defraudado as expectativas das suas famílias e faziam perguntas sobre como a nova lei poderia afectar os seus próprios seguros. Até aqueles que se opunham aos nossos esforços ouviam com atenção o que eu tinha para dizer.

Lá fora, porém, a atmosfera era bastante diferente. Estávamos no meio daquilo que ficaria conhecido por «Tea Party de Verão»: um esforço organizado para juntar os receios legítimos das pessoas em relação a uma América em mudança, com uma agenda política de direita. À chegada e saída de cada local, éramos recebidos por dezenas de manifestantes

zangados. Alguns vociferavam com megafones. Outros mostravam-me o dedo do meio. Muitos ostentavam cartazes com mensagens como OBAMA NÃO PRESTA ou a involuntariamente irónica O GOVERNO QUE DEIXE O MEU MEDICARE EM PAZ. Alguns brandiam fotografias minhas adulteradas a parecer o Joker protagonizado por Heath Ledger em *O Cavaleiro das Trevas*, de olhos enegrecidos e maquilhagem empastada, com um aspecto quase demoníaco. Outros ainda envergavam vestes patrióticas da era colonial e içavam a bandeira com a cobra e a divisa de Gadsen *DON'T TREAD ON ME!* — NÃO ME PISEM! Todos pareciam bastante interessados em expressar o seu desprezo generalizado pela minha pessoa, um sentimento bem sintetizado numa reconstituição do famoso cartaz da nossa campanha da autoria do artista Shepard Fairey: a mesma imagem da minha cara em tons de vermelho, branco e azul, mas com a palavra ESPERANÇA substituída por FORA.

O movimento Tea Party era uma força nova e poderosa na política americana. Começara meses antes, com um punhado de protestos de pequena dimensão que juntara populaça contra o TARP e a Lei de Recuperação. Ao que parecia, diversos dos primeiros participantes haviam migrado da quixotesca e libertária campanha presidencial do congressista republicano Ron Paul, que defendia a eliminação do imposto federal sobre o rendimento e da Reserva Federal, um regresso ao padrão-ouro e a saída da ONU e da OTAN. Em Fevereiro, o famigerado discurso empolado de Rick Santelli na televisão contra a nossa proposta para a habitação constituíra um grito galvanizador da rede indisciplinada de activistas conservadores e, pouco depois, os sítios da internet e cadeias de *e-mails* começaram a gerar manifestações maiores, com grupos do Tea Party a proliferar pelo país. Nesses primeiros meses, não tinham tido uma força motriz suficiente para impedir a promulgação do pacote de estímulos, e o protesto nacional no dia

do pagamento do imposto sobre o rendimento, em Abril, não se revelara de grande monta. Porém, com o aval de personalidades da imprensa conservadora como Rush Limbaugh e Glenn Beck, o movimento ganhou ímpeto, com políticos republicanos locais e depois nacionais a abraçar o rótulo do Tea Party.

No Verão, o grupo estava focado em travar a abominação a que chamaram «Obamacare», a qual, insistiam, introduziria na América uma nova ordem opressora de cariz socialista. Enquanto eu realizava as minhas relativamente tranquilas assembleias municipais sobre os cuidados de saúde pela região Oeste, os noticiários começaram a transmitir cenas de eventos eleitorais paralelos que se realizavam pelo país, vendo-se os elementos da Casa Branca e do Senado de súbito confrontados com multidões iradas e intrometidas nos seus próprios distritos e com elementos do Tea Party a perturbar deliberadamente o debate, fazendo tal chinfrim, que alguns políticos começaram a cancelar aparições públicas.

Tive dificuldade em decidir o que pensar de tudo aquilo. O manifesto anti-impostos, anti-regulamentação e anti-Governo do Tea Party não era recente; os seus princípios basilares — que as elites liberais corruptas tinham tomado conta do Governo federal para irem ao bolso dos americanos trabalhadores, financiarem o Estado-providência e gratificarem compinchas de empresas — há anos que eram difundidos por políticos republicanos e pela imprensa conservadora. Deu para perceber que o Tea Party também não era o movimento espontâneo e popular que alegava ser. Logo à partida, os partidários dos irmãos Koch, como os Americans for Prosperity, juntamente com outros conservadores bilionários que tinham participado no encontro de Indian Wells organizado pelos Koch logo após a minha tomada de posse, tinham fomentado cuidadosamente o movimento, registando nomes de domínio da Internet e obtendo autorizações para

manifestações, dando formação a organizadores, patrocinando conferências e, em última instância, proporcionando grande parte do financiamento, infra-estrutura e orientação estratégica do Tea Party.

Não obstante, não havia como negar que o Tea Party representava uma vaga populista genuína no seio do Partido Republicano. Era constituído por apoiantes que acreditavam na causa, com o mesmo entusiasmo popular e fúria violenta que víramos nos apoiantes de Sarah Palin durante os últimos dias de campanha. Em parte, eu compreendia essa fúria, ainda que a considerasse mal canalizada. Muitos dos brancos da classe operária e da classe média que gravitavam à volta do Tea Party tinham sofrido durante décadas com os salários estagnados, um custo de vida cada vez mais elevado e a perda de emprego estável que garantia uma reforma segura. Bush e os republicanos do poder estabelecido não tinham feito coisa alguma por eles e a crise financeira tinha afectado ainda mais as suas comunidades. E, pelo menos até agora, a economia tinha piorado de forma constante comigo no poder, apesar de ter injectado mais de um bilião de dólares em estímulos e resgates. Para aqueles que já tinham predisposição para ideias conservadoras, a noção de que as minhas políticas eram desenvolvidas para ajudar outros às suas custas — que o jogo estava viciado e eu fazia parte da marosca — deve ter parecido totalmente plausível.

Também sentia um respeito ressentido pela rapidez com que os líderes do Tea Party tinham mobilizado uma sólida falange de seguidores e dominado a cobertura noticiosa, recorrendo a algumas das redes sociais e estratégias de organização popular que havíamos desenvolvido durante a minha própria campanha. Passara toda a minha carreira política a promover a participação cívica como cura para muitos dos males de que a nossa democracia padecia. Disse com os meus botões que não me podia queixar só porque era a

oposição à minha agenda que estava agora a estimular de forma tão entusiasta o envolvimento dos cidadãos.

Porém, com o passar do tempo tornou-se difícil ignorar alguns dos impulsos mais obscuros que subjaziam ao movimento. Tal como acontecera nas manifestações da Palin, os repórteres que cobriam os eventos do Tea Party apanharam os participantes a comparar-me a animais ou a Hitler. Viam-se cartazes que me retratavam como um curandeiro africano com um osso no nariz e a legenda OBAMACARE EM BREVE NUMA CLÍNICA PERTO DE SI. Não faltavam teorias da conspiração: que a minha lei para os cuidados de saúde previa a criação de «painéis de morte» para avaliar se as pessoas mereciam tratamento, abrindo caminho à «eutanásia incentivada pelo Governo», ou que só beneficiaria os imigrantes ilegais, de modo a cumprir o meu objectivo mais amplo de inundar o país de eleitores dependentes do Estado-providência, fiéis ao Partido Democrata. Além disso, o Tea Party desenterrou e atiçou um antigo rumor da campanha: que, além de ser muçulmano, eu nascera no Quénia e, por isso, não podia ocupar o cargo de presidente. Em Setembro, a questão de quanto o nativismo e o racismo explicavam a ascensão do Tea Party tornara-se um importante tópico de debate nos programas da televisão por cabo — sobretudo depois de o antigo presidente sulista de gema Jimmy Carter ter opinado que a extrema acrimónia contra mim era, pelo menos em parte, fomentada por opiniões racistas.

Na Casa Branca, fizemos questão de não tecer comentários sobre qualquer destas questões — e não só porque Axe possuía dados extensivos que nos diziam que os eleitores brancos, incluindo muitos dos que me apoiavam, reagiam de maneira negativa a sermões sobre raça: por uma questão de princípio, eu não acreditava que um presidente se devesse lamentar em público sobre críticas de eleitores — fora para isso que

aceitara o cargo — e apressei-me a relembrar repórteres e amigos de que todos os meus antecessores brancos tinham igualmente sido alvo de ferozes ataques pessoais e obstrucionismo.

Em termos mais práticos, não vi maneira de distinguir os motivos das pessoas, sobretudo considerando que as atitudes de cariz racial estavam arraigadas em todos os aspectos da História da nossa nação. Será que aquele elemento do Tea Party apoiava os «direitos do Estado» por pensar genuinamente que era a melhor maneira de promover a liberdade ou porque continuava ressentido com o modo como a intervenção federal pusera cobro às leis de Jim Crow e conduzira ao fim da segregação e ao aumento do poder político dos negros no Sul? Será que aquela activista conservadora se opôs a qualquer expansão do Estado-providência por acreditar que isso enfraquecia a iniciativa individual ou porque estava convencida de que apenas beneficiaria pessoas de pele castanha que tinham acabado de atravessar a fronteira? Quaisquer que fossem os meus instintos, quaisquer que fossem as verdades que os livros de História pudessem sugerir, eu sabia que não conquistaria eleitores rotulando os meus adversários de racistas.

De uma coisa tinha certeza: uma grande porção do povo americano, incluindo algumas das pessoas que eu estava a tentar ajudar, não acreditava na minha palavra. Certa noite, por volta dessa época, assisti a uma reportagem sobre uma instituição de beneficência, chamada Remote Area Medical, que prestava serviços médicos em clínicas móveis e temporárias por todo o país, operando em reboques estacionados em parques de estacionamento de estádios e parques de diversões. Quase todos os doentes da reportagem eram sulistas brancos de lugares como o Tennessee, a Geórgia e a Virgínia Ocidental — homens e mulheres com emprego, mas sem seguros disponibilizados pelas entidades patronais ou, então, tinham seguros com franquias que não podiam pagar. Muitos tinham percorrido

centenas de quilómetros — alguns passaram a noite no carro com o motor a trabalhar para terem aquecimento — para, ao romper da aurora, se juntarem a centenas de outras pessoas, numa fila, para serem vistos por um dos médicos voluntários, que poderia arrancar um dente infectado, diagnosticar uma dor abdominal debilitante ou examinar um caroço na mama. A procura era tanta que, por vezes, os doentes que chegavam depois do raiar do dia já não conseguiam consulta.

Achei a história triste e exasperante, prova de uma nação rica que defraudara as expectativas de muitos dos seus cidadãos. Todavia, sabia que quase todas aquelas pessoas que aguardavam para ser recebidas por um médico gratuito eram oriundas de uma região republicana, aquele tipo de sítio onde a oposição à nossa lei para a saúde, bem como o apoio ao Tea Party, seriam provavelmente mais fortes. Houve uma época — quando ainda era senador e percorria de carro o sul do Ilinóis ou, mais tarde, viajando pela área rural do Iowa durante os primeiros dias da campanha para as presidenciais — em que eu conseguiria chegar a esses eleitores. Ainda não era suficientemente conhecido para ser alvo de caricaturas, o que significava que quaisquer preconceitos que as pessoas pudessem ter em relação a um negro de Chicago com um nome estrangeiro poderiam ser dissipados mediante uma simples conversa, um pequeno gesto de amabilidade. Depois de me sentar com pessoas num restaurante ou ouvir as suas queixas numa feira popular, poderia não conseguir os seus votos ou mesmo a concordância na maioria das questões, mas pelo menos estabelecíamos uma ligação e saíamos desses encontros compreendendo que partilhávamos esperanças, batalhas por travar e valores.

Não sabia se alguma dessas coisas ainda seria possível, agora que vivia fechado atrás de portões e seguranças, a minha imagem filtrada pela Fox News e outros meios de comunicação social cujo modelo de negócio

dependia de provocar raiva e medo nos espectadores. Queria acreditar que ainda era possível estabelecer uma ligação. Já a minha mulher não tinha tanta certeza disso. Certa noite, quase no fim da nossa viagem, depois de deitarmos as meninas, Michelle viu o excerto de uma manifestação do Tea Party na televisão — as bandeiras brandidas com raiva e os *slogans* exaltados. Pegou no comando e desligou a televisão com uma expressão que transparecia fúria e resignação.

— É uma loucura, não é? — disse ela.

— O quê?

— Eles terem medo de ti. Medo de *nós*.

Abanou a cabeça e foi para a cama.

TED KENNEDY MORREU a 25 de Agosto. Na manhã do seu funeral, os céus sobre Boston escureceram e, quando o nosso voo aterrou, as ruas estavam envoltas em grossos lençóis de chuva. O panorama no interior da igreja era apropriado à grandeza da vida de Teddy: os bancos apinhados de antigos presidentes e chefes de Estado, senadores e membros do Congresso, centenas de responsáveis do passado e da actualidade, a guarda de honra e o caixão envolto na bandeira. Mas foram as histórias contadas pelos seus familiares e pela maioria dos seus filhos que mais importaram naquele dia. Patrick Kennedy relembrou quando o pai cuidou dele durante os incapacitantes ataques de asma que sofrera, encostando uma toalha fria à sua testa até ele adormecer. Descreveu como o seu pai o levava a velejar, mesmo em mares revoltos. Teddy Jr. contou a história de como, depois de perder uma perna por causa do cancro, o pai insistira que fossem andar de trenó, subindo juntos e a custo uma colina cheia de neve, ajudando-o a levantar-se quando caía e enxugando-lhe as lágrimas quando quisera desistir, acabando por chegar os dois ao cume e descer as ladeiras cheias de

neve. Teddy Jr. disse que isso lhe provara que o seu mundo não acabara. No seu conjunto, foi um retrato de um homem impelido por grandes desejos e ambições, mas também por uma grande perda e pela dúvida. Um homem a compensar coisas.

— O meu pai acreditava na redenção — disse Teddy Jr. — E nunca desistiu, nunca deixou de tentar corrigir o que estava errado, fosse isso resultado dos seus próprios erros ou dos nossos.

Levei comigo essas palavras até Washington, onde imperava um estado de espírito de desistência — pelo menos no que dizia respeito à promulgação de um projecto de lei para a saúde. O Tea Party conseguira aquilo a que se propusera, ou seja, gerar vagas de publicidade negativa em relação aos nossos esforços, atiçando os receios do público relativamente aos custos da reforma, aos seus efeitos nefastos ou à ajuda exclusiva aos pobres. Um relatório preliminar do Gabinete do Orçamento do Congresso (CBO), o organismo independente de profissionais encarregados de contabilizar o custo de toda a legislação federal, orçou a versão inicial da lei da saúde da Casa Branca num assombroso bilião de dólares. Apesar de este valor do CBO acabar por diminuir conforme a lei foi revista e esclarecida, as manchetes deram aos adversários uma útil arma de arremesso contra nós. Os democratas de círculos eleitorais indecisos estavam agora receosos, convencidos de que insistir na lei seria uma missão suicida. Os republicanos deixaram de fingir que queriam negociar e havia membros do Congresso a repetir com regularidade a acusação do Tea Party de que eu queria matar os velhinhos.

O único aspecto positivo de tudo isto foi que me ajudou a curar Max Baucus da sua obsessão em tentar obter a concordância de Chuck Grassley. Numa derradeira reunião na Sala Oval com ambos, em inícios de Setembro,

escutei pacientemente enquanto Grassley indicava cinco novos motivos pelos quais ainda tinha problemas com a última versão do projecto de lei.

— Deixe-me fazer-lhe uma pergunta, Chuck — acabei por dizer. — Se o Max aceitasse todas as suas últimas sugestões, apoiaria a lei?

— Bem…

— Existe *alguma* alteração, seja ela qual for, que nos valha o seu voto?

Seguiu-se um silêncio desconfortável antes de Grassley me olhar nos olhos.

— Acho que não, senhor Presidente.

Acho que não.

O ambiente depressa ensombreceu na Casa Branca. Alguns elementos da minha equipa começaram a perguntar se chegara a hora de admitir a derrota. Rahm ficou especialmente taciturno. Como já travara esta batalha com Bill Clinton, compreendia muito bem o que a minha queda nas sondagens poderia significar para as possibilidades de reeleição de democratas em círculos eleitorais indecisos, muitos dos quais recrutados por ele e que ajudara a eleger, já para não falar das consequências para a minha reeleição em 2012. Ao debater as nossas opções numa reunião com altas patentes, Rahm recomendou que tentássemos chegar a acordo com os republicanos para produzirmos uma peça legislativa reduzida, talvez permitindo que pessoas entre os 60 e os 65 anos subscrevessem o Medicare ou alargando o âmbito do Programa de Seguro de Saúde para Crianças.

— Não será tudo aquilo que desejou, senhor Presidente — disse ele —, mas continuará a ajudar muitas pessoas e dar-nos-á uma melhor possibilidade de fazer progressos no resto da agenda.

Alguns dos presentes concordaram. Outros acharam que era demasiado cedo para desistir. Depois de rever as suas conversas em Capitol Hill, Phil Schiliro disse que achava que ainda havia uma possibilidade de promulgar

uma lei abrangente apenas com votos democratas, mas admitiu não haver certezas.

— A questão que se coloca, senhor Presidente, é: sente-se com sorte?

Eu olhei para ele e sorri.

— Onde é que estamos, Phil?

Phil hesitou, sem saber se a pergunta tinha uma rasteira.

— Na Sala Oval?

— E como é que eu me chamo?

— Barack Obama.

Eu sorri.

— Barack *Hussein* Obama. E estou aqui consigo, na *Sala Oval*. Amigo, eu sinto-me *sempre* com sorte.

Disse à equipa que manteríamos o planeado. Mas, para ser franco, a minha decisão não teve muito a ver com a sorte que eu sentia. Rahm não estava enganado em relação aos riscos e, num ambiente político diferente, talvez eu tivesse aceitado a sua ideia de negociar um meio-termo com os republicanos. Contudo, neste caso, não via qualquer indicação de os líderes republicanos nos virem a lançar uma bóia salva-vidas. Estávamos feridos, a sua base ansiava por sangue e, por muito modesta que fosse a reforma por nós proposta, era certo que eles encontrariam um novo conjunto de motivos para não colaborarem connosco.

Mais do que isso, uma lei reduzida não iria ajudar milhões de pessoas que estavam desesperadas, pessoas como Laura Klitzka, de Green Bay. A ideia de as desiludir — de as deixar entregues à sua sorte porque o presidente não fora suficientemente corajoso, competente ou persuasivo para ultrapassar o ruído político e fazer aquilo que sabia estar certo — era uma coisa para a qual eu não tinha estômago.

NESTA FASE, PARTICIPARA em assembleias municipais em oito Estados, explicando em termos latos e complexos o que a reforma da saúde poderia significar. Recebera telefonemas de membros da AARP em directo na televisão, com perguntas sobre todos os assuntos, desde as lacunas de cobertura do Medicare a testamentos em vida. A altas horas da noite, na Sala do Tratado, analisava o fluxo ininterrupto de memorandos e folhas de cálculo, certificando-me de que compreendia as minúcias dos corredores de risco e limites de resseguro. Se às vezes ficava desanimado, ou mesmo irado, com a quantidade de desinformação que andava no ar, sentia-me grato pela solicitude da minha equipa em continuar em frente sem baixar os braços, mesmo quando a batalha ficou feia e as probabilidades de sucesso pareciam fracas. A determinada altura, Denis McDonough distribuiu autocolantes pelo pessoal com as palavras LUTAR CONTRA O CINISMO. Isto tornou-se um *slogan* útil, um dogma nosso.

Consciente de que tínhamos de tentar alguma coisa em grande para relançar o debate sobre a saúde, Axe sugeriu que eu fizesse um comunicado em horário nobre, antes de uma sessão conjunta do Congresso. Explicou-me que era uma manobra arriscada, utilizada apenas duas vezes nos últimos dezasseis anos, mas dar-me-ia a possibilidade de me dirigir directamente a milhões de telespectadores. Perguntei sobre o que haviam versado os outros dois comunicados.

— O mais recente foi quando o Bush anunciou a guerra ao terrorismo, depois do 11 de Setembro.

— E o outro?

— Quando o Clinton falou sobre a sua lei para a saúde.

Dei uma gargalhada.

— Pois. E correu muito bem, não foi?

Não obstante o precedente pouco auspicioso, decidimos que valia a pena

tentar. Dois dias depois do Dia do Trabalhador, eu e Michelle entrámos para o banco de trás do *Beast*, subimos pelo acesso oriental do Capitólio e percorremos o mesmo caminho que tínhamos feito sete meses antes, até às portas da Câmara dos Representantes. O anúncio feito pelo *sergeant-at-arms*, as luzes, as câmaras de televisão, os aplausos, os apertos de mãos ao longo do corredor central — pelo menos à primeira vista, tudo parecia como em Fevereiro. Porém, desta vez, o humor na Câmara era diferente — os sorrisos um pouco forçados, um murmúrio de tensão e dúvida no ar. Ou talvez fosse apenas o meu humor que estava diferente. Qualquer que fosse a frivolidade ou sentimento de triunfo pessoal que eu tivesse sentido pouco depois de subir ao poder, agora esmorecera, fora substituído por algo mais resoluto: a determinação em concluir uma tarefa.

Nessa noite, durante uma hora, expliquei da maneira mais clara possível o que as nossas propostas de reforma significariam para as famílias que me estavam a ver: como proporcionariam um seguro a um preço acessível àqueles que precisavam, mas como também protegiam aquelas que já tinham seguro; como impediriam as seguradoras de discriminar as pessoas com condições preexistentes e eliminariam aquele tipo de limites vitalícios que eram um fardo para famílias como as de Laura Klitzka. Descrevi em pormenor como o plano ajudaria os mais velhos a pagar medicamentos que lhes salvariam a vida e exigiria às seguradoras a cobertura de exames de rotina e cuidados preventivos sem custos adicionais. Expliquei que os boatos sobre um golpe governamental e painéis de morte eram um disparate, que a legislação não acrescentaria um cêntimo ao défice e que era chegada a hora de tornar aquilo realidade.

Uns dias antes, recebera uma carta de Ted Kennedy. Ele redigira-a em Maio, mas dera ordens a Vicki para só a enviar depois da sua morte. Era uma carta de despedida de duas páginas, na qual me agradecia por assumir

a causa da reforma do sistema de saúde, referindo-se a isso como «a grande rubrica inacabada da nossa sociedade» e a causa da sua vida. Acrescentou que morreria com algum conforto, acreditando que aquilo a que dedicara anos de trabalho, por fim, sob a minha alçada, seria alcançado.

Assim, terminei o meu discurso dessa noite com uma citação da carta de Teddy, na esperança de que as suas palavras conseguissem entusiasmar a nação como me tinham entusiasmado a mim. «Aquilo que enfrentamos», escrevera, «é sobretudo uma questão moral; o que está em jogo não são apenas os pormenores da política, mas também os princípios fundamentais de justiça social e o carácter do nosso país.»

De acordo com os dados das sondagens, o meu comunicado ao Congresso impulsionou o apoio do público à lei da saúde, pelo menos temporariamente. Ainda mais importante para os nossos propósitos, pareceu aumentar a determinação dos democratas do Congresso que estavam hesitantes. Porém, não mudou a opinião de um único republicano da Câmara. Isto tornara-se claro menos de trinta minutos depois de começar o discurso, quando — enquanto desmistificava a falsa alegação de que a lei outorgaria um seguro aos imigrantes sem documentos — um congressista republicano relativamente pouco conhecido, no seu quinto mandato, chamado Joe Wilson, da Carolina do Sul, se inclinou para a frente no seu lugar e, ruborizado de fúria, gritou:

— Está a mentir!

Por breves instantes, a Câmara ficou mergulhada num silêncio de espanto. Eu virei-me para ver quem fora o temerário (tal como a presidente Pelosi e Joe Biden, Nancy estava chocada e Joe abanava a cabeça). Senti-me tentado a descer do poleiro, percorrer o corredor e dar um murro na cabeça do fulano. Em vez disso, limitei-me a responder:

— Não é verdade. — Depois, prossegui o meu discurso enquanto os

democratas apupavam Wilson.

Desde que havia memória, nunca acontecera nada semelhante durante um comunicado numa sessão conjunta — pelo menos nos tempos modernos. As críticas do Congresso não se fizeram esperar e chegaram dos dois quadrantes e, na manhã seguinte, Wilson emitiu um pedido de desculpas público pela falta de decoro e telefonou a Rahm a pedir que me transmitisse o seu arrependimento. Eu desvalorizei o ocorrido, dizendo a um repórter que ficara reconhecido pelo pedido de desculpas e acreditava que todos cometemos erros.

Todavia, não consegui deixar de reparar em reportagens segundo as quais as contribuições *online* para a campanha de reeleição de Wilson tinham subido a pique na semana que se seguiu à sua explosão. Ao que parecia, para muitos eleitores republicanos, ele tornara-se um herói que dissera a verdade ao poder instituído. Isto era sinal de que o Tea Party e os seus aliados da imprensa tinham conseguido mais do que apenas o seu objectivo de demonizar a lei da saúde — tinham-me demonizado e, ao fazê-lo, transmitido uma mensagem a todos os titulares de cargos republicanos: no que dizia respeito a fazer oposição à minha administração, as antigas regras já não se aplicavam.

APESAR DE TER CRESCIDO no Havai, nunca aprendi a velejar — não era um passatempo que estivesse dentro das possibilidades da minha família. Porém, durante os três meses e meio seguintes, senti-me como presumo que os marinheiros se sintam no alto-mar, depois de atravessarem uma brutal tempestade. O trabalho continuava a ser árduo e por vezes monótono, tornado mais complicado pela necessidade de remendar fugas e deitar baldes de água borda fora. Manter a velocidade e a rota sob ventos e correntes em constante mudança de direcção exigia paciência, perícia e

atenção. Mas, durante algum tempo, sentimos a gratidão dos sobreviventes, impelidos a realizar as nossas tarefas diárias graças a uma renovada convicção de que, por fim, conseguiríamos chegar a bom porto.

Para começar, depois de meses de adiamentos, Baucus iniciara finalmente o debate sobre uma lei de saúde no Comité de Finanças do Senado. A sua versão, que seguia o modelo de Massachusetts que todos vínhamos a utilizar, era mais parca do que seria desejável, em termos de subsídios para quem não tinha seguro, e insistimos para que substituísse um imposto sobre todos os planos de seguro fornecidos pelas entidades patronais por um aumento de impostos para os ricos. Mas, de um modo geral, as deliberações foram substantivas e sem exibicionismos, algo para que todos contribuíram. Ao fim de três semanas de trabalho exaustivo, a lei foi aprovada pelo comité, com catorze votos a favor e nove contra. Até Olympia Snowe decidiu votar a favor, dando-nos o único voto republicano.

De seguida, a presidente Pelosi engendrou a rápida adopção de um projecto de lei consolidado da Câmara sob a invariável e turbulenta oposição dos republicanos, com votação a 7 de Novembro de 2009 (na realidade, o projecto de lei já estava pronto havia algum tempo, mas Nancy não quisera levá-lo à Câmara — e obrigar os membros a uma votação penosa — enquanto não tivesse a certeza de que o esforço do Senado não seria um fiasco). Calculámos que, se conseguíssemos fazer com que todo o Senado promulgasse uma versão igualmente consolidada da sua lei antes da pausa do Natal, poderíamos utilizar o mês de Janeiro para negociar as diferenças entre as versões do Senado e da Câmara, enviar uma fusão dos dois projectos de lei para as duas Câmaras para aprovação e, com um pouco de sorte, ter a legislação final na minha secretária para ser promulgada em Fevereiro.

Era uma grande incógnita que dependia em grande medida do meu velho

amigo Harry Reid. Fiel à sua visão sombria da natureza humana, o líder da maioria do Senado partia do princípio de que não podia contar com Olympia Snowe assim que a versão final do projecto de lei de saúde ficasse pronta («Quando o McConnell a pressionar», disse-me num tom neutro, «ela vai ceder sem levantar problemas»). Para prevenir a possibilidade de algum obstrucionista, Harry não se podia dar ao luxo de perder um único membro da sua facção política de sessenta pessoas. E, tal como acontecera com a Lei de Recuperação, este facto conferia a cada um desses membros uma enorme liberdade de acção para exigir alterações à proposta de lei, por muito tacanhos ou irreflectidos que os pedidos pudessem ser.

Esta situação não conduziria a considerações políticas magnânimas, o que pouco importava a Harry, que era capaz de manipular, chegar a acordos e exercer pressão como ninguém. Durante as seis semanas seguintes, enquanto a proposta de lei consolidada era introduzida no Senado e se iniciaram demorados debates sobre questões procedimentais, a única acção que realmente importava aconteceu à porta fechada no gabinete de Harry, onde ele se reuniu com os resistentes, um a um, para ficar a saber o que seria preciso para os convencer a dizer sim. Alguns queriam financiamento para projectos de estimação bem-intencionados, mas de utilidade marginal. Vários dos membros mais liberais do Senado, que gostavam de se manifestar contra os lucros desmesurados das grandes farmacêuticas e seguradoras privadas deixaram, de súbito, de ter problemas com os lucros desmesurados dos fabricantes de equipamentos clínicos com unidades de produção nos respectivos Estados e pressionavam Harry para reduzir um imposto que fora proposto para a indústria. Os senadores Mary Landrieu e Ben Nelson tornaram os seus votos dependentes de milhares de milhões de dólares adicionais para o Medicaid, especificamente para o Luisiana e o

Nebraska, concessões que os republicanos rotularam inteligentemente como «Compra do Luisiana» e «Suborno do Nebraska».

Fosse como fosse, Harry era arrojado. Às vezes, arrojado *demais*. Teve o cuidado de manter o contacto com a minha equipa, dando a Phil ou a Nancy-Ann a hipótese de evitar mudanças legislativas que poderiam afectar de forma adversa as partes fulcrais das nossas reformas, mas de vez em quando era intransigente relativamente a algum acordo que queria fazer e eu tinha de intervir com um telefonema. Depois de ouvir as minhas objecções, de uma forma geral cedia, mas não sem resmungar, questionando-se como diabos pensava eu conseguir promulgar o projecto de lei se insistisse em fazer as coisas como queria.

— Senhor Presidente, o senhor percebe muito mais do que eu sobre política de saúde — disse, a determinada altura. — Mas do Senado percebo eu, ok?

Em comparação com as tácticas flagrantes de utilização de fundos para influenciar terceiros, elogios mútuos e nepotismo que alguns líderes do Senado haviam utilizado tradicionalmente para conseguirem promulgar leis importantes e controversas como a Lei dos Direitos Civis ou a proposta de lei de reforma fiscal de Ronald Reagan de 1986, ou um pacote como o *New Deal*, os métodos de Harry eram bastante delicados. Mas esses projectos de lei tinham sido promulgados quando a maioria das negociatas de Washington não chegava aos jornais, antes do advento do ciclo noticioso de vinte e quatro horas. Para nós, a tarefa penosa de fazer aprovar o projecto de lei pelo Senado era um pesadelo de RP. Sempre que a lei de Harry era alterada para apaziguar um novo senador, os repórteres publicavam uma nova série de histórias sobre «acordos de bastidores». O impacto que o meu comunicado conjunto pudesse ter tido junto da opinião pública para o esforço da reforma não tardou a esfumar-se — e as coisas pioraram

nitidamente quando Harry decidiu, com o meu acordo, retirar à lei uma coisa que se chamava «opção pública».

Desde o início do debate dos cuidados de saúde que os estrategas de políticas de esquerda nos pressionavam para modificar o modelo de Massachusetts de maneira a proporcionar aos consumidores a opção de comprar cobertura na bolsa não apenas a empresas como a Aetna e a Blue Cross Blue Shield, mas também a uma seguradora nova que pertencia ao Governo e que era por ele operada. Sem surpresa, as seguradoras manifestaram desagrado em relação à ideia de uma «opção pública», alegando que não seriam capazes de competir com um plano de seguros do Governo que poderia operar sem a pressão do lucro. É claro que, para os proponentes da opção pública, o objectivo era precisamente esse: ao realçarem com ela a eficiência do seguro do Governo em termos de custos, expondo assim o desperdício excessivo e a imoralidade do mercado de seguros privado, esperavam abrir caminho a um sistema de único pagador.

Era uma ideia inteligente, e suficientemente apelativa para Nancy Pelosi a incluir no projecto de lei da Câmara. Mas, no que diz respeito ao Senado, estávamos longe de conseguir sessenta votos para uma opção pública. Havia uma versão moderada na proposta de lei do Comité de Saúde e Educação do Senado, que exigia que qualquer seguradora gerida pelo Governo cobrasse as mesmas taxas que as seguradoras privadas, o que deitava por terra o propósito da ideia. Eu e a minha equipa pensámos que um possível compromisso poderia envolver a disponibilização de uma opção pública apenas nas partes do país onde houvesse muito poucas seguradoras para proporcionar uma concorrência real e uma entidade pública pudesse ajudar a reduzir o valor dos prémios na globalidade. Mas até mesmo isso foi demasiado para os membros conservadores da facção democrata engolirem, incluindo Joe Lieberman do Connecticut, que, pouco

antes do dia de Acção de Graças, anunciou que não votaria, em circunstância alguma, um pacote que incluísse uma opção pública.

Quando se soube que a opção pública fora retirada do projecto de lei do Senado, os activistas de esquerda perderam as estribeiras. Howard Dean, antigo governador do Vermont e ex-candidato presidencial, declarou que era «essencialmente o colapso da reforma da saúde no Senado dos EUA». Ficaram especialmente agastados pelo facto de, aparentemente, eu e Harry estarmos a ceder aos caprichos de Joe Lieberman — objecto de troça dos liberais que fora derrotado nas primárias democratas de 2006 pelo seu apoio consistentemente belicoso à guerra no Iraque e fora obrigado a concorrer para reeleição como independente. Não era a primeira vez que eu optava pelo pragmatismo em detrimento do despeito em relação a Joe: apesar de ele ter apoiado o seu amigo John McCain na última campanha presidencial, eu e Harry tínhamos revogado pedidos para lhe retirar vários projectos do comité, partindo do princípio de que não nos podíamos dar ao luxo de permitir que ele virasse as costas à facção política e, assim, custar-nos um voto fiável. Estávamos certos em relação a isso — Joe apoiara a minha agenda nacional de forma consistente. Mas o seu aparente poder para ditar os termos da reforma da saúde reforçava a opinião entre alguns democratas de que eu tratava melhor os inimigos do que os aliados e estava a virar as costas aos progressistas que me tinham posto na presidência.

Considerei toda a agitação exasperante.

— O que é que estes tipos não percebem em relação a sessenta votos? — queixei-me à minha equipa. — Devo dizer aos trinta milhões de pessoas que não conseguem ter seguro que vão ter de esperar mais dez anos porque não lhes conseguimos dar uma opção pública?

Não era apenas o facto de as críticas dos amigos doerem sempre mais. As lamúrias acarretaram consequências políticas imediatas para os democratas.

Lançaram a desordem sobre a nossa base (que, em termos genéricos, não fazia ideia do que era uma opção pública) e dividiram a nossa facção, dificultando-nos a tarefa de conseguir os votos de que precisávamos para fazer a proposta de lei da saúde chegar à meta. Também ignoravam o facto de todos os grandes progressos do Estado-providência da História da América, incluindo a Segurança Social e o Medicare, terem começado incompletos, tendo sido melhorados progressivamente com o passar do tempo. Transformando de antemão aquilo que seria uma monumental vitória, ainda que imperfeita, numa amarga derrota, as críticas contribuíram para uma potencial desmoralização prolongada dos eleitores democratas — também conhecida por síndrome do «De que adianta votar, se fica tudo na mesma?» —, dificultando-nos ainda mais a tarefa de ganhar eleições e implementar legislação progressista no futuro.

Eu disse a Valerie que havia um motivo para os republicanos terem tendência para fazer o contrário — porque Ronald Reagan conseguira presidir implementando enormes aumentos do orçamento federal, do défice federal e da mão-de-obra federal e, mesmo assim, ser idolatrado pelos fiéis republicanos como o fulano que reduzira o Governo federal com sucesso. Eles achavam que, em política, as histórias contadas eram muitas vezes tão importantes como as mudanças concretas conseguidas.

Não fizemos nenhum destes comentários em público, ainda que durante o resto do meu mandato a expressão «opção pública» se tenha tornado uma útil abreviatura na Casa Branca sempre que grupos de interesses democratas nos recriminavam por não conseguirmos desafiar a gravidade política e garantir menos de 100 por cento do que quer que pretendêssemos. Pelo contrário, fizemos os possíveis para acalmar os ânimos, relembrando os apoiantes descontentes de que teríamos tempo de sobra para aperfeiçoar a legislação quando fundíssemos as leis da Câmara e do Senado. Harry

continuou a fazer as coisas dele, incluindo manter o Senado em sessão semanas depois do adiamento previsto para as férias. Conforme previra, Olympia Snowe enfrentou uma borrasca para passar pela Sala Oval e dizer-nos em pessoa que iria votar contra (disse que a sua decisão se devia ao facto de Harry estar a apressar a aprovação do projecto de lei, embora corressem boatos de que McConnell ameaçara destituí-la do seu cargo no Comité de Pequenas Empresas, se votasse a favor). Mas nada disso interessava. Na véspera de Natal, ao cabo de vinte e quatro dias de debate, com Washington coberta por um manto de neve e as ruas quase desertas, o Senado promulgou a lei da saúde, intitulando-a Lei de Protecção dos Doentes e Cuidados Acessíveis com exactamente sessenta votos. Foi a primeira votação realizada pelo Senado numa véspera de Natal desde 1895.

Algumas horas mais tarde, recostei-me no meu lugar no *Air Force One*, a ouvir Michelle e as meninas a falar sobre como o *Bo* se estava a adaptar bem à sua primeira viagem de avião durante a viagem para as férias no Havai. Comecei a sentir-me a relaxar um pouco. Pensei para comigo que iríamos conseguir. Ainda não estávamos lá, mas, graças à minha equipa, graças a Nancy, a Harry e a um monte de democratas do Congresso que tinham feito votações difíceis, finalmente havia terra à vista.

Mal sabia eu que o nosso barco estava prestes a encalhar.

O NOSSO POSICIONAMENTO mágico e à prova de obstrucionismo no Senado existia por uma única razão. Depois da morte de Ted Kennedy, em Agosto, a legislatura do Massachusetts mudara a lei do Estado de modo a permitir que o governador, o democrata Deval Patrick, nomeasse um substituto, ao invés de deixar a cadeira desocupada até à realização de uma eleição especial. Mas essa foi apenas uma medida provisória, e agora, com as eleições marcadas para 19 de Janeiro, precisávamos que um democrata

fosse eleito para o lugar. Felizmente para nós, o Massachusetts era um dos Estados mais democratas da nação, onde há trinta e sete anos não eram eleitos senadores republicanos. A nomeada democrata para o Senado, a procuradora-geral Martha Coakley, mantivera uma vantagem segura de dois dígitos em relação ao adversário republicano, um senador pouco conhecido, de seu nome Scott Brown.

Com a corrida aparentemente a correr de feição, eu e a minha equipa passámos as duas primeiras semanas de Janeiro preocupados com o desafio de mediar um projecto de lei para a saúde que fosse aceitável para os democratas da Câmara e do Senado. Não foi fácil. O desdém entre os dois organismos do Congresso é uma tradição antiga em Washington, uma tradição que transcende os partidos; de uma forma geral, os senadores consideram os membros da Câmara impulsivos, tacanhos e mal informados, enquanto os membros da Câmara têm tendência para considerar os senadores tagarelas, afectados e inoperantes. Em inícios de 2010, esse desdém dera lugar a uma hostilidade sem reservas. Os democratas da Câmara — fartos de ver a sua maioria malbaratada e a sua agenda agressivamente liberal boicotada por uma facção democrata do Senado refém dos seus elementos mais conservadores — afiançaram que a lei do Senado não tinha qualquer hipótese na Câmara. Os democratas do Senado — fartos do que consideravam ser uma exibição da Câmara às suas custas — não se mostraram menos recalcitrantes. Os esforços de Rahm e Nancy-Ann para mediar um acordo pareciam não estar a levar a parte alguma, com discussões a irromper por causa até das disposições menos importantes, os membros a insultar-se mutuamente e a ameaçar bater com a porta.

Ao fim de uma semana nisto, fartei-me. Chamei Pelosi, Reid e negociadores de ambas as facções à Casa Branca e, durante três dias ininterruptos, em meados de Janeiro, sentámo-nos à mesa da Sala do

Executivo, analisando metodicamente todos os pontos de divergência, definindo áreas em que os membros da Câmara teriam de levar em consideração os constrangimentos do Senado e outras em que o Senado teria de ceder, comigo a relembrar constantemente a toda a gente que falhar não era uma opção e que faríamos aquilo todas as noites, se necessário durante todo o mês seguinte, até obtermos um acordo.

Apesar de os progressos serem lentos, sentia-me bastante confiante nos resultados. Isto até à tarde em que passei pelo pequeno gabinete de Axelrod e o vi com o Messina, ambos debruçados sobre um computador como dois médicos a examinar a radiografia de um doente terminal.

— O que é que se passa? — indaguei.

— Temos problemas no Massachusetts — respondeu Axe, abanando a cabeça.

— Graves?

— Graves — responderam Axe e Messina em uníssono.

Explicaram que a nossa candidata ao Senado, Martha Coakley, assumira a corrida como um dado adquirido, passando o tempo a bajular representantes eleitos, financiadores e figuras de proa, em vez de falar com os eleitores. Para piorar as coisas, gozara férias apenas três semanas antes das eleições, acto que a imprensa criticara severamente. Enquanto isso, a campanha do republicano Scott Brown estava ao rubro. Com os seus modos de pessoa comum e aparência cuidada, para não falar da carrinha *pick-up* que conduzia por todo o Estado, Brown conseguira tirar um partido efectivo dos medos e frustrações dos eleitores da classe operária que estavam a ser arrasados pela recessão e — porque viviam num Estado que já fornecia seguro de saúde a todos os seus residentes — encaravam a minha obsessão em promulgar uma lei da saúde federal como um enorme desperdício de tempo.

Aparentemente, nem os números das sondagens cada vez mais sombrios nem os telefonemas da minha equipa e de Harry tinham tirado Coakley da letargia. No dia anterior, quando um repórter a questionara sobre o seu plano de campanha, com poucos eventos, ela menosprezara a pergunta, ripostando: «Queria que saísse do Fenway Park? Que fosse para o frio? Distribuir cumprimentos?», numa referência sarcástica à campanha de Scott Brown que, no dia de Ano Novo, fizera uma passagem pelo histórico estádio de basebol de Boston, onde a equipa de hóquei da cidade, os Boston Bruins, estavam a realizar o *derby* clássico de Inverno da NHL contra os Philadelphia Flyers. Numa cidade que idolatrava as suas equipas desportivas, seria difícil proferir outra frase que afugentasse grandes segmentos do eleitorado com tanto sucesso.

— Ela não disse tal coisa! — exclamei, atónito.

Messina fez que sim com a cabeça sem desviar o olhar do computador.

— Está aqui, no *website* do *Globe*.

— Nãoooo! — lamentei-me, agarrando Axe pela lapela do casaco e abanando-o dramaticamente, e depois batendo com os pés no chão como uma criança birrenta. — Não, não, não! — Deixei descair os ombros ao ponderar as implicações. — Ela vai perder, não vai? — acabei por dizer.

Axe e Messina não tiveram de responder. No fim-de-semana antes das eleições, tentei salvar a situação indo de avião até Boston para participar numa manifestação de Coakley, mas era tarde demais. Brown ganhou por uma margem confortável. As manchetes dos jornais nacionais falaram em REVÉS COLOSSAL e DERROTA HISTÓRICA. O veredicto em Washington foi célere e impiedoso: a proposta de lei para a saúde, de Barack Obama, estava morta.

AINDA AGORA, tenho dificuldade em ter uma noção clara relativamente à

derrota no Massachusetts. Talvez a sabedoria convencional esteja certa. Se eu não tivesse insistido tanto na saúde durante aquele primeiro ano; se, em vez disso, tivesse concentrado todos os meus eventos públicos e declarações no emprego e na crise financeira, talvez não tivéssemos perdido aquele lugar no Senado. Com certeza que, se tivéssemos menos itens na agenda, eu e a minha equipa poderíamos ter reparado mais cedo nos sinais de alerta, acompanhado melhor Coakley, e eu teria feito mais campanha no Massachusetts. Todavia, também é possível que, dado o estado miserável da economia, não houvesse nada que pudéssemos fazer — que as engrenagens da História não se deixassem influenciar pelas nossas insignificantes intervenções.

Sei que, naquele momento, todos nós sentimos que cometêramos um tremendo deslize. Os comentadores concordaram com essa avaliação. Os artigos de opinião instigaram-me a substituir a minha equipa, a começar por Rahm e Axelrod, mas não lhes prestei muita atenção. Pensei que quaisquer erros eram da minha responsabilidade e orgulhava-me de ter criado uma cultura — durante a campanha e na Casa Branca — na qual não procurávamos bodes expiatórios quando as coisas davam para torto.

Mas foi mais difícil para Rahm ignorar o ruído de fundo. Tendo passado a maior parte da sua carreira em Washington, recorria ao ciclo dos noticiários diários para controlo do desempenho, não só da administração, mas também do seu próprio lugar no mundo. Estava sempre a adular os líderes de opinião, ciente da rapidez com que os vencedores se tornam perdedores e como os colaboradores da Casa Branca eram impiedosamente criticados no rescaldo de qualquer fracasso. Neste caso, considerou que estava a ser injustamente caluniado. Afinal de contas, fora ele quem, mais do que qualquer outra pessoa, me alertara para o perigo político de fazer pressão no sentido de promulgar uma lei para a saúde. E, tal como todos

temos tendência para fazer quando estamos magoados ou ressentidos, não conseguiu deixar de desabafar com os amigos de toda a cidade. Infelizmente, o seu círculo de amigos revelou-se demasiado largo. Cerca de um mês depois das eleições no Massachusetts, o colunista do *Washington Post* Dana Milbank escreveu um artigo no qual montava uma vigorosa defesa a Rahm, alegando que «o maior erro do Obama foi não dar ouvidos ao Emanuel em relação aos cuidados de saúde», e dava conta dos motivos por que um pacote para a saúde enfraquecido teria sido uma estratégia mais inteligente.

Vermos o nosso chefe de pessoal parecer distanciar-se de nós depois de irmos ao tapete num combate está longe de ser o ideal. Apesar de não ficar satisfeito com o artigo, não pensei que Rahm o tivesse provocado de propósito. Atribuí o caso a um descuido ocasionado pela tensão. Porém, nem todos se apressaram a perdoá-lo. Valerie, sempre muito protectora em relação a mim, ficou furiosa. As reacções entre outros colaboradores veteranos, já abalados pela derrota de Coakley, variaram entre a raiva e a desilusão. Nessa tarde, Rahm entrou na Sala Oval apropriadamente pesaroso. Disse-me que não fora sua intenção, mas desiludira-me e estava preparado para apresentar a demissão.

— Não se vai demitir — refutei. Reconheci que ele metera água e que teria de corrigir os problemas criados com o resto da equipa. Mas disse-lhe também que ele fora um excelente chefe de pessoal, que tinha a certeza de que o erro não se repetiria e que precisava dele no cargo.

— Senhor Presidente, não tenho a certeza…

Eu interrompi-o.

— Sabe qual será o seu verdadeiro castigo? — perguntei, dando-lhe uma palmada nas costas enquanto o dirigia para a porta.

— Qual?

— Fazer aprovar o maldito projecto de lei para a saúde!

O facto de eu continuar a acreditar que era possível não era tão descabido como parecia. O nosso plano original — negociar um compromisso entre os democratas da Câmara e do Senado e depois promulgar essa legislação nos dois organismos — estava agora fora de questão; com apenas cinquenta e nove votos, nunca evitaríamos o obstrucionismo. Mas, tal como Phil me relembrara na noite em que conhecêramos os resultados do Massachusetts, restava-nos uma saída, e não envolvia regressar ao Senado. Se a Câmara conseguisse simplesmente aprovar o projecto de lei do Senado sem alterações, poderia enviá-lo directamente para a minha secretária para promulgação, e assim torná-lo lei. Phil achava que poderia ser possível invocar então um procedimento do Senado denominado «reconciliação orçamental», segundo o qual uma legislação que envolvesse apenas questões financeiras podia ser levada a votos com o acordo de cinquenta senadores, ao invés dos habituais sessenta, sendo que o vice-presidente tinha a última palavra em caso de empate técnico. Tal permitir-nos-ia engenhar um número reduzido de melhorias para o projecto de lei do Senado através de legislação separada. Não obstante, não havia como contornar o facto de termos de pedir aos democratas da Câmara para aceitar uma versão da reforma dos cuidados de saúde que tinham rejeitado previamente sem hesitar — uma reforma sem opção pública, um imposto *Cadillac* a que os sindicatos se opunham e uma embaraçosa manta de retalhos de cinquenta bolsas estaduais, em vez de um único mercado através do qual as pessoas pudessem adquirir os seus seguros.

— Ainda se sente com sorte? — perguntou-me Phil com um sorriso irónico.

Na realidade, não sentia.

Mas sentia-me confiante em relação à presidente da Câmara dos

Representantes.

O ano anterior só tinha reforçado o meu apreço pelas competências legislativas de Nancy Pelosi. Ela era combativa, pragmática e exímia a reunir os membros da sua facção conflituosa, muitas vezes defendendo publicamente algumas posições politicamente insustentáveis dos seus colegas democratas da Câmara, enquanto os aplacava nos bastidores para aceitarem os inevitáveis compromissos necessários à concretização dos planos.

No dia seguinte, telefonei a Nancy e expliquei-lhe que a minha equipa elaborara uma proposta para a saúde drasticamente reduzida, num evidente recuo, mas que pretendia fazer aprovar a proposta do Senado pela Câmara e precisava da ajuda dela para isso. Durante os quinze minutos seguintes, tive de ouvir um dos seus habituais discursos retóricos — sobre porque a proposta de lei do Senado era defeituosa, porque os membros da sua facção estavam tão zangados e porque os democratas do Senado eram cobardes, de vistas curtas e, de um modo geral, incompetentes.

— Quer dizer que me apoiará? — perguntei quando ela, por fim, fez uma pausa para recuperar o fôlego.

— Bem, essa questão nem se coloca, senhor Presidente — respondeu Nancy, impaciente. — Chegámos longe demais para desistir agora. — Pensou por instantes. Depois, como que a testar um argumento que utilizaria mais tarde com a sua facção, acrescentou: — Se desistirmos disto, estaremos a recompensar os republicanos por um comportamento deplorável, não é? Não lhes vamos dar essa satisfação.

Depois de desligar o telefone, olhei para Phil e para Nancy-Ann, que tinham andado a deambular em frente à secretária *Resolute* a ouvir a minha conversa (quase unilateral), tentando perceber pelo meu semblante o que estava a acontecer.

— Adoro aquela mulher — disse eu.

MESMO COM A PRESIDENTE do nosso lado, a tarefa de reunir os votos necessários na Câmara foi desanimadora. Para além de ter de arrastar os progressistas, a espernear, para darem o seu apoio a uma lei feita à medida das sensibilidades de Max Baucus e Joe Lieberman, a eleição de Scott Brown a menos de um ano das intercalares assustara todos os democratas moderados capazes de entrar numa corrida competitiva. Precisávamos de alguma coisa que ajudasse a mudar a narrativa negativa e pessimista e que desse tempo a Nancy para fazer a sua magia.

Por fim, foram os nossos adversários a dar-nos exactamente aquilo de que precisávamos. Meses antes, a facção republicana da Câmara convidara-me a participar numa sessão de perguntas e respostas no seu retiro anual, agendado para 29 de Janeiro. Prevendo que o tema da saúde poderia vir à baila, sugerimos à última hora que abrissem o evento à imprensa. Ou porque não quis a chatice de ter de enfrentar os repórteres excluídos ou porque se sentia encorajado pela vitória de Scott Brown, John Boehner concordou.

Foi um erro. Numa inclassificável sala de reuniões de um hotel de Baltimore, com Mike Pence a presidir e as televisões por cabo a captar todas as conversas, estive no palco durante uma hora e vinte e dois minutos a responder a perguntas de membros republicanos da Câmara dos Representantes, sobretudo sobre cuidados de saúde. Para todos os que assistiram, a sessão confirmou o que aqueles de nós que tinham estado a trabalhar na questão já sabiam: a grande maioria deles pouco sabia sobre o que realmente constava da proposta a que com tanta veemência se tinham oposto, não tinham a certeza absoluta sobre os pormenores das alternativas

que propunham e não estavam preparados para debater o tópico fora da bolha hermeticamente selada dos meios de comunicação conservadores.

De regresso à Casa Branca, sugeri que aproveitássemos a nossa vantagem convidando os *Four Tops* e um grupo bipartidário de líderes fulcrais do Congresso para uma reunião de um dia inteiro sobre o tema da saúde, na Blair House. Mais uma vez, tratámos da transmissão do debate em directo, desta vez no canal do Governo e, novamente, o formato permitiu aos republicanos fazerem as alegações ou perguntas que quisessem. Como tinham sido apanhados desprevenidos uma vez, daquela vieram preparados com um guião. O líder da bancada republicana, Eric Cantor, levou uma cópia da proposta da Câmara, com as suas 2700 páginas, e largou-a em cima da mesa à sua frente como se fosse o símbolo da tomada do sector da saúde por um Governo fora de controlo. Boehner insistiu que a nossa proposta era «uma experiência perigosa» e que deveríamos recomeçar. John McCain envidou uma demorada alocução sobre negociatas de bastidores, levando-me, a certa altura, a relembrá-lo de que a campanha ainda não terminara. Mas, no que dissesse respeito a políticas em concreto — quando perguntei aos líderes republicanos quais eram concretamente as suas propostas para ajudar a reduzir os custos médicos, proteger as pessoas com condições preexistentes e proporcionar cobertura a milhões de americanos que, de outro modo, não poderiam ter seguro —, as suas respostas foram tão triviais como as de Chuck Grassley durante a sua visita à Sala Oval, meses antes.

Tenho a certeza de que houve mais pessoas a ver *bowling* nessa semana do que a perder sequer cinco minutos para assistir a estas conversas na televisão e, ao longo das duas sessões, tornou-se evidente que nada que eu pudesse dizer teria o menor impacto no comportamento dos republicanos (a não ser motivá-los a cortar o acesso a câmaras de televisão nas minhas

futuras aparições nos seus debates). O que importou foi que os dois eventos serviram para dar novo alento aos democratas da Câmara, relembrando-os de que estávamos do lado certo na questão dos cuidados de saúde e, em vez de se focarem nas lacunas da proposta do Senado, deveriam sentir-se encorajados pelo modo como a proposta prometia ajudar milhões de pessoas.

EM INÍCIOS DE MARÇO, tínhamos confirmado que as regras do Senado nos permitiriam eliminar partes da proposta de lei através de reconciliação. Melhorámos os subsídios para ajudar mais pessoas. Diminuímos o imposto *Cadillac* para apaziguar os sindicatos e livrámo-nos do embaraço duplo do «Suborno do Nebraska» e da «Compra da Luisiana». A equipa de envolvimento público de Valerie fez um excelente trabalho a reunir o apoio de grupos como a American Academy of Family Physicians, a American Medical Association, a American Nurses Association e a American Heart Association, enquanto uma rede de grupos e voluntários militantes de base fizeram horas extraordinárias para informar as pessoas e manter a pressão sobre o Congresso. A Anthem, uma das maiores seguradoras da América, anunciou uma subida de 39 por cento das taxas, relembrando convenientemente às pessoas aquilo que elas não apreciavam no sistema actual. E quando a Conferência Episcopal Católica dos EUA anunciou que não poderia apoiar o projecto de lei (convencida de que a redacção da proposta de lei na parte relativa à proibição da utilização de subsídios federais para serviços de aborto não era suficientemente explícita), tivemos um aliado inesperado na pessoa da irmã Carol Keehan, uma religiosa de voz suave e sempre alegre que liderava os hospitais católicos da nação. Esta Filha da Caridade de 66 anos, para além de romper com os bispos ao insistir que a promulgação da lei era vital para cumprir a missão da organização de

cuidar dos doentes, também inspirou as líderes de ordens e organizações de mulheres católicas, que representavam mais de cinquenta mil freiras americanas, a assinar uma carta pública em defesa da proposta de lei.

— Adoro freiras — disse eu a Phil e Nancy-Ann.

Apesar de todo este trabalho, o nosso registo ainda indicava que estávamos pelo menos dez votos aquém do que era necessário para a lei ser aprovada. A opinião pública continuava bastante dividida. A imprensa esgotara as notícias novas. Não ocorreram mais gestos plenos de dramatismo ou pequenas modificações na política para facilitar a diplomacia. Agora, o sucesso ou o fracasso dependiam totalmente das opções dos cerca de trinta democratas da Câmara que representavam círculos indecisos, a quem era dito que um voto a favor da Lei dos Cuidados Acessíveis lhes poderia custar o lugar.

Passei grande parte de cada dia em conversas privadas com esses representantes, às vezes na Sala Oval, com mais frequência ao telefone. Alguns mostravam interesse apenas pelos aspectos políticos, a monitorizar com atenção as sondagens no seu círculo e as cartas e telefonemas dos seus eleitores. Tentei transmitir-lhes a minha avaliação honesta: que o apoio ao projecto de lei de reforma da saúde melhoraria assim que fosse promulgado, embora talvez não antes do meio do mandato; que um voto contra teria mais probabilidades de afastar democratas do que de conquistar republicanos e independentes; e que, qualquer que fosse a opção que fizessem, o seu destino dentro de seis meses dependeria mais provavelmente do estado da economia e da minha situação política.

Alguns pretendiam o apoio da Casa Branca para algum projecto ou proposta de lei não relacionado em que estavam a trabalhar. A esses, mandei-os falar com Rahm ou Pete Rouse, para verem o que era possível fazer.

Mas a maioria das conversas não se revestia de carácter transaccional. Num circunlóquio, o que os representantes procuravam era esclarecimentos — sobre quem eram e o que as suas consciências exigiam. Por vezes, limitei-me a ouvir enquanto eles enunciavam os prós e os contras. Amiúde, comparámos notas sobre o que nos inspirara a enveredar pela política, falando sobre o nervoso miudinho daquela primeira corrida e de todas as coisas que esperávamos concretizar, os sacrifícios que nós e as nossas famílias tínhamos feito para chegarmos onde chegáramos e as pessoas que ajudáramos pelo caminho.

«É isto», dir-lhes-ia no final, «a finalidade de tudo. Ter a rara oportunidade, reservada a muito poucos, de conduzir a História para um rumo melhor.»

E o que me surpreendeu foi o modo como, na maioria das vezes, apenas isso bastou. Os políticos veteranos decidiram agir, não obstante a oposição activa nos seus círculos conservadores — pessoas como Baron Hill do sul do Indiana, Earl Pomeroy do Dakota do Norte, e Bart Stupak, católico devoto da Península Superior do Michigan, que trabalhou comigo na redacção dos termos do financiamento do aborto de maneira a considerar, por fim, que podia dar o seu voto. O mesmo aconteceu com neófitos políticos, como Betsy Markey do Colorado, John Boccieri do Ohio e Patrick Murphy da Pensilvânia, estes últimos jovens veteranos de guerra do Iraque, e todos eles considerados estrelas em ascensão no partido. De facto, foram muitas vezes aqueles que tinham mais a perder que menos precisaram de ser persuadidos. Tom Perriello — advogado de direitos humanos de 35 anos tornado congressista por vencer num círculo de maioria republicana que abrangia uma vasta área da Virgínia — falou por muitos deles quando explicou a sua decisão de votar a favor da proposta de lei.

— Há coisas mais importantes do que ser reeleito — disse-me ele.

Não é difícil encontrar pessoas que odeiam o Congresso, eleitores que estão convencidos de que o Capitólio está cheio de pretensiosos e cobardes, que a maioria dos seus representantes eleitos está nas mãos de lobistas e grandes financiadores e que tem como motivação a ganância de poder. Quando ouço tais críticas, geralmente concordo com a cabeça e reconheço que muitos encaixam nesse estereótipo. Admito que assistir ao rebuliço diário que acontece na Câmara ou no Senado pode exaurir até o espírito mais resistente. Mas também falo das palavras que Tom Perriello me disse, antes da votação da lei da saúde. Descrevo o que ele e muitos outros fizeram, pouco depois de serem eleitos. Quantos de nós somos testados dessa maneira, sendo-nos pedido para, ao serviço de um bem maior, pormos em risco carreiras com as quais sonhávamos há muito?

Essas pessoas podem ser encontradas em Washington. E isso também é política.

A VOTAÇÃO FINAL da lei da saúde aconteceu a 21 de Março de 2010 — mais de um ano depois de realizarmos aquela cimeira na Casa Branca e de Ted Kennedy fazer a sua aparição de surpresa. Toda a gente da Ala Ocidental estava em pulgas. Phil e a presidente tinham feito contagens informais que indicavam que vencêramos, mas por pequena margem. Sabíamos que havia sempre a possibilidade de um ou dois membros da Câmara terem uma súbita mudança de opinião, e tínhamos poucos votos para desperdiçar, se é que tínhamos algum.

Eu tinha outro motivo de preocupação, no qual fizera um esforço para não me delongar, mas que não conseguira esquecer desde o início. Mobilizáramos, defendêramos, inquietáramo-nos e assumíramos o compromisso com uma legislação de 906 páginas que afectaria as vidas de

dezenas de milhões de americanos. A Lei dos Cuidados Acessíveis era densa, minuciosa, popular apenas entre uma facção política, impactante e certamente imperfeita. E agora teria de ser implementada. Ainda nesse dia, depois de eu e Nancy-Ann concluirmos uma ronda de telefonemas de última hora a membros que estavam a dirigir-se ao local de voto, levantei-me e olhei pela janela, para lá do relvado virado a sul.

— É bom que isto resulte — disse-lhe. — Porque, a partir de agora, o sistema de saúde americano está nas nossas mãos.

Decidi assistir às horas preliminares de discursos que se realizaram na Câmara dos Representantes, esperando para me juntar ao vice-presidente e ao resto da equipa na Sala Roosevelt, quando a votação começasse, por volta das dezanove e trinta. Um a um, os votos foram-se acumulando consoante os membros da Câmara pressionavam os botões para *yea* — sim — ou *nay* — não — nos painéis de voto electrónico, com a votação projectada no ecrã de televisão. Conforme os *yeas* foram aumentando aos poucos, ouvi Messina e mais alguns a resmonear em surdina:

— Vá lá… vá lá.

Por fim, o número de votos atingiu os 216, mais um do que precisávamos. O nosso projecto de lei seria aprovado por uma margem de sete votos.

A sala explodiu numa ovação, com as pessoas a abraçar-se e a bater as palmas das mãos como se tivessem acabado de ver o seu clube marcar um golo. Joe agarrou-me pelos ombros, o seu famoso sorriso ainda mais rasgado.

— Conseguiste, pá! — disse ele. Eu e Rahm abraçámo-nos. Nessa noite, ele levara o filho de treze anos, Zach, à Casa Branca para assistir à votação. Eu inclinei-me e disse a Zach que, graças ao seu pai, milhões de pessoas teriam finalmente cuidados de saúde, caso ficassem doentes. O miúdo ficou

radiante. De regresso à Sala Oval, telefonei a Nancy Pelosi e Harry Reid a felicitá-los e, quando terminei, encontrei Axelrod na soleira da porta. Tinha os olhos um pouco vermelhos. Disse-me que, depois da votação, precisara de estar algum tempo sozinho no seu gabinete, pois tudo aquilo lhe trouxera recordações do que ele e a sua mulher, Susan, tinham passado quando a filha de ambos, Lauren, sofrera de ataques epilépticos.

— Obrigado por levares isto até ao fim — disse Axe, a voz embargada. Passei o braço pelos seus ombros, sentindo-me eu próprio emocionado.

— É para isto que trabalhamos — disse eu. — Isto. Aqui mesmo.

Eu convidara todos os que tinham trabalhado no projecto de lei para uma celebração privada na residência, cerca de cem pessoas no total. Sasha e Malia estavam de férias e Michelle levara-as a Nova Iorque durante uns dias, por isso eu estava sozinho. A noite estava suficientemente amena para podermos confraternizar no exterior, na Varanda Truman, com o Monumento a Washington e o Memorial a Jefferson iluminados ao longe, e eu abri uma excepção à minha regra de sobriedade nos dias de trabalho. De *martini* na mão, fiz as honras da casa, abraçando e agradecendo a Phil, Nancy-Ann, Jeanne e Kathleen todo o seu trabalho. Apertei a mão de imensos colaboradores mais jovens, muitos dos quais nunca conhecera e que, não duvido, se sentiam um pouco desconcertados por estarem onde estavam. Eu sabia que tinham dado o litro nos bastidores, a fazer contas, a preparar versões preliminares, a enviar comunicados de imprensa e a responder a perguntas do Congresso e quis que soubessem como o seu trabalho tinha sido importante.

Para mim, aquela celebração era importante. A noite que tivéramos no Grant Park depois de vencer as eleições fora extraordinária, mas fora apenas uma promessa, ainda não concretizada. Esta noite significava mais: uma promessa cumprida.

Depois de todos irem embora, bastante depois da meia-noite, percorri o corredor até à Sala do Tratado. O *Bo* estava enroscado no chão. Passara grande parte da noite na varanda, com os meus convidados, deambulando pelo meio da multidão, à espera de uma palmadinha na cabeça ou talvez de um canapé caído ao chão para petiscar. Agora estava com um ar agradavelmente fatigado, pronto para dormir. Agachei-me e cocei-o atrás das orelhas. Pensei em Ted Kennedy e na minha mãe.

Fora um bom dia.

QUINTA PARTE

O MUNDO COMO ELE É

CAPÍTULO 18

TAL COMO BATER CONTINÊNCIA passou a ser automático para mim, gesto que repetia sempre que subia para o *Marine One* ou para o *Air Force One*, ou interagia com as nossas tropas, aos poucos, senti-me mais confortável — e eficiente — no meu cargo de comandante-chefe. Pela manhã, o PDB ficou mais conciso, consoante eu e a minha equipa ficámos mais familiarizados com um elenco recorrente de personagens de política externa, cenários, conflitos e ameaças. Ligações, que em tempos haviam sido opacas, eram agora óbvias para mim. Eu sabia dizer de cor que tropas aliadas estavam no Afeganistão e em que medida eram fiáveis no campo de batalha, que ministros iraquianos eram fervorosos nacionalistas e quais arrastavam a asa aos iranianos. Porém, a parada era alta e os problemas, complexos, para que tudo aquilo parecesse uma mera rotina. Com o passar do tempo, passei a experienciar as minhas responsabilidades da maneira como imagino que um especialista em desarmamento de bombas se sente ao cortar um fio ou um trapezista se sente ao sair da plataforma, tendo aprendido a libertar-me do excesso de receio para me concentrar — tentando em simultâneo não ficar tão relaxado ao ponto de cometer erros por desleixo.

Porém, havia uma tarefa com a qual nunca me permiti sequer sentir remotamente confortável. Mais ou menos todas as semanas, Katie pousava na minha secretária uma pasta com cartas de condolências para as famílias de soldados caídos em combate, para assinar. Costumava fechar a porta do gabinete, abrir a pasta e fazer um compasso de espera em cada carta, lendo o nome em voz alta como num feitiço, tentando evocar a imagem do jovem

(era raro haver baixas femininas) e do que fora a sua vida — onde crescera e andara na escola, onde fizera as festas de aniversário e nadara no Verão durante a infância, as equipas em que jogara, as raparigas de quem gostara. Pensava nos pais dele, na sua mulher e nos filhos, se os tivesse. Assinava cada carta devagar, com cuidado para não manchar o papel bege e grosso ao pegar na caneta com a mão esquerda inclinada. Se a assinatura não ficava como eu queria, mandava imprimir a carta outra vez, sabendo muito bem que nada do que eu fizesse seria alguma vez suficiente.

Não era a única pessoa a enviar estas cartas. Bob Gates também se correspondia com as famílias dos mortos no Iraque e no Afeganistão, embora raramente falássemos disso, se é que alguma vez falámos.

Eu e Gates tínhamos desenvolvido uma forte relação de trabalho. Reuníamos com regularidade na Sala Oval e eu achava-o pragmático, estável e agradavelmente sem papas na língua, com a confiança serena que lhe permitia simultaneamente defender o seu ponto de vista e, de vez em quando, mudar de opinião. A habilidade com que geria o Pentágono fazia-me estar disposto a fechar os olhos às vezes que também me queria gerir a mim, e não tinha medo de enfrentar os intocáveis do Departamento de Defesa (DOD), incluindo puxar as rédeas ao orçamento para a defesa. Ele podia ser irritadiço, sobretudo com os meus colaboradores mais jovens da Casa Branca, e as nossas diferenças de idade, educação, experiência e orientação política não permitiram que nos tornássemos propriamente amigos. Mas reconhecíamos um no outro uma ética de trabalho comum e um sentido de obrigação — não apenas para com a nação que nos confiara a tarefa de garantir a segurança, mas também para com os soldados, cuja coragem testemunhávamos todos os dias, e para com as famílias que eles deixavam para trás.

Ajudava o facto de estarmos de acordo na maioria das questões de

segurança nacional. Por exemplo, em inícios do Verão de 2009, eu e Gates partilhávamos um optimismo reservado em relação aos desenvolvimentos no Iraque. Não era que as condições fossem risonhas. A economia do Iraque estava um caos — a guerra destruíra a maior parte da infra-estrutura básica do país, enquanto a queda do preço do petróleo no mundo exaurira o orçamento nacional — e, devido a um impasse parlamentar, o Governo do Iraque tinha dificuldade em realizar até as tarefas mais básicas. Durante a minha breve visita em Abril ao país, fizera sugestões ao primeiro-ministro Maliki sobre como poderia enfrentar as reformas administrativas necessárias e tentar comunicar mais eficazmente com as facções sunitas e curdas do Iraque. Ele fora educado, mas defensivo; ao que parecia, não estudara o *Federalista N.º 10* de Madison. Para ele, os xiitas eram a maioria no Iraque, o seu partido de coligação tinha vencido as eleições com o maior número de votos, os sunitas e os curdos estavam a travar o progresso com as suas exigências descabidas, e qualquer ideia de acomodar os interesses ou proteger os direitos das minorias daquele país era um incómodo que ele assumia apenas por causa da pressão dos EUA.

A conversa serviu para lembrar que as eleições por si só não produzem uma democracia funcional: enquanto o Iraque não arranjasse maneira de reforçar as suas instituições cívicas e os respectivos líderes não desenvolvessem hábitos de compromisso, o país continuaria em dificuldades. Não obstante, o facto de Maliki e os seus rivais expressarem hostilidade e desconfiança através da diplomacia, e não através do cano de uma pistola, já era um avanço. Mesmo com as forças americanas em retirada dos centros populacionais iraquianos, os ataques terroristas patrocinados pela al-Qaeda no Iraque continuavam a diminuir e os nossos comandantes davam conta de uma melhoria estável no desempenho das forças de segurança iraquianas. Eu e Gates concordámos que os Estados

Unidos teriam de desempenhar um papel fundamental no Iraque durante os anos seguintes — com recomendações para ministérios-chave, dando formação às forças de segurança, acabando com impasses entre facções e ajudando a financiar a reconstrução do país —, mas, salvo significativos reveses, o fim da guerra da América no Iraque estava finalmente à vista.

O mesmo não se podia dizer do Afeganistão.

As tropas adicionais que eu autorizara em Fevereiro tinham ajudado a travar avanços talibãs em algumas áreas e estavam a trabalhar na segurança das eleições presidenciais que se avizinhavam. Porém, as nossas forças não tinham invertido o ciclo de violência e instabilidade cada vez mais intenso no país e, em resultado do maior número de combates, numa área mais vasta do território, as baixas americanas tinham disparado.

As baixas no Afeganistão também estavam a aumentar, com mais civis apanhados no fogo cruzado, vítimas de ataques suicidas e bombas na berma da estrada cada vez mais sofisticadas, colocadas pelos rebeldes. Os afegãos queixavam-se cada vez mais de certas tácticas dos EUA — por exemplo, incursões nocturnas a casas suspeitas de abrigarem combatentes talibãs — que consideravam perigosas ou disruptivas, mas que os nossos comandantes consideravam necessárias para levarem a cabo as suas missões. Na frente política, a estratégia de reeleição do presidente Karzai consistia sobretudo em subornar influenciadores locais, intimidar os adversários e pôr astuciosamente várias facções étnicas umas contra as outras. Em termos diplomáticos, o nosso acesso às altas esferas paquistanesas parecia não ter qualquer efeito sobre a sua tolerância contínua a refúgios talibãs dentro do país. Entretanto, a al-Qaeda a operar nas fronteiras com o Paquistão continuava a ser uma grande ameaça.

Considerando a ausência de progressos significativos, estávamos todos

ansiosos por saber o que nosso novo comandante da ISAF, o general Stanley McChrystal, tinha a dizer sobre a situação.

Em finais de Agosto, depois de passar semanas no Afeganistão com uma equipa de conselheiros militares e civis, McChrystal apresentou a avaliação completa que Gates pedira. Alguns dias mais tarde, o Pentágono enviou-a para a Casa Branca.

E, em vez de dar respostas claras, levantou uma nova sucessão de questões inquietantes.

A MAIOR PARTE DA AVALIAÇÃO de McChrystal dava conta daquilo que já sabíamos: a situação no Afeganistão era má e estava a piorar, com os talibãs motivados e o Exército afegão fraco e desmoralizado, e Karzai, que triunfara numas eleições manchadas por violência e fraudes, continuava às rédeas de um Governo que era encarado pelo povo afegão como corrupto e inapto. Porém, o que chamou a atenção de toda a gente foi a conclusão do relatório. Para inverter a situação, McChrystal propunha uma campanha de contra-insurgência (COIN) declarada: uma estratégia militar destinada a conter e marginalizar rebeldes não apenas combatendo-os, mas também tentando aumentar a estabilidade entre a população mais vasta do país — idealmente reprimindo parte da fúria que levara os insurgentes a pegar inicialmente em armas.

McChrystal, além de propor uma abordagem mais ambiciosa do que a que antevíramos quando eu adoptara as recomendações do relatório de Riedel na Primavera, também estava a solicitar pelo menos quarenta mil militares para lá dos que já tinham sido destacados, o que aproximaria o número de militares americanos no Afeganistão dos cem mil, num futuro próximo.

— Lá se vai a ideia de seres o presidente antibelicista — disse Axe.

Era difícil não sentir que caíra numa emboscada — que o acordo inicial do Pentágono com o meu aumento inicial mais modesto de vinte e um mil militares fora uma mera cedência táctica temporária, com a finalidade de conseguir mais. Entre os elementos da minha equipa, as divisões sobre o Afeganistão que tinham sido evidentes em Fevereiro começaram a endurecer. Mike Mullen, os chefes dos Estados-Maiores e David Petraeus defenderam a estratégia COIN de McChrystal sem reservas, alegando que um número inferior quase de certeza fracassaria e seria encarado como uma perigosa falta de determinação americana aos olhos de forças amigas e inimigas. Hillary e Leon Panetta não tardaram a seguir-lhes o exemplo. Gates, que se mostrara anteriormente preocupado com a sensatez de expandirmos a nossa pegada militar num país famosamente resistente à ocupação estrangeira, foi mais circunspecto, mas disse-me que McChrystal o convencera de que uma força menor não resultaria e que, se trabalhássemos em estreita coordenação com as forças de segurança afegãs para proteger as populações locais e treinássemos melhor os nossos soldados para respeitarem a cultura afegã, evitaríamos os problemas que tinham atormentado os Soviéticos na década de oitenta. Entretanto, Joe e um considerável número de colaboradores do NSC consideravam que a proposta de McChrystal não passava da derradeira tentativa de um militar desenfreado de arrastar ainda mais o país para um exercício fútil e extremamente dispendioso de consolidação de uma identidade nacional, quando podíamos e devíamos estar apenas concentrados nos esforços de combate ao terrorismo (CT), contra a al-Qaeda.

Depois de ler a avaliação de sessenta e seis páginas de McChrystal, partilhei o cepticismo de Joe. Pelo que me era dado a entender, não havia uma estratégia de retirada clara; segundo o seu plano, precisaríamos de cinco a seis anos só para reduzir o número de tropas americanas até aos

valores actuais. Os custos eram mirabolantes — pelo menos mil milhões de dólares por cada mil militares adicionais mobilizados. Os nossos homens e mulheres de uniforme, alguns na sua quarta ou quinta campanha ao fim de quase uma década de guerra, sofreriam ainda mais baixas. E, olhando à resiliência dos talibãs e à disfuncionalidade do Governo de Karzai, não havia certezas de sucesso. No seu apoio escrito ao plano, Gates e os generais reconheceram que nenhum poderio militar americano conseguiria a estabilização do Afeganistão «enquanto a corrupção difusa e o saque ao povo continuassem a caracterizar a governação» do país. Eu não via qualquer possibilidade de *essa* condição ser cumprida num futuro próximo.

Não obstante, algumas verdades incontornáveis impediram-me de rejeitar terminantemente o plano de McChrystal. A situação era insustentável. Não podíamos permitir que os talibãs regressassem ao poder e precisávamos de tempo para treinar mais forças de segurança afegãs capazes e para descobrir e expulsar a al-Qaeda e os seus líderes. Por muita confiança que tivesse no meu discernimento, não podia ignorar a recomendação unânime de generais experientes que tinham conseguido recuperar alguma medida de estabilidade no Iraque e já estavam envolvidos na luta no Afeganistão. Como tal, pedi a Jim Jone e Tom Donilon para organizarem uma série de reuniões do NSC, onde — longe das políticas do Congresso e das queixas da imprensa — poderíamos analisar metodicamente os pormenores da proposta de McChrystal, ver até que ponto iam ao encontro dos nossos objectivos prévios e decidir o melhor a fazer.

Mas, afinal, os generais tinham outra ideia. Apenas dois dias depois de eu receber o relatório, *The Washington Post* publicou uma entrevista a David Patraeus na qual ele declarava que qualquer esperança de sucesso no Afeganistão exigiria substancialmente mais tropas e uma estratégia COIN «abrangente e com todos os recursos». Cerca de dez dias depois, tínhamos

acabado de sair do nosso primeiro debate sobre a proposta de McChrystal na Sala de Crise quando Mike Mullen compareceu perante o Comité das Forças Armadas do Senado para uma audição agendada de antemão e defendeu o mesmo argumento, considerando qualquer estratégia menos veemente como insuficiente para o objectivo de derrotar a al-Qaeda e impedir o Afeganistão de se tornar uma base futura para ataques à nossa pátria. Alguns dias depois disso, a 21 de Setembro, o *Post* publicou uma sinopse do relatório de McChrystal que tinha chegado às mãos de Bob Woodward, cuja manchete era: MCCHRYSTAL: MAIS FORÇAS OU «FRACASSO DA MISSÃO». Pouco depois, McChrystal deu uma entrevista ao *60 Minutos* e fez um discurso em Londres, promovendo nas duas ocasiões as virtudes da sua estratégia COIN em relação a outras alternativas.

A reacção foi previsível. Os partidários republicanos intransigentes como John McCain e Lindsey Graham aproveitaram o ataque-relâmpago do general à imprensa e avançaram com o estribilho familiar de que eu deveria «dar ouvidos aos meus comandantes no terreno» e ceder ao pedido de McChrystal. Todos os dias eram publicadas notícias propagandeando a crescente desavença entre a Casa Branca e o Pentágono. Os colunistas acusaram-me de «vacilar» e questionaram se eu teria estofo para liderar uma nação em tempo de guerra. Rahm salientou que, em todos os anos que passara em Washington, nunca vira tamanha campanha pública orquestrada pelo Pentágono para encurralar um presidente. Biden foi mais sucinto:

— É revoltante, porra!

Eu concordei. Não era a primeira vez que os desentendimentos no seio da minha equipa extravasavam para a imprensa, mas era a primeira vez desde que chegara à presidência que sentia que todo um organismo sob a minha tutela estava dedicado à sua própria agenda. Decidi que seria também a

última. Pouco depois do testemunho de Mullen no Congresso, pedi-lhe e a Gates para se encontrarem comigo na Sala Oval.

— Então — disse eu depois de nos sentarmos e de lhes oferecer café —, não fui claro quando disse que queria tempo para apreciar a avaliação de McChrystal? Ou a vossa instituição pura e simplesmente nutre um total desrespeito por mim?

Pouco à vontade, os dois mudaram de posição no sofá. Como é meu hábito quando estou zangado, não levantei a voz.

— Desde o dia em que prestei juramento — continuei —, fiz todos os possíveis para criar um ambiente em que as opiniões de todos são levadas em conta. E acho que sempre me mostrei receptivo a tomar decisões impopulares quando achei que isso seria necessário para a nossa segurança nacional. Concorda comigo, Bob?

— Concordo, senhor Presidente — respondeu Gates.

— Nesse caso, quando estabeleço um processo mediante o qual se vai decidir o envio de mais dezenas de milhares de soldados para um perigoso palco de guerra com o custo de centenas de milhares de milhões de dólares, e vejo as minhas altas patentes militares a boicotar esse processo para defenderem a sua posição na praça pública, fico a pensar. Será por se acharem mais inteligentes e não quererem a maçada de responder às minhas perguntas? Será por eu ser jovem e não ter cumprido serviço militar? Será por não apreciarem a minha agenda política…?

Fiz um compasso de espera, deixando as perguntas no ar. Mullen aclarou a voz.

— Senhor Presidente, creio que falo por todas as suas altas patentes quando digo que nutrimos o maior respeito pelo senhor e pela presidência.

Assenti com a cabeça.

— Pois bem, Mike, vou confiar na sua palavra. E dou-lhe a *minha*

palavra de que tomarei a minha decisão em relação à proposta do Stan com base nas recomendações do Pentágono e naquilo que acredito ser o interesse deste país. Mas, enquanto isso — disse eu, recostando-me para reforçar —, gostaria que os meus conselheiros militares parassem de me dizer o que eu *tenho* de fazer na primeira página do jornal. Acha justo?

Ele concordou e passámos a tratar de outros assuntos.

EM RETROSPECTIVA, sinto-me inclinado a acreditar em Gates quando disse que não houve um plano coordenado por Mullen, Petraeus ou McChrystal para me forçarem (embora mais tarde ele tivesse admitido que ouviu de uma fonte fidedigna que alguém da equipa de McChrystal fizera chegar o relatório do general às mãos de Woodward). Sei que os três foram motivados por uma sincera convicção na integridade da respectiva posição e que consideraram fazer parte do seu código de oficiais militares transmitirem a sua avaliação honesta ao domínio público ou em comunicados de imprensa, sem reflectirem sobre as consequências políticas. Gates apressou-se a relembrar-me que a franqueza de Mullen também exasperara o presidente Bush e teve razão quando salientou que os veteranos da Casa Branca eram muitas vezes igualmente culpados de tentar manipular a imprensa nos bastidores.

Mas também penso que o episódio ilustrou o quanto os militares se tinham habituado a obter tudo o que queriam durante a presidência de Bush e o nível a que as decisões de políticas básicas — sobre guerra e paz, mas também sobre as prioridades orçamentais da América, metas diplomáticas e possíveis compromissos entre segurança e outros valores — tinham sido transferidas para o Pentágono e a CIA. Era fácil perceber os factores que tinham conduzido a esta situação: depois do 11 de Setembro, o impulso de fazer o que fosse preciso para travar os terroristas e a relutância da Casa

Branca em fazer perguntas difíceis que pudessem ser um empecilho; militares obrigados a corrigir os estragos resultantes da decisão de invadir o Iraque; um público que, com razão, encarava os militares como mais competentes e dignos de confiança do que os civis que estavam encarregados de criar as políticas; um Congresso que estava sobretudo interessado em evitar a responsabilidade de problemas com políticas externas vigorosas; e uma imprensa que poderia ser excessivamente deferente perante qualquer pessoa com divisas nos ombros.

Homens como Mullen, Petraeus, McChrystal e Gates — todos eles comprovados líderes com um foco singular nas tarefas extremamente difíceis diante de si — tinham simplesmente ocupado um espaço que estava livre. A América tivera a sorte de ter aqueles homens nas posições que ocupavam e, quando chegaram as últimas fases da guerra no Iraque, na maioria das vezes tomaram as decisões certas. Mas, tal como eu dissera a Petraeus daquela primeira vez que nos encontráramos no Iraque, mesmo antes da minha eleição, a tarefa do presidente era ter um pensamento amplo, não estrangulado, e ponderar os custos e os benefícios de uma acção militar em relação a tudo quanto servisse para tornar o país mais forte.

Tanto como quaisquer diferenças específicas relativamente a estratégia ou táctica, tais questões fundamentais — o controlo da elaboração de políticas por parte de civis, os papéis respectivos do presidente e dos seus conselheiros militares no nosso sistema constitucional e as considerações que cada um pôs em cima da mesa na tomada de decisão sobre a guerra — tornaram-se o conteúdo implícito do debate sobre o Afeganistão. E era relativamente a estas questões que as divergências entre mim e Gates eram mais notórias. Gates era um dos colaboradores mais esclarecidos de Washington e compreendia melhor do que ninguém a pressão do Congresso, a opinião pública e os constrangimentos orçamentais. Mas, para

ele, esses eram obstáculos a contornar, não factores legítimos que deveríamos ter em conta na tomada das nossas decisões. Ao longo do debate sobre o Afeganistão, apressou-se a designar todas as objecções que Rahm ou Biden levantassem — sobre a dificuldade de reunir votos no Congresso para obter os 30 a 40 milhares de milhões de dólares adicionais que o plano de McChrystal poderia exigir, ou o cansaço que a nação poderia sentir ao fim de quase uma década de guerra — como meras «questiúnculas políticas». A outras pessoas, embora nunca directamente a mim, Gates questionava por vezes o meu comprometimento para com a guerra e a estratégia que eu adoptara em Março, sem dúvida atribuindo-a também a «questiúnculas políticas». Tinha dificuldade em perceber que aquilo que descartava como «questiúnculas políticas» era a democracia na sua verdadeira acepção — a nossa missão tinha de ser definida não apenas pela necessidade de derrotar um inimigo, mas pela necessidade de garantir que o país não ficava na miséria ao fazê-lo; que questões sobre gastar centenas de milhares de milhões de dólares em mísseis e bases de operações avançadas, e não em escolas ou cuidados de saúde para as crianças, não eram periféricas à segurança nacional, mas sim fulcrais para ela; que o sentido de dever tão intenso que tinha em relação às tropas já no terreno, o seu genuíno e admirável desejo de que tivessem todas as hipóteses de serem bem-sucedidas, poderia ter um adversário à altura na paixão e no patriotismo daqueles que estavam interessados em limitar o número de jovens americanos postos no caminho do perigo.

TALVEZ NÃO FOSSE A FUNÇÃO de Gates pensar nessas coisas, mas era a minha. Assim, entre meados de Setembro e meados de Novembro, presidi a uma série de nove reuniões de duas a três horas, na Sala de Crise, para avaliar o plano de McChrystal. A mera duração das deliberações tornou-se famosa

em Washington e, apesar de a minha conversa com Gates e Mullen ter posto cobro a notícias oficiais por parte dos generais de topo, as fugas de informação, citações anónimas e especulações continuaram a aparecer com regularidade na imprensa. Eu fiz os possíveis para aplacar o ruído de fundo, alicerçado na noção de que os meus maiores críticos eram os mesmos comentadores e pretensos especialistas que tinham promovido activamente ou ficado arrebatados pelo frémito da invasão ao Iraque.

De facto, um dos principais argumentos para a adopção do plano de McChrystal era os seus pontos de convergência com a estratégia COIN que Petraeus usara durante o afluxo dos EUA no Iraque. De uma maneira geral, a ênfase de Petraeus no treino das forças locais, na melhoria de governação local e na protecção das populações locais — ao invés de invadir território e acumular rebeldes mortos — tinha sentido. Só que o Afeganistão de 2009 não era o Iraque de 2006. Os dois países representavam realidades distintas que exigiam soluções diferentes. A cada sessão na Sala de Crise, tornou-se mais claro que a perspectiva expansiva do plano COIN que McChrystal lobrigara para o Afeganistão ultrapassava o que era preciso para destruir a al-Qaeda e também aquilo que seria exequível no meu mandato, se é que seria exequível de todo.

John Brennan reiterou que, ao contrário da al-Qaeda no Iraque, os talibãs estavam demasiado entrosados no tecido da sociedade afegã para serem erradicados, e que, não obstante a simpatia da sociedade para com a al-Qaeda, eles não evidenciavam sinais de congeminar ataques fora do Afeganistão contra os EUA ou os seus aliados. O nosso embaixador em Cabul, o antigo general Karl Eikenberry, duvidava que se pudesse realizar uma reforma do Governo de Karzai e temia que uma forte investida militar e posterior «americanização» da guerra pudesse retirar toda a pressão de Karzai para se começar a organizar. O extenso calendário de McChrystal

para instalar tropas e retirá-las parecia menos um assalto ao estilo do Iraque e mais uma ocupação a longo prazo, o que levara Biden a perguntar porque — com a al-Qaeda no Paquistão e quase totalmente focada em ataques com *drones* — deveríamos enviar cem mil soldados para reconstruir o país vizinho.

Pelo menos à minha frente, McChrystal e outros generais responderam respeitosamente a todas as estas preocupações — em alguns casos, de forma persuasiva; noutros, nem tanto. Apesar da paciência e bons modos, tiveram dificuldade em esconder a frustração ao verem o seu discernimento profissional posto em causa, sobretudo por pessoas que nunca envergaram uniforme (McChrystal semicerrou os olhos quando, em mais do que uma ocasião, Biden começou a explicar-lhe o que era necessário para realizar operações de contraterrorismo bem-sucedidas). Aumentou a tensão entre os colaboradores da Casa Branca e o Pentágono, com o pessoal do NSC a sentir que estava a obter respostas evasivas no que concernia a colher informação de maneira atempada e Gates agastado, em silêncio, com aquilo que considerava ser a constante microgestão do NSC. A animosidade chegou mesmo a afectar as relações *dentro* de departamentos. O vice-presidente dos chefes dos Estados-Maiores, James «Hoss» Cartwright, e o tenente-general Douglas Lute — adjunto do NSC e «czar da guerra» durante os dois últimos anos da administração Bush, a quem eu pedira para ficar connosco — ficariam mal vistos no seio do Pentágono assim que concordaram em ajudar Biden a elaborar um plano menos militarizado e mais orientado para o contraterrorismo, alternativo ao de McChrystal. Entretanto, Hillary Clinton considerou que as corridas finais de Eikenberry para contornar os canais oficiais do Departamento de Estado estavam a roçar a insubordinação e pediu a sua substituição.

É justo dizer que na altura da terceira ou quarta rodada de diapositivos de

PowerPoint, mapas do campo de batalha e vídeos obstinados, juntamento com as omnipresentes luzes fluorescentes, café de má qualidade e atmosfera bafienta, todos estavam fartos do Afeganistão, fartos de reuniões e fartos uns dos outros. Quanto a mim, bem, senti, mais do que nunca, a responsabilidade do cargo. Tentei não o demonstrar, mantendo uma expressão neutra enquanto fazia perguntas, tirava apontamentos e, de vez em quando, fazia sarrabiscos nas margens do bloco de notas que a equipa tinha deixado no meu lugar (sobretudo padrões abstractos, às vezes caras de pessoas ou cenas passadas na praia — uma gaivota a sobrevoar uma palmeira e as ondas do mar). Mas, de quando em vez, a minha frustração vinha ao de cima, principalmente quando ouvia alguém responder a uma pergunta difícil retomando o argumento de que precisávamos de enviar mais militares de modo a revelar «determinação».

Eu perguntava o que é que isso significava exactamente, por vezes de maneira demasiado brusca. Que continuássemos a repetir más decisões do passado? Será que alguém pensava que permanecer no Afeganistão durante mais dez anos impressionaria os nossos aliados e incutiria medo nos nossos inimigos? Mais tarde, diria a Denis que isso me fazia lembrar uma lengalenga infantil sobre uma velha que engolira uma aranha para apanhar uma mosca.

— Ela acaba por engolir um cavalo — concluí.

— E é claro que morre — atalhou Denis.

Por vezes, depois de uma dessas sessões intensas, eu vagueava até à pequena piscina perto da Sala Oval para fumar um cigarro e absorver o silêncio, sentindo a tensão nas costas, nos ombros e no pescoço, resultado de demasiado tempo sentado, mas também do meu estado psíquico. Se ao menos a decisão do Afeganistão *fosse* uma questão de determinação — uma questão de vontade, ferro e fogo… Isso aplicara-se a Lincoln, quando

tentara salvar a União, ou a Roosevelt, depois de Pearl Harbor, com a América e o mundo a enfrentar uma ameaça mortífera dos poderes expansionistas. Nessas circunstâncias, utilizara-se todos os meios ao dispor para permitir uma guerra total. Porém, neste caso em concreto, as ameaças que enfrentávamos — redes terroristas mortíferas, mas sem um Estado; nações beligerantes, mas frágeis, que queriam ter armas de destruição maciça — eram reais, mas não existenciais, pelo que uma determinação sem clarividência era pior do que inútil. Levar-nos-ia a travar as guerras erradas e a cair em ciladas. Tornava-nos administradores de terras inóspitas e levava-nos a fazer mais inimigos do que os que aniquilávamos. Graças ao seu incomparável poderio, a América podia escolher quem, quando e como combater. Afirmar o contrário, insistir que a nossa segurança e a nossa posição no mundo nos obrigavam a fazer tudo o que nos fosse possível em todas as ocasiões, era abdicar da responsabilidade moral, e a certeza que isso proporcionava era uma mentira reconfortante.

POR VOLTA DAS SEIS DA MANHÃ do dia 9 de Outubro de 2009, o telefonista da Casa Branca acordou-me aos safanões para me dizer que tinha Robert Gibbs ao telefone. Era raro os meus colaboradores ligarem assim tão cedo, pelo que fiquei assustado. Seria um ataque terrorista? Uma catástrofe natural?

— Atribuíram-te o Prémio Nobel da Paz — disse Gibbs.

— Como assim?

— Fizeram o anúncio há uns minutos.

— Pelo quê?

Gibbs ignorou diplomaticamente a pergunta. Disse-me que Favs estaria à minha espera na Sala Oval para elaborar comigo a declaração que eu

quisesse fazer. Depois de desligar o telefone, Michelle perguntou-me o que acontecera.

— Vou receber o Prémio Nobel da Paz.

— Isso é maravilhoso, querido — disse ela. Depois virou-se para o outro lado para dormir mais um pouco.

Uma hora e meia mais tarde, quando eu estava a tomar o pequeno-almoço, Malia e Sasha passaram pela sala de jantar.

— Excelente notícia, papá — disse Malia, pondo a mochila às costas. — Ganhaste o Prémio Nobel… e o *Bo* faz anos!

— Além disso, vai ser um fim-de-semana prolongado! — acrescentou Sasha, batendo com o punho no meu. Despediram-se de mim com um beijo na cara e foram para a escola.

Na conferência de imprensa no Roseiral disse que, menos de um ano desde a minha tomada de posse, não me sentia merecedor de me juntar aos ilustres transformadores que tinham sido agraciados no passado. Pelo contrário, encarava o prémio como um incitamento à acção, uma maneira de o comité do prémio impulsionar causas para as quais a liderança americana era vital: diminuir as ameaças das armas nucleares e das alterações climáticas, reduzir a desigualdade económica, defender os direitos humanos e colmatar as diferenças raciais, étnicas e religiosas que tantas vezes potenciavam conflitos. Disse que achava que o prémio deveria ser partilhado com outras pessoas de todo o mundo que trabalhavam, muitas vezes sem reconhecimento, em prol da justiça, da paz e da dignidade humana.

Durante o caminho de regresso à Sala Oval, pedi a Katie para não me passar os telefonemas de felicitações que começavam a chegar e dediquei alguns minutos a reflectir sobre o fosso entre as expectativas e as realidades da minha presidência. Seis dias antes, trezentos militantes afegãos tinham

tomado de assalto um posto avançado dos EUA na Indocuche, matando oitos soldados nossos e ferindo outros vinte e sete. Outubro seria o mês mais fatídico para as tropas americanas no Afeganistão desde que a guerra começara oito anos antes e, ao invés de preconizar uma nova era de paz, eu estava na iminência de ter de mandar mais soldados para a guerra.

AINDA NESSE MÊS, fiz um voo nocturno até à base da Força Aérea de Dover, no Delaware, para assistir ao regresso a solo americano dos restos mortais de quinze soldados americanos e três agentes de combate ao tráfico de drogas que tinham perdido a vida naqueles incidentes consecutivos no Afeganistão — um helicóptero que se despenhara e duas bombas à beira da estrada, na província de Kandahar. A presença de um presidente nestas «transladações dignas», como lhes chamavam, era rara, mas eu considerei-a importante, agora mais do que nunca. Desde a Guerra do Golfo que o Departamento da Defesa proibia a cobertura mediática do regresso à pátria dos caixões de militares, mas, com a ajuda de Bob Gates, eu invertera essa política nesse ano — deixando a decisão à consideração de cada família. Eu achava que tornar públicas pelo menos algumas destas transladações conferia ao nosso país uma maneira mais inequívoca de ponderar os custos da guerra, a dor de cada perda. E nessa noite, no fim de um mês devastador no Afeganistão, com o futuro da guerra a ser debatido, uma das famílias optara por documentar o momento.

Houve um bulício constante durante as quatro ou cinco horas em que estive na base. Na capela pequena e simples onde me juntei às famílias que ali se tinham reunido: no cais de desembarque do avião *C-17* que transportara os dezoito caixões envoltos na bandeira, onde a prece solene de um capelão do Exército reverberou nas paredes de metal; no asfalto, onde fiquei em sentido e vi seis carregadores de luvas brancas, boinas pretas e

farda transportar os pesados caixões um a um até às filas de veículos que os aguardavam, o mundo todo em silêncio salvo o uivo do vento e os passos em cadência.

No voo de regresso, com o romper da aurora ainda a umas horas de distância, as únicas palavras de que me lembrava de toda a visita eram as da mãe de um soldado:

— Não deixe em suspenso aqueles rapazes que ainda lá estão. — Ela tinha um ar extenuado, a cara encovada do desgosto. Prometi-lhe que não, sem saber se isso significaria mandar mais soldados para terminar a missão pela qual o filho fizera o derradeiro sacrifício, ou acabar com um conflito confuso e prolongado, o que poderia significar encurtar as vidas dos filhos de outras pessoas. A decisão dependia de mim.

Uma semana mais tarde, as nossas forças foram assoladas por nova catástrofe, desta vez mais perto de casa. No dia 5 de Novembro, um major do Exército e psiquiatra, de seu nome Nidal Hasan, entrou num edifício na base do Exército de Fort Hood, em Killeen, no Texas, sacou de uma pistola semiautomática que comprara numa loja de armas local e abriu fogo, matando treze pessoas e ferindo muitas outras antes de ser alvejado e detido por agentes da polícia da base. Mais uma vez, meti-me no avião para dar os sentimentos às famílias enlutadas e depois discursei numa homenagem ao ar livre. Enquanto um trompete tocava o toque de despedida, a sua melodia triste pontuada pelos soluços abafados da assistência, percorri com os olhos os memoriais aos soldados caídos: uma fotografia emoldurada, um par de botas de combate, um capacete pousado em cima de uma espingarda.

Pensei no que John Brennan e o director do FBI Robert Mueller me tinham dito nos *briefings* sobre o tiroteio: Hasan, um muçulmano nascido nos EUA com um registo perturbador de comportamento errático, parecia ter sido radicalizado pela internet. Em particular, fora inspirado por um

carismático clérigo iemenita americano chamado Anwar al-Awlaki — a quem enviara diversos *e-mails* —, que tinha uma vasta legião de seguidores internacionais e se acreditava ser o principal líder do braço da al-Qaeda cada vez mais activo no Iémen. Segundo Mueller e Brennan, havia indicações de que o Departamento de Defesa, o FBI e a Joint Terrorism Task Force tivessem sido alertados de uma maneira ou de outra para a possível tendência de Hasan para o radicalismo, e os sistemas de partilha de informações interagências tivessem falhado ao não conseguirem unir as pontas de maneira a evitar a tragédia.

Os elogios terminaram. Ouviu-se outra vez o toque de despedida. Imaginei soldados por toda a base de Fort Hood atarefados a prepararem-se para destacamentos no Afeganistão e na luta contra os talibãs. Não consegui deixar de me questionar se a maior ameaça não residiria agora noutro sítio — não apenas no Iémen ou na Somália, mas também no espectro do terrorismo nacional: nas mentes febris de homens como Hasan e num cibermundo sem fronteiras cujo poder e alcance ainda não compreendíamos na totalidade.

EM FINAIS DE NOVEMBRO DE 2009, realizámos a nona e última sessão de análise ao Afeganistão. Apesar de todo o drama, nesta fase, as principais divergências entre os elementos da minha equipa tinham-se diluído bastante. Os generais admitiram que a erradicação dos talibãs do Afeganistão era algo irrealista. Joe e a minha equipa do NSC reconheceram que as operações contraterrorismo visando a al-Qaeda não resultariam se os talibãs invadissem o país ou restringissem a nossa recolha de informações. Chegámos a acordo relativamente a um conjunto de objectivos exequíveis: redução do nível de actividade talibã de maneira a não representar uma ameaça para os principais centros populacionais; forçar Karzai a proceder à

reforma de uns quantos departamentos essenciais, como os Ministérios da Defesa e das Finanças, em vez de tentar forçá-lo a renovar todo o Governo; acelerar a formação das forças locais, que acabariam por permitir ao povo afegão garantir a segurança do próprio país.

A equipa também concordou que, para atingir estes objectivos mais modestos, seriam necessários mais militares americanos.

O único ponto de divergência era quantos e durante quanto tempo. Os generais continuaram a manter a esperança no pedido original de McChrystal de 40 mil soldados, sem darem uma boa explicação para o motivo por que o conjunto mais limitado de objectivos com o qual concordáramos não diminuía o número de soldados necessários numa única unidade. A opção «CT Plus» elaborada por Biden com Hoss Cartwright e Douglas Lute carecia de mais 20 mil soldados, dedicados em exclusivo a operações de contraterrorismo e formação, mas não era claro porque qualquer dessas funções precisava de um número tão elevado de soldados adicionais. Nos dois casos, temi que os números continuassem a ser impelidos por preocupações ideológicas e institucionais, e não pelos objectivos que definíramos.

Por fim, foi Gates quem elaborou uma resolução viável. Num memorando privado que me enviou, explicou que o pedido de McChrystal previa que os EUA substituíssem os 10 mil soldados holandeses e canadianos que os seus Governos tinham prometido fazer regressar a casa. Se eu autorizasse três brigadas, num total de 30 mil soldados americanos, poderia ser possível utilizar esse compromisso para conseguir os restantes 10 mil junto dos nossos aliados. Gates também concordou que encarássemos qualquer envio de novas tropas mais como uma vaga do que como um compromisso sem limite de duração, acelerando o ritmo da sua

chegada e definindo um calendário de dezoito meses para começar a trazê-las de volta.

Para mim, o facto de Gates aceitar um calendário foi especialmente significativo. No passado, ele associara-se aos chefes dos Estados-Maiores e a Petraeus contra a ideia, defendendo que os calendários revelavam ao inimigo que poderiam esperar pela nossa partida. Agora, estava convencido de que Karzai poderia nunca tomar decisões complicadas em relação às responsabilidades do seu próprio Governo se não soubesse quando iríamos retirar as tropas.

Depois de debater o assunto com Joe, Rahm e a equipa do NSC, decidi adoptar a proposta de Gates. Tinha uma lógica subjacente que ia além de simplesmente chegar a um meio-termo entre o plano de McChrystal e a opção que Biden maquinara. A breve trecho, conferia a McChrystal o poder militar destrutivo de que precisava para inverter o ímpeto dos talibãs, proteger os centros populacionais e dar formação às forças afegãs. Mas definia limites inequívocos à COIN e colocava-nos com firmeza no caminho de uma abordagem contraterrorismo mais restrita por um período de dois anos. Ficava a faltar discutir em que medida seria inflexível em relação ao limite de 30 mil soldados (o Pentágono tinha o hábito de mobilizar o número aprovado e depois voltar com pedidos de milhares de «facilitadores» — pessoal médico, agentes de informações e outros — que, insistia, não deveriam ser contabilizados para o total), e Gates precisou de algum tempo para convencer as suas hostes desta abordagem. Porém, alguns dias depois do dia de Acção de Graças, convoquei uma reunião nocturna na Sala Oval com Gates, Mullen e Petraeus, bem como com Rahm, Jim Jones e Joe, na qual, essencialmente, obriguei todos a assinar sobre o tracejado. O pessoal do NSC tinha lavrado um memorando pormenorizado no qual definia a minha ordem e, juntamente com Rahm e

Joe, tinham-me convencido de que confrontar as altas patentes do Pentágono e chegar a um acordo por escrito seria a única maneira de evitar que viessem a público criticar a minha decisão, caso a guerra corresse mal.

Foi um gesto invulgar e um pouco opressivo, um gesto que, não duvidava, agastava Gates e os generais e do qual me arrependeria quase logo de seguida. Um final apropriado, pensei, para um trecho confuso e difícil da minha administração. Todavia, congratulava-me com o facto de a análise ter sido útil. Gates reconheceu que, apesar de não termos alcançado um plano perfeito, as horas de debate tinham contribuído para um plano melhor. Obrigou-nos a aperfeiçoar os objectivos estratégicos da América no Afeganistão de uma maneira que impediu o deslize da missão. Estabeleceu a utilidade dos calendários para a mobilização de tropas em certas circunstâncias, algo que há muito era contestado pelo poder instituído da segurança nacional de Washington. Para além de pôr cobro ao regime *freelance* do Pentágono durante a minha presidência, ajudou a reafirmar o princípio mais lato do controlo civil sobre criação de políticas relacionadas com a segurança nacional da América.

Não obstante, eu continuava a mandar mais jovens para a guerra.

Anunciámos a mobilização planeada dos soldados no dia 1 de Dezembro em West Point, a academia mais antiga e com mais história da América. Posto do Exército Continental durante a Guerra da Independência, a pouco mais de uma hora a norte de Nova Iorque, West Point é um complexo lindíssimo — uma série de estruturas em granito cinzento dispostas como uma pequena cidade no meio de colinas verdejantes, com vista para o vasto e serpenteante rio Hudson. Antes do meu discurso, fiz uma visita com o director e vislumbrei os edifícios e recintos de onde tinham saído alguns dos líderes militares mais condecorados e mais importantes da América:

Grant e Lee, Patton e Eisenhower, Bradley e MacArthur, Westmoreland e Schwarzkopf.

Era impossível não me sentir sensibilizado e comovido pela tradição que aqueles homens representaram, pelo serviço e o sacrifício que ajudaram a forjar uma nação, a derrotar o fascismo e a travar o avanço do totalitarismo. Tal como foi necessário relembrar que Lee liderara um desígnio do Exército da Confederação de preservar a escravatura e Grant supervisionara o massacre de tribos índias; que MacArthur desafiara as ordens de Truman na Coreia com consequências desastrosas e Westmoreland ajudara a orquestrar uma escalada no Vietname que deixaria marcas em toda uma geração. Glória e tragédia, coragem e estupidez — um conjunto de verdades não excluía o outro. Pois a guerra era contradição, tal como o era a História da América.

O grande auditório perto do centro do *campus* de West Point estava cheio quando lá cheguei e, para além dos VIP como Gates, Hillary e os chefes dos Estados-Maiores, a assistência era constituída quase totalmente por cadetes. Estavam de uniforme, casacos cinzentos debruados a preto sobre os colarinhos brancos. O número considerável de negros, latinos, asiáticos e mulheres nas fileiras era um testemunho indelével das mudanças que se haviam operado desde que a instituição produzira o primeiro grupo de formados, em 1805. Quando subia ao palco ao som do rufar e floreados cerimoniais da banda, os cadetes levantaram-se ao mesmo tempo e aplaudiram. Ao olhar para os seus rostos — tão fervorosos e emanando o brilho da juventude, tão certos do seu destino e ansiosos por defender o seu país —, senti o coração encher-se de um orgulho quase paternal. Só rezei para que eu e os outros que comandávamos o seu destino fôssemos dignos da sua confiança.

NOVE DIAS MAIS TARDE, fui de avião até Oslo para receber o Prémio Nobel da Paz. A imagem daqueles jovens cadetes de West Point não me largou. Ao invés de ignorar a tensão entre receber um prémio pela paz e ampliar uma guerra, decidi fazer disso o ponto fulcral do meu discurso de agradecimento. Com a ajuda de Ben Rhodes e Samantha Power, redigi uma versão preliminar, baseando-me nos escritos de pensadores como Reinhold Niebuhr e Gandhi para organizar a minha argumentação: que a guerra é terrível e, por vezes, necessária; que conciliar estas ideias aparentemente contraditórias exige que a comunidade de nações desenvolva padrões mais elevados para justificar e protagonizar uma guerra; e que o acto de evitar a guerra exige uma paz justa, alicerçada num compromisso comum de liberdade política, respeito pelos direitos humanos e estratégias concretas para expansão das oportunidades económicas no mundo. Concluí a redacção do discurso a altas horas da noite, a bordo do *Air Force One*, enquanto Michelle dormia na nossa cabina, os meus olhos cansados a desviar-se amiúde da folha para contemplar uma Lua espectral sobre o Atlântico.

Tal como tudo na Noruega, a cerimónia de entrega do Nobel — realizada num auditório bem iluminado com capacidade para uma centenas de pessoas — foi sensatamente austera: assistimos a uma extraordinária interpretação da jovem artista de *jazz* Esperanza Spalding, uma apresentação pelo presidente do comité do Prémio Nobel, e depois a minha intervenção, tudo concluído em cerca de noventa minutos. O discurso propriamente dito foi bem acolhido, mesmo por alguns comentadores conservadores, que salientaram a minha vontade de relembrar ao público europeu os sacrifícios feitos pelos soldados americanos para garantir décadas de paz. Nessa noite, o comité do Prémio Nobel organizou um jantar de gala em minha honra, onde ocupei o lugar ao lado do rei da Noruega, um

amável ancião que me falou sobre como era velejar nos fiordes do seu país. A minha irmã Maya, juntamente com amigos como Marty e Anita, tinham vindo ter connosco de avião e estavam todos com um ar muito sofisticado a sorver champanhe e a mordiscar alce grelhado, e depois a dançar ao som de uma orquestra de *swing* surpreendentemente boa.

Todavia, aquilo de que me lembro melhor é de uma cena que aconteceu no hotel antes do jantar. Eu e Michelle tínhamos acabado de nos vestir quando Marvin bateu à porta e nos disse para olharmos pela nossa janela no terceiro andar. Quando abrimos os cortinados, vimos que vários milhares de pessoas se tinham reunido no lusco-fusco, enchendo a rua estreita lá em baixo. Cada pessoa segurava uma única vela acesa — a maneira tradicional da cidade de expressar o seu apreço pelo vencedor do prémio da paz daquele ano. Foi uma visão mágica, como se um grupo de estrelas tivesse descido dos céus; e, quando eu e Michelle nos inclinámos para acenar, o ar fresco da noite a bater-nos na cara, a multidão a ovacionar descontroladamente, não consegui deixar de pensar na luta diária que continuava a consumir o Iraque e o Afeganistão e em toda a crueldade, sofrimento e injustiça que a minha administração mal tinha começado a enfrentar. A ideia de que eu, ou qualquer outra pessoa, poderia impor ordem àquele caos pareceu-me ridícula. Em certa medida, a multidão lá em baixo estava a aclamar uma ilusão. Porém, no tremular daquelas velas, vi algo mais, uma expressão do espírito de milhões de pessoas de todo o mundo: o soldado americano a comandar um posto em Kandahar, a mãe no Irão a ensinar a filha a ler, o activista russo pró-democracia a ganhar coragem para uma manifestação — todos aqueles que se recusavam a desistir da ideia de que a vida poderia ser melhor e de que, fossem quais fossem os riscos e as dificuldades, tinham um papel a desempenhar.

Tudo o que fizeres não será suficiente, ouvi as suas vozes dizer.

Tenta na mesma.

CAPÍTULO 19

QUANDO ME CANDIDATARA À PRESIDÊNCIA, prometera aos americanos um tipo de política externa diferente da que praticáramos desde o 11 de Setembro. O Iraque e o Afeganistão davam-me lições austeras sobre a rapidez com que as opções de um presidente ficam limitadas depois de uma guerra começar. Eu estava decidido a mudar uma determinada mentalidade que se apoderara não só da administração Bush, mas também de uma grande parte de Washington — uma mentalidade que via ameaças ao virar de cada esquina, que tinha um orgulho perverso em agir unilateralmente e que via na acção militar uma maneira quase rotineira de abordar desafios de política externa. Nas nossas interacções com outras nações, tínhamo-nos tornado inflexíveis e de vistas curtas, renitentes ao trabalho árduo e lento de criar coligações e consensos. Tínhamos criado barreiras a outros pontos de vista. Eu acreditava que a segurança da América dependia do reforço das nossas alianças e instituições internacionais. Encarava a acção militar como uma ferramenta de último recurso, não como solução imediata.

Tínhamos de gerir as guerras nas quais estávamos envolvidos, mas também almejava pôr em prática esta minha fé mais ampla na diplomacia.

Tudo começou por uma mudança no tom. Desde o início da minha administração, certificámo-nos de que todas as declarações de políticas externas que saíssem da Casa Branca punham a ênfase na importância da cooperação internacional e na intenção da América de envolver outras nações, grandes e pequenas, na base do interesse e do respeito mútuos. Procurámos operar mudanças pequenas, mas simbólicas, nas políticas —

como reforçar o orçamento das relações internacionais no Departamento de Estado ou acabar com a dívida dos EUA nas suas obrigações para com a ONU, depois de vários anos em que a administração Bush e o Congresso controlado pelos republicanos haviam retido determinados pagamentos.

Com base na velha máxima de que estar presente constitui 80 por cento do sucesso, também fizemos questão de visitar partes do mundo que tinham sido negligenciadas pela administração Bush, com o seu foco devorador no terrorismo e no Médio Oriente. Hillary, em particular, foi como um furacão naquele primeiro ano, saltitando de continente em continente com a mesma agilidade com que certa vez fizera campanha para a presidência. Ao constatar o entusiasmo que as suas visitas suscitavam nas capitais estrangeiras, senti que se justificava a minha decisão de a nomear principal diplomata da América. Não era só porque ela era tratada como par pelos líderes mundiais. Aonde quer que fosse, o público encarava a sua presença como um sinal de que o seu país era realmente importante para nós.

— Se queremos que os outros países apoiem as nossas prioridades — disse à minha equipa do NSC —, não podemos simplesmente forçá-los. Temos de lhes demonstrar que estamos a ter em conta as suas perspectivas, ou que, no mínimo, sabemos identificá-los no mapa.

Ser conhecido. Ser ouvido. Ver a sua identidade reconhecida e valorizada. Era um desejo humano universal, pensei, tão válido para países e povos como para indivíduos. Se eu compreendia essa verdade básica mais do que qualquer dos meus antecessores, talvez fosse porque passara uma grande parte da infância no estrangeiro e tinha familiares em lugares há muito considerados «atrasados» e «subdesenvolvidos». Ou talvez fosse porque, sendo afro-americano, experienciara a sensação de não ser totalmente visto no meu próprio país.

Independentemente do motivo, fiz questão de mostrar interesse na

história, cultura e povos dos lugares que visitávamos. Ben gracejou ao dizer que os meus discursos no estrangeiro podiam ser reduzidos a um simples algoritmo: «[Saudação na língua estrangeira — muitas vezes com uma pronúncia horrível.] É maravilhoso estar neste belo país que deu um contributo duradouro à civilização mundial. [Lista de coisas.] Há uma longa história entre as nossas nações. [Episódio inspirador.] E em parte deve-se ao contributo dos milhões de orgulhosos [cidadãos americanos com hífen nos nomes] cujos antepassados emigraram para o nosso território, o facto de os Estados Unidos serem a nação que são hoje.» Pode parecer piegas, mas os sorrisos e acenos de concordância das assistências no estrangeiro revelaram em que medida simples actos de reconhecimento faziam a diferença.

Pelo mesmo motivo, tentámos incluir nos meus périplos pelo estrangeiro algumas visitas aos lugares mais importantes, alguma coisa que me tirasse dos hotéis e levasse para lá dos portões dos palácios. Eu sabia que o meu interesse em visitar a Mesquita Azul de Istambul e um restaurante local na Cidade de Ho Chi Minh deixaria uma impressão muito mais duradoura no cidadão turco e vietnamita médio do que qualquer encontro bilateral ou conferência de imprensa. Igualmente importante, estas paragens davam-me a oportunidade de interagir pelo menos um pouco com pessoas vulgares, e não apenas com representantes governamentais e elites abastadas que, em muitos países, eram consideradas alheadas da realidade.

Mas a nossa ferramenta de diplomacia pública mais eficaz saiu directamente do meu livro de estratégia de campanha. Durante as minhas viagens internacionais, fiz questão de realizar assembleias municipais com jovens. Da primeira vez que o experimentámos, com uma multidão de mais de três mil estudantes europeus durante a cimeira da OTAN em Estrasburgo, não sabíamos exactamente o que esperar. Far-me-iam perguntas embaraçosas? Será que os aborreceria com as minhas respostas

longas e pormenorizadas? Porém, ao fim de uma hora sem recurso a guião em que os participantes me interrogaram entusiasticamente sobre todos os temas, desde as alterações climáticas ao combate ao terrorismo, e me fizeram as suas próprias observações bem-humoradas (incluindo o facto de a palavra «Barack» significar «pêssego» em húngaro), decidimos fazer disso um hábito nas minhas viagens pelo estrangeiro.

Geralmente, as assembleias municipais eram transmitidas pelos canais nacionais dos países em questão e, quer fossem transmitidas de Buenos Aires, Bombaim ou Joanesburgo, atraíam um vasto leque de espectadores. Para as pessoas de muitas partes do mundo, ver um chefe de Estado a disponibilizar-se para responder a perguntas directas dos cidadãos era algo nunca visto e um argumento muito mais significativo para a democracia do que qualquer palestra que pudesse fazer. Em consulta às nossas embaixadas locais, convidávamos muitas vezes jovens activistas dos grupos marginalizados do país anfitrião: minorias religiosas ou étnicas, refugiados, estudantes LGBT. Ao passar-lhes um microfone para a mão e deixando-os contar as suas histórias, conseguia expor uma nação de telespectadores à justeza das suas alegações.

Os jovens que conheci nessas assembleias municipais foram uma fonte ininterrupta de inspiração pessoal. Fizeram-me rir e, por vezes, chorar. No seu idealismo, relembraram-me os jovens mobilizadores e voluntários que me haviam impulsionado até à presidência e as ligações que partilhamos entre fronteiras raciais, étnicas e nacionais, quando pomos de parte o nosso medo. Por muito frustrado ou desincentivado que me pudesse sentir à chegada, saía sempre daquelas assembleias retemperado, como se tivesse mergulhado numa nascente de água pura na floresta. Dizia para comigo que, enquanto existissem rapazes e raparigas como aqueles em todos os cantos desta Terra, havia esperança.

POR TODO O MUNDO, as atitudes públicas para com os Estados Unidos melhoraram de forma continuada desde que subira ao poder, o que revelava que os nossos esforços diplomáticos iniciais estavam a dar frutos. Este aumento da popularidade facilitou a tarefa dos nossos aliados de sustentar ou até mesmo ampliar o contributo das suas tropas no Afeganistão, ao saberem que os seus cidadãos confiavam na nossa liderança. Conferiu a Tim Geithner e a mim mais alavancagem ao coordenar a resposta internacional à crise financeira. E, depois de a Coreia do Norte começar a testar mísseis balísticos, Susan Rice conseguiu fazer o Conselho de Segurança aprovar vigorosas sanções internacionais, em parte graças à sua competência e tenacidade, mas também, disse-me ela, porque «muitos países querem ser vistos ao seu lado».

Não obstante, havia limites para o que uma ofensiva de charme diplomático podia conseguir. No final de contas, a política externa de cada nação continuava a ser impulsionada pelos seus próprios interesses económicos, geografia, cisões étnicas e religiosas, disputas territoriais, mitos sobre a fundação, traumas antigos, animosidades de há muito — e, mais do que tudo, os imperativos daqueles que detinham e queriam manter o poder. Era raro o líder estrangeiro que era susceptível à persuasão moral. Aqueles que ocupavam cargos de topo em Governos repressivos podiam, na maioria das vezes, ignorar a opinião pública sem sofrer as consequências. Para fazer progressos nas questões de política externa mais delicadas, eu precisava de um segundo tipo de diplomacia, uma diplomacia de recompensas e punições concretas, desenvolvida para alterar os cálculos dos líderes severos e implacáveis. E, ao longo do meu primeiro ano, as interacções com líderes de três países em particular — Irão, Rússia e China — deram-me uma indicação precoce das dificuldades que teria de enfrentar.

Dos três, o Irão representava o desafio menos grave para os interesses a

longo prazo da América, mas era o mais hostil. Herdeiro dos grandes impérios persas da Antiguidade, outrora epicentro da ciência e da arte durante a era dourada medieval do islão, durante muitos anos o Irão passara despercebido aos decisores políticos dos EUA. Com a Turquia e o Iraque na sua fronteira ocidental e o Afeganistão e o Paquistão na oriental, era de uma forma geral encarado como apenas mais um país pobre do Médio Oriente, o seu território reduzido por conflitos civis e potências europeias em ascensão. Todavia, em 1951, o Parlamento secular com tendências de esquerda do Irão procedeu à nacionalização das jazidas de petróleo do país, apoderando-se dos lucros que dantes se destinavam ao Governo britânico, o qual era sócio maioritário da maior empresa de produção e exportação de petróleo do Irão. Descontentes por serem excluídos e sem vontade de negociar uma divisão razoável das receitas do petróleo, os Britânicos impuseram um bloqueio naval para impedir o Irão de exportar petróleo para potenciais compradores. Também convenceram a administração de Eisenhower de que o novo Governo iraniano se inclinava para os Soviéticos, levando Eisenhower a dar luz verde à Operação Ajax, um golpe maquinado pela CIA que depôs o primeiro-ministro do Irão, eleito democraticamente, e consolidou o poder nas mãos do jovem monarca do país, o xá Mohammad Reza Pahlavi.

A Operação Ajax definiu um padrão para o erro de cálculo dos EUA no que concerne a lidar com países em vias de desenvolvimento que se prolongou pela Guerra Fria: confundindo aspirações nacionalistas com conspirações comunistas; equiparando interesses comerciais a segurança nacional; subvertendo Governos eleitos democraticamente e alinhando-nos com autocratas sempre que achava que isso os beneficiaria. Não obstante, durante os primeiros vinte e sete anos, os decisores políticos dos EUA devem ter pensado que o seu estratagema no Irão resultara na perfeição. O

xá tornou-se um aliado dedicado que outorgava contratos a petrolíferas americanas e comprava muito armamento americano caro. Manteve relações amistosas com Israel, conferiu o direito de sufrágio às mulheres, utilizou a crescente riqueza do país para modernizar a economia e o sistema educativo e privou com homens de negócios ocidentais e com a realeza europeia.

Menos visível para os forasteiros, havia um descontentamento latente com as extravagâncias do xá, a repressão implacável (a sua polícia secreta era famosa por torturar e matar dissidentes) e promoção de costumes sociais ocidentais que, aos olhos do clero conservador e dos seus muitos seguidores, violavam os dogmas nucleares do islão. Tão-pouco os analistas da CIA prestaram muita atenção à crescente influência de um clérigo xiita messiânico no exílio, aiatola Khomeini, cujos escritos e discursos denunciavam o xá como um fantoche do Ocidente e exortavam os fiéis a substituir a ordem existente por um Estado islâmico governado pela *sharia*. Assim, os representantes dos EUA foram apanhados desprevenidos quando uma série de manifestações no Irão, em inícios de 1978, deu origem a uma verdadeira revolução populista. Em vagas sucessivas, aos seguidores de Khomeini juntaram-se nas ruas trabalhadores descontentes, jovens desempregados e forças pró-democracia que pretendiam um regresso à governação constitucional. Em inícios de 1979, com o número de manifestantes a aumentar para a casa dos milhões, o xá fugiu discretamente do país e foi-lhe dado asilo por algum tempo nos Estados Unidos. Os noticiários da noite na América divulgaram imagens do aiatola — de barba branca, os olhos em fogo lento de um profeta — a descer de um avião, num regresso triunfante do exílio, diante de um mar de apoiantes.

A maioria dos Americanos pouco soube sobre esta história enquanto a revolução se processou — ou porque as pessoas de um país longínquo

estavam de repente a queimar a efígie do Tio Sam e a entoar «Morte à América». Eu não sabia. Na altura com 17 anos, ainda frequentava o ensino secundário e encontrava-me no vértice da consciência política. Apenas compreendi vagamente os pormenores de tudo o que aconteceu de seguida: como Khomeini se estabeleceu como líder supremo e excluiu anteriores aliados seculares e reformistas; como formou o Exército dos Guardas da Revolução Islâmica (EGRI), uma força paramilitar, com o fito de esmagar quem quer que se opusesse ao novo regime; e como utilizou o drama que se desenrolou quando estudantes radicalizados invadiram a embaixada dos EUA e fizeram reféns americanos para ajudar a consolidar a revolução e a humilhar a nação mais poderosa do mundo.

Não é demais salientar o quanto, trinta anos mais tarde, as repercussões destes eventos moldavam ainda a paisagem geopolítica da minha presidência. A revolução no Irão serviu de inspiração a imensos outros movimentos radicais islâmicos que tencionavam replicar o seu sucesso. O apelo de Khomeini para destituir monarquias árabes sunitas transformou o Irão e a Casa de Saud em inimigos implacáveis e agudizou o conflito sectário em todo o Médio Oriente. A tentativa de invasão do Irão pelo Iraque, em 1980, e a guerra sangrenta de oito anos que se seguiu — uma guerra em que os Estados do Golfo providenciaram financiamento a Saddam Hussein e os Soviéticos forneceram armamento ao Exército de Khomeini, incluindo armas químicas — aceleraram o patrocínio do Irão ao terrorismo como uma forma de compensar as vantagens militares dos inimigos (cinicamente, os Estados Unidos, sob a administração de Reagan, tentaram apoiar as duas facções, apoiando publicamente o Iraque enquanto vendiam armas em segredo ao Irão). O juramento de Khomeini de erradicar Israel do mapa — manifesto no apoio do EGRI a representantes armados como a milícia xiita baseada no Líbano, o Hezbollah, e o braço armado da

resistência palestiniana, o Hamas — fez do regime iraniano a principal ameaça de segurança para Israel e contribuiu para o endurecimento das atitudes israelitas relativamente a uma possível paz com os seus vizinhos. Em termos mais latos, a visão maniqueísta do mundo de Khomeini como um choque entre as forças de Alá e as de «Satanás» (América) infiltrou-se como uma toxina nas mentes não apenas dos futuros jihadistas, mas também dos ocidentais que já tinham tendência para ver os muçulmanos com suspeita e medo.

Khomeini morreu em 1989. O seu sucessor, o aiatola Ali Khamenei, um clérigo que praticamente não saíra do seu próprio país e nunca mais voltaria a sair, aparentemente nutria um ódio pela América idêntico ao de Khomeini. Apesar do seu título de líder supremo, a autoridade de Khamenei não era absoluta — tinha de conferenciar com um poderoso conselho de clérigos, enquanto a responsabilidade quotidiana pela gestão do Governo estava nas mãos de um presidente eleito pelo povo. Houvera um período no final da administração Clinton e inícios da administração Bush em que as forças mais moderadas no Irão haviam granjeado um pouco de preponderância, proporcionando a perspectiva de um descongelamento das relações entre os EUA e o Irão. Inclusive, depois do 11 de Setembro, o então presidente do Irão, Mohammad Khatami, contactara a administração Bush com ofertas de ajuda na resposta da América no vizinho Afeganistão. Porém, os representantes dos EUA ignoraram o gesto, e quando o presidente Bush afirmou que o Irão, juntamente com o Iraque e a Coreia do Norte, fazia parte de «eixo do mal», no seu discurso do Estado da União em 2002, qualquer janela diplomática que tivesse existido ficou definitivamente fechada.

QUANDO ASSUMI A PRESIDÊNCIA, os elementos do núcleo duro conservador

haviam subido ao poder em Teerão, liderados por um novo presidente, Mahmoud Ahmadinejad, cujos frenéticos acessos de fúria anti-Ocidente, negação do Holocausto e perseguição a homossexuais e a outros que considerava serem uma ameaça fizeram dele a personificação perfeita dos aspectos mais odiosos do regime. Continuavam a ser enviadas armas para militantes com o intento de matar soldados americanos no Iraque e no Afeganistão. A invasão americana ao Iraque reforçara bastante a posição estratégica do Irão na região ao substituir o seu inimigo declarado, Saddam Hussein, por um Governo liderado por xiitas sujeito a influência iraniana. O Hezbollah, protegido do Irão, havia assomado como a facção mais poderosa no Líbano, com mísseis fornecidos pelo Irão capazes agora de chegar a Tel Aviv. Os sauditas e os israelitas aludiam num tom alarmante a um «crescente xiita» em expansão, de influência iraniana, e não escondiam o seu interesse na possibilidade de uma mudança de regime iniciada pelos EUA.

Acontecesse o que acontecesse, portanto, o Irão seria uma grande dor de cabeça para a minha administração. Porém, foi o programa nuclear em aceleração do país que ameaçou transformar uma situação má numa crise grave.

O regime herdara instalações nucleares dos tempos do xá e, ao abrigo do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares da ONU — do qual o Irão fora signatário desde a sua ratificação, em 1970 —, tinha o direito de usar energia nuclear para fins pacíficos. Infelizmente, a tecnologia utilizada para centrifugar e enriquecer o urânio pouco enriquecido (LEU, na sigla inglesa) que servia de combustível para centrais nucleares podia ser modificada para produzir urânio altamente enriquecido (HEU, na sigla inglesa), adequado para armamento nuclear. Nas palavras de um dos nossos técnicos especializados: «Com HEU, um aluno da secundária inteligente e com

acesso à Internet é capaz de produzir uma bomba.» Entre 2003 e 2009, o Irão aumentou o seu número total de centrifugadoras de enriquecimento de urânio de cem para cinco mil, muito mais do que qualquer programa pacífico poderia justificar. A comunidade dos serviços de informações dos EUA estava relativamente convicta de que o Irão ainda não possuía uma arma nuclear. Todavia, estava também convencida de que o regime reduzira a sua «capacidade de erupção» — o período de tempo necessário para produzir urânio suficiente para fabricar uma arma nuclear viável — até um ponto potencialmente perigoso.

Um arsenal nuclear iraniano não teria de representar uma ameaça para o território dos EUA: a simples possibilidade de um ataque nuclear ou de terrorismo nuclear no Médio Oriente limitaria severamente as opções de um futuro presidente dos EUA para controlar a agressão iraniana contra os seus vizinhos. Provavelmente, os sauditas reagiriam com a produção da sua própria «bomba sunita» rival, desencadeando uma corrida às armas nucleares na região mais volátil do mundo. Entretanto, Israel — que outros países da região consideravam deter um manancial de armas nucleares não declaradas — encarou um Irão com armas nucleares como uma ameaça existencial e, alegadamente, estava a desenvolver planos para um possível ataque preventivo contra instalações iranianas. Qualquer acção, reacção ou erro de cálculo por qualquer destas partes poderia mergulhar o Médio Oriente — e os Estados Unidos — noutro conflito, numa época em que ainda tínhamos 180 mil militares altamente expostos ao longo das fronteiras do Irão, e quando qualquer subida em flecha do preço do petróleo poderia lançar a economia mundial numa espiral recessiva. Em determinados momentos da minha administração, deitávamo-nos a adivinhar como seria um conflito com o Irão; abandonava essas conversas com o peso na consciência por saber que, se houvesse necessidade de uma guerra,

praticamente tudo aquilo que eu estava a tentar alcançar iria quase de certeza por água abaixo.

Por todos estes motivos, eu e a minha equipa passámos grande parte da transição a debater como impedir o Irão de conseguir uma arma nuclear — de preferência através da diplomacia, e não desencadeando outra guerra. Chegámos a acordo quanto a uma estratégia em dois passos. Como não houvera quase nenhum contacto ao mais alto nível entre os Estados Unidos e o Irão desde 1980, o primeiro passo envolvia um esforço de comunicação directa. Conforme dissera no discurso de investidura, estávamos preparados para receber de braços abertos aqueles que estivessem dispostos a descerrar os punhos. Semanas depois de assumir o cargo, eu enviara uma carta secreta ao aiatola Khamenei através de um canal que tínhamos com diplomatas iranianos nas Nações Unidas, na qual sugeria que encetássemos o diálogo entre os dois países sobre um vasto leque de questões, incluindo o programa nuclear do Irão. A resposta do Khamenei foi brusca: o Irão não tinha qualquer interesse em conversas directas. Porém, aproveitou a oportunidade para sugerir maneiras através das quais os Estados Unidos poderiam deixar de ser um agressor imperialista.

— Parece que, tão cedo, ele não vai descerrar os punhos — disse Rahm depois de ler uma cópia da carta de Khamenei, que fora traduzida do farsi.

— Só o suficiente para conseguir mostrar-me o dedo do meio — atalhei.

A verdade era que nenhum de nós na Casa Branca esperara uma resposta positiva. De qualquer maneira, eu enviara a carta porque queria deixar claro que o entrave à diplomacia não era intransigência da América — era do Irão. Reforcei uma mensagem de abertura ao público iraniano mais amplo sob a forma de uma saudação tradicional do Ano Novo Persa (*Nowruz*) que divulguei na Internet em Março.

Quaisquer perspectivas de um avanço precoce acabaram por ruir em

Junho de 2009, quando o candidato iraniano da oposição, Mir-Hossein Mousavi, acusou de forma credível representantes do Governo de manipulação dos votos para ajudar a eleger Ahmadinejad num segundo mandato presidencial. Milhões de manifestantes saíram à rua no Irão para contestar os resultados das eleições, lançando um autodenominado «Movimento Verde» que representou um dos principais desafios internos ao Estado islâmico desde a Revolução de 1979.

As medidas repressivas que se seguiram foram impiedosas e não se fizeram esperar. Mousavi e outros líderes da oposição foram sujeitos a prisão domiciliária. Manifestantes pacíficos foram espancados e houve um número significativo de mortos. Certa noite, no conforto da minha residência, analisei as reportagens dos protestos na Internet e vi um vídeo de uma jovem alvejada na rua, uma teia de sangue a escorrer-lhe pela cara enquanto começava a morrer, os olhos fixos em jeito de censura.

Foi uma maneira inquietante de me recordar o preço que tantas pessoas de todo o mundo pagavam por quererem ter uma palavra a dizer no modo como eram governadas e o meu primeiro impulso foi demonstrar um forte apoio aos manifestantes, só que, quando reuni a minha equipa de segurança nacional, os nossos especialistas no Irão recomendaram que não o fizesse. Segundo eles, o mais certo era que qualquer intervenção da minha parte me saísse pela culatra. O núcleo duro do regime já estava a lançar o boato de que as manifestações tinham sido impulsionadas por agentes estrangeiros e os activistas no Irão temiam que qualquer comunicado de apoio do Governo dos EUA fosse aproveitado para desacreditar o seu movimento. Senti-me forçado a dar ouvidos a estes alertas e aprovei uma série de declarações burocráticas insípidas: «Continuaremos a monitorizar toda a situação atentamente»; «Os direitos universais de reunião e de liberdade de expressão devem ser respeitados» — incitando a uma revolução pacífica

que reflectisse a vontade do povo iraniano. À medida que a violência escalava, o mesmo acontecia com a minha reprovação. No entanto, uma abordagem tão passiva não me caiu bem — e não só porque tive de ouvir os republicanos a vociferar que eu estava a acarinhar um regime assassino. Eu estava a aprender outra difícil lição sobre a presidência: que o meu coração estava agora agrilhoado a considerações estratégicas e análises tácticas, as minhas convicções sujeitas a argumentos contra-intuitivos; que, no cargo com mais poder do planeta, eu tinha menos liberdade de dizer o que me ia na alma e de agir de acordo com o que pensava do que quando era senador — ou apenas um cidadão comum, perturbado ao ver uma jovem ser alvejada pelo próprio Governo.

Como as nossas tentativas de encetar um diálogo com o Irão tinham sido mal acolhidas, e com o país numa espiral rumo ao caos e à tirania, passámos ao passo dois da nossa estratégia de não-proliferação: mobilizar a comunidade internacional para aplicar pesadas sanções económicas multilaterais que pudessem forçar o Irão a sentar-se à mesa de negociações. O Conselho de Segurança da ONU já aprovara várias resoluções nas quais pedia ao Irão para travar as actividades de enriquecimento de urânio. Também autorizara a imposição de sanções limitadas ao país e formara um grupo denominado P5+1 — o qual representava cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China) mais a Alemanha — visando um encontro com representantes iranianos com a esperança de obrigar o país a cumprir o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

O problema era que as sanções existentes eram demasiado fracas para ter impacto. Até mesmo aliados dos EUA, como a Alemanha, continuavam a fazer negócios chorudos com o Irão e quase toda a gente lhe comprava petróleo. A administração Bush impusera unilateralmente sanções

adicionais dos EUA, mas estas eram em grande medida simbólicas, pois desde 1995 que as empresas americanas estavam impedidas de fazer negócio com o Irão. Com os preços do petróleo elevados e a sua economia a crescer, o Irão não tivera problemas em acatar as sessões de negociação regulares com o P5+1, as quais resultavam tão-só no compromisso de mais negociações.

Para chamar a atenção do Irão, teríamos de convencer outros países a apertar o cerco, o que significava ter do nosso lado dois poderosos adversários históricos que não apreciavam sanções por uma questão de princípio, tinham amistosas relações diplomáticas e comerciais com o Irão e desconfiavam das intenções dos EUA quase tanto como Teerão.

TENDO ATINGIDO A MAIORIDADE nos anos sessenta e setenta, eu tinha idade suficiente para me recordar da Guerra Fria como a realidade que definiu os assuntos internacionais, a força que dividiu a Europa em duas, fomentou uma corrida às armas nucleares e produziu guerras por procuração em todo o planeta. Moldou a minha imaginação infantil: nos manuais escolares, jornais, romances e filmes de espionagem, a União Soviética era o terrível adversário numa disputa entre a liberdade e a tirania.

Eu também pertencia a uma geração pós-Vietname que aprendera a questionar o seu próprio Governo e vira como — desde a ascensão do macarthismo ao apoio ao regime do *apartheid* na África do Sul — o pensamento da Guerra Fria levara muitas vezes a América a trair os seus ideais. Esta percepção não me impediu de acreditar que devíamos travar a disseminação do totalitarismo marxista, mas fez-me desconfiar da noção de que o bem estava apenas do nosso lado e o mal do deles, ou que um povo que gerara Tolstói e Tchaikovsky era inerentemente diferente de nós. Pelo contrário, as perversidades do sistema soviético pareceram-me uma

variação de uma tragédia humana mais ampla: o modo como as teorias abstractas e a ortodoxia rígida podem dar origem à repressão. Quão prontamente justificamos o compromisso moral e abandonamos as nossas liberdades. Como o poder pode corromper, o medo pode agravar e a linguagem pode ser adulterada. Nada disso era apanágio exclusivo dos Soviéticos ou dos comunistas, pensei; aplicava-se a todos nós. A corajosa luta dos dissidentes do lado de lá da Cortina de Ferro pareceu-me fazer parte, e não estar separada, da luta mais vasta pela dignidade humana que era travada noutros lugares do mundo — incluindo a América.

Quando, em meados da década de 1980, Mikhail Gorbachev assumiu o poder como secretário-geral do Partido Comunista e anunciou a prudente liberalização conhecida por *perestroika* e *glasnost*, estudei os acontecimentos de perto, questionando-me se representaria o despontar de uma nova era. E quando, apenas alguns anos mais tarde, o Muro de Berlim caiu e activistas democratas da Rússia levaram Boris Ieltsin ao poder, erradicando a velha ordem comunista e dissolvendo a União Soviética, considerei-o não apenas uma vitória do Ocidente, mas uma prova do poder de um corpo de cidadãos mobilizados e uma advertência aos déspotas de todo o mundo. Se o tumulto que envolvera a Rússia nos anos de 1990 — colapso económico, corrupção desenfreada, populismo de direita, oligarcas sinistros — me fez parar para pensar, ainda assim tive esperança de que, da inevitavelmente difícil transição para os mercados livres e para o Governo representativo, emergisse uma Rússia mais justa, próspera e livre.

Quase perdera esse optimismo por completo quando me tornei presidente. Era verdade que o sucessor de Ieltsin, Vladimir Putin, que chegara ao poder em 1999, alegava não ter qualquer interesse em regressar ao marxismo-leninismo («um erro», como lhe chamara certa vez). E conseguira uma estabilização bem-sucedida da economia da nação, em

grande medida graças ao significativo aumento das receitas potenciado pela subida do preço do petróleo. As eleições eram agora realizadas em conformidade com a Constituição russa, havia capitalistas por toda a parte, o povo russo podia viajar para o estrangeiro e os activistas pró-democracia, como o mestre do xadrez Garry Kasparov, podiam criticar o Governo sem ganharem uma viagem imediata para o *gulag*.

Porém, a cada ano que Putin permanecia no poder, a nova Rússia parecia-se mais com a antiga URSS. Tornou-se evidente que uma economia de mercado e eleições periódicas podiam andar de mãos dadas com um «autoritarismo brando» que concentrava o poder com constância nas mãos de Putin e diminuía o espaço para uma dissidência significativa. Os oligarcas que colaboravam com Putin tornaram-se alguns dos homens mais abastados do mundo. Aqueles que se afastavam do Presidente davam por si alvos de vários processos-crime e eram despojados dos seus bens — e Kasparov acabou por passar uns dias na prisão por liderar uma manifestação anti-Putin. Foi entregue aos sequazes de Putin o controlo dos principais meios de comunicação social do país e os restantes foram pressionados a retratá-lo de forma tão amistosa como a imprensa detida pelo Estado fizera em tempos com os governantes comunistas. Os jornalistas independentes e os líderes de movimentos cívicos deram por si a ser monitorizados pelo FSB (a materialização moderna do KGB) — ou, em alguns casos, mortos.

Mas o poder de Putin não se baseava na simples coerção. Ele era genuinamente popular (os índices de aprovação a nível interno raramente desciam abaixo dos 60 por cento). Era uma popularidade enraizada num nacionalismo antiquado — a promessa de devolver a Mãe Rússia à sua antiga glória, de eliminar o sentimento de perturbação e humilhação que tantos russos haviam sentido ao longo das duas décadas anteriores.

Putin podia vender tal visão porque experienciara essas perturbações na primeira pessoa. Nascido no seio de uma família sem relacionamentos ou privilégios, subira metodicamente a escada da hierarquia soviética — treino como reservista no Exército Vermelho, estudos em Direito na Universidade Estatal de Leninegrado, carreira no KGB. Depois de anos de serviço leal e efectivo ao Estado, assegurara um cargo de prestígio e respeitabilidade modestos, assistindo, do dia para a noite, ao naufrágio do sistema a que dedicara a sua vida, aquando da queda do Muro de Berlim em 1989 (à época, estava mobilizado ao serviço do KGB em Dresden, na Alemanha de Leste, e, alegadamente, passou os dias seguintes atarefado a destruir arquivos e a montar guarda contra possíveis saqueadores). Fizera uma rápida viragem para a emergente realidade pós-soviética, alinhando-se com o reformista democrata Anatoly Sobchak, mentor da faculdade de Direito que se tornara presidente da câmara de Sampetersburgo. Dando o salto para a política nacional, Putin foi subindo pelas fileiras da administração de Ieltsin com uma rapidez assombrosa, utilizando o seu poder em diversos cargos — incluindo o de director do FSB — para angariar aliados, repartir favores, reunir segredos e vencer rivais estrategicamente. Em Agosto de 1999, Ieltsin nomeou Putin primeiro-ministro e depois, quatro meses mais tarde — embaraçado por escândalos de corrupção, problemas de saúde, o lendário problema com a bebida e um registo de catastrófica má gestão económica —, surpreendeu toda a gente ao renunciar ao cargo, deixando Putin, então com 47 anos, na posição de presidente da Rússia. Tudo isto lhe proporcionou a vantagem de que precisava para ser eleito para um mandato presidencial completo três meses mais tarde (um dos primeiros actos de Putin foi conceder a Ieltsin um indulto incondicional pelos erros cometidos).

Nas mãos de manhosos e impiedosos, o caos provara ser uma dádiva.

Mas quer fosse por instinto ou por ponderação, Putin compreendeu a ânsia de ordem do povo russo. Embora poucas pessoas tivessem interesse em voltar aos dias da agricultura colectiva e das prateleiras dos supermercados vazias, estavam cansadas, amedrontadas e magoadas com aqueles que — no país e no estrangeiro — pareciam ter-se aproveitado da fraqueza de Ieltsin. Preferiam uma mão de ferro, que Putin teve todo o gosto em proporcionar.

Putin reafirmou o controlo russo da província predominantemente muçulmana da Chechénia, sem se coibir de adoptar as mesmas tácticas terroristas brutais dos separatistas rebeldes com inexorável violência militar. Recuperou poderes de vigilância ao estilo soviético, com a desculpa de garantir a segurança do povo. Quando activistas democratas desafiaram as tendências autocráticas de Putin, desmentiu-os, apelidando-os de instrumentos do Ocidente. Recuperou símbolos do pré-comunismo e até mesmo do comunismo e defendeu a Igreja Ortodoxa Russa, há muito reprimida. Apreciador de projectos grandiosos de obras públicas, realizou espectáculos de custos incalculáveis, incluindo uma proposta para ser o anfitrião dos Jogos Olímpicos de Inverno na estância de veraneio de Sochi. Com a exigência de um adolescente no Instagram, ia gerindo um fluxo constante de oportunidades fotográficas, projectando uma imagem quase satírica de vigor masculino (Putin a cavalo de tronco nu, Putin a jogar hóquei), enquanto, informalmente, praticava o chauvinismo e a homofobia, insistindo que os valores russos estavam a ser infectados por elementos estrangeiros. Tudo o que Putin fazia alimentava a narrativa de que, sob a sua orientação firme e paternal, a Rússia recuperara a sua pujança.

Só havia um problema, para Putin: a Rússia já não era uma superpotência. Apesar de ter um arsenal nuclear apenas superado pelo americano, a Rússia carecia da vasta rede de alianças e bases que permitiam aos EUA projectar o seu poderio militar no globo. A economia russa

continuava a ser mais pequena do que as da Itália, do Canadá e do Brasil, com uma dependência quase absoluta das exportações de petróleo, gás, minério e armas. Os sofisticados distritos de compras de Moscovo eram testemunho da passagem do país de uma economia débil controlada pelo Estado para uma economia com um número crescente de bilionários, mas as vidas oprimidas dos russos comuns revelavam o quão pouco a nova riqueza beneficiava os pobres. De acordo com vários indicadores internacionais, os níveis de corrupção e desigualdade na Rússia eram semelhantes aos de partes do mundo em vias de desenvolvimento e, em 2009, a esperança de vida de um homem russo era inferior à do Bangladeche. Poucos, se é que algum, jovens africanos, asiáticos ou latino-americanos procuravam na Rússia inspiração para a luta de reforma das suas sociedades, ou sentiam o seu imaginário atiçado pelo cinema ou a música russos, ou sonhavam em estudar lá, e muito menos emigrar para lá. Desprovida dos seus sustentáculos ideológicos, aquela que em tempos fora a fulgente promessa dos trabalhadores unidos para se libertarem dos seus grilhões, a Rússia de Putin revelou-se insular e desconfiada dos forasteiros — um país que deveríamos temer, talvez, mas não imitar.

Pensei que era esta diferença entre a verdade de uma Rússia dos tempos modernos e a insistência de Putin no seu estatuto de superpotência que ajudava a explicar as relações externas cada vez mais combativas do país. Grande parte da ira era direccionada contra nós. Nas declarações públicas, Putin tornou-se muito crítico da política americana. Quando eram apresentadas ao Conselho de Segurança da ONU iniciativas apoiadas pelos EUA, ele certificava-se de que a Rússia as bloqueava e enfraquecia — em especial tudo o que estivesse relacionado com direitos humanos. Mais consequentes foram os esforços cada vez maiores de Putin para impedir que os países do antigo Bloco Soviético, agora independentes, se libertassem da

órbita da Rússia. Os nossos diplomatas receberam com regularidade queixas dos vizinhos da Rússia sobre eventos de intimidação, pressão económica, campanhas de desinformação, propaganda sub-reptícia, donativos a candidatos políticos pró-Rússia ou subornos categóricos. No caso da Ucrânia, ocorrera o misterioso envenenamento de Viktor Yushchenko, um activista reformista que chegara à presidência com a oposição de Moscovo. Depois, é claro, fora a invasão da Geórgia, durante o Verão de 2008.

Era difícil saber aonde a Rússia pretendia chegar, naquele perigoso caminho. Putin já não era o presidente da Rússia. Apesar de dominar as sondagens, optara por cumprir a proibição constitucional da Rússia de três mandatos consecutivos, trocando de cargo com Dmitri Medvedev, seu antigo adjunto, que, assim que fora eleito presidente, em 2008, instalara de imediato Putin na cadeira de primeiro-ministro. Entre os analistas, era consensual que Medvedev estava apenas a manter o lugar quente até 2012, quando Putin poderia voltar a candidatar-se. Não obstante, a decisão de Putin não apenas de se afastar, mas também de promover um homem mais jovem com reputação de ser relativamente liberal com visões pró-Ocidente, sugeria que, pelo menos, se preocupava com as aparências. Inclusive, deixava em aberto a possibilidade de Putin acabar por deixar a vida política activa e contentar-se com um cargo de influenciador e estadista emérito, permitindo que uma nova geração de líderes pusessem a Rússia novamente no caminho de uma democracia moderna e legítima.

Tudo isso era possível, ainda que não provável. Desde o tempo dos czares que os historiadores salientavam a tendência da Rússia para adoptar com grande pompa as mais recentes ideias europeias — quer fosse o Governo representativo ou a burocracia moderna, os mercados livres ou o socialismo de Estado — só para depois subordinar ou abandonar essas

noções importadas a favor de métodos mais antigos de manter a ordem social. Na batalha pela identidade da Rússia, de um modo geral, o medo e o fatalismo superam a esperança e a mudança. Era uma resposta compreensível a uma história de mil anos de invasões mongóis, intrigas bizantinas, longos períodos de escassez, servidão difusa, guerras devastadoras, cercos de anos e milhões e milhões de pessoas chacinadas — tudo isto numa paisagem glacial que nada perdoava.

EM JULHO, desloquei-me de avião a Moscovo para a minha primeira visita oficial à Rússia na qualidade de presidente, aceitando o convite que Medvedev me fizera na cimeira do G20, em Abril. A minha ideia era que poderíamos continuar o nosso proposto «novo começo», concentrando-nos em áreas de interesse comum, reconhecendo e gerindo as nossas diferenças significativas. As escolas estavam nas férias de Verão, pelo que Michelle, Malia e Sasha podiam acompanhar-me. Com o pretexto de precisar de ajuda para tratar das meninas (e com a promessa de uma visita guiada ao Vaticano e uma audiência com o papa, quando prosseguíssemos viagem para Itália para uma cimeira do G8), Michelle convenceu a minha sogra e a nossa amiga íntima Mama Kaye a virem também.

As nossas filhas sempre tinham gostado de viajar, suportando alegremente a viagem de nove horas em voos comerciais entre Chicago e o Havai, nunca se lamuriando, nem fazendo birras ou dando pontapés nos bancos da frente — pelo contrário, entretinham-se com os jogos, quebra-cabeças e livros que Michelle ia oferecendo com uma precisão militar a intervalos regulares. Viajar no *Air Force One* foi definitivamente uma melhoria para elas, com um acervo de filmes a bordo, camas de verdade para dormir e uma tripulação a oferecer-lhes todos os tipos de lanches. Não obstante, viajar para o estrangeiro com o presidente dos EUA apresentava

um novo conjunto de desafios. Acordaram-nas poucas horas depois de adormecerem para vestirem outros vestidos e uns sapatos mais bonitos e arranjar o cabelo para estarem apresentáveis quando aterrássemos. Tinham de sorrir para os fotógrafos enquanto descíamos as escadas, nos apresentávamos a uma fila de dignitários de cabelos grisalhos que nos aguardavam na pista — com o cuidado de os olhar nos olhos e falar claramente, como a mãe lhes ensinara, e tentando não fazer um ar entediado enquanto o pai fazia conversa de circunstância antes de todos entrarmos para o *Beast* que nos esperava. Ao percorrermos uma auto-estrada de Moscovo, perguntei a Malia como se estava a aguentar. Tinha uma expressão catatónica, os seus grandes olhos castanhos a fitar um ponto algures por cima do meu ombro.

— Mais ou menos — disse ela. — Nunca estive tão cansada *em toda a minha vida*.

Uma sesta a meio da manhã pareceu curar o cansaço das meninas devido à diferença horária. Há momentos da nossa ida a Moscovo que recordo como se tivessem acontecido ontem. Sasha a caminhar ao meu lado com largas passadas pelos grandiosos corredores com tapetes vermelhos do Kremlin, seguidos por um grupo de corpulentos oficiais russos de uniforme, as mãos nos bolsos de uma gabardina castanha como se fosse uma pequena agente secreta. Ou Malia a tentar esconder uma cara feia depois de se encher de coragem e concordar em provar caviar num restaurante na cobertura de um prédio com vista para a Praça Vermelha (igual a si mesma, Sasha recusou o monte daquela coisa pegajosa e preta que havia na minha colher, mesmo correndo o risco de não comer gelado mais tarde).

Mas viajar como Primeira Família não era o mesmo que viajar durante a campanha, quando andáramos numa autocaravana de cidade em cidade e Michelle e as meninas ficavam ao meu lado em desfiles e feiras populares.

Agora, eu tinha o meu itinerário e elas o delas — juntamente com o seu pessoal de apoio e um fotógrafo oficial. Ao fim da nossa primeira noite em Moscovo, quando voltámos a encontrar-nos no Ritz-Carlton, deitámo-nos os quatro, e Malia perguntou porque é que eu não fora com elas ver as bailarinas russas e os bonecreiros. Michelle debruçou-se sobre ela e, num tom conspiratório, murmurou:

— O teu pai não tem autorização para se divertir. Tem de passar o dia inteiro em reuniões enfadonhas.

— Pobre papá — disse Sasha, dando-me umas palmadinhas na cabeça.

O ambiente do meu encontro oficial com Medvedev foi apropriadamente impressionante, num dos palácios do complexo do Kremlin, com os tectos altos em talha dourada e mobiliário trabalhado, restaurado em todo o seu ancestral esplendor czarista. A nossa conversa foi cordial e profissional. Numa conferência de imprensa conjunta, aludimos com subtileza ao continuado atrito em torno do tema da Geórgia e defesa com mísseis, e anunciámos muitas novidades incluindo um quadro acordado para a negociação do novo tratado de armas estratégicas, que reduziria o número de ogivas nucleares permitidas a ambas as partes e os sistemas de lançamento em cerca de um terço. Gibbs ficou mais entusiasmado com o acordo da Rússia em levantar as restrições a certas exportações de gado americano, uma mudança que representaria um valor de mais de mil milhões de dólares para os produtores e rancheiros americanos.

— Uma coisa com que os nossos concidadãos de facto se preocupam — disse, com um sorriso.

Nessa noite, eu e Michelle fomos convidados para a *dacha* de Medvedev, a sua casa de campo de Verão, que ficava a alguns quilómetros do centro da cidade, para um jantar privado. Baseando-me no que lera em romances russos, imaginara uma versão maior, mas também rústica, da tradicional

casa de campo. Pelo contrário, encontrámo-nos numa enorme herdade enclausurada no meio de árvores altas. Medvedev e a esposa, Svetlana — uma mulher alegre e loura, com ar de mãe de família, com quem Michelle e as meninas tinham passado a maior parte do dia — receberam-nos à porta e, depois de uma breve visita guiada, passámos pelo jardim para jantar num grande caramanchão com traves de madeira.

Pouco se falou de política. Medvedev sentia um fascínio pela Internet e questionou-me sobre Silicon Valley, revelando o seu desejo de impulsionar o sector tecnológico da Rússia. Mostrou-se bastante interessado na minha rotina de exercício físico, descrevendo como nadava durante trinta minutos todos os dias. Partilhámos histórias sobre as nossas experiências quando ensináramos Direito e ele confessou-me o seu gosto por bandas de *hard rock* como os Deep Purple. Svetlana revelou as suas preocupações sobre como o seu filho de 13 anos, Ilya, enfrentaria a adolescência com as atenções acrescidas de ser filho do presidente — um desafio que eu e Michelle compreendíamos bem. Medvedev especulou que o rapaz acabaria por preferir realizar os estudos universitários no estrangeiro.

Despedimo-nos dos Medvedev pouco depois da sobremesa, com o cuidado de termos a certeza de que todos os membros da nossa equipa entravam para a carrinha antes de o nosso cortejo sair em fila para o exterior do complexo. Gibbs e Marvin tinham sido recebidos por elementos da equipa de Medvedev noutra zona da herdade, onde beberam *shots* de vodca e *schnapps*, o que os deixara num estado de espírito jovial que, na manhã seguinte, não sobreviveria ao despertador. Enquanto Michelle adormecia ao meu lado na penumbra do carro, senti-me impressionado com a normalidade daquela noite. À excepção dos tradutores, que se tinham sentado discretamente atrás de nós enquanto comíamos, fora como se estivéssemos num jantar em qualquer subúrbio americano de luxo. Eu e

Medvedev tínhamos imensas coisas em comum: ambos estudáramos e fôramos professores de Direito, casáramos e constituíramos família alguns anos mais tarde, dedicáramo-nos vagamente à política e fôramos ajudados por políticos mais velhos e ardilosos. Isso fez-me questionar em que medida as diferenças entre nós poderiam ser explicadas pelas respectivas personalidades e disposições, e o quanto era apenas resultado das diferentes circunstâncias. Ao contrário dele, eu tivera a sorte de nascer numa nação onde o sucesso político não me obrigara a fechar os olhos a subornos de milhares de milhões de dólares ou à chantagem a adversários políticos.

ENCONTREI-ME COM VLADIMIR PUTIN pela primeira vez na manhã seguinte, quando fui à sua *dacha*, localizada num subúrbio nas cercanias de Moscovo. Os nossos especialistas nos assuntos russos, Mike McFaul e Bill Burns, assim como Jim Jones, acompanharam-me na viagem. Como já tivera interacções prévias com Putin, Burns sugeriu que não me alongasse na apresentação inicial.

— O Putin é sensível a quaisquer descortesias — disse Burns — e, na sua mente, ele é o líder mais veterano. Talvez seja boa ideia o senhor abrir o encontro perguntando-lhe a opinião dele sobre o estado das relações entre os EUA e a Rússia e deixá-lo desabafar algumas coisas.

Depois de entrarmos por um imponente portão e seguirmos por uma comprida rampa de acesso, estacionámos defronte de uma mansão, onde Putin nos recebeu para a sessão fotográfica da praxe. Em termos físicos, era um homem banal: baixo e compacto — com a constituição física de um praticante de luta livre —, com um cabelo fino e ruivo, o nariz proeminente e uns olhos claros e vigilantes. Enquanto trocávamos cumprimentos com as respectivas delegações, reparei numa displicência nos seus movimentos e num desinteresse artificial na sua voz que deixavam adivinhar alguém

habituado a estar rodeado de subordinados e suplicantes. Alguém que se acostumara ao poder.

Acompanhado por Sergey Lavrov, ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo representante da ONU, Putin conduziu-nos até um amplo pátio exterior, onde fora preparado para nós um elaborado banquete, com ovos e caviar, pães e chás, servido por empregados do sexo masculino envergando trajes tradicionais e botas de couro de cano alto. Agradeci a hospitalidade a Putin, salientei os progressos que os nossos países haviam conseguido com os acordos do dia anterior e perguntei-lhe o pensava das relações entre os EUA e a Rússia durante o seu mandato.

Burns não estava a brincar quando dissera que o homem tinha algumas coisas para desabafar. Antes mesmo de terminar a pergunta, Putin lançou-se num animado e aparentemente interminável solilóquio, relatando todas as injustiças, traições e desconsiderações que, aos seus olhos, o povo russo sofrera às mãos dos americanos. Disse que gostara pessoalmente do presidente Bush e contactara-o depois do 11 de Setembro para demonstrar a sua solidariedade e oferecer-se para partilhar informações na luta contra o inimigo comum. Ajudara os Estados Unidos a assegurar bases aéreas no Quirguistão e no Usbequistão para a campanha afegã. Chegara mesmo a oferecer a ajuda da Rússia no combate a Saddam Hussein.

E de que é que isso lhe valera? Em vez de ouvir as suas advertências, disse ele, Bush invadira o Iraque, desestabilizando todo o Médio Oriente. A decisão dos EUA, sete anos antes, de sair do Tratado Antimísseis Balísticos e os seus planos para albergar sistemas de defesa antimísseis nas fronteiras com a Rússia continuavam a ser uma fonte de instabilidade estratégica. A admissão de países do anterior Pacto de Varsóvia na OTAN durante as administrações de Clinton e de Bush tinha lesado de forma contínua a «esfera de influência» da Rússia, enquanto o apoio dos EUA às «revoluções

coloridas» na Geórgia, na Ucrânia e no Quirguistão — sob a dissimulação capciosa de «promoção da democracia» — transformara os vizinhos outrora amigos da Rússia em Governos hostis a Moscovo. No que a Putin dizia respeito, os americanos tinham sido arrogantes, desdenhosos, relutantes em tratar a Rússia como um parceiro seu igual, tentando constantemente impor os seus termos ao resto do mundo. Tudo isso, disse ele, tornava difícil ser optimista relativamente a relações futuras.

Cerca de trinta minutos depois naquela que era suposto ser uma reunião de uma hora, os meus colaboradores começaram a lançar olhares de relance aos relógios, mas eu decidi não interromper. Parecia-me evidente que Putin tinha ensaiado o discurso, mas o seu sentimento de agravo era genuíno. Eu também sabia que os progressos com Medvedev dependiam da indulgência de Putin. Ao fim de cerca de quarenta minutos, ficou sem material e, ao invés de tentar cumprir o nosso horário, comecei a responder-lhe ponto a ponto. Relembrei-lhe que me opusera pessoalmente à invasão do Iraque, mas também repudiara as acções da Rússia na Geórgia, convicto de que cada nação tinha o direito de escolher as suas próprias alianças e relações económicas sem ingerência. Contestei a ideia de que um sistema de defesa limitado, desenvolvido para proteger de um lançamento de míssil iraniano, teria impacto no grandioso arsenal nuclear da Rússia, mas aludi ao meu plano de realizar uma análise antes de adoptar outras medidas na defesa antimísseis na Europa. Quanto à nossa proposta de «novo começo», expliquei que o objectivo não era eliminar todas as divergências entre os dois países. O objectivo era ultrapassar os hábitos da Guerra Fria e estabelecer uma relação realista e adulta, capaz de gerir essas diferenças, baseando-se nos interesses comuns.

Por vezes, a conversa assumiu um tom conflituoso, sobretudo em relação ao Irão. Putin rejeitou as minhas preocupações com o programa nuclear do

Irão e indignou-se com a minha proposta de suspender uma venda pendente do poderoso sistema de mísseis superfície-ar *S-300* desenvolvido pela Rússia ao regime. O sistema era meramente defensivo, disse, acrescentando que voltar com a palavra atrás num contrato no valor de 800 milhões de dólares poria em risco os lucros e a reputação dos fabricantes de armas russos. Mas, na maior parte do tempo, ouviu-me com atenção e, no fim do que acabou por se transformar numa maratona de duas horas, demonstrou abertura, ou até mesmo entusiasmo, pelo esforço de «novo começo».

— É claro que, em relação a todas estas questões, terá de trabalhar com o Dmitri — disse-me Putin enquanto me acompanhava ao cortejo de veículos à minha espera. — Agora, essas decisões são dele. — Olhámo-nos nos olhos quando nos cumprimentámos, ambos cientes de que aquilo que acabara de dizer era dúbio, mas, pelo menos para já, era o mais parecido com um aval que eu iria conseguir.

O encontro com Putin desarranjou o resto dos planos para esse dia. Regressámos a Moscovo a toda a brida, onde era suposto eu fazer o comunicado de abertura a jovens russos entusiastas, estudantes de Economia e Finanças Internacionais. Antes disso, numa sala de espera por detrás do palco, tive uma breve conversa privada com o antigo líder soviético, Mikhail Gorbachev. Com 78 anos e ainda robusto, exibindo a inconfundível marca de nascença vermelha na cabeça, pareceu-me uma personagem estranhamente trágica. Ali estava um homem que em tempos fora uma das pessoas mais poderosas do mundo, cujos instintos para a reforma e esforços de desnuclearização — por muito tímidos que fossem — haviam conduzido a uma épica transformação global e lhe valeram o Prémio Nobel da Paz, e agora era bastante desdenhado no seu próprio país, tanto por aqueles que achavam que ele se rendera ao Ocidente, como por aqueles que viam nele um retrocesso comunista cujo tempo já passara há

muito. Gorbachev disse-me que estava entusiasmado com um novo começo e com as minhas propostas para um mundo sem armas nucleares, mas ao fim de quinze minutos tive de interromper a conversa para ir fazer o meu discurso. Apesar de ele dizer que compreendia, percebi a sua desilusão — algo que nos lembrou a natureza fugaz e volúvel de ser uma figura pública.

De seguida, partimos para um almoço abreviado no Kremlin com Medvedev e um salão apinhado de personalidades importantes, a que se seguiu uma mesa redonda com líderes de empresas americanas e russas, onde se trocaram apelos padronizados a uma maior cooperação económica. Quando cheguei à cimeira de líderes americanos e russos da sociedade civil, organizada por McFaul, começava a sentir os efeitos da diferença horária. Contentei-me em sentar-me, recuperar o fôlego e escutar os reparos dos participantes.

Era o meu tipo de público: activistas pela democracia, dirigentes de organizações sem fins lucrativos e mobilizadores da comunidade que trabalhavam ao nível do activismo de base em questões como habitação, saúde pública e acesso político. Na maioria, trabalhavam penosamente na obscuridade, rivalizando por financiamento para manterem as suas operações à tona, e raramente tinham hipótese de viajar para fora das suas cidades, muito menos fazê-lo a convite de um presidente dos EUA. Inclusive, um dos americanos era uma pessoa com quem eu trabalhara durante os tempos em que fora organizador social em Chicago.

Talvez fosse a sobreposição entre o meu passado e o meu futuro que me fez não conseguir esquecer a conversa com Putin. Quando Axe perguntou o que eu achara do líder russo, disse que o considerara estranhamente familiar.

— Como um chefe de armazém, mas com armas nucleares e poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. — Isto provocou uma gargalhada

a Axe, mas eu não o dissera para ter piada. Na verdade, Putin lembrava-me aquele tipo de homem que gerira a máquina de Chicago ou o Tammany Hall — homens duros, com a inteligência das ruas, sem sentimentalismo, que sabiam aquilo que sabiam, que nunca saíam do seu ambiente e que encaravam o mecenato, o suborno, a extorsão, a fraude e a violência ocasional como ferramentas legítimas da sua área de negócios. Para eles, tal como para Putin, a vida era um jogo em que a vitória de um significava necessariamente a derrota de outro; podiam fazer negócios com pessoas exteriores à sua tribo, mas, no final, não podiam confiar nelas. Primeiro zelavam pelos próprios interesses e só depois pelos dos outros. Num mundo assim, a falta de escrúpulos e o desprezo por aspirações nobres que não se traduzissem em acumular poder não eram defeitos. Eram uma vantagem.

Na América, tinham sido necessárias gerações de protestos, legislação progressiva, jornalismo denunciador de escândalos e advocacia tenaz para controlar, se não eliminar de todo, tais exercícios de poder. Essa tradição reformista fora, em grande parte, o que me inspirara a ir para a política. Porém, para reduzir o risco de catástrofe nuclear ou outra guerra no Médio Oriente, eu acabara de passar a manhã a adular um autocrata que, não duvidava, tinha dossiês sobre todos os activistas russos presentes e seria capaz de assediar, encarcerar (ou pior) qualquer deles a seu bel-prazer. Se Putin perseguisse um desses activistas, até que ponto eu iria para o repreender, sobretudo sabendo que, provavelmente, isso não mudaria o seu comportamento? Arriscaria o fim das negociações START? A cooperação russa no Irão? E como é que podia medir esses compromissos? Podia dizer a mim mesmo que estávamos sempre a fazer compromissos, que, para concretizar planos na minha terra, eu fizera acordos com políticos cujas atitudes não eram muito diferentes das de Putin e cujos padrões éticos nem

sempre eram alvo de ponderação. Mas isto parecia-me diferente. As paradas eram mais altas — de ambos os lados.

Quando, finalmente, me levantei para falar, elogiei os presentes pela sua coragem e dedicação e instiguei-os a concentrarem-se não apenas na democracia e nos direitos civis, mas também em estratégias concretas para criação de emprego, educação, cuidados de saúde e habitação decente. Dirigindo-me aos russos da audiência, disse que a América não podia nem devia travar as suas batalhas por eles, que o futuro da Rússia estava nas suas mãos; mas acrescentei que estaria a torcer por eles, firme na minha convicção de que toda a gente aspira aos princípios dos direitos humanos, do Estado de direito e de autonomia.

Seguiu-se uma ovação. McFaul estava radiante. Eu senti-me feliz por conseguir entusiasmar pessoas boas que estavam a fazer um trabalho duro e, por vezes, perigoso. Acreditava que, mesmo na Rússia, compensaria a longo prazo. Não obstante, não conseguia deixar de temer que a maneira de negociar de Putin tivesse mais força e ímpeto do que me atrevia a admitir, e que, no mundo tal como ele era, muitos daqueles activistas esperançosos pudessem em breve ser marginalizados ou esmagados pelo seu próprio Governo — e eu não poderia fazer muita coisa para os proteger.

CAPÍTULO 20

A VEZ SEGUINTE EM QUE ME ENCONTREI pessoalmente com Medvedev foi em finais de Setembro, quando chefes de Estado e do Governo de todo o mundo se encontraram em Manhattan para a sessão de abertura anual da Assembleia Geral da ONU. Chamávamos-lhe «Semana UNGA» e, para mim e para a minha equipa de política externa, representava uma corrida de obstáculos de setenta e duas horas em privação de sono. Apesar do plano de loucos envolvido, avistar a sede da ONU — o seu edifício principal um colosso majestoso sobranceiro ao rio East — deixava-me sempre num estado de espírito esperançoso e expectante. Acho que isto acontecia por causa da minha mãe. Lembro-me de ser criança, talvez com uns nove ou dez anos, e questioná-la sobre a ONU, pedindo-lhe para me explicar como, depois da Segunda Guerra Mundial, os líderes globais tinham decidido que precisavam de um sítio onde pessoas de diferentes países pudessem encontrar-se para resolver as suas divergências de uma maneira pacífica.

Com estradas bloqueadas e medidas de segurança mais apertadas, o trânsito de Nova Iorque estava mais caótico que o costume, mesmo para o cortejo presidencial. Quase todos os líderes estrangeiros queriam uma reunião ou, pelo menos, uma fotografia para mostrar no regresso a casa. Tinha encontros com o secretário-geral das Nações Unidas, reuniões para presidir, almoços marcados, recepções onde seria o anfitrião, causas para apoiar, acordos para mediar e vários discursos ainda por redigir — incluindo aquele com que me dirigiria à Assembleia Geral, uma espécie de

Estado da União global, e que, em oito anos de trabalho em conjunto, eu e Ben terminávamos sempre quinze minutos antes do limite.

— Os humanos não são assim tão diferentes dos animais, Bar — disse-me ela. — Tememos o desconhecido. Quando temos medo das pessoas e nos sentimos ameaçados, é mais fácil fazer guerras e outras coisas estúpidas. As Nações Unidas são uma maneira de os países se reunirem e saberem coisas sobre os outros, para não terem tanto medo.

Como sempre, a minha mãe tinha uma certeza tranquilizadora de que, apesar dos impulsos primários dos seres humanos, a razão, a lógica e o progresso acabariam por vingar. Depois da nossa conversa, imaginei que os eventos que decorriam na ONU seriam como um episódio do *Star Trek*, com americanos, russos, escoceses, africanos e *vulcanos* a explorar as estrelas juntos. Ou como o espectáculo *It's a Small World*, na Disneylândia, no qual crianças com cara de Lua de diferentes tons de pele e fatos coloridos entoavam uma cantiga alegre. Mais tarde, como trabalho de casa, tivera de ler a Carta das Nações Unidas e fiquei espantado ao verificar como a sua missão se coadunava com o optimismo da minha mãe: «salvar as gerações futuras do flagelo da guerra», «reafirmar a crença nos direitos humanos fundamentais», «estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e ao respeito das obrigações decorrentes de tratados e outras fontes do direito internacional» e «promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade».

Escusado será dizer que a ONU nem sempre esteve à altura destes nobres valores. Tal como o seu malfadado antecessor, a Liga das Nações, o poder da organização chegava apenas onde os seus membros mais poderosos permitiam. Qualquer acção significativa exigia consenso entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança — EUA, União Soviética

(mais tarde Rússia), Reino Unido, França e China — todos com poder de veto absoluto. Em plena Guerra Fria, as hipóteses de chegar a consenso foram parcas, motivo pelo qual a ONU não agiu quando os tanques soviéticos entraram pela Hungria ou os aviões americanos lançaram *napalm* sobre as zonas rurais do Vietname.

Mesmo depois da Guerra Fria, houve divisões no Conselho de Segurança que continuaram a obstruir a capacidade da ONU de resolver problemas. Os seus Estados-membros careciam dos meios e da vontade colectiva para reconstruir Estados em declínio como a Somália ou impedir chacinas étnicas em lugares como o Sri Lanka. As suas missões de manutenção da paz, dependentes de contributos militares voluntários dos Estados-membros, careciam de efectivos e equipamentos de uma forma consistente. Por vezes, a Assembleia Geral transformava-se num fórum de atitude, hipocrisia e condenações unilaterais a Israel; várias agências da ONU estiveram envolvidas em escândalos de corrupção, enquanto autocracias perversas como o Irão de Khamenei e a Síria de Assad manobravam para conseguirem lugares no Conselho de Direitos Humanos da ONU. No Partido Republicano, a ONU tornou-se um símbolo de globalismo nefando. Os progressistas lamentaram a sua impotência perante a injustiça.

Não obstante todas as suas lacunas, continuei convencido de que a ONU tinha uma função vital. Por vezes, os relatórios e descobertas da ONU podiam envergonhar os países, forçando-os a adoptar melhores práticas e implementar normas internacionais. Graças ao trabalho da ONU em mediação e acções de paz, tinham-se mediado cessar-fogos, evitado conflitos e salvado vidas. A ONU desempenhara um papel na transformação de mais de oitenta antigas colónias em nações soberanas. A sua actividade ajudara a tirar milhões de pessoas da pobreza, erradicara a varíola e quase acabara com a poliomielite e a doença do verme-da-guiné,

disponibilizando vacinas que salvam vidas a quase metade das crianças de todo o mundo. Sempre que entrava no edifício da ONU — os meus Serviços Secretos a abrir caminho pelo meio das turbas de diplomatas e colaboradores que geralmente perambulavam pelos amplos corredores alcatifados, à espera de um aperto de mão ou um aceno, os seus rostos a espelhar todas as formas e tonalidades da família humana —, lembrava-me de que, lá dentro, havia um manancial de homens e mulheres que, todos os dias, moviam montanhas, tentando convencer Governos a financiar programas de vacinação e escolas para crianças pobres, tentando convencer o mundo a impedir a carnificina de uma minoria ou o tráfico de jovens raparigas. Homens e mulheres que alicerçavam as suas vidas na mesma noção em que a minha mãe alicerçara a sua, uma concepção captada nos versos bordados numa tapeçaria que estava exposta no grande salão abobadado da Assembleia Geral:

Os seres humanos fazem parte de um todo
Na criação de uma única essência e alma.

Ben informou-me que os versos eram da autoria de Sa'adi, poeta persa do século XIII e uma das figuras mais amadas da cultura iraniana. Achámos que era uma ironia, considerando o tempo que eu dedicava na UNGA a tentar travar o desenvolvimento de armas nucleares por parte do Irão. Aparentemente, Khamenei e Ahmadinejad não partilhavam a sensibilidade dócil do poeta.

Desde que rejeitara a minha proposta de negociações bilaterais, o Irão não revelara sinais de recuar no seu programa nuclear. Os seus negociadores continuaram a protelar e a mostrar arrogância nas sessões com os membros do P5+1, insistindo que as centrifugadoras e as reservas de urânio enriquecido do Irão apenas tinham finalidades civis. Tais alegações

de inocência eram espúrias, mas deram à Rússia e à China uma desculpa suficiente para impedir o Conselho de Segurança de considerar sanções mais severas ao regime.

Nós continuámos a defender a nossa posição e deram-se dois novos desenvolvimentos que ajudaram a desbloquear uma mudança na posição russa. Primeiro, a nossa equipa de controlo de armas, encabeçada de forma competente pelo especialista em não-proliferação Gary Samore, trabalhara com a Agência Internacional de Energia Atómica (CAIEA) numa nova proposta criativa para testar as reais intenções do Irão. Ao abrigo da proposta, o Irão enviaria as suas reservas existentes de LEU para a Rússia, que o processaria em HEU; de seguida, a Rússia transportaria o HEU para França, onde seria convertido numa forma de combustível de maneira a suprir as necessidades civis legítimas do Irão, mas sem possíveis aplicações militares. A proposta era uma medida provisória, já que mantinha intacta a estrutura nuclear do Irão e não o impediria de enriquecer mais LEU no futuro. Porém, esvaziar as suas reservas actuais atrasaria a «capacidade de erupção» em até um ano, permitindo-nos ganhar tempo para negociar uma solução mais permanente. Igualmente importante, a proposta fez da Rússia um importante parceiro de implementação e mostrou a Moscovo a nossa determinação em esgotar todas as abordagens razoáveis no que ao Irão dizia respeito. Durante o decurso da UNGA, a Rússia aprovou a ideia; chegámos mesmo a apelidá-la de «proposta russa», o que significou que, quando os iranianos por fim rejeitaram a proposta num encontro do P5+1 mais tarde nesse ano, em Genebra, não estavam a ridicularizar apenas os americanos: estavam a fazer uma afronta à Rússia, um dos poucos apoiantes que ainda tinham.

As cisões nas relações entre a Rússia e o Irão aumentaram depois de eu entregar a Medvedev e a Lavrov uma bomba de informações secretas

durante uma reunião privada à margem da UNGA. Tínhamos descoberto que o Irão estava na iminência de concluir o fabrico de um complexo de enriquecimento secreto nas profundezas de uma montanha perto da cidade antiga de Qom. Tudo o que sabíamos dessas instalações — a sua dimensão, configuração e inserção num complexo militar — revelava o interesse do Irão em proteger as suas actividades de detecção e ataque, características que não se coadunavam com um programa civil. Eu disse a Medvedev que estávamos a mostrar-lhe as provas em primeira mão, antes de as tornarmos públicas, porque o tempo de meias-medidas já lá ia. Sem o acordo russo para uma resposta internacional assertiva, era provável que as probabilidades de uma resolução diplomática com o Irão se esfumassem.

A nossa apresentação pareceu causar agitação entre os russos. Ao invés de tentar defender as acções do Irão, Medvedev expressou a sua desilusão com o regime e reconheceu a necessidade de uma reformulação da abordagem do P5+1. Foi ainda mais longe num comunicado público depois do encontro, informando a imprensa de que as «sanções raramente conduzem a resultados produtivos […] mas em alguns casos são inevitáveis». Pela nossa parte, o comunicado foi uma surpresa bem-vinda, que confirmou o nosso crescente sentimento da fiabilidade de Medvedev enquanto parceiro.

Decidimos não revelar a existência do complexo de Qom durante um Conselho de Segurança da ONU para debater temas de segurança nuclear a que eu presidiria; apesar de o cenário icónico ter sido um excelente palco para a revelação, precisávamos de tempo para informar devidamente a AIEA e os outros membros do P5+1. Também queríamos evitar que se fizessem comparações com a dramática apresentação no Conselho de Segurança — que acabara por ser desacreditada — sobre as armas de destruição maciça iraquianas feita por Colin Powell, no período que

antecedeu a guerra no Iraque. Em vez disso, entregámos a história ao *New York Times* pouco antes do encontro dos líderes do G20 em Pittsburgh.

O efeito foi estimulante. Os jornalistas especularam sobre possíveis ataques israelitas com mísseis a Qom. Os membros do Congresso exigiram uma acção imediata. Numa conferência de imprensa conjunta com o presidente Sarkozy e o primeiro-ministro Brown, enfatizei a necessidade de uma resposta internacional veemente, mas coibi-me de especificar sanções, de modo a evitar encurralar Medvedev antes de ele ter oportunidade de traçar um plano com Putin. Partindo do princípio de que conseguiríamos manter o envolvimento de Medvedev, só nos faltava resolver um grave problema diplomático: convencer o incrédulo Governo chinês a votar a favor de sanções a um dos seus principais fornecedores de petróleo.

— Qual a probabilidade de isso acontecer? — perguntou-me McFaul.

— Ainda não sei — respondi. — Evitar uma guerra revela-se mais difícil do que entrar numa.

SETE SEMANAS MAIS TARDE, o *Air Force One* aterrou em Pequim para a minha primeira visita oficial à China. Recebemos instruções para deixar quaisquer aparelhos electrónicos não pertencentes ao Governo no avião e operar segundo o pressuposto de as nossas comunicações estarem a ser monitorizadas.

Mesmo do outro lado do oceano, a capacidade de vigilância chinesa era impressionante. Durante a campanha, tinham acedido ilegalmente ao sistema informático da nossa principal sede (encarei o ocorrido como um sinal positivo para as minhas perspectivas de eleição). A sua capacidade de converter remotamente qualquer telemóvel num dispositivo de gravação era sobejamente conhecida. Para realizar telefonemas que envolviam questões de segurança nacional desde o hotel onde estávamos hospedados, tinha de ir

a uma suíte ao fundo do corredor onde montáramos uma instalação para informação sensível compartimentada (SCIF) — uma grande tenda azul montada no meio da sala que emitia um sinistro zunido psicadélico, concebida para bloquear eventuais dispositivos à escuta nas proximidades. Alguns elementos da nossa equipa vestiam-se e até tomavam banho às escuras, de modo a evitar as câmaras ocultas que, presumíamos, estariam estrategicamente colocadas em todos os quartos (Marvin, por seu turno, disse que fizera questão de andar pelo quarto todo nu e com as luzes acesas — não tenho a certeza se por orgulho ou em protesto).

De vez em quando, a desfaçatez dos Serviços Secretos chineses roçava o cómico. A determinada altura, Gary Locke, meu secretário do Comércio, ia a caminho de uma sessão de preparação quando percebeu que se esquecera de uma coisa no quarto. Ao abrir a porta, deu de caras com duas criadas a fazer a cama enquanto dois cavalheiros de fato vasculhavam atentamente os documentos que tinha em cima da secretária. Quando Gary lhes perguntou o que estavam a fazer, os homens passaram por ele sem dizer palavra e desapareceram. As criadas não olharam para ele, limitando-se a mudar as toalhas da casa de banho como se Gary fosse invisível. A história de Gary fez muitas cabeças abanar e originou risinhos na nossa equipa, e tenho a certeza de que alguém mais abaixo na cadeia alimentar diplomática apresentou uma queixa formal. Todavia, ninguém abordou o assunto quando, mais tarde, nos sentámos para o encontro oficial com o presidente Hu Jintao e o resto da comitiva chinesa. Tínhamos muitas coisas para conversar com os chineses — e também os espiávamos o bastante — para querermos levantar poeira.

Isto como que resume as relações entre os EUA e a China na época. À superfície, a relação que herdáramos parecia relativamente estável, sem as rupturas diplomáticas de envergadura que constatáramos com os russos. À

partida, Tim Geithner e Hillary Clinton tinham-se encontrado várias vezes com os seus homólogos chineses e formalizado um grupo de trabalho para abordar várias preocupações bilaterais. Nas minhas reuniões com o presidente Hu durante o encontro do G20 em Londres, faláramos sobre adoptar políticas vantajosas para ambas as partes. Porém, por detrás das delicadezas diplomáticas escondiam-se tensões e desconfianças de há muito — não só em relação a questões específicas como o comércio ou a espionagem, mas também em relação ao tópico fundamental do que a ressurgência da China significaria para a ordem internacional e a posição da América no mundo.

O facto de a China e os EUA terem conseguido evitar um conflito manifesto durante mais de três décadas não era apenas sorte. Desde o início das reformas económicas e abertura decisiva da China ao Ocidente, na década de setenta, o Governo chinês tinha seguido fielmente o conselho do Deng Xiaoping de «não demonstrar a nossa força e ter paciência». Dera prioridade à industrialização em detrimento de um crescimento militar maciço. Convidara empresas dos EUA que procuravam mão-de-obra barata a mudarem as suas operações para a China e incentivara sucessivas administrações a ajudá-la a ser membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, o que, por sua vez, conferira à China acesso aos mercados dos EUA. Apesar de o Partido Comunista Chinês manter um rigoroso controlo sobre as políticas do país, não fez qualquer esforço para exportar a sua ideologia; a China realizou negócios com todos os quadrantes, fossem democracias ou ditaduras, defendendo ser uma virtude não julgar a maneira como os outros países geriam os respectivos assuntos internos. A China podia ser combativa quando sentia as suas reivindicações territoriais sob ameaça e indignava-se com as críticas ocidentais relativamente ao seu registo no campo dos direitos humanos. Mas até em

áreas problemáticas, como a venda de armas pelos americanos ao Taiwan, os delegados chineses fizeram os possíveis para ritualizar as disputas — registando o desagrado através de cartas empertigadas ou do cancelamento de encontros bilaterais, mas nunca deixando as coisas escalar ao ponto de poderem impedir o fluxo de contentores cheios de sapatilhas, aparelhos electrónicos e componentes para automóveis fabricados na China para os portos americanos e para um hipermercado perto de si.

Esta paciência estratégica ajudara a China a poupar os seus recursos e a evitar dispendiosas façanhas no estrangeiro. Também ajudara a velar o modo como a China continuava sistematicamente a furtar-se, a contornar ou a violar todas as regras de comércio internacional acordadas durante a sua «ascensão pacífica». Durante anos, utilizara subsídios estatais, bem como manipulação da moeda e *dumping*, de modo a fazer baixar de forma artificial o preço das suas exportações e subvalorizar as operações de fabrico nos EUA. O seu desprezo pelas normas relativas à mão-de-obra e ao ambiente conseguiu o mesmo fim. Entretanto, a China utilizou barreiras não alfandegárias, como quotas e embargos; também se envolveu no roubo de propriedade intelectual dos EUA e exerceu uma pressão constante sobre empresas americanas com negócios na China para cederem tecnologias estratégicas de modo a ajudar na sua rápida ascensão na cadeia de abastecimento global.

Nada disto é apanágio exclusivo da China. Praticamente todos os países ricos, dos EUA ao Japão, recorreram a estratégias mercantilistas em diversas fases do seu desenvolvimento para impulsionarem as respectivas economias. E, do ponto de vista da China, os resultados não podiam ser melhores: apenas uma geração depois de milhões de pessoas morrerem de fome, a China transformara-se na terceira maior economia do mundo,

contribuindo com quase metade da produção de aço mundial, 20 por cento da sua indústria, e 40 por cento do vestuário que os americanos compravam.

Surpreendente foi a resposta branda de Washington. Em inícios da década de 1990, os líderes sindicais tinham alertado para as práticas de comercialização cada vez mais injustas por parte da China e tinham encontrado muitos democratas do Congresso, sobretudo dos Estados do chamado «cinturão da ferrugem», dispostos a defender a causa. O Partido Republicano também tinha a sua quota de críticos da China, uma mistura de populistas ao estilo de Pat Buchanan enraivecidos por aquilo que consideravam ser a lenta rendição da América a uma potência estrangeira e velhos partidários da Guerra Fria que ainda temiam o avanço ímpio do comunismo.

Mas, quando a globalização entrou em velocidade de cruzeiro durante as presidências de Clinton e Bush, estas vozes deram por si em minoria. Havia demasiado dinheiro em jogo. As empresas americanas e os seus accionistas apreciavam os custos de mão-de-obra reduzidos e os lucros altíssimos que resultavam da deslocalização da produção para a China. Os produtores agrícolas americanos gostavam que os novos clientes chineses lhes comprassem as sementes de soja e a carne de porco. As empresas de Wall Street gostavam do elevado número de bilionários chineses que queriam investir a sua recém-adquirida riqueza, tal como a grande quantidade de advogados, consultores e lobistas que tinham trabalho graças ao comércio em expansão entre os EUA e a China. Apesar de a maioria dos democratas do Congresso continuar descontente com as práticas comerciais da China, e a administração Bush ter apresentado umas quantas queixas contra a China na OMC, quando eu assumi o cargo emergira um consenso encrespado entre as elites que formulavam as políticas externas dos EUA e os grandes financiadores dos partidos: em vez de recorrer ao proteccionismo, a

América tinha de adoptar algumas estratégias da China. Se queríamos continuar a ser os primeiros, tínhamos de trabalhar mais, poupar dinheiro e ensinar aos nossos filhos mais matemática, ciência, engenharia… e mandarim.

As minhas próprias opiniões em relação à China não se enquadravam totalmente em qualquer destas tendências. Não partilhava a oposição instintiva dos sindicatos meus apoiantes ao comércio livre e também não acreditava que fosse possível reverter totalmente a globalização, tal como não era possível encerrar a Internet. Achei que Clinton e Bush tinham tomado a decisão certa ao incentivarem a integração da China na economia global — a História dizia-me que uma China caótica e empobrecida representava uma maior ameaça para os EUA do que uma China próspera. Considerei que o sucesso da China ao retirar milhões de pessoas da pobreza extrema fora uma extraordinária proeza humana.

Não obstante, continuava a ser verdade que as operações da China no sistema comercial internacional tinham sido muitas vezes feitas à custa da América. A automação e a robótica avançada podem ter sido os principais culpados do declínio do emprego no sector industrial nos EUA, mas as práticas chinesas — com a ajuda da subcontratação empresarial — tinham acelerado essas perdas. A inundação dos EUA com mercadorias chinesas tornara os televisores de ecrã plano mais baratos e ajudara a manter a inflação em níveis baixos, mas apenas à custa da diminuição dos salários dos trabalhadores americanos. Eu prometera lutar em defesa desses trabalhadores, por melhores condições comerciais, e pretendia cumprir essa promessa.

Porém, com a economia mundial por um fio, tinha de ponderar quando e como seria a melhor maneira de o fazer. A China detinha mais de 700 mil milhões de dólares de dívida americana e reservas maciças de moeda

estrangeira, o que a tornava um parceiro necessário na gestão da crise financeira. Para sairmos da recessão, bem como o resto do mundo, precisávamos do crescimento económico da China, e não da sua contracção. A China não iria mudar as práticas de comercialização sem uma pressão firme da minha administração; só tinha de me certificar que não dávamos início a uma guerra comercial que lançasse o mundo numa depressão e prejudicasse os trabalhadores que eu jurara ajudar.

Na fase que antecedeu a nossa viagem à China, eu e a minha equipa combinámos uma estratégia que seria dura na medida certa. Começaríamos por apresentar ao presidente Hu uma lista de áreas problemáticas que pretendíamos corrigir num período de tempo realista, evitando em simultâneo um confronto público que poderia assustar ainda mais os mercados financeiros já de si inquietos. Se os chineses não agissem em conformidade, aumentaríamos de forma constante a pressão pública e adoptaríamos medidas de retaliação — de preferência num ambiente económico que já não fosse tão frágil.

Para incitar a China a ter um comportamento melhor, também esperávamos assegurar a ajuda dos seus vizinhos, o que não seria fácil. A total dedicação da administração Bush aos problemas do Médio Oriente, bem como o fiasco de Wall Street, levara alguns líderes asiáticos a pôr em causa a relevância da América na região. Entretanto, a explosão da economia chinesa fez com que até aliados próximos dos EUA, como o Japão e a Coreia do Sul, se tornassem cada vez mais dependentes dos mercados chineses e prudentes em relação a cair nas suas más graças. Uma coisa que tínhamos a nosso favor era o facto de, nos últimos anos, a China ter começado a arriscar demasiado, exigindo concessões unilaterais a parceiros comerciais mais fracos e ameaçando as Filipinas e o Vietname acerca do controlo de umas quantas pequenas, mas estratégicas, ilhas no

Mar do Sul da China. Diplomatas dos EUA deram conta de um ressentimento crescente em relação a tácticas tão opressivas e de um desejo da presença americana mais sustentada para contrabalançar o poder da China.

Para tirar partido desta oportunidade, agendámos escalas no Japão e na Coreia do Sul, bem como uma reunião em Singapura com os dez países que constituíam a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). No percurso, eu anunciaria a minha intenção de assumir a responsabilidade de um novo e ambicioso acordo comercial entre os EUA e a Ásia que a administração Bush começara a negociar, com ênfase na inclusão dos tipos de disposições vinculativas relativas ao trabalho e ao ambiente que os democratas e os sindicatos se queixavam de não terem sido contempladas nos acordos anteriores, como era o caso do Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA). Explicámos aos jornalistas que o objectivo global daquilo a que mais tarde chamaríamos «um eixo central para a Ásia» não era travar a China nem reprimir o seu crescimento. Pelo contrário, tratava-se de reafirmar os laços dos EUA com a região e fortalecer o quadro do direito internacional que permitira aos países de toda a região Ásia-Pacífico — incluindo a China — fazer tantos progressos num tão curto período de tempo.

Tinha dúvidas de que os Chineses o vissem pelo mesmo prisma.

EU JÁ NÃO IA À ÁSIA há mais de vinte anos. O nosso périplo de sete dias começou em Tóquio, onde fiz um discurso sobre o futuro da aliança entre os EUA e o Japão e me encontrei com o primeiro-ministro Yukio Hatoyama para debater a crise económica, a Coreia do Norte e a proposta de relocalização da base da Marinha dos EUA em Okinawa. Um sujeito simpático e desajeitado, Hatoyama era o quarto primeiro-ministro nipónico

em menos de três anos e o segundo desde a minha tomada de posse — sintoma da política esclerótica e errante que atormentara o Japão grande parte da década. Sete meses mais tarde já não estaria no cargo.

Uma breve visita ao imperador Akihito e à imperatriz Michiko no Palácio Imperial deixou uma impressão mais duradoura. Minúsculos e já bem entrados nos 70 anos, receberam-me com um inglês perfeito, ele envergando um fato ocidental e ela um quimono de seda brocada, e eu fiz uma reverência como sinal de respeito. Conduziram-me até uma sala de visitas em tons creme e esparsamente decorada, ao tradicional estilo nipónico, e, enquanto tomávamos chá, questionaram-me sobre Michelle, as meninas e o que eu pensava sobre as relações entre os EUA e o Japão. Os seus modos eram em simultâneo formais e discretos, as suas vozes brandas como o tamborilar da chuva, e dei por mim a tentar imaginar a vida do imperador. Como teria sido ser filho de um homem que, depois de ser considerado um deus, fora obrigado a assumir um trono sobretudo simbólico, décadas depois de o Império do Japão sofrer a sua esmagadora derrota? A história da imperatriz interessava-me ainda mais: filha de um industrial abastado, educada em escolas católicas e com uma licenciatura em Literatura Inglesa, fora a primeira plebeia nos 2600 anos do Trono do Crisântemo a desposar um membro da família imperial — facto que a fez granjear a simpatia do povo japonês, mas supostamente terá causado tensão entre os sogros. Como presente de despedida, a imperatriz ofereceu-me uma composição que escrevera para piano, explicando-me com uma franqueza surpreendente como o seu amor pela música e pela poesia a ajudara a sobreviver aos ataques de solidão.

Mais tarde, fiquei a saber que a minha simples reverência aos meus anfitriões japoneses anciãos tinha deixado os comentadores conservadores num frenesim, nos EUA. Quando um obscuro bloguista apelidou o acto de

«traição», as suas palavras foram repetidas e ampliadas pela imprensa generalista. Ao ouvir tudo isto, imaginei o imperador enterrado nas suas obrigações cerimoniais e a imperatriz, com a sua beleza delicadamente desgastada e grisalha e o sorriso melancólico, e questionei-me exactamente quando fora que uma porção tão grande da direita americana se tornara tão receosa e insegura ao ponto de perder o juízo.

A partir de Tóquio, viajei para Singapura para me encontrar com os líderes dos países da ASEAN. A minha presença corria o risco de ser controversa; o Myanmar, um dos membros da ASEAN, fora governado durante mais de quarenta anos por uma brutal e repressiva junta militar, e os presidentes Clinton e Bush tinham recusado convites para reunir com o grupo enquanto o Myanmar fosse incluído. Todavia, para mim, marginalizar nove países do Sudeste Asiático como forma de vincar a reprovação a um não tinha muito sentido, sobretudo porque os Estados Unidos mantinham relações de amizade com muitos dos países da ASEAN que não eram um modelo ideal de probidade democrática, incluindo a Singapura, o Vietname e o Brunei. Relativamente ao Myanmar, os Estados Unidos tinham implementado sanções abrangentes. Decidimos que a nossa melhor hipótese de influenciar o seu Governo seria demonstrar vontade de conversar.

O primeiro-ministro do Myanmar era um general de bons modos mas ar travesso chamado Thein Sein e, afinal, a minha interacção com ele não foi além de um breve aperto de mão e não causou muito rebuliço. Os líderes da ASEAN demonstraram entusiasmo pelo regresso do compromisso dos EUA, enquanto a imprensa asiática enfatizou a minha ligação de infância à região — novidade num presidente americano e patente, disseram, no meu apreço pela gastronomia local de rua e na minha capacidade para cumprimentar o presidente indonésio em Bahasa.

A verdade é que eu esquecera praticamente a língua indonésia, à

excepção de simples saudações ou fazer um pedido a partir de um cardápio. Porém, não obstante a minha longa ausência, fiquei espantado com o quanto o Sudeste Asiático me pareceu familiar, com a sua atmosfera langorosa e húmida, o cheiro a frutos e especiarias, o subtil comedimento das pessoas na interacção. Singapura, porém, com as suas avenidas largas, jardins públicos e arranha-céus de escritórios, deixara de ser a organizada antiga colónia britânica que recordava da infância. Mesmo nos anos sessenta, fora uma das histórias de sucesso da região — uma cidade-Estado povoada por malaios, indianos e chineses que, graças a uma conjugação de políticas de mercado livre, competência burocrática, um mínimo de corrupção e controlo político e social reconhecidamente rigoroso, se tornara um centro de investimento estrangeiro. Mas a globalização e as tendências de crescimento mais amplas na Ásia tinham levado a economia do país a voos ainda mais altos. Com os seus restaurantes requintados e lojas sofisticadas apinhadas de homens de negócios de fato e jovens envergando as últimas tendências da moda *hip-hop*, a riqueza à vista de todos rivalizava agora com a de Nova Iorque e de Los Angeles.

Em certo sentido, Singapura continuava excepcional: a maioria dos outros países da ASEAN debatia-se ainda com vários níveis de pobreza enraizada, e o seu compromisso para com a democracia e o Estado de direito continuava bastante irregular. Contudo, uma coisa que esses países pareciam ter em comum era a mudança em relação ao modo como se imaginavam. As pessoas com quem falei — fossem elas chefes de Estado, homens de negócios ou activistas dos direitos humanos — continuavam a respeitar o poder americano. Porém, já não encaravam o Ocidente como o centro do mundo, com os seus países invariavelmente a ocupar um segundo plano. Pelo contrário, consideravam-se pelo menos iguais aos seus antigos

colonizadores e os sonhos que acalentavam para o seu povo já não eram limitados pela localização geográfica ou pela raça.

Na minha opinião, isso era uma coisa positiva, uma extensão da convicção da América quanto à dignidade de todas as pessoas e um cumprimento da promessa que há muito fizéramos ao mundo: sigam a nossa liderança, liberalizem as vossas economias e, esperemos, os vossos Governos e o vosso povo também poderão partilhar a nossa prosperidade. Tal com o Japão e a Coreia do Sul, cada vez mais países da ASEAN tinham seguido as nossas instruções à risca. Fazia parte do meu trabalho enquanto presidente dos EUA garantir que agiam de forma justa, que os seus mercados estavam tão disponíveis aos nossos como os nossos estavam aos deles, que o seu desenvolvimento sustentado não dependia da exploração dos trabalhadores ou da destruição do ambiente. Desde que o Sudeste Asiático competisse connosco em pé de igualdade, eu considerava a sua prosperidade uma coisa que a América deveria acolher de bom grado, e não temer. Questiono-me agora se foi isso que os críticos conservadores consideraram tão condenável em relação à minha política externa, a razão por que uma insignificância como uma reverência ao imperador japonês pôde originar tanta fúria: eu não parecia sentir-me ameaçado, como eles, pela ideia de o resto do mundo estar a chegar ao nosso nível.

XANGAI — A NOSSA PRIMEIRA paragem na China — parecia Singapura depois de tomar esteróides. Em termos visuais, era o que seria de esperar: uma metrópole em crescimento desordenado, moderna, com vinte milhões de almas dissonantes, cada milímetro a fervilhar de comércio, tráfego e gruas de construção. Enormes embarcações e barcaças carregadas de mercadorias com destino aos mercados do mundo a deslizar de um lado para o outro pelo distrito de Huangpu. Turbas de pessoas a caminhar pelo vasto

passadiço ao longo do rio, parando amiúde para admirar os arranha-céus futuristas que se estendiam em todas as direcções e que, à noite, rivalizavam em luminosidade com os da Las Vegas Strip. Num ornamentado salão de banquetes, o presidente da câmara municipal — uma estrela em ascensão no Partido Comunista que, com o seu fato feito à medida e uma sofisticação confiante, me fazia lembrar um pouco Dean Martin — se esmerara na organização de um almoço com a nossa delegação e líderes comerciais chineses e americanos, com acepipes raros e vinhos a condizer, dignos de um casamento de luxo no Ritz. O meu omnipresente assistente Reggie Love ficou impressionado com a equipa que nos serviu, constituída exclusivamente por deslumbrantes jovens mulheres com túnicas brancas esvoaçantes, esguias e altas como modelos de passarela.

— Quem diria que as comunistas eram assim — disse ele, abanando a cabeça.

A contradição entre a ideologia oficial da China e tais exibições flagrantes de riqueza não se fez notar quando me encontrei com centenas de alunos universitários numa assembleia municipal, nesse mesmo dia. As autoridades chinesas, desconfiadas do meu habitual formato improvisado, tinham escolhido os participantes a dedo em algumas das universidades mais elitistas de Xangai e, apesar de serem corteses e entusiastas, as suas perguntas revelaram pouco aquela qualidade inquiridora e irreverente que eu estava habituado a encontrar entre os jovens de outros países («Então, que medidas irá adoptar para estreitar mais esta relação entre cidades dos EUA e da China?» foi a pergunta mais complicada que fizeram). Não consegui ter a certeza se os delegados do partido tinham feito uma triagem às perguntas ou se os alunos simplesmente sabiam que não podiam perguntar coisas que lhes pudessem causar dissabores.

Depois de cumprimentar e conversar com alguns alunos no fim do

programa, concluí que pelo menos parte do seu fervoroso patriotismo não era apenas fogo-de-vista. Eles eram demasiado jovens para terem experienciado os horrores da Revolução Cultural ou testemunhado a repressão na Praça de Tiananmen; essa parte da História não fazia parte dos programas curriculares e eu duvidava que os seus pais falassem sobre isso. Se alguns alunos se sentiam agastados pelo modo como o Governo bloqueava o seu acesso a sítios da Internet, provavelmente experienciavam todo o peso do aparelho repressivo da China sobretudo como uma abstracção, tão longínqua da sua experiência pessoal como o sistema de justiça criminal dos EUA podia ser para os miúdos brancos suburbanos da classe média na minha terra. Durante toda a sua vida, o sistema da China transportara-os e às suas famílias ao longo de uma trajectória ascendente, enquanto — pelo menos, vistas ao longe — as democracias ocidentais pareciam estagnadas na neutralidade, plenas de discórdia cívica e ineficiência económica.

Senti-me tentado a pensar que as atitudes daqueles estudantes mudariam com o tempo, ou porque um abrandamento da taxa de crescimento da China contrariaria as suas expectativas materiais ou porque, tendo atingido determinado nível de segurança económica, começariam a desejar aquelas coisas que o PIB não podia medir. Mas não havia garantias de isso acontecer. Na realidade, o sucesso económico da China tornara a sua marca de capitalismo despótico uma alternativa plausível ao liberalismo de estilo ocidental na mente dos jovens não só de Xangai, mas de todo o mundo em desenvolvimento. A geopolítica do século seguinte seria em parte determinada pela visão de entre estas que acabassem por abraçar; e eu deixei a cidade bastante ciente de que conquistar esta nova geração dependia da minha capacidade de demonstrar que o sistema pluralista,

baseado nos direitos e democrático da América ainda era capaz de cumprir a promessa de uma vida melhor.

Pequim não era tão vistosa como Xangai, embora durante a viagem desde o aeroporto tenhamos passado pelo que pareceram trinta quilómetros de arranha-céus de construção recente, como se dez Manhattan tivessem sido construídas do dia para a noite. Quando chegámos ao centro da cidade, os distritos empresariais e as áreas residenciais deram lugar a edifícios do Governo e imponentes monumentos. Como de costume, o meu encontro com o presidente Hu Jintao foi apático. Fosse qual fosse o tópico, ele gostava de ler a partir de resmas de anotações preparadas, fazendo várias pausas para traduções para inglês que pareciam ter sido preparadas de antemão e que, de algum modo, demoravam sempre mais do que a sua asserção original. Quando era a minha vez de falar, ele folheava os seus papéis, à procura da resposta que os seus auxiliares tivessem amanhado. Os meus esforços para quebrar a monotonia com histórias pessoais ou uma piada ocasional («Diga-me o nome do seu empreiteiro», perguntara-lhe depois de ficar a saber que o colossal Grande Salão do Povo fora construído em menos de um ano) redundavam geralmente num olhar inexpressivo e, mais de uma vez, senti-me tentado a sugerir que poderíamos poupar tempo um ao outro simplesmente trocando documentação e lendo-a quando nos fosse oportuno.

Não obstante, o meu tempo com Hu deu-me a oportunidade de apresentar um conjunto de intenções inequívocas quanto a prioridades dos EUA: resolver a crise económica e o programa nuclear da Coreia do Norte; a necessidade de resolver pacificamente as disputas marítimas no Mar do Sul da China; o tratamento dado aos dissidentes chineses; e a nossa pressão para novas sanções ao Irão. Relativamente a este último tópico, invoquei os interesses da China, alertando que, sem uma acção diplomática

significativa, nós ou os Israelitas poderíamos ser forçados a atacar os complexos nucleares do Irão, com consequências muito mais gravosas para o abastecimento de petróleo da China. Como seria de esperar, o presidente Hu foi cauteloso em relação às sanções, mas, a julgar pela mudança na sua expressão corporal e pela furiosa tomada de apontamentos pelos seus ministros, a gravidade da nossa mensagem relativamente ao Irão chamou a atenção.

Adoptei uma abordagem de igual modo sem papas na língua relativamente a questões comerciais, quando me encontrei no dia seguinte com o primeiro-ministro Wen Jiabao. Este, apesar do cargo inferior, era o principal responsável pelas decisões económicas da China. Ao contrário do presidente Hu, o primeiro-ministro Wen pareceu-me confiante a trocar impressões de improviso e foi directo na sua defesa das políticas comerciais da China.

— Tem de compreender, senhor Presidente, que, apesar daquilo que vê em Xangai e em Pequim, continuamos a ser um país em vias de desenvolvimento — disse. — Um terço da nossa população continua a viver em pobreza extrema… mais pessoas do que a população total dos Estados Unidos. Não pode esperar que adoptemos as mesmas políticas que se aplicam a uma economia altamente evoluída como a vossa.

Ele tinha razão. Apesar de todo o extraordinário progresso do país, a família média chinesa — sobretudo fora das principais cidades — continuava a ter rendimentos mais baixos do que todos os americanos, à excepção dos mais pobres. Tentei pôr-me no lugar de Wen, tendo de integrar uma economia que jogava com o pau de dois bicos da era da informação e do feudalismo, enquanto criava empregos suficientes para dar resposta às exigências de uma população tão numerosa como a América do Norte e do Sul juntas. Teria sido mais compreensivo se não soubesse que

altos dirigentes do Partido Comunista — incluindo Wen — tinham o hábito de encaminhar licenças e contratos públicos para familiares e desviar milhares de milhões para contas *offshore*.

Dadas as circunstâncias, disse a Wen que, considerando as maciças desigualdades comerciais entre os nossos dois países, os Estados Unidos não podiam continuar a ignorar a manipulação da moeda e outras práticas injustas por parte da China. Ou a China começava a mudar as práticas ou teríamos de tomar medidas de retaliação. Ao ouvir estas palavras, Wen tentou uma estratégia diferente, sugerindo que eu lhe entregasse uma lista de produtos dos EUA que quiséssemos que a China comprasse mais, para ver o que podia fazer (foi especialmente entusiasta a incluir artigos militares e de alta tecnologia relativamente aos quais a América bloqueara a exportação para a China por motivos de segurança nacional). Eu expliquei que precisávamos de uma solução estrutural, não de concessões fragmentadas, e, durante a troca de palavras que se seguiu, fiquei com a sensação de estar a regatear o preço da galinha numa banca de mercado, e não a negociar a política de comércio entre as duas maiores economias do mundo. Fui relembrado mais uma vez de que, para Wen e o resto dos líderes da China, a política externa era meramente transaccional. Aquilo de que abririam mão e aquilo que receberiam em troca não dependeria dos princípios abstractos do direito internacional, mas da sua avaliação do poder e margem de manobra da outra parte. Nos aspectos em que não sentissem resistência, continuariam a receber.

O nosso primeiro dia em Pequim acabou com o jantar solene da praxe, arrematado por um programa cultural que incluiu ópera chinesa, uma rapsódia de grupos de dança tibetanos, uigures e mongóis (prestável, o mestre de cerimónias salientou que todas as minorias eram respeitadas na China, o que teria sido uma boa notícia para os milhares de prisioneiros

políticos tibetanos e uigures) e uma versão do *I Just Called to Say I Love You* de Stevie Wonder em minha honra («Sabemos que é o seu preferido», disse o presidente Hu, inclinando-se para mim). Depois de dias na estrada a sofrer com a diferença horária, toda a nossa equipa estava a gastar os últimos cartuchos. Na mesa ao lado da nossa, Larry Summers dormia profundamente, a boca aberta e a cabeça caída para trás, levando Favs a mandar um *e-mail* para quem tinha *BlackBerrys* fornecidos pelo Governo: «Parece que ALGUÉM está a precisar de um segundo estímulo.»

Atordoados, mas determinados, na manhã seguinte, todos (incluindo Larry) enfrentaram os efeitos da diferença horária para visitar uma secção da Grande Muralha ali próxima. Estava um dia frio, o vento cortante, o sol fraco num céu pardacento, e ninguém falou muito enquanto caminhávamos penosamente pelas íngremes muralhas que serpenteavam ao longo do cume da montanha. O nosso guia explicou que havia secções da Grande Muralha que tinham sido mantidas desde 200 a. C., mas o trecho no qual estávamos remontava ao século XV e representava um esforço feito pela dinastia Ming para impedir a entrada dos invasores mongóis e manchus. A muralha resistira durante centenas de anos. Isto levou Reggie a perguntar-me como acabara a dinastia Ming.

— Conflitos internos — respondi. — Lutas de poder, corrupção, aldeãos famintos porque os ricos ficaram gananciosos ou simplesmente não se importaram…

— O costume, então — atalhou Reggie.

Assenti com a cabeça.

— O costume.

PELAS SUAS CARACTERÍSTICAS, a presidência muda os nossos horizontes temporais. Raramente os nossos esforços dão frutos no imediato: o âmbito

dos problemas que nos caem na secretária é demasiado vasto para isso; os factores em jogo, demasiado variados. Aprendemos a medir os progressos em passos menores — cada um dos quais pode demorar meses a concretizar, nenhum dos quais merecedor de muita atenção do público — e a reconciliar-nos com a ideia de que atingir a nossa derradeira meta, se alguma vez for atingida, pode demorar um ou dois anos ou até mesmo um mandato inteiro.

Esta verdade reflecte-se mais na política externa. Por isso, quando, na Primavera de 2010, começámos a ver resultados das nossas principais iniciativas diplomáticas, senti-me bastante encorajado. Tim Geithner deu conta de que os Chineses tinham começado, aos poucos, a deixar valorizar a sua moeda. Em Abril, regressei a Praga, onde eu e o presidente russo Medvedev realizámos uma cerimónia de assinatura do novo START, que reduziria o número de ogivas nucleares em um terço para cada um dos lados, com mecanismos de inspecção rigorosos para garantir a conformidade.

E, em Junho, com os votos essenciais da Rússia e da China, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1929, que impunha sanções inauditas ao Irão, incluindo uma interdição de venda de armas, uma suspensão dos bancos iranianos de novas actividades financeiras internacionais e um amplo mandado para proibir qualquer comércio que pudesse ajudar o Irão a expandir o seu programa de armas nucleares. Seriam precisos dois anos para o Irão sentir os efeitos completos das sanções, mas, em conjugação com um novo conjunto de sanções dos EUA, agora dispúnhamos de todas as ferramentas necessárias para refrear a economia do Irão a menos que o país decidisse negociar ou até isso acontecer. Também me proporcionou uma fundamentação lógica para recomendar paciência nas conversas com os Israelitas e outros que

encaravam a questão nuclear como uma útil desculpa para um confronto militar entre os EUA e o Irão.

Conseguir o apoio da Rússia e da China fora um esforço conjunto. Hillary Clinton e Susan Rice passaram horas incontáveis a adular, a lançar charme e, de vez em quando, a ameaçar os seus homólogos russos e chineses. McFaul, Burns e Samore disponibilizaram um apoio estratégico e técnico fundamental, ajudando-nos a derrubar ou a contornar as objecções que os negociadores russos e chineses pudessem levantar. E a minha relação com Medvedev deu provas de ser decisiva para implementar as sanções com cariz definitivo. À margem da cimeira internacional na qual participei, os dois conseguimos arranjar tempo para resolver impasses nas negociações; conforme nos aproximámos do voto do Conselho de Segurança, parecia que falávamos ao telefone uma vez por semana («Estamos a ficar com os ouvidos doridos», gracejou ele, no fim de uma sessão do tipo maratona). Por diversas vezes, Medvedev acabou por ir mais longe do que Burns ou McFaul pensaram ser possível, considerando a longa relação de Moscovo com o Irão e os milhões que os fabricantes de armas russos bem relacionados corriam o risco de perder, assim que as novas sanções entrassem em vigor. A 9 de Junho, o dia do voto do Conselho de Segurança, Medvedev espantou-nos outra vez ao anunciar o cancelamento da venda dos mísseis *S-300* ao Irão, uma inversão não só da sua posição anterior, mas também da de Putin. Para compensar algumas das perdas russas, concordámos em levantar sanções existentes a várias empresas russas que tinham vendido armas ao Irão; também assumi o compromisso de acelerar as negociações para a entrada tardia da Rússia na OMC. Além disso, ao juntar-se a nós na questão do Irão, Medvedev mostrou-se disposto a arriscar a sua presidência com uma relação mais próxima com os Estados

Unidos — um sinal promissor de futura colaboração nas nossas outras prioridades internacionais.

— Desde que o Putin não o reprima — disse eu a Rahm.

A aprovação das sanções, a assinatura do novo START, alguns sinais de a China melhorar as suas práticas comerciais: não eram propriamente vitórias que mudariam o mundo. Certamente nenhuma delas mereceria o Prémio Nobel — apesar disso, se tivessem acontecido oito ou nove meses antes, eu ter-me-ia sentido um pouco menos acanhado em receber o prémio. No máximo, tratava-se de pedras basilares, etapas de um longo e inexplorado caminho. Conseguiríamos criar um futuro sem armas nucleares? Poderíamos evitar outra guerra no Médio Oriente? Haveria uma maneira de coexistir pacificamente com os nossos rivais mais formidáveis? Nenhum de nós sabia as respostas, mas, pelo menos para já, parecia que estávamos a fazer progressos.

CAPÍTULO 21

CERTA NOITE, AO JANTAR, Malia perguntou-me o que eu iria fazer em relação aos tigres.

— O que queres dizer com isso, querida?

— Bem, tu sabes que são os meus animais preferidos, não sabes?

Anos antes, durante a nossa visita natalícia anual ao Havai, a minha irmã Maya levara Malia, então com quatro anos, ao zoológico do Honolulu. Era um lugar pequeno, mas encantador, escondido num canto do parque Kapi'olani, perto de Diamond Head. Em criança, eu passara horas naquele sítio, a trepar aos banianos, a dar de comer aos pombos que se bamboleavam pelo relvado, a uivar para os gibões de patas compridas no alto das canas de bambu. Durante a visita, Malia apaixonara-se por um dos tigres e a tia dela comprara-lhe uma pequena versão de peluche do grande felino na loja de recordações. O *Tigre* tinha as patas grossas, a barriga bojuda e um sorriso insondável digno da Mona Lisa, e ele e Malia eram inseparáveis, apesar de quando nos mudámos para a Casa Branca já ter o pêlo um pouco coçado, tendo sobrevivido a restos de comida caídos, quase se ter perdido por diversas vezes quando ela dormia em casa de alguma amiga, passado por várias lavagens e sido vítima de um breve rapto perpetrado por um primo traquinas.

Eu tinha bastante afeição pelo *Tigre*.

— Ora bem — continuou Malia —, eu fiz um trabalho sobre tigres para a escola e eles estão a perder o seu *habitat* porque as pessoas andam a derrubar as florestas. E a situação está a piorar porque o planeta está a ficar

mais quente por causa da poluição. Além disso, as pessoas matam-nos e vendem as suas peles e ossos e coisas. Por isso, os tigres estão quase a ficar extintos, o que seria terrível. E como tu és o presidente, devias tentar salvá-los.

— Devias fazer alguma coisa, papá — concordou Sasha.

Eu olhei para Michelle e ela encolheu os ombros.

— Tu *és* o presidente — disse.

A VERDADE É QUE fiquei reconhecido por as minhas jovens filhas não se coibirem de sublinhar a responsabilidade dos adultos que as rodeavam na ajuda à preservação de um planeta saudável. Apesar de ter vivido quase sempre em cidades, muitas das minhas melhores memórias envolvem a vida ao ar livre. Parte disso deve-se tão-só à minha educação no Havai, onde as caminhadas pelas luxuriantes florestas de montanha ou as tardes a desbravar ondas azul-turquesa são um direito de nascença, tão fácil como sair pela porta da frente, prazeres gratuitos que não pertenciam a ninguém, que eram de todos. O tempo que passei na Indonésia, a correr por campos de arrozais enquanto os búfalos me olhavam com os focinhos cobertos de lama, reforçara o amor pelo ar livre; tal como as viagens que fiz nos meus 20 anos, uma época em que — graças à falta de algo que me prendesse e à tolerância a alojamentos baratos — tivera a oportunidade de percorrer a pé os trilhos dos Apalaches, andar de canoa pelo Mississípi e ver o nascer do Sol no Serengeti.

A minha mãe reforçou esta afinidade com o mundo natural. Na grandiosidade da sua concepção — na estrutura de uma folha, nos esforços de formigueiro, no brilho de um luar leitoso — ela experienciava o prodígio e a modéstia que outros reservavam ao culto religioso e, quando éramos jovens, falara-me e a Maya sobre os danos que os humanos podem causar

quando são negligentes a construir cidades, a fazer perfurações para captação de petróleo ou a livrar-se do lixo («Apanha aquele papel de rebuçado, Bar!»). Costumava também salientar como as consequências desses danos acabavam por recair sobretudo sobre os pobres, que não podiam escolher o sítio onde viviam nem proteger-se do ar poluído e da água contaminada.

Mas, se a minha mãe era uma ambientalista de coração, não me recordo de alguma vez ter aplicado tal epíteto a si mesma. Talvez por ter feito a maior parte da sua carreira na Indonésia, onde os perigos da poluição perdiam importância face a riscos mais imediatos, como a fome. Para milhões de aldeãos que passavam dificuldades em países em vias de desenvolvimento, o aparecimento de um gerador eléctrico a carvão ou de uma nova fábrica poluente representava muitas vezes a sua melhor oportunidade de ganhar mais algum dinheiro e conseguir alívio de uma labuta extenuante. Para eles, a preocupação em manter as paisagens imaculadas e a vida selvagem exótica era um luxo a que apenas os ocidentais se podiam entregar.

— Não é possível salvar árvores ignorando as pessoas — costumava dizer a minha mãe.

Esta noção — de que, para a maioria das pessoas, a preocupação com o ambiente só vinha depois de suprirem as suas necessidades materiais básicas — nunca me largou. Anos mais tarde, era eu organizador comunitário, ajudei a mobilizar residentes de bairros sociais para pressionarem no sentido da erradicação de amianto dos seus edifícios. Na legislatura estadual, revelei-me um voto «verde» tão fiável que a League of Conservation Voters me apoiou publicamente quando me candidatei ao Senado dos EUA. Quando cheguei a Capitol Hill, critiquei os esforços da administração de Bush para enfraquecer várias leis antipoluição e defendi

os esforços de preservação dos Grandes Lagos. Mas em nenhuma fase da minha carreira política fiz das questões ambientais o meu cavalo de batalha. Não por não as considerar importantes, mas porque para os meus eleitores, muitos dos quais eram da classe operária, a má qualidade do ar ou a poluição industrial eram secundárias em relação a melhor habitação, educação, cuidados de saúde e emprego. Calculei que outra pessoa poderia preocupar-se com as árvores.

As realidades sinistras das alterações climáticas obrigaram-me a uma mudança de perspectiva.

Todos os anos, parecia que o prognóstico piorava, enquanto uma nuvem cada vez maior de dióxido de carbono e outros gases com efeito de estufa — emitidos por centrais eléctricas, fábricas, automóveis, camiões, aviões, exploração pecuária intensiva, desflorestação e todos os outros traços distintivos do crescimento e da modernização — contribuía para temperaturas nunca vistas. Quando me candidatei à presidência, o consenso inequívoco entre os cientistas era de que, se não se adoptassem medidas internacionais arrojadas e coordenadas para redução das emissões, era certo que as temperaturas globais subiriam mais dois graus Celsius em poucas décadas. Ultrapassado esse ponto, o planeta poderia registar uma aceleração do degelo das calotas polares, um aumento do nível da água do mar e uma ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos de que não haveria retorno.

Era difícil de prever o preço a pagar pelos humanos por uma rápida transformação climática, mas as melhores estimativas apontavam para uma conjugação infernal de graves inundações na orla costeira, secas, incêndios incontroláveis e tufões capazes de desalojar milhões de pessoas e ultrapassar a capacidade da maioria dos Governos. Por seu turno, isto aumentaria o risco de conflitos globais e pandemias. Ao ler a literatura,

imaginei caravanas de almas perdidas a vaguear por uma Terra depauperada à procura de terra arável, catástrofes frequentes com a dimensão do *Katrina* em todos os continentes, nações insulares engolidas pelo mar. Interroguei-me o que aconteceria ao Havai, ou aos grandes glaciares do Alasca, ou à cidade de Nova Orleães. Imaginei Malia, Sasha e os meus netos a viver num mundo mais cruel e perigoso, desprovido de muitas das maravilhosas paisagens que eu em jovem tomara por adquiridas.

Decidi então que, se tinha aspirações a liderar o mundo livre, teria de tornar as alterações climáticas uma prioridade da minha campanha e da minha presidência.

Mas como? As alterações climáticas são precisamente uma daquelas questões pelas quais os Governos são conhecidos por lidarem de maneira errada, uma vez que exigem que os políticos ponham em vigor políticas disruptivas, dispendiosas e impopulares no intuito de impedir uma crise prolongada no futuro. Graças ao trabalho de alguns líderes previdentes, como o antigo vice-presidente Al Gore, cujos esforços para esclarecer o público sobre o aquecimento global lhe valeram o Prémio Nobel da Paz e que permaneceu activo na luta para mitigar as mudanças climáticas, a consciencialização estava a crescer aos poucos. Os eleitores mais jovens e progressistas eram especialmente receptivos aos apelos à acção. Não obstante, havia grupos de interesses democratas fundamentais — sobretudo os grandes sindicados industriais — que ofereciam resistência a quaisquer medidas ambientais que pudessem ameaçar os empregos dos seus associados, e vimos nas sondagens que realizámos no início da minha campanha que o eleitor democrata médio colocava o clima no fim da sua lista de preocupações.

Os eleitores republicanos eram ainda mais cépticos. Houvera uma época em que o papel do Governo federal na protecção do ambiente beneficiara

do apoio dos dois partidos. Em 1970, Nixon trabalhara com um Congresso democrata para criar a Agência de Protecção Ambiental (EPA). Em 1990, George H. W. Bush defendera um reforço da lei sobre a qualidade do ar, a Lei do Ar Limpo. Mas esses tempos já lá iam. Consoante a base eleitoral do Partido Republicano mudava para o sul e para o ocidente — onde os esforços federais de conservação há muito tinham exasperado as petrolíferas, os interesses mineiros, os empreiteiros e os rancheiros —, o partido passou a encarar a protecção ambiental como outra frente da guerra partidária. A imprensa conservadora começou a retratar as alterações climáticas como um embuste que visava exterminar empregos, forjado por extremistas que se abraçavam a árvores. As grandes petrolíferas canalizaram milhões de dólares para uma teia de grupos de reflexão e empresas de relações públicas empenhadas em toldar os factos sobre as alterações climáticas. Em contraste com o seu pai, George W. Bush e membros da sua administração minimizaram activamente a importância de um planeta em aquecimento e recusaram-se a envolver-se em esforços internacionais para diminuir a libertação de gases com efeitos de estufa, apesar do facto de, na primeira metade da sua presidência, os Estados Unidos serem o principal emissor de dióxido de carbono. Quanto aos republicanos do Congresso, o simples facto de se reconhecer a realidade de as alterações climáticas terem origem humana levantava as suspeitas de activistas do partido, e as sugestões de mudanças nas políticas para resolver o problema poderiam valer um adversário nas primárias.

— Somos como democratas pró-vida — disse-me certo dia, pesaroso, um antigo colega republicano do Senado com um registo de votos nominalmente pró-ambiental. — Não tarda, estaremos extintos.

Face a estas realidades, eu e a minha equipa tínhamos feito os possíveis para destacar as alterações climáticas durante a campanha sem que isso nos

custasse demasiados votos. Mostrei-me a favor de um ambicioso sistema desenvolvido para dar às empresas um incentivo para reduzirem a emissão de gases com efeito de estufa, mas evitei entrar em pormenores que pudessem proporcionar a futuros adversários um suculento motivo de ataque. Em discursos, minimizei o conflito entre as medidas climáticas e o crescimento económico e fiz questão de enfatizar os benefícios não ambientais de melhorar a eficiência energética, incluindo o seu potencial para reduzir a nossa dependência do petróleo estrangeiro. E, num aceno aos centristas, prometi uma política energética «inclusiva» que permitiria o desenvolvimento contínuo da produção de petróleo e gás nacionais consoante a América fazia a transição para a energia limpa — posições impopulares entre os ambientalistas, mas extremamente importantes para o eleitorado dos Estados indecisos.

O meu discurso optimista sobre uma mudança indolor para um futuro livre de carbono desencadeou o descontentamento de activistas das alterações climáticas, que esperavam ouvir-me fazer um apelo a maiores sacrifícios e escolhas difíceis — incluindo uma moratória ou mesmo uma proibição da extracção de petróleo e gás — para fazer face a uma ameaça existencial. Num mundo perfeitamente racional, isso poderia ter sentido. No mundo real e altamente irracional da política americana, eu e a minha equipa tínhamos a certeza absoluta de que pintar cenários apocalípticos era uma má estratégia eleitoral.

— Não faremos nada para proteger o ambiente — vociferara Plouffe quando questionado por um grupo de activistas —, se perdermos o Ohio e a Pensilvânia!

COM A ECONOMIA numa curva descendente, as políticas em torno das alterações climáticas pioraram ainda mais, depois das eleições («Ninguém

quer saber de painéis solares no telhado quando corre o risco de perder a casa toda», disse Axe, sem papas na língua), e a imprensa especulava que poderíamos pôr a questão em segundo plano. Suponho que seja um sinal da minha presunção de então e da importância do assunto que essa ideia nunca me tenha passado pela cabeça. Pelo contrário, disse a Rahm para pôr as alterações climáticas no mesmo patamar de prioridade que os cuidados de saúde e começar a reunir uma equipa capaz de fazer a agenda avançar.

Começámos com o pé direito quando convencemos Carol Browner — que presidira à EPA durante a administração Clinton — a ocupar o novo cargo de «czar do clima» da Casa Branca, coordenando os nossos esforços entre organismos fulcrais. Alta e esbelta, com uma cativante mescla de energia nervosa e entusiasmo voluntarioso, Carol conhecia a questão a fundo, tinha contactos em Capitol Hill e gozava de credibilidade junto de todos os principais grupos de protecção do ambiente. Para dirigir a EPA, nomeei Lisa Jackson, uma engenheira química afro-americana que passara quinze anos na agência e mais tarde se tornara comissária para a protecção ambiental de Nova Jérsia. Era uma experiente operadora política, com o charme e o humor fácil da Nova Orleães onde nascera. Para compreender totalmente as fronteiras científicas envolvidas na transformação do sector da energia americano, contámos com o meu secretário da Energia, Steve Chu, um físico de Stanford galardoado com o Prémio Nobel e antigo director do conceituado Berkeley National Laboratory da Califórnia. Steve tinha o aspecto de um académico, com óculos de aros de arame e um ar circunspecto, mas ligeiramente distraído e, mais do que uma vez, os colaboradores tiveram de procurá-lo pelo complexo da Casa Branca porque ele perdera a noção do tempo e afastara-se no preciso momento em que íamos começar uma reunião. Mas era inteligente como o seu currículo indicava, com um dom para explicar tópicos altamente técnicos em termos

que os humanos com menos massa encefálica como eu conseguiam compreender.

Com Carol a encabeçar o projecto, o nosso grupo de especialistas para as alterações climáticas propôs um pacote abrangente de políticas que incluía, entre outras medidas, a definição de um limite máximo para as emissões de carbono, que — se votado ao sucesso — poderia reduzir em 80 por cento as emissões de gases com efeito de estufa nos EUA até 2050. Não seria o suficiente para impedir que a temperatura do planeta subisse mais de dois graus Celsius, mas pelo menos poria o mecanismo em marcha e proporcionaria um quadro para cortes mais agressivos no futuro. Igualmente importante, estabelecer uma meta ambiciosa, mas realista, proporcionaria à América o posicionamento que lhe permitiria instigar os outros maiores emissores do mundo — sobretudo a China — a seguir o nosso exemplo. O objectivo era negociar e assinar um importante acordo internacional para o clima antes de o meu mandato chegar ao fim. Começámos pela Lei da Recuperação, compreendendo que tínhamos uma oportunidade de conceder incentivos para transformar o sector da energia, fazendo investimentos em investigação e desenvolvimento de energias limpas que conduziriam a grandes reduções do custo da energia eólica e solar. O nosso cálculo foi simples: para atingirmos as nossas metas de redução dos gases com efeito de estufa, teríamos de acabar com a dependência da economia americana relativamente aos combustíveis fósseis, e isso não seria possível sem alternativas eficazes.

Convém não esquecer que, em 2009, os automóveis eléctricos ainda eram novidade, os fabricantes de painéis solares representavam um pequeno nicho de mercado e a energia solar e eólica contribuía apenas com uma fracção da produção total de electricidade da América, em parte porque continuava a ser mais cara do que a energia dos geradores a carvão e

petróleo, mas também porque existiam dúvidas legítimas quanto à sua fiabilidade quando não havia sol ou vento. Os especialistas estavam convictos de que os custos continuariam a descer, conforme se criassem mais geradores de energia limpa, e de que o desenvolvimento de tecnologias de armazenamento em baterias mais eficientes poderia resolver o problema da fiabilidade. Porém, a construção de novas centrais eléctricas tinha custos elevados, tal como a investigação e o desenvolvimento em energia, e nem os investidores do sector privado nem as principais empresas de abastecimento tinham revelado grande interesse em fazer o que pareciam ser apostas arriscadas. Para mais nessa altura, quando até mesmo as empresas de energia limpa de maior sucesso atravessavam dificuldades para se manterem no activo.

Na realidade, praticamente todas as empresas de energias renováveis, desde os fabricantes de veículos avançados aos produtores de biocombustível, se deparavam com o mesmo dilema: por muito boa que fosse a sua tecnologia, continuavam a ter de operar numa economia que, durante mais de um século, se alicerçara quase totalmente no petróleo, no gás e no carvão. Esta desvantagem estrutural foi simplesmente o resultado de forças do mercado livre. Os Governos federais, estaduais e locais tinham investido biliões de dólares — através de subsídios directos e benefícios fiscais ou da construção de infra-estruturas como oleodutos, auto-estradas e terminais portuários — para ajudar a manter a oferta ininterrupta e a constante procura de combustíveis fósseis de baixo custo. As petrolíferas americanas eram das empresas mais rentáveis do mundo e, mesmo assim, recebiam anualmente milhões em benefícios fiscais. Para ter uma oportunidade de concorrência leal, o sector da energia limpa precisava de um bom empurrão.

Era isso que esperávamos que a Lei da Recuperação proporcionasse.

Dos 800 mil milhões de dólares de incentivos disponíveis, encaminhámos mais de 90 mil milhões para iniciativas de energias limpas em todo o país. No espaço de um ano, uma unidade da Maytag no Iowa, que eu visitara durante a campanha e fora encerrada por causa da recessão, estava outra vez a laborar, com os operários a produzir turbinas eólicas de tecnologia de ponta. Financiámos a construção de um dos maiores parques eólicos do mundo. Subscrevemos o desenvolvimento de novos sistemas de armazenamento em baterias e preparámos o mercado para camiões, autocarros e automóveis eléctricos e híbridos. Financiámos programas para tornar os edifícios e as empresas mais eficientes em termos energéticos e colaborámos com o Tesouro para converter temporariamente o crédito fiscal federal existente para energia limpa num programa de pagamentos directos. No Departamento de Energia, utilizámos fundos da Lei da Recuperação para lançar a Agência de Projectos de Pesquisa Avançada — Energia (ARPA-E), um programa de investigação de alto risco e elevada recompensa modelado a partir do DARPA, o famoso esforço do Departamento de Defesa lançado depois do Sputnik, que ajudou a desenvolver não apenas sistemas de armas avançadas como a tecnologia *stealth*, mas também uma iteração precoce da Internet, activação automática por voz e GPS.

Era entusiasmante, apesar de a nossa busca de descobertas inovadoras no sector da energia capazes de mudar as regras do jogo ser, muito provavelmente, garantia de que alguns investimentos feitos ao abrigo da Lei da Recuperação não teriam retorno. O fiasco mais flagrante envolveu uma decisão de expandir um programa de empréstimos do Departamento de Energia iniciado durante a administração Bush que disponibilizava capital de exploração a longo prazo a empresas de energia limpa promissoras. Na globalidade, o Programa de Garantia de Empréstimos do Departamento de

Energia apresentaria um impressionante registo, ajudando empresas inovadoras como o fabricante de automóveis Tesla a elevar a sua empresa ao patamar seguinte. A taxa de incumprimento destes empréstimos era de uns ínfimos três por cento e a ideia era que os sucessos do fundo mais do que compensassem os poucos fracassos.

Infelizmente, um dos maiores incumprimentos aconteceria durante a minha presidência: um colossal empréstimo de 535 milhões de dólares a uma empresa de painéis solares chamada Solyndra. A empresa patenteara aquela que era então uma tecnologia revolucionária, mas é claro que o investimento acarretava riscos. Quando os Chineses inundaram os mercados com painéis solares baratos, amplamente subsidiados, de seu próprio fabrico, a Solyndra começou a vacilar e, em 2011, entrou em insolvência. Considerando a dimensão do incumprimento — já para não falar do facto de a minha equipa ter organizado uma visita às instalações da empresa na Califórnia precisamente quando os primeiros sinais de alerta começavam a soar —, a Solyndra acabou por se tornar um pesadelo de relações públicas. A imprensa passou semanas a dar destaque à notícia e os republicanos ficaram radiantes.

Tentei encarar a situação com calma. Fiz um esforço para não esquecer que era inevitável que nem tudo funcionasse exactamente como planeado durante a presidência. Até mesmo as iniciativas de sucesso — bem executadas e com a melhor das intenções — revelavam geralmente alguma falha oculta ou consequência imprevista. Para concretizar planos era necessário sujeitar-me a críticas e a alternativa — jogar pelo seguro, evitar a controvérsia, seguir as sondagens —, além de ser uma receita para a mediocridade, era também uma traição às esperanças dos cidadãos que me tinham elegido.

Não obstante, com o passar do tempo, não consegui deixar de me

enfurecer (às vezes conseguia mesmo imaginar-me com fumo a sair pelas orelhas, como nos desenhos animados) com o modo como o fracasso da Solyndra conseguiu obscurecer o extraordinário sucesso da Lei da Recuperação na galvanização do sector da energia limpa. Logo no seu primeiro ano, a nossa «tentativa de energia limpa» começara a impulsionar a economia, a gerar emprego, a desencadear um pico de produção de energia solar e eólica, bem como a dar um passo em frente em termos de eficiência energética, e a mobilizar um arsenal de novas tecnologias para ajudar a combater as alterações climáticas. Fiz discursos pelo país, explicando a importância de tudo isto. Apetecia-me gritar: «Está a resultar!» Porém, excluindo os ambientalistas e as empresas de energia limpa, ninguém parecia importar-se. Foi bom saber, como um executivo nos asseverou, que sem a Lei da Recuperação «toda a indústria solar e eólica dos EUA provavelmente teria sido aniquilada». Isso não me impediu de me interrogar durante quanto tempo poderíamos continuar a defender políticas que tinham resultados a longo prazo, mas que, de algum modo, eram criticadas.

O NOSSO INVESTIMENTO em energia limpa era apenas o primeiro passo para atingirmos as nossas metas de emissões de gases com efeito de estufa. Também tínhamos de mudar os hábitos energéticos quotidianos da América, quer isso significasse as empresas repensarem o modo como aqueciam e arrefeciam os seus edifícios ou as famílias decidirem comprar um carro ecológico. Esperávamos alcançar alguns destes objectivos através de uma proposta de lei sobre as alterações climáticas, concebida para levar os incentivos à utilização de energia limpa a todos os sectores da economia. Mas, segundo Lisa e Carol, nem precisávamos de esperar pelo Congresso para alterar pelo menos alguns comportamentos das empresas e dos

consumidores. Só tínhamos de tirar todo o partido dos nossos poderes reguladores, ao abrigo das leis existentes.

A mais importante dessas leis era a Lei do Ar Limpo, a legislação de 1963 que representou um marco e autorizava o Governo federal a monitorizar a poluição atmosférica, conduzindo à criação de normas de qualidade do ar na década de setenta. A lei, que fora reiterada com o apoio dos dois partidos no Congresso em 1990, afirmava que a EPA «deverá, por regulamento», definir normas para refrear as emissões dos automóveis que «no [seu] entender provoquem ou contribuam para uma poluição atmosférica que se possa, dentro do razoável, esperar pôr em perigo a saúde ou o bem-estar públicos».

Para quem acreditava na ciência do clima, o dióxido de carbono que saía dos tubos de escape dos automóveis entrava indubitavelmente na categoria de poluição atmosférica. Ao que tudo indica, o administrador da EPA do presidente Bush não (não acreditava na ciência, quero eu dizer). Em 2003, determinou que a Lei do Ar Limpo não se destinava a conferir à agência autoridade para regulamentar os gases com efeito de estufa e, mesmo que conferisse, ele não a teria utilizado para mudar as normas relativas às emissões. Vários Estados e organizações ambientalistas intentaram uma acção e, no parecer de 2007 de *Massachusetts* vs. *EPA*, uma escassa maioria do Supremo Tribunal dos EUA decidiu que a EPA do presidente Bush não aplicara um «juízo fundamentado» baseado na ciência ao tomar a sua decisão e ordenou que a agência voltasse atrás e fosse fazer de novo o trabalho de casa.

Durante os dois anos seguintes, a administração Bush nada fez, mas nós encontrávamo-nos agora em posição de pôr em prática a decisão do Supremo Tribunal. Lisa e Carol recomendaram que reuníssemos evidências científicas, provássemos que os gases com efeito de estufa estavam sujeitos

a regulação da EPA e utilizássemos de imediato essa autoridade para criar normas mais exigentes em termos de eficiência de combustível para todos os veículos ligeiros ou pesados construídos ou vendidos nos Estados Unidos. As circunstâncias não podiam ser mais favoráveis para esse tipo de legislação: apesar de os fabricantes de automóveis dos EUA e o sindicato United Auto Workers (UAW) se oporem de um modo geral a normas mais exigentes para a eficiência em termos de consumo de combustível, a minha decisão de continuar a dedicar milhares de milhões de fundos do TARP para manter a sua indústria à tona deixara-os mais «receptivos», como Carol, delicadamente, dissera. Lisa achava que, se agíssemos com rapidez suficiente, poderíamos ter regulamentos em vigor antes de os fabricantes lançarem os modelos para o ano seguinte. A resultante redução poderia poupar cerca de 1,8 mil milhões de barris de crude e reduzir as emissões anuais de gases com efeito de estufa em 20 por cento. Além disso, estabeleceríamos um precedente útil para a EPA regulamentar outras fontes de gases com efeito de estufa nos próximos anos.

Para mim, o plano era simples, mas concordei com Rahm no sentido em que, mesmo com os fabricantes de automóveis do nosso lado, o facto de a EPA emitir novas normas para o consumo de combustível provocaria muito ruído político. Afinal de contas, os líderes do Partido Republicano consideravam que a diminuição de regulamentos federais era uma prioridade, juntamente com baixar os impostos para os ricos. Grupos empresariais e importantes financiadores conservadores, como os irmãos Koch, tinham investido bastante numa campanha de décadas para fazer com que a palavra «regulamentação» fosse uma ofensa; não era possível abrir as páginas do *The Wall Street Journal* sem encontrar algum tipo de ataque a um «Estado regulador» fora de controlo. Para a turba anti-regulamentação, os prós e os contras das normas mais exigentes para a eficiência em termos

de consumo de combustível eram menos importantes do que aquilo que uma nova regra simbolizava: outro exemplo de burocratas de Washington não eleitos a tentar microgerir as vidas das pessoas, exaurir a vitalidade económica da América, violar direitos de propriedade privada e deturpar a visão dos Pais Fundadores de um Governo representativo.

Não prestei grande atenção a tais argumentos. Já na Era Progressista os consórcios petrolíferos e os monopólios ferroviários tinham utilizado nomenclatura semelhante para atacar os esforços do Governo no sentido da diminuição do seu domínio da economia dos EUA, assim como os adversários do *New Deal* de Roosevelt. Porém, ao longo do século XX, lei após lei e em colaboração com presidentes dos dois partidos, o Congresso continuara a delegar a autoridade de regulamentação e aplicação da mesma a um acervo de agências especializadas, desde a Comissão Reguladora dos Mercados dos EUA à Agência para a Segurança e Saúde no Trabalho e à Administração Federal de Aviação. O motivo era simples: consoante a sociedade se foi tornando mais complexa, as empresas, mais poderosas e os cidadãos passaram a exigir mais do Governo, os representantes eleitos simplesmente deixaram de ter tempo para regulamentar indústrias tão diversas. Também não dispunham dos conhecimentos especializados necessários para definir regras de justiça negocial em mercados financeiros, avaliar a segurança do mais recente dispositivo médico, tirar ilações de novos dados sobre poluição ou prever todas as maneiras como as entidades patronais poderiam discriminar os seus colaboradores com base na raça ou no género.

Por outras palavras, se queríamos um Governo de qualidade, a especialização tinha importância. Eram necessárias instituições públicas com pessoas cuja tarefa fosse prestar atenção a coisas importantes, de maneira a que os restantes concidadãos não precisassem de o fazer. E foi

graças a esses especialistas que os americanos puderam preocupar-se menos com a qualidade do ar que respiravam ou da água que bebiam, que puderam recorrer quando os patrões não pagavam as horas extra que lhes eram devidas e que puderam confiar que os medicamentos de venda livre não os matariam, e foi também graças a eles que conduzir um automóvel ou fazer uma viagem num voo comercial se tornou exponencialmente mais seguro hoje do que há apenas vinte ou trinta anos. O «Estado regulador» de que os conservadores tanto se queixavam tornou a vida na América muito melhor.

Não se quer com isto dizer que todas as críticas à regulamentação federal careciam de fundamento. Houve momentos em que a burocracia sobrecarregou desnecessariamente as empresas ou impediu a entrada de produtos inovadores no mercado. De facto, algumas regulamentações eram mais prejudiciais do que vantajosas. Os grupos ambientalistas em particular odiavam uma lei de 1980 que exigia que uma obscura subagência do ramo executivo denominada Gabinete de Informações e Assuntos Regulatórios (OIRA, no acrónimo inglês) realizasse uma análise custo-benefício a todas as novas regulamentações federais. Estavam convencidos de que o processo favorecia os interesses empresariais e tinham alguma razão, pois era muito mais fácil avaliar os lucros e perdas de uma empresa do que atribuir um preço à preservação de uma ave em vias de extinção ou à diminuição das probabilidades de uma criança ter asma.

Não obstante, por motivos de políticas e política, eu achava que os progressistas não se podiam dar ao luxo de ignorar a economia. Aqueles que acreditavam na capacidade do Governo para resolver problemas graves tinham a obrigação de prestar atenção ao impacto no mundo real das nossas decisões e não confiar apenas nas virtudes das nossas intenções. Se a regulamentação proposta por uma agência para preservar zonas pantanosas fosse roubar terras a uma exploração agrícola familiar, essa agência deveria

ter em consideração os prejuízos do agricultor antes de avançar com a medida.

Foi precisamente por me preocupar em fazer estas coisas com conta e medida que nomeei Cass Sunstein, ex-colega da Faculdade de Direito da Universidade de Chicago, para liderar o OIRA e ser o nosso especialista residente em custos-benefícios. Eminente académico constitucional, autor de uma dúzia de livros e muitas vezes apontado como futuro juiz do Supremo Tribunal, na verdade Cass pressionara no sentido de o nomear para o cargo no OIRA, uma indicação da sua paixão pelo serviço público, da sua indiferença em relação ao prestígio e do elevado quociente de «marrão» que o tornavam ideal para o cargo. (Além disso, era um doce de pessoa, um jogador de *squash* de classe mundial e a pessoa com a secretária mais desarrumada que alguma vez vi.) Ao longo dos três anos seguintes, Cass e a sua pequena equipa dariam o litro no minúsculo gabinete do OIRA, em frente ao edifício da Casa Branca, certificando-se de que as regulamentações propostas de facto ajudavam pessoas suficientes para justificar os respectivos custos. Além disso, incumbi-o da realização de uma análise pormenorizada a todas as regulamentações federais existentes, de maneira a podermos livrar-nos das que eram desnecessárias ou obsoletas.

Cass desenterrou alguns prodígios: antigos requisitos que forçavam os hospitais, médicos e enfermeiros a gastar mais de mil milhões de dólares todos os anos em formalidades burocráticas e ónus administrativos; uma bizarra regulamentação ambiental que classificava o leite como «petróleo», sujeitando os produtores de lacticínios a custos anuais superiores a 100 milhões de dólares; e um mandato descabido imposto aos camionistas que os obrigava a gastar 1,7 mil milhões de dólares em tempo desperdiçado a preencher documentação após cada viagem. Mas a grande maioria das regulamentações analisadas por Cass era válida e, no final da minha

presidência, até os analistas republicanos consideravam que os benefícios das nossas regulamentações justificavam os custos numa proporção de seis para um.

A proposta de Lisa e Carol para criar normas mais exigentes em termos de eficiência de combustível acabou por ser uma dessas regulamentações. Assim que lhes dei luz verde, meteram mãos à obra. Tiveram um excelente parceiro na pessoa de Ray LaHood, o meu secretário dos Transportes, antigo congressista de Peoria e um cavalheiro republicano da velha guarda, com uma natureza sociável e um fervoroso compromisso com o bipartidarismo que o tornaram popular entre as duas facções. Num soalheiro dia de Maio, fui até ao Roseiral acompanhado de um grupo de líderes da indústria automóvel, e ainda do presidente do sindicato UAW, para anunciar um acordo que, até 2016, melhoraria o consumo de combustível em todos os novos automóveis e comerciais ligeiros de 10,3 litros aos cem para 8 litros aos cem. O plano visava reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em mais de 900 milhões de toneladas ao longo da vida útil dos veículos novos, o equivalente a retirar das estradas 177 milhões de automóveis ou encerrar 194 centrais alimentadas por combustíveis fósseis.

Nesse dia, as declarações dos fabricantes de automóveis fizeram coro com as nossas, expressando a sua confiança na capacidade de cumprir as nossas metas e nos benefícios para as suas empresas de haver uma única norma nacional, em vez da anterior manta de retalhos de diferentes leis estaduais. A rapidez e a ausência de litígios na chegada a acordo apanharam os repórteres desprevenidos. Foram muitos os que perguntaram a Carol que papel o resgate do sector automóvel poderia ter tido no espoletar deste recém-conquistado estado de graça.

— Os resgates não foram referidos nem uma única vez, durante as

negociações — insistiu. Mais tarde, na Sala Oval, perguntei-lhe se o que dissera era verdade.

— Sem dúvida — respondeu. — É claro que não posso afirmar que os resgates nunca lhes tenham passado pela cabeça…

Entretanto, incumbi Steve Chu da missão de actualizar todas as normas de eficiência que conseguisse encontrar, recorrendo a uma lei poucas vezes implementada, de 1987, que conferia ao Departamento de Energia autoridade para definir normas de eficiência energética em tudo, desde lâmpadas a ares-condicionados comerciais. O homem parecia uma criança numa loja de guloseimas, regalando-se ao dar-me explicações pormenorizadas sobre os seus mais recentes feitos na definição de normas («Ficaria espantado com o impacto ambiental de uma simples melhoria de cinco por cento na eficiência dos frigoríficos!») Apesar de ser difícil igualar o seu entusiasmo em relação a máquinas de lavar e de secar roupa, os resultados foram mesmo extraordinários. Quando deixei o cargo, essas novas normas para electrodomésticos estavam implementadas, representando a eliminação da atmosfera de mais 210 milhões de toneladas de gases com efeito de estufa todos os anos.

Ao longo dos vários anos seguintes, os fabricantes de automóveis e de electrodomésticos atingiram, sem levantar grandes problemas e antes dos prazos estabelecidos, os mais elevados padrões de eficiência que definíramos, confirmando a asserção de Steve de que, quando aplicadas de forma apropriada, as normas de regulamentação ambiciosas de facto incitavam as empresas à inovação. Se os consumidores repararam que os modelos de automóveis ou os electrodomésticos mais eficientes em termos energéticos eram por vezes mais caros, não reclamaram; era provável que recuperassem a diferença com menos custos em electricidade e

combustível, além de que, de uma forma geral, os preços costumavam normalizar assim que as novas tecnologias passavam a ser a norma.

Para nosso espanto, até McConnell e Boehner não ficaram especialmente perturbados com as regulamentações para a energia — talvez por não acharem que era uma questão de vitória para eles e não quererem desviar as atenções dos seus esforços para derrotar o Obamacare. Nem todos os republicanos revelaram tal comedimento. Certo dia, Pete Rouse foi à Sala Oval para me mostrar clipes de vídeo da imprensa com vários comentários da congressista Michele Bachmann do Minnesota, fundadora da facção Tea Party da Câmara dos Representantes e eventual candidata republicana à presidência. Bachmann andara a desacreditar as ultramodernas lâmpadas eficientes em termos de energia como uma «intrusão ao estilo *Big Brother*» que ia contra os princípios americanos e era uma ameaça à saúde pública. Representavam também aquilo que ela alegava ser uma conspiração dos democratas para impor uma agenda radical de «sustentabilidade», segundo a qual os cidadãos dos EUA acabariam por se ver obrigados a «mudar para um núcleo urbano, viver em apartamentos, [e] ir de metropolitano ligeiro para os seus empregos públicos».

— Parece que descobriram o nosso segredo, Senhor Presidente — disse Pete.

Anuí com ar solene.

— É melhor escondermos os cestos de reciclagem.

EMBORA OS AUTOMÓVEIS e as máquinas de lavar louça que poupavam energia fossem um passo em frente, sabíamos que o derradeiro caminho para uma mudança duradoura dependia de aprovar legislação abrangente no Congresso. Havia um projecto de lei que abrangia todos os sectores da economia que contribuíam para as emissões de gases com efeito de estufa,

não apenas veículos e electrodomésticos. Além disso, as notícias e o diálogo público suscitados pelo processo legislativo ajudariam a dar ênfase a alguns dos perigos do aumento das temperaturas globais e, se tudo corresse bem, o Congresso sentir-se-ia responsável pelo resultado final. Talvez mais importante, a legislação federal teria uma aplicabilidade duradoura, ao contrário das regulamentações, que podiam ser revertidas unilateralmente por uma futura administração republicana.

É claro que a legislação dependia da nossa capacidade de ultrapassar o obstrucionismo do Senado e, ao contrário da situação com a Lei da Recuperação, em que, quando chegou o momento da verdade, conseguíramos reunir todos os votos democratas de que precisáramos, Harry Reid alertou-me para o facto de que, de certeza, perderíamos pelo menos dois democratas do Senado oriundos de Estados produtores de petróleo e carvão que enfrentavam reeleições difíceis. Para obter seis votos, teríamos de convencer pelo menos dois ou três republicanos a apoiar um projecto de lei a que a maioria dos seus eleitores se opunha terminantemente e que Mitch McConnell jurara derrotar.

No início, pelo menos, pensámos que a nossa melhor hipótese era o fulano que eu derrotara na corrida à presidência.

Durante a sua campanha, John McCain minimizara a importância do seu apoio à legislação relativa às alterações climáticas, sobretudo depois de escolher uma colega de corrida cuja política para a energia — «Perfura, querido, perfura!» — deu mostras de ser um favorito da malta republicana. Mas, justiça lhe seja feita, McCain nunca abandonara de todo a posição que reivindicara na sua carreira no Senado e, no (muito) breve lapso de boa vontade logo após as eleições, ele e eu falámos sobre colaborar na aprovação de um projecto de lei relativo ao clima. No momento da minha tomada de posse, alegadamente, McCain unira esforços com o seu

compincha do Senado, Joe Lieberman, visando a criação de uma alternativa bipartidária à legislação mais liberal que estava a ser proposta por Barbara Boxer, a democrata da Califórnia que presidira à Comissão para o Ambiente e as Obras Públicas.

Infelizmente, nos círculos do Partido Republicano, a marca do compromisso de bipartidarismo de McCain caíra em desuso. Os políticos de direita desprezavam-no mais do que nunca, culpando a sua falta de convicção conservadora pelas perdas republicanas na Câmara dos Representantes e no Senado. Em finais de 2009, um antigo congressista e locutor de rádio de direita chamado J. D. Hayworth propôs a possibilidade de se candidatar contra McCain nas primárias do Arizona no ano seguinte — o primeiro desafio de verdade que McCain enfrentara desde que entrara para o Senado, vinte e dois anos antes. Suponho que a afronta tenha deixado McCain irritadíssimo, mas o político que havia dentro dele obrigou-o a apressar-se a apoiar a direita, e juntar-se a mim na defesa de importante legislação ambiental certamente não contribuiria para isso. Não tardámos a saber pelo gabinete de Lieberman que não podíamos contar com o apoio de McCain para o projecto de lei.

Ao mesmo tempo, nem um único republicano da Câmara dos Representantes consideraria sequer co-patrocinar a legislação do clima. Isso deixou os dois democratas veteranos do comité relevante, Henry Waxman da Califórnia e Ed Markey do Massachusetts, conformados em lavrar um projecto de lei da sua própria autoria e aprová-lo exclusivamente com votos de democratas. A curto prazo, isso facilitou-nos a vida: em termos genéricos, Waxman e Markey estavam em consonância connosco no que tocava a políticas, os seus colaboradores sabiam o que estavam a fazer e receberam as nossas sugestões com agrado. Mas isso também significou que os dois congressistas sentiram pouca necessidade de considerar

opiniões menos liberais do que as que existiam na sua própria facção, originando a possibilidade de o projecto de lei da sua lavra poder acabar por se parecer com a lista de desejos de um grupo de ambientalistas e provocar paragens cardíacas em inúmeros democratas do Senado neutros.

Esperando ultrapassar um impasse Câmara/Senado, Rahm entregou a Phil Schiliro a pouco invejável tarefa de instigar Waxman a envidar diálogo com os prováveis patrocinadores de um projecto de lei do Senado, incluindo Lieberman, de maneira a podermos começar a mitigar as divergências entre os dois lados. Cerca de uma semana mais tarde, convoquei Phil à Sala Oval e perguntei como correra a conversa com Waxman. Phil deixou cair o corpo desengonçado no sofá, tirou uma maçã da fruteira que eu tinha na mesa de apoio e encolheu os ombros.

— Nada bem — disse, a voz a deixar transparecer em simultâneo um riso abafado e um suspiro. Antes de entrar para a equipa, Phil passara anos a trabalhar no gabinete de Waxman, mais recentemente como chefe de pessoal, pelo que se conheciam bem. Disse-me que Waxman lhe dera uma reprimenda, canalizando a frustração que os democratas da Câmara dos Representantes já sentiam em relação aos democratas do Senado (e a nós) por aquilo que consideravam ser uma ladainha de pecados prévios: minimizarem a Lei da Recuperação, não conseguirem sequer levar a votação vários projectos de lei da Câmara dos Representantes por receio de deixar os senadores moderados ou conservadores numa situação embaraçosa e, em termos gerais, por serem joguetes sem coragem.

— Ele disse que o Senado é «o lugar onde as boas ideias morrem» — informou Phil.

— Lá isso é verdade — atalhei.

— Teremos de ver isso numa comissão conjunta de resolução de

divergências, depois de cada organismo aprovar a sua própria proposta de lei — disse Phil, fazendo o seu melhor para transmitir um tom optimista.

Nos nossos esforços para manter os projectos de lei da Câmara dos Representantes e do Senado relativamente próximos, tivemos uma coisa a nosso favor: Lieberman e Boxer, bem como os democratas da Câmara dos Representantes e a maioria dos grupos de ambientalistas, tinham adoptado um sistema de «limitação e comércio» (*cap-and-trade*) semelhante ao que eu apoiara durante a campanha como mecanismo preferido para se conseguirem grandes reduções nas emissões de gases com efeito de estufa. Funcionava da seguinte forma: o Governo federal estabeleceria um limite para a quantidade de gases com efeito de estufa que as empresas poderiam emitir, deixando à consideração de cada empresa o modo como atingia essas metas. As empresas que ultrapassassem esses limites teriam de pagar uma coima. As empresas que se mantivessem abaixo desses limites poderiam vender os seus «créditos» de poluição não utilizados a empresas menos eficientes. Ao definir um preço para a poluição e criar um mercado para um comportamento amigo do ambiente, uma abordagem *cap-and-trade* dava às empresas um incentivo para desenvolverem e adoptarem as mais recentes tecnologias ecológicas; e, com cada avanço tecnológico, o Governo poderia baixar ainda mais os limites, incentivando um ciclo de inovação constante, num círculo virtuoso.

Havia outras maneiras de atribuir um preço à poluição resultante de gases com efeito de estufa. Alguns economistas achavam que era mais simples, por exemplo, aplicar um «imposto de carbono» a todos os combustíveis fósseis, desincentivando a sua utilização ao torná-los mais caros. Mas um dos motivos por que toda a gente convergira para esta proposta era que já fora aplicada com sucesso no passado — e por um presidente republicano, nem mais. Em 1990, a administração do presidente George H. W. Bush

implementara um sistema *cap-and-trade* para diminuir o dióxido de enxofre expelido pelas chaminés das fábricas que contribuía para a chuva ácida e estava a destruir os lagos e as florestas de toda a Costa Leste. Apesar das terríveis previsões de que a medida redundaria no encerramento de fábricas e despedimentos em massa, as empresas prevaricadoras não tardaram a encontrar maneiras rentáveis de adaptarem as suas fábricas e, em poucos anos, o problema da chuva ácida praticamente fora erradicado.

Estabelecer um sistema destes para as emissões de gases com efeito de estufa envolvia um novo nível de escala e complexidade. As batalhas sobre cada pormenor adivinhavam-se ferozes, com lobistas e todos os membros do Congresso de cujos votos necessitávamos a exigirem uma ou outra concessão. E, tal como a luta para aprovar legislação na área da saúde também me estava a ensinar, o simples facto de os republicanos em tempos terem apoiado uma política defendida por um dos seus não queria dizer que apoiariam *exactamente a mesma ideia* quando apresentada por um presidente democrata.

Não obstante, eu tinha de acreditar que a existência de um precedente de sucesso nos dava uma real oportunidade de chegar a acordo. Carol, Phil e o resto da equipa legislativa da Casa Branca passaram grande parte da Primavera de 2009 a andar de um lado para o outro entre organismos, a incitar à acção, a serenar ânimos e a proporcionar aos principais intervenientes e respectivos colaboradores todo o apoio técnico ou orientação política de que precisavam. Tudo isto estava a acontecer enquanto ainda tentávamos corrigir a economia, dar forma ao projecto de lei da saúde, formular o pacote da imigração, obter a confirmação de nomeados judiciais e avançar com uma dúzia de outras iniciativas menores no Congresso, o que testemunha o esforço da equipa. Além disso, conferia ao gabinete de Rahm — com uma decoração esparsa, latas de Coca-Cola

Diet e uma embalagem de comida deixada a meio — aquela atmosfera com excesso de cafeína de um centro de controlo de tráfego aéreo.

Então, num dia sufocante de Junho, os nossos esforços começaram a dar frutos. O Gabinete Social da Casa Branca organizara um piquenique para o pessoal no relvado virado a sul e eu tinha começado a circular pelo meio da multidão e a pegar em bebés ao colo e a posar para fotografias com os avós orgulhosos dos elementos da equipa quando Rahm atravessou o relvado a passos largos com uma folha de papel enrolada na mão.

— A Câmara dos Representantes acabou de aprovar a proposta de lei sobre o clima, Senhor Presidente — disse.

— Isso é óptimo! — exultei. — Como ficou a votação?

Rahm mostrou-me o registo de votos: 219 contra 212.

— Na realidade, conseguimos oito republicanos moderados. Perdemos dois democratas com os quais estávamos a contar, mas tratarei deles. Entretanto, deveríamos ligar à Nancy, ao Waxman e ao Markey para lhes agradecer. Eles tiveram imensa dificuldade em convencer esta gente.

Rahm vivia para dias como aquele, em que tínhamos uma vitória estrondosa. Porém, conforme regressámos à Sala Oval, parando para cumprimentar outras pessoas pelo caminho, reparei que o meu chefe de pessoal, geralmente exuberante, parecia um pouco contido. Rahm passou a explicar o que o estava a incomodar. Até ao momento, o Senado não conseguira sequer emitir a sua versão de um projecto de lei para o clima, muito menos passá-la pelas comissões relevantes. Entretanto, McConnell estava a revelar um talento singular para travar votos do Senado. Considerando que o processo já de si era lento, a janela temporal para concluirmos uma proposta de lei do clima antes de o Congresso encerrar, em Dezembro, estava rapidamente a fechar-se. E, depois disso, era provável que tivéssemos ainda mais dificuldade em levá-la a bom porto, já que os

democratas da Câmara dos Representantes e do Senado se mostrariam relutantes em votar noutro projecto de lei importante e controverso quando estivesse a começar a campanha para as intercalares.

— É preciso ter fé, irmão — disse eu, dando-lhe uma palmada nas costas.

Rahm assentiu, mas os seus olhos, ainda mais escuros do que era normal, deixaram transparecer a incerteza.

— Só não sei se temos pista suficiente para fazer aterrar tantos aviões — disse.

A implicação era que um ou mais poderiam despenhar-se.

O HUMOR VOLÚVEL do Congresso não era o único motivo por que eu esperava assegurar a legislação *cap-and-trade* em Dezembro. Havia uma cimeira mundial da ONU sobre alterações climáticas agendada para Copenhaga nesse mesmo mês. Depois de oito anos de ausência dos EUA das negociações internacionais sobre o clima, durante a presidência de George W. Bush, as expectativas no estrangeiro eram altíssimas. E eu não poderia instigar os outros Governos a adoptar medidas agressivas para o clima, se os Estados Unidos não liderassem pelo exemplo. Eu sabia que ter uma lei nacional melhoraria a nossa capacidade de negociação com outras nações e ajudar-nos-ia a estimular o tipo de acção colectiva necessária para proteger o planeta. Afinal de contas, os gases com efeito de estufa não respeitam fronteiras. Uma lei para a redução das emissões num país poderia fazer os seus cidadãos sentirem-se superiores em termos morais, mas, se outras nações não fizessem o mesmo, as temperaturas continuariam a subir. Assim, enquanto Rahm e a minha equipa legislativa estavam atarefados nos corredores do Congresso, eu e a minha equipa de política externa procurámos uma maneira de recuperar o estatuto da América de líder nos esforços internacionais para o clima.

Em tempos, a nossa liderança nesta frente fora quase uma certeza. Em 1992, quando o mundo reuniu no Rio de Janeiro para aquela que ficaria conhecida como «Cimeira da Terra», o presidente George H. W. Bush juntou-se a representantes de outras 153 nações na assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas — o primeiro acordo mundial para tentar estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa antes de atingirem níveis catastróficos. A administração Clinton não tardara a assumir as rédeas, colaborando com outras nações para traduzir os objectivos latos anunciados no Rio num tratado compulsivo. O resultado final, denominado Protocolo de Quioto, estabeleceu planos detalhados para uma acção internacional coordenada, incluindo metas de redução de gases com efeito de estufa, um sistema mundial de comercialização de carbono semelhante ao programa *cap-and-trade* e mecanismos de financiamento para ajudar os países pobres a adoptar energias limpas e a preservar as florestas que neutralizam o carbono, como é o caso da Amazónia.

Os ambientalistas saudaram Quioto como um ponto de viragem na luta contra o aquecimento global. Por todo o mundo, os países participantes convenceram os respectivos Governos a ratificar o tratado, mas nos Estados Unidos, onde a ratificação de um tratado requer a aprovação de dois terços do Senado, Quioto deparou-se com um muro intransponível. Estávamos em 1997, os republicanos controlavam o Senado e poucos consideravam a mudança climática um problema real. De facto, o então presidente do Comité de Relações Externas do Senado, o arquiconservador Jesse Helms, orgulhava-se de desprezar os ambientalistas, a ONU e os tratados multilaterais em medida idêntica. Democratas poderosos — como o senador da Virgínia Ocidental, Robert Byrd — também não tardaram a opor-se a

quaisquer medidas que pudessem prejudicar as indústrias dos combustíveis fósseis, vitais para os seus Estados.

Adivinhando os problemas que se avizinhavam, o presidente Clinton decidiu não enviar o Protocolo de Quioto para votação no Senado, preferindo o atraso à derrota. Apesar de a boa sorte política de Clinton ter regressado depois de ele sobreviver à destituição, Quioto continuou em banho-maria durante o resto da sua presidência. Qualquer vislumbre de esperança na eventual ratificação do tratado desapareceu quando George W. Bush derrotou Al Gore nas eleições de 2000. Foi assim que, em 2009, um ano depois de o Protocolo de Quioto finalmente entrar em vigor, os Estados Unidos permaneceram uma das únicas cinco nações que não faziam parte do acordo. As outras quatro, por nenhuma ordem em particular, eram: Andorra e o Vaticano (ambas tão minúsculas, com uma população combinada de cerca de 80 mil habitantes, que lhes fora concedido o estatuto de «observador», ao invés de lhes ser pedida a adesão); Taiwan (que bem gostaria de participar, mas não pôde porque o seu estatuto de nação independente continuava a ser contestado pela China); e o Afeganistão (que tinha a desculpa razoável de ter sido dilacerado por trinta anos de ocupação e uma guerra civil sangrenta).

— Sabemos que as coisas bateram no fundo quando os nossos aliados mais próximos pensam que somos piores do que a Coreia do Norte em determinada questão — disse Ben Rhodes, abanando a cabeça.

Quando me lembrava deste episódio, às vezes imaginava um universo paralelo em que os EUA, sem rival imediatamente após o fim da Guerra Fria, haviam posto o seu poderio e autoridade imensos ao serviço da luta contra as alterações climáticas. Imaginava a transformação da grelha energética do mundo e a redução dos gases com efeito de estufa que seria possível alcançar; as vantagens geopolíticas que se teriam obtido ao

enfraquecer o poder dos petrodólares e das autocracias apoiadas por esses dinheiros; a cultura de sustentabilidade que se poderia ter enraizado de igual modo em países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Mas, conforme eu me azafamava com a minha equipa para delinear uma estratégia para *este* Universo, tive de reconhecer uma verdade incontornável: mesmo com os democratas agora à frente do Senado, continuava a não haver maneira de assegurar sessenta e sete votos para ratificar o quadro de Quioto existente.

Já estava a ser suficientemente difícil convencer o Senado a apresentar um projecto de lei nacional para o clima que servisse de base de trabalho. Barbara Boxer e o democrata do Massachusetts, John Kerry, tinham passado meses a elaborar legislação potencial, mas não tinham conseguido encontrar um colega republicano disposto a co-patrociná-la, dando a entender que o projecto de lei dificilmente seria aprovado e que poderia ser conveniente uma abordagem nova e mais centrista.

Tendo perdido John McCain como aliado republicano, as nossas esperanças transferiram-se para um dos seus amigos mais próximos no Senado: Lindsey Graham, da Carolina do Sul. De baixa estatura, nariz largo e achatado e um agradável arrastar da fala típico do sul que, de um momento para o outro, podia mudar de afável para ameaçador, Graham era conhecido sobretudo como fervoroso defensor da segurança nacional. Ele, McCain e Lieberman, conhecidos como os *Three Amigos*, haviam sido os principais instigadores da Guerra do Iraque. Graham também era inteligente, cativante, sarcástico, sem escrúpulos, hábil com a imprensa e — em parte graças à genuína adoração que nutria por McCain — ocasionalmente disposto a desviar-se da ortodoxia conservadora, designadamente no seu apoio à reforma da imigração. Tendo sido reeleito para outro mandato de seis anos, Graham encontrava-se numa posição de

poder correr alguns riscos e, apesar de nunca ter até então demonstrado muito interesse nas alterações climáticas, parecia intrigado pela possibilidade de ocupar o lugar de McCain e mediar um acordo bipartidário significativo. Em inícios de Outubro, ofereceu-se para ajudar a reunir os republicanos necessários para que o Senado aprovasse a legislação sobre o clima se Lieberman ajudasse a conduzir o processo e Kerry conseguisse convencer os ambientalistas a fazerem concessões relativamente a subsídios para a indústria da energia nuclear e à abertura de mais orlas costeiras dos EUA à prospecção de petróleo ao largo.

Eu não fiquei entusiasmado com a ideia de ter de depender de Graham. Conhecia-o dos meus tempos no Senado como sendo uma pessoa que gostava de representar o papel do conservador sofisticado e consciente de si mesmo, desarmando os democratas e os repórteres com avaliações desbocadas sobre os pontos fracos do seu partido, enaltecendo a necessidade de os políticos se libertarem das suas camisas-de-forças ideológicas. Porém, na maioria das vezes, quando era preciso dar um voto ou assumir uma posição que poderia ter custos políticos para si, Graham parecia conseguir esquivar-se («Sabes como nos filmes de espiões ou de assaltos nos apresentam a equipa no início?», perguntei a Rahm. «Lindsey é aquele tipo que atraiçoa toda a gente para salvar a própria pele.») Todavia, em termos realistas, as nossas opções eram limitadas («A menos que Lincoln e Teddy Roosevelt entrem por aquela porta, amigo», redarguiu Rahm, «ele é a nossa única hipótese»); e, com receio de que qualquer associação próxima à Casa Branca o pudesse assustar, decidimos dar espaço a Graham e aos seus co-patrocinadores enquanto lavravam a sua versão do projecto de lei, partindo do princípio de que poderíamos corrigir eventuais disposições problemáticas mais adiante no processo.

Entretanto, preparámo-nos para aquilo que nos esperava em Copenhaga.

Com a expiração do Protocolo de Quioto prevista para 2012, decorriam havia já um ano negociações promovidas pela ONU para um tratado de seguimento, com o objectivo de finalizar um acordo a tempo da cimeira de Dezembro. Contudo, não estávamos inclinados a assinar um novo tratado demasiado parecido com o original. Eu e os meus conselheiros tínhamos preocupações relacionadas com a concepção das políticas de Quioto, em especial a utilização de um conceito denominado «responsabilidades comuns, mas diferenciadas», que colocava o ónus da redução das emissões dos gases com efeito de estufa quase exclusivamente sobre economias avançadas que utilizavam muita energia como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Por uma questão de justiça, pedir aos países ricos para fazer mais para travar as alterações climáticas do que aos países pobres tinha todo o sentido, não só por a existente acumulação de gases com efeitos de estufa se dever em grande medida a uma centena de anos de industrialização ocidental, mas também porque os países ricos tinham uma pegada ecológica *per capita* mais elevada do que os outros. Além disso, havia limites para os cortes que se poderia esperar de países como o Mali, o Haiti ou o Camboja — lugares onde muitas pessoas ainda nem sequer tinham electricidade — nas suas emissões já de si negligenciáveis (cortes que, além disso, poderiam atrasar o respectivo crescimento a curto prazo). Afinal de contas, os americanos e os europeus conseguiriam produzir efeitos muito maiores através de uma simples regulação dos seus termóstatos.

O problema era que o Protocolo de Quioto interpretara «responsabilidades diferenciadas» como significando que potências emergentes como a China, a Índia e o Brasil não tinham obrigações coercivas de redução das respectivas emissões. Isto poderia ter sentido aquando da redacção do protocolo, há doze anos, antes de a globalização

transformar a economia mundial. Mas, em plena e brutal recessão, com os Americanos já a sofrer por causa da contratação regular de mão-de-obra externa, um tratado que impunha limitações ambientais às fábricas nacionais sem exigir medidas idênticas às que operavam em Xangai ou Bangalore não iria ser aceite. Na realidade, em 2005, a China ultrapassara os EUA em termos de emissões anuais de dióxido de carbono, e os valores na Índia também estavam a aumentar. E embora continuasse a ser verdade que o cidadão chinês ou indiano médio consumia apenas uma pequena parte da energia utilizada pelo americano médio, os especialistas anteviam uma duplicação da pegada ecológica desses países nas décadas seguintes, à medida que um número cada vez maior dos seus mais de dois mil milhões de habitantes passasse a aspirar às mesmas comodidades modernas de que beneficiavam as pessoas dos países ricos. Se isso acontecesse, o planeta ficaria submerso em água independentemente de quaisquer medidas adoptadas — argumento que os republicanos (pelos menos aqueles que não negavam totalmente as alterações climáticas) gostavam de utilizar como desculpa para os EUA não fazerem coisa alguma.

Precisávamos de uma abordagem nova. Sob a orientação fulcral de Hillary Clinton e de Todd Stern, o emissário especial para as alterações climáticas do Departamento de Estado, a minha equipa lavrou uma proposta para um acordo provisório e ajustado, alicerçado em três compromissos partilhados. Primeiro, o acordo exigiria que *todas* as nações — incluindo potências emergentes como a China e a Índia — apresentassem um plano determinado pelas próprias para a redução dos gases com efeito de estufa. O plano de cada país divergiria de acordo com a respectiva riqueza, perfil energético e fase de desenvolvimento, e seria revisto a intervalos regulares consoante as suas capacidades económicas e tecnológicas aumentassem. Segundo, embora não houvesse uma obrigatoriedade de aplicação destes

planos nacionais ao abrigo da lei internacional da mesma maneira que as obrigações do tratado, cada país concordaria com medidas que permitissem que os outros países verificassem, de forma independente, que estavam a reduzir as emissões conforme acordado. Terceiro, os países ricos disponibilizariam aos países pobres milhares de milhões de dólares em ajudas para mitigação e adaptação no campo do clima, desde que esses países pobres cumprissem os seus compromissos (muito mais modestos).

Desenvolvida da forma apropriada, esta nova abordagem obrigaria que a China e outras potências emergentes começassem a investir em medidas, mantendo em simultâneo o conceito de Quioto de «responsabilidades comuns, mas diferenciadas». Ao estabelecer um sistema credível para validar os esforços dos outros países na redução das emissões, também reforçaríamos a nossa posição junto do Congresso relativamente à necessidade de aprovar a nossa própria legislação para as alterações climáticas e, esperávamos, estabelecer os fundamentos para um tratado mais sólido num futuro próximo. Mas Todd, um advogado intenso e atento ao pormenor que fora negociador veterano em Quioto durante a administração Clinton, alertou que a nossa proposta seria difícil de aceitar internacionalmente. Os países da UE, que haviam todos ratificado o Protocolo de Quioto e adoptado medidas para reduzir as emissões, estavam ansiosos por chegar a um acordo que incluísse compromissos de redução por parte dos Estados Unidos e da China. Por outro lado, a China, a Índia e a África do Sul prezavam o estado actual de coisas e resistiam com veemência a quaisquer alterações ao acordo. Estava previsto que activistas e grupos ambientalistas de todo o mundo participassem na cimeira. Muitos deles encaravam Copenhaga como um momento decisivo e considerariam que tudo o que não fosse um tratado vinculativo com novos limites rígidos seria um fracasso.

Mais especificamente, o *meu* fracasso.

— Não é justo — disse Carol —, mas acham que, se o senhor encara com seriedade as alterações climáticas, deverá ser capaz de convencer o Congresso e outros países a fazer o que for necessário.

Eu não podia censurar os ambientalistas por elevarem a fasquia. A ciência assim o exigia. Mas também sabia que de nada valeria fazer promessas que não poderia cumprir. Precisava de mais tempo e de uma economia melhor para conseguir convencer o público americano a apoiar um tratado ambicioso para o clima. Também teria de convencer a China a colaborar connosco e era provável que precisasse de uma maioria mais dilatada no Senado. Se o mundo esperava que os EUA assinassem um tratado vinculativo em Copenhaga, eu precisaria de baixar as expectativas, começando pelas de Ban Ki-moon, o secretário-geral das Nações Unidas.

Dois anos depois de iniciar o seu mandato como diplomata mais proeminente do mundo, Ban Ki-moon ainda não causara grande impressão no palco mundial. Em parte tal devia-se à natureza do cargo: apesar de o secretário-geral das Nações Unidas presidir a um orçamento de muitos milhares de milhões de dólares, uma burocracia em crescimento desordenado e um manancial de agências internacionais, o seu poder era, em grande medida, derivativo, dependente da capacidade de conduzir 193 países num rumo minimamente comum. A postura relativamente discreta de Ban resultava também do seu estilo sóbrio e metódico — uma abordagem ponderada à diplomacia que sem dúvida lhe assentara na perfeição durante a sua carreira de trinta e sete anos nos assuntos externos e no corpo diplomático do seu país, a Coreia do Sul, mas que contrastava bastante com o carisma civilizado do seu antecessor na ONU, Kofi Annan. Ninguém ia para uma reunião com Ban à espera de ouvir histórias arrebatadoras, piadas espirituosas ou opiniões de deixar a boca aberta. Ele não perguntava pela

nossa família nem partilhava pormenores sobre a sua vida pessoal fora do trabalho. Pelo contrário, depois de um vigoroso aperto de mão e repetidos agradecimentos por concordarmos em encontrar-nos com ele, Ban mergulhava de cabeça num caudal de assuntos em discussão e factóides, apresentados num inglês fluente, mas com forte sotaque, e o jargão zeloso e formal de um comunicado da ONU.

Não obstante a sua falta de entusiasmo, eu acabaria por gostar de Ban e por o respeitar. Era honesto, directo e irreprimivelmente positivo, alguém que, em diversas ocasiões, enfrentou a pressão de Estados-membros em busca de reformas muito necessárias para a ONU e que, por instinto, ficava do lado certo das questões, apesar de nem sempre ter capacidade para levar os outros a fazer o mesmo. Além disso, Ban era persistente, sobretudo no que tocava às alterações climáticas, que designara como uma das suas principais prioridades. Da primeira vez que nos encontrámos na Sala Oval, menos de dois meses depois da minha tomada de posse, começara a pressionar-me para me comprometer em participar na cimeira de Copenhaga.

— A sua presença, Senhor Presidente — disse Ban —, enviará uma mensagem muito poderosa sobre a necessidade urgente de cooperação internacional para as alterações climáticas. Muito poderosa.

Eu explicara tudo o que planeáramos fazer a nível interno para reduzir as emissões dos EUA, bem como os desafios de conseguir aprovar um tratado ao estilo de Quioto no Senado nos próximos tempos. Descrevi a nossa ideia de um acordo temporário e como estávamos a formar um «grupo dos principais emissores», à margem das negociações promovidas pela ONU, para ver se seria possível encontrar pontos de convergência com a China nesse tópico. Enquanto falei, Ban anuiu educadamente, tirando ocasionais

apontamentos ou compondo os óculos, mas nada do que eu disse pareceu dissuadi-lo da sua principal missão.

— Com o seu compromisso essencial, Senhor Presidente — disse —, tenho a certeza de que conseguiremos conduzir estas negociações até um acordo de sucesso.

E assim continuou durante os meses seguintes. Por muitas vezes que eu repetisse as minhas preocupações sobre o rumo que as negociações promovidas pela ONU estavam a tomar, por muito brusco que eu fosse em relação à posição dos EUA sobre um tratado vinculativo ao estilo do Protocolo de Quioto, Ban voltava a reforçar a necessidade da minha presença em Copenhaga em Dezembro. Falou do assunto nos encontros do G20 e repetiu-o nos do G8. Por fim, no plenário da Assembleia-Geral da ONU em Nova Iorque, em Setembro, acedi, e prometi ao secretário-geral que faria os possíveis para estar presente desde que a conferência parecesse capaz de produzir um acordo que agradasse a ambas as partes. De seguida, recorri a Susan Rice e disse-lhe que me sentia como um aluno do secundário que fora pressionado a ir ao baile de finalistas com a marrona da turma que é demasiado boazinha para ser rejeitada.

Quando a conferência de Copenhaga arrancou, em Dezembro, pareceu-me que os meus piores receios se iriam concretizar. A nível interno, continuávamos à espera de que o Senado agendasse uma votação para a legislação *cap-and-trade*, e, na Europa, o diálogo sobre o tratado chegara a um impasse precoce. Nós enviáramos Hillary e Todd à minha frente, para tentarem reunir apoio para a nossa proposta de acordo provisório e, ao telefone, descreveram-me um cenário caótico, com os chineses e outros líderes dos BRICS irredutíveis, os europeus frustrados connosco e com os chineses, os países mais pobres a clamar por mais apoio financeiro, os dinamarqueses e a organização da ONU a sentirem-se esmagados, e os

grupos ambientalistas presentes a desesperar com o que, cada vez mais, parecia uma situação desastrosamente mal gerida. Considerando os fortes indícios de um fracasso iminente, já para não falar do facto de eu estar ocupado a tentar aprovar outra legislação crítica no Congresso antes da pausa do Natal, Rahm e Axe perguntaram se eu deveria mesmo fazer a viagem.

Apesar da minha apreensão, decidi que até mesmo a mais ínfima possibilidade de convencer outros líderes a realizar um acordo internacional se sobrepunha às repercussões de um potencial fracasso. Para tornar a viagem mais agradável, Alyssa Mastromonaco engendrou um plano abreviado que previa um voo até Copenhaga depois de um dia inteiro na Sala Oval e passar cerca de dez horas em terra, o tempo suficiente para fazer um discurso e realizar algumas reuniões bilaterais com chefes de Estado, antes de dar meia-volta e regressar a casa. Não obstante, é justo dizer que, ao subir a bordo do *Air Force One* para o voo nocturno sobre o Atlântico, estava muito pouco entusiasmado. Acomodando-me num dos grandes cadeirões de couro da sala de reuniões do avião, pedi um copo de vodca na esperança de que me ajudasse a dormir umas horas e vi Marvin a remexer no telecomando do enorme televisor à procura de uma partida de basquetebol.

— Já alguém alguma vez pensou — disse eu — na quantidade de dióxido de carbono que estou a libertar para a atmosfera em resultado destas viagens à Europa? Tenho a certeza de que, entre aviões, helicópteros e cortejos de automóveis, tenho uma pegada ecológica maior do que qualquer outra pessoa do maldito planeta.

— Ah — fez Marvin —, lá isso é capaz de ser verdade. — Encontrou o jogo que queríamos ver, aumentou o volume e depois acrescentou: — Mas talvez seja melhor não o dizer no discurso de amanhã.

ESTAVA UMA MANHÃ NUBLADA e glacial quando chegámos a Copenhaga, as estradas que levavam à cidade envoltas em bruma. O local da conferência propriamente dito parecia um centro comercial adaptado. Demos por nós a vaguear por um labirinto de elevadores e corredores, um deles inexplicavelmente ladeado por manequins, até que nos encontrámos com Hillary e Todd para nos porem a par dos acontecimentos. No âmbito da proposta de acordo temporário, eu autorizara Hillary a assumir o compromisso de os EUA reduzirem 17 por cento das emissões de gases com efeito de estufa até 2020, bem como a dar uma garantia de 10 mil milhões de dólares para o Fundo Verde para o Clima, que contaria com 100 mil milhões internacionais para ajudar os países pobres na mitigação das alterações climáticas e esforços de adaptação. Segundo Hillary, havia representantes de diversos países que tinham demonstrado interesse na nossa alternativa, mas, até ao momento, os europeus continuavam à espera de um tratado totalmente vinculativo, enquanto a China, a Índia e a África do Sul pareciam dispostas a deixar a conferência ser um fracasso e atirar as culpas para os americanos.

— Se conseguir convencer os europeus e os chineses a apoiar um acordo provisório — disse Hillary —, então é possível, talvez até provável, que o resto do mundo lhes siga o exemplo.

Ciente da minha missão, fizemos uma visita de cortesia ao primeiro-ministro dinamarquês, Lars Løkke Rasmussen, que conduzia os últimos dias das sessões de negociação. Como todos os países nórdicos, a Dinamarca superava-se em assuntos internacionais, e o próprio Rasmussen espelhava muitas das qualidades que eu passara a associar aos dinamarqueses — era atencioso, bem informado, pragmático e humano. Mas a tarefa que lhe fora confiada — tentar reunir um consenso global para uma questão complexa e controversa em relação à qual as maiores

potências do mundo estavam em desacordo — seria difícil para qualquer pessoa. Para o líder de 45 anos de um pequeno país que assumira o cargo há apenas oito meses, revelara-se categoricamente impossível. A imprensa dedicara-se a publicar histórias sobre como Rasmussen perdera o controlo da conferência, com representantes a opor-se repetidamente às suas propostas, questionando os seus pareceres e desafiando a sua autoridade, como adolescentes indisciplinados perante um professor substituto. Quando nos encontrámos, o pobre homem parecia em estado de choque, com os olhos azul-claros a transparecer a exaustão e os cabelos louros desgrenhados como se tivesse acabado de sair de uma sessão de luta-livre. Escutou-me com atenção enquanto expliquei a nossa estratégia e fez algumas perguntas de cariz técnico sobre o funcionamento de um acordo temporário. Acima de tudo, pareceu-me aliviado ao perceber que eu estava a tentar salvar um acordo.

Daí, passámos para um grande auditório improvisado onde eu descrevi ao plenário os três componentes da nossa proposta de acordo temporário, bem como a alternativa: inacção e azedume enquanto o planeta definhava lentamente. A multidão permaneceu em silêncio, mas respeitosa, e Ban foi felicitar-me aos bastidores, agarrando a minha mão com as suas duas, agindo como se fosse perfeitamente normal ele esperar que agora eu tentasse salvar as negociações do impasse e improvisar um acordo de última hora com os outros líderes mundiais.

O resto da cimeira foi diferente de todas as outras em que participei como presidente. Para além do pandemónio da sessão plenária, tivemos uma série de encontros à margem, passando de um para outro através de corredores apinhados de pessoas que viravam a cabeça e tiravam fotografias com os seus *smartphones*. Para além de mim, o interveniente mais importante que marcara presença naquele dia fora o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao,

que se fizera acompanhar de uma gigantesca delegação que, até ao momento, se mostrara intransigente e autoritária nos encontros, recusando-se a concordar que a China se submetesse a qualquer forma de escrutínio internacional das suas emissões, confiante de que a sua aliança com o Brasil, a Índia e a África do Sul resultava em votos suficientes para neutralizar qualquer acordo. Quando me reuni com Wen para um encontro bilateral, fiz pressão, alertando-o de que mesmo que a China pensasse que evitar qualquer obrigação de transparência era uma vitória a curto prazo, acabaria por se revelar um desastre a longo prazo para o planeta. Concordámos em manter as conversações ao longo do dia.

Era um avanço, mas pequeno. A tarde passou-se em sessões de negociação. Conseguimos arrancar um acordo preliminar apoiado por membros da UE e diversos outros representantes, mas não chegámos a acordo em sessões subsequentes com os chineses, pois Wen recusou-se a participar e enviou elementos menos experientes da sua delegação que se mostraram, previsivelmente, inflexíveis. Mais tarde nesse mesmo dia, fui conduzido até outra sala, esta apinhada de europeus insatisfeitos.

Encontrava-se presente a maioria dos principais líderes, incluindo Merkel, Sarkozy e Gordon Brown, todos com o mesmo semblante de frustração. Queriam saber porque, agora que Bush saíra do poder e os democratas estavam no comando, os Estados Unidos não podiam ratificar um tratado ao estilo do Protocolo de Quioto. Disseram que na Europa até os partidos de extrema-direita aceitavam a realidade das alterações climáticas. Qual era o problema dos americanos? Sabiam que a China era um problema, mas porque não esperar até haver um acordo futuro para os forçar a ceder?

Durante o que me pareceu uma hora, deixei-os falar, respondendo a

perguntas, concordando com as suas preocupações. Por fim, a realidade da situação abateu-se sobre os presentes e coube a Merkel dizê-lo em voz alta.

— Acho que aquilo que o Barack descreve não é a opção que esperávamos — disse, com toda a calma —, mas pode ser a nossa única opção hoje. Portanto… vamos esperar para ver o que os chineses e os outros dizem e depois decidiremos. — Virou-se para mim. — Vai encontrar-se com eles agora?

— Sim.

— Então, boa sorte — disse Merkel. Encolheu os ombros e inclinou a cabeça, os cantos da boca virados para baixo, um ligeiro soerguer das sobrancelhas. A expressão de alguém habituado a lidar com imperativos desagradáveis.

O ímpeto que sentíramos ao sair da reunião com os europeus não tardou a dissipar-se, assim que eu e Hillary chegámos à nossa sala de espera. Marvin deu conta de que estava a abater-se sobre a Costa Leste uma violenta tempestade de neve, pelo que, para regressarmos a Washington em segurança, o *Air Force One* teria de levantar voo dentro de duas horas e meia.

Consultei o relógio.

— A que horas é o meu encontro com o Wen?

— Bem, chefe, esse é o outro problema — disse Marvin. — Não o conseguimos localizar. — Explicou que, quando os nossos colaboradores tinham contactado os seus homólogos chineses, estes informaram-nos de que Wen já estava a caminho do aeroporto. Havia rumores de que ele continuava no edifício, numa reunião com os outros líderes que tinham oferecido resistência ao escrutínio das respectivas emissões, mas não os conseguimos confirmar.

— Quer dizer que ele está a evitar-me.

— Temos pessoas à procura dele.

Alguns minutos mais tarde, Marvin regressou para nos informar de que Wen e os líderes do Brasil, da Índia e da África do Sul tinham sido vistos numa sala de reuniões, alguns pisos acima.

— Muito bem — disse eu e virei-me para Hillary. — Quando foi a última vez que apareceu numa festa sem ser convidada?

Ela riu-se.

— Já lá vai algum tempo — disse ela, dando-se ares de uma rapariga puritana que decidira agir sem se preocupar com as consequências.

Com um bando de colaboradores e agentes dos Serviços Secretos atropelando-se atrás de nós, subimos as escadas. Ao fundo de um comprido corredor, encontrámos aquilo que procurávamos: uma sala com paredes de vidro onde cabia à justa uma mesa de reuniões, à qual estavam sentados os primeiros-ministros Wen e Singh e os presidentes Lula e Zuma, juntamente com alguns dos seus ministros. A equipa de segurança chinesa começou a avançar para nos interceptar, as mãos levantadas como que a mandar-nos parar, mas, quando perceberam quem éramos, hesitaram. Com um sorriso e um aceno, eu e Hillary passámos por eles com largas passadas e entrámos na sala, deixando atrás de nós um confronto bastante ruidoso entre os seguranças e os colaboradores que seguiam na nossa peugada.

— Está pronto para me receber, Wen? — disse eu, vendo a expressão de espanto do líder chinês. Então, contornei a mesa para cumprimentar todos os presentes. — Cavalheiros! Tenho-vos procurado por toda a parte. O que me dizem a tentarmos chegar a um acordo?

Antes de algum deles ter tido oportunidade de protestar, agarrei numa cadeira vazia e sentei-me. Do outro lado da mesa, Wen e Singh mantiveram-se impassíveis, enquanto Lula e Zuma, acanhados, baixaram a cabeça para os documentos à sua frente. Expliquei que acabara de me

encontrar com os europeus e eles estavam dispostos a aceitar a proposta de acordo temporário se o grupo presente aprovasse um texto que garantisse um mecanismo credível para verificar com independência se os países estavam a cumprir os seus compromissos de redução de gases com efeito de estufa. Um a um, os outros líderes explicaram porque a nossa proposta não era aceitável: o Protocolo de Quioto estava a resultar muito bem; o Ocidente era responsável pelo aquecimento global e agora esperava que os países mais pobres atrasassem o seu desenvolvimento para resolver o problema; o nosso plano violaria o princípio das «responsabilidades comuns, mas diferenciadas»; o mecanismo de escrutínio que estávamos a sugerir violaria a soberania nacional. Ao fim de meia hora deste esgrimir de argumentos, recostei-me na cadeira e olhei directamente para o primeiro-ministro Wen.

— Senhor primeiro-ministro, o tempo está a esgotar-se — disse eu —, por isso permita-me que vá direito ao assunto. Presumo que, antes de eu entrar nesta sala, o plano seria saírem todos daqui e anunciar que os EUA eram responsáveis por não se chegar a um novo acordo. Acreditam que, se resistirem o tempo suficiente, os europeus ficarão desesperados e assinarão outro tratado ao estilo do de Quioto. A questão é que eu deixei-lhes bem claro que não conseguirei fazer com que o nosso Congresso ratifique o tratado que vocês desejam. E não há garantia de que os eleitores da Europa, do Canadá ou do Japão estejam dispostos a continuar a colocar as suas indústrias numa situação de desvantagem competitiva e a desembolsar fundos para ajudar países pobres a enfrentar as alterações climáticas, enquanto os maiores emissores se mantêm à margem.

»É claro que posso estar errado — continuei. — Talvez consigam convencer o mundo inteiro de que a culpa é nossa. Porém, isso não impedirá que o planeta continue a aquecer. E não se esqueçam de que eu

também tenho o meu megafone, que é bastante poderoso. Se sair desta sala sem um acordo, a minha primeira paragem será o salão lá em baixo onde toda a imprensa internacional está à espera de notícias, e dir-lhes-ei que estava preparado para me comprometer com uma grande redução dos gases com efeito de estufa, e milhares de milhões de dólares em novos apoios, e que todos vocês decidiram que era melhor ficar de braços cruzados. Direi a mesma coisa a todos os países pobres que beneficiariam desses novos fundos. E a todas as pessoas dos vossos próprios países que irão sofrer as consequências das alterações climáticas. Logo veremos em quem acreditarão.

Assim que os intérpretes acabaram de traduzir as minhas palavras, o ministro do Ambiente chinês, um homem corpulento de cara redonda e óculos, levantou-se de súbito e começou a falar em mandarim, o tom de voz a subir, as mãos a abanar na minha direcção, o rosto afogueado de agitação. Continuou assim um ou dois minutos, a sala inteira sem saber bem o que estava a acontecer. Por fim, o primeiro-ministro Wen levantou uma mão magra e cheia de veias e o ministro voltou a sentar-se abruptamente. Eu contive a vontade de rir e virei-me para a jovem chinesa que estava a traduzir para Wen.

— O que foi que o nosso amigo ali acabou de dizer? — perguntei.

Mas, antes de ela ter oportunidade de responder, Wen abanou a cabeça e murmurou alguma coisa. A tradutora anuiu e virou-se outra vez para mim.

— O senhor primeiro-ministro diz que as palavras do ministro do Ambiente não são importantes — explicou. — O senhor primeiro-ministro pergunta se o senhor tem consigo a sua proposta de acordo, para que todos possam analisar outra vez o texto.

FOI PRECISO MAIS MEIA HORA a regatear, com os outros líderes e respectivos

ministros a esvoaçar à minha volta e de Hillary, enquanto eu utilizava uma esferográfica para corrigir partes do texto do documento amarrotado que tinha no bolso, mas, quando saí da sala, o grupo concordara com a nossa proposta. Apressando-me a descer as escadas, passei outros trinta minutos a convencer os europeus a assinar as pequenas alterações que os líderes dos países em vias de desenvolvimento tinham solicitado. Em pouco tempo, o texto foi impresso e distribuído pelos presentes. Hillary e Todd contactaram representantes de outros países para ajudar a ampliar o consenso. Eu fiz um breve comunicado à imprensa a anunciar o acordo temporário, após o que entrámos nos automóveis e arrancámos para o aeroporto a grande velocidade.

Chegámos ao avião dez minutos antes da hora prevista para levantar voo.

No voo de regresso, sentia-se uma atmosfera de alegria enquanto os colaboradores relatavam as aventuras do dia aos que não tinham assistido. Reggie, que já me acompanhava há tempo suficiente para não se deixar impressionar com facilidade, brindou-me com um largo sorriso quando meteu a cabeça pela porta dos meus aposentos, onde eu estava a ler um monte de memorandos informativos.

— Tenho de dizer, patrão — disse ele —, aquilo foi uma cena digna de *gangster*.

De facto, eu sentia-me bastante bem. No maior dos palcos, num assunto importante e com contingências de tempo, eu tirara um coelho da cartola. De certeza que a imprensa se dividiria nas análises ao acordo provisório, mas, olhando ao caos da conferência e à teimosia dos chineses, eu continuava a achar que fora uma vitória — um passo em frente que nos poderia ajudar a convencer o Senado a aprovar um projecto de lei para as alterações climáticas. Mais importante, conseguíramos fazer a China e a Índia aceitar — mesmo que de má vontade ou indecisas — a noção de que

todos os países, e não apenas os ocidentais, tinham a responsabilidade de fazer a sua quota-parte para atrasar as alterações climáticas. Sete anos mais tarde, esse princípio basilar revelar-se-ia essencial para a assinatura do decisivo Acordo de Paris.

Não obstante, enquanto estava sentado à minha secretária a olhar pela janela, as trevas interrompidas a cada alguns segundos por uma luz intermitente na ponta da asa direita do avião, apoderaram-se de mim pensamentos mais pessimistas. Pensei no enorme esforço que fizéramos para chegar a acordo, nas inúmeras horas de trabalho aplicadas por uma equipa dotada e dedicada, nas negociações de bastidores e nas cobranças de favores, nas promessas de ajuda e, por fim, numa intervenção de onze horas que dependera tanto da minha experiência e fanfarronice como de qualquer conjunto de argumentos racionais. Tudo isso para se conseguir um acordo provisório que, mesmo que resultasse inteiramente como planeado, seria, na melhor das hipóteses, um passo hesitante e preliminar para a resolução de uma possível tragédia à escala planetária, um balde de água lançado para um incêndio furioso. Compreendi que, pesasse embora todo o poder inerente ao cargo que agora ocupava, haveria sempre um abismo entre aquilo que eu sabia que deveria ser feito para se conseguir um mundo melhor e aquilo que conseguiria efectivamente fazer num dia, numa semana ou num ano.

Quando aterrámos, a tempestade prevista abatera-se sobre Washington, com as nuvens baixas a lançar uma amálgama ininterrupta de neve e chuva gelada. Nas cidades do norte, como Chicago, os camiões já andariam pelas ruas a limpar neve e a espalhar sal, mas até o mais pequeno indício de neve costumava paralisar a zona de DC, afamadamente mal equipada, encerrando escolas e criando longas filas de trânsito. Como o *Marine One* não nos podia levar por causa do mau tempo, o regresso de carro até à Casa Branca

demorou mais tempo, com a nossa comitiva a esquivar-se ao trânsito pelas ruas geladas.

Era tarde quando entrei na minha residência. Michelle estava na cama, a ler. Relatei-lhe os eventos da minha viagem e perguntei como estavam as meninas.

— Estão muito entusiasmadas com a neve — disse ela —, mas eu não. — Olhou para mim com um sorriso compreensivo. — O mais certo é a Malia te perguntar ao pequeno-almoço se salvaste os tigres.

Assenti com a cabeça enquanto desapertava o nó da gravata.

— Estou a tratar disso — respondi.

SEXTA PARTE

DENTRO DO BARRIL

CAPÍTULO 22

ENFRENTAR PERÍODOS difíceis é algo que está subjacente à política e, com toda a certeza, à presidência. Momentos em que, por causa de um erro estúpido, de um imprevisto, de uma decisão sensata, mas impopular, ou de uma incapacidade em comunicar, as manchetes azedam e o público nos considera insatisfatórios. De uma forma geral, isto dura duas semanas, talvez um mês, até a imprensa perder o interesse em nos maltratar, seja porque resolvemos o problema, porque demonstrámos contrição, porque conseguimos uma vitória ou porque algum assunto considerado mais importante nos tira da primeira página.

Porém, se esse período de dificuldades demorar demasiado tempo, podemos dar por nós numa situação tremenda, em que os problemas se amontoam e depois cristalizam numa narrativa mais ampla sobre nós e a nossa presidência. As histórias negativas não perdem intensidade, o que conduz a uma queda da nossa popularidade. Os nossos adversários políticos, sentindo o cheiro do sangue na água, perseguem-nos com mais agressividade e os aliados deixam de nos defender com tanto afinco. A imprensa começa a vasculhar à procura de outros problemas na nossa administração, para confirmar a impressão de que estamos em sarilhos políticos. Até que — como os temerários e tolos de antigamente nas cataratas do Niágara — damos por nós encurralados no famoso barril, a cair, desamparados, pela torrente de água abaixo, magoados e desorientados, sem sabermos para que lado fica a tona, sem conseguirmos

travar a queda, à espera de bater no fundo e com a esperança, sem provas que o sustentem, de sobrevivermos ao impacto.

A maior parte do segundo ano do meu mandato foi passada dentro do barril.

É claro que era de prever, sobretudo depois do Verão do Tea Party e do alarido que rodeou a Lei dos Cuidados Acessíveis. As minhas sondagens de popularidade, que se tinham mantido bastante uniformes durante os primeiros seis meses do mandato, não pararam de cair durante o Outono. A cobertura da imprensa tornou-se mais crítica, em questões simultaneamente importantes (como a minha decisão de enviar mais soldados para o Afeganistão) e estranhas (como o caso dos Salahis, um casal de Washington que procurava ganhar estatuto e conseguira entrar sem convite num jantar de Estado e ser fotografado comigo).

Tão-pouco os nossos problemas perderam intensidade durante a quadra festiva. No dia de Natal, um jovem nigeriano chamado Umar Farouk Abdulmutallab apanhara um voo da Northwest Airlines de Amesterdão para Detroit e tentara detonar materiais explosivos que levava cosidos na roupa interior. A tragédia fora evitada apenas porque a engenhoca não funcionara. Ao ver fumo e chamas sob a manta do candidato a terrorista, um passageiro dominara-o e os assistentes de bordo apagaram o fogo e permitiram a aterragem do avião em segurança. Tendo acabado de chegar ao Havai com Michelle e as meninas para uma muito merecida pausa de dez dias, passei a maioria dos vários dias seguintes ao telefone com a minha equipa de segurança nacional e o FBI, tentando determinar quem era exactamente Abdulmutallab, com quem colaborara e porque a segurança do aeroporto e a nossa lista de vigilância de terroristas não o tinham impedido de subir a bordo de um avião com destino aos EUA.

O que eu não fiz nessas primeiras setenta e duas horas foi seguir os meus

instintos, que me diziam para ir à televisão, explicar ao povo americano o que acontecera e asseverar-lhe que era seguro viajar. A minha equipa argumentou de forma sensata que era melhor esperar, alegando ser importante ter todos os factos antes de fazer uma comunicação pública. Porém, o meu trabalho não se limitava a gerir o Governo e a conhecer todos os factos. As pessoas também esperavam que o seu presidente explicasse um mundo difícil e, amiúde, assustador. Ao invés de ser encarada como prudência, a minha ausência dos ecrãs de televisão fez com que parecesse desinteressado e, pouco depois, estávamos a ser atacados por todo o espectro político, com comentadores menos compreensivos a sugerir que eu me preocupava mais com as minhas férias tropicais do que com as ameaças ao território nacional. Não ajudou o facto de a minha geralmente fleumática secretária de segurança interna, Janet Napolitano, ter um pequeno deslize numa entrevista televisiva quando, ao responder a uma pergunta sobre onde a segurança falhara, dissera que «o sistema funcionou».

O modo desastrado como lidámos com o chamado «bombista das cuecas» alimentou as acusações por parte dos republicanos de que os democratas eram brandos com o terrorismo, o que enfraqueceu a minha capacidade de negociação em questões como o encerramento do centro de detenção da baía de Guantánamo. Tal como outras gafes e erros espontâneos que aconteceram durante o meu primeiro ano, este sem dúvida contribuiu para a minha queda nas sondagens, mas, segundo Axe, que passava os dias a esmiuçar dados políticos decompostos por partido político, faixa etária, raça, género, área geográfica e sabe Deus o que mais, a minha desventura política ao chegar ao ano 2010 podia dever-se a um factor preponderante.

A economia continuava nas lonas.

No papel, as nossas medidas de emergência — juntamente com as

intervenções da Reserva Federal — pareciam estar a resultar. O sistema financeiro funcionava e os bancos pareciam caminhar rumo à solvência. Os preços da habitação, apesar de ainda estarem longe dos valores máximos, tinham, pelo menos, estabilizado, e as vendas de automóveis americanos haviam começado a aumentar. Graças à Lei da Recuperação, os gastos dos consumidores e das empresas tinham aumentado ligeiramente e os Estados e autarquias tinham diminuído (ainda que não parado de todo) os despedimentos de professores, polícias e outros funcionários públicos. Por todo o país, preparavam-se importantes projectos de construção, recuperando algumas das perdas que resultaram do colapso da construção de habitações. Joe Biden e o seu chefe de pessoal, o meu antigo consultor de debate, Ron Klain, tinham feito um trabalho excepcional na supervisão do fluxo dos fundos de incentivo, com Joe a dedicar muitas vezes grandes parcelas dos seus dias a pegar no telefone e a dar reprimendas aos representantes estaduais ou locais pelos atrasos nos projectos ou por não nos fornecerem a documentação apropriada. Uma auditoria chegou à conclusão de que, em resultado dos seus esforços, apenas 0,2 por cento dos fundos da Lei da Recuperação tinham sido gastos de forma inadequada — estatística que até mesmo as empresas do sector privado com as melhores práticas de gestão poderiam invejar, considerando as somas avultadas e o número de projectos envolvidos.

Não obstante, os milhões de americanos que enfrentavam as repercussões da crise achavam que as coisas estavam piores e não melhores, e continuavam em risco de perder as casas por execução hipotecária. Tinham as poupanças depauperadas ou até mesmo esgotadas. O mais inquietante de tudo era que continuavam a não conseguir arranjar emprego.

Larry Summers alertara para o facto de o emprego ser um «indicador diferido». De um modo geral, as empresas só começavam a despedir

trabalhadores depois de vários meses de recessão e não recomeçavam a contratar antes de a recessão terminar. Como tal, embora o ritmo da perda de emprego tenha abrandado gradualmente durante 2009, o número de desempregados continuou a aumentar. A taxa de desemprego só atingiu o pico em Outubro, chegando aos 10 por cento, o valor mais elevado desde os anos oitenta. As notícias eram repetidamente más, e dei por mim com um nó no estômago nas primeiras quintas-feiras de cada mês, quando o Ministério do Trabalho enviava à Casa Branca a cópia prévia do seu relatório mensal. Katie afirmou que, de um modo geral, conseguia adivinhar o teor do relatório através da expressão corporal da minha equipa de economia. Explicou-me que quando desviavam o olhar, ou falavam em surdina, ou apenas largavam à sua frente um envelope castanho para ela me entregar, em vez de esperarem para mo entregarem em pessoa, ela sabia que nos esperava outro mês complicado.

Se os americanos estavam compreensivelmente frustrados com o ritmo lento da retoma, o resgate dos bancos deixava-os enfurecidos. Meu Deus, como as pessoas odiavam o TARP! Não lhes importava que o programa de emergência tivesse melhores resultados do que o esperado, que mais de metade dos fundos entregues aos bancos já tivesse sido devolvida com juros ou que a economia mais vasta não pudesse mostrar sinais de recuperação enquanto os mercados de capitais não estivessem a operar outra vez. Por todo o espectro político, os eleitores achavam que os resgates dos bancos eram uma burla que permitiria aos barões das finanças sair da crise relativamente incólumes.

Tim Geithner gostava de salientar que isso não era totalmente verdade. Enunciava todas as maneiras como Wall Street pagara pelos seus pecados: bancos de investimento que foram à falência, CEO de bancos destituídos, acções desvalorizadas, milhares de milhões de prejuízo. Do mesmo modo,

os advogados do procurador-geral Holder, do Departamento de Justiça, não tardariam a começar a acumular liquidações recordes de instituições financeiras que violaram a lei. Não obstante, não havia como contornar o facto de muitas das pessoas com mais culpas nos infortúnios económicos da nação continuarem com fortunas fabulosas e terem evitado acções judiciais, sobretudo porque as leis, conforme estavam redigidas, consideravam a imprudência épica e a desonestidade no conselho de administração ou na bolsa menos condenáveis do que as acções de um pequeno delinquente e porque, independentemente dos méritos do TARP ou da fundamentação legal das decisões do Departamento de Justiça para não acusar criminalmente, tudo aquilo tresandava a uma flagrante injustiça.

— Onde está o *meu* resgate? — continuava a ser um estribilho popular. O meu barbeiro perguntou-me porque é que nenhum executivo dos bancos fora para a cadeia. A minha sogra fez-me a mesma pergunta. Os defensores do direito à habitação perguntaram porque é que os bancos receberam milhares de milhões de fundos do TARP enquanto apenas uma fracção desse montante fora aplicado directamente na ajuda a proprietários em risco de execução hipotecária. A nossa resposta — que, olhando à dimensão do mercado da habitação dos EUA, até mesmo um programa do calibre do TARP teria apenas um efeito nominal no índice de execuções hipotecárias e que quaisquer fundos adicionais que conseguíssemos arrancar ao Congresso seriam utilizados de forma mais eficaz para impulsionar o emprego — pareceu desumana e pouco convincente, sobretudo quando os programas que tínhamos criado para apoiar os proprietários na renegociação ou modificação das suas hipotecas ficavam lastimavelmente aquém das expectativas.

Ansioso por deixar de estar nas más graças do público, ou, pelo menos, de ser alvo das suas críticas, o Congresso criou várias comissões de

supervisão, com democratas e republicanos a revezar-se a denunciar os bancos, a pôr em causa as decisões dos reguladores e a atirar o máximo de culpas possível para cima do outro partido. Em 2008, o Senado nomeara um inspector-geral especial para monitorizar o TARP, um antigo procurador chamado Neil Barofsky que pouco sabia sobre finanças, mas tinha um dom para gerar manchetes sensacionais e atacava com ardor as nossas tomadas de decisão. Quanto mais a possibilidade de um colapso financeiro ficava para trás, mais toda a gente questionava a própria necessidade de existência do TARP. E como agora éramos nós que estávamos ao leme, era muitas vezes Tim e outros membros da minha administração a arcar com as responsabilidades, defendendo o que parecia indefensável.

Os republicanos não se coibiram de tirar proveito da situação, sugerindo que o TARP sempre fora uma ideia dos democratas. Arremetiam diariamente contra a Lei da Recuperação e todas as nossas políticas para a economia, insistindo que «incentivo» era apenas outro nome para «descontrolo», medidas populistas liberais e mais resgates para interesses especiais. Acusaram a Lei da Recuperação de causar a explosão do défice federal que herdáramos da administração Bush e — ao ponto de chegarem a propor políticas alternativas — alegaram que a melhor maneira de pôr a economia nos eixos seria o Governo reduzir o seu orçamento e organizar os assuntos fiscais, tal como as famílias de todo o país que estavam a atravessar dificuldades tinham de «apertar o cinto».

Devido a tudo isto, em inícios de 2010 as sondagens revelavam que havia significativamente mais americanos a reprovar a administração económica do que a aprová-la — um sinal de alerta que ajudava a explicar não apenas a perda do lugar de Ted Kennedy em Massachusetts, mas também as derrotas de democratas em corridas a cargos de governador em anos sem eleições em Nova Jérsia e na Virgínia, Estados onde eu vencera com uma

perna às costas apenas doze meses antes. Segundo Axe, os eleitores que participavam em discussões de grupo não conseguiam distinguir entre o TARP, que eu herdara, e o incentivo; apenas sabiam que os bem relacionados estavam a receber o seu enquanto eles andavam a ser comidos por lorpas. Também acreditavam que os apelos dos republicanos a cortes orçamentais em resposta à crise — «austeridade», como os economistas gostavam de lhe chamar — tinham intuitivamente mais sentido do que o nosso impulso keynesiano para aumentar a despesa pública. Os democratas do Congresso oriundos de distritos indecisos, já ansiosos por causa das suas perspectivas de reeleição, começaram a afastar-se da Lei da Recuperação e a esquivar-se de todo à palavra «incentivo». Já os da ala mais à esquerda, recentemente agastados pela inexistência de uma opção pública no projecto de lei da saúde, reiteraram as suas reclamações, alegando que o incentivo não fora suficientemente grande e que Tim e Larry estavam de conluio com Wall Street. Até Nancy Pelosi e Harry Reid começaram a pôr em causa a estratégia de comunicação da Casa Branca — sobretudo a nossa inclinação para denunciar o «sectarismo excessivo» e os «interesses especiais» em Washington, em vez de atacarmos mais os republicanos.

— Senhor Presidente — disse-me Nancy ao telefone —, eu digo aos meus membros que aquilo que o senhor conseguiu fazer em tão pouco tempo é histórico. Estou deveras orgulhosa. Mas, neste instante, as pessoas não sabem o que o senhor conseguiu. Não sabem como os republicanos estão a ter um comportamento deplorável, apenas a tentar impedi-lo de fazer seja o que for, e os eleitores não o saberão se o senhor não estiver disposto a dizer-lhes.

Axe, que era o responsável pelo nosso departamento de comunicação, ficou exasperado quando lhe contei da conversa com a presidente da Câmara dos Representantes.

— Se calhar, a Nancy pode dizer-nos como acabar com a taxa de 10 por cento de desemprego — resmungou. Relembrou-me de que eu concorrera à presidência com a promessa de mudar Washington, não de me envolver na habitual luta partidária. — Podemos atacar os republicanos o quanto quisermos — disse —, mas, no final, continuaremos a afundar-nos enquanto o melhor que conseguirmos dizer aos eleitores for «sim, as coisas estão terríveis, mas ainda podiam estar piores».

Tinha sentido. Olhando ao estado da economia, havia limites para o que qualquer estratégia de comunicação poderia conseguir. Desde o início que sabíamos que as políticas da recessão seriam duras. Mas Nancy também tinha razão nas suas críticas. Afinal de contas, fora eu quem tanto se orgulhara de não permitir que as intrigas políticas de curto prazo influenciassem a nossa resposta à crise económica, como se as regras da gravidade política não se aplicassem a mim. Quando Tim expressara preocupação com o facto de uma retórica excessivamente ríspida direccionada contra Wall Street poder dissuadir investidores privados de recapitalizar os bancos e, por conseguinte, prolongar a crise financeira, eu concordara em suavizar o tom, apesar das objecções de Axe e de Gibbs. Agora, uma considerável parte do país pensava que eu me preocupava mais com os bancos do que com as pessoas. Quando Larry sugerira que repartíssemos o alívio fiscal à classe média, no âmbito da Lei da Recuperação, em pequenas reduções quinzenais, ao invés de o fazer de uma só vez, porque havia estudos a mostrar que, desse modo, as pessoas tinham mais probabilidades de gastar o dinheiro, dando um impulso mais rápido à economia, eu concordara — apesar de Rahm me ter advertido de que isso queria dizer que ninguém repararia no pequeno aumento no salário ao final do mês. Agora, os estudos revelavam que a maioria dos americanos

acreditava que eu *aumentara*, e não que diminuíra, os impostos, para pagar os resgastes dos bancos, o pacote de incentivos e os cuidados de saúde.

Franklin D. Roosevelt nunca cometeria tais erros, pensei. Ele compreendera que retirar a América da Depressão era menos uma questão de acertar exactamente em todas as políticas do *New Deal* do que de projectar a confiança na iniciativa geral, transmitindo às pessoas a impressão de que o Governo tinha a situação sob controlo. Tal como soubera que, em tempos de crise, as pessoas precisavam de um contexto que desse sentido às suas dificuldades e às suas emoções, uma história com moral onde houvesse bons e maus da fita e um enredo fácil de acompanhar.

Por outras palavras, Roosevelt sabia que, para ser eficaz, a governação não podia ser estéril ao ponto de pôr de parte os princípios basilares da política. Precisava de promover o seu programa, recompensar os apoiantes, combater os adversários, amplificar os factos que ajudavam a sua causa e evitar os pormenores que não ajudavam. Dei por mim a questionar-me se, de algum modo, na minha administração, tínhamos transformado uma virtude num vício. Se, aprisionado pela minha própria presunção, eu não conseguira contar ao povo americano uma história na qual ele pudesse acreditar. E a perguntar a mim mesmo como, tendo cedido a narrativa política aos meus críticos, conseguiria recuperá-la.

DEPOIS DE MAIS DE UM ANO de cifras económicas implacavelmente más, tivemos por fim um vislumbre de esperança. O relatório sobre o emprego de Março de 2010 revelava que a economia ganhara 162 mil novos empregos — o primeiro mês com um crescimento consistente, desde 2007. Quando Larry e Christy Romer foram à Sala Oval dar a notícia, saudei-os com os dois polegares para cima e declarei-os «funcionários do mês».

— Receberemos uma placa comemorativa, Senhor Presidente? —

perguntou Christy.

— Não temos dinheiro para placas — retorqui. — Mas podem gabar-se ao resto da equipa.

Os relatórios de Abril e Maio também foram positivos, e vislumbrava-se a sedutora possibilidade de a recuperação estar por fim a ganhar velocidade. Nenhum de nós na Casa Branca achava que uma taxa de desemprego de nove por cento fosse motivo de regozijo, mas concordámos que tinha sentido económico e político começar a incutir com mais ênfase um sentimento de aceleração nos meus discursos. Inclusive, começámos a planear uma digressão nacional para o início do Verão, na qual eu destacaria as comunidades em recuperação e as empresas que estavam outra vez a contratar. Chamar-lhe-íamos «Verão da Recuperação».

Só que, então, a Grécia implodira.

Apesar de a crise financeira se ter originado em Wall Street, o seu impacto fora igualmente grave na Europa. Meses depois de conseguirmos de novo o crescimento da economia dos EUA, a União Europeia continuava atolada na recessão, com os seus bancos num estado de fragilidade, as suas principais indústrias ainda sem recuperar da enorme queda do comércio global e o desemprego de alguns países a atingir os 20 por cento. Os europeus não tiveram de enfrentar o súbito colapso do seu mercado imobiliário como nós e as suas redes de segurança mais generosas ajudaram a absorver o impacto da recessão em populações vulneráveis. Por outro lado, a conjugação de maior exigência aos serviços públicos, receitas fiscais reduzidas e resgates constantes de bancos tinham deixado os orçamentos dos Governos sob forte tensão. E, ao contrário dos EUA — que podiam financiar défices crescentes com baixos custos mesmo numa situação de crise, consoante os investidores avessos ao risco corriam a comprar os nossos certificados do Tesouro —, países como a Irlanda, Portugal, Grécia,

Itália e Espanha sentiam cada vez mais dificuldade em obter empréstimos. Os seus esforços para acalmar os mercados financeiros através de cortes na despesa dos Governos só serviram para reduzir a procura global já de si enfraquecida e aumentaram as respectivas recessões, o que, por sua vez, produziu défices orçamentais ainda maiores, exigiu empréstimos adicionais às taxas de juro mais elevadas de sempre e abalou ainda mais os mercados financeiros.

Nós não nos podíamos permitir ficar a assistir de braços cruzados, pois os problemas na Europa contribuíam bastante para atrasar a recuperação dos EUA. Afinal de contas, a União Europeia era o nosso maior parceiro comercial e os mercados financeiros americanos e europeus eram praticamente indissociáveis. Como tal, eu e Tim passámos a maior parte de 2009 a incitar os líderes europeus a envidar acções mais decisivas no sentido de corrigirem as suas economias. Recomendámos que resolvessem os problemas com os seus bancos de uma vez por todas (o «teste de *stress*» que os reguladores da UE tinham aplicado às respectivas instituições financeiras fora tão desleixado que os bancos irlandeses precisaram de resgate governamental apenas alguns meses depois de os reguladores os terem considerado saudáveis). Instigámos todos os países da UE com balancetes mais sólidos a iniciar políticas de incentivo semelhantes às nossas, para assim desencadearem o investimento e aumentarem a procura dos consumidores no continente.

Os resultados foram nulos. Apesar de liberais pelos padrões da América, as maiores economias europeias eram quase todas lideradas por Governos de centro-direita, eleitos com a promessa de orçamentos equilibrados e reformas do mercado livre, e não mais despesa pública. Em particular a Alemanha — o único verdadeiro núcleo de actividade económica da UE e o seu membro mais influente — continuou a encarar a integridade fiscal

como a resposta a todas as dificuldades económicas. Quanto mais eu conhecia Angela Merkel, mais gostava dela. Considerava-a firme, honesta, rigorosa em termos intelectuais e instintivamente generosa. Porém, também tinha um temperamento conservador, já para não falar de ser uma política proficiente que conhecia o seu eleitorado e, sempre que lhe sugeri que a Alemanha tinha de dar o exemplo ao investir mais em infra-estruturas ou em reduções fiscais, ela refutava com educação, mas firmeza:

— *Ja*, Barack, acho que talvez não seja a melhor abordagem para nós — redarguia, franzindo ligeiramente o cenho, como se eu tivesse sugerido algo de mau gosto.

Sarkozy não serviu de muito para contrabalançar. Em privado, expressou concordância com a ideia do estímulo económico, olhando à elevada taxa de desemprego de França («Não se preocupe, Barack… Estou a tentar convencer a Angela, vai ver»). Porém, tinha dificuldade em afastar-se das posições conservadoras em termos fiscais que ele próprio adoptara no passado e, tanto quanto me era dado a entender, não era suficientemente organizado para produzir um plano económico claro para o seu próprio país, quanto mais para toda a Europa.

Por seu lado, embora o primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, tenha concordado connosco sobre a necessidade de os Governos europeus impulsionarem o investimento a curto prazo, o seu Partido Trabalhista perderia a maioria parlamentar em Maio de 2010 e Brown seria substituído pelo líder conservador David Cameron. Com pouco mais de 40 anos, uma aparência jovem e uma informalidade calculada (em todas as cimeiras internacionais, a primeira coisa que fazia era despir o casaco e afrouxar a gravata), Cameron, formado em Eton, possuía um impressionante domínio das questões, uma facilidade de comunicação e uma confiança espontânea de alguém que nunca sentira muito as agruras da

vida. Pessoalmente, gostava dele, mesmo quando discordávamos, e durante os seis anos seguintes daria provas de ser um parceiro solícito numa série de questões internacionais, desde as alterações climáticas (acreditava na ciência) aos direitos humanos (apoiava a igualdade no direito ao casamento) e à ajuda aos países em vias de desenvolvimento (ao longo do seu mandato, conseguira atribuir 1,5 por cento do orçamento do Reino Unido a ajuda internacional, uma percentagem significativamente superior à que eu alguma vez conseguiria convencer o Congresso dos EUA a aprovar). Todavia, no que diz respeito à política económica, Cameron trilhava o caminho do mercado livre, tendo prometido aos eleitores que a sua plataforma de redução do défice e cortes em serviços públicos — juntamente com a reforma das normas regulamentadoras e a expansão do comércio — impulsionaria uma nova era de competitividade britânica.

Ao invés, como era de prever, a economia britânica afundar-se-ia mais na recessão.

O obstinado apego à austeridade de líderes europeus essenciais, não obstante todas as evidências em contrário, era verdadeiramente frustrante. Porém, considerando tudo o mais que eu tinha entre mãos, a situação na Europa não me tirava o sono à noite, coisa que mudou em Fevereiro de 2010, quando uma crise da dívida soberana grega ameaçou desmantelar a União Europeia e me deixou a mim e à minha equipa para a economia a batalhar para evitar outra ronda de pânico financeiro global.

Os problemas económicos da Grécia não eram recentes. Havia décadas que o país era assolado por uma baixa produtividade, um sector público excessivo e ineficiente, uma evasão fiscal maciça e obrigações com pensões insustentáveis. Apesar disso, ao longo da década de 2000, os mercados de capitais internacionais não se tinham importado de financiar a escalada ininterrupta dos défices da Grécia, muito à semelhança de como não se

tinham importado de financiar uma batelada de empréstimos *subprime* nos Estados Unidos. No rescaldo da crise de Wall Street, a generosidade diminuiu. Quando um novo Governo grego anunciou que o seu mais recente défice orçamental excedia as estimativas anteriores, as acções dos bancos europeus caíram a pique e as financeiras internacionais recusaram-se a emprestar mais dinheiro à Grécia. De súbito, o país ficou à beira de não cumprir as suas obrigações.

Em condições normais, a perspectiva de um país pequeno não pagar as contas a tempo teria um efeito limitado além-fronteiras. O PIB da Grécia era mais ou menos idêntico ao do Maryland e outros países que se deparavam com problemas semelhantes conseguiam geralmente chegar a um acordo com os credores e o FMI, o que lhes permitia restruturar a dívida, manter a credibilidade internacional e, por fim, recuperar.

Porém, em 2010 as condições económicas não eram normais. A ligação da Grécia a uma Europa já de si titubeante fez com que os seus problemas de dívida soberana fossem como uma barra de dinamite a ser arremessada para uma fábrica de munições. Como era membro do mercado comum da União Europeia, onde as empresas e as pessoas laboravam, viajavam e comercializavam ao abrigo de um conjunto de regulamentos unificados e sem fronteiras nacionais, as dificuldades económicas da Grécia não tardaram a atingir outros países. Os bancos de outros países da UE eram algumas das principais instituições financeiras da Grécia. A Grécia também era um dos dezasseis países que tinham adoptado o euro, o que queria dizer que não tinha uma moeda própria para desvalorizar ou soluções monetárias independentes que pudesse implementar. Sem um pacote imediato de resgate em grande escala dos outros membros da Zona Euro, a Grécia poderia não ter alternativa à saída da moeda única, um passo sem precedentes com ramificações económicas incertas. Os receios de mercado

relacionados com a Grécia já tinham causado grandes picos nas taxas que os bancos estavam a cobrar à Irlanda, a Portugal, a Itália e a Espanha para cobrirem a respectiva dívida soberana. Tim receava que uma bancarrota real e/ou saída da Zona Euro da Grécia pudesse fazer com que mercados de capitais volúveis efectivamente cortassem de todo o crédito a esses países maiores, provocando um choque no sistema financeiro tão mau ou pior do que aquele pelo qual acabáramos de passar.

— É impressão minha — disse eu quando Tim acabou de descrever vários cenários de arrepiar —, ou está a ser mesmo difícil ter alguma sorte?

E assim, sem mais nem menos, de súbito, a estabilização da situação da Grécia tornou-se uma das nossas principais prioridades de política económica e política externa. Em reuniões pessoais e telefónicas, eu e Tim fizemos uma ofensiva para convencer o Banco Central Europeu e o FMI a conceber um pacote de resgate suficientemente sólido para acalmar os mercados e permitir à Grécia saldar as suas dívidas, ajudando ao mesmo tempo o novo Governo a elaborar um plano realista para reduzir os défices estruturais e recuperar o crescimento do país. Para evitar possíveis efeitos de contágio no resto da Europa, também recomendámos aos europeus a criação de uma «*firewall*» credível — basicamente, um fundo de empréstimos conjunto, com peso suficiente para dar aos mercados de capitais a confiança de que, numa emergência, a Zona Euro seria capaz de saldar as dívidas dos seus membros.

Mais uma vez, os nossos homólogos europeus tinham outra ideia. Na opinião dos alemães, dos holandeses e de muitos membros da Zona Euro, os gregos eram os culpados da situação em que se encontravam, com a sua má governação e hábitos perdulários. Apesar de Merkel me assegurar que «não será outra Lehman», permitindo que a Grécia entrasse em incumprimento, tanto ela como o seu ministro das Finanças defensor da

austeridade, Wolfgang Schäuble, pareciam determinados em condicionar qualquer assistência à aplicação de um castigo adequado, não obstante os nossos alertas para o facto de que seria contraprodutivo pressionar demasiado uma economia grega já de si depauperada. O desejo de aplicar um pouco daquela justiça do Antigo Testamento e desincentivar o risco moral reflectiu-se na proposta inicial da Europa: um empréstimo de até 25 mil milhões de euros, que mal chegavam para cobrir dois meses de dívida grega, dependendo de o novo Governo implementar profundos cortes nas pensões dos trabalhadores, fortes aumentos de impostos e congelamentos salariais no sector público. Como não queria suicidar-se politicamente, o Governo grego agradeceu a oferta, mas recusou-a, sobretudo depois de os eleitores gregos responderem às notícias da proposta europeia com motins e greves por todo o país.

O primeiro esboço de uma *firewall* europeia não foi muito melhor. O valor inicial proposto pelas autoridades da Zona Euro para capitalizar o fundo de empréstimo — 50 mil milhões de euros — era lastimavelmente desadequado. Num telefonema aos seus homólogos ministros das Finanças, Tim teve de explicar que, para ser eficaz, o fundo teria de ser pelo menos dez vezes maior. Os representantes da Zona Euro também insistiram que, para aceder ao fundo, os obrigacionistas teriam de ser submetidos a «cortes» obrigatórios. Por outras palavras, aceitar a perda de determinada percentagem daquilo que lhes era devido. O sentimento subjacente a uma disposição de corte era perfeitamente compreensível. Afinal de contas, supunha-se que os juros que as entidades financiadoras cobravam por um empréstimo tinham em conta o risco de a entidade tomadora do empréstimo poder entrar em incumprimento. Contudo, em termos práticos, qualquer requisito de corte faria com que o capital privado estivesse muito menos

disposto a emprestar mais dinheiro a países endividados como a Irlanda e a Itália, deitando por terra todo o propósito da *firewall*.

Para mim, tudo aquilo se parecia com uma repetição televisiva dobrada noutra língua dos debates que nós próprios tivéramos no rescaldo da crise de Wall Street. E apesar de eu ter a certeza absoluta do que líderes europeus como Merkel e Sarkozy tinham de fazer, compreendia o assado político em que se encontravam. Afinal de contas, eu tivera imensa dificuldade em convencer os eleitores americanos de que tinha sentido gastar milhares de milhões de dólares dos contribuintes no resgate de bancos e na ajuda a desconhecidos para evitarem a execução hipotecária ou perderem o emprego, no nosso próprio país. Ora, Merkel e Sarkozy tinham de convencer os seus eleitores de que tinha sentido resgatar um grupo de estrangeiros.

Compreendi então que a crise da dívida grega era muito mais um problema geopolítico do que de finanças globais, um problema que deixava à vista as contradições por resolver no meio do caminho de décadas da Europa rumo a uma maior integração. Naqueles dias de arrebatamento após a queda do Muro de Berlim, nos anos de reestruturação metódica que se seguiram, a notável arquitectura desse projecto — o mercado comum, o euro, o Parlamento Europeu e uma burocracia com sede em Bruxelas com o poder de estabelecer políticas num vasto leque de questões de regulamentação — manifestava o optimismo nas possibilidades de um continente deveras unificado, livre do nacionalismo tóxico que incitara séculos de conflitos sangrentos. A experiência resultara, em grande medida. Em troca de prescindirem de alguns aspectos da sua soberania, os Estados-membros da União Europeia tinham beneficiado de uma paz e uma prosperidade generalizadas talvez nunca antes vividas por qualquer união de povos na História da Humanidade.

Só que as entidades nacionais — as diferenças de idioma, cultura, história e níveis de desenvolvimento económico — eram coisas persistentes e, consoante a crise económica piorou, todas essas diferenças que os tempos das vacas gordas tinham ocultado começaram a vir ao de cima. Em que medida é que os cidadãos dos países mais ricos e mais eficientes da Europa estavam dispostos a assumir as obrigações de um país vizinho ou a ver o dinheiro dos seus impostos ser redistribuído além-fronteiras? Será que os cidadãos de países a atravessar dificuldades económicas iriam aceitar os sacrifícios que lhes eram impostos por representantes distantes, com quem não sentiam qualquer afinidade e sobre os quais exerciam pouco ou nenhum poder? À medida que a discussão sobre a Grécia subiu de tom, o debate público em alguns países originais da UE, como a Alemanha, a França e a Holanda, foi por vezes além da reprovação das políticas do Governo grego, chegando mesmo a acusar o povo grego: a maneira como encaravam o trabalho de um modo mais relaxado ou como toleravam a corrupção e consideravam que responsabilidades básicas como pagar os impostos eram meramente opcionais. Ou, como eu ouvi um representante da UE de origem indeterminada dizer a outro, enquanto lavava as mãos no lavabo de uma cimeira do G8:

— Eles não pensam como nós.

Líderes como Merkel e Sarkozy estavam demasiado dedicados à unidade europeia para embarcarem em tais estereótipos, mas as suas políticas ditavam que avançariam com cuidado antes de concordarem com qualquer plano de resgate. Reparei que raramente diziam que os bancos alemães e franceses eram alguns dos principais financiadores da Grécia ou que grande parte da dívida acumulada da Grécia fora contraída na aquisição de exportações da Alemanha e de França, factos que poderiam deixar bem claras aos eleitores as razões por que salvar os gregos da bancarrota era o

mesmo que salvar os seus próprios bancos e indústrias. Talvez receassem que admitir tais coisas desviasse a atenção dos eleitores dos fracassos de sucessivos Governos gregos e a virasse para os fracassos dos representantes alemães e franceses encarregados de supervisionar as práticas de empréstimo dos bancos. Ou talvez receassem que, se os seus eleitores compreendessem na íntegra as implicações subjacentes à integração europeia — a medida em que os seus destinos económicos, para o bem e para o mal, estavam ligados aos das pessoas que «não pensam como nós» —, pudessem achar que não era bem isso que queriam.

De qualquer forma, em inícios de Maio, os mercados financeiros ficaram assustadores o suficiente para fazer os líderes europeus enfrentarem a realidade. Assim, concordaram com um pacote de empréstimo conjunto da UE e do FMI que permitiria à Grécia realizar os seus pagamentos durante os três anos seguintes. O pacote incluía ainda medidas de austeridade que todos os envolvidos sabiam ser demasiado onerosas para o Governo grego implementar, mas que pelo menos davam aos Governos da UE a cobertura política de que precisavam para aprovar o acordo. Mais tarde nesse ano, os países da Zona Euro também concordaram a título experimental com uma *firewall* à escala que Tim sugerira e sem o requisito de «cortes» obrigatórios. Os mercados financeiros europeus continuaram numa montanha-russa ao longo de 2010 e a situação não apenas na Grécia, mas também na Irlanda, em Portugal, em Espanha e em Itália continuou perigosa. Sem poder de alavancagem para forçar uma resolução permanente para os problemas subjacentes da Europa, eu e Tim tivemos de nos contentar com o facto de termos desarmado temporariamente outra bomba.

Quanto ao efeito da crise na economia dos EUA, qualquer impulso que a recuperação tivesse ganhado no início do ano foi travado de repente. As notícias sobre a Grécia provocaram uma queda abrupta no mercado de

acções dos EUA. A confiança das empresas, avaliada por análises mensais, também baixou, com as novas incertezas a forçar os empresários a adiar investimentos planeados. O relatório de Junho sobre o emprego voltou a apresentar valores negativos e assim se manteria até ao Outono.

O «Verão da Recuperação» acabou por se revelar um fiasco.

O HUMOR NA CASA BRANCA mudou nesse segundo ano. Não era que alguém tivesse começado a considerar o lugar como um dado adquirido. Afinal de contas, todos os dias acontecia algo que nos fazia perceber como éramos privilegiados por estarmos a desempenhar um papel na escrita de uma página da História. Além disso, não se verificou qualquer diminuição do esforço. Para quem estivesse de fora, as reuniões do pessoal poderiam parecer mais relaxadas conforme as pessoas começaram a conhecer-se melhor e a ficar familiarizadas com os seus cargos e responsabilidades. Mas, por detrás da galhofa, todos compreendiam as implicações, a necessidade de executarmos até mesmo as tarefas de rotina de acordo com os mais elevados padrões de rigor. Nunca tive de dizer a alguém da Casa Branca para trabalhar com afinco ou fazer um esforço especial. O seu próprio receio de deixar cair a bola — ou de desiludir-me e aos seus colegas e ao eleitorado que estava a contar connosco — incentivou as pessoas muito mais do que qualquer exortação que eu pudesse fazer.

Todos padeciam de constante privação de sono. Os colaboradores veteranos raramente trabalhavam menos de doze horas por dia e quase todos vinham trabalhar pelo menos parte dos fins-de-semana. Ao contrário de mim, não demoravam um minuto a chegar a casa nem contavam com um bando de cozinheiros, criados, mordomos e assistentes para fazer as compras, cozinhar, ir buscar a roupa à lavandaria ou levar os miúdos à escola. Os nossos colaboradores que eram solteiros continuaram solteiros

durante mais tempo do que desejariam. Se os colaboradores com companheiros tivessem sorte, confiavam num cônjuge sobrecarregado e solitário, criando aquele tipo de tensão doméstica crónica que eu e Michelle bem conhecíamos. As pessoas faltavam aos jogos de futebol e aos recitais de dança dos filhos, chegavam demasiado tarde a casa para os irem deitar. Aqueles como Rahm e Axe, que tinham decidido não sujeitar as famílias a passarem pelo transtorno de se mudarem para Washington, raramente viam as esposas e os filhos.

Se alguém se queixava disto, não o fazia em público. As pessoas sabiam naquilo em que se tinham metido quando se juntaram à minha administração. O «equilíbrio entre o trabalho e a vida particular» não fazia parte do acordo e, olhando ao estado perigoso da economia e do mundo, o volume de trabalho não abrandaria nos próximos tempos. Tal como os atletas no balneário não falam de lesões que os incomodam, os elementos da nossa equipa da Casa Branca aprenderam a aguentar firme.

Não obstante, os efeitos cumulativos da exaustão — associados a um cidadãos cada vez mais zangados, uma imprensa impiedosa, aliados desiludidos e um partido da oposição com os meios e a vontade de transformar todas as nossas acções numa estafa interminável — tinham o poder de deixar os nervos em franja e de tirar a paciência a um santo. Comecei a ouvir mais consternação relacionada com as ocasionais explosões de Rahm durante reuniões de pessoal de manhã cedo, acusações de que Larry interrompia as pessoas em certos debates sobre política económica, rumores de que as pessoas se sentiram defraudadas quando Valerie se aproveitou do seu relacionamento pessoal comigo e com Michelle para contornar procedimentos da Casa Branca. Inflamaram-se tensões entre colaboradores mais jovens da equipa de política externa como Denis e Ben, que estavam habituados a apresentar-me as ideias

informalmente antes de as integrar num processo formal, e o meu conselheiro de segurança nacional, Jim Jones, que vinha de uma cultura militar na qual as hierarquias eram invioláveis e era expectável que os subordinados não saíssem das suas fileiras.

Os elementos do meu executivo tinham as suas próprias frustrações. Enquanto Hillary, Tim, Robert Gates e Eric Holder reclamaram a maior parte da minha atenção por força dos seus cargos, outros membros do executivo estavam a trabalhar diligentemente sem que eu lhes prestasse muito auxílio. Tim Vilsack, secretário da Agricultura, antigo governador determinado do Iowa, alavancara fundos da Lei da Recuperação para dar origem a uma série de novas estratégias de desenvolvimento para comunidades rurais a atravessar dificuldades. Hilda Solis, secretária do Trabalho, e a sua equipa estavam a envidar esforços para os trabalhadores com salários baixos terem um acesso mais fácil ao pagamento de horas extra. O meu velho amigo Arne Duncan, ex-superintendente escolar de Chicago, agora secretário da Educação, estava a liderar o esforço para elevar os padrões nas escolas com más classificações em todo o país, mesmo quando desencadeou a ira dos sindicatos de professores (que estavam compreensivelmente desconfiados de tudo o que pudesse envolver mais testes padronizados) e dos activistas conservadores (que pensavam que o esforço para instituir um plano curricular de tronco comum era uma conspiração dos liberais para doutrinar os seus filhos).

Apesar destas proezas, as dificuldades diárias associadas à gestão de um organismo federal nem sempre iam ao encontro do cargo glamoroso (conselheiro e confidente do presidente, visita regular da Casa Branca) que alguns elementos do executivo tinham imaginado. Houve uma época em que presidentes como Lincoln dependeram quase exclusivamente dos seus executivos para a formulação de políticas; uma equipa básica da Casa

Branca dedicava-se a pouco mais do que as necessidades pessoais e a correspondência do presidente. Porém, conforme o Governo federal se expandira na era moderna, sucessivos presidentes procuraram centralizar cada vez mais tomadas de decisão sob o mesmo tecto, aumentando o número e a influência do pessoal da Casa Branca. Entretanto, membros do executivo tornaram-se mais especializados, consumidos pela tarefa de gerir longínquos principados, ao invés de estarem a dar nas orelhas do presidente.

A mudança no poder ficou patente na minha agenda. Enquanto pessoas como Rahm e Jim Jones estavam comigo quase todos os dias, apenas Hillary, Tim e Gates tinham reuniões regulares na Sala Oval. Outros secretários tinham de lutar para conseguirem que os recebesse, a menos que um assunto relacionado com a sua agência se tornasse uma prioridade para a Casa Branca. As reuniões com todo o executivo, que tentávamos realizar trimestralmente, davam às pessoas a possibilidade de partilhar informação, mas tinham muita gente e eram demasiado difíceis de gerir para permitirem resultados concretos; só conseguir sentar toda a gente na Sala do Conselho era um suplício, onde as pessoas tinham de se revezar, andando de lado entre os pesados cadeirões de couro. Numa cidade onde a proximidade e o acesso ao presidente eram encarados como uma medida de poder (motivo pelo qual os meus colaboradores cobiçavam os gabinetes apinhados, mal iluminados e reconhecidamente infestados de roedores da Ala Ocidental em detrimento das espaçosas suítes do EEOB, do outro lado da rua), não foi preciso muito tempo para alguns membros do executivo começarem a sentir-se subaproveitados e não reconhecidos, relegados para a periferia da acção e sujeitos aos caprichos dos colaboradores da Casa Branca, que muitas vezes eram mais jovens e menos experientes.

Nenhuma destas questões era um exclusivo da minha presidência, e abona a favor do meu executivo e da minha equipa o facto de manterem a

concentração mesmo quando o ambiente se complicou. Salvo raras excepções, conseguimos evitar as hostilidades abertas e as constantes fugas que tinham caracterizado algumas administrações anteriores. Sem excepção, evitámos os escândalos. No início da minha administração, eu deixara claro que teria tolerância zero em relação a lapsos de ética e as pessoas que tinham problemas com isso não se juntaram a nós logo à partida. Não obstante, nomeei Norm Eisen, antigo colega da Faculdade de Direito de Harvard, como conselheiro especial do presidente para a ética e a reforma do Governo, só para ajudar a manter toda a gente — incluindo a mim — nos eixos. Bem-disposto e meticuloso, com feições vincadas e os olhos grandes e imperturbáveis de um fanático, Norm era perfeito para o cargo, aquele tipo de pessoa que se comprazia com o merecido epíteto de «Dr. Não». Quando, certa vez, lhe perguntaram a que tipo de conferências fora de portas os representantes da administração podiam assistir, a sua resposta foi concisa e directa:

— Se parecer divertido, não podem ir.

Por outro lado, manter o moral das tropas não era uma coisa que eu podia delegar. Tentei ser generoso nos elogios e ponderei as críticas. Nas reuniões, fiz questão de solicitar a opinião de todos, incluindo dos colaboradores menos experientes. As coisas pequenas tinham importância. Por exemplo, garantir que era eu quem levava o bolo no aniversário de alguém, ou arranjar tempo para telefonar aos pais de alguém em alguma ocasião especial. Por vezes, quando tinha alguns minutos livres, vagueava pelos corredores estreitos da Ala Ocidental, metendo a cabeça pelas portas dos gabinetes para perguntar aos elementos pelas suas famílias, no que estavam a trabalhar, e indagar se havia alguma coisa que achassem que poderíamos fazer melhor.

Ironicamente, um aspecto da gestão que demorei mais tempo a aprender

do que deveria foi a necessidade de prestar mais atenção às experiências das mulheres e das pessoas de cor da equipa. Há muito que acreditava que, quantas mais perspectivas houvesse à mesa, melhor seria o desempenho de uma organização, e orgulhava-me do facto de termos reunido o executivo mais diversificado da História. A nossa operação na Casa Branca estava de igual modo recheada de talentosos e experientes afro-americanos, latino-americanos, ásio-americanos e mulheres, grupo que incluía a conselheira de política externa Melody Barnes, a chefe-adjunta de pessoal Mona Sutphen, o director político Patrick Gaspard, a directora de assuntos intergovernamentais Cecilia Muñoz, o secretário do executivo da Casa Branca Chris Lu, a secretária de pessoal Lisa Brown e a presidente do Conselho de Qualidade Ambiental Nancy Sutley. Todos eles cumpriam de forma exemplar as respectivas funções e desempenhavam papéis fundamentais na formulação de políticas. Muitos tornaram-se não apenas valiosos conselheiros, mas também bons amigos.

Os elementos do meu gabinete que não fossem brancos nem homens não tinham de se preocupar em enquadrar-se; nos seus edifícios, ocupavam o topo da cadeia alimentar e todos os outros se ajustavam a eles. Porém, veio a saber-se que as mulheres e as pessoas de cor na Casa Branca tiveram de se debater — em diversas ocasiões e a diversos níveis — com as mesmas questões inconvenientes, frustrações e dúvidas com que se deparavam os seus pares noutros ambientes profissionais, de empresas a departamentos de universidades: «Larry descartou a minha proposta à frente do presidente por considerar que não estava devidamente desenvolvida ou apenas porque não fui suficientemente assertiva? Ou foi por não levar as mulheres tão a sério como os homens?»; «Rahm consultou Axe e não a mim em relação àquele assunto por precisar de uma perspectiva política ou porque os dois têm uma

relação de há muito? Ou foi por não se sentir confortável com negros?»; «Devo dizer alguma coisa? Estou a ser demasiado sensível?»

Sendo eu o primeiro presidente afro-americano, sentia uma obrigação particular de fomentar um ambiente de trabalho inclusivo. Não obstante, tinha tendência para dar um desconto ao peso que a raça e o género — ao contrário do atrito que geralmente ocorre quando temos um grupo de vencedores competitivos e tensos fechados no mesmo espaço — desempenhavam realmente na dinâmica do executivo. Talvez fosse porque todos se portavam muito bem à minha frente; quando me chegavam aos ouvidos problemas entre os colaboradores, geralmente era por intermédio de Pete ou de Valerie, em quem, por causa da idade e do temperamento, os outros pareciam mais à vontade em confiar. Eu sabia que os estilos desabridos de Rahm, Axe, Gibbs e Larry — já para não falar da sua ansiedade política em relação a assumir uma posição sólida em questões fracturantes como a imigração, o aborto e as relações entre a polícia e as comunidades de minorias — eram por vezes recebidos de maneira diferente pelas mulheres e pessoas de cor da equipa. Por outro lado, esses homens eram combativos com toda a gente, incluindo uns com os outros. Conhecendo-os tão bem como eu conhecia, podia dizer com confiança que, tanto quanto qualquer um de nós que cresceu na América pode ser livre de preconceitos, eles passavam no teste. Desde que não me chegasse aos ouvidos qualquer coisa flagrante, achei que bastaria eu dar o exemplo à equipa, tratando as pessoas com cortesia e respeito. Quanto aos casos diários de egos feridos, disputas de territórios ou descortesias percepcionadas, eles que se desenvencilhassem sozinhos.

Porém, para o final do nosso primeiro ano, Valerie pediu para falar comigo e deu conta de um crescente descontentamento entre as mulheres veteranas da Casa Branca. Só então me vi forçado a analisar alguns dos

meus próprios pontos fracos. Fiquei a saber que pelo menos uma mulher da equipa ficara em lágrimas depois de ser repreendida numa reunião. Fartas de as suas opiniões serem repetidamente descartadas, diversas outras mulheres veteranas tinham deixado de participar nas reuniões.

— Acho que os homens nem sequer se apercebem do mal que causam — disse Valerie — e, no que diz respeito às mulheres, isso faz parte do problema.

Fiquei de tal forma incomodado que sugeri que doze mulheres da equipa fossem jantar comigo para terem a oportunidade de desabafar. O jantar realizou-se na Sala de Jantar da Família, no piso térreo da residência e, talvez por ser um ambiente formal, com os tectos altos, mordomos de laço preto e porcelana requintada da Casa Branca, as mulheres demoraram algum tempo a começar a desabafar. Os sentimentos não eram uniformes entre as presentes e nenhuma disse ser vítima de observações manifestamente sexistas. Porém, consoante escutei aquelas mulheres de sucesso a falar durante bem mais de duas horas, tornou-se evidente como os padrões de comportamento que eram uma característica instintiva de muitos homens veteranos da equipa — gritar ou praguejar durante o debate político; dominar a conversa através de interrupções constantes (sobretudo às mulheres); reafirmar um argumento que outra pessoa (muitas vezes uma mulher) dissera meia hora antes como se fosse de sua autoria — as haviam deixado com uma sensação de inferioridade, de serem ignoradas, tornando-se cada vez mais relutantes em dar a sua opinião. Embora todas as mulheres tenham dito que apreciavam o modo como eu solicitava de forma activa as suas opiniões durante as reuniões, e embora não duvidassem do meu respeito pelo trabalho que realizavam, os seus relatos obrigaram-me a olhar-me ao espelho e a interrogar-me quanto da minha própria tendência para o machismo — a minha tolerância para com um certo ambiente de gracejos

masculinizados nas reuniões, o divertimento que sentia com uma boa peleja verbal — pode ter contribuído para o seu desconforto.

Não posso dizer que resolvemos todas as preocupações apresentadas naquela noite («É difícil desmontar o patriarcado num só jantar», disse eu a Valerie, mais tarde), tal como não podia garantir que as minhas indagações periódicas aos elementos negros, latinos, asiáticos e índios da equipa garantiam que eles se sentiam sempre incluídos. Sei que, quando falei com Rahm e com os outros veteranos sobre o que as suas colegas do sexo feminino estavam a sentir, ficaram espantados e embaraçados, e prometeram comportar-se melhor. Entretanto, as mulheres pareceram levar a sério as minhas sugestões para serem mais assertivas nas suas intervenções («Se alguém tentar interromper-vos, digam que ainda não acabaram!») — não apenas pela sua própria saúde mental, mas porque eram inteligentes e perspicazes, e, se queria fazer o meu trabalho bem feito, eu precisava de ouvir o que tinham a dizer. Alguns meses mais tarde, quando fazíamos juntos o percurso desde a Ala Ocidental até ao EEOB, Valerie disse-me que notara uma melhoria na interacção dos colaboradores.

— E tu, como te tens aguentado? — perguntou-me.

Eu parei ao cimo das escadas do EEOB para procurar nos bolsos do casaco uns apontamentos de que precisava para a reunião para a qual nos dirigíamos.

— Bem — respondi.

— Tens a certeza? — insistiu Valerie. Semicerrou os olhos, a perscrutar a minha expressão como um médico a examinar os sintomas de um doente. Eu encontrei os apontamentos que procurava e comecei a caminhar outra vez.

— Sim, tenho a certeza — respondi. — Porquê? Pareço-te diferente?

Valerie abanou a cabeça.

— Não — disse. — Pareces-me exactamente igual. É isso que não compreendo.

NÃO ERA A PRIMEIRA VEZ que Valerie comentava como a presidência me mudara tão pouco. Entendia-o como um elogio — a sua maneira de expressar alívio por eu não me ter tornado convencido, não ter perdido o sentido de humor ou não me ter transformado num palerma amargo e abespinhado. Contudo, consoante a guerra e a crise económica se arrastavam e os nossos problemas económicos iam aumentando, ela começou a preocupar-se com o facto de eu estar talvez calmo demais, e a acumular tensão como uma panela de pressão.

Não era a única. Houve amigos que começaram a enviar-me notas de encorajamento, de tom sério e sincero, como se tivessem acabado de saber que eu tinha uma doença grave. Marty Nesbitt e Eric Whitaker propuseram virem de avião para estarmos juntos e assistirmos a uma partida de futebol — uma «noite só de homens», disseram, para eu pensar noutra coisa. A Kaye, que viera visitar-nos, mostrou-se genuinamente atónita com o bom aspecto que eu tinha em pessoa.

— Do que estava à espera? — gracejei, baixando-me para lhe dar um forte abraço. — Pensava que eu teria uma erupção cutânea na cara? Que o cabelo me estivesse a cair?

— Oh, deixa-te disso — disse ela, dando-me uma palmada no braço, na brincadeira. Afastou-se um pouco e mirou-me da mesma maneira que Valerie fizera, à procura de sinais. — Creio que pensei que tivesses um ar mais cansado. Tens comido o suficiente?

Intrigado com tanta preocupação, certo dia falei do caso a Gibbs. Ele deu uma risadinha.

— Deixe-me que lhe diga, chefe — disse ele —, se visse as notícias da

televisão por cabo também ficaria preocupado. — Eu sabia aonde Gibbs queria chegar. Quando chegávamos à presidência, a percepção que as pessoas tinham de nós — até mesmo as percepções das pessoas que nos conheciam melhor — eram inevitavelmente moldadas pelos meios de comunicação social. Porém, uma coisa que eu não tinha percebido, pelo menos antes de investigar alguns noticiários, era como as imagens que os produtores utilizavam nas notícias sobre a minha administração tinham mudado nos últimos tempos. Quando estávamos na mó de cima, no final da campanha e no início da minha presidência, a maioria das filmagens das notícias mostravam-me activo e sorridente, a cumprimentar pessoas ou a falar à frente de cenários dramáticos, os meus gestos e expressões faciais a exalar energia e liderança. Agora que a maioria das notícias eram negativas, assomava uma nova versão de mim: de ar envelhecido, a caminhar sozinho por uma arcada ou a cruzar o relvado virado a sul a caminho do *Marine One*, os ombros descaídos, os olhos no chão, o rosto abatido e enrugado pelo peso do cargo.

Estar dentro do barril punha a minha versão mais triste em exibição constante.

Na realidade, a vida conforme a experienciava não me parecia nem de longe tão medonha. Tal como a minha equipa, eu beneficiaria se pudesse dormir mais. Todos os dias tinham a sua quota-parte de aborrecimentos, preocupações e desilusões. Ficava ansioso por causa de erros que cometia e questionava estratégias que não tinham dado bons resultados. Havia reuniões que me apavoravam, cerimónias que achava ridículas, conversas que preferia evitar. Apesar de continuar a não gritar com as pessoas, dizia palavrões e reclamava imenso, e sentia-me injustamente difamado pelo menos uma vez por dia.

Mas, como descobrira sobre mim mesmo durante a campanha, os

obstáculos e as dificuldades raramente me abalavam até ao âmago. Pelo contrário, era mais provável a depressão apoderar-se de mim quando me sentia inútil, sem uma finalidade — quando estava a desperdiçar o meu tempo ou a malbaratar oportunidades. Mesmo durante os piores dias da minha presidência, nunca me senti assim. O trabalho não dava ensejo ao tédio nem à paralisia existencial, e quando me sentava com a minha equipa para descortinar a solução para um problema bicudo, geralmente saía de lá a sentir-me com mais energia, e não esgotado. Todas as viagens que fazia — percorrendo uma unidade fabril para ver como uma coisa era produzida ou visitando um laboratório onde cientistas explicavam uma descoberta recente — nutriam a minha imaginação. Reconfortar uma família de uma zona rural desalojada por uma tempestade ou encontrar-me com professores de uma cidade do interior que estavam a esforçar-se para ajudar miúdos que outros haviam descartado, e permitir-me a mim mesmo sentir, ainda que por um fugaz instante, aquilo pelo que estavam a passar, enchia-me o coração.

O aparato de ser presidente, a pompa, a imprensa, os constrangimentos físicos — passaria bem sem todas essas coisas. Já o trabalho propriamente dito, adorava-o. Mesmo quando o sentimento não era recíproco.

Fora do trabalho, fizera um esforço para aceitar o facto de viver numa bolha. Mantive os meus rituais: o exercício matinal, o jantar com a família, uma caminhada ao final da tarde pelo relvado voltado a sul. Nos primeiros meses da minha presidência, essa rotina incluíra ler todas as noites um capítulo de *A Vida de Pi* a Sasha, antes de lhes desejar boa noite, a ela e a Malia. Porém, quando chegou o momento de escolher o livro seguinte, Sasha decidiu que ela, tal como a irmã, estava demasiado crescida para lhe lerem. Escondi a minha consternação e, em vez disso, comecei a jogar uma partida de *snooker* com Sam Kass.

Costumávamos encontrar-nos no segundo andar da residência a seguir ao

jantar, depois de conversar com Michelle sobre os nossos dias e Sam arrumar a cozinha. Eu punha Marvin Gaye, OutKast ou Nina Simone a tocar no meu *iPod*, o derrotado da noite anterior posicionava as bolas e, durante cerca de meia hora, jogávamos uma partida de *snooker*. Sam punha-me ao corrente dos mexericos da Casa Branca ou pedia-me conselhos sobre a sua vida amorosa. Eu contava-lhe alguma coisa engraçada que uma das meninas dissera ou deixava-me levar por um breve discurso retórico político. Todavia, na maioria das vezes, limitávamo-nos a tentar desmoralizar o outro e experimentar jogadas improváveis, o estalido da primeira tacada ou o suave crepitar de uma bola a rolar até um buraco de um canto a desanuviar-me a mente antes de ir para a Sala do Tratado entregar-me às tarefas da noite.

No início, a partida de *snooker* também me dera uma desculpa para me escapulir e fumar um cigarro no patamar do segundo piso. Essas escapadelas acabaram quando deixei de fumar, logo depois de promulgar a Lei dos Cuidados Acessíveis. Escolhera esse dia porque apreciava o simbolismo, mas tomara a decisão uns dias antes, quando Malia, ao sentir o cheiro do tabaco no meu hálito, franzira o cenho e perguntara se eu estivera a fumar. Ao deparar-me com a possibilidade de mentir à minha filha ou de dar um mau exemplo, telefonei ao médico da Casa Branca e pedi-lhe que me enviasse uma embalagem de pastilhas de nicotina. Aquilo resultou e nunca mais peguei num cigarro, mas acabei por trocar um vício por outro: durante o resto do meu mandato, eu estaria constantemente a mascar pastilhas, as quais também me caíam dos bolsos, deixando um trilho de quadrados brancos que os outros encontravam no chão, debaixo da minha secretária ou no meio das almofadas do sofá.

O basquetebol proporcionava outro refúgio seguro. Quando a minha agenda o permitia, Reggie Love organizava um jogo ao fim-de-semana,

convocando alguns dos seus amigos e reservando tempo para nós num pavilhão da base militar de Fort McNair, no quartel-general do FBI ou no Departamento do Interior. As partidas eram intensas — com algumas excepções, a maioria dos participantes regulares eram antigos atletas universitários da 1.ª Divisão, com vinte e muitos ou trinta e poucos anos, e, por muito que me custe admitir, geralmente eu era um dos jogadores mais fracos no recinto. Porém, desde que não tentasse fazer demais, cheguei à conclusão de que não precisava de fazer má figura, bloqueando a defesa adversária, passando a bola ao melhor jogador da minha equipa, tentando uns lançamentos ao cesto quando estava livre, fazendo contra-ataques e deixando-me levar pela camaradagem da competição.

Esses jogos amigáveis representavam continuidade para mim, um laço com o meu velho «eu», e quando a minha equipa derrotava a de Reggie, eu assegurava-me de o relembrar a semana inteira. Mas a satisfação que retirava desses jogos em nada se comparava com a emoção — e a tensão — de apoiar a equipa amadora de basquetebol da quarta classe de Sasha.

Chamavam-se Vipers (respeito por quem se lembrou do nome), e, todos os sábados de manhã durante a temporada, eu e Michelle íamos a um pavilhão num pequeno parque público em Maryland e sentávamo-nos nas bancadas com as outras famílias, a aplaudir que nem loucos quando uma das meninas estava remotamente perto de encestar, gritando para Sasha se posicionar de maneira a receber um ressalto da bola ou a regressar para a defesa, e a fazer um esforço para não sermos «aqueles pais», aqueles que gritam com o árbitro. Maisy Biden, neta de Joe e uma das melhores amigas de Sasha, era a estrela da equipa, mas para a maioria das meninas aquela era a sua primeira experiência no basquetebol organizado. Ao que parecia, o mesmo se aplicava aos treinadores, um simpático casal jovem que leccionava na Sidwell e que, segundo os próprios admitiram, não

consideravam o basquetebol o seu principal desporto. Depois de assistirmos a dois adoráveis, mas caóticos, jogos, eu e Reggie assumimos a responsabilidade de elaborar algumas jogadas e oferecemo-nos como voluntários para realizar algumas sessões de treino informais aos domingos de tarde com a equipa. Trabalhámos os movimentos básicos (dribles, passes, ter a certeza de os atacadores estarem apertados antes de sair a correr para o campo) e, apesar de Reggie conseguir ser um pouco mais intenso quando fazíamos exercícios («Paige, não deixes a Isabel passar por ti dessa maneira!»), as meninas pareceram divertir-se tanto como nós. Quando as Vipers venceram o campeonato da liga numa emotiva partida cujo resultado foi 18-16, eu e Reggie festejámos como se fosse a final da NCAA.

Suponho que todos os pais se deliciam com esses momentos, quando o mundo abranda, os nossos problemas desaparecem e tudo o que importa é estarmos presentes, numa entrega total, para testemunhar o milagre dos nossos filhos a crescer. Considerando todo o tempo que eu deixara de estar com as minhas filhas ao longo dos anos, devido a campanhas e sessões legislativas, apreciei ainda mais aquela normalidade de fazer «coisas de pai». Mas, é claro, tudo nas nossas vidas deixara de ser completamente normal, conforme fui relembrado no ano seguinte, quando alguns dos pais de uma equipa adversária da Sidwell se começaram a queixar aos treinadores das Vipers e, presumivelmente à escola, do facto de eu e Reggie não estarmos a fazer sessões de treino também com os filhos deles. Nós explicámos que os nossos treinos nada tinham de especial — que eram apenas uma desculpa para eu passar mais algum tempo com Sasha — e ofereci-me para ajudar outros pais a organizar os seus próprios treinos. Mas quando se tornou evidente que as reclamações nada tinham a ver com basquetebol («Eles devem pensar que serem treinados pelo senhor é algo

que poderão incluir nas suas candidaturas a Harvard», gracejou Reggie) e que os treinadores das Vipers estavam a sentir-se pressionados, decidi que seria melhor para todos eu voltar a ser apenas um adepto.

Não obstante alguns incidentes exasperantes como este, não havia como negar que o nosso estatuto de primeira família nos conferia imensos benefícios. Museus de todo o mundo deixavam-nos fazer visitas após o horário de expediente, permitindo-nos evitar as multidões (eu e Marvin ainda nos rimos por causa daquela vez em que ele decidira colocar-se estrategicamente em frente a um retrato muito grande e pormenorizado de um homem nu, na Galeria Corcoran, com receio que as meninas vissem). Como a Motion Picture Association of America nos enviava DVD com os novos lançamentos, a sala de cinema da Casa Branca era muito utilizada, embora os gostos de Michelle fossem muitas vezes diferentes dos meus. Ela preferia comédias românticas enquanto, segundo dizia, os meus filmes preferidos geralmente envolviam «pessoas a quem acontecem coisas horríveis, e que depois morrem.»

A incrível equipa da Casa Branca também facilitou a tarefa de receber visitas. Deixámos de ter de nos preocupar, como acontece com a maioria dos pais que trabalham e têm filhos pequenos, em arranjar energia ao fim de uma longa semana no escritório para ir às compras, cozinhar ou arrumar uma casa que parecia ter sido varrida por um furacão. Para além dos encontros regulares de fim-de-semana com o nosso círculo de amigos, começámos a organizar pequenos jantares festivos na residência, com intervalos de alguns meses, convidando artistas, escritores, académicos, dirigentes empresariais e outras pessoas com as quais os nossos caminhos se cruzaram e queríamos conhecer melhor. De uma forma geral, os jantares prolongavam-se até bem depois da meia-noite, plenos de conversas regadas a vinho, que nos inspiravam (Toni Morrison, simultaneamente majestosa e

jocosa, a descrever a sua amizade com James Baldwin); nos instruíam (o presidente-adjunto do meu Conselho para a Ciência e a Tecnologia, Dr. Eric Lander, a descrever as últimas descobertas na medicina genética); nos fascinavam (Meryl Streep a inclinar-se para recitar, em mandarim, a letra de uma cantiga sobre nuvens que aprendera há alguns anos); e geralmente me faziam sentir melhor em relação ao futuro da Humanidade.

Mas talvez a maior regalia da Casa Branca fosse a que dizia respeito à música. Um dos objectivos de Michelle como primeira-dama era tornar a Casa Branca mais acolhedora — uma «casa do povo», onde todos os visitantes se sentissem representados, e não uma fortaleza do poder, remota e exclusiva. Em colaboração com o Gabinete Social da Casa Branca, organizou mais visitas de grupos de escolas locais e iniciou um programa de mentoria que juntava crianças desfavorecidas e colaboradores da Casa Branca. Abriu o relvado virado a sul para uma sessão de «guloseimas ou travessuras» no Halloween e organizou noites de cinema para famílias de militares.

No âmbito desse esforço, o seu gabinete organizou uma série de concertos de música americana que seriam transmitidos pela televisão pública, durante os quais alguns dos principais artistas do país — nomes famosos como Stevie Wonder, Jennifer Lopez e Justin Timberlake, mas também promessas como Leon Bridges, e lendas vivas, como B. B. King — passavam parte do dia a conduzir *workshops* sobre música com jovens da região, antes de actuarem perante duas centenas de convidados no palco da Sala Oriental, ou, às vezes, no relvado voltado a sul. Juntamente com o concerto do Prémio Gershwin, que a Casa Branca organizava tradicionalmente todos os anos para homenagear um compositor ou artista de topo, esta série de concertos proporcionou à minha família lugares na

primeira fila três ou quatro vezes por ano, para assistir a uma superprodução musical ao vivo, cravejada de estrelas.

Todos os géneros tiveram representação: temas de espectáculos da Motown e da Broadway, *blues* clássicos e uma Fiesta Latina, *gospel* e *hip-hop*, *country*, *jazz* e música clássica. Geralmente, os músicos ensaiavam no dia anterior ao espectáculo e, se eu estivesse na residência quando estavam a rever o alinhamento, conseguia ouvir o som da bateria, do baixo e da guitarra eléctrica a ressoar no chão da Sala do Tratado. Às vezes, esgueirava-me pelas escadas das traseiras da residência e ia à Sala Oriental, mantendo-me ao fundo de maneira a não chamar as atenções, e ficava a ver os artistas a trabalhar: um dueto a afinar as harmonias, uma vedeta a tratar dos arranjos com a banda residente. Ficava maravilhado com a forma como todos dominavam os instrumentos, a generosidade que revelavam para com os outros consoante conjugavam mente, corpo e espírito, e sentia uma ferroada de inveja ao ver a alegria pura e inequívoca dos seus esforços, num contraste tão imenso com o caminho político que eu escolhera.

Quanto aos concertos propriamente ditos, eram absolutamente electrizantes. Ainda me lembro de Bob Dylan, apenas com um baixista, um pianista e a sua guitarra, numa terna interpretação de «*The Times They Are a-Changin'*». Quando terminou, desceu do palco, apertou-me a mão, brindou-me e a Michelle com um sorriso e uma pequena vénia, e desapareceu sem dizer uma palavra. Lembro-me de um jovem dramaturgo de descendência porto-riquenha chamado Lin-Manuel Miranda, que nos disse durante a sessão fotográfica, antes de uma noite de poesia, música e improviso, que planeava apresentar o primeiro tema daquilo que, esperava, iria ser um musical de *hip-hop* sobre a vida do primeiro secretário do Tesouro da América, Alexander Hamilton. Educadamente, incentivámo-lo,

mas no nosso íntimo ficamos desconfiados, até que ele subiu ao palco e começou a fazer o seu *beat drop* e levou o público ao rubro.

E houve aquela vez em que Paul McCartney fez uma serenata à minha mulher com o tema *Michelle*. Ela riu, um pouco envergonhada, enquanto o resto do público aplaudia, e eu imaginei o que teriam dito os pais dela em 1965, o ano de edição desse tema, se alguém batesse à porta da sua casa no Lado Sul e lhes dissesse que, um dia, o Beatle que compusera o tema o cantaria para a filha, num palco na Casa Branca.

Michelle adorava tanto esses concertos como eu, mas suspeito que tivesse preferido assistir como convidada, e não como anfitriã. À primeira vista, ela tinha todos os motivos para estar feliz com a forma como se adaptara à nossa nova vida: as nossas filhas pareciam felizes; ela não tardara a criar um círculo de amigas, muitas das quais eram mães das colegas de turma de Malia e Sasha; e usufruía de um pouco mais de liberdade do que eu para sair do complexo da Casa Branca sem dar nas vistas. A sua iniciativa para reduzir a obesidade infantil — denominada «Mexam-se!» — fora bem acolhida e já estava a evidenciar bons resultados e, em colaboração com Jill Biden, em breve lançaria outra iniciativa, chamada «Reunir Forças», que daria apoio a famílias de militares. Sempre que aparecia em público, quer fosse a visitar uma aula numa escola pública ou a dizer piadas em *talk shows* nocturnos, as pessoas pareciam irresistivelmente atraídas pela sua autenticidade e cordialidade, pelo seu sorriso e vivacidade de espírito. Na realidade, era justo dizer que, ao contrário de mim, ela não dera um único passo em falso nem vacilara desde que chegáramos a Washington.

Todavia, não obstante o sucesso e a popularidade de Michelle, eu continuava a sentir uma tensão oculta nela, subtil mas constante, como o ténue zunir de uma máquina que não se vê. Era como se, confinados como

estávamos aos muros da Casa Banca, todas as suas anteriores fontes de frustração ficassem mais concentradas, mais vívidas, quer fosse o facto de eu estar absorto no trabalho vinte e quatro horas por dia, ou o modo como a política expunha a nossa família a constantes análises e ataques, ou a tendência até mesmo de amigos e familiares para encarar o seu cargo como sendo de segunda categoria.

Mais do que tudo, a Casa Branca relembrava-a todos os dias de que havia aspectos fundamentais da sua vida que já não estavam totalmente sob o seu controlo: com quem passávamos tempo, o nosso destino de férias, o local onde iríamos viver depois das eleições de 2012, até a segurança da sua família — em determinada medida, tudo isto dependia do meu desempenho no cargo, ou do que o pessoal da Ala Ocidental fazia ou não fazia, ou dos caprichos dos eleitores, ou da imprensa, ou de Mitch McConnell, ou dos números do emprego, ou de algum evento totalmente imprevisto que acontecia do outro lado do planeta. Já nada era constante. Nem de perto nem de longe. Portanto, conscientemente ou não, parte dela mantinha-se alerta, independentemente das pequenas vitórias e alegrias que um dia, uma semana ou um mês pudessem trazer, à espera e à espreita do próximo desenvolvimento, preparando-se para a calamidade.

Michelle raramente partilhava estes sentimentos directamente comigo. Sabia o peso que eu carregava e não via sentido em sobrecarregar-me com mais preocupações. Pelo menos num futuro próximo não havia muito que eu pudesse fazer para mudar as nossas circunstâncias. E talvez se coibisse de falar, pois sabia que eu tentaria racionalizar os seus receios ou acalmá-la de alguma maneira inconsequente, ou dar a entender que tudo o que ela precisava era de mudar de atitude.

Se eu me sentia bem, ela também deveria sentir-se.

Havia momentos em que eu me sentia mesmo bem, noites em que nos

enroscávamos debaixo de um cobertor para assistir a um programa na televisão, tardes de domingo em que nos deitávamos na alcatifa com as meninas e o *Bo* e todo o primeiro andar da residência se enchia de risos. Porém, na maior parte das vezes, Michelle recolhia ao seu estúdio depois do jantar, enquanto eu percorria o comprido corredor até à Sala do Tratado. Quando eu terminava o trabalho, ela já estava a dormir. Eu despia-me, escovava os dentes e metia-me debaixo dos cobertores com cuidado para não a acordar. E apesar de raramente ter dificuldade em adormecer durante o tempo que passei na Casa Branca — estava sempre tão fatigado que, geralmente, cinco minutos depois de pousar a cabeça na almofada, já dormia —, houve noites em que, deitado ao lado de Michelle na penumbra, me punha a pensar naqueles dias em que tudo entre nós parecia mais despreocupado, quando o sorriso dela era mais constante e o nosso amor menos constrangido, e sentia um aperto no coração ao pensar que esses dias poderiam não voltar.

Agora, olhando para trás, ponho-me a pensar se a reacção de Michelle não foi a melhor resposta a todas as mudanças por que estávamos a passar, se, com a minha aparente calma enquanto as crises se acumulavam, a minha insistência em que tudo iria ficar bem, eu não estaria de facto a proteger-me… e a contribuir para a solidão dela.

Sei que foi por volta desta época que comecei a ter um sonho recorrente. Nesse sonho, eu estava nas ruas de uma cidade desconhecida, num bairro com árvores, montras de lojas, tráfego não muito intenso. Estava um dia bonito e ameno, com uma suave brisa, e as pessoas andavam às compras, a passear os cães ou chegavam a casa do trabalho. Numa versão do sonho, eu estava a andar de bicicleta, mas na maioria das vezes ia a pé, caminhando sem nenhum pensamento em particular, quando de repente percebo que ninguém me reconhece. A minha equipa de segurança não está lá. Eu não

tenho de ir a sítio nenhum. As minhas opções não têm consequências. Vagueio até uma loja de esquina e compro uma garrafa de água ou de chá gelado, trocando umas palavras de circunstância com a pessoa do outro lado do balcão. Sento-me num banco ali perto, abro a tampa da minha bebida, bebo um trago e fico apenas a ver o mundo passar.

Sinto que me saiu a lotaria.

RAHM ACHAVA que tinha a solução para recuperar o ímpeto político. A crise de Wall Street expusera uma falha no sistema de regulação dos mercados financeiros e, durante a transição, eu pedira à nossa equipa para a economia que desenvolvesse reformas legislativas que diminuíssem as probabilidades de uma futura crise. Segundo Rahm, quanto mais depressa tivéssemos esse projecto de lei de «reforma de Wall Street», numa versão preliminar, preparado para votação, melhor.

— Dessa forma, voltaremos a ficar do lado dos bons — disse ele. — E se os republicanos tentarem travá-lo, enfiamos-lho pelo cu acima.

Tínhamos todos os motivos para acreditar que Mitch McConnell se oporia a novas regulamentações financeiras. Afinal de contas, ele fizera carreira a opor-se a todas e quaisquer formas de regulamentação por parte do Governo (leis ambientais, leis do trabalho, leis de segurança laboral, leis de financiamento de campanhas, leis de protecção do consumidor) que pudessem limitar a capacidade das empresas da América de fazer o que bem entendessem. Mas McConnell também compreendia os perigos políticos do momento — os eleitores continuavam a associar o Partido Republicano aos grandes interesses empresariais e aos bilionários que tinham iates — e não planeava permitir que a norma anti-regulamentação do partido se interpusesse aos seus planos de conseguir a maioria no Senado. Assim, embora não escondesse a sua intenção de fazer

obstrucionismo à minha agenda em todas as frentes, tarefa facilitada depois de a vitória de Scott Brown na corrida ao Senado no Massachusetts roubar aos democratas o seu sexagésimo voto, ele informara Tim, numa reunião no seu gabinete no Capitol Hill, de que abrira uma excepção para a reforma de Wall Street.

— Seja qual for a nossa proposta, ele vai votar contra — disse-nos Tim, depois de regressar da reunião —, tal como a maioria do seu grupo. Mas disse que deveremos conseguir encontrar uns cinco republicanos que colaborarão connosco e que não fará nada para os impedir.

— Mais alguma coisa? — perguntei.

— Apenas que o obstrucionismo está a servir os seus intentos — disse Tim. — Pareceu-me feliz da vida.

A concessão de McConnell à opinião pública foi significativa, mas não queria dizer que seria fácil fazer o Congresso aprovar a reforma de Wall Street. Os executivos da banca continuavam a não revelar quaisquer remorsos pela devastação económica que haviam causado. Tão-pouco os banqueiros revelavam gratidão por tudo o que fizéramos para os tirar do meio das chamas (acusações de que eu era «anti-empresarial» tinham-se tornado comuns na imprensa económica); pelo contrário, encaravam os nossos esforços para tornar as regulamentações mais rigorosas para as suas operações como inaceitavelmente onerosos, se não totalmente ofensivos. Além disso, tinham um dos lóbis mais poderosos de Washington, com eleitorado influente em todos os Estados e vastos recursos financeiros para distribuir donativos de campanha entre os dois partidos.

Além da vigorosa oposição dos bancos, tínhamos de contar com a absoluta complexidade de tentar regulamentar o sistema financeiro moderno. Longe iam os tempos em que a maioria do dinheiro da América corria num circuito simples e circular, em que os bancos recebiam os

depósitos dos clientes e utilizavam esse dinheiro para fazer empréstimos simples às famílias e às empresas. Agora, biliões de dólares atravessavam fronteiras num abrir e fechar de olhos. Os valores mobiliários de operações financeiras não tradicionais, como fundos de cobertura e sociedades privadas de capitais de investimento, rivalizavam com muitos bancos, enquanto as transacções informáticas e produtos financeiros exóticos, como derivativos, tinham o poder de fazer ou desfazer mercados. Nos EUA, a supervisão deste sistema disperso era dividida por diversos organismos federais (Reserva Federal, Tesouro, FDIC, SEC, CFTC, OCC), a maioria dos quais operava de forma independente e protegia ferozmente os seus interesses. Para conseguirmos uma reforma eficaz, seria preciso encerrar estes diferentes intervenientes num quadro regulamentar comum. Também seria preciso harmonizar os esforços dos EUA com os dos reguladores de outros países, de forma que as empresas não pudessem simplesmente passar as suas transacções por contas no estrangeiro, para evitar regras mais rigorosas.

Por fim, tínhamos de enfrentar vincadas divergências no seio do Partido Democrata relacionadas com o formato e o âmbito da reforma. Para aqueles que estavam mais próximos do centro político (incluindo Tim, Larry e a maioria dos democratas do Congresso), a recente crise revelara falhas graves, mas passíveis de serem corrigidas, num sistema financeiro sólido a muitos outros níveis. Dizia-se que o estatuto de Wall Street de centro financeiro mais proeminente do mundo dependia do crescimento e da inovação, e os ciclos de altos e baixos — com oscilações correspondentes entre a exuberância irracional e o pânico irracional — eram características subjacentes não apenas ao capitalismo moderno, mas também à psique humana. Visto que não era possível, nem sequer desejável, eliminar todo o risco em que incorriam investidores e empresas, os objectivos da reforma

foram definidos meticulosamente: colocar protecções em redor do sistema, de modo a reduzir as formas mais excessivas de tomadas de risco; garantir a transparência das operações das principais instituições e «tornar o sistema à prova de falha», como Larry o descrevera, de maneira que os indivíduos ou as instituições financeiras que fizessem más apostas não arrastassem todos os outros com eles para o fundo.

Para muitos intervenientes de esquerda, este tipo de abordagem focada para a reforma ficava muito aquém do que era preciso e apenas adiaria um ajuste de contas há muito exigido com um sistema que não conseguia servir os interesses dos americanos comuns. Acusavam algumas das tendências mais inquietantes da economia num sector financeiro empolado sobre o qual recaíam suspeitas morais — quer fosse a preferência do mundo empresarial por reduções de custos e despedimentos em detrimento de investimentos a longo prazo como forma de aumentar os lucros imediatos, ou a utilização de aquisições financiadas por dívidas por parte de certas sociedades privadas de capitais de investimento para desmembrar empresas existentes e revender as partes obtendo lucros imerecidos, ou o aumento contínuo da desigualdade de rendimentos e a tributação cada vez menor que recaía sobre os ultra-ricos. Defendiam que, para limitar estes efeitos que causavam distorções e travar os frenesins especulativos que tantas vezes desencadearam crises financeiras, deveríamos considerar uma reformulação mais radical de Wall Street. As reformas que defendiam incluíam estabelecer limites para a dimensão dos bancos americanos e restaurar a Glass-Steagall, uma lei da era da Depressão que proibira os bancos segurados pela FDIC de se envolverem em operações de investimento, medida que fora sobretudo revogada pela administração Clinton.

De muitas maneiras, estas cisões intrapartidárias quanto à regulamentação financeira relembraram-me o debate dos cuidados de saúde,

quando os defensores de um sistema de pagador único tinham repudiado quaisquer compromissos com o sistema de seguros privados existente, considerando-os uma traição. E, tal como fora verdade no debate sobre o sistema de saúde, eu nutria alguma simpatia pela acusação da esquerda ao estado actual de coisas. Ao invés de afectar eficientemente capital a aplicações produtivas, na realidade Wall Street actuava cada vez mais como um casino de biliões de dólares, os seus lucros desmedidos e pacotes de gratificações excessivamente dependentes de influências e especulação cada vez maiores. A sua obsessão com proventos trimestrais pervertera a tomada de decisões empresariais e instigara um raciocínio de curto prazo. Sem restrições, indiferentes ao impacto da globalização em trabalhadores e comunidades em particular, os mercados financeiros tinham ajudado a acelerar a deslocalização de postos de trabalho e a concentração de riqueza num punhado de cidades e sectores económicos, deixando parcelas do país exauridas de dinheiro, talentos e esperança.

Políticas magnânimas e arrojadas poderiam resolver alguns destes problemas, a maioria dos quais estava relacionada com a reformulação do código tributário, a melhoria da lei laboral e a alteração das regras da governação empresarial. Estes três pontos ocupavam um lugar de destaque na minha lista de afazeres.

Contudo, no que dizia respeito a regular os mercados financeiros da nação para aumentar a estabilidade do sistema, a prerrogativa da esquerda não era apropriada. As evidências não mostravam que a limitação da dimensão dos bancos americanos teria evitado a recente crise ou a necessidade de intervenção federal quando o sistema começara a ruir. Os activos da JPMorgan eclipsavam os da Bear Stearns e da Lehman Brothers, mas foram os empréstimos de alto risco com fins especulativos em hipotecas *subprime* com garantias dessas empresas mais pequenas que

desencadearam o pânico. A última grande crise financeira nos Estados Unidos, que remontava à década de 1980, não envolvera quaisquer bancos de grandes dimensões; pelo contrário, o sistema fora abalado por uma avalancha de empréstimos de alto risco feitos por milhares de pequenas e fracamente capitalizadas associações de poupança e crédito regionais, em cidades e pequenas vilas de todo o país. Considerando o âmbito das suas operações, pensámos que tinha sentido os reguladores sujeitarem as grandes instituições bancárias, como o Citi ou o Bank of America, a uma análise mais rigorosa — mas cortar os seus activos pela metade não mudaria isso. E como os sectores bancários da maioria dos países europeus e asiáticos estavam de facto mais concentrados do que aqui, limitar a dimensão dos bancos americanos deixá-los-ia numa situação de desvantagem no mercado internacional, tudo isso sem se eliminar o risco global para o sistema.

Por motivos semelhantes, o crescimento do sector financeiro não bancário tornou a distinção da Glass-Steagall entre bancos de investimento e bancos comerciais segurados pela FDIC altamente obsoleta. Os principais apostadores em créditos hipotecários *subprime* — a AIG, a Lehman, a Bear, a Merrill, bem como a Fannie e a Freddie — não foram bancos comerciais apoiados por garantias federais. Os investidores não se tinham preocupado com a ausência de garantias e tinham aplicado neles tanto dinheiro que todo o sistema financeiro ficou sob ameaça quando começaram a falhar. Pelo contrário, os bancos tradicionais segurados pela FDIC, como o Washington Mutual e o IndyMac, ficaram numa situação delicada não por se comportarem como bancos de investimento e garantirem títulos de sucesso, mas por concederem imensos empréstimos *subprime*, a compradores de garantias dúbias, no intuito de fomentarem os respectivos lucros. Considerando a facilidade com que o capital agora fluía entre várias entidades financeiras, à procura de lucros mais elevados, a estabilização do

sistema exigia que nos focássemos nas práticas arriscadas que estávamos a tentar refrear, e não no tipo de instituições envolvidas.

Depois havia a política. Nós não tínhamos apoio suficiente no Senado para recuperar a Glass-Steagall ou promulgar legislação para diminuir a dimensão dos bancos americanos, tal como não tivéramos votos suficientes para um sistema de saúde de pagador único. Mesmo na Câmara dos Representantes, os democratas eram caprichosos em relação a qualquer percepção de se estar a ir longe demais, sobretudo se isso levasse a uma nova contracção dos mercados financeiros e deixasse a economia num estado ainda pior.

— Neste momento, o meu eleitorado odeia Wall Street, Senhor Presidente — disse-me um democrata de uma região suburbana —, mas não defende uma demolição completa.

Em tempos, os eleitores podem ter confiado a Roosevelt um mandato para tentar tudo, incluindo uma reestruturação do capitalismo americano, ao fim de três anos atrozes de Depressão, mas, em parte porque impedíramos a situação de ficar tão grave, o nosso mandato para mudança era muito mais limitado. Calculei que a nossa melhor hipótese de ampliar o mandato era marcar uns pontos enquanto podíamos.

EM JUNHO DE 2009, depois de meses a limar arestas, a nossa legislação preliminar para a reforma financeira estava preparada para ir ao Congresso. Apesar de não incluir todas as disposições que a esquerda ambicionava, continuava a ser um esforço extremamente ambicioso para reformular as regulamentações do século XX para a economia do século XXI.

No centro do pacote havia uma proposta para aumentar a percentagem de capital que todas as instituições de importância «sistémica» — fossem elas bancos ou não — teriam de possuir. Mais capital significava menos

empréstimos para financiar apostas de risco. Uma maior liquidez queria dizer que estas instituições seriam capazes de resistir melhor a corridas súbitas, durante declínios do mercado. Obrigar os principais intervenientes de Wall Street a manter uma maior almofada de capital contra perdas fortaleceria o sistema no seu todo; e, para garantir que essas instituições eram rigorosas no cumprimento das suas obrigações, teriam de ser sujeitas com regularidade ao mesmo tipo de teste de *stress* que aplicáramos no pico da crise.

De seguida, precisávamos de um mecanismo formal para permitir que qualquer empresa, independentemente da sua dimensão, fracassasse de uma forma metódica, de maneira a não contaminar todo o sistema. A FDIC já tinha o poder de submeter qualquer banco segurado pela Reserva Federal a um procedimento de insolvência estruturado, com regras que definiam como os activos eram liquidados e como os reclamantes procediam à partilha daquilo que sobejava. A nossa legislação preliminar outorgava à Reserva Federal uma «autoridade de resolução» comparável sobre todas as instituições importantes de modo sistemático, quer fossem bancos ou não.

Para melhorar a consistência da aplicação da lei, propusemos a optimização das funções e responsabilidades de vários organismos federais. Para facilitar respostas mais rápidas em caso de uma grave perturbação do mercado, formalizámos a autoridade para levar a cabo muitas das acções de emergência — «injecção de capital», como lhe chamou a nossa equipa para a economia — que a Reserva Federal e o Departamento do Tesouro haviam implementado durante a recente crise. Por fim, para identificar potenciais problemas antes que ficassem descontrolados, a nossa legislação preliminar reforçou as regras que se aplicavam a mercados especializados que constituíam grande parte dos canais do sistema financeiro. Prestámos uma atenção especial à compra e venda de derivativos, aquelas formas de títulos

muitas vezes impenetráveis que tinham ajudado a intensificar as perdas em todo o sistema, quando o mercado das hipotecas *subprime* colapsou. Os derivativos tinham aplicações legítimas — as empresas utilizavam-nos para precaver o risco de grandes oscilações da moeda ou dos preços das matérias-primas. Mas também proporcionavam aos negociantes irresponsáveis algumas das maiores oportunidades para os tipos de jogadas com altas paradas que puseram todo o sistema em risco. As nossas reformas remeteriam a maioria destas transacções para uma bolsa pública, potenciando regras mais transparentes e uma maior supervisão.

A maioria destas propostas era altamente técnica, envolvendo aspectos do sistema financeiro que não estavam à vista do público. Mas a nossa legislação preliminar tinha um elemento final que estava menos relacionado com a alta finança e mais com o quotidiano das pessoas. A crise de Wall Street não poderia ter acontecido sem a explosão das hipotecas *subprime*. E, apesar de muitos desses empréstimos terem ido parar às mãos de entidades sofisticadas — aquelas que compreendiam os riscos envolvidos em hipotecas de taxas variáveis e pagamentos extraordinários enquanto investiam em apartamentos na Florida ou compravam casas de férias no Arizona —, uma maior percentagem tinha sido comercializada e vendida a famílias da classe operária, muitas das quais negras e hispânicas, pessoas que acreditavam que as suas famílias estavam finalmente a ter acesso ao sonho americano, acabando por perder as suas casas e as suas poupanças em processos de execução hipotecária.

A incapacidade de proteger os consumidores de práticas de empréstimo injustas ou enganosas não se limitou às hipotecas. A atravessar constantemente dificuldades financeiras por muito que trabalhassem, milhões de americanos viam-se com regularidade sujeitos a taxas de juro exorbitantes, comissões ocultas e maus negócios puros e simples nas mãos

de entidades emissoras de cartões de crédito, instituições financeiras de crédito pessoal (muitas delas discretamente detidas por bancos bem estabelecidos), concessionários de veículos usados, seguradoras com prémios mais baixos, retalhistas a vender mobiliário com planos de prestações e fornecedores de hipotecas inversas. Muitas vezes, deram por si numa espiral descendente de dívidas com juros acumulados, pagamentos em falta, crédito esgotado e recuperações de bens que os deixaram numa situação mais delicada do que a inicial. Por todo o país, práticas duvidosas da indústria financeira contribuíram para o aumento da desigualdade, para a diminuição da ascensão social e para os tipos de bolhas de dívida oculta que tornaram a economia mais vulnerável a graves crises.

Como já havíamos promulgado legislação para a reforma da indústria dos cartões de crédito, eu e a minha equipa concordámos que o rescaldo da crise nos proporcionava uma oportunidade única de fazer mais progressos na frente da protecção ao consumidor. Por coincidência, Elizabeth Warren, professora de Direito de Harvard e especialista em insolvência, tivera uma ideia que poderia ter o tipo de impacto que procurávamos: uma nova agência de protecção do financiamento ao consumidor cujo objectivo seria sustentar a já existente manta de retalhos de regulamentações estaduais e federais aplicadas de forma inconsistente e proteger os consumidores de produtos financeiros questionáveis, da mesma maneira que a Comissão de Segurança dos Bens de Consumo impedia a comercialização de bens de consumo de má qualidade ou perigosos.

Há muito que eu era um admirador do trabalho de Warren, remontando a 2003, aquando da publicação da sua obra *The Two-Income Trap*, na qual a autora e a co-autora Amelia Tyagi faziam uma descrição incisiva e apaixonada da crescente pressão exercida sobre as famílias de trabalhadores com filhos. Ao contrário de muitos académicos, Warren evidenciava um

dom para traduzir análise financeira em histórias que as pessoas comuns podiam compreender. Nos anos seguintes, emergira como uma das vozes críticas mais eficazes da indústria financeira, o que levara Harry Reid a nomeá-la presidente do painel do Congresso responsável pela supervisão do TARP.

Ao que parecia, Tim e Larry nutriam uma admiração menos apaixonada do que eu por Warren, pois ambos tinham sido convocados várias vezes ao comité que ela presidia. Apesar de reconhecerem a sua inteligência e apreciarem a ideia de uma agência para a protecção do financiamento ao consumo, consideravam-na exibicionista.

— Ela tem muito jeito para nos atacar gratuitamente — disse Tim numa das nossas reuniões —, mesmo quando sabe que não existem alternativas sérias àquilo que já estamos a fazer.

Fingi um ar de espanto.

— Ah, isso é horrível — disse eu. — O membro de um comité de supervisão a querer agradar ao público? Rahm, já ouviu tal coisa?

— Não, Senhor Presidente — disse Rahm. — É escandaloso.

Até Tim teve de esboçar um sorriso.

O PROCESSO DE APROVAR a reforma de Wall Street no Congresso não foi menos penoso do que as nossas aventuras com a Lei dos Cuidados Acessíveis, mas não foi, de todo, alvo de tantas atenções. Em parte, tal deveu-se ao tópico. Até mesmo os membros e os lobistas que queriam exterminar a legislação se mantiveram discretos, pois não queriam ser vistos como defensores de Wall Street tão pouco tempo depois da crise, e muitos dos pontos mais subtis do projecto de lei eram demasiado obscuros para gerar o interesse na imprensa popular.

Um aspecto que fez as manchetes envolveu uma proposta do antigo

presidente da Reserva Federal, Paul Volcker, que previa a proibição dos bancos segurados pela FDIC de transaccionar nas suas próprias contas ou de operar os seus próprios fundos de cobertura e *private equities*. De acordo com Volcker, este tipo de disposição proporcionava uma maneira simples de repor algumas das barreiras de prudência que a Glass-Steagall dispusera em torno dos bancos comerciais. Sem darmos por isso, a nossa vontade de incluir a «Regra de Volcker» na nossa legislação tornou-se decisiva entre muitos elementos da esquerda para perceberem até que ponto estávamos empenhados na reforma de Wall Street.

Volcker, um homem rude, fumador de charutos, com dois metros de altura e formação em economia, era um herói improvável para os progressistas. Em 1980, enquanto presidente da Reserva Federal, aumentara as taxas de juro nos EUA até uns nunca antes vistos 20 por cento para fazer face à inflação, então altíssima, na América, resultando numa brutal recessão e numa taxa de desemprego de 10 por cento. O doloroso remédio da Reserva Federal não só conseguiu domar a inflação como também ajudou a lançar os alicerces para um crescimento económico estável nas décadas de oitenta e noventa, fazendo de Volcker uma personagem venerada em Nova Iorque e Washington.

Nos últimos anos, Volcker tornara-se bastante crítico dos piores excessos de Wall Street, granjeando alguns admiradores liberais. Apoiara a minha campanha e eu passara a valorizar os seus conselhos o suficiente para o nomear presidente de um grupo consultivo para a crise económica. Com o seu modo pragmático e a sua crença na eficiência do mercado livre, bem como nas instituições públicas e no bem comum, fazia lembrar os nossos antepassados (a minha avó teria gostado dele) e, depois de o ouvir numa reunião privada na Sala Oval, fiquei convencido de que a sua proposta para reprimir as negociações das financeiras com fundos próprios tinha sentido.

Porém, quando abordei a ideia com Tim e Larry, eles mostraram-se pouco receptivos, alegando que seria difícil de aplicar e poderia afectar serviços legítimos que os bancos prestavam aos seus clientes. A meu ver, o argumento deles pareceu-me pouco sólido — uma das poucas vezes durante o tempo que trabalhámos juntos em que senti que nutriam mais simpatia pela perspectiva da indústria financeira do que os factos justificavam — e, durante semanas, continuei a pressioná-los nesta questão. Em inícios de 2010, quando começou a ficar preocupado com a falta de ímpeto da reforma de Wall Street, Tim por fim recomendou a integração de uma versão da Regra de Volcker no nosso pacote legislativo.

— Se nos ajudar a aprovar o projecto de lei — disse ele —, arranjaremos maneira de fazer com que funcione.

Para Tim, foi uma rara concessão à óptica política. Axe e Gibbs, que tinham enchido a minha caixa de correio com sondagens que revelavam que 60 por cento dos eleitores achavam que a minha administração era demasiado permissiva com os bancos, ficaram entusiasmados com a notícia e sugeriram que anunciássemos a proposta na Casa Branca, na presença de Volker. Eu quis saber se as pessoas em geral compreenderiam uma mudança de regras tão pouco clara.

— As pessoas não precisam de compreender — disse Gibbs. — Se os bancos a odiarem, as pessoas pensarão que é uma coisa positiva.

Com os parâmetros básicos da nossa legislação definidos, coube ao presidente do Comité de Finanças da Câmara dos Representantes, Barney Frank, e ao presidente do Comité para a Banca do Senado, Chris Dodd, os dois veteranos do Congresso há vinte e nove anos, ajudar na sua aprovação. Eram um par pouco provável. Barney ficara conhecido como agitador liberal e primeiro membro do Congresso a assumir a homossexualidade. Os óculos grossos, os fatos amarrotados e o vincado sotaque de Jérsia

conferiam-lhe um ar de operário, e era tão duro, inteligente e bem informado como qualquer outro membro do Congresso, com uma vivacidade de espírito fulminante que fazia dele um dos predilectos dos repórteres e um pesadelo para os adversários políticos. (Certa vez, Barney foi convidado para uma das minhas aulas, quando eu andava na Faculdade de Direito de Harvard, e deu-me uma reprimenda por eu fazer uma pergunta que, pelos vistos, achara estúpida. Eu não achei que fosse estúpida. Felizmente, ele não se lembrava do nosso primeiro encontro.)

Chris Dodd, por seu turno, era o verdadeiro especialista de Washington. Vestido de forma imaculada, os cabelos grisalhos reluzentes e alinhados como os dos apresentadores de televisão, a sua voz melódica e forte de barítono sempre pronta a debitar um mexerico de Capitol Hill ou uma história absurda da Irlanda, crescera no meio da política, filho de um antigo senador dos EUA, um dos melhores amigos de Ted Kennedy, amigo de um vasto número de lobistas da indústria, não obstante o seu registo de votos como liberal. Desenvolvêramos uma relação cordial quando eu passara pelo Senado, baseada, em parte, no facto de Chris reconhecer, com sentido de humor, a natureza absurda daquele lugar («Não pensou que isto era mesmo o pináculo da honestidade, pois não?», dizia ele com um piscar de olho depois de algum colega apresentar uma argumentação pouco convincente a favor de um projecto de lei enquanto tentava sabotá-lo activamente nos bastidores). Mas orgulhava-se da sua eficácia enquanto legislador e fora um dos precursores de leis importantes como a Lei de Licença Familiar e Médica.

Juntos, formavam uma equipa formidável, cada um perfeitamente adequado às políticas do seu hemiciclo. Na Câmara dos Representantes, uma maioria democrata dominante significava que aprovar um projecto de lei para a reforma financeira nunca estava em causa. Em vez disso, a nossa

principal tarefa era manter os nossos próprios membros na linha. Barney, para além de ter um forte domínio dos pormenores legislativos, também gozava de credibilidade no seio da facção democrata para moderar exigências impraticáveis de camaradas progressistas, bem como de influência para nos proteger dos esforços dos democratas mais ligados à indústria para diluir a legislação a favor de interesses especiais. No Senado, onde precisávamos de todos os votos possíveis, os modos delicados e pacientes de Chris e a sua vontade de apelar até ao republicano mais obstinado ajudaram a aplacar os nervos dos democratas conservadores; também nos proporcionaram uma útil ligação a lobistas da indústria que se opunham ao projecto de lei, mas não se assustavam com Chris.

Apesar destas vantagens, aprovar aquela que ficaria conhecida como lei «Dodd-Frank» implicou o mesmo tipo de processos confusos e desagradáveis que tinham sido necessários para aprovar a lei da saúde, com uma saraivada de compromissos que me deixavam muitas vezes a ferver em privado. Contra as nossas fortes objecções, os concessionários automóveis conseguiram uma isenção da fiscalização da nossa nova agência de protecção do consumidor: com filiais importantes em todos os distritos do Congresso, muitas delas consideradas pilares da comunidade pelo seu patrocínio de equipas da Little League ou donativos ao hospital local, até mesmo o democrata mais entusiasta em relação à regulamentação temeu as potenciais repercussões. O nosso esforço para optimizar o número de agências reguladoras a supervisionar o sistema financeiro teve uma morte inglória; com cada agência sujeita à jurisdição de um comité diferente do Congresso (por exemplo, a Comissão de Negociação de Futuros de Mercadorias (CFTC, na sigla em inglês) reportava aos Comités da Agricultura da Câmara dos Representantes e do Senado), os presidentes dos comités democratas opuseram uma forte resistência à ideia de prescindir da

sua influência sobre determinada parte da indústria financeira. Conforme Barney explicou a Tim, era possível consolidar a Comissão de Valores Mobiliários e a CFTC, «mas não nos Estados Unidos.»

No Senado, onde a necessidade de atingir o limiar dos sessenta votos para se ultrapassar o obstrucionismo conferia influência a todos os senadores, tivemos de enfrentar todo o tipo de pedidos individuais. O republicano Scott Brown, acabado de sair de uma campanha vitoriosa na qual se manifestara contra vários «acordos de bastidores» de Harry Reid para conseguir a aprovação do projecto de lei da saúde, deu conta da vontade de votar a favor da reforma de Wall Street, mas não sem um acordo da sua própria lavra, pedindo se poderíamos isentar das novas obrigações dois bancos do Massachusetts da sua preferência. Não percebeu a ironia de tal pedido. Um grupo de democratas com tendências de esquerda introduziu com muita pompa uma alteração que, segundo eles, tornaria ainda mais rigorosas as restrições às negociações das financeiras com fundos próprios da Regra de Volcker. Só que, quando fomos ler nas entrelinhas, a sua alteração abria vazios relativos a um conjunto de interesses — a indústria dos seguros, investimentos imobiliários, cartéis, etc. — que propiciariam grandes negócios nos Estados desses senadores.

— Mais um dia normal no maior órgão deliberativo do mundo — disse Chris.

Por vezes, eu sentia-me como o pescador d'*O Velho e o Mar*, de Hemingway, com tubarões a abocanhar a minha pescaria enquanto eu tentava puxá-la para terra. Todavia, à medida que as semanas passavam, o núcleo das nossas reformas sobreviveu extraordinariamente intacto ao processo de alterações. Diversas disposições introduzidas por membros do Congresso — incluindo uma maior divulgação das gratificações aos executivos de empresas públicas, aumento da transparência nas agências de

notação financeira, e novos mecanismos de reembolso para impedir que executivos de Wall Street recebessem milhões em bónus em consequência de práticas questionáveis — na realidade melhoraram o projecto de lei. Graças a uma forte colaboração entre os nossos dois principais patrocinadores, a reunião para sanar discordâncias entre as versões do projecto de lei da Câmara dos Representantes e do Senado não foi palco das querelas no seio do partido que se tinham verificado durante as negociações da lei da saúde. Assim, em meados de Julho de 2010, depois de uma votação de 237 contra 192 na Câmara dos Representantes e de 60 contra 39 no Senado (com três republicanos a votar favoravelmente em cada órgão), realizámos uma cerimónia na Casa Branca onde promulguei a Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e Protecção ao Consumidor.

Foi uma vitória digna de nota: a alteração mais radical às regras que regiam o sector financeiro dos EUA desde o *New Deal*. A lei tinha os seus defeitos e compromissos indesejados e certamente não poria cobro a todos os casos de estupidez, ganância, falta de visão ou desonestidade em Wall Street, mas, ao estabelecer o equivalente a «melhores códigos de construção, detectores de fumo e sistemas de aspersão», como Tim gostava de os descrever, a lei Dodd-Frank manteria debaixo de olho práticas imprudentes, daria aos reguladores as ferramentas para extinguir incêndios financeiros antes de ficarem descontrolados e diminuiria bastante a possibilidade de crises à escala daquela de que acabáramos de sair. Além disso, com a nova Agência de Protecção Financeira ao Consumidor (CFPB, na sigla em inglês), as famílias americanas tinham agora um poderoso defensor em cada esquina. Graças ao trabalho deste organismo, poderiam esperar um mercado de crédito mais justo e mais transparente, bem como poupanças reais quando tentassem comprar uma casa, financiar um carro,

enfrentar uma emergência familiar, mandar os filhos para a faculdade ou planear a reforma.

Contudo, se eu e a minha equipa nos podíamos orgulhar da substância do que concretizáramos, também tínhamos consciência do que se tornara evidente mesmo antes da promulgação da lei: as reformas históricas da lei Dodd-Frank não nos iriam dar um impulso político muito forte. Não obstante os esforços hercúleos de Favs e do resto dos meus redactores de discursos, era difícil fazer com que as noções de «câmaras de compensação de derivativos» e «restrições às negociações das financeiras com fundos próprios» parecessem transformacionais. A maioria das melhorias ao sistema introduzidas pela lei permaneceria longe da vista do público — mais uma questão de prevenção de maus resultados do que de ganho de benefícios palpáveis. A ideia de uma agência do consumidor para produtos financeiros caiu bem entre o eleitorado, mas demoraria tempo a estabelecer a CFPB e as pessoas precisavam de ajuda no imediato. Com os conservadores a denunciar a legislação como uma garantia de resgates futuros e outros passos rumo ao socialismo, e com os progressistas insatisfeitos por não termos feito mais para transformar os bancos, era fácil os eleitores concluírem que o barulho em torno da lei Dodd-Frank não revelava mais do que a habitual sede de protagonismo em Washington, sobretudo porque, assim que foi aprovada, o assunto na ordem do dia era um enorme buraco a jorrar no fundo do mar.

CAPÍTULO 23

AS PRIMEIRAS OPERAÇÕES de prospecção de petróleo ao largo do Golfo do México eram projectos simples, plataformas de madeira construídas em águas pouco profundas que começaram em finais da década de 1930. Com os avanços tecnológicos e a persistente sede americana de petróleo, as empresas aventuraram-se a ir cada vez mais longe e, em 2010, havia mais de três mil plataformas e unidades de produção ao largo das costas do Texas, Luisiana, Mississípi e Alabama, pontilhando o horizonte como castelos sobre andas. Tornaram-se um poderoso símbolo do papel central do petróleo na economia regional: os milhares de milhões de dólares de receita anual que geravam e as dezenas de milhares de pessoas cujos meios de subsistência dependiam, directa ou indirectamente, de extrair os despojos de plantas e animais de outros tempos convertidos pela natureza no viscoso ouro negro acumulado debaixo do leito oceânico.

Ora, no que diz respeito a plataformas, poucas eram mais majestosas do que a *Deepwater Horizon*. Com uma altura equivalente a um edifício de trinta andares e mais comprida do que um campo de futebol, esta estrutura móvel e semi-submersível de 500 milhões de dólares tinha capacidade para funcionar a uma profundidade de três quilómetros e fazer furos de prospecção vários quilómetros abaixo disso. A operação de uma plataforma desta dimensão custava cerca de um milhão de dólares por dia, mas as principais petrolíferas consideravam que os custos valiam bem a pena. O seu crescimento e lucros ininterruptos dependiam da extracção de

reservatórios potencialmente vastos, enterrados naquilo que outrora tinham sido profundezas inalcançáveis.

A *Deepwater Horizon* pertencia à empresa Transocean, com sede na Suíça, e encontrava-se arrendada desde 2001 à BP, uma das maiores petrolíferas do mundo. A BP utilizara a plataforma para explorar a secção do Golfo que pertencia aos EUA, descobrindo pelo menos duas enormes e potencialmente lucrativas jazidas sob o leito oceânico. Apenas um desses campos, o Tiber, continha aquilo que se estimavam ser uns estonteantes três mil milhões de barris de petróleo. Para lá chegar, em 2009, as tripulações da *Deepwater* tinham feito um dos poços mais profundos de que há registo, 10 quilómetros abaixo de mais de um quilómetro de água, o equivalente a mais do que a altura do Evereste abaixo da superfície da água.

Esperando repetir o sucesso, em inícios de 2010, a BP enviou a *Deepwater Horizon* para realizar prospecções noutro possível campo petrolífero, chamado Macondo. Localizado a cerca de 80 quilómetros ao largo da costa da Luisiana, o Macondo não era tão profundo como o Tiber: «apenas» cerca de três mil e setecentos metros. Porém, na exploração subaquática em águas tão profundas, não existiam trabalhos de rotina. O acesso a cada reservatório colocava desafios excepcionais, muitas vezes implicando semanas de ajustes, cálculos complexos e decisões *ad hoc*. E o Macondo revelou-se um campo especialmente difícil, sobretudo devido a formações frágeis e níveis irregulares de pressão dos fluidos.

O projecto não tardou a apresentar um atraso de semanas, custando à BP milhões de dólares. Engenheiros, *designers* e empreiteiros discutiram aspectos da concepção do poço. Não obstante, a 20 de Abril, o poço atingiu cinco quilómetros e meio abaixo do nível do mar e parecia estar quase concluído. Uma equipa da Halliburton, uma das empresas contratadas para o projecto, injectou cimento no orifício do poço para vedar as bordas do

tubo. Assim que o cimento solidificou, os engenheiros começaram a realizar uma série de testes de segurança antes de deslocarem a *Deepwater* para o seu próximo serviço.

Pouco depois das 17h, um desses testes revelou uma possível fuga de gás pelo revestimento de cimento, o que era sinal de uma acumulação de pressão potencialmente perigosa. Apesar dos sinais de alerta, os engenheiros da BP decidiram continuar o processo, bombeando o lubrificante viscoso utilizado para compensar desequilíbrios de pressão durante a perfuração. Pelas 21h30, uma poderosa vaga de gás entrou pelo tubo de perfuração. Um conjunto de válvulas de emergência de 400 toneladas, denominado «sistema de segurança anti-rebentamento» — desenvolvido para selar o poço em caso de um súbito aumento de pressão —, teve uma avaria, permitindo que o gás combustível sob alta pressão irrompesse pela plataforma e lançasse para o ar um *geiser* negro de lubrificante viscoso. Nuvens de gás acumularam-se no interior da sala de controlo do motor da plataforma e depressa se inflamaram, abalando toda a estrutura com duas violentas explosões. Uma coluna de labaredas relampejou no céu nocturno, enquanto os membros das tripulações se precipitavam para botes salva-vidas ou saltavam para as águas pejadas de detritos. Das cento e vinte e seis pessoas a bordo da plataforma, noventa e oito conseguiram escapar incólumes, dezassete ficaram feridas e onze trabalhadores da plataforma nunca foram encontrados. A *Deepwater Horizon* continuaria a arder durante as trinta e seis horas seguintes, a sua maciça bola de fogo e fumo visível a quilómetros.

EU ESTAVA NA RESIDÊNCIA quando soube do sucedido no Golfo, tendo acabado de regressar de uma viagem de angariação de fundos na Costa Oeste para candidatos democratas ao Congresso. A primeira coisa que

pensei foi: «Outra vez, não.» Apenas dezassete dias antes, uma explosão de poeiras e carvão na Upper Big Branch Mine da Massey Energy, na Virgínia Ocidental, matara vinte e nove mineiros, o pior desastre em minas dos últimos quase quarenta anos. Apesar de a investigação desse acidente ainda estar numa fase precoce, já sabíamos que a Massey contava com um longo historial de negligência de segurança. Em contraste, em sete anos, a plataforma *Deepwater* nunca tivera um acidente grave. Não obstante, não consegui deixar de estabelecer uma ligação entre os dois eventos e pensar nos custos humanos da dependência que o mundo tinha dos combustíveis fósseis: o número de pessoas que, todos os dias, eram obrigadas a pôr em risco os pulmões, os braços e as pernas, e, por vezes, a própria vida para enchermos os nossos depósitos de combustível e mantermos as luzes acesas, além de gerarem lucros astronómicos a executivos e accionistas distantes.

Eu também sabia que a explosão teria graves implicações na nossa agenda para a energia. Algumas semanas antes, autorizara o Departamento do Interior a permitir a alienação de certas concessões em alto-mar, que abririam a prospecção de petróleo (mas ainda não a produção efectiva) na zona oriental do Golfo e em algumas águas ao largo dos Estados do Atlântico e do Alasca. Estava a cumprir uma promessa de campanha: em pleno aumento dos preços do gás e com a proposta McCain-Palin para abrir a orla costeira da América à prospecção por grosso a ganhar tracção em sondagens ao público, eu assumira o compromisso de considerar uma expansão mais limitada da prospecção no âmbito de uma estratégia para a energia «inclusiva de todas as medidas». Por uma questão de política, qualquer transição para um futuro com energias limpas demoraria décadas a concretizar. Enquanto isso, eu não tinha problemas em aumentar a produção de petróleo e de gás dos EUA por forma a diminuir a nossa dependência de

importações de Estados produtores de petróleo como a Rússia e a Arábia Saudita.

Acima de tudo, a minha decisão de permitir novas prospecções era um esforço de último recurso para recuperar a nossa legislação para as alterações climáticas, que nessa fase estava a dar as últimas. No Outono anterior, quando o senador do Partido Republicano Lindsay Graham concordara em ajudar a elaborar uma proposta de lei bipartidária para o clima, alertara que teríamos de abdicar de alguma coisa para conseguirmos apoio republicano suficiente para evitar o obstrucionismo, e o aumento da perfuração em alto-mar estivera no topo da sua lista. Acreditando na palavra de Graham, Joe Lieberman e John Kerry passaram meses a trabalhar em conjunto com Carol Browner, tentando convencer grupos de ambientalistas de que a troca valia a pena, salientando que os riscos ambientais da perfuração em alto-mar tinham sido mitigados graças a avanços tecnológicos e que qualquer acordo final impediria as petrolíferas de operar em áreas sensíveis como o Refúgio Nacional de Vida Selvagem do Árctico.

Pelo menos alguns grupos de ambientalistas estavam preparados para alinhar. Infelizmente, conforme os meses passaram, tornou-se cada vez mais óbvio que Graham não conseguiria cumprir a sua parte do acordo. Não por falta de tentativas. Esforçou-se para convencer as petrolíferas a assinar um acordo e adulou republicanos moderados como Susan Collins e Olympia Snowe, bem como senadores de Estados produtores de petróleo, como Lisa Murkowski do Alasca, na esperança de que co-patrocinassem o projecto de lei. Mas, por muitas concessões que Kerry e Lieberman estivessem preparados para fazer, Graham não conseguia arranjar interessados na facção do Partido Republicano. O preço político a pagar

pela colaboração com a minha administração continuava a ser demasiado alto.

Os eleitores e a imprensa conservadora tinham começado a criticar o próprio Graham pelo seu trabalho no projecto de lei para o clima. As suas exigências para se manter fiel ao projecto de lei aumentaram, dificultando a tarefa de Kerry em manter a concordância dos grupos de ambientalistas. Até o nosso anúncio de que estávamos a lançar os alicerces para abrir novas áreas de prospecção empolou a ira de Graham que, ao invés de o encarar como uma prova de boa-fé da nossa parte, se queixou de que o traíramos ao retirar-lhe uma moeda de troca fundamental. Começaram a circular rumores de que ele estava à espreita de um momento oportuno para abandonar o esforço por completo.

Tudo isto foi antes do acidente na *Deepwater*. Com os noticiários de súbito a mostrar imagens medonhas de uma plataforma em chamas, sabíamos que os grupos de ambientalistas iriam de certeza vetar qualquer projecto de lei que previsse a expansão de prospecções em alto-mar. Isso, por sua vez, daria a Graham a desculpa de que precisava para abandonar o barco. Fosse qual fosse a minha perspectiva, só conseguia chegar a uma conclusão: as minhas probabilidades, já de si ínfimas, de promulgar a legislação do clima antes das eleições intercalares tinham acabado de ir por água abaixo.

NA MANHÃ A SEGUIR à explosão da *Deepwater*, reconfortei-me um pouco ao ler nos relatórios que muito do petróleo libertado pela explosão estava em combustão à superfície da água, pelo menos reduzindo as probabilidades de graves danos ambientais. Carol confirmou que as embarcações de emergência da BP e da Guarda Costeira dos EUA tinham sido rápidas a chegar ao local, que as operações de busca e resgate dos trabalhadores da

plataforma desaparecidos estavam em curso e que nós nos mantínhamos em contacto com as autoridades estaduais e locais. Ao abrigo de uma lei federal promulgada no rescaldo do acidente do navio-cisterna *Exxon Valdez*, em 1989, no Alasca, a BP assumira total responsabilidade pela limpeza do derrame. Não obstante, eu mobilizei a Guarda Costeira, bem como a EPA e o Departamento do Interior, para avaliar os danos e dar todo o apoio de que a empresa pudesse precisar.

Partindo do princípio de que tínhamos a situação minimamente controlada, não mudei os meus planos e desloquei-me a Nova Iorque no dia seguinte para discursar sobre a reforma de Wall Street. Porém, quando lá cheguei a calamidade intensificara-se. Enfraquecida pelo incêndio que continuava a lavrar, toda a estrutura da *Deepwater* colapsara e afundara no oceano, cuspindo um fumo negro enquanto as suas 33 mil toneladas desapareciam de vista, quase de certeza provocando danos no meio marinho. Com as incertezas a multiplicarem-se rapidamente, pedi a Rahm para preparar um *briefing* para a minha chegada, convocando o comandante da Guarda Costeira dos EUA, o almirante Thad Allen, Janet Napolitano da Segurança Nacional, e o secretário do Interior Ken Salazar, cujo departamento era responsável pela supervisão das prospecções ao largo. Acabámos por perceber que a única hora a que podíamos encaixar uma reunião era às seis da tarde, logo depois de discursar para as duas centenas de pessoas que convidáramos para uma recepção que já estava agendada, no Roseiral, para celebrar o quadragésimo aniversário do Dia da Terra.

Era uma ironia cósmica que eu não estava com disposição para apreciar.

— Estamos a fazer-lhe uma praxe de despedida e tanto, Thad — disse eu, cumprimentando o almirante Allen enquanto ele e o resto do grupo entravam para a Sala Oval. Corpulento e rubicundo, com um bigode

farfalhudo, Allen estava a um mês da reforma, ao fim de trinta e nove anos de serviço na Guarda Costeira.

— Esperemos conseguir controlar esta trapalhada antes de isso acontecer, Senhor Presidente — retorquiu Allen.

Fiz sinal para todos se sentarem. O ambiente ficou mais pesado enquanto Allen explicou que a Guarda Costeira estava com menos esperanças no que dizia respeito às operações de busca e resgate, pois passara demasiado tempo para que qualquer dos onze elementos desaparecidos da tripulação do *Deepwater* pudesse ser resgatado com vida do alto-mar. Quanto às operações de limpeza, fez-me saber que as equipas de resposta da BP e da Guarda Costeira tinham mobilizado embarcações com equipamento especial para remover da superfície da água o petróleo resultante da explosão. Estava previsto o envio de aviões para a largada de dispersantes químicos que decomporiam o petróleo em gotículas mais pequenas e a Guarda Costeira estava a colaborar com a BP e os Estados atingidos visando o pré-posicionamento de barreiras flutuantes de esponja e plástico para prevenir a possibilidade de o petróleo alastrar até à orla costeira.

— Qual a posição da BP em relação às responsabilidades? — indaguei, dirigindo-me a Ken Salazar. A ficar calvo e de óculos, com uma disposição alegre e um fraco por chapéus de *cowboy* e gravatas a condizer, Ken fora eleito para o Senado em 2004, o mesmo ano que eu. Tornara-se um colega de confiança e era a escolha ideal para secretário do Interior, tendo liderado o Departamento de Recursos Naturais no Colorado antes de se tornar o primeiro procurador-geral hispânico do Estado. Crescera na belíssima região de ranchos do vale de San Luis, no centro-sul do Estado do Colorado, onde tinham vivido continuamente ramificações da sua família desde a década de 1850, e estava intimamente familiarizado com os

impulsos contraditórios de explorar e de preservar as terras federais que haviam moldado boa parte da história da região.

— Tive notícias deles hoje, Senhor Presidente — disse Salazar. — A BP confirmou que assumirá todos os custos que não sejam cobertos pelo Fundo de Responsabilidade para Derrames de Petróleo. — Isso eram boas notícias, pensei. Embora as petrolíferas fossem responsáveis pelo custo total da limpeza dos derrames da sua responsabilidade, o Congresso impusera um miserável tecto de 75 milhões de dólares na sua obrigação de compensar terceiros pelos danos, tais como pescadores ou empresas costeiras. Pelo contrário, as petrolíferas tinham de contribuir para um fundo conjunto que cobriria quaisquer danos que ultrapassassem esse valor até mil milhões de dólares. Mas Carol já nos alertara para o facto de que, se a maré negra não fosse contida convenientemente, isso poderia não ser o suficiente. Ao assegurar o compromisso precoce da BP em compensar quaisquer custos remanescentes, poderíamos pelo menos oferecer aos Estados afectados alguma garantia de cobrir os prejuízos dos seus residentes.

No fim da reunião, pedi que me mantivessem informado sobre novos desenvolvimentos e aconselhei-os a utilizar todos os recursos federais que tivéssemos ao nosso dispor para mitigar os impactos económicos e ambientais. Ao acompanhar a comitiva para o exterior da Sala Oval, reparei no ar pensativo de Carol e pedi-lhe que aguardasse um minuto para conversar com ela a sós.

— Ficou alguma coisa por abordar? — perguntei.

— Não propriamente — respondeu Carol. — Só acho que devemos preparar-nos para o pior.

— O que quer dizer com isso? — indaguei.

Carol encolheu os ombros.

— A BP alega que não há petróleo a vazar do poço. Com sorte, terão

razão. Mas estamos a falar de um tubo com mais de um quilómetro e meio até um poço no fundo do leito oceânico. Por isso, duvido que alguém saiba com certeza.

— E se estiverem enganados? — quis saber. — E se houver uma fuga debaixo da superfície?

— Se não a conseguirem vedar em breve — explicou —, temos um pesadelo nas mãos.

FOI PRECISO MENOS DE DOIS DIAS para confirmar os receios de Carol. O poço Macondo estava a vazar petróleo abaixo da superfície — e não era pouco. No início, os engenheiros da BP identificaram a fuga como proveniente de uma ruptura no tubo, a qual ocorrera quando a plataforma afundou, vertendo cerca de mil barris de crude para o golfo a cada dia. A 28 de Abril, câmaras subaquáticas tinham descoberto mais duas fugas e essas estimativas subiram para cinco mil barris por dia. À superfície, a maré negra alastrara quase mil quilómetros quadrados e estava prestes a atingir a costa da Luisiana, envenenando peixes, golfinhos e tartarugas marinhas e ameaçando danos de longo prazo em pântanos, estuários e enseadas que abrigavam aves e outras formas de vida selvagem.

Ainda mais alarmante foi o facto de a BP não parecer saber de quanto tempo necessitaria para vedar o poço de forma definitiva. A empresa insistiu que havia diversas opções viáveis, incluindo a utilização de veículos comandados à distância para desencravar o sistema de segurança anti-rebentamento, o enchimento do buraco com borracha ou outros materiais, a instalação de uma cúpula de contenção por cima do poço, de maneira a afunilar o petróleo até à superfície para poder ser recolhido, ou a perfuração de poços de descompressão, de maneira a ser possível bombear cimento para bloquear o fluxo do petróleo. Porém, de acordo com os nossos

especialistas, não havia certeza de as três primeiras dessas opções resultarem, enquanto a quarta poderia «demorar vários meses». À velocidade que acreditávamos que o petróleo estava a ser expelido, poderíamos estar a falar de um derrame de 71 milhões de litros, cerca de mais 70 por cento do que o derrame do *Exxon Valdez*.

De súbito, deparávamo-nos com a possibilidade do pior desastre ambiental da História dos EUA.

Destacámos Thad Allen para o cargo de comandante de incidentes nacionais, impusemos uma moratória de trinta dias para novas explorações em alto-mar, bem como uma proibição de pesca na área contaminada, e declarámos o desastre do Macondo como «derrame de relevância nacional». O Governo federal coordenou uma resposta com muitas entidades, incluindo a colaboração de cidadãos voluntários. Em pouco tempo, mais de duas mil pessoas estavam a trabalhar ininterruptamente na contenção do derrame, operando uma armada que integrava setenta e cinco embarcações, incluindo rebocadores, batelões e separadores de óleo, mais dezenas de aeronaves e 83 mil metros de diques flutuantes. Mandei Napolitano, Salazar e Lisa Jackson da EPA para o Golfo, monitorizar as operações, e disse a Valerie que queria que ela falasse todos os dias com os governadores da Luisiana, do Alabama, do Mississípi, do Texas e da Florida (cinco Estados republicanos) para ficar a saber o que mais poderíamos fazer para ajudar.

— Diga-lhes que, se tiverem algum problema, quero que mo digam directamente — ordenei a Valerie. — Temos que estar tão disponíveis para ajudar que eles cheguem ao ponto de se fartar de falar connosco.

É justo dizer que, no dia 2 de Maio, quando visitei o posto da Guarda Costeira em Venice, na Luisiana, para ver com os próprios olhos as operações de limpeza, estávamos a canalizar todos os nossos recursos para o desastre. À semelhança do que acontece com a maioria das viagens

presidenciais, o objectivo não era tanto recolher novas informações, mas transmitir preocupação e determinação. Depois de fazer um comunicado de imprensa debaixo de uma chuva intensa à porta do posto, falei com um grupo de pescadores, que me disseram que tinham sido contratados há pouco tempo pela BP para colocarem os diques flutuantes no caminho do derrame e estavam compreensivelmente preocupados com o impacto a longo prazo do derrame no seu meio de subsistência.

Nesse dia, também passei bastante tempo com Bobby Jindal, antigo congressista e especialista em política de saúde da administração Bush, que se valera do seu conservadorismo acutilante para se tornar o primeiro governador indo-americano. Inteligente, ambicioso e perto dos quarenta, Jindal era considerado um político promissor no seu partido e fora escolhido para dar a resposta do Partido Republicano, transmitida pela televisão, ao meu primeiro discurso às duas câmaras. Mas o incidente da *Deepwater*, que ameaçava encerrar indústrias vitais da Luisiana, como a indústria do marisco comercial e o turismo, deixou-o numa posição delicada. À semelhança da maioria dos políticos do Partido Republicano, era um defensor das grandes petrolíferas e também um fervoroso opositor de medidas ambientais mais restritivas.

Lutando com unhas e dentes para se antecipar a qualquer mudança nos sentimentos do público, Jindal passou a maior parte do tempo a apresentar-me um plano para erigir o quanto antes uma barreira ao longo de uma área da costa da Luisiana, insistindo que isso ajudaria a manter a iminente maré negra ao largo.

— Já temos os empreiteiros a postos para a operação — disse. Tinha um timbre confiante, a roçar a arrogância, embora os seus olhos escuros deixassem adivinhar uma circunspecção, quase dor, mesmo quando sorria.

— Só precisamos da sua ajuda para obter a aprovação do Corpo de Engenheiros do Exército e convencer a BP a pagar.

Na realidade, eu já ouvira falar da ideia da barreira. Avaliações preliminares dos nossos especialistas haviam sugerido que era impraticável, dispendiosa e potencialmente contraproducente. Eu suspeitava de que Jindal também sabia disso. A proposta era sobretudo uma jogada política, uma maneira de ele parecer proactivo, ao mesmo tempo que evitava as questões mais amplas que o derrame levantava sobre os riscos da prospecção em águas profundas. Não obstante, considerando a amplitude da crise, eu não queria que ficassem a pensar que recusava qualquer ideia por dá cá aquela palha e asseverei ao governador que o Corpo de Engenheiros do Exército faria uma avaliação rápida e minuciosa ao seu plano da barreira.

Como o tempo estava mau para o *Marine One* levantar voo, passámos grande parte do dia na estrada. Sentado no banco traseiro do SUV, observei a membrana irregular de vegetação, lama, sedimentos e água pantanosa que se alongava de forma desigual ao longo das duas margens do rio Mississípi até ao golfo. Durante séculos, os homens tinham tentado moldar aquela paisagem primitiva aos seus desígnios, tal como Jindal estava agora a propor-se fazer com a sua barreira, construindo diques, açudes, paredões, canais, comportas, pontes, estradas e auto-estradas ao serviço do comércio e da expansão, e reconstruindo-os uma e outra vez após furacões e inundações, sem se deixar intimidar pelas marés implacáveis. Havia uma certa nobreza na sua teimosia, pareceu-me, parte do espírito determinado que construíra a América.

Porém, no que dizia respeito ao oceano e ao majestoso rio que nele desaguava, as vitórias da engenharia revelavam-se fugazes e a perspectiva de controlo, uma ilusão. Todos os anos, a Luisiana perdia mais de 40 milhões de metros quadrados de terra, à medida que as alterações climáticas

subiam o nível da água do mar e tornavam mais ferozes os furacões no Golfo. As constantes dragagens, aterros e desvios do Mississípi para facilitar a passagem de embarcações e carga faziam com que menos sedimentos fossem levados para jusante, para restaurar a terra perdida. Precisamente a actividade que tornara a região um eixo comercial, e permitira a expansão da indústria petrolífera, estava agora a acelerar o avanço constante do mar. Ao olhar pelo vidro salpicado da chuva, questionei-me quanto tempo a estrada por onde seguíamos duraria, com as suas estações de serviço e lojas de conveniência, antes de também ela ser engolida pelas ondas.

UM PRESIDENTE não tem outra hipótese que não seja estar sempre a fazer várias coisas ao mesmo tempo. («És como aquele homem do circo», disse-me Michelle certa vez, «a fazer girar os pratos na ponta de um pau.») A al-Qaeda não suspendia as suas operações por causa de uma crise financeira. Um terramoto devastador no Haiti não escolhia o momento para acontecer de maneira a não coincidir com uma cimeira, por mim presidida, sobre segurança nuclear, há muito agendada e na qual participavam quarenta e sete nações. Assim, por muito tenso que estivesse por causa do desastre da *Deepwater*, fiz um esforço para não permitir que isso levasse a melhor sobre mim. Nas semanas que se seguiram à minha visita à Luisiana, segui de perto e com atenção a nossa resposta, baseando-me em detalhados *briefings* diários enquanto me dedicava em simultâneo aos dez ou doze outros assuntos urgentes que exigiam a minha atenção.

Visitei uma unidade fabril em Buffalo para debater a recuperação económica e continuei a trabalhar com uma comissão fiscal bipartidária que procurava maneiras de estabilizar o défice dos EUA a longo prazo. Fiz telefonemas a Merkel para falar sobre o caso da Grécia e a Medvedev para

abordar a ratificação do START, houve uma visita de Estado formal do presidente Felipe Calderón, do México, que se centrou na cooperação fronteiriça, e um almoço de trabalho com o presidente Karzai, do Afeganistão. Juntamente com os habituais *briefings* sobre a ameaça terrorista, sessões de estratégia com a minha equipa para a economia e um monte de cerimónias obrigatórias, entrevistei candidatos para um lugar no Supremo Tribunal que ficara vago depois de o juiz John Paul Stevens anunciar a sua reforma, em inícios de Abril. Decidi-me pela brilhante e jovem procuradora-geral e antiga reitora da Faculdade de Direito de Harvard, Elena Kagan, que, tal como a juíza Sotomayor, sairia das audições no Senado relativamente incólume e seria confirmada alguns meses mais tarde.

Mas, por muitos pratos que tivesse a girar na ponta de outros paus, as minhas preocupações acabavam por incidir de novo no derrame da *Deepwater*. Com um pouco de boa vontade, conseguia convencer-me de que se tinham verificado alguns progressos. A BP vedara com sucesso a mais pequena das três fugas submarinas, com recurso a robôs que tinham instalado uma válvula na ruptura no tubo. O almirante Allen pusera em ordem os esforços de limpeza à superfície que, em meados de Maio, integravam quase mil embarcações e um exército de quase vinte mil trabalhadores da BP, elementos da Guarda Costeira e da Guarda Nacional, mariscadores, pescadores e voluntários. Valerie fez um trabalho tão fora de série a manter a proximidade com os cinco governadores cujos Estados estavam sob a ameaça do derrame que, apesar das suas filiações partidárias, a maioria só tinha coisas positivas a dizer sobre a resposta federal («Eu e o Bob Riley ficámos grandes amigos», disse ela com um sorriso, aludindo ao governador republicano do Alabama). A única excepção era o governador Jindal. Valerie disse-me que, em várias ocasiões, ele fizera um pedido de

ajuda à Casa Branca para alguma coisa, sendo que, passados dez minutos, emitira um comunicado de imprensa a acusar-nos de ignorar a Luisiana.

Contudo, o petróleo continuava a jorrar. Os robôs da BP não conseguiram fechar o sistema de segurança anti-rebentamento encravado, deixando as duas principais fugas a jorrar. O primeiro esforço da empresa para implantar uma cúpula de contenção sobre as fugas também foi um fracasso, devido a problemas causados pelas baixas temperaturas das profundezas. Tornou-se cada vez mais evidente que a equipa da BP não sabia exactamente o que fazer, passando-se o mesmo com todas as agências federais que geralmente lidavam com derrames.

— Estamos habituados a lidar com marés negras provocadas por derrames de navios-cisternas ou rebentamentos de tubos — explicou-me o almirante Allen. — Tentar vedar um poço de petróleo activo mil e quinhentos metros abaixo do nível da água… parece mais uma missão espacial.

Era uma analogia adequada — e o motivo por que decidi pedir ajuda a Steve Chu. Apesar do seu título, de uma forma geral, o secretário da Energia não tem jurisdição sobre a exploração petrolífera, mas eu achei que não faria mal ter um físico galardoado com o Nobel envolvido na nossa resposta e, depois de descobrirmos as fugas submarinas, pedimos a Chu para fazer uma sessão de esclarecimento à equipa sobre a ciência envolvida na sua vedação. Apesar do pedido de Carol para ser sucinto, a sua apresentação da Sala de Crise demorou o dobro do tempo que estava previsto e envolveu trinta diapositivos. Ao fim do quinto, a maioria dos presentes perdera o fio à meada. Em vez de desperdiçar toda a capacidade intelectual em nós, pedi-lhe para ir a Houston, onde estava sediada a equipa de resposta da BP, para colaborar com os respectivos engenheiros numa possível solução.

Entretanto, a opinião pública em relação ao desastre começou a mudar. Ao longo das primeiras semanas depois do derrame, a BP acumulou a maior parte das culpas. Para além de haver uma tendência para os americanos serem cépticos em relação às petrolíferas, o CEO da BP, Tony Hayward, que é um desastre ambulante em relações públicas, disse à imprensa que o derrame envolvera uma quantidade de petróleo «relativamente pequena» num «oceano muito grande», declarou noutra entrevista que ninguém mais do que ele queria ver o buraco tapado porque «gostaria de reaver a minha vida», e, de um modo geral, abraçou todos os estereótipos do executivo de uma multinacional arrogante e desfasado da realidade. (A sua obtusidade fez-me lembrar que a BP — anteriormente denominada British Petroleum — começara por ser a Anglo-Persian Oil Company: a mesma empresa cuja relutância em dividir os direitos de exploração com o Governo do Irão, na década de 1950, redundara num golpe de Estado, o qual, em última instância, levara à Revolução Islâmica desse país.)

Porém, quando a crise passou a marca dos trinta dias, as atenções voltaram-se cada vez mais para a possível culpa da minha administração pela trapalhada. Em particular, notícias e audições do Congresso focaram-se numa série de isenções das directrizes para os padrões de segurança e ambientais de que a BP beneficiara por parte do do Serviço de Gestão de Minérios (MMS), a subagência do Departamento do Interior responsável pela atribuição de concessões, recolha de direitos de exploração e supervisão das operações de perfuração em alto-mar, em águas federais. As isenções concedidas pelo MMS ao poço Macondo da BP nada tinham de anormal. No que dizia respeito à gestão dos riscos das perfurações em águas profundas, os representantes da agência ignoravam geralmente os cientistas e engenheiros da sua equipa em detrimento de técnicos especializados da

indústria que, acreditavam, seriam mais versados nos mais recentes processos e tecnologias.

É claro que o problema foi precisamente esse. Antes da minha investidura, já nos tinham chegado aos ouvidos zunzuns sobre a intimidade do MMS com as petrolíferas e as suas lacunas em termos de regulamentações, incluindo um afamado escândalo nos finais da administração Bush que envolveu subornos, drogas e favores sexuais, e prometêramos proceder à reforma do organismo. E, na realidade, assim que assumira as rédeas do Departamento do Interior, Ken Salazar resolvera alguns dos problemas mais insignes. O que não tivera tempo ou recursos para fazer fora proceder a uma reorganização de fundo do MMS, de forma a ter a capacidade de regulamentar com rigor uma indústria tão endinheirada e complexa em termos tecnológicos.

Eu não podia culpar Salazar pelo ocorrido. Era difícil mudar as práticas e a cultura no seio de organismos governamentais e isso raras vezes se conseguia fazer numa questão de meses. Estávamos a deparar-nos com problemas semelhantes em agências encarregadas da regulamentação do sistema financeiro, onde reguladores extenuados e mal pagos mal conseguiam manter-se a par das operações sofisticadas e em constante evolução de imponentes instituições financeiras internacionais. Porém, isso não desculpava o facto de ninguém da minha equipa me ter alertado para o MMS ainda ter problemas tão graves antes de recomendarem a aprovação do plano do Departamento do Interior para disponibilizar áreas adicionais à prospecção de petróleo. Em todo o caso, em plena crise, ninguém queria saber da necessidade de injectar mais dinheiro em organismos federais. Tão-pouco queriam saber de como aumentar os salários de funcionários públicos ajudaria esses organismos a melhorar a gestão e a competir com o sector privado na atracção de talentos técnicos de topo. As pessoas só

queriam saber quem permitira à BP fazer uma perfuração a cinco quilómetros e meio da superfície do oceano sem saber como a estancar e o problema era que isso acontecera durante a nossa administração.

Enquanto as questões relacionadas com o MMS mantinham os repórteres ocupados, o que realmente mudou a opinião pública foi a decisão da BP em finais de Maio — que apoiei, no interesse da transparência — de começar a divulgar as imagens ao vivo e em tempo real das fugas, captadas pelas câmaras submarinas da empresa. As primeiras imagens da plataforma *Deepwater Horizon* em chamas tinham sido alvo de ampla cobertura. Mas as imagens do derrame propriamente dito — que consistiam sobretudo em imagens aéreas onde se viam indistintas faixas avermelhadas sobre o mar azul-esverdeado — não tinham captado na íntegra a potencial devastação. Mesmo quando ondas lustrosas e com manchas de petróleo, conhecidas como «bolas de alcatrão», começaram a dar à costa da Luisiana e do Alabama, os operadores de câmara não tinham imagens muito fortes com que trabalhar, sobretudo porque, para começar, após décadas de perfurações em alto mar, as águas do Golfo já não eram assim tão cristalinas.

As imagens submarinas mudaram tudo isto. De repente, pessoas de todo o mundo podiam ver o petróleo a pulsar em grossas colunas pelo meio dos destroços. Às vezes, parecia amarelo sulfuroso, outras, castanho ou preto, dependendo da iluminação. As colunas turvas surgiam poderosas, ameaçadoras, como emanações do inferno. Os canais de notícias da televisão por cabo começaram a transmitir as imagens num canto do ecrã vinte e quatro horas por dia, juntamente com um cronómetro digital que relembrava aos espectadores o número de dias, minutos e segundos que tinham passado desde que o derrame começara.

Os vídeos pareciam confirmar os cálculos feitos pelos nossos próprios analistas, independentes da BP. Era provável que as fugas vazassem entre

quatro a dez vezes mais o número avançado inicialmente de cinco mil barris de petróleo por dia. Mas, mais do que os números assustadores, as imagens do petróleo a jorrar — juntamente com um súbito aumento de filmagens secundárias de pelicanos cobertos de petróleo — tornaram a crise real para muita gente. De repente, as pessoas menos atentas ao derrame quiseram saber porque não estávamos a fazer alguma coisa para o parar. No consultório do dentista, Salazar deu por si a fitar as imagens que passavam num televisor instalado no tecto enquanto era submetido a uma desvitalização de emergência. Os republicanos apelidaram o derrame de «*Katrina* do Obama» e, não tardou, estávamos debaixo de fogo também dos democratas, designadamente do antigo assessor de Clinton e natural da Luisiana James Carville, que, numa aparição no programa *Good Morning America*, lançou um cáustico ataque à nossa resposta, direccionando as suas críticas especificamente para mim: «Amigo, você tem de vir aqui tomar as rédeas da situação! Pôr alguém a comandar as operações e fazer alguma coisa!» Um menino de nove anos, numa cadeira de rodas, que estava a visitar a Sala Oval numa acção conjunta com a Make-a-Wish Foundation, alertou-me para o facto de que, se eu não vedasse a fuga em breve, iria «ter imensos problemas políticos». Até Sasha, certa manhã, entrou na minha casa de banho enquanto eu me barbeava e perguntou:

— Já tapaste o buraco, papá?

Na minha mente, aqueles ciclones negros de petróleo passaram a simbolizar a cadeia de crises constantes pelas quais estávamos a passar. Mais do que isso, de algum modo, pareciam ter vida — uma presença maléfica que me atormentava com premência. Até esse ponto na minha presidência, mantivera a confiança fundamental de que, por muito más que as coisas se tornassem, quer fosse com os bancos, os fabricantes de automóveis, a Grécia ou o Afeganistão, eu arranjaria sempre uma solução

mediante um processo cabal e escolhas inteligentes. Só que estas fugas pareciam contrariar uma solução atempada, por muito que eu pressionasse a BP ou a minha equipa, e por muitas reuniões que realizasse na Sala de Crise, a analisar dados e diagramas com a mesma atenção que dedicara a qualquer sessão de planeamento de uma guerra. Com essa sensação de impotência temporária, a minha voz começou a transparecer uma certa causticidade — uma causticidade que reconhecia como apanágio de quem tem falta de confiança nas próprias capacidades.

— O que é que ele acha que eu devo fazer? — rosnei para Rahm, depois de ouvir a diatribe de Carville. — Vestir a merda do equipamento do Aquaman e mergulhar com uma chave de fendas na mão?

O coro de críticas teve o seu culminar numa conferência de imprensa na Casa Branca a 27 de Maio, que me deixou a responder a perguntas difíceis sobre o derrame de petróleo durante cerca de uma hora. Metodicamente, discriminei tudo o que fizéramos desde a explosão da *Deepwater* e descrevi os pormenores técnicos das várias estratégias que estavam a ser adoptadas para vedar o poço. Reconheci os problemas no MMS, bem como o meu próprio excesso de confiança na capacidade de empresas como a BP para acautelar a eventualidade de risco. Anunciei a formação de uma comissão nacional para analisar o desastre e perceber como tais acidentes poderiam ser evitados no futuro, e reforcei a necessidade de uma resposta a longo prazo que tornasse a América menos dependente de combustíveis fósseis maus para o ambiente.

Hoje, ao ler a transcrição, volvida uma década, fico espantado com o quanto pareço calmo e convincente. Talvez fique espantado porque a transcrição não regista aquilo que me lembro de sentir naquele momento, nem dá conta daquilo que realmente queria dizer aos jornalistas reunidos na Casa Branca:

Que o MMS não estava preparado para a tarefa que se esperava dele, em grande medida porque, nos últimos trinta anos, uma grande parcela dos eleitores americanos tinha acreditado na ideia dos republicanos de que o problema era o Governo e que as empresas tinham sempre razão, e que tinham elegido líderes que assumiram como missão esventrar as regulamentações ambientais, exaurir os orçamentos das agências, denegrir os funcionários públicos e permitir que os poluidores industriais agissem a seu bel-prazer.

Que o Governo não dispunha de melhor tecnologia do que a BP para fechar o buraco em tempo útil porque seria dispendioso dispor dessa tecnologia e os americanos não gostavam de pagar impostos mais elevados, sobretudo quando se tratava de nos prepararmos para problemas que ainda não tinham acontecido.

Que era difícil encarar com seriedade *quaisquer* críticas de uma pessoa como Bobby Jindal, que ao longo de toda a carreira defendera os interesses das grandes petrolíferas e iria apoiar uma acção judicial interposta pela indústria do petróleo numa tentativa de conseguir que um tribunal federal levantasse a nossa moratória temporária à exploração; e que, se ele e outros delegados eleitos pelo Golfo estivessem deveras preocupados com o bem-estar dos seus eleitores, estariam a tentar persuadir o seu partido a deixar de negar os efeitos das alterações climáticas, pois eram precisamente as pessoas do Golfo que corriam maiores riscos de perder as suas casas ou empregos, em resultado do aumento global das temperaturas.

E, por fim, que a única maneira de realmente garantir que não aconteceria outro derrame de petróleo catastrófico no futuro seria cessar definitivamente as perfurações; mas que isso não iria acontecer porque, afinal, nós, americanos, adorávamos o nosso combustível barato e os nossos carros potentes e que não nos preocupávamos com o ambiente a não ser

quando nos deparávamos com uma grande catástrofe; e que, não havendo essa catástrofe, a imprensa raramente cobria os esforços para fazer a América mudar dos combustíveis fósseis para outras energias ou para promulgar legislação de protecção do ambiente, visto que informar efectivamente o público sobre a política energética a longo prazo seria aborrecido e mau para as audiências; e que a única coisa de que eu tinha a certeza era que, independentemente de toda a indignação que estava naquele momento a ser veiculada sobre pântanos, tartarugas marinhas e pelicanos, aquilo que realmente interessava à maioria das pessoas era resolver o problema, era eu resolver mais uma trapalhada que demorara décadas a criar, com uma espécie de passe de magia, de modo a que pudéssemos todos voltar aos velhos hábitos que libertavam dióxido de carbono e eram um desperdício de energia, sem termos de nos sentir culpados por isso.

Não disse nada disso. Pelo contrário, com desânimo, assumi a responsabilidade e afirmei que era minha obrigação «resolver o problema». Depois disso, repreendi a minha equipa de imprensa, sugerindo que, se tivessem feito um melhor trabalho a contar a história de tudo aquilo que estávamos a fazer para conter o derrame, eu não teria de me expor durante uma hora enquanto me davam nas orelhas. O pessoal do meu Gabinete de Imprensa pareceu ressentido. Mais tarde nessa noite, sentado na Sala do Tratado, senti remorsos do que dissera, ciente de que direccionara a minha fúria e frustração para o sítio errado.

Quem eu realmente queria repreender eram aquelas malditas colunas de petróleo.

DURANTE AS SEIS SEMANAS SEGUINTES, o derrame continuou a dominar as notícias. Consoante os esforços para tapar o poço continuaram a ficar

aquém do expectável, compensámos a falha reforçando o meu envolvimento pessoal. Desloquei-me mais duas vezes à Luisiana, e também visitei o Mississípi, o Alabama e a Florida. Em colaboração com o almirante Allen, que concordara em adiar a sua reforma até a crise estar resolvida, arranjámos maneira de honrar os pedidos de todos os governadores, incluindo uma versão reduzida da barreira proposta por Jindal. Salazar promulgara uma norma para a dissolução efectiva do MMS, dividindo as responsabilidades pelo desenvolvimento energético, regulamentação de segurança e colecta de receitas por três novos organismos independentes. Eu anunciei a formação de uma comissão bipartidária cuja tarefa seria recomendar modos de prevenir futuros desastres com perfurações em alto-mar. Convoquei uma reunião com todo o executivo para debater a crise e tive um encontro muito triste com as famílias dos onze trabalhadores da *Deepwater* que morreram na explosão. Cheguei mesmo a fazer um comunicado da Sala Oval, o primeiro da minha presidência. O formato, comigo sentado à secretária *Resolute*, pareceu afectado, de outra era, e, segundo todas as opiniões, não foi muito bom.

A inundação de aparições e comunicados teve o esperado efeito de abafar, se não mesmo de eliminar de todo, as notícias negativas na imprensa, mas foram os resultados de duas decisões que eu já tinha tomado que, em última instância, nos permitiram ultrapassar a crise.

A primeira implicava garantir que a BP cumpria a sua promessa anterior de compensar os terceiros prejudicados pelo derrame. Geralmente, o processo de pedido de indemnização obrigava as vítimas a passar por um lodaçal de processos burocráticos ou até mesmo contratar um advogado. A resolução de tais pedidos poderia demorar anos, período durante o qual o pequeno operador de uma embarcação turística ou o proprietário de um restaurante já teria entrado em insolvência. Nós achámos que as vítimas

deste caso mereciam uma ajuda mais imediata. Também considerámos que aquele era o momento de fazer pressão: as acções da BP caíam a pique, a sua imagem global estava a ser massacrada, o Departamento de Justiça investigava a empresa por possível crime por negligência e a moratória federal para a exploração que impuséramos estava a criar uma enorme incerteza entre os accionistas.

— Posso espremê-los ao máximo? — perguntou Rahm.

— Com certeza — concordei.

Rahm meteu mãos à obra, atormentando, adulando e ameaçando como só ele sabia fazer e, quando, a 16 de Junho, me sentei à mesa com Tony Hayward e Carl-Henric Svanberg, presidente da BP, para uma reunião na Sala Roosevelt, eles estavam dispostos a brandir a bandeira branca (Hayward, que pouco falou durante a reunião, anunciaria a sua saída da empresa poucas semanas mais tarde). Não só a BP concordou em entregar 20 mil milhões de dólares a um fundo de resposta para compensar as vítimas do derrame, como tratámos de o dinheiro ser colocado num depósito fiduciário administrado independentemente por Ken Feinberg, o mesmo advogado que gerira o fundo para as vítimas do 11 de Setembro e analisara os planos de compensação executiva para os bancos que receberiam dinheiro do TARP. O fundo não resolveu o desastre ambiental, mas cumpriu a minha promessa de que todos os pescadores, mariscadores, empresas de fretamento e outros que estavam a sofrer perdas por causa da crise receberiam aquilo que lhes era devido.

A segunda boa decisão que eu tomara fora colocar Steve Chu no cargo. O meu secretário da Energia ficara desiludido com as suas interacções iniciais com os engenheiros da BP («Eles não sabem aquilo com que estão a lidar», dissera Chu), e estava agora a dividir o seu tempo entre Houston e Washington, dizendo a Thad Allen que a BP «não deve fazer coisa alguma

sem antes obter a minha aprovação». Num abrir e fechar de olhos, recrutara uma equipa de geofísicos e hidrólogos para o ajudarem a resolver o problema. Convencera a BP a recorrer a imagiologia por raios gama para diagnosticar o que acontecera de errado com o sistema de segurança anti-rebentamento e a instalar manómetros de pressão de modo a obterem dados reais sobre o que estava a acontecer na base do poço. Chu e a sua equipa também deixaram bem clara a ideia de que qualquer tentativa de a tapar deveria ser precedida de uma avaliação completa de como essa operação poderia desencadear uma cascata de fugas subterrâneas incontroláveis e uma catástrofe ainda em maior escala.

Chu e os engenheiros da BP acabaram por concordar que a melhor solução seria instalar um segundo sistema de segurança anti-rebentamento mais pequeno — denominado «coluna de selagem» — por cima da que tivera a falha, utilizando uma série de válvulas sequenciais para vedar a fuga. Porém, depois de analisar o *design* inicial da BP — e de pôr cientistas e engenheiros do Governo no Laboratório Nacional de Los Alamos e noutros locais a realizar uma série de simulações nos seus supercomputadores —, Chu chegou à conclusão de que não era adequado e o grupo não tardou a dedicar-se a conceber uma versão aperfeiçoada. Um dia, Axe passou pela Sala Oval e disse-me que encontrara Chu num restaurante ali perto a desenhar vários modelos de colunas de selagem num guardanapo, o prato de comida quase intacto.

— Ele começou a tentar explicar o funcionamento da engenhoca — disse Axe — e eu disse-lhe que já estava com dificuldade em decidir o que escolher para o almoço.

A coluna de selagem final pesava setenta e cinco toneladas, tinha nove metros de altura e, por insistência de Chu, incluía vários manómetros de pressão que nos disponibilizavam dados cruciais relativamente à sua

eficácia. Em poucas semanas, a coluna estava instalada por cima do poço e pronta a ser testada. A 15 de Julho, os engenheiros da BP fecharam as válvulas da coluna. O dispositivo aguentou. Pela primeira vez em oitenta e sete dias, o poço Macondo não vertia óleo.

Para não variar da pouca sorte que andávamos a ter, havia a ameaça de uma tempestade tropical passar pelo poço Macondo na semana seguinte. Chu, Thad Allen e Bob Dudley, director-geral da BP, tiveram de tomar a decisão célere de reabrir ou não as válvulas antes de as embarcações envolvidas nos esforços de contenção e os elementos da equipa da BP que estavam a monitorizar a integridade da coluna terem de bater em retirada, para a passagem da tempestade. Se os seus cálculos relativos à pressão submarina estivessem errados, havia o risco de a coluna não aguentar e, pior, poder causar a fractura do leito oceânico, provocando fugas ainda mais graves. A abertura das válvulas, é claro, significava recomeçar a mandar petróleo para o Golfo, que era o que ninguém queria. Depois de fazer mais uma série de cálculos, Chu concordou que valia a pena arriscar e manter as válvulas fechadas enquanto a tempestade deixava um rasto de destruição.

Mais uma vez, a coluna aguentou-se.

Quando soubemos as notícias, não houve festejos na Casa Branca, apenas um enorme alívio. Seriam necessários mais dois meses e uma série de procedimentos adicionais até a BP declarar o poço Macondo completamente selado e os esforços de limpeza prosseguiram para lá do final do Verão. A proibição de pesca foi levantada aos poucos e o marisco do Golfo foi considerado próprio para consumo. As praias foram reabertas e, em Agosto, levei a família à Panama City Beach, na Florida, para umas «férias» de dois dias, no intuito de incentivar a indústria do turismo na região. Há uma fotografia dessa viagem, tirada por Pete Souza e mais tarde publicada pela Casa Branca, em que eu estou a chapinhar na água com

Sasha, um sinal para os americanos de que era seguro nadar no Golfo. Malia não aparece na fotografia porque estava no acampamento de Verão. Michelle não aparece porque, como me explicou pouco depois da minha eleição: «Um dos meus objectivos como primeira-dama é nunca ser fotografada em fato de banho.»

De muitas maneiras, tínhamos logrado escapar ao pior cenário e, nos meses que se seguiram à crise, até James Carville admitiria que a nossa resposta fora mais eficaz do que o reconhecimento que obtivéramos. A orla costeira e as praias do Golfo sofreram menos danos visíveis do que o esperado e, apenas um ano depois do acidente, a região beneficiaria da sua maior temporada turística de sempre. Criámos um projecto de recuperação da orla costeira do Golfo, financiado por coimas adicionais aplicadas à BP, permitindo que as autoridades federais, estaduais e locais começassem a reverter alguma da degradação ambiental que já vinha a acontecer muito antes da explosão. Com algum incentivo dos tribunais federais, a BP acabou por ter de pagar indemnizações além dos 20 mil milhões do fundo de resposta. E, apesar de o relatório preliminar da comissão de derrame de petróleo que eu criara apontar justamente o dedo à supervisão do MMS às actividades da BP no campo Macondo, bem como à nossa incapacidade de avaliar com rigor a escala das fugas imediatamente após a explosão, no Outono, tanto a imprensa como o público já o tinham esquecido.

Não obstante, eu continuei a pensar nas imagens daquelas colunas de petróleo a jorrar de uma fissura da Terra para as profundezas espectrais do oceano. Especialistas da administração disseram-me que precisaríamos de anos para compreender a verdadeira escala dos danos ambientais que resultaram do derrame da *Deepwater*. As melhores estimativas concluíram que o poço Macondo libertara pelo menos quatro milhões de barris de petróleo para as águas, sendo que pelo menos dois terços desse volume

tinham sido captados, queimados ou dispersados. Onde o resto do petróleo acabou, que horrendo golpe representou para a vida selvagem, quanto acabara por assentar no leito oceânico e que efeito a longo prazo teria em todo o ecossistema do Golfo, só saberíamos daí a anos.

O que não foi um mistério foi o impacto político do derrame. Com a crise ultrapassada e as eleições intercalares à vista, sentimo-nos preparados para projectar um optimismo prudente — defender que o país estava por fim a mudar de rumo e destacar todo o trabalho que a minha administração fizera nos últimos dezasseis meses para marcar a diferença na vida das pessoas. Porém, a única impressão registada entre os eleitores era a de mais uma calamidade que o Governo parecera incapaz de resolver. Pedi a Axe para me fazer a sua melhor avaliação das probabilidades que os democratas tinham de manter o controlo da Câmara dos Representantes. Olhou para mim como se eu tivesse dito uma piada.

— Estamos tramados — disse ele.

DESDE O DIA da minha tomada de posse que sabíamos que as intercalares seriam difíceis. Em termos históricos, o partido que controlava a Casa Branca perdia quase sempre os seus lugares no Congresso ao fim dos primeiros dois anos no poder, pois pelo menos alguns eleitores tinham motivos de descontentamento. A afluência às urnas também diminuía substancialmente nas eleições intercalares e — em parte graças à longa história de discriminação dos eleitores na América, bem como à utilização de procedimentos complicados em muitos Estados que tornavam o acto de votar mais difícil do que era necessário — a queda foi sobretudo pronunciada entre o eleitorado jovem, de baixos rendimentos e pertencente a minorias, grupos demográficos cuja tendência de voto era democrata.

Tudo isto deveria ter tornado as intercalares um desafio para nós, mesmo

num período de relativa paz e prosperidade. O que, é claro, não era o caso. Apesar de as empresas terem recomeçado a contratar, a taxa de desemprego continuou a manter-se em torno dos 9,5 por cento em Junho e Julho, sobretudo porque os Governos estaduais e locais com falta de liquidez continuavam a despedir colaboradores. Pelo menos uma vez por semana reunia com a minha equipa para a economia na Sala Roosevelt, tentando lobrigar uma variante de planos de estímulo adicional que pudesse convencer pelo menos alguns republicanos do Senado a apoiá-la. Mas, à excepção de uma extensão concedida de má vontade ao subsídio de desemprego de emergência antes de o Congresso fazer a pausa de Verão, de uma maneira geral McConnell conseguiu manter a sua facção alinhada.

— Odeio dizê-lo — disse-me um senador republicano quando passou pela Casa Branca para tratar de outro assunto —, mas quanto pior as pessoas se sentirem neste instante, melhor para nós.

A economia não foi o único entrave que tivemos de enfrentar. As sondagens de opinião davam, no geral, uma vantagem em relação aos democratas no que à segurança nacional dizia respeito e, desde o dia em que assumira o cargo, o Partido Republicano procurara tirar partido dessa vantagem, aproveitando todas as oportunidades para retratar a minha administração como fraca em termos de defesa e branda com o terrorismo. Na maior parte, os ataques falharam: por muito desiludidos que os eleitores estivessem com a minha administração económica, continuavam a dar-me uma boa classificação no que tocava a manter a sua segurança. Esses números mantiveram-se sólidos depois do ataque de Fort Hood e do bombardeamento frustrado no dia de Natal. Inclusive, mantiveram-se bastante inalterados quando, em Maio de 2010, um homem chamado Faisal Shahzad — um cidadão naturalizado americano, criado no Paquistão e

treinado pelos talibãs paquistaneses — tentou sem sucesso detonar um carro armadilhado em plena Times Square.

Não obstante, o facto de 180 mil militares americanos continuarem mobilizados em guerras no estrangeiro lançava uma sombra sobre as intercalares. Embora estivéssemos a entrar na fase final da retirada do Iraque, com as últimas brigadas de combate previstas para regressar em Agosto, era provável que a época de combates de Verão no Afeganistão voltasse a provocar um inquietante aumento de mortes entre os americanos. Eu ficara impressionado com a liderança das forças de coligação de Stan McChrystal no terreno. As tropas adicionais que eu autorizara tinham ajudado a recuperar território aos talibãs; o treino dado ao Exército afegão tinha surtido efeito; McChrystal até convencera o presidente Karzai a aventurar-se fora do palácio e a começar a interagir com a população que alegava representar.

Contudo, sempre que me encontrava com soldados feridos no Walter Reed e no Bethesda, recordava os terríveis custos desses progressos incrementais. Enquanto as minhas visitas iniciais tinham demorado cerca de uma hora, agora demorava-me lá pelo menos duas horas, pois o hospital parecia estar quase lotado. Numa visita, entrei num quarto e encontrei a mãe de um soldado que fora vítima de um dispositivo explosivo improvisado a cuidar dele. Suturas grossas percorriam a lateral da cabeça semi-rapada do jovem. Parecia estar cego de um olho e tinha o corpo parcialmente paralisado e um braço engessado com graves lesões. Segundo o médico com quem falei antes de entrar, o doente passara três meses em coma antes de recuperar a consciência. Sofrera lesões cerebrais permanentes e acabara de ser submetido a uma cirurgia para reconstrução do crânio.

— Cory, o presidente veio ver-te — disse a mãe do soldado,

incentivando-o. O jovem não conseguia falar, mas esboçou um ténue sorriso e um menear da cabeça.

— Muito gosto em conhecê-lo, Cory — disse eu, apertando-lhe a mão livre com delicadeza.

— Na realidade, vocês já se conheceram — disse a mãe. — Está a ver? — Apontou para uma fotografia colada na parede e aproximei-me para ver uma imagem em que eu estava com um grupo de Rangers sorridentes. Percebi então que o soldado ferido deitado naquela cama era o sargento de primeira classe Cory Remsburg, o intrépido jovem pára-quedista com quem falara há menos de um ano, durante as celebrações da chegada dos Aliados à Normandia. Aquele que me dissera que fora destacado para a sua décima missão no Afeganistão.

— É claro… Cory — disse eu, olhando de relance para a mãe. O seu olhar perdoou-me por não ter reconhecido o filho. — Como se sente, soldado?

— Mostra-lhe como te sentes, Cory — disse a mãe.

Devagar, com muito esforço, Cory levantou o braço e esticou o polegar. Tirando-nos fotografias, Pete pareceu visivelmente abalado.

Talvez o que acontecera a Cory e a tantos outros como ele não tivesse para os eleitores o mesmo significado que tinha para mim. Desde que se processara a mudança para um serviço militar totalmente voluntário nos anos setenta, menos americanos tinham familiares, amigos ou vizinhos a servir em combate. Todavia, o número crescente de baixas deixava uma nação abatida, incerta como nunca em relação ao rumo daquilo que, cada vez mais, parecia uma guerra sem fim. Essa incerteza só foi agravada em Junho, quando chegou às bancas um extenso perfil de Stan McChrystal na *Rolling Stone*.

O artigo, intitulado «General em Fuga», criticava com veemência o

esforço de guerra dos EUA, sugerindo que eu fora enganado pelo Pentágono para dobrar a aposta numa causa perdida. Mas isso não era novidade. Pelo contrário, o que chamou a atenção de Washington foi o acesso que McChrystal concedera ao repórter, bem como a grande quantidade de observações cáusticas com que o general e a sua equipa arrasaram aliados, representantes eleitos e membros da administração. A páginas tantas, o repórter descreve o general e um assessor a gracejar sobre possíveis respostas a quaisquer perguntas sobre o vice-presidente Biden («Está a perguntar sobre o vice-presidente Biden?», terá alegadamente dito McChrystal. «Não sei quem é», ao que o assessor atalha: «Disse "estou-me nas tintas"?».) Noutra passagem, McChrystal queixa-se sobre ter de jantar com um ministro francês em Paris («Preferia levar um chuto no cu») e resmunga sobre um *e-mail* do conselheiro especial de Hillary, o experiente diplomata Richard Holbrooke («Nem sequer o quero abrir»). Embora eu fosse em grande medida poupado à pior parte dos gracejos, um elemento da equipa de McChrystal destaca a desilusão do seu superior em relação ao nosso encontro precisamente antes de eu o nomear comandante da coligação, sugerindo que eu deveria ter conferido mais atenção pessoal ao general.

Para além de ressentimentos que o artigo geraria — restaurando divisões no seio da equipa afegã que eu esperava que nos apoiasse —, fez com que McChrystal e a sua comandita parecessem um bando de estudantes universitários pretensiosos. Nem conseguia imaginar como os pais de Cory Remsburg se sentiriam, ao ler o artigo.

— Não sei em que diabo estava ele a pensar — disse Gates, fazendo um esforço para minimizar os danos.

— Não estava — disse eu, lacónico. — Enganaram-no.

A minha equipa perguntou-me como queria resolver o problema. Eu

respondi que ainda não decidira, mas que, enquanto estava a pensar, queria McChrystal no próximo voo para Washington. No início, senti-me tentado a castigar o general apenas com uma firme reprimenda — e não só porque Bob Gates insistira que ele continuava a ser o melhor homem para liderar o esforço de guerra. Eu sabia que, se alguém gravasse as conversas privadas entre mim e a minha equipa sénior, poderíamos, nós próprios, soar bastante odiosos. E apesar de McChrystal e o seu círculo mais restrito terem revelado uma falta de discernimento atroz ao falarem daquela maneira à frente de qualquer repórter, num ou noutro momento, todos nós da Casa Branca já disséramos coisas que ficaram gravadas e que não deveríamos ter dito. Se eu não despedia Hillary, Rahm, Valerie ou Ben por contarem segredos, porque haveria de tratar McChrystal de maneira diferente?

Ao longo das vinte e quatro horas seguintes, cheguei à conclusão de que isto era diferente. Como todos os comandantes militares gostavam de me relembrar, as forças armadas dependiam absolutamente de disciplina rigorosa, códigos de conduta inequívocos, coesão da unidade e hierarquia estrita, porque a parada era sempre mais alta, porque qualquer inaptidão em agir como uma equipa, quaisquer erros individuais, não resultavam apenas em desonra e perda de lucros. Estavam em jogo vidas de pessoas. Qualquer cabo ou capitão que denegrisse em público uma série de oficiais superiores com termos tão vívidos teria de pagar um preço elevado. Não vi maneira de aplicar um conjunto de regras diferente a um general de quatro estrelas, por muito talentoso, corajoso ou condecorado que fosse.

Essa necessidade de responsabilização e disciplina alargava-se às questões de controlo civil sobre o Exército, argumento que destacara na Sala Oval a Gates e a Mullen, pelos vistos sem um efeito suficiente. Para dizer a verdade, eu admirava o espírito rebelde de McChrystal, o seu aparente desdém pela ostentação e pela autoridade que, na sua opinião, não

eram merecidas. Não havia dúvida de que isso o tornara um melhor líder, contribuindo para a feroz lealdade das tropas sob o seu comando. Mas, naquele artigo na *Rolling Stone*, eu lobrigara nele e nos seus assessores aquele mesmo ar de impunidade que parecia ter-se instalado entre algumas altas patentes das forças armadas durante a administração Bush: um sentimento de que, quando começava uma guerra, aqueles que combatiam não deviam ser questionados, os políticos deviam dar-lhes tudo o que pediam e deixá-los agir a seu bel-prazer. Era uma visão tentadora, sobretudo vinda de um homem do calibre de McChrystal. Também ameaçava corroer um fundamento da nossa democracia representativa e eu estava determinado a pôr cobro a isso.

Estava uma manhã quente e húmida quando eu e McChrystal finalmente nos sentámos sozinhos na Sala Oval. Ele parecia humilhado, mas composto. A seu favor, não se desculpou pelas alegações feitas. Não sugeriu que o tivessem citado erradamente ou que as frases tivessem sido tiradas do contexto. Apenas pediu desculpa pelo erro e entregou-me a carta de demissão. Eu expliquei porque, não obstante a admiração que tinha por ele e a minha gratidão pelo serviço prestado, decidira aceitá-la.

Depois de McChrystal ir embora, convoquei uma conferência de imprensa no Roseiral para descrever os motivos que levaram à minha decisão e anunciar que o general Dave Petraeus assumiria o comando das forças de coligação no Afeganistão. Fora Tom Donilon que tivera a ideia de instituir Petraeus no cargo. Para além de ser o líder militar mais conhecido e respeitado do país, na qualidade de chefe do Comando Central, também já estava bastante familiarizado com a nossa estratégia para o Afeganistão. As notícias foram tão bem acolhidas como poderíamos esperar, dadas as circunstâncias. Mesmo assim, saí da conferência de imprensa a sentir-me

mal com toda a situação. Disse a Jim Jones para reunir de imediato toda a equipa da segurança nacional. A reunião foi breve.

— Advirto toda a gente de que estou farto — disse eu, o tom de voz a subir paulatinamente. — Não quero ouvir qualquer comentário sobre McChrystal na imprensa. Não quero saber de mais distorções, rumores ou maledicência. O que eu quero é que as pessoas façam os seus malditos trabalhos. E se há aqui pessoas que não sabem trabalhar em equipa, também vão para o olho da rua. Falo muito a sério.

A sala ficou em silêncio. Virei-lhes costas e saí, Ben a seguir na minha peugada; pelos vistos, tínhamos de trabalhar num discurso.

— Eu gostava do Stan — disse eu, baixinho, enquanto caminhávamos.

— Não teve alternativa — disse Ben.

— Pois — concordei, abanando a cabeça. — Eu sei, mas isso não me faz sentir melhor.

PESE EMBORA O FACTO de o caso McChrystal ter chegado às manchetes (reforçando a convicção entre os apoiantes do Partido Republicano de que eu não tinha o que era preciso para ser o comandante supremo das forças armadas), não foi o tipo de notícia que faria os eleitores indecisos mudar a sua orientação de voto numa eleição. Consoante as intercalares se aproximaram, os republicanos focaram-se antes numa questão de segurança nacional mais próxima de casa: a grande maioria dos americanos não gostava da ideia de julgar suspeitos de terrorismo em tribunais criminais civis em território americano. Na realidade, a maioria não estava especialmente preocupada em proporcionar-lhes julgamentos completos ou justos. Já tínhamos ficado com uma vaga ideia disso quando tentámos avançar com o meu compromisso de encerrar o centro de detenção de Guantánamo. Em termos abstractos, a maioria dos democratas do

Congresso concordou com o meu argumento de que manter ali prisioneiros estrangeiros por tempo indeterminado sem julgamento era má ideia. A prática constituía uma violação das nossas tradições constitucionais e desprezava as Convenções de Genebra; complicava a nossa política externa e desmotivava até mesmo alguns dos nossos aliados mais próximos de colaborarem connosco nos esforços antiterrorismo; de uma forma perversa, ajudava o recrutamento da al-Qaeda e, de uma maneira geral, deixava-nos menos seguros. Alguns republicanos — de maneira mais notável John McCain — concordavam.

Porém, para realmente encerrar as instalações, tínhamos de decidir o que fazer com os duzentos e quarenta e dois prisioneiros que estavam detidos em Guantánamo quando subi ao poder. Muitos eram combatentes mal treinados, de nível inferior, que tinham sido capturados de forma aleatória no campo de batalha e representavam pouca ou nenhuma ameaça para os EUA (a própria administração Bush já libertara mais de quinhentos desses prisioneiros, enviando-os para os seus países de origem ou para países terceiros). Porém, havia um pequeno número de prisioneiros da Gitmo constituído por sofisticados operacionais da al-Qaeda, conhecidos por «prisioneiros de alto valor», como era o caso de Khalid Sheikh Mohammed, um dos autoproclamados autores dos ataques do 11 de Setembro. Os homens desta categoria eram acusados de serem directamente responsáveis pelo assassínio de americanos e estrangeiros inocentes e, na minha opinião, libertá-los seria perigoso e imoral.

A solução parecera óbvia. Poderíamos repatriar os restantes prisioneiros de baixo nível para os seus países de origem, onde poderiam ser monitorizados pelos respectivos Governos e integrados lentamente nas suas sociedades, e levar os prisioneiros de alto valor a julgamento em tribunais criminais dos EUA. Só que, quanto mais ponderávamos o caso, mais

obstáculos encontrávamos. Por exemplo, no que diz respeito à repatriação, muitos prisioneiros de baixo nível eram oriundos de países que não tinham capacidade para lidar com o seu regresso de maneira segura. Na realidade, o maior contingente — noventa e nove homens — era do Iémen, um país extremamente pobre cujo Governo mal conseguia operar, com conflitos tribais enraizados e a célula mais activa da al-Qaeda fora do Território Federal das Áreas Tribais (FATA, no acrónimo em inglês) do Paquistão.

O direito internacional também nos proibia de repatriar prisioneiros relativamente aos quais tivéssemos suspeitas de poderem ser abusados, torturados ou assassinados pelo seu próprio Governo. Era o caso de um grupo de uigures detidos na Gitmo: membros de uma minoria étnica muçulmana que fugira para o Afeganistão devido a uma repressão brutal e antiga na sua terra natal, a China. Os uigures não tinham qualquer ressentimento para com os EUA. Já Pequim considerava-os terroristas e nós não duvidávamos de que eles corriam o risco de uma recepção atribulada, se os mandássemos de volta para a China.

A possibilidade de levar prisioneiros de alto valor a julgamento em tribunais dos EUA era porventura ainda mais complicada. Por um lado, a administração Bush não dera prioridade a preservar as cadeias de evidência ou a manter registos inequívocos relacionados com as circunstâncias em que os prisioneiros tinham sido capturados, pelo que os processos de muitos prisioneiros eram uma trapalhada. Além disso, muitos prisioneiros de alto valor, incluindo Khalid Sheikh Mohammed, tinham sido torturados durante os interrogatórios, tornando não só as suas confissões, mas também quaisquer evidências associadas a esses interrogatórios, inadmissíveis ao abrigo das leis comuns de acção judicial.

Os representantes da administração Bush não tinham considerado nada disto um problema, já que, na sua opinião, todos os prisioneiros da Gitmo

se qualificavam como «combatentes inimigos ilegais», dispensados, portanto, das protecções das Convenções de Genebra e sem direito a julgamentos civis. Pelo contrário, para resolver casos judicialmente, a administração criara um sistema alternativo de «comissões militares» nas quais juízes militares dos EUA determinavam a culpa ou a inocência e prevaleciam padrões menos exigentes de evidências e protecções procedimentais mais fracas. Poucos eram os observadores legais que consideravam que a abordagem da administração cumpria adequadamente os requisitos mínimos de procedimento legítimo. E, em resultado de constantes desafios jurídicos, atrasos e obstáculos procedimentais, as comissões só tinham conseguido deliberar sobre três casos em dois anos. Entretanto, um mês antes da minha eleição, advogados que representavam dezassete uigures detidos na Gitmo tinham apresentado um requerimento com parecer favorável de um juiz dos EUA para análise à respectiva detenção, levando-o a decretar a sua libertação de custódia militar, o que abrira os precedentes para uma demorada batalha jurídica sobre jurisdição. Também estavam pendentes pedidos semelhantes em nome de outros prisioneiros.

— Isto não é só uma cagada do passado — disse Denis depois de uma sessão na Gitmo. — É uma cagada monumental.

Não obstante estas dificuldades, começámos a dedicar-nos ao problema. Ordenei a suspensão de quaisquer novos casos a ser levados a comissões militares — apesar de, num piscar de olho ao Pentágono, ter concordado em ter uma equipa interagências a avaliar se as comissões podiam ser alvo de reforma e utilizadas como reserva no caso de não podermos julgar certos prisioneiros num tribunal civil. Definimos um processo formal para avaliar que prisioneiros poderiam ser libertados em segurança, quer fossem enviados para os seus países de origem quer para outros países dispostos a

acolhê-los. Em colaboração com advogados do Pentágono e da CIA, o procurador-geral Eric Holder e uma equipa de promotores de justiça começaram a analisar os processos dos prisioneiros, para ver que outras evidências eram necessárias para levar a julgamento e condenar cada prisioneiro de alto valor detido na Gitmo. Começámos então a procurar instalações nos EUA — numa instalação militar ou no sistema prisional federal existente — que pudessem albergar no imediato os prisioneiros da Gitmo, enquanto determinávamos que destino lhes dar.

Foi quando o Congresso se começou a agitar. Os republicanos ouviram rumores de que estávamos a considerar a possível reinserção de uigures na Virgínia (na sua maioria, acabaram por ser enviados para países terceiros, incluindo as Bermudas e a ilha-nação de Palau) e foram para a comunicação social alertar os eleitores de que a minha administração estava a planear mudar terroristas para os seus bairros, talvez até mesmo para a porta ao lado, o que deixou os democratas do Congresso compreensivelmente nervosos, acabando por concordar com a adição de uma disposição a um projecto de lei de gastos em defesa que proibia a utilização de quaisquer fundos dos contribuintes para a transferência de prisioneiros dos EUA para outra coisa que não fosse um julgamento. Também exigia que Bob Gates submetesse um plano formal ao Congresso antes de se escolher outras instalações e se encerrar Guantánamo. Na Primavera de 2010, Dick Durbin abordou-nos com a possibilidade de se utilizar uma prisão estadual, que estava quase deserta, em Thomson, no Ilinóis, para albergar até noventa prisioneiros de Guantánamo. Apesar dos empregos que isso poderia representar para uma vila rural bastante afectada pela crise económica, o Congresso recusou-se a financiar os 350 milhões de dólares necessários para a aquisição e a renovação das instalações, chegando inclusive alguns democratas liberais a repetir os argumentos republicanos de que qualquer

centro de detenção localizado em território americano seria um alvo preferencial de ataques terroristas no futuro.

Para mim, nada disto fazia sentido. Os conspiradores terroristas não eram SEAL da Marinha; se a al-Qaeda planeasse outro ataque aos Estados Unidos, fazer explodir uma estação do metro em Nova Iorque ou um centro comercial apinhado de gente em Los Angeles seria muito mais devastador — e mais fácil — do que tentar organizar um ataque a uma instituição correccional no meio de nenhures, protegida por militares americanos muito bem armados. De facto, bem mais de cem terroristas condenados já estavam a cumprir pena sem incidentes em prisões federais espalhadas pelo país.

— Estamos a agir como se estes tipos fossem um grupo de super-vilões saídos de um filme do James Bond — disse eu a Denis, exasperado. — Um recluso médio de um estabelecimento prisional de máxima segurança comeria estes prisioneiros ao pequeno-almoço.

Não obstante, eu compreendia que o medo das pessoas fosse real — um medo resultante do trauma do 11 de Setembro e constantemente atiçado pela administração anterior e uma grande parte da comunicação social (já para não falar de inúmeros filmes e programas de televisão) durante quase uma década. De facto, vários pupilos da administração Bush — em particular o antigo vice-presidente Dick Cheney — assumiram a missão de continuar a instigar tais receios, encarando as minhas decisões para reformular o tratamento dado aos suspeitos de terrorismo como um ataque ao seu legado. Numa série de discursos e aparições na televisão, Cheney insistiu que a utilização de tácticas como afogamentos simulados e a detenção por tempo indefinido tinham impedido «uma coisa muito maior e mais grave» do que os ataques de 11 de Setembro. Acusou-me de recuar para um «modo de aplicação da lei» pré-2001 no tratamento dado aos

terroristas sem compreender o «conceito de ameaça militar», alegando que, ao fazê-lo, eu estava a aumentar o risco de outro ataque.

A alegação de Cheney de que a minha administração não estava a tratar a al-Qaeda como uma ameaça militar era difícil de conciliar com os batalhões adicionais que eu destacara para o Afeganistão ou os grupos de operacionais da al-Qaeda que estávamos a atacar com drones. Além de que é provável que Cheney não tenha sido o melhor mensageiro para qualquer argumento, olhando ao facto de gozar de tão fraca popularidade entre o público americano graças, em grande medida, à sua catastrófica apreciação no Iraque. Não obstante, muitos eleitores concordavam com a noção de que não deveríamos tratar os terroristas como «criminosos vulgares». A ideia ganhara ainda mais força no rescaldo da tentativa do «bombista das cuecas», Umar Farouk Abdulmutallab, para fazer despenhar um avião comercial no Natal anterior.

O Departamento de Justiça e o FBI tinham seguido os protocolos no tratamento do caso. Seguindo ordens de Eric Holder, e com o acordo do Pentágono e da CIA, os agentes federais tinham detido Abdulmutallab, nascido na Nigéria, como um suspeito criminoso assim que o avião da Northwest Airlines aterrou em Detroit, tendo-o transportado para receber tratamento médico. Considerando que a principal prioridade era determinar que não havia mais ameaças imediatas à segurança pública — por exemplo, outros bombistas noutros aviões —, a primeira equipa de agentes do FBI que interrogou Abdulmutallab fê-lo sem proceder à leitura dos direitos de Miranda, utilizando um precedente legal bem estabelecido que permitia uma excepção à aplicação da lei aquando da neutralização de uma ameaça activa. Depois de falar com os agentes durante quase uma hora, o suspeito forneceu informações valiosas sobre as suas ligações à al-Qaeda, o seu treino no Iémen, a origem do seu dispositivo explosivo e outros ataques

planeados. Mais tarde leram-lhe os direitos e concederam-lhe defesa jurídica.

De acordo com os nossos críticos, praticamente puséramos o homem em liberdade.

— Por que carga de água interromperiam o interrogatório a um terrorista? — perguntou na televisão Rudy Giuliano, antigo presidente da câmara de Nova Iorque. Joe Lieberman insistiu que Abdulmutallab podia ser considerado um combatente inimigo e, como tal, deveria ter sido entregue às autoridades militares para interrogatório e detenção. E, na acérrima corrida ao Senado do Massachusetts que estava então a decorrer, o republicano Scott Brown recorreu ao modo como lidámos com o caso para pôr a democrata Martha Coakley na defensiva.

A ironia, como Eric Holder gostava de salientar, era que a administração Bush lidara com quase todos os casos que envolveram suspeitos de terrorismo detidos em território americano (incluindo Zacarias Moussaoui, um dos indivíduos por detrás dos ataques de 11 de Setembro) *exactamente da mesma maneira*. Fizeram-no porque a Constituição dos EUA assim o exigia: nos dois casos em que a administração Bush declarou suspeitos de terrorismo detidos nos EUA como «combatentes inimigos» sujeitos a detenção por tempo indefinido, os tribunais federais intervieram e obrigaram-nos a repor o sistema criminal. Além disso, cumprir a lei efectivamente resultou. O Departamento de Justiça de Bush condenara com sucesso mais de uma centena de suspeitos de terrorismo, com penas pelo menos tão pesadas como as poucas que tinham sido aplicadas através de comissões militares. Por exemplo, Moussaoui estava a cumprir várias penas de prisão perpétua numa prisão federal. No passado, estas condenações criminais legais tinham atraído copiosos elogios dos conservadores, incluindo Giuliani.

— Não seria tão exasperante — disse-me Eric certo dia — se o Giuliani e alguns desses outros críticos acreditassem deveras naquilo que estão a dizer, mas ele é um antigo procurador. *Sabe* que não é assim. É uma vergonha.

Sendo o contacto privilegiado no nosso esforço para alinhar as práticas de contraterrorismo da América com os respectivos princípios constitucionais, Eric seria o principal alvo da sua ira arquitectada. Não pareceu importar-se, ciente de que isso fazia parte do cargo — apesar de não achar que era apenas uma coincidência ser o alvo predilecto da minha administração de grande parte dos vitupérios republicanos e das teorias de conspiração da Fox News.

— Quando estão a gritar comigo, irmão — dizia Eric, dando-me uma palmada nas costas com um sorriso —, sei que na verdade estão a pensar em ti.

Eu percebia porque é que aqueles que se opunham à minha presidência podiam considerar Eric como um útil sucedâneo. Alto e calmo, crescera em Queens, Nova Iorque, filho de pais da classe média com descendência dos Barbados («Eles transmitiram-lhe aquela particularidade típica dos insulares», disse-lhe eu). Frequentara a minha *alma mater*, a Universidade de Columbia, uma década antes de mim, onde jogara basquetebol e participara em manifestações pacíficas no *campus*. Ainda na Faculdade de Direito, interessara-se pelos direitos civis, tendo estagiado certo Verão no Fundo de Defesa Legal NAACP, e, tal como eu, escolhera a função pública ao invés de um emprego numa empresa de advocacia privada, desempenhando funções de promotor de justiça na Secção de Integridade Pública do Departamento de Justiça e, mais tarde, de juiz federal no Tribunal Superior de Washington. Bill Clinton acabaria por nomeá-lo delegado do Ministério Público dos EUA pelo distrito de Columbia e, mais

tarde, procurador-geral adjunto dos Estados Unidos — o primeiro afro-americano a ocupar qualquer desses cargos.

Eu e Eric acreditávamos piamente na lei, tínhamos ambos a convicção — moderada pela experiência pessoal e pelo conhecimento que tínhamos da História — de que, através de uma argumentação fundamentada e de uma fidelidade aos ideais e instituições da nossa democracia, a América poderia ser melhor. Foi com base nesses pressupostos partilhados, mais do que na nossa amizade ou em qualquer acordo em particular em relação às questões, que eu o quis para meu procurador-geral. Foi também por isso que eu acabaria a proteger com tanto rigor o seu gabinete da interferência da Casa Branca relativamente a casos e investigações pendentes.

Não havia lei alguma que proibisse expressamente tal interferência. No final de contas, o procurador-geral e os seus delegados integravam o ramo executivo e, por conseguinte, estavam às ordens do presidente. Porém, o procurador-geral era, acima de tudo, o advogado do povo, não o conselheiro do presidente. Não permitir a interferência da política nas decisões de investigação e acusação do Departamento de Justiça era um imperativo democrático crucial, que se tornou manifestamente óbvio quando as audiências do Watergate revelaram que o procurador-geral de Richard Nixon, John Mitchell, participara activamente no encobrimento de delitos da Casa Branca e iniciara investigações criminais aos inimigos do presidente. A administração Bush fora acusada de violar essa norma em 2006, quando despediu nove delegados do Ministério Público que, aparentemente, considerara pouco comprometidos com a sua agenda ideológica; e a única mancha na folha de outro modo imaculada de Eric Holder era a sugestão de que sucumbira à pressão política quando, na qualidade de procurador-geral adjunto, apoiara o indulto de Bill Clinton a um importante financiador, nos dias de declínio da administração. Mais

tarde, Eric disse arrepender-se da decisão, e era precisamente esse tipo de situação que eu pretendia evitar. Assim, embora discutíssemos com regularidade políticas do Departamento de Justiça na generalidade, tivemos o cuidado de evitar qualquer tópico que pudesse sequer parecer comprometer a sua independência enquanto principal representante da lei na América.

Porém, não havia como contornar o facto de que quaisquer decisões do procurador-geral tinham ramificações políticas — como a minha equipa da Casa Branca gostava de me relembrar e como Eric por vezes se esquecia. Por exemplo, ficou espantado e ofendido quando, um mês depois da minha tomada de posse como presidente, Axe o repreendeu por não eliminar um discurso enquadrado no âmbito do Mês da História Afro-Americana no qual aludia à América como um «país de cobardes» pela sua relutância em debater temas relacionados com a raça — uma observação verdadeira, mas não necessariamente a manchete que procurávamos no final das minhas primeiras semanas no cargo. As críticas de que fomos alvo na Casa Branca pela decisão legal em termos jurídicos, mas politicamente tóxica, de não indiciar qualquer dos executivos de bancos pelo papel que tiveram na crise financeira também pareceu apanhá-lo desprevenido. E talvez fosse esta inocência, o modo como confiava que a lógica e a razão prevaleceriam, que fez com que Eric não percebesse a rapidez com que o terreno político estava a mudar quando anunciou, em finais de 2009, que Khalid Sheikh Mohammed e quatro outros conspiradores do 11 de Setembro seriam finalmente julgados num tribunal de pequena instância de Manhattan.

Na teoria, todos pensámos que a ideia tinha sentido. Porque não utilizar a acusação dos prisioneiros mais famosos de Guantánamo para demonstrar a capacidade do sistema de justiça criminal dos EUA para lidar com casos de terrorismo de uma maneira justa e legítima? E que melhor sítio para se fazer

justiça do que o lugar da cidade que mais sofrera com aquele terrível crime, num tribunal a poucos quarteirões do Ground Zero? Após meses de trabalho árduo, Eric e a sua equipa tinham a certeza de que a acusação contra os conspiradores do 11 de Setembro poderia ser feita sem depender de informações obtidas através de «interrogatórios com técnicas melhoradas» — em parte porque agora dispúnhamos de mais colaboração de outros países que, anteriormente, tinham revelado relutância em envolver-se. Michael Bloomberg, presidente da câmara de Nova Iorque, apoiara o plano de Eric, tal como o senador sénior de Nova Iorque, o democrata Chuck Schumer.

Depois, nas semanas após a tentativa de ataque bombista no dia de Natal, a opinião prevalecente em Nova Iorque deu uma volta de uns estonteantes 180 graus. Um grupo de famílias de vítimas do 11 de Setembro organizou uma série de manifestações de protesto contra a decisão de Eric. Mais tarde, ficaríamos a saber que o seu líder, a irmã de um dos pilotos mortos no ataque ao Pentágono, criara uma organização dedicada a combater todos os esforços de reverter as políticas de segurança nacional da era de Bush, financiada por doadores conservadores e apoiada por proeminentes republicanos (incluindo Liz Cheney, filha do antigo vice-presidente). De seguida, o presidente da câmara Bloomberg — que, alegadamente, estava a ser pressionado por interesses imobiliários preocupados com as consequências que um julgamento poderia trazer para os seus planos de desenvolvimento — retirou abruptamente o seu apoio, afirmando que um julgamento seria demasiado disruptivo. Chuck Schumer não tardou a seguir-lhe o exemplo, tal como Dianne Feinstein, presidente do Comité de Serviços Secretos do Senado. Com delegados de Nova Iorque, um ruidoso contingente de famílias de vítimas dos ataques de 11 de Setembro e membros influentes do nosso próprio partido todos alinhados contra nós,

Eric achou que não tinha alternativa senão bater em retirada táctica, confirmando que, apesar de continuar determinado em julgar os co-conspiradores do 11 de Setembro em tribunais civis e não militares, o Departamento de Justiça procuraria locais fora de Nova Iorque.

Foi um considerável revés para a nossa estratégia global de encerramento da Gitmo e grupos de liberdades civis e colunistas progressistas culparam-me e à Casa Branca de não termos previsto a resistência política aos julgamentos e por não erigirmos uma defesa mais vigorosa assim que o plano deu para o torto. É possível que tivessem razão. Se tivéssemos focado toda a nossa atenção no tópico durante cerca de um mês, para além dos nossos esforços relativos aos cuidados de saúde, à reforma financeira, às alterações climáticas ou à economia, talvez tivéssemos granjeado o apoio do público e obrigado os delegados de Nova Iorque a recuar. Eu teria apreciado essa luta. Não há dúvida de que seria uma luta que valeria a pena travar.

Mas, pelo menos à época, era uma luta que nenhum de nós, da Casa Branca, achava ser capaz de vencer. Com certeza Rahm ficou feliz por ver o plano de Eric adiado, pois era ele quem tinha de receber telefonemas o dia inteiro de democratas do Congresso aterrorizados, suplicando-nos que deixássemos de lutar em tantas frentes complicadas. Pois a verdade era que, após um ambicioso primeiro ano no cargo, não me restava muito capital político e o pouco que sobejava estávamos a gerir para tentarmos aprovar o máximo possível de iniciativas no Congresso antes de as intercalares de 2010 trazerem uma possível mudança no controlo do partido.

Na realidade, Rahm ficaria decepcionado comigo por me envolver numa controvérsia relacionada no final desse Verão, quando o mesmo grupo de famílias de vítimas dos ataques de 11 de Setembro que se opusera ao julgamento de Khalid Sheikh Mohammed em Manhattan lançou uma

campanha para impedir a construção de um centro comunitário islâmico e uma mesquita perto do Ground Zero, defendendo que aquilo era ofensivo para eles e para a memória daqueles que morreram nos ataques ao World Trade Center. O presidente da câmara Bloomberg teve o mérito de defender o projecto com unhas e dentes, fundamentando a defesa com a liberdade religiosa, tal como outros delegados da autarquia e até mesmo algumas famílias de vítimas do 11 de Setembro. Não obstante, comentadores de direita não tardaram a aproveitar a questão, muitas vezes em termos ostensivamente anti-islâmicos. As sondagens nacionais revelaram que uma maioria dos americanos se opunha à localização da mesquita e operadores políticos do Partido Republicano identificaram uma oportunidade de fazer a vida negra aos democratas que eram candidatos às intercalares.

Aconteceu que a controvérsia atingiu um ponto de ebulição na mesma semana em que tínhamos um jantar *iftar* na Casa Branca, agendado há algum tempo, com uma série de líderes muçulmanos americanos, para assinalar o mês do Ramadão. Pretendera-se que o encontro fosse um evento discreto — uma maneira de alargar aos muçulmanos o mesmo reconhecimento que votáramos a membros de outros credos durante as suas principais quadras religiosas — mas, da vez seguinte em que falei com Rahm, disse-lhe que tencionava utilizar a ocasião para assumir publicamente o meu apoio aos que queriam construir a mesquita.

— No meu entender, estamos na América — disse eu, enquanto guardava documentos na minha pasta antes de ir jantar à residência. — E, na América, não se pode excluir um grupo religioso e dizer-lhe que não pode construir um local de culto na sua própria propriedade.

— Compreendo, senhor presidente — disse Rahm. — Mas tem de saber que, se disser alguma coisa, isso pesará sobre os nossos candidatos em todos os distritos indecisos do país.

— Com certeza tem a sua razão — respondi, caminhando para a porta. — Mas, se não podemos falar sobre uma coisa tão basilar, não sei qual o sentido da nossa presença aqui.

Rahm suspirou.

— Por este andar — disse ele —, poderemos deixar de aqui estar.

EM AGOSTO, eu e a minha família fomos de avião até Marthas's Vineyard para umas férias de dez dias. Visitáramos pela primeira vez esta ilha ao largo da costa de Cape Cod cerca de quinze anos antes, a convite de Allison Davis, um dos sócios da minha empresa de advocacia, e após o incentivo de Valerie, que ali passara os verões com a sua família quando era mais nova. Com as suas praias amplas e dunas varridas pelo vento, os barcos de pesca a atracar na doca, as pequenas explorações agrícolas e os prados verdejantes emoldurados por florestas de carvalhos e antigos muros de pedra, aquele lugar tinha uma beleza tranquila e um cariz descontraído que nos agradava. Além disso, apreciávamos a história de Vineyard: escravos livres haviam integrado as suas primeiras colónias e há gerações que famílias de negros ali arrendavam casas de veraneio, fazendo do lugar a rara comunidade tipo estância onde negros e brancos pareciam viver em harmonia. Leváramos lá as meninas durante uma ou duas semanas em verões alternados, geralmente arrendando uma pequena casa em Oak Bluffs, tão perto da vila que podíamos lá ir de bicicleta e com um alpendre onde nos podíamos sentar a ver o pôr-do-sol. Juntamente com Valerie e outros amigos, costumávamos passar dias de ócio com os pés na areia e um livro na mão, a nadar em águas que as meninas adoravam, mas que eram um pouco frias demais para o meu gosto havaiano, por vezes avistando um grupo de focas perto da costa. Mais tarde, íamos ao restaurante Nancy comer o melhor camarão

frito do planeta e depois Malia e Sasha iam com as amigas comer gelado, andar no pequeno carrossel ou divertir-se num salão de jogos local.

Agora que éramos a primeira família, não podíamos fazer as coisas da mesma maneira. Em vez de apanharmos o *ferry* para Oak Bluffs, chegámos no helicóptero *Marine One*. A casa que agora arrendávamos era uma propriedade de 113 mil metros quadrados numa zona mais chique da ilha, suficientemente espaçosa para acomodar a equipa e os Serviços Secretos e isolada quanto bastasse para manter um perímetro de segurança. Acertaram-se pormenores para irmos a uma praia privada, deserta por um quilómetro e meio para os dois lados; os nossos passeios de bicicleta seguiam agora um rigoroso circuito previamente delineado, que as meninas assentiram em fazer apenas uma vez, para me fazerem a vontade, e depois afirmaram ser «uma seca». Mesmo de férias, começava o meu dia com o PDB e um *briefing* de Denis ou de John Brennan relativamente aos imbróglios em curso no mundo, e havia sempre multidões e equipas de canais de televisão à nossa espera, quando íamos jantar a um restaurante.

Ainda assim, o cheiro do mar e o cintilar da luz do Sol nas folhas das árvores nos finais de tarde estivais, os passeios pela praia com Michelle e a visão de Malia e Sasha a assar *marshmallows* numa fogueira, de expressão *zen* estampada nos rostos — essas coisas perduraram. E a cada dia de um pouco mais de sono, risos e tempo ininterrupto com aqueles que amava, sentia a energia a voltar, a confiança restaurada. Tanto que, quando regressei a Washington, a 29 de Agosto de 2010, conseguira convencer-me a mim próprio de que ainda tínhamos uma hipótese de vencer as intercalares e manter os democratas ao comando da Câmara dos Representantes e do Senado, independentemente do que diziam as sondagens e a sabedoria convencional.

E porque não? A verdade era que salváramos a economia de uma

provável depressão. Estabilizáramos o sistema financeiro global e tiráramos a indústria automóvel dos EUA da beira do precipício. Impuséramos barreiras de protecção em Wall Street e fizéramos investimentos históricos em energias limpas e na infra-estrutura da nação. Protegêramos terras públicas e reduzíramos a poluição atmosférica. Ligáramos as escolas de zonas rurais à Internet e reformuláramos os programas de empréstimos a estudantes, de maneira a que milhares de milhões de dólares que em tempos tinham acabado nos cofres de bancos proporcionassem bolsas directas a milhares de jovens que, de outro modo, poderiam não ter capacidade para pagar os estudos universitários.

Juntos, a nossa administração e o Congresso controlado pelos democratas, podíamos com toda a justiça afirmar que fizéramos mais, que promulgáramos mais legislação com um impacto real na vida dos americanos, do que qualquer sessão do Congresso nos últimos quarenta anos. E se ainda tínhamos muito trabalho pela frente — se muitas pessoas continuavam no desemprego e em risco de perderem as casas; se ainda não promulgáramos legislação para fazer face às alterações climáticas ou corrigíramos um sistema de imigração arruinado —, tal devia-se directamente à dimensão da barafunda que herdáramos, bem como ao obstrucionismo republicano. Todos estes eram problemas que os eleitores americanos poderiam mudar com os seus votos em Novembro.

— O problema é que tenho estado enjaulado neste edifício — disse eu a Favs enquanto estávamos sentados juntos na Sala Oval, a trabalhar no meu discurso de campanha. — Os eleitores só ouvem estes chavões que saem de Washington. A Pelosi disse isto, o McConnell disse aquilo… E não têm maneira de perceber o que é verdade e o que não é. Temos agora hipótese de chegar ao público e acabar com esta situação. Fazer um relato transparente sobre o que deveras aconteceu à economia. Como da última

vez que os republicanos estiveram ao volante atiraram o carro para a valeta, e como passámos dois anos a tirá-lo de lá… e, agora que acabámos de voltar a pôr o carro a trabalhar, a última coisa que o povo americano pode desejar é passar-lhes a chave outra vez para a mão! — Fiz um compasso de espera para olhar para Favs, que estivera atarefado a escrever no seu computador. — O que achas? Eu acho que resulta.

— É possível — disse Favs, embora com menos entusiasmo do que eu esperara.

Nas seis semanas que antecederam as eleições, percorri os distritos rurais com intervenções teatrais, tentando reunir apoio para candidatos democratas, de Portland, no Oregon, a Richmond, na Virgínia, e de Las Vegas, no Nevada, a Coral Gables, na Florida. As multidões eram enérgicas, enchendo pavilhões de basquetebol e parques públicos, entoando os cânticos «Sim, nós conseguimos» e «Animados! Prontos para começar!» a plenos pulmões, como quando me candidatara à presidência, brandindo cartazes, ovacionando com fervor quando eu apresentava a congressista ou o governador democrata que precisava do seu voto, vaiando quando eu lhes dizia que não podíamos dar-nos ao luxo de devolver as chaves do carro aos republicanos. Pelo menos na aparência, era como nos velhos tempos.

Mas, mesmo sem ver as sondagens, eu conseguia sentir uma mudança na atmosfera da campanha, uma sensação de dúvida a pairar sobre cada manifestação, uma particularidade forçada, quase desesperada, nas aclamações e risos, como se eu e as multidões fôssemos um casal na derradeira fase de um romance atribulado, tentando invocar sentimentos que tinham começado a esfumar-se. Não os podia recriminar. Eles esperavam que a minha eleição transformasse o nosso país, fizesse o Governo trabalhar para as pessoas comuns, restaurasse algum sentido de civilidade em Washington. Em vez disso, a vida de muitos ficara mais

difícil e Washington parecia tão depauperada, distante e acerrimamente partidarista como sempre.

Durante a campanha presidencial, habituara-me ao ocasional agitador que aparecia nos nossos comícios, geralmente manifestantes antiaborto que gritavam antes de serem abafados por um coro de apupos e delicadamente escoltados pelos serviços de segurança. Porém, agora mais do que antes, os agitadores eram aqueles cujas causas eu apoiava, activistas desiludidos pelo que consideravam ser uma falta de avanços nas questões que defendiam. Em várias paragens, fui recebido por manifestantes com cartazes que exigiam o fim das «Guerras do Obama». Jovens hispânicos perguntavam-me porque a minha administração continuava a deportar trabalhadores sem documentação e a separar famílias na fronteira. Activistas LGBTQ exigiam saber porque eu não acabara com a política «Não perguntes, não reveles», que obrigava os elementos não heterossexuais das forças militares a esconder a sua orientação sexual. Um grupo de estudantes universitários particularmente barulhento e persistente gritava sobre financiamento para a sida em África.

— Nós não aumentámos o financiamento para a sida? — perguntei a Gibbs quando íamos a sair de um comício no qual eu fora interrompido três ou quatro vezes.

— Aumentámos — respondeu. — Mas eles dizem que não foi *suficiente*.

Não me deixei abater ao longo do final de Outubro, desviando-me do caminho apenas para passar um ou dois dias em reuniões na Casa Branca, antes de me fazer à estrada outra vez, a voz cada vez mais rouca enquanto fazia os derradeiros apelos. Todo o optimismo irracional que trouxera comigo das férias se eclipsara e, no dia das eleições — 2 de Novembro de 2010 —, a questão que se colocava não era se perderíamos o controlo da Câmara dos Representantes, mas por que margem. Quando me deslocava de

um *briefing* sobre a ameaça terrorista na Sala de Crise para uma sessão na Sala Oval com Bob Gates, passei pelo gabinete de Axe, onde ele e Jim Messina tinham estado a analisar dados preliminares que chegavam de distritos indecisos de todo o país.

— O que vos parece? — quis saber.

Axe abanou a cabeça.

— Perderemos pelo menos trinta lugares. Talvez mais.

Em vez de ficar por ali para o rescaldo, fui para a residência à hora do costume, depois de dizer a Axe que regressaria para saber os resultados quando a maioria das contagens estivesse concluída e de pedir à minha assistente Katie para me enviar uma lista de eventuais telefonemas que eu teria de fazer nessa noite. Primeiro aos quatro líderes do Congresso e depois a quaisquer democratas em exercício de funções que perdêssemos. Só depois de jantar e de meter as meninas na cama é que telefonei a Axe desde a Sala do Tratado para receber as notícias: a afluência fora fraca, com apenas quatro em cada dez eleitores a ir às urnas e uma forte queda do número de jovens a votar. Os democratas tinham sido arrasados, com uma perda de sessenta e três lugares na Câmara dos Representantes, os piores resultados que o partido tivera desde que sacrificara setenta e dois lugares a meio do segundo mandato de Roosevelt. Pior ainda, muitos dos nossos jovens promissores membros da Câmara dos Representantes tinham tombado, pessoas como Tom Perriello da Virgínia e John Boccieri do Ohio, Patrick Murphy da Pensilvânia e Betsy Markey do Colorado — aqueles que tinham apoiado os votos difíceis nos cuidados de saúde e na Lei da Recuperação; aqueles que, apesar de pertencerem a distritos indecisos, tinham, de forma consistente, resistido à pressão de lobistas, às sondagens e até mesmo aos conselhos das suas equipas políticas, para fazerem aquilo que achavam que era o correcto.

— Todos mereciam melhor — disse eu a Axe.

— Pois mereciam — concordou.

Axe desligou, com a promessa de me dar informações mais pormenorizadas pela manhã. Eu fiquei sentado, sozinho, o auscultador do telefone na mão, um dedo a carregar no gancho, a cabeça aturdida com ideias. Passado um minuto, liguei à operadora da Casa Branca.

— Preciso de fazer alguns telefonemas — informei.

— Sim, Senhor Presidente — disse ela. — A Katie enviou-nos a lista. Por quem deseja começar?

CAPÍTULO 24

—DE QUEM É ESTA VAZA?

Eu e Pete Souza estávamos sentados em frente a Marvin e Reggie, à mesa da sala de reuniões do *Air Force One*, todos com os olhos um pouco vesgos enquanto observávamos as nossas cartas. Íamos a caminho de Bombaim — a primeira etapa de uma viagem de nove dias à Ásia que incluiria não apenas a minha primeira visita à Índia, mas também uma paragem em Jacarta, um encontro do G20 em Seul e uma reunião da Cooperação Económica Ásia-Pacífico em Yokohama, no Japão. No início do voo, o avião zumbira de actividade, com colaboradores a trabalhar em computadores portáteis e conselheiros de políticas a trocar impressões sobre o plano. Ao fim de dez horas de voo, com uma paragem para reabastecimento na Base Aérea de Ramstein, na Alemanha, quase toda a gente a bordo adormecera (incluindo Michelle, que seguia na cabina da frente; Valerie, no sofá à entrada da sala de reuniões; e vários colaboradores veteranos estendidos em posições esquisitas no chão). Sem conseguir descontrair, convocara os quatro do costume para uma partida de cartas e estava a tentar ler o manual de *briefing* e assinar uma pilha de correspondência entre jogadas. A minha atenção dispersa — juntamente com o segundo *gin* tónico que Reggie estava a beber — pode explicar porque Marvin e Pete estavam a ganhar por seis a dois, a dez dólares a partida.

— A vaza é sua, senhor — disse Marvin.

— O que tens, Reg? — perguntei.

— Talvez uma — respondeu Reggie.

— Vamos a jogo — disse eu.

— Apostamos oito — disse Pete.

Reggie abanou a cabeça, indignado.

— Depois desta vaza, trocamos de baralho — murmurou, dando outro trago na sua bebida. — Estas cartas estão amaldiçoadas.

SÓ TINHAM PASSADO três dias desde as intercalares e eu estava grato pela oportunidade de sair de Washington. Os resultados tinham deixado os democratas em choque e os republicanos em êxtase, e eu acordara na manhã seguinte com um misto de cansaço, mágoa, fúria e vergonha, como um pugilista se deve sentir depois de ser derrotado num combate de pesos pesados. As principais manchetes após as eleições sugeriam que a sabedoria convencional estivera certa desde o início: que eu tentara fazer demasiado e não ficara focado na economia; que o Obamacare fora um erro fatal; que eu tentara ressuscitar aquele tipo de liberalismo demasiado intervencionista e perdulário que até Bill Clinton declarara morto há anos. O facto de, na minha conferência de imprensa no dia a seguir às eleições, me recusar a admitir tal, que eu parecia colado à ideia de que a minha administração seguira as políticas certas — apesar de, obviamente, não as termos conseguido promover de forma eficaz —, aos analistas pareceu que eu estava a ser arrogante e paranóico, o sinal de um pecador que não demonstrava arrependimento.

A verdade era que *não* me arrependia de abrir caminho para vinte milhões de pessoas terem um seguro de saúde. Nem me arrependia da Lei da Recuperação — havia evidências concretas que provavam que o mais certo era a austeridade em resposta a uma recessão ser desastrosa. Não me arrependia da forma como tínhamos lidado com a crise financeira,

considerando as alternativas de que dispúnhamos (embora me arrependesse de não ter elaborado um plano melhor para ajudar a resistir à maré de execuções hipotecárias). E com toda a certeza que não me arrependia de ter proposto um projecto de lei para fazer face às alterações climáticas e de ter pressionado a reforma da imigração. Apenas estava zangado por ainda não ter ainda conseguido fazer com que o Congresso aprovasse estas propostas — sobretudo porque, no meu primeiro dia no cargo, não tivera a clarividência de dizer a Harry Reid e ao resto dos democratas do Senado que revissem as regras da câmara de maneira a acabar de vez com o obstrucionismo.

No que me dizia respeito, as eleições não provavam que a nossa agenda estava errada. Provavam apenas que — quer fosse por falta de talento, manha, simpatia ou boa sorte — eu não conseguira mobilizar a nação, como Roosevelt e Lincoln tinham conseguido, para aquilo que eu sabia ser correcto.

O que, para mim, era igualmente penoso.

Muito para alívio de Gibbs e da minha equipa de imprensa, eu dera por concluída a conferência de imprensa antes de desnudar a minha alma obstinada e torturada. Percebi que justificar o passado era menos importante do que planear o futuro.

Teria de arranjar maneira de restabelecer a ligação com o povo americano, não só para reforçar o meu poder de negociação com os republicanos, mas também para ser reeleito. Se a economia estivesse melhor, ajudaria, mas mesmo isso não era uma garantia. Precisava de sair da bolha da Casa Branca, de me envolver com o eleitorado com mais frequência. Axe deu-me a sua opinião sobre o que fizéramos de errado, defendendo que, com a pressa de fazer as coisas, descuráramos a nossa promessa de mudar Washington — erradicando os interesses especiais e

aumentando a transparência e a responsabilidade fiscal em todo o Governo federal. Defendeu que, se queríamos reconquistar os eleitores que nos tinham deixado, teríamos de recuperar esses temas.

Mas estaria correcto? Eu não tinha tanta certeza. É verdade que sofrêramos com o imbróglio da lei de cuidados de saúde, e, justamente ou não, ficáramos manchados pelos resgates dos bancos. Por outro lado, eu era capaz de salientar as imensas iniciativas de «boa governação» que introduzíramos, quer fosse a implementação de limites à contratação de antigos lobistas, a disponibilização de acesso ao público a dados de agências federais ou a limpeza total dos orçamentos de organismos no intuito de eliminar o desperdício. Todas estas medidas eram dignas de mérito e eu estava satisfeito por as ter adoptado. Eram um dos motivos por que não tivéramos a mais pequena suspeita de escândalo na minha administração.

Todavia, em termos políticos, ninguém parecia preocupado com os nossos esforços para fazer uma limpeza no Governo — não mais do que nos reconheciam o mérito de nos esforçarmos imenso para solicitar ideias aos republicanos relativamente a todas as nossas iniciativas legislativas. Uma das nossas principais promessas fora acabar com os conflitos partidários e concentrarmo-nos em esforços práticos para dar resposta às exigências dos cidadãos. O nosso problema, como Mitch McConnell calculara logo desde o início, era que, desde que os republicanos resistissem de modo uniforme às nossas ofertas e reclamassem até mesmo das propostas mais moderadas, tudo o que fizéssemos seria retratado como partidário, controverso, radical — até mesmo ilegítimo. Na realidade, muitos dos nossos aliados progressistas acreditavam que não fôramos *suficientemente* partidários. Na sua opinião, tínhamos feito demasiados compromissos e, ao perseguir constantemente a falsa promessa do bipartidarismo, para além de

conferirmos mais poder a McConnell e malbaratarmos grandes maiorias democratas, também desencorajáramos os planos da nossa base — conforme demonstrado pela decisão de tantos democratas de não votar nas intercalares.

As alterações com que eu estava agora a deparar-me incluíam importantes mudanças na equipa da Casa Branca. Na equipa de política externa, Jim Jones — que, apesar das suas muitas valências, nunca se sentira totalmente à-vontade num cargo subalterno depois de anos no comando — apresentara a demissão em Outubro. Por sorte, Tom Donilon estava a dar provas de ser um verdadeiro mouro de trabalho e assumira de forma competente o cargo de conselheiro para a segurança nacional, com Denis McDonough a ocupar o cargo de conselheiro adjunto e Ben Rhodes a assumir muitas das antigas tarefas de Denis. No que toca a política económica, Peter Orszag e Christy Romer tinham regressado ao sector público, sendo substituídos por Jack Lew, um experiente especialista em orçamento que fora o gestor do Gabinete de Gestão e Orçamento de Bill Clinton, e Austan Goolsbee, que colaborara connosco na Lei da Recuperação. Depois havia Larry Summers, que, num dia de Setembro, passara pela Sala Oval para me dizer que, agora que ultrapassáramos a crise económica, chegara a hora de nos deixar. Sairia no fim do ano.

— O que vou fazer, sem o ter por perto a explicar-me porque estou errado? — perguntei, num gracejo que em parte não o era. Larry sorriu.

— Senhor Presidente — disse —, na verdade, o senhor estava menos errado do que a maioria.

Eu passara a gostar genuinamente daqueles que nos iam deixar. Para além de terem prestado um bom serviço, e apesar das suas várias idiossincrasias, também tinham introduzido uma seriedade de objectivos — um compromisso com a criação de políticas baseadas no raciocínio e nas

evidências —, nascida de um desejo de fazer justiça ao povo americano. Porém, foi a perda iminente dos meus dois conselheiros políticos mais próximos, bem como a necessidade de encontrar um novo chefe de pessoal, que mais me perturbou.

Axe sempre planeara deixar-nos depois das intercalares. Depois de viver longe da família durante dois anos, precisava com urgência de uma pausa antes de se juntar novamente à campanha para a minha reeleição. Gibbs, que estivera sempre comigo na toca da raposa desde que eu ganhara a corrida nas primárias para o Senado, estava igualmente desgastado. Apesar de continuar a ser um porta-voz tão bem preparado e destemido como sempre fora, a tensão de estar num púlpito dia após dia, a aguentar todos os ataques que sofrêramos, tornara o seu relacionamento com os jornalistas da Casa Branca tão combativo que o resto da equipa temia que isso estivesse a afectar de forma negativa a cobertura que nos era dada.

Eu ainda estava a habituar-me à ideia de travar batalhas políticas sem Axe e Gibbs ao meu lado, apesar de ver com bons olhos a continuidade proporcionada pelo nosso jovem e proficiente director de comunicações, Dan Pfeiffer, que trabalhara em proximidade com eles desde o início da nossa campanha de 2007. Quanto a Rahm, achava que era um pequeno milagre o facto de ele se ter aguentado tanto tempo sem ter matado alguém ou ter tido uma síncope fulminante. Quando o tempo o permitia, habituáramo-nos a realizar as nossas reuniões de final do dia no exterior, percorrendo duas ou três vezes o caminho de acesso que contornava o relvado virado a sul enquanto tentávamos descobrir o que fazer em relação à última crise ou controvérsia. Mais do que uma vez nos perguntáramos porque escolhêramos umas vidas tão desgastantes.

— Quando terminarmos, deveríamos experimentar uma coisa mais

simples — disse-lhe certo dia. — Podíamos levar as nossas famílias para o Havai e abrir um bar de batidos na praia.

— Os batidos são muito complicados — refutou Rahm. — Mais vale vender *T-shirts*. Mas só *T-shirts* brancas. E de tamanho médio. Só isso. Nenhuma outra cor, nem padrões, nem tamanhos. Não queremos ter de tomar decisões. Se os clientes quiserem uma coisa diferente, que vão a outro sítio.

Eu reconhecera os sinais de que Rahm estava à beira de um esgotamento, mas presumira que ele esperaria pelo Ano Novo para ir embora. Em vez disso, aproveitou uma das nossas caminhadas de final de tarde, no início de Setembro, para me dizer que Richard M. Daley, há muito presidente da câmara de Chicago, acabara de anunciar que não pretendia candidatar-se a um sétimo mandato consecutivo. Rahm queria aproveitar a oportunidade — sonhara com esse cargo desde que entrara para a política — e, como as eleições seriam em Fevereiro, se queria candidatar-se, precisava de sair da Casa Branca até ao dia 1 de Outubro.

Parecia deveras incomodado.

— Sei que estou a deixá-lo numa posição delicada — disse —, mas como só tenho cinco meses e meio para preparar a candidatura…

Eu interrompi-o antes de conseguir terminar e disse-lhe que teria o meu apoio incondicional.

Cerca de uma semana mais tarde, numa cerimónia de despedida privada na residência, ofereci-lhe uma cópia emoldurada de uma lista de afazeres que eu escrevera à mão num bloco de notas e lhe entregara durante a minha primeira semana no cargo. Disse aos presentes que quase todos os tópicos tinham sido assinalados com um visto, o que constituía prova da sua eficácia. Rahm ficou com os olhos marejados de lágrimas, uma mancha na sua imagem de coração empedernido, pela qual mais tarde me amaldiçoaria.

Estas mudanças não eram invulgares em qualquer administração e eu lobriguei as potenciais vantagens de dar um safanão às coisas. Fôramos acusados mais de uma vez de sermos demasiado insulares e rigorosamente controlados, a precisar de novas perspectivas. O conjunto de competências de Rahm seria menos relevante sem uma Câmara dos Representantes democrata a ajudar-nos a aprovar legislação. Com Pete Rouse a ocupar o cargo de chefe de pessoal provisório, acabámos por contratar Bill Daley, que fora secretário do Comércio na administração Clinton e era irmão do presidente da câmara de Chicago demissionário, para substituir Rahm. A começar a ficar calvo e cerca de uma década mais velho do que eu, com um inequívoco sotaque do Lado Sul que situava as suas origens numa família irlandesa da classe operária, Bill tinha reputação de ser um negociador eficaz e pragmático, com fortes ligações à comunidade operária e empresarial, e, embora eu não o conhecesse como conhecia Rahm, achava que o seu estilo afável e não ideológico seria apropriado para o que esperava que fosse uma fase menos frenética da minha administração.

Bill entraria em funções em Janeiro, tal como David Plouffe, que, depois de um período sabático de dois anos que passara com a família, regressaria como conselheiro sénior, disponibilizando à nossa operação na Casa Branca o mesmo raciocínio estratégico, intensamente focado, e uma ausência de egocentrismo que tanto nos beneficiara durante a campanha.

Não obstante, não conseguia deixar de me sentir um pouco nostálgico com as mudanças que o novo ano traria. Estaria rodeado de ainda menos pessoas que já me conheciam antes de ser presidente e por menos colegas que também eram amigos, que me tinham visto cansado, confuso, zangado ou derrotado, mas que nunca tinham deixado de me apoiar. Era um pensamento solitário em tempos solitários, o que talvez explique porque ainda estava a jogar cartas com Marvin, Reggie e Pete quando tinha um dia

inteiro de reuniões e aparições agendadas que começariam dentro de menos de sete horas.

— Vocês ganharam outra vez? — perguntei a Pete quando terminámos a jogada.

Pete assentiu com a cabeça, ao que Reggie recolheu todas as cartas, se levantou da cadeira e as atirou para o cesto do lixo.

— Ei, Reg, o baralho ainda está bom! — disse Pete, sem se preocupar em esconder o regozijo pela banhada que ele e Marvin tinham acabado de nos dar. — Todos perdem, de vez em quando.

Reggie fulminou Pete com o olhar.

— Mostre-me alguém que não se importe de perder — disse ele — e eu mostro-lhe um fracassado.

EU NUNCA ESTIVERA NA ÍNDIA, mas o país sempre ocupara um lugar especial no meu imaginário. Talvez fosse pela sua dimensão, com um sexto da população mundial, cerca de duas mil etnias diferentes lugar onde se falavam mais de setecentos dialectos. Talvez fosse por ter passado parte da minha infância na Indonésia a ouvir as histórias épicas de *Ramaiana* e *Mahabharata*, ou por causa do meu interesse nas religiões orientais, ou por causa de um grupo de amigos paquistaneses e indianos da faculdade que me ensinaram a cozinhar *dahl* e *keema* e me tornaram um apreciador de filmes de Bollywood.

Mais do que tudo, porém, o meu fascínio pela Índia estava relacionado com Mahatma Gandhi. Juntamente com Lincoln, King e Mandela, Gandhi influenciara profundamente o meu pensamento. Em jovem, estudara os seus escritos e percebera que ele dava voz a alguns dos meus mais profundos instintos. A sua noção de *satyagraha*, ou devoção à verdade, e o poder da resistência não violenta para agitar as consciências; a sua insistência na

nossa humanidade partilhada e a unicidade essencial de todas as religiões; e a sua convicção na obrigação de todas as sociedades, mediante as respectivas disposições políticas, económicas e sociais, de reconhecer o valor e a dignidade idênticos de todas as pessoas — todas estas ideias encontraram eco dentro de mim. As acções de Gandhi comoveram-me ainda mais do que as suas palavras: pusera as suas convicções à prova arriscando a vida, indo parar à prisão, e dedicando-se de corpo e alma às lutas do seu povo. A sua campanha não violenta pela independência da Índia do Império Britânico, que começara em 1915 e continuara durante mais de trinta anos, não ajudara apenas a derrotar um império e a libertar grande parte do subcontinente: desencadeara um assalto moral que pulsara em todo o planeta, um modelo para outros grupos destituídos e marginalizados — incluindo afro-americanos no sul das leis Jim Crow — decididos a assegurar a sua liberdade.

No início da viagem, eu e Michelle tivemos oportunidade de visitar Mani Bhavan, o modesto edifício de dois andares entalado num sossegado bairro de Bombaim que fora durante muitos anos a casa onde Gandhi residira. Antes de a visita guiada começar, a nossa guia, uma mulher delicada com um sari azul, mostrou-nos o livro de visitas que Martin Luther King assinara em 1959, quando fora à Índia com o intuito de atrair as atenções internacionais para a luta pela justiça racial nos EUA e homenagear o homem cujos ensinamentos o tinham inspirado.

De seguida, a guia convidou-nos a subir ao piso superior para ver os aposentos privativos de Gandhi. Depois de nos descalçarmos, entrámos para um quarto simples com chão de ladrilhos lisos com padrões, as portas do terraço abertas para deixar entrar uma ligeira brisa e uma luminosidade fraca e brumosa. Observei a enxerga espartana no chão e o travesseiro, a colecção de rocas, o telefone antiquado e a pequena escrivaninha de

madeira, tentando imaginar Gandhi na divisão, um homem pequeno de pele escura com um *dhoti* de algodão simples, as pernas cruzadas debaixo do corpo, a escrever uma carta ao vice-rei britânico ou a traçar a etapa seguinte da Marcha do Sal. Nesse instante, senti um forte desejo de me sentar ao lado dele e conversar. Perguntar-lhe onde fora buscar forças e imaginação para fazer tanto com tão pouco. Perguntar-lhe como recuperara da desilusão.

Não obstante todos os seus dons extraordinários, Gandhi não conseguira sanar as profundas cisões religiosas do subcontinente nem impedir a sua separação numa Índia predominantemente hindu e num Paquistão esmagadoramente muçulmano. Um evento sísmico no qual perdeu a vida um número incalculável de pessoas numa violência sectária e milhões de famílias foram obrigadas a fazer a trouxa e a atravessar fronteiras acabadas de formar. Apesar dos seus esforços, ele não conseguira erradicar o sufocante sistema de castas da Índia. Porém, de algum modo, marchara, jejuara e pregara até bastante depois dos 70 anos, até àquele fatídico dia, em 1948, em que, quando ia a caminho da oração, foi alvejado à queima-roupa por um jovem extremista hindu que encarava o seu ecumenismo como uma traição à fé.

EM MUITOS ASPECTOS, a Índia dos tempos modernos era uma história de sucesso, tendo sobrevivido a repetidas mudanças de Governo, rixas sangrentas no seio de partidos políticos, vários movimentos separatistas armados e todos os tipos de escândalos de corrupção. A transição para uma economia mais baseada no mercado, na década de noventa, dera ensejo aos extraordinários talentos de empreendedorismo do povo indiano, resultando numa subida em flecha das taxas de crescimento, num próspero sector da alta tecnologia e numa franca expansão da classe média. Sendo um dos

principais orquestradores da transformação económica da Índia, o primeiro-ministro Manmohan Singh parecia um símbolo apropriado deste progresso. Membro da minúscula e muitas vezes perseguida minoria religiosa sikh, que subira ao mais alto cargo da nação, e um discreto tecnocrata que ganhara a confiança das pessoas não só despertando o interesse das suas paixões, mas também proporcionando-lhes um nível de vida mais elevado e mantendo a reputação merecida de não ser corrupto.

Eu e Singh tínhamos desenvolvido uma relação calorosa e produtiva. Embora pudesse ser prudente no que toca a política externa, relutante em dar passos muito à frente de uma burocracia indiana que, historicamente, suspeitava das intenções dos EUA, o tempo que passáramos juntos confirmara a minha impressão inicial de um homem de sabedoria e decência fora do comum e, durante a minha visita à capital Nova Deli, chegáramos a acordos para fortalecer a colaboração dos Estados Unidos no combate ao terrorismo, na saúde global, na segurança nuclear e no comércio.

O que eu não conseguia saber era se a ascensão de Singh ao poder representava o futuro da democracia da Índia ou não passava de um desvio. Na nossa primeira noite em Deli, ele e a sua mulher, Gursharan Kaur, organizaram na sua residência um jantar para mim e Michelle e, antes de nos juntarmos aos outros convivas no pátio à luz das velas, eu e Singh ficámos a conversar sozinhos alguns minutos. Sem o habitual bando de assistentes e administrativos a pairar nas nossas costas, o primeiro-ministro falou com mais franqueza sobre as nuvens que lobrigava no horizonte. Disse-me que estava preocupado com a economia. Apesar de a Índia se ter saído melhor do que muitos países no período após a crise económica, o abrandamento global dificultaria inevitavelmente a criação de empregos para a população jovem e em rápido crescimento da Índia. Depois havia o

problema do Paquistão. A sua constante recusa em colaborar com a Índia para investigar os ataques terroristas de 2008 a hotéis e outros locais de Bombaim tinha aumentado bastante as tensões entre os dois países, em parte porque, segundo constava, a Lashkar-e-Tayyiba, a organização terrorista responsável, tinha ligações aos Serviços Secretos paquistaneses. Depois dos ataques, Singh resistira aos apelos à retaliação contra o Paquistão, mas a sua contenção tivera custos políticos. Temia que o crescente sentimento antimuçulmano tivesse reforçado a influência do principal partido da oposição da Índia, o partido nacionalista hindu Bharatiya Janata (BJP).

— Em tempos de incerteza, Senhor Presidente — disse o primeiro-ministro —, o chamamento da solidariedade religiosa e étnica pode ser pernicioso. E não é muito difícil os políticos explorarem isso, tanto na Índia como em qualquer outro lugar.

Anuí, lembrando-me da conversa que tivera com Václav Havel durante a minha visita a Praga e da sua advertência sobre a ascensão do liberalismo na Europa. Se a globalização e uma crise económica histórica estavam a contribuir para estas tendências em nações relativamente ricas — se até nos Estados Unidos isso se manifestava no Tea Party —, como é que a Índia podia estar imune? A verdade era que, não obstante a resiliência da sua democracia e o seu extraordinário desempenho económico recente, a Índia continuava longe de ser a sociedade igualitária, pacífica e sustentável a que Gandhi aspirara. Por todo o país, milhões de pessoas continuavam a viver na miséria, aprisionadas em aldeias crestadas pelo Sol ou bairros de lata labirínticos, enquanto os titãs da indústria indiana desfrutavam de estilos de vida que fariam inveja aos rajás e magnatas de antigamente. A violência, pública e privada, continuava a estar demasiado presente na vida na Índia. Expressar hostilidade contra o Paquistão era ainda o caminho mais rápido

para a unidade nacional, com muito indianos a ter orgulho no facto de o seu país ter desenvolvido um programa de armas nucleares equiparável ao do Paquistão, sem os incomodar que um único erro de cálculo de qualquer um dos lados pudesse provocar a aniquilação regional.

Acima de tudo, a política da Índia continuava a girar em torno de religião, clã e casta. Nesse sentido, a subida de Singh ao cargo de primeiro-ministro, muitas vezes proclamada como uma imagem de marca do progresso do país no que dizia respeito a ultrapassar o sectarismo, era um pouco ilusória. Ele não se tornara originalmente primeiro-ministro em resultado da sua própria popularidade. Na realidade, devia a posição que ocupava a Sonia Gandhi — a viúva italiana do antigo primeiro-ministro Rajiv Gandhi e presidente do Partido do Congresso, que se recusara a assumir o cargo depois de conduzir o seu partido de coligação à vitória, tendo em vez disso sagrado Singh. Eram vários os observadores políticos que achavam que ela o escolhera precisamente porque, sendo um sikh de certa idade sem uma base política nacional, não representava uma ameaça para Rahul, o seu filho de 40 anos que ela estava a preparar para assumir a liderança do Partido do Congresso.

Nessa noite, Sonia e Rahul Gandhi estavam sentados à mesa de jantar. Ela era uma mulher atraente na casa dos 60 anos, envergando um sari tradicional, com uns olhos escuros inquisitivos e uma presença plácida e majestosa. O facto de ela — uma antiga dona de casa de descendência europeia — ter emergido do luto depois de o marido ser assassinado por um bombista suicida separatista do Sri Lanka em 1991 para se tornar uma política nacional de topo, era testemunho do persistente poder da dinastia da família. Rajiv fora neto de Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da Índia. A sua mãe, filha de Nehru, Indira Gandhi, passara um total de dezasseis anos

no cargo de primeira-ministra, baseando-se num tipo de política mais implacável do que o seu pai, até também ela ser assassinada, em 1984.

No jantar dessa noite, Sonia Gandhi passou mais tempo a ouvir do que a falar, com o cuidado de se remeter a Singh quando vinham à baila assuntos políticos, e mudou muitas vezes o tema de conversa para o filho. Todavia, tornou-se evidente para mim que o seu poder se devia a uma inteligência astuciosa e assertiva. Quanto a Rahul, parecia astuto e zeloso, com uma boa aparência como a da mãe. Disse-me o que pensava do futuro da política progressista, fazendo amiúde um compasso de espera para me sondar sobre os pormenores da minha campanha de 2008. Tinha, porém, uma índole nervosa e imatura, como se fosse um aluno que fizera os trabalhos de casa e estava ansioso por impressionar o professor, mas que bem lá no fundo carecia da aptidão ou da paixão para dominar a disciplina.

Quando começou a ficar tarde, reparei que Singh estava a lutar contra o sono, levantando o copo de vez em quando para despertar com um trago de água. Fiz sinal a Michelle a indicar que estava na hora de nos despedirmos. O primeiro-ministro e a mulher acompanharam-nos ao carro. Sob a luz difusa, ele pareceu-me frágil, mais velho do que os seus 78 anos, e, no caminho de regresso, questionei-me o que aconteceria quando deixasse o cargo. Seria o testemunho passado sem percalços a Rahul, cumprindo o destino traçado pela sua mãe e preservando o domínio do Partido do Congresso sobre o nacionalismo sectário propagandeado pelo BJP?

Não sei porquê, mas tinha as minhas dúvidas. A culpa não era de Singh. Ele fizera a sua parte, seguindo o manual das democracias liberais do mundo pós-Guerra Fria: defendendo a ordem constitucional; dedicando-se ao trabalho quotidiano e muitas vezes técnico de impulsionar o PIB; e alargando a teia da segurança social. Tal como eu, ele acabara por acreditar que isto era tudo o que qualquer um de nós poderia esperar da democracia,

sobretudo em grandes sociedades multiétnicas e com várias religiões como a Índia e os Estados Unidos. Não saltos revolucionários ou grandes reformas culturais, não uma cura para todos os males sociais ou respostas duradouras para aqueles que procuravam finalidade e sentido nas suas vidas. Apenas o cumprimento de regras que nos permitiam aceitar ou, pelo menos, tolerar as nossas diferenças, e políticas públicas que elevavam o nível de vida e melhoravam a educação o suficiente para moderar os impulsos mais básicos da Humanidade.

Só que agora dava por mim a perguntar se esses impulsos — de violência, ganância, corrupção, nacionalismo, racismo e intolerância religiosa, o desejo muito humano de reprimir a nossa própria incerteza e mortalidade e sentimento de insignificância subjugando os outros — seriam demasiado fortes para qualquer democracia refrear de forma permanente. A verdade é que pareciam estar à espreita em toda a parte, prontos a reemergir sempre que as taxas de crescimento deixavam de aumentar, a demografia mudava ou um líder carismático optava por se aproveitar dos medos e ressentimentos das pessoas. E, por muito que eu desejasse, não havia um Mahatma Gandhi por perto para me dizer o que eu poderia fazer para os refrear.

EM TERMOS HISTÓRICOS, as ambições do Congresso costumam ser baixas durante o período de seis ou sete semanas entre o dia das eleições e a pausa do Natal, sobretudo quando está para acontecer uma mudança no controlo do partido. Os derrotados desalentados só querem ir para casa, os vencedores querem manter a posse de bola até ao apito final, até à tomada de posse do novo Congresso. A 5 de Janeiro de 2011, teríamos a Câmara dos Representantes com mais assentos republicanos desde 1947, o que significava que eu não conseguiria levar qualquer legislação a votação, quanto mais promulgá-la, sem o aval do novo presidente da Câmara, John

Boehner. E se havia dúvidas quanto à sua agenda, Boehner já anunciara que o primeiro projecto de lei que levaria a votação seria uma revogação total da Lei de Protecção dos Doentes e Cuidados Acessíveis.

Contudo, tínhamos uma janela de oportunidade durante a próxima sessão, a seguir à eleição do sucessor. Depois de regressar da visita à Ásia, eu estava determinado a aprovar algumas iniciativas cruciais antes de o Congresso fechar para férias: a ratificação do novo START para a não-proliferação nuclear que negociáramos com os russos; a revogação da política «Não perguntes, não reveles», que impedia homossexuais, lésbicas e bissexuais assumidos de ingressarem nas forças militares; e a promulgação da lei DREAM, a qual abriria caminho à legalização de um elevado número de filhos de imigrantes sem documentos. Pete Rouse e Phil Schiliro, que entre ambos contavam quase setenta anos de experiência em Capitol Hill, mostraram-se hesitantes quando eu percorri a minha lista. Axe chegou ao ponto de dar uma gargalhada.

— É só isso? — perguntou, sarcástico.

Na verdade, não era. Eu esquecera de referir que precisávamos de aprovar um projecto de lei sobre a nutrição infantil que Michelle tornara o ponto central da sua luta contra a obesidade infantil.

— É uma boa política — disse eu — e a equipa da Michelle fez um excelente trabalho a angariar o apoio de defensores da saúde das crianças. Além disso, se não a aprovarmos, ela não me deixará entrar em casa.

Eu compreendia algumas das dúvidas da minha equipa em relação a tentar impor uma agenda tão ambiciosa. Mesmo que conseguíssemos reunir os sessenta votos necessários para cada um daqueles projectos de lei controversos, não havia a certeza de Harry Reid conseguir obter colaboração suficiente de Mitch McConnell para agendar tantas votações em tão curto espaço de tempo. Mesmo assim, eu não achava que estivesse a

ser completamente delirante. Quase todos os pontos da minha lista já tinham algum apoio legislativo e tinham sido aprovados ou havia boas probabilidades de serem aprovados pela Câmara dos Representantes. E, apesar de nunca termos tido muita sorte a ultrapassar o obstrucionismo conduzido pelo Partido Republicano no Senado, eu sabia que McConnell tinha uma matéria de grande importância para ele que queria desesperadamente resolver, que era aprovar uma lei visando prolongar os denominados cortes fiscais de Bush, que de outro modo prescreveriam automaticamente no fim do ano.

Isso dava-nos uma vantagem.

Há muito que eu me opunha à legislação nacional que era a chancela do meu antecessor, leis aprovadas em 2001 e 2003 que modificavam o código fiscal dos EUA de maneiras que beneficiavam de forma desproporcionada os indivíduos com elevados rendimentos líquidos, acelerando em simultâneo a tendência para a desigualdade de riqueza e rendimentos. Warren Buffett gostava de salientar que a lei lhe permitia pagar impostos a uma taxa significativamente inferior — proporcional ao seu rendimento, que provinha quase na totalidade de ganhos de capital e dividendos — à da sua secretária, em relação ao respectivo salário. As modificações da lei apenas ao imposto sobre heranças tinham reduzido a carga fiscal para os dois por cento das famílias mais ricas da América em mais de 130 mil milhões de dólares. Além disso, ao retirar cerca de 1,3 biliões de dólares em receitas previstas ao Tesouro dos EUA, ajudara a transformar o excedente do orçamento federal da administração de Bill Clinton num défice em ascensão, défice esse que muitos republicanos estavam agora a utilizar para justificar os seus pedidos de cortes na Segurança Social, no Medicare, no Medicaid e no resto do Estado-providência da América.

Os cortes fiscais de Bush podem ter sido uma má política, mas também

tinham baixado um pouco a carga fiscal da maioria dos americanos, o que fazia com que a sua reversão fosse intrincada em termos políticos. As sondagens revelavam de forma consistente que uma grande maioria dos americanos defendia um aumento de impostos para os ricos. Mas até mesmo os advogados e médicos bem na vida não se consideravam ricos, sobretudo se vivessem em zonas de custos elevados; e, depois de uma década em que 90 por cento dos indivíduos que ganhavam menos tinham sido alvo de um congelamento salarial, muito poucas pessoas concordavam com um aumento dos impostos. Durante a campanha, eu e a minha equipa chegáramos a acordo em relação ao que considerávamos ser um ponto de política óptimo, propondo que os cortes fiscais de Bush fossem revogados de forma selectiva, afectando apenas as famílias com rendimentos superiores a 250 mil dólares por ano (ou sujeitos individuais com salários superiores a 200 mil dólares). Esta abordagem, que teve um apoio quase total dos democratas do Congresso, afectaria apenas os dois por cento mais ricos da América e renderia cerca de 680 mil milhões de dólares ao longo da década seguinte, fundos que poderíamos utilizar para alargar programas de apoio social às crianças, de cuidados de saúde, de formação profissional e de educação para os mais desfavorecidos.

Eu não mudara de ideias em relação a tudo isto. Fazer os ricos pagar mais impostos não era apenas uma questão de justiça — era também a única maneira de financiar novas iniciativas. Porém, conforme acontecera com tantas propostas da minha campanha, a crise financeira obrigara-me a repensar *quando* as deveríamos pôr em prática. Numa fase anterior do meu mandato, quando parecera que o país poderia vacilar para uma depressão, a minha equipa para a economia fora persuasiva ao defender que qualquer aumento de impostos — mesmo focado nos ricos e nas empresas da *Fortune 500* — seria contraproducente, já que retiraria dinheiro da

economia precisamente quando era desejável que as pessoas e as empresas o gastassem.

Como seria de esperar, Mitch McConnell ameaçara obstruir tudo o que não fosse um prolongamento completo dos cortes fiscais de 2001-2003. A nossa única opção para acabar com os cortes fiscais de Bush imediatamente — opção que muitos comentadores progressistas nos incitaram a adoptar — implicava não fazer coisa alguma e simplesmente deixar que as taxas tributárias de todos os contribuintes revertessem automaticamente para os níveis mais elevados da era Clinton no dia 1 de Janeiro. Os democratas podiam então regressar no ano novo e propor uma legislação de substituição que reduziria os impostos dos americanos que ganhassem menos de 250 mil euros por ano, essencialmente desafiando os republicanos a votar «não». Considerei seriamente esta estratégia, mas Joe Biden e a nossa equipa legislativa temeram que, considerando o nosso mau resultado nas intercalares, os democratas centristas pudessem não manter a solidariedade e os republicanos aproveitassem os desertores para mobilizar uma votação capaz de tornar os cortes fiscais permanentes.

Políticas à parte, cheguei à conclusão de que o problema de fazer o jogo de ver quem era o mais corajoso com o Partido Republicano era o impacto imediato que isso teria numa economia ainda frágil. Mesmo que os republicanos acabassem por ceder à pressão, poderia levar meses a promulgar qualquer legislação tributária num Congresso dividido. Entretanto, os americanos da classe média e operária receberiam salários mais baixos, as empresas refreariam ainda mais o investimento, a Bolsa de Valores cairia outra vez a pique e a economia acabaria quase de certeza em recessão.

Depois de ponderar vários cenários, mandei Joe a Captitol Hill para negociar com McConnell. Apoiaríamos uma extensão de dois anos de todos

os cortes fiscais de Bush, mas só se os republicanos concordassem em alargar subsídios de desemprego de emergência, o crédito fiscal para as classes baixa a média da Lei da Recuperação (Fazer o Trabalho Render) e outro pacote de créditos fiscais reembolsáveis que beneficiaria os trabalhadores pobres por período equivalente. McConnell mostrou logo desagrado. Tendo anteriormente declarado que «a única coisa mais importante que queremos conseguir é que o presidente Obama só tenha um mandato», odiava o facto de me permitir afirmar que reduzira os impostos para a maioria dos americanos sem que os republicanos me tivessem obrigado a tal. Eu não podia dizer que tivesse ficado espantado; um dos motivos por que escolhera Joe para agir como intermediário — para além da sua experiência no Senado e perspicácia legislativa — fora a noção que tinha de que, na mente de McConnell, as negociações com o vice-presidente não atiçavam a base republicana da mesma maneira que qualquer aparência de colaboração com Obama (socialista negro e muçulmano) atiçaria.

Depois de muitos avanços e recuos, e depois de concordarmos em trocar o crédito fiscal Fazer o Trabalho Render por um corte fiscal na folha de salário, McConnell, por fim, cedeu e, a 6 de Dezembro de 2010, pude anunciar que chegáramos a um acordo abrangente.

De uma perspectiva política, ficámos satisfeitos com o resultado. Embora fosse penoso manter os cortes fiscais para os ricos durante mais dois anos, conseguíramos alargar o alívio fiscal para as famílias da classe média, alavancando mais 212 mil milhões de dólares de incentivo económico especificamente focado nos americanos que mais precisavam — o tipo de pacote que não teríamos qualquer possibilidade de aprovar, numa Câmara dos Representantes controlada pelos republicanos, como projecto de lei autónomo. Quanto à política por detrás do acordo, expliquei a Valerie que a janela temporal de dois anos representava uma aposta elevada entre mim e

os republicanos. Eu estava a apostar que, em Novembro de 2012, estaria a sair de uma campanha para reeleição votada ao sucesso, que permitiria acabar com os cortes fiscais para os ricos a partir de uma posição firme. Eles estavam a apostar que me venceriam e que um novo presidente republicano os ajudaria a tornar os cortes fiscais de Bush permanentes.

O facto de o acordo depender assim tanto das eleições presidenciais seguintes poderia explicar porque provocou de imediato a fúria dos comentadores com tendências de esquerda, que me acusaram de ceder a McConnell e a Boehner, e de estar comprometido com os meus compinchas de Wall Street e conselheiros como Larry e Tim. Alertaram para o facto de o corte fiscal na folha de salário ir enfraquecer os fundos fiduciários da Segurança Social, que os créditos fiscais reembolsáveis que beneficiavam os trabalhadores pobres seriam efémeros e que, dentro de dois anos, os cortes fiscais de Bush para os ricos seriam tornados permanentes, exactamente como os republicanos queriam.

Por outras palavras, também eles estavam à espera de que eu perdesse.

Na mesma semana de meados de Dezembro em que anunciámos o acordo com McConnell, Bill Clinton juntou-se a mim na sala de jantar da Sala Oval para uma visita. Quaisquer tensões que existissem entre nós durante a campanha tinham-se em grande medida dissipado e achei útil ouvir as lições que ele aprendera depois de, em 1994, sofrer uma derrota semelhante nas intercalares, por causa de Newt Gingrich. A determinada altura, abordámos a questão essencial do acordo fiscal que eu acabara de fechar e Clinton não podia ter-se mostrado mais entusiasmado.

— Tem de dizer isso a alguns dos nossos amigos — disse eu, ciente das opiniões adversas em alguns círculos democratas.

— Se tiver oportunidade, fá-lo-ei — disse Clinton.

Isso deu-me uma ideia.

— E se tiver oportunidade agora mesmo? — Antes de ele ter hipótese de responder, fui até à secretária de Katie e pedi-lhe para a equipa de imprensa reunir todos os correspondentes que estivessem no edifício. Quinze minutos depois, eu e Bill Clinton entrámos para a sala de conferências de imprensa da Casa Branca.

Explicando aos repórteres, perplexos, que poderiam gostar de ficar a saber o que a pessoa que supervisionara o melhor período económico dos EUA na história recente pensava sobre o nosso acordo fiscal, passei o microfone a Clinton. O antigo presidente não tardou a dominar a sala, reunindo todo o seu charme atraente do Arkansas, com a voz roufenha, na defesa do nosso acordo com McConnell. Na realidade, pouco depois do início da conferência de imprensa improvisada, percebi que tinha outro compromisso, mas Clinton estava a divertir-se tanto que não o quis interromper. Em vez disso, inclinei-me para o microfone e disse que tinha de ir, mas que o presidente Clinton podia ficar. Mais tarde, perguntei a Gibbs como correra.

— A cobertura foi bestial — disse Gibbs. — Mas alguns comentadores disseram que tu te diminuíste, ao entregar o palanque ao Clinton.

Eu não estava preocupado com isso. Sabia que, naquele momento, as sondagens eram muito mais favoráveis a Clinton do que a mim, em parte porque a imprensa conservadora, que em tempos o vilipendiara, agora achava útil retratá-lo como o oposto de mim, aquele tipo de democrata centrista e razoável, diziam, com quem os republicanos podiam colaborar. O seu apoio ajudar-nos-ia a selar o acordo com o público mais vasto e a aplacar qualquer eventual rebelião entre os democratas do Congresso. Era uma ironia que eu — tal como muitos líderes modernos — acabei por aprender a aceitar: o presidente em exercício nunca parecia tão inteligente como o ex-presidente.

O nosso desanuviamento temporário com McConnell em relação aos impostos permitiu-nos concentrar-nos no resto da minha lista de afazeres antes do fim do mandato. O projecto de lei para a nutrição infantil de Michelle já granjeara apoio republicano suficiente para ser aprovado em inícios de Novembro e com relativamente pouca algazarra, apesar de Sarah Palin acusar Michelle de querer retirar a liberdade dos pais americanos de alimentarem os filhos conforme achavam adequado. Entretanto, a Câmara dos Representantes estava a acertar os detalhes de um projecto de lei sobre segurança alimentar que seria aprovado mais tarde nesse mês.

Ratificar o novo START no Senado revelou-se mais difícil. Não só porque, sendo um convénio, necessitava de 67 e não de 60 votos, mas também porque, a nível interno, não havia eleitorado sólido a clamar pela sua promulgação. Tive de insistir com Harry Reid para dar prioridade à questão durante as sessões de fim de mandato, explicando que estava em jogo a credibilidade dos EUA — já para não falar da minha própria posição perante os outros líderes mundiais — e que, se não conseguíssemos ratificar o convénio, prejudicaríamos os nossos esforços para aplicar sanções ao Irão e para obrigar outros países a apertarem a sua própria segurança nuclear. Quando consegui convencer, ainda que contrariado, Harry a levar o convénio a votação («Não sei como conseguirei arranjar tempo, Senhor Presidente», resmungara ao telefone, «mas, se diz que é importante, farei os possíveis, está bem?»), metemos mãos à obra para granjear votos republicanos. O aval dos chefes dos Estados-Maiores ao convénio ajudou, tal como o forte apoio do meu velho amigo Dick Lugar, que continuava a ser o republicano mais antigo do Comité de Relações Externas do Senado e, com razão, via o novo START como uma extensão do seu trabalho anterior para a não-proliferação nuclear.

Mesmo assim, para fechar o negócio, eu teria de me comprometer com

uma modernização, que demoraria vários anos e exigiria muitos milhares de milhões de dólares, da infra-estrutura das reservas nucleares dos Estados Unidos, por insistência do senador conservador do Arizona, Jon Kyl. Considerando o meu objectivo a longo prazo de eliminar as armas nucleares, já para não falar de todas as maneiras melhores de que me lembrava para aplicar milhares de milhões de dólares federais, esta concessão pareceu-me um pacto com o diabo, embora os nossos especialistas internos, muitos dos quais se dedicavam ao desarmamento nuclear, me tenham assegurado que os nossos sistemas de armas nucleares, que começavam a ficar obsoletos, precisavam de ser actualizados de modo a diminuir o risco de um erro de cálculo ou acidente catastrófico. Quando o novo START por fim saiu do Senado, com uma votação de 71 votos a favor e 26 contra, suspirei de alívio.

A CASA BRANCA nunca pareceu mais bonita do que durante a quadra festiva. Enormes coroas de pinhas com fitas de veludo vermelho forravam as paredes ao longo da colunata e do corredor principal da Ala Ocidental, e os carvalhos e magnólias do Roseiral estavam salpicados de luzes. A árvore de Natal oficial da Casa Branca, um majestoso abeto entregue por uma carroça puxada por cavalos, ocupava a maior parte da Sala Azul, mas outras árvores quase tão espectaculares enchiam praticamente todos os espaços públicos da residência. Ao longo de três dias, um exército de voluntários organizados pelo Gabinete Social enfeitou árvores, átrios e o grande vestíbulo com uma deslumbrante selecção de decorações, enquanto os chefes pasteleiros da Casa Branca preparavam uma réplica pormenorizada da residência em bolo de gengibre, incluindo mobiliário, cortinados e — durante a minha presidência — um *Bo* em miniatura.

A quadra também significou que tivemos festas quase todas as tardes e

noites durante três semanas e meia. Foram eventos grandes e festivos, com trezentos a quatrocentos convidados de cada vez, a rir e a mastigar ruidosamente costeletas de cordeiro e pataniscas de caranguejo, e a beber licor de ovo e vinho enquanto elementos da Banda da Marinha dos EUA, elegantes com os seus casacos vermelhos, interpretavam todos os clássicos natalícios. Para mim e Michelle, as festas da tarde eram fáceis, pois apenas aparecíamos durante alguns minutos para cumprimentar os presentes do outro lado de uma corda. Já os eventos da noite exigiam a nossa presença na Sala de Recepção a Diplomatas durante duas ou mais horas, em poses para fotografias com quase todos os convivas. Michelle não se importava de fazer isto nas festas que dávamos para as famílias do pessoal dos Serviços Secretos e do pessoal da residência, apesar do estado em que os seus pés ficavam por estar de pé de saltos altos durante tanto tempo. Contudo, o seu espírito natalício diminuía quando tinha de receber membros do Congresso e a imprensa política. Talvez fosse por exigirem mais atenção («Deixa de fazer tanta conversa de circunstância!», segredava-me nos momentâneos intervalos); ou porque algumas das pessoas que apareciam com regularidade na televisão a pedir a cabeça do marido dela enfiada num espeto tinham a lata, vá-se lá saber como, de passar os braços à sua volta e sorrir para a máquina fotográfica como se fossem os seus melhores amigos da escola.

Na Ala Ocidental, nas semanas que antecederam o Natal, a maior parte da energia da minha equipa foi aplicada nos dois projectos de lei mais controversos que restavam no meu programa: «Não perguntes, não reveles» e a lei DREAM. Juntamente com o aborto, as armas e praticamente tudo o que se relacionava com raça, durante décadas, as questões dos direitos LGBTQ e da imigração tinham ocupado um lugar central nas guerras culturais da América, em parte porque levantavam a questão mais basilar da

nossa democracia, designadamente, quem consideramos ser deveras um verdadeiro membro da família americana, merecedor dos mesmos direitos, respeito e preocupação que esperamos para nós mesmos? Eu acreditava em definir essa família em traços largos, incluindo homossexuais e heterossexuais, famílias de imigrantes que tinham assentado e criado os filhos aqui, mesmo que não tivessem entrado legitimamente. Como podia pensar de outra maneira, quando alguns dos mesmos argumentos para a sua exclusão tinham sido utilizados tantas vezes para excluir outros que se pareciam comigo?

Não quero com isto dizer que enjeitava aqueles que tinham opinião diferente em relação aos direitos LGBTQ e da imigração como sendo fanáticos insensíveis. Para começar, eu tinha suficiente consciência de mim mesmo — ou, pelo menos, uma boa memória — para saber que as minhas próprias atitudes para com homossexuais, lésbicas e indivíduos transgénero nem sempre foram especialmente esclarecidas. Cresci nos anos setenta, época em que a vida LGBTQ tinha muito menos visibilidade junto daqueles que não pertenciam à comunidade, tanto que a irmã de Toot (que era um dos meus familiares predilectos), a tia Arlene, se sentia na obrigação de apresentar a sua companheira de vinte anos como «a minha boa amiga Marge», sempre que nos visitava no Havai.

E tal como muitos adolescentes desses tempos, eu e os meus amigos às vezes utilizávamos palavras como «maricas» ou «larilas» como insultos casuais — tentativas imaturas de reforçar a nossa masculinidade e esconder as nossas inseguranças. Porém, quando cheguei à faculdade e travei amizade com colegas e professores que eram homossexuais assumidos, compreendi a discriminação manifesta e o ódio a que eram sujeitos, bem como a solidão e o estigma que a cultura dominante lhes impunha. Senti-me

envergonhado do meu comportamento passado e aprendi a agir de uma maneira melhor.

No que diz respeito à imigração, durante a minha juventude nunca pensara muito na questão, à parte uma vaga mitologia sobre a ilha Ellis e a Estátua da Liberdade que era transmitida através da cultura popular. A evolução do meu raciocínio deu-se mais tarde, quando o meu trabalho de militante em Chicago me levou a conhecer comunidades predominantemente mexicanas de Pilsen e Little Village — bairros onde as habituais categorias de americanos nativos, cidadãos naturalizados, titulares de cartão de residente permanente e imigrantes sem documentos quase se fundiam, visto que muitas, se não a maioria, das famílias incluíam as quatro categorias. Com o passar do tempo, as pessoas partilharam comigo como era viver tendo de esconder a sua origem, sempre com medo de que a vida que, com tanto esforço, tinham construído pudesse acabar de um momento para o outro. Falaram-me da exaustão e dos custos de lidar com um sistema de imigração muitas vezes insensível e arbitrário, do sentimento de impotência associado a ter de trabalhar para patrões que se aproveitavam do seu estatuto de imigrantes para pagarem salários inferiores ao salário mínimo. As amizades que travei e as histórias que ouvi nesses bairros de Chicago, e de pessoas LGBTQ quando andei na faculdade e no início de carreira, sensibilizaram-me para as dimensões humanas de questões que em tempos considerara apenas em termos abstractos.

Para mim, a situação associada à política «Não perguntes, não reveles» era simples: achava que uma política que impedia indivíduos LGBTQ assumidos de prestarem serviço nas nossas forças armadas era em simultâneo ofensiva para os ideais americanos e corrosiva para as forças armadas. A política «Não perguntes, não reveles» resultava de um compromisso fracassado entre Bill Clinton — que fizera campanha com a

ideia de acabar com a proibição categórica de ter pessoas LGBTQ nas forças armadas — e os seus chefes dos Estados-Maiores, que tinham insistido que tal mudança seria prejudicial para o moral e para a fixação. Desde que entrara em vigor em 1994, a política «Não perguntes, não reveles» de pouco servira para proteger ou dignificar qualquer pessoa e, na realidade, conduzira à exoneração de mais de 13 mil elementos ao serviço das forças armadas apenas por causa da sua orientação sexual. Os que persistiram tiveram de esconder quem eram e quem amavam, sem poderem pôr fotografias da família nos seus postos de trabalho ou levar os seus companheiros ou companheiras a cerimónias de cariz social. Como primeiro comandante supremo das forças armadas afro-americano, senti uma responsabilidade especial para acabar com a política, ciente de que os negros nas forças armadas tinham, por tradição, enfrentado preconceito institucional e sido impedidos de assumir cargos de liderança, tendo, durante décadas, sido obrigados a servir em unidades segregadas — política que Harry Truman erradicara, finalmente, em 1948, com uma ordem executiva.

A questão era saber qual seria a melhor maneira de implementar a mudança. Logo à partida, os defensores dos LGBTQ incitaram-me a seguir o exemplo de Truman e simplesmente emitir uma ordem que revertesse a política — particularmente porque eu já recorrera a ordens executivas e memorandos para resolver outras regulamentações que afectavam de forma adversa as pessoas LGBTQ, incluindo a concessão de direitos de visitas hospitalares e o alargamento de benefícios a companheiros de funcionários federais a viver em união de facto. Mas, ao boicotar a criação de consenso necessário para a aprovação de legislação, uma ordem executiva aumentava a probabilidade de resistência à nova política nos meios militares,

retardando a sua implementação. E, é claro, um futuro presidente poderia sempre reverter a ordem com uma simples assinatura.

Concluí que a solução óptima era convencer o Congresso a agir. Para tal, precisava da parceria activa e diligente dos líderes militares de topo, o que, no meio de duas guerras, eu sabia que não seria fácil. Chefes dos Estados-Maiores anteriores tinham-se oposto a acabar com a política «Não perguntes, não reveles», argumentando que a integração de homossexuais assumidos poderia ter um impacto adverso na coesão e disciplina das unidades (os opositores do Congresso à revogação, incluindo John McCain, alegavam que a introdução de uma nova política tão disruptiva em tempo de guerra era uma traição às nossas tropas). Contudo, verdade seja dita, Bob Gates e Mike Mullen não hesitaram quando, no início do mandato, eu lhes disse que pretendia reverter a lei. Gates disse que já pedira à sua equipa para começar a planear a questão discretamente a nível interno, não tanto por um entusiasmo pessoal em relação à mudança da política, mas mais por uma preocupação prática com o facto de os tribunais federais poderem em última instância considerar a política «Não perguntes, não reveles» inconstitucional e obrigar a uma mudança nas forças armadas do dia para a noite. Ao invés de me tentarem demover, ele e Mullen pediram-me que os deixasse criar um grupo de trabalho para avaliar as implicações da mudança proposta nas operações militares, o qual acabaria por realizar um estudo abrangente sobre a opinião das tropas em relação a ter homossexuais assumidos nas suas fileiras. O objectivo, disse Gates, era minimizar a perturbação e as divisões.

— Se vai avante com isto, Senhor Presidente — acrescentou Gates —, no mínimo deveria deixar-nos dizer-lhe como o fazer da forma apropriada.

Eu alertei Gates e Mullen para o facto de não considerar a discriminação contra pessoas LGBTQ uma questão sujeita a plebiscito. Não obstante,

acedi ao pedido, em parte porque acreditava que iriam criar um processo de avaliação honesto, mas principalmente porque suspeitava de que o estudo revelaria que as nossas tropas — na sua maioria décadas mais jovens do que os generais — eram mais receptivas em relação à homossexualidade do que se supunha. A 2 de Fevereiro de 2010, numa apresentação ao Comité das Forças Armadas do Senado, Gates reforçou a minha confiança ao afirmar «Apoio incondicionalmente a decisão do presidente» de reavaliar a lei. Mas foi o testemunho de Mike Mullen no comité nesse mesmo dia que fez as manchetes, ao ser o primeiro líder militar veterano dos EUA com assento a defender publicamente que as pessoas LGBTQ assumidas deveriam ser autorizadas a prestar serviço militar:

— Senhor Presidente, na minha opinião, considero que permitir que *gays* e lésbicas assumidos prestem serviço militar é a coisa certa a fazer. Seja qual for o prisma pelo qual olhe para a questão, não consigo deixar de me sentir incomodado pelo facto de termos em vigor uma política que obriga jovens homens e mulheres a mentir sobre quem são para defenderem os seus concidadãos. Para mim, pessoalmente, é uma questão de integridade. Deles enquanto indivíduos e nossa enquanto instituição.

Ninguém da Casa Branca combinara a declaração com Mullen. Nem sequer tenho a certeza de Gates saber de antemão o que Mullen planeara dizer. Mas a sua asserção inequívoca mudou de pronto o debate público e criou uma importante cobertura política para os senadores indecisos, que podiam agora sentir que se justificava aceitar a revogação.

O testemunho de Mullen aconteceu meses antes da conclusão do processo de avaliação que ele e Gates tinham pedido, o que causou algumas dores de cabeça políticas. Os proponentes da revogação começaram a atacar-nos em força, em privado e na imprensa, sem conseguirem compreender porque eu não emitia simplesmente uma ordem executiva

quando o presidente dos chefes dos Estados-Maiores apoiava uma mudança da política — sobretudo porque, enquanto desperdiçávamos tempo com um estudo, havia militares LGBTQ a serem exonerados. Valerie e a sua equipa suportaram os ataques de fogo amigo, em especial de Brian Bond, um activista *gay* muito conceituado que era o nosso principal elo de ligação com a comunidade. Durante meses, Brian teve de defender a minha decisão, enquanto amigos cépticos, antigos colegas e membros da imprensa sugeriam que ele fora desviado, questionando o seu compromisso com a causa. Imagino como ele se terá sentido.

As críticas subiram de tom em Setembro de 2010, quando, tal como Gates previra, um tribunal distrital federal da Califórnia determinou que a política «Não perguntes, não reveles» era inconstitucional. Pedi a Gates para suspender formalmente todas as exonerações enquanto era apresentado recurso. Mas, por muita pressão que fizesse, ele recusou repetidamente o meu pedido, alegando que, enquanto a lei estivesse em vigor, era obrigado a fazê-la cumprir e eu sabia que ordenar-lhe que fizesse uma coisa que considerava imprópria poderia obrigar-me a ter de procurar secretário da Defesa novo. Talvez tenha sido a única vez que estive quase a gritar com Gates, e não só por considerar que a sua análise legal era incorrecta. Ele parecia considerar as frustrações que estávamos a ouvir dos defensores LGBTQ — já para não falar dos relatos angustiados de militares *gays* e lésbicas que estavam sob a sua alçada — eram mais um pouco de «politiquice», da qual eu o deveria proteger, e ao Pentágono, e não uma consideração central da sua própria tomada de decisão. (Em última instância, pelo menos modificou os procedimentos administrativos da política «Não perguntes, não reveles» de maneira que quase todas as exonerações foram interrompidas enquanto aguardávamos a resolução final.)

Felizmente, para o final do mesmo mês, recebemos por fim os resultados da sondagem feita às tropas, os quais confirmaram as minhas suspeitas: dois terços dos inquiridos achavam que permitir a colegas *gays*, lésbicas e bissexuais servir assumidamente teria pouco ou nenhum impacto na capacidade de as forças armadas executarem as suas missões — ou até a poderia melhorar. Na verdade, a maioria dos militares acreditava que já estavam a trabalhar ou tinham trabalhado com elementos LGBTQ e não sentiam qualquer diferença na respectiva capacidade de executar as suas funções.

Pensei que, quando somos expostos às verdades das outras pessoas, as nossas atitudes mudam.

Com o inquérito nas mãos, Gates e Mullen apoiaram oficialmente a revogação da lei «Não perguntes, não reveles». Em reunião comigo na Sala Oval, os outros chefes dos Estados-Maiores comprometeram-se a implementar a política sem mais delongas. Na verdade, o general James Amos, comandante dos Marines e acérrimo opositor da revogação, provocou sorrisos quando disse:

— Posso prometer-lhe, Senhor Presidente, que nenhum dos outros ramos o fará mais depressa ou melhor do que o U.S. Marine Corps.

Assim, a 18 de Dezembro, o Senado aprovou o projecto de lei 65-31 com oito votos republicanos.

Uns dias mais tarde, antigos e actuais elementos LGBTQ das forças armadas encheram um auditório no Departamento do Interior enquanto eu assinava o projecto de lei. Muitos estavam de uniforme, os rostos a espelhar um misto de alegria, orgulho, alívio e emoção. Quando me dirigi à multidão, vi vários defensores da causa que, apenas algumas semanas antes, tinham sido alguns dos nossos críticos mais pertinazes, a sorrir de reconhecimento. Quando vi Brian Bond, fiz-lhe sinal com a cabeça. Mas o

maior aplauso desse dia estava reservado a Mike Mullen — uma demorada e sentida ovação de pé. Quando observei o almirante de pé no palco, visivelmente comovido apesar do sorriso tímido no rosto, senti-me imensamente feliz por ele. Pensei que não era muito comum um verdadeiro acto de consciência ser reconhecido daquela maneira.

NO QUE DIZIA RESPEITO À IMIGRAÇÃO, todos concordavam que o sistema estava desajustado. O processo de imigração legal para os EUA podia demorar uma década ou mais, muitas vezes dependendo do país de origem e do dinheiro que o proponente tinha. Entrementes, o abismo económico entre nós e os nossos vizinhos do Sul levava, todos os anos, centenas de milhares de pessoas a atravessar ilegalmente a fronteira do México com os EUA, com mais de 3100 quilómetros de extensão, à procura de trabalho e de uma vida melhor. O Congresso gastara milhares de milhões de dólares a reforçar a fronteira, com vedações, câmaras, drones e um patrulhamento alargado e cada vez mais militarizado. Porém, ao invés de travar o fluxo de imigrantes, tais medidas tinham estimulado uma indústria de traficantes — *coiotes* — que obtinham grandes lucros a transportar cargas humanas de maneiras bárbaras e, muitas vezes, fatais. Apesar de as passagens na fronteira por migrantes pobres, mexicanos e da América Central serem o alvo da maior parte das atenções dos políticos e da imprensa, cerca de 40 por cento dos imigrantes não autorizados na América chegavam através dos aeroportos e outras portas de entrada legais, acabando por ficar mais tempo do que os seus vistos permitiam.

Em 2010, estimava-se que residissem nos Estados Unidos 11 milhões de pessoas sem documentos, em grande parte devidamente integradas no tecido da vida americana. Muitas eram residentes de longa data, com filhos que eram cidadãos americanos por terem nascido em território americano

ou que tinham sido trazidos para os EUA tão jovens que eram americanos em todos os aspectos, menos numa folha de papel. Sectores completos da economia dos EUA dependiam da sua mão-de-obra, visto que, muitas vezes, os imigrantes sem documentos aceitavam fazer os trabalhos mais duros e mais sujos em troca de salários miseráveis — na apanha da fruta e dos legumes que enchiam as nossas mercearias, a lavar o chão de escritórios, a lavar a louça em restaurantes e a cuidar dos mais velhos. Mas, apesar de os consumidores americanos beneficiarem desta mão-de-obra invisível, muitos receavam que os imigrantes estivessem a ocupar empregos dos seus concidadãos, a sobrecarregar programas de serviços sociais e a mudar a moldura racial e cultural da nação, o que conduziu a exigências para o Governo acabar com a imigração ilegal. Este sentimento era mais intenso entre o eleitorado republicano, acicatado por uma imprensa de direita cada vez mais nativista. Porém, a política não se encaixava claramente nas filiações partidárias. Por exemplo, os sindicalistas, tradicionalmente democratas, encaravam a crescente presença de trabalhadores sem documentos em estaleiros de construção como uma ameaça para os seus estilos de vida, enquanto grupos empresariais com tendências republicanas interessados em manter um suprimento contínuo de mão-de-obra barata (ou, no caso de Silicon Valley, programadores informáticos e engenheiros nascidos no estrangeiro) adoptavam amiúde posições pró-imigração.

Em 2007, a versão *maverick* de John McCain, juntamente com o seu comparsa Lindsey Graham, juntara-se a Ted Kennedy para elaborar um projecto de lei de reforma abrangente que oferecia cidadania a milhões de imigrantes sem documentos, enquanto, em simultâneo, protegia melhor as nossas fronteiras. Apesar de um forte apoio do presidente Bush, não fora promulgado pelo Senado. Porém, o projecto de lei recebera doze votos

republicanos, o que era indicação da possibilidade real de um futuro pacto bipartidário.

Durante a campanha, comprometera-me a recuperar legislação semelhante assim que fosse eleito e nomeara a antiga governadora do Arizona, Janet Napolitano, como líder do Departamento de Segurança Interna — o organismo que supervisionava a Agência de Imigração e Alfândegas (ICE, no acrónimo em inglês) e a Protecção Alfandegária e Fronteiriça dos EUA — em parte pelos conhecimentos que tinha sobre assuntos relacionados com fronteiras e a reputação granjeada ao gerir a imigração de uma maneira simultaneamente compassiva e rigorosa.

Por conseguinte, as minhas esperanças em conseguir aprovar um projecto de lei há muito se tinham reduzido a nada. Com a crise económica e a escalada do desemprego, poucos membros do Congresso tinham vontade de assumir um tema controverso como a imigração. Kennedy afastara-se. McCain, depois de ser criticado pela direita pela sua atitude relativamente moderada em relação à imigração, revelara pouco interesse em brandir outra vez o estandarte. Pior ainda, a minha administração estava a deportar trabalhadores sem documentos a um ritmo acelerado. Tal não resultou de qualquer directiva minha, mas antes de um mandato do Congresso de 2008 que dilatara o orçamento da ICE e aumentara a colaboração entre a ICE e departamentos de aplicação da lei locais, visando a deportação de imigrantes sem documentos com registo criminal. Mas o que é verdade é que, a curto prazo, optámos por não reverter activamente as políticas que herdáramos, porque não queríamos dar motivos aos críticos que defendiam que os democratas não estavam dispostos a aplicar as leis de imigração existentes, uma noção que, pensávamos, podia deitar por terra as nossas hipóteses de fazer passar uma futura proposta de lei de reforma. Mas, em 2010, grupos de defesa dos direitos dos imigrantes e latinos criticaram a

nossa falta de progressos, muito à semelhança do que os activistas LGBTQ tinham feito no caso da política «Não perguntes, não reveles». E apesar de eu continuar a instigar o Congresso a aprovar a reforma da imigração, não estava em condições realistas de apresentar uma nova lei abrangente antes das intercalares.

Passei à lei DREAM. Há anos que se namorava a ideia de jovens imigrantes sem documentos, que tinham sido trazidos para a América ainda crianças, poderem ter algum tipo de auxílio e, desde 2001, tinham sido apresentadas ao Congresso pelo menos dez versões da lei DREAM, nunca se tendo conseguido recolher os votos necessários. Os defensores apresentavam-na muitas vezes como um passo parcial, mas significativo, rumo a uma reforma mais ampla. A lei concederia aos *dreamers*, os «sonhadores» — como se passara a chamar a estes jovens — residência legal temporária e um caminho para a cidadania, desde que cumprissem certos critérios. De acordo com o projecto de lei mais recente, deveriam ter chegado aos EUA com menos de 16 anos, vivido aqui durante cinco anos consecutivos, concluído o ensino secundário ou obtido um diploma de equivalência, frequentado a faculdade ou se alistado nas forças armadas, não podendo ter cadastro por delitos graves. Os Estados individuais podiam tornar os «sonhadores» legalmente elegíveis para propinas reduzidas em faculdades e universidades públicas — a única maneira realista de muitos deles conseguirem prosseguir os estudos.

Os «sonhadores» tinham crescido a frequentar escolas americanas, a assistir à televisão americana e a deambular por centros comerciais americanos. Em alguns casos, os seus pais nem sequer lhes tinham dito que não eram cidadãos, tendo tomado conhecimento do seu estatuto de ilegais apenas quando tentaram tirar a carta de condução ou enviaram a candidatura a uma bolsa para a faculdade. Eu tive oportunidade de conhecer

muitos «sonhadores», antes e depois de ir para a Casa Branca. Eram inteligentes, ponderados e resilientes — com tanto potencial como as minhas próprias filhas. Se me perguntassem, diria que achava os «sonhadores» menos hipócritas em relação à América do que muitos dos seus contemporâneos aqui nascidos, precisamente porque as suas circunstâncias lhes tinham ensinado a não tomarem a vida neste país como um dado adquirido.

O argumento para permitir a permanência destes jovens nos Estados Unidos, o único país que muitos deles tinham conhecido, era tão convincente que Kennedy e McCain tinham integrado a lei DREAM no seu projecto de lei para a imigração de 2007. E sem a perspectiva de promulgar uma reformulação mais abrangente das leis de imigração dos EUA no futuro imediato, Harry Reid — que, nos meses que antecederam as intercalares, estivera envolvido numa renhida corrida para ser reeleito no seu Estado natal do Nevada e precisava de uma forte afluência hispânica para dar a volta por cima — prometera levar a lei DREAM a votação durante a sessão depois da eleição do sucessor.

Infelizmente, Harry fez este anúncio de última hora na campanha, sem nos avisar a nós, seus colegas do Senado, nem aos grupos que defendiam a reforma da imigração. Apesar de não ficar agradada com a falta de coordenação de Harry («Não lhe custava nada fazer um telefonema»), Nancy Pelosi fez aquilo que lhe cabia, apressando-se a fazer aprovar a legislação na Câmara dos Representantes. Mas, no Senado, McCain e Graham denunciaram a decisão de Harry como uma manobra de campanha e disseram que não votariam a favor da lei DREAM como um projecto de lei autónomo, visto que já não estava associada a uma extensão da sua aplicação. Os cinco senadores republicanos que tinham votado no projecto de lei McCain-Kennedy e ainda ocupavam o cargo foram menos assertivos

em relação às suas intenções, mas todos pareceram hesitantes. E como não podíamos contar com todos os democratas para apoiar o projecto de lei — sobretudo depois das desastrosas intercalares —, todos os elementos da Casa Branca deram por si a debater-se, tentando angariar os sessenta votos necessários para ultrapassar o obstrucionismo nos dias que faltavam para o Senado fechar.

Cecilia Muñoz, directora de assuntos intergovernamentais da Casa Branca, foi a pessoa-chave nesse esforço. Quando fui senador, ela fora a vice-presidente sénior de políticas e assuntos legislativos no Conselho Nacional de La Raza, a maior organização de defesa de latinos do país e, desde então, fora minha conselheira para a imigração e outros assuntos. Nascida e criada no Michigan e filha de imigrantes bolivianos, Cecilia era comedida, modesta e — como eu costumava gracejar com ela — «simplesmente simpática», fazendo-me lembrar a minha professora preferida do ensino básico ou secundário. Além disso, era rija e persistente (e fã incondicional da equipa de futebol do Michigan). Numa questão de semanas, ela e a sua equipa tinham lançado um bombardeamento mediático de apoio à lei DREAM, contando histórias fantásticas, reunindo estatísticas e recrutando praticamente todos os membros de gabinetes e agências (incluindo o Departamento de Defesa) para organizarem algum tipo de evento. Mais importante, Cecilia ajudou a reunir uma equipa de jovens «sonhadores» que estavam dispostos a revelar o seu estatuto de ilegal para assim partilharem as suas histórias pessoais com senadores indecisos e meios de comunicação social. Por diversas vezes, eu e Cecilia falámos sobre a coragem desses jovens, concordando que, com a sua idade, nunca teríamos conseguido aguentar tanta pressão.

— Desejo muito vencer, por eles — disse-me ela.

Porém, não obstante as incontáveis horas que passámos em reuniões e ao

telefone, a probabilidade de obter sessenta votos a favor da lei DREAM começou, cada vez mais, a parecer pouco animadora. Uma das nossas melhores esperanças era Claire McCaskill, a senadora democrata do Missouri. Claire era uma das minhas mais antigas apoiantes e das melhores amigas no Senado, política experiente e com uma vivacidade de espírito acutilante, um coração enorme e nenhum indício de hipocrisia ou pretensão. Todavia, ela também vinha de um Estado conservador com tendências republicanas e era um alvo apetecível para os esforços do Partido Republicano de recuperar o controlo do Senado.

— Sabe que eu quero ajudar aqueles miúdos, Senhor Presidente — disse Claire quando lhe telefonei —, mas as sondagens no Missouri são terríveis em relação a tudo o que se relaciona com a imigração. Se eu votar a favor, há uma boa probabilidade de perder o meu lugar.

Eu sabia que era verdade. E se ela perdesse, poderíamos perder o Senado, juntamente com qualquer possibilidade de promulgar a lei DREAM, qualquer reforma abrangente da imigração ou qualquer outra coisa. Como é que eu podia dar mais importância a esse risco do que à urgência do destino dos jovens que conhecera — a incerteza e o medo com que eram obrigados a viver todos os dias, a possibilidade de, sem aviso prévio, qualquer deles poder ser apanhado numa rusga da ICE, encarcerado e extraditado para uma terra que seria tão estranha para ele como para mim?

Antes de desligarmos, eu e Claire fizemos um pacto que ajudaria a conseguir o impossível.

— Se o seu voto for o sexagésimo — disse eu —, aqueles miúdos precisarão de si, Claire. Mas se ficarmos aquém desse valor, não há motivo para cometer suicídio político.

O Senado votou a lei DREAM no sábado nublado da semana antes do Natal, no mesmo dia que aprovara a revogação da política «Não perguntes,

não reveles». Na companhia de Pete Souza, Reggie e Katie, assisti à votação no pequeno televisor da Sala Oval, contabilizando os votos a favor: 40, 50, 52, 55. Seguiu-se uma pausa, a câmara num estado de *suspense*, uma última oportunidade de um senador mudar de opinião, até que o martelo por fim bateu.

Ficara-nos a faltar cinco votos.

Eu subi as escadas até ao primeiro andar da Ala Ocidental e caminhei para o gabinete de Cecilia, onde ela e a sua jovem equipa tinham assistido à votação. A maioria dos presentes estava com uma lágrima ao canto do olho. Abracei-os todos. Relembrei-os de que, graças ao seu trabalho, estivéramos mais perto de promulgar a lei DREAM do que qualquer outra tentativa anterior; e que nos cabia a tarefa de continuar a lutar enquanto aqui estivéssemos, até finalmente atingirmos a nossa meta. Todos concordaram com a cabeça, em silêncio, e eu voltei a descer as escadas. Katie deixara na minha secretária uma cópia da votação. Ao passar os dedos pela folha de papel, reparei que Claire McCaskill votara «*yea*» — sim. Pedi a Katie para telefonar a Claire.

— Pensei que votaria «não», a menos que o seu voto fizesse a diferença — disse eu quando ela atendeu.

— Que diabos, Senhor Presidente, eu também pensei o mesmo — disse Claire —, mas quando chegou a minha vez de votar, e comecei a pensar naqueles miúdos que vieram ao meu gabinete… — A voz embargou-se-lhe, emocionada. — Não consegui fazer-lhes isso. Não consegui deixá-los ficar a pensar que me estou a borrifar. Por outro lado — continuou, recompondo-se —, parece que terá de me ajudar a angariar uma pipa de massa, para eu poder responder àqueles cartazes republicanos que dirão que sou branda na questão da imigração…

Prometi a Claire que o faria. Apesar de não haver uma cerimónia de

assinatura do projecto de lei para ela estar presente nem um público para a aplaudir de pé, pareceu-me que o sereno exercício de consciência da minha amiga, não menos do que o de Mike Mullen, era mais um passo para um país melhor.

O nosso fracasso na promulgação da lei DREAM foi duro de engolir. Não obstante, toda a equipa da Casa Branca se sentiu encorajada pelo facto de termos conseguido a sessão depois da eleição do sucessor mais significativa da História moderna. Em seis semanas, juntos, a Câmara dos Representantes e o Senado tinham contabilizado uns extraordinários quarenta e oito dias em sessão e promulgado noventa e nove leis — mais de um quarto da legislação total do 111.º Congresso ao longo de dois anos. Mais importante do que isso, o público pareceu reparar na explosão de produtividade do Congresso. Axe reportou uma ascensão linear na confiança dos consumidores e na minha popularidade — não porque a minha mensagem ou políticas tivessem mudado, mas porque Washington mostrara serviço. Era como se, no período de um mês e meio, a democracia tivesse voltado ao normal, com o habitual «dar e receber» entre os partidos, os avanços e recuos de grupos de interesse, as vantagens e desvantagens do compromisso. Não sabia o que mais teríamos conseguido, nem quão mais longe teria chegado a recuperação económica, se este tipo de atmosfera imperasse desde o início do meu mandato.

SÉTIMA PARTE

ANDAR NO ARAME

CAPÍTULO 25

SE, EM FINAIS DE 2020, alguém me perguntasse onde seria mais provável que acontecesse a próxima crise grave no Médio Oriente, eu poderia apresentar um enorme cardápio de possibilidades. Havia o Iraque, é claro, onde, apesar dos progressos, muitas vezes parecia que um regresso ao caos estava à distância de um simples ataque bombista num mercado ou da investida de uma milícia. As sanções internacionais que impuséramos ao Irão em resposta ao seu programa nuclear tinham começado a causar algumas dores de cabeça e qualquer provocação ou exasperação por parte do regime poderiam conduzir a um confronto descontrolado. O Iémen — um dos verdadeiros casos de infortúnio do planeta — tornara-se o quartel-general da al-Qaeda na Península Arábica, que era agora o reduto mais mortífero e mais activo da rede terrorista.

Depois havia as poucas centenas de quilómetros de fronteira sinuosa e disputada que separava Israel dos territórios palestinianos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

A minha administração já não era a primeira administração americana a perder o sono por causa daqueles territórios relativamente pequenos. O conflito entre Árabes e Judeus era uma ferida aberta na região há quase um século, remontando à Declaração Balfour de 1917, na qual os Britânicos, que estavam então a ocupar a Palestina, se comprometeram a criar uma «nação para o povo judeu» numa região esmagadoramente povoada por árabes. Ao longo dos cerca de vinte anos seguintes, líderes sionistas mobilizaram uma vaga de migração de judeus para a Palestina e

organizaram forças armadas altamente treinadas para defender os colonatos. Em 1947, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e à sombra dos indescritíveis crimes do Holocausto, as Nações Unidas aprovaram um plano de divisão que estabeleceria dois Estados soberanos, um judeu e o outro árabe, com Jerusalém — uma cidade considerada sagrada de igual modo por muçulmanos, cristãos e judeus — a ser governada por um organismo internacional. Os líderes sionistas aceitaram o plano, mas os palestinianos árabes, bem como as nações árabes vizinhas que também estavam a emergir do domínio colonial, opuseram-se tenazmente. Consoante a Grã-Bretanha se retirou, as duas facções não tardaram a entrar em guerra. E com as milícias judaicas a clamar vitória em 1948, nasceu oficialmente o Estado de Israel.

Para o povo judeu, foi um sonho tornado realidade, um Estado próprio na sua histórica terra natal, após séculos de exílio, perseguição religiosa e os mais recentes horrores do Holocausto. Porém, para os cerca de 700 mil palestinianos árabes que se viram sem pátria e expulsos das suas terras, os mesmos eventos foram aquilo que ficaria conhecido por *Nakba*, ou «catástrofe». Durante as três décadas seguintes, Israel envolver-se-ia numa sucessão de conflitos com os seus vizinhos árabes, sendo o mais significativo a Guerra dos Seis Dias em 1967, durante a qual o Exército israelita, com um efectivo muito menor, destroçou os Exércitos unidos do Egipto, Jordânia e Síria. No processo, Israel assumiu o controlo da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, da Jordânia, da Faixa de Gaza e da Península de Sinai, do Egipto, e dos Montes Golã, da Síria. A memória dessas perdas e a humilhação que lhes está associada tornaram-se um aspecto determinante do nacionalismo árabe, e o apoio à causa palestiniana, um dogma central da política externa árabe.

Entretanto, os palestinianos que viviam nos territórios ocupados,

sobretudo em campos de refugiados, viram-se governados pelas Forças de Defesa de Israel (FDI), com os seus movimentos e actividade económica fortemente limitados, desencadeando apelos à resistência armada e resultando na ascensão da Organização de Libertação da Palestina (OLP). Os políticos árabes passaram a denunciar Israel com regularidade, muitas vezes em termos explicitamente antissemitas, e a maioria dos Governos da região apoiou o presidente da OLP, Yasser Arafat, como combatente pela liberdade, apesar de a sua organização e respectivos membros se envolverem em ataques terroristas cada vez mais violentos e sangrentos contra civis desarmados.

Os Estados Unidos não foram meros espectadores de tudo isto. Os americanos judeus haviam sofrido gerações de discriminação no seu próprio país, mas eles e outros judeus que emigraram para Israel, a partir do Ocidente, ainda partilhavam a língua, os costumes e a aparência dos seus irmãos cristãos e, em comparação com os árabes, continuavam a beneficiar de muito mais simpatia do público americano. Harry Truman fora o primeiro líder estrangeiro a reconhecer Israel formalmente como Estado soberano, e a comunidade judaica americana pressionou os representantes dos EUA a ajudarem a nação inexperiente. Com as duas superpotências mundiais da Guerra Fria a rivalizar na influência do Médio Oriente, os EUA tornaram-se o principal mecenas de Israel e, com isso, os problemas de Israel com os seus vizinhos passaram a ser também os problemas da América.

Desde então, praticamente todos os presidentes americanos têm tentado resolver o conflito israelo-palestiniano, com diferentes graus de sucesso. Os históricos Acordos de Camp David, mediados em 1978 por Jimmy Carter, alcançaram uma paz duradoura entre Israel e o Egipto e devolveram Sinai ao controlo egípcio. O acordo — que valeu um Prémio Nobel da Paz ao

primeiro-ministro israelita, Menachem Begin, e ao presidente egípcio, Anwar Sadat — também afastou mais o Egipto da órbita soviética e tornou os dois países essenciais parceiros de segurança dos EUA (bem como os principais destinatários de ajuda económica e militar no mundo, por uma grande margem). Porém, deixou a questão palestiniana por resolver. Quinze anos mais tarde, com o fim da Guerra Fria e a influência dos EUA no seu apogeu, Bill Clinton reuniu o primeiro-ministro Yitzhak Rabin e Arafat para a assinatura do primeiro Acordo de Oslo. Nesse acordo, a OLP reconheceu pela primeira vez o direito de existência de Israel, enquanto Israel reconheceu a OLP como um representante por direito do povo palestiniano e concordou com a criação da Autoridade Palestiniana, que teria governação limitada, mas significativa, sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Além de dar à Jordânia licença para seguir o exemplo do Egipto e realizar o seu próprio acordo de paz com Israel, o Acordo de Oslo constituía um quadro para a eventual criação de um Estado palestiniano autónomo que, idealmente, coexistiria com uma Israel segura e em paz com os seus vizinhos. Contudo, as velhas feridas e o fascínio pela violência em detrimento de um compromisso entre facções de ambas as partes revelaram-se demasiado fortes para ultrapassar. Em 1995, Rabin foi assassinado por um extremista israelita de direita. O seu sucessor liberal, Shimon Peres, ocupou o cargo durante sete meses, até perder as eleições antecipadas para Benjamin «Bibi» Netanyahu, líder do partido de direita Likud, cuja plataforma em tempos incluíra a anexação total dos territórios palestinianos. Insatisfeitas com os Acordos de Oslo, organizações mais puras e duras, como o Hamas e a Jihad Islâmica Palestiniana, decidiram-se a sabotar a credibilidade de Arafat e do seu partido Fatah, com os palestinianos a apelar à luta armada para recuperar as terras árabes e empurrar Israel para o mar.

Depois da derrota de Netanyahu nas eleições de 1999, o seu sucessor mais liberal, Ehud Barak, envidou esforços para estabelecer uma paz mais ampla no Médio Oriente, incluindo a definição de uma solução de dois Estados que foi mais longe do que qualquer outra proposta israelita até à data. Contudo, Arafat exigiu mais concessões e as conversações redundaram em recriminações de parte a parte. Entretanto, certo dia de Setembro de 2000, o líder do partido Likud, Ariel Sharon, levou um grupo de legisladores israelitas a uma visita propositadamente provocatória e altamente publicitada a um dos locais mais sagrados do islão, o Monte do Templo de Jerusalém. Foi uma manobra que visava afirmar a pretensão de Israel sobre o território mais vasto, desafiando a liderança de Ehud Barak e enraivecendo árabes das redondezas e de zonas longínquas. Quatro meses mais tarde, Sharon tornou-se o seguinte primeiro-ministro de Israel, desencadeando o que viria a ficar conhecido por Segunda Intifada: quatro anos de violência entre os dois lados, marcados por gás lacrimogénio e balas de borracha lançados contra manifestantes que arremessavam pedras; bombistas suicidas palestinianos fizeram-se explodir à porta de um clube nocturno israelita e em autocarros que transportavam cidadãos idosos e crianças; mortíferos raides retaliatórios das FDI e a detenção indiscriminada de milhares de palestinianos; e *rockets* lançados pelo Hamas desde Gaza contra cidades fronteiriças israelitas, ripostados por helicópteros *Apache* de combate israelitas, fornecidos pelos EUA, que arrasaram bairros inteiros.

Durante este período, morreram cerca de mil israelitas e três mil palestinianos — incluindo muitas crianças — e, quando a violência diminuiu, em 2005, as perspectivas de se resolver o conflito subjacente haviam mudado fundamentalmente. O foco da administração Bush no Iraque, no Afeganistão e na guerra ao terrorismo deixou-lhe pouca margem de manobra para se preocupar com a paz no Médio Oriente e, apesar de

Bush manter o apoio oficial a uma solução de dois Estados, mostrou relutância em pressionar Sharon nesse sentido. Publicamente, a Arábia Saudita e outros Estados do Golfo continuaram a apoiar a causa palestiniana, mas as suas acções indicavam que estavam cada vez mais preocupados em limitar a influência iraniana e em erradicar as ameaças extremistas aos seus próprios regimes. Os próprios palestinianos tinham-se fragmentado depois da morte de Arafat, em 2004. Gaza ficou sob controlo do Hamas e, pouco depois, viu-se a braços com um bloqueio imposto por Israel, enquanto a Autoridade Palestiniana dirigida pela Fatah, que continuava a governar a Cisjordânia, passou a ser encarada, até mesmo por alguns dos seus apoiantes, como débil e corrupta.

Mais importante, as atitudes israelitas em relação a conversações de paz tinham endurecido, em parte porque a paz já não parecia tão crucial para garantir a segurança e a prosperidade do país. A Israel dos anos sessenta, que continuava alojada na imaginação popular, com a sua vida comunitária de *kibutz* e o racionamento periódico de provisões básicas, transformara-se num núcleo de actividade moderno. Deixara de ser o destemido David cercado pelo hostil Golias. Graças a dezenas de milhares de milhões de dólares de ajuda militar americana, as forças armadas israelitas eram agora incomparáveis na região. Os ataques bombistas e outras ofensivas em Israel quase tinham acabado, em certa medida graças ao facto de Israel ter erigido um muro com mais de 640 quilómetros entre o seu território e os centros populacionais palestinianos da Cisjordânia, pontuado por postos de controlo em locais estratégicos para controlar o fluxo de trabalhadores palestinianos que entravam e saíam de Israel. De quando em vez, *rockets* lançados de Gaza continuavam a pôr em perigo os habitantes das cidades fronteiriças de Israel, e a presença de colonos israelitas judeus na Cisjordânia desencadeava amiúde escaramuças mortíferas. Porém, para a maioria dos

habitantes de Jerusalém ou Tel Aviv, os palestinianos viviam na sua maioria longe da vista, e as suas lutas e ressentimentos eram inquietantes, mas longínquos.

Considerando tudo aquilo que já estava na minha agenda quando me tornei presidente, seria tentador fazer apenas o meu melhor para gerir o actual estado de coisas, reprimir quaisquer surtos de violência renovada entre facções israelitas e palestinianas, e, tirando isso, deixar as coisas seguirem o seu rumo. Mas, olhando às preocupações de política externa mais amplas, decidi que não podia enveredar por esse caminho. Israel continuava a ser um aliado fundamental dos EUA e, mesmo com a diminuição das ameaças, continuava a sofrer ataques terroristas que punham em perigo os milhares de americanos que ali viviam ou para lá viajavam. Ao mesmo tempo, praticamente todos os países do mundo consideravam que a continuada ocupação israelita dos territórios palestinianos era uma violação do direito internacional. Em resultado, os nossos diplomatas deram por si na incómoda posição de terem de defender Israel de acções a que nós próprios nos opúnhamos. Representantes dos EUA também tiveram de explicar porque não era hipocrisia da nossa parte pressionar países como a China ou o Irão por causa dos seus registos de direitos humanos enquanto demonstrávamos pouca preocupação em relação aos direitos dos palestinianos. Entretanto, a ocupação israelita continuou a inflamar a comunidade árabe e a alimentar um sentimento antiamericano no mundo muçulmano.

Por outras palavras, a ausência de paz entre israelitas e palestinianos tornava a América menos segura. Por outro lado, negociar uma solução exequível entre os dois lados só poderia reforçar a nossa postura para com a segurança, enfraquecer os nossos inimigos e tornar-nos mais credíveis na defesa dos direitos humanos em todo o mundo — tudo de uma só vez.

Em boa verdade, o conflito israelo-palestiniano também me incomodava pessoalmente. Parte da formação moral que a minha mãe me dera envolvia o Holocausto, uma catástrofe inadmissível que, tal como a escravatura, explicou-me, estava enraizada na incapacidade ou falta de vontade de reconhecer a humanidade dos outros. Tal como muitos miúdos americanos da minha geração, eu tinha a história do êxodo gravada na mente. No sexto ano, idealizei a Israel que me fora descrita por um conselheiro de um campo judeu que vivera num *kibutz* — um lugar onde eram todos iguais, disse ele, onde todos contribuíam e todos eram bem-vindos para partilhar as alegrias e as agruras de reparar o mundo. Na secundária, devorei as obras de Philip Roth, Saul Bellow e Norman Mailer, comovido por histórias de homens que tentavam encontrar o seu lugar numa América que não os acolhia bem. Mais tarde, quando estudei os primeiros movimentos de direitos civis na faculdade, fiquei curioso pela influência de filósofos judeus como Martin Buber sobre os sermões e os escritos de Martin Luther King. Admirei como, em tantas questões, os eleitores judeus costumavam ser mais progressistas do que praticamente qualquer outro grupo étnico, e, em Chicago, alguns dos meus amigos e apoiantes resolutos pertenciam à comunidade judaica da cidade.

Eu acreditava que havia uma ligação essencial entre as experiências dos negros e dos judeus — uma história comum de exílio e sofrimento que, em última instância, poderia ser remida por uma sede de justiça partilhada, uma compaixão pelos outros mais profunda, um sentido de comunidade acentuado. Isso tornou-me furiosamente protector do direito do povo judeu de ter um Estado próprio, embora, ironicamente, esses mesmos valores partilhados também fizessem com que fosse impossível ignorar as condições em que eram obrigados a viver os palestinianos nos territórios ocupados.

Sim, muitas das tácticas de Arafat tinham sido detestáveis. Sim, os líderes palestinianos tinham perdido demasiadas oportunidades de paz; não houvera um Havel ou um Gandhi para mobilizar um movimento não violento com a força moral capaz de influenciar a opinião pública israelita. Porém, nada disso negava o facto de milhões de palestinianos carecerem de autodeterminação e lhes serem negados muitos dos direitos básicos que até mesmo os cidadãos de países não democráticos tinham. Havia gerações a crescer num mundo de fome e limitações do qual, literalmente, não podiam fugir, o seu quotidiano sujeito aos caprichos de uma autoridade distante e muitas vezes hostil e às suspeitas de todos os soldados armados de rosto fechado que exigiam ver os seus documentos em cada posto de controlo por onde passavam.

Todavia, quando subi ao poder, a maioria dos republicanos do Congresso tinha abandonado qualquer aparência de se preocuparem com o destino dos palestinianos. De facto, uma grande maioria dos evangélicos brancos — o bloco votante mais fiável do Partido Republicano — acreditava que a criação e a expansão gradual de Israel cumpria a promessa de Deus a Abraão e anunciava o eventual regresso de Cristo. Do lado dos democratas, até mesmo os progressistas mais resolutos eram avessos a parecerem menos pró-Israel do que os republicanos, especialmente visto que muitos deles também eram judeus ou representavam consideráveis eleitorados judeus.

Além disso, havia membros dos dois partidos que temiam aborrecer o American Israel Public Affairs Committee (AIPAC), um poderoso lóbi bipartidário que se dedicava a garantir o apoio inquebrantável dos EUA a Israel. A influência do AIPAC fazia-se sentir em praticamente todos os distritos do país e quase todos os políticos da nação — incluindo eu — tinham elementos desta organização entre os seus principais apoiantes e financiadores. No passado, a organização acomodara um espectro de

opiniões sobre a paz no Médio Oriente, insistindo sobretudo que aqueles que procuravam o seu aval apoiassem uma continuação da ajuda dos EUA a Israel e se opusessem a esforços para isolar ou condenar Israel através da ONU e outros organismos internacionais. Todavia, consoante os políticos de Israel viraram à direita, também mudaram as posições políticas dos membros e líderes do AIPAC. Cada vez mais se alegava que os Governos dos EUA e de Israel deveriam reforçar a sua aliança, mesmo depois de Israel envidar acções contrárias às políticas dos EUA. Aqueles que criticavam as políticas de Israel com demasiada veemência corriam o risco de serem rotulados como «anti-Israel» (e, possivelmente, antissemitas) e confrontados com um adversário bem financiado nas eleições seguintes.

Eu fora alvo dessas acusações durante a minha campanha à presidência, havendo apoiantes dos judeus a darem conta de terem de refutar alegações feitas nas sinagogas ou através de cadeias de *e-mail* de que eu não apoiava suficientemente Israel ou que até revelava hostilidade em relação ao país. Atribuíam essas campanhas de rumores não a alguma posição em particular que eu tivesse adoptado (o meu apoio a uma solução de dois Estados e oposição a colonatos israelitas era idêntico às posições dos outros candidatos), mas, antes, às minhas manifestações de preocupação com os palestinianos comuns, às minhas amizades com determinados críticos da política israelita, incluindo um activista e estudioso do Médio Oriente chamado Rashid Khalidi; e ao facto de, como Ben Rhodes disse sem rodeios: «O senhor é um homem negro com um nome muçulmano que viveu no bairro de Louis Farrakhan e frequentou a igreja de Jeremiah Wright.» No dia das eleições, obtive 70 por cento dos votos judeus, mas, no que diz respeito a muitos elementos do conselho de administração do AIPAC, continuava a ser suspeito, um homem de fidelidades divididas:

alguém cujo apoio a Israel, como um dos amigos de Axe pitorescamente disse, não era «sentido nos seus *kishkes*» — «instintos», em iídiche.

— NÃO SE FAZEM PROGRESSOS no que diz respeito à paz — alertara-me Rahm em 2009 —, quando o presidente americano e o primeiro-ministro israelita têm origens diferentes. — Tínhamos estado a debater o regresso recente de Bibi Netanyahu ao cargo de primeiro-ministro israelita, depois de o partido Likud conseguir reunir um Governo de coligação de direita, apesar de obter menos um lugar do que o seu principal adversário, o partido Kadima, mais centrista. Rahm, que fora por pouco tempo voluntário civil no Exército israelita e ocupara um lugar de destaque nas negociações de Oslo de Bill Clinton, concordava que deveríamos tentar reiniciar as conversações de paz israelo-palestinianas, quanto mais não fosse para impedir que a situação piorasse. Mas não se mostrava optimista — e eu, quanto mais tempo passava com Netanyahu e o seu homólogo palestiniano, Mahmoud Abbas, mais percebia porquê.

Com a constituição física de um defesa de futebol americano, o queixo quadrado, feições largas e o cabelo grisalho penteado de maneira a cobrir a calvície, Netanyahu era inteligente, astuto, duro e comunicador dotado em hebraico e inglês (nascera em Israel, mas passara a maior parte dos anos de formação em Filadélfia, notando-se vestígios do sotaque dessa cidade na sua refinada voz de barítono). A família tinha profundas raízes no movimento sionista. O avô, um rabi, emigrara da Polónia para a Palestina governada pelos Britânicos em 1920, enquanto o pai — professor de História mais conhecido pelos seus escritos sobre a perseguição aos judeus durante a Inquisição — se tornou líder da ala mais militante do partido antes da fundação de Israel. Apesar de criado num ambiente secular, Netanyahu herdara a devoção do pai à defesa de Israel: fora membro de

uma unidade das forças especiais das FDI e combatera na Guerra do Yom Kippur em 1973, e o seu irmão mais velho morrera como herói na lendária operação de Entebbe de 1976, na qual os comandos israelitas salvaram 102 passageiros de terroristas palestinianos que tinham sequestrado um avião da Air France.

Era difícil dizer se Netanyahu também herdara a hostilidade aberta para com os árabes («A tendência para o conflito é a essência do árabe. Ele é essencialmente um inimigo. A sua personalidade não lhe permite chegar a qualquer compromisso ou acordo»). O que era certo era que edificara toda a sua personalidade política em torno de uma imagem de força e da mensagem de que os judeus não se podiam dar ao luxo de piedades fingidas — viviam numa região dura e por isso tinham de ser duros. Esta filosofia situava-o na mesma linha dos membros mais agressivos do AIPAC, bem como dos representantes republicanos e americanos abastados de direita. Netanyahu podia ser encantador, ou no mínimo solícito, quando isso lhe convinha. Por exemplo, dera-se a imenso trabalho para se encontrar comigo na sala de espera de um aeroporto de Chicago pouco depois de eu ser eleito para o Senado dos EUA, elogiando-me prodigamente por um projecto de lei pró-israelita inconsequente que eu apoiara na minha legislatura no Estado do Ilinóis. Contudo, a sua visão de si mesmo como principal defensor do povo judeu contra a calamidade permitia-lhe justificar praticamente tudo o que o mantivesse no poder e a sua familiaridade com a política e os meios de comunicação social norte-americanos dava-lhe a confiança de que seria capaz de resistir a qualquer pressão que uma administração democrata como a minha pudesse tentar aplicar.

As minhas primeiras conversas com Netanyahu — por telefone e durante as suas visitas a Washington — tinham corrido bastante bem, apesar das nossas opiniões substancialmente divergentes em relação ao mundo. Ele

estava interessado em falar sobre o Irão, que considerava, apropriadamente, a principal ameaça à segurança de Israel, e concordámos em coordenar esforços no sentido de impedir Teerão de obter uma arma nuclear, mas quando eu referi a possibilidade de reencetar as conversações de paz com os palestinianos, ele mostrou-se decididamente evasivo.

— Quero asseverar-lhe que Israel deseja a paz — disse Netanyahu. — Mas uma paz verdadeira tem de zelar pelas necessidades de segurança de Israel. — Deixou claro que Abbas não estaria disposto ou não seria capaz de o fazer, aspecto que também salientou em público.

Eu compreendi o argumento dele. Se a relutância de Netanyahu em envidar conversações de paz resultava da crescente força de Israel, a relutância do presidente palestiniano Abbas era fruto de fraqueza política. De cabelos grisalhos e bigode, de maneiras moderadas e movimentos cautelosos, Abbas ajudara Arafat a fundar o partido Fatah, que mais tarde se tornaria o partido dominante da OLP, passando a maioria da sua carreira a gerir esforços diplomáticos e administrativos na sombra do presidente mais carismático. Ele fora a escolha preferida dos EUA e de Israel para liderar os palestinianos depois da morte de Arafat, em grande medida pelo seu inequívoco reconhecimento de Israel e por há muito ter renunciado à violência. Mas a sua precaução inata e solicitude em colaborar com o aparelho de segurança israelita (bem como persistentes rumores de corrupção na sua administração) tinham lesado a sua reputação entre o seu próprio povo. Tendo já perdido o controlo de Gaza para o Hamas nas eleições legislativas de 2006, considerava que as conversações de paz com Israel eram um risco que não valia a pena correr — pelo menos, se não houvesse algumas concessões palpáveis que lhe proporcionassem protecção política.

A questão imediata era como persuadir Netanyahu e Abbas a sentarem-se

à mesa de negociações. Confiei num talentoso grupo de diplomatas — começando por Hillary, que era bem versada nos assuntos e já tinha relacionamentos com muitos dos principais intervenientes da região — para arranjar soluções. Para sublinhar a alta prioridade que atribuíra à questão, nomeei o anterior líder da maioria no Senado, George Mitchell, como meu enviado especial para a paz no Médio Oriente. Mitchell era um político à moda antiga, um homem enérgico e pragmático com forte pronúncia do Maine que demonstrara as suas capacidades pacificadoras ao negociar o Acordo da Sexta-feira Santa de 1998, que pusera cobro ao conflito de décadas entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte.

Começámos por apelar a uma interrupção temporária da construção de novos colonatos por parte de Israel na Cisjordânia, um importante obstáculo aos progressos entre as duas partes, de maneira a que as negociações pudessem avançar mais intensamente. Com o passar do tempo, a construção de colonatos, outrora limitada a pequenos postos avançados de fiéis religiosos, tornara-se uma política governamental e, em 2009, havia cerca de trezentos mil colonos israelitas a viver fora das fronteiras reconhecidas do país. Entretanto, os construtores continuaram a erigir subdivisões organizadas dentro e em redor da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, a disputada secção predominantemente árabe da cidade que os palestinianos esperavam um dia vir a ser a sua capital. Tudo isto foi feito com o acordo de políticos que, ou partilhavam as convicções religiosas do movimento dos colonatos, ou tinham interesses políticos em apoiar os colonos, ou estavam simplesmente interessados em resolver o problema de falta de habitação. Para os palestinianos, a explosão de colonatos foi como uma anexação em câmara lenta das suas terras e constituiu um símbolo da impotência da Autoridade Palestiniana.

Sabíamos que Netanyahu provavelmente resistiria à ideia de uma

interrupção. Os colonos tinham-se tornado uma importante força política, e o seu movimento estava bem representado no Governo de coligação de Netanyahu. Além disso, queixar-se-ia de que o gesto de boa-fé que estávamos a pedir como moeda de troca aos palestinianos — que Abbas e a Autoridade Palestiniana dessem passos concretos para acabar com os incitamentos à violência na Cisjordânia — era muito mais difícil de mensurar. Mas, olhando à assimetria de poder entre Israel e os palestinianos — afinal de contas, não havia muito que Abbas pudesse dar aos israelitas que estes não pudessem tomar —, achei que seria razoável pedir à parte mais forte que desse um passo maior em direcção à paz.

Como seria de esperar, a resposta inicial de Netanyahu à nossa proposta de interrupção da construção de colonatos foi uma retumbante recusa e os seus aliados em Washington não tardaram a acusar-nos publicamente de enfraquecermos a aliança entre os EUA e Israel. Os telefones da Casa Branca começaram a tocar sem parar, à medida que os elementos da minha equipa de segurança nacional recebiam contactos de repórteres, líderes de organizações judaicas americanas e apoiantes proeminentes e membros do Congresso, todos a querer saber porque estávamos a implicar com Israel e a focar-nos nos colonatos, quando todos sabiam que a violência palestiniana era o principal entrave à paz. Certa tarde, Ben chegou atrasado a uma reunião com um ar especialmente atormentado, depois de passar quase uma hora ao telefone com um congressista democrata liberal extremamente agitado.

— Pensei que ele era contra os colonatos — disse eu.

— E é — disse Ben. — Mas também é contra nós fazermos alguma coisa para os travar.

Este tipo de pressão continuou durante grande parte de 2009, juntamente com o questionamento dos meus *kishkes*. Chamávamos com regularidade

membros de organizações judaicas ou membros do Congresso à Casa Branca, para reunirem comigo e a minha equipa, com o intuito de lhes afiançarmos o nosso compromisso inflexível com a segurança de Israel e as boas relações entre os nossos dois países. Não era uma argumentação difícil de fazer: apesar da minha divergência com Netanyahu quanto a uma interrupção dos colonatos, eu cumprira a minha promessa de melhorar a cooperação EUA-Israel em todos os domínios, trabalhando para combater a ameaça iraniana e para financiar o eventual desenvolvimento de um sistema de defesa «Cúpula de Ferro», que permitiria a Israel abater *rockets* produzidos pela Síria e lançados desde Gaza ou de posições do Hezbollah no Líbano. Não obstante, o ruído orquestrado por Netanyahu teve o efeito desejado de consumir o nosso tempo, deixando-nos na defensiva e relembrando-me que as divergências políticas normais com um primeiro-ministro israelita — mesmo presidindo este a um frágil Governo de coligação — tinham um custo político a nível interno que simplesmente não existia quando lidava com o Reino Unido, a Alemanha, a França, o Japão, o Canadá ou qualquer outro dos nossos maiores aliados.

Mas pouco depois de fazer o meu discurso no Cairo, em início de Junho de 2009, Netanyahu abriu uma frincha da porta para os avanços, ao responder com um discurso de sua própria autoria, no qual declarou, pela primeira vez, o seu apoio incondicional a uma solução de dois Estados e, depois de meses de discussões, ele e Abbas por fim acederam a reunir-se comigo para um debate frente a frente, estando os dois na cidade para o encontro anual de líderes na Assembleia-Geral da ONU, em finais de Setembro. Os dois homens foram educados um com o outro (Netanyahu loquaz e fisicamente descontraído, Abbas sobretudo inexpressivo, salvo um ocasional aceno de cabeça), mas pareceram inamovíveis quando os instei a assumir alguns riscos para a paz. Dois meses mais tarde, Netanyahu

concordou em decretar uma interrupção de dez meses na emissão de novas autorizações para a construção de colonatos na Cisjordânia. Recusou-se de maneira contundente a alargar a interrupção à construção em Jerusalém Oriental.

Qualquer optimismo que eu tivesse sentido cobre a concessão de Bibi foi de pouca dura. Assim que Netanyahu anunciou a interrupção temporária, Abbas desvalorizou-a, considerando-a insignificante, e queixou-se da exclusão de Jerusalém Oriental e do facto de a construção de projectos já aprovados continuar a bom ritmo. Insistiu que, não havendo uma interrupção completa, não entraria em quaisquer conversações. Outros líderes árabes não tardaram a dar voz aos mesmos sentimentos, incitados em parte pelas opiniões transmitidas pela al-Jazira, a emissora de televisão controlada pelo Catar que se tornara a fonte noticiosa dominante na região e construíra a sua popularidade atiçando as brasas da ira e do ressentimento entre os árabes com a mesma precisão algorítmica que a Fox News utilizara tão habilmente com os eleitores brancos conservadores nos EUA.

A situação ficou ainda mais difícil em Março de 2010, quando, precisamente durante a visita de Joe Biden a Israel numa missão de boa-fé, o Ministério do Interior anunciou a emissão de licenças de construção para seiscentas novas unidades de habitação em Jerusalém Oriental. Apesar de Netanyahu insistir que o seu gabinete nada tivera a ver com o *timing* das licenças, a jogada reforçou a percepção dos palestinianos de que a interrupção era uma farsa e os EUA estavam de conluio. Dei instruções a Hillary para telefonar a Netanyahu a transmitir-lhe o meu desagrado e reiterámos a nossa sugestão de que o seu Governo deveria revelar mais comedimento na expansão dos colonatos. A resposta dele, dada na conferência anual do AIPAC em Washington mais tarde nesse ano, foi

declarar, suscitando um estrondoso aplauso, que «Jerusalém não é um colonato — é a nossa capital».

No dia seguinte, reuni-me com Netanyahu na Casa Branca. Minimizando a gravidade da crescente tensão, aceitei a explicação fictícia de que o anúncio das licenças fora um mal-entendido, e a nossa conversa ultrapassou em muito o tempo que estava previsto. Como eu tinha outro compromisso e Netanyahu ainda tinha alguns assuntos que queria abordar, sugeri uma pausa e a retoma da conversa uma hora depois, dando entretanto instruções para que a sua delegação se reunisse na Sala Roosevelt. Ele disse que não se importava de esperar e, depois dessa segunda sessão, terminámos a noite em termos de cordialidade, tendo reunido durante mais de duas horas no total. Porém, na manhã seguinte, Rahm entrou abruptamente pelo gabinete, dizendo que havia notícias que davam conta de que eu humilhara propositadamente Netanyahu ao fazê-lo esperar, conduzindo a acusações de que eu permitira que um caso de despeito pessoal prejudicasse a relação entre os EUA e Israel.

Foi uma das raras ocasiões em que amaldiçoei Rahm.

Em retrospectiva, por vezes penso na velha questão de em que medida é que as características dos líderes individuais têm influência sobre o curso da História — se aqueles de nós que sobem ao poder somos canais para as profundas e implacáveis correntes dos tempos ou se somos, pelo menos em parte, autores do que está para vir. Questiono-me se as nossas inseguranças e esperanças, os nossos traumas de infância ou memórias de uma bondade inesperada têm tanta influência como qualquer mudança tecnológica ou tendência socioeconómica. Interrogo-me se uma presidente Hillary Clinton ou um presidente John McCain teriam despertado mais confiança de ambas as partes; se os acontecimentos se teriam desenrolado de maneira diferente se outra pessoa que não Netanyahu ocupasse o cargo de primeiro-ministro

ou se Abbas fosse um homem mais jovem, mais desejoso de deixar uma marca do que de se proteger das críticas.

O que sei é que, apesar das horas que Hillary e John Mitchell passaram em esforços diplomáticos, os nossos planos de paz só deram frutos em Agosto de 2010 e apenas um mês antes do fim previsto para a interrupção da construção dos colonatos, quando Abbas por fim concordou com conversações directas, graças em grande medida às intervenções do presidente egípcio Hosni Mubarak e do rei Abdullah da Jordânia. Porém, condicionou a sua participação ao acordo de Israel em manter a interrupção da construção dos colonatos — a mesma interrupção que passara os últimos nove meses a desvalorizar, afirmando a sua inutilidade.

Sem tempo a perder, tratámos de juntar Netanyahu, Abbas, Mubarak e Abdullah comigo em reuniões e num jantar privado na Casa Branca, no dia 1 de Setembro, para iniciar as conversações. O dia foi em grande medida cerimonial — o trabalho árduo de conceber um acordo recairia sobre Hillary, Mitchell e as equipas de negociação. Não obstante, realizámos sessões fotográficas, comunicados de imprensa e todos os floreados que conseguimos, e a atmosfera entre os quatro líderes foi gentil e cordial em toda a linha. Ainda tenho uma fotografia dos cinco a olharem para o relógio do presidente Mubarak, para verificarem se o Sol se pusera oficialmente, pois estávamos no mês muçulmano do Ramadão, e era necessário confirmar que o jejum religioso acabara antes de nos sentarmos para jantar.

À ténue luminosidade da Sala de Jantar Old Family, revezámo-nos a descrever as nossas visões para o futuro. Falámos de antecessores como Begin e Sadat, Rabin e o rei Hussein da Jordânia, que tivera a coragem e a sabedoria de superar velhas cisões. Falámos sobre os custos de um conflito interminável, dos pais que nunca regressaram a casa, das mães que tinham enterrado os filhos.

Aos olhos de alguém de fora, teria parecido um momento de esperança, o início de algo novo.

Porém, mais tarde nessa noite, depois de o jantar acabar e os líderes regressarem aos seus hotéis, quando eu estava sentado na Sala do Tratado a ler os meus *briefings* para o dia seguinte, não consegui deixar de sentir uma vaga sensação de inquietação. Os discursos, a conversa fiada, a familiaridade sem constrangimentos — parecia tudo *demasiado* confortável, quase ritualizado, uma actuação em que os nossos quatro líderes tinham provavelmente participado dezenas de vezes, uma actuação que visava aplacar o mais recente presidente dos EUA que achava que as coisas podiam mudar. Imaginei-os a cumprimentarem-se depois, como actores a despir os figurinos e a tirar a maquilhagem nos bastidores, antes de regressarem ao mundo que conheciam — um mundo em que Netanyahu podia atirar as culpas pela ausência de paz à fraqueza de Abbas enquanto fazia tudo o que podia para o manter fraco, e em que Abbas podia acusar Israel de crimes de guerra enquanto negociava discretamente acordos comerciais com os israelitas, e em que os líderes árabes podiam lamentar as injustiças sofridas pelos palestinianos sob ocupação enquanto as suas próprias forças de segurança interna investigavam impiedosamente dissidentes e descontentes que podiam ser uma ameaça para a garra do seu poder. E pensei em todas as crianças, em Gaza ou em colonatos israelitas, ou nas esquinas das ruas do Cairo e de Amã, que continuariam a crescer conhecendo sobretudo a violência, a coerção, o medo e a promoção do ódio porque, bem lá no fundo, nenhum dos líderes com os quais me encontrara acreditava que seria possível outra coisa.

Um mundo sem ilusões, assim lhe chamavam.

Os israelitas e os palestinianos acabariam por se encontrar apenas duas vezes em conversações directas, uma vez em Washington, no dia depois do

nosso jantar na Casa Branca, e outra vez doze dias mais tarde, quando Mubarak acolheu as negociações na cidade-estância egípcia de Sharm el-Sheikh, antes de reunir novamente na residência de Netanyahu em Jerusalém. Hillary e Mitchell deram conta de que as conversações foram substantivas, com os EUA a acenar com incentivos a ambos os lados, incluindo pacotes de ajuda melhorados, considerando inclusive uma possível libertação precoce de Jonathan Pollard, um americano condenado como espião de Israel que se tornara um herói de muitos israelitas de direita.

Mas foi tudo em vão. Os israelitas recusaram-se a alargar a interrupção da construção dos colonatos e os palestinianos afastaram-se das negociações. Em Dezembro de 2010, Abbas ameaçava ir à ONU procurar o reconhecimento do Estado Palestiniano, assim como intentar uma acusação contra Israel no Tribunal Penal Internacional por alegados crimes de guerra em Gaza. Netanyahu ameaçava complicar a vida à Autoridade Palestiniana. George Mitchell tentou pôr as coisas em perspectiva, relembrando-me de que, durante as negociações para acabar com o conflito na Irlanda do Norte, «tivemos setecentos dias maus — e um bom». Mesmo assim, parecia-me que, a curto prazo, pelo menos, a oportunidade de paz fora por água abaixo.

Nos meses seguintes, pensaria amiúde no jantar com Abbas, Netanyahu, Mubarak e o rei Abdullah, na farsa que fora, na falta de determinação deles. Insistir que a velha ordem no Médio Oriente se manteria por tempo indeterminado, acreditar que os filhos do desespero não se revoltariam, a determinada altura, contra aqueles que a mantinham — isso, como se veio a revelar, foi a maior ilusão de todas.

NA CASA BRANCA, discutíramos com frequência os desafios a longo prazo com que se deparavam o Norte de África e o Médio Oriente. Como os

Estados produtores de petróleo não conseguiam diversificar as suas economias, perguntámos a nós mesmos o que aconteceria quando as receitas do petróleo acabassem. Lamentámos as restrições impostas às mulheres e às meninas, que tolhiam o seu direito de ir à escola, trabalhar ou, em alguns casos, até mesmo de conduzir um carro. Demos conta da paragem do crescimento e do impacto desmedido sobre as gerações mais jovens nas nações que falavam árabe: as pessoas com menos de 30 anos constituíam 60 por cento da população e estavam a registar taxas de desemprego que eram o dobro das do resto do mundo.

Acima de tudo, preocupámo-nos com a natureza autocrática e repressiva de quase todos os Governos árabes — não só pela carência de uma democracia genuína, mas também pelo facto de aqueles que detinham o poder parecerem completamente irresponsabilizáveis perante as pessoas que governavam. Apesar de as condições variarem de país para país, a maioria destes líderes mantinha o seu domínio através de uma velha fórmula: restrições à participação e expressão política, intimidação difusa e vigilância sob a alçada da polícia ou serviços de segurança internos, sistemas judiciais disfuncionais e protecções insuficientes à equidade, eleições manipuladas (ou inexistentes), forças militares entrincheiradas, forte censura à imprensa e crescente corrupção. Muitos destes regimes estavam no poder há décadas, mantidos por apelos nacionalistas, convicções religiosas partilhadas, ligações tribais, laços familiares e teias de mecenato. Era possível que a repressão de dissidentes, conjugada com uma absoluta inércia, fosse suficiente para os manter no poder durante algum tempo. Mas, apesar de as nossas agências de informações se concentrarem sobretudo em controlar as acções de redes terroristas e de os nossos diplomatas nem sempre estarem em sintonia com o que se passava na opinião pública árabe, víamos indicações de um descontentamento

crescente entre os árabes comuns — o que, dada a inexistência de meios legítimos para expressar essa frustração, podia ser sinal de problemas. Ou, conforme eu disse a Denis depois de regressar da minha primeira visita à região como presidente: «Um dia, algures, isto vai rebentar.»

O que fazer com esse conhecimento? Esse era o busílis da questão. Durante pelo menos meio século, as políticas dos EUA no Médio Oriente tinham-se focado sobretudo em manter a estabilidade, prevenir a perturbação do nosso suprimento de petróleo e impedir potências adversas (primeiro os Soviéticos e depois os Iranianos) de expandirem a sua influência. Depois do 11 de Setembro, o combate ao terrorismo passou a ocupar um lugar central. Para atingirmos essas metas, tornáramo-nos aliados de autocratas. Afinal de contas, eles eram previsíveis e empenhados em manter o actual estado de coisas. Acolheram as nossas bases militares e colaboraram connosco nos esforços contra o terrorismo e é claro que fizeram muitos negócios com empresas americanas. Grande parte do nosso aparelho de segurança nacional na região dependia da sua colaboração e, em muitos casos, emaranhara-se completamente com o deles. De vez em quando, recebia um relatório do Pentágono ou de Langley a recomendar que as políticas dos EUA prestassem mais atenção aos direitos humanos e a questões de governação ao lidar com os nossos parceiros do Médio Oriente. Mas então os sauditas davam uma dica vital que impedia um dispositivo explosivo de ser carregado em aviões de mercadorias com destino aos EUA ou a nossa base naval no Barém revelar-se-ia fundamental na gestão de uma irrupção de hostilidade com o Irão no Estreito de Ormuz, e esses relatórios eram relegados para o fundo da gaveta. No Governo dos EUA, a possibilidade de alguma espécie de insurreição populista poder derrubar um dos nossos aliados sempre fora historicamente acolhida com resignação. Sim, era provável que acontecesse, da mesma maneira que um furacão

atingirá a Costa do Golfo ou haverá um grande terramoto na Califórnia, mas como não era possível saber exactamente quando ou onde, e visto que, de qualquer maneira, não dispúnhamos dos meios para a travar, o melhor a fazer era conceber planos de contingência e prepararmo-nos para gerir as réplicas.

Eu gostava de pensar que a minha administração resistia a esse fatalismo. Baseando-me no discurso que fizera no Cairo, utilizara entrevistas e aparições públicas para instigar os Governos do Médio Oriente a prestar atenção às vozes dos cidadãos que pediam reformas. Em reuniões com líderes árabes, a minha equipa incluía muitas vezes os direitos humanos na agenda. O Departamento de Estado trabalhava diligentemente nos bastidores para proteger jornalistas, libertar dissidentes políticos e alargar o espaço para envolvimento cívico.

Porém, apenas raramente os Estados Unidos repreenderam publicamente aliados como o Egipto ou a Arábia Saudita pelas suas violações dos direitos humanos. Considerando as nossas preocupações com o Iraque, a al-Qaeda e o Irão, já para não falar das necessidades de segurança de Israel, a parada parecia demasiado elevada para arriscar uma ruptura das nossas relações. Aceitar este tipo de realismo, disse com os meus botões, fazia parte do trabalho. Só que, muitas vezes, chegava-me aos ouvidos o relato da detenção de uma activista dos direitos das mulheres em Riade, ou lia sobre o colaborador local de uma organização internacional de direitos humanos a definhar numa cadeia do Cairo, e sentia-me perturbado. Sabia que a minha administração nunca conseguiria transformar o Médio Oriente num oásis de democracia, mas acreditava que podíamos e devíamos estar a fazer muito mais para incentivar os progressos nesse sentido.

Foi neste estado de espírito que arranjei tempo para almoçar com Samantha Power.

Eu conhecera Samantha quando estava no Senado, depois de ler a sua obra, galardoada com o Pulitzer, *«A Problem from Hell»: America and the Age of Genocide*, uma comovente e bem fundamentada análise à fraca resposta da América ao genocídio e à necessidade de uma liderança global mais forte na prevenção de atrocidades em massa. Ela era docente em Harvard e, quando a contactei, ficou entusiasmada com a ideia de trocarmos ideias num jantar da próxima vez que fosse a Washington. Era mais jovem do que eu esperara, na casa dos trinta, alta e desengonçada, os cabelos ruivos, sardas e uns olhos grandes, quase consternados, com pestanas densas, que formavam rugas nos cantos quando ria. Além disso, era intensa. Ela e a sua mãe irlandesa tinham imigrado para os Estados Unidos quando ela tinha 9 anos. Jogara basquetebol na secundária, formara-se em Yale e trabalhara como jornalista *freelancer* na cobertura da guerra na Bósnia. As suas experiências nesse país — testemunhando chacinas e limpezas étnicas — inspiraram-na a fazer uma licenciatura em Direito, esperando assim ficar com as ferramentas que lhe permitiriam curar parte das maleitas do mundo. Nessa noite, depois de me relatar a extensa lista de erros das políticas externas dos EUA que, insistia, precisavam de ser corrigidos, perguntei-lhe se não quereria descer da torre de marfim da academia e trabalhar algum tempo comigo.

A conversa que começámos nessa noite ao jantar prosseguiu de forma intermitente durante vários anos. Samantha entrou para a minha equipa de política externa no Senado, como conselheira para questões como o genocídio que estava a acontecer em Darfur. Trabalhou na minha campanha presidencial, onde conheceu o que veio a ser seu marido, o meu amigo e futuro czar da regulação Cass Sunstein, e tornou-se um dos nossos principais elementos para a política externa. (Pu-la de castigo quando, durante aquilo que ela pensara ser um momento *off-the-record* com um

repórter, chamou «monstro» a Hillary.) Depois das eleições, contratei-a para um cargo sénior no NSC, onde fez um excelente trabalho, sobretudo longe da ribalta, incluindo o desenvolvimento de uma ampla iniciativa global com vista a aumentar a transparência do Governo e reduzir a corrupção em países de todo o mundo.

Samantha tornou-se uma das minhas amigas mais próximas na Casa Branca. Muito à semelhança de Ben, ela evocava o meu próprio idealismo juvenil, a parte de mim que continuava imune ao cinismo, ao calculismo impassível ou à precaução disfarçada de sensatez. E suspeito que foi precisamente por conhecer essa minha faceta, e saber que cordelinhos puxar, que, por vezes, me tirava do sério. Na realidade, eu não a via muitas vezes no dia-a-dia e isso fazia parte do problema: sempre que arranjava tempo para receber Samantha, ela sentia-se na obrigação de me relembrar todos os erros que eu ainda não corrigira («Então, que ideais traímos nos últimos tempos?», costumava perguntar). Por exemplo, ela ficara destroçada quando, no Dia do Armistício da Arménia, não reconheci explicitamente o genocídio, nos inícios do século XX, dos Arménios às mãos dos Turcos (a necessidade de denominar o genocídio de forma inequívoca era uma tese central do seu livro). Eu tivera um bom motivo para não fazer uma declaração naquele momento. Os Turcos eram muito sensíveis ao tema e eu estava a meio de negociações delicadas com o presidente Erdogan, relacionadas com a retirada da América do Iraque. Não obstante, ela fez-me sentir mesmo mal. Contudo, por muito exasperante que a insistência de Samantha pudesse ser, de vez em quando eu precisava de uma dose da sua paixão e integridade, não apenas para tomar o pulso à minha consciência, mas também para ouvir as suas frequentes sugestões específicas e criativas sobre como lidar com problemas complexos a que ninguém da minha administração estava a dedicar tempo suficiente.

O nosso almoço em Maio de 2010 foi exemplar. Nesse dia, Samantha apresentou-se preparada para falar sobre o Médio Oriente. Em particular, sobre o facto de os EUA não terem apresentado um protesto oficial contra a recente extensão do Governo egípcio de um estado de «lei de emergência» que estava em vigor de forma ininterrupta desde a eleição de Mubarak, em 1981. Essa extensão legitimava o poder ditatorial, ao suspender os direitos constitucionais dos Egípcios.

— Eu compreendo que há considerações estratégicas no que diz respeito ao Egipto — disse ela —, mas será que alguém já se dedicou a pensar se é uma boa estratégia?

Disse-lhe que, na realidade, eu fizera isso. Não simpatizava muito com Mubarak, mas concluíra que uma declaração unilateral a criticar uma lei que estava em vigor há quase trinta anos não teria utilidade alguma.

— O Governo dos EUA é um transatlântico — disse eu. — Não é uma lancha rápida. Se queremos mudar a nossa abordagem à região, precisamos de uma estratégia construída ao longo do tempo. Temos de obter a concordância do Pentágono e do pessoal dos Serviços Secretos. Temos de calibrar a estratégia de modo a dar tempo aos nossos aliados na região para se adaptarem.

— Está alguém a fazer isso? — indagou Samantha. — A elaborar uma estratégia?

Eu sorri ao ver claramente as engrenagens a funcionar na mente dela.

Pouco depois, Samantha e três colegas do NSC — Dennis Ross, Gayle Smith e Jeremy Weinstein — apresentaram-me um projecto para uma Directiva de Estudo Presidencial, alegando que os interesses dos EUA na estabilidade no Médio Oriente e no Norte de África estavam a ser afectados de forma adversa pelo apoio pouco criterioso dos Estados Unidos a regimes autoritários. Em Agosto, utilizei essa directiva para transmitir instruções ao

Departamento de Estado, ao Pentágono, à CIA e a outras agências governamentais para analisar maneiras de os EUA poderem incentivar reformas políticas e económicas significativas na região de modo a aproximar essas nações dos princípios do Governo aberto, de maneira a conseguirem evitar insurreições desestabilizadoras, violência, caos e resultados imprevisíveis que, muitas vezes, acompanhavam as mudanças súbitas. A equipa do NSC começou a realizar reuniões bissemanais com especialistas no Médio Oriente de todo o Governo, visando o desenvolvimento de ideias específicas para reorientação da política dos EUA.

Como seria de esperar, muitos dos diplomatas e especialistas veteranos com quem falaram mostraram-se cépticos quanto à necessidade de qualquer mudança na política dos EUA, alegando que, por muito repugnantes que muitos dos nossos aliados árabes pudessem ser, o estado actual das coisas ia ao encontro dos interesses da América — algo que não era garantido se Governos mais populistas ocupassem o seu lugar. Com o passar do tempo, porém, a equipa conseguiu chegar a um conjunto de princípios coerentes para orientar uma mudança de estratégia. No âmbito do plano emergente, estava previsto que representantes de várias agências dos EUA preconizassem uma mensagem consistente e coordenada sobre a necessidade de reforma. Desenvolveriam recomendações específicas para a liberalização da vida política e cívica nos vários países e disponibilizariam um leque de novos incentivos para estimular a sua adopção. Em meados de Dezembro, os documentos que definiam a estratégia estavam quase prontos para minha aprovação e, apesar de eu saber que não mudariam o Médio Oriente do dia para a noite, fiquei sensibilizado com o facto de estarmos a começar a conduzir a máquina da política externa americana na direcção certa.

Teria sido bom que o nosso sentido de oportunidade fosse um pouco mais acertado.

NESSE MESMO MÊS, na Tunísia, no Norte de África, um vendedor de fruta, pobre, imolou-se pelo fogo à porta de um edifício do Governo local. Foi um acto de protesto, resultado do desespero. A resposta furiosa de um cidadão a um Governo que sabia ser corrupto e indiferente às suas necessidades. Segundo todos os relatos, o homem, Mohamed Bouazizi, de 26 anos, não era um activista, nem tinha qualquer interesse especial em política. Pertencia a uma geração de tunisinos criados numa economia estagnada e sob o jugo de um ditador repressivo chamado Zine el-Abidine Ben Ali. Depois de ser repetidas vezes assediado por inspectores municipais e lhe ter sido recusada uma audiência perante um juiz, simplesmente, fartou-se. De acordo com uma testemunha, no momento da imolação, Bouazizi gritou — para ninguém em particular e, ao mesmo tempo, para toda a gente: «Como esperam que ganhe a vida?»

A angústia do vendedor de fruta desencadeou semanas de manifestações em todo o país contra o Governo tunisino e, a 14 de Janeiro, Ben Ali e a sua família fugiram para a Arábia Saudita. Entretanto, manifestações semelhantes, constituídas sobretudo por jovens, começavam a acontecer na Argélia, no Iémen, na Jordânia e em Omã, os primeiros sinais daquela que ficaria conhecida como Primavera Árabe.

Enquanto, a 25 de Janeiro, me preparava para fazer o discurso do Estado da União, a minha equipa debatia a medida em que deveria comentar os acontecimentos que estavam a suceder-se a uma velocidade vertiginosa no Médio Oriente e no Norte de África. Tendo os protestos populares logrado afastar um autocrata do poder da Tunísia, os povos da região pareciam galvanizados e esperançosos quanto às possibilidades de mudanças mais

vastas. Todavia, as complexidades eram imensas e os bons resultados estavam longe de ser garantidos. Por fim, acrescentámos uma única linha clara e simples a fechar o meu discurso: «Hoje, sejamos inequívocos: os Estados Unidos da América estão com o povo tunisino e apoiam as aspirações democráticas de todos os povos.»

Da perspectiva dos EUA, os desenvolvimentos mais significativos ocorreram no Egipto, onde uma coligação de organizações de jovens, activistas, partidos da oposição de esquerda e escritores e artistas de relevo havia feito um apelo nacional a protestos em massa contra o regime do presidente Mubarak. No mesmo dia do meu discurso do Estado da União, perto de 50 mil egípcios convergiram para a praça Tahrir, na baixa do Cairo, exigindo o fim da lei de emergência, da brutalidade policial e das restrições à liberdade política. Milhares de outros participaram em protestos semelhantes por todo o país. A polícia tentava dispersar as multidões com bastões, canhões de água, balas de borracha e gás lacrimogénio, e o Governo de Mubarak, para além de emitir uma proibição oficial das manifestações, também bloqueou o Facebook, o YouTube e o Twitter, num esforço de dificultar a capacidade de organização e de ligação ao mundo exterior dos manifestantes. Durante os dias e as noites que se seguiram, a praça Tahrir pareceu um acampamento permanente, com multidões de egípcios a desafiar o seu presidente, a exigir «pão, liberdade e dignidade».

Era precisamente este o cenário que a minha Directiva de Estudo Presidencial procurara evitar. De repente, o Governo dos EUA viu-se apanhado entre um aliado repressivo, mas fiável, e uma população insistente na mudança, dando voz às aspirações democráticas que alegávamos defender. Aspecto alarmante, o próprio Mubarak parecia alheado da rebelião que estava a acontecer à sua volta. Eu falara com ele ao telefone apenas uma semana antes e ele fora prestável e responsivo ao

debatermos maneiras de persuadir os israelitas e os palestinianos a regressar à mesa das negociações, bem como o apelo do seu Governo à união em resposta ao ataque bombista a uma igreja cristã copta em Alexandria, perpetrado por extremistas muçulmanos. Mas quando eu mencionara a possibilidade de os protestos que tinham começado na Tunísia se estenderem ao seu país, Mubarak menosprezara a ideia, explicando que «o Egipto não é a Tunísia». Asseverara-me que qualquer protesto contra o seu Governo seria rapidamente refreado. Ao ouvir a sua voz, imaginara-o sentado num dos cavernosos e ornamentados salões do palácio presidencial onde nos encontráramos pela primeira vez, as cortinas corridas, ele de aspecto imperial num grande cadeirão enquanto alguns assistentes tomavam apontamentos ou apenas assistiam, preparados para dar resposta às suas necessidades. Isolado como estava, veria aquilo que queria ver, pensei, e ouviria aquilo que queria ouvir. E isso não pressagiava nada de bom.

Entretanto, as imagens dos noticiários da praça Tahrir traziam memórias diferentes. As multidões nesses primeiros dias pareciam desproporcionadamente jovens e seculares, em tudo semelhantes aos estudantes e activistas que tinham estado na assistência do meu discurso no Cairo. Em entrevistas, pareciam ponderados e informados, insistindo no seu compromisso para com a não-violência e o seu desejo de um pluralismo democrático, um Estado de direito e uma economia moderna e inovadora, capaz de criar emprego e um melhor nível de vida. No seu idealismo e coragem ao desafiarem uma ordem social repressiva, não pareciam diferentes dos jovens que outrora tinham ajudado a derrubar o Muro de Berlim ou tinham enfrentando os tanques na praça Tiananmen. Também não eram muito diferentes dos jovens que tinham ajudado a eleger-me presidente.

— Se eu fosse um egípcio na casa dos vinte anos — disse a Ben —,

provavelmente estaria com eles nas ruas.

É claro que eu não era um egípcio na casa dos vinte anos. Era o presidente dos Estados Unidos da América e, por muito empolgantes que estes jovens fossem, não me podia esquecer de que eles — juntamente com os professores universitários, activistas dos direitos humanos, membros de partidos da oposição secular e sindicalistas também nas linhas da frente dos protestos — representavam apenas uma fracção da população egípcia. Se Mubarak renunciasse, criando um súbito vazio de poder, não seriam eles a preenchê-lo. Uma das tragédias do reinado ditatorial de Mubarak era ter interrompido o desenvolvimento de instituições e tradições que poderiam ajudar o Egipto a gerir eficazmente a transição para a democracia: partidos políticos sólidos, um sistema judicial e imprensa independentes, monitores de eleições imparciais, associações cívicas com uma base ampla, um serviço civil efectivo e respeito pelos direitos das minorias. Além das forças armadas, que estavam profundamente entrincheiradas em toda a sociedade egípcia e, alegadamente, detinham uma significativa participação em vastas faixas da economia, a força mais poderosa e coesiva do país era a Irmandade Muçulmana, a organização islamita de base sunita cujo objectivo central era ver o Egipto — e todo o mundo árabe — governado pela lei *sharia*. Graças à sua organização, com militantes de base e obras de beneficência em nome do povo (e não obstante o facto de Mubarak a ter banido oficialmente), a Irmandade tinha uma substancial base de apoiantes. Além disso, abraçava a participação política e não a violência como meio de atingir as suas metas e, em quaisquer eleições justas e livres, os candidatos que apoiava seriam bons candidatos à vitória. Mesmo assim, muitos Governos da região viam a Irmandade como uma ameaça subversiva e perigosa, e a filosofia fundamentalista da organização tornava-a falível

como guardiã do pluralismo democrático e potencialmente problemática para as relações entre os EUA e o Egipto.

Na praça Tahrir, as manifestações continuaram a crescer, tal como os confrontos violentos entre os manifestantes e a polícia. Aparentemente saído da sua inércia, a 28 de Janeiro, Mubarak foi à televisão egípcia anunciar que estava a reformular o executivo, mas não deu sinais de tencionar responder às exigências de uma reforma mais vasta. Convencido de que o problema não desapareceria, consultei a minha equipa de segurança nacional para tentar engendrar uma resposta eficaz. O grupo ficou dividido, quase completamente em termos geracionais. Os elementos mais velhos e mais experientes — Joe, Hillary, Gates e Panetta — aconselharam cautela, pois todos conheciam e tinham trabalhado com Mubarak durante anos. Destacaram o papel que o seu Governo desempenhara na manutenção da paz com Israel, no combate ao terrorismo e em parcerias com os EUA em imensas outras questões regionais. Embora reconhecessem a necessidade de pressionar o líder egípcio em relação à reforma, alertaram para o facto de não haver maneira de saber quem ou o que o poderia substituir. Entretanto, Samantha, Ben, Denis, Susan Rice e o conselheiro de segurança de Joe, Tony Blinken, estavam convencidos de que Mubarak perdera total e irremediavelmente a sua legitimidade perante o povo egípcio. Ao invés de mantermos a nossa carruagem presa a uma ordem autoritária e corrupta à beira do colapso (e parecer estar a legitimar a escalada do uso de força contra os manifestantes), acharam estrategicamente prudente e moralmente apropriado o Governo dos EUA posicionar-se ao lado das forças da mudança.

Eu partilhava as esperanças dos meus conselheiros mais jovens e os receios dos mais velhos. Decidi que a nossa melhor aposta para um resultado positivo seria ver se poderíamos convencer Mubarak a adoptar

uma série de reformas de monta, incluindo acabar com a lei de emergência, repor as liberdades políticas e de imprensa, e definir uma data para eleições nacionais livres e justas. Uma «transição ordeira», como Hillary lhe chamou, com essas características daria aos partidos políticos da oposição e a possíveis candidatos tempo para reunir séquitos e desenvolver planos sérios de governação. Também permitiria a Mubarak aposentar-se como estadista veterano, o que poderia ajudar a mitigar a percepção na região de que estávamos dispostos a livrar-nos de aliados de longa data ao mais pequeno sinal de problemas.

Escusado será dizer que tentar convencer um déspota de idade avançada e combativo a renunciar ao cargo, ainda que isso fosse do seu próprio interesse, seria uma operação delicada. Depois do debate na Sala de Crise, voltei a telefonar a Mubarak e aludi à ideia de ele avançar com um conjunto de reformas arrojadas. Ele tornou-se logo belicoso, chamando aos manifestantes membros da Irmandade Muçulmana e insistindo outra vez que a situação em breve voltaria ao normal. Contudo, concordou com o meu pedido de mandar um enviado — Frank Wisner, que fora embaixador do Egipto em finais dos anos oitenta — ao Cairo para pareceres mais alargados.

A ideia de utilizar Wisner para fazer um apelo directo e cara a cara ao presidente egípcio fora de Hillary, e eu achei que tinha sentido. Wisner era literalmente um descendente da estrutura da política externa americana, tendo o seu pai sido um icónico líder durante os anos da fundação da CIA, e era alguém que Mubarak conhecia bem e em quem confiava. Ao mesmo tempo, compreendi que a história de Wisner com Mubarak e a sua abordagem à moda antiga à diplomacia dos EUA poderia torná-lo conservador na avaliação das esperanças de mudança. Antes da sua partida, telefonei-lhe com instruções claras para «ser arrojado»: eu queria que ele

pressionasse Mubarak a anunciar que renunciaria ao cargo após a realização das novas eleições — gesto que eu esperava fosse dramático e específico o suficiente para dar aos manifestantes a confiança de que a mudança estava mesmo para acontecer.

Enquanto aguardávamos os resultados da missão de Wisner, a imprensa focou-se mais na reacção da minha administração à crise e, mais especificamente, ao partido que tomáramos. Até ao momento, emitíramos pouco mais do que declarações públicas genéricas, num esforço de ganhar tempo, mas os repórteres de Washington — muitos dos quais, sem sombra de dúvida, consideravam a causa dos jovens manifestantes empolgante — começaram a pressionar Gibbs para explicar porque não estávamos inequivocamente do lado das forças da democracia. Entretanto, líderes estrangeiros da região queriam saber porque não estávamos a apoiar Mubarak de forma mais enérgica. Bibi Netanyahu insistiu que manter a ordem e a estabilidade no Egipto era mais importante do que qualquer outra coisa, dizendo-me que, de outro modo, «o Irão estará lá num abrir e fechar de olhos». O rei Abdullah da Arábia Saudita estava ainda mais alarmado. O alastramento dos protestos na região era uma ameaça existencial para uma monarquia familiar que há muito tinha subjugado qualquer forma de dissidência interna. Acreditava também que os manifestantes do Egipto não estavam a agir de moto próprio. Passou então a indicar as «quatro facções» que, segundo ele, estavam por detrás dos protestos: a Irmandade Muçulmana, o Hezbollah, a al-Qaeda e o Hamas.

Nenhuma das análises destes líderes era válida. Os sunitas, que constituíam a grande maioria dos egípcios (e toda a Irmandade Muçulmana), dificilmente eram suscetíveis à influência do Irão xiita e do Hezbollah, e não havia rigorosamente quaisquer evidências de a al-Qaeda ou o Hamas, de alguma forma, serem os instigadores das manifestações.

Mesmo assim, os líderes da região mais jovens e mais propensos à reforma, incluindo o rei Abdullah da Jordânia, receavam a possibilidade de os protestos submergirem os seus países e, embora utilizassem uma linguagem mais sofisticada, era evidente que esperavam que os Estados Unidos escolhessem, como Bibi dissera, a «estabilidade» em detrimento do «caos».

A 31 de Janeiro, estacionaram por todo o Cairo tanques do Exército egípcio, o Governo encerrou o serviço de Internet na cidade e os manifestantes planearam uma greve geral nacional para o dia seguinte. Entretanto, recebi a leitura que Wisner fizera do seu encontro com Mubarak: o presidente egípcio comprometer-se-ia publicamente a não se candidatar a outro mandato, mas não concordava em suspender a lei de emergência nem em apoiar uma transferência de poder pacífica. O relatório só serviu para aumentar a cisão entre a minha equipa de segurança. Os elementos mais experientes consideravam que a concessão de Mubarak justificava mantermo-nos do lado dele, enquanto os colaboradores mais jovens achavam que a jogada — à semelhança da súbita decisão de Mubarak de nomear vice-presidente o seu chefe dos Serviços Secretos, Omar Suleiman — não era mais do que uma táctica para ganhar tempo, que não conseguiria aplacar os manifestantes. Tom Donilon e Denis informaram-me de que os debates entre o pessoal se tinham tornado acesos e os repórteres estavam a aperceber-se da discrepância entre as declarações cautelosamente apaziguadoras de Joe e Hillary e as críticas mais exuberantes a Mubarak proferidas por Gibbs e outros elementos da administração.

Em parte para garantir que todos se regiam pela mesma batuta enquanto decidíamos os próximo passos, fiz uma visita de surpresa a uma reunião do Comité de Dirigentes do NSC, na Sala de Crise, no final da tarde de 1 de Fevereiro. O debate mal começara quando um assessor nos informou de que

Mubarak estava a falar ao povo egípcio, num comunicado a nível nacional. Ligámos o televisor para assistir em directo. Envergando um fato preto e a ler um documento preparado, Mubarak parecia estar a cumprir a promessa que fizera a Wisner, dizendo que nunca pretendera nomear-se para outro mandato como presidente e anunciando que pediria ao Parlamento egípcio — totalmente controlado pelo próprio — para debater a marcação de novas eleições para breve. Mas os termos da real transferência de poder eram tão vagos que era provável que qualquer egípcio que estivesse a ver concluísse que, fossem quais fossem as promessas que Mubarak estava agora a fazer, poderiam e seriam revertidas assim que os protestos descessem de tom. De facto, o presidente egípcio dedicou o grosso do discurso a acusar agitadores e forças políticas desconhecidas de estarem por detrás dos protestos para corroer a segurança e a estabilidade da nação. Insistiu que continuaria a assumir a sua responsabilidade, como alguém que «nunca, nunca procurara o poder», de proteger o Egipto dos agentes do caos e da violência. Quando terminou o comunicado, alguém desligou o televisor e eu recostei-me na cadeira, esticando os braços atrás da cabeça.

— Aquilo — disse eu — não vai convencer ninguém.

Eu queria uma última tentativa de convencer Mubarak a iniciar uma transição real. Quando regressei à Sala Oval, telefonei-lhe e pus o telefone em alta-voz para os meus conselheiros poderem ouvir. Comecei por elogiar a sua decisão de não voltar a candidatar-se. Imaginava como seria difícil a Mubarak, uma pessoa que subira ao poder quando eu andava na faculdade e sobrevivera a quatro dos meus antecessores, ouvir o que eu estava prestes a dizer.

— Agora que tomou esta decisão histórica para uma transição de poder — disse eu —, quero combinar consigo como isso se processará. Digo-o com todo o respeito… Quero partilhar consigo a minha franca avaliação

sobre o que, na minha opinião, irá ao encontro dos seus objectivos. — Então fui direito ao assunto: se ele se mantivesse no cargo e arrastasse o processo de transição, na minha opinião, as manifestações continuariam e poderiam descontrolar-se. Se ele queria garantir a eleição de um Governo responsável que não fosse dominado pela Irmandade Muçulmana, chegara o momento de se afastar e utilizar o seu prestígio nos bastidores para ajudar a introduzir um novo Governo egípcio.

Embora Mubarak e eu falássemos habitualmente em inglês, desta vez ele optou por se dirigir a mim em árabe. Não precisei da tradução para perceber a agitação na sua voz.

— O senhor não compreende a cultura do povo egípcio — declarou, a voz a subir de tom. — Presidente Obama, se eu passar à transição desta maneira, será a coisa mais perigosa para o Egipto.

Reconheci que não conhecia a cultura egípcia como ele e que ele estava na política há mais tempo do que eu.

— Mas há momentos na História em que, só porque as coisas foram assim no passado, não quer dizer que serão assim no futuro. O senhor serviu bem o seu país durante mais de trinta anos. Eu quero garantir que o senhor aproveita este momento histórico de maneira a deixar um excelente legado.

Estivemos nisto largos minutos, com Mubarak a insistir na necessidade de permanecer no seu cargo e a repetir que os protestos não tardariam a terminar.

— Eu conheço o meu povo — disse, no fim da conversa. — São pessoas emotivas. Voltaremos a conversar em breve, Senhor Presidente, e verá que tenho razão.

Desliguei o telefone. Por instantes, a sala ficou mergulhada em silêncio, todos com os olhos postos em mim. Eu dera a Mubarak o meu melhor conselho. Oferecera-lhe um plano para uma saída pela porta grande. Sabia

que qualquer líder que o substituísse poderia acabar por ser um pior parceiro para os Estados Unidos e potencialmente pior para o povo egípcio. E a verdade era que eu aceitaria qualquer plano de transição genuíno que ele tivesse apresentado, mesmo que deixasse intacta uma grande parte da rede existente do regime. Era suficientemente realista para presumir que, se não fosse pela persistência tenaz daqueles jovens na praça Tahrir, teria trabalhado com Mubarak durante o resto da minha presidência, não obstante aquilo que ele representava — tal como continuaria a trabalhar com o resto das «putrefactas ordens autoritárias e corruptas», como Ben costumava dizer, que controlavam a vida no Médio Oriente e no Norte de África.

Só que aqueles miúdos estavam na praça Tahrir. Graças à sua desabrida insistência numa vida melhor, outros se tinham juntado a eles — mães e operários, sapateiros e taxistas. Aquelas centenas de milhares de pessoas tinham, pelo menos por um fugaz momento, perdido o medo, e não deixariam de se manifestar a menos que Mubarak restaurasse esse medo da única maneira que sabia: através de espancamentos e balas, detenções e tortura. No início da minha presidência, eu não conseguira influenciar as violentas medidas repressivas do regime iraniano contra manifestantes do Movimento Ecologista. Poderia não ser capaz de impedir uma China ou uma Rússia de esmagar os seus próprios dissidentes. Mas o regime de Mubarak recebera milhares de milhões de dólares dos contribuintes dos EUA; fornecêramos-lhes armas, partilháramos informações e ajudáramos a treinar os seus oficiais das forças armadas; e permitir que o destinatário dessa ajuda, alguém a quem chamávamos aliado, perpetrasse uma violência gratuita contra manifestantes pacíficos, com o mundo inteiro a ver, era uma linha que eu me recusava a cruzar. Seria demasiado prejudicial, pensei, para a noção de América. Também seria demasiado prejudicial para mim.

— Vamos preparar uma declaração — disse à minha equipa. — Vamos

fazer um ultimato ao Mubarak para renunciar já.

AO CONTRÁRIO DO QUE ACREDITAM muitos do mundo árabe (e imensos repórteres americanos), os Estados Unidos não são um imponente marionetista a puxar caprichosamente os cordelinhos dos países onde tem negócios. Até mesmo os Governos que dependem da nossa assistência militar e económica pensam, antes de mais, na sua própria sobrevivência, e o regime de Mubarak não era excepção. Depois de eu anunciar publicamente a minha convicção de que chegara o momento de o Egipto iniciar uma rápida transição para o novo Governo, Mubarak manteve a postura desafiadora, a apalpar terreno para ver até onde conseguiria chegar a intimidar os manifestantes. No dia seguinte, enquanto o Exército egípcio assistia impávido, bandos de apoiantes de Mubarak desceram à praça Tahrir, alguns montados em camelos e cavalos, brandindo chicotes e clavas, outros arremessando engenhos explosivos e pedras desde telhados das redondezas e começaram a agredir os manifestantes. Três manifestantes foram mortos e seiscentos ficaram feridos. Ao longo de vários dias, as autoridades detiveram mais de cinquenta jornalistas e activistas dos direitos humanos. A violência continuou no dia seguinte, juntamente com contramanifestações organizadas pelo Governo. As forças pró-Mubarak chegaram mesmo a atacar fisicamente repórteres estrangeiros, acusando-os de incitarem activamente a oposição.

Durante esses vários dias plenos de tensão, o meu maior desafio foi manter todos os elementos da minha administração em consonância. A mensagem que saíra da Casa Branca era clara. Quando perguntaram a Gibbs o que eu queria dizer quando afirmara que a transição no Egipto tinha de começar «já», ele respondeu simplesmente: «Já quer dizer ontem.» Também conseguimos convencer os nossos aliados europeus a emitir uma declaração

conjunta que ia ao encontro da minha. Porém, por volta da mesma altura, Hillary foi entrevistada numa conferência sobre segurança em Munique e pareceu desviar-se da rota traçada ao alertar para os perigos de qualquer transição rápida no Egipto. Nessa mesma conferência, Frank Wisner — que deixara de ter um cargo oficial na administração e alegara estar a falar apenas na qualidade de cidadão individual — opinou que Mubarak deveria manter-se no poder durante o período de transição. Ao ouvir isto, disse a Katie para contactar a minha secretária de Estado. Quando falei com ela ao telefone, não escondi o meu desagrado.

— Compreendo muito bem os possíveis problemas associados a qualquer afastamento do Mubarak — disse —, mas tomei uma decisão e não posso ter um monte de mensagens divergentes a sair daqui neste momento. — Antes de Hillary ter possibilidade de responder, acrescentei: — E diga ao Wisner que me estou nas tintas para a sua qualidade de cidadão individual. Ele tem de estar calado.

Apesar das ocasionais frustrações que enfrentei ao lidar com uma estrutura de segurança nacional que continuava pouco à-vontade com a possibilidade de um Egipto sem Mubarak, essa mesma estrutura — em especial o Pentágono e a comunidade dos Serviços Secretos — teve provavelmente mais impacto no resultado final no Egipto do que quaisquer declarações magnânimas proferidas pela Casa Branca. Uma ou duas vezes por dia, Gates, Mullen, Panetta, Brennan e outros contactavam discretamente oficiais de topo das forças armadas e dos serviços de informações egípcios, deixando bem claro que medidas repressivas com o acordo dos militares contra os manifestantes teriam graves consequências sobre qualquer relação futura entre os EUA e o Egipto. A implicação desta abordagem de militares a militares era manifesta: a cooperação entre os EUA e o Egipto, e a ajuda que lhe estava associada, não dependia da

permanência de Mubarak no poder, pelo que os generais e os chefes dos Serviços Secretos egípcios poderiam desejar ponderar atentamente que acções melhor preservavam os seus interesses institucionais.

A nossa mensagem parece ter sido bem-sucedida, pois, na noite de 3 de Fevereiro, os militares do Exército egípcio tinham-se posicionado de maneira a manter as forças pró-Mubarak afastadas dos manifestantes. As detenções de jornalistas e de activistas dos direitos humanos egípcios começaram a diminuir. Encorajados pela mudança da postura do Exército, mais manifestantes afluíram pacificamente à praça. Mubarak fincaria pé mais uma semana, jurando não ceder à «pressão estrangeira», mas, a 11 de Fevereiro, apenas duas semanas e meia depois do primeiro grande protesto na praça Tahrir, um vice-presidente Suleiman de aspecto fatigado apareceu na televisão para anunciar que Mubarak renunciara ao cargo e um Governo provisório liderado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas iniciaria o processo para novas eleições.

Na Casa Branca, assistimos à explosão de júbilo da multidão reunida na praça Tahrir, transmitida pela CNN. Muitos colaboradores estavam radiantes. Samantha enviou-me uma mensagem a dizer que estava orgulhosa de fazer parte da administração. Ao percorrer o peristilo a caminho da conferência de imprensa, Ben não conseguiu esconder o sorriso.

— É extraordinário fazer parte da História desta maneira — disse.

Katie imprimiu uma fototelegrafia e deixou-a em cima da minha secretária. Nela, via-se um grupo de jovens manifestantes na praça egípcia com um cartaz que dizia: «Sim, nós conseguimos.»

Senti alívio… e uma esperança cautelosa. Não obstante, ocasionalmente, dei por mim a pensar em Mubarak, que há poucos meses fora meu convidado na Sala de Jantar Old Family. Ao invés de fugir do país, ao que

parecia o velho líder fora viver para o seu complexo particular em Sharm el-Sheikh. Imaginei-o lá, sentado num ambiente sumptuoso, uma luz velada a lançar sombras sobre o seu rosto, a sós com os seus pensamentos.

Eu sabia que, apesar de todos os festejos e optimismo no ar, a transição no Egipto era apenas o início de uma luta pela alma do mundo árabe — uma luta cujos resultados estavam longe de ser certos. Recordei a conversa que tivera com Mohammed bin Zayed, príncipe da coroa de Abu Dhabi e verdadeiro governante dos Emirados Árabes Unidos, logo depois da conversa telefónica em que apelara a Mubarak para renunciar. Jovem, sofisticado, próximo dos sauditas e quiçá o líder mais experiente do Golfo, MBZ, como lhe chamávamos, não estivera com meias medidas ao descrever como as notícias estavam a ser recebidas na região.

MBZ disse-me que as declarações dos EUA sobre o Egipto estavam a ser atentamente observadas no Golfo, cada vez com mais alarmismo. O que aconteceria, se houvesse manifestantes no Barém a exigir a destituição do rei Hamad? Será que os Estados Unidos teriam a mesma postura que a adoptada em relação ao Egipto?

Eu dissera-lhe que esperava colaborar com ele e outros no sentido de evitar ter de escolher entre a Irmandade Muçulmana e os confrontos potencialmente violentos entre os Governos e os seus povos.

— Sabe, a mensagem pública não afecta o Mubarak, mas afecta a região — disse-me MBZ. Estava a sugerir que, se o Egipto colapsasse e a Irmandade Muçulmana assumisse o poder, haveria outros oito líderes árabes a colapsar, motivo pelo qual condenava a minha declaração. — Dá a entender que os Estados Unidos não são um parceiro digno de confiança a longo prazo — disse.

Falou com uma voz calma e fria. Compreendi que não era tanto um pedido de ajuda, mas mais uma advertência. O que quer que tivesse

acontecido a Mubarak, a antiga ordem não fazia tenções de prescindir do poder sem dar luta.

NOUTROS PAÍSES, as manifestações anti-Governo aumentaram de âmbito e intensidade depois da exoneração de Mubarak, à medida que cada vez mais pessoas começavam a acreditar que a mudança era possível. Uns quantos regimes conseguiram proceder a uma reforma no mínimo simbólica, em resposta às exigências dos manifestantes, evitando em simultâneo um derramamento significativo de sangue ou convulsão social. A Argélia levantou a sua lei de emergência de dezanove anos, o rei de Marrocos forjou reformas constitucionais que aumentavam de forma modesta o poder do Parlamento eleito, e o monarca da Jordânia em breve faria o mesmo. Mas, para muitos governantes árabes, a principal lição aprendida com o Egipto foi a necessidade de subjugar implacável e sistematicamente os protestos, independentemente da violência que fosse necessária e das críticas internacionais que essas medidas repressivas pudessem ocasionar.

Dois dos países onde a violência foi mais acentuada foram a Síria e o Barém, onde as divisões sectárias eram vincadas e minorias privilegiadas governavam grandes maiorias rancorosas. Na Síria, em Março de 2011, a detenção e a tortura de quinze estudantes que tinham pintado *graffiti* antigoverno nas paredes da cidade desencadearam grandes protestos contra o regime do presidente Bashar al-Assad, dominado por xiitas alauitas, em muitas das comunidades predominantemente sunitas do país. Depois de o gás lacrimogénio, os canhões de água, os espancamentos e as detenções em massa não conseguirem reprimir as manifestações, as forças de segurança de Assad lançaram operações militares em grande escala em várias cidades, incluindo balas reais, tanques e buscas casa a casa. Entretanto, tal como MBZ previra, na pequena ilha-nação do Barém, ocorriam na capital,

Manama, colossais manifestações, sobretudo xiitas, contra o Governo do rei Hamad bin Isa bin Salman al-Khalifa, e este respondeu com força, matando um elevado número de manifestantes e ferindo centenas de outros. Com a fúria contra a brutalidade policial a fomentar manifestações cada vez maiores, Hamad, então sitiado, foi ainda mais longe, dando o passo nunca antes visto de convidar divisões armadas dos Exércitos da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos a ajudarem a eliminar os seus próprios cidadãos.

Eu e a minha equipa passámos horas a debater-nos sobre como os EUA poderiam influenciar os eventos na Síria e no Barém. As nossas opções eram dolorosamente limitadas. Há muito que a Síria era um adversário dos Estados Unidos, historicamente aliada da Rússia e do Irão, bem como apoiante do Hezbollah. Sem a alavancagem económica, militar ou diplomática que tivéramos no Egipto, as condenações oficiais que fizemos ao regime de Assad (e a posterior imposição de um embargo dos EUA) não tiveram efeito real e Assad pôde contar com a Rússia para vetar quaisquer esforços que pudéssemos envidar para impor sanções internacionais através do Conselho de Segurança da ONU. Com o Barém, o problema era o oposto: o país era há muito um aliado dos EUA e acolhia a Quinta Frota da Marinha dos EUA. O relacionamento permitia-nos pressionar Hamad e os seus ministros em privado para acederem em parte às exigências dos manifestantes e refrearem a violência policial. Não obstante, a estrutura governativa do Barém considerava que os manifestantes eram inimigos influenciados pelo Irão, e tinham de ser travados. Em concertação com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, o regime do Barém iria obrigar-nos a fazer uma escolha, e todos sabiam que, quando chegasse a hora da verdade, não nos podíamos dar ao luxo de arriscar a nossa posição estratégica no Médio Oriente, cortando relações com três países do Golfo.

Em 2011, ninguém punha em causa a nossa influência limitada na Síria — isso aconteceria mais tarde. Mas, apesar de várias declarações da minha administração a condenar a violência no Barém e de esforços para mediar o diálogo entre o Governo e os líderes mais moderados da oposição xiita, o facto de não rompermos com Hamad — sobretudo considerando a nossa postura para com Mubarak — foi alvo de forte crítica. Eu não tinha uma maneira elegante de explicar a aparente inconsistência, a não ser reconhecer que o mundo era complexo; que, no exercício da política externa, tinha de contrabalançar constantemente interesses em conflito, interesses moldados pelas opções de administrações anteriores e pelas contingências do momento; e que, só porque eu não podia pôr sempre a nossa agenda para os direitos humanos acima de outras considerações, isso não significava que não devia tentar fazer o que podia, quando podia, para defender aquilo que considerava serem os valores supremos da América. Mas o que aconteceria se um Governo começasse a massacrar não centenas dos seus cidadãos, mas milhares, e os Estados Unidos tivessem o poder de o impedir? O que faríamos?

DURANTE QUARENTA E DOIS ANOS, Muammar Kadahfi governara a Líbia com uma malvadez que, mesmo pelos padrões dos seus homólogos ditadores, roçava a loucura. Propenso a gestos extravagantes, discursos incoerentes e um comportamento estranho (antes das reuniões UNGA de 2009, em Nova Iorque, tentara obter aprovação para erigir uma gigantesca tenda beduína no meio de Central Park para si e a sua comitiva), fora implacavelmente eficaz a erradicar os dissidentes do seu país, utilizando uma conjugação de polícia secreta, forças de segurança e milícias apoiadas pelo Estado para prender, torturar e assassinar quem quer que se atrevesse a fazer-lhe oposição. Na década de 1980, o seu Governo também fora um dos principais promotores do terrorismo em todo o mundo, facilitando ataques tão terríveis como o

atentado bombista de 1988 ao voo 103 da Pan Am, no qual morreram cidadãos de vinte e um países, incluindo 189 americanos. Mais recentemente, Kadahfi tentara envolver-se num manto de respeitabilidade ao acabar com o seu apoio ao terrorismo internacional e desmantelar o seu emergente programa nuclear (o que levou alguns países ocidentais, incluindo os Estados Unidos, a retomar as relações diplomáticas). Mas, na Líbia propriamente dita, nada mudara.

Menos de uma semana depois de Mubarak deixar o poder no Egipto, as forças de segurança de Kadahfi dispararam sobre um grande grupo de civis que se tinham reunido para protestar contra a detenção de um advogado dos direitos humanos. Em poucos dias, os protestos tinham alastrado e mais de uma centena de pessoas tinham perdido a vida. Uma semana mais tarde, grande parte do país encontrava-se numa situação de franca rebelião, com forças anti-Kadahfi a assumir o controlo de Benghazi, a segunda maior cidade da Líbia. Diplomatas líbios e antigos partidários do Governo estabelecido, incluindo o embaixador do país na ONU, começaram a desertar, lançando apelos à comunidade internacional para ir em auxílio do povo líbio. Acusando os manifestantes de serem fachadas da al-Qaeda, Kadahfi lançou uma campanha de terror, declarando: «Tudo será consumido pelas chamas.» Em inícios de Março, o número de mortos aumentara para mil.

Horrorizados com a escalada da carnificina, apressámo-nos a fazer tudo o que podíamos, à excepção de utilizar a força militar, para travar Kadahfi. Apelei para que renunciasse ao poder, alegando que perdera a legitimidade para governar. Impusemos sanções económicas, congelámos milhares de milhões de activos que lhe pertenciam e à sua família e, no Conselho de Segurança da ONU, aprovámos um embargo de armas e encaminhámos o caso da Líbia para o Tribunal Penal Internacional, onde Kadahfi e outros

podiam ser julgados por crimes contra a Humanidade. Todavia, o líder líbio não se deixou intimidar. Analistas previram que, assim que as forças de Kadahfi chegassem a Benghazi, perder-se-iam dezenas de milhares de vidas.

Foi mais ou menos por esta altura que um coro de vozes se levantou, primeiro de organizações de direitos humanos e uma mão-cheia de colunistas, depois de membros do Congresso e grande parte da imprensa, exigindo que os Estados Unidos envidassem acções militares para travar Kadahfi. Sob muitos aspectos, considerei tratar-se de um sinal de progresso moral. Durante a maior parte da História da América, a ideia de utilizarmos as nossas forças de combate para impedir um Governo de matar o seu próprio povo não teria pernas para andar — porque esse tipo de violência promovida pelo Estado estava sempre a acontecer; porque os decisores americanos não consideravam as mortes de cambojanos, argentinos ou ugandeses relevantes para os nossos interesses; e porque muitos dos perpetradores eram nossos aliados na luta contra o comunismo (incluindo o golpe militar alegadamente apoiado pela CIA que derrubou um Governo comunista na Indonésia em 1965, dois anos antes de a minha mãe lá chegar, e que provocou entre 500 mil e um milhão de mortes). Nos anos noventa, porém, um relato internacional mais atempado de crimes dessa natureza, conjugado com a ascensão da América como a única superpotência mundial depois da Guerra Fria, tinha conduzido a uma reavaliação da inacção da América e desencadeara a bem-sucedida intervenção da OTAN liderada pela América no sangrento conflito na Bósnia. De facto, o livro de Samantha versava precisamente sobre a obrigação dos Estados Unidos de darem prioridade à prevenção de atrocidades na sua política externa, um dos motivos por que a trouxera para a Casa Branca.

Contudo, por muito que eu partilhasse o impulso de salvar pessoas

inocentes das mãos de tiranos, era muito prudente em relação a ordenar qualquer tipo de acção militar contra a Líbia, pelo mesmo motivo que recusara a sugestão de Samantha para que o meu discurso do Prémio Nobel incluísse um considerando sobre uma «responsabilidade global de proteger» civis dos seus próprios Governos. Onde terminaria a obrigação de intervir? E quais eram os parâmetros? Quantas pessoas teriam de ser mortas e quantas mais teriam de estar em risco para espoletar uma resposta militar dos EUA? Porquê a Líbia e não o Congo, por exemplo, onde uma série de conflitos civis tinham resultado em milhões de mortes de civis? Interviríamos apenas quando não houvesse o risco de morrerem americanos? Em 1993, Bill Clinton pensara que o risco era reduzido, quando enviara forças de operações especiais para a Somália, para capturar membros da organização de um senhor da guerra, em apoio aos nossos esforços de manutenção da paz nesse país. No incidente que ficou conhecido como «*Black Hawk Down*», dezoito operacionais americanos foram mortos e setenta e três ficaram feridos.

A verdade é que a guerra nunca é metódica e tem sempre consequências indesejadas, mesmo quando feita contra países aparentemente indefesos e em nome de uma causa justa. No que diz respeito à Líbia, os defensores da intervenção dos EUA tinham tentado ofuscar essa realidade agarrarando-se à ideia de imposição de uma zona de exclusão aérea, para manterem os aviões militares de Kadahfi no solo e assim impedirem os bombardeamentos — que anunciaram como uma maneira inócua e sem riscos de salvar o povo líbio (pergunta típica de um repórter da Casa Branca, então: «Quantas pessoas têm de morrer, antes de darmos este passo?»). O que lhes estava a escapar era o facto de que estabelecer uma zona de exclusão aérea no espaço aéreo líbio exigiria que, antes disso, disparássemos mísseis contra Trípoli, para destruir as defesas aéreas da

Líbia, o que seria um inequívoco acto de guerra contra um país que não representava qualquer ameaça para nós. Além disso, nem sequer era uma certeza que uma zona de exclusão aérea tivesse qualquer efeito, visto que Kadahfi estava a usar forças terrestres e não bombardeamentos aéreos para atacar bastiões da oposição.

Além do mais, a América continuava enterrada até aos cabelos em guerras no Iraque e no Afeganistão. Eu acabara de ordenar a forças dos EUA estacionadas no Pacífico para ajudarem os Japoneses a enfrentar o pior acidente nuclear desde Chernobyl, causado por um *tsunami* que arrasara a cidade de Fukushima: preocupava-nos seriamente a possibilidade de a chuva radioactiva atingir a Costa Oeste. Se a isto juntarmos o facto de eu ainda estar a braços com uma economia americana que mal se mantinha à tona e um Congresso republicano que se comprometera a anular tudo o que a minha administração conseguira nos nossos dois primeiros anos, é justo dizer que considerava que a ideia de empreender uma nova guerra num país distante sem qualquer importância estratégica para os EUA era menos do que prudente. E não era o único. Bill Daley, meu chefe de pessoal há apenas dois meses, pareceu perplexo com a ideia de alguém sequer ponderar tal coisa.

— Se calhar está a escapar-me alguma coisa, Senhor Presidente — disse ele durante uma das nossas reuniões de final de tarde —, mas não acho que tenhamos sido arrasados nas intercalares por os eleitores acharem que não estava a fazer o suficiente no Médio Oriente. Pergunte a dez pessoas que encontrar na rua e nove delas nem sequer saberão onde fica a Líbia.

Contudo, consoante continuavam a chegar da Líbia relatos de hospitais cheios de feridos graves e jovens a serem executados sumariamente nas ruas, o apoio mundial a uma intervenção ganhou ímpeto. Para surpresa de muitos, a Liga Árabe votou a favor de uma intervenção internacional contra

Kadahfi, sinal não só do nível extremo a que a violência na Líbia chegara, mas também da medida em que o comportamento errático do homem forte da Líbia e a sua ingerência nos assuntos de outros países o tinham isolado dos restantes líderes árabes (é possível que a votação também tenha sido uma maneira oportuna de outros países da região desviarem as atenções dos seus próprios abusos no capítulo dos direitos humanos, uma vez que nações como a Síria e o Barém continuavam a ser membros bem vistos). Entretanto, Nicolas Sarkozy, que fora impiedosamente criticado em França por apoiar o regime de Ben Ali na Tunísia até ao fim, decidiu de súbito adoptar a salvação do povo líbio como causa pessoal. Juntamente com David Cameron, anunciou o seu desígnio de introduzir de imediato uma resolução no Conselho de Segurança da ONU, em nome de França e do Reino Unido, autorizando uma coligação internacional a implementar uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia — resolução perante a qual nós teríamos de tomar uma posição.

A 15 de Março, convoquei uma reunião da minha equipa de segurança nacional para debater a resolução pendente no Conselho de Segurança. Começámos por um *briefing* sobre os progressos de Kadahfi: tropas líbias com armamento pesado estavam estacionadas para tomar de assalto uma vila nos arrabaldes de Benghazi, o que lhes permitiria cortar o abastecimento de água, alimentos e energia aos 600 mil habitantes da cidade. Com as suas forças reunidas, Kadahfi comprometera-se a ir «casa a casa, lar a lar, beco a beco, pessoa a pessoa, até limpar o país do esterco e da escumalha». Perguntei a Mike Mullen que diferença faria uma zona de exclusão aérea. Ele disse-me que, essencialmente, nenhuma, confirmando que, como Kadahfi estava a usar quase exclusivamente forças terrestres, a única maneira de deter um assalto a Benghazi seria atingir essas forças directamente com ataques aéreos.

— Por outras palavras — disse eu —, estão a pedir-nos para participarmos numa zona de exclusão aérea que dará a entender que estamos a fazer alguma coisa quando, na realidade, isso não salvará Benghazi.

De seguida, solicitei recomendações aos outros elementos. Gates e Mullen opuseram-se com veemência a qualquer acção militar dos EUA, reforçando a tensão que as missões no Iraque e no Afeganistão já estavam a exercer sobre as nossas tropas. Também estavam convencidos — correctamente, pareceu-me — de que, apesar da retórica de Sarkozy e de Cameron, as forças armadas dos EUA acabariam por suportar o grosso de qualquer operação na Líbia. Joe achou que era uma insensatez envolvermo-nos noutra guerra no estrangeiro, enquanto Bill continuava atónito por sequer estarmos a falar sobre o assunto.

Porém, conforme fui sondando os presentes, as vozes a favor de uma intervenção foram ganhando preponderância. Hillary estava em videoconferência desde Paris, onde participava numa reunião do G8, e disse que ficara impressionada com o líder da oposição líbia que lá conhecera. Apesar da sua *realpolitik* no Egipto — ou se calhar por causa dela —, defendia agora que deveríamos participar numa missão internacional. Contactando-nos desde os nossos escritórios da ONU em Nova Iorque, Susan Rice disse que a situação lhe fazia lembrar a incapacidade da comunidade internacional para intervir no genocídio de 1994 no Ruanda. À época, ela integrara o Conselho de Segurança Nacional de Bill Clinton e continuava a ser assombrada pela inacção à época. Se uma acção relativamente modesta pudesse salvar vidas, defendeu, deveríamos encetá-la, ainda que tenha sugerido que, em vez de aceitar a proposta de uma zona de exclusão aérea, deveríamos apresentar a nossa resolução procurando um mandato mais amplo, de maneira a envidar as acções necessárias para

proteger os civis líbios das forças de Kadahfi. Alguns colaboradores mais jovens mostraram-se preocupados com o facto de uma acção militar contra a Líbia poder acarretar a consequência indesejada de convencer países como o Irão de que precisavam de armas nucleares para se precaverem contra um futuro ataque dos EUA. Mas, tal como acontecera no caso do Egipto, Ben e Tony Blinken achavam que tínhamos a responsabilidade de apoiar as forças que se manifestavam pela mudança democrática no Médio Oriente — em particular se os Estados árabes e os nossos aliados mais próximos estivessem dispostos a agir connosco. E, embora Samantha permanecesse invulgarmente fria ao descrever o potencial número de mortes em Benghazi caso decidíssemos não intervir, eu sabia que ela se mantinha em contacto directo diário com os líbios que clamavam por auxílio. Quase não tive de perguntar qual era a sua opinião.

Consultei o relógio, ciente de que em breve teria de fazer de anfitrião no jantar anual com comandantes combatentes das forças armadas dos EUA e as respectivas esposas, na Sala Azul da residência.

— Muito bem — disse eu. — Ainda não estou preparado para tomar uma decisão, mas, com base no que me estão a dizer, aqui fica uma coisa que *não* vamos fazer: não vamos participar numa zona de exclusão aérea mal pensada, que não atingirá o nosso objectivo.

Disse à equipa que voltaríamos a reunir dentro de duas horas, momento em que esperava ouvir opções reais relativamente a como seria uma intervenção efectiva, incluindo uma análise de custos, recursos humanos e riscos envolvidos.

— Ou fazemos isto como deve ser — disse eu — ou deixamos de fingir que estamos a falar a sério quanto a salvar Benghazi só para nos ficarmos a sentir melhor.

Quando cheguei à Sala Azul, Michelle e os nossos convidados já se

tinham reunido. Tirámos fotografias com todos os comandantes e esposas, fazendo conversa de circunstância sobre os filhos e trocando piadas sobre as nossas partidas de golfe. Durante o jantar, sentei-me ao lado de um jovem *marine* e sua esposa. Ele pisara um engenho explosivo improvisado e perdera as duas pernas. Disse-me que ainda estava a habituar-se às próteses, mas pareceu-me animado, e ficava bem no seu uniforme. Percebi na expressão da esposa o misto de orgulho, determinação e angústia reprimida com que me familiarizara durante as visitas às famílias dos militares, ao longo dos últimos dois anos.

Durante todo esse tempo, o meu cérebro não parou de fazer cálculos, a pensar na decisão que teria de tomar assim que Buddy, Von e outros mordomos levantassem a louça da sobremesa. Os argumentos que Mullen e Gates tinham apresentado contra uma acção militar na Líbia eram convincentes. Eu já mandara para o campo de batalha milhares de jovens como o *marine* que estava ao meu lado e não havia garantia, apesar do que pudessem pensar aqueles que estavam à margem, de que uma nova guerra não levasse outros a sofrer ferimentos iguais, ou piores. Estava irritado por Sarkozy e Cameron me terem arrastado para a situação, em parte para resolverem os seus problemas políticos internos, e senti desdém pela hipocrisia da Liga Árabe. Sabia que Bill tinha razão. Fora de Washington, não havia muito apoio àquilo que estavam a pedir à América e, assim que alguma coisa desse para o torto com alguma operação militar americana na Líbia, os meus problemas políticos só se agravariam.

Também sabia que, a menos que assumíssemos as rédeas, o plano europeu provavelmente não surtiria qualquer efeito. As tropas de Kadahfi montariam o cerco a Benghazi. Na melhor das hipóteses, seguir-se-ia um conflito prolongado, talvez até uma guerra civil declarada. Na pior das hipóteses, dezenas de milhares de pessoas ou mais morreriam à fome,

seriam torturadas ou fuziladas. E naquele momento, pelo menos, eu talvez fosse a única pessoa do mundo a poder impedir que isso acontecesse.

O jantar terminou. Disse a Michelle que estaria em casa dentro de uma hora e regressei à Sala de Crise, onde a equipa estivera a analisar opções e aguardava novas instruções.

— Acho que tenho um plano que poderá resultar — disse eu.

CAPÍTULO 26

NAQUELA NOITE, NA SALA DE CRISE, reunimos durante mais duas horas, revendo ponto a ponto o plano que eu traçara mentalmente durante o jantar, ciente de que tínhamos de tentar impedir um massacre e um cerco prolongado na Líbia, minimizando os riscos e o ónus para umas forças armadas americanas já sobrecarregadas. Estava disposto a assumir uma postura significativa contra Kadahfi e dar ao povo líbio a oportunidade de formar um novo Governo. Mas fá-lo-íamos com rapidez, com o apoio dos aliados, e com os parâmetros da nossa missão devidamente definidos.

Disse à equipa que queria começar, como Susan Rice sugerira, por convencer os franceses e os britânicos a recuar na sua proposta de uma zona de exclusão aérea, de maneira a podermos apresentar uma resolução alterada ao Conselho de Segurança, solicitando um mandato mais amplo para pôr cobro aos ataques das forças de Kadahfi e proteger os civis líbios. Entretanto, o Pentágono desenvolveria uma campanha militar que envolveria uma divisão clara de tarefas entre os aliados. Na primeira fase da campanha, os Estados Unidos ajudariam a travar o avanço de Kadahfi sobre Benghazi e a destruir os seus sistemas de defesa aérea — operação para a qual éramos os melhores candidatos, dadas as nossas capacidades superiores. Depois disso, entregaríamos o grosso da operação aos europeus e aos Estados árabes que participariam. Caças de combate europeus seriam os principais responsáveis por realizar ataques aéreos com alvos bem definidos, necessários para impedir o avanço das forças de Kadahfi sobre populações civis (essencialmente, estabelecendo uma zona de exclusão

aérea *e* uma zona de exclusão terrestre), com os aliados árabes a fornecer sobretudo apoio logístico. Considerando que o Norte de África se localizava no quintal dos fundos da Europa e não no nosso, também pediríamos aos europeus para pagar grande parte da ajuda pós-conflito que seria necessária para reconstruir a Líbia e ajudar o país a fazer uma transição para a democracia, assim que Kadahfi não estivesse no poder.

Perguntei a Gates e Mullen o que achavam. Embora ainda estivessem relutantes em envolver-se no que seria essencialmente uma missão humanitária no meio de outras duas guerras, reconheceram que o plano era viável, limitava o custo e o risco para o pessoal dos EUA e talvez conseguisse reverter os avanços de Kadahfi numa questão de dias.

Susan e a sua equipa colaboraram com Samantha durante a noite e, no dia seguinte, fizemos circular uma resolução preliminar entre os membros do Conselho de Segurança da ONU. A principal dificuldade antes da votação era saber se a Rússia vetaria uma nova medida, pelo que, enquanto Susan fez a sua magia do costume e tentou convencer os seus homólogos da ONU, fizemos figas para que o nosso trabalho ao longo de dois anos com Dmitri Medvedev ajudasse a granjear o seu apoio, fazendo ver à Rússia que, para além dos imperativos morais de impedir uma atrocidade em massa, era do interesse da Rússia e da América garantir que não se processava uma guerra civil prolongada na Líbia, visto que o país se poderia então tornar um terreno fértil para o terrorismo. Era evidente que Medvedev tinha sérias reservas relativamente a qualquer acção militar liderada pelo Ocidente que pudesse redundar numa mudança de regime, mas também não estava inclinado para interceder a favor de Kadahfi. No fim, o Conselho de Segurança aprovou a nossa resolução a 17 de Março, com dez votos a favor, nenhum contra e cinco abstenções (sendo a Rússia uma delas). Telefonei aos dois principais líderes europeus, Sarkozy e

Cameron, e os dois mal conseguiram esconder o alívio por lhes proporcionarmos uma tábua de salvação. Numa questão de dias, todos os elementos da operação estavam a postos, com os europeus a concordar que as suas forças operariam sob uma estrutura de comando da OTAN e com uma participação árabe suficiente — desde a Jordânia, o Catar e os Emirados Árabes Unidos — para nos defender de acusações de a missão na Líbia ser outro caso de poderes ocidentais a fazer uma campanha contra o islão.

Com o Pentágono preparado e à espera da minha ordem para iniciar ataques aéreos, dei publicamente uma última oportunidade a Kadahfi, apelando para que retirasse as suas forças e respeitasse o direito dos líbios de se envolverem numa manifestação pacífica. Esperava que, com o mundo alinhado contra ele, os seus instintos de sobrevivência entrassem em acção e tentasse negociar uma saída segura para um terceiro país disposto a acolhê-lo, onde poderia viver o resto dos seus dias com os milhões de dinheiro de petróleo que, ao longo dos anos, canalizara para várias contas em bancos suíços. Porém, parecia que qualquer ligação à realidade que Kadahfi pudesse ter tido em tempos se eclipsara.

Por acaso, nessa noite, tive de partir para o Brasil, ponto de partida de um périplo de quatro dias por três países cuja finalidade era melhorar a imagem dos Estados Unidos na América Latina (a guerra no Iraque, assim como a interdição de drogas e as políticas para Cuba decididas pela administração Bush não caíram bem na região). O melhor era que marcáramos a viagem propositadamente para coincidir com as férias da Páscoa de Malia e Sasha, o que nos permitiria viajar em família.

O que não previramos era um iminente conflito militar. Quando o *Air Force One* aterrou em Brasília, Tom Donilon informou-me de que as tropas

de Kadahfi não davam sinais de recuar, tendo, na realidade, começado a violar o perímetro de Benghazi.

— É provável que tenha de dar a ordem durante o dia de hoje — disse.

Em qualquer circunstância, lançar uma ofensiva militar durante uma visita a outro país era um problema. O facto de o Brasil tentar geralmente evitar tomar partido em disputas internacionais — e se ter abstido na votação da intervenção na Líbia no Conselho de Segurança — só complicava as coisas. Aquela era a minha primeira visita à América do Sul na qualidade de presidente e a primeira vez que me encontrava com a recentemente eleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Ela era economista e anterior chefe de pessoal do seu carismático antecessor, Lula da Silva, e estava interessada, entre outras coisas, em melhorar as relações comerciais com os Estados Unidos. Ela e os seus ministros receberam a nossa delegação com entusiasmo quando chegámos ao palácio presidencial, um edifício airoso e modernista com pilares alados e paredes altas de vidro. Durante várias horas, debatemos maneiras de reforçar a cooperação entre os EUA e o Brasil nos sectores da energia, do comércio e das alterações climáticas. Mas, com a especulação global a revolutear em torno de quando e como os ataques à Líbia começariam, tornou-se difícil ignorar a tensão. Eu apresentei desculpas a Rousseff sobre qualquer embaraço que a situação estivesse a causar. Ela encolheu os ombros, os olhos escuros fixos em mim com um misto de cepticismo e preocupação.

— Cá nos arranjaremos — disse, em português. — Espero que este seja o menor dos seus problemas.

Quando o meu encontro com Rousseff terminou, Tom e Bill Daley levaram-me à pressa para uma sala de espera ali perto, onde me explicaram que as forças de Kadahfi continuavam a avançar e agora era a nossa melhor oportunidade para tomar uma decisão. Para começar as operações militares

formalmente, precisava de contactar Mike Mullen, só que, ao que parecia, o sistema de comunicações móveis seguras, da mais recente tecnologia — o sistema que era suposto permitir-me agir como comandante supremo a partir de qualquer lugar no planeta — não estava a funcionar.

— Lamento, Senhor Presidente… continuamos com dificuldades de ligação.

Enquanto os nossos técnicos de comunicação andavam numa azáfama à procura de cabos desligados e portais com falha, sentei-me numa cadeira e tirei uma mão-cheia de amêndoas de uma taça ali ao lado, numa mesa de apoio. Há muito que deixara de me preocupar com os pormenores de logística da presidência, ciente de que estava sempre rodeado de uma equipa altamente competente. Não obstante, consegui vislumbrar gotículas de transpiração a formar-se nas testas dos presentes. Bill, na sua primeira viagem enquanto chefe de pessoal e sem dúvida a sentir a pressão, estava furioso.

— Isto é inacreditável! — disse, a voz esganiçada.

Consultei o relógio. Tinham passado dez minutos e já estávamos atrasados para a reunião seguinte com os brasileiros. Olhei para Bill e Tom, que pareciam na iminência de estrangular alguém.

— Porque não utilizamos o seu telemóvel? — perguntei a Bill.

— O quê?

— Não será uma conversa demorada. Verifique apenas se temos rede suficiente.

Depois de algumas trocas de impressões entre a equipa sobre a sensatez de eu usar uma linha não segura, Bill marcou o número e passou-me o telefone.

— Mike? — disse eu. — Consegue ouvir-me?

— Consigo, Senhor Presidente.

— Tem a minha autorização.

E com estas quatro palavras, ditas para um dispositivo que provavelmente também tinha sido utilizado para encomendar pizas, dei início à primeira nova intervenção militar da minha presidência.

DURANTE OS DOIS DIAS SEGUINTES, enquanto vasos de guerra americanos e britânicos disparavam mísseis *Tomahawk* e destruíam as defesas aéreas da Líbia, pouco mudámos o meu programa. Encontrei-me com um grupo de empresários americanos e brasileiros para debater maneiras de expandir laços comerciais. Fui a uma recepção com representantes do Governo e tirei fotografias com colaboradores da embaixada dos EUA e respectivas famílias. No Rio de Janeiro, discursei perante uma assistência de cerca de dois mil dos mais proeminentes líderes políticos, civis e empresariais do Brasil sobre os desafios e as oportunidades que os nossos países partilhavam na qualidade das duas maiores democracias do hemisfério. Durante todo esse tempo, porém, não parei de consultar Tom para saber notícias da Líbia, enquanto imaginava o que estaria a acontecer a mais de oito mil quilómetros de distância: a investida dos mísseis a cruzar o ar, a cascata de explosões, os destroços e o fumo, as caras dos seguidores de Kadahfi ao mirarem o ar e ponderarem as suas hipóteses de sobrevivência.

Estava absorto, mas também compreendia que a minha presença no Brasil era importante, especialmente para os afro-brasileiros, que constituíam pouco mais de metade da população do país e experienciavam o mesmo tipo de racismo e pobreza profundamente enraizados — ainda que muitas vezes negados — que os negros na nossa terra. Com Michelle e as meninas, fomos a uma enorme favela na zona ocidental do Rio, onde visitámos um centro de jovens e assistimos a um espectáculo de capoeira e onde eu joguei futebol com uns quantos miúdos locais. Quando estávamos

para regressar, centenas de pessoas tinham-se aglomerado às portas do centro e, apesar de o destacamento dos meus Serviços Secretos rejeitar a ideia de dar um passeio pelas redondezas, convenci-os a deixarem-me sair pelo portão e cumprimentar a multidão. De pé, no meio da rua estreita, acenei para os rostos negros, castanhos e cor de cobre — moradores da favela, muitos deles crianças, apinhados em cima de telhados e pequenas varandas, encostados a barricadas policiais. Valerie, que nos acompanhava e presenciou toda a cena, sorriu quando eu regressei e disse:

— Aposto que esse aceno mudou a vida daqueles miúdos para sempre.

Perguntei-me se isso seria verdade. Fora o que eu dissera a mim mesmo no início da minha viagem política, parte da justificação que dera a Michelle para me candidatar à presidência — que a eleição e a liderança de um presidente negro poderiam mudar o modo como as crianças e os jovens de todo o planeta se viam a si mesmos e ao mundo. E sim, sabia que qualquer impacto que a minha fugaz presença pudesse ter naquelas crianças das favelas e por muito que pudesse levar alguns a olhar em frente e sonhar mais alto, não podia compensar a pobreza extrema que tinham de enfrentar todos os dias; as más escolas, a poluição atmosférica e a absoluta desordem que muitos tinham de enfrentar só para sobreviver. Ao que me parecia, até ao momento, o meu impacto nas vidas das crianças pobres e das suas famílias fora ínfimo — mesmo no meu próprio país. O meu tempo fora dedicado a tentar impedir que as circunstâncias dos pobres, tanto no meu país como no estrangeiro, piorassem, a garantir que uma recessão global não aumentava drasticamente o seu custo de vida ou eliminava qualquer base de apoio que tivessem no mercado de trabalho; a tentar afrontar uma transformação climática que poderia conduzir a uma inundação ou uma tempestade fatal; ou, no caso da Líbia, tentar impedir que o exército de um

louco alvejasse as pessoas nas ruas. Isso não era pouco, pensei — desde que não começasse a tentar iludir-me de que era o quanto bastava.

Na curta viagem de regresso ao hotel, no *Marine One*, o helicóptero seguiu ao longo da magnífica cordilheira de montanhas de florestas que ladeiam a costa, com o icónico Cristo Redentor de trinta metros de altura a aparecer de súbito, empoleirado no pico cónico do Corcovado. Fizéramos planos para o visitar nessa noite. Acercando-me de Sasha e Malia, apontei para o vulto icónico ao longe: uma figura de manto com os braços abertos, branca, recortada contra o azul do céu.

— Vejam… É ali que vamos hoje à noite.

As duas meninas estavam a ouvir os *iPods* enquanto folheavam umas revistas de Michelle, os olhos a perscrutar imagens lustrosas de celebridades de caras cintilantes que eu não reconheci. Depois de esbracejar para chamar as suas atenções, elas tiraram os auscultadores, viraram as cabeças ao mesmo tempo para a janela e assentiram sem proferir palavra, fazendo um pequeno compasso de espera como que para me fazerem a vontade, e depois voltaram a enfiar os auscultadores nos ouvidos. Michelle, que parecia estar a dormitar ao som do seu próprio *iPod*, não abriu a boca.

Mais tarde, estávamos a jantar no restaurante ao ar livre do nosso hotel, fomos informados de que se abatera sobre o Corcovado um forte nevoeiro, pelo que poderíamos ter de cancelar a viagem para ver o Cristo Redentor. Malia e Sasha não pareceram minimamente desiludidas. Observei-as enquanto interrogavam o empregado sobre a ementa de sobremesas, sentindo-me um pouco magoado com a sua falta de entusiasmo. Como começara a dedicar mais tempo à monitorização dos desenvolvimentos na Líbia, estava a passar ainda menos tempo com a família nesta viagem do que em casa, e isso intensificava a minha sensação — que já era bastante frequente nos últimos tempos — de as minhas filhas estarem a crescer mais

depressa do que esperara. Malia estava quase a tornar-se uma adolescente, os dentes a reluzir com o aparelho, o cabelo apanhado num rabo-de-cavalo crespo, o seu corpo esticado como que num cavalete invisível, como se, de algum modo, de um dia para o outro, se tivesse tornado esguia e graciosa, e quase tão alta como a mãe. Com 9 anos, Sasha ao menos ainda parecia uma criança, com o seu sorriso doce e as covinhas na cara, mas eu notara uma diferença na sua atitude em relação a mim. Agora, mostrava-se mais relutante em deixar-me fazer-lhe cócegas, parecia impaciente e um pouco envergonhada quando eu tentava pegar-lhe na mão em público.

Continuei a ficar espantado com o quanto as duas se mantinham estáveis, como se tinham adaptado bem às estranhas e extraordinárias circunstâncias em que estavam a crescer, vogando sem dificuldade entre audiências com o papa e idas ao centro comercial. Mais do que tudo, detestavam ser alvo de qualquer tipo de tratamento especial ou atenções excessivas, querendo apenas ser como as outras crianças da escola (quando, na quarta classe, um colega de turma tentara tirar uma fotografia a Sasha, ela própria lhe arrancara a máquina das mãos e o avisara para não tentar fazer aquilo outra vez). Na realidade, as duas meninas preferiam de longe passar o tempo em casa das amigas, em parte porque esses lares pareciam ser menos rígidos em relação aos petiscos entre refeições e à quantidade de televisão que viam, mas, sobretudo, porque nesses sítios era mais fácil fingir que as suas vidas eram normais, mesmo com o destacamento dos Serviços Secretos estacionado na rua. E tudo isso era aceitável, à excepção do facto de as suas vidas nunca serem menos normais do que quando estavam comigo. Eu não conseguia deixar de recear que estava a perder o pouco tempo valioso que me restava com elas antes de abandonarem o ninho…

— Podemos ir — disse Marvin, acercando-se da nossa mesa. — O nevoeiro levantou.

Apinhámo-nos os quatro no banco de trás do SUV e, pouco depois, estávamos a seguir por um caminho serpenteante ladeado de árvores, no escuro, até que a nossa comitiva parou abruptamente defronte de uma ampla praça iluminada por holofotes. Um vulto gigantesco e cintilante parecia invocar-nos no meio da neblina. Enquanto subíamos os degraus, as cabeças levantadas para cima para apreciar a vista, senti Sasha agarrar-me a mão. Malia passou um braço à volta da minha cintura.

— É suposto rezarmos, ou alguma coisa do género? — perguntou Sasha.

— Porque não? — disse eu. Então, juntámo-nos, as cabeças baixas, em silêncio, e eu percebi que pelo menos uma das minhas preces nessa noite fora atendida.

NÃO TENHO A CERTEZA se a nossa curta peregrinação àquele monte ajudou a concretizar a minha outra prece. Sei que os primeiros dias da campanha na Líbia correram tão bem quanto possível. As defesas aéreas de Kadahfi não tardaram a ser desmanteladas. Os caças europeus tinham-se posicionado conforme prometido (com Sarkozy a assegurar que era um avião francês o primeiro a cruzar o espaço aéreo líbio), executando uma série de ataques aéreos contra as forças que avançavam sobre Benghazi. Em poucos dias, as forças de Kadahfi tinham batido em retirada e as nossas zonas de exclusão aérea e terrestre foram estabelecidas de forma efectiva numa grande extensão da região oriental do país.

Não obstante, enquanto a nossa visita à América Latina prosseguia, eu continuei em pulgas. Todas as manhãs, consultava a minha equipa de segurança nacional via videoconferência segura e recebia actualizações do general Carter Ham, o comandante responsável pela supervisão da operação, bem como das chefias militares do Pentágono, antes de rever a lista pormenorizada dos passos seguintes. Para além de manter uma noção

inequívoca da eficácia com que estávamos a atingir os nossos objectivos, eu queria ter a certeza de que os nossos aliados tinham cumprido a sua parte do acordo e que o papel dos EUA não se desviava dos rigorosos parâmetros que eu definira. Estava bem ciente de que o apoio do público americano à nossa acção era extremamente ténue e que quaisquer reveses poderiam ser devastadores.

De facto, apanhámos um bom susto. Na nossa primeira noite em Santiago, no Chile, eu e Michelle tínhamos participado num jantar de Estado cujo anfitrião fora Sebastián Piñera, o sociável bilionário de centro-direita que fora eleito presidente há apenas um ano. Estava eu sentado à mesa principal, a ouvir Piñera falar sobre o crescente mercado da China para os vinhos chilenos, quando senti uma palmada no ombro e me virei para dar de caras com Tom Donilon, com um ar ainda mais tenso do que era habitual.

— O que foi? — indaguei.

Ele debruçou-se e murmurou-me ao ouvido:

— Acabamos de receber a notícia de que um caça americano se despenhou na Líbia.

— Abatido?

— Falha técnica — respondeu. — Dois operacionais ejectaram-se antes do impacto e recolhemos um, o piloto. Está bem de saúde… mas o técnico de armas continua desaparecido. Temos equipas de busca e resgate perto do local onde o avião se despenhou e eu estou em contacto directo com o Pentágono. Por isso, assim que tiver notícias, informá-lo-ei.

Quando Tom virou costas, Piñera lançou-me um olhar inquisitivo.

— Está tudo bem? — perguntou.

— Sim, peço desculpa por isto — respondi, revendo mentalmente todos os cenários, na sua maioria maus.

Durante mais ou menos os noventa minutos seguintes, sorri e assenti com a cabeça enquanto Piñera e a esposa, Cecilia Morel Montes, nos falavam sobre os seus filhos, como se tinham conhecido e a melhor época para visitar a Patagónia. A certa altura, uma banda de *folk-rock* chilena, os Las Jaivas, começou a tocar aquilo que parecia uma versão em espanhol de *Hair*. Todo esse tempo esperei sentir outra palmada no ombro. Não conseguia deixar de pensar no jovem oficial que eu mandara para a guerra e estava agora possivelmente ferido, fora capturado ou pior. Sentia-me prestes a rebentar. Só quando eu e Michelle estávamos quase a entrar para o *Beast* depois do jantar é que, finalmente, avistei Tom a caminhar para nós. Estava ligeiramente ofegante.

— Já o temos — disse. — Pelos vistos foi recolhido por líbios amigos. Vai ficar bem.

Naquele instante, apeteceu-me beijar Tom, mas em vez disso beijei Michelle.

Quando alguém me pergunta qual é a sensação de ser o presidente dos Estados Unidos, lembro-me muitas vezes desse intervalo de tempo que passei sentado sem poder fazer nada, naquele jantar de Estado no Chile, ponderando sobre a linha ténue que separa o sucesso visto como tal e a catástrofe potencial — no caso em apreço, a deriva de um pára-quedas sobre um deserto longínquo, a meio da noite. Não se tratava apenas de cada decisão que eu tomava ser essencialmente uma aposta de risco; era o facto de, ao contrário do póquer, em que um jogador espera e pode perder algumas vazas mesmo numa noite em que sai a ganhar, um único percalço poder custar uma vida e deitar por terra — tanto na imprensa política como no meu próprio coração — qualquer objectivo mais vasto que pudesse ter alcançado.

Na realidade, a queda do caça acabou por se revelar um contratempo

relativo. Quando regressei a Washington, a esmagadora superioridade das forças aéreas da coligação internacional deixara os sequazes de Kadahfi com poucos lugares onde se esconderem, e as milícias da oposição — incluindo muitas altas patentes dissidentes do Exército líbio — começaram a avançar para ocidente. Doze dias depois do início da operação, a OTAN assumiu o comando da missão, com diversos países europeus a reclamar a responsabilidade pela expulsão das forças de Kadahfi. Quando me dirigi à nação, a 28 de Março, as forças armadas americanas tinham começado a adoptar um papel de assistência, ajudando sobretudo na logística, no reabastecimento de aeronaves e na identificação de alvos.

Considerando que muitos republicanos tinham sido fervorosos defensores da intervenção, seria de esperar alguns elogios relutantes pela rapidez e precisão da nossa operação na Líbia, mas durante a minha ausência acontecera uma coisa engraçada. Alguns dos mesmos republicanos que exigiram uma intervenção na Líbia tinham decidido que agora eram contra. Criticaram a missão por ser demasiado extensa ou por pecar por tardia. Reclamaram por eu não consultar o Congresso o suficiente, apesar de ter reunido com líderes seniores do Congresso na véspera da campanha. Questionaram a base legal da minha decisão, sugerindo que eu deveria ter procurado obter a autorização do Congresso ao abrigo da Lei dos Poderes de Guerra, uma questão legítima de longa data que dera repetidamente carta-branca à anterior administração na frente da política externa, em especial no que diz respeito a empreender acções bélicas. Os republicanos não pareceram incomodados com a inconsistência. Com efeito, estavam a alertar-me para o facto de que mesmo as questões de guerra e paz, de vida e morte, faziam agora parte de um jogo partidário implacável e impiedoso.

Não eram os únicos a fazer jogos. Vladimir Putin criticara publicamente a resolução da ONU — e, por arrasto, Medvedev — por permitir uma

ampla autorização de acção militar na Líbia. Era inconcebível que Putin não tivesse autorizado a decisão de Medvedev de a Rússia se abster, em vez de vetar a nossa resolução, ou que não tivesse conseguido compreender o âmbito da mesma; e como o próprio Medvedev salientou em resposta aos comentários de Putin, os caças da coligação só continuavam a bombardear as forças de Kadahfi porque o homem forte da Líbia não dava sinais de recuar ou aplacar os ferozes mercenários a seu soldo. Mas é evidente que isso não vinha ao caso. Ao criticar abertamente Medvedev, Putin parecia ter decidido deixar ficar mal o seu sucessor propositadamente, sinal de que — tive de presumir — Putin planeava retomar formalmente as rédeas da Rússia.

Não obstante, Março terminou sem uma única baixa na Líbia e, por um custo aproximado de 500 milhões de dólares — não muito mais do que aquilo que gastávamos por dia em operações militares no Iraque e no Afeganistão — tínhamos atingido o nosso intento de salvar Benghazi e as cidades vizinhas, e talvez dezenas de milhares de vidas. De acordo com Samantha, fora a intervenção militar internacional mais rápida para impedir uma enorme atrocidade na História moderna. O que aconteceria em relação ao Governo da Líbia continuava a ser uma incógnita. Com Kadahfi a ordenar mais ataques mesmo perante as operações de bombardeamento da OTAN, e com a oposição estimulada por uma coligação desregrada de milícias rebeldes, eu e a minha equipa receámos a possibilidade de uma guerra civil prolongada. De acordo com o diplomata dos EUA que Hillary enviara a Benghazi para actuar como ligação com o conselho de governação emergente, a oposição estava pelo menos a dizer as coisas certas sobre como seria uma Líbia pós-Kadahfi, enfatizando a importância de eleições livres e justas, direitos humanos e Estado de direito. Mas sem tradições ou instituições democráticas em que se basear, os conselheiros tinham um

berbicacho nas mãos. E não estando as forças policiais de Kadahfi a operar, a situação da segurança em Benghazi e noutras áreas rebeldes assemelhava-se agora ao faroeste.

— Quem foi que mandámos para Benghazi? — indaguei, depois de receber estas informações.

— Um tipo chamado Chris Stevens — respondeu Denis. — Já foi encarregado de negócios na embaixada de Trípoli e ocupou uma série de postos no Médio Oriente antes disso. Ao que parece, ele e uma pequena equipa esgueiraram-se até Benghazi num cargueiro grego. É suposto ser muito bom.

— Um tipo corajoso — declarei.

NUM CERTO DOMINGO tranquilo de Abril, estando sozinho na residência — as meninas estavam não sei onde com as colegas e Michelle a almoçar com as amigas —, decidi ir ao piso de baixo trabalhar um pouco. Estava um dia fresco, a rondar os quinze graus, intercalando nuvens e sol, e, ao caminhar pela colunata, delonguei-me a apreciar os canteiros de tulipas — amarelas, vermelhas, cor-de-rosa — que os caseiros tinham plantado no Roseiral. Raramente trabalhava na secretária *Resolute* aos fins-de-semana, visto que havia sempre algumas visitas guiadas a passar pela Ala Ocidental e os visitantes apenas podiam dar uma olhadela à Sala Oval, por detrás de uma corda de veludo vermelho, se eu não estivesse lá. Em vez disso, de uma forma geral assentava arraiais na sala de jantar e no estúdio contíguos à Sala Oval, uma confortável área privada cheia de lembranças que reunira ao longo dos anos: uma capa da revista *Life* emoldurada da marcha de Selma, assinada por John Lewis, um tijolo do escritório de advocacia de Abraham Lincoln em Springfield, umas luvas de boxe de Muhammad Ali, a gravura que Ted Kennedy pintara da orla costeira de Cape Cod, que ele me enviara

de presente depois de eu a ter gabado no seu gabinete. Mas, consoante as nuvens dispersaram e o sol entrou pela janela, passei para o terraço da sala de jantar, um adorável espaço recatado com sebes e plantas de um lado e um pequeno fontanário do outro.

Levara comigo uma pilha de memorandos para ler, mas não me consegui concentrar. Acabara de anunciar a minha recandidatura à presidência. Fora uma mera formalidade, uma questão de preencher os documentos e fazer um breve anúncio em vídeo, contrastando completamente com aquele dia arrebatado e glacial em Springfield, quatro anos antes, quando anunciara a minha candidatura perante uma multidão de milhares de pessoas, prometendo esperança e mudança. Parecia que fora há uma eternidade, uma época de optimismo, energia juvenil e inegável inocência. A minha campanha para a reeleição seria uma operação totalmente diferente. Certos da minha vulnerabilidade, os republicanos já estavam a preparar-se para a possibilidade de concorrerem contra mim. Eu reparara que, prevendo uma contenda dispendiosa e sangrenta, a minha equipa política começara a lançar uma série de angariações precoces de fundos. Parte de mim ressentia-se com a ideia de nos começarmos a preparar para a eleição tão cedo, pois se a minha primeira campanha parecia uma memória distante, o meu trabalho efectivo como presidente parecia que tinha acabado de começar. Mas não adiantava discutir. Eu também sabia interpretar sondagens.

A ironia era que os nossos esforços dos dois anos anteriores estavam por fim a dar alguns frutos. Quando não estava a tratar de questões de política externa, estivera a viajar pelo país, destacando as fábricas de automóveis que tinham acabado de reabrir, as pequenas empresas que tinham sido salvas, os parques de energia eólica e os veículos eficientes em termos de consumo de energia que eram precursores de um futuro de energias limpas.

Estavam já concluídos diversos projectos de infra-estruturas financiados pela Lei da Recuperação, tais como estradas, centros comunitários e linhas de metro ligeiro. Havia jovens a obter mais ajuda para financiamento dos seus estudos universitários e uma série de disposições da Lei dos Cuidados Acessíveis já tinham entrado em vigor. Sob muitos aspectos, tornáramos o Governo federal melhor, mais eficiente e mais orientado para soluções. Mas, enquanto não se verificasse uma retoma efectiva da economia, nada disso teria grande importância em termos políticos. Até ao momento, conseguíramos evitar uma segunda recessão dupla, em grande medida graças aos milhares de milhões de incentivos que juntáramos à extensão dos cortes fiscais de Bush logo após as eleições. Fora mesmo à justa. E, ao que parecia, a nova maioria da Câmara dos Representantes parecia determinada a engrenar a marcha-atrás na economia.

Desde o momento em que fora eleito presidente, em Janeiro, John Boehner insistira que os republicanos da Câmara dos Representantes faziam tenção de cumprir a sua promessa de campanha e travar aquilo a que chamavam a minha «farra despesista e destruidora de emprego dos últimos dois anos». Num comunicado depois do meu discurso do estado da União de 2011, Paul Ryan, presidente da Comissão do Orçamento da Câmara dos Representantes, pressagiara que, em resultado desse despesismo descontrolado, a dívida federal «não tardaria a eclipsar toda a nossa economia e a crescer até níveis catastróficos nos anos que se avizinham». A nova fornada de membros do Partido Republicano, muitos dos quais tinham gerido uma plataforma do Tea Party, estava a pressionar bastante Boehner para uma redução imediata, drástica e permanente da dimensão do Governo federal — uma redução que, acreditavam, restauraria por fim a ordem constitucional da América e recuperaria o seu país das mãos de elites políticas e económicas corruptas.

Por um prisma meramente económico, todos nós, na Casa Branca, achávamos que implementar a agenda do Partido Republicano da Câmara dos Representantes de profundos cortes na despesa federal resultaria num absoluto desastre. O desemprego mantinha-se em cerca de 9 por cento. O mercado da habitação ainda não começara a recuperar. Os americanos continuavam a tentar pagar os 1,1 biliões de dólares de dívidas em cartões de crédito e outros empréstimos que tinham acumulado ao longo da década anterior; milhões de pessoas deviam mais pelas hipotecas do que o valor real das suas casas. As empresas e os bancos enfrentavam uma ressaca de dívida semelhante e continuavam a ser prudentes no que dizia respeito a investir na expansão ou a conceder novos empréstimos. Era verdade que o défice federal crescera acentuadamente desde que eu assumira a presidência, sobretudo em resultado de menores receitas fiscais e um aumento da despesa em programas sociais no rescaldo daquela que agora era conhecida como Grande Recessão. A meu pedido, Tim Geithner já estava a traçar planos para repor o défice em níveis pré-crise assim que a economia retomasse completamente. Além disso, formara uma comissão, encabeçada pelo antigo chefe de pessoal de Clinton, Erskine Bowles, e o antigo senador do Wyoming, Alan Simpson, para maquinar um plano sensato para redução do défice e da dívida a longo prazo. Mas, para já, o melhor que podíamos fazer para reduzir o défice era impulsionar o crescimento económico — e com a procura global fraca como estava, isso significava mais despesa federal, não menos.

O problema era que eu perdera a razão nas intercalares, pelo menos para aqueles que se tinham dado ao trabalho de ir às urnas. Além de permitir aos republicanos poderem alegar que estavam a cumprir o desejo dos eleitores ao procurarem cortar a despesa, os resultados da eleição pareciam ter transformado todos os poderosos de Washington em partidários do défice.

De súbito, os jornais e as televisões estavam a soar o alarme sobre a América viver acima das suas possibilidades. Os comentadores enxovalhavam o legado da dívida que nós estávamos a impingir às futuras gerações. Até CEOs e tipos de Wall Street, muitos dos quais tinham beneficiado, directa ou indirectamente, do resgate do sistema financeiro, tiveram a desfaçatez de apanhar a onda antidéfice, insistindo que já era tempo de os políticos de Washington terem a «coragem» de cortar as «despesas fixas» — utilizando a expressão abrangente, mas ilusória, que englobava a Segurança Social, o Medicare, o Medicaid e outros programas da rede de segurança social (poucos revelaram interesse em sacrificar as suas próprias isenções fiscais de modo a resolver esta alegada crise).

No nosso primeiro confronto com Boehner, relacionado com os níveis de financiamento para o resto do ano fiscal de 2011, concedêramos apenas 38 mil milhões de dólares em cortes da despesa, montante suficientemente elevado para Boehner apresentar à sua facção conservadora (eles tinham originalmente pensado em quase o dobro), mas suficientemente baixo para ficar dentro do nosso orçamento de 3,6 biliões de dólares e evitar qualquer prejuízo económico efectivo — sobretudo porque uma grande parcela destes cortes consistia em truques contabilísticos e não diminuiria serviços ou programas vitais. Porém, Boehner já tinha dado sinais de que os republicanos não tardariam a exigir mais, chegando mesmo a sugerir que a sua facção poderia não dar os votos necessários para aumentar o limite da dívida previsto pela lei, caso não cumpríssemos as exigências futuras. Nenhum de nós acreditava que o Partido Republicano fosse capaz de um acto tão irresponsável. Afinal de contas, subir o tecto da dívida era uma operação legislativa de rotina observada por ambos os partidos, uma questão de pagar gastos que o Congresso já aprovara, e não fazer isso resultaria no incumprimento dos Estados Unidos no que tocava à sua dívida

pela primeira vez na História. Não obstante, o facto de Boehner ter sequer abordado a ideia — e o facto de depressa ter ganhado adeptos entre os membros do Tea Party e a imprensa conservadora — deixava adivinhar o que estava para vir.

Era àquilo, questionei-me, que a minha presidência estava agora reduzida? A cobrir a retaguarda para impedir os republicanos de sabotar a economia americana e destruir todas as nossas acções? Será que eu podia deveras esperar encontrar pontos de convergência com um partido que, cada vez mais, parecia considerar a oposição à minha pessoa o seu princípio unificador, o objectivo que se sobrepunha a todos os outros? Havia um motivo para, quando apresentara o nosso recente acordo de orçamento à sua facção, Boehner ter aparentemente enfatizado o quão «zangado» eu estivera durante o debate — uma fantasia que eu disse à minha equipa para não refutar, no interesse de manter o acordo em cima da mesa. Para os seus membros, não havia melhor argumento. Na realidade, cada vez mais eu reparava como o estado de espírito que testemunháramos no início, nos derradeiros dias dos comícios de campanha de Sarah Palin e ao longo do Verão do Tea Party, migrara da ala radical do Partido Republicano para o centro — uma reacção emocional, quase visceral, à minha presidência, distinta de quaisquer diferenças de política ou ideologia. Era como se a minha simples presença na Casa Branca tivesse estimulado um pânico de longa data, uma sensação de que a ordem natural fora perturbada.

Foi precisamente isso que Donald Trump compreendeu quando começou a desbaratar alegações de que eu não nascera nos Estados Unidos e que, por consequência, era um presidente ilegítimo. Para milhões de americanos assustados por haver um negro na Casa Branca, ele prometeu um elixir para a sua ansiedade racial.

A insinuação de que eu não nascera nos Estados Unidos não era nova.

Pelo menos um fanático conservador tentara impingir a teoria já na minha corrida ao Senado no Ilinóis. Durante a campanha das primárias à presidência, alguns apoiantes ressentidos de Hillary tinham repetido a alegação e, embora a sua campanha a tivesse repudiado com veemência, bloguistas conservadores e personalidades da rádio aproveitaram-na, desencadeando exaltadas correntes de *e-mail* entre activistas de direita. Quando o Tea Party aproveitou a ideia durante o meu primeiro ano no cargo, a história transformara-se numa declarada teoria da conspiração: eu não tinha apenas nascido no Quénia, também era um socialista muçulmano infiltrado, à semelhança do protagonista de *The Manchurian Candidate*[5], que fora treinado desde a infância — e levado para os Estados Unidos com documentos falsos — para penetrar nas altas esferas do Governo americano.

Não obstante, apenas a 10 Fevereiro de 2011, na véspera da renúncia de Hosni Mubarak no Egipto, esta teoria absurda ganhou novo ímpeto. Durante um discurso na Conferência de Acção Política Conservadora em Washington, Trump deu a entender que se poderia candidatar à presidência, afirmando que «o nosso actual presidente surgiu do nada… As pessoas que andaram na escola com ele nunca o viram, não sabem quem é. É uma loucura».

No início, não prestei atenção. A minha biografia fora documentada à exaustão. A minha certidão de nascimento constava dos arquivos no Havai e publicáramo-la no meu sítio da Internet em 2008 para enfrentar a primeira vaga do que ficou conhecido por «*birtherism*»[6]. Os meus avós tinham guardado um recorte da edição de 13 de Agosto de 1961 do *Honolulu Advertiser* que anunciava o meu nascimento. Em criança, a caminho da escola, passara todos os dias pelo Kapi‘olani Medical Center, onde a minha mãe me dera à luz.

Quanto a Trump, nunca o conhecera, apesar de me ter dado conta da

existência dele ao longo dos anos, primeiro como um empresário do sector imobiliário em busca de atenções, mais tarde e de forma mais agoirenta como alguém que se dedicara ao caso dos Cinco de Central Park, quando, em resposta à história de cinco adolescentes negros e latinos que tinham sido detidos por terem violado brutalmente (sendo posteriormente inocentados) uma rapariga branca que andava a correr, ele publicara anúncios de páginas inteiras em quatro dos principais jornais a exigir a reposição da pena de morte e, por fim, como personalidade da televisão que se promovia a si mesmo e à sua marca como pináculo do sucesso capitalista e do consumismo extravagante. Durante a maior parte dos meus dois primeiros anos no cargo, Trump fora aparentemente abonatório em relação à minha presidência, dizendo à Bloomberg que «na generalidade, creio que ele fez um bom trabalho»; mas, talvez por não ver muita televisão, tive dificuldade em levá-lo a sério. Os construtores e líderes empresariais de Nova Iorque que eu conhecia eram unânimes a descrevê-lo como um embuste, alguém que deixara um rasto de processos de insolvência, violações de contratos, funcionários zangados e acordos de financiamento duvidosos, e cujos negócios consistiam agora, em grande parte, em vender o seu nome para propriedades que não geria e das quais não era proprietário. Na realidade, o contacto mais próximo que tivera com Trump acontecera em Maio de 2010, durante a crise do *Deepwater Horizon*, quando ele telefonara sem mais nem menos a Axe para sugerir que eu o pusesse à frente das operações para tapar o poço. Quando informado de que o poço estava quase vedado, Trump mudara de estratégia, salientando que realizáramos recentemente um jantar de Estado numa tenda no relvado virado a sul e dizendo a Axe que estaria disposto a construir «um belíssimo salão de festas» no terreno da Casa Branca, oferta que foi educadamente recusada.

O que eu não previra fora a reacção da imprensa à súbita conversão de Trump ao *birtherism* — o ponto a que chegáramos, em que a linha que distingue as notícias do entretenimento é tão ténue, e a competição pelas audiências tão feroz, que os meios de comunicação perfilavam-se, ávidos, para dar palco a uma alegação infundada. Esta foi lançada pela Fox News, naturalmente, uma rede cujo poder e lucros tinham sido acumulados à custa de atiçar os mesmos receios e ressentimentos raciais que Trump procurava agora explorar. Noite após noite, os seus anfitriões davam-lhe tempo de antena nas suas plataformas mais populares. No *O'Reilly Factor* da Fox, Trump declarou: «Quem quer ser presidente dos Estados Unidos tem de nascer neste país. E persiste uma dúvida quanto ao facto de ele ter ou não nascido… Ele não tem certidão de nascimento.» No programa matinal do canal, *Fox & Friends*, sugeriu que o anúncio do meu nascimento podia ter sido falseado. Na realidade, Trump apareceu tantas vezes na Fox que, pouco depois, se sentiu na obrigação de apresentar material novo, dizendo que alguma coisa cheirava a esturro na minha entrada em Harvard, uma vez que as minhas «notas eram péssimas». Disse a Laura Ingraham que tinha a certeza de que Bill Ayers, meu vizinho em Chicago e anterior membro do grupo activista radical Weather Underground, era o verdadeiro autor de *A Minha Herança*, pois o livro era demasiado bom para ter sido escrito por alguém do meu calibre intelectual.

Mas não foi apenas a Fox. A 23 de Março, logo depois da nossa acção bélica na Líbia, apareceu no programa *The View* da ABC, afirmando: «Quero que ele mostre a sua certidão de nascimento. Há alguma coisa naquela certidão de nascimento de que ele não gosta.» Na NBC, o mesmo canal que transmitira o *reality show* de Trump intitulado *O Aprendiz de Celebridades* em horário nobre e que certamente não se importava com a publicidade adicional que a sua estrela estava a gerar, Trump disse a um

anfitrião do programa *Today* que enviara investigadores ao Havai para averiguarem a minha certidão de nascimento. «Tenho pessoas que a analisaram e nem querem acreditar no que descobriram.» Mais tarde, diria a Anderson Cooper, da CNN: «Disseram-me há pouco tempo, Anderson, que a certidão de nascimento desapareceu. Disseram-me que não está lá e que não existe.»

Fora do universo da Fox, eu não podia dizer que quaisquer jornalistas convencionais dessem explicitamente credibilidade a acusações tão bizarras. Todos fizeram questão de demonstrar uma incredulidade educada, perguntando a Trump, por exemplo, porque achava que nunca ninguém pedira a George Bush ou a Bill Clinton para mostrarem as suas certidões de nascimento. (Geralmente respondia com alguma frase do género: «Bem, nós sabemos que eles nasceram neste país.») Porém, tão-pouco acusaram Trump de mentir ou disseram que a teoria da conspiração que estava a promover era racista. É certo que ou nada se esforçaram por denunciar que as suas teorias ultrapassavam os limites razoáveis — como os raptos por extraterrestres ou as conspirações anti-semitas de *A Conspiração: A História Secreta dos Protocolos dos Sábios de Sião*. E quanto mais tempo de antena a imprensa lhes dava, mais dignas de cobertura mediática pareciam.

Nós não nos incomodáramos a responder a tais alegações com qualquer tipo de resposta oficial da Casa Branca, sem qualquer interesse em dar mais destaque a Trump e cientes de que tínhamos coisas mais importantes para fazer. Na Ala Ocidental, o *birtherism* era encarado como uma piada de mau gosto, e os meus colaboradores mais jovens sentiram-se encorajados pela maneira como os apresentadores dos programas de televisão da noite atacavam com frequência «o Donald». Mas eu não pude deixar de reparar que os jornalistas não estavam apenas a solicitar Trump para entrevistas;

estavam também a cobrir avidamente as suas investidas contra a política da presidência, incluindo conferências de imprensa e uma viagem ao Estado de New Hampshire, que era dos primeiros a ir a votos. As sondagens revelavam que cerca de 40 por cento dos republicanos estavam agora convencidos de que eu não nascera na América, e Axe dissera-me recentemente que, segundo um entrevistador republicano que ele conhecia, Trump era agora o republicano mais bem posicionado entre os candidatos às presidenciais, apesar de não ter declarado a sua candidatura.

Optei por não partilhar com Michelle essa notícia em particular. O mero facto de pensar em Trump e na relação simbiótica que desenvolvera com a imprensa deixava-a fora de si. Ela encarava toda a fantochada como aquilo que era: mais um caso de obsessão da imprensa por pinos de lapela com bandeiras e cumprimentos com o punho cerrado durante a campanha, a mesma predisposição da parte dos adversários políticos e repórteres para legitimar a noção de que o seu marido era suspeito, um «estranho» perverso. Deixara ficar bem claro que as suas preocupações relacionadas com Trump e o *birtherism* estavam ligadas não às minhas perspectivas políticas, mas antes à segurança da nossa família.

— As pessoas pensam que é só uma brincadeira — disse ela. — Não se importam com o facto de haver por aí milhares de homens com armas que acreditam em cada palavra que ele está a dizer.

Eu não discordei. Era evidente que Trump não se importava com as consequências de espalhar teorias da conspiração que, quase de certeza, sabia serem mentira, desde que isso o ajudasse a atingir os seus fins. E percebera que as protecções que outrora haviam definido os limites do discurso político aceitável há muito tinham sido derrubadas. Nesse sentido, não havia muita diferença entre Trump, Boehner e McConnell. Também eles tinham compreendido que não importava se aquilo que diziam era

verdade. Eles não tinham de acreditar que eu estava mesmo a levar o país à falência ou que o Obamacare promovia a eutanásia. Na realidade, a única diferença entre o estilo de fazer política de Trump e o seu era a falta de inibição de Trump. Ele compreendia instintivamente aquilo que mais apelava aos militantes conservadores e servia-o sem filtros. Embora eu duvidasse de que ele estivesse disposto a renunciar aos seus negócios ou a sujeitar-se ao escrutínio necessário para poder candidatar-se à presidência, sabia que os impulsos primários que estava acicatar, a visão sombria e alternativa que estava a promover e a legitimar, eram algo que com que provavelmente eu teria de lidar durante o resto da minha presidência.

Disse para mim que teria tempo de sobra para me preocupar depois com os republicanos. O mesmo se podia dizer das questões orçamentais, da estratégia para a campanha e do estado da democracia americana. Na realidade, de tudo aquilo que estava a dar-me motivos para matutar naquele dia no terraço, eu sabia que uma coisa, mais do que qualquer outra, exigiria a minha atenção nas próximas semanas.

Tinha de decidir se deveria autorizar ou não uma incursão no Paquistão profundo, para ir no encalço de um alvo que acreditávamos ser Osama bin Laden — e, acontecesse o que acontecesse em relação às restantes questões, era provável que acabasse por ser um presidente de um só mandato, caso decidisse mal.

CAPÍTULO 27

O PARADEIRO EXACTO de Osama bin Laden era um mistério desde Dezembro de 2001, quando, três meses após os ataques do 11 de Setembro que mataram quase três mil pessoas inocentes, escapara por pouco ao cerco montado por forças americanas e aliadas ao seu quartel-general em Tora Bora, uma região montanhosa na fronteira do Afeganistão com o Paquistão. A busca tinha continuado sem tréguas durante vários anos, se bem que, quando assumi a presidência, o seu rasto se tivesse perdido. Contudo, ele estava algures: à medida que a al-Qaeda se foi reorganizando gradualmente, instalando-se no Território Federal das Áreas Tribais do Paquistão, o seu líder publicava periodicamente mensagens de áudio e vídeo, a reagrupar apoiantes com apelos à *jihad* contra as potências ocidentais.

Desde a primeira vez que falei em público sobre a resposta da América ao 11 de Setembro — opondo-me à guerra do Iraque na Federal Plaza, em Chicago, na véspera da minha corrida ao Senado norte-americano em 2002 — que defendi como prioridade a captura e o julgamento de Osama bin Laden. Tinha voltado ao tema durante a corrida presidencial, comprometendo-me a procurar Osama bin Laden no Paquistão se o Governo paquistanês se mostrasse incapaz de o apanhar ou não estivesse disposto a isso. Grande parte de Washington, incluindo Joe, Hillary e John McCain, considerara esta promessa um mero truque, uma forma de um senador júnior, sem conhecimentos de política externa, parecer duro. E, mesmo depois de assumir a presidência, algumas pessoas presumiram sem dúvida que eu esqueceria a questão para tratar de outros assuntos. Porém,

em Maio de 2009, na sequência de uma reunião na Sala de Crise acerca de ameaças terroristas, levei alguns conselheiros — incluindo Rahm, Leon Panetta e Tom Donilon — até à Sala Oval e fechei a porta.

— Quero fazer da caça de Osama bin Laden uma prioridade máxima — declarei. — Quero ver um plano formal de como vamos encontrá-lo. Quero um relatório na minha secretária todos os meses com a descrição dos nossos progressos. E, Tom, vamos pôr isto numa directiva presidencial — para que todos estejamos em sintonia.

Havia motivos óbvios para o meu interesse em Osama bin Laden. O facto de ele continuar em liberdade era uma fonte de dor para as famílias das vítimas dos ataques de 11 de Setembro e uma provocação ao poderio americano. Mesmo muito bem escondido, ele continuava a ser o recrutador mais eficaz da al-Qaeda, radicalizando jovens adultos descontentes de todo o mundo. Segundo os nossos analistas, quando fui eleito a al-Qaeda estava na sua fase mais perigosa desde há anos, e surgiam com regularidade nos meus *briefings* avisos de conspirações terroristas vindos do Território Federal das Áreas Tribais.

Mas eu também considerava que a eliminação de Osama bin Laden era fundamental para o meu objectivo de reorientar a estratégia de antiterrorismo da América. Ao deixarmos de nos concentrar no pequeno bando de terroristas que tinham planeado e levado a cabo o 11 de Setembro e, em vez disso, definirmos a ameaça como uma «Guerra ao Terror» em larga escala e sem objectivos definidos, tínhamos caído no que eu pensava ser uma armadilha estratégica — uma armadilha que tinha aumentado o prestígio da al-Qaeda, racionalizado a invasão do Iraque, alienado uma grande parte do mundo muçulmano e comprometido quase uma década de política externa dos Estados Unidos. Em vez de espicaçar medos acerca de vastas redes de terror e alimentar as fantasias de extremistas de que estavam

envolvidos numa luta divina, eu queria lembrar ao mundo (e, mais importante, a nós mesmos) que estes terroristas não passavam de um bando de iludidos e cruéis assassinos — criminosos que podiam ser capturados, julgados, presos ou mortos. E não haveria melhor maneira de demonstrar isto do que apanhando Osama bin Laden.

Um dia antes do nono aniversário do 11 de Setembro, Leon Panetta e o seu vice da CIA, Mike Morell, pediram para falar comigo. Na minha opinião, eles formavam uma boa equipa. Tendo passado a maior parte da carreira no Congresso antes de ser chefe de gabinete de Bill Clinton, Panetta, na altura com setenta e dois anos, não só garantia uma sólida gestão da agência como também gostava da ribalta, mantinha boas relações no Congresso e com a imprensa e tinha faro para as políticas relativas às questões de segurança nacional. Por outro lado, Morell era o típico especialista, com a meticulosa mente de um analista, e, embora tivesse cinquenta e poucos anos, contava com décadas de experiência na agência.

— Ainda necessita de confirmação, senhor Presidente — começou Leon —, mas estamos convencidos de que temos uma potencial pista de Osama bin Laden. De longe, a melhor desde Tora Bora.

Interiorizei a notícia em silêncio. Leon e Mike explicaram-me que — graças a um paciente e meticuloso trabalho que envolvera a compilação e o mapeamento de padrões de milhares de informações — os analistas tinham identificado o paradeiro de um homem conhecido como Abu Ahmed al-Kuwaiti, que acreditavam ser um estafeta da al-Qaeda e ter ligações conhecidas a Osama bin Laden. Tinham monitorizado o seu telefone e os seus hábitos diários, que os haviam levado não a um remoto local no Território Federal das Áreas Tribais, mas a um grande complexo, num bairro de luxo nos arredores da cidade paquistanesa de Abbottabad, cinquenta e seis quilómetros a norte de Islamabad. Segundo Mike, o

tamanho e estrutura do complexo indicavam que vivia ali alguém importante, muito possivelmente um membro muito valioso da al-Qaeda. A comunidade dos Serviços Secretos tinha colocado o complexo sob vigilância e Leon prometeu que me informaria sobre qualquer coisa que soubéssemos a respeito dos seus ocupantes.

Depois de eles saírem, fiz questão de moderar as minhas expectativas. Podia estar naquele complexo qualquer pessoa; mesmo que fosse alguém com ligações à al-Qaeda, a probabilidade de Osama bin Laden se encontrar numa área urbana povoada parecia reduzida. Todavia, no dia 14 de Dezembro, Leon e Mike voltaram, desta vez com um agente e um analista da CIA. O analista era um jovem com a aparência educada e inexperiente de um assessor de um congressista sénior e o agente era um cavalheiro magro, com uma grande barba, mais velho e com um ar professoral e ligeiramente desgrenhado. Era o director do Centro de Antiterrorismo da CIA e o coordenador da caça a Osama bin Laden. Imaginei-o numa toca subterrânea, rodeado de computadores e grossos dossiês, alheado do mundo enquanto analisava montanhas de dados.

Os dois homens puseram-me a par de tudo o que nos tinha levado ao complexo de Abbottabad — uma notável proeza de investigação. Aparentemente, o estafeta al-Kuwaiti tinha adquirido a propriedade com um nome falso. O complexo em si era invulgarmente espaçoso e seguro, oito vezes maior do que as residências próximas, rodeado por muros de três a cinco metros e meio de altura, encimados por arame farpado, e muros adicionais no interior do perímetro. Quanto às pessoas que ali viviam, os analistas disseram que faziam todos os possíveis para esconder as suas identidades. Não tinham telefone fixo nem serviço de Internet, quase nunca saíam do complexo e queimavam o lixo em vez de o colocarem na rua para ser recolhido. Contudo, as idades e o número de crianças na casa principal

do complexo pareciam corresponder aos dos filhos de Osama bin Laden. E, através de vigilância aérea, a nossa equipa tinha conseguido observar um homem alto que nunca saía da propriedade, mas andava regularmente em círculos num pequeno jardim no interior dos muros.

— Chamamos-lhe o Caminhante — declarou o coordenador. — Pensamos que pode ser bin Laden.

Eu tinha uma tonelada de perguntas, mas a principal era a seguinte: Que mais podíamos fazer para confirmar a identidade do Caminhante? Apesar de continuarem a explorar possíveis estratégias, os analistas confessaram que não estavam esperançados. Dada a configuração e a localização do complexo, bem como a cautela dos seus ocupantes, os métodos que poderiam dar-nos maior certeza de que se tratava, de facto, de Osama bin Laden poderiam levantar suspeitas; sem que percebêssemos, os ocupantes poderiam desaparecer sem deixar rasto. Olhei para o coordenador.

— Qual é a sua avaliação? — perguntei-lhe.

Vi-o hesitar. Desconfiei que fazia aquele trabalho desde o período anterior ao Iraque e a reputação da comunidade dos Serviços Secretos ainda estava a recuperar do papel que desempenhara no apoio à insistência da administração Bush de que Saddam Hussein desenvolvia armas de destruição maciça. No entanto, vi no seu rosto uma expressão que indicava o orgulho de quem tinha resolvido um complexo quebra-cabeças — ainda que não conseguisse prová-lo.

— Penso que há uma boa hipótese de ele ser o nosso homem — respondeu. — Mas não podemos ter a certeza.

Com base no que tinha ouvido, decidi que tínhamos informações suficientes para começar a considerar opções para um ataque ao complexo. Enquanto a equipa da CIA continuava a trabalhar na identificação do Caminhante, pedi a Tom Donilon e a John Brennan que explorassem como

seria uma incursão. A necessidade de secretismo aumentava o desafio; se houvesse a mais ténue fuga da pista que tínhamos sobre Osama bin Laden, sabíamos que perderíamos a nossa oportunidade. Em resultado disso, apenas umas poucas pessoas em todo o Governo federal foram informadas da fase de planeamento da operação. Tínhamos mais um constrangimento: fosse qual fosse a opção que escolhêssemos, não poderia envolver os paquistaneses. Embora o Governo paquistanês colaborasse connosco numa grande quantidade de operações de antiterrorismo e providenciasse uma rota vital de abastecimento às nossas forças no Afeganistão, era um segredo do conhecimento geral que certos elementos das forças armadas do país e, sobretudo, dos seus Serviços Secretos, mantinham ligações com os talibãs e talvez até com a al-Qaeda, usando-os por vezes como trunfos estratégicos para garantir que o Governo afegão se mantinha fraco e incapaz de apoiar a Índia, o principal rival do Paquistão. O facto de o complexo de Abbottabad ficar apenas a alguns quilómetros do equivalente militar paquistanês de West Point só reforçou o risco de tudo o que disséssemos aos paquistaneses acabar por alertar o nosso alvo. Assim, o que decidíssemos fazer em Abbottabad envolveria a violação do território de um aliado putativo da forma mais flagrante possível, quase uma guerra — aumentando os riscos diplomáticos e as complexidades operacionais.

Em meados de Março, nos dias que antecederam a intervenção na Líbia e a minha viagem à América Latina, a equipa apresentou o que advertiram tratar-se apenas de conceitos preliminares para uma incursão ao complexo em Abbottabad. Em termos gerais, tínhamos duas opções. A primeira era destruí-lo com um ataque aéreo. Os benefícios dessa abordagem eram óbvios: não haveria vidas americanas em risco em solo paquistanês. Publicamente, pelo menos, esta opção também oferecia algumas possibilidades de ser negada — claro que os paquistaneses saberiam que o

ataque fora perpetrado por nós, mas seria mais fácil manterem a ficção de que poderíamos não ter sido nós, o que ajudaria a mitigar o ultraje sentido pelo seu povo.

No entanto, enquanto analisávamos os pormenores de um ataque com mísseis, as desvantagens revelaram-se significativas. Se destruíssemos o complexo, como é que teríamos a certeza de que Osama bin Laden tinha estado lá? Se a al-Qaeda negasse que ele fora morto, como explicaríamos a destruição de uma residência no interior do Paquistão? Além disso, havia cerca de cinco mulheres e vinte crianças a viver com os quatro homens adultos no complexo de Abbottabad e, na sua versão inicial, o ataque proposto não só destruiria o complexo como arrasaria quase de certeza diversas casas adjacentes. Pouco depois do início da reunião, eu disse ao vice-presidente dos chefes dos Estados-Maiores, Hoss Cartwright, que tinha ouvido o suficiente: não ia autorizar a matança de trinta ou mais pessoas quando nem sequer tínhamos a certeza se era Osama bin Laden que se encontrava naquele complexo. Se íamos recorrer a um ataque, teriam de me apresentar um plano muito mais preciso.

A segunda opção era autorizar uma missão das forças especiais, durante a qual uma equipa seleccionada voaria em segredo para o Paquistão de helicóptero, assaltaria o complexo e sairia antes de a polícia ou o Exército paquistanês terem tempo de reagir. Para mantermos o segredo da operação, e podermos negar a sua autoria se alguma coisa corresse mal, ela teria de ser organizada pela CIA, e não pelo Pentágono. Por outro lado, para uma missão daquela magnitude e risco necessitávamos de uma mente militar excepcional — e era por isso que tínhamos o vice-almirante do Departamento de Defesa William McRaven, director do Comando de Operações Especiais Conjuntas (JSOC, na sigla em inglês), na sala connosco, para nos explicar as implicações de uma incursão.

A possibilidade de trabalhar de perto com os homens e as mulheres das forças armadas dos Estados Unidos — de testemunhar em primeira mão o seu trabalho em equipa e sentido de dever — tinha sido uma das grandes lições de humildade nos meus dois anos no cargo. E, se tivesse de escolher alguém para representar tudo o que é bom nas nossas forças armadas, Bill McRaven poderia ser essa pessoa. Com cinquenta e poucos anos, um rosto franco e amistoso, um sentido de humor seco e uma postura frontal e dinâmica, fazia-me lembrar um Tom Hanks com cabelo louro — se Tom Hanks tivesse feito carreira como SEAL da Marinha. Como o seu antecessor na JSOC, Stan McChrystal, de quem fora adjunto, McRaven ajudara a definir o protocolo das operações especiais. Na verdade, para a sua tese de pós-graduação, dezoito anos antes, McRaven estudara uma série de operações de comandos do século XX — incluindo um resgate de Mussolini em planador, ordenado por Hitler em 1943, e a operação israelita de 1976 para libertar reféns em Entebbe — e analisara as condições em que um pequeno grupo de soldados bem ensaiados e extremamente treinados podia actuar furtivamente para manter superioridade a curto prazo sobre forças maiores ou mais bem armadas.

McRaven tinha desenvolvido um modelo de operações especiais que influenciara a estratégia militar americana em todo o mundo. Durante a sua lendária carreira, tinha comandado ou executado pessoalmente mais de mil operações especiais em alguns dos locais mais perigosos imagináveis, tendo mais recentemente ido atrás de valiosos alvos no Afeganistão. A sua calma sob pressão também era lendária. Como capitão dos SEAL, tinha sobrevivido a um acidente de pára-quedismo em 2001, tendo ficado semi-inconsciente durante um salto e caído quatro mil metros antes de o pára-quedas se abrir devidamente. (O acidente provocou-lhe lesões nas costas e rasgou-lhe os músculos da perna e os tendões da pélvis.) Embora a CIA

tivesse as suas próprias equipas de operações especiais internas, Leon decidira sabiamente pedir ajuda a McRaven para planearem ao pormenor como seria uma incursão em Abbottabad. Ele tinha chegado à conclusão de que nenhum técnico da CIA estava ao nível da capacidade e experiência da equipa de SEAL de McRaven e recomendou um invulgar acordo em que a cadeia de comando passaria de mim para ele e para McRaven, que teria autoridade total para estruturar e comandar a missão, caso decidíssemos avançar.

Com a orientação de dados recolhidos por fotografia aérea, a CIA tinha construído uma pequena réplica tridimensional do complexo de Abbottabad e, durante a nossa reunião de Março, McRaven mostrou-nos como poderia ser uma incursão: uma equipa seleccionada de SEALs viajaria num ou mais helicópteros durante quase uma hora e meia, a coberto da noite, desde Jalalabad, no Afeganistão, até ao alvo, pousando no interior dos altos muros do complexo. Em seguida, os SEALs vigiariam todos os pontos de entrada, portas e janelas do perímetro, antes de entrarem na casa principal de três andares, revistarem o local e neutralizarem qualquer resistência que encontrassem. Aprisionariam ou matariam Osama bin Laden e sairiam de lá de helicóptero, parando para reabastecer algures em território paquistanês, antes de regressarem à base, em Jalalabad. Quando McRaven terminou a apresentação, perguntei-lhe se pensava que a sua equipa teria sucesso na missão.

— Até ao momento só delineámos o esboço de um conceito, Senhor Presidente — disse ele. — Enquanto não reunir uma equipa maior para fazer alguns ensaios, não saberei se o que estou a pensar neste momento é a melhor forma de o fazer. Também não lhe posso dizer como entraríamos e sairíamos, precisamos de planos aéreos detalhados, para isso. O que lhe posso dizer é que, se entrarmos, conseguiremos concretizar a incursão. No

entanto, não posso recomendar a missão em si enquanto não fizer o trabalho de casa.

Eu acenei com a cabeça.

— Então, vamos fazer o trabalho de casa.

Passadas duas semanas, no dia 29 de Março, voltámos a reunir-nos na Sala de Crise e McRaven declarou que se sentia extremamente confiante de que a incursão poderia ser executada. Por outro lado, sair de lá poderia ser um pouco mais «desportivo», disse. Com base na sua experiência em incursões semelhantes e nos ensaios preliminares que realizara, estava bastante seguro de que a equipa conseguiria terminar a missão antes de quaisquer autoridades paquistanesas se aperceberem do que estava a acontecer. Não obstante, considerámos todos os cenários em que essa hipótese estivesse incorrecta. O que faríamos, se caças paquistaneses interceptassem os nossos helicópteros, quer à vinda quer à ida? E se Osama bin Laden estivesse efectivamente no local, mas escondido ou numa sala segura, aumentando assim o tempo que a equipa de operações especiais passava no chão? Como reagiria a equipa, se a polícia ou forças militares paquistanesas cercassem o complexo durante a incursão?

McRaven realçou que o seu planeamento se baseava na premissa de que a equipa evitaria um tiroteio com as autoridades paquistanesas; e, se as autoridades nos confrontassem no terreno, a sua opinião era que os SEALs deveriam manter a sua posição enquanto os nossos diplomatas tentavam negociar uma saída em segurança. Apreciei aqueles instintos; a abordagem que ele propunha era mais um exemplo da prudência que eu tinha encontrado de forma consistente em interacções com os nossos mais altos comandantes militares. Porém, com as relações entre os Estados Unidos e o Paquistão num ponto particularmente crítico, Bob Gates e eu expressámos sérias reservas em relação a esta estratégia. Os ataques norte-americanos

com *drones* a alvos da al-Qaeda no Território Federal das Áreas Tribais estavam a gerar uma oposição crescente por parte do povo paquistanês. O sentimento antiamericano tinha sido ainda mais inflamado no fim de Janeiro, quando um contratado da CIA chamado Raymond Allen Davis matou dois homens armados que se aproximaram do seu veículo na populosa cidade de Lahore, dando origem a irados protestos pela presença da CIA no Paquistão e resultando em quase dois meses de tenso drama diplomático enquanto intermediávamos a libertação de Davis. Eu disse a McRaven e à equipa que não iria correr o risco de colocar o destino dos nossos SEALs nas mãos de um Governo paquistanês que enfrentaria sem dúvida uma enorme pressão pública sobre se deviam ser detidos ou libertados — sobretudo se Osama bin Laden não estivesse naquele local. Por conseguinte, queria que ele reforçasse os planos para retirar a equipa de lá, acontecesse o que acontecesse — possivelmente, acrescentando dois helicópteros para apoio da equipa que estava no complexo.

Antes de terminarmos a reunião, Hoss Cartwright apresentou uma opção nova e mais cirúrgica para um ataque aéreo — uma opção que envolvia um *drone* que dispararia um pequeno míssil de seis quilos directamente ao Caminhante, enquanto este fazia a sua caminhada diária. Segundo Cartwright, os danos colaterais seriam mínimos e, dada a experiência que os nossos militares tinham desenvolvido a alvejar outros operacionais terroristas, estava convicto de que faria o trabalho e evitaria os riscos inerentes a uma incursão.

As possíveis linhas de acção passaram para primeiro plano. McRaven supervisionaria a construção de um modelo de tamanho real do complexo de Abbottabad no Forte Bragg, na Carolina do Norte, onde a equipa dos SEALs realizaria uma série de ensaios gerais. Se eu decidisse autorizar a incursão, disse ele, a altura ideal para a levar a cabo seria no primeiro fim-

de-semana de Maio, altura em que duas noites sem luar proporcionariam uma protecção extra aos operacionais. Por referir ficaram preocupações óbvias de que, a cada passo que dávamos para planear e para nos prepararmos, havia cada vez mais pessoas a par do nosso segredo. Eu disse a McRaven e a Cartwright que ainda não estava preparado para tomar uma decisão em relação a qual das opções escolheria, se é que escolheria alguma. No entanto, para efeitos de planeamento, declarei:

— Presumam que é para avançar.

ENTRETANTO, A VIDA NA CASA BRANCA prosseguia como sempre. Eu estava a acompanhar a situação na Líbia, a guerra no Afeganistão e a crise da dívida grega, que tinha disparado de novo e começava uma vez mais a afectar os mercados norte-americanos. Um dia, quando voltava da Sala de Crise, cruzei-me com Jay Carney, que tinha sucedido a Robert Gibbs como meu assessor de imprensa. Jay era um antigo jornalista que tivera um lugar na primeira fila em todo o género de momentos históricos. Cobrira o desmembramento da União Soviética enquanto correspondente em Moscovo da revista *Time* e seguira no *Air Force One* com o presidente Bush na manhã do 11 de Setembro. Agora, estava a dizer-me que passara uma parte da conferência de imprensa diária a responder a perguntas sobre a autenticidade da minha certidão de nascimento.

Há mais de um mês que Donald Trump se imiscuíra no diálogo político nacional. Os meus conselheiros e eu tínhamos presumido que, depois de explorarem o assunto até à exaustão, os meios de comunicação começariam a cansar-se da sua obsessão com o meu nascimento. No entanto, como algas num lago de águas estagnadas, o número de histórias sobre os seus devaneios de conspiração aumentava a cada semana que passava. Programas de canais por cabo passavam longas peças sobre Trump e as suas

teorias. Jornalistas políticos procuravam novos ângulos da importância sociológica do *birtherism*, ou do seu impacto na minha campanha de reeleição, ou (com uma ironia quase despercebida) do que dizia sobre o negócio das notícias. Um grande ponto de discussão era o facto de o documento que disponibilizámos na Internet em 2008 ser uma «forma abreviada» da certidão de nascimento, que era o documento-padrão emitido pelo Departamento de Saúde do Estado do Havai e podia ser usado para pedir um passaporte, um número de Segurança Social ou uma carta de condução. No entanto, segundo Trump e os seus compinchas *birthers*, o documento abreviado não provava nada. As perguntas sucediam-se: Porque não tinha eu apresentado a versão completa e original da minha certidão de nascimento? Teriam algumas informações da versão completa sido deliberadamente omitidas na versão resumida — talvez alguma pista de que eu era muçulmano? Teria a versão completa do documento sido manipulada? O que estava Obama a esconder?

Por fim, decidi que estava farto. Chamei o conselheiro da Casa Branca Bob Bauer e pedi-lhe que obtivesse o certificado completo, indo-o buscar ao volume encadernado algures nas profundezas de uma repartição do Registo Civil do Havai. Em seguida, avisei David Plouffe e Dan Pfeiffer que planeava não apenas tornar o documento público, mas também dizer alguma coisa publicamente sobre o assunto. Eles acharam que era má ideia, argumentando que só estaria a pôr lenha na fogueira e que, de qualquer modo, responder a acusações tão ridículas era indigno da minha pessoa e do cargo de presidente.

— É precisamente por isso — disse eu.

No dia 27 de Abril, dirigi-me ao pódio da sala de imprensa da Casa Branca e cumprimentei os jornalistas. Comecei por comentar o facto de todos os canais nacionais de televisão terem decidido interromper as suas

programações regulares para transmitirem as minhas declarações ao vivo — uma coisa que faziam muito raramente. Referi que duas semanas antes, quando os republicanos da Câmara dos Representantes e eu tínhamos apresentado propostas orçamentais extremamente contrastantes, com profundas implicações para a nação, as notícias tinham sido dominadas por conversas sobre a minha certidão de nascimento. Referi que a América enfrentava enormes desafios e grandes decisões; que devíamos esperar debates sérios e por vezes acesos desacordos porque era assim que a nossa democracia devia funcionar e eu tinha a certeza de que éramos capazes de criar um futuro melhor juntos.

— Mas — continuei —, não seremos capazes de o fazer se estivermos distraídos. Não seremos capazes de o fazer se passarmos o tempo a caluniar-nos uns aos outros. Não seremos capazes de o fazer se inventarmos coisas e fingirmos que os factos não são factos. Não seremos capazes de resolver os nossos problemas se nos distrairmos com atracções secundárias e conversas alarmistas. — Olhei para os repórteres que estavam reunidos na sala. — Sei que vai haver um segmento de pessoas para quem, independentemente do que apresentarmos, este assunto não vai ficar encerrado. Contudo, estou a falar para a vasta maioria do povo americano e para a imprensa. Não temos tempo para este tipo de disparates. Temos coisas melhores para fazer. Temos grandes problemas para resolver. E estou confiante de que conseguiremos resolvê-los, mas temos de nos concentrar neles, e não nisto.

A sala ficou em silêncio durante alguns momentos. Eu saí pelas portas deslizantes que dão acesso aos gabinetes da equipa de comunicação, onde encontrei um grupo de membros juniores do nosso Gabinete de Imprensa que tinham estado a ver as minhas declarações num televisor. Todos pareciam andar na casa dos vinte. Alguns tinham trabalhado na minha

campanha; outros só se tinham juntado recentemente à administração, compelidos pela ideia de servir o seu país. Parei e estabeleci contacto visual com cada um deles.

— Somos melhores do que isto — disse-lhes. — Lembrem-se disso.

NO DIA SEGUINTE, de novo na Sala de Crise, a minha equipa e eu fizemos uma revisão final das nossas opções para uma possível operação em Abbottabad a ter lugar nesse fim-de-semana. Durante a semana, dera autorização a McRaven para enviar a equipa de SEALs e a força de ataque helitransportada para o Afeganistão, e o grupo já se encontrava em Jalalabad a aguardar instruções. Para garantirem que a CIA fizera a sua avaliação correctamente, Leon e Mike Morell tinham pedido ao director do Centro Nacional de Antiterrorismo, Mike Leiter, que mandasse uma nova equipa de analistas estudar as informações disponíveis sobre o complexo e os seus residentes, para se perceber em que medida é que as conclusões da agência estavam de acordo com as de Langley. Leiter referiu que a sua equipa expressara uma certeza de 40 a 60 por cento de que se tratava de Osama bin Laden, em comparação com a avaliação de 60 a 80 por cento da equipa da CIA. Seguiu-se uma discussão sobre o que explicava a diferença. Passados alguns minutos, interrompi-os.

— Sei que estamos a tentar quantificar estes factores o melhor que podemos — disse. — Mas, em última análise, é uma probabilidade de cinquenta-cinquenta. Vamos avançar.

McRaven informou-nos de que os preparativos para o ataque tinham sido concluídos: ele e os seus homens estavam prontos. Cartwright também confirmou que a opção do *drone* com um míssil tinha sido testada e poderia ser activada a qualquer momento. Com as opções diante de nós, ouvi as recomendações de todas as pessoas que estavam sentadas à mesa. Leon,

John Brennan e Mike Mullen preferiam a incursão. Hillary disse que para ela era uma probabilidade de 51-49, e referiu cuidadosamente os riscos de uma incursão — sobretudo o perigo de um corte de relações com o Paquistão ou até de um confronto com as forças armadas paquistanesas. No entanto, acrescentou que, tendo em conta que era a nossa melhor pista de Osama bin Laden em dez anos, ficava do lado dos que recomendavam o envio dos SEALs.

Gates foi contra uma incursão, embora estivesse receptivo a considerar a opção do ataque com um *drone*. Referiu o precedente da tentativa de resgate de cinquenta e três reféns norte-americanos detidos no Irão em Abril de 1980, uma operação conhecida como *Desert One*, que se tornou catastrófica depois de um helicóptero militar norte-americano se ter despenhado no deserto, provocando a morte de oito militares. Declarou que era um lembrete de que, por muito minucioso que fosse o planeamento, operações como esta podiam correr muito mal. Além do risco para a equipa, a sua preocupação era que uma missão falhada pudesse ter um impacto negativo na guerra no Afeganistão. Mais cedo nesse mesmo dia, eu tinha anunciado que Bob estava a pensar reformar-se após quatro anos como secretário da Defesa e era minha intenção nomear Leon como seu sucessor. Enquanto escutava a sóbria e bem fundamentada avaliação de Bob, percebi mais uma vez o quão valioso ele tinha sido para mim.

Joe também se manifestou contra a incursão, argumentando que, face às tremendas consequências de um fracasso, eu devia adiar qualquer decisão até a comunidade dos Serviços Secretos estar mais certa de que Osama bin Laden se encontrava no complexo. Como acontecera em todas as grandes decisões que tinha tomado como presidente, apreciei a prontidão de Joe para contrariar a disposição prevalecente e fazer perguntas difíceis, muitas vezes para me dar o espaço de que eu necessitava para as minhas

deliberações internas. Também sabia que Joe, como Gates, estavam em Washington durante a *Desert One*. Imaginei que ele tinha recordações fortes daquele tempo: as famílias enlutadas, o golpe para o prestígio americano, a recriminação e a descrição de Jimmy Carter como imprudente e fraco ao autorizar a missão. Carter nunca tinha recuperado politicamente. A insinuação implícita foi que eu também poderia não recuperar.

Informei o grupo de que teria a minha decisão na manhã seguinte — se decidisse autorizar a incursão queria ter a certeza de que McRaven tinha a maior janela possível para escolher o momento oportuno para o lançamento da operação. Tom Donilon regressou à Sala Oval comigo, com a habitual variedade de pastas e blocos de apontamentos debaixo do braço, e olhámos rapidamente para a sua lista de verificação de potenciais planos de acção para o fim-de-semana que se aproximava. Aparentemente, ele e Brennan tinham preparado um conjunto de estratégias para todas as contingências e vi tensão e nervosismo no seu rosto. Sete meses depois de ter iniciado funções como meu conselheiro de segurança nacional, estava a tentar praticar mais exercício físico e cortar na cafeína, mas parecia estar a perder a batalha. Eu admirava a sua capacidade de trabalho duro, a miríade de pormenores de que estava a par, o volume de memorandos e telegramas e dados que tinha de assimilar, o número de imbróglios que resolvia e disputas entre agências que sanava, tudo para que eu pudesse ter as informações e o espaço mental de que necessitava para fazer o meu trabalho. Uma vez tinha-lhe perguntado de onde vinham a sua energia e diligência e ele atribuíra-as ao seu passado. Crescera no seio de uma família irlandesa da classe operária, estudara Direito e trabalhara em diversas campanhas políticas até se tornar um grande especialista em política externa; porém, afirmou que apesar dos sucessos ainda sentia uma

necessidade constante de ser melhor, e vivia aterrorizado ante a perspectiva de fracasso.

Eu tinha-me rido e dito que o percebia perfeitamente.

Michelle e as nossas filhas estavam em grande forma ao jantar nessa noite e troçaram de mim sem tréguas sobre o que diziam ser os meus «modos» — que comia frutos secos às mãos-cheias, abanando-os sempre na mão fechada antes de os pôr na boca; que usava sempre o mesmo par de sandálias velhas e gastas em casa; que eu não gostava de doces («O vosso pai não acredita em coisas deliciosas… demasiada alegria»). Eu não tinha falado com Michelle a respeito da decisão que me preparava para tomar, pois não queria sobrecarregá-la com um segredo até saber com certeza o que planeava fazer, e, se estava mais tenso do que era habitual, ela não pareceu reparar. Depois de deitarmos as miúdas, fui para a Sala do Tratado e comecei a ver um jogo de basquetebol, com os olhos a seguirem a bola em movimento enquanto a mente analisava diversos cenários uma última vez.

A verdade era que eu tinha reduzido o âmbito da decisão pelo menos duas semanas antes; cada reunião desde então ajudara a confirmar os meus instintos. Não era a favor de um ataque com mísseis, mesmo que fosse tão preciso como Cartwright imaginava, sentindo que não valia a pena correr esse risco sem termos a possibilidade de confirmar que Osama bin Laden fora morto. Também estava céptico em dar mais tempo à equipa dos Serviços Secretos, uma vez que os meses adicionais que tínhamos passado a monitorizar o complexo não tinham trazido nenhuma informação nova. Para além disso, tendo em conta todo o planeamento que já ocorrera, duvidava de que conseguíssemos esconder o nosso segredo mais um mês.

A única questão que se mantinha era ordenar ou não a incursão. Estava plenamente consciente do que estava em causa. Sabia que poderíamos

mitigar os riscos, mas não eliminá-los. Tinha uma confiança inabalável em Bill McRaven e nos seus SEALs. Sabia que, nas décadas desde a *Desert One* e nos anos desde o incidente *Black Hawk Down*, na Somália, a capacidade das forças especiais americanas sofrera uma importante transformação. Apesar de todos os erros estratégicos e políticas mal delineadas que haviam dificultado as guerras do Iraque e do Afeganistão, a verdade é que tinham forjado um quadro de homens que haviam levado a cabo inúmeras operações e aprendido a reagir a quase todas as situações imagináveis. Tendo em conta a sua perícia e profissionalismo, eu confiava que os SEALs arranjariam uma forma segura de sair de Abbottabad, mesmo que algumas das nossas estimativas se revelassem incorrectas.

Vi Kobe Bryant marcar por baixo do cesto, numa elevação de costas. Os Lakers estavam a jogar com os Hornets e preparavam-se para vencer a primeira ronda das eliminatórias. O grande relógio de sala fazia tiquetaque, encostado à parede da Sala do Tratado. Nos últimos dois anos, eu tinha tomado inúmeras decisões — sobre os bancos em incumprimento, sobre a Chrysler, piratas, Afeganistão, sistema de saúde. Tudo isto me tinha familiarizado com as possibilidades de fracasso, embora nunca me deixasse descontraído. Tudo o que fiz ou tinha feito envolvia a análise de probabilidades, que eu fazia calmamente e muitas vezes muito tarde, à noite, na sala onde me encontrava agora. Sabia que não podia ter tido um processo melhor para analisar aquelas probabilidades nem ter-me rodeado de um grupo melhor de pessoas para me ajudarem a avaliá-las. Percebi que, através dos erros que tinha cometido e das dificuldades de que nos tinha tirado, estivera de muitas formas a treinar para este preciso momento. E, embora não pudesse garantir o resultado da minha decisão, estava plenamente preparado e confiante ao tomá-la.

O DIA SEGUINTE — sexta-feira, 29 de Abril — seria quase todo passado a viajar. Ia a Tuscaloosa, no Alabama, ver os danos provocados por um devastador tornado, e tinha um discurso de formatura para fazer à noite em Miami. Entre estes compromissos, levaria Michelle e as miúdas ao Cabo Canaveral, para assistirmos ao último lançamento do vaivém espacial *Endeavour*, que ia ser retirado de serviço. Antes de sair, enviei um *e-mail* a pedir a Tom, Denis, Daley e Brennan para se reunirem comigo na Sala de Recepção Diplomática e eles chegaram no momento em que a família saía para o relvado virado a sul, onde o *Marine One* esperava. Com o rugido do helicóptero como pano de fundo (além dos sons de Sasha e Malia numa discussão de irmãs), dei a autorização oficial para a missão de Abbottabad, realçando que McRaven tinha controlo operacional total e seria ele a determinar o momento exacto da incursão.

A operação estava agora em grande medida fora do meu controlo. Fiquei contente por sair de Washington, embora fosse apenas um dia — para ocupar a mente com outro trabalho e, na verdade, para apreciar o trabalho de outras pessoas. No princípio da semana, uma monstruosa tempestade supercelular tinha varrido os Estados do sudeste, criando tornados que provocaram a morte de mais de trezentas pessoas e tornando-se o desastre natural mais mortífero desde o furacão *Katrina*. Um único tornado com a largura de 2,5 quilómetros, alimentado por ventos de mais de 300 quilómetros por hora, tinha rasgado o Alabama, destruindo milhares de casas e empresas.

Ao aterrar em Tuscaloosa, fui recebido pelo director da FEMA, um homem corpulento e sério, natural da Florida, chamado Craig Fugate, e, juntamente com autoridades estaduais e locais, percorremos bairros que pareciam ter sido arrasados por uma bomba de uma megatonelada. Visitámos um centro de abrigo para oferecer apoio a famílias que tinham

perdido tudo o que possuíam. Apesar da devastação, quase todas as pessoas com quem falei — desde o governador republicano do Estado até à mãe que consolava o seu filho pequeno — elogiaram a resposta federal, mencionando a rapidez com que as equipas tinham chegado ao terreno; a eficiência com que tinham trabalhado em coordenação com as autoridades locais; como cada pedido, por muito insignificante que fosse, tinha sido processado com cuidado e precisão. Não fiquei surpreendido, pois Fugate tinha sido uma das minhas melhores contratações, um funcionário público eficiente e pragmático, sem ego e sem desculpas, com décadas de experiência a lidar com desastres naturais. Ainda assim, senti uma grande satisfação ao ver os seus esforços reconhecidos e percebi uma vez mais que uma grande parte do que importava verdadeiramente no Governo resumia-se aos actos diários e não publicitados de pessoas que não procuravam projecção, mas sabiam simplesmente o que estavam a fazer e faziam-no com orgulho.

No Cabo Canaveral, ficámos desapontados ao saber que a NASA fora obrigada a cancelar o lançamento do vaivém espacial à última hora, devido a problemas num motor auxiliar, mas, ainda assim, a nossa família teve a oportunidade de falar com os astronautas e passar algum tempo com Janet Kavandi, a directora de operações das equipas de voo no Johnson Space Center, em Houston, que fora à Florida para o lançamento. Em criança, eu sentia um enorme fascínio pela exploração espacial e, enquanto presidente, foi uma prioridade para mim realçar o valor da ciência e da engenharia sempre que possível, incluindo a instituição de uma feira anual de ciência na Casa Branca, na qual estudantes apresentavam com orgulho os seus robôs, foguetões e carros movidos a energia solar. Também tinha encorajado a NASA a inovar e preparar-se para uma futura missão a Marte, em parte ao colaborar com empreendimentos comerciais em viagens

espaciais em órbita baixa. Agora via Malia e Sasha de olhos muito abertos a ouvirem Kavandi referir todas as pessoas e todas as horas de trabalho árduo que eram necessárias para um único lançamento, descrevendo também o seu percurso desde jovem fascinada com o céu nocturno sobre a exploração pecuária da família, na zona rural do Missouri, até astronauta que fez parte de três missões do vaivém espacial.

O meu dia terminou com a cerimónia de entrega de diplomas a estudantes da Miami Dade, que, com mais de 170 mil alunos distribuídos por oito *campus*, era a maior universidade do país. O seu presidente, Eduardo Padrón, frequentara aquela universidade na década de 1960, quando era um jovem imigrante cubano com um inglês rudimentar e sem outras opções para uma educação superior. Depois de concluir o bacharelato e, mais tarde, fazer um doutoramento em Economia na Universidade da Florida, tinha recusado ofertas lucrativas de emprego no sector privado para voltar à Miami Dade, onde, nos últimos quarenta anos, se dedicara à missão de lançar a outros a mesma tábua de salvação que a escola lhe dera. Descreveu a universidade como «uma fábrica de sonhos» para os seus alunos, que vinham acima de tudo de famílias latinas, negras e imigrantes de baixos rendimentos e eram, na maioria dos casos, os primeiros da família a frequentar um curso superior.

— Não desistimos de nenhum dos nossos alunos — disse-me —, e, se estivermos a fazer o nosso trabalho, não os deixamos desistir de si mesmos.

Não pude deixar de me sentir inspirado pela generosidade da sua visão.

Naquela noite, no discurso que fiz para os licenciados, falei sobre o ideal americano: o que o seu sucesso dizia sobre a nossa determinação individual em superar as circunstâncias do nosso nascimento, bem como a nossa capacidade colectiva de ultrapassarmos as diferenças para enfrentarmos os desafios do nosso tempo. Falei sobre uma recordação do princípio da

infância, de estar às cavalitas do meu avô, a agitar uma minúscula bandeira americana no meio de uma multidão reunida para receber os astronautas de uma das missões espaciais da *Apollo*, após uma bem-sucedida amaragem nas águas do Havai. E agora, passados mais de quarenta anos, disse aos licenciados, acabara de ter a possibilidade de ver as minhas duas filhas ouvirem uma nova geração de exploradores espaciais. Isso tinha-me levado a reflectir sobre tudo o que a América alcançara desde a minha infância; era a vida a chegar ao fim de um ciclo — e a prova, tal como os diplomas deles eram prova, tal como eu ter sido eleito presidente era prova, de que o ideal americano perdura.

Os alunos e os pais aplaudiram, muitos deles a agitar bandeiras americanas. Pensei no país que acabara de lhes descrever — uma América esperançosa, generosa e corajosa, uma América que estava aberta a todos. Quando tinha aproximadamente a idade que eles tinham agora, agarrara essa ideia e guardara-a como se a minha vida dependesse disso. Mais por eles do que por mim, quis muito que fosse verdade.

EMBORA ME TIVESSE sentido animado e optimista durante a viagem na sexta-feira, sabia que a minha noite de sábado em Washington — em que Michelle e eu tínhamos agendado o Jantar dos Correspondentes da Casa Branca — prometia ser menos inspiradora. Oferecido pelo corpo de imprensa da Casa Branca e ao qual todos os presidentes iam pelo menos uma vez desde Calvin Coolidge, o jantar fora criado para dar aos jornalistas e às pessoas que eles noticiavam a oportunidade de, durante uma noite, esquecerem a postura muitas vezes crispada e divertirem-se um pouco. Porém, com o passar do tempo, à medida que as empresas de notícias e entretenimento se foram fundindo, o jantar anual transformou-se na versão de Washington da Met Gala ou dos Óscares, com a actuação de um

comediante, transmitida na televisão por cabo, e com cerca de dois mil jornalistas, políticos, magnatas da indústria e funcionários superiores da administração, sem esquecer uma variedade de celebridades de Hollywood, que se amontoavam num desconfortável salão de baile de um hotel para conversarem, serem vistos e ouvirem o presidente proferir o que não passa de um número de comédia, a arrasar rivais e a brincar com as mais recentes notícias políticas.

Numa altura em que pessoas em todo o país ainda tentavam perceber como arranjariam um emprego, manteriam as suas casas ou pagariam as contas depois de uma recessão, a minha presença naquela noite de gala — com a sua exclusividade e brilho de passadeira vermelha — parecera sempre politicamente constrangedora. Todavia, como tinha comparecido nos últimos dois anos, sabia que não poderia dar-me ao luxo de levantar suspeitas ao faltar ao jantar deste ano à última hora; apesar de saber que McRaven estava prestes a juntar-se à equipa dos SEALs em Jalalabad e era provável que a operação fosse lançada nas próximas horas, teria de fazer todos os possíveis para me comportar como se tudo estivesse normal, num salão de baile cheio de jornalistas. Felizmente, a maior distracção do país tinha sido convidada para se sentar à mesa do *Washington Post* nessa noite, e as pessoas que sabiam o que estava a acontecer ficaram estranhamente contentes por saberem que, quando Donald Trump entrasse na sala, era garantido que os jornalistas não estariam a pensar no Paquistão.

Até certo ponto, a publicação da minha certidão de nascimento completa e a reprimenda aos jornalistas na sala de imprensa da Casa Branca haviam surtido o efeito desejado: Donald Trump reconhecera de má vontade que agora acreditava que eu tinha nascido no Havai, ao mesmo tempo que atribuía a si mesmo todo o mérito de me ter obrigado — em nome do povo americano — a provar o meu estatuto. No entanto, a controvérsia das

teorias de conspiração dos *birthers* continuava presente na mente de toda a gente, como ficou claro nesse sábado, quando me encontrei com Jon Favreau e com a equipa de redactores que tinham preparado as minhas declarações — nenhum dos quais estava a par da operação iminente. Eles tinham elaborado um inspirado monólogo, embora eu me tenha detido numa frase que troçava dos *birthers*, sugerindo que Tim Pawlenty, o antigo governador republicano do Minnesota, que estava a pensar candidatar-se à presidência, escondia o facto de que o seu nome completo ser «Tim bin Laden Pawlenty». Pedi a Favs para mudar «bin Laden» para «Hosni», sugerindo que, como Mubarak voltara recentemente às notícias, seria mais actual. Percebi que ele não viu a minha mudança como uma melhoria, mas não argumentou.

Ao fim da tarde, telefonei pela última vez a McRaven, que me informou de que, devido a nevoeiro que se fazia sentir no Paquistão, a sua intenção era esperar até à noite de domingo para dar início à operação. Garantiu-me que estava tudo preparado e que a sua equipa estava pronta. Eu afirmei que aquele não era o principal motivo do meu telefonema.

— Diga a todos os elementos da equipa que os admiro muito — disse-lhe.

— Sim, senhor.

— Bill — disse eu, sem ter palavras naquele momento para expressar o que sentia. — Estou a falar a sério. Diga-lhes isto.

— Assim farei, Senhor Presidente — replicou ele.

Nessa noite, Michelle e eu seguimos no nosso cortejo de automóveis para o Hilton de Washington, tirámos fotografias com diversos VIP e sentámo-nos num estrado durante algumas horas, a fazer conversa de circunstância enquanto convidados como Rupert Murdoch, Sean Penn, John Boehner e Scarlett Johansson conviviam, bebiam vinho e comiam bifes demasiado

passados. Mantive um sorriso amável no rosto enquanto me equilibrava em silêncio numa corda bamba mental, com os pensamentos a milhares de quilómetros de distância. Quando chegou a minha vez de falar, levantei-me e dei início ao meu número. A meio, voltei-me directamente para Trump.

— Ora, sei que foi alvo de críticas ultimamente — disse —, mas ninguém está mais feliz, ninguém está mais orgulhoso por arrumar esta questão da certidão de nascimento do que o Donald. E isto porque pode por fim voltar a concentrar-se nas questões importantes, como: Fingimos a ida à Lua? O que aconteceu realmente em Roswell? E onde estão Biggie e Tupac? — Quando o público desatou a rir, continuei nesta veia, referindo as suas «credenciais e vasta experiência» como apresentador de *O Aprendiz* e dando-lhe os parabéns pela forma como tinha lidado com o facto de, «num restaurante de carne, a equipa de homens que estava a cozinhar não ter impressionado os jurados da Omaha Steaks… é esse tipo de decisões que me manteria acordado à noite. Bem feito, senhor. Bem feito.»

Os presentes riram-se a bandeiras despregadas enquanto Trump continuou sentado em silêncio, a esboçar um sorriso amarelo. Eu não fazia ideia do que lhe teria passado pela cabeça durante os poucos minutos que fiz pouco dele em público. O que sabia era que ele era uma atracção, e nos Estados Unidos da América, em 2011, isso era uma forma de poder. Trump traficava numa moeda que, se bem que fraca, parecia ganhar valor a cada dia que passava. Os mesmos repórteres que se tinham rido das minhas piadas continuariam a dar-lhe tempo de antena. Os seus editores competiriam para o ter sentado às suas mesas.

Longe de ser ostracizado pelas conspirações que fomentava, a verdade é que ele nunca fora tão importante.

NA MANHÃ SEGUINTE, levantei-me cedo, antes da habitual chamada de

despertar feita por um telefonista da Casa Branca. Tínhamos tomado a invulgar medida de cancelar as visitas públicas à Ala Ocidental naquele dia, presumindo que haveria reuniões importantes. Eu decidi jogar uma rápida partida de golfe de nove buracos com Marvin, como fazia muitas vezes em domingos tranquilos, em parte para evitar passar a mensagem de mais alguma coisa fora do normal e em parte para sair, em vez de ficar sentado a olhar para o relógio na Sala do Tratado, à espera de que a noite caísse no Paquistão. O dia estava fresco e sem vento, e andei pelo campo, perdendo três ou quatro bolas no bosque. Quando voltei para a Casa Branca, fui falar com Tom. Ele e o resto da equipa já se encontravam na Sala de Crise, a garantir que estávamos preparados para reagir a tudo o que pudesse acontecer. Em vez de os distrair com a minha presença, pedi-lhes para me avisarem quando os helicópteros que transportavam a equipa de SEAL estivessem no ar. Sentei-me na Sala Oval a tentar ler alguns documentos, mas não consegui, com os olhos a lerem as mesmas linhas vezes sem conta. Por fim, mandei chamar Reggie, Marvin e Pete Souza — que nesta altura já tinham sido informados do que ia acontecer — e sentámo-nos os quatro na sala de jantar da Sala Oval a jogar cartas.

Às duas da tarde, hora da costa leste, dois helicópteros *Black Hawk* que tinham sido modificados para não serem detectados descolaram do aeródromo de Jalalabad com vinte e três elementos da equipa SEAL, um tradutor americano-paquistanês da CIA e um cão militar chamado *Cairo* — o início daquela que foi oficialmente denominada «Operação Lança de Neptuno». Demorariam noventa minutos a chegar a Abbottabad. Saí da sala de jantar e voltei para a Sala de Crise, que fora eficazmente convertida numa sala de guerra. Leon estava em videoconferência a partir de Langley, a transmitir informações de McRaven, que estava em Jalalabad e em contacto contínuo e directo com os seus SEALs. A atmosfera era

previsivelmente tensa, com Joe, Bill Daley e a maioria da minha equipa de segurança nacional — incluindo Tom, Hilary, Denis, Gates, Mullen e Blinken — já sentados à mesa de reuniões. Fui actualizado sobre planos para notificar o Paquistão e outros países e sobre as nossas estratégias diplomáticas, na eventualidade de sucesso ou fracasso. Se Osama bin Laden fosse morto durante a incursão, tinham sido feitos preparativos para a realização de um enterro tradicional islâmico no mar, evitando a criação de um local de peregrinação para jihadistas. Passado algum tempo, percebi que a equipa só estava a falar sobre coisas que já tinham sido debatidas, por minha causa. Preocupado com a possibilidade de os estar a distrair, voltei para cima até pouco antes das três e meia, quando Leon anunciou que os helicópteros se aproximavam do complexo.

A equipa preparara tudo para que seguíssemos a operação de forma indirecta, através de Leon, já que Tom estava preocupado com a óptica de eu comunicar directamente com McRaven, o que poderia deixar a impressão de que estava a microgerir a operação — uma má prática em geral e um problema político se a missão fosse um fracasso. No entanto, quando voltei para a Sala de Crise, reparei que estavam a ser transmitidas, num monitor de vídeo numa sala de reuniões mais pequena, do outro lado do corredor, uma imagem aérea do complexo, bem como a voz de McRaven. No momento em que os helicópteros se aproximaram do alvo, levantei-me da cadeira.

— Tenho de ver isto — disse, antes de me dirigir para a outra sala. Ali, encontrei Brad Webb, um brigadeiro-general da Força Aérea no seu uniforme azul, sentado diante de um computador a uma pequena mesa. Tentou oferecer-me a sua cadeira.

— Sente-se — disse eu, pousando uma mão no seu ombro e sentando-me numa cadeira ao lado. Webb avisou McRaven e Leon de que eu tinha

mudado de local e estava a assistir às filmagens. Pouco depois, a equipa inteira estava enfiada na sala.

Foi a primeira e a única vez enquanto presidente que assisti ao desenrolar de uma operação militar ao vivo, com imagens fantasmagóricas a moverem-se no ecrã. Estávamos a seguir a acção há pouco mais de um minuto quando um dos *Black Hawk* oscilou ligeiramente durante a descida e, antes de eu perceber muito bem o que estava a acontecer, McRaven informou-nos de que o helicóptero perdera sustentação durante alguns momentos e embatera na parte lateral de um dos muros do complexo. Por instantes, senti um tipo eléctrico de medo. Desenrolou-se na minha cabeça uma tragédia — um helicóptero a despenhar-se, os SEALs a tentarem sair antes que o aparelho se incendiasse, um bairro inteiro de pessoas a saírem das suas casas para verem o que tinha acontecido enquanto os militares paquistaneses corriam para o local. A voz de McRaven interrompeu o meu pesadelo.

— Vai correr bem — disse, como se estivesse a comentar o toque do pára-choques de um carro num carrinho de compras no centro comercial. — É o nosso melhor piloto e vai aterrar em segurança.

E foi precisamente o que aconteceu. Mais tarde, ficaria a saber que o *Black Hawk* tinha sido apanhado num vórtice provocado por temperaturas mais elevadas do que tínhamos antecipado e pelo movimento descendente de ar do rotor, que ficou preso no interior dos muros do complexo, obrigando os SEALs que estavam a bordo e o piloto a improvisarem uma aterragem e a sua saída. (Na verdade, o piloto tinha pousado de propósito a cauda do helicóptero no muro para evitar um embate mais perigoso.) No entanto, naquele momento só vi figuras granulosas no chão, a colocarem-se rapidamente em posição e a entrarem na casa principal. Durante vinte atrozes minutos, até McRaven teve uma visão limitada do que estava a acontecer — ou talvez não estivesse a transmitir os pormenores da busca

que a sua equipa levava a cabo, divisão a divisão. Depois, com uma subitaneidade que não esperava, ouvimos as vozes de McRaven e de Leon a proferirem quase em simultâneo as palavras que esperávamos ouvir — o culminar de meses de planeamento e de anos de recolha de informações.

— Geronimo ID… Geronimo IMA.

Inimigo identificado. Inimigo morto em acção.

Osama bin Laden — que recebera o nome de código «Geronimo» para a missão —, o homem responsável pelo pior ataque terrorista da História americana, o homem que organizara o assassinato de milhares de pessoas e dera origem a um tumultuoso período na História mundial, tinha sido morto por uma equipa de SEALs da Marinha americana. No interior da sala de reuniões ouviram-se arquejos audíveis. Os meus olhos continuaram pregados nas imagens.

— Apanhámo-lo — disse, em voz baixa.

Ninguém se mexeu durante mais vinte minutos, enquanto a equipa de SEALs terminava o seu trabalho: colocar o corpo de Osama bin Laden num saco; cercar as três mulheres e nove crianças presentes e interrogá-las num canto do complexo; recolher computadores, ficheiros e outro material com potencial valor para os Serviços Secretos; e colocar explosivos no *Black Hawk* danificado, que seria depois destruído, substituído por um *Chinook* de resgaste que estava no ar a alguma distância. Quando os helicópteros descolaram, Joe pousou uma mão no meu ombro e apertou-o.

— Parabéns, chefe — disse.

Levantei-me e acenei com a cabeça. Denis cumprimentou-me de punho fechado. Apertei a mão aos outros elementos da equipa. Porém, com os helicópteros ainda em espaço aéreo paquistanês, continuava expectante. Só cerca das seis da tarde, depois de os helicópteros pousarem em segurança em Jalalabad, é que senti que alguma da tensão começava a desaparecer.

Por videoconferência, um pouco mais tarde, McRaven explicou que estava naquele preciso momento a olhar para o cadáver e que, na sua opinião, era sem dúvida Osama bin Laden; o *software* de reconhecimento facial da CIA depressa indicaria o mesmo. Para melhor confirmação, McRaven mandou um elemento da sua equipa que media um metro e oitenta e oito deitar-se ao lado do cadáver, para comparar a altura com a de Osama bin Laden.

— A sério, Bill? — perguntei-lhe, em tom de brincadeira. — Tanto planeamento e não levou uma fita métrica?

Foi a primeira coisa descontraída que disse o dia inteiro, mas os risos não duraram muito, pois dali a pouco foram passadas fotografias do cadáver de Osama bin Laden à volta da mesa de reuniões. Olhei rapidamente para elas; era ele. Apesar das provas, Leon e McRaven referiram que não poderíamos ter a certeza absoluta enquanto não tivéssemos os resultados dos testes de ADN, o que demoraria mais um ou dois dias. Debatemos a possibilidade de adiar um anúncio oficial, mas já começavam a surgir na Internet relatos da queda de um helicóptero em Abbottabad. Mike Mullen tinha ligado para o chefe do Estado-Maior do Exército paquistanês, o general Ashfaq Parvez Kayani, e, embora a conversa tivesse sido educada, Kayani pedira que esclarecêssemos a incursão e o seu alvo o mais depressa possível, para poder ajudar o seu pessoal a gerir a reacção do público paquistanês. Sabendo que não seria possível adiar a notícia mais vinte e quatro horas, fui para cima com Ben, para lhe comunicar rapidamente as minhas ideias sobre o que diria à nação, mais tarde nessa noite.

Nas horas seguintes, a Ala Ocidental trabalhou a todo o vapor. Enquanto diplomatas começavam a contactar Governos estrangeiros e a nossa equipa de comunicação se preparava para informar a imprensa, telefonei a George W. Bush e a Bill Clinton para lhes dar a notícia e fiz questão de dizer a Bush que a missão tinha sido o culminar de um longo e difícil processo

iniciado durante a sua presidência. Embora fosse de madrugada do outro lado do Atlântico, também telefonei a David Cameron para reconhecer o forte apoio do nosso mais próximo aliado desde o início da guerra afegã. Esperava que o telefonema mais difícil fosse para o presidente do Paquistão, Asif Ali Zardari, que enfrentaria sem dúvida consequências negativas por termos violado a soberania paquistanesa. No entanto, quando falei com ele, deu-me os parabéns e ofereceu-me o seu apoio.

— Sejam quais forem as repercussões — disse-me —, é uma notícia muito boa.

Evidenciou genuína emoção, recordando que a sua mulher, Benazir Bhutto, tinha sido assassinada por extremistas com laços à al-Qaeda.

Entretanto, não tinha visto Michelle o dia inteiro. Mais cedo tinha-lhe dito o que ia acontecer e, em vez de ficar ansiosamente sentada na Casa Branca à espera de notícias, ela tinha deixado Malia e Sasha com a avó e saíra para jantar com amigas. Eu tinha acabado de fazer a barba e de vestir um fato e uma gravata quando ela entrou.

— Então? — perguntou-me.

Levantei o polegar e ela sorriu e abraçou-me.

— Isso é fantástico, querido — disse. — Fantástico. Como te sentes?

— Neste momento, apenas aliviado — respondi. — Mas pergunta-me outra vez daqui a algumas horas.

De novo na Ala Ocidental, sentei-me com Ben a dar os últimos retoques nas minhas declarações. Tinha-lhe dado uns tópicos genéricos. Queria recordar a angústia partilhada do 11 de Setembro, disse-lhe, e a união que todos tínhamos sentido nos dias seguintes. Queria saudar não apenas os envolvidos nesta missão, mas todos os elementos da nossa comunidade militar e dos Serviços Secretos, que continuavam a sacrificar tanto para nos manter em segurança. Queria reiterar que a nossa luta era contra a al-Qaeda,

e não contra o islão. E queria terminar lembrando ao mundo e a nós mesmos que a América faz o que se propõe fazer — que, enquanto nação, ainda éramos capazes de alcançar grandes coisas.

Como sempre, Ben tinha pegado nos meus pensamentos soltos e elaborado um bom discurso em menos de duas horas. Eu sabia que este era mais importante para ele do que a maioria, pois a experiência de ver as Torres Gémeas colapsarem mudara a trajectória da sua vida, levando-o para Washington com uma forte determinação de fazer a diferença. Trouxe de volta as minhas lembranças daquele dia: Michelle acabara de levar Malia para o seu primeiro dia no infantário; eu junto do edifício do Estado do Ilinóis, na baixa de Chicago, a sentir-me preocupado e inseguro depois de lhe ter garantido ao telefone que ela e as miúdas ficariam bem; Sasha, com três meses, a dormir no meu peito mais tarde, nessa noite, enquanto eu estava sentado às escuras a ver os noticiários e a tentar entrar em contacto com amigos em Nova Iorque. Não menos que o de Ben, o meu próprio rumo na vida tinha sido fundamentalmente alterado por aquele dia, de modos que na altura não podia ter previsto, desencadeando uma cadeia de acontecimentos que de alguma forma levariam a este momento.

Depois de ler o discurso uma última vez, levantei-me e dei uma palmada nas costas de Ben.

— Bom trabalho, irmão — disse.

Ele acenou e passou-lhe pelo rosto uma mistura de emoções, antes de sair rapidamente para dar os últimos retoques ao discurso e introduzi-lo no teleponto. Eram quase onze e meia da noite. Os principais canais de televisão já tinham noticiado a morte de Osama bin Laden e estavam a postos para transmitir o meu discurso em directo. Multidões em festa tinham-se reunido do lado de fora dos portões da Casa Branca e milhares de pessoas enchiam as ruas. Quando saí para o fresco ar nocturno e comecei a

percorrer a Colunata para me dirigir à Sala Oriental, onde faria o meu discurso, ouvi os cânticos roucos e ritmados de «EUA! EUA! EUA!» vindos da Pennsylvania Avenue — um som que ecoava por toda a parte e continuaria até de madrugada.

MESMO DEPOIS DE O JÚBILO ter acalmado, todos nós na Casa Branca sentimos uma mudança palpável na disposição do país, nos dias imediatamente a seguir à incursão em Abbottabad. Pela primeira e única vez na minha presidência, não tivemos de promover o que tínhamos feito. Não tivemos de nos defender de ataques republicanos nem de responder a acusações por parte de círculos eleitorais essenciais de que tínhamos comprometido algum princípio basilar. Não foram levantadas questões relacionadas com implementação ou consequências imprevistas. Eu ainda tinha decisões para tomar, incluindo se deveria tornar públicas as fotografias do cadáver de Osama bin Laden. (Decidi-me por não o fazer: disse à minha equipa que não precisávamos de nos exibir nem de expor o troféu macabro, e não queria que a imagem de Osama bin Laden alvejado na cabeça se tornasse motivo de reagrupamento para extremistas.) Ainda tínhamos de consertar à pressa as relações com o Paquistão. Embora os documentos e os ficheiros de computador apreendidos no complexo se tenham revelado um tesouro de informações, confirmando que Osama bin Laden continuara a desempenhar um papel crucial no planeamento de ataques aos Estados Unidos, bem como a enorme pressão que tínhamos conseguido colocar na sua rede ao apanharmos os seus líderes, nenhum de nós acreditou que a ameaça da al-Qaeda tivesse chegado ao fim. Porém, o que era indiscutível era que tínhamos desferido um golpe decisivo na organização, aproximando-a um pouco mais da derrota estratégica. Até os nossos críticos mais duros tiveram de reconhecer que a operação fora um sucesso inequívoco.

Quanto ao povo americano, o ataque de Abbottabad ofereceu uma espécie de catarse. No Afeganistão e no Iraque, tinham visto as nossas tropas fazerem uma guerra de quase uma década, com resultados que sabiam ser ambíguos, na melhor das hipóteses. Pensavam que o extremismo violento viera para ficar de uma forma ou de outra, que não haveria uma batalha conclusiva ou uma rendição formal. Em resultado disso, as pessoas pareceram pensar instintivamente na morte de Osama bin Laden como o mais perto que alguma vez estariam de um Dia da Vitória — e, num tempo de dificuldade económica e rancor partidário, sentiram alguma satisfação por verem o seu Governo ser bem-sucedido.

Entretanto, os milhares de famílias que tinham perdido entes queridos nos atentados de 11 de Setembro compreenderam o que tínhamos feito em termos mais pessoais. No dia a seguir à operação, o meu lote diário de dez cartas de eleitores continha um *e-mail* impresso de uma jovem chamada Payton Wall, que tinha quatro anos na altura dos ataques e estava agora com catorze. Ela explicou que o pai se encontrava numa das Torres Gémeas e tinha telefonado para falar com ela antes de o edifício se desmoronar. Escreveu que fora atormentada a vida inteira pela memória da voz do pai e pela imagem da mãe a chorar ao telefone. Apesar de nada poder mudar o facto da sua ausência, queria que eu e as pessoas que tinham estado envolvidas no ataque soubéssemos como era importante para ela e para a sua família que a América não o tivesse esquecido.

Sentado sozinho na Sala do Tratado, reli algumas vezes aquele *e-mail*, com os olhos toldados de emoção. Pensei nas minhas filhas e no quanto a perda da mãe ou do pai as magoaria. Pensei nos jovens que se tinham alistado nas forças armadas depois do 11 de Setembro, determinados a servir a nação, fosse qual fosse o sacrifício. E pensei nos pais dos que tinham sido feridos ou mortos no Iraque e no Afeganistão — as mães com

Medalhas de Honra que Michelle e eu tínhamos consolado, os pais que me mostraram fotografias dos filhos que tinham partido. Senti um profundo orgulho nos homens que tinham feito parte da missão. Desde os SEALs até aos analistas da CIA que tinham encontrado o caminho até Abbottabad, aos diplomatas que se tinham preparado para gerir as repercussões, ao tradutor americano-paquistanês que permanecera do lado de fora do complexo a afastar vizinhos curiosos enquanto decorria a incursão — todos tinham trabalhado juntos sem parar e de forma altruísta, sem fazerem caso de créditos ou influências ou preferências políticas, para alcançarem um objectivo partilhado.

Com estes pensamentos, veio outro: seria aquela comunhão de esforço, aquela noção de meta comum, apenas possível quando o objectivo envolvia matar um terrorista? A questão importunava-me. Apesar de todo o orgulho e satisfação com o sucesso da nossa missão em Abbottabad, a verdade era que não tinha sentido a mesma exuberância que sentira na noite em que a lei dos cuidados de saúde fora aprovada. Dei por mim a imaginar como poderia ser a América se conseguíssemos mobilizar o país para que o nosso Governo usasse o mesmo nível de mestria e determinação que usara para apanhar Osama bin Laden na educação das crianças ou em dar um tecto aos sem-abrigo; se conseguíssemos aplicar a mesma persistência e recursos para diminuir a pobreza ou reduzir os gases com efeito de estufa ou garantir que todas as famílias tinham acesso a infantários decentes. Eu sabia que até a minha equipa descartaria estas ideias, considerando-as utópicas. E o facto de ser assim, o facto de já não conseguirmos imaginar-nos a unir o país à volta de alguma coisa a não ser impedir ataques e derrotar inimigos externos, fez-me ver como a minha presidência ainda estava aquém do que eu queria que fosse — e o trabalho que me faltava fazer.

Esqueci essas reflexões durante o resto daquela semana, dando a mim

mesmo uma oportunidade de saborear o momento. Bob Gates assistiria à sua última reunião do Governo e receberia uma ovação de pé, parecendo genuinamente comovido durante um momento. Estive com John Brennan, que estivera envolvido de uma forma ou de outra na caça a Osama bin Laden durante quase quinze anos. Bill McRaven passou pela Sala Oval e, além do meu profundo agradecimento pela sua extraordinária liderança, ofereci-lhe uma fita métrica que mandara montar numa placa. E, no dia 5 de Maio de 2011, apenas quatro dias depois da operação, viajei para Nova Iorque e almocei com os bombeiros da 54.ª Companhia Motorizada / 4.ª Escada / 9.º Batalhão, que perdera todos os quinze elementos que estavam de serviço na manhã do ataque, e participei numa cerimónia de deposição de uma coroa de flores no Ground Zero. Alguns dos socorristas que tinham acorrido às torres em chamas estiveram na guarda de honra nesse dia, e tive a oportunidade de me encontrar com as famílias do 11 de Setembro que estavam presentes — incluindo Payton Wall, que recebeu um grande abraço meu e me perguntou logo se eu poderia fazer com que ela conhecesse Justin Bieber (eu disse-lhe que quase de certeza que conseguiria fazer isso).

No dia seguinte, voei para Forte Campbell, no Kentucky, onde McRaven nos apresentou, a Joe e a mim, à equipa dos SEALs e aos pilotos envolvidos na incursão em Abbottabad. Tinha sido montada uma maquete do complexo, de pequena dimensão, à entrada da divisão e, enquanto o oficial comandante nos descrevia metodicamente a operação, observei os cerca de trinta elementos militares de elite que estavam sentados à minha frente em cadeiras articuladas. Alguns deles mostravam o que eram — jovens bem constituídos, cujos músculos eram visíveis sob os uniformes. Todavia, fiquei espantado com o facto de vários deles poderem passar por contabilistas ou reitores — tipos de quarenta e poucos anos, com cabelo grisalho e posturas sóbrias. Eram um exemplo do papel que a perícia e o

discernimento nascidos da experiência tinham, na realização com sucesso das missões mais perigosas — experiência, como o comandante realçou, que também custara a vida a muitos dos seus colegas. Quando o *briefing* terminou, apertei a mão a todos os presentes na sala e ofereci à equipa a Citação Presidencial de Unidade, a condecoração mais importante que uma unidade militar pode receber. Em troca, os homens surpreenderam-me com um presente: uma bandeira americana que tinham levado para Abbottabad, agora emoldurada e com as suas assinaturas nas costas. Em momento algum da minha visita se mencionou quem disparara o tiro que matou Osama bin Laden — e eu não perguntei.

No voo de regresso, Tom fez-me uma actualização sobre a Líbia. Bill Daley e eu revimos a minha agenda para o mês seguinte e adiantei alguma papelada. Às seis e meia da tarde aterrámos na base da Força Aérea de Andrews e apanhei o *Marine One* para a curta viagem até à Casa Branca. Estava tranquilo enquanto contemplava a paisagem ondulante de Maryland e os bonitos bairros, e depois o rio Potomac, a brilhar sob o sol poente. O helicóptero iniciou a suave curva para norte, sobrevoando a Alameda. O Monumento a Washington materializou-se de repente de um lado, parecendo que quase podia tocar-lhe; do outro lado, vi a figura sentada de Lincoln, escondido na sombra, atrás das colunas de mármore do memorial. O *Marine One* começou a trepidar um pouco, de uma forma que agora já conhecia muito bem, a assinalar a descida final, quando se aproximou do relvado virado a sul, e olhei para a estrada lá em baixo, ainda com o trânsito da hora de ponta — pensei que eram pessoas que vinham do emprego, como eu, ansiosas para chegarem a casa.

AGRADECIMENTOS

ESTE LIVRO IMPLICOU um trabalho de bastidores de muita gente zelosa a quem estou extremamente grato: a minha editora desde há muito na Crown, Rachel Klayman, mantém o rumo comigo faz dezasseis anos, contribuindo com o seu intelecto penetrante, o seu discernimento e o seu olhar extremamente atento ao pormenor para cada linha que publico. A generosidade, a paciência e a dedicação que demonstra têm feito toda a diferença. Todos os autores deveriam ter esta sorte.

Sara Corbett trouxe perícia editorial e visão criativa a este projecto, coordenando a nossa equipa, editando múltiplas versões preliminares e fazendo sugestões de utilidade crucial ao longo de todo o processo. Também se revelou transbordante de sabedoria, encorajamento e boa disposição, fazendo deste um livro muito melhor do que seria sem ela.

Cody Keenan, que me ajudou a redigir alguns dos discursos mais conhecidos da minha carreira, continuou a ser um colaborador inestimável nos últimos três anos, levando a cabo entrevistas de bastidores, ajudando a organizar as minhas ideias sobre a estrutura do livro e contribuindo atenciosamente para o meu trabalho de inúmeras maneiras.

Ben Rhodes não só esteve presente em muitos dos momentos descritos neste livro, mas também forneceu apoio editorial e de pesquisa determinante a cada versão preliminar. Mais importante, as horas incontáveis que passámos a conversar e os anos de amizade contribuíram para dar forma a muitas das ideias veiculadas nestas páginas.

Samantha Power ofereceu a sua avaliação rigorosa, inteligente e

extraordinariamente útil do princípio ao fim. Estou grato tanto pela sua integridade como pela sua intensidade: ela torna-me melhor como pessoa e melhor na página escrita.

Tenho uma dívida especial de gratidão para com Meredith Bohen, que fez uso de padrões escrupulosos e de uma extraordinária ética de trabalho neste projecto, contribuindo também com pesquisas e verificação de factos cruciais desde o início. Foi apoiada pelos talentos consideráveis de Julie Tate e Gillian Brassil, por cujas colaborações também me sinto reconhecido.

Tudo o que faço é alimentado pelas aptidões, trabalho esforçado e bom humor das pessoas inteligentes e enérgicas que integram o meu corpo de pessoal, das quais uma boa parte tem estado ao meu lado desde há muitos anos: Anita Decker Breckenridge trabalhou arduamente para proteger a inviolabilidade das minhas horas de escrita e conduziu-nos de forma competente pelo processo de publicação. Henock Dory contribuiu para este livro de inúmeras maneiras e com um profissionalismo infalível, escrutinando cada pormenor e levando-me a avançar. Emily Blakemore, Graham Gibson, Eric Schultz, Katie Hill, Addar Levi, Dana Remus e Caroline Adler Morales também ajudaram a guiar-nos até à publicação. Um agradecimento também a Joe Paulsen, Joelle Appenrodt, Kevin Lewis, Desiree Barnes, Greg Lorjuste, Michael Brush e Kaitlin Gaughran.

Ficarei para sempre em dívida para com os que serviram no meu Governo e a equipa de colaboradores, tendo o seu trabalho notável e a sua capacidade inabalável de conservarem a esperança feito toda a diferença no cumprimento do programa da minha administração. Alguns deles escreveram os seus próprios livros a dar conta do tempo que passaram na Casa Branca e dos problemas em que trabalharam, e esses relatos revelaram-se recursos excelentes (e leituras fascinantes).

Estou grato aos muitos antigos membros da administração e colegas que se disponibilizaram para partilhar as suas perspectivas e recordações pessoais únicas, enquanto eu esquadrinhava o tempo que passei no exercício do cargo e em campanha, incluindo o almirante Thad Allen, David Axelrod, Melody Barnes, Jared Bernstein, Brian Deese, Arne Duncan, Rahm Emanuel, Matt Flavin, Ferial Govashiri, Danielle Gray, Valerie Jarrett, Katie Johnson, Jack Lew, Reggie Love, Chris Lu, Alyssa Mastromonaco, Marvin Nicholson, Nancy Pelosi, Kal Penn, Dan Pfeiffer, David Plouffe, Fiona Reeves, Harry Reid, Christy Romer, Pete Rouse, Kathy Ruemmler, Ken Salazar, Phil Schiliro, Kathleen Sebelius, Pete Souza, Todd Stern e Tommy Vietor. E um agradecimento especial àqueles colegas que, com generosidade e apoiados na sua experiência, leram e comentaram partes do manuscrito: John Brennan, Carol Browner, Lisa Monaco, Cecilia Muñoz, Steven Chu, Tom Donilon, Nancy-Ann DeParle, Jon Favreau, Tim Geithner, Eric Holder, Denis McDonough, Susan Rice e Gene Sperling.

Estou grato a Anne Withers e a Mike Smith, do Conselho de Segurança Nacional, pela sua revisão do manuscrito, e a Bob Barnett e Deneen Howell, da Williams & Connolly, que foram consultores inestimáveis para a vertente jurídica.

Estou bem ciente e profundamente sensibilizado com o trabalho empenhado e a boa-fé exigida às muitas pessoas da Crown e da Penguin Random House para fazer um livro como este, sobretudo num período com as perturbações decorrentes da pandemia.

O meu reconhecimento principia por Markus Dohle, que defendeu o projecto desde o início e mobilizou entusiasticamente os recursos da Penguin Random House em todo o mundo, para possibilitar esta publicação. Gina Centrello tem sido uma parceira proficiente e resoluta,

supervisionando cada departamento dentro da Penguin Random House US para garantir que o livro seria devidamente publicado. Um obrigado sincero também a Madeline McIntosh e Nihar Malaviya, cuja dedicação a este projecto, e a paciência por ter levado mais tempo do que o previsto, foram notáveis.

Na Crown, a perícia e o planeamento estratégico de David Drake e Tina Constable têm sido essenciais em cada etapa. Não só contribuíram com toda a sua criatividade e discernimento em publicidade e *marketing*, mas trabalharam em estreita articulação com os seus colegas, a minha equipa e os editores estrangeiros deste livro para orquestrar o processo de publicação, que por vezes foi assombrosamente complexo. Além disso, mostraram um enorme respeito pelas opções literárias do autor, mesmo quando isso implicou que um livro se transformasse inesperadamente em dois. Sinto-me afortunado por o meu livro ter ido parar a mãos tão competentes.

Gillian Blake leu atentamente o manuscrito e fez observações argutas tanto acerca da estrutura como do conteúdo. A visão deste livro por Chris Brand, conforme materializada na sua concepção gráfica — da capa aos extratextos fotográficos e ao *website* —, foi inspirada. Lance Fitzgerald vendeu os direitos da obra para vinte e oito línguas, até agora, e tem sido um esplêndido agente de ligação com os nossos homólogos britânicos e outros parceiros internacionais. Lisa Feuer e Linnea Knollmueller foram além das suas obrigações para garantir que este livro era produzido a tempo, com perfeição e solicitude, realizando milagres junto de gráficas e fornecedores. Sally Franklin anotou e rasgou inúmeros cronogramas, mantendo tudo sob controlo mesmo quando tal deve ter parecido impossível. Christine Tanigawa passou longas noites debruçada sobre cada palavra e cada ponto e vírgula para erradicar erros e garantir que eu dissera

o que queria dizer. Elizabeth Rendfleisch certificou-se de que o interior do livro era tão bonito como o exterior.

Obrigado também à multidão de outras pessoas na Crown e na Penguin Random House que coordenaram os seus esforços e deram o seu máximo ao livro: Todd Berman, Mark Birkey, Tammy Blake, Julie Cepler, Amanda d'Acierno, Benjamin Dreyer, Skip Dye, Carisa Hays, Madison Jacobs, Cynthia Lasky, Matthew Martin, Maren McCamley, Dyana Messina, Lydia Morgan, Ty Nowocki, Donna Passannante, Jennifer Reyes, Matthew Schwartz, Holly Smith, Stacey Stein, Anke Steinecke, Jaci Updike, Claire Von Schillin, Stacey Witcraft e Dan Zitt. Estou também agradecido a Maureen Clark, Jane Hardick, Janet Renard, Do Mi Stauber e Bonnie Thompson pela excelente edição de texto, revisão de provas e indexação; a Scott Cresswell pela co-produção do audiolivro; a Carol Poticny pela notável pesquisa de imagens; e à North Market Street Graphics pela paginação, rigor e disposição para trabalhar dia e noite.

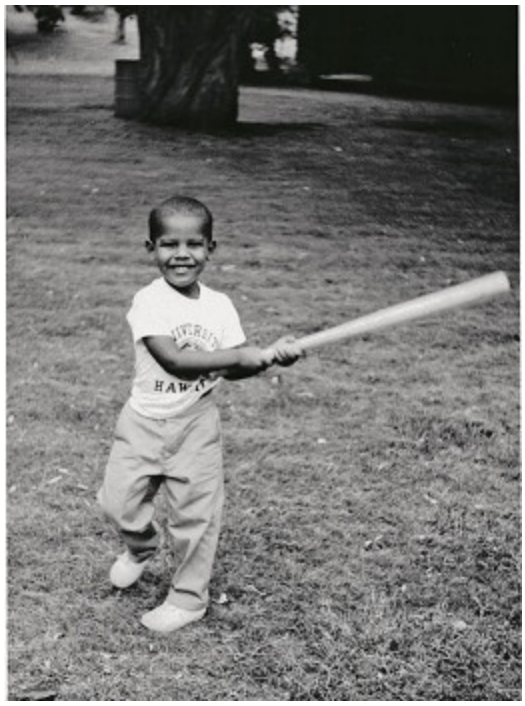
Por fim, quero agradecer a Elizabeth Alexander e Michele Norris-Johnson, duas escritoras de alto gabarito que também são queridas amigas de família, por oferecerem valiosos comentários editoriais… e por encorajarem Michelle a tolerar-me durante os derradeiros, e particularmente frenéticos, meses de escrita e edição.



Os meus avós maternos eram do Kansas e fugiram juntos de casa imediatamente antes do bombardeamento de Pearl Harbor. Ele prestou serviço no exército de Patton e ela trabalhou numa linha de montagem de bombardeiros.



Quando se cresce no Havai, as caminhadas por florestas de montanha e os dias de ócio na praia são um direito adquirido à nascença, acessíveis mal se sai à rua.



Visivelmente orgulhoso do meu movimento de taco.



A minha mãe, Ann Dunham, foi contra as convenções, mas também duvidava de tribunas e dogmas. «O mundo é complicado, Bar», dizia-me. «É por isso que é interessante.»



O meu pai, Barack Obama Sénior, cresceu no Quénia e estudou Economia na Universidade do Havai, onde conheceu a minha mãe, e em Harvard. Depois de se divorciarem, voltou para África.



A minha avó e eu com a minha mãe, no dia em que ela concluiu a licenciatura em Antropologia na Universidade do Havai.



A minha mãe com as minhas meias-irmãs, Maya Soetoro-Ng *(à esquerda)* e Auma Obama.



No nosso casamento. Sentimos a falta de ter lá o pai de Michelle e o meu avô materno, mas nesse dia senti-me o mais afortunado dos homens vivos.



As minhas alegrias.



A fazer um discurso à moda antiga, em cima de um caixote, em Chillicothe, no Ilinóis, no início da minha campanha para o Senado dos EUA.



Parecendo impossivelmente jovem, a proferir o discurso de abertura na Convenção Nacional Democrata de 2004, em Boston. Foi provavelmente o último dia em que consegui circular em espaços públicos sem ser reconhecido.



Michelle, depois do meu discurso na CND.



Depois da Convenção, Michelle, as meninas e eu partimos para uma semana de passeio em autocaravana pelo sul do Ilinóis. Foi a primeira experiência directa que as miúdas tiveram de campanha.



Noite das eleições, 2004. Ganhámos pela maior margem de quaisquer eleições para o Senado na história do Ilinóis. As miúdas ficaram mais excitadas comos confetes.



Fui eleito para o Senado dos EU a 2 de Novembro de 2004.



Como senador estreante, persuadi Pete Rouse a ser meu chefe de gabinete. Foi uma dádiva divina: muitíssimo experiente, inabalavelmente correcto e conhecido por lá como «101.º senador».



Quando cheguei a Washington, era o nonagésimo nono em antiguidade, e o meu gabinete temporário reflectia-o. Todavia, com uma excelente equipa a apoiar-me, consegui sair-me bem desde o início.



Enquanto membro da facção negra do Congresso, trabalhei ao lado de um dos meus heróis, o representante John Lewis.



Na minha primeira viagem oficial ao estrangeiro como senador, em Agosto de 2005, visitei instalações de destruição de armas convencionais em Donetsk, na Ucrânia, com o senador republicano Dick Lugar.



No decurso de uma viagem ao Quénia, em Agosto de 2006, Michelle e eu quisemos promover a análise rápida ao VIH, fazendo-nos testar. As pessoas juntaram-se à beira das estradas para nos saudarem.



à presidência a 10 de Fevereiro de 2007. Estava um frio glacial em Springfield, mas mal o senti. Parecia-me que estávamos a tocar em algo essencial e verdadeiro da América.



Deixei de estar tanto tempo com as minhas filhas, durante a campanha. Porém, um dia na Feira Estadual do Iowa, com jogos, guloseimas e carrinhos de choque? É simplesmente imbatível.



A fazer campanha em Austin, no Texas. Tornara-me um símbolo desmedido de esperança, receptáculo de um milhão de sonhos diferentes, e afligia-me a possibilidade de alguma vez desapontar os meus apoiantes.



A irromper pelo Churrasco Anual de Tom Harkin, em 2007, com um grupo dos meus organizadores de campo. Grande parte do nosso êxito no Iowa deveu-se a esses jovens colaboradores e voluntários imparáveis.



Menos de um mês antes da assembleia para eleição de delegados do Iowa, realizámos um comício em Des Moines. Estando lá Oprah para me apresentar, tivemos uma bela afluência.



um discurso na Coluna Triunfal em Berlim, declarando que, tal como uma geração anterior derrubara o muro que outrora dividira a Europa, era nossa tarefa derrubar agora os muros menos visíveis entre classes, raças e religiões.



Com o arquitecto da minha campanha, David Plouffe, imediatamente antes de subir ao palco para aceitar a nomeação democrata. Sob a sua personalidade reservada, Plouffe foi um estrategista brilhante.



John McCain e eu fizemos um intervalo na campanha para ir prestar homenagem, em Nova Iorque, a 11 de Setembro de 2008. Poucos dias depois, os grandes bancos, muitos deles com sede a apenas alguns quarteirões dali, começariam a sucumbir.



Nesse mesmo mês, com a economia em queda livre, McCain pediu ao presidente Bush para reunir na Casa Branca os líderes de ambos os partidos no Congresso, a fim de tentar alcançar um acordo quanto a um pacote de resgate.



David Axelrod não era somente um hábil estrategista político, mas uma alma gémea. Começámos a trabalhar juntos em 2002, quando a minha campanha para o Senado era ainda um tiro no escuro, e ele tornou-se um dos meus assessores mais fiáveis. Marvin Nicholson *(ao fundo e à direita)*, o meu fleumático director de itinerância, tinha um encanto fácil e ocupava-se de cada pormenor.



Em campanha debaixo de chuva em Fredericksburg, na Virgínia, faltando menos de seis semanas para a eleição.



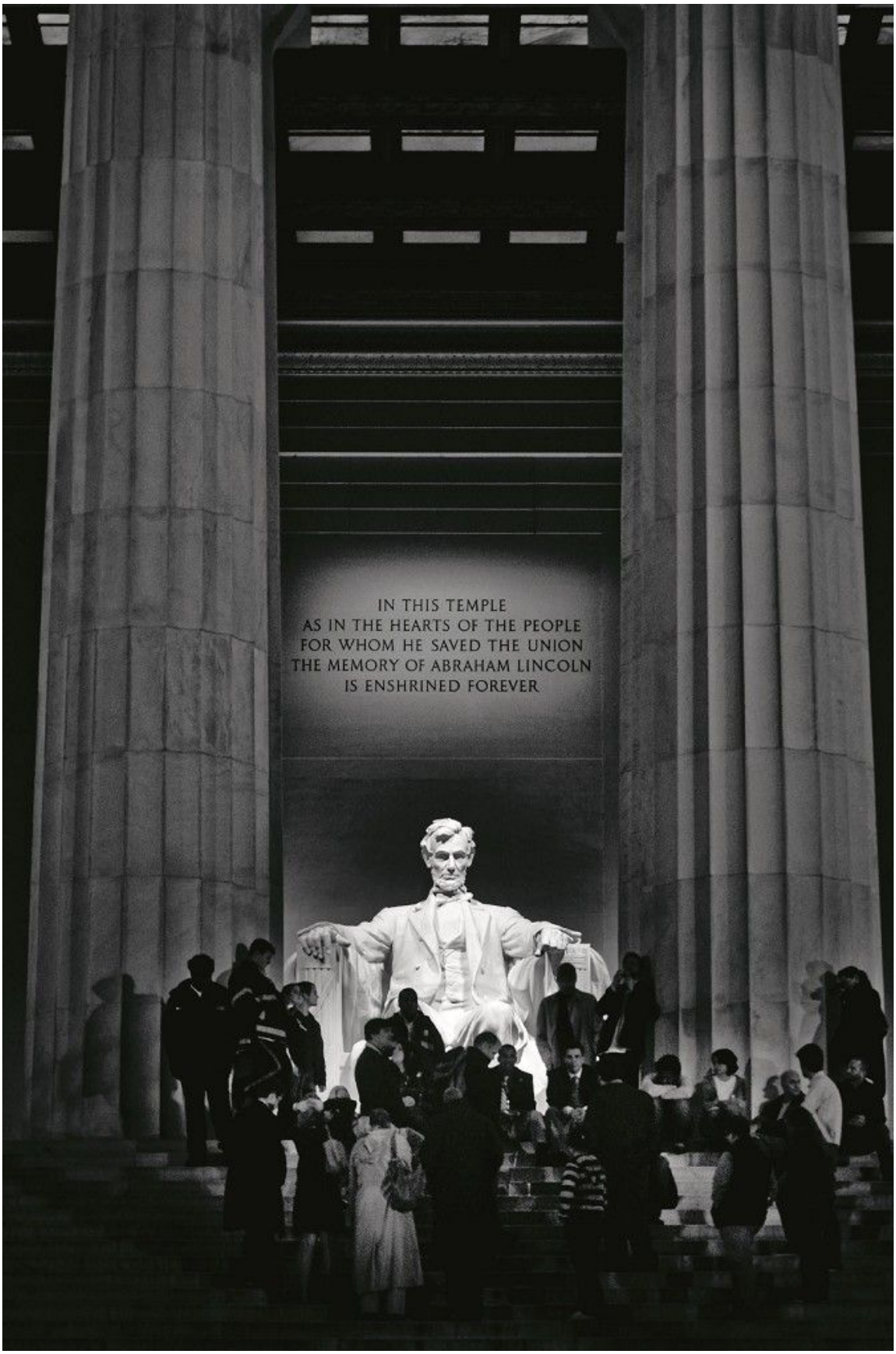
O nosso maior comício teve lugar a 19 de Outubro, quando discursei no Gateway Arch, em St. Louis, no Missouri. Compareceram cerca de cem mil pessoas.



Sentado ao lado de Marian Robinson, a minha sogra, a assistir aos resultados eleitorais. «Isto é um bocado demais», disse-me ela. Percebi o que queria dizer.



Na noite das eleições, juntaram-se mais de duzentas mil pessoas no Grant Park de Chicago, para celebrar. Malia receava que não aparecesse ninguém, porque não se viam carros na estrada.


IN THIS TEMPLE
AS IN THE HEARTS OF THE PEOPLE
FOR WHOM HE SAVED THE UNION
THE MEMORY OF ABRAHAM LINCOLN
IS ENSHRINED FOREVER

Esta é a minha fotografia favorita dessa noite: pessoas reunidas nos degraus do Monumento a Lincoln, a ouvir o meu discurso de aceitação num rádio portátil.



Imediatamente antes de sair para o juramento da tomada de posse, disse uma oração.



Jurei sobre a mesma Bíblia usada por Abraham Lincoln na sua tomada de posse, a 4 de Março de 1861.



Um mar de americanos. Quando as bandeiras ondulavam ao sol, pareciam uma corrente oceânica. Prometi a mim mesmo dar-lhes o meu melhor.



A percorrer o trajecto da parada inaugural. Como sempre, Michelle monopolizou as atenções.



O meu primeiro dia sentado à secretária *Resolute*, presente da rainha Vitória em 1880, feita com a madeira do casco de um navio britânico que a tripulação de um baleeiro dos EUA ajudou a recuperar depois de uma catástrofe.



A melhor parte de qualquer dia era quando as miúdas apareciam.



Rahm deu-me a saber que a Câmara acabara de aprovar uma importante lei relativa ao clima. O meu chefe de gabinete vivia para dias como esse, quando conseguíamos uma vitória clara.



Uma longa sessão dominical com a minha equipa económica, incluindo *(da esquerda para a direita)* Larry Summers, Tim Geithner e Christy Romer.



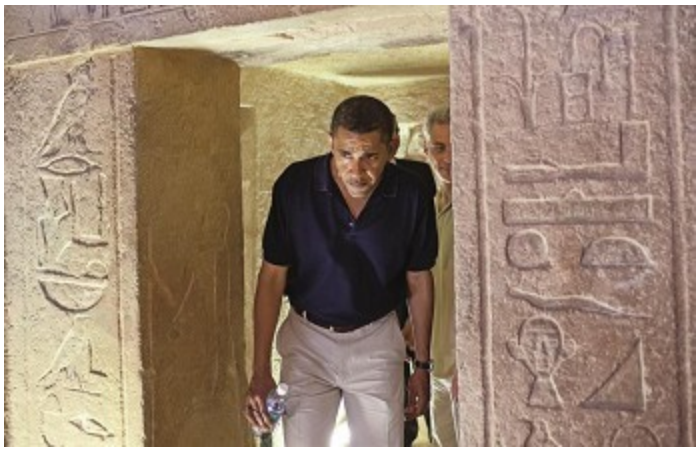
Harry Reid, líder da maioria no Senado, e eu entendemo-nos desde o início. Não obstante as nossas diferenças de idade e experiência, ambos sentíamos que ultrapassáramos escassas probabilidades.



Branca, Michelle e eu conseguíamos sempre fazer rir o outro. E ter a nossa amiga e assessora Valerie Jarrett por perto tornava tudo mais fácil.



Bo apareceu na Casa Branca pronto para explorar. Foi um presente de Ted e Vicki Kennedy, e fez logo aquele lugar ficar mais parecido com um lar.



Visitar as pirâmides de Gizé dá-nos humildade, recordando-nos que este mundo perdura muito para lá de nós.



Palestinianos em Gaza a verem-me discursar no Cairo, a 4 de Junho de 2009. Durante a campanha, comprometi-me a dirigir uma alocução aos muçulmanos do mundo, acreditando que reconhecer as fontes de tensão entre o Ocidente e o mundo islâmico seria um primeiro passo para a coexistência pacífica.



A congratular Sonia Sotomayor antes de ela se tornar oficialmente juíza do Supremo Tribunal. Acreditei que as suas experiências de vida lhe permitiam ter uma compreensão mais plena dos contextos, no mundo real das decisões do Tribunal.



Denis McDonough foi um dos meus mais próximos conselheiros de política externa e um bom amigo. Preocupava-se com os pormenores, ofereceu-se para as tarefas mais difíceis e ingratas e ninguém o batia em capacidade de trabalho.



O presidente francês Nicolas Sarkozy e a chanceler alemã Angela Merkel, dois líderes que não podiam ter temperamentos mais distintos, na cimeira do G8, em Julho de 2009.



Ben Rhodes começou por ser meu redactor de discursos para o Conselho Nacional de Segurança e revelou-se indispensável. Podia contar com ele para produzir um rascunho que não só exprimia a minha voz, mas veiculava a minha mundividência.



Uma visita à *dacha* de Vladimir Putin incluiu um longo monólogo do nosso anfitrião, a arrolar cada injustiça, traição e desrespeito que ele e o povo russo sentiam ter sofrido às mãos dos arrogantes americanos.



As meninas melhoravam a cada viagem em que participavam. Vê-se aqui Sasha, com oito anos, a caminhar pelo Kremlin como uma agente secreta em miniatura, com a sua gabardina.



O meu «assistente pessoal» Reggie Love e eu dispusemo-nos a ajudar a treinar a equipa de basquetebol do 4.º ano a que Sasha pertencia. Quando as Vipers ganharam o campeonato por uns dramáticos 18-16, celebrámos como se fossem as finais da NCAA.



Com o secretário de imprensa Robert Gibbs *(ao centro)*, cujos humor vivaço e intuição aguçada salvaram muitas vezes o dia, e Reggie Love, que nunca me facilitava a vida no campo de basquetebol.



A aproveitar um momento para ler. O sossego nunca durava muito.



Parte da argumentação que apresentei a Michelle antes de me candidatar a presidente foi que, se ganhasse, haveria miúdos em todo o mundo a ver-se a si mesmos e às suas possibilidades de modo diferente. E só por isso teria valido a pena.



Ainda ouço Bob Dylan a interpretar uma versão extraordinária de *«The Times They Are a-Changin'»*, antes de me apertar a mão e desaparecer sem dizer nada.



Na Base da Força Aérea em Dover, com o procurador-geral Eric Holder (na ponta direita), para o digno repatriamento de dezoito americanos tombados no Afeganistão. Era raro os presidentes estarem presentes em repatriamentos, mas pareceu-me importante que um comandante supremo tivesse em conta o verdadeiro custo da guerra.



A anunciar o envio de tropas para o Afeganistão, em West Point, a 1 de Dezembro de 2009. Enviar mais jovens para a guerra foi uma das decisões mais difíceis que tive de tomar como presidente.



Conheci o sargento de primeira classe Cory Remsburg na Normandia, várias semanas antes de ele seguir para a sua décima comissão no Afeganistão. Voltei a encontrá-lo no Hospital Naval de Bethesda, gravemente ferido por um engenho explosivo improvisado. Visitámo-nos e permanecemos em contacto ao longo dos anos.



Em encontro com alguns dos nossos jovens e corajosos homens e mulheres no Afeganistão, em Março de 2010. Inspiraram-me muito.



Membros da minha equipa de segurança nacional em West Point. As horas que passámos a discutir o plano de envio de tropas obrigaram-nos a apurar os objectivos estratégicos dos EUA no Afeganistão de uma maneira que evitasse o descalabro da missão.



A rainha Isabel II encarnava a relação especial entre os Estados Unidos e o Reino Unido, e Michelle e eu adorávamos sempre estar com ela.



Com o presidente Hu Jintao no Grande Salão do Povo, em Pequim.



A rever a minha alocução destinada a uma sessão conjunta do Congresso sobre a reforma dos cuidados de saúde, com o redactor Jon Favreau. Como editor, eu podia ser muito exigente.



Na Sala Roosevelt, com Joe Biden e os meus colaboradores, a 21 de Março de 2010, quando a Lei de Protecção dos Doentes e Cuidados Acessíveis conseguiu os votos para ser aprovada. Pensei na minha mãe, que morrera de cancro, e em todos os americanos como ela, que careciam disto havia tanto tempo.



A celebrar a aprovação da Lei de Protecção dos Doentes e Cuidados Acessíveis com a secretária da Saúde e Serviços Humanos Kathleen Sebelius e a presidente da Câmara dos Representantes Nancy Pelosi, a mais rija e hábil estrategista legislativa que conheci.



A ser informado sobre o desastre da *Deepwater Horizon* durante uma visita à Costa do Golfo. O almirante Thad Allen *(sentado à esquerda)*, comandante da Guarda Costeira norte-americana, e Lisa Jackson *(ponta direita)*, administradora da EPA, foram elementos cruciais da equipa que geriu a nossa resposta ao derrame de petróleo.



Uma cimeira nos baloiços com Malia, de onze anos e sempre cheia de interrogações. Aqui está a fazer-me perguntas sobre o petróleo derramado.



Membro do Conselho Nacional de Segurança, focada principalmente na prevenção de atrocidades e nos direitos humanos, Samantha Power foi uma grande amiga e um barómetro da minha consciência.



Eu não sentia merecer estar na companhia das figuras transformadoras que haviam sido galardoadas com o Prémio Nobel da Paz. Vi antes esse prémio como uma exortação à acção.



Com Joe, a caminho de promulgar a Dodd-Frank, o nosso projecto de lei para a reforma de Wall Street. Cumpri a minha palavra e assegurei-me de que ele era sempre o último a ser ouvido na sala. Em troca, recebi aconselhamento judicioso… e encontrei outro irmão.



31 de Agosto de 2010: prestes a anunciar o fim das operações de combate no Iraque, à mesma secretária em que o presidente Bush anunciara o seu início. Demorou, mas cumpriu-se uma promessa.



1 de Maio de 2011: com a minha equipa de segurança nacional, a assistir enquanto os SEAL da Marinha invadiam o complexo de Osama bin Laden. Foi a primeira e a única vez que, enquanto presidente, testemunhei uma operação militar a decorrer em tempo real.



Jantar no palácio presidencial em Nova Deli com o primeiro-ministro Manmohan Singh, um homem atencioso e invulgarmente decente.



O presidente Mahmoud Abbas, o presidente Hosni Mubarak e o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu a consultarem os relógios para verem se o Sol se pusera oficialmente. Estava-se no mês muçulmano do Ramadão e tínhamos de nos certificar de que a obrigatoriedade do jejum terminara, antes de nos sentarmos para jantar.



A preparar-me para enfrentar os correspondentes de imprensa no dia seguinte à derrota dos democratas nas intercalares de 2010.



Guardei com afecto cada momento que passei com a minha família. Uma visita à estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, revelou-se mágica.



Durante oito anos, a travessia da Colunata Ocidental enquadrou o meu dia: um trajecto de um minuto ao ar livre, entre a residência e o gabinete.

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

CADERNO 1

Avós maternos de Barack Obama, Stanley Armour Dunham e Madelyn Lee Payne Dunham. (Arquivos da família Obama-Robinson)

O jovem Barack Obama e a mãe, Ann Dunham, na praia. (Arquivos da família Obama-Robinson)

O jovem Barack Obama. (Arquivos da família Obama-Robinson)

Pai de Barack Obama, Barack Hussein Obama Sr. (Arquivos da família Obama-Robinson)

Barack Obama e a mãe, Ann Dunham. (Arquivos da família Obama-Robinson)

As meias-irmãs de Barack Obama, Maya Soetoro-Ng (à esquerda) e Auma Obama (à direita), com a mãe, Ann Dunham, no Monumento a Lincoln, em Washington, DC. (Arquivos da família Obama-Robinson)

Barack Obama com a mãe, Ann Dunham (à esquerda), e a avó Madelyn Lee Payne Dunham. (Arquivos da família Obama-Robinson)

Barack Obama e Michelle Robinson na festa de casamento, a 3 de Outubro

de 1992, no South Shore Cultural Center em Chicago, no Ilinóis. (Arquivos da família Obama-Robinson)

Barack e Michelle Obama e as filhas, Malia e Sasha, no baptizado de Sasha. (Arquivos da família Obama-Robinson)

Barack Obama em Chillicothe, no Ilinóis, durante a campanha para o Senado dos EUA, em Agosto de 2004. (Em Barack Before Obama, de David Katz. Copyright © 2020 David Katz. Cortesia da HarperCollins Publishers)

Barack Obama, candidato ao Senado dos EUA pelo Ilinóis, profere o discurso de abertura na Convenção Nacional Democrata, a 27 de Julho de 2004, Boston, no Massachusetts. (Spencer Platt/Getty Images)

Barack e Michelle Obama depois do discurso de abertura na Convenção Nacional Democrata, a 27 de Julho de 2004, Boston, no Massachusetts. (Em Barack Before Obama, de David Katz. Copyright © 2020 David Katz. Cortesia da HarperCollins Publishers)

Malia Obama observa o pai, Barack Obama, na sua campanha de 2004 para o Senado dos EUA, a 2 de Agosto de 2004. (Em Barack Before Obama, de David Katz. Copyright © 2020 David Katz. Cortesia da HarperCollins Publishers)

Barack Obama, Michelle Obama e as filhas Malia e Sasha celebram a vitória, nas eleições para o Senado, sobre o rival republicano Alan Keyes, a

2 de Novembro de 2004, em Chicago, no Ilinóis. (Scott Olson/Getty Images)

O senador Barack Obama em Capitol Hill, a 17 de Novembro de 2005. (Pete Souza/Chicago Tribune/TCA)

O senador Barack Obama e o seu chefe de gabinete Pete Rouse. (David Katz)

O senador Barack Obama no seu gabinete em Capitol Hill, em Janeiro de 2005. (Pete Souza/Chicago Tribune/TCA)

O senador Barack Obama conversa com o congressista John Lewis (de mão estendida)

O no exterior da Casa Branca, a 26 de Janeiro de 2005. (Pete Souza/Chicago Tribune/TCA)

O senador Barack Obama visita instalações de destruição de armas convencionais em Donetsk, Ucrânia, a 30 de Agosto de 2005. (Pete Souza/Chicago Tribune/TCA)

Quenianos aguardam a chegada do senador Barack Obama à porta de um hospital em Kisumu, no Quénia, a 26 de Agosto de 2006. (Pete Souza/Chicago Tribune/TCA)

O senador Barack Obama chega a um comício para anunciar a sua candidatura à nomeação democrata para presidente, a 10 de Fevereiro de

2007, em Old State Capitol, Springfield, no Ilinóis. (Mandel Ngan/AFP via Getty Images)

O senador Barack Obama celebra com a filha Sasha, depois da vitória num jogo da Feira Estadual do Iowa em Des Moines, a 16 de Agosto de 2007. (Scott Olson/Getty Images)

O senador Barack Obama saúda apoiantes num comício em Austin, no Texas, a 23 de Fevereiro de 2007. (Scout Tufankjian/Polaris)

O senador Barack Obama encabeça apoiantes de um comício ao entrarem no Churrasco Anual do senador Tom Harkin, em Indianola, no Iowa, a 16 de Setembro de 2007. (David Lienemann/Getty Images)

Apoiantes aguardam para ouvir o candidato presidencial democrata, senador Barack Obama, e Oprah Winfrey num comício no Centro de Conferências Hy-Vee, em Des Moines, no Iowa, a 8 de Dezembro de 2007. (Brian Kersey/UPI/Alamy Stock Photo)

O gestor de campanha David Plouffe e o senador Barack Obama nos bastidores da Convenção Nacional Democrata, em Denver, no Colorado, a 28 de Agosto de 2008. (David Katz)

O nomeado presidencial democrata, senador Barack Obama, discursa diante da Coluna Triunfal em Berlim, na Alemanha, a 24 de Julho de 2008. (Sebastian Willnow//DDP/AFP via Getty Images)

O nomeado presidencial republicano, senador John McCain, e o nomeado

presidencial democrata, senador Barack Obama, depositam flores no local das antigas Torres Gémeas, em Nova Iorque, a 11 de Setembro de 2008. (Peter Foley/Reuters)

O presidente George W. Bush encontrase com líderes do Congresso, incluindo os nomeados presidenciais, na Sala do Executivo da Casa Branca, a 25 de Setembro de 2008, para discutir a crise financeira. (Sentados, da esquerda para a direita:) Chefe de gabinete Joshua Bolten, vice-presidente Dick Cheney, secretário do Tesouro Henry Paulson, representante Spencer Bachus, representante Barney Frank, líder da maioria na Câmara Steny Hoyer, candidato presidencial republicano senador John McCain, líder da minoria na Câmara John A. Boehner, presidente da Câmara dos Representantes Nancy Pelosi, presidente Bush, líder da maioria no Senado Harry Reid, líder da minoria no Senado Mitch McConnell e nomeado presidencial democrata senador Barack Obama. (Pablo Martínez Monsiváis/Associated Press)

O nomeado presidencial democrata, senador Barack Obama, abraça o principal estrategista e assessor para a comunicação social David Axelrod, no quarto dia da Convenção Nacional Democrata, a 28 de Agosto de 2008, em Denver, no Colorado. (Charles Ommanney/Getty Images)

O nomeado presidencial democrata, senador Barack Obama, na Universidade de Mary Washington durante um comício em Fredericksburg, na Virgínia, a 27 de Setembro de 2008. (Em Barack Before Obama, de David Katz. Copyright © 2020 David Katz. Cortesia da HarperCollins Publishers)

O nomeado presidencial democrata, senador Barack Obama, discursa num comício por baixo do Gateway Arch em St. Louis, no Missouri, a 18 de Outubro de 2008. (David Katz)

Barack Obama e a sogra, Marian Robinson, na noite da eleição em Chicago, no Ilinóis, a 4 de Novembro de 2008. (Em Barack Before Obama, de David Katz. Copyright © 2020 David Katz. Cortesia da Harper-Collins Publishers)

Barack Obama, a esposa, Michelle, e as filhas, Sasha (esquerda) e Malia, no Grant Park de Chicago, depois da vitória presidencial, a 4 de Novembro de 2008. (Ralf-Finn Hestoft/Corbis via Getty Images)

Pessoas reunidas em torno de um rádio portátil no Monumento a Lincoln para ouvir Barack Obama fazer o seu discurso de vitória eleitoral, a 4 de Novembro de 2008. (Matt Mendelsohn)

O presidente eleito Barack Obama nos bastidores do Capitólio dos EUA antes de sair para prestar o juramento de tomada de posse, a 20 de Janeiro de 2009. (Pete Souza/The White House)

A mão de Barack Obama sobre a Bíblia, enquanto presta juramento como 44.º presidente dos EUA perante o juiz presidente do Supremo John Roberts, em frente ao Capitólio dos EUA, a 20 de Janeiro de 2009. (Timothy A. Clary/AFP via Getty Images)

O presidente Barack Obama profere o seu discurso de tomada de posse no

Capitólio dos EUA, a 20 de Janeiro de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama e a primeiradama Michelle Obama caminham pela Pennsylvania Avenue durante a parada inaugural em Washington, DC, a 20 de Janeiro de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama sentado na Sala Oval, no seu primeiro dia de mandato, a 21 de Janeiro de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama caminha pela colunata da Casa Branca com as filhas, Malia (à esquerda) e Sasha, a 5 de Março de 2009. (Pete Souza/The White House)

CADERNO 2

O presidente Barack Obama com o chefe de gabinete da Casa Branca Rahm Emanuel, durante o piquenique do pessoal da Casa Branca, a 6 de Junho de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama com assessores numa reunião sobre assuntos económicos na Sala Roosevelt da Casa Branca, a 15 de Março de 2009. Entre os participantes estão o director do NEC Larry Summers, o secretário do Tesouro Timothy Geithner, a presidente do CEA Christina Romer, o chefe de gabinete Rahm Emanuel e o conselheiro sénior David Axelrod. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama com o líder da maioria no Senado, Harry Reid,

nos bastidores antes do seu encontro no salão municipal de Henderson, no Nevada, a 19 de Fevereiro de 2010. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama abraça a primeira-dama Michelle Obama na Sala Vermelha da Casa Branca, com a assessora sénior Valerie Jarrett, a 20 de Março de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama corre pela Colunata Oriental com o cão da família, Bo, a 15 de Março de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama visita as pirâmides e a esfinge no Egipto a 4 de Junho de 2009. (Pete Souza/The White House)

Palestinianos assistem à transmissão televisiva do discurso do presidente Barack Obama no Cairo, nas suas casas no sul da Faixa de Gaza, a 4 de Junho de 2009. (Ibraheem Abu Mustafa/Reuters)

O presidente Barack Obama conversa com a juíza Sonia Sotomayor antes da cerimónia da sua investidura no Supremo Tribunal, a 8 de Setembro de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama encontra-se com Denis McDonough, chefe de gabinete do NSC, no hotel Waldorf Astoria de Nova Iorque, a 23 de Setembro de 2009. (Pete Souza/The White House)

(Da esquerda para a direita:) Primeiro-ministro japonês Taro Aso, primeiro-ministro canadiano Stephen Harper, primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi, presidente Barack Obama, presidente russo Dmitri Medvedev,

primeiro-ministro britânico Gordon Brown, presidente francês Nicolas Sarkozy, chanceler alemã Angela Merkel, primeiro-ministro sueco Fredrik Reinfeldt e presidente da Comissão Europeia José Manuel Barroso na cimeira do G8 na cidade de Áquila, em Itália, a 8 de Julho de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama e o vice-conselheiro de segurança nacional Ben Rhodes na Sala Oval, a 21 de Maio de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama e membros da delegação norte-americana, incluindo (da esquerda para a direita) o conselheiro de segurança nacional general Jim Jones, o subsecretário de assuntos políticos Bill Burns e o director do NSC para os assuntos russos Mike McFaul, encontram-se com o primeiro-ministro Vladimir Putin na sua dacha, nos arredores de Moscovo, a 7 de Julho de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama conduz a filha Sasha pelo Kremlin, em Moscovo, a 6 de Julho de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama treina a equipa de basquetebol de Sasha com a ajuda do assistente pessoal Reggie Love, em Chevy Chase, no Maryland, a 5 de Fevereiro de 2011. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama graceja com o secretário de imprensa Robert Gibbs e o assistente pessoal Reggie Love (à direita), a 26 de Outubro de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama a ler no Roseiral da Casa Branca, a 9 de Novembro de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama recebe um jovem visitante na Sala Oval, a 5 de Fevereiro de 2010. (Pete Souza/The White House)

Bob Dylan aperta a mão ao presidente Barack Obama após actuar num concerto realizado na Sala Oriental da Casa Branca, a 9 de Fevereiro de 2010. (Pete Souza/The White House)

Na Base da Força Aérea em Dover, no Delaware, a 29 de Outubro de 2009, o presidente Barack Obama e o procurador-geral Eric Holder (na ponta direita) assistem à cerimónia de repatriamento digno de dezoito militares dos EUA tombados no Afeganistão. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama discursa sobre o Afeganistão na Academia Militar dos EUA em West Point, Nova Iorque, a 1 de Dezembro de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama cumprimenta Cory Remsburg ao visitar combatentes feridos no Hospital Naval de Bethesda, em Bethesda, no Maryland, a 28 de Fevereiro de 2010. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama cumprimenta soldados dos EUA numa messe da Base Aérea de Bagram, no Afeganistão, a 28 de Março de 2010. (Pete Souza/The White House)

Conselheiros presidenciais, incluindo (da direita para a esquerda) a

secretária de Estado Hillary Rodham Clinton; o secretário da Defesa Robert Gates; o secretário dos Assuntos dos Veteranos Eric K. Shinseki; o almirante Michael Mullen, presidente dos chefes dos Estados-Maiores; e o general David Petraeus, chefe do Comando Central, ouvem o discurso do presidente Barack Obama sobre o Afeganistão na Academia Militar em West Point, a 1 de Dezembro de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama e a primeira-dama Michelle Obama conversam com a rainha Isabel II e com o príncipe Filipe, duque de Edimburgo, antes de deixarem Winfield House, em Londres, no Reino Unido, a 25 de Maio de 2011. (Pete Souza//The White House)

O presidente Barack Obama com o presidente chinês Hu Jintao no Grande Salão do Povo, em Pequim, na China, a 17 de Novembro de 2009. (Feng Li/Getty Images)

O presidente Barack Obama e Jon Favreau, principal redactor de discursos, editam um discurso sobre a política de saúde, na Sala Oval, a 9 de Setembro de 2009. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama, o vice-presidente Joe Biden e principais colaboradores reagem na Sala Roosevelt da Casa Branca quando a Câmara aprova o projecto de lei de reforma dos cuidados de saúde, a 21 de Março de 2010. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama abraça a secretária da Saúde e Serviços Humanos Kathleen Sebelius (à esquerda) e a presidente da Câmara dos Representantes Nancy Pelosi, depois de promulgar a Lei de Protecção dos

Doentes e Cuidados Acessíveis, a 23 de Março de 2010. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama é informado, no posto da Guarda Costeira dos EUA em Venice, em Los Angeles, a 2 de Maio de 2010, a respeito da situação na Costa do Golfo, na sequência do derrame de petróleo da BP. Entre os participantes contam-se o comandante da Guarda Costeira almirante Thad Allen (sentado à esquerda), o assistente do presidente para a Segurança Interna e Contraterrorismo John Brennan, o chefe de gabinete Rahm Emanuel e a administradora da EPA Lisa Jackson (na ponta direita). (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama nos baloiços do relvado virado a sul com a filha Malia, a 4 de Maio de 2010. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama conversa com a embaixadora Samantha Power, representante permanente dos EUA nas Nações Unidas, depois de uma reunião do Governo, a 12 de Setembro de 2013. (Pete Souza/The White House)

O laureado com o Prémio Nobel da Paz presidente Barack Obama chega, para a cerimónia de entrega, à Câmara Municipal de Oslo, a 10 de Dezembro de 2009. (John McConnico/AFP via Getty Images)

O presidente Barack Obama e o vice-presidente Joe Biden a caminho da assinatura da Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e Protecção do Consumidor, a 21 de Julho de 2010. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama prepara-se para discursar à nação, a partir da Sala Oval, sobre o fim da missão de combate no Iraque, a 31 de Agosto de 2010. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama e o vice-presidente Joe Biden, juntamente com membros da equipa nacional de segurança, recebem informação actualizada da missão relativa a Osama bin Laden, na Sala de Crise da Casa Branca, a 1 de Maio de 2011. (Sentados, da esquerda para a direita:) General-brigadeiro Marshall B. Webb, general-adjunto de comando, JSOC; vice-conselheiro de segurança nacional Denis McDonough; secretária de Estado Hillary Rodham Clinton; e secretário da Defesa Robert Gates. (De pé, da esquerda para a direita:) Almirante Mike Mullen, presidente dos chefes dos Estados-Maiores; conselheiro de segurança nacional Tom Donilon; chefe de gabinete Bill Daley; Tony Blinken, assessor de segurança nacional do vice-presidente; Audrey Tomason, directora de contraterrorismo; John Brennan, assistente do presidente para a segurança interna e contraterrorismo; e director do Serviço Nacional de Informações James Clapper (fora do enquadramento). (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama, sentado entre o primeiro-ministro Manmohan Singh (à esquerda) e a presidente Pratibha Devisingh Patil, num jantar de Estado em Rashtrapati Bhavan, o palácio presidencial, em Nova Deli, na Índia, a 8 de Novembro de 2010. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama e (da esquerda para a direita) o presidente Mahmoud Abbas da Autoridade Palestiniana, o presidente Hosni Mubarak do Egipto e o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu de Israel, na Sala

Azul da Casa Branca, consultam os relógios para verem se o Sol já se pôs oficialmente, a 1 de Setembro de 201

O presidente Barack Obama espreita pela janela na Sala Azul da Casa Branca, a 3 de Novembro de 2010. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama, a primeira-dama Michelle Obama e as filhas Sasha e Malia visitam a estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, a 20 de Março de 2011. (Pete Souza/The White House)

O presidente Barack Obama percorre a Colunata Ocidental da Casa Branca, a 8 de Janeiro de 2011. (Pete Souza/The White House)

As memórias da presidência de Barack Obama
Um testemunho vibrante e profundamente pessoal do presidente que nos inspirou a acreditar no poder da democracia.



Em *UMA TERRA PROMETIDA*, Barack Obama narra, na primeira pessoa, a história da sua improvável odisseia, de jovem em busca da própria identidade a líder do mundo livre, descrevendo com uma minúcia extraordinariamente pessoal quer a sua educação política quer os marcos do primeiro mandato da sua histórica presidência - um tempo de dramática transformação e turbulência.

Barack Obama convida os leitores a embarcar numa viagem emocionante, desde as suas primeiras aspirações políticas à decisiva vitória na convenção do Iowa até à noite que marcou o ponto de viragem na História, o 4 de Novembro de 2008, quando foi eleito o 44.º presidente dos Estados Unidos da América e se tornou o primeiro afro-americano a assumir o cargo mais importante do país.

Reflectindo sobre a presidência, Obama explora de forma singular e ponderada o tremendo alcance dos poderes presidenciais, bem como os seus limites, e oferece-nos um ponto de vista privilegiado sobre a dinâmica partidária americana e a diplomacia internacional. Transporta os leitores para o interior da Sala Oval e da Sala de Crise da Casa Branca, para Moscovo, Cairo, Pequim, e leva-os ainda mais longe. Privamos dos seus pensamentos enquanto constitui o seu gabinete, luta contra uma crise financeira global, tira as medidas a Vladimir Putin, supera obstáculos aparentemente inultrapassáveis para assegurar a aprovação da lei de acesso geral a cuidados de saúde (Affordable Care Act), entra em rota de colisão

com os generais acerca da estratégia dos EUA para o Afeganistão, lida com a reforma de Wall Street, reage à devastadora crise provocada pela explosão da plataforma petrolífera *Deepwater Hori* e dá luz verde à Operação Lança de Neptuno, que culminou com a morte de Osama bin Laden.

UMA TERRA PROMETIDA é uma obra extraordinariamente íntima e introspectiva - a história do compromisso de um homem com a História, da fé de um líder comunitário posto à prova no palco mundial. Obama é franco quando fala sobre o exigente equilíbrio de se candidatar à presidência como americano negro, carregando as expectativas de toda uma geração inspirada por mensagens de «esperança e mudança», e, ao mesmo tempo, cumprir os desafios morais da tomada de decisões ao mais alto nível. É honesto sobre as forças que lhe fizeram oposição, no seu país e no estrangeiro, é sincero sobre como a vida na Casa Branca afectou a sua mulher e as suas filhas e não tem receio de revelar as suas dúvidas e desilusões. Contudo, nunca vacila na sua convicção de que na grande missão americana, ainda em curso, o progresso é sempre possível.

Este livro, maravilhosamente escrito e poderoso, expressa a convicção de Barack Obama de que a democracia não é uma dádiva caída do céu mas uma conquista alicerçada na empatia e na compreensão mútua, construída em conjunto dia após dia.

Barack Obama foi o 44.º presidente dos Estados Unidos da América, eleito em Novembro de 2008, tendo cumprido dois mandatos. É autor de dois outros livros, *Dreams from my father* e *The audacity of hop*. Em 2009, recebeu o Prémio Nobel da Paz. Vive em Washington, D.C., com a mulher, Michelle. Têm duas filhas, Malia e Sasha.

Título original: *A Promised Land*

Edição em digital: novembro de 2020

Esta edição foi publicada por acordo com Crown, uma chancela da Random House, divisão da Penguin Random House LLC.
Todos os direitos reservados

© 2020, Barack Obama
© 2020, Penguin Random House Grupo Editorial Unipessoal, Lda.
Av. Duque de Loulé, 123
Edf. Office 123 — Sala 3.6
1069-152
Lisboa
www.gostodeler.pt
#gostodeler
#gostodeler

Tradução: Manuel Marques e José Remelhe
Revisão: Maria de Fátima Carmo
Capa: adaptação de Teresa Coelho sobre *design* de Christopher Brand
Fotografia da capa © Pari Dukovic
Fotografia da contracapa © Dan Winters

ISBN: 978-989-784-152-1

Composição digital: Newcomlab S.L.L.

Objectiva é uma chancela de:

Penguin
Random House
Grupo Editorial

Este livro não pode ser reproduzido, no todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado, além do uso legal como breve citação em artigos e críticas, sem a prévia autorização por escrito do editor.

[1] Rua Principal. *(N. da R.)*

[2] Programa de Modificações para uma Habitação Acessível. *(N. do T.)*

[3] Programa de Renegociações para uma Habitação Acessível. *(N. do T.)*

[4] Discurso do estado da União. (*N. do T.*)

[5] *Thriller* político de 1959, da autoria de Richard Condon, acerca do filho de uma proeminente família norte-americana, submetido a uma lavagem ao cérebro para se tornar assassino involuntário ao serviço de uma conspiração comunista. (*N. da R.*)

[6] O termo, que acabou por entrar no léxico, refere o movimento que nega ou contesta a cidadania norte-americana de Barack Obama. *(N. da R.)*

Índice

Uma terra prometida

Prefácio

Primeira parte | A aposta

- Capítulo 1
- Capítulo 2
- Capítulo 3
- Capítulo 4

Segunda parte | Sim, nós consegui

- Capítulo 5
- Capítulo 6
- Capítulo 7
- Capítulo 8
- Capítulo 9

Terceira parte | Renegado

- Capítulo 10
- Capítulo 11
- Capítulo 12

Capítulo 13

Quarta parte | Uma dura batalha

Capítulo 14

Capítulo 15

Capítulo 16

Capítulo 17

Quinta parte | O mundo como ele é

Capítulo 18

Capítulo 19

Capítulo 20

Capítulo 21

Sexta parte | Dentro do barril

Capítulo 22

Capítulo 23

Capítulo 24

Sétima parte | Andar no arame

Capítulo 25

Capítulo 26

Capítulo 27

Agradecimentos

Imagens

Créditos fotográficos

Sobre o livro

Sobre Barack Omaba

Créditos

Notas